



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2148

Segunda-feira - 19 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Governador Celso Ramos.....	509	Peritiba.....	1164
Alto Bela Vista.....	8	Grão Pará.....	510	Pinheiro Preto.....	1165
Antônio Carlos.....	9	Guaramirim.....	519	Pomerode.....	1171
Arabutã.....	11	Guarujá do Sul.....	538	Ponte Serrada.....	1172
Arroio Trinta.....	12	Herval d'Oeste.....	539	Porto União.....	1190
Ascurra.....	14	Ibiam.....	543	Presidente Castello Branco.....	1201
Barra Bonita.....	21	Ilhota.....	544	Presidente Nereu.....	1202
Barra Velha.....	24	Imbituba.....	546	Princesa.....	1207
Benedito Novo.....	26	Indaial.....	549	Rio dos Cedros.....	1452
Biguaçu.....	29	Ipumirim.....	558	Rio do Sul.....	1208
Blumenau.....	57	Itá.....	559	Romelândia.....	1454
Bom Jesus do Oeste.....	87	Itaiópolis.....	569	Santa Cecília.....	1465
Bom Retiro.....	88	Itapema.....	571	Santa Rosa do Sul.....	1471
Botuvera.....	97	Itapiranga.....	585	Santiago do Sul.....	1473
Braço do Trombudo.....	98	Itapoá.....	587	São Bento do Sul.....	1478
Brunópolis.....	100	Jaraguá do Sul.....	616	São Domingos.....	1482
Brusque.....	101	Joaçaba.....	659	São João do Sul.....	1483
Caçador.....	109	Lages.....	765	São Joaquim.....	1484
Camboriú.....	140	Laguna.....	768	São José.....	1487
Campo Alegre.....	141	Lajeado Grande.....	1008	São José do Cedro.....	1488
Campos Novos.....	165	Lauro Muller.....	1010	São Lourenço do Oeste.....	1534
Canelinha.....	169	Lebon Regis.....	1011	São Miguel da Boa Vista.....	1538
Canoinhas.....	170	Leoberto Leal.....	1016	São Miguel do Oeste.....	1539
Capinzal.....	193	Lindóia do Sul.....	1021	São Pedro de Alcântara.....	1541
Caxambu do Sul.....	206	Luzerna.....	1023	Schroeder.....	1545
Chapecó.....	208	Mafra.....	1028	Seara.....	1631
Cocal do Sul.....	328	Maracajá.....	1032	Siderópolis.....	1632
Concórdia.....	335	Maravilha.....	1036	Sombrio.....	1665
Cordilheira Alta.....	336	Marema.....	1039	Sul Brasil.....	1667
Coronel Martins.....	338	Massaranduba.....	1047	Tigrinhos.....	1669
Correia Pinto.....	363	Meleiro.....	1063	Timbé do Sul.....	1673
Corupá.....	370	Modelo.....	1064	Timbó.....	1674
Curitibanos.....	371	Mondaí.....	1067	Três Barras.....	1681
Dionísio Cerqueira.....	372	Monte Carlo.....	1068	Trombudo Central.....	1693
Doutor Pedrinho.....	373	Morro da Fumaça.....	1071	Tunápolis.....	1704
Ermo.....	399	Navegantes.....	1075	União do Oeste.....	1705
Flor do Sertão.....	403	Nova Trento.....	1111	Urussanga.....	1714
Forquilha.....	404	Ouro.....	1112	Vargeão.....	1716
Fraiburgo.....	416	Palhoça.....	1113	Videira.....	1717
Frei Rogério.....	452	Palmitos.....	1151	Vitor Meireles.....	1727
Galvão.....	454	Papanduva.....	1155	Xanxerê.....	1738
Garopaba.....	457	Passo de Torres.....	1158	Xaxim.....	1739
Garuva.....	468	Passos Maia.....	1159		
Gaspar.....	474	Penha.....	1161		

### Associações

GRANFPOLIS.....	1746
-----------------	------



# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 2148

Segunda-feira - 19 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

### Sumário

#### Consórcios

AGIR .....	1747
CIDEMA.....	1749
CIGA .....	1750
CIS/AMAUC.....	1751
CIS/AMMVI.....	1754
CIS/AMURES.....	1773
CIAPS.....	1773

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2016

DECRETO Nº 001/2016 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

“DETERMINA AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE A OBRIGATORIEDADE DE FORNECER CERTIDÃO AOS USUÁRIOS DO SUS – QUANDO NÃO ATENDIDOS NO SERVIÇO SOLICITADO”

ORLANDO FAVERO, Secretário Municipal de Saúde do Município de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições conferidas por Lei

CONSIDERANDO que a saúde é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º da CF/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, CF/88);

CONSIDERANDO que no cumprimento do dever de prestar assistência integral à saúde da população, o Poder Público atuará por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, através de unidades públicas de saúde;

CONSIDERANDO que o Art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, garante a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado;

CONSIDERANDO que o inciso XXXIV do Art. 5º da Constituição federal assegura a todos, independente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa dos direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal;

CONSIDERANDO a recorrente divulgação de notícias pela mídia, acerca da situação de inúmeros cidadãos, usuários do Sistema Único de Saúde, que não são atendidos no serviço de saúde solicitado, sem sequer conhecer as razões dessa omissão;

CONSIDERANDO que, nos termos da previsão constitucional e legal, é dever da Administração Pública fornecer informações escritas, quando solicitadas;

CONSIDERANDO a recomendação encaminhada pelo Ministério Público Federal ofício nº 315/2016 recebido em 07/10/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado aos servidores públicos pertencentes a Secretaria de Saúde a obrigatoriedade em fornecer certidão ao usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, quando não atendidos no serviço solicitado, sempre que requerido pelo usuário.

Art. 2º A certidão deverá conter: nome do usuário, unidade de saúde, data, hora e motivo da recusa de atendimento.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de dezembro de 2016.

ORLANDO FAVERO  
Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO 185/2016

DECRETO Nº 185/2016 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.459, de 06 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.180,03 (um mil cento e oitenta reais e três centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção dos departamentos.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0061/71 Aplicações Diretas e 3.3.50.00.00.0679/108 Transf.a Instituições privadas sem Fins Lucrativos com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.362.0011.2.027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO MÉDIO

3.3.90.00.00.0061/64 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 0,03

12 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

01 FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0023.2.039 MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.3.50.00.00.0679/108 Transf.a Instit. privadas sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$1.180,00

TOTAL ..... R\$ 1.180,03

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação de Recursos Próprios e Outras Transferências do FNDE - PNATE

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de dezembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA 291/2016

PORTARIA Nº 291/2016 de 16 de dezembro de 2016

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII

e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS, inscrito sob CPF 061.172.499-50, do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Projetos, a partir de 14/12/2016, conforme requerimento protocolo nº 734/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de dezembro de 2016  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Dangui  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA 292/2016**

PORTARIA Nº 292/2016 de 16 de dezembro de 2016

“CONFERIR DESISTÊNCIA TÁCITA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de SUELEN FERRO-NATO CACHOEIRA, referente ao cargo em caráter temporário de Odontólogo - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de dezembro de 2016  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Dangui  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA 293/2016**

PORTARIA Nº 293/2016 de 16 de dezembro de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ALAN DIONE SOSTER, inscrito sob CPF nº 035.656.179-85, funcionário efetivo no cargo

de Auxiliar de Defesa Civil, a partir de 16/12/2016 a 14/01/2017, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de dezembro de 2016  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Dangui  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**BALANCETE FINANCEIRO 11/2016 FMA**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Novembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>79.528,28</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>67.740,32</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.677,05	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>67.740,32</b>
RECEITA PATRIMONIAL	20.705,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.740,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.191,44		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.954,27		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>78.030,81</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>75.703,35</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	67,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58,79
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	67.740,32	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	10.222,56
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	10.222,56	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	65.422,00
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.151.386,72</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.165.502,14</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.085.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.090.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	66.386,72	BANCO C/ MOVIMENTO	75.502,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.308.945,81</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.308.945,81</b>

AGUA DOCE, 30/11/2016

JOSELI A.S.M.R.TRENTO  
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO 11/2016 FMAS**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Novembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>36.146,32</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>28.198,85</b>
RECEITA PATRIMONIAL	11.569,06	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>28.198,85</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.469,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.951,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	108,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.937,71
		INVESTIMENTOS	5.310,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>5.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>49.345,15</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>42.902,08</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	599,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	707,87
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	28.502,95	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	20.546,46
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	20.242,36	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	21.647,75
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>80.536,33</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>99.926,87</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	76.580,44	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	88.700,43
BANCO C/ MOVIMENTO	3.955,89	BANCO C/ MOVIMENTO	11.226,44
<b>TOTAL</b>	<b>171.027,80</b>	<b>TOTAL</b>	<b>171.027,80</b>

AGUA DOCE, 30/11/2016

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO 11/2016 FMS**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Novembro  
Página: 1

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>284.024,83</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>461.094,94</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	90,68	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>457.360,27</b>
RECEITA PATRIMONIAL	10.553,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	233.202,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	177.056,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219.008,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.224,16	INVESTIMENTOS	5.149,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	94.100,00	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.734,67</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.734,67
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>366.057,62</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	366.057,62		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.088.145,90</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.137.732,99</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62.204,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	61.944,98
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	469.728,45	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	563.722,20
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	556.213,45	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	512.065,81
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.389.217,67</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.528.618,09</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.043.831,51	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.186.174,73
BANCO C/ MOVIMENTO	345.386,16	BANCO C/ MOVIMENTO	342.443,36
<b>TOTAL</b>	<b>3.127.446,02</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.127.446,02</b>

AGUA DOCE, 12/12/2016

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2.317 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder quinze (15) dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, ocupante do cargo de DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, matrícula 672, lotada na Gerência de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Período aquisitivo de 17/03/2016 à 16/03/2017, período de gozo de 16 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações.

**DECRETO Nº 2.318 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETA EXPEDIENTE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 99 da Lei Orgânica do Município;

Considerando: a necessidade de encerramento do exercício 2016, seja na esfera financeira quanto administrativa, inclusive para o cumprimento das metas determinadas pela Lei de responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º EXPEDIENTE INTERNO, nas dependências da Prefeitura Municipal, bem como das gerências que compõe a administração municipal, dos dias 21 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º A Gerência de Agricultura e Gerência de Saúde, bem como os serviços essenciais, como balsa, creche e fiscalização não serão alcançados por este decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data de publicação.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 135/2016

DECRETO Nº 000135/16 de 16 de Dezembro de 2016  
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 76.554,50 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 74.795,55

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.758,95

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 76.554,50

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 136/2016

DECRETO Nº 000136/16 de 16 de Dezembro de 2016  
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.346,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.005-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 3.346,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 3.346,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 137/2016

DECRETO Nº 000137/16 de 16 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.184,64 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.700,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.984,64

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 3.000,00

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.000,00

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 500,00

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.700,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.543,64

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 441,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 138/2016**

DECRETO Nº 000138/16 de 16 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 68.950,84 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.815,17

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 43.897,15

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.161,07

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 77,45

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 68.950,84

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 139/2016**

DECRETO Nº 000139/16 de 16 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.048,22 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 773,22

11.01.10.301.0007.2.026-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.275,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 773,22

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.275,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

**PORTARIA 260/2016**

PORTARIA Nº 260/2016  
EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 16 de dezembro de 2016 o servidor WOLCY CARLOS KORB, inscrito no CPF-MF sob nº. 430.529.839-20, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 16 de dezembro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Carla Sandra Cozer Morche  
Responsável pela publicação.

.



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0033-A/2016 - MERENDA ESCOLAR

CONTRATO Nº 0033-A/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0031/2016, PREGÃO 0013/2016, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MAIO A DEZEMBRO DE 2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E VARIAS EMPRESAS.

Contrato de compra e venda de produtos e mercadorias para CRAS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 82.826.462/000-27, com sede na Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa 1- TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.20.235.235/0001-70, com sede na Rua Prefeito Élio de Gregori, 125, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Irani - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ, nos autos qualificada; 2 -NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.814.016/0001-87, com sede na Rua Brasília 220D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó- SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora GISELE DOS SANTOS, nos autos qualificado, 3 – TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 08.786.648/0001-47, com sede na Avenida Caetano Natal Branco, 1499, Bairro Frei Bruno, Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor LEONARDO ELIAS FAVARO, nos autos qualificado, TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 07.930.192/0001-84, com sede na Rua Joaquim Moreira dos Santos 855, Município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. NEIDE ARALDI, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0031/2016, Pregão nº 0013/2016, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto do presente contrato é FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme processo licitatório epígrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

**Parágrafo único** – Todos os produtos deverão ser entregues na contratada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais e estaduais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global de cada contrato é de:

1. TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME - R\$27.057,20(VINTE E SETE MIL CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS) A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos. A seguir relacionados:
2. NUTRI – SC, COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - R\$6.489,05(-SEIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINCO CENTAVOS) A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.
3. TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - R\$7.607,00(SETE MIL SEISCENTOS E SETE REAIS) A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.
4. TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME - R\$23.632,10(VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS) A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega dos produtos.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo do presente contrato terá seu início em 03 de junho de 2016 e terminará em 31 de dezembro de 2016, ou até que as mercadorias/produtos forem totalmente entregue, não podendo ser renovado.

**CLÁUSULA QUINTA** - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2016.

**CLÁUSULA SEXTA** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

**Parágrafo único** - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

**CLÁUSULA OITAVA** - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA NONA** - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no

prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
Contratante

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME  
CNPJ nº.20.235.235/0001-70  
TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ  
Contratada

NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP  
CNPJ nº 07.814.016/0001-87  
CONTRATADA  
GISELE DOS SANTOS,

TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ nº. 08.786.648/0001-47  
CONTRATADA  
LEONARDO ELIAS FAVARO

TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS  
ALIMENTÍCIOS LTDA - ME  
CNPJ nº. 07.930.192/0001-84  
CONTRATADA  
NEIDE ARALDI

Testemunhas:  
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0033/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0031/2016  
PREGÃO Nº 0013/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
EMPRESAS CONTRATADAS: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ – ME, NUTRI SC – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME e TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2900, de 01/12/2016

DECRETO Nº 2900, de 01 de Dezembro de 2016.

Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Férias coletivas à Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e com fundamento no § 8º do Art. 121 da LC nº 117, de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores); e demais legislação aplicável e

CONSIDERANDO os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas posterior ao Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

CONSIDERANDO, assim, a viabilidade de se fazer coincidir aquele decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de ponto facultativo e de férias coletivas aos servidores públicos municipais; e

CONSIDERANDO o princípio da continuidade dos serviços públicos, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos do Município:

#### DECRETA:

Art. 1.º - Será concedido Ponto Facultativo nos dias 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30/12 do corrente ano, aos servidores da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Agricultura.

Parágrafo único: Reconhece como feriados nacionais os dias 25/12/2015 (Natal) e 01/01/2016 (dia da confraternização universal).

Art. 2º - Serão excluídos do período de Ponto Facultativo previsto no art. 1º, os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social abaixo relacionados:

I - A equipe do SAMU sendo: 01 (um) motorista socorrista e 01 (um) técnico de enfermagem, com plantões normais de 12 horas/36 horas, conforme escala pré-estabelecida.

II - Farmácia Básica e Sala da Vacina, plantão de segunda à sexta - feira, das 8h00 às 14h00 horas.

a) Farmácia Básica: Farmacêutica Lilian Maria Villain Oliveira.  
b) Sala de Vacina: Técnica de Enfermagem Angela Maria Mantoani.

III - Vigilância Epidemiológica, das 8h00 às 14h00 horas: Marlene Krucynski da Silva e sobreaviso após este horário no celular (47) 98414-3383.

IV - Agente de Combate a Endemias, das 8h00 às 14h00 horas: Alexandre Bassani.

V - Motorista da Saúde, das 8h00 horas às 17h00: nos dias em que não tiver pacientes de hemodiálise. Nos dias de hemodiálise, o horário será adequado conforme agendamento da clínica de Timbó e sobre aviso após este horário no celular: (47) 88458760, sendo: Adelir Rodrigues.

VI - Serviços Gerais, das 8h00 às 14h00 horas.

Art. 3º - Serão concedidos 20 (Vinte) dias de férias coletivas aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação no período de 22/12/2016 a 11/01/2017, com retorno das atividades em 12/01/2017:

I - Servidores dos Centros de Educação Infantil: Coordenadoras de Creches, Atendentes de Educação Infantil, Crecheiras e Auxiliares de Serviços Gerais dos Centros de Educação Infantil Professora Onorata Zonta Dalfovo, Extensão e Dona Julia Bonelli.

Art. 4º - Serão concedidos 30 (Trinta) dias de férias coletivas aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação no período de 22/12/2016 a 20/01/2017, com retorno das atividades em 23/01/2017:

I - Servidores das Escolas Municipais: Auxiliares de Serviços Gerais da E.M. Balão Mágico, E.M. Coronel Tenente Amaro Medeiros de Vasconcelos e E.M. Pequeno Príncipe.

II - Motoristas da Educação, Fonoaudióloga, Psicóloga e Auxiliar de Educação Infantil.

III - Professores da Rede Municipal de Educação e os Professores das CEI's: serão concedidos 15 (quinze) dias de Recesso, no período de 15/12/2016 à 30/12/2016.

Art. 5º - Ficam excluídos do Ponto Facultativo mencionado no art. 1.º os serviços de:

I - Coleta de Lixo  
II - Caminhão Pipa  
III - Vigilância Noturna

Art. 6.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de Dezembro de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC

Publicado o presente Decreto em, 01 de Dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2901, de 01/12/2016**

DECRETO Nº 2901, de 01 de Dezembro de 2016.

ALTERA A LETRA A DO ART. 1º DO DECRETO Nº 2882 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE AS COMISSÕES ESPECIAIS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMISSÃO DE PREGÃO.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e:

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 2882 de 17 de Outubro de 2016 suprimiu a Comissão de Pregão, na tentativa de unificar as Comissões de Licitação e Pregão em uma Comissão Única – a Comissão de Licitações;

CONSIDERANDO, que o art. 51 da Lei Federal 8.666/9 regulamenta a Comissão de Licitação, cujas atribuições são diferentes das atribuições de uma Comissão de Pregão (Equipe de Apoio);

CONSIDERANDO, que o inciso IV do art. 3º da Lei 10.520/02, bem como o inciso II do art. 8º do Decreto Municipal n. 1958/2008 determinam que para os casos de Pregão a Autoridade Superior deve designar o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio para realizar os procedimentos para a realização do Pregão, que anteriormente era denominada como Comissão de Pregão;

**DECRETA**

Art.1º- Altera a letra A do art. 1º do Decreto 2882/2016, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

a) Gratificações especiais concedidas aos servidores que compõe a comissão permanente de licitações e membros da equipe de apoio (antiga comissão de pregão).

Art. 2º - Os demais incisos e artigos posteriores permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir do dia 1º de Dezembro de 2016.

Município de Ascurra, em 01 de dezembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra, em 01 de dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2902, de 01/12/2016**

DECRETO Nº 2902, de 01 de Dezembro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 80.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 80.000,00 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 80.000,00 )

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 01 de dezembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 01 de dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

### **DECRETO Nº 2903, de 05/12/2016**

DECRETO Nº 2903, de 05 de Dezembro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 5.040,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2010	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013703	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche
	Valor: ( 5.040,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 05 de dezembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 05 de dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2904, de 05/12/2016**

DECRETO Nº 2904, de 05 de Dezembro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 6.120,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.2008	MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 6.120,00 )	

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.2008	MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 2.500,00 )	
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.002	ESPORTE E CULTURA
04.002.0027	DESPORTO E LAZER
04.002.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
04.002.0027.0812.0060	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
04.002.0027.0812.0060.2008	MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 3.620,00 )	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em 05 de dezembro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em 05 de dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo



**DECRETO Nº 2905, de 05/12/2016**

DECRETO Nº 2905, de 05 de Dezembro de 2016.

Institui a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados – DESP, a Declaração Eletrônica de Serviços Tomados- DEST e o Calendário Fiscal do Município de Ascurra para 2017.

Art. 1º - Fica instituído o CALENDÁRIO FISCAL do Município de Ascurra para o Exercício de 2017, como instrumento de transparência fiscal, conforme preceito disposto no Art. 472, a, da LC 043/2002, alterado pela LC 143/2013, conforme data e eventos como seguem:

<b>JANEIRO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/01/2017	Vencimento ISSQN competência 12/2016 – regime normal e estimativa fixa
16/01/2017	Início do prazo para pedidos Isenção/desconto IPTU exercício 2017
31/01/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 12/2016
31/01/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 12/2016
31/01/2017	Prazo final de entrega das Notas de Produtor Rural do exercício 2016
<b>FEVEREIRO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/02/2017	Vencimento ISSQN competência 01/2017 – regime normal e estimativa fixa
28/02/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 01/2017
28/02/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 01/2017
<b>MARÇO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/03/2017	Vencimento ISSQN competência 02/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/03/2017	Vencimento da Parcela Única da Taxa de Fiscalização, Licença e Funcionamento (Alvará), exercício 2017.
15/03/2017	Vencimento da Parcela Única da Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiros, exercício 2017.
15/03/2017	Vencimento da Parcela Única do ISSQN Regime Fixo, com 20% de desconto, exercício 2017.
15/03/2017	Vencimento da 1ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017.
15/03/2017	Prazo final para contestação de lançamento da Taxa de Fiscalização, Licença e Funcionamento (Alvará), da Taxa de Fiscalização de Veículos de Transporte de Passageiros e do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
31/03/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 02/2017
31/03/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 02/2017
<b>ABRIL 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/04/2017	Vencimento ISSQN competência 03/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/04/2017	Vencimento da Parcela Única da Taxa de Alvará Sanitário, exercício 2017.
15/04/2017	Vencimento da 2ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
15/04/2017	Prazo final para contestação de lançamento da Taxa de Alvará Sanitário, exercício 2017
30/04/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 03/2017
30/04/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 03/2017
<b>MAIO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/05/2017	Vencimento ISSQN competência 04/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/05/2017	Vencimento da Parcela Única do IPTU exercício 2017, com 10% de desconto
15/05/2017	Vencimento da 1ª parcela do IPTU exercício 2017
15/05/2017	Prazo final para contestação de lançamento do IPTU, exercício 2017
15/05/2017	Prazo final para pedidos de isenção/desconto do IPTU exercício 2017
15/05/2017	Vencimento da 3ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
31/05/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 04/2017
31/05/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 04/2017
<b>JUNHO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/06/2017	Vencimento ISSQN competência 05/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/06/2017	Vencimento da 2ª parcela do IPTU exercício 2017
15/06/2017	Vencimento da 4ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
30/06/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 05/2017
30/06/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 05/2017
<b>JULHO 2017</b>	
<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
15/07/2017	Vencimento ISSQN competência 06/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/07/2017	Vencimento da 3ª parcela do IPTU exercício 2017
15/07/2017	Vencimento da 5ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
31/07/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 06/2017
31/07/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 06/2017



31/07/2017	Prazo final para pagamento e/ou parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa, referente ao exercício imediatamente anterior, em fase administrativa. Após esta data os débitos não negociados são encaminhados à cobrança em esfera judicial.
AGOSTO 2017	
DATA	EVENTO
15/08/2017	Vencimento ISSQN competência 07/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/08/2017	Vencimento da 4ª parcela do IPTU exercício 2017
15/08/2017	Vencimento da 6ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
31/08/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 07/2017
31/08/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 07/2017
SETEMBRO 2017	
DATA	EVENTO
15/09/2017	Vencimento ISSQN competência 08/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/09/2017	Vencimento da 5ª parcela do IPTU, exercício 2017
15/09/2017	Vencimento da 7ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
30/09/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 08/2017
30/09/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 08/2017
OUTUBRO 2017	
DATA	EVENTO
17/10/2017	Vencimento ISSQN competência 09/2017 – regime normal e estimativa fixa
17/10/2017	Vencimento da 8ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
31/10/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 09/2017
31/10/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 09/2017
NOVEMBRO 2017	
DATA	EVENTO
15/11/2017	Vencimento ISSQN competência 10/2015 – regime normal e estimativa fixa
15/11/2017	Vencimento da 9ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
30/11/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 10/2017
30/11/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 10/2017
DEZEMBRO 2017	
DATA	EVENTO
15/12/2017	Vencimento ISSQN competência 11/2017 – regime normal e estimativa fixa
15/12/2017	Vencimento da 10ª parcela do ISSQN Regime Fixo, exercício 2017
30/12/2017	Prazo final de entrega da DESP (Declaração Eletrônica de Serviços Prestados) competência 11/2017
30/12/2017	Prazo final de entrega da DEST (Declaração Eletrônica de Serviços Tomados) competência 11/2017
30/12/2017	Prazo final para recolhimento de tributos municipais do exercício 2017, antes da inscrição em dívida ativa

§ 1º Os prazos previstos no calendário fiscal que eventualmente se dão em sábados, domingos ou feriados, são transferidos para o primeiro dia útil posterior, sem a aplicação de quaisquer penalidades.

§ 2º O descumprimento de quaisquer prazos previstos neste Artigo, submetem-se às cominações legais previstas na LC 043/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - As demais disposições do Decreto 2545/2014 permanecem em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 05 de dezembro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 05 de dezembro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 1/2017 FMS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2017

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 19/1/2016 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS E GENÉRICOS PARA COMPOSIÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA NAS UNIDADES DO PSF CENTRO E PSF ESTAÇÃO, PARA ATENDIMENTOS DO SAMU E PARA ATENDIMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 19 de dezembro de 2016.

AIRES ROGERIO DALFOVO

Prefeito Municipal em exercício

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **LEI N.º 784/2016 "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Lei N.º 784/2016

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI JOÃO FRIZON, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º . Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder baixa dos bens moveis considerados bens inservíveis, integrantes do Patrimônio Municipal.

Art. 2º . A baixa dos referidos bens moveis foram considerados inservíveis de conformidade ao Laudo de Avaliação ( Anexo ) datado de 08 de dezembro de 2016, elaborado pela Comissão de Avaliação de bens móveis e imóveis inservíveis, nomeada pelo Decreto Municipal nº 882/2016 de 23 de setembro de 2016.

Art. 3º . Os bens móveis, objetos da avaliação são os constantes da relação em anexo, de 08 de dezembro de 2016, com a conclusão feita pela comissão de que os mesmos foram considerados inservíveis, após análise de todos itens de avaliação.

Art. 4º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 16 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON  
Prefeito Municipal

### **EDITAL PREGÃO Nº29/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA  
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 06 de janeiro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 06 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 16 de dezembro de 2016.

ALFREDO BERNARD  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **LEI N.º 781 /2016 "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR DE FORMA ONEROSA, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 24, COM ÁREA DE 386,00 M2, LOCALIZADO NA LINHA ALTO CAÇADOR, QUE SERÁ DEMEMBRADO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 24 MATRICULA Nº40.024**

LEI N.º 781 /2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ADQUIRIR de forma onerosa, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 24, COM ÁREA DE 386,00 m2, LOCALIZADO NA LINHA ALTO CAÇADOR, Que será demembrado de parte do lote rural n. 24 matrícula Nº40.024 de propriedade de CLAUDIR MOLINARI."

DARCI JOÃO FRIZON, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado à adquirir de forma onerosa por escritura pública parte do lote rural nº24, com área de 386,00m2, localizado na linha Alto Caçador, que será desmembrado de parte do lote rural n. 24 registrado e cadastrado no Registro de Imóveis desta Comarca de São Miguel do Oeste, matrícula 40.024, de propriedade de CLAUDIR MOLINARI, para fins de construção de antena de telefonia/internet ou para implantação de infraestrutura para abastecimento de água.

§ 1.º A localização de parte do lote rural n.24 que trata a presente lei é a que segue:

- a) ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 24, de Claudir Molinari, medindo 15,50 metros, por linha seca;
- b) ao LESTE, com parte do mesmo Lote Rural nº 24, de Claudir Molinari, medindo 24,08 metros, por linha seca.
- c) ao SUL, com parte do mesmo lote rural n. 24, de Claudir Molinari, medindo 15,50 metros, por linha seca.
- d) ao OESTE: com parte do mesmo lote rural n. 24, de Claudir Molinari, medindo 25,88 metros, por linha seca.

Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 386,00m2.

Art. 2º. O valor entendido com justo com base laudo da Comissão Municipal criada pelo Decreto Municipal n. 824/2016 é de R\$ 5.790,00 (cinco mil, setecentos e noventa reais).

Art. 3º. Caso o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste solicitar correção de informações relativas a localização e confrontações da parte do lote a ser desmembrado fica o poder executivo autorizado a realizar ajustes por ato/decreto.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 16 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

**LEI N.º 782 /2016 "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR DE FORMA ONEROSA, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 27, COM ÁREA DE 200,08 M2, LOCALIZADO NA LINHA RABO DE GALO, QUE SERÁ DEMEMBRADO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 27 MATRICULA Nº21.050**

LEI N.º 782 /2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ADQUIRIR de forma onerosa, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 27, COM ÁREA DE 200,08 m2, LOCALIZADO NA LINHA RABO DE GALO, Que será demembrado de parte do lote rural n. 27 matricula Nº21.050 de propriedade de FELICIA CECHET, NÉDIO ANTONIO CCECHET E NERI PAULO CECHET."

DARCI JOÃO FRIZON, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado à adquirir de forma onerosa por escritura pública parte do lote rural nº27, com área de 200,08m2, localizado na linha Rabo de Galo, que será desmembrado de parte do lote rural n. 27 registrado e cadastrado no Registro de Imóveis desta Comarca de São Miguel do Oeste, matricula 21.050, de propriedade de FELICIA CECHET, NÉDIO ANTONIO CECHET E NERI PAULO CECHET, para fins de construção de antena de telefonia/internet ou para implantação de infraestrutura para abastecimento de água.

§ 1.º A localização de parte do lote rural n.27 que trata a presente lei é a que segue:

- a) ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 27, medindo 14,15 metros, de Felicia Cechet, Nédio Antonio Cechet e Neri Paulo Cechet, por linha seca;
  - b) ao LESTE, com parte do mesmo Lote Rural nº 27, medindo 14,14 metros, de Felicia Cechet, Nédio Antonio Cechet e Neri Paulo Cechet, por linha seca.
  - c) ao SUL, com parte do mesmo lote rural n. 27, medindo 14,15 metros, de Felicia Cechet, Nédio Antonio Cechet e Neri Paulo Cechet, por linha seca.
  - d) ao OESTE: com a sarjeta da estrada Geral que liga linha 13 de Maio a São Miguel do Oeste, medindo 14,14 metros.
- Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 200,08m2.

Art. 2º. O valor entendido com justo com base laudo da Comissão Municipal criada pelo Decreto Municipal n. 824/2016 é de R\$ 3.001,20 (três mil e um reais e vinte centavos).

Art. 3º. Caso o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste solicitar correção de informações relativas a localização e confrontações da parte do lote a ser desmembrado fica o poder executivo autorizado a realizar ajustes por ato/decreto.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 16 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

**LEI N.º 783 /2016 "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR DE FORMA ONEROSA, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 153, COM ÁREA DE 300,00 M2, LOCALIZADO NA LINHA ARVOREDO, QUE SERÁ DEMEMBRADO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 153 MATRICULA Nº3.405**

PROJETO DE LEI N.º 782 /2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ADQUIRIR de forma onerosa, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 153, COM ÁREA DE 300,00 m2, LOCALIZADO NA LINHA ARVOREDO, Que será demembrado de parte do lote rural n. 153 matricula Nº3.405 de propriedade de ARDUINO RAMA."

DARCI JOÃO FRIZON, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, que encaminhei a Câmara Municipal de Vereadores para aprovação o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado à adquirir de forma onerosa por escritura pública parte do lote rural nº153, com área de 300,00m2, localizado na linha Arvoredo, que será desmembrado de parte do lote rural n. 153 registrado e cadastrado no Registro de Imóveis desta Comarca de São Miguel do Oeste, matricula 3.405, de propriedade de ARDUINO RAMA, para fins de construção de antena de telefonia/internet ou para implantação de infraestrutura para abastecimento de água.

§ 1.º A localização de parte do lote rural n.153 que trata a presente lei é a que segue:

- a) ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº 153, de Arduino Rama e Antoninho Rama, medindo 15,00 metros, por linha seca;
- b) ao LESTE, com parte do mesmo Lote Rural nº 153, de Arduino Rama e Antoninho Rama, medindo 20,00 metros, por linha seca.
- c) ao SUL, com parte do mesmo lote rural n. 153, de Arduino Rama e Antoninho Rama, medindo 15,00 metros, por linha seca.
- d) ao OESTE: com parte do mesmo lote rural n. 153, de Arduino Rama e Antoninho Rama, medindo 20,00 metros, por linha seca

Fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 300,00m2.

Art. 2º. O valor entendido com justo com base laudo da Comissão Municipal criada pelo Decreto Municipal n. 824/2016 é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Caso o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste solicitar correção de informações relativas a localização e confrontações da parte do lote a ser desmembrado fica o poder executivo autorizado a realizar ajustes por ato/decreto.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 21 de novembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Mensagem ref. Projeto de Lei n. 782/2016.

Barra Bonita/SC, 21 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente  
Excelentíssimos Senhores Vereadores

Cumpra-me pelo presente encaminhar o incluso Projeto de Lei nº782/2016, para apreciação e posterior aprovação desta Casa, versando sobre a autorização para o Chefe do Poder Executivo Municipal adquirir de forma onerosa, por escritura pública, PARTE DO LOTE RURAL Nº 153, COM ÁREA DE 300,00 m2, LOCALIZADO NA LINHA ARVOREDO, Que será demembrado de parte do lote rural n. 153 matrícula Nº3.405 de propriedade de ARDUINO RAMA. Deve-se ressaltar que a intenção da Administração Municipal é adquirir essa área de terra visando à construção de antena de telefonia/internet ou para implantação de infraestrutura para abastecimento de água.

Ademais, a localização da área é de extrema relevância para instalação de antena, conforme estudo de viabilidade apresentado por empresa contratada pela administração municipal.

Também é importante salientar, que o Governo do Estado por meio da Secretaria de Agricultura e SDR – São Miguel do Oeste, tem acordado com a atual administração, a liberação em 2017 de recursos para construção de antenas no interior, melhorando assim a internet para a população barra bonitense.

Sendo o que se apresenta para o momento, contando com a aprovação do presente Projeto de Lei, na oportunidade renovo protestos da mais alta estima e considerações.

Atenciosamente,

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Ao Senhor

JOACIR RALDI

Presidente da Câmara de Vereadores

E ilustres integrantes do Poder Legislativo de Barra Bonita/SC

**PORTARIA N.º 340, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016,  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDORA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º 340, de 16 de dezembro de 2016.

"Prorroga contrato de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, e resultado do Processo Seletivo Simplificado edital 02/2016.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato da Senhora, Neiva do Prado Ferreira,, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para substituição da servidora Neiva Carossi que se encontra em licença pelo período de 16 a 23 de dezembro de 2016, sob regime

estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 16 de dezembro de 2016.

Darci Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº341, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016. "DEMITE SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."**  
PORTARIA Nº341, de 16 de dezembro de 2016.

"Demite servidores contratados temporariamente, e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 038, de 01 de dezembro de 2011:

Resolve:

Art.1º- Ficam demitidos os servidores abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Cargo
Geane Marcia Christofoli	292407	Professor
Luana Friederichs	421601	Professor
Marcia Pinheiro		Professor
Michele Fontana Neto Zaccaron	417804	Auxiliar de Creche
Neura Maria Schonardie Deres	184113	Professor
Rosane Marlene Tonello Dresch	183813	Professor
Viviane do Carmo Kinsel Juvier	421501	Professor

Art.2º- As despesas decorrentes da aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 16 de dezembro de 2016.

Darci Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 25º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

25º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 9ª convocação através do Edital nº 24º/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

#### 1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 17.6 DO EDITAL 002/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 24º Edital de Convocação do Concurso Público 002/2015, os seguintes candidatos:

##### EDUCAÇÃO

Nível Superior na Área Pedagógica

Professor de Artes

34º Felipe Barros Da Silva

Professor de Educação Infantil

57º Sheila Regiane Staeger Malinoski

58º Rosani Guszaki

#### 2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO, CONFORME ITEM 17.6 E 17.8 DO EDITAL Nº 002/2015

2.1 NÃO COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga, conforme 9ª Convocação, os seguintes candidatos:

Nível Fundamental Completo

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Motorista de automóvel

4º Waldir Andrade De Oliveira

#### 3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 17.6 do Edital do Concurso Público 002/2015.

3.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

3.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

3.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 16 de dezembro de 2.016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Adm. e Finanças

### AD 001/017/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Licitação: Proc. Administrativo 57/2016 - TP 007/2016

Objeto: Instalação de conjunto de fossa séptica, filtro anaeróbio, clorador e inspeção para o CEI Areia Branca, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memorais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

13.489,36 (treze mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos)

Data da assinatura: 18/11/2016

Data do vencimento: 31/12/2016

Barra Velha, 18 de dezembro de 2016

PATRICIA BITTENCOURT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 011/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 011/2016.

Fornecedor: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ: 08.336.783/0001-90

Data de Assinatura: 01 de novembro de 2016.

Vigência de: 01/11/2016 á 01/03/2017

Valor: R\$ 4.072,45 (Quatro mil, setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Recursos: 2.001.3.3.90.39.43.00.00.00 (1) Serviços de Energia Elétrica.

Objeto: Execução de Obra no Sistema Elétrico de Distribuição, destinada a atender a solicitação do Protocolo de Atendimento Nº20162027298421 – Nota PS nº400160042 cujo local de instalação é RUA PEDRO ALCÂNTARA DE FREITAS, 125, CENTRO, BARRA VELHA -SC, definida no Projeto Eletromecânico e Orçamento Nota OS nº400160042.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlin – Presidente da Câmara de Vereadores

**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 011/2015-02 INCORPORAÇÃO**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA - SC

EXTRATO CONTRATUAL

Termo Aditivo nº: 011/2015-02

Contrato Original nº: 011/2015.

Licitação nº: 001/2015

Modalidade: Pregão Presencial.

Fornecedor: OPTITEL REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 01.580.723/0001-70 / 01.580.723/0006-84

Data de Assinatura Aditivo: 28 de novembro de 2016.

Objeto: O objeto do presente termo aditivo é formalizar a alteração qualificação da empresa CONTRATADA, em razão da incorporação da empresa OPTITEL REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. pela ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A., alterando o preâmbulo do Contrato para constar qualificação da empresa CONTRATADA, conforme segue: Nome: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A; Endereço: Rua José Alves Garcia, nº 415, Bloco A, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia/MG; CNPJ nº: 22.166.193/0001-98

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlin – Presidente da Câmara de Vereadores



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS - PE 73/2016

#### ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 14/12/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 10:00 horas  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2016  
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 73/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016, para recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 73/2016.

Dando início à sessão, o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos originais enviados ao Pregoeiro pelas empresas INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, M MOBILE EIRELI, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, DGW BRASIL EIRELI ME, conforme item 8.3.2 do Edital.

Após análise e rubrica verificou-se que os documentos apresentados se mostraram em acordo com o exigido no Edital.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PAS- QUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	---

### ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS - PE 79/2016

#### ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 15/12/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 11:00 horas  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2016  
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 79/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PROCESSADORA PARA RAIÓ-X

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016, para recebimento e abertura do envelope contendo os documentos apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 79/2016 sob o número de protocolo 917.

Dando início à sessão, o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope contendo os documentos originais enviados ao Pregoeiro pela empresa IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, conforme

item 8.3.2 do Edital.

Após análise e rubrica verificou-se que os documentos apresentados se mostraram em acordo com o exigido no Edital.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PAS- QUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	---

### ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO CONVITE Nº 81/2016

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2016.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 81/2016.

DATA: 16/12/2016 - HORA DE INÍCIO: 9:05 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO E PESQUISA DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AO RISCO DE AMBIENTE DE TRABALHO PARA CORREÇÃO DE ERROS PASSADOS E PREVENÇÃO DE ERROS FUTUROS, EXCETO AGENTE NOVICO.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços - 81/2016, com a presença dos membros da Comissão de Licitações JOÃO ULLER, MAURICIO STEFFEN e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 002/2016. Aberta a sessão, verificou que compareceram ao certame protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado as licitantes: MARCELO VARGAS DA ROSA, BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME, GOMES E RIBEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, HONIZIA APARECIDA DA SILVA SOBIERAJ ME, RENERIO ROECKER, F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME e PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA ME. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. As licitantes BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME, F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME e PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA ME apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Analisada a documentação, a Comissão de Licitações verificou que a documentação de habilitação encontra-se de acordo com as exigências do edital, sendo portanto, todas as licitantes consideradas habilitadas e os documentos integrados aos autos do processo. Colocada a palavra a disposição dos representantes dos licitantes presentes, os mesmos declinaram expressamente do direito de interpor recurso autorizando a comissão de licitação a passar para a

próxima fase da licitação com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão e licitantes presentes.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	MARCIEL RODRIGO KOS- LOWSKI Membro
--------------------------	----------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

HONIZIA APARECIDA DA SILVA SOBIERAJ ME

F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME

#### ATA JULGAMENTO PROPOSTAS CONVITE Nº 81/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2016.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 81/2016.

DATA: 16/12/2016 - HORA DE INÍCIO: 09:40 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO E PESQUISA DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AO RISCO DE AMBIENTE DE TRABALHO PARA CORREÇÃO DE ERROS PASSADOS E PREVENÇÃO DE ERROS FUTUROS, EXCETO AGENTE NOVICO.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº. 002/2016 e os representantes das licitantes já mencionados anteriormente, e após proferido o julgamento da fase de habilitação, o Presidente da Comissão procedeu a abertura dos envelopes nº 02, contendo as propostas de preços, sendo as propostas neles contida, verificadas e rubricadas por todos. Após analisar as propostas as mesmas foram consideradas classificadas. Considerando-se o critério de julgamento de menor preço por itens, conforme definido no preâmbulo do edital, a Comissão de Licitação elaborou o QCP (quadro comparativo de preços) abaixo:

Licitante	Valor Propostas	Situação ME/EPP
HONIZIA APARECIDA DA SILVA SOBIERAJ ME	48.500,00	Não
F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME	48.900,00	Sim
BOTTIN CONSULTORIA LTDA ME	49.995,00	Sim
GOMES E RIBEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	58.900,00	Não
PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA ME	67.900,00	Sim
MARCELO VARGAS DA ROSA	79.990,00	Não
RENERIO ROECKER	79.994,00	Não

Conforme demonstrado no QCP acima a licitante F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME, melhor ME classificada, poderá fazer uso dos benefícios do art. 44, § 1º da LC 123/2006. Consultado o representante da licitante presente o mesmo fez uso da LC 123/2006 e apresentou nova proposta verbal no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), sendo portanto, declarada vencedora do presente certame. Colocada a palavra a disposição dos presentes, não houve qualquer manifestação e os representantes das licitantes presentes desistem do prazo recursal. O representante da licitante HONIZIA APARECIDA DA SILVA SOBIERAJ ME ausentou-se da sessão antes do término da mesma, deixando portanto de assinar a presente ata. O presidente da Comissão de Licitações solicitou ao licitante vencedor que apresente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nova proposta de preços readequada ao valor vencido. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar,

encerrou-se a reunião, indo esta ata assinada pelos presentes. Publicou-se e encaminhou-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
--------------------------	----------------------------	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

HONIZIA APARECIDA DA SILVA SOBIERAJ ME

F A MALKO GESTAO EMPRESARIAL E FINANCEIRA ME

#### EXTRATO DE CONTRATO 108/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 21.483,60

Vigência: 01/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

#### EXTRATO DE CONTRATO 109/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 22.500,00

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

#### EXTRATO DE CONTRATO 110/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO

**FUNDAMENTAL (EMS)**

Valor Total Contratado: R\$ 16.678,10

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 111/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 48.427,60

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 112/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 70.101,10

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 113/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: MAQUEA E MAQUEA LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 1.190,00

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 114/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2016

Referente: Processo Licitatório nº 71/2016

Contratada: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Valor Total Contratado: R\$ 2.387,50

Vigência: 02/01/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 13/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO 107/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2016

Referente: Processo Licitatório nº 70/2016

Contratada: BANCO BRADESCO S/A

Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AQUI DENOMINADAS "AGENTE ARRECADADOR", PARA QUE EM NOME E POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, PROCEDAM A ARRECAÇÃO E O RECEBIMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E QUAISQUER OUTRAS RECEITAS QUE FOREM DEVIDAS AO MUNICÍPIO, POR QUAISQUER CONTRIBUÍNTES, INCLUSIVE OS CRÉDITOS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA

Valor Total Contratado: R\$ 30.000,00

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 05/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 65/2014**

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2014

Referente: Processo Licitatório nº 39/2014

Contratada: LORIVALD BEYER

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MOBILIADO PARA ALOJAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO PROGRAMA MAIS MEDICOS

Finalidade do Aditivo: ADITIVO DE PRAZO

Valor Total Contratado: R\$ 12.659,64

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 18/11/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### ATO DECLARATÓRIO DGT/SEFAZ Nº 02/2016

ATO DECLARATÓRIO DGT/SEFAZ Nº 02, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Declara a anulação do Alvará de Licença para Funcionamento de Estabelecimento nº 2002/2016.

O DIRETOR GERAL DE TRIBUTOS, da Secretaria da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso de suas atribuições; e  
- Considerando, que erroneamente foi emitido Alvará de Licença para Funcionamento de Estabelecimento, sendo que o contribuinte não demonstrou preencher todos os requisitos legais para obtenção do mesmo, encontrando-se irregular, pois falta-se documentos para sua regularização com a Fazenda Pública Municipal, DECLARA:

Art. 1º. Com fulcro nos princípios constitucionais da Legalidade, Moralidade e Impessoalidade, a ANULAÇÃO do Alvará de Licença para Funcionamento de Estabelecimento nº 2002/2016, emitido para Inscrição Municipal nº 8260, em nome de JOEL GERVASIO LEITE - EPP, pessoa jurídica, inscrita sob o CNPJ nº 20.122.908/0001-85.

Parágrafo único – Encaminha-se cópia deste documento para o contribuinte.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2016.

Bruno Diogo Marques

Diretor Geral de Tributos

Coordenador do Pró-Cidadão Biguaçu

Matrícula nº 12318 – Portaria nº 462/2013

### DECRETO Nº 237/2016

DECRETO Nº 237/2016 DE: 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 224.000,00 (Duzentos e vinte e quatro mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.2.38.0228016. A dotação abaixo relacionada:

18. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média Complexidade	224.000,00
3.3.90.00/0.2.38.0228016	Outras Despesas Correntes	224.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**DECRETO Nº 238/2016**

DECRETO Nº 238/2016 DE: 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2016 da Unidade Gestora Prefeitura.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I, da Lei Municipal nº 3.589/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.117,23 (Um mil, cento e dezessete reais e vinte e três centavos) por conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado em fonte de recursos, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual de 2016, Lei Municipal nº 3.604/2015:

**0301. Secretaria de Administração**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	1.117,23
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.117,23
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.117,23
0.1.39.000000	Recuperação de Despesas Pagas a Maior ao INSS	1.117,23

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**EMENDA DA LEI ORGÂNICA 05/2016**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02/2016

MODIFICA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autores: Vereadores que subscrevem

Art. 1º Fica acrescentado à Lei Orgânica do Município de Biguaçu o artigo 98-A, com a seguinte redação:

"Art. 98-A - O Prefeito, eleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após sua posse, que conterá as prioridades: as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor.

§ 1º O Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial da Cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º O Poder Executivo promoverá, dentro de trinta dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais.

§ 3º O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

- promoção do desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
- inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
- atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
- promoção do cumprimento da função social da propriedade;
- promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
- promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
- universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência,



rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§ 6º Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Art. 2º Ficam acrescentados ao art. 127 da Lei Orgânica Municipal os §§ 7º, 8º e 9º, com as seguintes redações:

"Art. 127 ...

...

§ 6º (...)

"§ 7º As leis orçamentárias a que se refere este artigo deverão incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da lei do Plano Diretor.

§ 8º As diretrizes do Programa de Metas serão incorporadas ao projeto de lei que visar à instituição do plano plurianual dentro do prazo legal definido para a sua apresentação à Câmara Municipal."

§ 9º O não cumprimento do Programa de Metas durante a gestão para o qual o candidato fora eleito, poderá implicar em impossibilidade de disputar nova eleição, para o mesmo que fora eleito, a critério da avaliação do Poder Legislativo Municipal, salvo situações previamente justificadas e aceitas pela Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 2017.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2016.

Vereador Ednei Müller Coelho

Presidente em exercício

## **LEI Nº 3697/2016**

LEI Nº 3697/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro à outubro e dezembro/2017), por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017, à entidade "Associação de Moradores da Rua Júlio Teodoro Martins", CNPJ nº 06.343.144/0001-27, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Planeta Azul, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Parágrafo Único – No mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026(Código da funcional) – Manutenção do Ensino Infantil - Creche, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes / TIPSFL(Nome da Natureza da Despesa).

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3697 /2016, de 15/12/2016

Sancionada em 15/12/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**LEI Nº 3698/2016**

LEI Nº 3698/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais (janeiro à outubro e dezembro/2017), por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017, à entidade "Associação dos Moradores da Praia João Rosa - AMPRA", CNPJ nº 01.569.993/0001-80, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Parágrafo Único – No mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes / TIPSFL.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Biguaçu, 15 de dezembro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3698 /2016, de 15/12/2016

Sancionada em 15/12/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**LEI Nº 3699/2016**

LEI Nº 3699/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro à outubro e dezembro/2017), por aluno atendido, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017, à entidade "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", CNPJ nº 82.101.874/0001-08, destinados a atender despesas de manutenção da entidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Parágrafo Único – No mês de novembro/2017 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por aluno atendido.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2017' com a seguinte classificação: 07- – Educação; 367 – Educação Especial; 0003 – O futuro se faz com educação; 2029 – Apoio à APAE; 3.3.50.00 – Outras Despesas Correntes/ Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos; 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de dezembro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3699 /2016, de 15/12/2016

Sancionada em 15/12/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária



**PORTARIA Nº 2697/2016**

PORTARIA nº 2697 de 24 de outubro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) HEVILYN IZADORA FRANCISCO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SUPERINTENDENTE DE ENGENHARIA, no Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 17/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/10/2016.

Biguaçu, 24 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3055/2016**

PORTARIA nº 3055 de 16 de dezembro de 2016.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADEMIR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio;

ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;

ADRIANO HOFFMANN WESTPHAL, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Adjunto;

AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;

ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;

ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;

ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;

ANDRE DA SILVEIRA RIBEIRO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;

ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;

BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;

CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;

CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;

CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;

CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;

DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;

DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio à Educação;

DIEGO BUSATO PIMENTEL, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;

DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;  
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio;  
EMERSON JOSE PETRY, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Gabinete;  
ERALDO ALCIDES DUARTE, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
ERON DE FARIAS GIPP, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Adjunto;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FABIO VINICIUS PALMA KLOKNER, ocupante do Cargo Temporário de Engenheiro Agrônomo;  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FERNANDO RICARDO DOTTO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
GUSTAVO FELIPE BORBA AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Convênios;  
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Ensino Fundamental;  
LEANDRO ROGERIO PIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARISA DA CRUZ DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceteiro;  
PEDRO JOAQUIM CARDOSO, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAMON DUARTE, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);

REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
RODRIGO MONICO DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Professor III (Educação Física);  
RODRIGO TRAJANO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Adjunto;  
ROGÉRIO GARCIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;  
RONEI JOSÉ DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;  
SEDIEL FLORES, ocupante do Cargo Temporário de Pintor;  
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO DE CARVALHO BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VERONICA BARBARA BERNZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
VICTOR PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução Fiscal;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 2942/2016.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

## **TP160-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 160/2016-PMB

### **PREÂMBULO**

O MUNICIPIO DE BIGUAÇU, com sede na Praça Nereu Ramos, 90– Centro - Biguaçu/SC, através da Secretaria Municipal de Administração - Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, cujo regime de execução é EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, regida pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores por este EDITAL e seus anexos, parte integrante, em sessão pública em data e horário acima especificado.

### **RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**

Até às 13:45 horas, do dia 11 de janeiro de 2017, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

### **ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:**

Às 14:00 horas, do dia 11 de janeiro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, a critério exclusivo da administração, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido no ato.

### **1. DO OBJETO**

1.1- O objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviço de mão de obra para a reforma do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma

físico financeiro e levantamento fotográficos, parte integrante deste edital.

## 2. DA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

2.1 – O recebimento dos documentos e propostas dar-se-á na Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu, localizada à Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu/SC, até o dia e hora indicados neste Edital.

2.2 – A abertura dos documentos e propostas dar-se-á no dia, hora e local indicados neste Edital.

## 3. PREÇO MÁXIMO E DAS DESPESAS

3.1- Valor Previsto: R\$42.005,85

3.2 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
09/01 2.087.333903916000000.  
Recurso Multa de Trânsito Polícia Civil

## 4. DA SUBORDINAÇÃO

4.1 – A presente TOMADA DE PREÇOS subordina-se em seu todo, à Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## 5. - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público, empresas que estejam sob processo de recuperação judicial ou falência, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar, transacionar com Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados e empresas reunidas em consórcio.

5.2 - Poderá participar da presente licitação empresas cadastradas no Município de Biguaçu, na categoria do objeto Licitado no ramo de atividade específico quanto ao objeto desta Licitação, até o terceiro dia que antecede a licitação.

## 6- DOS ENVELOPES

6.1 – O envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO, e envelope nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, deverão ser fechados de forma a não permitir sua violação, e numerados, contendo as seguintes inscrições no seu anverso:

PROPOONENTE .....  
OBJETO .....  
TOMADA DE PREÇOS 160/2016-PMB  
ABERTURA ÀS 14:00 HORAS DO DIA 11/01/2017  
ENVELOPE Nº .....

## 07. DO CREDENCIAMENTO

7.1 – Os licitantes deverão se credenciar junto à Comissão Permanente de Licitação no início da sessão de abertura dos envelopes de habilitação, através de 01 (um) representante legal, devidamente munido de documento que o credencie a participar de procedimentos licitatórios.

7.2 – O credenciamento far-se-á por meio de procuração pública ou particular com firma reconhecida e com poderes necessários para praticar todos os atos pertinentes à Licitação, inclusive poderes para desistência e interposição de recursos, em nome da representada. Em sendo o representante, sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá constar no estatuto ou Contrato Social, parte integrante dos documentos de habilitação, cláusula no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.3 – O documento de credenciamento será retido pela Comissão e juntado ao Processo Licitatório.

## 8- DA HABILITAÇÃO

### 8.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2 - Prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente, no caso de firma individual;

8.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

### 8.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICA:



8.2.1 Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física).

8.2.2 Atestado de capacidade técnico-operacional, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, Acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esses Conselhos, que comprove que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.

OBS: Todos os atestados deverão se referir a serviços concluídos e executados nos prazos previstos contratualmente, com no mínimo as especificações constantes no subitem 8.2.2.

Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

8.2.3. Capacitação Técnica Profissional: A Licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, Engenheiro detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços, comprovado através de Acervo Técnico emitido CREA, com características semelhantes às especificadas mencionadas no SUBITEM 8.2.2, equivalente ou superior às especificadas.

8.2.3.1. O(s) técnico(s) apresentado(s), para atender o subitem acima do edital, não poderá (ão) ser contratado(s) em período de experiência ou por prazo explícito em contrato inferior ao cumprimento do prazo previsto para a execução dos serviços, ficando a licitante, nessas condições, inabilitada.

8.2.3.2. A comprovação de pertencer ao quadro da empresa ocorrerá através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou da Ficha Registro de Empregado ou ainda, através de contrato de prestação de serviços.

8.2.3.3. Quando se tratar de sócio, a comprovação se dará pela apresentação do Contrato Social.

8.2.4 – Declaração do licitante que atesta que todos os equipamentos, ferramentas, máquinas e caminhões usados para a execução dos serviços é de responsabilidade da empresa.

8.2.5 - Declaração ou Certidão Negativa de Infração ao disposto no Art. 7, Inciso XXXIII, da Constituição federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil, preferencialmente expedida pela delegacia Regional do Trabalho.

8.2.6 - 8.2.4 Declaração do licitante que concorda com todos os termos e condições do presente edital e dos seus anexos, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus e todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação da obra, se vencedora da licitação.

8.2.7 - A empresa deverá indicar o profissional que será o responsável técnico pela contratação.

8.2.8- Atestado de Visita Técnica e conhecimento dos Serviços: Esta declaração será expedida, após a visita técnica feita pela empresa proponente que deverá ser o profissional (Engenheiro Civil pertencente ao quadro permanente da Empresa) juntamente com o Engenheiro da Secretaria de Planejamento e Gestão, que deverá ser agendada com o engenheiro responsável da PMB através do fone 048- 3243.1054 para a referida visita, sob pena de inabilitação.

### 8.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

8.3.1 - Certidão negativa de pedido de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, na sua validade.

8.3.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, registrado na Junta Comercial do Estado e/ou publicado na imprensa, com os termos de abertura e encerramento, assinado pelo contador responsável e pelo proprietário da empresa, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme índices descritos a seguir, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta (Artigo 31, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21.06.93): O Balanço e as demonstrações a serem apresentados, deverão ser cópia extraída do Livro Diário, com apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede da Empresa. A situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices (apresentar os cálculos, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador):

LG=AC+RLP

PC+ELP

LC= AC

PC

SG= AT

PC+ELP

EG= PC+ELP

-----  
AT

Onde: LG = Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

LC = Liquidez Corrente

SG = Solvência Geral

AT = Ativo Total

EG = Endividamento Geral

13.7. Somente serão habilitadas as licitantes que obtiverem:

LG $\geq$ 1,00	LC $\geq$ 1,00	SG $\geq$ 1,00	EG $\leq$ 0,50

8.3.3 - Comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo, na data da apresentação da proposta, de valor não inferior a 10% (dez por cento) do orçamento global da PMB. As proponentes deverão comprovar a situação do Patrimônio Líquido através do Balanço Patrimonial.

8.3.4 - Para fazerem jus às prerrogativas que lhe são deferidas pela lei Complementar nº123/2006, todos os licitantes, além dos documentos citados no item HABILITAÇÃO, deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, comprovando, conforme o caso, sua condição de ME ou de EPP.

#### 8.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

8.4.1 - Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias; (poderá ser emitida via internet).

8.4.2 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), fornecida pela Caixa Econômica Federal (CEF) em validade, conforme dispõe a alínea "a", do art. 27 da Lei n. 8.036, de 11/05/90; (poderá ser emitida via internet).

8.4.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal e Dívida Ativa União do domicílio (que abrange inclusive as contribuições sociais), ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da Lei; (poderá ser emitida via internet).

8.4.4 - Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT para com o Tribunal Regional do Trabalho;

8.4.5. Certificado de Registro cadastral da PMB, no ramo do objeto licitado dentro do prazo de validade.

#### 09- OBSERVAÇÕES QUANTO AO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

09.1 - A documentação apresentada será idônea se o seu prazo de validade estender-se, pelo menos, até a data limite fixada para o recebimento dos envelopes.

09.2 - Serão inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar, na data aprazada, quaisquer dos documentos exigidos ou se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

09.3 - O Balanço Patrimonial deverá ser apresentado na forma da lei, ou seja, com termo de abertura e encerramento, autenticação da Junta Comercial da sede da empresa, etiqueta do contador e todas as folhas devidamente assinadas pelo responsável pela empresa e seu contador.

09.4 - Documentos sem validade expressa considerar-se-á, 90 (noventa) dias da data de emissão.

09.5 - Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou por qualquer funcionário do Setor de Licitação, podendo, a qualquer tempo, a Comissão Permanente de Licitação, se assim entender necessário, exigir os respectivos originais para conferência.

#### 10. DA ABERTURA DO ENVELOPE N.º 1 E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

10.1 - A sessão de abertura dos envelopes terá início com o credenciamento dos prepostos dos licitantes, mediante a apresentação da carteira de identidade e o documento autorizativo da representação. A CPL realizará a abertura dos envelopes n.º 1 – Documentos de Habilitação.

10.2 - Abertos os Envelopes n.º 1, a documentação será conferida e rubricada pelos membros da CPL e pelos representantes das empresas presentes, que terão acesso aos documentos de forma individualizada.

10.3 - Da reunião será lavrada ata circunstanciada que registrará inclusive eventuais manifestações de interessados que o requererem,



relativas à documentação examinada, sendo ao final, assinada pelos membros da CPL e pelos representantes presentes.

10.4 - A "habilitação" dos licitantes será apreciada e julgada pela CPL e, conforme o caso, pelo setor responsável da Secretaria requisitante, conforme as exigências contidas neste instrumento convocatório e na legislação vigente;

10.5 - Os licitantes cuja documentação não atender às exigências deste Edital serão inabilitados.

10.6 - A inabilitação do licitante ultimados os possíveis procedimentos recursais, importa em preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes da Licitação sendo então devolvido fechado o Envelope n.º 2.

10.7 - Analisada e julgada toda a documentação, será divulgado o Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, bem como mediante aviso afixado no mural, localizado na prefeitura de Biguaçu, sito na Praça Nereu Ramos, nº 90 – Centro – Biguaçu, determinando o dia de abertura dos envelopes de proposta, salvo nos casos previstos pelo art. 109, § 1º da Lei 8.666/93, ou que possibilitará a abertura dos envelopes de propostas e, conseqüentemente, dispensará a publicação do resultado de habilitação.

## 11 - DA PROPOSTA

11.1. A proposta de preços dos proponentes deverá ser entregue no original ou em fotocópia autenticada, em 01 (uma) via de igual teor, datilografada ou digitada, devendo ser assinada e rubricada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar:

11.2. Planilha Orçamentária com preços unitários e totais expressos em reais, arredondados com duas casas decimais.

11.3. Cronograma Físico/Financeiro.

11.4. Os preços unitários e totais considerados na proposta devem ser expressos em reais e com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, seguindo-se a metodologia da Resolução nº 886/66 da Fundação IBGE.

11.5. Deverá ser cotado preço unitário, conforme as especificações técnicas do Edital, já definido nesta Licitação.

11.6. Nenhum preço unitário proposto poderá ser superior ao valor do orçamento básico da PMB.

11.7. O preço global da proposta não poderá ser superior ao orçamento global da PMB;

11.8. Nos preços propostos deverão constar e ser computadas todas as despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas aos trabalhos objeto desta Licitação.

11.9. A licitante deverá apresentar a composição analítica de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados na sua proposta.

11.10. A licitante não deve incluir em seu BDI as parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL, por se constituírem em tributos de natureza direta (ACÓRDÃO Nº 950/2007 - TCU – PLENÁRIO).

11.11. Declaração expressa de que os preços propostos compreendem todas as despesas com transporte, seguro, impostos, taxas e outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

11.12. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da abertura do ENVELOPE Nº 2.

11.13. A proposta será recebida obrigatoriamente impressa conforme acima descrito e preferencialmente da seguinte forma:

11.14. A Proposta deverá ser preenchida através do site <https://biguacu.atende.net> e impresso o comprovante com a chave para autenticação, o qual deverá ser apresentado junto com a proposta impressa.

## 12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - Para julgamento das Propostas, a Comissão levará em consideração o MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas às especificações e quadro de quantidades constantes no EDITAL.

12.2 - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL.

12.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste EDITAL e seus anexos, bem como aquelas que apresentarem preços manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

12.4 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Comissão convocará todos os licitantes para no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas.

12.5 - No caso de absoluta igualdade das propostas, e depois de obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará conforme o disposto no art. 45, parágrafo 2º da referida Lei.

12.6 - O resultado da abertura da documentação e julgamento final das propostas será enviado VIA FAX, sendo que será de responsabilidade das empresas participantes o acatamento de recebimento dos mesmos.

12.7 - Após a divulgação do julgamento, e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação deste processo licitatório.

12.8 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, e será anulada ou revogada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes o direito a indenização.

12.9 - Ocorrendo anulação ou revogação da TOMADA DE PREÇOS, o Município providenciará a publicação no D.O.E., contando-se a partir desta o prazo para a solicitação de reconsideração.

### 13. DA CORREÇÃO DOS ERROS

13.1- As propostas que tenham sido desclassificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão Permanente de licitação da seguinte maneira:

- a) nos casos em que houver uma discrepância entre os valores apresentados em números e por extenso, o valor apresentado em números deverá prevalecer;
- b) nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário proposto prevalece e será corrido o valor total obtido pela multiplicação;
- c) nos casos em que houver uma discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na proposta e o valor somado das mesmas parcelas, prevalecerá o valor somado e corrigido pela Comissão.

13.2- O valor apresentado no texto da Proposta será corrigido pela Comissão de acordo com o procedimento acima e será considerado como o valor a que se obriga o Proponente. Caso o Proponente não aceite o valor apurado na proposta apresentada, a mesma será rejeitada e a licitante desclassificada.

13.3- Serão desclassificadas as propostas que apresentarem erros nos preços unitários (totalizações de mão de obra), pois este valor é de responsabilidade da proponente.

### 14- DOS RECURSOS

14.1 - Dos atos do Município de Biguaçu, decorrentes da aplicação desta, Tomada de Preços caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações posteriores.

### 15- DO CONTRATO

15.1 - O contrato relativo a esta licitação será assinado com a Licitante vencedora, conforme minuta em anexo.

15.1.1 - Podendo ser alterado, conforme o interesse da Municipalidade para se adequar ao projeto e as leis vigentes se forem necessário.

15.2 - Deverá constar na proposta, nome do responsável da empresa que irá assinar o contrato.

15.3 - A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias, para assinatura do termo de contrato, permitindo administração a prorrogação por igual período na forma § 1º do art. 64 da Lei n.0 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.4 – O contrato é parte integrante do edital.

### 16- DO PRAZO DE EXECUÇÃO

16.1 – Os serviços desta Tomada de preços deverão ser iniciados em no máximo 05 (cinco) dias após a assinatura da Autorização de Execução dos Serviços, obedecendo-se as normas técnicas vigentes.

16.2 Casos omissos deverão ser formalmente comunicados à fiscalização.

16.3. O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

16.4. Os serviços serão executados, exclusivamente, mediante a entrega de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

16.5. Qualquer eventual prorrogação de prazo contratual, somente poderá ocorrer, nos termos do art. 57, parágrafo 1º da lei 8.666/93 e suas alterações.

16.6. Demais informações estão contidas no Memorial Descritivo, que é parte integrante deste Edital.

### 17- DAS PENALIDADES:

17.1. Sem prejuízo das demais sanções prevista em Lei e com fundamento nos artigos da lei 8666/93 e artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e garantida a ampla defesa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Advertência ou Notificação conforme parágrafo 17.2 desta cláusula;

II- Multa conforme parágrafo 11.5 desta cláusula

III- Suspensão e impedimentos conforme parágrafo 11.3 desta cláusula

IV- Declaração de inidoneidade; conforme parágrafo 11.4 desta cláusula

17.1.1 As penalidades dos incisos III e IV poderão ser aplicadas e asseguradas à defesa prévia da Contratada com abertura de respectivo processo administrativo.

17.1.2. As penalidades dos incisos I e II poderão ser aplicada pelo fiscal ou setor responsável do contrato sem necessidade de abertura de processo administrativos ao verificar o agravo da CONTRATADA.

17.1.3. As penalidades previstas do parágrafo 17.1 incisos I, II, III e IV poderão ser aplicadas simultaneamente ou separadamente.

17.1.3.1. Cada penalidade é independente entre si.

17.1.3.2. A aplicação dos incisos I,II,III,IV do parágrafo 11. 1 perdurara os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Município.

17.1.4. A reabilitação da Contratada perante o Município poderá ser requerida sempre que a CONTRATADA;

- a) Ressarci o Município dos prejuízos resultantes;
- b) Quitar as Multas aplicadas;
- c) Somente depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas

17. 2. Advertência ou Notificação;

17.2.1 A sanção de advertência ou Notificação consiste em uma comunicação formal que poderá ser através dos seguintes meios de comunicação, AR, Ofício, Carta, fac-símile, email, pessoalmente ou notificação via cartório à CONTRATADA, advertindo-lhe sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se lhe confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis.

17.2.2 A empresa será Notificada ou Advertida apenas uma vez; se a CONTRATADA não tomar adoção das medidas corretivas cabíveis ou sendo reincidente será aplicado o que consta nos incisos "II, III e IV" desta clausula;

17.3 Suspensão e impedimentos

17.3.1 Aplicada essa penalidade, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração enquanto durarem os efeitos da sanção, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.3.2 A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 do Clausula décima terceira parágrafo 13.6 e alcançar o total de pontos descritos a seguir, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira na Tabela 1, poderá ter as seguintes punições:

(50 Pontos), Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 5 (cinco) anos, do direito de participação de licitação e contratar perante este Município;

(40 Pontos), Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 3 (três) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(30 Pontos), Suspensão e impedimentos de 2 (dois) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(20 Pontos), Suspensão e impedimentos de 12 (doze) meses, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(17 Pontos), Suspensão e Impedimento de contratar de 6 (seis) meses até 24 (vinte e quatro) meses, do direito de participação de licitação ou contratar com o Município de Biguaçu;

(15 Pontos), Suspensão e impedimentos por 60 (Sessenta) dias do direito de participação de licitação ou contratar.

17.4. Declaração de inidoneidade;

17.4.1. A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 do Cláusula terceira parágrafo 13.6 e alcançar o total de pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira Tabela 1, poderão ter as seguintes punições:

(50 Pontos) Declaração de inidoneidade de no máximo 2 (dois) anos, perante os Órgãos da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades De Economia Mista E Demais Entidades Controladas Direta Ou Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal E Municípios com a devida declaração de Inidoneidade publicada em diário oficial e jornais de circulação do estado e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União.

17.4.1.1. Aplicada essa penalidade, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades De Economia Mista E Demais Entidades Controladas Direta Ou

Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal E Municípios, enquanto durarem os efeitos da sanção, sem prejuízo das multas e outras sanções previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

#### 17.5. Multas:

17.5.1. A sanção de multa é aplicada ao fornecedor que descumpriu obrigação assumida no ajuste contratual realizado com a Administração.

17.5.2. A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 da Cláusula décima terceira parágrafo 13.6 e alcançar ou ultrapassar o total de pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira tabela 1, poderão ter as seguinte multas quando alcançar:

I. (2 a 2,5 Pontos) Multa de R\$50,00 reais;

II. (3 a 4 Pontos) Multa de 0,33% até 5% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

III. (5 a 9 Pontos) Multa de 5% até 10% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

IV. (10 a 14 Pontos) Multa de 10% até 15% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

V. (15 a 24 Pontos) Multa de 15% até 20% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

VI. (25 a 35 Pontos) Multa de 20% até 25% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

VII. (35 a 49 Pontos) Multa de 25% até 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

VIII. (> 50 Pontos) Multa de 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

17.5.2.1. Ficando ao critério da administração a aplicação porcentagem da multa em cima dos valores do contrato ou dos valores das ordens de serviços.

17.5.3. As multas não poderão ultrapassar o valor de 30% do valor total do contrato.

17.5.3.1. Só poderá ultrapassar 30% do valor total do contrato em casos de ressarcimento de danos causados por culpa da CONTRATADA à CONTRATANTE ou a Terceiros.

17.5.4. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação da Multa ou Rescisão Unilateral do contrato, ou aplicação de ambas simultaneamente.

17.5.5. O tempo inicial para incidência da multa estipulada, será a data correspondente a do adimplemento e o termo final será a data o efetivo pagamento ou desta.

17.5.6. Em qualquer hipótese de aplicação de multa, ou reparações a que a Municipalidade, vem a fazer jus, a garantia apresentada pelo adjudicatário, será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação independente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17.5.7. Em qualquer hipótese de aplicação de multa, ou reparações a que a Municipalidade, vem a fazer jus, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

O não pagamento da multa pela Contratada após seu vencimento.

17.5.8. Quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda a CONTRATANTE aplicar-lhe multa a CONTRATADA de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano causado ao Município para reparação dos prejuízos resultantes. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação deste paragrafo juntamente com os incisos I, III, IV do parágrafo 11.1 desta cláusula.

17.6. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação dos incisos I, II, III, IV parágrafos 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5, unicamente ou ambas simultaneamente.

17.7. Poderá ser aplicada Simultaneamente Multas, Suspensão, advertência, impedimentos e Declaração de inidoneidade, sendo que a quitação de uma não desobriga o cumprimento da outra. Ficando-as ao critério da administração pública.

17.8. O prazo de apresentação da defesa prévia ou recurso será de 10 (Dez) dias úteis, contar-se do prazo da data da ciência do fato ocorrido da Contratante para a Contratada. Que poderá ser feita através de Carta, fac-símile, AR, email, ofício, pessoalmente ou notificação via cartório.

17.8.1 A defesa ou recurso deverá ser feito por escrito e protocolada no setor de Protocolos do Município de Biguaçu.

17.8.2. Decorrido o prazo para defesa e não havendo a apresentação da mesma imputar-se-ão como verdadeiros os fatos apresentados.

17.9. O envio de Carta, AR, email, ofício, fac-símile ou notificação via cartório, para a comunicação da Notificação, Advertência, Suspensão, Impedimento ou declaração de inidoneidade. Sendo que o envio dos mesmos para o endereço que a Contratada declarou e não sendo recebida, por não existir mais a sua sede naquele local indicado por mudança ou outros motivos, será considerado como notificada e advertida, pois conforme a Cláusula Decima parágrafo 10.1, inciso VI a empresa tem o dever de manter seu endereço postal e de e-mail atualizados

junto do Setor de Contratos e no referido processo licitatório.

17.9.1. As Notificações, Advertências, aplicações de Multas poderão ser feita através de Carta, e-mail, fac-símile, ofício, Ar e notificação via cartório feita pelo Fiscal do Contrato, Setor de Contratos, Setor de Compras do Município de Biguaçu;

17.10. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; as sanções administrativas previstas no Art. 81, § 3º, da Lei nº 9.504, de 1997; as sanções do Art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992; as sanções do Art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) trouxe a obrigatoriedade dos entes públicos, de todos os Poderes e Esferas de Governo, manterem este cadastro atualizado. Todas as sanções citadas aplicam-se a este contrato e todos os documentos anexos a ele.

17.11. Quando aplicado alguma penalidade deste contrato será dada publicidade nos órgãos de publicação oficial e jornais de grande circulação no estado.

#### 18- FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

18.1 - A fiscalização da empreitada executada que se efetivará no local da obra, será de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão, cuja responsável é a Engº Luana S. Montero a quem caberá:

- Verificar se os serviços executados estão de acordo com o quadro de quantidades e custos e memorial Descritivo e Projetos;
- Verificar a entrega das medições para pagamentos das faturas;
- Solucionar problemas executivos;
- Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados;

18.2 – O departamento técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, responsável pela fiscalização dos serviços, objeto desta Licitação, poderá solicitar da empresa contratada o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução dos trabalhos, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, obrigando-se a declarar os motivos desta decisão.

18.3 - Se nas obras empreitadas de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria e, comprovado o pagamento da contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução das obras empreitadas, serão lavrados os Termos de Recebimento Definitivo.

18.4 - Aceitos os serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### 19- DO PAGAMENTO

19.1 Os serviços efetivamente executados serão pagos mediante a aprovação das medições relativas ao período da sua medição.

19.2 O pagamento dos serviços será feito pelo Município em até 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período.

19.4 No pagamento será efetuado a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

20.5 A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

#### 20. DO REAJUSTAMENTO:

20.1. Os preços contratuais serão reajustados com periodicidade anual, tomando-se por base a data de assinatura do contrato, pela variação verificada nos índices de obras fornecidos para cada tipo, de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, sendo utilizado o índice médio da unidade geográfica (Santa Catarina), aplicando a seguinte forma de reajuste:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do item a ser reajustado;

Io = índice do mês da assinatura do contrato

I = Índice do 12.º mês após a assinatura do contrato.

20.1.1 As etapas que estiverem em atraso por culpa do CONTRATADO no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

20.2 Para reajustamento de preços bem como alterações nos casos previstos no §8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 não podendo ser inferior a 01 (um) ano a partir da assinatura do contrato;

20.3 Deverá o Fiscal do Contrato e a CONTRATADA informar à unidade de Gerência de Contratos, nos respectivos autos, o interesse na prorrogação do contrato já com a devida solicitação de reajustamento dos preços praticados sob sua responsabilidade, apresentando as devidas justificativas por escrito junto a Gerência de Contratos.

20.4 O Contrato prorrogado sua vigência após 12 meses a partir de sua assinatura e a CONTRATA não tendo solicitado o reajustamento dos preços na sua justificativa conforme Clausula Quarta, item 21.3 deste contrato, e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito do reajuste anual.



**21- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 - Uma vez apresentada a proposta para a participação da licitação, a firma declara implicitamente a aceitação plena das condições e termos da presente licitação e da sua subordinação a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

21.2 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá releva omissoes puramente formais, desde que não reste infringido o principio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.3 - Será lavrada Ata circunstanciada do trabalho desenvolvido em ato público de "ABERTURA" dos envelopes, que deverá ser obrigatoriamente assinada pelos membros da Comissão e licitantes presentes.

21.4 – É facultado ao licitante formular protesto, consignado na atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidades, prover a conservação ou ressalva de seus direitos.

21.5 - A Empresa deverá providenciar matrícula da obra junto ao INSS, sendo que no final das obras a empresa deverá fornecer a certidão negativa de débitos referente a esta matrícula.

21.6 - A Comissão Permanente de Licitação, na forma do disposto no parágrafo 3. do artigo 43 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações posteriores, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer, ou complementar a instrução, do processo relativo a esta Licitação.

22.7. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverá ser objeto de consulta por escrito, a Comissão Permanente de Licitação, até 02 (dois) dias antes da data fixada para abertura das Propostas, a fim de possibilitar tempo hábil para a resposta do questionamento apresentado.

21.8 As impugnações e os recursos deverão ser protocolados no Setor do Pró Cidadão da PMB, das 13h00min horas 19h00min horas.

21.9 Decairá o direito de impugnar os termos do edital da licitação perante a Prefeitura Municipal de Biguaçu, a Licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data do recebimento dos envelopes com os documentos de habilitação e proposta de preços, vindo posteriormente apontar falhas ou irregularidades que o viciem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (art. 41, parágrafo 2º da lei 8.666/93 e suas alterações).

21.10 A Comissão permanente de Licitação responderá as consultas que forem formuladas por meio de fax ou mensagem eletrônica aos interessados.

21.11 A Comissão Permanente de Licitação responderá as consultas que forem formuladas, mediante correspondência aos interessados.

21.12 Reserva-se ainda a esta Prefeitura Municipal, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para o Município, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a empresa contratada terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93.

21.13 – Melhores informações, cópia do edital e outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça Nereu Ramos, Nº 90 Centro – Biguaçu, de Segunda à sexta feira das 13h00min às 19h00min, estando o edital e seus anexos disponíveis no site <https://biguacu.atende.net>.

21.14 – Fazem parte deste Edital:

Anexo I – Especificação

Anexo II – Minuta do Contrato

Biguaçu, 13 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Thaysa Nunes Johanson  
Secretária de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO**

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	17,3	M2	14,86	DEMOLIÇÃO DE REBOCO
2	15	M2	14,86	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO
3	6	UN	13,83	RETIRADA DE APARELHOS SANITÁRIOS
4	17,9	M2	7,60	RETIRADA DE PORTAS, JANELAS E CAIXILHOS (MO)
5	2	M2	212,44	PLACA OBRA PINTADA E FIXADA EM ESTRUTURA MADEIRA.



Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
6	5,85	M2	60,87	ALVENARIA TIJOLOS 6 FUROS 15 CM
7	8,4	M2	371,42	PORTA CHAPEADA DE MADEIRA ANGELIM COM FORRA, VISTAS E FERRAGENS (PORTA DE ACESSO CONTROLADO 180X210 CM(MT)
8	7,4	M2	79,38	PAINEL DIVISÓRIO TIPO DIVILUX COLOCADO (MAT)
9	1	UN	274,85	PORTA DIVISÓRIA TIPO DIVILUX COM FERRAGENS (MATERIAL)
10	17,55	M2	251,58	VIDRO TEMPERADO 10MM COLOCADO (MATERIAL)
11	1	UN	306,38	FERRAGEM PARA PORTA/JANELA VIDRO TEMPERADO
12	258,8	M2	5,82	REVISÃO DA COBERTURA DE TELHA FIBROCIMENTO 6 MM.
13	29	M2	25,77	CHAPISCO E REBOCO DESEMPENADO
14	800	M2	4,39	LIMPEZA DE ALVENARIA PARA PINTURA
15	800	M2	22,83	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS.
16	71,4	M2	40,92	PINTURA ESMALTE SINTÉTICA SOBRE MADEIRA -2D + FUNDO
17	29	M2	11,00	SELADOR ACRÍLICO ALVENARIA INT/EXT
18	15	M2	76,92	PISO CERÂMICO ANTIDERRAPANTE PEI-4 C/ARGAMASSA COLANTE
19	15	M2	21,65	CIMENTADO/BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COLADA / 2CM
20	1,6	MT	93,75	SOLEIRA DE GRANITO 15CM
21	2	UN	102,60	CONJUNTO AR CONDICIONADO C/ TOMADA TRIPOLAR 20 A C/ PROTEÇÃO MONO
22	18	M3	35,34	CARGA E TRANSPORTE DE ENTULHO E POSTERIOR TRANSPORTE / 10KM
23	301,3	M2	6,91	LIMPEZA GERAL DA OBRA (MÃO DE OBRA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

## ANEXO II

### MINUTA DO CONTRATO

#### LICITAÇÃO NÚMERO

##### Preâmbulo

Termo de contrato n.º NumContrato, que entre si celebram o Município de Biguaçu, através da Secretaria de Administração, e do outro lado a empresa NomeContratado, de conformidade com o capítulo III da Lei nº 8.666/93, de acordo com as cláusulas a seguir:

##### 'CONTRATANTE:

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ, sob o número 82892308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 - Centro - aqui representado pelo Sr.[...]

##### CONTRATADA:

A NomeContratado pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ. sob o numeroCNPJContratado, com sede na EnderecoContratado,CidadeContratado, EstadoContratado, neste ato representado pelo senhor(a) NomeRespContratado de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social), fica ajustado, mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

#### 1º. CLÁUSULA DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Vincula-se o presente Contrato às normas previstas no texto consolidado da Lei nº 8.666/93 e demais Legislações vigentes aplicáveis e ao Edital de Licitação nº NumLicitacao.

#### 2º. CLÁUSULA DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste a ObjetoLicitacao

#### 3º. CLÁUSULA DO VALOR

3.1. O valor do presente contrato é de R\$ValorContrato (ValorContratoExtenso);

#### 4º. CLÁUSULA DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E DOTAÇÃO

4.1. Os pagamentos deste contrato correrão por conta das seguintes dotações:  
Dotacoes;

#### 5º. CLÁUSULA DO REAJUSTE

5.1. Para reajustamento de preços bem como alterações nos casos previstos no §8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 não podendo ser inferior a 1 (um) ano a partir da assinatura do contrato;

5.2. O reajustamento se dará pelo índice SINAPI (Índices da Construção Civil). Sendo considerando os índices do SINAPI somente do Estado de Santa Catarina onde será o Índice do mês e dia da assinatura do Contrato até o dia e mês do Contrato que faz 12 meses.

5.3. É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a partir da assinatura do mesmo, e a Administração tenha interesse na continuidade dos serviços e o mesmo permaneça economicamente vantajoso para a Municipalidade.

5.4. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano,:

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

5.5.1. Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

#### 6º. CLÁUSULA DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de 120 (cento e vinte) dias contados da data da sua assinatura.

6.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento ou termo de aditivo conforme o disposto no artigo Art. 55, III e art. 57 e art. 65 da lei 8666/93, enumerados de forma simultânea, e autorizados formalmente pela autoridade competente e caso sejam preenchidos seguinte requisitos abaixo:

I. Os serviços foram prestados regularmente;

II. A CONTRATADA não tenha sofrido punições de natureza pecuniária;

III. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço e na prorrogação do mesmo;

IV. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

V. A CONTRATADA concorde com a prorrogação;

VI. Deverá o Fiscal do Contrato e a CONTRATADA informar à unidade de Gerência de Contratos, nos respectivos autos, o interesse na prorrogação do contrato já com a devida solicitação de reajustamento dos preços praticados sob sua responsabilidade, apresentando as devidas justificativas por escrito junto a Gerência de Contratos.

6.3. O Contrato prorrogado sua vigência após 12 meses a partir de sua assinatura e a CONTRATA não tendo solicitado o reajustamento dos preços na sua justificativa conforme Clausula Quarta, item VI deste contrato, e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito do reajuste anual.

6.4. O preço ora ajustado é fixo, somente admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro mediante a comprovação cumulativa de fato:

I) Imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto às suas consequências;

II) Estranho à vontade das partes;

III) Inevitável;

IV) Causa de desequilíbrio muito grande no contrato

#### 7º. CLÁUSULA - DO PRAZO DE RECEBIMENTO

7.1. Solicitação: A Contratante fará a solicitação do objeto de imediato, após - AF, cuja emissão se dará pelo Setor de Compras.

7.2. Local: Os serviços solicitados à Contratada deverão ser prestados no local a ser definido pela Secretaria ou Fiscal do Contrato, a partir da emissão da Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras.

7.3. Pedido: A execução dos serviços será solicitada conforme a necessidade do órgão solicitante.

#### 8º. CLÁUSULA DO PAGAMENTO:

8.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto por conta corrente de titularidade da Contratada em qualquer agência da Caixa Econômica Federal.

8.3. É obrigatório o recebimento da nota fiscal eletrônica pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em substituição aos modelos 1 e 1 A, para as transações que gerarem ICMS – aquisição de materiais, sob pena do Município não efetuar o pagamento devido. O cupom fiscal continuará sendo aceito.

8.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 5º da lei nº 8666/93.

8.5. Eventuais atrasos de até 90 (noventa) dias do pagamento da fatura motivada por insuficiência de caixa não desobriga o contratado de cumprir o objeto da licitação e do contrato, conforme disposto no art. 78, inc. XV da lei 8666/93.

8.6. Do valor a ser pago e creditado na conta bancária do contratado e indicada na proposta de preço, será descontado as parcelas correspondente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o Imposto de Renda e eventuais débitos para com a Fazenda Municipal, quando for o caso.

#### 9º. CLÁUSULA DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. A supervisão do presente contrato será feita pela Contratante, através da Secretaria solicitante e pelo Fiscal de contrato indicada pela mesma, as quais se incumbirão das anotações e posterior comunicação dos atos praticados pela Contratada.

#### 10º. CLÁUSULA DA RESPONSABILIDADE:

##### 10.1. Da Contratada:

10.1.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital e neste contrato nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato; e seguir as seguintes responsabilidades;

I -Fica a Contratada responsável por todos e quaisquer danos causados à Contratante durante a vigência do contrato, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais inerentes ao contrato, nos termos da Seção IV - da execução dos contratos, artigos 66-71 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

II - Obriga-se a Contratada ao fiel cumprimento do objeto contratado.

III - Obriga-se a Contratada, ainda, a manter e a observar todas as condições exigidas na licitação, durante o fornecimento do objeto licitado.

IV - Considera-se que o prazo da assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que ocorrerá através de e-mail ou de telefone ou de fac-símile, feita pelo setor de contrato. Não cumprindo o prazo estabelecido para assinatura, ocorrerão às sanções de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública de acordo com a lei 8666/93.

V - O atraso da entrega por mais de 05 (cinco) dias, após autorização de fornecimento – “AF”, poderá acarretar em declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública de acordo com a lei 8666/93.

VI - É dever da CONTRATA manter atualizado junto do Setor de Contratos e no referido Processo Licitatório o seu endereço comercial, postal completo e seu endereço eletrônico de e-mail, durante todo o processo de vigência contratual.

VII- Obriga-se a Contratada a cumprir o prazo de entrega e da execução dos serviços contratados até no máximo 5 (cinco) dias após a emissão da autorização de fornecimento –“AF”. O atraso da entrega por mais de 05 (cinco) dias, após autorização de fornecimento - af, poderá acarretar em declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública e multas de 0,33% até 30% do valor total do contrato de acordo com a lei 8666/93.

VIII- manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

IX- responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, tarifas, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados;

X- respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;

XI- responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;

XII- comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

XIII- fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

XIV- ser responsável exclusivo por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos documentos, causados por seus empregados;

XV- refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

XVI- recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;

XVII- realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

XVIII- manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

XIX- cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, E Setor de Contratos e Compras adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

XX- coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

XXI- administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

XXII- assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

XXIII- instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

XXIV- cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

XXV- solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos pertencentes à CONTRATADA;

XXVI- colocar à disposição da CONTRATANTE os equipamentos e ferramentas solicitados para a perfeita realização dos serviços, os quais deverão estar em ótimas e permanentes condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas;

XXVII- realizar a manutenção dos equipamentos e seus acessórios, necessários à execução dos serviços;

XXVIII- manter sede, filial ou escritório, em local em que serão prestados os serviços, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração.

XXIX- fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los,

XXX- responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Local onde será prestado os serviços. Seja por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

XXXI- responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

XXXII- responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

XXXIII- responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

XXXIV- A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

XXXV- São expressamente vedadas à CONTRATADA: a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE; e a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

#### 10.1.2. Da documentação fiscal.

10.1.2.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, a CONTRATADA deverá entregar aos setores de Setor de Contratos, Contabilidade, Setor de Compras e Tesouraria, sempre que solicitada a documentação a seguir relacionada:

10.1.2.2 Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.1.2.2 Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

10.1.2.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

#### 10.3. Da Contratante:

I- Obriga-se a Contratante ao pagamento do objeto do contrato, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira e na Cláusula Oitava.

II- expedir as ordens de serviço, com todas as informações necessárias à execução dos serviços contratados;

III- prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

IV- proceder às medições e efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

V- exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;

VI- comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

VII- observar o cumprimento dos requisitos exigidos nas especificações técnicas, solicitando à CONTRATADA as substituições e as correções que se verificarem necessárias.

#### 11º. CLÁUSULA DAS PENALIDADES:

11.1. Sem prejuízo das demais sanções prevista em Lei e com fundamento nos artigos da lei 8666/93 e artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e garantida a ampla defesa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Advertência ou Notificação conforme parágrafo 11.2 desta cláusula;

II- Multa conforme parágrafo 11.5 desta cláusula

III- Suspensão e impedimentos conforme parágrafo 11.3 desta cláusula

IV- Declaração de inidoneidade; conforme parágrafo 11.4 desta cláusula

11.1.1 As penalidades dos incisos III e IV poderão ser aplicadas e assegurada a defesa prévia da Contratada com abertura de respectivo processo administrativo.

11.1.2. As penalidades dos incisos I e II poderão ser aplicada pelo fiscal ou setor responsável do contrato sem necessidade de abertura de processo administrativos ao verificar o agravo da CONTRATADA.

11.1.3. As penalidades previstas do parágrafo 11.1 incisos I, II, III e IV poderão ser aplicadas simultaneamente ou separadamente.

11.1.3.1. Cada penalidade é independente entre si.

11.1.3.2. A aplicação dos incisos I,II,III,IV do parágrafo 11. 1 perdurara os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Município.

11.1.4. A reabilitação da Contratada perante o Município poderá ser requerida sempre que a CONTRATADA;

- a) Ressarci o Município dos prejuízos resultantes;
- b) Quitar as Multas aplicadas;
- c) Somente depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas

11. 2. Advertência ou Notificação;

11.2.1 A sanção de advertência ou Notificação consiste em uma comunicação formal que poderá ser através dos seguintes meios de comunicação, AR, Ofício, Carta, fac-símile, email, pessoalmente ou notificação via cartório à CONTRATADA, advertindo-lhe sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se lhe confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis.

11.2.2 A empresa será Notificada ou Advertida apenas uma vez; se a CONTRATADA não tomar adoção das medidas corretivas cabíveis ou sendo reincidente será aplicado o que consta nos incisos "II, III e IV" desta clausula;

11.3 Suspensão e impedimentos

11.3.1 Aplicada essa penalidade, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração enquanto durarem os efeitos da sanção, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.3.2 A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 do Clausula décima terceira parágrafo 13.6 e alcançar o total de pontos descritos a seguir, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira na Tabela 1, poderá ter as seguintes punições:

(45 Pontos), Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 5 (cinco) anos, do direito de participação de licitação e contratar perante este Município;

(35 Pontos), Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 3 (três) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(30 Pontos), Suspensão e impedimentos de 2 (dois) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(20 Pontos), Suspensão e impedimentos de 12 (doze) meses, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;

(15 Pontos), Suspensão e Impedimento de contratar de 6 (seis) meses até 24 (vinte e quatro) meses, do direito de participação de licitação ou contratar com o Município de Biguaçu;

(10 Pontos), Suspensão e impedimentos por 90 (noventa) dias do direito de participação de licitação ou contratar.

11.4. Declaração de inidoneidade;

11.4.1. A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 da CLÁUSULA TERCEIRA parágrafo 13.6 e alcançar o total de pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira Tabela 1, poderão ter as seguintes punições:

(50 Pontos) Declaração de inidoneidade de no máximo 2 (dois) anos, perante os Órgãos da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades De Economia Mista E Demais Entidades Controladas Direta Ou Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal E Municípios com a devida declaração de Inidoneidade publicada em diário oficial e jornais de circulação do estado e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União.

11.4.1.1. Aplicada essa penalidade, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades De Economia Mista E Demais Entidades Controladas Direta Ou Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal E Municípios, enquanto durarem os efeitos da sanção, sem prejuízo das multas e outras sanções previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

11.5. Multas:

11.5.1. A sanção de multa é aplicada ao fornecedor que descumpriu obrigação assumida no ajuste contratual realizado com a Administração.

11.5.2. A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 da Cláusula décima terceira parágrafo 13.6 e alcançar ou ultrapassar o total de pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na Cláusula Décima Terceira tabela 1, poderão ter as seguinte multas quando alcançar:

I. (2 a 2,5 Pontos) Multa de R\$50,00 reais;

II. (3 a 4 Pontos) Multa de 0,33% até 5% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

III.(5 a 9 Pontos) Multa de 5% até 10% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

IV. (10 a 14 Pontos) Multa de 10% até 15% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

V. (15 a 24 Pontos) Multa de 15% até 20% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;



- VI. (25 a 35 Pontos) Multa de 20% até 25% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;  
VII. ( 35 a 49 Pontos) Multa de 25% até 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;  
VIII (> 50 Pontos) Multa de 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço;

11.5.2.1. Ficando ao critério da administração a aplicação porcentagem da multa em cima dos valores do contrato ou dos valores das ordens de serviços.

11.5.3. As multas não poderão ultrapassar o valor de 30% do valor total do contrato.

11.5.3.1. Só poderá ultrapassar 30% do valor total do contrato em casos de ressarcimento de danos causados por culpa da CONTRATADA à CONTRATANTE ou a Terceiros.

11.5.4. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação da Multa ou Rescisão Unilateral do contrato, ou aplicação de ambas simultaneamente.

11.5.5. O tempo inicial para incidência da multa estipulada, será a data correspondente a do adimplemento e o termo final será a data o efetivo pagamento ou desta.

11.5.6. Em qualquer hipótese de aplicação de multa, ou reparações a que a Municipalidade, vem a fazer jus, a garantia apresentada pelo adjudicatário, será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação independente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

11.5.7. Em qualquer hipótese de aplicação de multa, ou reparações a que a Municipalidade, vem a fazer jus, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

O não pagamento da multa pela Contratada após seu vencimento ou esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido referente a multas aplicadas oriundas deste contrato à CONTRATADA será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

11.5.8. Quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda a CONTRATANTE aplicar-lhe multa a CONTRATADA de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano causado ao Município para reparação dos prejuízos resultantes. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação deste parágrafo juntamente com os incisos I, III, IV do parágrafo 11.1 desta cláusula.

11.6. Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação dos incisos I, II, III, IV parágrafos 11.2, 11.3, 11.4 e 11.5, unicamente ou ambas simultaneamente.

11.7. Poderá ser aplicada Simultaneamente Multas, Suspensão, advertência, impedimentos e Declaração de inidoneidade, sendo que a quitação de uma não desobriga o cumprimento da outra. Ficando-as ao critério da administração pública.

11.8. O prazo de apresentação da defesa prévia ou recurso será de 10 (Dez) dias úteis, contar-se do prazo da data da ciência do fato ocorrido da Contratante para a Contratada. Que poderá ser feita através de Carta, fac-símile, AR, email, ofício, pessoalmente ou notificação via cartório.

11.8.1 A defesa ou recurso deverá ser feito por escrito e protocolada no setor de Protocolos do Município de Biguaçu.

11.8.2. Decorrido o prazo para defesa e não havendo a apresentação da mesma imputar-se-ão como verdadeiros os fatos apresentados.

11.9. O envio de Carta, AR, email, ofício, fac-símile ou notificação via cartório, para a comunicação da Notificação, Advertência, Suspensão, Impedimento ou declaração de inidoneidade. Sendo que o envio dos mesmos para o endereço que a Contratada declarou e não sendo recebida, por não existir mais a sua sede naquele local indicado por mudança ou outros motivos, será considerado como notificada e advertida, pois conforme a Cláusula Decima parágrafo 10.1, inciso VI a empresa tem o dever de manter seu endereço postal e de e-mail atualizados junto do Setor de Contratos e no referido processo licitatório.

11.9.1. As Notificações, Advertências, aplicações de Multas poderão ser feita através de Carta, e-mail, fac-símile, ofício, Ar e notificação via cartório feita pelo Fiscal do Contrato, Setor de Contratos, Setor de Compras do Município de Biguaçu;

11.10. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; as sanções administrativas previstas no Art. 81, § 3º, da Lei nº 9.504, de 1997; as sanções do Art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992; as sanções do Art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) trouxe a obrigatoriedade dos entes públicos, de todos os Poderes e Esferas de Governo, manterem este cadastro atualizado. Todas as sanções citadas aplicam-se a este contrato e todos os documentos anexo a ele.

11.11. Quando aplicado alguma penalidade deste contrato será dada publicidade nos órgãos de publicação oficial e jornais de grande circulação no estado.

12º. CLÁUSULA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



12.1. A CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

**13º. CLÁUSULA DA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES E VALORES DAS MULTAS E TABELA DE PONTUAÇÃO E DISCRITIVA DAS PENALIDADES.**

13.1. Com fundamento nas leis federais 8666/93, Lei n.º 10.520/2002, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e cláusulas deste contrato. Será aplicada penalidades previstas na cláusula décima primeira se a CONTRATADA fizer uma ou mais ações descritas a seguir;

Apresentar documentação falsa;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Falhar na execução do contrato;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Fizer declaração falsa.

Se fizer uma ou mais ações descritas na tabela 3 desta cláusula.

13.2. Será deduzido do valor dos serviços a pagar à Contratada o valor das multas aplicadas em razão de falha na execução do contrato, de que trata a alínea "c" do parágrafo 13.1 desta cláusula, o valor relativo às multas aplicadas em razão do parágrafo 13.6 desta cláusula.

13.3. O retardamento da execução, previsto na alínea "b" do parágrafo 13.1 desta cláusula, estará configurado quando a CONTRATADA:

I- Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (Cinco) dias contados da data constante na ordem de serviço;

II- Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 5 (cinco) dias intercalados.

13.4. A falha na execução do contrato, prevista na alínea "c" do item 13.1 desta cláusula, estará configurada quando a CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 desta cláusula, e alcançar o total de 15 (quinze) pontos para mais, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas para todas as punições na tabela 1 a seguir:

TABELA 1- PONTOS REFERENTE A INFRAÇÃO	
GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
0,5	0,5
1	1
2	3
3	5
4	10
5	15
6	25
7	50

13.5. O comportamento, previsto na alínea "e" do parágrafo 13.1 desta cláusula, estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

13.6. Pelo descumprimento das obrigações contratuais além das já citadas na cláusula Décima Primeira, a Administração aplicará multas e punições conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2 – Pontuação e Correspondência		
PONTUAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA DA MULTA	CORRESPONDÊNCIA DE SUSPENSÃO E IMPEDIMENTOS E INIDONEIDADE
01 a 2,5	R\$50 reais	##
03 a 4,5	0,33% até 5% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	##
05 a 9,5	5% até 10% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	##
10 a 14,5	10% até 15% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	Suspensão e impedimentos por 90 (noventa) dias do direito de participação de licitação ou contratar.
15 a 24,5	15% até 20% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	Suspensão e Impedimento de contratar de 6 (seis) meses até 24 (vinte e quatro) meses, do direito de participação de licitação ou contratar com o Município de Biguaçu;

25 a 35,5	20% até 25% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	Suspensão e impedimentos de 12 (doze) meses, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;
36 a 40,5	25% até 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	Suspensão e impedimentos de 2 (dois) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;
41 a 49,5	25% até 30% do valor total do contrato ou da ordem de serviço	Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 3 (três) anos, do direito de participação de licitação e contratar com o Município de Biguaçu;
>50	30% do valor total do contrato	Suspensão e Impedimentos, por prazo não superior à 5 (cinco) anos, do direito de participação de licitação e contratar perante este Município e Declaração de inidoneidade de no máximo 2 (dois) anos, perante os Órgãos da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades De Economia Mista E Demais Entidades Controladas Direta Ou Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal E Municípios com a devida declaração de Inidoneidade publicada em diário oficial e jornais de circulação do estado e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União.

TABELA 3 - DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU DA INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Deixa de entrega dos orçamentos em até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia da solicitação que pode ser feita através Carta, fac-símile, Ofício, AR ou email	0,5	Por ocorrência e por dia de atraso
2	Ser Advertida ou Notificada	0,5	Por ocorrência
3	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	0,5	Por ocorrência
4	Deixar de manter o endereço sede da empresa atualizada durante a vigência do contrato.	0,5	Por ocorrência
5	Deixar de cumprir os prazos previstos neste contrato	0,5	Por empregado ou por ocorrência
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	0,5	Por ocorrência e por dia suspenso
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, SETOR DE CONTRATOS, SETOR DE COMPRAS sem motivo justificado.	0,5	Por ocorrência
8	Retirar das dependências de quaisquer dos Prédios da Prefeitura de Biguaçu equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável do Contrato.	0,5	Por item e por ocorrência
9	Materiais não entregues	1	Por ocorrência e por dia de atraso
10	Serviço não prestado	1	Por ocorrência e por dia de atraso
11	Serviço não prestado após 5 (cinco) dias uteis da emissão da ordem de serviços (AF)	1	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Não conclusão do serviço	1	Por ocorrência e por dia de atraso
13	Não inicialização dos serviços no tempo determinado pela administração, setor de Contrato, Setor de Compras ou Fiscal do Contrato	1	Por ocorrência e por dia de atraso
14	Rescisão determinada por ato unilateral do Município de Biguaçu	1	Por ocorrência
15	Rescisão do contrato por culpa da contratada	1	Por ocorrência
16	Os funcionários da empresa faltarem com o respeito para com funcionário público no exercício da função ou em razão dela	1	Por ocorrência
17	Aplicada à advertência e vencido o prazo estabelecido para sanar a irregularidade, e continuar o inadimplemento	1	Por ocorrência e por dia de atraso
18	Deixar de entregar a documentação exigida	1	Por ocorrência
19	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	1	Por ocorrência e por dia de atraso
20	Deixar de cumprir prazo estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de atraso
21	Deixar de Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
22	Deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
23	Deixar de Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	1	Por ocorrência
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula nona deste contrato.	1	Por ocorrência e por dia de atraso

25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas referentes as prestações de serviços ou documentos que constam neste contrato	1	Por ocorrência e por dia de atraso
26	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta os serviços solicitados	1	Por ocorrência e por dia de atraso
27	Atrasar a entrega do objeto	1	Por ocorrência e por dia de atraso
28	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	1	Por ocorrência
29	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	1	Por ocorrência
30	Inexecução parcial do contrato ou de quaisquer das obrigações estipuladas no processo licitatório e neste contrato;	1	Por ocorrência
31	Entregar amostra diferente da cotada.	1	Por ocorrência
32	Não costar a documentação solicitada no envelope para a habilitação no certame de licitação	1	Por ocorrência
33	Não apresentar a documentação solicitada para a habilitação no certame de licitação	1	Por ocorrência
34	Não Apresentar Amostras solicitadas	1	Por ocorrência
35	Não Apresentar Amostras solicitadas no tempo solicitado pelo Pregoeiro ou Fiscal do Contrato	1	Por ocorrência
36	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material	2	
37	Recusa injusta da assinatura ou retirar do respectivo instrumento de Contrato quando estipulado o prazo para tal procedimento pelo setor de contratos	3	Por ocorrência
38	Não manter a proposta licitada, "salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado"	4	Por ocorrência
39	Inexecução total do contrato ou de quaisquer das obrigações estipuladas no processo licitatório e neste contrato;	4	Por ocorrência
40	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência
41	Destruir ou danificar patrimônio da prefeitura por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência
42	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
43	Danos causados a CONTRATANTE	5	Por ocorrência
44	A empresa ou seus sócios faltarem com o respeito para com funcionário público no exercício da função ou em razão dela	5	Por ocorrência
45	Apresentar documento falso	5	Por ocorrência
46	Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato	6	Por ocorrência
47	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal	7	Por ocorrência

13.6.1 Poderá ser aplicada simultaneamente os itens da tabela3, Ficando-o ao critério da administração pública a aplicação.

13.6.2 Poderá ser aplicada simultaneamente os itens da tabela3, com as punições da cláusula décima primeira.

13.6.3 Cada item da tabela3 é uma hipótese da infração que a Contratada poderá vir a fazer e que deverá ser punida conforme descrito nesse contrato se for concretizada.

13.6.4. Se vir ocorrer uma infração que não foi contemplada e descrita na "Tabela 3", poderá a administração aplicar a sanção que julgar mais conveniente.

13.7. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a Suspensão e impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade estabelecida na Cláusula Décima Primeira e parágrafo 13.1 desta cláusula.

13.7.1. A sanções das tabelas 2 e 3 poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as sanções da Cláusula Décima Primeira

13.7.2. Poderá ser aplicada simultaneamente e por mais de uma vez os itens da tabela 3 desta cláusula.

13.7.3. É desnecessária a abertura de processo administrativo para aplicação das multas previstas na tabela 2 e 3 e parágrafo 11.1.4, podendo ser aplicada pelo Fiscal do Contrato, Setor de Contratos, Setor Compras ou pela autoridade competente.

13.8. A CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 3 do parágrafo 13.6 desta cláusula, e alcançar o total de pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na tabela1, poderá sofrer as sanções previstas na Cláusula Décima Primeira.

13.9. Os pontos são acumulados por um período de 12 (doze) meses a contar da data do cometimento da infração. Sendo zerados os pontos sempre no primeiro dia de janeiro de cada ano. Por outro lado, as pontuações são retiradas do prontuário da Contratada depois desse período, ou seja, o sistema é "zerado".

13.9.1. Prontuário é a soma de todas as informações a respeito da contratada no período do ano vigente e que a mesma poderá ter acesso solicitando-o ao setor de contratos.

13.9.2. Os pontos são acumulados e vinculados a todos os contratos que a CONTRATADA tiver ou for ter com o Município de Biguaçu criando-se um histórico dos mesmo que ficara vinculado ao prontuário da empresa.

13.9.3. No início de cada ano somente a pontuação é zerada, continuando os efeitos das Penalidades e Multas aplicadas a CONTRATADA.

#### 14º. CLÁUSULA DA RESCISÃO:

14.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93. Sendo as causas que podem determinar a rescisão deste instrumento contratual as seguintes:

14.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

14.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras

14.4 O contrato poderá ser rescindindo quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos a seguir:

O atraso injustificável no objeto contratado;

A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação por escrito, a Gerência de Contratos, ou Fiscal do Contrato acarretando as sanções previstas nas Clausulas Nona e Décima;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo do Município, prejudique a execução deste instrumento contratual;

A dissolução da sociedade;

A decretação da falência;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º. Do art. 67 da Lei de Licitações;

A insolvência da CONTRATADA;

A supressão, por arte do Município, de serviços, acarretando modificação do valor inicial deste instrumento contratual além do permitido no § 1º. Do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste instrumento contratual;

O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidas ou executadas, salva em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

O não cumprimento do objeto do contrato na sua totalidade;

Apresentar documentação falsa;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Falhar na execução do contrato;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Fizer declaração falsa.

Chegar a pontuação de 15 ou mais pontos conforme tabela1 da cláusula décima terceira.

14.4. Para os incisos "I, II, III, IV, V, VI, VII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX" desta clausula a rescisão a ser aplicada será multa e sanções previstas em conformidade com a Cláusula Décima Primeira e Décima Terceira deste contrato. Havendo crédito desse contrato ou de outros contratos da Contratada com a Contratante, deste crédito será deduzido o valor da multa.

14.5 - A rescisão deste instrumento contratual poderá ser:

I- Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE.

II- Por acordo bilateral entre as partes, reduzidas a termo no processo, desde que haja conveniência para o Município;

III- Judicial nos termos da legislação vigente da Lei 8666/93.

IV- A CONTRATADA executar atos tais como os descritos do parágrafo 14.4 e seus incisos.

14.6 - Na hipótese de rescisão sem que haja culpa da CONTRATADA poderá ser esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido tendo, ainda, o direito à:

I- Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão, tendo comprovada os prejuízos;

II- Pagamento de custo da desmobilização e dos serviços já prestados, a ser aferido entre as partes.

#### 15º. CLÁUSULA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO:

15.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, por meio de aditamento ou apostilamento ou repactuação, observadas as disposições do Art. 55, III, art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93 e modificações ulteriores. PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos

ou supressões que se fizerem necessários até 25% do valor atualizado do Contrato.

#### 16º. CLÁUSULA DOS ITENS:

16.1. Os itens e relatórios deste contrato estão em anexo.

#### 17º. CLÁUSULA JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:

17.1. As questões decorrentes de conflitos referente a execução deste instrumento administrativamente, se houver processo administrativo, serão processadas e julgadas pelo Setor de Contratos, se houver recurso à segunda instância, caberá à Procuradoria examinar a decisão proferida em primeira instância e julgar se foi acertada ou não.

17.2. O prazo de apresentação da defesa prévia ou recurso será de 10 (Dez) dias úteis, contar-se do prazo da data da ciência do fato ocorrido da Contratante para a Contratada. Que poderá ser feita através de Carta, fac-símile, AR, email, pessoalmente ou notificação via cartório.

#### 18º. CLÁUSULA DO FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Biguaçu, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões oriundas do presente termo.

Por estarem justas e contratadas, a assinatura de contrato não é simples ato formal, pois faz lei entre as partes e materializa reponsabilidades entre os partícipes, desta forma assinam este contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos legais e de Direito.

Biguaçu,

Secretário de Administração Contratada

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 2 - DISPENSA 024/2015- CONTRATO 36/2015**

Extrato do Termo Aditivo n. 2º – Contrato n. 36/2015 – Dispensa n. 24/2015

Objeto: prorrogação do contrato n. 36/2015 (Dispensa n. 24/2015), para a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA – CNPJ n. 09.427.503/0001-12.

Valor total do aditivo: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo pago o valor mensal de R\$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: 3.3.93.39.

Data da assinatura do Aditivo: 18/11/2016.

Vigência: 01/01/2017 até 31/12/2017.

Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 09 de dezembro de 2016.

Ednei Muller Coelho

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

#### **TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO - CV 005/2016**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 005/2016

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentado pela Comissão de Licitação, da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, datado de 07 de dezembro de 2016, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, o resultado da licitação na modalidade – CONVITE n. 005/2016 de acordo com o resultado do certame, que aponta como vencedora a Empresa OI MÓVEL S/A– CNPJ n. 05.423.963/0001-11, destinada a prestação de serviços de telefonia móvel celular para atender a demanda desta Casa Legislativa, apresentando como valor Global do Contrato (anual): R\$ 3.259,20 (três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). Vigência do contrato: 12 (doze) meses, a contar da assinatura pelas partes, prorrogáveis por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses. Pelo que se lavrou o presente Termo.

Biguaçu/SC, 09 de dezembro de 2016.

Ednei Muller Coelho

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

**EXTRATO DO CONTRATO N. 34/2016 – CONVITE n. 005/2016**

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel celular para atender a demanda desta Casa Legislativa.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564..064/0001-99)

Contratado: OI MÓVEL S/A (CNPJ n. 05.423.963/0001-11)

Valor global estimado do contrato: R\$ 3.259,20 (três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) para o período de 12 (doze) meses, sendo R\$ 271,60 (duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos) mensais.

Data da Assinatura do contrato: 09/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato pelas partes, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o art. 58, II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 15 de dezembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu



# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.363/2016

LEI Nº 8.363, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

RATIFICA O NOVO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado pelo Município de Blumenau, na qualidade de ente consorciado, o Novo Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, apresentado na Assembléia Geral realizada em 14 de abril de 2016, e aprovado, por unanimidade, na Assembléia Geral realizada em 02 de agosto de 2016.

Art. 2º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização delegado pelo Município à AGIR, ficam instituídas em favor desta as seguintes taxas:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;
- IV - Taxa de Regulação de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos;
- V - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;
- VI - Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros;
- VII - Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais.

Art. 3º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,05$ , onde:

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de

abastecimento de água por habitante.

Art. 4º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,05$ , onde:

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 5º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,02 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,02$ , onde:

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,02 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 6º A Taxa de Regulação de Manejo Resíduos Sólidos Urbanos - TRMR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada,

sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de manejo de resíduos sólidos.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de manejo de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRMR = NH \times R\$ 0,05$ , onde:

TRMR - Taxa de Regulação de Manejo de Resíduos Sólidos;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de manejo de resíduos sólidos por habitante.

Art. 7º A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,02 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,02$ , onde:

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,02 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 8º A Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros - TRTC é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no Município consorciado.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros no âmbito municipal.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transporte coletivo de passageiros, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,10 (dez centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRTC = NH \times R\$ 0,10$ , onde:

TRTC - Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,10 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transporte coletivo de passageiros por habitante.

Art. 9º A Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais - TROS é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização de outros serviços públicos municipais conforme previsão na Cláusula 135 deste Novo Protocolo de Intenções.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora de outros serviços públicos municipais conforme previsão na Cláusula 135 deste Novo Protocolo de Intenções.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de outros serviços públicos municipais, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TROS = NH \times R\$ 0,05$ , onde:

TROS - Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais;

NH - Número de habitantes no Município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação de outros serviços públicos municipais por habitante.

Art. 10. Para fins de cálculo das taxas constantes neste Novo Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada Município será atualizado automaticamente e anualmente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na falta de publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE da estimativa oficial da população em tempo hábil para a data de realização do orçamento da AGIR, deverá a população ser atualizada pelo mesmo índice de variação de aumento da população do ano anterior.

Art. 11. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas neste Novo Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos, devendo o valor correspondente ser quitado pelo ente consorciado.

Art. 12. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços regulados pela AGIR, devendo ser recolhidas diretamente à AGIR mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência do controle, regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 13. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela AGIR.

Art. 14. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade atuar em mais de um Município consorciado, será devida uma taxa para cada Município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 15. Poderá a AGIR, em comum acordo com a prestadora dos serviços públicos regulados, mediante celebração de contrato/convenção, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício do controle, regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto deste Novo Protocolo de Intenções.

Art. 16. Poderá a Assembleia Geral deliberar pelo custeio das atividades da AGIR através do repasse de recursos públicos, mediante

contrato de programa e de rateio, ou mediante a cobrança das taxas de regulação previstas neste Novo Protocolo de Intenções.

Art. 17. O valor em moeda nacional constante nas cláusulas 3º, §2º; 4º, §2º; 5º, §2º; 6º, §2º; 7º, §2º; 8º, §2º; e 9º, §2º poderá ser atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Art. 18. Pelo descumprimento das leis, dos contratos celebrados pelos Municípios e das normas instituídas pela AGIR, poderá a mesma aplicar as seguintes sanções aos prestadores de serviços públicos municipais:

I - advertência escrita;

II - multa; e

III - suspensão de obra ou atividade.

§1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução normativa do Comitê de Regulação.

§2º As multas previstas no caput desta Cláusula observarão os seguintes limites e condições:

a) multas consideradas de natureza leve serão penalizadas em valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração;

b) multas consideradas de natureza média serão penalizadas em valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por infração;

c) multas consideradas de natureza grave serão penalizadas em valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração; e

d) multas consideradas de natureza gravíssima serão penalizadas em valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por infração.

§ 3º A graduação em leve, média, grave e gravíssima de cada infração será definida por resolução normativa do Comitê de Regulação.

§4º A AGIR observará as infrações e os respectivos valores fixados em contratos administrativos celebrados pelo Poder Público com os prestadores de serviços, sem prejuízo da aplicação subsidiária deste Novo Protocolo de Intenções e das resoluções normativas do Comitê de Regulação em caso de omissão ou ato infracional não previsto em contrato.

§5º Os valores das multas serão revertidos no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) em favor do titular dos serviços, preferencialmente ao respectivo fundo municipal setorial, devendo tal montante ser aplicado em políticas educacionais ou na melhoria da gestão ou prestação dos serviços regulados.

§6º O percentual de 25% (vinte e cinco por cento) restante oriundo dos valores das multas serão revertidos como receita da Agência, para manutenção da mesma.

§7º Os valores das multas estabelecidas nesta Cláusula poderão ser atualizadas anualmente pela Assembleia Geral da AGIR, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela

Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor após a ratificação por pelo menos 8 (oito) dos municípios que subscrevem o Novo Protocolo de Intenções, convertendo-se este no Contrato de Consórcio Público.

Art. 20. Ao entrar em vigor esta Lei, com o cumprimento do estabelecido na cláusula anterior, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos e/ou procedimentos pendentes, restando revogadas as Leis nº 7.502, de 10 de março de 2010 e nº 7.930, de 09 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

(o anexo único desta lei encontra-se disponível no sítio eletrônico do Município)

### **LEI Nº 8.364/2016**

LEI Nº 8.364, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

**RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas pelo Município de Blumenau, na qualidade de ente consorciado, as alterações promovidas no Protocolo de Intenções consubstanciadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA por deliberação da 14ª Assembléia Geral Ordinária do CIGA, realizada em 28 de janeiro de 2016.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA é o constante do Anexo Único desta Lei e está publicado na página 1495 da edição n. 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (edição de 31 de maio de 2016 – [http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232\\_edicao\\_dom\\_2005.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 8.365/2016**

LEI Nº 8.365, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO ELETIVO 2017/2020.**

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É fixado em R\$ 21.444,09 (vinte e um mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e nove centavos) o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Blumenau para o mandato eletivo 2017/2020.

Art. 2º É fixado em R\$ 10.722,06 (dez mil setecentos e vinte e dois reais e seis centavos) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Blumenau para o mandato eletivo 2017/2020.

§1º O subsídio do Vice-Prefeito, quando este estiver no exercício do cargo de Prefeito, corresponderá integralmente ao subsídio deste, proporcionalmente aos dias de substituição do titular.

§2º O Vice-Prefeito, no caso de ocupar outra função em órgão da Administração Pública Municipal, deverá optar pelo subsídio ou remuneração.

Art. 3º É fixado em R\$ 9.936,88 (nove mil novecentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos) o subsídio mensal dos Secretários Municipais.

Art. 4º No caso de exercício do cargo de Prefeito Municipal, decorrente de substituição legal, o Presidente da Câmara Municipal receberá, do Poder Executivo, o valor do subsídio daquele, proporcionalmente aos dias de ocupação do cargo, descontado, de seu subsídio no Poder Legislativo, o mesmo período.

Art. 5º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias, anualmente, ao Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais, com pagamento de subsídio integral.

§1º Para efeito do disposto neste artigo deverá o Prefeito Municipal comunicar à Câmara Municipal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a data em que entrará em férias.

§2º O período de gozo de férias, de que trata este artigo, deverá ser utilizado durante o respectivo mandato de Prefeito e as férias não terão caráter acumulativo nem indenizatório.

Art. 6º Os subsídios fixados nesta lei serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 8.293, de 13 de junho de 2016.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.084/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.084, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.  
INSTITUI NORMAS PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui normas para o exercício do comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes no

Município de Blumenau.

## **CAPÍTULO I DO COMÉRCIO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, compreende-se como comércio ambulante e prestação de serviços ambulantes toda atividade econômica lícita, inclusive as de artesãos ou artistas de arte popular, realizada nas vias e nos logradouros públicos do Município de Blumenau, por pessoa física ou jurídica, de forma pessoalíssima, mediante autorização do Executivo Municipal.

§1º Entende-se como Artesão o trabalhador que, de forma individual e se utilizando de técnicas predominantemente manuais, produz artigos que tenham dimensão cultural, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

§2º Caberá à Fundação Cultural de Blumenau – FCB a regulamentação do comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes realizados por artesão e artista de artes populares, inclusive em relação às localidades de atuação.

§3º O exercício de atividade econômica em áreas particulares abertas ao público, ainda que com o uso de equipamentos próprios do comércio ambulante ou da prestação de serviços ambulantes, sujeita-se à obtenção de autorização para funcionamento.

## **CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS AMBULANTES**

Art. 3º As atividades do comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes poderão ser exercidas:

I – de forma itinerante, quando o ambulante desenvolver sua atividade carregando suas mercadorias e equipamentos junto ao corpo.

II – em ponto móvel, quando o ambulante e seus auxiliares, estacionados em locais autorizados, desenvolverem suas atividades utilizando-se de suporte ou de equipamentos de apoio desmontáveis e ou removíveis, sobre rodas, ou ainda com uso de veículos automotivos ou rebocados por estes.

Art. 4º O comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes serão classificados:

I – pela forma como será exercido, em itinerante e ponto móvel, de acordo com os incisos I e II, do art. 3º, desta Lei Complementar;

II – pelo equipamento utilizado, distinguindo-se os apetrechos de transporte manual e o tipo de veículo utilizado;

III – pelo ramo de atividade, relacionado com as mercadorias comercializadas ou com o serviço prestado;

IV – pelo prazo da autorização, que poderá ser anual ou eventual;

V – pelo local ou pela zona definidos para o exercício da atividade.

## **CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO E DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE**

Art. 5º O exercício da atividade de comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes dependerá de autorização do órgão competente.

Art. 6º A autorização para o exercício das atividades será concedida a título precário e servirá exclusivamente para o fim declarado.



§1º A autorização será expedida mediante Alvará de Ambulante e, independentemente do prazo de validade, poderá ser revogada, cassada ou não-renovada, desde que as decisões sejam motivadas.

§2º A revogação, a cassação ou a não-renovação da autorização não ensejará indenização ao autorizado pelo Executivo Municipal.

§3º Não será concedida mais de uma autorização, concomitantemente, por pessoa, para o exercício de qualquer atividade prevista nesta Lei Complementar.

Art. 7º A autorização será:

I – quanto ao tipo:

a) ordinária, quando se tratar de atividade de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes exercida de forma itinerante, nos termos do inciso I, do art. 3º, desta Lei Complementar;

b) especial, quando facultar a utilização de bem público de uso comum do povo para atividade de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes exercida em ponto móvel, nos termos do inciso II, do art. 3º, desta Lei Complementar;

II – quanto à validade:

a) anual, em regra geral, podendo ser renovada por igual período;

b) eventual, quando destinada a autorizar o comércio ambulante ou a prestação de serviços ambulantes em locais onde serão realizados eventos como solenidades, espetáculos, dentre outros.

Art. 8º A falta do Alvará de Ambulante válido sujeita seu infrator à imediata apreensão dos bens utilizados para comercialização.

Parágrafo único. Nos casos em que envolver atividade fiscalizada pela vigilância sanitária será ainda obrigatório dispor de Alvará Sanitário e do Alvará do Corpo de Bombeiros, quando couber, conforme Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE).

Art. 9º Para a obtenção do Alvará de Ambulante, fica o requerente sujeito ao pagamento das respectivas taxas municipais.

Art. 10. A autorização especial deverá atender à legislação do Município no que se refere à utilização do bem público de uso comum do povo, além do pagamento dos preços fixados pela ocupação da área.

Parágrafo único. A autorização especial faculta o uso do bem público somente durante os horários permitidos para o exercício da atividade, nos termos do art. 14 desta Lei Complementar, devendo ser retirados do local o suporte, o equipamento de apoio desmontável ou removível ou o veículo automotivo.

Art. 11. A autorização eventual não poderá ser concedida por prazo superior a 90 (noventa) dias e sujeitará o autorizado aos pagamentos devidos pelo uso do espaço público, quando se tratar, concomitantemente, de autorização especial.

Art. 12. O requerimento de autorização para o exercício de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes, dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ, será realizado por meio de formulário próprio e instruído com os documentos relacionados em regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. Nos casos em que envolver atividade fiscalizada pela vigilância sanitária, o requerimento para a obtenção do Alvará Sanitário, dirigido à Diretoria de Vigilância Sanitária em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, será realizado por meio de formulário próprio e instruído com os documentos relacionados

em regulamento do Poder Executivo.

Art. 13. A indicação de locais e horários permitidos para o exercício de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes serão determinados por ato administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN, sempre em caráter precário, observada a conveniência administrativa, podendo ser alterado a qualquer momento em função do desenvolvimento da cidade.

Parágrafo único. O ato administrativo que alterar os locais e horários permitidos para o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes será publicado no órgão de publicação oficial do Município de Blumenau, após o que terá efeitos imediatos para novas autorizações, sendo que, para as autorizações em vigência na data da publicação, seus efeitos incidirão após o transcurso de no mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 14. Não será concedida autorização para o exercício do comércio ambulante das seguintes atividades em vias e logradouros públicos:

I – preparo de alimentos, salvo de pipocas, centrifugação de açúcar, churros, cachorro-quente ou lanche rápido fornecido para consumo imediato e elaborado em equipamento e com matéria-prima aprovados conforme regulamento definido pelo órgão de vigilância sanitária e ambiental.

II – preparo de bebidas ou mistura de xaropes, essências e outros produtos corantes ou aromáticos, salvo quando permitidos pelo órgão de vigilância sanitária e ambiental;

III – venda de:

a) refrescos ou refrigerantes servidos de forma fracionada;

b) bebidas alcoólicas,

c) cigarros;

d) medicamentos;

e) óculos de grau;

f) instrumentos de precisão;

g) produtos inflamáveis;

h) facas, canivetes e similares;

i) réplicas de arma de fogo em tamanho natural;

j) telefones celulares;

l) vales-transportes e passagens de transporte coletivo;

m) artigos pirotécnicos;

n) cartões telefônicos;

o) produtos de fabricação estrangeira introduzidos irregularmente no País;

p) produtos com marcas de terceiros não-licenciados.

Art. 15. É vedada a realização de atividades artísticas ou de artes populares e comércio, ainda que momentâneas, sob semáforos e em vias e passeios públicos, salvo se autorizadas pela Fundação Cultural de Blumenau – FCB para evento específico ou na forma por ela regulamentada.

Art. 16. A renovação da autorização anual poderá ser requerida nos prazos estabelecidos pelo Executivo Municipal e desde que atendidas as condições e apresentados os documentos por ramo de atividade estabelecidos em regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. As autorizações eventuais não serão passíveis de renovação.

Art. 17. O Alvará de Ambulante é de uso pessoal e intransferível, concedido a título precário, podendo ser cancelado a qualquer tempo pelo Município, sem gerar direito à indenização, sempre que:

I – de interesse da Administração Pública Municipal;

II – de interesse do próprio ambulante;

III – houver reincidência em atos que levaram a apreensão de mercadorias e ou multas;

IV – houver a cassação do Alvará Sanitário, quando exigível;

V – houver qualquer tipo de obstrução à ação fiscal exercida por agente público junto à atividade autorizada.

Art. 18. A qualquer tempo poderá o Poder Executivo emitir normas técnicas especiais a fim de adotar as medidas que entender necessárias ao atendimento do interesse público, através de seus órgãos competentes.

Art. 19. Para a atividade econômica de comércio ambulante de alimentos, o interessado deverá atender as normas técnicas especiais do Município de Blumenau referentes à higiene e segurança, sem prejuízo das normas Federais e Estaduais, sujeitando-se às autorizações respectivas.

Art. 20. A atividade autorizada deverá ser exercida pelo titular, sua família ou por auxiliar, desde que maiores e estejam devidamente registrados no órgão municipal competente.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se da família do titular da autorização o seu cônjuge ou companheiro e seus descendentes e ascendentes imediatos, por consanguinidade ou afinidade.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES AOS VENDEDORES AMBULANTES

Art. 21. Para o exercício da atividade, o autorizado, sua família ou o auxiliar deverão:

I – portar em local visível ao público, os respectivos alvarás a que está obrigado e lista de preços dos produtos comercializados;

II - utilizar e manter seus equipamentos e instalações em bom estado de conservação, limpos, organizados e rigorosamente dentro das especificações técnicas determinadas pelas legislações aplicáveis ou pelos órgãos competentes do Município;

III – disponibilizar recipientes apropriados para recolhimento de lixo e detritos;

IV - manter-se em rigoroso asseio pessoal, utilizando uniformes regulamentares, zelando pela limpeza das instalações e do espaço ocupado, observando bons hábitos de higiene e postura, dando ainda adequada destinação aos resíduos gerados;

V - portar-se com respeito para com o público, colegas e fiscais, evitando perturbar o fluxo de pessoas ou de veículos;

VI – acatar as ordens e determinações do agente fiscal durante a fiscalização;

VII – quando a atividade for exercida mediante a utilização de veículo automotor, relativamente ao estacionamento:

a) obedecer às normas do Código de Trânsito Brasileiro;

b) evitar prejuízo e transtorno ao trânsito de veículos, ciclistas e pedestres;

c) utilizar equipamento de sinalização de acordo com as especificações técnicas do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau – SETERB.

Art. 22. É vedado ao comerciante ambulante e ao prestador de serviços ambulante:

I – ceder a qualquer título o lugar e ou o alvará determinado para a atividade permitida;

II - exercer atividade em desacordo com o disposto e previamente autorizada no seu alvará;

III – utilizar-se de postes, árvores, muros ou passeios públicos para exposição de seus produtos;

IV – utilizar sistemas de alto-falante, televisor, gerador de energia elétrica ou seu equivalente, salvo quando destinado à manutenção de equipamento de produção de frio ou calor;

V – comercializar bebidas alcoólicas de qualquer tipo;

VI – utilizar-se de rede elétrica ou rede de água de forma precária ou irregular;

VII – utilizar-se de fogões, fogareiros, chapas, botijões de gás, aparelhos elétricos, vasilhas para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis na via pública, exceto quando embutidos no veículo transportador e devidamente aprovados pelo órgão de vigilância sanitária e ambiental e pelo Corpo de Bombeiros;

VIII – impedir ou dificultar o trânsito de veículos, ciclistas e ou veículos nas praças, vias e passeios públicos;

IX – estacionar nas vias e nos logradouros públicos, salvo autorização especial;

X – impedir ou dificultar o trânsito nas vias e nos logradouros públicos;

XI – trabalhar fora dos horários e locais estabelecidos para a atividade autorizada;

XII – explorar mão de obra infantil.

#### CAPÍTULO V

#### DAS PENALIDADES E DA MEDIDA ADMINISTRATIVA

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, bem como aos demais órgãos do Executivo Municipal, no âmbito de suas respectivas competências, fiscalizar a execução desta Lei Complementar e de sua regulamentação.

Art. 24. O não cumprimento ao disposto nesta Lei Complementar sujeitará o comerciante ambulante ou o prestador de serviços ambulantes infrator às seguintes penalidades:



I – advertência, mediante notificação;

II – multa de R\$ 200,00 (duzentos reais);

III – multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

IV – suspensão da atividade por 7 (sete) dias;

V – cassação da autorização;

§1º Na aplicação das penalidades descritas nos incisos I a V do caput deste artigo, considerar-se-á o inciso I para a primeira autuação e as demais, sucessivamente, por reincidência, se cometidas no período de 1 (um) ano.

§2º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§3º O valor das multas de que trata este artigo será atualizado, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no exercício anterior.

§4º No caso de extinção do INPC, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

§5º A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a adoção de outras providências nas esferas administrativa, cível e criminal previstas na legislação.

Art. 25. Cumulativamente à aplicação das penalidades previstas no art. 24 desta Lei Complementar, poderá ser adotada a medida administrativa de apreensão das mercadorias, do equipamento, ou de ambos, ao comerciante ambulante ou o prestador de serviços ambulantes que:

I – não esteja autorizado;

II – esteja com sua autorização vencida;

III – não esteja portando o seu Alvará de Ambulante ou Alvará Sanitário, quando exigível;

IV – esteja comercializando produtos tidos como falsificados, pirateados, contrabandeados ou fruto de descaminho, que não contenham os selos que atestam à observância de normas técnicas de qualidade ou sem comprovação de origem.

§1º No caso da apreensão prevista no caput deste artigo, será lavrado termo, em formulário próprio, expedido em 2 (duas) vias, no qual serão discriminados o nome da pessoa autuada, se conhecida, o motivo da apreensão e o artigo desta lei em que foi enquadrado, o local e hora da apreensão, o prazo legal de recurso e a relação dos produtos apreendidos

§2º Em se tratando de apreensão de produtos perecíveis não caberá ao Município o ônus da manutenção térmica especial destes produtos.

§3º Em todos os casos, independente do prazo da notificação, não cabe direito a qualquer indenização por eventual dano ou perda decorrente da apreensão dos produtos e equipamentos.

§4º Paga a multa, os produtos e ou equipamentos apreendidos serão devolvidos ao seu proprietário, ressalvada a hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, que resultará no perdimento dos bens.

§5º Aplicada a multa, continua o infrator obrigado à exigência que a determinou.

Art. 26. Para pleno cumprimento de seu dever de fiscalizar e apreender mercadorias e equipamentos em situação de comércio ambulante irregular, os agentes fiscais do Município poderão requisitar o auxílio de força policial.

Art. 27. O notificado pelas penalidades previstas nos incisos I a V do art. 24 desta Lei Complementar e em sua regulamentação terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação, para apresentar defesa.

§1º Recebida defesa, o órgão competente julgará em prazo razoável, emitindo parecer final referente ao caso, inserindo-o no respectivo processo para ciência do responsável.

§2º A não apresentação da defesa no prazo estipulado, ou no caso de a mesma ser julgada improcedente, implicará na aplicação da penalidade correspondente e no perdimento dos produtos ou equipamentos apreendidos pelo Município, com a sua conseqüente e adequada destinação.

Art. 28. Ao autorizado punido com cassação fica facultado o encaminhamento de pedido de reconsideração à autoridade competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração deverá ser apreciado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de seu protocolo, e não terá efeito suspensivo.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Aplicam-se ao comércio ambulante e à prestação de serviços ambulantes, no que couber, as disposições concernentes ao comércio e a prestação de serviços localizados.

Art. 30. Aplicam-se aos casos omissos nesta Lei Complementar, no que couber, as disposições da legislação tributária, do Código de Posturas do Município de Blumenau e outras normas editadas pela União, Estado e Município.

Parágrafo único. Os órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, fazenda e vigilância sanitária e ambiental poderão editar regulamentos especiais para dispor sobre as respectivas áreas.

Art. 31. Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias contados de sua publicação.

Art. 32. Ficam revogados os artigos 6º e 7º da Lei Complementar n. 227, de 24 de agosto de 1999, a Lei Complementar n. 320, de 18 de julho de 2001, a Lei Complementar n. 327, de 04 de outubro de 2001, a Lei Complementar n. 328, de 04 de outubro de 2001, a Lei Complementar n. 377, de 05 de dezembro de 2002, a Lei Complementar n. 415, de 19 de setembro de 2003, e a Lei Complementar n. 541, de 27 de outubro de 2005.

Art. 33. Esta Lei Complementar entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.085/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.085, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 295, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2000, QUE "INSTITUI O PROJETO 'MORE LEGAL' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do art. 4º da Lei Complementar n. 295, de 08 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As Zonas de Urbanização Especial serão delimitadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para fins de regularização, em situações consolidadas até a data de 31 de dezembro de 2009."

Art. 2º O inciso I do art. 5º da Lei Complementar n. 295, de 08 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

I – laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, relativo à responsabilidade técnica (CREA/CAU), quanto às condições de segurança e de habitabilidade das edificações e da área parcelada como um todo, quanto à topografia, cobertura vegetal, estabilidade do terreno e demais informações solicitadas;"

Art. 3º O inciso III do art. 8º da Lei Complementar n. 295, de 08 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º [...]

[...]

III – Documento de Responsabilidade Técnica, expedido por profissional legalmente habilitado."

Art. 4º A alínea "n" do inciso I do art. 9º da Lei Complementar n. 295, de 08 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [...]

I – [...]

[...]

n) lotes com área mínima de 125,00m² e testada mínima de 1,50m;"

Art. 5º O inciso III do art. 17 da Lei Complementar n. 295, de 08 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 [...]

[...]

III – Documentação de Responsabilidade Técnica, expedida por profissional legalmente habilitado."

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.086/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.086, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 748, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar n. 748, de 23 de março de 2010, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 10. [...]

[...]

§ 3º A construção da calçada, em vias que possuírem previsão de alargamento, será no alinhamento existente, podendo divergir do alinhamento oficial."

Art. 2º O § 1º do art. 21 da Lei Complementar n. 748, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. [...]

§ 1º Na implantação de novas vias públicas sem saída, a praça de retorno deverá observar o raio mínimo de 7,50 (sete metros vírgula cinquenta centímetros)."

Art. 3º O art. 21 da Lei Complementar n. 748, de 23 de março de 2010, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 21. [...]

[...]

§ 3º A implantação de praça de retorno no final de via pública oficial sem saída pode ser autorizada pelo órgão público competente, cabendo a transferência para o Município da área atingida através de projeto de desmembramento."

Art. 4º O art. 28 da Lei Complementar n. 748, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único:

"Art. 28. A via sem saída de extensão superior a 30,00 (trinta) metros não poderá ser implantada sem praça de retorno.

Parágrafo Único – Pode ser dispensada a implantação de praça de retorno em via sem saída com extensão superior a 30 (trinta) metros, caso esta possua uma via transversal localizada em até 30 (trinta) metros do seu final."

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.087/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.087, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 749, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 7º da Lei Complementar n. 749, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 4º:

"Art. 7º As áreas úteis mínimas dos lotes e dimensões das testadas permitidas nos parcelamentos para fins de edificação serão de conformidade com o Anexo I.

[...]

§ 4º O parcelamento do solo com outros fins, não destinados à edificação será regulamentado por Decreto do Poder Executivo."

Art. 2º O § 2º do art. 19 da Lei Complementar n. 749, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. [...]

[...]

§ 2º A localização da área a ser reservada para equipamento comunitário será determinada pelo órgão municipal competente de modo a integrá-la harmonicamente à estrutura urbana, podendo as áreas em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) e em Área de Preservação Permanente (APP) serem computadas nos 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável, na proporção máxima de 50% (cinquenta por cento)."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.088/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.088, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS, BEM COMO SUBSTITUI O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR N. 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 15 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

"Art. 15. Nas ZAG, ZPA e Área Rural será considerada, quando houver condomínio, para cada unidade residencial, a parte ideal de:

I – 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) nas ZAG, ZPA e área rural com lotes acima de 1.000,00m<sup>2</sup>;

II – 50,00m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) nas ZAG, ZPA e área rural com lotes até 1.000,00m<sup>2</sup>;

III – 50,00m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) nas ZR1."

Art. 2º O § 1º do art. 20 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. [...]

§ 1º Não serão computados no cálculo de Coeficiente de Aproveitamento as áreas construídas descobertas, piscinas, subsolo, canil com até 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), abrigo ou central de gás e lixeira."

Art. 3º O § 1º do art. 21 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. [...]

§ 1º Para o cálculo da taxa de ocupação não serão computadas as áreas construídas descobertas, canil com até 4,00m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados), abrigo ou central de gás e lixeira, desde que mantida a área permeável."

Art. 4º O art. 36 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 36. [...]

[...]

Parágrafo Único. Edificações voltadas para o uso residencial unifamiliar que possuírem construções separadas a exemplo de edícula, garagem ou similar não será necessário manter afastamento mínimo entre elas."

Art. 5º O Anexo I da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010 (Mapa de Zoneamento), fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

(o anexo desta lei complementar encontra-se disponível no sítio eletrônico do município)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.089/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.089, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N. 793, DE 19 DE ABRIL DE 2011, QUE "DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar n. 793, de 19 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.090/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.090, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os incisos I e III, bem como o parágrafo único, do art. 61 da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 61. [...]

I – o beiral, o pergolado, o toldo e a marquise projetados em balanço, com no máximo 2,00 (dois metros) do corpo da edificação, e ainda: [...]

[...]

III – a cobertura para bicicletários, devendo as medidas serem proporcionais às vagas de bicicletas exigidas.

[...]

Parágrafo único. Para a emissão do habite-se será necessário apresentar o documento de responsabilidade técnica de fabricação e montagem ou projeto e execução ou laudo e vistoria no caso de regularização, para os elementos construtivos não constantes no projeto aprovado."

Art. 2º O inciso II do art. 61 da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, revogadas as suas alíneas "a" e "b":

"Art. 61. [...]

[...]

II – a cobertura para abrigar pedestres, que poderá ser construída com largura máxima de 2,00m (dois metros), podendo ser locada a partir do alinhamento existente da via até a edificação, na ligação de prédios ou blocos, nos acessos da edificação, ou como proteção na proteção na circulação de pedestres;"

Art. 3º O § 1º do art. 64 da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentadas as alíneas "a" e "b":

"Art. 64. [...]

[...]

§ 1º A implantação de edificação residencial multifamiliar com mais de 10 (dez) unidades, em final de via sem saída, só será autorizada se houver praça de retorno, exceto quando:

a) a rua possuir extensão inferior a 100 (cem) metros, ou;  
b) tratar-se de terreno de esquina onde a entrada e saída de veículos, pela rua sem saída, não exceder a 10 (dez) veículos, ou, a entrada e saída de veículos for exclusivamente pela rua que não necessite de praça de retorno."

Art. 4º Os incisos II e III do § 3º do art. 65 da Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 65. [...]

[...]

§ 3º [...]

[...]

II - empreendimento vertical que tenha, no máximo, 04 (quatro) unidades habitacionais;

III – condomínio residencial multifamiliar horizontal."

Art. 5º À Lei Complementar n. 1.030, de 18 de dezembro de 2015, fica acrescido o art. 81, com a seguinte redação:

"Art. 81. O fluxo de tramitação dos processos de análise poderá ser regulamentado via decreto."

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.091/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.091, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR

Nº 1.074, DE 05 DE SETEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO §3º DO ART. 37 E NO §2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 1.074, de 05 de setembro de 2016, passa a vigorar acrescido do parágrafo 6º com a seguinte redação:

"Art. 12 [...]

[...]

§6º O prazo referido no caput será suspenso nos casos de férias coletivas de servidores públicos municipais e de calamidade pública decretada."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 11.139/2016**

DECRETO Nº 11.139, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º, do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I deste Decreto, no valor de R\$ 52.922,30 (cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta centavos), realizada e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento, abaixo discriminadas:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****3101 – Fundo Municipal de Saúde**

Atividade 31.01.04.122.0009.2304 – Manutenção de Ações do Bem Estar Animal

Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 1.759,94

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 35.071,42

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2177 – Qualificação/Educação na Saúde

Modalidade 3.3.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 894,57

Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – SAMU - Serv. de Atend. Móvel de Urgência

Modalidade 3.3.90 (68) Aplicações Diretas R\$ 710,57

Fonte de Recursos 0238.00057

Atividade 31.01.10.302.0009.2183 – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 3.413,45

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – CEREST – Centro de Ref. Saúde do Trab.

Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 524,68

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 7.303,62

Fonte de Recursos 0267.00065

Atividade 31.01.10.304.0009.2191 – Vigilância Sanitária

Modalidade 3.3.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 879,97

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Modalidade 3.3.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 2.364,08

Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.139/2016 - ANEXO UNICO****ANEXO I**

CREDOR:	Orcali – Serviços de Limpeza LTDA
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Vigilância Epidemiológica e Hospital Dia (Cedap)
DOTAÇÃO:	111
VALOR:	2.364,08
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Vigilância Sanitária
DOTAÇÃO:	99
VALOR:	879,97
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Cerest
DOTAÇÃO:	79
VALOR:	524,68
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 - Unidades de Saúde/ESF's/AG's/ UAS/Banco de Leite/AG Marilene de Aguiar/Centro de Saúde do Idoso
DOTAÇÃO:	10
VALOR:	35.071,42
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Caps/Caps AD e Caps I
DOTAÇÃO:	75
VALOR:	3.413,45
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016

ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Central de Transportes do Usuário do SUS/Centro de Saúde Rosania M. Pereira/Niaf, Policlínica e Laboratório
DOTAÇÃO:	97
VALOR:	7.303,62
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Escola Técnica de Saúde
DOTAÇÃO:	106
VALOR:	894,57
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Samu (Garcia e Vila Nova)
DOTAÇÃO:	68
VALOR:	710,57
DOCUMENTO	Planilha Cálculo
DATA:	21/10/2016
ORIGEM DA DESPESA:	Diferença de Reajuste do Contrato de Limpeza de 19/05 a 30/06/2015 – Cepread
DOTAÇÃO:	1
VALOR:	1.759,94
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 52.922,30 (Cinquenta e Dois Mil Novecentos e Vinte e Dois Reais e Trinta Centavos)

Reconheço as despesas desta relação.  
Blumenau, 07 de dezembro de 2016.

Maria Regina de Souza Soar  
Secretária Municipal de Saúde  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 11.143/2016

DECRETO Nº 11.143, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.353, de 30 de novembro 2016,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 3.661.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 1.509.713,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (207) Aplicações Diretas R\$ 2.151.287,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.122.0004.2039 – Manut. Ativ. Prog. e Projetos Integrados

Modalidade 4.4.90 (167) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – Construção/Ampliação/Reforma UEs

Modalidade 4.4.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 781.000,00

Fonte de Recursos 01.01.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobertura de Quadra Esportivas

Modalidade 4.4.90 (175) Aplicações Diretas R\$ 1.386.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1005 – Desapropriações – Ensino Fundamental

Modalidade 4.4.90 (179) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1006 – Construção/ampliação/Reforma CEIs

Modalidade 4.4.90 (199) Aplicações Diretas R\$ 1.182.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1007 – Desapropriações – Educação Infantil

Modalidade 4.4.90 (203) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.367.0004.2047 – Manut. Ativ. Educação Especial

Modalidade 4.4.90 (227) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 11.149/2016**

DECRETO Nº 11.149 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0210.00000 e 0206.00000, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.122.0005.2219 – Manut. Convênios de Trânsito - PMSC

Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0210.00000

3304 – Manut. Ativ. Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.149/2016**

DECRETO Nº 11.149 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0210.00000 e 0206.00000, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.122.0005.2219 – Manut. Convênios de Trânsito - PMSC

Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0210.00000

3304 – Manut. Ativ. Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.150/2016**

DECRETO Nº 11.150, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 475.750,77 (quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB

3301 – Gabinete do Diretor Presidente

Atividade 33.01.04.122.0002.2212 – Man. Ativ. Diretor Presidente do SETERB

Modalidade 3.1.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 15.517,15

Fonte de Recursos

3302 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. e Financeira do SETERB

Modalidade 3.1.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 79.897,00

Fonte de Recursos 0300.00000

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manutenção das Atividades Trânsito

Modalidade 3.1.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 320.223,22

Fonte de Recursos 0300.00000

3304 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 60.113,40

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.151/2016**

DECRETO Nº 11.151, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.155/2016**

DECRETO Nº 11.155, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, “f”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em atenção ao Memorando nº 307/2016/GABSEMUS:

## DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor Geral da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, OSCAR RAUTENBERG, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 19 de dezembro de 2016 a 20 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.158/2016**

DECRETO Nº 11.158, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Promotora de Exposição de Blumenau - PROEB, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. das Atividades da PROEB

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 143.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. das Atividades da PROEB

Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 143.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.160/2016**

DECRETO N. 11.160, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO N. 10.748, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUE “REDUZ A GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO N. 9.903, DE 07 DE JANEIRO DE 2013, AOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS”.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 59, II e V, e na forma do art. 75, I, "b", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 91 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência para fixar o valor da gratificação de representação até o máximo de 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo correspondente,

CONSIDERANDO que, apesar da prorrogação de vigência efetivada pelo Decreto n. 11.075 – de 03 de outubro de 2016 –, ainda persistem os motivos que determinaram a edição do Decreto n. 10.748, de 14 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO ainda ser fundamental prosseguir nos esforços de contenção das despesas de pessoal para a manutenção regular das ações e serviços públicos municipais,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2017, a vigência do Decreto n. 10.748, de 14 de outubro de 2015, que reduz de 30% (trinta por cento) para 17% (dezessete por cento) a gratificação de representação concedida pelo Decreto n. 9.903, de 07 de janeiro de 2013, incidente sobre o valor do vencimento dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, símbolo CC-2 (Intendente Distrital, Assessor Especial, Diretor e Diretor-Geral) e símbolo CC-3 (Gerente), do Poder Executivo e de suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.336/2016**

PORTARIA Nº 20.336, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZITA BERRI BACHMANN E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo à solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 84, de 12 de dezembro de 2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Zita Berri Bachmann (Processo Administrativo ERP nº 10178/2016), ocupante do cargo efetivo de Educador, matrícula nº 140120, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 16 de fevereiro de 2017, às

08h15min, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dr. José Bisognin Neto, CRM 15304, lotado Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Thomaz Pereira Sperb (Perito), CRM 17126, lotado no Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

III – Dr. Carlos Henrique Pfiffer, (Ortopedista), CRM 9707, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 20.337/2016**

PORTARIA Nº 20.337, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA APARECIDA PATRÍCIA SIMAS BUCCI E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo à solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 85, de 12 de dezembro de 2016,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Terezinha Aparecida Patrícia Simas Bucci (Processo Administrativo ERP nº 9695/2016), ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 174068, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 16 de fevereiro de 2017,

às 09:00 horas, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dr. Adilvo Andreazza, CRM 8360, lotado Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Thomaz Pereira Sperb (Perito), CRM 17126, lotado no Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

III – Dr. John Carlos Zoschke Junior, (Psiquiatra), CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 20.338/2016**

PORTARIA Nº 20.338, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA DE FÁTIMA KAMMER ROMUALDO E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo à solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 86, de 12 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de

ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal Silvana de Fátima Kammer Romualdo (Processo Administrativo ERP nº 1183/2016), ocupante do cargo efetivo de Educador, matrícula nº 191744, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 16 de fevereiro de 2017, às 09h45min., será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dra. Adriana Vieira Antunes Wiethorn, CRM 7959, lotado Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;

II – Dr. Thomaz Pereira Sperb (Perito), CRM 17126, lotado no Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau (ISSBLU);

III – Dr. John Carlos Zoschke Junior, (Psiquiatra), CRM 14145, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2016.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-022/16**

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-022-16 - Registro de Preços para execução de sondagem de recolhimento de solo tipo SPT, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SEMED - SESUR.

Contratada: MARCON SONDAGENS LTDA EPP.  
CNPJ: 75.307.355/0001-27.

LOTE 01: SEMED Valor total: R\$ 21.750.50 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos);

LOTE 02: SESUR Valor total: R\$ 14.355.00 (quatorze mil trezentos e cinquenta e cinco reais).



**PORTARIA SEDEAD Nº 30.980/2016**

PORTARIA SEDEAD Nº 30.980/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
230757	LILIAN MARTHENDAL DA SILVA	2016/1252	09.12.2016	16.12.2016
223387	MARCIA BARCELOS	2016/1257	08.12.2016	17.12.2016
213721	ELAINE GRAZIELA BRUHMULLER	2016/12587	08.12.2016	05.02.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 30.964/2016**

PORTARIA SEDEAD Nº 30.964/2016

REMOVE DE OFÍCIO O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL MAREN JERUSA GOERLL OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e conforme Formulário de Remoção de Ofício, datado de 06 de dezembro de 2016, resolve:

REMOVER DE OFÍCIO

o(a) servidor(a) público(a) municipal MAREN JERUSA GOERLL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico – 40 horas, para a Estratégia de Saúde da Família Alfredo Hoess, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 23 de janeiro de 2017.

O(a) servidor(a) removido(a), conforme prevê o artigo 67, § 2º, da Lei Complementar nº 1.047/2016, será lotado em caráter provisório, devendo realizar concurso de remoção assim que ofertado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de dezembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 30.970/2016**

PORTARIA SEDEAD Nº 30.970/2016.

AUTORIZA A EXTENSÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO, EM DEFINITIVO, DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e nos termos do Edital SEMED 013/2016, para extensão de carga horária semanal, resolve:

AUTORIZAR

a contar de 31 de janeiro de 2017, a extensão da carga horária semanal de trabalho, em definitivo, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, dos servidores públicos municipais abaixo, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

NOME	CADASTRO	CARGO	JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	
			DE	PARA
Cristiane Ruon	13057-5	Professor	20	40
Andréa Regina Fraga Pereira Hubert	17459-9	Professor	20	40
Marta Nascimento de Oliveira	19766-1	Professor	20	40

Deisy Azeredo Lach Collioni	22958-1	Professor	20	30
Geraldo de Andrade Fagundes	22961-1	Professor	20	40
Regina da Silva	20551-6	Professor	20	30
Douglas Derli Laranjeira	22901-5	Professor	30	40
Priscille Gonzaga da Silva	22955-9	Professor	20	40
Rafael Groszewicz	22561-4	Professor	20	40
Gláucio Porto da Silva	22963-5	Professor	20	40
Sandra Varnier	22864-7	Professor	20	30
Bruna Broering Savi	22867-8	Professor	20	30
Lais Bernardes Gaulke	22860-0	Professor	20	30
Sérgio Luis Pereira Carvalho	22864-9	Professor	20	40
Kátia Borba da Silva Regueira	22956-4	Professor	20	40
Sérgio Vieira Galdino	18866-2	Professor	10	40
Amanda de Oliveira Gomes	22866-4	Professor	20	40
Ivoni Blasius Sombrio Mistura	18817-4	Professor	20	30
Michele Corrêa	22861-2	Professor	20	30
Caíque Fernando da Silva Fistarol	22867-6	Professor	30	40
Tatiana Roedel	22865-7	Professor	20	40
Carla Jeane dos Reis	22407-3	Professor	20	30
Fernanda da Silva Ferreira	22918-2	Professor	20	40
Sandra de Souza	22960-5	Professor	20	40
Jomara Aniceto Baucke	22557-6	Professor	20	40
Mari Célia Moraes Vosniak	22957-0	Professor	20	40
Priscilla de Sousa Pereira dos Santos	22863-7	Professor	20	40
Sérgio Luis Theiss	22958-3	Professor	20	40
Anilori Düsterhöft Vicenti	22962-8	Professor	20	30
Francisco Kleber Rodrigues de Almeida	22373-5	Professor	20	30
Dagmar Ursula Passold	22579-7	Professor	20	40
Jaila Penaforte	20120-0	Professor	20	40
Pâmela dos Santos	22868-0	Professor	20	40
Neusa Teresinha de Sousa	17651-6	Professor	30	40
Vanezia Maria de Andrade e Sousa	22368-9	Professor	20	30

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de dezembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA SEDEAD Nº 30.963/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.963/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
229289	LUCILENE FRANCA LEITE	2016/1226	02.12.2016	16.12.2016
230011	SIMEIA LUCIANE DE OLIVEIRA MARTINS	2016/1209	21.11.2016	16.12.2016
228992	INORATA DE SOUZA	2016/1222	01.12.2016	09.12.2016
230916	ARYANA LINGNER	2016/1230	11.12.2016	16.12.2016
76937	ROSECLER DESCHAMPS	2016/1196	10.11.2016	25.11.2016
191167	DEBORA GUIMARAES PEREIRA MOLIN	2016/1211	25.11.2016	23.01.2017



Cadastro	Nome	Processo	Período	
229999	DANIELA CRISTINA NOFRE GRAFF	2016/1218	28.11.2016	09.12.2016
141674	JAISA CENIRA DOLZAN	2016/1219	28.11.2016	17.12.2016
229498	JAQUELINE DA ROCHA	2016/1225	05.12.2016	16.12.2016
229211	IZOLETE LETICIA PORTELA COELHO ADAMS	2016/1234	09.10.2016	04.12.2016
228700	KELLI CRISTINA DOROW	2016/1235	29.11.2016	09.12.2016
181463	LENIR APARECIDA CORDEIRO RODRIGUES	2016/1236	01.12.2016	14.12.2016
230827	CRISTIANE PLOTGHER LEAL	2016/1243	08.12.2016	17.12.2016
228512	JULIANA DA COSTA	2016/1245	05.12.2016	15.12.2016
133205	ANA MARIA DA SILVA MORAES BUENO	2016/1246	02.12.2016	09.12.2016
221830	ANDREA LUIZA ROCHA RITTER	2016/1248	02.12.2016	09.12.2016
208353	SANDRA EMILENE DE MORAES	2016/1250	27.11.2016	25.01.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

### **RESOLUÇÃO CMAS Nº 81/2016**

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 81/2016

APROVA CALENDÁRIO DE REUNIÕES PLENÁRIAS E DE COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS PARA O ANO 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2016.

CONSIDERANDO:

- Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

- o Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 10.598, de 30 de março de 2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social do referido calendário, em Plenária Extraordinária, ocorrida em 14 de dezembro de 2016, conforme consta na Ata CMAS Nº. 20/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado e fixado o calendário de reuniões ordinárias das Plenárias, Mesa Coordenadora e Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o ano de 2017.

Parágrafo Único. As reuniões extraordinárias serão chamadas sempre que necessário conforme Regimento Interno;

· Comissão Provisória de Normas, Regulamentação, Acompanhamento e Fiscalização da Rede Socioassistencial – CPNRAF.

Segundas – Feiras - 08h30min

13/02, 06/03, 20/03, 03/04, 17/04, 08/05, 22/05, 05/06, 19/06, 03/07, 17/07, 07/08, 21/08, 04/09, 18/09, 02/10, 23/10, 06/11.

· Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS

Terças - Feiras – 14h

31/01, 14/02, 07/03, 21/03, 04/04, 18/04, 02/05, 16/05, 06/06, 20/06, 04/07, 18/07, 01/08, 22/08, 05/09, 19/09, 03/10, 24/10, 07/11.

· Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS

Quartas - Feiras – 08h30min

31/01, 15/02, 08/03, 22/03, 05/04, 19/04, 03/05, 17/05, 07/06, 21/06, 05/07, 19/07, 02/08, 23/08, 06/09, 20/09, 04/10, 25/10, 08/11.

· Mesa Diretora

Quartas - Feiras – 10h30min

31/01, 15/02, 08/03, 22/03, 05/04, 19/04, 03/05, 17/05, 07/06, 21/06, 05/07, 19/07, 02/08, 23/08, 06/09, 20/09, 04/10, 25/10, 08/11, 29/11.

· Reunião Plenária

Quintas-Feiras – 08h30min

08/02, 22/02, 15/03, 29/03, 12/04, 26/04, 10/05, 24/05, 14/06, 28/06, 12/07, 26/07, 09/08, 30/08, 13/09, 27/09, 18/10, 01/11, 22/11, 06/12.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de dezembro de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2230/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2230/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2245/2016

OBJETO: Registro de preço para aquisição de combustíveis tipo gasolina, óleo diesel S-10, óleo diesel comum e reagente Arla 32 para a frota veicular do SAMAE, pelo período de 01 (um) ano.

Empresa: AUTO POSTO EXPRESSO LTDA. CNPJ: 02.050.924/0001-28

Item 01: Valor unitário R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) e valor total R\$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 3,06 (três reais e seis centavos) e valor total R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 352.800,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 12 de Dezembro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

### HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 08-2228/16 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA nº 08-2228/2016 SAMAE – Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, bem como comerciais e de prestadoras de serviço, depositados junto às vias públicas do município.

Contratada: BLUMETERRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (95.832.200/0001-17)

VALOR TOTAL: R\$ 3.938.277,00

BASE LEGAL: Artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93 e alterações

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 13 de dezembro de 2016.

Terça-Feira – 19:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

REDAÇÕES FINAIS

Em única discussão e votação a Redação Final dos seguintes Projetos:

Projeto de Lei Complementar nº 1.638, de autoria do Executivo Municipal, que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 295, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2000, QUE "INSTITUI O PROJETO

'MORE LEGAL' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Complementar nº 1.639, de autoria do Executivo Municipal, que "ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 748, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Projeto de Lei Complementar nº 1.640, de autoria do Executivo Municipal, que "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 749, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Complementar nº 1.641, de autoria do Executivo Municipal, que "ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS, BEM COMO SUBSTITUI O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR N. 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei Complementar nº 1.642, de autoria do Executivo Municipal, que "REVOGA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N. 793, DE 19 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS COMO PATRIMÔNIO

CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei Complementar nº 1.643, de autoria do Executivo Municipal, que “ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei Complementar nº 1.636, de autoria do Executivo Municipal, que “INSTITUI NORMAS PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei Complementar nº 1.637, de autoria do Vereador Roberto Tribess, que “REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.051, DE 1º DE JUNHO DE 2016”.

Projeto de Lei nº 7.289, de autoria da Mesa Diretora, que “DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO ELETIVO 2017/2020”.

Projeto de Lei nº 7.201, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que “INSTITUI O JANEIRO BRANCO, EM BLUMENAU”.

Projeto de Lei nº 7.283, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “DENOMINA DE RUA ARTUR MONTAGNA, VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO PROGRESSO”.

Projeto de Lei nº 7.277, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que “DENOMINA DE RUA JAGUARIBE, PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO GARCIA”.

Projeto de Lei nº 7.273, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que INSTITUI O SETEMBRO AMARELO - DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, EM BLUMENAU”.

Projeto de Lei nº 7.287, de autoria do Executivo Municipal, que “RATIFICA O NOVO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei nº, 7.288, de autoria do Executivo Municipal, que “RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Projeto de Lei nº 7.281, de autoria do Vereador Jens Juergen Mantau, que “DENOMINA DE TERMINAL BERLIM, TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO A SER CONSTRUÍDO NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL”.

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as Redações Finais constantes da Ordem do Dia. Destino: à sanção do Executivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 06 de dezembro de 2016.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

#### MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

#### CESSÃO DO PLENÁRIO

Em única discussão e votação a seguinte Cessão do Plenário:

· Cessão do Plenário ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Juízo da 88ª Zona Eleitoral – Blumenau, para a realização da Solenidade de Diplomação dos Eleitos, no dia 15 de dezembro.

#### PROJETOS

Em segunda discussão e votação os seguintes Projetos:

· Projeto de Lei Complementar nº 1.460, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 164, DA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974”, bem como a sua emenda nº 01.

· Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.501, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “AUTORIZA A CESSÃO DE DESCONTO NO PAGAMENTO DO IPTU, INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA, AOS CONTRIBUÍNTES QUE QUITAREM O TRIBUTO ANTES DA EXECUÇÃO JUDICIAL”.

· Projeto de Lei Complementar nº 1.604, de autoria dos Vereadores Mário Hildebrandt e Cezar Cim, que “DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE POSTES DE SUSTENTAÇÃO À REDE ELÉTRICA, NAS CALÇADAS E PASSEIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU”, bem como suas emendas nºs 01 e 02.

· Projeto de Lei Complementar nº 1.634, de autoria do Vereador Célio Dias, que “REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 146 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007”.

· Projeto de Lei nº 6.710, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEC”.

· Projeto de Lei nº 7.272, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que “DENOMINA DE ‘TERMINAL LEITE TREVO’, O TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO A SER CONSTRUÍDO NO BAIRRO ÁGUA VERDE”.

#### REQUERIMENTOS

Do Vereador Adriano Pereira:

Nº 1427/2016 - providências ao Executivo Municipal/SEMED para que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: Conforme de conhecimento da comunidade escolar na E.B.M Conselheiro Mafra,

o Professor Ramides (atual diretor pedagógico) estava de atestado médico ou afastado das atividades no dia 11 de novembro deste ano, por exemplo, entre outros dias. Sendo assim, como poderia estar presente em eventos públicos, solenidades governamentais, em horários de expediente, como por exemplo, na Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, quando foram entregues 4 ambulâncias para Blumenau?

Nº 1428/2016 - providências ao Executivo Municipal para que crie a Secretaria de Regularização Fundiária, com um corpo técnico, composto de engenheiros, topógrafos, geólogos, advogados, entre outros profissionais. Justificativa: a fim de mudar a realidade de Blumenau, que hoje é dividida em duas: ruas de placas verdes e amarelas. São inúmeras as comunidades e loteamentos à espera da regularização fundiária, sem a qual também não se pode avançar em projetos para possíveis reurbanizações e atendimentos com melhorias por parte do poder público. Existem loteamentos onde sequer o correio consegue entregar as correspondências aos moradores devido à questão da legalidade, e boa parte das famílias de Blumenau não possuem escrituras públicas de seus terrenos. A regularização fundiária trará inúmeros benefícios ao Município, possibilitando também o aumento significativo da arrecadação dos impostos. A criação dessa secretaria possibilitaria o trabalho integrado com a Secretaria de Defesa do Cidadão no sentido de reavaliar o quadro geológico do Município, levando em conta as áreas consolidadas, atualmente interditadas, com o objetivo de avançar na regularização e nos projetos de reurbanização. Essa secretaria terá a missão de dialogar com todas as esferas governamentais envolvidas, bem como com o Ministério Público, no intuito de regularizar também as mais de 500 ruas de placa amarela hoje cadastradas no poder público. Blumenau parou no tempo quando o assunto é regularização fundiária, e o povo sofre sem cidadania, à mercê dos serviços públicos, sendo lembrado apenas em épocas de eleição.

Do Vereador Almir Vieira:

Nº 1435/2016 - providências ao Executivo Municipal para que responda, na forma e no prazo legal, com base na legislação aplicável, ao seguinte pedido de informação, em caráter de urgência: - Respostas referentes às seguintes Indicações de 2016, abaixo detalhadas: 11311, 11417, 11461, 11660, 11663, 11875, 11888, 11907, 12097, 12134, 12133, 12263, 12262, 12132, 12418, 12551, 12607, 12633, 12582, 12629. - Existe data para começo dessas obras? Essas obras estão em planejamento?

Do Vereador Jens Juergen Mantau:

Nº 1433/2016 - providências à CELESC para que realize podas de árvores na Rua Bertoldo João Correa, no Bairro Testa Salto. Justificativa: os galhos encostam nos fios da energia elétrica. Obs.: mais informações com Jaime pelo telefone 3334-6239.

Do Vereador Mário Hildebrandt:

Nº 1437/2016 - providências à CELESC para que realize podas de árvores na Rua Benigno Joaquim dos Santos, próximo ao nº 633, no Bairro Ribeirão Fresco. Justificativa: as árvores estão encostando na rede elétrica, o que ocasiona perigo e quedas de energia.

#### ORDEM DO DIA

Inclusos na Ordem do Dia os Requerimentos nºs 1442 e 1443/2016 e as Moções nºs 142 e 143/2016.

Retirado o Projeto de Lei Complementar nº 1.460, bem como sua Emenda nº 01. Destino: ao arquivo.

Transferido para a próxima Sessão o Requerimento nº 1435/2016.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Destino: à Secretaria

para providências.

Rejeitado, em segunda discussão e votação, o Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.501. Destino: ao arquivo.

Aprovada, em segunda discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.604. Destino: incorporada ao Projeto.

Aprovada, em segunda discussão e votação, a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.604. Destino: incorporada ao Projeto.

Rejeitado, em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.604. Destino: ao arquivo.

Rejeitado, em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.634. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em segunda discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.710. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado, para vistas, o Projeto de Lei nº 7.272.

Aprovados, em única discussão e votação, os Requerimentos nºs 1427, 1428, 1433, 1437, 1442 e 1443/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Rejeitada, em única discussão e votação, as Moções nº 142 e 143/2016. Destino: ao arquivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 08 de dezembro de 2016.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

#### MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

#### REDAÇÃO FINAL

Em única discussão e votação a Redação Final do seguinte Projeto:

· Projeto de Lei nº 6.710, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O 'ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BEC'".

#### PROJETOS

Em segunda discussão e votação os seguintes Projetos:

· Projeto de Lei Complementar nº 1.501, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE DESCONTO NO PAGAMENTO DO IPTU, INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA, AOS CONTRIBUINTES QUE QUITAREM O TRIBUTO ANTES DA EXECUÇÃO



## JUDICIAL”.

· Projeto de Lei Complementar nº 1.616, de autoria da Vereadora Evelin Huscher, que “ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 22, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 530, DE 27 DE JULHO DE 2005”, bem como sua emenda nº 01.

## REQUERIMENTOS

Do Vereador Adriano Pereira:

Nº 1444/2016 - providências à AGIR e Odebrecht Ambiental para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação legal, respondam ao seguinte pedido de informações: - Já foram vistoriadas todas as residências da Rua Maria Adriano, bem como as demais no Bairro Tribess, onde já existe a rede de tratamento, para conferir as ligações? - Com referência ao Projeto “Rio Limpo”, como estão os projetos para essa região? Obs.: mais informações com Sr. Luiz pelo telefone 3327-2057.

Nº 1452/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando será resolvido o problema do espaço físico da ESF Paulo Pedro Mayerle, Bairro Passo Manso, com o desmembramento dessa unidade, providenciando um novo espaço para dividir a grande demanda no atendimento na área da saúde nesta região, onde estão inúmeros condomínios do Minha Casa Minha Vida e existem vulnerabilidades sociais, carências específicas etc.?

Nº 1453/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando será elaborado um projeto e viabilizada sua execução para atender a demanda de esporte e lazer na região do Passo Manso e Água Verde? Obs.: Seria interessante, talvez, nas imediações do futuro terminal de ônibus da Água Verde.

Nº 1454/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Qual o encaminhamento dado pela Secretaria de Saúde ao abaixo-assinado e inúmeras reivindicações que vêm sendo feitas desde 2012 em prol de um novo espaço para a ESF Paulo Pedro Mayerle, no Bairro Passo Manso, e seu possível desmembramento, objetivando dar maior qualidade no atendimento na área da saúde para a população deste bairro e região?

Do Vereador Almir Vieira:

Nº 1435/2016 - providências ao Executivo Municipal para que responda, na forma e no prazo legal, com base na legislação aplicável, ao seguinte pedido de informação, em caráter de urgência: - Respostas referentes às seguintes Indicações de 2016, abaixo detalhadas: 11311, 11417, 11461, 11660, 11663, 11875, 11888, 11907, 12097, 12134, 12133, 12263, 12262, 12132, 12418, 12551, 12607, 12633, 12582, 12629. - Existe data para começo dessas obras? Essas obras estão em planejamento?

Nº 1438/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informações: - Existe um projeto de alargamento da praça de retorno da Rua Hulda Catharina dos Santos, no Bairro Progresso? Se positivo, solicitamos cópia do projeto; se negativo, solicita-se que seja feito estudo para sua criação. Justificativa: existe falta de espaço, impossibilitando a manobra dos carros de grande porte. Obs.: mais informações: (47) 3324-0315 ou 99116-8356, com Guilherme.

Nº 1439/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável,

responda ao seguinte pedido de informação: - Existe algum projeto referente a construção de uma nova creche na região da Fortaleza Alta? Se positivo, solicito cópia do projeto e data previsão começo da obra. Se negativo, solicito que sejam feitos estudos para elaboração de projeto nesse sentido. Justificativa: as creches do bairro não suprem a demanda existente. Obs.: mais informações com Janete pelo telefone (47) 99192-8188, ou no Gabinete 11, com Bueno.

Nº 1440/2016 - providências ao Executivo Municipal/SEMED para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Há projeto e/ou prazo para a construção de mais uma sala de aula na Escola Professora Zulma Souza da Silva, localizada na Rua Florânia, nº 464, no Bairro Velha, conforme Resolução 01/99 do Conselho Municipal de Educação? Conforme a direção e APP da escola, foi encaminhado ofício solicitando a construção da sala de aula devido ao aumento de alunos e ao crescimento de moradias verticais na região da escola. A nova sala de aula na escola servirá para atender a demanda de alunos e anovas vagas que ingressarão no primeiro ano letivo, sendo que hoje a escola só pode atender, no máximo, a cinquenta alunos, sendo vinte e cinco no período matutino e vinte e cinco no período vespertino, o que não atende à demanda do bairro e ao zoneamento em que se encontra a escola.

Nº 1445/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existe algum projeto em estudo para implantação de uma sinaleira na saída da Rua Vereador Romário da Conceição Badia, na esquina com o a Rua 2 de Setembro, no Bairro Itoupava Norte? Se positivo, solicitamos a cópia do projeto de implantação e data de instalação; se negativo, solicita-se que seja efetuado um estudo nesse sentido. Justificativa: com a mudança de fluxo da via, os moradores da localidade vêm relatando inúmeros acidentes ocasionados pela falta de segurança na saída dessa rua. Obs.: mais informações com Júnior pelo telefone 9657-3861, ou no Gabinete 11 pelo telefone 3231-1519, com Bueno.

Nº 1446/2016 - providências ao Executivo Municipal/SEMED para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existe um projeto para a cobertura da quadra poliesportiva da Escola Nêmesia Margarida, no Bairro Badenfurt? Se sim, quando vai ser efetuada a obra? Caso contrário, solicita-se que seja efetuado o projeto.

Nº 1447/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informações: - Por que foram suspensos os atendimentos odontológicos na ESF Haroldo Ewald, no Bairro Itoupavazinha? - Existe data prevista para retorno desse profissional a esta unidade de saúde? Obs.1: todos os atendimentos têm sido feitos no AG do Badenfurt, o que superlota a referida unidade. Obs.2: mais informações no Gabinete 11 pelo telefone 3231-1519, com Bueno.

Nº 1448/2016 - providências ao DNIT para que seja recuperado o acostamento em frente a todos os pontos de ônibus ao longo da BR-470, sentido Indaial. Obs.: a Piracicabana (empresa de transporte coletivo do município) utiliza a linha Divisa de Indaial.

Nº 1449/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existe estudo para implantação de atendimento odontológico na ESF Haroldo Ewald, situado na Rua Frederico Jensen, nº 2491, no Bairro Itoupavazinha? Se positivo, solicito data de implantação do atendimento; se negativo, que seja elaborado estudo de implantação desse atendimento. Justificativa: é uma necessidade da população local, devido

à alta procura de atendimento nesta área específica. Obs.: mais informações com o Gabinete 11 pelo telefone 3231-1611, com Bueno.

Nº 1450/2016 - providências ao Executivo Municipal para que, na forma e dentro do prazo legal, com base em legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existe projeto de construção sede própria da ESF Haroldo Ewald, situada na Rua Frederico Jensen, nº 2491, no Bairro Itoupavazinha? Se positivo, solicito cópia do projeto; se negativo, que seja efetuado estudo de construção da nova sede dessa ESF.

Do Vereador Jens Juergen Mantau:

Nº 1451/2016 - providências ao 10º Batalhão de Polícia Militar para que faça rondas na Rua Hermann Knaesel, no Bairro Salto Norte. Justificativa: Tem ocorrido vários assaltos.

Da Mesa Diretora

Nº 1395/2016 - realize a Reunião de Instalação da Câmara Municipal, no que tange à parte prevista no Capítulo VI, Seção I, do Regimento Interno, em local diverso do Plenário (Teatro Carlos Gomes). Justificativa: Tal requerimento se faz em virtude da limitação de espaço do Plenário para comportar a referida solenidade, haja vista que este comporta atualmente apenas 113 (centro e treze) pessoas, prejudicando a ampla divulgação, acesso e transparência do referido ato. O Teatro Carlos Gomes foi escolhido pela Mesa Diretora, em razão de sua localização estratégica (central), por comportar 790 (setecentos e noventa) pessoas no salão principal, bem como por sua relevância histórica para o Município de Blumenau (SC), sendo, pois, diante da atual circunstância, o local mais adequado para a realização da Reunião de Instalação da Câmara.

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.710. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.616. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.501 e 1.616. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.201, 7.273, 7.277 e 7.283. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1458, 1460, 1461 e 1462/2016; e da Moção nº 144/2016, Destino: à Secretaria para providências.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 13 de dezembro de 2016.  
Terça-Feira – 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess

Robinson Soares (Robinho)

Vanderlei Paulo de Oliveira

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Resolução nº 528 – Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 117 e do Projeto de Resolução nº 532 – Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 119 (ficando aprovadas as Resoluções nºs 480 e 481, respectivamente. Destino: publique-se); aprovadas também as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.201, 7.273, 7.277 e 7.283. Destino: à sanção do Executivo.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 7.272.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1465, 1468, 1469, 1470, 1471 e 1472/2016; e das Moções nºs 145 e 146/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Diretoria de Comunicação, para o dia 14/12/16, às 7h30min. Destino: comunique-se.

Acatados, em única discussão e votação, os vetos totais aos Projetos de Lei nºs 7.140 e 7.229; e ao Projeto de Lei Complementar nº 1.629. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.289; e a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.281. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Rejeitadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.636; e as Emendas nºs 04 e 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.636. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.281, 7.287, 7.288 e 7.289; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.636, 1.637, 1.638, 1.639, 1.640, 1.641, 1.642 e 1.643. Destino: à Comissão de Redação Final.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.638 (Mensagem nº 78/2016), que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 295, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2000, QUE "INSTITUI O PROJETO 'MORE LEGAL' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.639 (Mensagem nº 78/2016), que "ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 748, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.640 (Mensagem nº 78/2016), que "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 749, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.641 (Mensagem nº 78/2016), que "ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS, BEM COMO SUBSTITUI O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR N. 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.642 (Mensagem nº 78/2016), que "REVOGA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N. 793, DE 19 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA



DE PRESERVAÇÃO DE BENS CONSIDERADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.643 (Mensagem nº 78/2016), que “ALTERA, REVOGA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 1.030, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.644, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR CEMITÉRIO PÚBLICO AMIGO DOS ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.645, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que “DETERMINA A NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE ANTES DA EXECUÇÃO FISCAL DOS CRÉDITOS MUNICIPAIS”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.646, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que PROÍBE A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL PARA EFEITOS DE NEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS DO CONTRIBUINTE COM O MUNICÍPIO”.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.289, de autoria da Mesa Diretora, que “DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO ELETIVO 2017/2020”.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.637, de autoria do Vereador Roberto Tribess, que “REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.051, DE 1º DE JUNHO DE 2016”.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.272; da Emenda nº 07 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.592; da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.591; da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.281; e das Emendas nºs 01 a 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.636.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 15 de dezembro de 2016.  
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

### ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Decreto Legislativo nº 956 (ficando promulgado o Decreto Legislativo nº 903. Destino: publique-se); e do Projeto de Lei Complementar nº 1.647. Destino: à sanção do Executivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 06 de dezembro de 2016.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

### ORDEM DO DIA

Promulgadas as Resoluções MD nºs nºs 2.692, 2.693, 2.694 e 2.695. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhado ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 7.284.

Entrada da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.591

Entrada de Projeto de Resolução, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que autoriza o pagamento dos salários da Câmara Municipal em conta depósito de qualquer agência bancária.

Rejeitada, em primeiro turno de discussão e votação, a Subemenda nº 01 à Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 118, Projeto de Resolução nº 529. Destino: ao arquivo.

Rejeitada, em primeiro turno de discussão e votação, a Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 118, Projeto de Resolução nº 529. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em primeiro turno de discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 528, Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 117. Destino: à Ordem do Dia para segundo turno de discussão e votação.

Aprovado, em primeiro turno de discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 532, Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 119. Destino: à Ordem do Dia para segundo turno de discussão e votação.

Rejeitado, em primeiro turno de discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 533, Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 120. Destino: ao arquivo.

## RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 08 de dezembro de 2016.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

**RESUMO DO EXPEDIENTE****CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS****CONVITES**

Da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convidando e encaminhando a programação do Seminário Municipal de Agentes Políticos.

Do SENAC, convidando para a cerimônia de encerramento da 1º Edição das Competições Senac de Educação Profissional.

**RESPOSTAS**

Da CELESC - Agência Regional de Blumenau, da Caixa Econômica Federal e da Escola Barão do Rio Branco, em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

**OFÍCIOS DIVERSOS**

Do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, comunicando a liberação de recursos financeiros em favor do Município de Blumenau.

**OFÍCIOS DO EXECUTIVO**

OFÍCIOS GAPREF Nºs 1063, 1064 e 1065/2016 - em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

Ofício comunicando a Sanção de Leis:

OFÍCIO GAPREF Nº 1058/2016 - Leis nºs 8.352 (7.278), que "AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; 8.353 (7.279), que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04/10/2013 (PPA) E LEI Nº 8.124 DE 29/06/2015 (LDO)"; e, Projeto de Lei Complementar nº 1.079 (1.635), que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 288, DE 13/09/2000, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA - COMDEVI - E O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE VILA ITROUPAVA - FUMDEVI".

**PROPOSIÇÕES RESPONDIDAS**

Do Vereador Adriano Pereira: Requerimentos nºs 1334, 1335, 1336, 1337 e 1338 de 2016

Do Vereador ALMIR VIEIRA: Requerimento nº 1375 de 2016.

Da Vereadora Helenice G. M. Luchetta: Requerimento nº 1391 de 2016

Do Vereador Jens Juergen Mantau: Requerimentos nºs 1328 e 1349 de 2016

Do Vereador Roberto Tribess: Requerimento nº 1359 de 2016

**RELATÓRIOS DE VIAGEM**

DO VEREADOR VANDERLEI DE OLIVEIRA: Resolução MD nº 2.663/2016

**MATÉRIA DO LEGISLATIVO****INDICAÇÕES**

Do Vereador Adriano Pereira:

Nº 12838/2016 - construir galeria pluvial na entrada da Rua Lorival Moge, no Bairro Velha Central.

Nº 12839/2016 - desassorear o ribeirão e alargar a calha na lateral da Rua Helmuth Dero, no Bairro Velha Central. Justificativa: objetivando evitar alagamentos, transbordamento do ribeirão sobre a rua e nas residências.

Nº 12840/2016 - realizar manutenção com patrola e macadame de qualidade na Rua Reinoldo Gutz, Bairro Velha Central.

Nº 12841/2016 - implantar placa de "proibido estacionar" na entrada da Rua Rodolfo Frostner, na ligação com a Rua Franz Muller, no Bairro Velha Grande. Justificativa: no local, é rotina carros estacionarem e atrapalharem os veículos que, ao sair da Franz Muller, precisam adentrar a transversal

Nº 12842/2016 - recolocar a placa de "proibido estacionar" na entrada da Rua da Comunidade, bem no seu início, na ligação com a Rua Franz Muller, no Bairro Velha Grande.

Nº 12843/2016 - recuperar a ponte de madeira da Rua Bruno Ruediger, localizada no trecho pavimentado, Bairro Velha Grande.

Nº 12844/2016 - substituir as pontes de madeira ainda existentes nas ruas Franz Muller, Hermann Kratz e Bruno Ruidiger, no bairro Velha Grande.

Nº 12845/2016 - construir calçadas nas laterais das ruas Franz Muller e Hermann Kratz, Bairro Velha Grande. Obs.: especialmente onde não se pode notificar moradores a fazê-las, nas margens dos ribeirões, por exemplo.

Nº 12846/2016 - reurbanizar o Morro da Figueira, no Bairro Velha Grande.

Nº 12847/2016 - implantar guard-rail na Rua Bernardo Reiter, nas laterais da rua, próximo à Latoaria Zagel, no Bairro Velha Central. Obs.: no local, é comum a queda de veículos nas propriedades da família e nos barrancos, oferecendo riscos aos motoristas e aos moradores.

Nº 12848/2016 - implantar cobertura sobre o prédio do CEI Arão Rebello, no Bairro Velha Grande.

Nº 12849/2016 - regularizar as ruas de placas amarelas no município de Blumenau.

Nº 12850/2016 - melhorar a sinalização de trânsito e pinturas nas ruas do Bairro Velha Grande.

Nº 12852/2016 - agilizar o registro da ONG São Felipe Neri na SEMUDES, para poder ser contemplada com recursos e ser reconhecida como merece pelos relevantes trabalhos assistenciais e sociais prestados no Bairro Velha Grande, um dos bairros mais carentes de Blumenau.

Nº 12902/2016 - construir calçadas onde hoje existe pó de brita e dificuldade em frente à ESF Paulo Pedro Mayerle, no Bairro Passo Manso.

Nº 12903/2016 - divulgar nos meios de comunicação e em todas as unidades de saúde sobre a necessidade dos usuários do SUS renovarem suas receitas, caso vençam em dezembro, antes do período de férias coletivas prolongadas deste ano, com o retorno somente no dia 23 de janeiro de 2017.

Nº 12904/2016 - verificar a falta de materiais para odontologia na ESF Paulo Pedro Mayerle, onde falta guardanapo, creme dental, anestésicos, entre outros. Obs.: creme dental, há meses.

Nº 12905/2016 - agilizar com as gestantes a priorização dos exames básicos e obrigatórios no período pré-natal e durante a gestação, sendo ultrassom, laboratoriais e outros. Existem reclamações nas reuniões de conselhos locais e regionais de saúde.

Do Vereador Almir Vieira:

Nº 12833/2016 - efetuar limpeza no seguinte logradouro: ribeirão que margeia as ruas Teodoro Passold e Teodoro Kleine, no Bairro Fortaleza Alta (Ribeirão Fortaleza). Justificativa: tendo em vista as enxurradas de verão, a comunidade solicita a limpeza do ribeirão, para evitar acúmulo de lixo e proliferação de animais transmissores de doenças. Obs.: mais informações com Janete, presidente Associação Fortaleza Alta, pelo telefone (47) 99192-81-88, ou com Bueno, no Gabinete 11.

Nº 12835/2016 - fazer manutenção em algumas valetas (buracos de grande proporção) que se abriram na Rua Teodoro Kleine, em frente ao nº 150, no Bairro Fortaleza Alta. Justificativa: a comunidade tem ciência de que esta rua está em obras, porém esses buracos têm atrapalhado o fluxo de veículos e a circulação de pedestres. Obs.: mais informações com José do Rancho pelo telefone 3338-78-65, ou no Gabinete 11, com Bueno.

Nº 12853/2016 - trocar braços e lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Leopoldo Haerchen, no Bairro Badenfurt. Justificativa: moradores reclamam da falta de visibilidade noturna e falta de segurança para os que transitam nessa via pública. Obs.: mais informações no Gabinete 11 pelo telefone 3231-1519.

Nº 12854/2016 - roçar o seguinte logradouro: Rua Leopoldo Haerchen, no Bairro Badenfurt. Justificativa: é necessária a roçagem em toda extensão da rua, para evitar a proliferação de animais transmissores de doenças e peçonhentos. Obs.: mais informações com Bueno, no Gabinete 11, pelo telefone 3231-1519.

Nº 12855/2016 - patrolar e macadamizar o seguinte logradouro: Rua Leopoldo Haerchen, Bairro Badenfurt. Justificativa: são necessários o patrolamento e a macadamização devido a inúmeros buracos na via que impossibilitam a circulação de veículos automotores e pedestres. Obs.: mais informações no Gabinete 11, com Bueno, pelo telefone 3231-1519.

Nº 12870/2016 - nivelar asfaltamento na Rua Samuel Morse, logo após o túnel do Dorow, no acesso de subida à BR-470, no Bairro Fortaleza Justificativa: com o desnivelamento da via de acesso à BR-470, seguidamente caminhões de grande porte sofrem danificações nos veículos, trazendo perigo aos que trafegam na via. Obs.: mais informações com Janete pelo telefone 999192-8188, ou com o Gabinete 11, com Bueno.

Nº 12873/2016 - consertar bocas de lobo no seguinte logradouro: Rua Teodoro Passold, em frente às residências de nºs 296, 380, 534, 557, 673, 878, 905, 1025, no Bairro Fortaleza Alta. Obs.: moradores relatam necessidade conserto das bocas de lobo, por questão de segurança aos moradores e usuários da via. Obs.: mais informações com Janete pelo telefone 999192-8188, ou no Gabinete 11, com Bueno.

Nº 12874/2016 - consertar a camada asfáltica no seguinte logradouro: Rua da Glória, nº 295, no entroncamento com a Rua Brusque (em frente ao Supermercado Kruger), no Bairro Glória. Justificativa: solicitação da comunidade, devido ao fluxo intenso de veículos e pedestres usuários da via. Obs.: mais informações com o Sr. Luis pelo telefone 9259-7836, ou no Gabinete 11, com Bueno.

Nº 12875/2016 - efetuar prolongamento do seguinte logradouro: ao longo da Rua Nicolau Link, no Bairro Badenfurt. Obs.: mais informações pelo telefone (47)3231-1419.

Nº 12876/2016 - recolher lixo no seguinte logradouro: Rua Nicolau Link, no Bairro Badenfurt. Obs.: mais informações pelo telefone (47)3231-1519.

Do Vereador Jens Juergen Mantau:

Nº 12823/2016 - colocar abrigo em ponto de ônibus no seguinte logradouro: Rua Alexandre Krenkel, próximo à Floricultura, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Dilma pelo telefone 3334-3088.

Nº 12824/2016 - realizar roçagem no terreno baldio da Rua Leopoldo Metzner, nº 85 e 101, no Bairro Salto Norte.

Nº 12826/2016 - recuperar a ponte da Rua Sarmento, no Distrito da Vila Itoupava. Obs.1: já foi feita a Indicação nº 8901/16, de 21/07/2016, mas ainda não foi resolvido. Obs.2: mais informações com Elfi pelo telefone 3327-3299.

Nº 12827/2016 - trocar poste da Rua Henrique Mette, em frente ao nº 285, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Herold pelo telefone 3334-2176.

Nº 12828/2016 - colocar placa de "Divisa Blumenau/Indaial" na Rua Ribeirão Schelters, no Bairro Testa Salto. Obs.1: Já foi feita a Indicação nº 10416/16, no dia 30/08/2016. Obs.2: mais informações com Alcido pelo telefone 3334-6058.

Nº 12829/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Olindo de Novais, no Bairro Salto Norte. Obs.1: Já foi feita a Indicação nº 8919/16, no dia 21/07/2016. Obs.2: mais informações com Selma pelo telefone 3334-62160, ou Natal pelo telefone 3334-5395.

Nº 12830/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Granada, no Bairro Itoupavazinha. Obs.1: Já foi feita a Indicação nº 10186/16, no dia 23/08/2016. Obs.2: mais informações com Roberto pelo telefone 3378-5479.

Nº 12831/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Margot Ilse Anna Goll, no Bairro Itoupavazinha. Obs.1: Já foi feita a Indicação nº 8925/16, no dia 21/07/2016. Obs.2: mais informações com José pelo telefone 3334-4020.

Nº 12832/2016 - macadamizar o seguinte logradouro: Rua Granada, nº 3357, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Alida pelo telefone 99683-2718.

Nº 12834/2016 - verificar falta de água na Rua Bruno Mette, no Bairro Testa Salto. Obs.1: já foi feita a Indicação nº 11048/16, no dia 22/09/2016. Obs.2: mais informações com Narcisa pelo telefone 3334-5104.

Nº 12836/2016 - aplicar veneno nas bocas de lobo do seguinte logradouro: Rua Vinte e Cinco de Janeiro, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: mais informações com Lidia pelo telefone 3337-4998.

Nº 12837/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Olindo de Novais, no Bairro Salto Norte. Obs.1: já foi feita a Indicação nº 8919/16, no dia 21/07/2016. Obs.2: mais informações com Selma (3334-2159) e Natal (3334-5395).

Nº 12885/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Leopoldo Ewald, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Arnaldo pelo telefone 3339-2123.

Nº 12886/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Walter Passold e Otto Manke, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Arnaldo pelo telefone 3339-2123.

Nº 12887/2016 - patrolar o seguinte logradouro: Rua Alaska, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Madalena pelo telefone 3209-4782.

Nº 12888/2016 - efetuar limpeza ao longo do seguinte logradouro: Rua Amário Wruck, próximo ao nº 77, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Dorentino pelo telefone 3334-3833.

Nº 12889/2016 - roçar o seguinte logradouro: Rua Tamoios, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Martin pelo telefone 3334-0494.

Nº 12890/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Ângelo Bressanini, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Alexandre pelo telefone 3338-0504.

Nº 12891/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Emílio Bennertz, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Hanelori pelo telefone 99161-4061.

Nº 12892/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Mozart, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Paulo pelo telefone 3338-1020.

Nº 12893/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Ângelo Bressanini, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Alexandre pelo telefone 3338-0504.

Nº 12894/2016 - trocar as lâmpadas no seguinte logradouro: Rua Fritz Bruch, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Adriana pelo telefone 99161-2772.

Nº 12895/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Hermann Knaesel, no Bairro Salto Norte. Obs.: mais informações com Ronald pelo telefone 3327-1364.

Nº 12896/2016 - repintar faixa de pedestres do seguinte logradouro: Rua Frederico Jensen, nº 2704, 2728 e 3139, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Adriana pelo telefone 99131-2772.

Nº 12897/2016 - recuperar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Fritz Bruch, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: mais informações com Adriana pelo telefone 99131-2772.

Do Vereador Marcos da Rosa:

Nº 12825/2016 - consertar calçamento na Rua Bom Jardim, próximo ao nº 446, Bairro Fortaleza. Obs.: fotos em anexo.

Do Vereador Mário Hildebrandt:

Nº 12851/2016 - consertar a camada asfáltica no seguinte logradouro: Rua Frei José, próximo ao nº 117, no Bairro Salto.

Nº 12856/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Itaiópolis, próximo ao nº 53, no Bairro Itoupava Seca.

Nº 12857/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Itaiópolis, na esquina com a Rua Papanduva, no Bairro Itoupava Seca.

Nº 12858/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Nova Veneza, próximo ao nº 30, no Bairro Boa Vista.

Nº 12859/2016 - consertar a camada asfáltica no seguinte logradouro: Rua Francisco Vahldieck, próximo ao nº 3635, no Bairro Fortaleza.

Nº 12860/2016 - consertar a camada asfáltica no seguinte logradouro: Rua Francisco Vahldieck, próximo ao nº 3640, no Bairro

Fortaleza.

Nº 12861/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Serra do Mar, na esquina com a Rua Everest, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12862/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Everest, próximo ao nº 170, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12863/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua das Bromélias, próximo ao nº 944, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12864/2016 - nivelar o calçamento no seguinte logradouro: Rua Ageu Adão Sabino de Souza, próximo ao nº 200, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12865/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Papan-duva, em toda a sua extensão, no Bairro Boa Vista.

Nº 12866/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Hima-laia, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12867/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Serra do Mar, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12868/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Everest, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12869/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua das Bromélias, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12871/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Otto Heidrich, em toda a sua extensão, no Bairro Velha Central.

Nº 12872/2016 - trocar placa nominativa no seguinte logradouro: Rua Serra do Mar, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12881/2016 - trocar grelha de boca de lobo no seguinte logradouro: Rua Serra do Mar, próximo ao nº 174, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12882/2016 - trocar grelha de boca de lobo no seguinte logradouro: Rua Juventino Pereira, próximo ao nº 19, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12883/2016 - trocar grelha de boca de lobo no seguinte logradouro: Rua Hildo Kasulke, próximo ao nº 307, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12884/2016 - instalar lixeira no ponto de ônibus no seguinte logradouro: Rua Hildo Kasulke, na esquina com a Rua das Bromélias, no Bairro Fortaleza Alta.

Nº 12898/2016 - efetuar limpeza do córrego no seguinte logradouro: Rua Júlio Kleine, próximo ao nº 285, no Bairro Fortaleza.

Nº 12899/2016 - consertar a camada asfáltica no seguinte logradouro: Rua José Reuter, na esquina com a Rua Osvaldo Bruno Werplotz, no Bairro Velha Central.

Nº 12900/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Henrique Weise, em toda a sua extensão, no Bairro Salto Weissbach.

Nº 12901/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: canteiro central, próximo ao "Complexo do Badenfurt", no Bairro Badenfurt.

Do Vereador Oldemar Becker:

Nº 12877/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Guilherme Poerner, no Bairro Passo Manso.



Nº 12878/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Johan G. H. Hadlich, no Bairro Passo Manso.

Nº 12879/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Rua Johann Ohf, no Bairro Água Verde.

Nº 12880/2016 - roçar e limpar o seguinte logradouro: Bernardo Reiter, no Bairro Passo Manso.

#### MATÉRIA DA ORDEM DO DIA (exclusiva)

#### PROJETOS

Em segundo turno de discussão e votação os seguintes Projetos de Resolução:

· Projeto de Resolução nº 528, da Comissão Legislativa Temporária de Análise de Emendas ao Regimento, Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 117, de autoria do Vereador Vanderlei de Oliveira e outros, que "ACRESCENTA ARTIGOS 159-A E 159-B À RESOLUÇÃO Nº 403, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA INSTITUIR A INICIATIVA POPULAR POR MEIO ELETRÔNICO".

· Projeto de Resolução nº 532, da Comissão Legislativa Temporária de Análise de Emendas ao Regimento, Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 119, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt e outros, que "ACRESCENTA PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 68 DA RESOLUÇÃO Nº 403, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010".

#### ORDEM DO DIA

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 528 (Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 117). Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 532 (Proposta de Emenda ao Regimento Interno nº 119). Destino: à Comissão de Redação Final.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.285, que "DETERMINA A CONCESSÃO DE DESCONTO NO PAGAMENTO DA FATURA MENSAL DE CONSUMO DE ÁGUA EM RAZÃO DA FALTA DE FORNECIMENTO".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.286, que "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA MANUTENÇÃO DE CONTROLE DE ESTOQUES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS".

Entrada do Ofício nº 77/16 da 88ª Zona Eleitoral.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2696, 2697, 2698 e 2699. Destino: comunique-se e publique-se.

#### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 13 de dezembro de 2016.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)

Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

#### ORDEM DO DIA

Rejeitada, em fase de votação em segundo turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 82. Destino: ao arquivo.

#### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 15 de dezembro de 2016.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Helenice G. M. Luchetta
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	José de Souza (Zeca Bombeiro)
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Vanderlei Paulo de Oliveira

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Escola do Legislativo Fritz Müller. Destino: comunique-se.

Retirados o Projeto de Lei Complementar nº 1.591 e o Projeto de Lei nº 7.272. Destino: ao arquivo.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.644, 1.645 e 1.646.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1481 e 1482/2016 e da Moção nº 147/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 956 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.647. Destino: à Comissão de Redação Final.

Acatado, em única discussão e votação, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 7.271.

Entrada do OF. GAPREF Nº 1102/2016 – encaminhando o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.577.

Entrada do OF. GAPREF Nº 1106/2016 – encaminhando os motivos do veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.577.

Entrada da Mensagem nº 72/2016 – encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 1.647, com trâmite urgentíssimo.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 956, de autoria da Mesa Diretora, que "AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO".

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707 e 2708. Destino: comunique-se e publique-se.



**MD 2708**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.708

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São exonerados, em 31 de dezembro de 2016, de cargos de provimento em comissão, do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, os servidores públicos relacionados nos incisos deste artigo com os respectivos cargos:

- I – Grazielle de Souza Metzner – Chefe de Gabinete de Vereador;
- II – Nívia Ruth Volpi – Assessor Político;
- III – Francisco Volney Schmillia – Assessor Político;
- IV – Marcia Schlingmann Lanser – Coordenador Político;
- V – Fábio André Barthel – Assessor da Mesa Diretora;
- VI – Anelise Menger dos Santos – Chefe de Gabinete de Vereador;
- VII – Ana Cristina de Souza – Assessor Político;
- VIII – Aline de Almeida Santos – Assessor Político;
- IX – Anderson Alexandre Galdino – Coordenador Político;
- X – Evanir da Silva – Chefe de Gabinete de Vereador;
- XI – Elaine de Fátima Girardi – Assessor Político;
- XII – André da Cunha – Assessor Político;
- XIII – Thiago Felliipe Zardo Machado – Coordenador Político;
- XIV – Rayssa Hemanuely Dalmagro Cabral – Chefe de Gabinete de Vereador;
- XV – Alan Ricardo da Luz – Assessor Político;
- XVI – Fabiano Bettega Linares – Assessor Político;
- XVII – Wilson Edson Pires – Coordenador Político;
- XVIII – Paulo Augusto Machado – Chefe de Gabinete de Vereador;
- XIX – Maurício Menegazzo – Assessor Político;
- XX – Ivo Zwang Júnior – Assessor Político;
- XXI – Cristiano Montagna – Coordenador Político;
- XXII – Volmar Capistrano – Chefe de Gabinete de Vereador;
- XXIII – Jedielson Felipe Rosenbrock – Assessor Político;
- XXIV – Odir Kaestner – Assessor Político;
- XXV – Daniela Hertel Boaventura – Assessor da Mesa Diretora;
- XXVI – Fabiano André da Silva – Chefe de Gabinete de Vereador;
- XXVII – Alvaro Luiz dos Santos – Assessor Político;

XXVIII – Gilmar Alfredo Oechsler – Assessor Político;

XXIX – Gisele Bragagnolo – Chefe de Gabinete de Vereador;

XXX – Thomas Madrigano – Assessor Político;

XXXI – Cleber José dos Santos – Assessor Político;

XXXII – Amauri Luiz – Chefe de Gabinete de Vereador;

XXXIII – Orlando de Souza – Assessor Político;

XXXIV – Mara Rúbia Caglioni – Assessor Político;

XXXV – Marlon Thiago Dumke – Coordenador Político.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

**MD 2709**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.709

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 31 de dezembro de 2016, a servidora pública Rosana Cardoso, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas, da Diretoria Geral da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2520/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2520/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2016

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:15 horas do dia 29 de Dezembro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de serviços médicos para atendimento junto a UBS ( unidade básica de saúde ) com 40 horas semanais de Janeiro a Dezembro de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesus-dooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 19 de Dezembro de 2016.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 101.16 - DEC. APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO

DECRETO Nº 101/16 de 15.12.2016

Dispõe sobre a aprovação do loteamento "Waldemiro Francisco Lopes"

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Leis Federais nºs 6.766/79 e 9.785/99, Lei Federal nº. 10.257/01, Lei Complementar nº. 171/2007 e Lei Complementar nº 07/04 que institui o Plano Diretor do município de Bom Retiro, que dispõe sobre o parcelamento do solo, o remembramento, o desmembramento, habitações e implantação de condomínios horizontais.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, o Loteamento de propriedade de Waldemiro Francisco Lopes, constituído de um terreno urbano, localizado na Rua 14 de Janeiro, Centro, Bom Retiro, Santa Catarina, matriculado sob matrícula nº 5.630, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Bom Retiro-SC, com a área total de 8.643,10 m², (oito mil, seiscentos e quarenta e três metros e dez décimos quadrados).

Art. 2º O loteamento é formado por de 12 (doze) lotes, todos com testada mínima de 12 (doze) metros e com áreas totais superiores ao mínimo legal de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados). A Área total de lotes é de 5.696,27m² (cinco mil, seiscentos e noventa e seis metros e vinte e sete décimos), descritos abaixo:

QUADRAS	LOTES	AREA	USO	CONFRONTANTES	total
nº	nº	m²			
AH-01	1	575,77	AR	Ao Norte: Confrontando 18,96m, com a Rua 14 de Janeiro; Ao Sul: Confrontando 16,62m com o Lote 02 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 34,42m com Gentil Schnider; Ao Oeste: Confrontando 30,83m com prolongamento da Rua Santa Clara;	
	2	384,75	AR	Ao Norte: Confrontando 16,62m, com Lote 01 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 14,33m com o Lote 03 do referido loteamento Área Verde; Ao Leste: Confrontando 23,93m com Gentil Schnider; Ao Oeste: Confrontando 24,14m com prolongamento da Rua Santa Clara;	
	3	867,75	AV	Ao Norte: Confrontando 14,33m, com Lote 02 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 17,60m com o Lote 04 do referido; Ao Leste: Confrontando 93,99m com Gentil Schnider; Ao Oeste: Confrontando 95,55m com prolongamento da Rua Santa Clara;	
	4	366,35	AR	Ao Norte: Confrontando 17,60m, com Lote 03 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 20,95m com o Lote 05 do referido Área Institucional; Ao Leste: Confrontando 19,57m com Gentil Schnider; Ao Oeste: Confrontando 19,05m com prolongamento da Rua Santa Clara;	
	5	867,90	IN	Ao Norte: Confrontando 20,95m, com Lote 04 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 27,27m com o José Ricardo Goulart; Ao Leste: Confrontando 37,08m com Gentil Schnider; Ao Oeste: Confrontando 36,09m com prolongamento da Rua Santa Clara;	
					3.062,52
AH-02	1	405,55	AR	Ao Norte: Confrontando 34,00m, com Roberto Carlos Perez; Ao Sul: Confrontando 26,25m com o Lote 02 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 18,40m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 10,00m com Marli Terezinha Neckel Rossini;	
	2	369,73	AR	Ao Norte: Confrontando 26,25m, com Lote 01 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 23,82m com o Lote 03 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 15,00m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 15,25m com Wilibaldo Neckel;	
	3	367,10	AR	Ao Norte: Confrontando 23,82m, com Lote 02 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 23,55m com o Lote 04 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 15,50m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 15,50m com Wilibaldo Neckel;	
	4	374,76	AR	Ao Norte: Confrontando 23,55m, com Lote 03 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 23,30m com o Lote 05 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 16,00m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 16,00m com Wilibaldo Neckel;	

5	370,43	AR	Ao Norte: Confrontando 23,30m, com Lote 04 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 23,02m com o Lote 06 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 16,00m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 16,00m com Wilibaldo Neckel e Jaime Rossini;	
6	366,12	AR	Ao Norte: Confrontando 23,02m, com Lote 05 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 22,75m com o Lote 07 do referido loteamento; Ao Leste: Confrontando 16,00m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 16,00m com Jaime Rossini e Osmar da Costa Melo;	
7	380,06	AR	Ao Norte: Confrontando 22,75m, com Lote 06 do referido loteamento; Ao Sul: Confrontando 22,55m com Marineide Aparecida Rabelo; Ao Leste: Confrontando 17,62m com Prolongamento da Rua Santa Clara; Ao Oeste: Confrontando 16,00m com Osmar da Costa Melo e Marisa da Silva;	

§ 1º Da área total descrita no "caput" são destinados 867,75 m<sup>2</sup> (oitocentos e sessenta e sete metros e setenta e cinco décimos quadrados), correspondente ao Lote 03 da Quadra AH-01, sem ônus ao Município, pelo proprietário, como sendo "ÁREA VERDE".

§ 2º Da área total descrita no "caput" são destinados 867,90 m<sup>2</sup> (oitocentos e sessenta e sete metros e noventa décimos quadrados), correspondente ao Lote 05 da Quadra AH-01, sem ônus ao Município, pelo proprietário, como sendo "ÁREA INSTITUCIONAL".

§ 3º Da área total descrita no "caput", são destinados 2.946,83m<sup>2</sup>, (dois mil novecentos e quarenta e seis metros e oitenta e três décimos quadrados), como sendo ruas e passeios públicos.

Art. 3º Deverá o proprietário transferir para o Município, no ato do Registro do Loteamento, no Registro de Imóveis da Comarca, sem qualquer ônus para este, as áreas acima referidas nos § 1º, § 2º do presente Decreto.

Art. 4º Fica o proprietário ou responsável pelo loteamento no prazo máximo de 06 (seis) meses, para que apresente a esta municipalidade o documento público e legal do Cartório de Registro de Imóveis de Bom Retiro dos lotes caucionados ou garantia hipotecária sobre quaisquer bens imóveis de sua propriedade ou de terceiros, livres e desembaraçados ou fiança bancária, devendo estes atingir o valor correspondente às obras exigidas, sob pena de revogação do presente Decreto.

Art. 5º A aprovação do loteamento de que trata o presente Decreto é autorizado ainda, mediante as condições constantes do Termo de Compromisso e Caução, em anexo, cabendo sua fiscalização ao Município e ao proprietário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 15 de setembro de 2016

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

## 102.16 - DEC.SUPLEMENTAÇÃO FUNDEB 2016

Decreto Nº. 102/16 DE 15/12/2016

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2299 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro reforçando a seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE  
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.19.00 – Fundeb 40% R\$ 3.000,00  
Sub Total R\$ 3.000,00  
Total Geral da Suplementação R\$ 3 .000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE  
12.365.0018.2016 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.18.00 – Fundeb 60% R\$ 3.000,00  
Sub Total R\$ 3.000,00

Total Geral da Anulação ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro SC, 15 de dezembro de 2016.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **1066.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ALESSANDRA S. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1066/16 de 15.12.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 13 de dezembro de 2016, a funcionária Alessandra dos Santos Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. Adm. Fazenda

### **1067.12.16 - P. EXON. JOSE L. L. JUNIOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1067/16 de 15.12.16

Exonera Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

#### **RESOLVE:**

Exonerar o servidor José Luiz Leite Junior, do Cargo de Secretário Adjunto de Turismo – Padrão I - Nível – 33, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 898/15 de 11.11.15, com exercício na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio de Turismo, a contar do dia 16 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. Adm. Fazenda



**2334.16 - L. LOA**

Lei Nº 2334/16 de 15.12.2016

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bom Retiro para o Exercício de 2017.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a despesa consolidada do Município de Bom Retiro para o exercício de 2017 em R\$ 27.263.951,96 (Vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, bem como, dos Fundos mantidos pelo Poder Executivo Municipal.

**DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º O Orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Bom Retiro para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 27.263.951,96 (Vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), fixa a Despesa em R\$ 27.263.951,96 (Vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), e estabelece as Transferências Financeiras aos Fundos municipais do município e à Câmara Municipal em R\$ 7.031.286,18 (Sete milhões, trinta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos).

§ 1º A Receita a que se refere o artigo 2º deste Projeto de Lei será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

- 1. RECEITAS CORRENTES R\$ 31.173.137,87
  - 1.1 Receita Tributária R\$ 2.705.210,18
  - 1.2 Receita de Contribuições R\$ 266.200,00
  - 1.3 Receita Patrimonial R\$ 32.000,00
  - 1.4 Receita Agropecuária R\$ 0,00
  - 1.5 Receita de Serviços R\$ 79.860,00
  - 1.6 Transferências Correntes R\$ 27.578.763,69
  - 1.7 Outras Receitas Correntes R\$ 511.104,00
  - 9.0 Deduções da Receita Corrente R\$ (3.909.185,91)
- 2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 0,00
  - 2.1 Operações de Crédito R\$ 0,00
  - 2.2 Alienação de Bens R\$ 0,00
  - 2.3 Transferências de Capital R\$ 0,00
- T O T A L R\$ 27.263.951,96

§ 2º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

- 02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 630.000,00
- 03 - SECR. MUN. DE ADM. E FAZENDA R\$ 2.230.204,31
- 04 - SECR. MUN. DE EDUC.CULT.E ESPORTE R\$ 8.916.175,51
- 05 - SECR. MUN. BEM ESTAR SOCIAL R\$ 0,00
- 06 - SECR. MUN. AGRIC. E MEIO AMBIENTE R\$ 1.052.411,42
- 07 - SECR. MUN. TRANSP.,OBR.E SERV.URB. R\$ 4.030.230,39
- 08 - SECR. MUN. IND. COM. E TURISMO R\$ 505.606,79
- 09 - FUNDO REEQ.CORPO BOMBEIROS MIL. R\$ 195.000,00
- 13 - FUNDO MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO R\$ 125.832,00
- 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00
- T O T A L R\$ 17.735.460,42

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

- 04 - ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.140.811,30
- 06 - SEGURANÇA PÚBLICA R\$ 195.000,00
- 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 0,00
- 12 - EDUCAÇÃO R\$ 8.493.544,42
- 13 - CULTURA R\$ 71.213,59
- 15 - URBANISMO R\$ 886.879,83
- 16 - HABITAÇÃO R\$ 0,00
- 17 - SANEAMENTO R\$ 125.832,00
- 20 - AGRICULTURA R\$ 1.052.411,42
- 22 - INDÚSTRIA R\$ 150.000,00
- 23 - COMÉRCIO E SERVIÇO R\$ 75.000,00
- 26 - TRANSPORTE R\$ 3.143.350,56
- 27 - DESPORTO E LAZER R\$ 351.417,50
- 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00

T O T A L R\$ 17.735.460,62

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 14.703.253,75

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 7.727.972,69

3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 8.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 6.937.281,06

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 3.032.206,87

4.4.00.00 – Investimentos R\$ 2.862.206,87

4.6.00.00 – Amortização da Dívida R\$ 150.000,00

9.9.99.99 – Reserva de Contingência R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 17.735.460,62

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORÇAMENTO DA RECEITA DA ADM.DIRETA R\$ 24.766.746,80

ORÇAMENTO DA DESPESA DA ADM.DIRETA R\$ 17.685.460,62

RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 50.000,00

TRANSF. FINANCEIRAS ( F.M.A.S.) R\$ 1.703.307,04

TRANSF. FINANCEIRAS ( F.M.S.) R\$ 4.263.979,14

TRANSF. FINANCEIRAS ( F.I.A.) R\$ 24.000,00

TRANSF. FINANCEIRAS (CÂMARA MUNICIPAL) R\$ 1.040.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 207.451,66

TRANSF. FINANCEIRAS ( MUNICÍPIO) R\$ 1.703.307,04

ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 1.910.758,70

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 1.910.758,70

T O T A L R\$ 1.910.758,70

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.713.758,70

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 855.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 858.758,70

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 197.000,00

4.4.00.00 – Investimentos R\$ 197.000,00

TOTAL R\$ 1.910.758,70

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. SAÚDE R\$ 2.289.753,50

TRANSF. FINANCEIRAS ( MUNICÍPIO) R\$ 4.263.979,14

ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. SAÚDE R\$ 6.553.732,64

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – SAÚDE R\$ 6.553.732,64

T O T A L R\$ 6.553.732,64

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 6.371.732,64

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 2.966.207,38

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 3.455.525,26

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 132.000,00

4.4.00.00 – Investimentos R\$ 132.000,00

TOTAL R\$ 6.553.732,64

FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ORÇ. DA RECEITA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA R\$ 0,00

TRANSF. FINANCEIRAS ( MUNICÍPIO) R\$ 24.000,00

ORÇ. DA DESPESA FUNDO MUN. INF.ADOLESCÊNCIA R\$ 24.000,00

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 24.000,00

T O T A L R\$ 24.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 24.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 24.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 0,00

4.4.00.00 – Investimentos R\$ 0,00

TOTAL R\$ 24.000,00

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

ORÇ. DA RECEITA CÂMARA MUNICIPAL R\$ 0,00

TRANSF. FINANCEIRAS ( MUNICÍPIO) R\$ 1.040.000,00

ORÇ. DA DESPESA CÂMARA MUN. VEREADORES R\$ 1.040.000,00

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – LEGISLATIVA R\$ 1.040.000,00

T O T A L R\$ 1.040.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.015.000,00

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 810.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 205.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 25.000,00

4.4.00.00 – Investimentos R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 1.040.000,00

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO**

I – Passivos Contingentes R\$ 25.000,00

II – Intempéries R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ficando este autorizado a abrir crédito suplementar por conta destes recursos, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 01/12/2017 os riscos relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, bem como, suplementar de uma categoria de programação para outra, em até 20% do orçamento do município, através de decreto, e os 80% restantes, se necessário, através de lei específica.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – superávit financeiro do exercício anterior.

III - Produto de operação de crédito autorizadas em Lei específica.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com o governo estadual, federal e suas entidades, e os recursos oriundos destes convênios com destinação específica não previstos no orçamento, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária oriundas de operações de crédito, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, através de lei específica.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive cessão de servidor destinado a prestação de serviço em cartório eleitoral quando requisitado por juiz da comarca do município. (Prejulgado 1364 TCE/SC)

Art. 11. O remanejamento das previsões com fins específicos em relação as fontes de recursos ordinários e vinculados das destinações de recursos (DR), conforme Portaria STN, caracterizada pela tabela de IDUSO e Grupo de Fontes de Recurso, dar-se-á por ato do poder executivo conforme ingresso dos recursos e sua respectiva vinculação.

Art. 12. As alterações efetuadas na LDO/2017 e PPA 2014 – 2017 aprovadas nos anexos desta lei, modificam os mesmos instrumentos de planejamento.

Art. 13. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogando a Lei 2299 de 15 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### **EXTRATO CONTRATO 193 A 197/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 193/2016 Pregão Presencial 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. – Me

Objeto: Aquisição de brinquedos, cadeiras e aparelhos de TV para equipar as creches municipais.

Valor Total: R\$ 5.988,00 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais)

Extrato Contrato 194/2016 Pregão Presencial 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME

Objeto: Aquisição de brinquedos, cadeiras e aparelhos de TV para equipar as creches municipais.

Valor Total: R\$ 11.097,00 (onze mil e noventa e sete reais).

Extrato Contrato 195/2016 Pregão Presencial 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Regis Comércio de Brinquedos Ltda.

Objeto: Aquisição de brinquedos, cadeiras e aparelhos de TV para equipar as creches municipais.

Valor Total: R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais)

Extrato Contrato 196/2016 Pregão Presencial 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Gilmar Sani ME

Objeto: Aquisição de brinquedos, cadeiras e aparelhos de TV para equipar as creches municipais.

Valor Total: R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais)

Extrato Contrato 197/2016 Pregão Presencial 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Jhonatan Bagatoli ME

Objeto: Aquisição de brinquedos, cadeiras e aparelhos de TV para equipar as creches municipais.

Valor Total: R\$ 19.166,00 (dezenove mil cento e sessenta e seis reais).

Bom Retiro, 19 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito

**EXTRATOS TERMOS ADITIVOS CONTRATOS 51/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

Extrato Quinto Termo Aditivo do Contrato 51/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: A.J.A Assessoria e Projetos Ltda.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 51/2013 para 31 de dezembro de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº51/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 149/2015 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 149/2013 para 31 de dezembro de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº149/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Sexto Termo Aditivo do Contrato 01/2014 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 01/2014 para 30 de junho de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº01/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 01/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serra Sul Engenharia e Construções Ltda. EPP.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 01/2015 para 30 de junho de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 01/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 137/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Construtora Branger Ltda. ME.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 137/2016 para 31 de março de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 137/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 137/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Construtora Branger Ltda. ME.

Fica alterada a Cláusula Terceira (dos preços), devido a alterações no projeto original da Pav. do pátio do parque municipal de exposições, com adequação de valores na ampliação da pavimentação para as entradas laterais do salão de exposições e do pavilhão do churrasco e execução de canteiros passando o valor do contrato original de R\$ 225.534,97 para R\$ 253.591,41. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 137/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo Convênio com Município Bocaina do Sul

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Município de Bocaina do Sul.

Objeto: cooperação entre os partícipes, visando ao acolhimento e ao atendimento das crianças e adolescentes do Município conveniado, em situação de risco, destituídas ou não do poder familiar, vítimas de abandono, ou que já foram esgotadas as possibilidades de colocação nas famílias de origem ou em família substituta, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pelo Juizado da Infância e Juventude, pelo Ministério Público, na perspectiva de casa lar. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do Convênio para 31 de janeiro de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 137/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Primeiro Termo Aditivo Cessão de Uso

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Marines da Silva.

Objeto: Cessão de Uso de uma sala comercial na Rodoviária de Bom Retiro, sendo uma para uso de uma Lanchonete. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo para 31 de dezembro de 2017, conforme faculta a legislação vigente. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Cessão de Uso, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 19 de dezembro 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito



**MINUTA PP 05/2016 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 FMAS

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público Edital Pregão Presencial 05/2016 para Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica". Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 29/12/16 as 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro/SC, 19 de dezembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.992/2016**

DECRETO Nº 1.992/2016

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.860,00 (Quatro mil oitocentos e sessenta reais), conforme abaixo especificado:

11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(55)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude ..... R\$ 3.850,00
10-301-0090-2.30	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(226)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Saude ..... R\$ 1.010,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 16/12/2016.

Botuverá, 16 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0142/2016

DECRETO Nº. 0142/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(11) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos ..... R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(10) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de Dezembro de 2016.

ROMILDO TESKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0143/2016

DECRETO Nº. 0143/2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(9) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0140.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do recurso 1.0140 –Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de dezembro de 2016.

ROMILDO TESKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0144/2016

DECRETO N.º 0144/2016, de 15 de dezembro de 2016.

“Altera o Decreto nº 0134/2016, que dispõe sobre o Recesso Natalino e de Final de Ano, nas repartições públicas e dá outras Providências”.

ROMILDO TESKE, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, V e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 15 de dezembro de 1994; e

DECRETA:

Art. 1º O decreto nº 0134/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ....

§ 1º ...

§ 2º Os servidores convocados para o serviço durante o recesso não receberão horas extras.

Art. 2º Serão mantidos os serviços essenciais e de atendimento à saúde e assistência social, através do regime de plantão/sobrevisto.

§ 1º. Fica assegurado o atendimento dos serviços públicos, considerados de natureza essencial, executado por servidores em serviço de urgência, ou necessidades indispensáveis ao funcionamento como os serviços de saúde, serviços de recolhimento normal do lixo, serviços de limpeza pública, Conselho Tutelar, os quais, em razão de sua natureza, não possam ser suspensas suas atividades

durante o período, ficando cada Secretário responsável por sua pasta, na obrigação de disciplinar os trabalhos e/ou atendimentos, em escala de trabalho específico.

§ 2º. Em caso de emergência médica estará disponível a ambulância de plantão, que fará o deslocamento do paciente até o Hospital de Trombudo Central para o pronto atendimento, através do fone (047) 999360901.

§ 3º. Os serviços de proteção social básica, oferecidos no CRAS, funcionarão em regime de plantão, através do atendimento da técnica da equipe de referência, a assistente social Sônia Aparecida Ribeiro Batista Marconi, através do fone (047) 996119923.”

...

“Art. 4º Aos servidores lotados junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Braço do Trombudo, ficam-lhes concedido férias escolares, de conformidade com o calendário escolar do município, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, relativo ao período trabalhado no decorrer deste ano.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo/SC, 15 de dezembro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **EDITAL INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO 09/2016\_RETIFICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2016

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

Contratação de Empresa Especializada para Animação de Evento em Comemoração ao Aniversário do Município.

NILSO STÉDILE, Prefeito Municipal em exercício de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 25, III, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, FAZ SABER a quem interessar possa, que está inexigindo a realização de Licitação Pública para contratação de empresa especializada para animação de evento público em comemoração ao aniversário do Município, como segue:

Fornecedor: FAMÍLIA PAGANINI LTDA- ME, CNPJ 08.985.999/0001-87.

Justificativa da Inexigibilidade e da escolha do fornecedor: A empresa contratada é consagrada pela opinião pública local/regional, o que justifica o enquadramento no artigo 25, III, da Lei 8666/93.

Justificativa do Preço: o valor previsto de R\$ 5.500,00 é compatível com os preços praticados com outros Contratantes, conforme documentos anexados ao processo.

Brunópolis (SC), 12 de dezembro de 2016.

Nilso Stédile

Prefeito Municipal Em Exercício

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

João Rogério de Andrade

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.028



# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 3198/2016

PORTARIA Nº 3198/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. MARIO MAESTRI, matrícula nº 5304-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/12/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

### DECRETO Nº 7916 15-12-2016

DECRETO Nº. 7.916, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação de Esportes de Brusque, no valor de R\$ 1.156.801 (hum milhão, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e um reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.62.55 Transf. De Convênios – Estado/Educação

VALOR R\$ 134.100,00

15.00 Secretária de Assistência Social e Habitação

15.001 Secretária de Assistência Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.3.89.00 Alienação de Bens Outros Programas

VALOR R\$ 877.000,00

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2065 Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00 Aplicação Direta

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.701,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

03.00 Procuradora Geral do Município

03.001 Procuradora Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradora Geral do Município

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

15.00 Secretária de Assistência Social e Habitação

15.001 Secretária de Assistência Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2065 Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes

4.4.90.00 Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.701,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.62.55	Transf. De Convênios – Estado/Educação
Valor Orçado	R\$ 1.000.000,00
Valor arrecadado até a data de 14/12/2016.	R\$ 1.213.192,45
Excesso de arrecadação até a data de 14/12/2016.	R\$ 213.192,45
Valor Utilizado Decreto nº 7910/2016	R\$ 79.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 134.192,45

III - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

41.156-0	B.Brasil – PMB/Alienação Bens	0.1.89.00	2.130.474,15
		0.3.89.00	247.002,46
TOTAL GERAL			2.377.476,61

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
TOTAL	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
-------	-------------------	-----------

Superávit Financeiro	0.3.89.00	2.377.476,61
Valor Utilizado Decreto nº 7885/2016	0.3.89.00	1.500.000,00
Valor a Utilizar	0.3.89.00	877.476,61

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefia de Gabinete do Prefeito

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO 2016 - SEFAZ**

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CONTRIBUINTES**

O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais e considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados, intimados, considerando que não foi possível localizar o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a apresentarem os documentos faltantes para obtenção do Alvará Definitivo no prazo de 30 (Trinta) dias para ser(rem) entregue(s) ao setor de Fiscalização Tributária da Secretaria da Fazenda do Município de Brusque, os documentos faltantes para obtenção do Alvará Definitivo conforme segue:

Lei Complementar Municipal n. 34/94, Código de Posturas de Brusque – LCM 139/08, Lei Complementar Municipal n. 228/14, Lei Complementar Federal n. 123/06.

### **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Art. 18 a 20 e 22 da LCM n. 228/14;

Art. 09 da LCM n 149/09;

Art. 21 do Código de Posturas de Brusque, LCM 139/08;

Art. 29 da LCF n. 123/06.

### **DAS INFRAÇÕES**

Art. 40, LCM n. 34/94;

Art. 17, XVI, da LCF n. 123/06.

### **DAS PENALIDADES**

Art. 114, I, a e III a da LCM n. 34/94

Art 29, II da LCF n. 123/06

### **DOS EFEITOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

1) Para optantes do Simples Nacional ou SIMEI:

a) Exclusão do Regime de Recolhimento Unificado do Simples Nacional;

b) Aplicação de multas por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

2) Para empresas enquadradas em regime normal de tributação:

a) Aplicação de multas por descumprimento do disposto nas Infrações da presente notificação.

3) Desativação/ Cancelamento do Cadastro Econômico;

Esgotado o prazo supramencionado, não sendo tomadas as providências visando a solução da(s) irregularidade(s), será lavrado o devido auto de infração na forma e procedimento previsto na Lei Complementar 034/94 – Código Tributário Municipal, por infração ao disposto no art. 40, com fulcro no art. 114, I, a e III a, c/c art.176-A e 176-B, ambos da LCM n. 34/94.

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	VALIDADE	PENDÊNCIA
A3W PARTICIPAÇÕES LTDA	19.391.809/0001-10	26/09/15	BOMBEIRO
ADAIR VAZ DOS SANTOS 04254475969	15.146.810/0001-28	06/08/14	HABITE-SE
ADRIANA ELLER 05476571965	19.026.648/0001-65	18/03/15	HABITE-SE
AIRTON RODRIGUES NASCIMENTO 62988484953	15.209.750/0001-45	23/10/14	HABITE-SE, SANITÁRIO
ALEXANDRE HODECKER 06584448916	19.202.338/0001-54	26/03/15	HABITE-SE
ALEXSANDRO WILLIAM PILATY 04265834930	22.115.043/0001-55	13/05/16	BOMBEIRO, SANITÁRIO
ALYSSA TRIERWEILER 00963785907	21.553.833/0001-50	19/02/16	BOMBEIRO
AMERICA FUTEBOL CLUBE	82.724.733/0001-33	10/07/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
ARTEFATOS DE CIMENTO LIMEIRA LTDA ME	19.107.543/0001-30	02/10/16	BOMBEIRO
AYCE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME	20.382.626/0001-17	31/07/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
BELMONTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA ME	01.493.510/0001-00	01/12/15	AMBIENTAL
BENEFICIAMENTOS TEXTEIS UNIAO LTDA ME	13.373.688/0001-05	10/10/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
BENHUR ROSA INFORMATICA ME	19.071.143/0001-12	02/12/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
CAPITAL SUL MALHAS EIRELI ME	22.122.606/0001-32	30/04/16	BOMBEIRO, AMBIENTAL
CELIO LITKOSKI 91688620915	18.451.274/0001-62	30/07/14	HABITE-SE
CLAYTON FERREIRA PIRES 06461527931	20.414.914/0001-06	09/06/15	HABITE-SE
CLINICA DR. ANDRE FERNANDES LINS S/C LTDA	07.865.412/0001-33	26/02/16	HABITE-SE, BOMBEIRO, SANITÁRIO
COMANDOLI IMOVEIS LTDA ME	10.279.186/0001-13	03/10/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
COMÉRCIO DE ROUPAS KM LTDA ME	14.110.486/0001-25	27/02/12	HABITE-SE, BOMBEIRO, COMPROVANTE DE DOMINIO
CRISTIANE ALMEIDA GONCALVES 06387783950	19.113.809/0001-58	31/03/15	HABITE-SE
DAIANI FERNANDES DOS SANTOS ROCHA 08013294935	20.383.637/0001-11	11/09/15	HABITE-SE
DANIEL ALEXANDRE MATIAS05504985919	18.760.502/0001-86	23/09/14	HABITE-SE
DANIEL ZIMMERMANN 07989283956	20.719.109/0001-90	24/06/16	SANITÁRIO AMBIENTAL, VIABILIDADE
DE CAMPUS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	19.813.804/0001-38	17/06/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
DIOMIRA BUSCHIROLLI COELHO	449.401.309-91	09/09/16	HABITE-SE, BOMBEIRO, SANITÁRIO, AMBIENTAL, COMPROVANTE DE DOMINIO
DIVONIR JOSE BALDI 71316051900	16.436.431/0001-35	05/09/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
E.G. COUTINHO COMERCIO DE CALCADOS LTDA-ME	19.285.440/0001-60	13/01/15	HABITE-SE
EDENIR CLEO DOS SANTOS 04152762926	14.349.579/0001-07	12/08/14	HABITE-SE
EDSON DOS SANTOS 05691016970	23.146.724/0001-43	29/09/16	HABITE-SE, BOMBEIRO, SANITARIO
EMPREITEIRA BRUS CORDUVA LTDA ME	18.893.812/0001-79	01/10/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
FABIA CRISTINA NAPOLI ME	18.387.513/0002-43	09/09/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
FACÇÃO E CONFECCÕES ANDERSEN LTDA - ME	18.294.271/0001-62	11/07/14	HABITE-SE
FAM PLAST RECICLADOS LTDA ME	19.768.861/0001-42	06/04/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
FARMÁCIA MALUCHE LTDA. - ME	18.998.254/0001-06	03/12/14	HABITE-SE
FLOWER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	13.861.405/0001-66	16/04/15	HABITE-SE
GSC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	19.433.840/0001-76	02/02/15	BOMBEIRO, AMBIENTAL
HIEROS INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA ME	15.356.316/0004-30	07/08/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
IMOBILIARIA MORESCO LTDA	11.578.742/0005-49	30/03/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
INOVAR COMERCIO DE VESTUARIO E CALCADOS LTDA ME	10.633.757/0001-76	09/04/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
ISRAEL LIMA DA LUZ 04621442910	19.880.005/0001-84	01/06/15	HABITE-SE
JAISON DOS SANTOS 08639748993	18.331.478/0001-60	07/08/14	HABITE-SE
JEFFERSON MIRANDA RESTAURANTE - ME	19.940.815/0001-89	31/10/15	HABITE-SE, BOMBEIRO, AMBIENTAL
JORGE MIGUEL FARIAS	18.565.277/0001-27	19/11/14	HABITE-SE, BOMBEIRO, SANITÁRIO
JOSE FRANCISCO DOS SANTOS SILVA 35488690840	16.995.379/0001-57	04/08/14	HABITE-SE
KATIA KONING DA SILVA 81932120963	15.829.496/0001-88	25/07/14	HABITE-SE, BOMBEIRO

KAZULLO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	01.687.411/0003-21	30/01/15	HABITE-SE
KELM & FOSS SEGURANCA ELETRONICA LTDA ME	20.073.215/0001-40	04/06/15	HABITE-SE
KIKA'HO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	13.537.072/0002-03	30/07/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
LBS SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO LTDA ME	18.228.711/0001-83	12/08/14	HABITE-SE
LEADER ESTAMPARIA EIRELI - ME	18.270.688/0001-95	22/05/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
LEO ANTONIO EMILIO 93961960968	18.297.021/0001-86	22/09/14	HABITE-SE
LUCIANO KNISS 05483464966	18.190.567/0001-33	23/07/14	HABITE-SE
LUIS CARLOS DERES CARDOSO 00538509988	21.414.549/0001-00	05/12/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
LUIZ RODRIGO MENDES ME	13.719.970/0001-93	06/10/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
MAAR PARTICIPAÇÕES LTDA	13.996.176/0001-97	26/09/15	BOMBEIRO
MANOEL BARBOSA FILHO O GOIANO - ME	03.125.239/0002-67	22/10/15	BOMBEIRO
MARIO FUC	19.243.742/0001-76	01/12/14	HABITE-SE
MENDES COMERCIO DE AUTOMOVEIS EIRELI ME	21.026.823/0001-66	27/10/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
METALLICA SOLUCOES EM METAL LTDA - ME	15.212.040/0001-74	29/08/15	HABITE-SE
MINI MMERCADO E TRANSPORTADORA JR LTDA ME	22.820.739/0001-82	21/08/16	AMBIENTAL
MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS	83.932.343/0073-96	30/04/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
NATHALIA DANTAS COMANDOLLI 08132795938	21.147.465/0001-40	11/11/15	HABITE-SE
NELSO ANTONIO CANDIAGO JUNIOR ME	19.534.842/0001-51	02/02/15	HABITE-SE
PAULO VITOR FARRAPOS 02953916938	19.414.175/0001-73	04/02/15	HABITE-SE
PETRA CONSTRUCAO, TERRAPLANAGEM, SERVICOS E OBRAS LTDA ME	05.667.743/0001-33	01/12/14	HABITE-SE, SANITÁRIO
PRATIX MOVEIS PLANEJADOS LTDA - EPP	18.293.752/0001-53	20/11/14	HABITE-SE, BOMBEIRO, AMBIENTAL
RICHARD JOSE BODEMULLER 06517342907	18.664.272/0001-51	26/09/14	HABITE-SE, BOMBEIRO, SANITÁRIO
ROSITA GROH 41658981987	18.285.978/0001-02	01/12/14	HABITE-SE
RUDOLF PRODUTOS NATURAIS E HIGIENE PESSOAL LTDA EPP	07.267.173/0001-10	28/04/16	BOMBEIRO
SH PAPÉIS LTDA - ME	21.230.212/0001-35	21/11/15	BOMBEIRO
SIDNEI PALHANO ME	03.135.872/0001-55	30/07/15	AMBIENTAL
SOLUÇÕES PRÁTICAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA. - ME	13.672.901/0001-71	24/09/16	BOMBEIRO, AMBIENTAL
SS LAVAÇÃO E SERVIÇO DE TRANSPORTE LTDA ME	07.259.547/0001-55	06/07/16	BOMBEIRO
SUPERLONA EVENTOS LTDA	13.715.498/0001-10	04/02/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
SUPERMERCADO HENTZ LTDA ME	21.705.945/0001-89	10/02/16	HABITE-SE
SUPERMERCADO LINHARES LTDA ME	19.126.593/0001-65	16/12/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
TAPEÇARIA NEGJU LTDA ME	13.895.980/0001-80	04/08/14	HABITE-SE, BOMBEIRO, AMBIENTAL
TARSIS JEZREEL DUTRA MEDEIROS CONFECÇÕES- ME	19.640.107/0001-22	26/03/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
TEXTILLE BRASIL TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	18.605.723/0001-80	26/09/14	HABITE-SE
THATIMALHAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	56.478.993/0006-70	11/03/16	HABITE-SE, BOMBEIRO, AMBIENTAL
THIAGO RICARDO MENDES 06564738943	18.430.767/0001-16	21/08/14	HABITE-SE
THUELEN CAROLINE MELLÃO ME	20.307.514/0001-00	11/06/15	BOMBEIRO, AMBIENTAL
TJT INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	06.955.663/0004-99	28/08/15	HABITE-SE
TOALHAS DIANNELI LTDA	02.978.520/0003-60	04/05/16	BOMBEIRO
TRA PARTICIPAÇÕES LTDA	18.538.353/0001-05	26/09/15	BOMBEIRO
TRANSPORTES EXPRESSO BRUSQUENSE LTDA EPP	07.831.452/0001-64	22/07/16	BOMBEIRO
URANA CRISTINA DE OLIVEIRA ME	16.518.322/0001-67	09/06/14	SANITÁRIO
VALDOMIR CAMARGO 03177138923	21.478.703/0001-08	10/12/15	BOMBEIRO, SANITÁRIO
VALNIR STOLFI 56794169991	11.580.878/0001-60	02/02/15	HABITE-SE
VANDERLEA WEBER 93209657904	20.256.433/0001-10	09/06/15	HABITE-SE



VANILDO BASTIANI - ME	20.535.947/0001-04	11/09/15	HABITE-SE
VENDELINO KOHLER TEXTEIS EIRELI - ME	24.320.606/0001-72	10/08/16	BOMBEIRO
VIVER SAUDÁVEL CENTRO ESTÉTICO LTDA	19.071.492/0001-34	19/11/14	HABITE-SE, SANITÁRIO
WAGNER MAFRA CONFECÇÕES LTDA EPP	85.304.574/0001-06	26/08/14	HABITE-SE, BOMBEIRO
WELISSON LUAN DE BORBA KAMERS ME	20.892.879/0001-30	16/09/15	HABITE-SE, BOMBEIRO
WILSON JOSE PAIVA PEREIRA 88161650225	18.229.910/0001-06	20/08/14	HABITE-SE
WISSALU PARTICIPAÇÕES LTDA	18.694.149/0001-83	05/02/15	BOMBEIRO

VOLNEI MONTIBELLER CRISTIANO S. BAUMGARTNER

Diretor Geral Auditor Fiscal Tributário

Matrícula 428807-6

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 001-16- FIA X ABPC**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 001/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO – ABPC, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela ABPC, Adriano Machado, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 002-16- FIA X ABPC**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 002/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO – ABPC, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela ABPC, Adriano Machado, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 002-16- FMAS X LAR MENINO DEUS**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 002/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A ENTIDADE LAR MENINO DEUS, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FMAS, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pelo Lar Menino Deus, Helena Dias, Diretora Geral. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 003-16- FIA X APAE**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 003/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE – APAE, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela APAE, Sebastião Ernani Póia, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 003-16- FMAS X APAE**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 003/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE - APAE, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FMAS, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela APAE, Sebastião Ernani Póia, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 004-16- FIA X APAE**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 004/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE – APAE, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela APAE, Sebastião Ernani Póia, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 005-16- FIA X AMA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 005/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFISSIONAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE BRUSQUE – AMA, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela AMA, Giselle Zambiazzi, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 006-16- FIA X ABEL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 006/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE ESPORTE E LAZER - ABEL, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela ABEL, Maurício Thomas, Presidente. Data: 05 de

dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 007-16- FIA X APVAEB**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 007/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E VOLUNTÁRIOS DOS ATLETAS ESPECIAIS DE BRUSQUE – APVAEB, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela APVAEB, Tania Mara Coelho, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 008-16- FIA X CDH**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 008/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E O CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE BRUSQUE – CDH, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pelo CDH, Helton Honner, Diretor Coordenador. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONVENIO 009-16- FIA X APVAEB**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 009/2016/FIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E VOLUNTÁRIOS DOS ATLETAS ESPECIAIS DE BRUSQUE – APVAEB, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quinta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FIA, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pela APVAEB, Tania Mara Coelho, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONVENIO 001-16- FMAS X LAR SAGRADA FAMÍLIA**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 001/2016/FMAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A ENTIDADE LAR SAGRADA FAMÍLIA, TENDO POR OBJETIVO PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, por mais três meses, a contar de 01/01/2017. Pelo FMAS, Bruna Schüller, Secretária de Assistência Social. Pelo Lar Sagrada Família, Ingeborg Civinski, Presidente. Data: 05 de dezembro de 2016

#### **PORTARIA Nº 3.200/2016**

PORTARIA Nº 3.200/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, ao servidor ARI CESAR ZIMMERMANN ZANON, matrícula nº 2070,

estável no cargo de Contador, por um período de 04 (quatro) anos, conforme solicitação do mesmo, a contar de 16/12/2016.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência da Municipalidade.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA  
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 3199/2016**

PORTARIA Nº 3199/2016

Considerando o atestado médico (gestacional) de 120 dias, de 19/12/2016 à 17/04/2017;

Considerando o Decreto nº 7903, de 25 de novembro de 2016, que estabelece recesso nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Brusque, no período de 19 de dezembro a 31 de dezembro de 2016;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. FERNANDA LIPPERT, matrícula nº 800163-01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19/12/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 002-2016 CPRD SAMAE**

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2016/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 002/2016/CPRD, bem como a existência de dotação orçamentária, e as considerações do Parecer Jurídico 102/2016, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o pagamento da importância de R\$ 1.026,77 (hum mil e vinte e seis reais e setenta e sete centavos) em favor de JOÃO BATISTA SALAZAR FERNANDES, devendo ser dada ciência ao requerente e caso esteja de acordo com o apurado, expeça-se ofício a Procuradoria do Município para elaboração de Projeto de Lei a ser aprovado pela Câmara Municipal, no intuito de autorizar o pagamento.

Brusque/SC, 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO 003-2016 CPRD SAMAE**

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 003/2016/CPRD, bem como a existência de dotação orçamentária, e as considerações do Parecer Jurídico 103/2016, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o pagamento da importância de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) em favor de MARCOS ROBERTO MENDES MEES, devendo ser dada ciência ao requerente e caso esteja de acordo com o apurado, expeça-se ofício a Procuradoria do Município para elaboração de Projeto de Lei a ser aprovado pela Câmara Municipal, no intuito de autorizar o pagamento.

Brusque/SC, 13 de dezembro de 2016.

Fabiana A. Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE – Brusque/SC

## **RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 7 DE 2016 LEGISLATIVO**

Resolução Administrativa Nº 7, de 7 de dezembro de 2016.

Nomeia os Vereadores Membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, criada pelo Despacho nº 005/2016 da Corregedoria – Processo Administrativo nº 05/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear os Vereadores Celso Carlos Emydio da Silva, Dejair Machado, Guilherme Marchewsky, Marli Leandro e Valmir Coelho Ludvig, para compor a Comissão Especial de Ética e Decoro Parlamentar, criada pelo Despacho nº 005/2016 - Corregedoria - Processo Administrativo nº 05/2016.

Art. 2º Os Vereadores nomeados na forma regimental, reunir-se-ão para eleição e posse do Presidente da Comissão.

Art. 3º As despesas relativas ao trabalho da Comissão Especial correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 07 de dezembro de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2016 - FMAS

Estado de Santa Catarina  
Município de Caçador/SC  
Fundo Municipal de Assistência Social

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2016 - FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 01/2016 para LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM 272,85 M2 PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC,- Contratado – IVANIR JOSÉ COLA, CPF – 065.888.919-20, Residente e domiciliado neste Município, valor total R\$ 42.201,16 (quarenta e dois mil duzentos e um reais e dezesseis centavos) pelo período de 12 meses, de conformidade com o artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 01 de dezembro de 2016.

Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001, de 16 de dezembro de 2016.

Retifica o Edital de Convocação nº 048, de 05 de dezembro de 2016, para aprovados em Concurso Público nº 002/2015 da Fundação Municipal do Meio Ambiente, cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, RETIFICA o Edital de Convocação nº 048, de 05 de dezembro de 2016, no que se refere ao cargo dos cidadãos convocados:

Onde leu-se:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FUNDEMA  
CLASS.: CLAUDIR ROBERTO ROESSLER  
NEIVA TEIXEIRA DA ROSA  
ELOIR SOUZA DOS SANTOS  
DOUGLAS DE LIMA

Leia-se:

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS E OBRAS ESPECIAIS – FUNDEMA  
CLASS.: CLAUDIR ROBERTO ROESSLER  
NEIVA TEIXEIRA DA ROSA  
ELOIR SOUZA DOS SANTOS  
DOUGLAS DE LIMA

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 27.511

PORTARIA Nº 27.511, de 14 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

REMOVER DE OFÍCIO o Servidor Público Municipal LUCAS FILIPINI CHAVES, matrícula 11060, ocupante do cargo de Assistente Administrativo,

lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal da Fazenda, a contar de 1º de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 27.518**

PORTARIA Nº 27.518, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, em contrato temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 40 (quarenta) horas semanais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e data de início da licença, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A contar de
14423	Pricila Justino de Souza	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	02/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 27.519**

PORTARIA Nº 27.519, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, em contrato temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 40 (quarenta) horas semanais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e data de início da licença, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A contar de
14291	Margara Cassol de Almeida Aimi	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Henrique J. Berger EMEB Hilda Granemann de Sousa	08/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 27.520**

PORTARIA Nº 27.520, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Prorrogação	Período
14275	Elitéia Dias	Professor Educação Infantil	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Cristina de Castilho, licença para tratamento de saúde	13/11/2016 a 19/12/2016
14613	Ivanilde Alves de Gois Dallariva	Professor Educação Infantil	40	CMEI Sininho	V.V. Luciane Catarina Carneiro em licença para tratamento de saúde	22/11/2016 a 19/12/2016
14469	Silvana Solle Antunes	Professor Educação Infantil	40	EMEB Pe. José Chamot (Extensão EEB Santo Damo)	Vaga Transitória	03/12/2016 a 16/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 15 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 27.521**

PORTARIA Nº 27.521, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos incisos I e III, artigo 11 da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, o contrato em caráter temporário das Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionadas, especificando código, nome, cargo, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Carga Horária	A contar de:
13893	Alessandra de Oliveira Matos	Professor Educação Infantil	20hs	03/12/2016
13935	Alessandra de Oliveira Matos	Professor Educação Infantil	20hs	03/12/2016
14685	Marivete Aparecida Bof Pereira	Professor Ensino Fundamental I	20hs	01/12/2016
14658	Silvana Fatima Piran Zanella	Merendeira	44hs	01/12/2016
14023	Vanessa Ribeiro de Freitas	Professor Educação Infantil	20hs	13/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111 - 2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11 - 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 111 - 2016

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 11 - 2016

Fundamento Legal: Art. 24 XXVI da Lei 8.666/93

Objeto: Concessão para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Caçador/SC, para o período de 30 anos.

Concessionária: Companhia Catarinense de Água e Esgoto - CASAN. CNPJ: 82.508.433/0001-17

Concedente: Prefeitura Municipal de Caçador

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos Site Av. Santa Catarina 195 ou através do

e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 16 de dezembro de 2016.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 095 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA 095 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonerar Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARIANA PIACENTINI, do cargo em comissão de Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Caçador, Classe Assessoramento, Nível CPCA 3002, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 22 de dezembro de 2016, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2016.  
Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

### PORTARIA 098 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA 098 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessores Parlamentares de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar dos cargos em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Classe Assessoramento, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 22 de dezembro de 2016, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre

Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências, os servidores a seguir:

ADRIANA ZANCANARO, ALESSANDRA GIOPOPO, CHARLESTON AUGUSTO LOPES, CLAUDETE TEREZINHA MARAFFON LEIDENS, DANIELE FERNANDES ANTUNES ALVES, DRIELI PEREIRA, FRANCIELI PETRYKOWSKI, JAIRO RIBEIRO PEDROSO, MARCOS PAULO BATISTA DE SOUZA, MOYSES ALEXANDRE MACHADO, THABYTA CRISTINA DIAS e VIVIANE DE ANDRADE RIBEIRO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2016  
Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

### PORTARIA Nº 096 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 096 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Gabinete da Presidência.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDIANEZ SCHEFFEMACHER RIBEIRO, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Caçador, Classe Assessoramento, Nível CPCA 3003 com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2016, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de Dezembro de 2016.  
Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

#### **PORTARIA Nº 091, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA nº 091, de 05 de dezembro de 2016.

Autoriza a conversão de 10 de férias em pecúnia a servidora Daniele Magueroski Corrêa.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 10 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 07/07/2015 a 06/07/2016, a servidora Daniela Magueroski Corrêa, ocupante do cargo de Telefonista, com pagamento juntamente com a remuneração mensal da competência 12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de Dezembro de 2016.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

#### **PORTARIA Nº 092 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 092 de 05 de Dezembro de 2016.

Concede 10 dias de férias ao servidor José Ari Lins.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 30/11/2015 a 29/11/2016 a serem gozadas no período de 02/01/2017 a 11/01/2017, ao servidor José Ari Lins, ocupante do cargo de Analista legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com a remuneração da competência 12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de Dezembro de 2016.

Valmor de Paula,

PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

#### **PORTARIA Nº 097 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA nº 097 de 14 de dezembro de 2016.

Exonera Diretora Geral da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, cominado com o art. 16, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, do cargo de Diretora Geral da Câmara Municipal de Caçador, Classe Direção, Nível CPCD 1001, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2016, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2016.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

#### **PORTARIA Nº 099 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA nº 099 de 14 de dezembro de 2016.

Concede 10 dias de férias à servidora Juliana Maciel kolh.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 06/11/2015 a 05/11/2016 a serem gozadas no período de 02/01/2017 a 11/01/2017, à servidora Juliana Maciel Kolh, ocupante do cargo de Advogada, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados juntamente com a remuneração da competência 12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua

eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 14 de dezembro de 2016.

Valmor de Paula,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

## **RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2016, aprovou, e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

### **TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Câmara Municipal de Caçador é o órgão legislativo do Município e se comporá de tantos Vereadores quantos forem determinados pela Lei Orgânica do Município de Caçador.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções precipuamente legislativas, mas exerce, cumulativamente, funções de fiscalização, julgamento e assessoramento, e, no que lhe compete, praticar atos de administração interna.

§ 1º A função legislativa consiste em elaborar e votar leis, resoluções e decretos legislativos referentes a todos os assuntos de competência do Município e do seu peculiar interesse.

§ 2º A função fiscalizadora e julgadora de caráter político-administrativa atinge apenas os agentes públicos do Município - Prefeito, Vice-Prefeito, Auxiliares Diretos, Secretários, Intendentes, Diretores de Autarquias ou Fundações e Vereadores, não se estendendo tal função sobre os demais agentes administrativos e pessoal burocrático sujeitos a ação hierárquica do Executivo.

§ 3º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo mediante indicações e pedidos de providências.

§ 4º A função administrativa restringe-se à organização interna da Câmara Municipal, em tudo que diz respeito à sua estrutura organizacional, ao quadro de pessoal, à direção dos serviços auxiliares, e principalmente quanto à elaboração de seu Regimento Interno.

#### **CAPÍTULO II DA SEDE DA CÂMARA**

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Caçador, à Rua Fernando Machado, nº 139, onde realizará suas sessões.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA**

Art. 4º A Câmara reunir-se-á em sessão de posse e instalação em 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora que ocorrerá em sessão solene, independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, com a seguinte Ordem do Dia:

I - compromisso, posse e instalação da Legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, quando for o caso.

§ 1º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, quando for o caso. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão apresentar declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio e encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando requisitadas.

§ 3º No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, em pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura no termo competente: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, novamente em pé, declarará: "ASSIM O PROMETO".

§ 4º Depois da posse dos Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, assinando o termo de posse respectivo e entregando suas declarações de bens, observados os termos dos arts. 214 a 221 deste Regimento.

§ 5º Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 6º O Presidente em exercício convidará um dos Vereadores presentes para secretariar os trabalhos.

§ 7º Composta a Mesa provisória, o Presidente receberá e conferirá os diplomas dos Vereadores.

§ 8º O suplente convocado tomará posse perante a Câmara reunida, no prazo estipulado no § 1º, contado da data da convocação.

§ 9º Os termos de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito serão publicados em Diário Oficial.

Art. 5º Terminada a cerimônia de posse e compromisso, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora.

#### **TÍTULO II DA MESA DIRETORA**

##### **CAPÍTULO I DA MESA**

Art. 6º A Mesa é órgão de direção de todos os trabalhos da Câmara.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art. 7º Compete à Mesa, entre outras atribuições:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

IV - enviar ao Prefeito, até o primeiro dia útil de março, as contas do exercício anterior;

V - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

VI - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VII - solicitar ao Prefeito, por meio de ofício, a elaboração e envio de mensagem e respectivo projeto de lei, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante a anulação parcial ou total de dotação da Câmara ou à conta de outros recursos disponíveis, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa;

VIII - enviar ao Prefeito, até o dia dez do mês subsequente, as contas do mês anterior e até o dia trinta e um de janeiro do ano seguinte as do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e balanço anual;

IX - elaborar o Orçamento da Câmara, enviando-o ao Prefeito, até 15 (quinze) de agosto de cada ano;

X - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

XI - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, ou estadual;

XII - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

## CAPÍTULO III DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 8º A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Art. 9º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

## CAPÍTULO IV DA INSTALAÇÃO DA MESA DIRETORA

### Seção I Da Eleição da Mesa

Art. 10. Decorridos os 30 (trinta) minutos, da cerimônia de instalação da legislatura, posse e compromisso dos Vereadores, Prefeito

e Vice-Prefeito a reunião será reaberta e os Vereadores, sob a Presidência do mais votado entre os presentes, e constatada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, a eleição.

§ 2º A eleição para todos os cargos da Mesa far-se-á mediante processo de votação nominal.

§ 3º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta, os quais, automaticamente empossados, tomarão seus assentos junto a Mesa.

§ 4º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira votação, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 11. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 12. A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio far-se-á na última reunião ordinária da segunda Sessão Legislativa, ficando automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro.

### Seção II Da Composição da Mesa

Art. 13. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

§ 1º Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º Secretário e na impossibilidade destes o mais votado.

§ 3º No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, conforme disposto neste Regimento.

Art. 14. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o Vereador mais votado assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 15. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele renunciar, através de ofício subscrito, a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 16. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.



§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto no art. 64 e seguintes deste Regimento.

### Seção III Do Presidente

Art. 17. O Presidente é o representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 18. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

V - dar posse aos Vereadores e fazer publicar no Diário Oficial do Município o respectivo termo de posse;

VI - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII - autorizar as despesas da Câmara;

IX - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

X - apresentar no Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

XI - comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XII - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

XIII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

XIV - contratar, na forma da lei, serviços e pessoas, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XV - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XVI - afastar-se da Presidência quando:

a) esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;

b) for denunciante em processo de cassação de mandato;

XVII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais,

visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador, quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) assinar, em conjunto com o 1º Secretário, as listas de presença, asseverando sua regularidade;

h) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

i) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

j) anunciar o resultado da votação;

k) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a publicação da Ordem do Dia na página eletrônica da Câmara, no prazo regimental;

m) determinar a elaboração da redação para a 2ª discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e comunitárias nos termos regimentais.

XVIII - quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicadas, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;

c) encaminhar projetos de lei à sanção;

d) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

e) determinar a publicação de Resoluções e Decretos Legislativos;

XIX - quanto às Comissões:

a) homologar as indicações de membros das Comissões Permanentes e Temporárias, previamente feitas pelas bancadas, bem como as indicações feitas para a substituição de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente será destituído, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara Municipal, mediante proposição firmada por pelo menos 1/3 dos vereadores quando:

a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da Câmara solicitada pelo Prefeito;

c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Art. 19. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

Parágrafo único. O Presidente poderá ser destituído, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara Municipal, mediante proposição firmada por pelo menos 1/3 dos vereadores quando:

- a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;
- b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da Câmara solicitada pelo Prefeito;
- c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

#### Seção IV Do Vice-Presidente

Art. 20. São atribuições do Vice-Presidente:

§ 1º Substituir, em todos os atos, o Presidente, nas suas faltas, ausências ou impedimentos.

§ 2º Sempre que o Presidente não se encontrar no recinto, à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente e, em sua falta, o 1º ou o 2º Secretário, substituí-lo-ão no exercício de suas funções, que lhe serão transmitidas tão logo esteja presente.

§ 3º Quando o Presidente tiver necessidade de ausentar-se da Presidência, durante a reunião, proceder-se-á da mesma forma.

#### Seção V Do 1º Secretário

Art. 21. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - ler a matéria do expediente;

II - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

III - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

IV - assinar, em conjunto com o Presidente, as listas de presença, asseverando sua regularidade;

V - supervisionar a elaboração das atas das sessões;

VI - coordenar o envio de cópias eletrônicas dos projetos de leis, decretos legislativos e resoluções para distribuição aos vereadores e imprensa credenciada;

VII - substituir o Vice-Presidente;

VIII - dirigir e inspecionar todos os trabalhos de secretaria;

IX - tomar parte em todas as votações, inclusive nas nominais;

X - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento deste;

XI - fiscalizar os serviços de secretaria e arquivo no que concerne à boa ordem e zelo na guarda dos livros e documentos da Câmara.

#### Seção VI Do 2º Secretário

Art. 22. São atribuições do 2º Secretário:

I - fazer o registro de votos, nas eleições;

II - substituir o 1º Secretário.

### TÍTULO III DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 23. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Parágrafo único. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

#### CAPÍTULO II DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 24. É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 21, da Lei Orgânica;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual ou Federal, de que seja exonerável "ad nutum", salvo de Secretário Municipal, Estadual, Ministro de Estado ou Diretor equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I.

#### CAPÍTULO III DA PERDA DO MANDATO, RENÚNCIA E CONVOCAÇÃO DE SUPLEN- TES

Art. 25. Extingue-se o mandato do Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação transitada em julgado por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a cinco sessões

extraordinárias convocadas pelo prefeito, mediante notificação, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos;

IV - não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências no parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omissor nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

§ 3º O disposto no item III não se aplicará às sessões extraordinárias que forem convocadas pelo Prefeito, durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 26. Perderá o mandato o Vereador, através de Processo de Cassação, instaurado pela Câmara Municipal, quando:

I - infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 24;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que fixar residência fora do Município.

Parágrafo único. Além de outros casos definidos neste Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

Art. 27. O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, respeitado sempre que possível, a proporcionalidade entre as bancadas, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, através de seu procurador, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado

duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas e o depoimento do denunciado;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, e ao seu procurador formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. Fica impedido de votar também o Vereador denunciado, por evidente e manifesto interesse na matéria, sendo vedada, contudo, a convocação de seu suplente para a votação.

Art. 28. Convocar-se-á o suplente nos casos de vacância e investidura previstos neste Regimento Interno e nos casos de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º Em caso de vaga, investidura ou licença o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo.

§ 2º Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

§ 3º Uma vez empossado, o suplente fica sujeito a todos os direitos e obrigações dos Vereadores, salvo ser votado como membro da Mesa e Presidente de Comissão, quando empossado em caráter de substituição temporária.

Art. 29. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

## CAPÍTULO IV DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 30. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ordinárias ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, luto, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, desde que esclarecidos em Plenário.

§ 2º Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 31. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença ou licença maternidade, devidamente comprovadas;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias de interesse do Município, cujo período seja superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso das licenças previstas no inciso I do "caput" deste artigo, aplicam-se as regras do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 32. A investidura em cargo previsto no art. 36, § 1º, da Lei Orgânica do Município, independe de autorização, considerando-se o investido automaticamente licenciado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pelo subsídio do mandato eletivo ou pelos vencimentos do cargo comissionado.

Art. 33. A licença deve ser solicitada ao Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado por escrito, seja impresso ou apresentado por meio eletrônico, e lido na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 1º A licença para tratamento da saúde só será deferida quando o pedido estiver devidamente instruído com atestado médico.

§ 2º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

## CAPÍTULO V DOS LÍDERES

Art. 34. Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º As representações partidárias, mesmo apenas com um membro, terão Líder e, quando for o caso, Vice-Líder.

§ 2º A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações partidárias à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual. Enquanto não for feita a indicação, a Mesa considerará como líder o Vereador mais idoso da bancada.

§ 3º Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 4º Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova comunicação à Mesa.

§ 5º Os Líderes serão substituídos, nas suas faltas, impedimentos ou ausências do recinto, pelos respectivos vice-líderes.

Art. 35. É de competência dos Líderes, além de outras atribuições que lhe confere expressamente este Regimento, indicar os membros e substitutos nas comissões permanentes, comissões especiais, de inquérito ou de representação, que vierem a ser criadas, respeitada a proporcionalidade partidária a que alude este Regimento e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 36. O Chefe do Poder Executivo poderá ter entre os Vereadores, um Líder do Governo, de sua livre escolha, que indicará à Câmara, no início de cada ano legislativo.

Art. 37. É facultado aos Líderes de Partido ou do Governo, em caráter excepcional, salvo durante a Ordem do Dia ou quando houver orador na Tribuna, usar da palavra por tempo não superior a 05 (cinco) minutos, improrrogáveis, para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem ao conhecimento da Câmara, ou para rebater acusação feita ou esclarecer pronunciamento dúbio, ou definir atitudes. Neste caso, o líder externará sempre o ponto de vista de seu partido ou do governo.

## TÍTULO IV DAS COMISSÕES

Art. 38. As Comissões da Câmara serão:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Temporárias.

## CAPÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 39. As Comissões Permanentes são órgãos com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara Municipal e sobre ela emitir parecer.

Art. 40. São Comissões Permanentes:

I - Comissão de Legislação e Justiça;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município;

III - Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto;

IV - Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência;

V - Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Infraestrutura;

VI - Comissão de Indústria e Comércio e Agricultura.

Art. 41. As Comissões Permanentes compor-se-ão de 03 (três) membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma Comissão Permanente.

## Seção I Da Composição

Art. 42. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida uma única recondução.

Art. 43. Na composição das Comissões Permanentes, no dia imediato ao da eleição da Mesa, no início da Legislatura, e no primeiro



dia útil do ano para as demais Sessões Legislativas, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicam os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 44. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

## Seção II

### Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 45. Compete as Comissões Permanentes:

I - à Comissão de Legislação e Justiça, os aspectos constitucional, legal, regimental e jurídico de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Finanças, Orçamento e Contas do Município, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara;

III - à Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, matéria atinente à educação em geral, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas, desenvolvimento do turismo, sistema desportivo municipal e sua organização política e plano municipal de educação física e desportiva;

IV - à Comissão de Saúde, Assistência Social e Previdência, matéria que diga respeito à saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico, assistência sanitária, alimentação, nutrição, além dos aspectos relativos ao regime de Previdência Social.

V - à Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Infraestrutura, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso e ocupação do solo urbano, parcelamento do solo, edificações, política habitacional do Município, sistema viário, transportes e comunicações, Plano Diretor do Município, meio ambiente, realização de obras públicas, denominações de logradouros públicos, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens;

VI - à Comissão de Indústria e Comércio e Agricultura, matéria que diga respeito à política e atividade industrial, comercial e econômica, política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, pecuária e piscicultura, abastecimento, defesa animal e vegetal e organização do setor rural.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 46. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida, na forma deste Regimento Interno;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta;

VII - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relativos à sua competência;

VIII - tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais problemas;

IX - emitir parecer sobre a matéria sujeita ao seu pronunciamento.

Art. 47. À Comissão de Legislação e Justiça cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º Concluindo a Comissão de Legislação e Justiça pela ilegalidade de um projeto, será este arquivado, após a leitura do parecer em Plenário.

§ 2º No caso de qualquer Vereador desejar submeter o parecer contrário da Comissão de Legislação e Justiça à deliberação em Plenário, poderá fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Parecer, mediante requerimento escrito, nos termos do art. 138, inciso VIII.

§ 3º Caso o requerimento seja aprovado, será o parecer submetido à deliberação em Plenário.

§ 4º Aprovado em discussão e votação única o Parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devam manifestar-se sobre o mérito.

§ 5º Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação e Justiça proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 48. As atividades de controle externo previstas no art. 64 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

## Seção III

### Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 49. Logo depois de constituídas as comissões, reunir-se-ão em sala própria, sob a direção do mais idoso, para eleger o Presidente e o Relator.

Art. 50. As comissões reunir-se-ão, ordinariamente, em sala própria, no recinto da Câmara, em dia e hora pré-fixados, podendo, entretanto, fazê-lo em local diverso, por decisão da maioria dos seus membros.

Art. 51. As Comissões Permanentes observarão os seguintes preceitos:

I - as reuniões das Comissões sempre serão públicas;



II - os Vereadores não constituintes da comissão podem participar de suas reuniões, tendo direito a voz e não a voto, limitado ao assunto da comissão e ao prazo de 5 minutos por intervenção;

III - prazo máximo de 03 (três) dias para vistas de membro da comissão, se solicitada vista por mais de um membro, o prazo será comum na comissão;

IV - deliberação por maioria absoluta.

§ 1º Em caso de empate, ficará adiada a decisão até que se tomem os votos dos membros ausentes e se forme a maioria.

§ 2º A manifestação do relator será submetida aos demais membros da comissão, e acolhida como parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 3º O voto, em face da manifestação do relator poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo nos dois últimos casos, vir acompanhado por escrito, das razões que o fundamentam em separado.

§ 4º Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu parecer.

§ 5º Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

§ 6º Os presidentes das comissões poderão determinar a transcrição em ata dos documentos que interessem aos assuntos em exame, para estudo dos pareceres dos relatores ou voto de qualquer membro da comissão.

Art. 52. Ao Presidente da Comissão compete:

I - determinar os dias de reuniões;

II - presidir todas as reuniões da comissão;

III - fazer ler a ata da reunião anterior, submetê-la à discussão e aprovação;

IV - dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida;

V - conceder a palavra aos membros da comissão;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates, ou faltar à consideração aos seus pares, ou aos representantes do poder público;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições aos membros da comissão ou avocá-las;

X - assinar os pareceres e convidar os demais membros da comissão a fazê-lo;

XI - enviar à Mesa toda a matéria destinada à leitura em reunião plenária;

XII - ser o representante da comissão junto à Mesa;

XIII - solicitar ao Presidente da Câmara substitutos para os

membros da comissão ausentes ou impedidos de comparecer;

XIV - resolver, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na comissão sobre os trabalhos;

XV - enviar à Mesa, no fim de cada ano legislativo, relatório das proposições que tiveram andamento na comissão e das que ficaram pendentes de parecer, como subsídio para o relatório anual da Câmara.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o Presidente, far-lhe-á às vezes o Relator.

Art. 53. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para exarar parecer, prorrogável, por mais 15 (quinze), pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através do Plenário, suspendem o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 4º Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de 15 (quinze) dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 54. Matéria sujeita à apreciação das comissões será analisada pelo Departamento Jurídico da Câmara e pela Assessoria Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na análise serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

#### Seção IV Dos Impedimentos

Art. 55. Sempre que o membro da comissão não puder comparecer às suas reuniões, comunicá-lo-á ao seu Presidente, pessoalmente, ou por intermédio do Líder do seu partido.

§ 1º O Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão respectiva, em consequência da comunicação de qualquer membro da comissão, ou por indicação do Líder do partido a que pertence o impedido ou o ausente, designar-lhe-á substituto interino.

§ 2º Cessado o impedimento do membro da comissão, finda-se a substituição respectiva.

§ 3º Cessa a permanência do substituto na comissão pelo comparecimento do substituído às sessões da Câmara.

#### Seção V Das Vacâncias

Art. 56. As vacâncias nas comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia do mandato legislativo;

III - com a opção;

IV - com a perda do lugar.

§ 1º A renúncia de qualquer membro da comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º O Vereador designado para Comissão Permanente ou Especial e que, presente à sessão da Câmara, não comparecer a cinco reuniões consecutivas das referidas comissões, perderá o lugar e ser-lhe-á, desde logo, nomeado o substituto na forma do § 3º.

§ 3º O Presidente da Câmara homologará, na primeira sessão, de acordo com a indicação do líder do partido a quem couber, qualquer vaga na comissão.

## CAPÍTULO II DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 57. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, são:

I - Especiais;

II - De inquérito;

III - De representação;

IV - Processantes;

V - Comissão de Legislação Participativa;

VI - Frentes Parlamentares.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos incisos I, II, III e IV, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

### Seção I Das Comissões Especiais

Art. 58. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração da Lei Orgânica e deste Regimento Interno e a tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º A proposição indicará, fundamentalmente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

### Seção II Das Comissões de Inquérito

Art. 59. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º À vista de requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores, a fim de que seja criada Comissão Parlamentar

de Inquérito, os Líderes das Bancadas da Câmara farão a designação dos respectivos membros, homologadas pelo Presidente, assegurando-se tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 2º O requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito deverá indicar, a sua finalidade, devidamente fundamentada.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta pelo número de Vereadores correspondente a 1/3 (um terço) da Câmara Municipal.

§ 4º O prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito será de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito que não se instalar e iniciar seus trabalhos dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias estará automaticamente extinta.

§ 6º A Comissão, devidamente instalada, poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso parlamentar.

§ 7º Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Diretora os funcionários da Câmara necessários aos seus trabalhos, como em caráter transitório, os de qualquer Secretaria da Municipalidade, ou órgão autônomo que possam contribuir para o desempenho de suas atribuições, os quais serão requisitados pela Comissão à autoridade competente.

§ 8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa Diretora os meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, tendo o Relator o atendimento preferencial das providências solicitadas.

§ 9º A Comissão Parlamentar de Inquérito, observadas as normas deste Regimento, da legislação específica e, subsidiariamente, do Código de Processo Penal, poderá:

I - determinar e realizar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades municipais e requisitar serviços de quaisquer entidades, inclusive policiais;

II - incumbir qualquer de seus membros ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

III - requisitar técnicos especializados de qualquer órgão público municipal para realizar as perícias necessárias e indispensáveis ao completo esclarecimento do assunto, bem assim, para assessorá-la em questões especializadas;

IV - requerer a intimação judicial ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.

Art. 60. A Comissão Parlamentar de Inquérito elaborará relatório sobre a matéria, votando-o e enviando-o à publicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão de seus trabalhos, respeitado o disposto nos arts. 59, § 4º e 62 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão deverá comunicar em

Plenário a conclusão de seus trabalhos, mencionando o encaminhamento do respectivo relatório para publicação.

Art. 61. Sempre que a Comissão Parlamentar de Inquérito julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, ela a apresentará em separado, constituindo seu relatório a respectiva justificativa.

Art. 62. Deixando a Comissão de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, a requerimento de membro da Comissão.

### Seção III

#### Das Comissões de Representação

Art. 63. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador.

Parágrafo único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

### Seção IV

#### Das Comissões Processantes

Art. 64. As Comissões Processantes serão formadas pelo número de Vereadores correspondente a 1/3 (um terço) da Câmara Municipal, respeitada, tanto quanto possível a proporcionalidade partidária.

Art. 65. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato;

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento cominadas com destituição;

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político-administrativa prevista em lei específica.

Art. 66. As Comissões Processantes serão constituídas pelos Vereadores desimpedidos, na forma prevista neste Regimento.

§ 1º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do art. 65, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

### Seção V

#### Da Comissão de Legislação Participativa

Art. 67. À Comissão de Legislação Participativa em razão de sua competência, cabe:

I - sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos; e

II - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas ao arquivo.

§ 3º Aplica-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participação, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

§ 4º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.

§ 5º As normas para a organização dos trabalhos da Comissão de Legislação Participativa serão fixadas em regulamento interno próprio.

### Seção VI

#### Das Frentes Parlamentares

Art. 68. As Frentes Parlamentares são as associações suprapartidárias de pelo menos 1/3 (um terço) de membros do Poder Legislativo, destinada a promover o aprofundamento de discussões, bem como o aprimoramento da legislação municipal sobre determinado assunto.

Parágrafo único. O requerimento de registro da Frente Parlamentar deverá indicar o nome com o qual a mesma funcionará, além de um representante, que será responsável por todas as informações e atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar.

## TÍTULO V

### DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 69. As sessões da Câmara Municipal serão:

I - ordinárias, as que assim forem regimentalmente classificadas;

II - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as ordinárias, ou quando convocadas nos termos deste Regimento;

III - solenes, as realizadas para instalação da legislatura e para posse do Prefeito e Vice-Prefeito, para comemorações e homenagens especiais;

IV - comunitárias, as realizadas fora da sede da Câmara de Vereadores, para tratar de assuntos específicos de um bairro ou região, em horário diverso das sessões ordinárias.

Art. 70. À hora do início da sessão ordinária, às dezoito horas e quinze minutos, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 1º O Presidente verificará o número de Vereadores presentes.

§ 2º Achando-se presente, no mínimo, 1/3 (um terço) do total dos

Vereadores, será declarada aberta a sessão.

§ 3º Se faltar esse terço, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos para que se complete o número.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 3º, sem que haja número suficiente, dispensará o Presidente os Vereadores presentes.

§ 5º As sessões poderão ser levantadas antes de finda a hora a elas destinada nos seguintes casos:

I - tumulto grave;

II - em homenagem a memória de pessoas falecidas, que houverem prestado relevantes serviços ao Município ou à Câmara de Vereadores;

III - quando presente menos de 1/3 (um terço) de seus membros;

IV - por falta de matéria para ser discutida ou votada ou de oradores inscritos.

§ 6º A Câmara poderá destinar o tempo reservado à Palavra Livre a comemorações especiais, ou interromper a sessão para a recepção de personagens ilustres, desde que assim resolva o Presidente, ou por deliberação do Plenário.

## CAPÍTULO II DAS SESSÕES

### Seção I Das Sessões Ordinárias

Art. 71. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município de Caçador, no período de 1º de fevereiro a 15 de dezembro.

§ 1º As sessões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no "caput" deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º As sessões ordinárias serão realizadas a partir das dezoito horas e quinze minutos, nas três primeiras segundas e terças-feiras do mês, com duração prevista de 2 (duas) horas, durante as quais, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 4º A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.

### Seção II Das Sessões Extraordinárias

Art. 72. A Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente, para tratar de matéria urgente, ou de interesse público relevante:

I - pelo Prefeito Municipal;

II - pelo Presidente da Câmara;

III - pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º A convocação extraordinária durante o período ordinário se

fará por simples comunicação do Presidente, inserida na ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores.

§ 2º A convocação, quando oriunda do Prefeito Municipal, se fará mediante ofício dirigido ao Presidente. De posse do ofício, o Presidente, no período ordinário de reuniões, procederá nos termos do § 1º.

§ 3º As sessões extraordinárias serão convocadas com uma antecedência mínima de sete dias quando no período de recesso.

§ 4º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação aos Vereadores, durante o período de recesso, por meio de comunicação pessoal escrita.

§ 5º Na sessão extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

Art. 73. A divisão das sessões extraordinárias é, no que couber, a mesma das sessões ordinárias.

### Seção III Das Sessões Solenes

Art. 74. Poderá a Câmara convocar sessões solenes para homenagear pessoas ilustres e para comemorações especiais e deverá fazê-lo na instalação da legislatura.

Art. 75. As sessões solenes independem de "quórum" e não terão Ordem do Dia, exceto aquela em que for eleita a Mesa, que não poderá funcionar sem a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 76. Nas sessões solenes falarão apenas os oradores previamente designados, Vereadores ou não.

Parágrafo único. É obrigatório facultar a palavra a personalidades que estejam sendo homenageadas em sessão solene.

Art. 77. Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

### Seção IV Das Sessões Comunitárias

Art. 78. Poderá a Câmara convocar sessões comunitárias com as associações de bairros e comunidade rurais para discussão de propostas e apresentação de prioridades de interesse público.

§ 1º As sessões comunitárias poderão ser realizadas em qualquer ponto do Município, cuja data e horário serão marcadas previamente pela Mesa Diretora, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º Nas sessões comunitárias farão uso da palavra os Vereadores e os líderes comunitários, devendo estes se limitar ao tema em debate.

§ 3º Das sessões comunitárias lavrar-se-á ata, arquivando-se na Secretaria da Câmara, os pronunciamentos escritos, documentos e Palavra Livre.

## CAPÍTULO III DA DIVISÃO DAS SESSÕES

Art. 79. As sessões públicas, ordinárias e extraordinárias, compõem-se de 4 (quatro) partes, a saber:

I - Expediente;

## II - Pequenos comentários;

## III - Ordem do Dia;

## IV - Palavra Livre.

## Seção I

## Do Expediente

Art. 80. O Expediente terá duração indeterminada e destinar-se-á, exclusivamente, a leitura, discussão e aprovação da ata e leitura da correspondência recebida.

Art. 81. Abertos os trabalhos, proceder-se-á a apreciação da ata da sessão anterior que será considerada aprovada pelo Presidente, independentemente de votação, se não houver contestação.

§ 1º O Vereador que desejar retificar, ou emendar a ata, poderá fazê-lo verbalmente, ao ser submetida à apreciação do Plenário.

§ 2º Cabe ao Presidente julgar procedente ou não a retificação ou emenda proposta.

§ 3º Se for contestada a retificação ou emenda proposta, poderá a dúvida ser dirimida mediante audiência da gravação da sessão a que se refere à Ata.

Art. 82. Aprovada e assinada a Ata, dará o Secretário conhecimento, em sumário, da correspondência recebida.

§ 1º Qualquer Vereador poderá pedir a leitura na íntegra do documento mencionado em síntese, ou obter vista do mesmo para inteirar-se melhor do seu conteúdo.

§ 2º A correspondência, depois de tornada pública, será despachada pelo Presidente.

## Seção II

## Pequenos Comentários

Art. 83. Os Pequenos Comentários, destinam-se à manifestação de Vereadores sobre o expediente lido e breves comunicações ao Plenário.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de 05 (cinco) minutos nos Pequenos Comentários, devendo a palavra ser solicitada ao Presidente.

## Seção III

## Da Ordem do Dia

Art. 84. Finda a leitura da correspondência e após os Pequenos Comentários, tratar-se-á da matéria incluída na Ordem do Dia.

Art. 85. O 1º Secretário anunciará, em síntese, o que se houver de votar ou discutir e votar.

Art. 86. Para as votações será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara.

Art. 87. As votações obedecerão à seguinte ordem:

I - Projetos de Lei;

II - Proposições de autoria dos Vereadores.

§ 1º Não havendo número legal para as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão.

§ 2º O ato de votar nunca será interrompido.

§ 3º Sempre que ocorrer votação nominal mencionar-se-á na ata os nomes dos votantes.

§ 4º A falta de número legal para as votações não prejudicará a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 88. Independente de inscrição prévia, a palavra para discutir matéria constante da Ordem do Dia obedecerá a seguinte escala preferencial:

I - o Autor;

II - o Líder do Governo, se a proposição for de origem executiva;

III - o Relator;

IV - os Vereadores.

Art. 89. Cada um dos oradores poderá usar a palavra pelo tempo de 10 (dez) minutos para debater qualquer matéria em discussão.

Parágrafo único. Ao autor, Líder do Governo e Relator será dada oportunidade de rebater os argumentos contra a proposição.

Art. 91. Encerrada a discussão, fato que será expressamente declarado pelo Presidente, será a proposição votada em seguida.

Art. 92. A justificativa das proposições dos Vereadores deverá ser feita, se assim o desejar o autor, tão logo seja anunciada sua discussão.

Art. 93. Terminada a votação das proposições escritas, poderão ser apresentadas proposições verbais que envolvam votos de pesar ou regozijo.

Parágrafo único. As proposições de que trata este artigo independentemente da aprovação do Plenário, mas serão deferidas, de plano, pela Presidência e registradas em ata.

Art. 94. A Ordem do Dia terá duração ilimitada e se encerrará por falta de matéria ou por decurso do prazo de duração da sessão.

§ 1º O Presidente ou qualquer Vereador poderá propor a prorrogação do tempo regimental de duração da sessão para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

§ 2º Qualquer proposta de prorrogação de prazo deverá ser aprovada pelo Plenário.

§ 3º Se ao ser requerida a prorrogação, houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para submeter a votos o requerimento.

## Seção IV

## Da Palavra Livre

Art. 95. Terminada a Ordem do Dia, será o tempo restante da sessão dividido pelo número de oradores inscritos e dada a palavra pela ordem de inscrição.

§ 1º A lista de inscrição estará à disposição dos Vereadores desde meia hora antes do início da sessão até o final do expediente.

§ 2º Será facultado a qualquer orador inscrito ceder parte ou todo o seu tempo ao colega que necessite de maior espaço para o seu pronunciamento.

§ 3º Os oradores inscritos para a Palavra Livre poderão abordar na



tribuna assuntos de sua livre escolha, observado o decoreto apropriado à Casa Legislativa, e não poderão ultrapassar o tempo que lhe for destinado.

§ 4º O orador inscrito que entender insuficiente o tempo que lhe for destinado poderá questionar junto aos colegas a cessão de parte ou todo o tempo de que dispõem.

§ 5º O Vereador inscrito que não se achar no recinto quando lhe for dada a palavra, perderá a vez de falar e só poderá fazê-lo na mesma sessão se houver ainda tempo disponível depois que todos os oradores inscritos tenham falado.

§ 6º Fica expressamente proibida a prorrogação da sessão a não ser para concluir a discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 96. Após haverem falado todos os oradores inscritos, se houver tempo disponível, será franqueada a palavra aos Vereadores que não estavam inscritos, pelo tempo restante da sessão.

## TÍTULO VI DOS DEBATES

### CAPÍTULO I DA ORDEM DOS DEBATES

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 97. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º O orador poderá falar da tribuna ou da bancada.

#### Seção II Do Uso da Palavra

Art. 98. O Vereador poderá falar:

I - por 05 (cinco) minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar Ata;
- b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para breves comunicações ao Plenário;

II - por 10 (dez) minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por 10 (dez) minutos, com apartes, para debater qualquer matéria em discussão;

IV - por 15 (quinze) minutos, com apartes:

- a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante a Palavra Livre, quando não for definido outro prazo, nos termos do caput do art. 95;

b) para discutir matéria de sua autoria;

c) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso IV ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 99. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 100. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

I - para comunicação importante e inadiável à Câmara;

II - para recepção de visitantes ilustres;

III - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;

IV - por ter transcorrido o tempo regimental;

V - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

#### Seção III Dos Apartes

Art. 101. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador.

§ 2º É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 102. Não é permitido aparte:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;

III - paralelo ou cruzado;

IV - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. O serviço de apoio do Poder Legislativo não registrará apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

#### Seção IV Da Ordem e das Questões de Ordem

Art. 103. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 104. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em "Questão de Ordem".

§ 1º É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

#### Seção V Do Recurso das Decisões do Presidente

Art. 105. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 106. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da decisão.

§ 1º Na hipótese do disposto no parágrafo único do art. 105, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até uma hora depois do encerramento da sessão não for apresentado por escrito.

§ 2º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação e Justiça.

§ 3º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a Comissão de Legislação e Justiça emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente incluídos na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º A decisão do Plenário é definitiva.

#### CAPÍTULO II DAS ATAS DA CÂMARA

Art. 107. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário, na sessão subsequente.

§ 1º A redação da ata de cada sessão deverá ser encaminhada aos Vereadores através de correio eletrônico em tempo hábil, mediante confirmação de recebimento, para que possa ser lida até o início da sessão subsequente, ficando a critério do Presidente a dispensa total ou parcial da sua leitura em Plenário.

§ 2º Depois de aprovada, a ata será assinada pelo 1º Secretário e pelos demais Vereadores presentes na sessão à qual a ata faz referência.

Art. 108. As proposições e documentos apresentados na sessão somente serão citados com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

Parágrafo único. Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Mesa Diretora da Câmara, salvo os casos previstos no Regimento.

Art. 109. A transcrição de declaração de voto, em termos concisos e regimentais, é de livre iniciativa do Vereador.

Art. 110. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias dos mesmos, a fim de que sejam transcritos na Ata; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

Parágrafo único. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

Art. 111. A ata da última sessão de cada legislatura será analisada e assinada apenas pela Mesa Diretora.

#### CAPÍTULO III DA PAUTA

Art. 112. Todas as matérias em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa Diretora.

§ 1º Salvo deliberação do Plenário em contrário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem haver figurado em pauta, para conhecimento e estudo dos Vereadores, pelo menos durante 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º As matérias em pauta serão anunciadas no fim da Ordem do Dia, além de publicadas na página eletrônica da Câmara.

§ 3º Desde que um projeto esteja na pauta somente a Mesa receberá as emendas que forem apresentadas.

§ 4º Se forem apresentadas emendas, deverá o projeto, sem prejuízo da pauta, baixar novamente às comissões.

§ 5º Se não forem apresentadas emendas será o mesmo incluído na Ordem do Dia.

§ 6º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recursos de sua decisão para o Plenário, retirar de pauta proposição que necessite parecer de outra comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência complementar.

§ 7º Toda proposição incluída em pauta entrará na Ordem do Dia, tanto quanto possível na mesma ordem cronológica em que ali estiver figurado.

#### TÍTULO VII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

##### CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 113. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução.

II - indicações;

III - pedidos de providências;

IV - requerimentos;

V - moções;

VI - pedidos de informações;

## VII - emendas.

Parágrafo único. Emenda é proposição acessória.

Art. 114. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste Regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º Havendo apoioamento, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º As proposições que fizerem referência a leis, contratos ou convênios, ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 115. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação e Justiça seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 116. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá, na mesma sessão legislativa, proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 117. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 118. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 119. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 120. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas e levadas a conhecimento de seus autores.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições de iniciativa do Vereador reeleito e da Comissão de

Participação Legislativa, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

## Seção I

## Dos Projetos

Art. 121. A Câmara exerce sua função legislativa por meio dos projetos de lei, de resolução e decreto legislativo.

Art. 122. Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência do Município, com a sanção do Prefeito Municipal.

Art. 123. Terão forma de decreto legislativo ou de resolução as deliberações da Câmara tomadas em Plenário e que independem de sanção do Prefeito. Neste caso, com a votação final considera-se encerrada a elaboração do ato legislativo que será promulgado pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III - concessão de títulos de cidadão honorário e qualquer outra honraria;

IV - representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome ou da sede do Município e Distrito;

V - mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na Legislação Federal;

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de interesse interno da Câmara, sobre a qual deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de interesse do Município;

III - criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

IV - conclusões de comissão de inquérito;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não compreenda nos limites dos simples atos administrativos.

Art. 124. Os projetos deverão ser assinados por seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º Cada projeto deverá conter simplesmente, a enunciação da vontade legislativa de acordo com a respectiva ementa.

§ 2º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito.

§ 3º Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que se possa adotar uma

e rejeitar outra.

§ 4º Sempre que o projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa o restituirá ao autor, para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 5º A Mesa não poderá aceitar projetos de lei, de resolução ou decreto legislativo, ou ainda substitutivo global, que não seja encimado por ementa sucinta e precisa.

§ 6º O projeto será despachado às comissões respectivas, por intermédio da Mesa Diretora, depois de numerado, registrado e lido em Plenário, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

Art. 125. A votação da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos na Lei Orgânica do Município.

Art. 126. As matérias constantes de projetos rejeitados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara.

Art. 127. Aprovado o projeto de lei será este enviado, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito que, acatando, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Rejeitado o veto, será o projeto enviado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Prefeito para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 55, da Lei Orgânica Municipal.

§ 7º A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo.

§ 8º A lei promulgada nos termos do § 7º produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 9º O prazo previsto no § 4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11. Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

§ 12. Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observando o prazo estipulado no § 7º.

## Seção II

### Das Indicações

Art. 128. Indicação é a proposição em que são sugeridas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que não caibam em projeto de lei, que demandem estudos e análises, por parte dos órgãos da Administração Municipal, devendo ser redigida com clareza e precisão.

Art. 129. Lida em súmula, na hora do expediente, será a indicação incluída na Ordem do Dia da mesma sessão, para discussão e votação em turno único.

## Seção III

### Dos Pedidos de Providência

Art. 130. Pedido de Providência é a proposição em que são solicitadas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que ensejem a realização de atividades próprias destes órgãos, devendo ser redigido com clareza e precisão.

Art. 131. Os Pedidos de Providência serão lidos em súmula e, durante a Ordem do Dia, submetidos à discussão e votação em turno único pelo Plenário.

## Seção IV

### Dos Requerimentos

Art. 132. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão do Presidente;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são:

I - verbais;

II - escritos.

### Subseção I

#### Dos Requerimentos Sujeitos à Decisão do Presidente

Art. 133. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - retificação de ata;

III - verificação de "quórum";

IV - verificação de votação pelo processo simbólico;

V - a posse de Vereador, nos termos do § 1º do art. 4º deste Regimento Interno;

VI - "Pela Ordem", à observância de disposição regimental;

VII - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

VIII - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

X - a anexação de proposições semelhantes;

XI - desarquivamento de proposição;

XII - a suspensão da sessão.

Art. 134. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação, inclusive emendas;

II - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;

III - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

IV - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à sessão;

VI - audiência de comissões sobre matéria em discussão, quando formulado por qualquer Vereador.

Art. 135. Será despachado pelo Presidente, que o fará publicar, com seu despacho, o requerimento escrito de iniciativa de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, que solicite a criação de Comissão de Inquérito.

#### Subseção II

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 136. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - a prorrogação da sessão;

II - a inversão da Ordem do Dia;

III - o adiamento da discussão ou votação;

IV - inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

V - a votação da proposição por título, capítulos ou seções;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento;

VIII - o encerramento da sessão nas hipóteses previstas neste Regimento;

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;

X - o encerramento da discussão nos termos do art. 151.

Art. 137. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - a constituição de Comissão de Representação;

II - a inserção, nas atas, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da Comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;

III - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável, para arquivamento;

IV - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação.

Art. 138. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária, solene ou fora da sede do Legislativo;

II - a constituição de comissão especial;

III - o voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - licença do Prefeito;

VII - licença do cargo de Presidente da Câmara por mais de 10 (dez) dias;

VIII - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação e Justiça;

IX - convocação de titulares da Administração Municipal;

X - encaminhamento de sugestão ao Executivo.

#### Seção V

Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

Art. 140. As moções deverão ser redigidas com clareza e precisão, concluindo, necessariamente, pelo texto que será objeto de apreciação do Plenário.

#### Seção VI

Dos Pedidos de Informação

Art. 141. O Vereador poderá encaminhar pedido de informação sobre atos do Poder Executivo, bem como das autarquias e fundações municipais, cuja fiscalização interessa ao Legislativo, no exercício de suas atribuições legais.

§ 1º Não cabem, em pedido de informações, quesitos que importem em sugestão ou conselho à autoridade consultada.

§ 2º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas tiverem chegado, espontaneamente prestados, os esclarecimentos pretendidos, deixará de ser encaminhado o pedido de informação.

§ 3º O recebimento da resposta do pedido de informação será referido no expediente, encaminhando-se cópia ao Vereador requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar o pedido de informação que contenha expressões pouco corteses, assim como deixará de receber resposta que esteja vazada em termos que possam ferir a dignidade da Câmara, dando-se ciência de tal fato ao interessado.



§ 5º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.

Art. 142. Lido na hora do expediente, o pedido de informação será incluído na Ordem do Dia na mesma sessão para discussão e votação única.

#### Seção VII Das Emendas

Art. 143. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

§ 1º As emendas serão discutidas e votadas em turno único, tornando-se, se aprovadas, parte integrante do projeto.

§ 2º Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 144. As emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º No primeiro turno de discussão e votação, cabem emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por 1/3 (um terço), ou mais, dos Vereadores.

§ 3º As emendas só poderão ser apresentadas antes de encerrada a discussão.

### TÍTULO VIII DAS DELIBERAÇÕES

#### CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 145. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Todas as proposições que dependem de aprovação do Plenário ficam sujeitas à discussão prévia, atendidas as normas deste Regimento.

Art. 146. As deliberações da Câmara Municipal referentes a Indicações, Pedidos de Providências, Requerimentos, Moções, Pedidos de Informação, Decretos Legislativos e Resoluções dar-se-ão em turno único de discussão e votação, sendo tomadas por maioria simples.

Art. 147. As deliberações da Câmara Municipal referentes aos Projetos de Lei, dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo tomadas segundo o "quórum" previsto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as emendas, que serão discutidas e votadas em turno único, tornando-se, se aprovadas,

parte integrante do Projeto de Lei.

§ 2º Se a aprovação de projetos de lei exigir "quórum" qualificado este deverá ser observado em todas as votações.

Art. 148. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição, acrescida das emendas, se houver.

§ 1º Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça por títulos, capítulos ou seções.

§ 2º Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, qualquer Vereador poderá requerer o adiamento da votação para posterior pedido de vistas ou a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, voltando a proposição à discussão na sessão seguinte ao prazo.

Art. 149. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, não podendo ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência.

§ 3º O pedido de vistas pode ser feito por mais de um Vereador, no entanto seu prazo corre de maneira comum a todos os interessados.

§ 4º Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 150. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão, será apreciada na sessão seguinte.

Art. 151. O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso do prazo regimental.

#### CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 152. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão.

§ 2º A declaração do Presidente, de que a matéria está em votação, constitui o termo inicial dela.

§ 3º O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;

#### IV - na apreciação do veto.

§ 4º Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 5º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no § 4º.

§ 6º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quórum".

§ 7º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria.

Art. 153. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal, ou, antes dela quando a parte destacada for de substitutivo geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

#### Seção I

##### Do Adiamento da Votação

Art. 154. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, não podendo ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência.

§ 3º O pedido de vistas pode ser feito por mais de um Vereador, no entanto seu prazo corre de maneira comum a todos os interessados.

§ 4º Não se admitirá adiamento de votação para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

#### Seção II

##### Dos Processos de Votação

Art. 155. São dois os processos de votação: simbólico e nominal.

Art. 156. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no § 1º, deste artigo.

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 157. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "Sim" e estes pela expressão "Não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º A votação nominal dar-se-á através de chamada em ordem alfabética de cada Vereador.

§ 2º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 4º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 5º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente, constará na ata da sessão.

§ 6º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 7º O requerimento verbal não admite votação nominal.

#### Seção III

##### Da Declaração de Voto

Art. 158. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 159. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

#### CAPÍTULO III

##### DA REDAÇÃO FINAL

Art. 160. O projeto, incorporado das emendas, se houver, aprovado em segundo turno, terá redação final, elaborada pela Mesa, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o vencido, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - publicação na página eletrônica da Câmara.

Art. 161. Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10 (dez) dias para expedir o autógrafo ao Prefeito.

#### CAPÍTULO IV

##### DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

#### Seção I

##### Da Preferência

Art. 162. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 163. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos arts. 166 a 169 terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 164. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 165. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação terão preferência pela ordem de apresentação.

## Seção II Do Regime de Urgência

Art. 166. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência, o qual poderá ser feito em todas as fases da tramitação do projeto em que for cabível.

Art. 167. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso I, com ou sem parecer.

Art. 168. Será facultada a palavra até 05 (cinco) minutos, no máximo, na discussão de requerimento de urgência.

Art. 169. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, contados a partir da data do recebimento e protocolo do pedido de urgência.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no § 1º, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições para que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

## CAPÍTULO V DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

Art. 170. A retirada de qualquer proposição poderá, em todas as fases, ser pedida pelo seu autor, ao Presidente da Câmara, que deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário. Se, porém, a proposição estiver na Ordem do Dia, com parecer favorável, somente ao Plenário cumpre deliberar.

Parágrafo único. As proposições de comissão só poderão ser retiradas a requerimento do Relator ou do Presidente da comissão, falando em nome desta.

## TÍTULO IX DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

### CAPÍTULO I DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO

Art. 171. A Câmara aguardará as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão ser apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - Plano Plurianual - até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa em 15 de dezembro;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - até o dia 15 de maio e devolvido para sanção até o dia 30 de julho de cada exercício;

III - Lei Orçamentária Anual - até o dia 31 de agosto e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa em 15 de dezembro.

§ 1º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos pelo caput deste artigo sem que se tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação das matérias sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 2º Sob coordenação da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, realizar-se-ão as Audiências Públicas de que tratam a Lei Complementar de Finanças Públicas, Estatuto da Cidade, Legislação Ambiental e Lei de Licitações, com ampla participação das entidades civis, reduzindo-se a termo o resultado das audiências, para elaboração, pela própria Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, de emenda popular.

§ 3º Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 4º No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 5º O parecer emitido será publicado em 02 (dois) dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído na Ordem do Dia.

§ 6º Aprovadas as emendas, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município a elaboração da redação para votação.

Art. 172. Aplicam-se aos projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto nesta seção, as regras deste Regimento

Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 173. Recebida a proposta do Orçamento, será remetida, independente de leitura, à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que dará parecer preliminar.

Art. 174. Depois de publicado e lido em Plenário, voltará à Comissão, para recebimento de emendas, durante 10 (dez) dias.

§ 1º Não serão admitidas emendas das quais decorram aumento global de despesas ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2º Não se admitirão, ainda, emendas ao projeto de lei do orçamento que visem à:

I - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando, nesse ponto, a inexatidão da proposta;

II - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III - conceder dotação superior aos quantitativos fixados para concessão de auxílio ou subvenções.

§ 3º Somente na Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município poderão ser apresentadas emendas aos projetos de leis periódicas.

§ 4º Será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas apresentadas, salvo se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara requerer a seu Presidente a votação em Plenário sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão.

Art. 175. É vedado à Câmara rejeitar, em sua totalidade, o projeto de lei do orçamento.

Art. 176. Decorrido os prazos do art. 171, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, em 05 (cinco) dias, devolverá o projeto à Mesa, com parecer definitivo sobre o projeto e as emendas.

Art. 177. O parecer e projeto serão incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão única.

## CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 178. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Caçador e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ 1º Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º Fica assegurado o exame e apreciação das contas do Município, durante todo o exercício, na Câmara Municipal, por qualquer cidadão, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade na forma da lei.

Art. 179. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal

remeterão ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina os respectivos balanços do exercício anterior até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

§ 2º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 3º À Câmara Municipal é vedado julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido parecer definitivo do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 180. Logo que chegue à Câmara o Parecer do Tribunal de Contas, a Mesa providenciará a remessa de todo o processo de Prestação de Contas, acompanhado dos documentos, Balanços e Parecer à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, independente da leitura no Expediente em sessão da Câmara.

Art. 181. Recebido o processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar parecer.

§ 1º O parecer da Comissão concluirá sempre por projeto de decreto legislativo.

§ 2º Findo o prazo previsto neste artigo, o processo será enviado à Mesa Diretora.

Art. 182. Rejeitadas as Contas, serão remetidas ao Ministério Público para as devidas providências, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 183. Aprovadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do decreto legislativo, que assim as julgar.

Art. 184. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobressaindo-se às demais para a votação.

Art. 185. Se o parecer for contrário à aprovação deverá a Câmara, antes do julgamento, abrir vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar convenientes, suspendendo-se o prazo previsto no art. 184.

Art. 186. Se o Prefeito não enviar à Câmara, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, o balanço anual, será constituída Comissão Especial para tomar as contas e, conforme o resultado, providenciará quanto a punição dos responsáveis.

Art. 187. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

Parágrafo único. Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

## CAPÍTULO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 188. A realização das audiências públicas de que trata o art. 46, inciso I, obedecerá ao seguinte:



I - cada comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidades da sociedade civil e com qualquer cidadão para instruir a matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas;

II - a audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pela comissão, que comunicará aos interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

III - aprovada a reunião de audiência pública, a comissão selecionará para serem ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes:

a) na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá da forma que possibilite a audiência das correntes de opinião;

b) o convidado deverá limitar-se ao tema em questão e disporá, para tanto, do prazo estipulado pela comissão para efetuar suas considerações;

c) caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da comissão poderá adverti-lo, cassar a palavra ou determinar a sua retirada do recinto;

d) a parte convidada poderá valer-se de assessoria técnica, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da comissão;

e) os Vereadores inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição;

IV - da reunião da audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que o acompanharem;

V - nas audiências públicas previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, poderá adaptar as normas definidas nesta seção, a fim de disponibilizar maior tempo ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

§ 1º Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

§ 2º Os tempos disponibilizados para exposições, réplicas e tréplias, serão definidos pela comissão.

#### CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO DO PREFEITO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 189. O julgamento do Prefeito por infração político-administrativa definida em lei complementar à Lei Orgânica seguirá o procedimento regulado neste capítulo.

Art. 190. A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

Art. 191. De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, respeitado sempre que possível, a proporcionalidade entre as bancadas, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

Art. 192. Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, através de seu procurador, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para inquirição das testemunhas e o depoimento do denunciado.

Art. 193. O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, e ao seu procurador formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 194. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral.

Art. 195. Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

Art. 196. O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

#### CAPÍTULO V DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 197. O Regimento Interno será modificado mediante projeto de resolução, cuja análise, discussão e votação seguirá o mesmo rito previsto para as demais proposições, descrito neste regimento, no que couber.



## CAPÍTULO VI DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 198. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 199. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, ficando sujeita a aprovação posterior do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.

## CAPÍTULO VII DA FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 200. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, até 06 (seis) meses antes do fim do último ano de mandato, apresentará o projeto de lei que fixe a remuneração dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Auxiliares Diretos do Município, para o período seguinte, observado o que dispõe a Constituição Federal, Estadual e os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 201. Se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, não houver tomado, nos respectivos prazos, as providências do art. 200, a Mesa incluirá na Ordem do Dia da primeira sessão que se seguir, em forma de proposição legislativa, as disposições em vigor sobre a matéria.

Parágrafo único. As emendas a esses projetos serão enviadas à referida comissão que deverá emitir parecer, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.

## CAPÍTULO VIII DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 202. A concessão de títulos e honrarias observará o disposto em norma específica. Relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado, apresentando-se e discutindo-se preambularmente na esfera interna da Câmara;

II - será público o processo de votação na deliberação sobre concessão de títulos e honrarias;

III - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

IV - a aprovação da propositura depende do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 203. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º A saudação da Câmara aos homenageados será feita preferencialmente pelo autor da proposição, e no caso deste abdicar deste direito, a designação será feita pelo Presidente.

§ 3º Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título será entregue a seu representante.

§ 4º O título de cidadão honorário ou benemérito será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou seu representante, durante a Sessão Solene.

Art. 204. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das atas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

## TÍTULO X DO USO DA TRIBUNA

Art. 205. Nas sessões ordinárias, será destinado logo após o encerramento da Ordem do Dia e eventual Palavra Livre, o tempo de 15 (quinze) minutos destinados ao Uso da Tribuna.

Art. 206. No espaço destinado ao Uso da Tribuna, poderá fazer uso da palavra, somente uma pessoa por Sessão, solicitada à Mesa com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 207. No espaço destinado ao Uso da Tribuna não se admitirá a palavra:

I - de representantes de partidos políticos;

II - de candidatos a cargo eletivo;

III - de integrante de chapas aprovadas em convenção partidária.

## TÍTULO XI DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA MUNICIPALIDADE E TITULARES DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 208. Os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo poderão ser convocados pela Câmara a requerimento de Vereador ou Comissão.

§ 1º O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário, nos termos do art. 138, inciso IX, deste Regimento.

§ 2º Resolvida a convocação, o Presidente da Câmara entender-se-á com o convocado, mediante ofício, em prazo não superior a 10 (dez) dias, salvo deliberação do Plenário, solicitando-lhe fixar dia e hora para o seu comparecimento.

§ 3º Após o agendamento, o presidente comunicará ao Plenário a data e hora agendada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 209. Quando o Prefeito, os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo desejarem comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões para prestarem espontaneamente esclarecimentos sobre matéria legislativa em andamento, a Mesa designará, para esse fim, o dia e hora.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo, no que couber, o disposto no § 3º do art. 208.

Art. 210. Na sessão a que comparecerem farão, inicialmente, uma exposição do objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir as interpelações dos Vereadores.

Parágrafo único. Durante a sua exposição ou ao responder as interpelações, bem como o Vereador ao anunciar as suas perguntas não poderão desviar-se do objeto da convocação, nem responder apartes.

Art. 211. O convocado ou aquele que comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões ficará, em tais casos, sujeito às normas deste Regimento.

## TÍTULO XII

### DA ORDEM INTERNA DA CÂMARA

Art. 212. Os atos relativos aos servidores da Câmara Municipal de Caçador terão a forma de Portaria.

Art. 213. As despesas realizadas por conta da dotação orçamentária e de créditos especiais estão sujeitas a prestação de contas perante a Câmara, depois de examinadas pelo Tribunal de Contas.

## TÍTULO XIII

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

#### CAPÍTULO I

##### DO COMPROMISSO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 214. Compromissados os Vereadores e instalada a Legislatura, nos termos do art. 4º, prestará e tomará posse do cargo o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito.

Art. 215. Para o ato solene de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, serão observadas as seguintes prescrições:

I - o Presidente receberá e conferirá seus diplomas;

II - verificada sua autenticidade, convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito, como também os Vereadores e os demais presentes a ficarem de pé.

Art. 216. Inicialmente o Prefeito proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura do termo competente: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. OBSERVAR AS LEIS E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO".

Parágrafo único. O compromisso do Prefeito será seguido pelo do Vice-Prefeito, que atenderá às mesmas prescrições, assinando, também, o termo competente.

Art. 217. O Presidente, após terem prestado compromisso o Prefeito e o Vice-Prefeito, declarará-os-á empossados nos respectivos cargos e os convidará a assinar os respectivos termos de compromisso, lavrado em livro próprio cuja leitura prévia determinará.

Art. 218. Decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, estes não tiverem assumido o cargo, será declarado extinto o mandato pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, sucessivamente o Presidente da Câmara Municipal, na ordem da votação.

Art. 219. No ato da posse, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se, se ainda não o tiverem feito, e apresentar à Mesa declaração de bens, direitos e obrigações do seu patrimônio, tais como os existentes no dia em que iniciam o exercício do mandato, para que a Câmara os faça publicar, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo na mesma forma ao terminá-lo.

Art. 220. Concluído o ato de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, poderá o Presidente facultar a palavra a oradores na seguinte ordem:

I - Vereadores;

II - presentes e convidados;

III - Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 221. Após a fala do último orador, será a sessão suspensa por 30 (trinta) minutos e terá prosseguimento com a eleição da Mesa, como prescreve o Capítulo IV do Título II deste Regimento.

Art. 222. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 223. Fica revogada a Resolução nº 098, de 05 de outubro de 2011.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2016.  
Valmor de Paula,  
Presidente.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

### PORTARIA N.º 978 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA n.º 978 de 01 de dezembro de 2016.

Concede férias à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

A DIRETORA PRESIDENTE E A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, ocupante do cargo de Advogada do IPASC, referentes ao período aquisitivo de 25/03/2015 a 24/03/2016, a serem gozadas a contar do dia 02/01/2017 até 21/01/2017.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 01 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

#### **PORTARIA Nº 979, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 979, de 16 de dezembro de 2016.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do Servidor Público Municipal CLÁUDIO GRANJA, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental II, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.070 dias (três mil e setenta) dias, ou 08 (oito) anos e 05 (cinco) meses, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00058/16-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, datada de 14/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 16 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

#### **PORTARIA Nº 982, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 982, de 09 de dezembro de 2016.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, da Servidora Pública Municipal MARLI TEREZINHA BORTOLI WOJECCHOWSKI, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 1.727 dias (mil setecentos e vinte e sete) dias, ou 04 (quatro) anos, 08 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00054/16-1, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, datada de 29/11/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais

de Caçador, em 09 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

#### **PORTARIA Nº 983, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 983, de 12 de dezembro de 2016.

Aposenta a Servidora Pública Municipal TEREZILDA SCOLARO

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais a redação do art. 24, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º, e §2º do art. 37, do mesmo diploma legal,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade a Servidora Pública Municipal TEREZILDA SCOLARO, Matrícula nº 3386 na atividade, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais, Referência 01, nível 05, com carga horária de 44 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15 de novembro de 2016, passando à Matrícula nº 3427, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos proporcionais, correspondentes a 47,49% do resultado da média apurada dos salários de contribuição, no valor de R\$ 1.185,64 (um mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), na modalidade sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$ 563,06 (quinhentos e sessenta e três reais e seis centavos), acrescidos da complementação de R\$ 409,58 (quatrocentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) para atingir o piso municipal de R\$ 972,64 (novecentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), a contar de 15 de novembro de 2016

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

#### **PORTARIA Nº 984, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 984, de 12 de dezembro de 2016.

Aposenta a Servidora Pública Municipal ANTONIA SAU MACIEL

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC no uso das atribuições que lhe são conferidas

pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais a redação do art. 24, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º, e §2º do art. 37, do mesmo diploma legal,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade a Servidora Pública Municipal ANTONIA SAU MACIEL, Matrícula nº 6949 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente Escolar, Referência/nível 15/D, com carga horária de 44 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de dezembro de 2016, passando à Matrícula nº 3426, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos proporcionais, correspondentes a 34,44% do resultado da média apurada dos salários de contribuição, no valor de R\$ 1.155,36 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos), na modalidade sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$ 397,90 (trezentos e noventa e sete reais e noventa centavos), acrescidos da complementação de R\$ 574,74 (quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) para atingir o piso municipal de R\$ 972,64 (novecentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), a contar de 1º de dezembro de 2016

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

**PORTARIA Nº 985, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA nº 985, de 12 de dezembro de 2016.

Concede Pensão por Morte a MARIA DE LOURDES MACHADO.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o, §7º e § 8º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder pensão por morte a MARIA DE LOURDES MACHADO, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo PEDRO MACHADO, falecido em 24/11/2016, na espécie sem paridade, correspondendo a 100% do valor original do último provento de aposentadoria do servidor, no montante de R\$ 2.706,09 (Dois mil setecentos e seis reais e nove centavos), a serem pagos pelo IPASC a contar de 25 de novembro de 2016.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de

Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli – DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan – DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**PORTARIA Nº 986, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA nº 986, de 12 de dezembro de 2016.

Aposenta a Servidora Pública Municipal MARIA FÁTIMA RUPPEL

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais a redação do art. 24, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º, e §2º do art. 37, do mesmo diploma legal,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade a Servidora Pública Municipal MARIA FÁTIMA RUPPEL, Matrícula nº 1275 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente, Referência/nível 2.5/A, com carga horária de 44 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de dezembro de 2016, passando à Matrícula nº 3425, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos proporcionais, correspondentes a 33,33% da última remuneração de contribuição, no valor de R\$ 1.354,19 (um mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos), na modalidade sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$ 451,34 (quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos), acrescidos da complementação de R\$ 521,30 (quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos) para atingir o piso municipal de R\$ 972,64 (novecentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), a contar de 1º de dezembro de 2016

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador-IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.



# Camboriú

## PREFEITURA

### EDITAL INTIMAÇÃO PARA DEFESA - CPAD N.º 009/2015 - EMPRESA ALEJANDRO EFRAIN MARKER-ME

EDITAL INTIMAÇÃO PARA DEFESA - CPAD N.º 009/2015

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, do Município de Camboriú/SC, designado pela Portaria 970/2015, emitida pela Sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias - Prefeita Municipal, FAZ SABER, empresa ALEJANDRO EFRAIN MARKER-ME, inscrita no CNPJ n.º 16.972.877/0001-84, que deverá apresentar sua DEFESA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 009/2015, a qual deverá ser protocolada na Procuradoria-Geral do Município de Camboriú, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, na Rua Getúlio Vargas, n. 77, centro, Camboriú/SC, a fim de se defender dos fatos que lhe são imputados no Memorando n. 016/2015 da Fundação Cultural de Camboriú, de fls. 04 do referido processo, podendo indicar testemunhas, requerer provas e o que mais julgar necessário à sua ampla defesa. Para que não seja alegada ignorância é expedido o presente Edital que vai publicado por 03 (três) dias consecutivos na imprensa Oficial.

Camboriú/SC, 10 de novembro de 2016.

EMERSON HAENDCHEN VIDAL

Presidente CPAD

### TERMO DE ERRATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO 008/2016 - CONCURSO PUBLICO 025/2013

TERMO DE ERRATA 001/2016\_\_

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital do Edital de Chamamento nº 008/216 do Concurso Publico n 025/2013. PUBLICADO EM 16/12/2016 no site da Prefeitura Municipal de Camboriú e no Site DOM/SC, erro de digitação:

No cargo de ADMINTRADOR ESCOLAR, passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

11-CLASSIFICADO	ANA PAULA MERENCIANO
-----------------	----------------------

-Leia-se:

12 - CLASSIFICADO	MARCELO AZEVEDO DE SOUZA
-------------------	--------------------------

No cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

69. CLASSIFICAÇÃO	ROSELI APARECIDA FERREIRA
70. CLASSIFICAÇÃO	GABRIELA PEREIRA
71. CLASSIFICAÇÃO	MARILU CORREA
72. CLASSIFICAÇÃO	MIRIAM RUSCHEL FRIEDRICH
73. CLASSIFICAÇÃO	NEIDE REGINA CESARIO MAFRA
74. CLASSIFICAÇÃO	SUELLEN CORDEIRO FRANCELINO
75. CLASSIFICAÇÃO	NILZE MACIEL
76. CLASSIFICAÇÃO	SIMONE EGER
77. CLASSIFICAÇÃO	JOSIANE DO PATROCINIO SOARES VARELA

78. CLASSIFICAÇÃO	MONICA DOS SANTOS SOUZA
79. CLASSIFICAÇÃO	SIMARA VIRGINIA FONSECA
80. CLASSIFICAÇÃO	TAIANA TEREZA ALTINI
81. CLASSIFICAÇÃO	ALINE DA CONCEICAO
82. CLASSIFICAÇÃO	MARILUCIA FORTE
83. CLASSIFICAÇÃO	MARIA APARECIDA REIS
84. CLASSIFICAÇÃO	LINDOMEIRE FERREIRA DE ARAUJO
85. CLASSIFICAÇÃO	ELISANDRA MARCOLLA DE SOUZA
86. CLASSIFICAÇÃO	DESIREE LEANDRO THEMOTEO
87. CLASSIFICAÇÃO	GLORIA APARECIDA CORREA RODRIGUES HONORIO
88. CLASSIFICAÇÃO	VANIA DE AGUIAR DELFINO ROCHA

-Leia-se:

140. CLASSIFICAÇÃO	DENISE LOPES DUARTE
141. CLASSIFICAÇÃO	INACIA FERREIRA DO AMARAL
142. CLASSIFICAÇÃO	TATIANA MANICA
143. CLASSIFICAÇÃO	ANA CAROLINA PEREIRA DA SILVA
144. CLASSIFICAÇÃO	EVA LUCIA PRESTES CORDEIRO
145. CLASSIFICAÇÃO	GILVANA APARECIDA MORAES MARTINS
146. CLASSIFICAÇÃO	DANIELE MARIANO DE PAULA NASCIMENTO
147. CLASSIFICAÇÃO	SUELLEN FRANCO GRANDI DE LIZ
148. CLASSIFICAÇÃO	CLARA DANIELE LEITE CASTRO
149. CLASSIFICAÇÃO	ANDREIA CRUZ
150. CLASSIFICAÇÃO	GRAZIELA VALESKA DA SILVA PIRES
151. CLASSIFICAÇÃO	PATRICIA MACANEIRO
152. CLASSIFICAÇÃO	CARLA COSTA GONCALVES
153. CLASSIFICAÇÃO	FERNANDA MONTEIRO DA ROCHA
154. CLASSIFICAÇÃO	BEATRYCE DOS SANTOS RUSSI
155. CLASSIFICAÇÃO	SOLANGE SANTOS RODRIGUES
156. CLASSIFICAÇÃO	CRISTIANE RODRIGUES DE SOUZA
157. CLASSIFICAÇÃO	EDNA PACHECO DE MATOS
158. CLASSIFICAÇÃO	ALINE SCHMIDTKE MAKOSKI
159. CLASSIFICAÇÃO	NUBIA MAIARA GARCIA RAO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 16 de DEZEMBRO de 2016

MÁRCIO DA ROSA

Secretário Municipal de Administração



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 04/2016 IPRECAL

ADITIVO CONTRATUAL Nº 4/2016

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, através do Contrato n.º 6/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Pregão - Prefeitura);

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 6/2014 até 31/12/2017.

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2014 até 31 de dezembro de 2016.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

IPRECAL BETHA SISTEMAS LTDA

Jefferson Jean Duvoisin      Ernesto Muniz de Souza Jr  
Diretor Executivo              Contratada  
Contratante

### ADITIVO CONTRATUAL 05/2016 FMAS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 5/2016

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, através do Contrato n.º 6/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Pregão - Prefeitura);

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 6/2014 até 31/12/2017.

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 6/2014 até 31 de dezembro de 2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal  
de Assistência Social  
CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR  
Betha Sistemas Ltda  
CONTRATADA

**ADITIVO CONTRATUAL 142/2016**

TERMO ADITIVO Nº 142/2016 AO CONTRATO N.º 23/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-33, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 23/2015, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO 2017** - O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com vigência de 01/01/2017 a 31/12/2017, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira do Contrato original e no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS QUANTIDADES** – Estimam-se para o ano letivo de 2017 as mesmas quantidades inicialmente contratadas, totalizando 302 alunos.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL** – O valor global do presente contrato, atualizado para o ano letivo de 2017, fica estimado em R\$ 50.424,60 (Cinquenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

Objeto	Quant.	Valor unit.	Valor total
Material do Aluno	302	R\$ 164,02	R\$ 49.534,04
Material do Professor	16	R\$ 55,66	R\$ 890,56
		Valor global	R\$ 50.424,60

**CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE FUTURO** - Conforme ajuste entre as partes, os valores unitários contratados serão reajustados em 2% (dois por cento), a partir de 19/01/2017, respeitando-se a data base contratual, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO** - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Campo Alegre, 11 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE CONTRATANTE Lucilaine Mókfa Schwarz	EDITORA POSITIVO LTDA. CONTRATADA Emerson Walter dos Santos
---	---

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Irineu Woitskovski Júnior CPF: 071.933.509-43
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 143/2016**

TERMO ADITIVO Nº 143/2016 AO CONTRATO N.º 027/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-33, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 027/2015, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO 2017** - O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com vigência de 01/01/2017 a 31/12/2017, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira do Contrato original e no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS QUANTIDADES** – Estimam-se para o ano letivo de 2017 as quantidades inicialmente contratadas, suprimidas em 7,5576%, totalizando 1.496 alunos.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL** – O valor global do presente contrato, atualizado para o ano letivo de 2017, fica estimado em R\$ 480.128,72 (Quatrocentos e oitenta mil, cento e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR BIM. POR ALUNO	VALOR DA COLEÇÃO 2017 POR ALUNO	VALOR TOTAL
1	160	KIT	KIT ALUNO - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, a disciplina de Arte e a disciplina de Língua Inglesa, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	R\$ 79,16	R\$ 316,64	R\$ 50.662,40
2	6	KIT	KIT PROFESSOR - 1º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 300,48
3	160	KIT	KIT ALUNO - 2º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	R\$ 79,16	R\$ 316,64	R\$ 50.662,40

4	6	KIT	KIT PROFESSOR - 2º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 300,48
5	177	KIT	KIT ALUNO - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município.	R\$ 79,16	R\$ 316,64	R\$ 56.045,28
6	6	KIT	KIT PROFESSOR - 3º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 300,48
7	195	KIT	KIT ALUNO – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 79,16	R\$ 316,64	R\$ 61.744,80
8	6	KIT	KIT PROFESSOR – 4ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 300,48

9	178	KIT	KIT ALUNO – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 79,16	R\$ 316,64	R\$ 56.361,92
10	6	KIT	KIT PROFESSOR – 5ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; Livros Regionalizados de História e Geografia para o 5º do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 300,48
11	155	KIT	KIT ALUNO – 6ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 80,33	R\$ 321,32	R\$ 49.804,60
12	10	KIT	KIT PROFESSOR - 6º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 500,80
13	156	KIT	KIT ALUNO – 7ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 80,33	R\$ 321,32	R\$ 50.125,92



14	10	KIT	KIT PROFESSOR - 7º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 500,80
15	180	KIT	KIT ALUNO – 8ºANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.	R\$ 80,33	R\$ 321,32	R\$ 57.837,60
16	10	KIT	KIT PROFESSOR - 8º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Varal de Alfabeto e Números; Calendário de parede; Cartazes – Poema e Direitos da Água; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa; Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte; Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 500,80
17	135	KIT	KIT ALUNO - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências (para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	R\$ 80,33	R\$ 321,32	R\$ 43.378,20
18	10	KIT	KIT PROFESSOR - 9º ANO: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências (para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município; organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.	R\$ 12,52	R\$ 50,08	R\$ 500,80

					Valor Global	R\$ 480.128,72
--	--	--	--	--	--------------	----------------

**CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE FUTURO** – Conforme ajuste entre as partes, os valores unitários contratados serão reajustados em 2% (dois por cento), a partir de 30/01/2017, respeitando-se a data base contratual, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	10	Ensino Fundamental
Projeto	2.105	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.108	Manter e Coordenar as Atividades Específicas do Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO** - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Campo Alegre, 11 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	EDITORA POSITIVO LTDA.
CONTRATANTE Lucilaine Mokfa Schwarz	CONTRATADA Emerson Walter dos Santos

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

### ADITIVO CONTRATUAL 144/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 144/2016

#### TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 063PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 85/2016 (originado do Processo Licitatório nº 51/2016, modalidade Tomada de Preços);

CONSIDERANDO a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 85/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 85/2016.

**Cláusula Primeira - Da Vigência**

O prazo de Execução e vigência do Contrato nº 85/2016 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, até o dia 19 de janeiro de 2017, contando a partir de 21 de novembro de 2016.

**Cláusula Segunda - Das Disposições Finais**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 85/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 17 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	IVO INGO BRAND Bracor Corretora de Seguros LTDA Contratada
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 145/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 145/2016

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 064PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 87/2016 (originado do Processo Licitatório nº 52/2016, modalidade Tomada de Preços);

CONSIDERANDO a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 87/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 87/2016.

**Cláusula Primeira - Da Vigência**

O prazo de vigência do Contrato nº 87/2016 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, até o dia 19 de janeiro de 2017, contando a partir de 21 de novembro de 2016.

**Cláusula Segunda - Das Disposições Finais**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 87/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 17 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	IVO INGO BRAND Bracor Corretora de Seguros LTDA Contratada
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 148/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 148/2016

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o OFÍCIO Nº070.PL/2016 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 68/2016 (originado do Processo Licitatório nº 41/2016, modalidade Convite);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 68/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 68/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência e execução do Contrato nº 68/2016 fica prorrogado por 30 (trinta) dias, sendo o prazo para execução até o dia 25 de dezembro de 2016, contado a partir de 25 de novembro de 2016 e o prazo de vigência até o dia 25 de janeiro de 2017, contado a partir de 26 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 68/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 25 de novembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI LN Construções Ltda. CONTRATADA		
---	--	--	--

**ADITIVO CONTRATUAL 152/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 152/2016

Em decorrência da prorrogação do Contrato nº. 67/2013:

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Conforme previsão no item 2.1.11 do Edital 72/2013, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 67/2013 até 26 de julho de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 67/2013, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	RAFAEL BUSARELLO Color-Black Reciclagem de Cartucho de Tinta e Toner Ltda Me CONTRATADA
---	---

**ADITIVO CONTRATUAL 153/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 153/2016

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 46/2014 até 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 46/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.  
Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr. CONTRATADA CONTRATADA

### **ADITIVO CONTRATUAL 154/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 154/2016

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 69/2013 e a previsão de prorrogação;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 69/2013 (referente Processo de Licitação nº Pregão 86/2013.);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 69/2013, conforme segue:

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 69/2013 até 09 de setembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 69/2013, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração  
Contratante

André Rosenstein Silva  
Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda  
Contratada

### **ADITIVO CONTRATUAL 156/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 156/2015

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 13/2015 até 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.



As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 13/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Daniela Ramos Silva  
CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Ernesto Muniz de Souza Jr.  
CONTRATADA

### **ADITIVO CONTRATUAL 157/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 157/2016

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ sob nº. 1296490/0001-48, as partes acordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 120/2015 até 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 120/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

HOYLSO N TREVISOL  
Quark Engenharia Ltda Me

### **ADITIVO CONTRATUAL 158/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 158/2016

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO QUARK ENGENHARIA LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ sob nº. 1296490/0001-48, as partes acordam o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 22/2016 até 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 22/2016, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

HOYLSO N TREVISOL  
Quark Engenharia Ltda Me

**ADITIVO CONTRATUAL 159/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 159/2016

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE TELEFONIA MOVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO TELEFÔNICA BRASIL S/A

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 85/2015 até 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 85/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 01 dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	CLEBER PINHEIRO LIMA TELEFÔNICA BRASIL S/A
	MARCELO ATAIDE DE OLIVEIRA

TELEFÔNICA BRASIL S/A

**ADITIVO CONTRATUAL 162/2016**

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912319854 QUE ENTRE SI FAZEM MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

**CONTRATANTE:**

Razão Social: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE		
CNPJ: 83.102.749/0001-77	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Prefeitura Municipal	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública em Geral	
Endereço: Rua Cel. Bueno Franco, 292 - Centro		
Cidade: Campo Alegre	UF: SC	CEP: 89294-000
Telefone: 47-3632 2266	FAX	
Endereço Eletrônico: licitacao@campoalegre.sc.gov.br		
Nome do Responsável: Lucilaine Mokfa Schwarz		
Cargo: Secretária Municipal de Administração	RG: 2.925.070-6	CPF: 004.022.349-36

**CONTRATADA:**

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.	
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23

Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Edio Augusto da Silva		
RG: 1.815.696-7 SSP/SC	CPF: 651.187.239-49	
Gerente de Vendas: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 01/01/2017 até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)..

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa:

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho:

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC 02 de dezembro de 2016.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Lucilaine Mokfa Schwarz		Edio Augusto da Silva
Secretária Municipal de Administração		Diretor Regional
		Moacir Aguiar
		Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz		Irineu Woitskovski Júnior
CPF: 004.572.629-90		CPF: 071.933.509-43

**ADITIVO CONTRATUAL 163/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 128/2016

**TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL**

Considerando a justificativa e a Autorização da Autoridade Superior ao acréscimo contratual;

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO PREMIER CONCURSOS LTDA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O Objeto é a alteração e acréscimo ao contrato 128/2016 incluindo os serviços de “elaboração, análise, pontuação, revisão e demais serviços inerentes, para a execução da Prova de Títulos”.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

O valor do Aditivo Contratual é de R\$ 1.386,00 (um mil e trezentos e oitenta e seis reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 128/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 09 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	CASSIANO MELCHIOR STEFANELLO Premier Concursos Ltda CONTRATADA
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 164/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 164/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 43/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

A Prefeitura Municipal de Campo Alegre, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro - Campo Alegre – SC, CEP: 89294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, portadora do CPF nº 004.022.349-36 e RG Nº 2925070, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Bernadete Grein, inscrita no CPF sob o nº 405.197.759-53, e portadora da Carteira de Identidade nº 1.195.793 – SSP-SC, Gerente Regional da Epagri de Mafra, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0039-35, com endereço à Rua Felipe Schmidt, 423 – Centro - CEP 89.300-000, Mafra - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E ORIGEM**

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Mafra, unidade da CONTRATADA .

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), que desde já integra este instrumento.

**I – DA ALTERAÇÃO****CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS**

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR**

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 26.140,00 (vinte seis mil, cento e quarenta reais), divididos em 10 (dez) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 da Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parcela	Valor	ISS a reter 5%	IR a reter 1,5%	Valor Líquido	Vencimento
1ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/01/2017
2ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	28/02/2017
3ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/03/2017
4ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	30/04/2017
5ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/05/2017
6ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	30/06/2017
7ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/07/2017
8ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/08/2017
9ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	30/09/2017
10ª	2.614,00	130,70	39,21	2.444,09	31/10/2017

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ULTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

#### II – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Campo Alegre SC, 09 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração
BERNADETE GREIN Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Irineu Woitskovski Júnior CPF: 071.933.509-43
---	--

#### ADITIVO CONTRATUAL 165/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 161/2016

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 48/2015 e a previsão de prorrogação;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 48/2015 (referente Processo de Licitação nº Pregão 126/2014);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 48/2015, conforme segue:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ABEL MORO.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado ABEL MORO, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 48/2015 até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.



As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 48/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 14 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	ABEL MORO Contratado
---	-------------------------

## ADITIVO CONTRATUAL 167/2016

### ADITIVO CONTRATUAL Nº 167/2016

Considerando que em 19 de dezembro de 2012 foi realizada licitação (nº 132/2012 TP), para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA e RURAL no Município de Campo Alegre e consequentemente firmado o contrato nº 89/2012;

Considerando que o objeto é caracterizado contínuo, e há previsão de prorrogação (tanto no edital do processo licitatório quanto no instrumento de contrato);

Considerando a previsão de reajustamento, após 12 (doze) meses de contrato;

Considerando ainda a Autorização da Autoridade Superior tanto pela prorrogação, quanto pelo reajuste, do Contrato nº 89/2012;

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo e reajustar o valor do Contrato nº 89/2012, conforme segue:

OITAVO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.749/0001-77, COM SEDE A RUA CEL. BUENO FRANCO, 292, CENTRO, CIDADE DE CAMPO ALEGRE-SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SRA. LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, ESTABELECIDNA NA RUA WILLIAM BOOTH, Nº 537, BAIRRO BOQUEIRÃO, CURITIBA-PR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 77.371.789/0001-11, ORA DENOMINADA CONTRATADA, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO, REPRESENTANTE LEGAL, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.997.958/0PR E CPF SOB O Nº 838.543.208/68, TEM ENTRE SI CERTO E AJUSTADO QUE O CONTRATO Nº 89/2012, PASSARÁ A VIGORAR COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 89/2012 até 19 de dezembro de 2017.

#### Cláusula SEGUNDA – Dos Preços e forma de pagamento

Altera-se o item 5.1 da cláusula quinta do contrato nº 89/2012, reajustando no percentual de 3%) conforme segue:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços, os seguintes preços unitários propostos que são:

IT	Serviço	Unidade	Qtde Mensal	Valor Unitário	Valor Total mensal	Valor total para a vigência do contrato (jan./2017 a dez./2017)
1.1	Coleta Regular de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural (4 vezes por semana)	Equipe	0,5	42.002,83	21.001,41	252.016,92
1.2	Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural	Tonelada	120	56,20	6.744,00	80.928,00
1.3	Locação de Contêineres para Depósito dos Resíduos Sólidos	Unidade	20	33,78	675,60	8.107,20
1.4	Destinação Final	Tonelada	120	110,88	13.305,60	159.667,20
1.5	Coleta Seletiva e transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Áreas Urbana e Rural (1 vez por semana)	Equipe	0,3	26.804,52	8.041,36	96.496,32
VALOR MENSAL (PREVISÃO DE GASTOS)				49.767,97	-----	
VALOR GLOBAL DO CONTRATO (12 MESES)					R\$ 597.215,64	

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 89/2012, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

ANGELO BRESEGHELLO FILHO  
Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda.0  
CONTRATADA

### **ADITIVO CONTRATUAL 168/2016**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 168/2015

Considerando a necessidade da continuação da execução do serviço, objeto do contrato nº 21/2014;  
Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 21/2014 (originado do Processo Licitatório nº 4/2014);  
As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 21/2014, conforme segue:

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA – ME.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa ASS TURISMO LTDA. – ME (CNPJ: 82.342.510/0001-01), as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO  
Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 21/2014 até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE  
Fica acordado a manter o preço do quilômetro em R\$ 5,2463, praticado no exercício 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS  
Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 21/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Contratante

JAQUELINE SARA DOS SANTOS  
ASS TURISMO LTDA. – ME  
Contratada

### **ADITIVO CONTRATUAL 169/2016**

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 169/2016 AO CONTRATO N.º 23/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-33, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 23/2015, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: – DA PREVISÃO DE GASTOS REFERENTE COMPLEMENTAÇÃO  
Aquisição complementar de materiais para o ano de 2017 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 23/2015):

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR** - O valor do presente contrato aditivo, fica estimado em R\$ 13.121,60 (treze mil, cento e vinte e um reais e sessenta centavos).

Objeto	Quant.	Valor unit.	Valor total
Kit Aluno Pré I	40	R\$ 164,02	R\$ 6.560,80
Kit Aluno Pré II	40	R\$ 164,02	R\$ 6.560,80
		Valor global	R\$ 13.121,60

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA QUARTA DA RATIFICAÇÃO** - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE CONTRATANTE Lucilaine Mókfa Schwarz	EDITORA POSITIVO LTDA. CONTRATADA Emerson Walter dos Santos
---	---

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	Irineu Woitskovski Júnior CPF: 071.933.509-43
---	--

## **ADITIVO CONTRATUAL 24/2016 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 24/2016

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato n.º 26/2015 (firmado através do Processo Licitatório nº 18/2015, modalidade Tomada de Preços), tendo como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL (TRATAMENTO) DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (Grupo A, B e E), conforme legislação vigente, oriundos das instalações da contratante, em Campo Alegre - SC.

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 26/2015 até 31/12/2017.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL  
POR ACORDO ENTRE AS PARTES**

**QUARTO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA as partes acordam o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 26/2015 até 31 de dezembro de 2017.

**CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 26/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

ANGELO BRESEGHELLO FILHO  
Transresíduos Transportes de  
Resíduos Industriais LTDA  
CONTRATADA

**ADITIVO CONTRATUAL 25/2016 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 25/2016

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato n.º 17/2014 (firmado através do Processo Licitatório nº 41/2014, modalidade Tomada de Preço - Prefeitura), tendo como objeto a locação de sistemas de informática;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 17/2014 até 31/12/2017.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL  
POR ACORDO ENTRE AS PARTES**

QUINTO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 17/2014 até 31 de dezembro de 2017.

**CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contato 17/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA  
Betha Sistemas Ltda  
Contratada

**ADITIVO CONTRATUAL 26/2016 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2016

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato n.º 20/2015 (firmado através do Processo Licitatório nº 16/2015, modalidade Pregão), tendo como objeto a prestação de serviços de consultas de urgência/emergência realizadas por instituição hospitalar, destinada à população de Campo Alegre/SC;

Considerando que o objeto contratado é caracterizado serviço contínuo;

Considerando ainda, a previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e no contrato superior,

Resolve,

Prorrogar o contrato nº 20/2015 até 31/12/2017.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL  
POR ACORDO ENTRE AS PARTES**

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO LTDA, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 20/2015 até 31 de dezembro de 2017.

**CLAUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 20/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora CONTRATANTE	LUIZ ERNESTO WENDLER Maternidade e Cirurgia N. S. do Rocio Ltda CONTRATADA
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 27/2016 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 27/2016 FMS

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 24/2015 até 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 24/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	CLEBER PINHEIRO LIMA Telefônica Brasil S/A  MARCELO ATAIDE DE OLIVEIRA Telefônica Brasil S/A
---	--



**DECRETO Nº 10.167 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 10.167 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DO SEGUINTE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00	

Art.2º) Os crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO 28/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2016 FMS

Objeto: Aquisição de 3.630 litros de gasolina comum para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2016, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terap.
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 12.995,40 (doze mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).

Vigência: 15/12/2016 a 31/12/2016.

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

**PORTARIA Nº 13.907 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.907 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, ocupante do Cargo Público de Professor VI e exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 06 de dezembro de 2016 a 15 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 06 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.675 de 06 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.908 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.908 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema Sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de dezembro de 2016 a 14 de dezembro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a 05 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.651 de 05 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.909 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.909 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.725 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.725 de 07 de dezembro de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o Caput deste Artigo, em virtude da Servidora Pública Municipal se aposentou em data de 09 de dezembro de 2016, Decreto nº 10.147, razão pela a revogação total da referida Portaria.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.910 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.910 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, ocupante do Cargo Público de Professor VII, exercendo a Função de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 2.121,10 (dois mil, cento e vinte e um reais, dez centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provimeto Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.911 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.911 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal, ERNANI DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000741, Registro no Sistema Sob nº 955270, no Cargo Público de Professor IX, exercendo a Função de Professor de História, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 2.828,14 (dois mil, oitocentos e vinte e oito reais, quatorze centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provimeto Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de dezembro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.912 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.912 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.792 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.792 de 08 de dezembro de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o Caput deste Artigo, em virtude da Servidora Pública Municipal irá gozar suas férias em data futura, razão pela a revogação total da referida Portaria.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.913 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.913 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Secretário Municipal, Planejamento, Transporte e Obras JOÃO SAMUEL CUBAS, Registro

no Sistema sob nº 955392, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 = 23 23 (vinte e três) dias; 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 07 (zero sete) dias.

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 12 de dezembro de 2016 á 10 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.678 de 06 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 13.914 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.914 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, FRANCISCO OSNI DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000696, Registro no Sistema sob nº 955136, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente aos períodos aquisitivos: 13 de outubro de 2015 a 12 de outubro de 2016 = 10 (dez) dias e 13 de outubro de 2016 a 2 de outubro de 2017 = a 10 (dez) dias.

Art.2º) O Chefe do Serviço de Obras gozará as férias no período de 19 de dezembro de 2016 á 08 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.591 de 02 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 7.649/2016 DE 14/12/2016 APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO RESIDENCIAL UNIVERSITÁRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.649/2016 DE 14/12/2016

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO RESIDENCIAL UNIVERSITÁRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado De Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, VIII e XXVI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 03/2007 - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, e;

Considerando a documentação juntada nos autos do Processo Administrativo nº 2.174, que se refere a pedido de loteamento e o parecer exarado pelo Setor de Engenharia;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento urbano, da categoria convencional, de propriedade de Bess Empreendimentos Imobiliários Ltda – CNPJ: 79.378.980/0001-10, denominado "Loteamento Residencial Universitário", constituído por uma gleba de terras com área total loteada de 419.645,96 m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezenove mil seiscentos e quarenta e cinco metro e noventa e seis décimos quadrados), localizada as margens da SC-455, Bairro Boa Vista, Município de Campos Novos /SC, nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos anexados ao Processo Administrativo nº 2.174, inscrita sob a matrícula nº 27.841 no Registro de Imóveis deste Município.

Art. 2º. Os usos cabíveis aos lotes do loteamento ora aprovado seguem as diretrizes fixadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 03/2007.

Art. 3º. A área do loteamento é composta por 487 (quatrocentos e oitenta e sete) lotes distribuídos em 36 (trinta e seis) quadras, sendo:

- a) 487 (quatrocentos e oitenta e sete) lotes destinados à comercialização, com área total de 227.645,96 m<sup>2</sup>;
- b) Área total de 29.481,74 m<sup>2</sup> a ser incorporada ao patrimônio público e destinada à área verde;
- c) Área total de 24.326,92 m<sup>2</sup> a ser incorporada ao patrimônio público e destinada à Área de Preservação Permanente;
- d) Área total de 31.690,54 m<sup>2</sup> a ser incorporada ao patrimônio público e destinada à instalação de equipamentos urbanos e comunitários;
- e) Vias públicas com área total de 96.753,02 m<sup>2</sup>;
- f) Faixa de domínio com área total de 8.813,56 m<sup>2</sup>;
- g) Área não edificante com 873,58 m<sup>2</sup>.

Art. 4º. Desde a data registro do loteamento no Registro de Imóveis de Campos Novos - SC passarão a integrar o domínio do Município, independentemente de qualquer outro ato, as seguintes áreas:

- 1) Área das ruas, com 96.753,02 m<sup>2</sup>;
- 2) Área verde, com 29.481,74 m<sup>2</sup>;
- 3) Área de Preservação Permanente, com 24.326,92 m<sup>2</sup>;
- 4) Área destinada à instalação de equipamentos urbanos e comunitários, com 31.690,54 m<sup>2</sup>.

Art. 5º. As obras de infraestrutura necessárias à implantação do loteamento, quais sejam demarcação dos lotes, instalação de rede

de distribuição de água potável, execução do sistema de esgotamento sanitário, construção do sistema de drenagem pluvial, instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública e abertura e pavimentação de ruas, nos termos dos projetos, memoriais descritivos e cronograma apresentados no Processo Administrativo nº 2.174, deverão ser executadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da emissão do Alvará de Loteamento.

Art. 6º. Todas as obras de infraestrutura, serviços e quaisquer outras benfeitorias feitas pelo loteador nas áreas de uso público, integrarão o patrimônio do Município de Campos Novos, sem que caiba qualquer indenização.

Art. 7º. Recolhidas as taxas e demais encargos, expeça-se o alvará de loteamento, mediante assinatura do Termo de Compromisso e do Termo de Cauçionamento, referidos nos arts. 102, 103 e 104 da Lei Complementar nº 03/2007.

Art. 8º. Nos termos do art. 105, da Lei Complementar nº 03/2007, é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para que o loteador promova o registro do loteamento ora aprovado, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Campos Novos, sob pena de caducidade desta aprovação.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### TERMO DE CAUCIONAMENTO

TERMO DE CAUCIONAMENTO GARANTIA E DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DAS ÁREAS PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E BESS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CONSTANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.174, APROVADO EM 14/12/2016 PELO DECRETO Nº 7.649/2016.

A partir do registro do Loteamento Residencial Universitário no Registro de Imóveis de Campos Novos, aprovado pelo Decreto nº 7.649/2016, passarão ao domínio do Município de Campos Novos, as áreas destinadas a uso público. A venda de lotes, bem como a concessão de "Habite-se" para qualquer construção existente nos lotes, ficam condicionados à expedição, por parte do Poder Público Municipal, de certidão de aprovação do loteamento e aceitação definitiva das obras a serem realizadas, constantes do ato de aprovação do projeto de loteamento, conforme Processo Administrativo nº 2.174. Como garantia da execução das obras a que se obrigou o loteador, ficam caucionados em favor do Município de Campos Novos, 04 (quatro) quadras com 18 lotes cada, de áreas variáveis entre 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados) e 487,56m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta e seis décimos quadrados), quais sejam, quadras nº 11, 18, 26 e 32 do referido loteamento, perfazendo uma área total de 28.352,96 m<sup>2</sup> (vinte e oito mil trezentos e cinquenta e dois metros e noventa e seis décimos quadrados) que serão averbados no Registro de Imóveis por ocasião do registro de loteamento, que não poderão em hipótese alguma, ser vendidos antes da aceitação, por escrito, pelo Município.

Campos Novos, 14 de dezembro de 2016.

Nelson Cruz

Prefeito do Município



Bess Empreendimentos Imobiliários Ltda  
Sócio-proprietário  
TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, E BESS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

#### I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

01. Partes: De um lado, o Município de Campos Novos - SC, neste termo simplesmente denominado de MUNICÍPIO, representada por seu Prefeito Municipal, Nelson Cruz, e por outro lado, Bess Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 79.378.980/0001-10, representado por seus sócios Nelson Bess, inscrito no CPF sob nº 004.649.879-04; Nelson Arlindo Bess, inscrito no CPF sob nº 868.750.359-87; e Dario Salvador Corrêa, inscrito no CPF sob o nº 020.773.969-20, doravante designados LOTEADORES, proprietários e/ou responsáveis pelo Loteamento Residencial Universitário, constante do Processo Nº 2.174, a ser implantado na gleba de terras registrada sob a matrícula nº 27.841, do Registro de Imóveis de Campos Novos.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu fundamento legal no artigo 102 da Lei Complementar nº 03/2007 – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.

03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro do ano de 2016.

#### II - Finalidade e Objeto

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infraestrutura em Loteamento por ele aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das obras de infraestrutura do Loteamento Residencial Universitário, requerido pelo Processo Administrativo nº 2.174.

#### III - Obrigações e Prazos

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo previsto no Decreto 7.649/2016, as obras previstas nos projetos e memoriais descritivos juntados ao Processo Administrativo nº 2.174, tais como:

- Demarcação dos lotes;
- Abertura e pavimentação das vias;
- Movimentação de terra prevista;
- Rede de distribuição de água potável;
- Rede de energia elétrica e iluminação pública;
- Sistema de esgotamento sanitário;
- Sistema de drenagem pluvial.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, para garantia da execução das obras;

d) Não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas no item "a" supra, e de cumpridas as demais obrigações exigidas pela lei ou assumidas neste Termo de Compromisso;

e) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e

venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infraestrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

f) Requerer, contando da data da execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

g) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa;

h) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

#### IV - Eficácia, Validade e Revogação

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de Loteamento pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Alvará de Loteamento para a execução das obras constantes do seu projeto.

#### V- Foro e Encerramento

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Campos Novos.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Campos Novos, 14 de dezembro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

Bess Empreendimentos Imobiliários Ltda  
Sócio-proprietário

### **DECRETO Nº. 7.651/16 DE 15/12/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 7.651/16 DE 15/12/2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento

do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.1.039 – Obras, Reformas Ampliações e do Departamento Administrativo do SAMAE  
4.4.90.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas .....  
.....R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de dezembro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**LEI Nº, 4.304/16 DE 14/12/2016 AUTORIZA O MUNICÍPIO CEDER EM COMODATO À ENTIDADE QUE MENCIONA , BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.304/16 DE 14/12/16

AUTORIZA O MUNICÍPIO CEDER EM COMODATO À ENTIDADE QUE MENCIONA BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em comodato, Imóvel Urbano à Associação dos Servidores Públicos Municipais, inscrita no CNPJ sob o Nº 75.444.190/0001-35, localizada à Rua Silvio Neves Bleyer, Bairro Santo Antônio, Campos Novos – SC.

Art. 2º - O Imóvel mencionado no Art. 1º tem a área de 3.603,88m² (três mil seiscentos e três metros e oitenta e oito décimetros quadrados), localizado às ruas Silvio Neves Bleyer e Avenida Caetano Belincanta Neto, no Bairro Santo Antônio – Cidade de Campos Novos – SC, conforme mapa anexo, devidamente registrado no Cartório de Registro de imóveis desta Comarca Sob Matrícula nº 20.051.

Art. 3º - O Imóvel objeto do Comodato será utilizado pela referida Associação para lazer e práticas esportivas, ficando disponível a todos que a mesma assim autorizar.

Art. 4º - O comodato a ser firmado pelo Município e a Associação dos Servidores Públicos Municipais será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo prazo, desde que exista interesse das partes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de dezembro de 2016.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal  
TERMO CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL

O município de Campos novos, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, inscrito no CNPJ sob nº 32.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal NELSON CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Coronel Farrapo, 1578, Centro, Cidade de Campos Novos – SC, inscrito no CPF nº 445.587.329-53, na

forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_; e a Associação dos Servidores Públicos Municipais, inscrita no CNPJ sob o Nº 75.444.190/0001-35, localizada à Rua Silvio Neves Bleyer, Bairro Santo Antônio, Campos Novos – SC, representada por seu Presidente Sr. Ivo Arnildo Moreira, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, residente da Rua \_\_\_\_\_ resolvem firmar este contrato de comodato de bem imóvel, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O município de Campos Novos celebra este contrato, amparado na Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, passando a denominar-se de comodante; e a Associação dos Servidores Públicos Municipais, passa a denominar-se de comodatário.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

A comodante, possuidora e legítima proprietária de uma área com 3.603,88 m² (três mil seiscentos e três metros e oitenta e oito décimetros quadrados), localizado no município de Campos Novos com as características constantes no mapa anexo a este instrumento.

**Cláusula Terceira – Da Finalidade**

O imóvel descrito na cláusula segunda destinar-se-á exclusivamente para lazer e práticas esportivas, ficando disponível a todos que a mesma assim autorizar.

**Cláusula Quarta – Da Vigência**

O comodato da área cedida pela comodante terá vigência pelo período de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por conveniência da Administração Municipal por igual período.

**Cláusula Quinta – Das Obrigações do Comodatário**

O comodante obriga-se a zelar o imóvel, bem como dar exclusivamente destinação a que foi autorizada.

**Cláusula Sexta – Do Foro:**

As partes elegem o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato.

E por estarem certos e ajustados, firmam este contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que também assinam.

Campos Novos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Município de Campos Novos Associação dos Servidores Públicos Municipais

Nelson Cruz - Prefeito Municipal Presidente Ivo Moreira

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO MD Nº 03/2016**

RESOLUÇÃO MD Nº 3/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, amparada pelos Arts. 106 e 107 do Regimento Interno e Arts. 38, 60, e 62 da LOM, apresenta a seguinte Resolução da Mesa Diretora:

Art. 1º - Revoga o Artigo 5º da Resolução nº 2/2012.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti	
Presidente da Mesa	
Dirceu José Kaiper	Maurílio Castro Campagnoni
Vice-Presidente	1º Secretário

Adavilson Telles  
2º Secretário

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT CT482016**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO Nº CNO 48/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO – 32/2015

DATA DE ASSINATURA: 15 de dezembro de 2016.

OBJETO: Fornecimento de combustível (gasolina comum) a ser utilizado pela frota do SAMAE.

CONTRATADA: Auto Posto Falcão Ltda

VALOR: Fica acrescida quantidade licitada em 720 litros de gasolina comum, 400 litros de óleo diesel comum e 580 litros de óleo S10 e reajustado para R\$3,66 (três reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 3,14 (três reais e quarenta e quatro centavos) o litro do óleo diesel comum e para R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos ) o litro do óleo S10,

PRAZO: 16/12/2016 á 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 15 de dezembro de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 12/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 11/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de 87 horas de serviços de mecânica para retifica e montagem, com fornecimento de peças, do motor do veículo Ford Transit Ambulância, placas MKD – 9483, ano/modelo 2012/2013, da Fundação Hospitalar Municipal, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 28 de dezembro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 16 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

### EXTRATO EDITAL 61/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 61/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 44/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de 50 horas de serviços de mecânica para retifica e montagem, com fornecimento de peças, do motor do veículo Mercedes Bens L1418E, placas LWU - 5563, ano/modelo 1995/1995, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 28 de dezembro de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 16 de dezembro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 286/2016

DECRETO Nº 286/2016

#### APROVA LOTEAMENTO URBANO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 4.342 de 20/08/2008; Resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO RESIDENCIAL URBANO WALDEMAR WENDT" procedido por WILSON JOSÉ WENDT E OUTROS, de um terreno com área de 30.977,00 m² (Trinta mil, novecentos e setenta e sete metros quadrados), situado na Rodovia SC 477, no Bairro Industrial Nº 02, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.229, conforme Requerimento protocolado sob o número 5424/2016;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica da seguinte forma:

a) Lote nº 12 com área de 450,00 m², lote nº 13 com área de 450,00 m², lote nº 14 com área de 450,00 m², lote nº 15 com área de 450,00 m², lote nº 16 com área de 450,00 m², lote nº 17 com área de 450,00 m², lote nº 18 com área de 450,00 m², lote nº 19 com área de 450,00 m², lote nº 20 com área de 450,00 m² e lote nº 21 com área de 450,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1650.

b) Lote nº 12 com área de 711,81 m², lote nº 13 com área de 450,00 m², lote nº 14 com área de 450,00 m², lote nº 15 com área de 450,00 m², lote nº 16 com área de 450,00 m², lote nº 17 com área de 450,00 m², lote nº 18 com área de 450,00 m², lote nº 19 com área de 450,00 m², lote nº 20 com área de 390,00 m², lote nº 21 com área de 390,00 m², lote nº 22 com área de 390,00 m² e lote nº 23 com área de 450,00 m², todos pertencentes a quadra nº 1652.

c) Lote nº 01 com área de 539,43 m², lote nº 02 com área de 519,23 m², lote nº 03 com área de 500,00 m², lote nº 04 com área de 478,74 m², lote nº 05 com área de 388,00 m², lote nº 06 com área de 888,87 m², lote nº 07 com área de 855,29 m², lote nº 08 com área de 821,70 m², lote nº 09 com área de 788,12 m², lote nº 10 com área de 754,53 m², lote nº 11 com área de 450,40 m², lote nº 12 com área de 449,89 m² e lote nº 13 com área de 508,31 m², todos pertencentes a quadra nº 1763.

d) Lote nº 01 com área de 392,00 m², lote nº 02 com área de 392,00 m², lote nº 03 com área de 342,34 m², lote nº 04 com área de 483,06 m² e lote nº 05 com área de 422,94 m², todos pertencentes a quadra nº 1764.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade da Área Institucional com uma área total de 2.006,41 m², pertencente a quadra nº 1764, o qual deverá ser doado a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde com um total de área de 1.601,59 m², pertencente a quadra nº 1761, conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 7.412,34 m², a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 349/2016

DECRETO Nº 349/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO que o Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, autarquia municipal detentora de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, é a unidade gestora responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social, na forma da Lei Complementar Municipal nº 054 de 29 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e que as informações dos segurados integram a base cadastral para a realização das reavaliações atuariais anuais, para concessão dos benefícios previdenciários e para a preparação dos requerimentos de compensação previdenciária, resolve:

#### DECRETAR



Art. 1º. Ficam estabelecidas, nos termos deste Decreto, as normas gerais para a realização do Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos detentores de cargo de provimento efetivo e seus dependentes, do Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas, vinculados ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV.

Parágrafo Único. O Censo Previdenciário é de caráter pessoal e obrigatório para todos os Servidores Públicos Municipais ativos e inativos detentores de cargo de provimento efetivo e seus dependentes, do Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 2º. A Unidade Gestora do RPPS do Município de Canoinhas, ICPREV, será a responsável, mediante ato normativo, estabelecer as regras e os procedimentos operacionais necessários à efetivação do Censo Previdenciário de que trata o art. 1º deste Decreto, respeitadas as normas legais em vigor.

Parágrafo Único. São considerados regras e procedimentos operacionais necessários à efetivação do Censo Previdenciário, a fixação de períodos, dias, horários e locais de comparecimento, definição dos documentos obrigatórios e a sua respectiva forma de apresentação, além de outros atos indispensáveis à plena execução do cadastramento e de suas finalidades.

Art. 3º. No período estabelecido para o Censo Previdenciário dos servidores elencados no art. 1º deste Decreto, deverão comparecer no local e munido da documentação requerida, designado em ato normativo.

Art. 4º. Os órgãos da Administração Pública integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo deverão participar no âmbito de suas respectivas competências, da execução do Censo Previdenciário, disponibilizando, por intermédio dos respectivos setores de recursos humanos, todo o suporte à realização dos procedimentos necessários para a atualização de cadastro dos servidores.

Art. 5º. O Censo Previdenciário é obrigatório para todos os servidores públicos municipais ativos e inativos, detentores de cargo de provimento efetivo, integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas, vinculados ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV.

Art. 6º. O servidor que não fizer a atualização cadastral, respeitado o devido processo legal e as garantias de ampla defesa e do contraditório, poderá sofrer as sanções previstas em lei específica.

Art. 7º. O servidor que omitir ou prestar informações incorretas, para efeito deste Decreto, fica sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa.

Art. 8º. É dever permanente dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos detentores de cargo de provimento efetivo e seus dependentes, do Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas, vinculados ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, manterem seus dados atualizados, devendo efetuar comunicação com a maior brevidade possível sempre que os dados forem alterados, mesmo após o encerramento do Censo Previdenciário.

Art. 9º. A gestão do processo de Censo Previdenciário caberá ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO  
Diretor Executivo do ICPREV

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 350/2016

DECRETO Nº 350/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização de dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO que o Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, autarquia municipal detentora de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, é a unidade gestora responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social, na forma da Lei Complementar Municipal nº 054 de 29 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e que as informações dos segurados integram a base cadastral para a realização das reavaliações atuariais anuais, para concessão dos benefícios previdenciários e para a preparação dos requerimentos de compensação previdenciária, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º. Ficam estabelecidas, nos termos deste Decreto, as normas gerais para a realização do Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos detentores de cargo de provimento efetivo e seus dependentes, do Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas, vinculados ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV.

Parágrafo Único. O Censo Previdenciário é de caráter pessoal e obrigatório para todos os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo, ativos, aposentados

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 158/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000536/15	30/01/2015	ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS	59,30

0003019/15	29/06/2015	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRERLI ME	8,26
0003322/15	13/07/2015	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME	99,00
0003555/15	27/07/2015	LAURINDA NAZA-REHEIDEN	100,00
0004014/15	19/08/2015	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO ME	40,25
0005330/15	29/10/2015	SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA	29,25

Canoinhas/SC, 8 de junho de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### DECRETO Nº. 330/2016

DECRETO Nº. 330/2016

#### APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 683,20 m² (seiscentos e oitenta e três metros e vinte décimos quadrados), procedido por FRITZ THOMAS HAAG, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob às matrículas nº 19.181 e 19.182 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 27 com área de 509,40 m² e lote nº 28, com área de 173,80 m² (este lote só poderá ser vendido ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 1262, conforme requerimento protocolado sob nº. 6524/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 337/2016

DECRETO Nº. 337/2016

#### "ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.942 de 29/11/2016, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.942 de 29/11/2016, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 280.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviço da dívida interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj/Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 50.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Proj/Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 150.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

II)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento

Função 4: Administração

Subfunção 121: Planejamento e Orçamento

Programa 7: Planejamento Eficaz

Proj/Ativ. 2.021 – Manutenção da Secretaria Mun. de Planejamento

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 80.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## DECRETO Nº. 338/2016

DECRETO Nº. 338/2016

ALTERA MEMBROS DO FÓRUM DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME (2015-2024)

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### DECRETAR

Art. 1º - Fica alterado o Fórum de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024), obedecendo a seguinte composição:

1 - Representante da Secretaria Municipal da Educação de Canoinhas  
- Hamilton Wendt

2 - Representante do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Canoinhas  
- Douglas Antônio Conceição

3 - Representante do Setor de Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Educação  
- Diego Staviski

4 - Representante do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação  
- Elfi Irene Noenberg Pangratz

5 - Representante da Equipe Gestora do Plano de Ações Articuladas - PAR  
- Rosimari de Fátima Cubas Blaka

6 - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento  
- Karoline Aparecida Crestani

7 - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
- Cleiton Regodzinski

8 - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
- Valéria Soares de Lima

9 - Representante do Departamento do RH da Prefeitura Municipal de Canoinhas

- Andréia Correia da Silva Fontana Kauva

10 - Representante da Secretaria Municipal da Saúde  
- Marilei Kurceszki Kuminek

11 - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social  
- Mozara Carvalho Schadeck

12 - Representantes da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação

- Flávia Lucia Haensch

- Cibele Neudorf Batista

- Leila Gorete Minuzzo Gobetti Bolduan

- Joceli Carvalho Maoski Lopes Vieira

- Maria Conceição Pereira

- Iara Lucia Leandro Leila

- Jovina Maria dos Santos Pacheco Caetano

13 - Representante do Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação

- Milenna Larissa Conceição

14 - Representante da Câmara Municipal de Vereadores  
- Cristiane Arrabar

15 - Representante do Conselho Municipal de Educação  
- Argos Gumbowsky

16 - Representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- CACS FUNDEB

- Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski

17 - Representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE  
- Samuel Antonio Ribeiro de Lima

18 - Representante do Conselho Tutelar de Canoinhas  
- Sandro Antonio de Oliveira Lima

19 - Representante de Pais  
- Eduardo Carvalho do Prado

20 - Representantes de Alunos  
- Neuci Terezinha Dolinski  
- Janice Ludka Brauharth

21 - Representantes da 26ª Gerência de Educação de Canoinhas- 26ª GERED

- Tania Mara Bedretchuk

- Maria Elvira da Rocha Burgardt

22 - Representante de Entidade Filantrópica –Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
- Vanessa Moriane Sêna

23 - Representantes da Educação de Jovens e Adultos- EJA  
- Salete Palhano de Andrade- EJA Municipal  
- Siomara Aparecida Kicheleski Correa- CEJA Canoinhas

24 - Representantes dos Gestores Educacionais Municipais – Educação Infantil

- Thalita Daiane Pereira Bosse

- Luciane Aparecida Darmorus Zucco

25 - Representantes dos Gestores Educacionais Municipais – Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

- Cristiane Wattesen Weinfurter

26 - Representantes dos Gestores Educacionais Municipais – Ensino Fundamental (Anos Finais)

- Eliane Pereira Pieczarka
- Izane Maria Pereira

27 - Representantes da Educação Especial da Rede Municipal Ensino

- Solange Stelzner

28 - Representantes dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal Ensino

- Silvete Rosinha Helko
- Rita Roselis Schulka Vicente de Souza

29 - Representantes do Setor de Programas e Projetos da Rede Municipal Ensino

- Dircélia Leandro dos Santos Lima
- Franciane Brautl Novak

30 - Representantes do Setor da Assistência Social ao Educando

- Juceres Maria Wiese Roeder
- Karina Carvalho

31 - Representantes das Escolas da Rede Estadual de Ensino

- Rutiane Simões de França Loti (Ensino Fundamental)
- Silvana Aparecida Komochena (Ensino Médio)
- Ana Maria Loeffler (CEDUP Vidal Ramos)

32 - Representantes das Escolas Privadas e do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

- Priscila Andressa Soares Martins Leite - Centro Educacional Brilho das Estrelas
- Elaine Cristina Bueno da Rocha - Jardim do Mickey
- Vanessa Cristina da Conceição - Realização Colégio de Ensino Médio
- Amanda Damasceno Farinella - Escola Técnica DAMA
- Orlando Rogério Campinini e Juliete Alves dos Santos – IFSC-Canoinhas
- Roque Hennemann- Universidade do Contestado
- Rejane Mara Fuck Borba- Serviço Social do Comércio – SESC - Unidade Canoinhas

33 - Representante da Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Canoinhas

- Jucelli Cristina Moreira

34 - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos de Canoinhas -SISPUC

- Miriam Worel
- Lucia Sueli Brzozowski

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº. 339/2016

DECRETO Nº. 339/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 78.772,48 (setenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj/Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 78.772,48

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 78.772,48 (setenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	78.772,48
TOTAL		78.772,48

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de novembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/11/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**DECRETO Nº. 341/2016**

DECRETO Nº. 341/2016

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.946 de 07/12/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei nº 5.946 de 07/12/2016, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 365: Educação Infantil  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.050 – Manutenção da Alimentação Escolar da Educação Infantil  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei nº 5.946 de 07/12/2016, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 15.000,00  
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 15.000,00

(quinze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 15.000,00  
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 5º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 5º da Lei nº 5.946 de 07/12/2016, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 60.000,00  
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE  
II)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00  
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp - Educação

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00  
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE  
II)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 365: Educação Infantil  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Proj./Ativ. 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 20.000,00  
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE



III)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Proj./Ativ. 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 20.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp – Educação

Art. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 342/2016**

DECRETO Nº. 342/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 104.408,86 (Cento e quatro mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 104.408,86

Recursos 66400 – Convênio Estado (Invest.) – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 104.408,86 (Cento e quatro mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e seis centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
66400	Convênio Estado (Invest.) – superávit	104.408,86
TOTAL		104.408,86

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 59.737,29 (cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 1.100 – Conclusão do Ginásio de Esportes - Distrito Campo d'Água Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 59.737,29

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 59.737,29 (cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos Ordinários	59.737,29
TOTAL		59.737,29

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 343/2016**

DECRETO Nº. 343/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município

e com a Lei Municipal 5.945 de 07/12/2016, resolve:

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei nº 5.945 de 07/12/2016, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
Atividade 2.004 – Manutenção da Sec. Municipal de Educação  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 250.000,00  
Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – Superávit

II)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 400.000,00  
Recursos 30100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação – Superávit

III)  
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Função 8: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência Comunitária  
Programa 10: Assistência Social Responsável  
Atividade 2.009 – Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 50.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

IV)  
Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social  
Função 8: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência Comunitária  
Programa 10: Assistência Social Responsável  
Atividade 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 30.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

V)  
Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento  
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento  
Função 4: Administração  
Subfunção 121: Planejamento Orçamento  
Programa 7: Planejamento Eficaz  
Atividade 2.021 – Manutenção da Sec. Mun. de Planejamento  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 100.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

VI)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento

Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Atividade 2.022 – Manutenção da Sec. Mun. de Obras e Desenvolvimento Urbano  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 170.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos Ordinários – Superávit	350.000,00
30100	Rec. Imp. e de Transf. Imp.– Educação – Superávit	650.000,00
TOTAL		1.000.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei nº 5.945 de 07/12/2016, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 02: Gabinete do Prefeito  
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito  
Função 4: Administração  
Subfunção 122: Administração Geral  
Programa 2: Administração Superior Eficiente  
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 30.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
Função 4: Administração  
Subfunção 122: Administração Geral  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Atividade 2.003 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 10.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)  
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Função 23: Comércio e Serviços  
Subfunção 691: Promoção Comercial  
Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
Atividade 2.013 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 5.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IV)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento

Função 4: Administração

Subfunção 121: Planejamento Orçamento

Programa 7: Planejamento Eficaz

Atividade 2.021 – Manutenção da Sec. Mun. de Planejamento

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 55.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

V)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 200.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Atividade 0.004 – Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 40.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Subfunção 606: Extensão Rural

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Atividade 2.015 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 5.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Função 18: Gestão Ambiental

Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental

Programa 14: Meio Ambiente Sustentável

Atividade 2.020 – Manutenção da Sec. Mun. de Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 35.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IV)

Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação

Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação

Função 16: Habitação

Subfunção 482: Habitação Urbana

Programa 18: Moradia para Todos

Atividade 2.010 – Manutenção da Sec. Mun. de Habitação

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 20.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

V)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Infantil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....

..... 200.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 344/2016**

DECRETO Nº. 344/2016

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.910 de 30/08/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de acordo com o artigo 1º da Lei 5.910 de 30/08/2016, no valor de R\$ 588.744,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 2: Administração Superior Eficiente

Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias .....

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e

Orçamento  
 Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
 Função 4: Administração  
 Subfunção 122: Administração Geral  
 Programa 3: Modernização Administrativa  
 Atividade 2.003 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 28.713,25  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 III)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.004 – Manutenção da Sec. Municipal de Educação  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 27.652,16  
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação  
 IV)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 281.637,02  
 Recursos 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)  
 V)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 44.366,70  
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras  
 VI)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 365: Educação Infantil  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 22.205,51  
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras  
 VII)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 364: Ensino Superior  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.054 – Apoio ao Ensino Superior  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.653,81  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 VIII)  
 Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social  
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social  
 Função 8: Assistência Social  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável  
 Atividade 2.009 – Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 27.867,90  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 IX)  
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 Função 23: Comércio e Serviços  
 Subfunção 691: Promoção Comercial  
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
 Atividade 2.013 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.451,44  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 X)  
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
 Função 20: Agricultura  
 Subfunção 606: Extensão Rural  
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
 Atividade 2.015 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.334,90  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 XI)  
 Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
 Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
 Função 18: Gestão Ambiental  
 Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa 14: Meio Ambiente Sustentável  
 Atividade 2.020 – Manutenção da Sec. Mun. de Meio Ambiente  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 1.233,89  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 XII)  
 Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento  
 Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento  
 Função 4: Administração  
 Subfunção 121: Planejamento Orçamento  
 Programa 7: Planejamento Eficaz  
 Atividade 2.021 – Manutenção da Sec. Mun. de Planejamento  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 7.219,26  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 XIII)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Atividade 2.022 – Manutenção da Sec. Mun. de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 26.096,09  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários  
 XIV)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo



Atividade 2.024 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 621,33  
Recursos 10800 – Contribuição para COSIP XV)  
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação  
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação  
Função 16: Habitação  
Subfunção 482: Habitação Urbana  
Programa 18: Moradia para Todos  
Atividade 2.010 – Manutenção da Sec. Mun. de Habitação  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 621,33  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários XVI)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 4.310,22  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XVII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.055 – Ações de Assistência Farmacêutica  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 363,15  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XVIII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 52.590,47  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XIX)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 4.577,83  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XX)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 304: Vigilância Sanitária  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.059 – Ações em Vigilância em Saúde - VISA  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.252,47  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XXI)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 37.135,40  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde XXII)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Função 27: Desporto e Lazer  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Programa 16: Esporte como Qualidade de Vida  
Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 2.502,64  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários XXIII)  
Órgão 19: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer  
Unidade 19.01: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer  
Função 13: Cultura  
Subfunção 392: Difusão Cultural  
Programa 17: Cultura ao Alcance de Todos  
Atividade 2.033 – Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas  
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 1.687,27  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 588.744,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 02: Gabinete do Prefeito  
Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito  
Função 4: Administração  
Subfunção 122: Administração Geral  
Programa 2: Administração Superior Eficiente  
Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.649,96  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários II)  
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
Função 4: Administração  
Subfunção 122: Administração Geral  
Programa 3: Modernização Administrativa  
Atividade 2.003 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 28.713,25  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários III)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
Atividade 2.004 – Manutenção da Sec. Municipal de Educação  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 27.652,16  
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação IV)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação



Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 281.637,02  
 Recursos 11800 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%) V)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 361: Ensino Fundamental  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 44.366,70  
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras VI)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 365: Educação Infantil  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 22.205,51  
 Recursos 11900 – Transf. do FUNDEB – Aplic. Outras VII)  
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
 Função 12: Educação  
 Subfunção 364: Ensino Superior  
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
 Atividade 2.054 – Apoio ao Ensino Superior  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.653,81  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários VIII)  
 Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social  
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social  
 Função 8: Assistência Social  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária  
 Programa 10: Assistência Social Responsável  
 Atividade 2.009 – Manutenção da Sec. Mun. de Assistência Social  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 27.867,90  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários IX)  
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 Função 23: Comércio e Serviços  
 Subfunção 691: Promoção Comercial  
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável  
 Atividade 2.013 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.451,44  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários X)  
 Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
 Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
 Função 20: Agricultura  
 Subfunção 606: Extensão Rural  
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Atividade 2.015 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Rural  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.334,90  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários XI)  
 Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
 Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
 Função 18: Gestão Ambiental  
 Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental  
 Programa 14: Meio Ambiente Sustentável  
 Atividade 2.020 – Manutenção da Sec. Mun. de Meio Ambiente  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 1.233,89  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários XII)  
 Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento  
 Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento  
 Função 4: Administração  
 Subfunção 121: Planejamento Orçamento  
 Programa 7: Planejamento Eficaz  
 Atividade 2.021 – Manutenção da Sec. Mun. de Planejamento  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 7.219,26  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários XIII)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Atividade 2.022 – Manutenção da Sec. Mun. de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 26.096,09  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários XIV)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
 Atividade 2.024 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 621,33  
 Recursos 10800 – Contribuição para COSIP XV)  
 Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação  
 Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação  
 Função 16: Habitação  
 Subfunção 482: Habitação Urbana  
 Programa 18: Moradia para Todos  
 Atividade 2.010 – Manutenção da Sec. Mun. de Habitação  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 621,33  
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários XVI)  
 Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
 Função 10: Saúde  
 Subfunção 301: Atenção Básica  
 Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
 Atividade 2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 4.310,22  
 Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XVII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 303: Suporte Profilático e Terapêutico  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.055 – Ações de Assistência Farmacêutica  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 363,15  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XVIII)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 301: Atenção Básica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.057 – Ações de Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 52.590,47  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XIX)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 4.577,83  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XX)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 304: Vigilância Sanitária  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.059 – Ações em Vigilância em Saúde - VISA  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 3.252,47  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XXI)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Atividade 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 37.135,40  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

XXII)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Função 27: Desporto e Lazer  
Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Programa 16: Esporte como Qualidade de Vida  
Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 2.502,64  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

XXIII)  
Órgão 19: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer  
Unidade 19.01: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer  
Função 13: Cultura  
Subfunção 392: Difusão Cultural  
Programa 17: Cultura ao Alcance de Todos  
Atividade 2.033 – Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias ..... 1.687,27

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **DECRETO Nº. 345/2016**

DECRETO Nº. 345/2016

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica alterado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, obedecendo a seguinte composição:

#### **REPRESENTANTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

Titular: Luís Gustavo Vieira de Britto

Suplente: Valéria Soares de Lima

Titular: Rosimari de Fatima Cubas Blaka

Suplente: Solange Stelzner

#### **REPRESENTANTE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Titular: Dioni de Lourdes Kosyanski Adur

Suplente: Denize Bazzanella

#### **REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS**

Titular: Sandra Cornelsen Ribas Pereira

Suplente: Maristela Cordeiro Rodrigues

#### **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS**

Titular: André Luis de Brito

Suplente: Adenilse Cantoviski

#### **REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Titular: Jocilda Clarice da Silva

Suplente: Adenilse Cantoviski

Titular: Silvia Wiczorkiewicz Cavalheiro

Suplente: Maria da Luz de Oliveira

#### **REPRESENTANTE DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

Titular: Alisson Ricardo Michels  
Suplente: Ini Gonçalves Vieira de Lima  
Titular: Aline Gomes de Oliveira  
Suplente: Lurdes Aparecida Pancheski

**REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Titular: Paulo Odair Moreira  
Suplente: Sueli Maria KanzlerKwiecien

**REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL**

Titular: Rosicleia Wagner Cavalet  
Suplente: Miryan Eduarda de Miranda Brandes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 347/2016**

DECRETO Nº. 347/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 576,00 m² (quinhentos e setenta e seis metros quadrados), procedido por NELSON IENDRAS, situado na Rua Wegner Eugênio Kellner, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.291 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 26 com área de 216,77 m² e lote nº 27, com área de 359,23 m², ambos pertencentes à quadra nº 603, conforme requerimento protocolado sob nº. 6650/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 348/2016**

DECRETO Nº. 348/2016

**APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 682,50 m² (seiscentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por MARIA DE LURDES LEMOS DE SOUZA E OUTROS, situado na Servidão José Hass Lemos, esquina com Rodolfo Emi, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.411 e 36.410 e ficando os imóveis assim distribuídos: lote nº 01 com área de 341,25 m² e lote nº 57, com área de 341,25 m², ambos pertencentes à quadra nº 603, conforme requerimento protocolado sob nº. 4079/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 353/2016**

DECRETO Nº. 353/2016

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 01: Câmara de Vereadores  
Unidade 01.01: Câmara de Vereadores  
Função 1: Legislativa  
Subfunção 32: Controle Externo  
Programa 1: Legislativo Eficiente

Proj/Ativ. 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 10.000,00

Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 01: Câmara de Vereadores

Unidade 01.01: Câmara de Vereadores

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle Externo

Programa 1: Legislativo Eficiente

Proj/Ativ. 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
..... 10.000,00

Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº 1072/2016**

PORTARIA Nº 1072/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

### **PRORROGAR LICENÇA MATERNIDADE**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Maternidade à servidora FERNANDA DE ALBUQUERQUE FERREIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 14/12/2016 a 11/02/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 014/2016 FMEL**

PORTARIA Nº. 014/2016

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

### **REVOGAR PORTARIA**

Art.1º- Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº013/2016 que concedeu 15 (Quinze) dias de férias á servidora BRUNA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativa, junto a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a partir de 30/11/16 conforme Comunicação Interna nº 106/2016.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 29 de novembro de 2016.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 29/11/2016.

## **PORTARIA Nº. 1065/2016**

PORTARIA Nº. 1065/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.279/2007; resolve:

### **NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional CELIO PEREIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 001/2014, e convocado conforme Edital nº 040 de 07 de novembro de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 05/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 214/MSMRH/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 1º de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS

Secretário Municipal de Saúde Interino



Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1070/2016**

PORTARIA Nº. 1070/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor MARCIANO FERNANDES CORREA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 08/12/2016 a 22/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1071/2016**

PORTARIA Nº. 1071/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora ANDREA LUCIANA DOMENICO FILLIES, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 21/12/2016 a 30/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1073/2016**

PORTARIA Nº. 1073/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora TEREZINHA APARECIDA GOGOLA BAYESTORFF, detentora da matrícula nº 485 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00041/16-3, da qual se extraiu o período de 16 (dezesseis) anos, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1074/2016**

PORTARIA Nº. 1074/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal VACILA ANA ZUCCO STANISZEWSKI, efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 30/11/2016 à 28/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 598/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito



HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1075/2016**

PORTARIA Nº. 1075/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora DIRAZÉLI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 07/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1076/2016**

PORTARIA Nº. 1076/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ROSANI APARECIDA DRANKA, detentora da matrícula nº 476 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00055/16-4, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 05 (cinco) meses e 00 (zero) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1077/2016**

PORTARIA Nº. 1077/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora IEDA MARIA ZATTAR, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/11/2016 à 20/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 603/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1078/2016**

PORTARIA Nº. 1078/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor JUIRANDIR DE JESUS SUCHARA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor WANDERLEY BELUK, efetivo no cargo de Motorista Socorrista-SAMU, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 17/12/2016 a 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1079/2016**

PORTARIA Nº. 1079/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº. 2.305/90, resolve:

**INTERROMPER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica interrompida a Licença sem Vencimento concedida ao servidor DORVAL PADILHA JUNIOR, efetivo no cargo de Assistente Técnico em Topografia, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a partir do dia 25/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1080/2016**

PORTARIA Nº. 1080/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

**CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora MICHELI ADRIANO GROSSKOPF, efetiva no cargo de Fiscal 2, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, cuja licença será gozada no período de 23/11/2016 a 21/05/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1081/2016**

PORTARIA Nº. 1081/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional MILENA CAVALHEIRO LOPES, contratada na função de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar na E.B.M. Evaldo Dranka, no período de 23/12/2016 a 10/12/2017, haja vista a concessão de estabilidade, conforme Comunicação Interna nº 600/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1082/2016**

PORTARIA Nº. 1082/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora BEATRIZ PRUST DA CRUZ, detentora da matrícula nº 411 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00045/16-9, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1083/2016**

PORTARIA Nº. 1083/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**PRORROGAR PRAZO**

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 958/2016, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme Ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1085/2016**

PORTARIA Nº. 1085/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1086/2016**

PORTARIA Nº. 1086/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora NELCI TEREZINHA CARDOSO LISCOSKY, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1087/2016**

PORTARIA Nº. 1087/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro ao servidor LUIS SÉRGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1088/2016**

PORTARIA Nº. 1088/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

Art. 1º - Fica concedido Auxílio Funeral ao Sr. CLOVIS AMARAL DE SOUZA, servidor público municipal efetivo no cargo de Carpinteiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo falecimento de sua esposa Sra. MARIA APARECIDA PLACHEK DE SOUZA, ocorrido no dia 24 de novembro de 2016, conforme Comunicação Interna nº. 607/DP/2016.

Parágrafo Único: O Auxílio Funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1089/2016**

PORTARIA Nº. 1089/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora TELMA REGINA BLEY, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 09/12/2016 a 18/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora ZENICI DREHER HERBST, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, a desfrutar no período de 12/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1090/2016**

PORTARIA Nº. 1090/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro à servidora CRISTIANE MARIA CHUK PIRES DIAS, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1091/2016**

PORTARIA Nº. 1091/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora LILIAN CECILIA DE FRANÇA DE PAULA, efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 13/12/2016 a 22/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito



ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 1092/2016**

PORTARIA Nº. 1092/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor PAULO DRACHINSKI, efetivo no cargo de Desenhista, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 14/12/2016 a 23/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº PMC 19/2016**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 185/2016  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/01/2017, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 19/01/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMAS 1-05/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-05/2016  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-05/2016 referente ao contrato n.º FMAS 05/2016. Data do

Aditivo: 01/08/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LOCALIZADA NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, 945, BAIRRO PIEDADE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ 09.079.981/0001-89. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25, SITO A Rua Felipe Schmidt n. 10 – Centro- Canoinhas/SC. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica SUPRIMIDO ao presente contrato o valor de R\$ 219,65 (duzentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) conforme C.I. 262/2016, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Segue planilha com descrição dos itens suprimido abaixo. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 53.240,63 (cinquenta e três mil duzentos e quarenta reais e setenta e três centavos) passará a ser R\$ 53.020,98 (cinquenta e três mil vinte reais e noventa e oito centavos). Processo Licitatório Nº FMAS 05/2016. Tomada de Preço N.º FMAS 01/2016. Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMAS 2-05/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 2-05/2016  
ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMAS 2-05/2016 referente ao contrato n.º FMAS 05/2016. Data do Aditivo: 01/08/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LOCALIZADA NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, 945, BAIRRO PIEDADE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratada: KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ 09.079.981/0001-89. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25, SITO A Rua Felipe Schmidt n. 10 – Centro- Canoinhas/SC. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica ACRÉSCIMO ao presente contrato o valor de R\$ 13.242,17 (treze mil duzentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos) conforme C.I. 262/2016, enviada pela Secretaria Municipal de Planejamento. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 53.020,98 (cinquenta e três mil vinte reais e noventa e oito centavos) passará a ser R\$ 66.263,15 (cinquenta e três mil vinte reais e noventa e oito centavos). Processo Licitatório Nº FMAS 05/2016. Tomada de Preço N.º FMAS 01/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMDR 1-05/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMDR 1-05/2016  
ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMDR 1-05/2016 referente ao contrato n.º FMDR 05/2016. Data do Aditivo: 01/08/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NO VEICULO FURGÃO



IVECO DAYLI, PLACA MEG-9568, ANO 2004. Contratada: MOLASUL POSTO DE MOLAS, FREIOS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 02734357000129. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ: 83.102.384/0001-80, SITO A Rua Felipe Schmidt n. 10 – Centro- Canoinhas/SC. CLAUSULA QUARTA: (PRAZOS DE INICIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS). O prazo de vigência que era até 30/06/2016 passará a ser 30/07/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMDR 1-08/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMDR 1-08/2016  
ADITIVO DE PRAZO

Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMDR 1-08/2016 referente ao contrato n.º FMDR 08/2016. Data do Aditivo: 25/08/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 200 HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADAS AOS PROGRAMA DE INCENTIVO A PECUÁRIA. Contratada: CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ 10.720.438/0001-06. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ: 83.102.384/0001-80, SITO A Rua Felipe Schmidt n. 10 – Centro- Canoinhas/SC. Contratante: CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. O prazo de vigência do Contrato que era até 02/09/2016, passará a ser até 02/11/2016. Pregão Presencial nº 04/2015, Processo Administrativo nº 04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMDR 2-08/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMDR 2-08/2016  
ADITIVO DE PRAZO

Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMDR 2-08/2016 referente ao contrato n.º FMDR 08/2016. Data do Aditivo: 01/11/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 200 HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA, DESTINADAS AOS PROGRAMA DE INCENTIVO A PECUÁRIA. Contratada: CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ 10.720.438/0001-06. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ: 83.102.384/0001-80, SITO A Rua Felipe Schmidt n. 10 – Centro- Canoinhas/SC. Contratante: CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. O prazo de vigência do Contrato que era até 02/11/2016, passará a ser até 02/12/2016. Pregão Presencial nº 04/2015, Processo Administrativo nº 04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FME 1-01/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FME 1-01/2016  
ACRÉSCIMO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FME 1-01/2016 referente ao contrato n.º FME 01/2016. Data do Aditivo: 25/02/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DO ESTÁDIO BENEDITO THEREZIO CARVALHO E GINASIO MAGNO FUCK. Contratada: ANA CARDOSO - ME, CNPJ: 01.265.365/0001-00. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02 sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. CLÁUSULA TERCEIRA (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO). Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 3.173,71 (três mil cento e setenta e três reais e setenta e um centavos), referente ao aumento de um dia de limpeza por semana, conforme solicitação n

º 011/2016. Portanto, o valor do contrato que era de R\$ 15.208,94 (quinze mil duzentos e oito reais e noventa e quatro centavos), passará a ser de R\$ 18.382,65 (dezoito mil trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos). Processo Licitatório Nº PMC 83/2015. Pregão Presencial PMC 49/2015.

Ricardo Pereira Martin  
Presidente

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FMS 5-32/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 5-32/2013  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FMS 5-32/2013 referente ao contrato n.º FMS 32/2013. Data do Aditivo: 28/04/2016. Objeto Contratado: OBJETO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL Contratada: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO .O prazo de vigência deste Contrato que era até 29/02/2016 passará a ser de até 30/06/2016. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO. Fica através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo acima descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 26.492,12 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e doze centavos), sendo o valor mensal de R\$ 13.246,06 (treze mil duzentos e quarenta e seis reais e seis centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 351.057,30 (trezentos e cinquenta e um mil cinquenta e sete reais e trinta centavos), passará a ser de R\$ 377.549,42 (trezentos e setenta e sete mil quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Processo Nº. 46/2013. Inexigibilidade Nº. 9/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FUNREBOM 1-07/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 1-07/2015

ADITIVO DE PRAZO

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FUNREBOM 1-07/2015 referente ao contrato n.º FUNR 07/2015. Data do Aditivo: 15/06/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA COM PILARES METÁLICOS PERFIS METÁLICOS "U", ESTRUTURA METÁLICA PARA TELHADO E PAREDES DE CONCRETO MACIÇAS, DO ESTANDE DE TIRO PARA O 3º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CNPJ 83.187.807/0001-02. Contratante: GSA

PRÉ-MOLDADOS LTDA ME, CNPJ: 16951369000110, SITO com sede à Rua Vidal Ramos, n.º 632 – Centro, Canoinhas/SC CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA A vigência do presente Contrato que era até 30/06/2016, passará a ser até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 10/2015, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 3/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FUNREBOM 1-03/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 1-03/2016

ADITIVO DE ACRÉSCIMO

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FUNREBOM 1-03/2016 referente ao contrato n.º FUNR 03/2016. Data do Aditivo: 02/12/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. CNPJ 83.187.807/0001-02. Contratante: GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ: 90.180.605/0001-02, SITO com sede à Rua Vidal Ramos, n.º 632 – Centro, Canoinhas/SC. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Fica transferido a apólice de seguro - FORD TRANSIT PLACA MIB 8751 para a Renault Master Furgão L2H2, chassi 93YMAFELCHJ468261, Placa KID 1547. Devido a essa transferência, fica acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 30,85, referente ao Endosso do seguro. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 2.247,66 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos) passará a ser de R\$ 2.278,51 (dois mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos). Processo Licitatório n.º 87/2016, modalidade de Pregão Presencial n.º 61/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº FUNSAE 1-01/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FUNSAE 1-01/2016

ADITIVO DE PRAZO

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, torna público o termo aditivo n.º FUNSAE 1-01/2016 referente ao contrato n.º FUNSAE 01/2016. Data do Aditivo: 06/09/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE 70 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. Contratada: VOLTPESSA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 83.187.807/0001-02. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CNPJ: 03.393.652/0001-21, SITO com sede à Rua Vidal Ramos, n.º 632 – Centro, Canoinhas/SC. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. A vigência do presente Contrato que era até 06/09/2016, passará a ser até 16/10/2016. Processo Licitatório n.º 17/2016, PREGÃO PRESENCIAL n.º 10/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### CONTRATO PMC 0214-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº...: 0214/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: INSTITUTO BARRIGA VERDE	
Valor ..... : 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais)	
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/06/2017	
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0031/2016 Processo_Licitatório.....:0110 / 2016	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : Contratação de empresa a fim de elaborar Processo Seletivo para contratação de pessoal para o ano de 2017. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 16 de dezembro de 2016	

### PORTARIA 1079/2016

PORTARIA Nº 1079, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 209/2016, Juciele Machado, matrícula nº 330175/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### PORTARIA 1080/2016

PORTARIA Nº 1080, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 779/2016, Keitty Cristina Rodrigues Kozerski, matrícula nº 410026/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### PORTARIA 1081/2016

PORTARIA Nº 1081, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 237/2016, Leticia Palinski, matrícula nº 330647/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### PORTARIA 1082/2016

PORTARIA Nº 1082, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 336/2016, Ligia Maria Sutil, matrícula nº 410049/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### PORTARIA 1083/2016

PORTARIA Nº 1083, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 257/2016, Luciana Souza dos Santos da Silva, matrícula nº 399558/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1084/2016**

PORTARIA Nº 1084, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 727/2016, Lucimara Lopes Duarte De Villa, matrícula nº 170003/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1085/2016**

PORTARIA Nº 1085, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 208/2016, Lucrécia Colombo Côas, matrícula nº 323942/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1086/2016**

PORTARIA Nº 1086, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 487/2016, Maria Clecir de Azeredo, matrícula nº 410137/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1088/2016**

PORTARIA Nº 1088, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 296/2016, Maria Eliza Daneleski Dametto, matrícula nº 410051/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1089/2016**

PORTARIA Nº 1089, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 230/2016, Maria Mariline de Mattos, matrícula nº 331600/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1090/2016**

PORTARIA Nº 1090, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Marilei Aparecida Machado

Klein, matrícula nº 331660/06.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1091/2016**

PORTARIA Nº 1091, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 402/2016, Marília Martinazzo, matrícula nº 407513/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1092/2016**

PORTARIA Nº 1092, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 253/2016, Marisol Beatriz Alves, matrícula nº 230715/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1093/2016**

PORTARIA Nº 1093, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 221/2016, Marizete Kolling, matrícula nº 183636/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1094/2016**

PORTARIA Nº 1094, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 323/2016, Michele Pissoli, matrícula nº 407512/03, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1095/2016**

PORTARIA Nº 1095, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 324/2016, Michele Rodrigues Fernandes, matrícula nº 410029/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.



**PORTARIA 1096/2016**

PORTARIA Nº 1096, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 220/2016, Micheli dos Santos Chaves, matrícula nº 410045/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1097/2016**

PORTARIA Nº 1097, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 223/2016, Monalisa Chaves, matrícula nº 332062/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1098/2016**

PORTARIA Nº 1098, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 291/2016, Monalisa Chaves, matrícula nº 332062/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1099/2016**

PORTARIA Nº 1099, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 317/2016, Nilza Thomaz de Vargas Bergamo, matrícula nº 332313/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1100/2016**

PORTARIA Nº 1100, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Paloma Barbueno dos Santos Antunes, matrícula nº 410052/02.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1101/2016**

PORTARIA Nº 1101, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 210/2016, Patricia Fatima Teixeira Baretta, matrícula nº 324892/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1102/2016**

PORTARIA Nº 1102, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 320/2016, Patricia Massarolo, matrícula nº 407453/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1103/2016**

PORTARIA Nº 1103, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 330/2016, Patricia Roque de Moraes Colombo, matrícula nº 324892/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1104/2016**

PORTARIA Nº 1104, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 250/2016, Rafael Fracaro, matrícula nº 180718/04, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1105/2016**

PORTARIA Nº 1105, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 335/2016, Roque Divanir Lopes, matrícula nº 332860/05, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1106./2016**

PORTARIA Nº 1106, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 265/2016, Rosane Lourdes de Oliveira Souza, matrícula nº 332909/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1107/2016**

PORTARIA Nº 1107, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 211/2015, Roselaine Hoffmã, matrícula nº 332992/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1108/2016**

PORTARIA Nº 1108, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 269/2016, Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 325236/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1109/2016**

PORTARIA Nº 1109, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Simone do Nascimento Susin, matrícula nº 333484/03.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1110/2016**

PORTARIA Nº 1110, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 259/2016, Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1111/2016**

PORTARIA Nº 1111, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 480/2016, Sonia Souza Barcellos, matrícula nº 410136/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **portaria 1112/2016**

PORTARIA Nº 1112, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 264/2016, Susimara de Araújo, matrícula nº 410071/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1113/2016**

PORTARIA Nº 1113, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 232/2016, Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1115/2016**

PORTARIA Nº 1115, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 411/2016, Vanderleia Oliveira da Costa Steckling, matrícula nº 410109/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1116/2016**

PORTARIA Nº 1116, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Vanusa Aparecida Pereira da Silva, matrícula nº 334189/05.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1,

classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1117/2016**

PORTARIA Nº 1117, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 294/2016, Wanessa Franco Sobral, matrícula nº 3343559/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1118/2016**

PORTARIA Nº 1118, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 337/2016, Wanessa Ribeiro dos Santos, matrícula nº 410050/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1119/2016**

PORTARIA Nº 1119, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 419/2016, Sinuhe Utan Moscirocki Colombo, matrícula nº 170844/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1120/2016**

PORTARIA Nº 1120, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 419/2016, Solange Machado Calvi, matrícula nº 325287/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1121/2016**

PORTARIA Nº 1121, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonera em virtude do término do contrato nº 37/2016, Ezequiel da Silva, matrícula nº 407501/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1122/2016**

PORTARIA Nº 1122, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 894/2016, Lucas Guerreiro Camassola, matrícula nº 407457/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1123/2016**

PORTARIA Nº 1123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 229/2016, Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1124/2016**

PORTARIA Nº 1124, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/03, até que se encerre a Licença Maternidade.



Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1125/2016**

PORTARIA Nº 1125, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Fernanda Viera, matrícula nº 410122/01, ocupante do cargo de Diretor do PROCON, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1126/2016**

PORTARIA Nº 1126, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Bruna Toti da Silva, matrícula nº 410101/01, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Atendimento ao Produtor Rural, nível CC – 1, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1127/2016**

PORTARIA Nº 1127, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Sandra Tozatti, matrícula nº 170097/01, ocupante do cargo de Chefe do Departamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Rural (Vila União), nível CC –, conforme o anexo IV - H da Lei Complementar nº 186/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1128/2016**

PORTARIA Nº 1128, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Rosane de Lurdes Coronetti, matrícula nº 158909/06, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Transporte Coletivo, nível CC –, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1129/2016**

PORTARIA Nº 1129, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Ivan Zambon, matrícula nº 177180/01, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Manutenção da Área de Lazer, nível CC – 1, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1130/2016**

PORTARIA Nº 1130, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 314/2016, Anderlise Fatima Rodrigues Siviero, matrícula nº 326585/05, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1131/2016**

PORTARIA Nº 1131, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 235/2016, Marilei Aparecida Machado Klein, matrícula nº 331660/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1132/2016**

PORTARIA Nº 1132, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 240/2016, Vanusa Aparecida Pereira da Silva, matrícula nº 334189/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1134/2016**

PORTARIA Nº 1134, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 214/2016, Simone do Nascimento Susin, matrícula nº 333484/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1135/2016**

PORTARIA Nº 1135, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 403/2016, Paloma Barbueno dos Santos Antunes, matrícula nº 410052/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 1136/2016**

PORTARIA Nº 1136, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 231/2016, Ariane Surdi, matrícula nº 326917/04, ocupante do cargo de Professor, nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 1137/2016**

PORTARIA Nº 1137, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Reintegra servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Reintegra conforme Parecer jurídico nº 305/2016, a servidora Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte, matrícula nº 410453/03, contratada para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, o ESF Lar Imóveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 16 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 1138/2016**

PORTARIA Nº 1138, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 14/2016, a servidora Adriana Mandeliche, matrícula nº 325953/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 1139/2016**

PORTARIA Nº 1139, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/07, até que se encerre a Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Enfermeiro, Nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 1140/2016**

PORTARIA Nº 1140, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 27/2016, Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 1141/2016**

PORTARIA Nº 1141, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonera em virtude do término do contrato nº 205/2016, Fernanda Gonçalves da Silva, matrícula nº 410056/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1142/2016**

PORTARIA Nº 1142, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 12/2016, Fernanda Paula de Almeida, matrícula nº 407474/03, ocupante do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1143/2016**

PORTARIA Nº 1143, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término de contrato nº 76/2016, Gracieli Rossetti Giumbelli, matrícula nº 177873/06, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1144/2016**

PORTARIA Nº 1144, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 78/2016, Liliane Lanhí, matrícula nº 330744/04, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1145/2016**

PORTARIA Nº 1145, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 23/2016, Patricia Gomes da Silva, matrícula nº 332577/05, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1146/2016**

PORTARIA Nº 1146, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 24/2016, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/08, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1147/2016**

PORTARIA Nº 1147, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 15/2016, Rosemari Pires Saretta, matrícula nº 333042/07, ocupante do cargo

de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1148/2016**

PORTARIA Nº 1148, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 75/2016, Tailana Bazzo, matrícula nº 333689/06, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1149/2016**

PORTARIA Nº 1149, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 10/2016, Tracy Mary Betinardi, matrícula nº 407472/03, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

#### **PORTARIA 1165/2016**

PORTARIA Nº 1165, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 450/2016, que designou Sidnei Mantovani, matrícula nº 84751/01 para responder Diretoria de Orçamento e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

---

### **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

#### **PORTARIA N º 75/2016/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 75/2016/SIMAE-CAO, de 19 de dezembro de 2016.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Nomear o Sr. MAICO LUIZ SILVESTRIN, nascido em 18/02/1987, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, Padrão 6.0, Nível 01, Referência A, do Quadro de Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 202/2016

DECRETO N.º 202, de 16 de dezembro de 2016.

“Concede subvenção social à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Caxambu do Sul/SC, e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.395 de 16 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1.º Autoriza-se mediante Convênio de Cooperação, a concessão de Subvenção Social à Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Selvino Burtet, Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.804.592/0001-69, na forma prescrita no art. 16 da Lei nº 4.320/64, destinada a custear despesas com manutenção visando à continuidade dos serviços médico/hospitalares essenciais ao atendimento geral da população do Município de Caxambu do Sul/SC.

Parágrafo Único – A Subvenção Social dar-se-á por meio da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL, na importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para atender aos custos de manutenção dos serviços mencionados no caput deste artigo.

Art. 2.º O instrumento de convênio será firmado pelo prazo de 60 (Sessenta) dias, sendo admitida a prorrogação, por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo.

Art. 3.º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.	5
Unidade	Departamento de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública – Assistência Hospitalar	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(24)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		25.000,00

Art. 4.º Para recebimento dos recursos, a Fundação deverá protocolar junto ao Poder Executivo Municipal, processo de habilitação contendo:

- Termo de Convênio devidamente assinado;
- Plano de Aplicação;
- Cópia do Estatuto Social;
- Cópia do CNPJ atualizado;
- Ata da eleição e posse da atual Diretoria, devidamente registrada;

Art. 5.º A prestação de contas deverá ser na forma e prazo definidos no instrumento de convênio.

Art. 6.º Abra-se Crédito Adicional Suplementar, na Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2016, aprovada pela Lei Municipal nº 1.372/15, de 21 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.	5
Unidade	Departamento de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	MAIS SAÚDE	5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública – Assistência Hospitalar	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(24)	Aplicação Direta – 3.3.50	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde
Valor Total R\$:		25.000,00

Art. 7.º Para fazer frente ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 6.º desta Lei, utilizem-se recursos através da redução parcial ou total na mesma Entidade e proporção nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Atenção Básica		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(5)	Aplicação Direta – 3.1.71	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.500,00
(9)	Aplicação Direta – 3.3.71	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	200,00
(11)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	3.800,00
Valor Total R\$:			9.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Assistência Farmacêutica		2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(21)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	10.500,00
Valor Total R\$:			10.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.		5
Unidade	Departamento de Vigilância Sanitária		2
Função	Saúde		10
Sub-função	Vigilância Sanitária		304
Programa	MAIS SAÚDE		5
Atividade	Manutenção dos Programas de Saúde Pública do Bloco Vigilância em Saúde		2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(25)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferência – Saúde	5.000,00
Valor Total R\$:			5.000,00

Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 16 de dezembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 203/2016

DECRETO Nº 203/2016

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Chefe de Setor de Ensino Fundamental, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, o(a) Sr(a). João Miguel Gnoatto, brasileiro(a), casado(o), portador da Cédula de Identidade nº 5.198.855 e inscrito no CPF/MF sob nº 012.023.159-09, domiciliado na Linha Engenho Velho, zona rural de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 16 de dezembro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) CLEVERTON DE ANDRADE e SONIA BUENO, pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Clevelândia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC até o dia 04 (quatro) de janeiro de 2017, a fim de regularizar sua inscrição habitacional, bem como apresentar documentos atualizados: certidão de estado civil, certidão negativa de imóveis comprovante de renda e comprovar 05 (cinco) anos de moradia no município de Chapecó, de forma contínua e permanente.

Chapecó - SC, 16 de Dezembro de 2016.

Marcos Alberto Giovanoni  
Secretário de Habitação

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo e Loteamento Expoente, projetos do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Clevelândia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC até o dia 10 (dez) de janeiro de 2017, a fim de regularizar sua inscrição e trazer a documentação necessária para a efetivação no referido programa.

MONTE CASTELO 4 - Cadastro de Reserva - Sorteio realizado em 15 Abril de 2012.

Class	Nome	Cód. Domiciliar
62	LUCIA VARGAS NAZARIO	2056
63	IVANEI STUDINSKI	10691
64	MANASSEIS DE MOURA	1237
65	ARY DOMINGO SASSI	985

EXPOENTE - Cadastro de Reserva - Sorteio realizado em 23 de junho de 2016.

Class	Nome	Cód. Domiciliar
5	DISOLINA DE CAMARGO	5355

Chapecó - SC, 15 de Dezembro de 2016.

Marcos Alberto Giovanoni  
Secretário de Habitação

### LEI Nº. 6.920, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 6.920, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício de 2017.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Chapecó para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Pública Municipal;

Parágrafo único. As rubricas de receita e os créditos orçamentários constantes desta lei e dos quadros que a integram estão expressos em

reais.

## TÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

### CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta e Indireta para o exercício financeiro de 2016, discriminado nos Anexos desta Lei, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 710.000.000,00 - (Setecentos e dez milhões de reais).

Art. 3º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências constitucionais e legais e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

### CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A despesa orçamentária da Administração Direta e Indireta, no mesmo valor da receita, conforme a distribuição institucional dos anexos da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Os créditos orçamentários são alocados diretamente nas unidades orçamentárias responsáveis pela execução das ações correspondentes.

Art. 5º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art. 6º O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Atendendo ao disposto no art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o recolhimento das receitas do tesouro, ressalvadas aquelas cujas peculiaridades exijam tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelos.

Art. 8º A programação com recursos oriundos de operações de crédito internas e novos projetos, objetos de análise e aprovação pelos agentes financiadores, Câmara Municipal e Senado Federal, darão início a realização das despesas após cumprimento de todas as disposições legais vigentes.

Art. 9º Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, independente de formalização específica, serão efetuados através de registros contábeis informatizado, pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A discriminação da despesa de que trata o caput deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa constante da presente Lei.

§ 2º Será disponibilizado a cada órgão titular de dotações orçamentárias o respectivo detalhamento das despesas, após a sanção da presente Lei.

### CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, ESPECIAIS E SUPLEMENTARES

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a Administração Direta, Indireta, seus Fundos e Fundações Municipais, até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada no art. 2º desta Lei, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto ou atividade.

Art. 11. Ficam excluídos do limite estabelecido no art. 10º desta lei os créditos adicionais suplementares:

I - abertos com recursos da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980;

II - destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública;

III - destinados a suprir insuficiências nas dotações dos Fundos Especiais decorrentes do recebimento de recursos extraordinários;

IV - destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal, autorizada a redistribuição prevista no art. 66, Parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - destinados à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação;

§ 1º A abertura de créditos adicionais suplementares será feita mediante a edição de decretos do Poder Executivo, devidamente justificados.

§ 2º Os recursos destinados ao pagamento do grupo de natureza de despesa de pessoal poderão ser remanejados para outras despesas, no último quadrimestre do exercício, desde que os eventos que subsidiaram a previsão da despesa de pessoal não se concretizem.

Art. 12. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão, entre elementos do mesmo grupo de despesa e entre atividades e projetos de um mesmo programa, sem onerar o limite estabelecido no art. 10º desta Lei. Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, exclusivamente para os casos em que o elemento de despesa a ser suplementado ou anulado seja da mesma atividade ou projeto, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte, devidamente justificado.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, por não ter sido possível orçar na época própria e que tenha ocorrido efetivamente o ingresso da respectiva receita ou comprovado que este ocorrerá. E ainda por conta do Superávit Financeiro apurado referente aos exercícios anteriores de acordo com a fonte de recurso específica.

Art. 14. Para efeito das alterações orçamentárias observar-se-á o seguinte:

I - será considerado crédito especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nas unidades orçamentárias, sendo necessária a autorização legislativa específica para sua abertura.

II - os créditos suplementares, a que se referem os artigos, 10 e 11 englobam a inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação e grupo de natureza da despesa ou acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial, serão feitos através de decretos do Poder Executivo.

### TÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os ajustes de valores nas dotações de um mesmo projeto, atividade ou operação especial aprovados na presente Lei e em seus créditos especiais, respeitada as fontes e destinação de recursos, em conformidade com o disposto no inciso VI do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e/ou internacionais oficiais de crédito para aplicações em investimentos fixados nesta lei, bem como oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para realização destes financiamentos.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir novos créditos, sempre que se fizer necessário, para cobrir despesas e/ou oferecimento de contrapartidas, vinculadas à captação de recursos externos, advindos de instituições nacionais e/ou internacionais oficiais de crédito, bem como de órgãos governamentais.

Art. 18. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 19. A Reserva de contingência, além de atender as determinações da alínea "b" do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, poderá ser utilizada como recursos para abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais.

Art. 20. Fica autorizada, se necessária, a adoção de parâmetros para a utilização de contingenciamento das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário e o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica vigente.

Art. 21. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a transferência de recursos para custeio de despesas de outros entes, desde que atendidos claramente os interesses locais e os dispositivos constantes do Art. 62 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A transferência de que trata este artigo, diz respeito também, à cedência de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do município, para atender aos vários convênios firmados com diversas entidades do município e com órgãos da Administração Pública Direta e Indireta da União, de Estados, Distrito Federal e de Municípios.

Art. 22. Fica autorizado o Poder Executivo, através da Contadoria e Controladoria Geral do Município a efetuar a compatibilização e adequação dos Instrumentos de Planejamento das Programações Orçamentárias: Plano Plurianual - PPA, Lei nº 6.470 de 27 de setembro de 2013 e suas alterações, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO Nº 6.866, de 30 de maio de 2016 e Lei Orçamentária Anual - LOA, após a aprovação da Presente Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 14 de dezembro de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Prefeito Municipal, em exercício.



**LEI Nº. 6.920, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 - ANEXO**

# **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

**Nº 6920, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINAPREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Página: 1 / 1Data: 14/12/2016

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2017****ANEXOS**

Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Economicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64)	Páginas
Anexo 2 - Receita por Categoria Economica (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 3 - Natureza da Despesa por Categorias Economicas (Anexo 2 da Lei 4.320/64)	13
Anexo 4 - Funcao e Subfuncao de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320/64)	4
Anexo 5 - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei 4.320/64)	1
Anexo 6 - Programa de Trabalho, Dem. Funcao, Subfuncao, Programas... (Anexo 7 da Lei 4.320/64)	15
Anexo 7 - Demonstrativo da Despesa por Funcao, Subfuncao e Programas... (Anexo 8 da Lei 4.320/64)	5
Anexo 8 - Demonstrativo da despesas por Orgao e Funcao (Anexo 9 da Lei 4.320/64)	5
Anexo 9 - Demonstrativo da Evolucao da Receita (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	35
Anexo 10 - Demonstrativo da Evolucao da Despesa (conforme art. 22, III da Lei 4.320/64)	4
Anexo 11 - Relacao da Proposta da Receita	3
Anexo 12 - Relacao da Proposta da Despesa	7
Anexo 13 - Demonstrativo da Receita Corrente Liquida	21
	1
	115

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

Página: 1/1  
 Data: 14/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	681.835.000,00	DESPESAS CORRENTES	570.901.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	173.550.860,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	297.489.042,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.247.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.050.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	28.207.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	272.361.958,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	295.000,00	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.420.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	109.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.420.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	421.080.140,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.346.000,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.397.000,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	33.397.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-46.976.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2.100.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-44.876.000,00		
		Superavit	63.935.000,00
Total	668.256.000,00	Total	668.256.000,00
Superavit do orçamento corrente	63.935.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL	41.744.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	71.463.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.500.000,00	INVESTIMENTOS	64.583.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	813.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	580.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	579.000,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	6.300.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.852.000,00		
Deficit	29.719.000,00		
Total	71.463.000,00	Total	71.463.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	681.835.000,00	96,03 %	DESPESAS CORRENTES 604.321.000,00 89,32 %
RECEITAS DE CAPITAL	41.744.000,00	5,88 %	DESPESAS DE CAPITAL 71.463.000,00 10,56 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.397.000,00	4,70 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 819.000,00 0,12 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-46.976.000,00	-6,62 %	
			Superavit do Orçamento 33.397.000,00
Total	710.000.000,00	100,00 %	Total 710.000.000,00 100,00 %

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
 Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
 Contador Geral



Página: 2/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	6.500.000,00		
4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Emolumentos e Custas de Apreç de Atos e Contratos	6.500.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	20.500.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.944.000,00		
4.1.1.2.2.99.05.00.00.00	Taxa do - Fumrebom	1.944.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		1.139.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.139.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		11.000.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		11.000.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.130.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		2.627.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS			
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	2.604.000,00		
4.1.3.1.1.99.01.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	2.604.000,00		
4.1.3.1.1.99.02.00.00.00	Aluguel Parque EFAPI	522.000,00		
4.1.3.1.1.99.99.00.00.00	Aluguel outros próprios municipais	2.000.000,00		
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	82.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	23.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.354.000,00	2.354.000,00	
4.1.3.2.5.16.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	2.000,00		
4.1.3.2.5.17.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	5.000,00		
4.1.3.2.5.18.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magistê	81.000,00		
4.1.3.2.5.19.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magistê	54.000,00		
4.1.3.2.5.24.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	15.000,00		
4.1.3.2.5.24.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	13.000,00		
4.1.3.2.5.24.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Estado	2.000,00		
4.1.3.2.5.46.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec FNAS - PEJA	2.000,00		
4.1.3.2.5.58.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Salario Ed	36.000,00		
4.1.3.2.5.59.00.00.00.00	Rec. Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	2.000,00		
4.1.3.2.5.60.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNDE - PNAE	2.000,00		
4.1.3.2.5.61.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - PNATE	2.000,00		
4.1.3.2.5.62.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec FNDE - Outros	2.000,00		
4.1.3.2.5.83.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Interna	5.000,00		
4.1.3.2.5.86.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec Op Cred Ext	11.000,00		
4.1.3.2.5.98.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREBOM	285.000,00		
4.1.3.2.5.98.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUNREBOM	13.000,00		
4.1.3.2.5.98.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOC	87.000,00		
4.1.3.2.5.98.03.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - REC ORD FUMPOC	185.000,00		
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec Ord. - Pref	1.850.000,00		



Página: 3/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.99.01.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec Ord. - Pref	1.850.000,00		
4.1.3.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		149.000,00	
4.1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		295.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		295.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		109.000,00	
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	109.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	71.982.958,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	55.983.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	51.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25% Educação	26.829.900,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15% Saúde	13.338.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	11.132.100,00		
4.1.7.2.1.01.03.01.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	4.600.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.02.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	3.450.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	1.150.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - 60% Ordinário	60.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - 25% Educação	31.380,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - 15% Saúde	15.600,00		
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	13.020,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	23.000,00		
4.1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	2.347.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	1.570.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des Educação -FDNE	777.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	12.673.958,00		
4.1.7.2.1.35.52.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	9.727.958,00		
4.1.7.2.1.35.53.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	382.000,00		
4.1.7.2.1.35.54.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	2.547.000,00		
4.1.7.2.1.35.55.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	7.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	5.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	5.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% Ordinário	400.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% Educação	209.200,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% Saúde	104.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	86.800,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	579.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	142.004.182,00		
		139.366.182,00		

Página: 4/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	106.501.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - 60% Ordinário	55.700.023,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	27.690.260,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	23.110.717,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	31.205.182,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - 60% Ordinário	16.186.360,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	8.186.360,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	6.832.462,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	1.660.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - 60% Ordinário	868.180,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - 25% Educação	431.600,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - 15% Saúde	360.220,00		
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferências do Estado para a educação - Transp Es	638.000,00		
4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Transferências do Estado para a educação - Transp Es	638.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	2.000.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	2.000.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	73.561.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	73.561.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	62.529.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	11.032.000,00		
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	8.902.000,00		
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	5.074.000,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	407.000,00		
4.1.7.6.1.02.01.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	407.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	4.667.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	3.480.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.480.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	348.000,00		
4.1.7.6.4.01.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	348.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.097.000,00		
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	12.680.000,00		
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.846.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	400.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60 Ordinário	209.200,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	104.000,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	86.800,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	440.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60% Ordinário	230.120,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	114.400,00		

Página: 5/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	95.480,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	43.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	963.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	963.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	1.484.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	740.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60% Ordinário	387.020,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60% Ordinário	192.400,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde	160.580,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	260.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60% Ordinário	135.980,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educação	67.600,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	56.420,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	484.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	9.350.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	9.350.000,00	1.371.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	232.000,00		
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	232.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.139.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.139.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições			
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.444.000,00	6.444.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.760.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60% Ordinário	1.443.480,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	717.600,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	598.920,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	940.000,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60% Ordinário	491.620,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	244.400,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	203.980,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	636.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.108.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	2.108.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		7.602.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	7.602.000,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	7.257.000,00		
4.1.9.9.0.99.91.00.00.00	Outras Receitas - Fumrebom	59.000,00		
4.1.9.9.0.99.92.00.00.00	Outras Receitas - FumPoc	143.000,00		

Página: 6/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.0.99.93.00.00.00	Outras Receitas - FumPom	143.000,00		39.625.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		21.500.000,00	
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		20.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	20.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	20.000.000,00	1.500.000,00	
4.2.1.2.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS			
4.2.1.2.3.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.500.000,00		
4.2.1.2.3.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.500.000,00		
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS		813.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		233.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis		580.000,00	
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis		579.000,00	
4.2.3.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			
4.2.3.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	579.000,00		
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		16.733.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		16.000.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União			
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados			
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados		733.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	500.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	500.000,00		
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	500.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	233.000,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	233.000,00		
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-46.976.000,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-2.100.000,00	
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		-2.100.000,00	
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-1.260.000,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-1.260.000,00		
9.1.1.1.2.02.91.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU	-1.220.000,00		
9.1.1.1.2.02.91.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - Ordinário	-638.060,00		
9.1.1.1.2.02.91.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 25% Educação	-317.200,00		
9.1.1.1.2.02.91.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 15% Saúde	-264.740,00		

Página: 7/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.1.1.2.02.92.00.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/propriedade pred e ter	-40.000,00		
9.1.1.1.2.02.92.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - Ordinário	-20.920,00		
9.1.1.1.2.02.92.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 25% Educação	-10.400,00		
9.1.1.1.2.02.92.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 15% Saúde	-8.680,00		
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-840.000,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS	-840.000,00		
9.1.1.1.3.05.91.00.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS	-700.000,00		
9.1.1.1.3.05.91.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - Ordinário	-366.100,00		
9.1.1.1.3.05.91.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - 25% Educação	-182.000,00		
9.1.1.1.3.05.91.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - 15% Saúde	-151.900,00		
9.1.1.1.3.05.92.00.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação	-140.000,00		
9.1.1.1.3.05.92.01.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - Ordinário	-73.220,00		
9.1.1.1.3.05.92.02.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - 25% Educação	-36.400,00		
9.1.1.1.3.05.92.03.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - Ordinário	-30.380,00	-44.876.000,00	
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-44.876.000,00	-44.876.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-12.612.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-12.532.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-12.520.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-12.520.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-12.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-12.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-80.000,00		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-80.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-32.264.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-32.264.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-24.776.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-24.776.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-7.156.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-7.156.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-332.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-332.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>507.281.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>507.281.000,00</b>

**Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.00.00.00.00.00  
4.1.0.0.00.00.00.00.00

RECEITAS  
RECEITAS CORRENTES

121.136.000,00





Página: 9/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.57.00.00.00	Vigilância em Saúde - Campanha de Vacinas	13.000,00		
4.1.7.2.1.33.58.00.00.00	Atenção Básica - PMAQ Prog Melhorias Aces Qual	2.200.000,00		
4.1.7.2.1.33.59.00.00.00	Atenção Básica - PSE Prog saúde Escola	286.000,00		
4.1.7.2.1.33.61.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica - Parte Fixa	1.146.000,00		
4.1.7.2.1.33.71.00.00.00	Gestão do SUS	39.000,00		
4.1.7.2.1.33.72.00.00.00	Farmácia Popular	156.000,00		
4.1.7.2.1.33.75.00.00.00	Programa FAEC - Cirurgia Orofacial	13.000,00		
4.1.7.2.1.33.76.00.00.00	Recruta - Outros recursos do FNS	59.000,00		
4.1.7.2.1.33.77.00.00.00	Programa MAC - REDE PSICOSSOCIAL	156.000,00		
4.1.7.2.1.33.79.00.00.00	Atenção Básica - Variável Comp Especif Reg - 6400	39.000,00		
4.1.7.2.1.33.81.00.00.00	Programa MAC - Brasil sem Miséria - 6500	52.000,00		
4.1.7.2.1.33.82.00.00.00	Programa MAC - Rede viver sem limites - 6500	26.000,00		
4.1.7.2.1.33.83.00.00.00	Programa MAC - Rede saúde mental - 6500	104.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	12.547.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	11.690.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Recruta de Transf. Recursos Estado - CEO	52.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Recruta de Transf. Recursos Estado - Farmácia Bas.	1.262.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Recruta de Transf. Rec. Est - Cof. Aten. Básica	1.694.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Recruta de Transf. Rec. Estado - Oxigenoterapia	182.000,00		
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Recruta de Transf. Recursos Estado - MAC	8.500.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	857.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	857.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	59.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	59.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	75.000,00		
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	75.000,00		
4.1.9.0.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	75.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.866.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.866.000,00		
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.621.000,00		
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.331.000,00		
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	1.331.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transferências dos Estados	290.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	290.000,00		
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		245.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	245.000,00		
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	245.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00				

Página: 10/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	245.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>123.002.000,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>123.002.000,00</b>
<b>Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		12.422.000,00	
4.1.2.1.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		12.422.000,00	
4.1.2.1.02.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	12.422.000,00		
4.1.2.1.02.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	12.230.000,00		
4.1.2.1.10.29.09.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	192.000,00		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		22.361.000,00	
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		22.361.000,00	
4.1.3.2.50.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.50.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Poup. Rec. Vinc. - RPPS	22.361.000,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.102.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.102.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.10.00.00.00	Compensações Financeiras entre Regime Geral e RPPS			
4.1.9.2.2.10.01.00.00	Comp. Financeira entre Reg. Geral e R.P.P/principal			
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	82.000,00		
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
4.7.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		33.397.000,00	
4.7.2.1.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		33.397.000,00	
4.7.2.1.02.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	33.397.000,00		
4.7.2.1.02.09.01.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	33.397.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>70.282.000,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>70.282.000,00</b>
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		4.825.000,00	
4.1.2.1.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.825.000,00	
4.1.2.1.09.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	4.825.000,00		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		348.000,00	

Página: 11/13  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.3.2.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		348.000,00	
4.1.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	348.000,00		
4.1.1.3.2.5.99.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. Ord	348.000,00		
4.1.1.3.2.5.99.04.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. Ord FAS	348.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	Transf. de Conv.		174.000,00	
4.1.7.6.0.0.0.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	174.000,00	174.000,00	
4.1.7.6.3.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	174.000,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.00				
<b>Total das receitas:</b> 5.347.000,00				
<b>Total por entidade:</b> 5.347.000,00				
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		24.000,00	
4.1.1.3.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		24.000,00	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS				
4.1.1.3.2.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.000,00		
4.1.1.3.2.5.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - API	5.000,00		
4.1.1.3.2.5.47.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PAC	3.000,00		
4.1.1.3.2.5.48.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS PPD	3.000,00		
4.1.1.3.2.5.49.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - PETI	3.000,00		
4.1.1.3.2.5.00.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS Sentinela	5.000,00		
4.1.1.3.2.5.51.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - Outros	5.000,00		
4.1.1.3.2.5.52.00.00.00	Rec.Rem Deposito Bancário - Rec FNAS - Outros		3.649.000,00	
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.069.000,00	
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	3.069.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada API	36.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PPD	128.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PAC	128.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada SENTINELA	382.000,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada BOLSA FAMÍLIA	208.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PETI JORNADA	232.000,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00	Outros programas FNAS SUAS	1.955.000,00		
4.1.7.2.1.34.51.00.00	Transf. de Conv.		580.000,00	
4.1.7.6.0.0.0.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	158.000,00		
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr Assist Soc	118.000,00		
4.1.7.6.1.03.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	59.000,00		
4.1.7.6.1.03.01.00.00				

Página: 12/13  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.7.6.1.03.02.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	59.000,00		
4.1.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	40.000,00		
4.1.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	422.000,00		
4.1.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Prog. Proteção Social Especial ALTA COMPLEXIDADE	59.000,00		
4.1.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	363.000,00		
4.1.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.000,00	
4.1.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		13.000,00	
4.1.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	13.000,00		
4.1.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	13.000,00		
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			253.000,00
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		253.000,00	
4.2.4.2.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	148.000,00		
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	148.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	105.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	105.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>3.939.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>3.939.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			149.000,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		5.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00		
4.1.3.2.5.99.00.00.00.00	Rec. Rem. Depósito Bancário	5.000,00		
4.1.3.2.5.99.08.00.00.00	Rec Rem. Depósito Bancário - Rec Ord FIA	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		144.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União		72.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	36.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	36.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	36.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	36.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		36.000,00	
4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	36.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		36.000,00	



Página: 13/13  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.5.0.01.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	36.000,00		
Total das receitas:				149.000,00
Total por entidade:				149.000,00
Total geral:				710.000.000,00

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral

Página: 1/4  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		188.290.000,00	332.721.958,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		5.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		164.466.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		23.819.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.050.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.050.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		143.381.958,00	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		262.500,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		7.588.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		8.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		135.488.458,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		35.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			62.304.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		55.424.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		55.419.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		580.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		580.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA		6.300.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		6.300.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			819.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		819.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		95.461.042,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		12.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		86.228.042,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		9.221.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		115.009.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		1.900.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		12.000,00	
<b>Total das despesas:</b>			<b>395.844.958,00</b>	
<b>Total da entidade:</b>			<b>395.844.958,00</b>	
				210.470.042,00

Página: 2/4  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		109.107.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.990.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.635.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		7.635.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		12.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.623.000,00	
<b>Total das despesas:</b>			<b>218.105.042,00</b>	
<b>Total da entidade:</b>			<b>218.105.042,00</b>	
<b>Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			36.537.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		34.929.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		34.929.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		0,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.608.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.608.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			348.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		348.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		348.000,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS			33.397.000,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		33.397.000,00	
7.7.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		33.397.000,00	
7.7.99.99.00.00.00.00	A Classificar	33.397.000,00		
7.7.99.99.01.00.00.00		33.397.000,00		
<b>Total das despesas:</b>			<b>70.282.000,00</b>	
<b>Total da entidade:</b>			<b>70.282.000,00</b>	
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.081.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.081.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.081.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			266.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		266.000,00	

Página: 3/4  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO</b>				
4.4.90.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	Aplicacoes Diretas		266.000,00	
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.1.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.90.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		824.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		824.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.950.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		331.000,00	
	Aplicacoes Diretas		3.619.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		518.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		518.000,00	
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.3.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.3.90.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		84.000,00	
	Aplicacoes Diretas		84.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		39.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		39.000,00	
<b>Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.1.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.90.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.405.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.025.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		380.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.248.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		61.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>				
<b>5.347.000,00</b>				
<b>5.347.000,00</b>				
<b>5.292.000,00</b>				
<b>5.292.000,00</b>				
<b>123.000,00</b>				
<b>123.000,00</b>				
<b>14.653.000,00</b>				

Página: 4/4  
Data: 14/12/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.187.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			353.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		353.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		353.000,00	
			<b>Total das despesas:</b>	<b>15.006.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>15.006.000,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>710.000.000,00</b>

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

Página: 1/1  
 Data: 14/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
	126 Tecnologia da Informatização
	129 Administração de Receitas
	131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 Suporte Profilático e Terapêutico
	304 Vigilância Sanitária
	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	363 Ensino Profissional
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	453 Transportes Coletivos Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	542 Controle Ambiental
19 Ciência e Tecnologia	573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 Agricultura	601 Promoção da Produção Vegetal
	604 Defesa Sanitária Animal
	605 Abastecimento
	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
	695 Turismo
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	781 Transporte Aéreo
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
 Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
 Contador Geral

Página: 1/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>					
<b>Unidade: 02.02 Gabinete do Prefeito</b>					
04	Administração				
04.122	Administração Geral		15.270.000,00		15.270.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		8.773.000,00		8.773.000,00
04.122.0102.2011	Manut. Gabinete do Prefeito		6.289.000,00		6.289.000,00
04.122.0102.2012	Manut. Gabinete Vice Prefeito		2.234.000,00		2.234.000,00
04.122.0102.2021	Manut. Superintendências Regionais		166.000,00		166.000,00
04.122.0102.2022	Manut. Atividades Ouvidoria Pública		3.866.000,00		3.866.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		23.000,00		23.000,00
04.122.0103.2015	Manut. Procuradoria Geral do Município		2.484.000,00		2.484.000,00
04.122.0103.2027	Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP		2.425.000,00		2.425.000,00
04.124	Controle Interno		59.000,00		59.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo		1.476.000,00		1.476.000,00
04.124.0103.2016	Manut. Contadoria Geral do Município		1.476.000,00		1.476.000,00
04.124.0103.2017	Manut. Controladoria Geral do Município		1.062.000,00		1.062.000,00
04.131	Comunicação Social		414.000,00		414.000,00
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		5.021.000,00		5.021.000,00
04.131.0102.2018	Manut. Assessoria de Imprensa		5.021.000,00		5.021.000,00
08	Assistência Social		5.021.000,00		5.021.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.445.000,00		1.445.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família		1.445.000,00		1.445.000,00
08.243.0105.2023	Manut. Atividades do Conselho Tutelar		1.445.000,00		1.445.000,00
14	Direitos da Cidadania		1.222.000,00		1.222.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		1.222.000,00		1.222.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo		1.222.000,00		1.222.000,00
14.422.0103.2031	Manut. Atividades do PROCON		1.222.000,00		1.222.000,00
23	Comércio e Serviços		1.222.000,00		1.222.000,00
23.695	Turismo		876.000,00		876.000,00
23.695.0127	Chapécó Nossa Cidade		876.000,00		876.000,00
23.695.0127.2028	Manutenção das Atividades de Decoração Natalina		876.000,00		876.000,00

Página: 2/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 03.00</b>	<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b>	<b>49993000</b>	<b>312.858.958,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>395.844.958,00</b>
<b>Unidade: 03.03</b>	<b>Secretaria da Fazenda</b>	<b>64.000,00</b>	<b>7.363.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.427.000,00</b>
04	Administração				
04.122	Administração Geral	64.000,00	7.363.000,00		7.427.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	64.000,00			64.000,00
04.122.0104.1011	Modernização da Adm. Tributos				64.000,00
04.123	Administração Financeira	64.000,00			64.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo		943.000,00		943.000,00
04.123.0103.2041	Manut. Secretaria de Fazenda		943.000,00		943.000,00
04.129	Administração de Receitas		6.420.000,00		6.420.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo		6.420.000,00		6.420.000,00
04.129.0103.2042	Manut. Depto. Tributos		1.925.000,00		1.925.000,00
04.129.0103.2043	Manut. Depto. Fiscalização		4.495.000,00		4.495.000,00
<b>Órgão: 04.00 SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER</b>					
<b>Unidade: 04.04</b>	<b>Secretaria de Juventude Esporte e Lazer</b>	<b>2.061.000,00</b>	<b>7.996.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.057.000,00</b>
27	Desporto e Lazer				
27.811	Desporto de Rendimento	2.061.000,00	7.996.000,00		10.057.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	470.000,00			470.000,00
27.811.0110.1022	Conclusão Arena Indio Condá	212.000,00			212.000,00
27.811.0110.1023	Construção Arena Multiuso	258.000,00			258.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.591.000,00	7.996.000,00		9.587.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	1.591.000,00	4.678.000,00		6.269.000,00
27.812.0109.1021	Construção e Ampliação Praças Polí Esportivas	1.591.000,00			1.591.000,00
27.812.0109.2051	Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer		3.522.000,00		3.522.000,00
27.812.0109.2052	Manut. Depto. Técnico Sec. Esportes e Lazer		695.000,00		695.000,00
27.812.0109.2053	Manut. Depto. Patrimônio e Materiais Sec. Esportes e Lazer		461.000,00		461.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro		3.318.000,00		3.318.000,00
27.812.0110.2054	Manut. Ativ. de Apoio ao Esporte		3.318.000,00		3.318.000,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO</b>					
<b>Unidade: 05.05</b>	<b>Secretaria de Defesa do Cidadão</b>	<b>331.000,00</b>	<b>19.162.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.493.000,00</b>
04	Administração				
04.122	Administração Geral		5.105.000,00		5.105.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		5.105.000,00		5.105.000,00
04.122.0103.2064	Manut. Depto de Segurança Patrimonial		5.105.000,00		5.105.000,00

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Órgão: 06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED  
Unidade: 06.06 Secretaria de Educação

Página: 4/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED</b>					
<b>Unidade: 06.06 Secretaria de Educação</b>					
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental				
12.361.0108	Escola Forte				
12.361.0108.1111	Aquisição de Material Uso Permanente - Fundamental	49993000	312.858.958,00	32.174.000,00	395.844.958,00
12.361.0108.2101	Manut. Atividades Secretaria de Educação	5782.000,00	141.093.958,00	0,00	146.875.958,00
12.361.0108.2102	Manut. Diretoria Administrativa Sec Educação	5782.000,00	141.093.958,00	0,00	146.875.958,00
12.361.0108.2103	Manut. Diretoria Pedagógica				
12.361.0108.2111	Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental		3.646.000,00		3.646.000,00
12.361.0108.2121	Manut. Ensino Fundamental - Outros		6.373.000,00		6.373.000,00
12.361.0108.2129	Manut. Escola Agropecuária		2.597.000,00		2.597.000,00
12.361.0108.2132	Manut. do Transporte Escolar		48.634.000,00		48.634.000,00
12.363	Ensino Profissional		12.263.000,00		12.263.000,00
12.363.0108	Escola Forte		155.000,00		155.000,00
12.363.0108.2133	Manut. Ensino Profissional e Cooperativo		4.792.000,00		4.792.000,00
12.364	Ensino Superior		58.000,00		58.000,00
12.364.0108	Escola Forte		58.000,00		58.000,00
12.364.0108.2135	Manut. Convenio Ensino Superior e FUNDESTE		113.000,00		113.000,00
12.365	Educação Infantil		113.000,00		113.000,00
12.365.0108	Escola Forte		113.000,00		113.000,00
12.365.0108.1103	Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil	2.932.000,00	48.127.958,00		51.059.958,00
12.365.0108.1112	Aquisição de Material Uso Permanente - Infantil	2.932.000,00	48.127.958,00		51.059.958,00
12.365.0108.2112	Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil	1.147.000,00			1.785.000,00
12.365.0108.2122	Manut. Educação Infantil - Outros		38.003.000,00		1.147.000,00
12.367	Educação Especial		10.124.958,00		38.003.000,00
12.367.0108	Escola Forte		236.000,00		10.124.958,00
12.367.0108.2134	Manut. Outros convenio FNDE		236.000,00		236.000,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Unidade: 07.07 Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente</b>					
18	Gestão Ambiental				
18.542	Controle Ambiental				
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	658.000,00	4.906.000,00	0,00	5.564.000,00
18.542.0125.2211	Manut. das Atividades do Meio Ambiente	658.000,00	4.906.000,00	0,00	5.564.000,00
			715.000,00		715.000,00
			715.000,00		715.000,00
			715.000,00		715.000,00
			715.000,00		715.000,00



Página: 5/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Unidade: 07.07 Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente</b>					
20	Agricultura				
20.601	Promoção da Produção Vegetal				
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.601.0121.1205	Implantação de Feiras Municipais				
20.601.0121.2205	Manut. Operacionalização Mercado Público				
20.604	Defesa Sanitária Animal				
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.604.0121.2204	Manut. Depto de Inspeção de Produtos Origem Animal				
20.605	Abastecimento				
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.605.0121.2203	Manut. Depto de Abastecimento Rural				
20.606	Extensão Rural				
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações				
20.606.0120.2202	Manut. Depto de Assist. e Difusão tecnológica				
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar				
20.606.0121.2215	Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural				
20.606.0121.2216	Manut. Atividades de Consórcios Públicos				
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável				
20.606.0125.1201	Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Agricultura				
20.606.0125.2201	Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais				
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA</b>					
<b>Unidade: 09.09 Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura</b>					
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana				
15.451.0123	Chapécó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos				
15.451.0123.1251	Revitalização de Parques e Praças Públicas				
15.451.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana				
15.451.0124.2251	Manut. Ativ. Secret. de Serviços Urbanos e infraestrutura				
15.451.0124.2260	Manut. Sinalização Viária				
15.451.0127	Chapécó Nossa Cidade				
15.451.0127.1252	Implantação e Revitalização de Passeios Públicos				
15.451.0127.1255	Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares				
15.451.0127.1256	Recuperação e Pavimentação de Vias Públicas				
15.451.0127.1271	Aquisição de Máquinas e Equipamentos				
		<b>49993000</b>	<b>312.858.958,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>395.844.958,00</b>
		<b>658.000,00</b>	<b>4.906.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.564.000,00</b>
		<b>658.000,00</b>	<b>4.906.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.564.000,00</b>
		658.000,00	4.191.000,00		4.849.000,00
		130.000,00	113.000,00		243.000,00
		130.000,00	113.000,00		243.000,00
		130.000,00			130.000,00
			113.000,00		113.000,00
			840.000,00		840.000,00
			840.000,00		840.000,00
			840.000,00		840.000,00
			388.000,00		388.000,00
			388.000,00		388.000,00
			388.000,00		388.000,00
		528.000,00	2.850.000,00		3.378.000,00
			389.000,00		389.000,00
			389.000,00		389.000,00
			151.000,00		151.000,00
			118.000,00		118.000,00
			33.000,00		33.000,00
		528.000,00	2.310.000,00		2.838.000,00
		528.000,00			528.000,00
			2.310.000,00		2.310.000,00
		<b>35.426.000,00</b>	<b>53.252.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>88.678.000,00</b>
		<b>35.426.000,00</b>	<b>53.252.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>88.678.000,00</b>
		34.009.000,00	26.123.000,00		60.132.000,00
		34.009.000,00	18.003.000,00		52.012.000,00
		250.000,00			250.000,00
		250.000,00			250.000,00
			3.667.000,00		3.667.000,00
			3.441.000,00		3.441.000,00
			226.000,00		226.000,00
		33.759.000,00	14.336.000,00		48.095.000,00
		68.000,00			68.000,00
		512.000,00			512.000,00
		32.639.000,00			32.639.000,00
		540.000,00			540.000,00

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 7/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>					
<b>Unidade: 10.10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>					
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	49993000	312.858.958,00	32.174.000,00	395.844.958,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora				
22.661.0118.1301	Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais	1.618.000,00	9.638.000,00	0,00	11.256.000,00
22.661.0118.1302	Implantação Parque Tecnológico	1.618.000,00	9.638.000,00	0,00	11.256.000,00
23	Comércio e Serviços				
23.691	Promoção Comercial	670.000,00	9.406.000,00		9.406.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora				
23.691.0118.2301	Manut. Atividades Secret. Desenvol. Econômico		9.289.000,00		9.289.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos		2.144.000,00		2.144.000,00
23.691.0119.2302	Manut. Realização EFAP 2014/17		2.144.000,00		2.144.000,00
23.691.0119.2303	Manut. Realização Feiras		7.145.000,00		7.145.000,00
23.695	Turismo		7.000.000,00		7.000.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos		145.000,00		145.000,00
23.695.0119.2304	Manut. Atividades de Promoção do Turismo		117.000,00		117.000,00
			117.000,00		117.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA DE HABITAÇÃO</b>					
<b>Unidade: 11.11 Secretaria de Habitação</b>					
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana				
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	779.000,00	2.180.000,00	0,00	2.959.000,00
16.482.0128.1331	Construção de Habitações e Conjuntos Habitacionais	779.000,00	2.180.000,00		2.959.000,00
16.482.0128.1332	Aquisição de Áreas para Produção de Unidades Habitacionais	312.000,00	2.180.000,00		2.959.000,00
16.482.0128.1333	Implantação Infra-estrutura em Loteamentos Populares	40.000,00			312.000,00
16.482.0128.1334	Implantação Programa Promoradia	84.000,00			40.000,00
16.482.0128.2331	Manut. Atividades Secretarias de Habitação	343.000,00			84.000,00
16.482.0128.2332	Manut. Depto de Habitação		903.000,00		343.000,00
16.482.0128.2333	Manut. Depto de Regularização Fundiária		750.000,00		903.000,00
16.482.0128.2341	Manut. Atividade Fundo Municipal Habitação e Interesse Social		119.000,00		750.000,00
16.482.0128.2342	Manut. Atividade Fundo Municipal Regularização Fundiária		170.000,00		119.000,00
			238.000,00		170.000,00
					238.000,00

Página: 8/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>					
<b>Unidade: 12.12 Secretaria de Desenvolvimento Urbano</b>					
04	Administração				780.000,00
04.122	Administração Geral				780.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa				780.000,00
04.122.0104.1404	Construção e Modernização da Estrutura Administrativa				780.000,00
15	Urbanismo				8.685.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana				8.675.000,00
15.451.0122	Chapecó do Futuro				4.327.000,00
15.451.0122.2403	Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas				4.164.000,00
15.451.0122.2404	Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos				163.000,00
15.451.0123	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos				663.000,00
15.451.0123.1405	Revitalização de Avenidas Centrais	12.000,00			12.000,00
15.451.0123.2402	Manut. Depto de Fiscalização de Obras				651.000,00
15.451.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana				651.000,00
15.451.0124.1406	Requalificação de Espaços Públicos - Mobilidade Urbana				608.000,00
15.451.0124.2401	Manut. Atividades Secret. De Planejamento	608.000,00			608.000,00
15.451.0124.2405	Manut. Depto de Mobilidade Urbana				1.895.000,00
15.451.0127	Chapecó Nossa Cidade				376.000,00
15.451.0127.1402	Acesso ao Distrito Industrial e Vias Internas	806.000,00			806.000,00
15.451.0127.1403	Ligação Atílio Fontana SCT480	10.000,00			10.000,00
15.451.0127.1407	Expansão e Readequação de Vias Públicas	5.000,00			5.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	791.000,00			791.000,00
15.453.0127	Chapecó Nossa Cidade	10.000,00			10.000,00
15.453.0127.1401	Pavimentação Corredores Transporte Coletivo	10.000,00			10.000,00
17	Saneamento				2.797.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano				2.797.000,00
17.512.0126	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social				2.797.000,00
17.512.0126.2406	Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial				2.797.000,00
<b>Órgão: 13.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>					
<b>Unidade: 13.13 Encargos Gerais do Município</b>					
28	Encargos Especiais				32.174.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna				32.174.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo				7.350.000,00
28.843.0103.972	Amortização de Dívida				7.350.000,00

Página: 9/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>49993000</b>	<b>312.858.958,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>395.844.958,00</b>
<b>Unidade: 13.13</b>	<b>Encargos Gerais do Município</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>32.174.000,00</b>
28	Encargos Especiais				
28.846	Outros Encargos Especiais			32.174.000,00	32.174.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo			24.824.000,00	24.824.000,00
28.846.0103.971	Encargos Especiais			24.824.000,00	24.824.000,00
28.846.0103.975	Precatórios			18.898.000,00	18.898.000,00
				5.926.000,00	5.926.000,00
<b>Órgão: 31.00 SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO</b>					
<b>Unidade: 31.31</b>	<b>Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>	<b>551.000,00</b>	<b>16.454.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.005.000,00</b>
		<b>551.000,00</b>	<b>16.454.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.005.000,00</b>
04	Administração				
04.122	Administração Geral	60.000,00	13.046.000,00		13.106.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		12.189.000,00		12.189.000,00
04.122.0102.2501	Manut. Gabinete Secretaria de Coord. de Governo e Gestão		1.887.000,00		1.887.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		1.887.000,00		1.887.000,00
04.122.0103.2502	Manut. Depto de Gestão de Compras		10.302.000,00		10.302.000,00
04.122.0103.2503	Manut. Depto de Planejamento e Gestão		709.000,00		709.000,00
04.122.0103.2504	Manut. Depto de Recursos Humanos		312.000,00		312.000,00
04.122.0103.2505	Manut. Serv. Atend. Saúde do Servidor Municipal		870.000,00		870.000,00
04.122.0103.2506	Manut. Segurança e Medicina do Trabalho		579.000,00		579.000,00
04.122.0103.2511	Manut. Depto de Serviços Gerais		843.000,00		843.000,00
04.122.0103.2512	Manut. Depto Almoxarifado Central		6.192.000,00		6.192.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	60.000,00	797.000,00		797.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo		857.000,00		857.000,00
04.126.0103.2513	Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI		857.000,00		857.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa		857.000,00		857.000,00
04.126.0104.1501	Ampliação e Manutenção da central de Dados e Internet	60.000,00			60.000,00
08	Assistência Social	60.000,00			60.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		25.000,00		25.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais		25.000,00		25.000,00
08.241.0106.2524	Manut. Cidade do Idoso		25.000,00		25.000,00
13	Cultura		237.000,00		237.000,00
13.392	Difusão Cultural		237.000,00		237.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã		237.000,00		237.000,00
13.392.0116.2522	Manut. Centro de Cultura e Eventos		237.000,00		237.000,00



Página: 10/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 31.00 SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO</b>					
<b>Unidade: 31.31 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>					
23	Comércio e Serviços				
23.691	Promoção Comercial				
23.691.0119	Chapecó de braços abertos				
23.691.0119.1503	Revitalização Parque de Exposições				
23.691.0119.2521	Manut. Parque Trancredo Neves				
26	Transporte				
26.781	Transporte Aéreo				
26.781.0119	Chapecó de braços abertos				
26.781.0119.1502	Ampliação Estrutura Física Aeroporto Municipal				
26.781.0119.2523	Manut. Atividades Aeroporto Municipal				
<b>Órgão: 32.00 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 32.32 Secretaria de Assistência Social</b>					
08	Assistência Social				
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência				
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais				
08.242.0106.2544	Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC				
08.244	Assistência Comunitária				
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa				
08.244.0104.1541	Construção Ampliação Secretaria de Assistência Social - SEASC				
08.244.0105	Atendimento Integral à Família				
08.244.0105.1542	Instalação de Unidades de Assistência Social				
08.244.0105.2541	Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC				
08.244.0105.2542	Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC				
08.244.0105.2543	Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC				
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional				
08.244.0107.1543	Construção Ampliação Restaurante Popular				
08.244.0107.2545	Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC				
08.244.0107.2546	Manut. Atividades Restaurante Popular				
10	Saúde				
10.306	Alimentação e Nutrição				
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional				
10.306.0107.2549	Manut. Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta				

Página: 11/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
<b>Órgão: 33.00</b>	<b>SECRETARIA DE CULTURA</b>	<b>49993000</b>	<b>312.858.958,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>395.844.958,00</b>
<b>Unidade: 33.33</b>	<b>Secretaria de Cultura</b>	<b>147.000,00</b>	<b>5.225.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.372.000,00</b>
13	Cultura				
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	147.000,00	5.225.000,00		5.372.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã		705.000,00		705.000,00
13.391.0116.2574	Manut. Escola de Artes		705.000,00		705.000,00
13.392	Difusão Cultural	147.000,00	4.520.000,00		4.667.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	147.000,00	4.446.000,00		4.593.000,00
13.392.0116.1571	Construção e Modernização Secretaria de Cultura	147.000,00	2.346.000,00		147.000,00
13.392.0116.2571	Manut. Atividades Secretaria de Cultura		1.415.000,00		2.346.000,00
13.392.0116.2572	Fundo Municipal de Cultura		520.000,00		1.415.000,00
13.392.0116.2573	Manut. Biblioteca Municipal		165.000,00		520.000,00
13.392.0116.2575	Manut. de Museus		74.000,00		165.000,00
13.392.0127	Chapécó Nossa Cidade		74.000,00		74.000,00
13.392.0127.2576	Manutenção da PEC		74.000,00		74.000,00
<b>Órgão: 34.00</b>	<b>SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>576.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>576.000,00</b>
<b>Unidade: 34.34</b>	<b>SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>576.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>576.000,00</b>
04	Administração		576.000,00		576.000,00
04.122	Administração Geral		576.000,00		576.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		576.000,00		576.000,00
04.122.0103.2591	Manut. Secretaria de Articulação Institucional - SAI.		576.000,00		576.000,00
<b>Órgão: 99.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>819.000,00</b>
<b>Unidade: 99.99</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>819.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				819.000,00
99.999	Reserva de Contingência				819.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo				819.000,00
99.999.0103.9999	Reserva de Contingência				819.000,00

Página: 12/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 14.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE</b>					
<b>Unidade: 14.01 PMC - Fundo Municipal da Saúde</b>					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.0103	Apoio Administrativo				
10.301.0103.2604	Manut. Depto Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	3046000	215.059.042,00	0,00	218.105.042,00
10.301.0103.2609	Manut. Conselho Municipal de Saúde	3.046.000,00	215.059.042,00	0,00	218.105.042,00
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	3.046.000,00	215.059.042,00	0,00	218.105.042,00
10.301.0104.1604	Construção Sede Fundo Mun. Saúde				
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde				
10.301.0111.1601	Construção e Ampliação de Unid. De Saúde				
10.301.0111.1602	Construção Unidades de Pronto Atendimento				
10.301.0111.1603	Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS				
10.301.0111.2603	Manut. Diretoria de Atenção a Saúde				
10.301.0111.2605	Manut. Atenção Básica em Saúde	313.000,00			313.000,00
10.301.0111.2621	Manut. - B1 - Atenção Básica - (PAB , NASF, PMAQ, COFIN)	313.000,00			313.000,00
10.301.0111.2622	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Família				
10.301.0111.2623	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Agentes Comunitário Saúde				
10.301.0111.2624	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Fator Inc At Bas Pov Indig				
10.301.0111.2625	Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Bucal				
10.301.0111.2626	Manut. Do PROESF	2.733.000,00	91.220.042,00		93.953.042,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	848.000,00			848.000,00
10.301.0114.2651	Manut. - B4 - Assist.Farmacêut Básica	1.427.000,00			1.427.000,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	458.000,00			458.000,00
10.301.0115.2601	Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde				
10.301.0115.2602	Manut. Diretoria Admistrativa e Finanças				
10.301.0115.2661	Manut. - B5 - Gestão do SUS				
10.301.0115.2671	Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde				
10.302.0111.2606	Manut. Atenção Especializada em Saúde				
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde				
10.302.0112.2610	Manut. Atividades Hospital Materno Infantil				
10.302.0112.2631	Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO				
10.302.0112.2632	Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST				
10.302.0112.2633	Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU				
10.302.0112.2634	Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC				
10.302.0112.2635	Manut. - B2 - Out itens de Med e Alta Compl Ambulat e Hospitalar				

Página: 13/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAÚDE DE CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 14.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE</b>		<b>3.046.000,00</b>	<b>215.059.042,00</b>	<b>0,00</b>	<b>218.105.042,00</b>
<b>Unidade: 14.01 PMC - Fundo Municipal da Saúde</b>		<b>3.046.000,00</b>	<b>215.059.042,00</b>	<b>0,00</b>	<b>218.105.042,00</b>
10	Saúde	3.046.000,00	215.059.042,00		218.105.042,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		101.669.000,00		101.669.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde		94.633.000,00		94.633.000,00
10.302.0112.2636	Manut. - B2 - FAEC - Fundo de Ação Estrat e Compensação		1.085.000,00		1.085.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		2.911.000,00		2.911.000,00
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		2.911.000,00		2.911.000,00
10.303.0114.2608	Manut. Assistência Farmacêutica		2.911.000,00		2.911.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		2.756.000,00		2.756.000,00
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde		2.756.000,00		2.756.000,00
10.304.0113.2607	Manut. Vigilância em Saúde		2.273.000,00		2.273.000,00
10.304.0113.2641	Manut. - B3 - Vigilância em Saúde		483.000,00		483.000,00
<b>Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 15.00 INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI</b>		<b>0</b>	<b>70.282.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.282.000,00</b>
<b>Unidade: 15.01 Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI</b>		<b>0,00</b>	<b>70.282.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.282.000,00</b>
09	Previdência Social		70.282.000,00		70.282.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		70.282.000,00		70.282.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo		70.282.000,00		70.282.000,00
09.272.0103.2801	Manut. Atv Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi		1.507.000,00		1.507.000,00
09.272.0103.2802	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo		29.000.000,00		29.000.000,00
09.272.0103.2803	Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo		847.000,00		847.000,00
09.272.0103.2804	Manut. De Benefícios da Previdência a ativos		5.531.000,00		5.531.000,00
09.272.0103.2811	Reserva Legal RPPS		33.397.000,00		33.397.000,00
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 24.00 PMC - FUNDO ASSIST. SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS</b>		<b>0</b>	<b>5.347.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.347.000,00</b>
<b>Unidade: 24.01 PMC - Fundo Assist. Servidor Pub. Municipal - FAS</b>		<b>0,00</b>	<b>5.347.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.347.000,00</b>
10	Saúde		5.347.000,00		5.347.000,00
10.301	Atenção Básica		5.347.000,00		5.347.000,00
10.301.0103	Apoio Administrativo		5.347.000,00		5.347.000,00
10.301.0103.2851	Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.		4.815.000,00		4.815.000,00
10.301.0103.2852	Manut. Centro de Atendimento do Servidor		532.000,00		532.000,00

Página: 14/15  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 16.00 PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 16.01 PMC - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
08	Assistência Social	0	5.292.000,00	0,00	5.292.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	1.179.000,00	0,00	1.179.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais	0,00	1.179.000,00	0,00	1.179.000,00
08.241.0106.2901	Manut. Proteção Social Básica		1.179.000,00		1.179.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		1.196.000,00		1.196.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.196.000,00		1.196.000,00
08.242.0106.2903	Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade		773.000,00		773.000,00
08.242.0106.2904	Manut. IGD-PBF		423.000,00		423.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		921.000,00		921.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		921.000,00		921.000,00
08.243.0106.2902	Manut. Proteção Social Especial - Média Complexidade		921.000,00		921.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.996.000,00		1.996.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.996.000,00		1.996.000,00
08.244.0106.2905	Manut. IGD-SUAS		150.000,00		150.000,00
08.244.0106.2911	Manut. Fundo Munic. de Assistência Social		1.846.000,00		1.846.000,00
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 18.00 PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA</b>					
<b>Unidade: 18.01 PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA</b>					
08	Assistência Social	0	123.000,00	0,00	123.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	123.000,00	0,00	123.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais	0,00	123.000,00	0,00	123.000,00
08.243.0106.2961	Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência		123.000,00		123.000,00
<b>Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>					
<b>Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
<b>Unidade: 01.01 Camara Municipal de Vereadores</b>					
01	Legislativa	0	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo	0,00	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
01.031.0101.2001	Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores		15.006.000,00		15.006.000,00



Página: 15/15

Data: 14/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO					
Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
Unidade: 01.01 Camara Municipal de Vereadores		0,00	15.006.000,00	0,00	15.006.000,00
01	Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101.2001	Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores		15.006.000,00		15.006.000,00
Total geral:					710.000.000,00

ROBERTO ZOLET

Contador Geral

GERALCI JOÃO AMPOLINI

Secretário da Fazenda

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Prefeito Municipal em Exercício

Página: 1/5  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa		15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo		15.006.000,00		15.006.000,00
04	Administração				
04.122	Administração Geral	904.000,00	41.360.000,00		42.264.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	844.000,00	26.643.000,00		27.487.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo		8.176.000,00		8.176.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa		18.467.000,00		18.467.000,00
04.123	Administração Financeira	844.000,00			844.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo		943.000,00		943.000,00
04.124	Controle Interno		943.000,00		943.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo		1.476.000,00		1.476.000,00
04.126	Tecnologia da Informação	60.000,00	1.476.000,00		1.476.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo		857.000,00		857.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	60.000,00	857.000,00		857.000,00
04.129	Administração de Receitas		6.420.000,00		6.420.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo		6.420.000,00		6.420.000,00
04.131	Comunicação Social		5.021.000,00		5.021.000,00
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos		5.021.000,00		5.021.000,00
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento		14.057.000,00		14.057.000,00
06.181.0117	Chapeco Segurança máxima		11.178.000,00		11.178.000,00
06.182	Defesa Civil		11.178.000,00		11.178.000,00
06.182.0117	Chapeco Segurança máxima		2.879.000,00		2.879.000,00
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso	360.000,00	22.784.000,00		23.144.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.204.000,00		1.204.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		1.204.000,00		1.204.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais		4.106.000,00		4.106.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		4.106.000,00		4.106.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família		2.489.000,00		2.489.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais		1.445.000,00		1.445.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.044.000,00		1.044.000,00
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	360.000,00	14.985.000,00		15.345.000,00
08.244.0105	Atendimento Integral à Família	115.000,00			115.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais	195.000,00	10.765.000,00		10.960.000,00
			1.996.000,00		1.996.000,00

Página: 2/5  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social	360.000,00	22.784.000,00		23.144.000,00
08.244	Assistência Comunitária	360.000,00	14.985.000,00		15.345.000,00
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	50.000,00	2.224.000,00		2.274.000,00
09	Previdência Social		70.282.000,00		70.282.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		70.282.000,00		70.282.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo		70.282.000,00		70.282.000,00
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica	3.046.000,00	234.760.042,00		237.806.042,00
10.301.0103	Apoio Administrativo		113.070.042,00		116.116.042,00
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa		6.355.000,00		6.355.000,00
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde	313.000,00			313.000,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	2.733.000,00	91.220.042,00		93.953.042,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde		2.587.000,00		2.587.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		12.908.000,00		12.908.000,00
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde		101.669.000,00		101.669.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde		7.036.000,00		7.036.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		94.633.000,00		94.633.000,00
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		2.911.000,00		2.911.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		2.756.000,00		2.756.000,00
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde		2.756.000,00		2.756.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição		14.354.000,00		14.354.000,00
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.		255.000,00		255.000,00
10.306.0108	Escola Forte		14.099.000,00		14.099.000,00
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	5.782.000,00	126.994.958,00		132.776.958,00
12.361.0108	Escola Forte	2.850.000,00	78.460.000,00		81.310.000,00
12.363	Ensino Profissional	2.850.000,00	78.460.000,00		81.310.000,00
12.363.0108	Escola Forte		58.000,00		58.000,00
12.364	Ensino Superior		58.000,00		58.000,00
12.364.0108	Escola Forte		113.000,00		113.000,00
12.365	Educação Infantil		113.000,00		113.000,00
12.365.0108	Escola Forte	2.932.000,00	48.127.958,00		51.059.958,00
12.367	Educação Especial	2.932.000,00	48.127.958,00		51.059.958,00
12.367.0108	Escola Forte		236.000,00		236.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura	147.000,00	5.462.000,00		5.609.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		705.000,00		705.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã		705.000,00		705.000,00
13.392	Difusão Cultural	147.000,00	4.757.000,00		4.904.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	147.000,00	4.683.000,00		4.830.000,00
13.392.0127	Chapécó Nossa Cidade		74.000,00		74.000,00
14	Direitos da Cidadania		1.222.000,00		1.222.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		1.222.000,00		1.222.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo		1.222.000,00		1.222.000,00
15	Urbanismo	35.776.000,00	33.372.000,00		69.148.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	35.622.000,00	25.252.000,00		60.874.000,00
15.451.0117	Chapécó Segurança máxima	125.000,00			125.000,00
15.451.0122	Chapécó do Futuro		4.327.000,00		4.327.000,00
15.451.0123	Chapécó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	262.000,00	651.000,00		913.000,00
15.451.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana	670.000,00	5.938.000,00		6.608.000,00
15.451.0127	Chapécó Nossa Cidade	34.565.000,00	14.336.000,00		48.901.000,00
15.452	Serviços Urbanos		8.120.000,00		8.120.000,00
15.452.0124	Chapécó Acessível - Mobilidade Urbana		8.120.000,00		8.120.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	154.000,00			154.000,00
15.453.0117	Chapécó Segurança máxima	144.000,00			144.000,00
15.453.0127	Chapécó Nossa Cidade	10.000,00			10.000,00
16	Habitação	779.000,00	2.180.000,00		2.959.000,00
16.482	Habitação Urbana	779.000,00	2.180.000,00		2.959.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	779.000,00	2.180.000,00		2.959.000,00
17	Saneamento	568.000,00	19.340.000,00		19.908.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	568.000,00	19.340.000,00		19.908.000,00
17.512.0126	Chapécó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	568.000,00	19.340.000,00		19.908.000,00
18	Gestão Ambiental		1.211.000,00		1.211.000,00
18.542	Controle Ambiental		1.211.000,00		1.211.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável		1.211.000,00		1.211.000,00
19	Ciência e Tecnologia		232.000,00		232.000,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		232.000,00		232.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações		232.000,00		232.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/5  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
19	Ciência e Tecnologia				
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		232.000,00		232.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações		232.000,00		232.000,00
20	Agricultura	658.000,00	4.191.000,00		4.849.000,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	113.000,00		243.000,00
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	130.000,00	113.000,00		243.000,00
20.604	Defesa Sanitária Animal		840.000,00		840.000,00
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		840.000,00		840.000,00
20.605	Abastecimento		388.000,00		388.000,00
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		388.000,00		388.000,00
20.606	Extensão Rural	528.000,00	2.850.000,00		3.378.000,00
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações		389.000,00		389.000,00
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar		151.000,00		151.000,00
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	528.000,00	2.310.000,00		2.838.000,00
22	Indústria	1.618.000,00			1.618.000,00
22.661	Promoção Industrial	1.618.000,00			1.618.000,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora	1.618.000,00			1.618.000,00
23	Comércio e Serviços	311.000,00	11.171.000,00		11.482.000,00
23.691	Promoção Comercial	311.000,00	10.178.000,00		10.489.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora		2.144.000,00		2.144.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos	311.000,00	8.034.000,00		8.345.000,00
23.695	Turismo		993.000,00		993.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos		117.000,00		117.000,00
23.695.0127	Chapecó Nossa Cidade		876.000,00		876.000,00
25	Energia	849.000,00	10.090.000,00		10.939.000,00
25.752	Energia Elétrica	849.000,00	10.090.000,00		10.939.000,00
25.752.0124	Chapecó Acessível -Mobilidade Urbana	849.000,00	10.090.000,00		10.939.000,00
26	Transporte	180.000,00	2.257.000,00		2.437.000,00
26.781	Transporte Aéreo	180.000,00	2.257.000,00		2.437.000,00
26.781.0119	Chapecó de braços abertos	180.000,00	2.257.000,00		2.437.000,00
27	Desporto e Lazer	2.061.000,00	7.996.000,00		10.057.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	470.000,00			470.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	470.000,00			470.000,00



Página: 5/5  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	2.061.000,00	7.996.000,00		10.057.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.591.000,00	7.996.000,00		9.587.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	1.591.000,00	4.678.000,00		6.269.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro		3.318.000,00		3.318.000,00
28	Encargos Especiais			32.174.000,00	32.174.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			7.350.000,00	7.350.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo			7.350.000,00	7.350.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			24.824.000,00	24.824.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo			24.824.000,00	24.824.000,00
99	Reserva de Contingência				819.000,00
99.999	Reserva de Contingência				819.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo				819.000,00
<b>Total:</b>		<b>53.039.000,00</b>	<b>623.968.000,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>710.000.000,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>53.039.000,00</b>	<b>623.968.000,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>710.000.000,00</b>

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/5  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	15.006.000,00		15.006.000,00
01.031	Ação Legislativa	15.006.000,00		15.006.000,00
01.031.0101	Apoio Legislativo	15.006.000,00		15.006.000,00
04	Administração	41.420.000,00	844.000,00	42.264.000,00
04.122	Administração Geral	26.793.000,00	694.000,00	27.487.000,00
04.122.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	8.176.000,00		8.176.000,00
04.122.0103	Apoio Administrativo	18.467.000,00		18.467.000,00
04.122.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	150.000,00	694.000,00	844.000,00
04.123	Administração Financeira	943.000,00		943.000,00
04.123.0103	Apoio Administrativo	943.000,00		943.000,00
04.124	Controle Interno	1.476.000,00		1.476.000,00
04.124.0103	Apoio Administrativo	1.476.000,00		1.476.000,00
04.126	Tecnologia da Informatização	917.000,00		917.000,00
04.126.0103	Apoio Administrativo	857.000,00		857.000,00
04.126.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	60.000,00		60.000,00
04.129	Administração de Receitas	6.420.000,00		6.420.000,00
04.129.0103	Apoio Administrativo	6.420.000,00		6.420.000,00
04.131	Comunicação Social	4.871.000,00	150.000,00	5.021.000,00
04.131.0102	Gestão Compartilhada de Ações e Serviços Públicos	4.871.000,00	150.000,00	5.021.000,00
06	Segurança Pública	14.057.000,00		14.057.000,00
06.181	Policimento	11.178.000,00		11.178.000,00
06.181.0117	Chapécó Segurança máxima	11.178.000,00		11.178.000,00
06.182	Defesa Civil	2.879.000,00		2.879.000,00
06.182.0117	Chapécó Segurança máxima	2.879.000,00		2.879.000,00
08	Assistência Social	18.621.000,00	4.523.000,00	23.144.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	12.000,00	1.192.000,00	1.204.000,00
08.241.0106	Atendimento a Grupos Especiais	12.000,00	1.192.000,00	1.204.000,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	2.910.000,00	1.196.000,00	4.106.000,00
08.242.0106	Atendimento a Grupos Especiais	2.910.000,00	1.196.000,00	4.106.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.500.000,00	989.000,00	2.489.000,00
08.243.0105	Atendimento Integral à Família	1.445.000,00		1.445.000,00
08.243.0106	Atendimento a Grupos Especiais	55.000,00	989.000,00	1.044.000,00
08.244	Assistência Comunitária	14.199.000,00	1.146.000,00	15.345.000,00
08.244.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	57.000,00	58.000,00	115.000,00
08.244.0105	Atendimento Integral à Família	10.502.000,00	458.000,00	10.960.000,00
08.244.0106	Atendimento a Grupos Especiais	1.366.000,00	630.000,00	1.996.000,00
08.244.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	2.274.000,00		2.274.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/5  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09	Previdência Social		70.282.000,00	70.282.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		70.282.000,00	70.282.000,00
09.272.0103	Apoio Administrativo		70.282.000,00	70.282.000,00
10	Saúde	112.485.042,00	125.321.000,00	237.806.042,00
10.301	Atenção Básica	86.245.042,00	29.871.000,00	116.116.042,00
10.301.0103	Apoio Administrativo	6.355.000,00		6.355.000,00
10.301.0104	Modernização da Estrutura Administrativa	80.000,00	233.000,00	313.000,00
10.301.0111	Atenção Básica em Saúde	71.767.042,00		93.953.042,00
10.301.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial		2.587.000,00	2.587.000,00
10.301.0115	Gestão e investimentos do Sistema Único de Saúde	8.043.000,00	4.865.000,00	12.908.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.310.000,00	92.359.000,00	101.669.000,00
10.302.0111	Atenção Básica em Saúde	7.036.000,00		7.036.000,00
10.302.0112	Atenção Especializada em Saúde	2.274.000,00	92.359.000,00	94.633.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	2.911.000,00		2.911.000,00
10.303.0114	Assistência Farmacêutica e Laboratorial	2.911.000,00		2.911.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	2.273.000,00	483.000,00	2.756.000,00
10.304.0113	Vigilância e Promoção de Saúde	2.273.000,00	483.000,00	2.756.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição	11.746.000,00	2.608.000,00	14.354.000,00
10.306.0107	Segurança Alimentar e Nutricional.	196.000,00	59.000,00	255.000,00
10.306.0108	Escola Forte	11.550.000,00	2.549.000,00	14.099.000,00
12	Educação	47.132.000,00	85.644.958,00	132.776.958,00
12.361	Ensino Fundamental	35.474.000,00	45.836.000,00	81.310.000,00
12.361.0108	Escola Forte	35.474.000,00	45.836.000,00	81.310.000,00
12.363	Ensino Profissional	58.000,00		58.000,00
12.363.0108	Escola Forte	58.000,00		58.000,00
12.364	Ensino Superior	113.000,00		113.000,00
12.364.0108	Escola Forte	113.000,00		113.000,00
12.365	Educação Infantil	11.374.000,00	39.685.958,00	51.059.958,00
12.365.0108	Escola Forte	11.374.000,00	39.685.958,00	51.059.958,00
12.367	Educação Especial	113.000,00	123.000,00	236.000,00
12.367.0108	Escola Forte	113.000,00	123.000,00	236.000,00
13	Cultura	4.479.000,00	1.130.000,00	5.609.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	705.000,00		705.000,00
13.391.0116	Cultura Cidadã	705.000,00		705.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.774.000,00	1.130.000,00	4.904.000,00
13.392.0116	Cultura Cidadã	3.725.000,00	1.105.000,00	4.830.000,00
13.392.0127	Chapeco Nossa Cidade	49.000,00	25.000,00	74.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/5  
Data: 14/12/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
14	Direitos da Cidadania	1.222.000,00		1.222.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.222.000,00		1.222.000,00
14.422.0103	Apoio Administrativo	1.222.000,00		1.222.000,00
15	Urbanismo	35.141.000,00	34.007.000,00	69.148.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	26.900.000,00	33.974.000,00	60.874.000,00
15.451.0117	Chapecó Segurança máxima	111.000,00	14.000,00	125.000,00
15.451.0122	Chapecó do Futuro	4.327.000,00		4.327.000,00
15.451.0123	Chapecó Integrada - Requalificação dos Espaços Públicos	701.000,00	212.000,00	913.000,00
15.451.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	6.038.000,00	570.000,00	6.608.000,00
15.451.0127	Chapecó Nossa Cidade	15.723.000,00	33.178.000,00	48.901.000,00
15.452	Serviços Urbanos	8.120.000,00		8.120.000,00
15.452.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	8.120.000,00		8.120.000,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	121.000,00	33.000,00	154.000,00
15.453.0117	Chapecó Segurança máxima	111.000,00	33.000,00	144.000,00
15.453.0127	Chapecó Nossa Cidade	10.000,00		10.000,00
16	Habitação	2.373.000,00	586.000,00	2.959.000,00
16.482	Habitação Urbana	2.373.000,00	586.000,00	2.959.000,00
16.482.0128	Produção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária	2.373.000,00	586.000,00	2.959.000,00
17	Saneamento	15.531.000,00	4.377.000,00	19.908.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	15.531.000,00	4.377.000,00	19.908.000,00
17.512.0126	Chapecó Limpa e Urbanizada - Qualidade de Vida e Bem estar social	15.531.000,00	4.377.000,00	19.908.000,00
18	Gestão Ambiental	1.144.000,00	67.000,00	1.211.000,00
18.542	Controle Ambiental	1.144.000,00	67.000,00	1.211.000,00
18.542.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.144.000,00	67.000,00	1.211.000,00
19	Ciência e Tecnologia	173.000,00	59.000,00	232.000,00
19.573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	173.000,00	59.000,00	232.000,00
19.573.0120	Difusão de tecnologias e inovações	173.000,00	59.000,00	232.000,00
20	Agricultura	4.210.000,00	639.000,00	4.849.000,00
20.601	Promoção da Produção Vegetal	181.000,00	62.000,00	243.000,00
20.601.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	181.000,00	62.000,00	243.000,00
20.604	Defesa Sanitária Animal	840.000,00		840.000,00
20.604.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	840.000,00		840.000,00
20.605	Abastecimento	388.000,00		388.000,00
20.605.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	388.000,00		388.000,00
20.606	Extensão Rural	2.801.000,00	577.000,00	3.378.000,00
20.606.0120	Difusão de tecnologias e inovações	389.000,00		389.000,00

Página: 4/5  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	4.210.000,00	639.000,00	4.849.000,00
20.606	Extensão Rural	2.801.000,00	577.000,00	3.378.000,00
20.606.0121	Agricultura Familiar e Segurança Alimentar	89.000,00	62.000,00	151.000,00
20.606.0125	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.323.000,00	515.000,00	2.838.000,00
22	Indústria	200.000,00	1.418.000,00	1.618.000,00
22.661	Promoção Industrial	200.000,00	1.418.000,00	1.618.000,00
22.661.0118	Chapecó Empreendedora	200.000,00	1.418.000,00	1.618.000,00
23	Comércio e Serviços	8.164.000,00	3.318.000,00	11.482.000,00
23.691	Promoção Comercial	7.230.000,00	3.259.000,00	10.489.000,00
23.691.0118	Chapecó Empreendedora	2.144.000,00		2.144.000,00
23.691.0119	Chapecó de braços abertos	5.086.000,00	3.259.000,00	8.345.000,00
23.695	Turismo	934.000,00	59.000,00	993.000,00
23.695.0119	Chapecó de braços abertos	58.000,00	59.000,00	117.000,00
23.695.0127	Chapecó Nossa Cidade	876.000,00		876.000,00
25	Energia	10.910.000,00	29.000,00	10.939.000,00
25.752	Energia Elétrica	10.910.000,00	29.000,00	10.939.000,00
25.752.0124	Chapecó Acessível - Mobilidade Urbana	10.910.000,00	29.000,00	10.939.000,00
26	Transporte	2.357.000,00	80.000,00	2.437.000,00
26.781	Transporte Aéreo	2.357.000,00	80.000,00	2.437.000,00
26.781.0119	Chapecó de braços abertos	2.357.000,00	80.000,00	2.437.000,00
27	Desporto e Lazer	7.975.000,00	2.082.000,00	10.057.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	310.000,00	160.000,00	470.000,00
27.811.0110	Atleta do Futuro	310.000,00	160.000,00	470.000,00
27.812	Desporto Comunitário	7.665.000,00	1.922.000,00	9.587.000,00
27.812.0109	Esporte e Lazer para Todos	4.872.000,00	1.397.000,00	6.269.000,00
27.812.0110	Atleta do Futuro	2.793.000,00	525.000,00	3.318.000,00
28	Encargos Especiais	32.174.000,00		32.174.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.350.000,00		7.350.000,00
28.843.0103	Apoio Administrativo	7.350.000,00		7.350.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	24.824.000,00		24.824.000,00
28.846.0103	Apoio Administrativo	24.824.000,00		24.824.000,00

Página: 5/5

Data: 14/12/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			819.000,00
99.999	Reserva de Contingência			819.000,00
99.999.0103	Apoio Administrativo			819.000,00
Total:		375.593.042,00	334.406.958,00	710.000.000,00
Total geral:		375.593.042,00	334.406.958,00	710.000.000,00

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI

Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET

Contador Geral



Página: 1/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	15.270.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	7.427.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	5.105.000,00	0,00	14.057.000,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	0,00	0,00	13.106.000,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	576.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>42.264.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.057.000,00</b>

Página: 2/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.445.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	14.099.000,00	0,00	132.776.958,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	16.259.000,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>17.729.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.354.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>132.776.958,00</b>

Página: 3/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.222.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	331.000,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	715.000,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	60.132.000,00	0,00	17.111.000,00	496.000,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	2.959.000,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	8.685.000,00	0,00	2.797.000,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		5.372.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>5.609.000,00</b>	<b>1.222.000,00</b>	<b>69.148.000,00</b>	<b>2.959.000,00</b>	<b>19.908.000,00</b>	<b>1.211.000,00</b>

Página: 4/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	876.000,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	4.849.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		232.000,00	0,00	0,00	1.618.000,00	9.406.000,00	0,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>232.000,00</b>	<b>4.849.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.618.000,00</b>	<b>11.482.000,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 5/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.813.000,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.427.000,00
04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER		0,00	0,00	10.057.000,00	0,00	0,00	10.057.000,00
05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.493.000,00
06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.875.958,00
07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.564.000,00
09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		10.939.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.678.000,00
10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.256.000,00
11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.959.000,00
12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.262.000,00
13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	32.174.000,00	0,00	32.174.000,00
31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO		0,00	2.437.000,00	0,00	0,00	0,00	17.005.000,00
32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.514.000,00
33.00 - SECRETARIA DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.372.000,00
34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	576.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	819.000,00	819.000,00
<b>Total:</b>		<b>10.939.000,00</b>	<b>2.437.000,00</b>	<b>10.057.000,00</b>	<b>32.174.000,00</b>	<b>819.000,00</b>	<b>395.844.958,00</b>

Página: 6/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 7/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	218.105.042,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>218.105.042,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 8/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - PMC - FM SAÚDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - PMC - FM SAÚDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	218.105.042,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>218.105.042,00</b>

Página: 11/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 12/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	70.282.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.282.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 13/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 14/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 15/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.282.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.282.000,00</b>

Página: 16/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 17/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PÚBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	5.347.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.347.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 18/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 19/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 20/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.347.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.347.000,00</b>

Página: 21/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 22/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	5.292.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>5.292.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 23/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 24/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 25/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.292.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.292.000,00</b>

Página: 26/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 27/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>123.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 28/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 29/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 30/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.000,00</b>



Página: 31/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		15.006.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>15.006.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 32/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 33/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 34/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 35/35  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.006.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.006.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>710.000.000,00</b>

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral





Página: 2/4  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ						
9.1.7.6.0.00.00.00.00	Deduções Transferencias de Convenios	-69.659,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		331.916.762,18	372.635.669,86	401.673.640,28	544.870.000,00	507.281.000,00
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	88.397.481,41	100.440.090,18	114.373.015,17	131.319.000,00	123.002.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	88.204.083,41	100.400.090,18	113.011.081,17	129.453.000,00	121.136.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	332.359,56	297.807,73	378.803,21	339.000,00	339.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	332.359,56	297.807,73	378.803,21	339.000,00	339.000,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.808.100,70	100.060.604,79	112.615.332,53	128.980.000,00	120.663.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	86.583.614,70	100.060.604,79	112.615.332,53	128.980.000,00	120.663.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	77.521,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	1.146.965,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.623,15	41.677,66	16.945,43	134.000,00	134.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.051,16	34.057,85	4.305,37	59.000,00	59.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	40.571,99	7.619,81	12.640,06	75.000,00	75.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	193.398,00	40.000,00	1.361.934,00	1.866.000,00	1.866.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	193.398,00	40.000,00	1.361.934,00	1.866.000,00	1.866.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	154.306,00	0,00	1.057.224,00	1.621.000,00	1.621.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	39.092,00	40.000,00	304.710,00	245.000,00	245.000,00
Total por entidade:		88.397.481,41	100.440.090,18	114.373.015,17	131.319.000,00	123.002.000,00
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	36.587.812,07	43.928.706,93	53.555.602,96	64.376.000,00	70.282.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.530.395,12	27.158.407,99	33.696.959,86	36.985.000,00	36.885.000,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.396.096,55	10.396.520,99	11.934.953,21	12.422.000,00	12.422.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.396.096,55	10.396.520,99	11.934.953,21	12.422.000,00	12.422.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	7.514.668,28	16.016.786,40	21.033.913,99	18.461.000,00	22.361.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.514.668,28	16.016.786,40	21.033.913,99	18.461.000,00	22.361.000,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.619.630,29	745.100,60	728.092,66	6.102.000,00	2.102.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.619.630,29	745.100,60	728.092,66	6.102.000,00	2.102.000,00
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	16.057.416,95	16.770.298,94	19.858.643,10	27.391.000,00	33.397.000,00
4.7.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	16.057.416,95	16.770.298,94	19.858.643,10	27.391.000,00	33.397.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	16.057.416,95	16.770.298,94	19.858.643,10	27.391.000,00	33.397.000,00
Total por entidade:		36.587.812,07	43.928.706,93	53.555.602,96	64.376.000,00	70.282.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	6.278.700,98	6.015.199,29	6.582.049,88	5.347.000,00	5.347.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.278.700,98	6.015.199,29	6.582.049,88	5.347.000,00	5.347.000,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	530,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	530,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.910.911,84	5.488.624,52	5.946.023,49	4.825.000,00	4.825.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.910.911,84	5.488.624,52	5.946.023,49	4.825.000,00	4.825.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	352.259,09	391.574,77	546.026,39	348.000,00	348.000,00



Página: 4/4  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 17 - PMC - FUMPOPOC DE CHAPECO						
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	54.003,38	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	8.508,24	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	8.508,24	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.270,66	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	19.270,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		81.782,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral:		466.914.876,74	525.497.718,39	578.044.878,22	750.000.000,00	710.000.000,00

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral

Página: 1/3  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	193.068.452,01	259.687.484,10	291.777.347,45	344.161.000,00	332.721.958,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.919.855,01	149.656.099,54	154.192.974,27	193.669.000,00	188.290.000,00
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	98.549.451,27	137.231.610,04	143.621.543,87	175.315.000,00	164.466.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	9.369.403,74	12.424.489,50	10.566.430,40	18.349.000,00	23.819.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.346.243,30	4.121.497,49	4.114.816,76	1.050.000,00	1.050.000,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.346.243,30	4.121.497,49	4.114.816,76	1.050.000,00	1.050.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.802.353,70	105.909.887,07	133.469.556,42	149.442.000,00	143.381.958,00
3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	5.180.059,58	6.436.793,64	5.810.383,54	7.588.000,00	7.588.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	11.500,00	6.500,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	75.614.294,12	99.461.593,43	127.616.552,88	141.811.000,00	135.488.458,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	36.120,00	35.000,00	35.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	33.297.010,92	44.106.683,25	29.618.522,27	98.077.000,00	62.304.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.235.232,70	31.891.180,74	19.982.252,48	90.617.000,00	55.424.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.235.232,70	31.891.180,74	19.982.252,48	90.612.000,00	55.419.000,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	480.199,60	0,00	0,00	1.160.000,00	580.000,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	480.199,60	0,00	0,00	1.160.000,00	580.000,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	7.581.578,62	12.215.502,51	9.636.269,79	6.300.000,00	6.300.000,00
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.581.578,62	12.215.502,51	9.636.269,79	6.300.000,00	6.300.000,00
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	819.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	819.000,00
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	819.000,00	819.000,00
Total por entidade:		226.365.462,93	303.794.167,35	321.395.869,72	443.057.000,00	395.844.958,00
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	133.877.544,19	165.294.047,77	193.642.404,68	210.366.000,00	210.470.042,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.742.860,89	71.778.463,56	82.545.994,74	88.783.000,00	95.461.042,00
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	5.130,00	0,00	2.430,00	12.000,00	12.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	48.848.014,67	65.630.284,77	75.498.373,21	79.594.000,00	86.228.042,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.889.716,22	6.148.178,79	7.045.191,53	9.177.000,00	9.221.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.134.683,30	93.515.584,21	111.096.409,94	121.583.000,00	115.009.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	3.493.965,74	1.701.504,96	192.716,77	1.900.000,00	1.900.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.206.615,00	0,00	4.320,00	12.000,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	75.434.102,56	91.814.079,25	108.714.056,00	115.681.000,00	109.107.000,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	2.185.317,17	3.990.000,00	3.990.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.139.203,13	2.422.984,09	2.499.439,80	7.635.000,00	7.635.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.139.203,13	2.422.984,09	2.499.439,80	7.635.000,00	7.635.000,00

Página: 2/3  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA	
		2013	2014	2015		2016	2017
Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO							
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	266,25	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.138.936,88	2.422.984,09	2.499.439,80	7.623.000,00	7.623.000,00	7.623.000,00
Total por entidade:		137.016.747,32	167.717.031,86	196.141.844,48	218.001.000,00	218.001.000,00	218.105.042,00
Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.614.820,09	22.913.369,84	27.806.536,46	36.637.000,00	36.637.000,00	36.537.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.734.343,23	18.127.409,28	22.661.264,66	31.029.000,00	31.029.000,00	34.929.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	13.734.343,23	18.127.409,28	22.661.264,66	30.992.000,00	30.992.000,00	34.929.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	37.000,00	37.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.880.476,86	4.785.960,56	5.145.271,80	5.608.000,00	5.608.000,00	1.608.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.880.476,86	4.785.960,56	5.145.271,80	5.608.000,00	5.608.000,00	1.608.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.284,00	17.907,00	12.432,00	348.000,00	348.000,00	348.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.284,00	17.907,00	12.432,00	348.000,00	348.000,00	348.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.284,00	17.907,00	12.432,00	348.000,00	348.000,00	348.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	27.391.000,00	33.397.000,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	27.391.000,00	33.397.000,00
7.7.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	27.391.000,00	33.397.000,00
7.7.99.99.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	27.391.000,00	27.391.000,00	33.397.000,00
Total por entidade:		17.621.104,09	22.931.276,84	27.818.968,46	64.376.000,00	64.376.000,00	70.282.000,00
Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.650.283,26	4.249.456,63	5.258.918,13	5.081.000,00	5.081.000,00	5.081.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.650.283,26	4.249.456,63	5.258.918,13	5.081.000,00	5.081.000,00	5.081.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.650.283,26	4.249.456,63	5.258.918,13	5.081.000,00	5.081.000,00	5.081.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.240,00	6.540,00	4.519,00	266.000,00	266.000,00	266.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.240,00	6.540,00	4.519,00	266.000,00	266.000,00	266.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.240,00	6.540,00	4.519,00	266.000,00	266.000,00	266.000,00
Total por entidade:		5.651.523,26	4.255.996,63	5.263.437,13	5.347.000,00	5.347.000,00	5.347.000,00
Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.378.599,53	2.431.415,27	3.119.284,80	4.854.000,00	4.774.000,00	4.774.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	712.940,83	1.492.000,00	824.000,00	824.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	712.940,83	1.492.000,00	824.000,00	824.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.378.599,53	2.431.415,27	2.406.343,97	3.362.000,00	3.950.000,00	3.950.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	62.833,96	0,00	229.658,41	331.000,00	331.000,00	331.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.315.765,57	2.431.415,27	2.176.685,56	3.031.000,00	3.619.000,00	3.619.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	138.691,97	0,00	84.220,70	438.000,00	518.000,00	518.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	138.691,97	0,00	84.220,70	438.000,00	518.000,00	518.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	138.691,97	0,00	84.220,70	438.000,00	518.000,00	518.000,00
Total por entidade:		2.517.291,50	2.431.415,27	3.203.505,50	5.292.000,00	5.292.000,00	5.292.000,00

Página: 3/3  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	230.359,47	9.011,41	11.242,99	203.000,00	84.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	230.359,47	9.011,41	11.242,99	203.000,00	84.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	111.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	230.359,47	9.011,41	11.242,99	92.000,00	84.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	39.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	39.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.952,00	0,00	0,00	75.000,00	39.000,00
Total por entidade:		235.311,47	9.011,41	11.242,99	278.000,00	123.000,00
Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.684.302,76	9.241.214,59	10.274.423,92	13.955.000,00	14.653.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.692.963,54	7.069.244,42	8.230.367,19	10.862.000,00	11.405.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.497.162,73	6.862.100,97	7.889.799,48	10.500.000,00	11.025.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	195.800,81	207.143,45	340.567,71	362.000,00	380.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.991.339,22	2.171.970,17	2.044.056,73	3.093.000,00	3.248.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	33.630,00	38.310,00	38.310,00	58.000,00	61.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.957.709,22	2.133.660,17	2.005.746,73	3.035.000,00	3.187.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	203.737,09	110.472,33	128.139,80	336.000,00	353.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	203.737,09	110.472,33	128.139,80	336.000,00	353.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	203.737,09	110.472,33	128.139,80	336.000,00	353.000,00
Total por entidade:		8.888.039,85	9.351.686,92	10.402.563,72	14.291.000,00	15.006.000,00
Total geral:		398.295.480,42	510.490.586,28	564.237.432,00	750.642.000,00	710.000.000,00

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral



Página: 1/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						
1	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	PTU - 60% Ordinário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	<b>507.281.000,00</b>
2	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	PTU - 25% Educação	0.1.1010.000000.00.00.00	Não	Não	17.802.920,00
3	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	PTU - 15% Saúde	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	8.850.400,00
4	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - 60% Ordinário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	7.386.680,00
5	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - 25% Educação	0.1.1010.000000.00.00.00	Não	Não	7.186.020,00
6	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - 15% Saúde	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	3.572.400,00
7	4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF - 60% Ordinário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	2.981.580,00
8	4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF - 25% Educação	0.1.1010.000000.00.00.00	Não	Não	920.480,00
9	4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF - 15% Saúde	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	457.600,00
10	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI - 60% Ordinário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	381.920,00
11	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI - 25% Educação	0.1.1010.000000.00.00.00	Não	Não	10.219.420,00
12	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI - 15% Saúde	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	5.080.400,00
13	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	ISSQN - Ordinário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	4.240.180,00
14	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	ISSQN - 25% Educação	0.1.1010.000000.00.00.00	Não	Não	33.783.111,78
15	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	ISSQN - 15% Saúde	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	16.794.663,60
16	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	14.017.084,62
17	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.801.000,00
18	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	4.500.000,00
19	4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	2.314.000,00
20	4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	372.000,00
21	4.1.1.2.1.99.06.00.00.00	Taxa do - Fumpoc	0.1.1007.000000.00.00.00	Não	Não	96.000,00
22	4.1.1.2.1.99.07.00.00.00	Taxa do - Fumpom	0.1.1006.000000.00.00.00	Não	Não	355.000,00
23	4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Emolumentos e Custas de Apreç de Atos e Contratos	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	6.500.000,00
24	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	20.500.000,00
25	4.1.1.2.2.99.05.00.00.00	Taxa do - Fumrebom	0.1.1005.000000.00.00.00	Não	Não	1.944.000,00
26	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.139.000,00
27	4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0.1.1080.000000.00.00.00	Não	Não	11.000.000,00
28	4.1.3.1.1.99.01.00.00.00	Aluguel - Centro de Eventos e Arena	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	522.000,00
29	4.1.3.1.1.99.02.00.00.00	Aluguel Parque EFAPI	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	2.000.000,00
30	4.1.3.1.1.99.99.00.00.00	Aluguel outros próprios municipais	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	82.000,00
31	4.1.3.1.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	23.000,00
32	4.1.3.2.5.16.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - CIDE	0.1.1070.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
33	4.1.3.2.5.17.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	0.1.1080.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
34	4.1.3.2.5.18.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magist	0.1.1180.000000.01.02.03	Sim	Não	81.000,00
35	4.1.3.2.5.19.00.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - FUNDEB - Magist	0.1.1190.000000.01.02.03	Sim	Não	54.000,00
36	4.1.3.2.5.24.01.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio união	0.1.1340.000000.00.00.00	Não	Não	13.000,00
37	4.1.3.2.5.24.02.00.00.00	Rec. Remuner. Deposito Bancário - Convenio Estado	0.1.1640.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
38	4.1.3.2.5.24.06.00.00.00	Rec.Rem. Deposito Bancário - Rec FNAS - PEJA	0.1.1371.000000.01.03.99	Sim	Não	2.000,00

Página: 2/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
39	4.1.3.2.5.58.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec FNDE - Salário Ed	Não	Não	507.281.000,00
40	4.1.3.2.5.59.00.00.00.00	Rec.Rem Depósito Bancário - Rec FNAS PPD	Não	Não	36.000,00
41	4.1.3.2.5.60.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. FNDE - PNAE	Não	Não	2.000,00
42	4.1.3.2.5.61.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec FNDE - PNATE	Não	Não	2.000,00
43	4.1.3.2.5.62.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec FNDE - Outros	Não	Não	2.000,00
44	4.1.3.2.5.83.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec Op Cred Interna	Não	Não	2.000,00
45	4.1.3.2.5.86.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec Op Cred Ext	Não	Não	5.000,00
46	4.1.3.2.5.98.01.00.00.00	Rec. Remuner. Depósito Bancário - REC ORD FUNREBOM	Não	Não	11.000,00
47	4.1.3.2.5.98.02.00.00.00	Rec. Remuner. Depósito Bancário - REC ORD FUMPOC	Não	Não	13.000,00
48	4.1.3.2.5.98.03.00.00.00	Rec. Remuner. Depósito Bancário - REC ORD FUMPOM	Não	Não	87.000,00
49	4.1.3.2.5.99.01.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec Ord. - Pref	Não	Não	185.000,00
50	4.1.3.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	Não	Não	1.850.000,00
51	4.1.4.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	Não	Não	149.000,00
52	4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	Não	Não	295.000,00
53	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	FPM - Ordinário	Não	Não	109.000,00
54	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	FPM - 25% Educação	Não	Não	26.829.900,00
55	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	FPM - 15% Saúde	Não	Não	13.338.000,00
56	4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	Não	Não	11.132.100,00
57	4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	Não	Não	3.450.000,00
58	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	ITR - 60% Ordinário	Sim	Não	1.150.000,00
59	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	ITR - 25% Educação	Não	Não	31.380,00
60	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	ITR - 15% Saúde	Não	Não	15.600,00
61	4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	Não	Não	13.020,00
62	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	Não	Não	23.000,00
63	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	Não	Não	1.570.000,00
64	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	Não	Não	777.000,00
65	4.1.7.2.1.35.52.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	Não	Não	9.727.958,00
66	4.1.7.2.1.35.53.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE	Não	Não	382.000,00
67	4.1.7.2.1.35.54.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE	Não	Não	2.547.000,00
68	4.1.7.2.1.35.55.00.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	Sim	Não	7.000,00
69	4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	Não	Não	5.000,00
70	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% Ordinário	Não	Não	5.000,00
71	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% Educação	Não	Não	209.200,00
72	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% Saúde	Não	Não	104.000,00
73	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	Não	Não	86.800,00
74	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS - 60% Ordinário	Não	Não	579.000,00
75	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	ICMS - 25% Educação	Não	Não	55.700.023,00
76	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	ICMS - 15% Saúde	Não	Não	27.690.260,00
			Não	Não	23.110.717,00

Página: 3/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Recorta Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
77	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	IPVA - 60% Ordinário	Não	Não	507.281.000,00
78	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	IPVA - 25% Educação	Não	Não	16.186.360,00
79	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	IPVA - 15% Saúde	Não	Não	8.186.360,00
80	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	IPI - 60% Ordinário	Não	Não	6.832.462,00
81	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	IPI - 25% Educação	Não	Não	868.180,00
82	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	IPI - 15% Saúde	Não	Não	431.600,00
83	4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Transferências do Estado para a educação - Transp Es	Não	Não	360.220,00
84	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	Não	Não	638.000,00
85	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	Não	Não	2.000.000,00
86	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	Não	Não	62.529.000,00
87	4.1.7.6.1.02.01.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	Não	Não	11.032.000,00
88	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	Não	Não	407.000,00
89	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	Não	Não	4.667.000,00
90	4.1.7.6.4.01.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	Não	Não	3.480.000,00
91	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60 Ordinário	Não	Não	348.000,00
92	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	Não	Não	209.200,00
93	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15% Saúde	Não	Não	104.000,00
94	4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60% Ordinário	Não	Não	86.800,00
95	4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	Não	Não	230.120,00
96	4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15% Saúde	Não	Não	114.400,00
97	4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	Não	Não	95.480,00
98	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não	Não	43.000,00
99	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60% Ordinário	Não	Não	963.000,00
100	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60% Ordinário	Não	Não	387.020,00
101	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15% Saúde	Não	Não	192.400,00
102	4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60% Ordinário	Não	Não	160.580,00
103	4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educação	Não	Não	135.980,00
104	4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15% Saúde	Não	Não	67.600,00
105	4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	Não	Não	56.420,00
106	4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	Não	Não	484.000,00
107	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	Não	Não	9.350.000,00
108	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	Não	Não	232.000,00
109	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60% Ordinário	Não	Não	1.139.000,00
110	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	Não	Não	1.443.480,00
111	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15% Saúde	Não	Não	717.600,00
112	4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60% Ordinário	Não	Não	598.920,00
113	4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	Não	Não	491.620,00
114	4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15% Saúde	Não	Não	244.400,00
					203.980,00

Página: 4/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>					
115	4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	Não	Não	507.281.000,00
116	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	Não	Não	636.000,00
117	4.1.9.0.99.01.00.00.00.00	Outras Receitas	Não	Não	2.108.000,00
118	4.1.9.0.99.91.00.00.00.00	Outras Receitas - Fumrebom	Não	Não	7.257.000,00
119	4.1.9.0.99.92.00.00.00.00	Outras Receitas - FumPoc	Não	Não	59.000,00
120	4.1.9.0.99.93.00.00.00.00	Outras Receitas - FumPom	Não	Não	143.000,00
121	4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	Não	Não	143.000,00
122	4.2.1.2.3.99.00.00.00.00	Outras Operações Créditos Externas - Contratuais	Não	Não	20.000.000,00
123	4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	Não	Não	1.500.000,00
124	4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	Não	Não	233.000,00
125	4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	Não	Não	580.000,00
126	4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	Não	Não	579.000,00
127	4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	Não	Não	1.000.000,00
128	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	Não	Não	15.000.000,00
129	4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	Não	Não	500.000,00
130	9.1.1.1.2.02.91.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - Ordinário	Não	Não	233.000,00
131	9.1.1.1.2.02.91.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 25% Educação	Não	Não	-638.060,00
132	9.1.1.1.2.02.91.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 15% Saúde	Não	Não	-317.200,00
133	9.1.1.1.2.02.92.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - Ordinário	Sim	Não	-264.740,00
134	9.1.1.1.2.02.92.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 25% Educação	Não	Não	-20.920,00
135	9.1.1.1.2.02.92.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita IPTU - 15% Saúde	Sim	Não	-10.400,00
136	9.1.1.1.3.05.91.01.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - Ordinário	Não	Não	-8.680,00
137	9.1.1.1.3.05.91.02.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - 25% Educação	Não	Não	-366.100,00
138	9.1.1.1.3.05.91.03.00.00	Ded Rec - Renuncia Receita ISS - 15% Saúde	Sim	Não	-182.000,00
139	9.1.1.1.3.05.92.01.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - Ordinário	Não	Não	-151.900,00
140	9.1.1.1.3.05.92.02.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - 25% Educação	Não	Não	-73.220,00
141	9.1.1.1.3.05.92.03.00.00	Ded Rec - Dev Imposto s/produção e a Circulação - Ordinário	Sim	Não	-36.400,00
142	9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	Não	Não	-30.380,00
143	9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	Sim	Não	-12.000,00
144	9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	Não	Não	-80.000,00
145	9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	Não	Não	-24.776.000,00
146	9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	Não	Não	-7.156.000,00
147	9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	Não	Não	-332.000,00
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>					
1	4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	Não	Sim	5.000,00
2	4.1.3.2.5.23.01.00.00.00	Rec. Remuner. Depósito Bancário - Cv Saúde - União	Não	Sim	13.000,00
3	4.1.3.2.5.57.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS - SAMU	Não	Sim	36.000,00

Página: 5/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO</b>					<b>123.002.000,00</b>
4	4.1.3.2.5.64.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec.SUS - Atenção Bas	Não	Sim	46.000,00
5	4.1.3.2.5.65.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec.SUS - Atenção Mac	Não	Sim	139.000,00
6	4.1.3.2.5.66.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS - Vigilância	Não	Sim	36.000,00
7	4.1.3.2.5.67.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS - Assist Far	Não	Sim	23.000,00
8	4.1.3.2.5.68.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS - Assist. Fa	Não	Sim	5.000,00
9	4.1.3.2.5.69.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS Med de Disp.	Não	Sim	5.000,00
10	4.1.3.2.5.70.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. SUS - Gestão	Não	Sim	26.000,00
11	4.1.3.2.5.71.00.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec. Outros Rec FNS	Não	Sim	5.000,00
12	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Programa - Centros de Especialidades Odontológicas	Não	Sim	273.000,00
13	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Programa FAEC AIH - Transplantes	Não	Sim	455.000,00
14	4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Gestão Plena do Sistema Municipal - Média e Alta C	Não	Sim	78.703.000,00
15	4.1.7.2.1.33.26.00.00.00	Incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas	Não	Sim	39.000,00
16	4.1.7.2.1.33.29.00.00.00	Ações Básicas de Vigilância Sanitária	Não	Sim	807.000,00
17	4.1.7.2.1.33.31.00.00.00	PAB Fixo	Não	Sim	5.907.000,00
18	4.1.7.2.1.33.32.00.00.00	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Não	Sim	4.062.000,00
19	4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Programa Saúde Bucal	Não	Sim	893.000,00
20	4.1.7.2.1.33.35.00.00.00	Programa de Saúde da Família	Não	Sim	3.927.000,00
21	4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Receita Transf. de Recursos - NASF	Não	Sim	1.144.000,00
22	4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	Incentivo no Ambito do Programa Nacional de HIV AI	Não	Sim	130.000,00
23	4.1.7.2.1.33.41.00.00.00	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	Não	Sim	508.000,00
24	4.1.7.2.1.33.42.00.00.00	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	Não	Sim	455.000,00
25	4.1.7.2.1.33.46.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo em ambito hospital	Não	Sim	39.000,00
26	4.1.7.2.1.33.50.00.00.00	Receita Programa FAEC - Mamografia p/ Rastreamento	Não	Sim	820.000,00
27	4.1.7.2.1.33.51.00.00.00	Receita Programa FAEC - Nefrologia	Não	Sim	4.558.000,00
28	4.1.7.2.1.33.53.00.00.00	Receita Programa FAEC - Transp. Org. Tec.e Células	Não	Sim	846.000,00
29	4.1.7.2.1.33.54.00.00.00	Receita Programa FAEC - Tratamento Oncologia	Não	Sim	26.000,00
30	4.1.7.2.1.33.55.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Ativ Corp e Fisic	Não	Sim	156.000,00
31	4.1.7.2.1.33.56.00.00.00	Vigilância em Saúde - Incentivo Prev. Acid e Viol	Não	Sim	79.000,00
32	4.1.7.2.1.33.57.00.00.00	Vigilância em Saúde - Campanha de Vacinas	Não	Sim	13.000,00
33	4.1.7.2.1.33.58.00.00.00	Atenção Básica - PMAQ Prog Melhorias Aces Qual	Não	Sim	2.200.000,00
34	4.1.7.2.1.33.59.00.00.00	Atenção Básica - PSE Prog saude Escola	Não	Sim	286.000,00
35	4.1.7.2.1.33.61.00.00.00	Assistência Farmaceutica Básica - Parte Fixa	Não	Sim	1.146.000,00
36	4.1.7.2.1.33.71.00.00.00	Gestão do SUS	Não	Sim	39.000,00
37	4.1.7.2.1.33.72.00.00.00	Farmacia Popular	Não	Sim	156.000,00
38	4.1.7.2.1.33.75.00.00.00	Programa FAEC - Cirurgia Orofacial	Não	Sim	13.000,00
39	4.1.7.2.1.33.76.00.00.00	Receita - Outros recursos do FNS	Não	Sim	59.000,00
40	4.1.7.2.1.33.77.00.00.00	Programa MAC - REDE PSICOSOCIAL	Não	Sim	156.000,00
41	4.1.7.2.1.33.79.00.00.00	Atenção Básica - Variavel Comp Especif Reg - 6400	Não	Sim	39.000,00

Página: 6/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECO</b>					
42	4.1.7.2.1.33.81.00.00.00	Programa MAC - Brasil sem Miséria - 6500	Não	Sim	123.002.000,00
43	4.1.7.2.1.33.82.00.00.00	Programa MAC - Rede viver sem limites - 6500	Não	Sim	52.000,00
44	4.1.7.2.1.33.83.00.00.00	Programa MAC - Rede saúde mental - 6500	Não	Sim	26.000,00
45	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - CEO	Não	Sim	104.000,00
46	4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - Farmácia Bas.	Não	Sim	52.000,00
47	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Receita de Transf. Rec. Est - Cof. Aten. Básica	Não	Sim	1.262.000,00
48	4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Receita de Transf. Rec. Estado - Oxigenoterapia	Não	Sim	1.694.000,00
49	4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Receita de Transf. Recursos Estado - MAC	Não	Sim	182.000,00
50	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	Não	Sim	8.500.000,00
51	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	Não	Sim	857.000,00
52	4.1.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas	Não	Sim	59.000,00
53	4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	Não	Sim	75.000,00
54	4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	Não	Sim	1.331.000,00
55	4.2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	Não	Sim	290.000,00
<b>Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO</b>					
1	4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	Não	Não	245.000,00
2	4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	Não	Não	70.282.000,00
3	4.1.3.2.5.03.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Poup. Rec. Vinc. - RPPS	Não	Não	12.230.000,00
4	4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Comp. Financ. entre Reg. Geral e R.P.P./principal	Não	Não	192.000,00
5	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	Não	Não	22.361.000,00
6	4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	Não	Não	2.020.000,00
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO</b>					
1	4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	Não	Não	82.000,00
2	4.1.3.2.5.99.04.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. Ord. FAS	Não	Não	33.397.000,00
3	4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	Não	Não	5.347.000,00
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>					
1	4.1.3.2.5.47.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS - API	Não	Não	4.825.000,00
2	4.1.3.2.5.48.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS - PAC	Não	Não	348.000,00
3	4.1.3.2.5.49.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS PPD	Não	Não	174.000,00
4	4.1.3.2.5.50.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS - PETI	Não	Não	3.939.000,00
5	4.1.3.2.5.51.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS Sentinela	Não	Não	5.000,00
6	4.1.3.2.5.52.00.00.00.00	Rec. Rem. Deposito Bancário - Rec. FNAS - Outros	Não	Não	5.000,00
7	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada API	Não	Não	36.000,00
8	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PPD	Não	Não	128.000,00
9	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PAC	Não	Não	128.000,00
10	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada SENTINELA	Não	Não	382.000,00
11	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada BOLSA FAMÍLIA	Não	Não	208.000,00



Página: 7/7  
Data: 14/12/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação da Proposta da Receita**

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>						
12	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Programa FNAS - Ação Continuada PETI UJORNADA	0.1.1350.000000.04.00.00	Não	Não	3.939.000,00
13	4.1.7.2.1.34.51.00.00.00	Outros programas FIMAS SUAS	0.1.1350.000000.04.00.00	Não	Não	232.000,00
14	4.1.7.6.1.03.01.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	0.1.1310.000000.04.00.00	Não	Não	1.955.000,00
15	4.1.7.6.1.03.02.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Prog Assist Soc	0.1.1310.000000.04.00.00	Não	Não	59.000,00
16	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0.1.1310.000000.04.00.00	Não	Não	59.000,00
17	4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Prog. Proteção Social Especial ALTA COMPLEXIDADE	0.1.1310.000000.04.00.00	Não	Não	40.000,00
18	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0.1.1610.000000.04.00.00	Não	Não	59.000,00
19	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0.1.1610.000000.04.00.00	Não	Não	363.000,00
20	4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	13.000,00
21	4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0.1.1310.000000.04.00.00	Não	Não	148.000,00
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>						
1	4.1.3.2.5.99.08.00.00.00	Rec.Rem. Depósito Bancário - Rec Ord FIA	0.1.1610.000000.04.00.00	Não	Não	105.000,00
2	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	149.000,00
3	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0.1.1340.000000.04.00.00	Não	Não	5.000,00
4	4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0.1.1640.000000.04.00.00	Não	Não	36.000,00
5	4.1.7.5.0.01.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	36.000,00
<b>Total geral:</b>						<b>710.000.000,00</b>

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						18.813.000,00
Unidade: 02.02 - Gabinete do Prefeito						18.813.000,00
Proj./Ativ.: 2.011 - Manut. Gabinete do Prefeito			Localizador: Município			
1	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.201.000,00
1	04.122.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	81.000,00
1	04.122.102	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	395.000,00
1	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	507.000,00
1	04.122.102	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.234.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.012 - Manut. Gabinete Vice Prefeito			Localizador: Município			
2	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	99.000,00
2	04.122.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	4.000,00
2	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	63.000,00
<b>Total:</b>						<b>166.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.015 - Manut. Procuradoria Geral do Município			Localizador: Município			
3	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.131.000,00
3	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	197.000,00
3	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	97.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.425.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.016 - Manut. Contadoria Geral do Município			Localizador: Município			
4	04.124.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	839.000,00
4	04.124.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	110.000,00
4	04.124.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	113.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.062.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.017 - Manut. Controladoria Geral do Município			Localizador: Município			
5	04.124.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	283.000,00
5	04.124.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	18.000,00
5	04.124.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	113.000,00
<b>Total:</b>						<b>414.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.018 - Manut. Assessoria de Imprensa			Localizador: Município			
6	04.131.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	401.000,00
6	04.131.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	4.000,00
6	04.131.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.766.000,00
6	04.131.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.01.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	300.000,00
6	04.131.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	400.000,00
6	04.131.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1383.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.021.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.021 - Manut. Superintendências Regionais			Localizador: Município			
7	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.734.000,00
7	04.122.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	176.000,00
7	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	945.000,00
7	04.122.102	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.866.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.022 - Manut. Atividades Ouvidoria Pública			Localizador: Município			
8	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
8	04.122.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	0,00
8	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	23.000,00
<b>Total:</b>						<b>23.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.023 - Manut. Atividades do Conselho Tutelar			Localizador: Município			
9	08.243.105	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.278.000,00
9	08.243.105	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	93.000,00
9	08.243.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	74.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.445.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						18.813.000,00
Unidade: 02.02 - Gabinete do Prefeito						18.813.000,00
Proj./Ativ.: 2.027 - Manut. Fundo de Reap. Procuradoria Mun. FURP			Localizador: Município			
10	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	34.000,00
10	04.122.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>59.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção das Atividades de Decoração Natalina			Localizador: Município			
11	23.695.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	563.000,00
11	23.695.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	263.000,00
11	23.695.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>876.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.031 - Manut. Atividades do PROCON			Localizador: Município			
12	14.422.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	582.000,00
12	14.422.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	56.000,00
12	14.422.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	567.000,00
12	14.422.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.222.000,00</b>
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA						7.427.000,00
Unidade: 03.03 - Secretaria da Fazenda						7.427.000,00
Proj./Ativ.: 1.011 - Modernização da Adm Tributos			Localizador: Município			
13	04.122.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
13	04.122.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
<b>Total:</b>						<b>64.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.041 - Manut. Secretaria de Fazenda			Localizador: Município			
14	04.123.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	659.000,00
14	04.123.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	64.000,00
14	04.123.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
14	04.123.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>943.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.042 - Manut. Depto Tributos			Localizador: Município			
15	04.129.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.545.000,00
15	04.129.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	183.000,00
15	04.129.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	177.000,00
15	04.129.103	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.925.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.043 - Manut. Depto Fiscalização			Localizador: Município			
16	04.129.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	3.748.000,00
16	04.129.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	577.000,00
16	04.129.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.495.000,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER						10.057.000,00
Unidade: 04.04 - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer						10.057.000,00
Proj./Ativ.: 1.021 - Construção e Ampliação Praças Poli Esportivas			Localizador: Município			
17	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	427.000,00
17	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
17	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	164.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.591.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.022 - Conclusão Arena Indio Condá			Localizador: Município			
18	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
18	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
18	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>212.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

Página: 3/21  
 Data: 14/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER						10.057.000,00
Unidade: 04.04 - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer						10.057.000,00
Proj./Ativ.: 1.023 - Construção Arena Multiuso			Localizador: Município			
19	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	210.000,00
19	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
19	27.811.110	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	36.000,00
<b>Total:</b>						<b>258.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.051 - Manut. Atividades Secretaria de Esportes e Lazer			Localizador: Município			
20	27.812.109	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.499.000,00
20	27.812.109	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	75.000,00
20	27.812.109	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.565.000,00
20	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
20	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	116.000,00
20	27.812.109	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	117.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.522.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.052 - Manut. Depto. Técnico Sec. Esportes e Lazer			Localizador: Município			
21	27.812.109	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	521.000,00
21	27.812.109	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	116.000,00
21	27.812.109	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>695.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.053 - Manut. Depto. Patrimônio e Materiais Sec. Esportes e Lazer			Localizador: Município			
22	27.812.109	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	314.000,00
22	27.812.109	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	57.000,00
22	27.812.109	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
<b>Total:</b>						<b>461.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.054 - Manut. Ativ. de Apoio ao Esporte			Localizador: Município			
23	27.812.110	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	2.475.000,00
23	27.812.110	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	525.000,00
23	27.812.110	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	318.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.318.000,00</b>
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO						19.493.000,00
Unidade: 05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão						19.493.000,00
Proj./Ativ.: 1.031 - Modernização do Sistema de Transito			Localizador: Município			
24	15.451.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	111.000,00
24	15.451.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
<b>Total:</b>						<b>125.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.032 - Modernização do Sistema de Transporte Coletivo			Localizador: Município			
25	15.453.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.000,00
25	15.453.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
25	15.453.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	111.000,00
<b>Total:</b>						<b>144.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.033 - Ampliação Construção e Modernização Terminais Urbanos			Localizador: Município			
26	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
26	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>62.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.061 - Manut. da Secretaria de Defesa do Cidadão			Localizador: Município			
27	06.182.117	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.569.000,00
27	06.182.117	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	92.000,00
27	06.182.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.050.000,00
27	06.182.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.811.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO						19.493.000,00
Unidade: 05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão						19.493.000,00
Proj./Ativ.: 2.062 - Manut. Atividades Defesa Civil			Localizador: Município			
28	06.182.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	68.000,00
<b>Total:</b>						<b>68.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.063 - Manut. da Guarda Municipal			Localizador: Município			
29	06.181.117	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.006.000,00
29	06.181.117	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	435.000,00
29	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	675.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.116.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.064 - Manut. Depto de Segurança Patrimonial			Localizador: Município			
30	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.952.000,00
30	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	466.000,00
30	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.687.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.105.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.065 - Manut. Depto de Fiscalização de Trânsito			Localizador: Município			
31	06.181.117	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	988.000,00
31	06.181.117	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	114.000,00
31	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.024.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.126.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.066 - Manut. Depto de Fiscalização de Transporte Público			Localizador: Município			
32	06.181.117	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	225.000,00
32	06.181.117	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	32.000,00
32	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	395.000,00
<b>Total:</b>						<b>652.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.071 - Manut. Atividades do Fundo - Bombeiros			Localizador: Município			
33	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1005.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.146.000,00
33	06.181.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1005.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	870.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.016.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.072 - Manut. Atividades do Fundo - Policia Militar			Localizador: Município			
34	06.181.117	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1006.000000.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	262.500,00
34	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1006.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	262.500,00
34	06.181.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1006.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	158.000,00
<b>Total:</b>						<b>683.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.073 - Manut. Atividades do Fundo - Policia Civil			Localizador: Município			
35	06.181.117	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1007.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	468.000,00
35	06.181.117	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1007.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	117.000,00
<b>Total:</b>						<b>585.000,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED						146.875.958,00
Unidade: 06.06 - Secretaria de Educação						146.875.958,00
Proj./Ativ.: 1.101 - Construção Ampliação Rede Fisica Ensino Fundamental			Localizador: Município			
36	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	554.000,00
36	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	300.000,00
36	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>911.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.102 - Construção Ampliação Rede Fisica Educ. Tempo Integral			Localizador: Município			
37	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	277.000,00
37	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>334.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.103 - Construção Ampliação Rede Fisica Educação Infantil			Localizador: Município			
38	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.277.000,00
38	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	300.000,00
38	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	175.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED						146.875.958,00
Unidade: 06.06 - Secretaria de Educação						146.875.958,00
Proj./Ativ.: 1.103 - Construção Ampliação Rede Física Educação Infantil			Localizador: Município			
38	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	33.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.785.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.104 - Ampliação e Reforma Escola Agropecuária			Localizador: Município			
39	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	376.000,00
39	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	175.000,00
39	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>576.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.111 - Aquisição de Material Uso Permanente - Fundamental			Localizador: Município			
40	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	639.000,00
40	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
40	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1620.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	233.000,00
40	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.029.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.112 - Aquisição de Material Uso Permanente - Infantil			Localizador: Município			
41	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
41	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	348.000,00
41	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
41	12.365.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	649.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.147.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.101 - Manut. Atividades Secretaria de Educação			Localizador: Município			
42	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	2.694.000,00
42	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	54.000,00
42	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	335.000,00
42	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	463.000,00
42	12.361.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.646.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.102 - Manut. Diretoria Administrativa Sec Educação			Localizador: Município			
43	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	5.295.000,00
43	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	874.000,00
43	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	204.000,00
<b>Total:</b>						<b>6.373.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.103 - Manut. Diretoria Pedagógica			Localizador: Município			
44	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	2.192.000,00
44	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	284.000,00
44	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	121.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.597.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.111 - Manut. Profis. Magistério - Ensino Fundamental			Localizador: Município			
45	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	12.373.000,00
45	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1180.000000.01.02.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	25.421.000,00
45	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	6.479.000,00
45	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	922.000,00
45	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1180.000000.01.02.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	3.439.000,00
<b>Total:</b>						<b>48.634.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.112 - Manut. Profis. Magistério - Educação Infantil			Localizador: Município			
46	12.365.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	3.854.000,00
46	12.365.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1180.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	31.281.000,00
46	12.365.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	399.000,00
46	12.365.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1180.000000.01.02.02 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	2.469.000,00
<b>Total:</b>						<b>38.003.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/21  
 Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED						146.875.958,00
Unidade: 06.06 - Secretaria de Educação						146.875.958,00
Proj./Ativ.: 2.121 - Manut. Ensino Fundamental - Outros			Localizador: Município			
47	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	1.724.000,00
47	12.361.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	2.304.000,00
47	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.03 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	82.000,00
47	12.361.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	319.000,00
47	12.361.108	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Transferencias a Instituicoes	Sim	Não	Não	599.000,00
47	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	3.366.400,00
47	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	839.600,00
47	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	29.000,00
47	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	3.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>12.263.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.122 - Manut. Educação Infantil - Outros			Localizador: Município			
48	12.365.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	126.000,00
48	12.365.108	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	384.000,00
48	12.365.108	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Sim	Sim	Não	111.000,00
48	12.365.108	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Transferencias a Instituicoes	Sim	Não	Não	1.818.000,00
48	12.365.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	992.000,00
48	12.365.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	4.725.000,00
48	12.365.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.968.958,00
<b>Total:</b>						<b>10.124.958,00</b>
Proj./Ativ.: 2.129 - Manut. Escola Agropecuária			Localizador: Município			
49	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
49	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	97.000,00
<b>Total:</b>						<b>155.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.131 - Manut. Merenda Escolar			Localizador: Município			
50	10.306.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.550.000,00
50	10.306.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1373.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	2.549.000,00
<b>Total:</b>						<b>14.099.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.132 - Manut. do Transporte Escolar			Localizador: Município			
51	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1360.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.023.000,00
51	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1374.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	384.000,00
51	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1660.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	638.000,00
51	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1190.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	956.000,00
51	12.361.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000000.01.99.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	1.791.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.792.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.133 - Manut. Ensino Profissional e Cooperativo			Localizador: Município			
52	12.363.108	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>58.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.134 - Manut. Outros convenio FNDE			Localizador: Município			
53	12.367.108	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	113.000,00
53	12.367.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
53	12.367.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1372.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	9.000,00
53	12.367.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1371.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	7.000,00
53	12.367.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1370.000000.01.03.99 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	7.000,00
53	12.367.108	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1320.000000.01.99.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>236.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.135 - Manut. Convenio Ensino Superior e FUNDESTE			Localizador: Município			
54	12.364.108	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	21.000,00
54	12.364.108	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	92.000,00
<b>Total:</b>						<b>113.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE						5.564.000,00
Unidade: 07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente						5.564.000,00
Proj./Ativ.: 1.201 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Agricultura			Localizador: Município			
55	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
55	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	348.000,00
55	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>528.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.205 - Implantação de Feiras Municipais			Localizador: Município			
56	20.601.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
56	20.601.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
56	20.601.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	68.000,00
<b>Total:</b>						<b>130.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.201 - Manut. da Secr. Agricultura e Serv.Rurais			Localizador: Município			
57	20.606.125	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.215.000,00
57	20.606.125	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	61.000,00
57	20.606.125	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	79.000,00
57	20.606.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.000,00
57	20.606.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	788.000,00
57	20.606.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
57	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
57	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
57	20.606.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.310.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.202 - Manut. Depto de Assist. e Difusão tecnológica			Localizador: Município			
58	20.606.120	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	280.000,00
58	20.606.120	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	51.000,00
58	20.606.120	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>389.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.203 - Manut. Depto de Abastecimento Rural			Localizador: Município			
59	20.605.121	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	285.000,00
59	20.605.121	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	45.000,00
59	20.605.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>388.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.204 - Manut. Depto de Inspeção de Produtos Origem Animal			Localizador: Município			
60	20.604.121	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	654.000,00
60	20.604.121	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	141.000,00
60	20.604.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
<b>Total:</b>						<b>840.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.205 - Manut. Operacionalização Mercado Publico			Localizador: Município			
61	20.601.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	113.000,00
<b>Total:</b>						<b>113.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.211 - Manut. das Atividades do Meio Ambiente			Localizador: Município			
62	18.542.125	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	270.000,00
62	18.542.125	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	50.000,00
62	18.542.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	282.000,00
62	18.542.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
62	18.542.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.000,00
62	18.542.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	46.000,00
62	18.542.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
62	18.542.125	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
<b>Total:</b>						<b>715.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.215 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural			Localizador: Município			
63	20.606.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.000,00
63	20.606.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE						5.564.000,00
Unidade: 07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente						5.564.000,00
Proj./Ativ.: 2.215 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Rural			Localizador: Município			
63	20.606.121	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
63	20.606.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.000,00
63	20.606.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
63	20.606.121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.000,00
<b>Total:</b>						<b>118.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.216 - Manut. Atividades de Consórcios Públicos			Localizador: Município			
64	20.606.121	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicc	Não	Não	Não	5.000,00
64	20.606.121	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	8.000,00
64	20.606.121	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	15.000,00
64	20.606.121	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>33.000,00</b>
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA						88.678.000,00
Unidade: 09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura						88.678.000,00
Proj./Ativ.: 1.251 - Revitalização de Parques e Praças Publicas			Localizador: Município			
65	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
65	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
65	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>250.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.252 - Implantação e Revitalização de Passeios Publicos			Localizador: Município			
66	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
66	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>68.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.253 - Construção de Galerias - Micro e Macro Drenagem			Localizador: Município			
67	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	133.000,00
67	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	290.000,00
<b>Total:</b>						<b>423.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.254 - Implantação de Sistema de Saneamento			Localizador: Município			
68	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	126.000,00
68	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
68	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>145.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.255 - Pavimentação de Vias com Pedras Irregulares			Localizador: Município			
69	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
69	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>512.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.256 - Recuperação e Pavimentação de Vias Públicas			Localizador: Município			
70	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1860.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.511.000,00
70	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1830.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.005.000,00
70	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000.000,00
70	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	23.000,00
70	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.100.000,00
<b>Total:</b>						<b>32.639.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.261 - Expansão da Iluminação Publica			Localizador: Município			
71	25.752.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00
71	25.752.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	652.000,00
71	25.752.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	168.000,00
<b>Total:</b>						<b>849.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.271 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos			Localizador: Município			
72	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 9/21  
 Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA						88.678.000,00
Unidade: 09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura						88.678.000,00
Proj./Ativ.: 1.271 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos			Localizador: Município			
72	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	290.000,00
<b>Total:</b>						<b>540.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.251 - Manut. Ativ. Secret. de Serviços Urbanos e infraestrutura			Localizador: Município			
73	15.451.124	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.292.000,00
73	15.451.124	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	99.000,00
73	15.451.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	900.000,00
73	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.441.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.252 - Manut. Depto de Serviços Urbanos			Localizador: Município			
74	15.452.124	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	4.492.000,00
74	15.452.124	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	675.000,00
74	15.452.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.730.000,00
74	15.452.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	223.000,00
<b>Total:</b>						<b>8.120.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.253 - Manut. Depto de Maquinas e Equipamentos			Localizador: Município			
75	15.451.127	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.938.000,00
75	15.451.127	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	421.000,00
75	15.451.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
75	15.451.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.725.000,00
<b>Total:</b>						<b>8.109.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.254 - Manut. Depto de Obras			Localizador: Município			
76	15.451.127	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.833.000,00
76	15.451.127	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	274.000,00
76	15.451.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	900.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.007.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.255 - Manut. Depto de Estradas			Localizador: Município			
77	15.451.127	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.752.000,00
77	15.451.127	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	280.000,00
77	15.451.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	226.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.258.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.256 - Manut. da Usina de Asfalto			Localizador: Município			
78	15.451.127	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	316.000,00
78	15.451.127	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	56.000,00
78	15.451.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	479.000,00
78	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	111.000,00
<b>Total:</b>						<b>962.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.257 - Manut. Horto Florestal			Localizador: Município			
79	18.542.125	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	229.000,00
79	18.542.125	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	41.000,00
79	18.542.125	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	226.000,00
<b>Total:</b>						<b>496.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.260 - Manut. Sinalização Viária			Localizador: Município			
80	15.451.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	226.000,00
<b>Total:</b>						<b>226.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.271 - Manut. da Iluminação Publica			Localizador: Município			
81	25.752.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.827.000,00
81	25.752.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	263.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.090.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 10/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA						88.678.000,00
Unidade: 09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura						88.678.000,00
Proj./Ativ.: 2.281 - Manut. Coleta Resíduos Sólidos Domiciliares e Seletiva			Localizador: Município			
82	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.700.000,00
<b>Total:</b>						<b>14.700.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.291 - Manut. Fundo Municipal de Saneamento Basico			Localizador: Município			
83	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	800.000,00
83	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	273.000,00
83	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
83	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
83	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
83	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.843.000,00</b>
Órgão: 10.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO						11.256.000,00
Unidade: 10.10 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico						11.256.000,00
Proj./Ativ.: 1.301 - Implantação e Desenvolvimento de Distritos Industriais			Localizador: Município			
84	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	348.000,00
84	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
84	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>948.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.302 - Implantação Parque Tecnológico			Localizador: Município			
85	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
85	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
85	22.661.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>670.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.301 - Manut. Atividades Secret.Desenvolv.Economico			Localizador: Município			
86	23.691.118	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.130.000,00
86	23.691.118	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	93.000,00
86	23.691.118	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	855.000,00
86	23.691.118	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	66.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.144.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.302 - Manut. Realização EFAPI 2014/17			Localizador: Chapecó			
152	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000.000,00
152	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000.000,00
152	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>7.000.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.303 - Manut. Realização Feiras			Localizador: Município			
87	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	86.000,00
87	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00
87	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>145.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.304 - Manut. Atividades de Promoção do Turismo			Localizador: Município			
88	23.695.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
88	23.695.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00
88	23.695.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>117.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.305 - Apoio a Inovação Tecnológica			Localizador: Município			
89	19.573.120	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	58.000,00
89	19.573.120	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
89	19.573.120	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
89	19.573.120	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00
89	19.573.120	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>232.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 11/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO						2.959.000,00
Unidade: 11.11 - Secretaria de Habitação						2.959.000,00
Proj./Ativ.: 1.331 - Construção de Habitações e Conjuntos Habitacionais			Localizador: Município			
90	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
90	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
90	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	232.000,00
<b>Total:</b>						<b>312.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.332 - Aquisição de Areas para Produção de Unid Habitacionais			Localizador: Município			
91	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
91	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>40.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.333 - Implantação Infra Estrutura em Loteamentos Populares			Localizador: Município			
92	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
92	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	64.000,00
92	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>84.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.334 - Implantação Programa Promoradia			Localizador: Município			
93	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
93	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
93	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	123.000,00
<b>Total:</b>						<b>343.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.331 - Manut. Atividades Secretaria de Habitação			Localizador: Município			
94	16.482.128	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	397.000,00
94	16.482.128	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	6.000,00
94	16.482.128	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	420.000,00
94	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
<b>Total:</b>						<b>903.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.332 - Manut. Depto de Habitação			Localizador: Município			
95	16.482.128	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	583.000,00
95	16.482.128	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	126.000,00
95	16.482.128	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	41.000,00
<b>Total:</b>						<b>750.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.333 - Manut. Depto de Regularização Fundiária			Localizador: Município			
96	16.482.128	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	66.000,00
96	16.482.128	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	12.000,00
96	16.482.128	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	41.000,00
<b>Total:</b>						<b>119.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.341 - Manut. Ativ Fundo Mun habitação e Interesse Social			Localizador: Município			
97	16.482.128	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
<b>Total:</b>						<b>170.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.342 - Manut. Ativ Fundo Mun Regularização Fundiária			Localizador: Município			
98	16.482.128	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
98	16.482.128	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	68.000,00
<b>Total:</b>						<b>238.000,00</b>
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						12.262.000,00
Unidade: 12.12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano						12.262.000,00
Proj./Ativ.: 1.401 - Pavimentação Corredores Transporte Coletivo			Localizador: Município			
99	15.453.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.402 - Acesso ao Distrito Industrial e Vias Internas			Localizador: Município			
100	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 12/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						12.262.000,00
Unidade: 12.12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano						12.262.000,00
Proj./Ativ.: 1.403 - Ligação Atilio Fontana SCT480						Localizador: Município
101	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.404 - Construção e Modernização da Estrutura Administrativa						Localizador: Município
102	04.122.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
102	04.122.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
102	04.122.104	4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.1890.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	580.000,00
<b>Total:</b>						<b>780.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.405 - Revitalização de Avenidas Centrais						Localizador: Município
103	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>12.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.406 - Requalificação de Espaços Públicos - Mobilidade Urbana						Localizador: Município
104	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
104	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
104	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>608.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.407 - Expansão e Readequação de Vias Públicas						Localizador: Município
105	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1890.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	233.000,00
105	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
105	15.451.127	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>791.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.401 - Manut. Atividades Secret. De Planejamento						Localizador: Município
106	15.451.124	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.236.000,00
106	15.451.124	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	148.000,00
106	15.451.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	343.000,00
106	15.451.124	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	168.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.895.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.402 - Manut. Depto de Fiscalização de Obras						Localizador: Município
107	15.451.123	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	463.000,00
107	15.451.123	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	64.000,00
107	15.451.123	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	124.000,00
<b>Total:</b>						<b>651.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.403 - Manut. Depto de Elaboração de Projetos e Obras Públicas						Localizador: Município
108	15.451.122	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	3.573.000,00
108	15.451.122	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	484.000,00
108	15.451.122	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.164.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.404 - Manut. Depto de Análise e Aprovação de Projetos						Localizador: Município
109	15.451.122	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	108.000,00
109	15.451.122	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	5.000,00
109	15.451.122	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>163.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.405 - Manut. Depto de Mobilidade Urbana						Localizador: Município
110	15.451.124	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	15.000,00
110	15.451.124	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	1.000,00
110	15.451.124	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	360.000,00
<b>Total:</b>						<b>376.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.406 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial						Localizador: Município
151	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	273.000,00
151	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	56.000,00
151	17.512.126	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.381.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 13/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						12.262.000,00
Unidade: 12.12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano						12.262.000,00
Proj./Ativ.: 2.406 - Manut. Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial			Localizador: Município			
151	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	43.000,00
151	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	974.000,00
151	17.512.126	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.797.000,00</b>
Órgão: 13.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						32.174.000,00
Unidade: 13.13 - Encargos Gerais do Município						32.174.000,00
Proj./Ativ.: 0.971 - Encargos Especiais			Localizador: Município			
111	28.846.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	759.000,00
111	28.846.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	6.300.000,00
111	28.846.103	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1.364.000,00
111	28.846.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.475.000,00
<b>Total:</b>						<b>18.898.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.972 - Amortização de Divida			Localizador: Município			
112	28.843.103	3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.050.000,00
112	28.843.103	4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.300.000,00
<b>Total:</b>						<b>7.350.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.975 - Precatórios			Localizador: Município			
113	28.846.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.926.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.926.000,00</b>
Órgão: 31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO						17.005.000,00
Unidade: 31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						17.005.000,00
Proj./Ativ.: 1.501 - Ampliação e Manutenção da central de Dados e Internet			Localizador: Município			
114	04.126.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.502 - Ampliação Estrutura Física Aeroporto Municipal			Localizador: Município			
115	26.781.119	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
115	26.781.119	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	68.000,00
115	26.781.119	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>180.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.503 - Revitalização Parque de Exposições			Localizador: Município			
116	23.691.119	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	111.000,00
116	23.691.119	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>311.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.501 - Manut. Gabinete Secretaria de Coord de Governo e Gestão			Localizador: Município			
117	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.025.000,00
117	04.122.102	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	16.000,00
117	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	735.000,00
117	04.122.102	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	111.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.887.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.502 - Manut. Depto de Gestão de Compras			Localizador: Município			
118	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	474.000,00
118	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	80.000,00
118	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	155.000,00
<b>Total:</b>						<b>709.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.503 - Manut. Depto de Planejamento e Gestão			Localizador: Município			
119	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	258.000,00
119	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	4.000,00
119	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>312.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 14/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 31.00 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO						17.005.000,00
Unidade: 31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						17.005.000,00
Proj./Ativ.: 2.504 - Manut. Depto de Recursos Humanos			Localizador: Município			
120	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	661.000,00
120	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	89.000,00
120	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
<b>Total:</b>						<b>870.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.505 - Manut. Serv. Atend. Saúde do Servidor Municipal			Localizador: Município			
121	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	482.000,00
121	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	57.000,00
121	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>579.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.506 - Manut. Segurança e Medicina do Trabalho			Localizador: Município			
122	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	569.000,00
122	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	90.000,00
122	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	184.000,00
<b>Total:</b>						<b>843.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.511 - Manut. Depto de Serviços Gerais			Localizador: Município			
123	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	4.007.000,00
123	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	677.000,00
123	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.508.000,00
<b>Total:</b>						<b>6.192.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.512 - Manut. Depto Almoxarifado Central			Localizador: Município			
124	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	268.000,00
124	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	24.000,00
124	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	505.000,00
<b>Total:</b>						<b>797.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.513 - Manut. Depto de Tecnologia de Informação - TI			Localizador: Município			
125	04.126.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	550.000,00
125	04.126.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	115.000,00
125	04.126.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	192.000,00
<b>Total:</b>						<b>857.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.521 - Manut. Parque Trancredo Neves			Localizador: Município			
126	23.691.119	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	120.000,00
126	23.691.119	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	27.000,00
126	23.691.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	742.000,00
<b>Total:</b>						<b>889.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.522 - Manut. Centro de Cultura e Eventos			Localizador: Município			
127	13.392.116	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	105.000,00
127	13.392.116	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	19.000,00
127	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	113.000,00
<b>Total:</b>						<b>237.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.523 - Manut. Atividades Aeroporto Municipal			Localizador: Município			
128	26.781.119	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	501.000,00
128	26.781.119	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	69.000,00
128	26.781.119	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.687.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.257.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.524 - Manut. Cidade do Idoso			Localizador: Município			
129	08.241.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
129	08.241.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
129	08.241.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>25.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 15/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 32.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL						16.514.000,00
Unidade: 32.32 - Secretaria de Assistência Social						16.514.000,00
Proj./Ativ.: 1.541 - Construção Ampliação Secretaria de Assistência Social - SEASC			Localizador: Município			
130	08.244.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	57.000,00
130	08.244.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
<b>Total:</b>						<b>115.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.542 - Instalação de Unidades de Assistência Social			Localizador: Município			
131	08.244.105	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	128.000,00
131	08.244.105	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	67.000,00
<b>Total:</b>						<b>195.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.543 - Construção Ampliação Restaurante Popular			Localizador: Município			
132	08.244.107	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.541 - Manut. Atividades Secretaria de Assistência Social - SEASC			Localizador: Município			
133	08.244.105	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	3.002.000,00
133	08.244.105	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	168.000,00
133	08.244.105	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	586.000,00
133	08.244.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	177.000,00
133	08.244.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
133	08.244.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	900.000,00
133	08.244.105	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
133	08.244.105	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	174.000,00
133	08.244.105	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.147.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.542 - Manut. Depto de Proteção Básica - SEASC			Localizador: Município			
134	08.244.105	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	2.132.000,00
134	08.244.105	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	399.000,00
134	08.244.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.387.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.918.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.543 - Manut. Depto de Relações Comunitárias - SEASC			Localizador: Município			
135	08.244.105	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	924.000,00
135	08.244.105	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	44.000,00
135	08.244.105	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	732.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.700.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.544 - Manut. Depto de Proteção Especial - SEASC			Localizador: Município			
136	08.242.106	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.575.000,00
136	08.242.106	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	309.000,00
136	08.242.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.026.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.910.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.545 - Manut. Depto de Segurança Alimentar - SEASC			Localizador: Município			
137	08.244.107	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	353.000,00
137	08.244.107	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	59.000,00
137	08.244.107	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	507.000,00
<b>Total:</b>						<b>919.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.546 - Manut. Atividades Restaurante Popular			Localizador: Município			
138	08.244.107	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.238.000,00
138	08.244.107	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	67.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.305.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.549 - Manut. Programa Aquisição de Alimentos - Compra Direta			Localizador: Município			
141	10.306.107	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	196.000,00
141	10.306.107	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000,00
141	10.306.107	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>255.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 16/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 33.00 - SECRETARIA DE CULTURA						5.372.000,00
Unidade: 33.33 - Secretaria de Cultura						5.372.000,00
Proj./Ativ.: 1.571 - Construção e Modernização Secretaria de Cultura			Localizador: Município			
142	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
142	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	58.000,00
142	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	59.000,00
<b>Total:</b>						<b>147.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.571 - Manut. Atividades Secretaria de Cultura			Localizador: Município			
143	13.392.116	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.792.000,00
143	13.392.116	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	80.000,00
143	13.392.116	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	22.000,00
143	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	395.000,00
143	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.346.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.572 - Fundo Municipal de Cultura			Localizador: Município			
144	13.392.116	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	10.000,00
144	13.392.116	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	2.000,00
144	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	610.000,00
144	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	368.000,00
144	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	368.000,00
144	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	57.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.415.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.573 - Manut. Biblioteca Municipal			Localizador: Município			
145	13.392.116	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	141.000,00
145	13.392.116	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	29.000,00
145	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
145	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
145	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
145	13.392.116	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>520.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.574 - Manut. Escola de Artes			Localizador: Município			
146	13.391.116	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	418.000,00
146	13.391.116	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	117.000,00
146	13.391.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	170.000,00
<b>Total:</b>						<b>705.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.575 - Manut. de Museus			Localizador: Município			
147	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	113.000,00
147	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.000,00
147	13.392.116	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.000,00
<b>Total:</b>						<b>165.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.576 - Manutenção da PEC			Localizador: Município			
148	13.392.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	49.000,00
148	13.392.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
148	13.392.127	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	13.000,00
<b>Total:</b>						<b>74.000,00</b>
Órgão: 34.00 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS						576.000,00
Unidade: 34.34 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTITUCIONAIS						576.000,00
Proj./Ativ.: 2.591 - Manut. Secretaria de Articulação Institucional - SAI.			Localizador: Município			
149	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	512.000,00
149	04.122.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Não	9.000,00
149	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
149	04.122.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>576.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 17/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ</b>						<b>395.844.958,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						819.000,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência						819.000,00
Proj./Ativ.: 9.999 - Reserva de Contingência						Localizador: Município
150	99.999.103	9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGEN	Não	Não	Não	819.000,00
<b>Total:</b>						<b>819.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>						<b>218.105.042,00</b>
Órgão: 14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE						218.105.042,00
Unidade: 14.01 - PMC - Fundo Municipal da Saúde						218.105.042,00
Proj./Ativ.: 1.601 - Construção e Ampliação de Unid. De Saúde						Localizador: Município
1	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1330.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	204.000,00
1	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1630.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	144.000,00
1	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>848.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.602 - Construção Unidades de Pronto Atendimento						Localizador: Município
2	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	500.000,00
2	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1330.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	781.000,00
2	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1630.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	146.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.427.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.603 - Aquisição de Material de Uso Permanente - FMS						Localizador: Município
3	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
3	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1330.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	358.000,00
<b>Total:</b>						<b>458.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.604 - Construção Sede Fundo Mun. Saúde						Localizador: Município
4	10.301.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	80.000,00
4	10.301.104	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1330.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	233.000,00
<b>Total:</b>						<b>313.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.601 - Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saúde						Localizador: Município
5	10.301.115	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	2.217.000,00
5	10.301.115	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	62.000,00
5	10.301.115	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.890.000,00
5	10.301.115	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1330.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	870.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.039.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.602 - Manut. Diretoria Adnistrativa e Finanças						Localizador: Município
6	10.301.115	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	3.337.000,00
6	10.301.115	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	475.000,00
6	10.301.115	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	26.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.838.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.603 - Manut. Diretoria de Atenção a Saúde						Localizador: Município
7	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	198.000,00
7	10.301.111	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	6.000,00
7	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	26.000,00
<b>Total:</b>						<b>230.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.604 - Manut. Depto Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria						Localizador: Município
8	10.301.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	771.000,00
8	10.301.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	104.000,00
8	10.301.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	107.000,00
<b>Total:</b>						<b>982.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.605 - Manut. Atenção Basica em Saúde						Localizador: Município
9	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	62.856.042,00
9	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
9	10.301.111	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	6.751.000,00
9	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	830.000,00
<b>Total:</b>						<b>70.437.042,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 18/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>						<b>218.105.042,00</b>
Órgão: 14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE						218.105.042,00
Unidade: 14.01 - PMC - Fundo Municipal da Saúde						218.105.042,00
Proj./Ativ.: 2.606 - Manut. Atenção Especializada em Saúde			Localizador: Município			
10	10.302.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	5.733.000,00
10	10.302.111	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	1.098.000,00
10	10.302.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	205.000,00
<b>Total:</b>						<b>7.036.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.607 - Manut. Vigilancia em Saúde			Localizador: Município			
11	10.304.113	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	1.937.000,00
11	10.304.113	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	193.000,00
11	10.304.113	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	143.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.273.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.608 - Manut. Assistência Farmaceutica			Localizador: Município			
12	10.303.114	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	2.157.000,00
12	10.303.114	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	532.000,00
12	10.303.114	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	222.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.911.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.609 - Manut. Conselho Municipal de Saúde			Localizador: Município			
13	10.301.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	26.000,00
<b>Total:</b>						<b>26.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.610 - Manut. Atividades Hospital Materno Infantil			Localizador: Município			
14	10.302.112	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Sim	1.890.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.890.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.621 - Manut. - B1 - Atenção Basica - (PAB , NASF, PMAQ, COFIN)			Localizador: Município			
15	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	488.000,00
15	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1671.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.185.000,00
15	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	7.589.000,00
15	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1387.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	65.000,00
15	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1386.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
15	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	652.000,00
15	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1380.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	64.000,00
<b>Total:</b>						<b>10.048.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.622 - Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Família			Localizador: Município			
16	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	819.000,00
16	10.301.111	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Sim	Sim	0,00
16	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	2.435.000,00
16	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1671.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	691.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.945.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.623 - Manut. - B1 - AB - PAB Var - Agentes Comunitário Saúde			Localizador: Município			
17	10.301.111	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	5.404.000,00
17	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	17.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.421.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.624 - Manut. - B1 - AB - PAB Var - Fator Inc At Bas Pov Indig			Localizador: Município			
18	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	28.000,00
<b>Total:</b>						<b>28.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.625 - Manut. - B1 - AB - PAB Var - Saúde Bucal			Localizador: Município			
19	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.017.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.017.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.626 - Manut. Do PROESF			Localizador: Município			
20	10.301.111	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	47.000,00
20	10.301.111	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1381.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	47.000,00
<b>Total:</b>						<b>94.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**

Página: 19/21  
 Data: 14/12/2016

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

**Relação da Proposta da Despesa**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - PMC - FM SAUDE DE CHAPECÓ</b>						<b>218.105.042,00</b>
Órgão: 14.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE						218.105.042,00
Unidade: 14.01 - PMC - Fundo Municipal da Saúde						218.105.042,00
Proj./Ativ.: 2.631 - Manut. - B2 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO			Localizador: Município			
21	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1672.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	52.000,00
21	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	275.000,00
<b>Total:</b>						<b>327.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.632 - Manut. - B2 - Centro de Ref em Saúde do Trabalhador - CEREST			Localizador: Município			
22	10.302.112	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
22	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	393.000,00
22	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	334.000,00
22	10.302.112	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
22	10.302.112	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	120.000,00
<b>Total:</b>						<b>897.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.633 - Manut. - B2 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU			Localizador: Município			
23	10.302.112	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1388.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	311.000,00
23	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1388.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	180.000,00
<b>Total:</b>						<b>491.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.634 - Manut. - B2 - Teto Financeiro Municipal MAC			Localizador: Município			
24	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	66.640.000,00
24	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1672.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	3.051.000,00
24	10.302.112	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.122.000,00
<b>Total:</b>						<b>70.813.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.635 - Manut. - B2 - Out itens de Med e Alta Compl Ambulat e Hospitalar			Localizador: Município			
25	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1672.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.449.000,00
25	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	11.522.000,00
25	10.302.112	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	2.159.000,00
<b>Total:</b>						<b>19.130.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.636 - Manut. - B2 - FAEC - Fundo de Ação Estrat e Compensação			Localizador: Município			
26	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1383.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	627.000,00
26	10.302.112	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	458.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.085.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.641 - Manut. - B3 - Vigilância em Saúde			Localizador: Município			
27	10.304.113	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1383.000000.02.04.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Sim	10.000,00
27	10.304.113	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1383.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	180.000,00
27	10.304.113	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1383.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	293.000,00
<b>Total:</b>						<b>483.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.651 - Manut. - B4 - Assist.Farmacêut Básica			Localizador: Município			
28	10.301.114	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1384.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.325.000,00
28	10.301.114	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1674.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	1.262.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.587.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.661 - Manut. - B5 - Gestão do SUS			Localizador: Município			
29	10.301.115	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1385.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.671 - Manut. Das Atividades do CIS-AMOSC			Localizador: Município			
30	10.301.115	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Transf. a Consórcios Públicc	Não	Não	Sim	12.000,00
30	10.301.115	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Sim	12.000,00
30	10.301.115	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1382.000000.02.04.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Sim	3.990.000,00
30	10.301.115	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.1020.000000.02.01.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Sim	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.026.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 20/21

Data: 14/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO</b>						<b>70.282.000,00</b>
Órgão: 15.00 - INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMPREVI						70.282.000,00
Unidade: 15.01 - Instituto do Sist. Mun. de Previdência - SIMPREVI						70.282.000,00
Proj./Ativ.: 2.801 - Manut. Ativ Adm Sist Mun Previd. do Servidor - Simprevi			Localizador: Município			
1	09.272.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	323.000,00
1	09.272.103	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Int	Não	Não	Não	0,00
1	09.272.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	836.000,00
1	09.272.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	348.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.507.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.802 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Executivo			Localizador: Município			
2	09.272.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>29.000.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.803 - Manut. da Previdência Social Inativos e Pensionistas - Legislativo			Localizador: Município			
3	09.272.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	847.000,00
<b>Total:</b>						<b>847.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.804 - Manut. De Beneficios da Previdência a ativos			Localizador: Município			
4	09.272.103	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.759.000,00
4	09.272.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	772.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.531.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.811 - Reserva Legal RPPS			Localizador: Município			
5	09.272.103	7.7.99.99.01.00.00.00.0.1.1030.000000.03.00.00 - A Classificar	Não	Não	Não	33.397.000,00
<b>Total:</b>						<b>33.397.000,00</b>
<b>Entidade: 4 - PMC - FUNDO ASSIST. SERV. PUBLICO MUN. CHAPECO</b>						<b>5.347.000,00</b>
Órgão: 24.00 - PMC - FUNDO ASSIST.SERVIDOR PUB. MUNICIPAL - FAS						5.347.000,00
Unidade: 24.01 - PMC - Fundo Assist.Servidor Pub.Municipal - FAS						5.347.000,00
Proj./Ativ.: 2.851 - Manut. Atividades do Fundo Mun Assist. do Servidor-F.A.S.			Localizador: Município			
1	10.301.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1004.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.815.000,00
<b>Total:</b>						<b>4.815.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.852 - Manut. Centro de Atendimento do Servidor			Localizador: Município			
2	10.301.103	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1004.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	266.000,00
2	10.301.103	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1004.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	266.000,00
<b>Total:</b>						<b>532.000,00</b>
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>						<b>5.292.000,00</b>
Órgão: 16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						5.292.000,00
Unidade: 16.01 - PMC - Fundo Municipal de Assistência Social						5.292.000,00
Proj./Ativ.: 2.901 - Manut. Proteção Social Básica			Localizador: Município			
1	08.241.106	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	485.000,00
1	08.241.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	620.000,00
1	08.241.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
1	08.241.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.179.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.902 - Manut. Proteção Social Especial - Média Complexidade			Localizador: Município			
2	08.243.106	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	263.000,00
2	08.243.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	64.000,00
2	08.243.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	531.000,00
2	08.243.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.000,00
2	08.243.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>921.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.903 - Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade			Localizador: Município			
3	08.242.106	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	68.000,00
3	08.242.106	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	263.000,00
3	08.242.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	326.000,00
3	08.242.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	106.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO**

Página: 21/21

Data: 14/12/2016

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

**Relação da Proposta da Despesa**

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 6 - PMC - FM ASSIST. SOCIAL CHAPECO</b>						<b>5.292.000,00</b>
Órgão: 16.00 - PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						5.292.000,00
Unidade: 16.01 - PMC - Fundo Municipal de Assistência Social						5.292.000,00
Proj./Ativ.: 2.903 - Manut. Proteção Social Especial - Alta Complexidade			Localizador: Município			
3	08.242.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>773.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.904 - Manut. IGD-PBF			Localizador: Município			
4	08.242.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	344.000,00
4	08.242.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	79.000,00
<b>Total:</b>						<b>423.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.905 - Manut. IGD-SUAS			Localizador: Município			
5	08.244.106	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	76.000,00
5	08.244.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.000,00
5	08.244.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1310.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.911 - Manut. Fundo Munic. de Assistência Social			Localizador: Município			
6	08.244.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.313.000,00
6	08.244.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
6	08.244.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1310.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	158.000,00
6	08.244.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.000,00
6	08.244.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1610.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	105.000,00
6	08.244.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1310.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	127.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.846.000,00</b>
<b>Entidade: 8 - PMC - FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. CHAPECO</b>						<b>123.000,00</b>
Órgão: 18.00 - PMC - FUNDO MUN. PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA						123.000,00
Unidade: 18.01 - PMC - Fundo Mun. Para Infância e Adolescência - FIA						123.000,00
Proj./Ativ.: 2.961 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Para Infância e Adolescência			Localizador: Município			
2	08.243.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
2	08.243.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
2	08.243.106	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
2	08.243.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
2	08.243.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1640.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
2	08.243.106	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1340.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
<b>Total:</b>						<b>123.000,00</b>
<b>Entidade: 18 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPECO</b>						<b>15.006.000,00</b>
Órgão: 01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						15.006.000,00
Unidade: 01.01 - Camara Municipal de Vereadores						15.006.000,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção das Atividades da Camara Municipal de Vereadores			Localizador: Município			
1	01.031.101	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.025.000,00
1	01.031.101	3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Int	Não	Não	Não	380.000,00
1	01.031.101	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	61.000,00
1	01.031.101	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.187.000,00
1	01.031.101	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	353.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.006.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>710.000.000,00</b>

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
 Prefeito Municipal em Exercício

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
 Secretário da Fazenda

ROBERTO ZOLET  
 Contador Geral



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**Página: 1/1  
Data: 14/12/2016**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017****Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	Previsão
RECEITAS CORRENTES (I)	713.132.000,00
Receita Tributária	171.450.860,00
Receita de Contribuição	61.644.000,00
Receita Patrimonial	28.207.000,00
Receita Agropecuária	295.000,00
Receita Serviços	109.000,00
Transferências Correntes	421.080.140,00
Outras Receitas Correntes	30.346.000,00
DEDUÇÕES (II)	57.298.000,00
Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	12.230.000,00
Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	192.000,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	44.876.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	655.834.000,00

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Prefeito Municipal em ExercícioGERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário da FazendaROBERTO ZOLET  
Contador Geral

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO SAF/N. 461.16**

DECRETO SAF/Nº. 461/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado KATIUSCIA MELQUIADES MACEDO, portadora do CPF nº. 059.464.646-47, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 371/16, de 05 de agosto de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 462/16**

DECRETO SAF/Nº. 462/16, de 01 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado KELLY CRISTINA MINOTTO BOM, portadora do CPF nº. 642.780.859-15, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 104/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de novembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 463/16**

DECRETO SAF/Nº. 463/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado KENIA CUSTÓDIO, portadora do CPF nº. 047.355.159-41, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 132/16, de 24 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 464.16**

DECRETO SAF/Nº. 464/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LIZ REGINA ZAPELINI DE BONA, portadora do CPF nº. 639.243.409-78, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 114/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 465/16**

DECRETO SAF/Nº. 465/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LOECIR PEREIRA JUNG, portadora do CPF nº. 614.288.509-10, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 217/16, de 21 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 466/16**

DECRETO SAF/Nº. 466/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LUANA MENDES DA SILVA, portadora do CPF nº. 054.545.409-35, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 151/16, de 25 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 467/16**

DECRETO SAF/Nº. 467/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LUCIANA PIRES, portadora do CPF nº. 899.170.819-68, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 96/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 468/16**

DECRETO SAF/Nº. 468/16, de 01 de dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LUCIANNA FRAS-SON MACHADO, portadora do CPF nº. 864.234.529-20, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decerto SAF/N. 181/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 469/16**

DECRETO SAF/Nº. 469/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato pro prazo determinado LUCINÉIA GREGÓRIO FURLANETTO, portadora do CPF nº. 690.358.069-72, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 80/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 470/16**

DECRETO SAF/Nº. 470/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado LUCINÉIA SILVEIRA

BORGES, portadora do CPF nº. 062.671.029-47, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 206/26, de 16 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 471/16**

DECRETO SAF/Nº. 471/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARCELO FERNANDES, portador do CPF nº. 045.330.839-27, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 134/16, de 24 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 472/16**

DECRETO SAF/Nº. 472/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARELITE DA ROLT BROLESI, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 85/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 473/16**

DECRETO SAF/Nº. 473/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato por prazo determinado MARIA CRISTINA BOSA, portadora do CPF nº. 584.055.429-49, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 312/16, de 07 de junho de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 474/16**

DECRETO SAF/Nº. 474/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARIA DE FATIMA DE SOUZA, portadora do CPF nº. 433.022.979-07, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 249/16, de 04 de abril de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 475/16**

DECRETO SAF/Nº. 475/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARIA DE FATIMA PORTO LUIZ, portadora do CPF nº. 416.747.239-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 122/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 476/16**

DECRETO SAF/Nº. 476/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARIA PALOMA DOS SANTOS VILPERT, portadora do CPF nº. 070.926.894-73, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 110/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 477/16**

DECRETO SAF/Nº. 477/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MARIANA MARCELLO DALMOLIN, portadora do CPF nº. 066.415.439-51, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 149/16, de 25 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 478/16**

DECRETO SAF/Nº. 478/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato pro prazo determinado MELODI GONÇALVES DOS SANTOS FRANCISCONI, portadora do CPF nº. 032.994.189-55, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 95/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 479/16**

DECRETO SAF/Nº. 479/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado MIRIANE FONTANELA ROSSO, portadora do CPF nº. 062.078.439-32, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 121/16, de 23 de fevereiro de 2016, a parti de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 480/16**

DECRETO SAF/Nº. 480/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato pro prazo determinado MIRTTIZ GUGLIELMI BEZ FONTANA, portadora do CPF nº. 776.771.109-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 81/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 481/16**

DECRETO SAF/Nº. 481/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado NEURA SILVEIRA BEZ FONTANA portadora do CPF nº. 432.497.529-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 178/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 482/16**

DECRETO SAF/Nº. 482/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado PRISCILA MIRANDA, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 84/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 483/16**

DECRETO SAF/Nº. 483/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado REGINA BORGES DE OLIVEIRA AMANCIO, portadora do CPF nº. 036.636.409-06, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 97/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 484/16**

DECRETO SAF/Nº. 484/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado RENATA MARIA DA SILVA SANTOS, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 87/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 485.16**

DECRETO SAF/Nº. 485/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato pro prazo determinado ROSANA ALVES DE COSTA, portadora do CPF nº. 032.416.199-90, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 98/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 486/16**

DECRETO SAF/Nº. 486/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato pro prazo determinado ROSANGELA APARECIDA BECKER INÁCIO, portadora do CPF nº. 807.518.659-15, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 269/16, de 22 de abril de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 487/16**

DECRETO SAF/Nº. 487/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado ROSILENE APARECIDA MATOS portadora do CPF nº. 024.964.249-22, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 169/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 488/16**

DECRETO SAF/Nº. 488/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado ROSIMERI LOCH BELMIRO, portadora do CPF nº. 826.961.799-72, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 311/16, de 07 de junho de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 489.16**

DECRETO SAF/Nº. 489/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado SANDRA FONTANELA portadora do CPF nº. 008.107.689-41, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 174/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 490/16**

DECRETO SAF/Nº. 490/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado SIBELI MARTINS portadora do CPF nº. 066.451.579-75, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 171/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 491/16**

DECRETO SAF/Nº. 491/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado SILVIA MENDES MARTINS, portadora do CPF nº. 033.134.229-42, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 108/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 492/16**

DECRETO SAF/Nº. 492/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado SORAIA DOS SANTOS CORDOVA, portadora do CPF nº. 950.143.149-53, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 198/16, de 11 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 493/16**

DECRETO SAF/Nº. 493/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

SUELEN POLLA, portadora do CPF nº. 071.604.369-62, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 193/16, de 08 de março de 2016, a partir de 05 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 494/16**

DECRETO SAF/Nº. 494/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado SUZETE TEIXEIRA MENDONÇA, portadora do CPF nº. 018.506.359-43, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 112/16, de 23 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 495/16**

DECRETO SAF/Nº. 495/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado TALITA CECHINEL ZANETTE, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 86/16, de 12 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 496/16**

DECRETO SAF/Nº. 496/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado TAMIRES INOCENTE portadora do CPF nº. 072.910.159-28, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 176/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 497/16**

DECRETO SAF/Nº. 497/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado TAMIRES FRANCISCO, portadora do CPF nº. 083.398.429-27, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 76/16, de 19 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 498/16**

DECRETO SAF/Nº. 498/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado TATIANA SILVEIRA BEZ BIROLO, portadora do CPF nº. 042.160.079-96, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 498/16, de 24 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 499/16**

DECRETO SAF/Nº. 499/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado VANESSA ZANINI FORMANSKI, portadora do CPF nº. 046.508.529-60, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 199/16, de 11 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 500/16**

DECRETO SAF/Nº. 500/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado VANILDE FRASSON DEBIASI portadora do CPF nº. 003.455.239-11, Professor ACT nomeada pelo decreto SAF/N. 177/16, de 03 de março de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 501/16**

DECRETO SAF/Nº. 501/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de contrato por prazo determinado XANDRA JOSEFA CAETANO, portadora do CPF nº. 019.253.259-62, Professor ACT, 30 nomeada pelo Decerto SAF/N. 152/16, de 25 de fevereiro de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 502/16**

DECRETO SAF/Nº. 502/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR**

LISIANE MACARI, portadora do CPF n. 083.314.829-05, NUTRICIONISTA, para atuar no setor de Merenda Escolar, a partir de 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 504/16**

DECRETO SAF/Nº. 504/16, de 01 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR**

MIRIAM CARMEM NIERO, portadora do CPF n. 565.931.639-53, TECNICO EM ENFERMAGEM, 40 horas, para atuar no Pronto Atendimento, em substituição a titular em licença maternidade, a partir de 05 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas



# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 99/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 99/2016

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Orélio Storchio, Diretor de Urbanismo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de dezembro de 2016, para a contratação de empresa do ramo de instalação elétrica, em regime de empreitada global, (material e mão de obra), para aquisição e instalação de 01 (um) padrão de entrada de energia elétrica trifásico para uma edificação na Rua Tancredo de Almeida Neves, a favor da empresa NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME, no valor total de R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais).

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS TOMADA DE PREÇOS CS Nº 4/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS CS Nº 4/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROPOSTAS TÉCNICA

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado da sessão de divulgação do resultado das propostas técnica, da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: após leitura do parecer técnico emitido pela Comissão Especial, foi verificada a seguinte pontuação: a licitante ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA totalizou 97 (noventa e sete) pontos (PE: Pontuação da Empresa), sendo a nota técnica (NT) de 46,63; a licitante FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA totalizou 48 (quarenta e oito) pontos (PE: Pontuação da Empresa), sendo a nota técnica (NT) de 23,08; a licitante RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA totalizou 120 (cento e vinte) pontos (PE: Pontuação da Empresa), sendo a nota técnica (NT) de 57,69. Em respeito ao disposto no item 9.2.5.5 do edital a Presidente solicitou que fosse publicado o resultado da licitação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, será contado a partir desta veiculação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos as proponentes ficam desde já convocadas, a comparecerem, às 08h30min (oito horas e trinta minutos) do próximo dia 27 (vinte e sete) de dezembro de 2016, para participar da sessão de abertura e julgamento das propostas de preços (Envelope 3).

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2016

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

### EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 4/2014-FMEC

Contrato Nº : 4/2014

Aditivo Nº : 1/2016

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE CONCÓRDIA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2014

Objeto : Locação de imóvel, localizado na Rua Orestes Farina, 210, Centro, neste Município, para o desenvolvimento de atividades da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, com treinamento das equipes de competição das modalidades de bolão e bocha.

Vigência : Início: 18/03/2014 Término: 01/12/2016

Assinatura : 15/12/2016

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 738/2016

DECRETO Nº738/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

"Dispõe sobre retorno de Servidor Municipal para Cargo Efetivo e dá outras providências".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Retornar, a partir de 01/01/2017, a Servidora Municipal, Sra. KÁTIA ANA DI DOMÊNICO, para o cargo efetivo de Professor – 40hs semanais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Pelo presente, a Servidora Municipal sujeitar-se-á aos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 92/2013 e alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 356/2013.

Cordilheira Alta - SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal Adm. Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 748/2016

DECRETO Nº 748 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.180/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.409,75 (cinco mil, quatrocentos e nove reais e setenta e cinco centavos), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 – Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 50

Fonte de Recursos: 10.61 – Vinculados – R\$ 3.703,03

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.023 – Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 43

Fonte de Recursos: 10.61 – Vinculados – R\$ 1.706,72

Art. 2. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculada (10.61)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 14 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO N. 749/2016

DECRETO Nº 749/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitida, a partir de 19/12/2016 por término das atividades, a Sra. ANA PAULA TECCHIO BASSANI na função de Professora De Educação Infantil, no C.E.M Mediação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 750/2016**

DECRETO Nº 750/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. JOÃO INÁCIO DE CESARO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 751/2016**

DECRETO Nº 751/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. ARLETE DAL SANTO GROLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 13/12/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 183 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 183 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 185 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 185 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor CARLOS ALEXANDRE PICCHI para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições me contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 207, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 207, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO PREVISTA NO ARTIGO 23 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 34, DE 27 DE AGOSTO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando os Princípios que regem a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial o da Legalidade;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios para concessão da progressão por mérito mediante a realização de cursos de aperfeiçoamento para que não hajam distorções;

**DECRETA:**

Art. 1º Para concessão da progressão por mérito, decorrente da conclusão de cursos de aperfeiçoamento, prevista no artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n. 34, de 27 de agosto de 2013, ficando estabelecidos os seguintes critérios:

I – Para os servidores que já tiveram concluído o estágio probatório, serão considerados unicamente os cursos realizados nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao mês de protocolo do pedido, ou seja, de Setembro a Agosto de cada ano;

II – Para os servidores em estágio probatório serão considerados os cursos realizados após a posse no cargo, aplicando-se a progressão por mérito no mês de janeiro imediatamente após a efetivação, nos termos do artigo 24 da Lei Complementar Municipal n. 34/2013;

III – Tanto para os servidores efetivos e/ou em estágio probatório, deve-se observar que a apresentação dos cursos é de no mínimo 20(vinte) horas a cada ano, excepcionalmente no mês de Setembro, ou seja, até 30 de Setembro de cada ano.

IV – Os Certificados ou Declarações apresentadas devem constar, além da data da realização, a duração do curso com o total de horas concluídas.

V – o saldo de horas de cursos realizados poderá ser utilizado para a concessão da progressão nos exercícios posteriores desde que tenham sua vigência inferior a 05 (cinco) anos, considerando a data da realização do curso e não a data de emissão do certificado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 262 de 17 de Novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 11 de Novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 211 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 211 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS CURSOS DE PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES E PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO EFETIVOS/ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 23 da Lei Complementar Nº 034/2013 de 27/08/2013, e o artigo 11 e seguintes, da Lei Complementar Nº 039 de 03/12/2013 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para análise dos cursos de progressão por mérito dos Servidores e Progressão Funcional do Magistério Efetivos/Estágio Probatório, de acordo com o disposto no artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar Nº 034/2013 de 27/08/2013, e o artigo 11 e seguintes, da Lei Complementar Nº 039 de 03/12/2013, composta pelos servidores abaixo relacionados, cuja avaliação dos certificados apresentados deverá ser realizada mediante parecer por escrito:

- Geneci da Costa Pertussatti – Representante de Recursos Humanos,
- Neiva Terezinha Ghidini– Representante do Sindicato dos Servidores,
- Carolina de Fátima de Jesus Madella – Auxiliar Administrativo
- Gilson Eduardo Pahl – Engenheiro Agrônomo
- Edenilce Pagnoncelli Chitto - Telefonista

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 087, de 13 de Maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 11 de Novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 227 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 227 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público nº. 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADA para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2015, de 05 de outubro de 2015), a Sra. Chaiane Zanata, para exercer o Cargo de Coordenador do Cras- 40H, pelo Provedimento de cargo Efetivo.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 12 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 184, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 184, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994:

DECRETA:

Art. 1º No que se refere às Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, fica estabelecido PONTO FACULTATIVO no dia 28 de outubro de 2016, em virtude da comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Em relação às demais Secretarias Municipais e aos Correios, fica transferida a comemoração alusiva ao dia do Servidor Público do dia 28 de outubro de 2016 para o dia 31 de outubro de 2016, e estabelece PONTO FACULTATIVO nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2016, também em virtude do Feriado de Finados.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo, não se aplica às Secretarias Municipais de Educação e de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 21 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 186 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 186 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 89.133,78 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e setenta e oito centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0001	50.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0001	20.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	93	01.0001	19.133,78

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 89.133,78 (oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e setenta e oito centavos) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	19	01.0001	50.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0001	20.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	28	01.0001	19.133,78

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 24 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 187 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 187 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

## DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço aos servidores públicos efetivos abaixo relacionados, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Carolina F. J. Madella	17/10/2007	1%	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 24 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 188 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 188 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

## Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.644,52 (seis mil seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85	0045	6.644,52

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.644,52 (seis mil seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0045 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 31 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 189 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 189 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

## Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.924,75 (quatro mil novecentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor

3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	03.0064	4.924,75
-----------------	--------------------	----	---------	----------

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.924,75 (quatro mil novecentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0148 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 31 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 190 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 190 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo especificado, ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão, enquadrados na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Leila Jung	Assessora De Recursos Humanos
Rosani Piovezana Battistella	Assessora De Secretaria
Leocir Basi	Diretor Geral De Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 191 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 191 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Fabio Henrique dos Santos, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 192 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 192 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 998,90 (novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	83	0132	998,90

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 998,90 (novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0171, alienação de bens do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 193 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 193 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 452,91 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	94	0143	452,91

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 452,91 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0143 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 194 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 194 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.919,98 (trinta e cinco mil novecentos e dezenove centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	82	0132	35.919,98

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 35.919,98 (trinta e cinco mil novecentos e dezenove centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 0132, da obra de pavimentação asfáltica nas ruas Aires, Glória e Clevelandia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 195, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 195, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais no dia 14 de novembro de 2016, em virtude do feriado de Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2016.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá promover atendimento nos dias 14 e 15 de novembro de 2016, em regime de Plantão/Sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 198 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 198 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando o pedido de exoneração formulado pela Servidora em 10 de novembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Aldinha Carmen Severgnini, ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnica em Contabilidade, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão da concessão de sua aposentadoria por tempo de contribuição, conforme benefício nº175.391.290-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 199 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 199 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Rafael Zanella, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em caráter temporário, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 200 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 200 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	75	0052	33.000,00



Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0052 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 201 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 201 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22	01.0001	20.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	93	01.0001	1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0032.2.063 – Manutenção do Transporte Escolar do Município				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0001	20.000,00

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0033.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30	01.0001	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 202 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 202 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.137,09 (cem mil cento e trinta e sete reais e nove centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	100.137,09

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 100.137,10 (cem mil cento e trinta e sete reais e nove centavos) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.71.00.00.00	Aplicações Diretas	01	01.0002	1.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	03	01.0002	10.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	30.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.93.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Ord.	05	01.0002	58.137,09

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades de Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	06	01.0002	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 203 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 203 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	0052	5.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0052 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 204 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 204 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	23.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 205 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 205 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) na seguinte Programação de despesa:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secr de Cultura, Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	71	01.0000	5.100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) da seguinte Programação de despesas:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secr de Cultura, Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	5.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº. 206 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 206 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.410,00 (quatro mil e quatrocentos e dez reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	96	01.0062	4.410,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.410,00 (quatro mil e quatrocentos e dez reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	18	01.0062	4.410,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 10 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 208 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 208 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.604,43 (vinte e oito mil seiscientos e quatro reais e quarenta e três centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	96	01.0062	28.604,43

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 28.604,43 (vinte e oito mil seiscientos e quatro reais e quarenta e três centavos) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0062 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 11 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 209 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 209 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	95	0045	18.800,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0045 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 11 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 210 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 210 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	97	0179	18.800,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 0179 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 11 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 212 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 212 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.791,13 (doze mil setecentos e noventa e um reais e treze centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0064	8.405,63

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.305.0055.2.018 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	18	01.0064	4.385,13

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	8.405,63

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.305.0055.2.018 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	19	01.0064	4.385,13

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 11 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº. 213 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 213 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº. 663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um Crédito suplementar no valor de até R\$ 418.825,00 (Quatrocentos e dezoito mil e oitocentos e vinte e cinco reais), destinados a suplementar dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Vereadores nas seguintes dotações Orçamentárias:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0001	285.000,00

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	100.000,00

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0001.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	03	01.0000	33.825,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, será anulado recursos da mesma ordem, da seguinte dotação e programação de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins e Câmara Municipal de Vereadores:

03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLAN. E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	31.679,34

03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLAN. E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	09	01.0000	6.221,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0000	1.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	13	01.0000	1.000,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 – Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Instit. Priv. Sem Fim L.	31	01.0000	8.820,00

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 – Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000	13.230,00

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
06.182.0063.2.055 – Manutenção da Defesa Civil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	35	01.0000	1.000,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
15.452.0016.2.034 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	37	01.0000	8.250,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
17.512.0018.1.036 – Saneamento Básico Geral				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	39	01.0000	1.000,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	41	01.0000	125.000,00
05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	43	01.0000	20.594,66
06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	44	01.0000	73.000,00
08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52	01.0000	20.000,00
08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	53	01.0000	10.800,00
08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	54	01.0000	29.200,00
11.01 – FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL				
20.608.0048.2.040 – Incentivo a Produção Vegetal				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	58	01.0000	5.000,00
13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.243.0101.2.057 – Manutenção do Conselho Tutelar				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	61	01.0000	20.000,00
14.01 – FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 – Construção de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	67	01.0000	5.000,00
14.01 – FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 – Construção de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000	5.000,00
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.304.0056.2.019 – Manutenção da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	17	01.0000	2.205,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				

01.031.0001.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01	01.0000	20.000,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0001.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins L.	02	01.0000	825,00
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS				
01.031.0001.2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

### **DECRETO Nº. 216 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 216 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Fabio Henrique dos Santos, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 03 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	0052	12.600,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0052 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 25 de novembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 218 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 218 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na seguinte Programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) da seguinte Programação de despesas:

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	06	01.0000	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 25 de novembro de 2016.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 219 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 219 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	0064	7.500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 30 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 220 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 220 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando o pedido de exoneração formulado pela Servidora em 21 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Salete Biazin, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão da concessão de sua aposentadoria por tempo de contribuição, conforme benefício nº1699989017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21 de Novembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 30 de novembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 221 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 221 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.940,00 (cinco mil e novecentos e quarenta reais) na seguinte Programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	5.940,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.940,00 (cinco mil e novecentos e quarenta reais) da seguinte Programação de despesas:

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0000	4.000,00

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	03	01.0000	1.000,00

03.01 SECRETARIA MUN. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.93.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Ent.	08	01.0000	940,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 222 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 222 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	46	01.0000	15.000,00

06.01 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47	01.0000	1.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.940,00 (cinco mil e novecentos e quarenta reais) da seguinte Programação de despesas:

06.01 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	44	01.0000	16.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº. 223 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 223 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Juliana Alves Brum, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário de Assessora de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de Dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 224 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 224 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	0064	8.500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0064 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 225 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 225 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.465,87 (quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) na seguinte Programação de despesa:

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52	01.0000	1.631,50

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	53	01.0000	2.834,37

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.465,87 (quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) da seguinte Programação de despesas:

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	51	01.0000	332,55

08.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	54	01.0000	4.133,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº. 226 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 226 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.420,41 (um mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e um centavos) na seguinte Programação de despesa:

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	49	01.0000	1.420,41

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.465,87 (quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) da seguinte Programação de despesas:

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	48	01.0000	420,41

07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
04.122.0021.2.056 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	50	01.0000	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 228 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 228 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETA RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

Considerando, a proximidade das festividades natalinas e de final de ano que sempre redundam em comemorações de caráter familiar e social;

Considerando, a necessidade de melhor aproveitamento do tempo e necessidade de conceder o descanso constitucionalmente estabelecido aos servidores públicos;

Considerando, a necessidade manutenção da máquina administrativa e a prestação dos serviços essenciais;

Considerando, as peculiaridades de cada uma das secretarias e departamentos;

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica estabelecido RECESSO em todas as Repartições Públicas Municipais, a partir do dia 19 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, em virtude das festividades de final de ano.

Parágrafo Primeiro. Excetua-se do disposto neste artigo os Setores de Tributação, Compras e Licitações, Contabilidade, Saúde, Transporte, obras e Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente e Posto de Atendimento dos Correios.

Parágrafo Segundo. A Secretaria Municipal de Saúde fará recesso a partir do dia 21 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, devendo promover atendimento nestes em regime de Plantão/Sobreaviso.

Parágrafo Terceiro. As Secretarias de Transporte, obras e Serviços Públicos e Agricultura e Meio Ambiente farão recesso a partir do dia 22 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Quarto. O Posto de Atendimento dos Correios fará recesso a partir do dia 24 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Quinto. O Conselho Tutelar deverá promover regime de Plantão/Sobreaviso a partir do dia 19 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Sexto. Em caso de necessidade urgente da Administração, poderá ocorrer convocação imediata do Servidor para desempenho de atividade específica.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 12 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 229 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 229 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2016 e Lei Orçamentária Anual nº.663 de 17/12/2015;

#### **Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor

3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	0052	10.000,00
-----------------	--------------------	----	------	-----------

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0052 do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 07 de dezembro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL

Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 13/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE VALOR - DOM

Instrumento: Contrato nº 597.2/2016

Objeto: PELO PRESENTE, FICA CONCEDIDO ADITIVO NO VALOR DE R\$ 41.067,33 (QUARENTA E UM MIL, SESSENTA E SETE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 443/2016, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP CNPJ: 15.459.791/0001-90

Processo Licitatório nº 13/2016 – Tomada de Preços

Valor aditado: R\$ 41.067,33, conforme Parecer Jurídico 316/2016, anexo ao processo.

Correia Pinto/SC 16 de Novembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE VALOR - PROCESSO 22/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE VALOR - DOM

Instrumento: Contrato nº 597.3/2016

Objeto: PELO PRESENTE, FICA CONCEDIDO ADITIVO NO VALOR DE R\$ 19.858,70 (DEZENOVE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 565/2016, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP CNPJ: 15.459.791/0001-90

Processo Licitatório nº 22/2016 – Tomada de Preços

Valor aditado: R\$ 19.858,70, conforme Parecer Jurídico 317/2016, anexo ao processo.

Correia Pinto/SC 16 de Novembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 26/2016 PMCP****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/6

Processo Nº.: 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2016**

No dia 16 do mês de Novembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2016, Processo Licitatório nº. 26/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS E MATERIAS DE INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM A AQUISIÇÃO DE CM/COLUNA CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10483	NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO, PUBL. E PROPAG. LTDA ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO, PUBL. E PROPAG. LTDA ME	11.416.624/0001-00	JOAO JUNIOR DE SOUZA	949.049.959-53

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS E MATERIAS DE INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM A AQUISIÇÃO DE CM/COLUNA CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10483 - NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO, PUBL. E PROPAG. LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CENTIMETRO / COLUNA - PRETO E BRANCO	CM		2.000,000	8,0000	16.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 2/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 3/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 4/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
  - b) cancelamento do preço registrado;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
  - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
  - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
  - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 26/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 16 de Novembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
**Vanio Forster**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO, PUBL. E PROPAG. LTDA ME CNPJ: 11.416.624/0001-00 \_\_\_\_\_

# Corupá

## PREFEITURA

**CONTRATO 030/16**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2016

Pregão Presencial no 004/16

CONTRATO 030/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PRAXIS – SERVIÇOS AUXILIARES A EDUCAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.749.746/0001-88 e inscrição Estadual nº 300765, estabelecida na Rua Camboriú, 103 – Centro, CEP 88.301-450, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa técnica especializada em análise e proposição de encaminhamentos sobre a relação cargos X profissionais X demanda de trabalho no Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 180,00 (Cento e Oitenta Reais) por até 270 horas divididas em 112 horas presenciais e 158 horas à distância

Data da Assinatura: 29/03/2016

Data da Vigência: 29/03/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAIS DE PREÇO PÚBLICO PARA PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA**

EDITAIS DE PREÇO PÚBLICO PARA PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA

O Município de Corupá torna público, de acordo com o estabelecido no Artigo 533 da Lei Complementar 010/09 e Lei Complementar nº 007/09 os Editais demonstrando os custos das obras, com fins de ressarcimento parcial ou total ao erário dos valores despendidos nas obras de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária e implantação de meio-fio, executados em via pública da cidade de Corupá através do Programa de Pavimentação Comunitária nas Ruas João Bankhardt, Augusto Borchardt, Jorge Wille, Alberto Darius, Vereador Ervino Emilio Moreira, 21 de Abril, Werner Weber, Marechal Castelo Branco, Dr. Francisco Antonio Piccioni, Francisco Borges, Humberto Galizi, João Tozini, Fride Alberto Andreghetoni, Isabel, Alberto Borchardt, Adele Hermann, Francisco Mees, Ano Bom, Helmuth Robert Raeder, José Pasqualini, Carlos Eduardo Weber, Domingos Salvador – Trecho I e II, Klara Hermann, Carlos Lacerda, Ernesto Larsen, Max Quentin, Adolfo Millnitz, João Henrique, João Bernardino de Souza, Pref. Willy Germano Gessner, Abilio Lunelli e Otto Hilbrecht, a quantificação dos serviços e seus respectivos custos estão representados de forma de planilha em cada um dos editais das ruas pavimentadas, tendo como base o resultado do Edital de Licitação da obra e aditivos de serviços realizados durante a sua execução. O valor a título de preço público de pavimentação asfáltica comunitária será cobrada dos proprietários dos imóveis das áreas diretamente beneficiadas pela obra. A municipalidade absorverá os custos para a execução dos serviços não suportados pelos lindeiros. O valor a ser pago a título de Preço Público de Programa de Pavimentação Asfáltica Comunitária deverá ser paga de uma só vez ou, após a inscrição em dívida ativa em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, respeitado o valor mínimo de 20 UFRM's para cada parcela. O pagamento parcelado terá juros compostos de 1% (um por cento) ao mês. O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte à multa de 0,33% ao dia acumulativa até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor de cada prestação em atraso. Os titulares dos imóveis das ruas onde houveram a pavimentação têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova. A impugnação deverá ser dirigida ao Setor Tributário do Município, através de petição fundamentada que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo da cobrança do Preço Público. Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Corupá, SC, 15 de Dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal

EDERSON CLEITON MAHS

Fiscal de Tributos



# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 241/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 241/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERVENÇÃO NO LAYOUT DAS SALAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 12/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 18:00 horas do dia 12/01/2017, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 16 de Dezembro de 2016.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 12/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 14 de Dezembro de 2016.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### LEI ORDINÁRIA Nº 5843/2016

Lei Ordinária nº 5843/2016

DENOMINA DE "PROFESSOR OSAIR JOÃO LEHMKUHL" A SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CURITIBANOS.

Eu, Vereador Marcio Damiani Poletto de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de "Professor Osair João Lehmkuhl" a Sede da Secretaria de Educação e Cultura de Curitibanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 11 de outubro de 2016.

Márcio Damiani Poletto de Souza (PR)

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016.

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 10/01/2017, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo. Após às 14:00 do dia 10/01/2017, será realizada a sessão pública de análise das propostas de preços e classificação das propostas. A partir das 14:00 horas do dia 11/01/2017, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 16 de Dezembro de 2016.  
Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

TERCEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 074/2016.

CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: Telefônica Brasil S/A.

Objeto: Fornecimento de telefônica móvel.. Origem: Processo Licitatório 086/2016 Pregão: 0862015. PMDC. Por esse instrumento fica acrescido o valor de R\$ 2.500,00 do Valor anual previsto para consumo de telefonia móvel para a Fundo Municipal de Saúde.. Vigência: 12/12/2016 – 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira 12/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 133/2016

LEI COMPLEMENTAR nº 133 de 16 de dezembro de 2016.

Ratifica alterações no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Complementar nº 64, de 27/09/2007, alterada pelas Leis Complementares Municipais nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014, nos termos do Anexo I desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º - Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, na forma aprovada pela Assembléia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º - As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º – Observado o disposto no “caput” deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

§ 2º – Fica ratificado também a alteração de endereço da sede do CIMVI, prevista no item 3.2 do Protocolo de Intenções e no art. 6º, caput, do Estatuto, a qual passou a ser na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP. 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

§ 3º – O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a designar, por decreto, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI como órgão ambiental municipal, para prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial.

§ 1º – Designado o CIMVI como órgão ambiental municipal, caberá a este cumprir com todos os objetivos estabelecidos para gestão ambiental em seu Protocolo de Intenções e no Estatuto, e ao Município cumprir com os deveres sociais estabelecidos nestes instrumentos para os Entes consorciados.

§ 2º – A gestão associada destes serviços pelo CIMVI, autorizam que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, bem como das multas por infrações ambientais, integrando-se o produto desta arrecadação à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de Dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade.

#### ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

“PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

## PREÂMBULO

A possibilidade legal de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos também passaram a contemplar esta forma de organização institucional para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada expressamente pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta disciplina legal prevê a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, “a”, e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 183, 496, 534/535 e 910 do CPC) próprios dos Entes Federados, além de atrair a aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Além disso, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de licitações para compras e serviços, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Por outro lado, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia e economicidade.

Desta forma, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

.....

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

.....

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 – O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 – Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e

projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

## 2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento,

monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e



arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

.....

3.2 - .....

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 - .....

#### CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bo-caiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GASPARG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - .....

.....

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - .....:

.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - .....:

.....

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

.....

7.2 - .....:

.....

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

.....

8.3.2 – (revogado).

8.4 - .....:

8.5 - .....:

.....

VI - .....:

.....

c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

.....

VII – (revogado);

.....

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI - .....:

.....

b) .....;

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

.....

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

.....

10.4 - .....:

.....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - .....:

.....

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-A – DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (revogada)

11.1 – (revogado).

11.1.1 - (revogado).

11.2 - (revogado).

11.2.1 - (revogado).

11.2.2 - (revogado).

11.2.3 - (revogado).

11.2.4 - (revogado).

11.2.5 - (revogado).

11.3 - (revogado).

11.3.1 - (revogado).

11.4 - (revogado).

11.4.1 - (revogado).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (revogada)

.....

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

.....

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

.....

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

.....

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado).

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

.....

13.3.7.1 – .....

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – .....

.....

13.3.7.3 – .....

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - .....

.....

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

.....

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

.....

13.7.5 - .....

.....

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

.....

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 - .....

.....

13.8 – .....

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

**II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:**

.....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

**III - .....**

.....

**V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:**

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:**

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:**

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**VIII – .....**

.....

**IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:**

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.



b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (revogado)

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir

nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 – .....  
.....

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

.....

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PATRIMÔNIO

.....

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 – .....:  
.....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI - .....  
.....

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

.....

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 deste Protocolo de Intenções será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

.....

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

.....

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

.....

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

.....

19.3.1 - .....

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

.....

V – .....

.....

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 - .....

.....

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

.....

20.2 - .....

.....

IV – revogado;

.....

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

.....

20.2.8 – (revogado).

.....

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

22.2 - .....

.....

#### ANEXO 1 – dos empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
06	Gestor de Serviços	.....	.....

#### ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	.....	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	.....	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	.....	R\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18

01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	.....	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	.....	R\$ 3.463,13

ANEXO 3 - (revogado).

(...)."

## ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

"(...)

### CAPÍTULO II

#### DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

Art. 2º - O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

#### Parágrafo Único – (revogado)

Art. 2º-A - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

Art. 2º-B - O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

Art. 2º-C - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

Art. 2º-D - São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

- a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;
- b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;
- c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;
- d) desenvolver atividades de educação ambiental;
- e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

- a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

§ 1º - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

§ 2º - O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

Art. 3º - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

§ 1º – Para o Município se consorciar apenas em relação a parcela das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio, a sua lei de ratificação do Protocolo de Intenções deve constar expressamente tal limitação ou ressalva.

§ 2º – Após a ratificação do Protocolo de Intenções, não será admitida nenhuma limitação posterior a qualquer uma das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público.

Art. 4º - .....

Art. 6º - .....

§ 1º – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela



Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º - .....

Art. 7º - .....

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, e nº 143, de 22/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, e nº 153, de 18/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, e nº 111, de 14/08/2014;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, e nº 5.006, de 01/07/2014;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, e nº 250, de 09/07/2014;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, e nº 51, de 24/02/2015;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, e nº 451, de 12/09/2014;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, e nº 17, de 05/12/2014;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, e nº 59, de 15/04/2015;

XII - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, e nº 1.486, de 27/11/2014.

Parágrafo único - .....

Art. 13 - .....

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

IV - compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único - .....

## CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 16 - .....

IV – (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

§ 1º – A Assembleia Geral poderá autorizar a formação de grupos, conselhos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

§ 3º – Será instituída por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 4º – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

## CAPÍTULO VIII

Art. 19 - .....

§ 2º - (revogado).

Art. 20 - .....

Art. 21 - .....

VI – .....

c) o orçamento anual do Consórcio Público e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

VII – (revogado);

X – aprovar a celebração de convênios e/ou Contratos de Programa;

XI – .....

b) .....

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

§ 1º - .....

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores – internet.

Parágrafo único – .....

Art. 34 - .....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

#### CAPÍTULO X-A

##### DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

Art. 35-A - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

Art. 35-B - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Art. 35-C - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

Art. 35-D - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

Art. 35-E - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

Art. 35-F - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 35-G - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

#### CAPÍTULO XI (revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

#### CAPÍTULO XII

.....

Art. 44 - .....

.....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - .....

.....

Art. 46 - .....

.....

§ 5º - .....

§ 5º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 5º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 5º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

.....

§ 6º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 7º - .....

.....

§ 12 – .....

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – .....

.....

§ 14 - .....

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – .....

.....

Art. 47 - .....

.....

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art. 48 - .....

.....

Art. 50 – .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
06	Gestor de Serviços	.....	.....

§ 1º - .....

.....

Art. 51 - .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	.....	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	.....	R\$ 2.188,69

01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	.....	\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	.....	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	.....	R\$ 3.463,13

§ 1º - .....

Art. 52-B - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

Art. 52-D - .....

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no § 2º deste artigo;

III – .....

§ 1º – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

§ 2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

Art. 52-E - .....

Art. 53 – .....

I - .....

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II - .....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III - .....

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e



verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – .....

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – .....

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – .....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar

vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

#### XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

#### XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, opoente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

#### XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

#### XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

#### XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir

nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

## SEÇÃO VI

Art. 53-C – .....

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

Art. 59 – O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

Art. 62 – A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 63 – .....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

§ 3º - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

Art. 64 – .....

§ 3º - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público, para os fins do inciso III do caput deste artigo, será definido pela Diretoria nos respectivos contratos e submetido à aprovação da Assembleia Geral, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

Art. 65 – .....

Art. 66 – No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Art. 68 – Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

Art. 74 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste Estatuto e do Contrato de Consórcio Público, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - .....

Art. 76 - .....

§ 1º - .....

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

V – .....

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 2º - .....

Art. 79 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - .....

Art. 80 - .....

IV – (revogado);

V – .....

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 8º - (revogado).

§ 9º - (revogado).

## CAPÍTULO XXI

Art. 83-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 84 - .....

..... ”

# Ermo

## PREFEITURA

### LEI Nº 413, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 413, de 13 de dezembro de 2016.

Estabelece o Subsídio dos Secretários do Município de Ermo para a Legislatura 2017 à 2020.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelecer que o Subsídio mensal dos Secretários do Município de Ermo da Legislatura 2013-2016 permaneça para a vigência da Legislatura 2017-2020, no valor de R\$ 4.558,64 (quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

Parágrafo único. O valor acima foi revisado através das Leis: Lei nº 314, de 28 de maio de 2013, Lei nº 352, de 15 de maio de 2014; Lei nº 387, de 19 de maio de 2015 e Lei nº 401 de 29 de março de 2016, conforme estabelece o art. 3º da Lei nº 302 de 18 de abril de 2012.

Art. 2º Estabelecer os demais dispositivos da Lei nº 302 de 18 de abril de 2012, como normativos adicionais a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 414, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 414, de 13 de dezembro de 2016.

Estabelece o Subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Ermo para a Legislatura 2017 à 2020.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelecer que o Subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Ermo da Legislatura 2013-2016 permaneça para a vigência da Legislatura 2017-2020, no valor de R\$ 2.480,70 (dois mil quatrocentos e oitenta reais e setenta centavos) mensais.

Parágrafo único. O valor acima foi revisado através das Leis: 315, de 28 de maio de 2013, Lei nº 351 de 15 de maio de 2014; Lei nº 385 de 19 de maio de 2015; Lei nº 402 de 29 de março de 2016, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 301 de 18 de abril de 2012.

Art. 2º Estabelecer o Subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal de Ermo no valor de R\$ 3.433,63 (três mil quatrocentos

e trinta e três reais e sessenta e três centavos).

Parágrafo único. O valor acima foi revisado através das Leis: Lei nº 314, de 28 de maio de 2013, Lei nº 351 de 15 de maio de 2014; Lei nº 385 de 19 de maio de 2015; Lei nº 402 de 29 de março de 2016, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 301 de 18 de abril de 2012.

Art. 3º Estabelecer os demais dispositivos da Lei nº 301 de 18 de abril de 2012, como normativos adicionais a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 415, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 415, de 13 de dezembro de 2016.

Regulamenta o Subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Ermo para a Legislatura 2017 à 2020.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelecer que o Subsídio mensal do Prefeito Municipal de Ermo da Legislatura 2013-2016 permaneça para a vigência da Legislatura 2017-2020, no valor de R\$ 9.117,29 (nove mil cento e dezessete reais e vinte e nove centavos) mensais.

Art. 2º Estabelecer que o Subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Ermo da Legislatura 2013-2016 permaneça para a vigência da Legislatura 2017-2020, no valor de R\$ 4.558,64 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

Parágrafo único – os valores apresentados no “caput” dos artigos 1º e 2º foram revisados através das Leis: Lei nº 314, de 28 de maio de 2013, Lei nº 352, de 15 de maio de 2014; Lei nº 387, de 19 de maio de 2015 e Lei nº 401 de 29 de março de 2016, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 302 de 18 de abril de 2012.

Art. 3º Estabelecer os demais dispositivos das Leis nº 300 de 18 de abril de 2012, como normativos adicionais a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**  
PORTARIA Nº 228, de 16 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Admitidos em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Admitidos em Caráter Temporário (ACT) conforme abaixo especificados:

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: Cláudia Prestes Gomes, nomeada pela Portaria nº 073, de 21 de março de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Mirian Mateus Zuchinali, nomeada pela Portaria nº 071, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II.

Servidor: Vilma Laurindo João, nomeada pela Portaria nº 070, de 21 de março de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Renata Tristão Possamai, nomeada pela Portaria nº 070, de 08 de junho de 2015;

Função: Recepcionista.

Servidor: Cristiane Rocha De Souza, nomeada pela Portaria nº 087, de 01 de abril de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Aline Adriano Frederico Miguel, nomeada pela Portaria nº 106, de 01 de abril de 2016;

Função: Recepcionista.

Servidor: Cristiane Machado Silveira, nomeada pela Portaria nº 086, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Erodete dos Santos Della Vechia, nomeada pela Portaria nº 103, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Fabricia Machado Vieira, nomeada pela Portaria nº 101, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Ivonete Mezzari Gabriel, nomeada pela Portaria nº 104, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Janaina Domingos Inacio Scarpari, nomeada pela Portaria

nº 096, de 01 de abril de 2016;

Função: Professora.

Servidor: Juliana Domingos Rodrigues da Silva, nomeada pela Portaria nº 107, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Katia Regina Dos Santos Martins, nomeada pela Portaria nº 091 de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Marli Semprebon Maciel, nomeada pela Portaria nº 138, de 13 de junho de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Natiele Joaquim Borges, nomeada pela Portaria nº 100, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Naziane Lummertz Marques, nomeada pela Portaria nº 094, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Patricia Dal Toé Ferreira, nomeada pela Portaria nº 102, de 01 de abril de 2016;

Função: Auxiliar de Ensino da Educação.

Servidor: Tainara Fabricio Masschmann, nomeada pela Portaria nº 095, de 01 de abril de 2016.

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Aline Urbano Piecatoski, nomeada pela Portaria nº 062, de 21 de março de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Roseli Priebe Ferreira, nomeada pela Portaria nº 063, de 21 de março de 2016;

Função: Operador de Equipamentos II.

Servidor: Adevaldo Ignese, nomeado pela Portaria nº 094, de 26 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Enfermagem.

Servidor: Mariana Matos Bach, nomeada pela Portaria nº 072, de 21 de março de 2016;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I.

Servidor: Elizabete Silva Guimarães, nomeada pela Portaria nº 077, de 08 de junho de 2015;

Função: Enfermeira.

Servidor: Rafaela Abatti Simon, nomeada pela Portaria nº 078, de 08 de junho de 2015;

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Servidor: Mauricio de Oliveira Ferreira, nomeado pela Portaria nº 060, de 08 de junho de 2015;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 230, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 230, de 16 de dezembro de 2016.

Exonera Servidores Admitidos em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Admitidos em Caráter Temporário (ACT) conforme abaixo especificados:

Função: Agente Comunitário de Saúde.

Servidor: Clemar Borba, nomeada pela Portaria nº 080, de 08 de junho de 2015;

Função: Agente Comunitário de Saúde.

Servidor: Fernanda do Canto, nomeada pela Portaria nº 081, de 08 de junho de 2015;

Função: Agente Comunitário de Saúde.

Servidor: Santina Rodrigues Leopold, nomeada pela Portaria nº 082, de 08 de junho de 2015;

Função: Agente Comunitário de Saúde.

Servidor: Elenir Quadros, nomeada pela Portaria nº 083, de 08 de junho de 2015;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 227, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 227, de 09 de dezembro de 2016.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Monitor de Transporte Escolar Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir DYEIME MORAES CIDADE, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Monitor de Transporte Escolar com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 30 de março de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 229, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 229, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidores ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ocupantes de Cargo em Comissão conforme abaixo especificados:

Função: Diretor de Meio Ambiente - Nível DASU-2.

Servidor: Levi Marcos Darabas, nomeado(a) pela Portaria nº. 024, de 02 de fevereiro de 2016.

Função: Chefe Divisão Vigilância Sanitária, Nível DASU 1

Servidor: Irene Batista, nomeado(a) pela Portaria nº. 127, de 03 de novembro de 2015.

Função: Diretor de Administração, Nível DASU-2

Servidor: Clayton Nazario Americo nomeado(a) pela Portaria nº. 022, de 02 de fevereiro de 2016.

Função: Chefe de Divisão Esporte Estudantil, Nível DASU-1

Servidor: Jennifer Grace Block nomeado(a) pela Portaria nº. 050, de 01 de março de 2013.

Função: Diretor de Tributação, Nível DASU-2

Servidor: Odirlei Costa Dal Pont, nomeado(a) pela Portaria nº. 079, de 01 de abril de 2016.

Função: Chefe de Transportes e Viação, Nível DASU-1

Servidor: Venicio Rocha Paulino, nomeado(a) pela Portaria nº. 036, de 18 de fevereiro de 2013.

Função: Secretário de Saúde e Promoção Social, Nível DASU-3

Servidor: Leandro Figueiredo Fernandes nomeado(a) pela Portaria nº. 014, de 18 de janeiro de 2016.

Função: Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, Nível DASU-3

Servidor: Maicon Simão Emerim, nomeado(a) pela Portaria nº. 019, de 01 de fevereiro de 2016.

Função: Diretor de Contabilidade, Nível DASU-2

Servidor: Ana Paula Canella Cândido, nomeado(a) pela Portaria nº. 143, de 28 de junho de 2016.

Função: Chefe de Gabinete, Nível DASU-3

Servidor: Lélis Helena Leonardo, nomeado(a) pela Portaria nº. 075, de 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 231, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 231, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor MOACIR CIDADE DA SILVA, do cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Nível DASU-3, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 076, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 02/2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 02/2016

Abre inscrições para membros do Magistério Público Municipal para Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação.

O Secretário Municipal de Educação de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nos termos dos artigos 25, 26, 27 e 28, da Lei Municipal Nº 628/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e de Remuneração para o Magistério Público, torna público, para conhecimento dos membros efetivos do Magistério Público Municipal, que a Secretaria Municipal de Educação receberá, no período de 15 a 19 de dezembro de 2016, solicitação para progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, nos termos legais supracitados e normas deste edital.

#### 1. DOS REQUISITOS

- 1.1 Ser membro efetivo do quadro do Magistério Público Municipal
- 1.2 Ter o estágio probatório concluído e homologado até 30 de novembro de 2016;
- 1.3 Ter pelo menos 80 (oitenta) horas, e comprova-las, de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação na área específica de atuação ou disciplina afim;
- 1.4 Estar em exercício na escola municipal ou na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

#### 2. DA DOCUMENTAÇÃO

- 2.1 Requerimento devidamente preenchido e assinado pelo servidor do Magistério, acompanhado de:
  - a) Cópia dos Certificados dos Cursos de Aperfeiçoamento e ou Capacitação realizados nos anos de 2015 e 2016

#### 3. DA SOLICITAÇÃO

- 3.1 Na Secretaria Municipal de Educação, no horário de funcionamento da mesma;

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1 Serão aceitos, para a solicitação de Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, certificados de cursos, na área de atuação ou afim, realizados nos anos de 2015 e 2016.
- 4.2 Os servidores do Magistério afastados para exercício de cargos em comissão ou função de confiança serão considerados como se em efetivo exercício estivessem;
- 4.3 A Prefeitura Municipal, através do setor competente, expedirá ato concedendo a progressão, conforme lei vigente;
- 4.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Setor Jurídico da Prefeitura Municipal.

Flor do Sertão, 15 de dezembro de 2016.

Jovir Alceu Zanuzzo

Secretário de Educação,  
Cultura, Esporte e Lazer.

# Forquilha

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/PMF/2016;**

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 185/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Esporte Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de dezembro de 2016 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 16 de dezembro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2016**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2016

Recorrente: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.

#### RELATÓRIO

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA. apresentou questionamento a especificação dos itens 01 a 66, 81, 87, 89 a 92 e 94 no Anexo VI do edital que exige cartucho original do fabricante do equipamento.

Alega que o edital deverá aceitar toners e cartuchos originais 100% novos de qualquer marca, inclusive da marca da recorrente.

#### DO MÉRITO

Inicialmente, cabe ressaltar, que o processamento desta licitação vem sendo conduzido com a máxima observância dos preceitos legais, da doutrina, da jurisprudência e principalmente dos princípios gerais que norteiam sua atuação.

O Conceito de licitação traz em si, de forma intrínseca, a busca sempre pela proposta mais vantajosa para a Administração. Esse, sem dúvida, é o sentido largamente esposado pela doutrina e jurisprudência pátrias.

No caso em tela, o técnico de informática Sr. Eduardo Damásio Dutra certificou-se que produtos com a mesma similaridade dos produtos originais, que sejam de primeiro uso e não sejam remanufaturados, recondicionados ou recarregados, poderão ser aceitos sem prejuízos para a Administração.

#### DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, manifestamo-nos pelo recebimento da impugnação formulado por TECTONER RECARGA DE TONER LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 178/PMF/2016, deferindo a presente impugnação e publicando a devida alteração do Anexo VI quanto ao detalhamento dos produtos.

Forquilha, 16 de dezembro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira Municipal

**ERRATA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2016****ERRATA****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2016**

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 178PMF/2016. A retificação apresentam-se no Anexo VI do edital de chamamento, conforme segue:

RETIFICAÇÃO: Ficam substituídos todos os itens da planilha constante no edital pela planilha e observações abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.
1	Cartucho de tinta preto (10) 69ml original* - C4844A**	unid.	30
2	Cartucho de tinta amarelo (11) 28ml original* - C4838A**	unid.	20
3	Cartucho de tinta ciano (11) 28ml original* - C4836A**	unid.	20
4	Cartucho de tinta magenta (11) 28ml original* - C4837A**	unid.	20
5	Cartucho de tinta preto (122XL) 8,5ml original* alto volume - CH563HB**	unid.	70
6	Cartucho de tinta colorido (122XL) 7,5ml original* alto volume - CH564HB**	unid.	60
7	Cartucho de tinta preto (21B) 5ml original* - C9351BB**	unid.	200
8	Cartucho de tinta preto (21XL) 16ml original* alto volume - C9351CB**	unid.	100
9	Cartucho de tinta colorido (22) 6ml original* - C9352AB**	unid.	200
10	Cartucho de tinta colorido (22XL) 17ml original* alto volume - C9352CB**	unid.	100
11	Cartucho de tinta preto (27B) 10ml original* - C8727BB**	unid.	50
12	Cartucho de tinta colorido (28) 8ml original* - C8728AB**	unid.	50
13	Cartucho de tinta preto (60B) 4,5ml original* - CC636WB**	unid.	130
14	Cartucho de tinta preto (60XL) 13,5ml original* alto volume - CC641WB**	unid.	70
15	Cartucho de tinta colorido (60) 4ml original* - CC643WB**	unid.	130
16	Cartucho de tinta colorido (60XL) 15,5ml original* alto volume - CC644WB**	unid.	70
17	Cartucho de tinta colorido (97) 14ml original* - C9363WB**	unid.	50
18	Cartucho de tinta preto (98) 11ml original* - C9364WB**	unid.	50
19	Cartucho de tinta amarelo (670) 7,5ml original* - CZ116AB**	unid.	20
20	Cartucho de tinta ciano (670) 7,5ml original* - CZ114AB**	unid.	20
21	Cartucho de tinta magenta (670) 7,5ml original* - CZ115AB**	unid.	20
22	Cartucho de tinta preto (670) 7,5ml original* - CZ113AB**	unid.	20
23	Cartucho de tinta amarelo (920XL) 7,5ml original* alto volume - CD974AL**	unid.	30
24	Cartucho de tinta ciano (920XL) 7,5ml original* alto volume - CD972AL**	unid.	30
25	Cartucho de tinta magenta (920XL) 7,5ml original* alto volume - CD973AL**	unid.	30
26	Cartucho de tinta preto (920) 10ml original* - CD971AL**	unid.	20
27	Cartucho de tinta preto (920XL) 29ml original* alto volume - CD975AL**	unid.	40
28	Cartucho de tinta amarelo (940) 11ml original* - C4905AB**	unid.	40
29	Cartucho de tinta amarelo (940XL) 16ml original* alto volume - C4909AB**	unid.	30
30	Cartucho de tinta ciano (940) 11ml original* - C4903AB**	unid.	40
31	Cartucho de tinta ciano (940XL) 16ml original* alto volume - C4907AB**	unid.	30
32	Cartucho de tinta magenta (940) 11ml original* - C4904AB**	unid.	40
33	Cartucho de tinta magenta (940XL) 16ml original* alto volume - C4908AB**	unid.	30
34	Cartucho de tinta preto (940) 22ml original* - C4902AB**	unid.	40
35	Cartucho de tinta preto (940XL) 49ml original* alto volume - C4906AB**	unid.	40
36	Cartucho de tinta preto (950) 24ml original* - CN049AB**	unid.	120
37	Cartucho de tinta amarelo (951) 8ml original* - CN052AB**	unid.	100
38	Cartucho de tinta ciano (951) 8ml original* - CN050AB**	unid.	100
39	Cartucho de tinta magenta (951) 8ml original* - CN051AB**	unid.	100
40	Cartucho de tinta amarelo 100XL 10,6ml linha LEXMARK original* - 14N1071**	unid.	20
41	Cartucho de tinta ciano 100XL 10,6ml linha LEXMARK original* - 14N1069**	unid.	20

42	Cartucho de tinta magenta 100XL 10,6ml linha LEXMARK original* - 14N1070**	unid.	20
43	Cartucho de tinta preto 105XL 22,5ml linha LEXMARK original* - 14N0822**	unid.	20
44	Cartucho de tinta preto (901) original* - CC653AB**	unid.	20
45	Cartucho de tinta colorido (901) original* - CC656AB**	unid.	20
46	Cartucho de tinta preto (56) original* - C6656AB**	unid.	20
47	Cartucho de tinta colorido (57) original* - C6657AB**	unid.	20
48	Cartucho de tinta preto (74) original* - CB335WB**	unid.	10
49	Cartucho de tinta colorido (75) original* - CB337WB**	unid.	10
50	Cartucho de tinta preto (45) original* - 51645GL**	unid.	20
51	Cartucho de tinta colorido (78) original* - C6578DL**	unid.	20
52	Cartucho de tinta preto Canon 40	unid.	10
53	Cartucho de tinta colorido Canon 41	unid.	10
54	Cartucho de tinta colorido (93) original* - C9361WB**	unid.	20
55	Cartucho de tinta preto (92) original* - C9362WB**	unid.	10
56	Cartucho de tinta preto (96) original* - C8767WB**	unid.	10
57	Cartucho de tinta colorido (662) original* - CZ104AB**	unid.	20
58	Cartucho de tinta preto (662) original* - CZ103AB**	unid.	20
59	Cartucho de tinta colorido (664) original* - F6v28ab**	unid.	40
60	Cartucho de tinta preto (664) original* - F6v29ab**	unid.	40
61	Cartucho de tinta colorido (664XL) original* alto volume - F6v30ab**	unid.	40
62	Cartucho de tinta preto (664XL) original* alto volume - F6v31ab**	unid.	40
63	Refil de Tinta L555 PRETO ORIGINAL - T6641** - 70ml	unid.	20
64	Refil de Tinta L555 CIANO ORIGINAL - T6642** - 70ml	unid.	20
65	Refil de Tinta L555 MAGENTA ORIGINAL - T6643** - 70ml	unid.	20
66	Refil de Tinta L555 AMARELO ORIGINAL - T6644** - 70ml	unid.	20
67	Toner para impressora laser HP CF280A** - 80A - CE505X - 05A compatível	unid.	40
68	Toner para impressora laser HP C285A** - 85A compatível	unid.	400
69	Toner para impressora laser HP C278A** - 78A compatível	unid.	20
70	Toner para impressora laser HP C715A** - 15A compatível	unid.	20
71	Toner para impressora laser HP Q2612A** - 12A compatível	unid.	10
72	Toner para impressora laser HP CF283A** - 83A compatível	unid.	40
73	Toner para impressora laser HP Q7553A** - 53A compatível	unid.	10
74	Toner para impressora laser HP CB435A** - 35A compatível	unid.	10
75	Toner para impressora laser Samsung ML2850 ML2851 compatível	unid.	20
76	Toner para impressora laser Samsung MLT-D111S** compatível	unid.	40
77	Toner para impressora laser Samsung MLT D116S** compatível	unid.	40
78	Toner para impressora laser Samsung MLT-D116L/XAZ** compatível	unid.	100
79	Toner para impressora laser Samsung MLT-D101S** compatível	unid.	100
80	Toner para impressora laser Samsung MLT-D105S** compatível	unid.	20
81	Toner para impressora laser Samsung MLT-D105L** (SCX 4623f) original	unid.	60
82	Toner para impressora laser Samsung MLT-D105L** (SCX 4623f) compatível	unid.	120
83	Toner para impressora laser XEROX Workcentre 3119 compatível	unid.	30
84	Toner para impressora laser Lexmark MX310DN - 604H** compatível	unid.	30
85	Toner para impressora laser Lexmark E120 compatível	unid.	10
86	Toner para impressora laser Lexmark X466/463/464 compatível	unid.	40
87	Toner para impressora laser Kyocera FS1020MFP - TK1112 original*	unid.	40
88	Toner para impressora laser Kyocera FS1020MFP - TK1112 compatível	unid.	60
89	Fita para impressora matricial Epson FX300 original*	unid.	20
90	Fita para impressora matricial Epson FX2170 original*	unid.	20
91	Fita para impressora matricial Epson FX2170 compatível	unid.	20



92	Fita para impressora matricial Epson FX1170 original*	unid.	20
93	Fita para impressora matricial Epson FX1170 compatível	unid.	20
94	Fita para impressora matricial Epson FX890 original*	unid.	20
	*original do fabricante da impressora ou original de fabricante de cartucho com selo IMETRO		
	** código de referência do fabricante da impressora		

Fica alterada nova data de abertura do processo licitatório: 10 de janeiro de 2017 às 08:00 horas.

Protocolo até: 10 de janeiro de 2017 às 07:45 horas

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO 124/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 124/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PMF Nº 18/2014

CONVENIENTES – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA

OBJETO – Atribuir à COOPERA o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, incidente sobre proprietários titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº. 18/PMF/2014 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 05 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS – VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e WALMIR JOÃO RAMPINELLI Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.220, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI Nº 2.220, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

REAJUSTA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustada em 8,5% (oito virgula cinco por cento) a Unidade Fiscal Municipal – UFM, passando 1 (uma) UFM a valer, a partir de 1º de janeiro de 2017, o equivalente a R\$ 3,01 (três reais e um centavo), que será utilizada como valor de correção dos tributos municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.221, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI Nº 2.221, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS****Capítulo I****DA DISPOSIÇÃO INICIAL**

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Educação de Forquilha obedeendo aos princípios constitucionais da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica Municipal e, em especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), as normas gerais de educação nacional, o Plano Nacional de Educação, os Planos Estadual e Municipal de Educação, estabelecendo as diretrizes para a Educação no Município em colaboração com outros sistemas.

**Capítulo II****DA EDUCAÇÃO**

Art. 2º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo único. Esta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**Capítulo III****DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO**

Art. 3º A educação, direito de todos, dever do Estado, do Município, da família e da sociedade, inspirada nos princípios da liberdade e democracia e nos ideais de igualdade, da solidariedade humana, do bem estar social e da qualidade de vida, tem por finalidade:

I - o pleno desenvolvimento do/a estudante e seu aperfeiçoamento;

II - estimulação quanto a capacidade de aprender e de pensar como fonte de prazer;

III - a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo os valores éticos e o aprendizado da participação;

IV - a transformação de aprimoramento quanto a verdadeira prosperidade do ser humano;

V - a construção de uma cidadania em respeito ao homem, à natureza e ao patrimônio cultural da coletividade;

VI - a produção e difusão do saber e do conhecimento;

VII - a valorização e promoção da vida;

VIII - a conscientização do cidadão para efetiva participação política e social;

IX - o efetivo exercício da cidadania, a compreensão e o exercício do trabalho, mediante o acesso à cultura, ao conhecimento humanístico, científico, tecnológico, artístico e ao desporto;

X - valorização de atitudes e comportamentos positivos, bem como incentivá-los e estimulá-los;

Parágrafo único. O acesso à educação escolar pública não sofrerá restrições decorrentes de limite máximo de idade, observará modalidades e horários compatíveis com as características do/a estudante, inclusive aquelas devidas às obrigações de trabalho, e não dependerá, de modo exclusivo, dos recursos do Município.

Art. 4º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso, permanência e terminalidade da educação básica, cabendo ao município a adoção de medidas capazes de torná-la efetiva;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, expressar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar básica, observando a carreira, remuneração, formação, desempenho, aperfeiçoamento e condições de trabalho;

VIII - gestão democrática de ensino público, na forma da Lei e regulamentos;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - promoção da interação escola, comunidade e movimentos sociais;

XIII - consideração com a diversidade étnico-racial;

XIV - respeito à liberdade, aos valores e capacidades individuais, apreço à tolerância, estímulo e propagação dos valores coletivos e comunitários e defesa do patrimônio público.

**Capítulo IV****DO DIREITO À EDUCAÇÃO E AO DEVER DE EDUCAR**

Art. 5º O dever do município com a educação escolar pública a qual será efetivado mediante a garantia de:

- I - oferta de educação gratuita à criança de zero a seis anos de idade;
- II - oferta de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- III - a educação especial, entendida como modalidade de educação escolar será gratuita, oferecida preferencialmente na rede de ensino, em articulação com os demais sistemas de ensino e/ou entidades afins, para aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando:
  - a) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
  - b) terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
  - c) serviços de apoio educacional especializado.
- IV - oferta de ensino regular noturno, no ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em articulação com demais Sistemas de Ensino;
- V - atendimento ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- VI - membros do quadro de pessoal do magistério, técnico-administrativo e de serviços em número suficiente e permanentemente qualificados para atender à demanda escolar;
- VII - ampliação progressiva nas etapas de ensino, do período de permanência na escola;
- VIII - O Município, em regime de colaboração com o Estado, deverá garantir a universalização do Ensino Fundamental;
- IX - O Município poderá consorciar-se com outros municípios na busca de soluções de problemas educacionais comuns;
- X - As escolas públicas, ainda que vinculadas em diferentes esferas do governo, poderão promover o uso comum e articulado de seus espaços físicos, pessoal e recursos materiais, mediante acordo, precedido de autorização dos órgãos envolvidos.

Art. 6º O Município incumbir-se-á de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais no sistema de ensino municipal articulado ao Plano Municipal (PME), o Plano Estadual(PEE) e o Plano Nacional de Educação(PNE);
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em centros de educação infantil (etapa creche: 0 a 3 anos e pré-escola: 4 e 5 anos); ensino fundamental e pré-escola em Escolas de Educação Básica. A atuação em outros níveis de ensino ocorrerá somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VI - assumir o transporte escolar dos/as estudantes da rede municipal e manter parceria no atendimento da rede estadual por meio de convênio.

Art. 7º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula e acompanhar a frequência e aprendizagem dos/as estudantes, obrigatoriamente a partir dos quatro anos de idade.

Art. 8º O Município, em regime de colaboração com o Estado, deverá matricular os/as estudantes a partir dos quatro anos de idade.

Art. 9º O Conselho Municipal de Educação incumbir-se-á de:

- I - fixar normas, nos termos da Lei, para:
  - a) a educação infantil e o ensino fundamental;
  - b) o funcionamento e o credenciamento das instituições de ensino;
  - c) a organização para a educação infantil e para o ensino fundamental destinado a estudantes com deficiência;
  - d) a organização para o ensino fundamental destinada a jovens e adultos que a ele não tiveram acesso na idade própria;
  - e) o currículo dos estabelecimentos de ensino;
  - f) aprovação de programas de formação continuada aos profissionais de educação apresentada pela Secretaria de Educação;
  - g) acompanhamento da aplicação recursos públicos destinados à educação;
  - h) aprovação de regimento das unidades de ensino;
  - i) produção, controle e avaliação de programas de educação à distância, exceto a primeira do ensino fundamental, independentemente de escolarização anterior;
  - j) a progressão parcial, nos termos do Art. 24, III, da LDB;
  - l) a progressão continuada, nos termos do Art. 32, parágrafo 2º, da LDB.
- II - Pronunciar-se, previamente, sobre a criação de estabelecimentos municipais de ensino;
- III - Autorizar o funcionamento de instituições de ensino da rede pública e privada;
- IV - Credenciar, quando couber, as instituições do Sistema Municipal de Ensino;
- V - Exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;
- VI - Representar as autoridades competentes e, se for o caso, requisitar sindicâncias, em instituições educacionais, tendo em vista o fiel cumprimento da lei e das normas do Conselho Municipal de Educação;
- VII - Estabelecer medidas que visem a expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII - acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;
- IX - Analisar os relatórios da execução financeira das despesas em educação;
- X - Manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza pedagógica, que lhe forem submetidas pelo Prefeito ou Secretário da Educação e de entidades de âmbito municipal ligadas à educação;
- XI - Estabelecer critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial no âmbito de atuação do Sistema Municipal de Ensino, para fins de apoio técnico e financeiro do Poder Público;
- XII - Manter intercâmbio com Conselhos de Educação;

XIII - Exercer outras atribuições, previstas em Lei, ou decorrentes da natureza de suas funções.

Art. 10. O Conselho Municipal de Educação contará com um corpo técnico, jurídico, de comunicação social e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços.

Art. 11. O orçamento do Município consignará, anualmente, dotação própria para o funcionamento e manutenção do Conselho Municipal de educação.

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 12. Integra o Sistema Municipal de Educação de Forquilha:

I - a Secretaria Municipal de Educação, como órgão administrativo, executivo e deliberativo;

II - as Instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos EJA) em parceria com a Rede Estadual de Ensino;

III - as Instituições de Educação Infantil criada e mantida pela iniciativa privada e comunitária;

IV - o Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS), Conselho da Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Escolar;

V - o setor de transporte escolar e de alimentação;

VI - o Espaço Educacional "Caminhos do Saber": Biblioteca Pública Municipal, Centro de Atendimento Educacional (CEATE) e o Telecentro.

## TÍTULO III

### DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

#### Capítulo I

##### DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 13. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade:

I - o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

II - promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

Art. 14. A Educação Infantil será oferecida em:

I - Centros de Educação Infantil, ou entidades equivalentes, para crianças até 03 (três) anos de idade;

II - Centros de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental, em nível de Pré-Escolar, para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

Art. 15. As Instituições de Ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, que oferecem Educação Infantil, deverão ser autorizadas pelo Conselho Municipal de Educação, em processo próprio, mediante cumprimento de legislação específica.

Art. 16. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho escolar;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

#### Capítulo II

##### DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 17. O Ensino Fundamental, com duração mínima de 9 (nove) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno Domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 18. O Ensino Fundamental será organizado de acordo com as seguintes regras comuns:

I - organizar-se em séries anuais com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, de acordo com as diretrizes da LDB e disciplinadas pelo órgão competente;

II - o currículo da rede municipal segue conforme os art. 26 e art. 26-A da Lei nº 9.394/96, tendo uma base nacional comum sendo complementada por uma parte diversificada que explicita a característica da região local, da cultura, da economia e dos/as estudantes;

III - o número de estudantes por sala de aula, definido de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, que possibilite adequada comunicação do aluno com o docente e aproveitamento eficiente e suficiente.

Art. 19. O calendário deverá cumprir com o número de horas letivas previstas na LDB.

§ 1º A carga horária mínima anual será de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 2º O não cumprimento do disposto acima, submete a direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os docentes, a atividades complementares até sua satisfação plena.

§ 3º Entende-se como dia de efetivo trabalho escolar na escola como momentos diferenciados da atividade docente diretamente relacionado com o/a estudante desde que incluída no projeto político-pedagógico da escola, e respeitando o período mínimo de 4 horas.

### Capítulo III

#### DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 20. A Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os Sistemas de Ensino manterá convênio com outras esferas governamentais para assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do/a estudante, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

### Capítulo IV

#### DOS CURSOS LIVRES

Art. 21. Entende-se como cursos livres os de aperfeiçoamento, diversos dos profissionalizantes, prestados pela Secretaria Municipal de Educação ou outras instituições, nos termos de resolução específica do Conselho Municipal de Educação.

### Capítulo V

#### DA AVALIAÇÃO

Art. 22. A verificação do rendimento escolar do(a) estudante é da responsabilidade das unidades de ensino, na forma do seu regimento interno e do projeto pedagógico, compreendendo a avaliação do aprimoramento e a apuração da assiduidade.

Art. 23. A avaliação do rendimento escolar do/a estudante, resultado de reflexão sobre todos os componentes do processo ensino-aprendizagem, como forma de superar dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos, deve:

I - ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação com a construção histórica singular e coletiva do sujeito;

II - ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características socioculturais dos sujeitos envolvidos, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados das avaliações trimestrais;

III - incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo, ou comissões específicas, cabendo-lhes definir encaminhamentos e alternativas;

IV - possibilidade de avanço nas séries mediante verificação do aprendizado;

V - aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

VI - independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela equipe pedagógica escolar e acompanhamento pela Secretaria Municipal de Educação, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do/ estudante e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do Conselho Municipal de Educação;

VII - obrigatoriedade de estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para casos de baixo rendimento escolar, registradas no diário de classe do docente, prevalecendo a maior nota;

VIII - a avaliação poderá ser descrita por notas e/ou por conceitos, contendo informações sobre o desenvolvimento escolar do/a estudante.

Art. 24. O processo de promoção dos/as estudantes, ao final de cada etapa ou série e na conclusão dos respectivos níveis de ensino deve ser um processo decorrente da competente avaliação do rendimento escolar, previsto no projeto político pedagógico e no respectivo regimento escolar, de acordo com os critérios estabelecidos:

I - A avaliação será registrada trimestralmente pelos docentes em boletim individual do/a estudante, para fins de acompanhamento, aprovação ou retenção;

II - Toda nota atribuída ao estudante poderá ser inteira ou fracionária, admitindo-se para a média trimestral o uso da fração de meio ponto (0,5);

III - Para fins de cálculo de Média Anual, considerar-se-á a média aritmética, com a seguinte fórmula:  $T1+T2+T3/3=MA$ , onde T refere-se a Média Trimestral, os algarismos referem-se ao trimestre em curso, 3 (três) significa a divisão dos trimestres e MA significa Média Anual;

IV - Para aprovação do/a estudante a média final deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco);

V - O cálculo da Média Final deverá ser registrado sem arredondamento;

VI - Para os/as estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental a Avaliação será trimestral descritiva com registros do seu desenvolvimento, sem retenção.

Art. 25. A frequência escolar será de, no mínimo, 75 % (setenta e cinco por cento) para os/as estudantes no Ensino fundamental. Os casos especiais de estudantes com problemas de saúde e/ou outros problemas graves, que justifiquem uma frequência menor que a estabelecida deverão ter as formas de recuperação de estudos decididas coletivamente na escola.

Art. 26. A Rede Municipal de Ensino deverá, através de assessoramento da Secretaria Municipal de Educação, transformar gradativamente seus currículos, observando as diretrizes da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Sistema Municipal de Educação, respeitando a realidade de cada comunidade onde se insere a Unidade Escolar.

### TÍTULO VI

#### DAS UNIDADES ESCOLARES



Art. 27. As Unidades Escolares, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Educação, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidos;
- IV - velar pelo cumprimento do planejamento de cada docente;
- V - prover meios para recuperação dos/as estudantes de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos/as estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- VIII - acionar a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente depois de esgotadas as possibilidades internas de reinserção do(a) estudante infrequente a escola.

Art. 28. As Unidades Escolares dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

## TÍTULO VII

### DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 29. A formação dos profissionais da educação e suas respectivas atribuições são regulamentadas por legislação específica municipal.

Art. 30. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos/as estudantes;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os/as estudantes de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola, com a família e a comunidade.

Art. 31. Na Rede Municipal, a oferta e a chamada dos que irão frequentar os cursos de capacitação, com dispêndio de recursos públicos, ficará a cargo da Secretaria de Educação.

Art. 32. O Poder Público, em parceria com outras instituições, proporcionará o acesso a cursos de capacitação à todos os integrantes do seu quadro de profissionais em atividade na educação de forma rotativa, priorizando as áreas mais necessitadas.

Art. 33. Os Sistemas de Ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento periódico remunerado a ser regulamentado em legislação específica;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho específica à função;
- V - período reservado a estudos, planejamentos e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º Constituirão incentivos de progressão por qualificação de trabalho docente:

- a) o desempenho no trabalho, mediante avaliação, segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional a serem definidos pelo sistema;
- b) a qualificação em instituições credenciadas;
- c) avaliações periódicas de aferição de conhecimentos na área curricular em que o professor exerça a docência e de conhecimentos pedagógicos.

## TÍTULO VIII

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 34. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, do Estado e do Município;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - receita proveniente de convênios de cooperação na área da educação;
- VI - doações e legados;
- VII - produto das aplicações financeiras, das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação;
- VIII - receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- IX - receita decorrente de programas governamentais específicos;
- X - outros recursos previstos em Lei.

## TÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 35. O Plano Municipal de Educação, elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação do Fórum Municipal e aprovado por Lei, articulado com o plano estadual e nacional de educação, terá como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 36. O Plano Municipal de Educação expressa metas e estratégias partindo da visão diagnóstica do contexto sócio educacional, cultural e histórico do Município objetivando em promover a construção de novas políticas e a manutenção das existentes, visando qualificar a educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 37. O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas em fórum próprio, a cada ano de vigência.

Art. 38. Serão estimuladas as experiências educacionais inovadoras, em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo-se quando for o caso, a sua incorporação ao sistema regular, mediante acompanhamento do Poder Público e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 39. As unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino terão prazo de dois anos, após a publicação desta Lei, para adaptarem seus Estatutos e Regimentos Internos à legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei do sistema Municipal e às normas respectivas.

Art. 40. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 949, de 30 de abril de 2003.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº 2.222, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI Nº 2.222, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOAÇÃO TERRENO COMO ÁREAS DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE ÁREA VERDE DE VEGETAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo, com fundamento no inciso VI do artigo 53 da Lei Complementar nº 17, de 11 de agosto de 2011, autorizado a receber em doação um terreno rural, com área de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), dentro de uma área maior, situado na Avenida Max José Arns, no Bairro Centro, matrícula nº 9.812, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, como área destinada à implantação de área verde de vegetação dos loteamentos Parque Max Jose Arns I e Parque Max Jose Arns II, correspondente, respectivamente, às matrículas nº 9.848 e 9.847, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

anexo único DA LEI Nº 2.222, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

### **LEI Nº 2.223, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI Nº 2.223, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À EMPRESA TEIXEIRA TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS E SACARIAS LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado, após o registro da reversão do imóvel, a desafetar e doar áreas de terra à TEIXEIRA TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS E SACARIAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 04.311.391/0001-16, corresponde ao Lote 11, do Loteamento Núcleo Industrial I, com área de 7.489,25m<sup>2</sup> (sete mil quatrocentos e oitenta e nove metros e vinte e cinco centímetros quadrados), matrícula nº 76 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

§ 1º O imóvel ora doado destina-se à implantação do parque fabril da Empresa, conforme projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Fica reconhecido o relevante interesse público na presente doação, dispensando-se prévia licitação.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e o imóvel constituído de terreno reverterá automaticamente ao Município, se a Empresa donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;

II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi doada ou não dar o uso prometido ou o desviar sua finalidade contratual, bem como, qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta doação que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a Empresa donatária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa donatária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra;

V - No caso da Empresa donatária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno doado, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma donatária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação sem a prévia anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia sem a prévia autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa donatária apresente ao Órgão Executivo, relatórios demonstrativos das obrigações concretizadas e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei e no projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, o terreno doado a título de incentivo econômico quando não utilizado na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta Lei e do Termo de Doação, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal, sem direito a retenção ou indenização.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º A empresa donatária deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal, sem indenização pelas por benfeitorias construídas.

Art. 6º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 7º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, ouvindo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, conceder os estímulos fiscais e incentivos materiais de que trata o artigo 3º e seus incisos da Lei Municipal nº. 2.135, de 12 de novembro de 2015.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 444, de 28 de novembro de 1997.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040\_2016-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0040/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de hospedagem, alimentação e transporte para clínicas e hospitais na grande Florianópolis, de pacientes em tratamento fora do domicílio, do município de Fraiburgo, encaminhados a Casa de Apoio, situada na Rua São Judas Tadeu, nº 20, Bairro José Mendes, Florianópolis – SC, durante os meses de janeiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 10.01.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 16 de dezembro de 2016.

Ivo Biazzolo – Prefeito

### CT16PMF54

CT16PMF54

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE STANDES, SALAS DE TREINAMENTOS, BOX, TABLADOS E FORRAÇÃO DE FELTRO

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Rio das Antas, 185, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ivo Biazzolo, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Angelo Grazziotin nº 500, apto 202, bairro Matriz, na cidade de Videira/SC (89.560-000), inscrita no CNPJ sob o nº 04.419.138/0001-80, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Arly Valis Alves Junior, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa do ramo para prestação de serviço de locação e instalação de stands, salas de treinamentos, box, tablados e forração de feltro, a serem instalados e/ou utilizados no Centro de Eventos “Prefeito Sebastião Andrade dos Santos” onde será realizada a “EXPOACIAF 2016” entre os dias 12 a 15 de maio de 2016, constantes do LOTE 1 do Edital e de sua proposta comercial, nas quantidades e descrições a seguir:

#### LOTE 1

CÓD.	ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	V.UNIT-R\$	V.TOTAL-R\$
40427	01	78	Unid	<p>Locação de stands com especificações técnicas: Stands básicos medindo 3x3=9m², divisórias Chapas de TS branco com h=de 2,20 m estruturados em perfil de alumínio anodizado. Forrações em carpe cinza grafite e/ou vermelho aplicado no piso da quadra do centro de eventos. No mínimo 02 spot light com lâmpadas de 60w; 01 Tomada de 220 V cada stand e uma placa de identificação de no mínimo 0,95x0,45m em letra autoadesiva – já funcionando em 09.05.2016.</p> <p>Obs: montados até as 20:00 horas do dia 08 de maio de 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016. Deverão ser adotadas medidas de proteção durante a instalação para evitar danos na quadra do centro de eventos</p>	332,12	25.905,36
40428	02	14	Unid	<p>Locação de stands com especificações técnicas: Stands básicos medindo 4x3=12m², divisórias Chapas de TS branco com h=de 2,20 m estruturados em perfil de alumínio anodizado. Forrações em carpe cinza grafite e/ou vermelho aplicado no piso da quadra do centro de eventos. No mínimo 02 spot light com lâmpadas de 60w; 01 Tomada de 220 V cada stand e uma placa de identificação de no mínimo 0,95x0,45m em letra autoadesiva – já funcionando em 09.05.2016.</p> <p>Obs: montados até as 20:00 horas do dia 08 de maio de 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016. Deverão ser adotadas medidas de proteção durante a instalação para evitar danos na quadra do centro de eventos.</p>	434,69	6.085,66

40429	03	01	Unid	Locação e montagem de 60m <sup>2</sup> de sala para treinamento com divisórias em chapa de TS branco com 2,7 metros de altura, estruturada em perfil de alumínio anodizado, com forro, com 02(dois) aparelhos de ar-condicionado mínimo 12.000 btus, e iluminação com 08(oito) calhas, estrutura com uma porta. Obs: montados no centro de eventos ao lado do palco principal até as 20:00 horas do dia 08 de maio de 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	5.177,04	5.177,04
40430	04	01	Unid	Locação e montagem de 90m <sup>2</sup> de sala para treinamento com divisórias em chapa de TS branco com 2,7 metros de altura, estruturada em perfil de alumínio anodizado, com forro, com 02(dois) aparelhos de ar condicionado mínimo 12.000 btus, e iluminação com 10(dez) calhas, estrutura com uma porta. Obs: montados no centro de eventos ao lado do palco principal até às 20:00 horas do dia 08 de maio de 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	7.667,88	7.667,88
40431	05	01	Unid	Locação e montagem de 198m <sup>2</sup> de sala para treinamento com divisórias em chapa de TS branco com 2,7 metros de altura, estruturada em perfil de alumínio anodizado, com forro, com 04(quatro) aparelhos de ar condicionado mínimo 12.000 btus, e iluminação com 12(doze) calhas, estrutura com duas portas. Obs: montados no centro de eventos ao lado do palco principal até as 20:00 horas do dia 08 de maio 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	16.994,26	16.994,26
40432	06	05	Unid	Locação e montagem de stands (box) para praça de alimentação, sendo: Stands básicos medindo 3x3=9m <sup>2</sup> , divisórias em Chapas de TS branco com de 2,20 metros de altura, estruturados em perfil de alumínio anodizado, com 03 metros de balcão cada stand e 01 porta de acesso, no mínimo 02 spot light com lâmpadas de 60w; 01 Tomada de 220 V cada stand e uma placa de identificação de no mínimo 0,96x0,46 cm, em letra autoadesiva, piso em chapa naval 18 mm., embaixo dos stands. Obs: montados na parte externa do centro de eventos até as 20:00 horas do dia 09 de maio 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	625,16	3.125,80
40433	07	04	Unid	04 box (guichês) para recepção em octanorme medindo 2 x 2 metros, divisórias em Chapas de TS branca com 2,20 metros de altura, estruturados em perfil de alumínio anodizado com balcão de 02 metros lineares em cada box, forrações em carpe cinza grafite e/ou vermelho aplicado no piso, com 01 spot de luz e 01 tomada por box. Obs: montados na parte externa do centro de eventos até as 20:00 horas do dia 09 de maio 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	537,25	2.149,00
40434	08	300	M <sup>2</sup>	300 metros de tablado de madeira a ser instalado na praça de alimentação e lanchonetes montados na parte externa do centro de eventos. Obs: montados até o dia 09 de maio 2016 e retirados no dia 17 de maio de 2016.	17,59	5.277,00
40435	09	650	M <sup>2</sup>	Forração feltro agulhado de ate 3mm na cor grafite, com laudo antifumaça, aplicado no piso do centro de eventos com fitas duplas faces, a ser montada antes da colocação dos stands, para proteção do piso do centro de eventos.	11,72	7.618,00

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1– Os stands, salas de treinamento, tablado, box e forração, descritos no LOTE 1, deverão estar em bom estado de conservação e em plenas condições de uso e deverão estar montados e retirados até as datas e horários acima estabelecidos.

2.1.2 – A instalação dos itens descritos no item 1 e 2 serão autorizados pelo Município somente após verificação do estado de conservação e condições de uso dos mesmos.

2.2.2 – A CONTRATADA ficará obrigada a substituir imediatamente os equipamentos porventura não autorizados.

2.3 – A CONTRATADA deverá disponibilizar dois profissionais, sendo no mínimo 1(um) eletricista e 1(um) auxiliar, para acompanhamento da execução do contrato em todos os dias do evento.

2.4 – Não poderão ser cobradas taxas extras dos expositores e pela eventual colocação de banners e adesivos nas paredes dos stands.

2.5 – Todas as despesas relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato correrão a conta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2 – O pagamento pela prestação do serviço, objeto do presente contrato, será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito

bancário em sua conta-corrente, ou diretamente ao representante legal, tendo o Município um prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos após o evento e o recebimento da respectiva nota fiscal.

3.3 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2, “a”, deste Edital).

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2016 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	12.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade	12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Funcional	23.695.0025.2.053 – Incentivos a Eventos, Feiras e Exposições Turísticas
Elemento e Compl.	3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Dotações	183 e 281
Recursos	01.0200 e 03.0200

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA:

- fornecer os equipamentos e prestar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto deste contrato, na forma, quantidade, local, prazo e nos preços estipulados na sua proposta;
- responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;
- substituir imediatamente os equipamentos cuja montagem não seja autorizada pelo município devido a condição de uso dos mesmos;
- disponibilizar dois profissionais (sendo no mínimo um eletricista e um auxiliar) para acompanhamento da execução do contrato em todos os dias do evento;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico nfe@fraiburgo.sc.gov.br.
- apresentar ART ou RRT relativa a resistência mecânica e montagem para o LOTE 1 antes de iniciar os serviços, e encaminhar uma via da mesma para o setor de compras do município, a qual fará parte do PAL.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades:

- executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência escrita.
- executar o contrato com irregularidades, com prejuízo no resultado: advertência escrita mais multa de 20% sobre o valor do contrato.
- executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 20% sobre o valor atualizado do contrato;
- causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 20 % sobre o valor atualizado do contrato.

6.2 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do contrato, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR, as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05(cinco) anos.

6.3 – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

6.4 – Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 – O presente contrato terá vigência a partir do dia 26 de abril de 2016 e término no dia 31 de maio de 2016

#### CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

9.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0105/2016 – Pregão Presencial nº 0052/2016



– PMF.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Fraiburgo, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Fraiburgo (SC), 26 de abril de 2016.

Município de Fraiburgo Ivo Biazolo Contratante	AVAJ Produções Artísticas Ltda ME Arly Valis Alves Junior Contratado
--	--

Testemunhas:

1ª – _____	2ª – _____
------------	------------

Assessoria Jurídica:

#### DECRETO Nº 308/2016

DECRETO Nº 308, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (79)	R\$	88.000,00
TOTAL	R\$	88.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	88.000,00
TOTAL	R\$	88.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2092/2016**

PORTARIA Nº 2092, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 1049 de 30 maio de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor da Coordenação Escolar, à servidor a ANGELA MARIA RIBEIRO SERAFINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 621.019.199-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2093/2016**

PORTARIA Nº 2093, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0235 de 22 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 4, à servidora ELIANI LUCI MORSOLETO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 737.613.899-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2094/2016**

PORTARIA Nº 2094, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03

de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0806 de 12 de março de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 2, à servidora DANIELA BALDO POLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.128.319-83, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2095/2016**

PORTARIA Nº 2095, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0234 de 22 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 3, à servidora VALERIA MATHIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 062.013.359-78, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2096/2016**

PORTARIA Nº 2096, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0806 de 28 de abril de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 3, à servidora QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES, brasileira, casada, inscrita no

CPF sob o nº 023.529.309-10, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2097/2016**

PORTARIA Nº 2097, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0250 de 22 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 3, à servidora MARLI DE FÁTIMA FERNANDES BENTO MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 803.741.079-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2098/2016**

PORTARIA Nº 2098, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1775 de 04 de outubro de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 3, ao servidor DENILSON DALAGNOL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 701.316.609-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2099/2016**

PORTARIA Nº 2099, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0231 de 22 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 2, à servidora MARIANA BITENCOURT DIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 042.293.609-08, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2100/2016**

PORTARIA Nº 2100, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0153 de 25 de janeiro de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 2, à servidora LUCIANE FABER DIDOMÊNICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 041.564.689-84, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2101/2016**

PORTARIA Nº 2101, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0637 de 18 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 2, ao servidor LINDOMAR PALMERA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 833.733.229-87, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2102/2016**

PORTARIA Nº 2102, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0812 de 29 de abril de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 2, à servidora FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 393.509.080-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2103/2016**

PORTARIA Nº 2103, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0589 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 2, à servidora DULCINÉIA ROSA MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 813.989.059-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2104/2016**

PORTARIA Nº 2104, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 405 de 03 de fevereiro de 2014, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 1, à servidora MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.486.629-58, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2105/2016**

PORTARIA Nº 2105, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0658 de 27 de fevereiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 1, à servidora MARIA ELIZETE RIBAS FRAGOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 494.675.069-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS GRADUAÇÃO PG, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2106/2016**

PORTARIA Nº 2106, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0752 de 18 de abril de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 1, à servidora IVONE VERONA ALVES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 777.150.989-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2107/2016**

PORTARIA Nº 2107, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade

com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0298 de 27 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora ROSE MARI GAIO BIANCHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 656.706.399-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2108/2016**

PORTARIA Nº 2108, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0295 de 27 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, ao servidor FERNANDO ANDRÉ MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 813.997.159-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2109/2016**

PORTARIA Nº 2109, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0449 de 06 de fevereiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora DENISIA POSANSKE MITTANCK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o



nº 636.519.809-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2110/2016**

PORTARIA Nº 2110, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0603 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 5, à servidora MÔNICA CAMPANHARO ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 046.662.699-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2111/2016**

PORTARIA Nº 2111, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0601 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 5, à servidora ROSEMERI APARECIDA MORSOLETO CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 489.420.499-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2112/2016**

PORTARIA Nº 2112, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0605 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 5, à servidora SIRLENE APARECIDA STRAPAZZON DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 600.269.959-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS GRADUAÇÃO, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2113/2016**

PORTARIA Nº 2113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0639 de 18 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 6, à servidora ELIANE FATIMA ANDREIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 813.996.509-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 2114/2016**

PORTARIA Nº 2114, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0599 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 6, à servidora MARISA ALVES DA CRUZ, brasileira, divorciada, inscrita, no CPF sob o nº 944.096.179-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2115/2016**

PORTARIA Nº 2115, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0595 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 6, à servidora ROSANGELA APARECIDA STRAGINSKI DIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 737.643.539-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2116/2016**

PORTARIA Nº 2116, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade

com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0597 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 6, à servidora SIRLEI DE FATIMA CRUZ DOS PASSOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 425.799.799-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação GEOGRAFIA, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2117/2016**

PORTARIA Nº 2117, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0609 de 15 de março de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 5, à servidora DENILCE CONS-TATINO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 579.582.629-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2118/2016**

PORTARIA Nº 2118, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0297 de 27 de janeiro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora LUCIA BERNARDETE OLIVEIRA PANISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob

o nº 423.220.309-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2119/2016**

PORTARIA Nº 2119, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1881 de 20 de agosto de 2015, que concedeu Função Gratificada – Diretor Escolar Nível 1, à servidora ALESSANDRA ZONTA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 025.108.759-06, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2120/2016**

PORTARIA Nº 2020, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1079 de 01 de junho de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora TANIA DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 439.322.409-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2121/2016**

PORTARIA Nº 2121, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0017 de 07 de janeiro de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora JULIANA PADILHA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 951.525.049-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, a partir de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2122/2016**

PORTARIA Nº 2122, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0814 de 13 de março de 2015, que concedeu Função Gratificada FGM – nível 2, ao servidor ADAIR MORAIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 386.098.199-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, a partir de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2123/2016**

PORTARIA Nº 2123, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0337 de 10 de fevereiro de 2016, que concedeu Função Gratificada – Nível 2, ao servidor LEANDRO DE JESUS SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.635.939-70, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2124/2016**

PORTARIA Nº 2124, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 2307 de 01 de dezembro de 2015, que concedeu Função Gratificada – Nível 1, à servidora NEUSA MICHELLON TROMBETTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 590.321.709-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, a partir de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2125/2016**

PORTARIA Nº 2125, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03

de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 11387/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria nº 0226 de 11 de janeiro de 2013, que concedeu Função Gratificada – Nível 6, à servidora TATIANA CARLA SCALABRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 001.084.979-33, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO CME 003-2016 -REGIMENTO ÚNICO DAS UNIDADES ESCOLARES**

Resolução nº. 003/2016 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais (art. 3º, II e IV do regimento), em reunião realizada no dia 13/12/2016:

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 9.394/96;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1525/2000 a qual dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação;

CONSIDERANDO, que o regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da instituição;

CONSIDERANDO, que toda instituição deve possuir um conjunto de normas e regras que regulem as suas propostas explicitadas em um documento que deve estar disponível para a consulta de toda comunidade escolar;

CONSIDERANDO, que o documento aqui exposto contempla a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos;

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovar o Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Fraiburgo;

Art. 2º.. Determinar que os gestores escolares deem ciência das normas contidas no Regimento em anexo a toda comunidade escolar, para seu efetivo cumprimento;

Art. 4º. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Resoluções 004/2007, 005/2007, 006/2007, 007/2007, 008/2007, 009/2007, 010/2007, 011/2007, 012/2007, 013/2007, 014/2007, 015/2007, 016/2007, 017/2007, 018/2007 e 010/2009 deste Conselho Municipal de Educação.

Registre-se e Publique-se

Fraiburgo, 13 de dezembro de 2016.

#### CONSELHEIROS:

Roberto Rivelino Lemos  
Aydin Fatima Balvedi  
Tatiana Rezzadori  
Hercilia Frago Gemo

Osni Gomes  
Tatiana Carla Scalabrin  
Elisangela Maria Barbosa Dalagnol

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Fraiburgo

Fraiburgo, dezembro 2016.  
Índice

#### ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 1º As unidades escolares, mantidas pelo Município de Fraiburgo e administradas pela Secretaria de Educação, serão regulamentadas por este Regimento, nos termos da legislação do ensino em vigor e das normas do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º A educação escolar na Rede Municipal de Ensino de Fraiburgo é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Art. 3º A Escola Municipal \_\_\_\_\_ de Fraiburgo está situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Fraiburgo, Santa Catarina.

Art. 4º A Escola Municipal \_\_\_\_\_, criada pelo Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor, atendendo todas as disposições da Lei 9394/96 (LDB).

Parágrafo Único: A Escola Municipal \_\_\_\_\_ é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos.

#### Princípios e Fins

Art. 5º A instituição de ensino tem, por fim, promover o Ensino às crianças, jovens e adultos, desenvolvendo o estudante, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores e tem por princípios desenvolver no estudante as seguintes competências básicas:

I – Competência Pessoal – Aprender a ser – diz respeito às singularidades de cada um e refere-se às capacidades para comunicar-se, permitindo ao sujeito desenvolver sua criatividade, intuição e imaginação;

II – Competência Relacional – Aprender a conviver – implica na descoberta progressiva do outro e a participação em projetos comuns para a construção de uma racionalidade comunicativa, enriquecendo as relações entre sujeitos e o cotidiano escolar. Destaca-se a percepção das interdependências;

III – Competência Produtiva – Aprender a Fazer – implica no diálogo entre a tecnologia e a qualificação social voltado para a realização de projetos pessoais, ou seja, implica em experiências sociais e de trabalho;

IV – Competência Cognitiva – Aprender a Conhecer – supõe exercitar a atenção, memória e o pensamento, além de apropriar-se dos diferentes saberes codificados, orientados para uma cultura geral.  
Art. 6º A instituição de ensino tem por objetivo geral, propiciar a formação do estudante nos aspectos afetivos, cognitivos, científicos e profissionais, garantindo o desenvolvimento integral do ser humano, a autonomia intelectual e o exercício pleno da cidadania.

Art. 7º São objetivos específicos da instituição de ensino:

I – Desenvolver o trabalho educativo de forma interdisciplinar, visando estabelecer relações entre os diversos conteúdos e conhecimentos;

II – Promover o fortalecimento do vínculo familiar, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

III – Oportunizar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – Propiciar o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

V – Promover o ensino com pesquisa, vinculando os conteúdos escolares de forma intencional e permanente à vivência em sociedade do educando.

#### GESTÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 8º A gestão escolar rege o processo de funcionamento das unidades escolares, compreendendo a tomada de decisão conjunta no planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas, financeira e social envolvendo a participação da comunidade escolar.

Parágrafo único: A comunidade escolar é o conjunto constituído pelos profissionais da educação, estudantes regularmente matriculados, pais, responsáveis e demais funcionários que protagonizam a ação educativa, suas responsabilidades e atribuições estão definidas em legislação própria, conforme descrita abaixo:

· Da Direção e do Diretor Adjunto – Diretrizes da Secretaria de Educação

· Da Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010;

· Do Professor – Lei Complementar nº 111 de 03 de março de 2010;

o Da Sala de Atendimento Educacional Especializado – Diretrizes da Secretaria de Educação;

o Da Sala Informatizada – Diretrizes da Secretaria de Educação;

o Do Intérprete de Libras – Diretrizes da Secretaria de Educação;

o Do Apoio Pedagógico – Diretrizes da Secretaria de Educação;

#### CORPO DISCENTE

Art. 9º O corpo discente é constituído pelos estudantes matriculados na unidade escolar.

#### DEVERES DO CORPO DISCENTE

Art. 10º É dever do corpo discente:

I – Conhecer, cumprir e respeitar as normas da unidade escolar;

II – comprometer-se com o seu processo de aprendizagem em sala de aula e no que se refere ao aprofundamento do conhecimento, à assiduidade, à realização de tarefas diárias e à entrega de trabalhos escolares;

III – Comparecer pontualmente às aulas;

IV – Justificar, por intermédio dos pais ou responsável, pessoalmente ou através de atestado médico, as faltas, as chegadas tardias e as saídas antecipadas;

V – Responsabilizar-se pela conservação de todo o espaço físico e dos materiais e equipamentos existentes na unidade escolar;

VI – Responsabilizar-se pelos danos ou avarias causados ao patrimônio escolar e outros, quando devidamente comprovada sua participação;

VII – Comprometer-se com a conservação do material de uso pessoal e coletivo e responsabilizar-se pelo livro didático.



VIII – Participar das atividades educacionais complementares desenvolvidas pela unidade escolar, justificando, através dos pais ou responsável, quando não for possível comparecer;

XIX – Cumprir as deliberações da unidade escolar referente às medidas de recuperação e/ou enturmação;

X – Elevar o conceito da unidade escolar em todos os procedimentos;

XI – Manter e promover relações cooperativas com todos os envolvidos no âmbito escolar, o respeito e a solidariedade, repudiando qualquer tipo de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais;

XII – Cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

XIII – Justificar à direção, ao Serviço de Orientação Educacional e/ou aos professores, mediante atestado médico ou declaração dos pais ou responsável, a ausência em provas e a omissão na entrega de trabalhos com data prevista;

XIV – Solicitar a Carteira do Estudante na secretaria da instituição de ensino apresentando 1(uma) foto 3X4;

XV – Respeitar e acatar as normas da moral e da boa educação, dentro e fora da unidade escolar;

XVI – Frequentar com assiduidade e pontualidade as aulas e demais atividades escolares;

XVII – Colaborar na conservação da limpeza e preservação do patrimônio escolar, respondendo e indenizando os danos materiais causados;

XVIII – Respeitar as normas disciplinares da unidade escolar;

IXX – Tratar com respeito, cordialidade e igualdade toda a comunidade escolar;

XX – Abster-se do uso de drogas lícitas e ilícitas no âmbito escolar;

XXI – Informar a unidade escolar sobre transferência para outra unidade de ensino, apresentando comprovante de matrícula;

XXII – Apresentar e regularizar toda documentação solicitada no ato da matrícula;

XXIII – Cumprir e respeitar as disposições deste Regimento.

#### DOS DIREITOS DO CORPO DISCENTE

Art. 11 A criança e o adolescente têm direito à educação de qualidade, visando seu pleno desenvolvimento, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à continuidade em estudos posteriores, tendo ainda assegurado o direito de:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na unidade escolar;

II – Acesso à instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade, próximo à sua residência;

III – Ser respeitado por funcionários e colegas da unidade escolar na sua dignidade como pessoa humana, independente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia, sexo, nacionalidade ou alguma necessidade educacional especial;

IV – Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico, bem como dos princípios de convivência da turma e da unidade escolar;

V – Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e de sua frequência;

VI – Ter acesso ao transporte escolar gratuito se for contemplado pelos critérios estabelecidos pela legislação vigente;

VII – Dispor de espaço físico adequado;

VIII – Reivindicar o cumprimento do conteúdo e da carga horária prevista na matriz curricular;

IX – Participar e / ou indicar representante de turma para compor o Conselho de Classe, de acordo com as definições do PPP da unidade escolar;

X – Participar de aulas de recuperação, também no contraturno, nos casos de insuficiência de rendimento escolar;

XI – Receber atendimento educacional especializado, no contraturno do ensino regular, nos casos de deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades, em Salas de Recursos Multifuncionais;

XII – Frequentar o ensino fundamental gratuito, por meio de programas específicos, quando não tiveram acesso ou continuidade de estudos em idade própria;

XIII – Participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico, bem como dos princípios de convivência da turma e da unidade escolar;

XIV – Receber atendimento em programas suplementares de material didático e de transporte escolar, quando necessário, conforme prescreve a lei;

XV – Conhecer e ter acesso, no ato da matrícula e em qualquer tempo, às disposições do Regimento Escolar da unidade;

XVI – Fazer uso de medicação prescrita por receita médica atualizada e autorizada por escrito pelos pais e/ou responsáveis, respeitando as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;

XVII – Adequação de matrícula mediante diagnóstico da verificação da aprendizagem, em consonância com a lei;

XVIII – Usar as dependências da unidade escolar para fins educativos e de lazer, de acordo com as normas estabelecidas pela unidade escolar;

XIX – Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela unidade escolar;

XX – Expor à direção ou Coordenador de Unidade dificuldades pessoais e problemas relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem;

XXI – Contar com a ética dos profissionais da instituição de ensino em relação às informações confidenciais;

XXII – Ser tratado com respeito e atenção, cabendo denúncia de qualquer atitude de discriminação ou de violação dos direitos da criança, do adolescente e do cidadão;

XXIII – Participar de organizações e entidades estudantis;

XXIV – Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da instituição de ensino e ser ouvido pelos professores, equipe administrativa e demais funcionários em todos os assuntos que forem de seu interesse;

XXV – Ter acesso à alimentação escolar de boa qualidade;

XXVII – Votar e ser votado como representantes de classe por meio de eleição, com a colaboração do Coordenador de Unidade e professores.

#### DAS PROIBIÇÕES

Art. 12 Não será permitido ao estudante:

I – Praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes;

II – Desrespeitar diretores, professores, funcionários e colegas;

III – Praticar qualquer ato de violência física, psicológica, bullying ou cyberbullying;

IV – Causar dano ao patrimônio da unidade escolar;

V – Entrar ou sair da sala de aula ou da unidade escolar sem autorização do responsável pelo ambiente;

VI – Ocupar-se durante as aulas com atividades alheias à mesma, salvo com a autorização prévia do professor;

VII – Causar tumulto nas dependências da unidade escolar e em seu entorno;

VIII – Utilizar celulares ou outros aparelhos eletrônicos durante as aulas, salvo para fins pedagógicos e com a supervisão do professor;

IX – Usar imagens de funcionários da instituição de ensino e/ou de estudantes, sem autorização prévia dos mesmos e/ou do responsável legal;

X – Praticar qualquer tipo de jogo ilegal nas dependências da unidade escolar;

XI – Portar e/ou fazer uso de objetos ou substâncias que representem perigo à saúde, segurança e integridade física, pessoal ou de outrem;

XII – Promover, na unidade escolar, qualquer tipo de campanha ou atividade sem prévia autorização da direção;

XIII – Trazer alimentos e guloseimas sem a prévia autorização da direção da unidade escolar;

**DAS PENALIDADES**

Art. 13 Pela inobservância de seus deveres serão aplicadas as seguintes penalidades, conforme a gravidade:

I – Advertência verbal pelo professor;

II – Advertências por escrito, pelo professor, registradas no diário, até 3 (três) ocorrências;

III – Advertência do diretor por escrito, sendo comunicado aos pais ou responsável;

IV – Suspensão temporária de 01 (um) a 03 (três) dias;

V – Suspensão definitiva, com o cancelamento da matrícula e transferência obrigatória;

§ 1º. Essa sequência pode ser alterada de acordo com a gravidade da transgressão;

§ 2º. No caso de suspensão temporária, cabe à direção permitir ou não a realização de atividades escolares.

Art. 14 As normas de convivência escolar serão estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico Escolar.

Art. 15 O estudante que apresentar conduta inadequada deverá ser assistido pelo diretor e/ ou coordenador de unidade, que acompanhará a situação através de medidas e encaminhamentos no âmbito escolar ou com a assistência da Secretaria de Educação, através da Assistente Social ou demais órgãos responsáveis em assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes;

Art. 16 A direção comunicará os pais ou responsável sempre que o estudante apresentar conduta inadequada aos princípios de convivência.

Parágrafo único: Em se tratando de ato infracional, tais como: danos físicos, morais e patrimoniais causados voluntariamente, caberá encaminhamento, após análise e parecer da comunidade escolar aos órgãos competentes: Conselho Tutelar, e/ou Ministério Público, conforme seja o caso.

Art. 17 Para deliberar sobre a necessidade da aplicação da sanção de transferência do estudante, por inadaptação ao contexto escolar, prevista no artigo 13, inc. V, será formada comissão conforme regulamentação da Secretaria de Educação.

Art. 18 Para a sanção de transferência do estudante, segundo artigo 13, inc. V, observar-se-á:

I – A deliberação será aplicada pela Secretaria de Educação, com a garantia de que todas as medidas adotadas anteriormente não surtiram efeito;

II – Garantia de vaga em outra unidade escolar pública, sempre que possível próximo da sua residência;

III – Continuidade de atendimento específico, quando for o caso, pela Unidade Escolar, Secretaria de Educação ou outros órgãos afins.

**SERVIÇOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS**

Art. 19 O Serviço Técnico-Administrativo e Pedagógico é o setor de suporte para o bom funcionamento de todos os setores da unidade escolar.

Parágrafo único: O Serviço Técnico-Administrativo e Pedagógico é composto pela Secretária, Auxiliar Educacional, Auxiliar da Educação Infantil, Responsável pela Biblioteca, Auxiliar de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais e Guarda. Suas responsabilidades e atribuições estão definidas em legislação própria conforme descrita abaixo:

· Da Secretária Escolar – Diretrizes da Secretaria de Educação ;

· Do Auxiliar Educacional – Diretrizes da Secretaria de Educação;

· Do Auxiliar da Educação Infantil – Diretrizes da Secretaria de Educação;

· Do responsável pela biblioteca – Diretrizes da Secretaria de Educação;

· Do Auxiliar de Alimentação e Nutrição – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010;

· Do Agente de Serviços Gerais – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010;

· Do Guarda de Patrimônio – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010.

**EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

Art. 20 A equipe multidisciplinar é responsável por diagnosticar, avaliar e intervir.

Parágrafo único: O Serviço da equipe multidisciplinar é composto pelo Psicólogo, Psicopedagogo e Fonoaudiólogo. Suas responsabilidades e atribuições estão definidas em legislação própria conforme descrita abaixo:

· Do Psicopedagogo – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010;

· Do Psicólogo – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010;

· Do Fonoaudiólogo – Lei Complementar nº 110 de 03 de março de 2010.

**PAIS OU RESPONSÁVEIS**

Art. 21 Compete aos pais ou responsáveis:

I – Responsabilizar-se pela educação dos seus filhos;

II – Matricular e manter na unidade escolar os filhos na faixa etária respaldada por lei, levando em consideração a instituição de ensino mais próxima da sua residência;

III – Manter atualizados os dados da ficha de matrícula e anamnese;

IV – Autorizar por escrito, na ficha de matrícula, quando outras pessoas forem buscar o estudante na unidade escolar;

V – Solicitar o atendimento à criança no Centro de Educação Infantil (CEI) nos dias de ponto facultativo, recesso de julho e plantão de janeiro, de acordo com a instrução normativa;

VI – Responsabilizar-se pelo filho nos dias em que a unidade escolar realizar reunião pedagógica;

VII – Manter a assistência integral à saúde do estudante;

VIII – Providenciar atendimento médico e odontológico, quando necessário;

IX – Comunicar qualquer afastamento do estudante, bem como a data de retorno;

X – Informar à Direção da unidade escolar os casos em que o estudante esteja em acompanhamento especializado;

XI – Comprometer-se com o processo de aprendizagem dos filhos, com a frequência e com o incentivo na realização das tarefas escolares;

XII – Acompanhar o rendimento escolar do filho, comprometendo-se com a unidade escolar na busca de soluções quando houver necessidade;

XIII – Responsabilizar-se em levar os filhos aos encaminhamentos solicitados pelos profissionais da unidade escolar;

XIV – Colaborar na elaboração, execução e avaliação do PPP;

XV – Ter ciência do processo de ensino e de aprendizagem e participar da definição das propostas educacionais;

XVI – Participar do processo de eleição dos membros do Conselho Escolar e de suas respectivas assembleias, conforme estabelece o estatuto;

XVII – Comparecer à unidade escolar sempre que convocados, agindo com ética e respeito na resolução dos problemas;

XVIII – Interagir cooperativamente com a unidade escolar, pautando-se em princípios éticos e visando sempre o diálogo e à convivência harmoniosa;

XIX – Tratar todas as pessoas que trabalham na unidade escolar com respeito, cumprindo e respeitando as determinações deliberadas neste Regimento;

XX – Responsabilizar-se pelos atos ofensivos ou agressivos e qualquer tumulto ocasionado na unidade escolar ou arredores por seus filhos;

XXI – Colaborar na conservação de todo o espaço físico, dos equipamentos e dos materiais existentes na unidade escolar;

XXII – Indenizar o prejuízo resultante de dano material provocado por seu filho à unidade escolar, ou ao patrimônio de colegas, funcionários ou vizinhos, e quando isso não for possível, negociar com a direção a reparação do dano;

XXIII – Procurar a unidade escolar sempre que necessário e, de preferência, no mesmo turno em que o filho estuda;



XXIV – Respeitar os horários preestabelecidos de entrada e saída;  
XXV – Justificar por escrito as chegadas tardias, as saídas antecipadas, as faltas, e as tarefas ou trabalhos não realizados.

XXVI – Requerer a transferência do estudante mediante a apresentação do documento de Atestado de Vaga da unidade escolar de destino.

Parágrafo único. A chegada e a saída dos estudantes no CEI devem ser realizadas conforme instruções normativas.

Art. 22 Os pais ou responsáveis terão direito de receber por escrito o Calendário do ano letivo, os objetivos e os resultados a serem alcançados.

Art. 23 Os pais ou responsáveis deverão estar cientes de que durante o período em que estiver no ambiente escolar o estudante estará envolvido em atividades pedagógicas, não sendo permitida a interrupção para visitas de parentes ou amigos, salvo em situações emergenciais a serem analisadas pela Direção da unidade escolar.

Art. 24 Não é permitido aos pais ou responsáveis:

I – Fumar no interior da unidade escolar;

II – Usar roupas inadequadas para o ambiente escolar;

III – Causar tumulto nas dependências da unidade escolar;

IV – Ter atitudes ofensivas, abusivas ou agressivas contra qualquer estudante ou funcionário da unidade escolar.

Parágrafo único: Não será permitido por parte dos pais ou responsáveis qualquer tipo de violência física, psicológica ou simbólica contra qualquer pessoa da unidade escolar.

#### PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA

Art. 25 Os princípios de convivência devem ser construídos coletivamente, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, devendo ser respeitados os direitos do cidadão.

Art. 26 Não será admitido qualquer tipo de violência física, psicológica ou simbólica contra qualquer pessoa da unidade escolar.

#### ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 27 A organização pedagógica refere-se ao conjunto de decisões coletivas necessárias à realização das atividades escolares para garantir o processo pedagógico da instituição de ensino.

Art. 28 A organização pedagógica requer a construção de um Projeto Político Pedagógico que possibilite à unidade escolar cumprir sua função social, que é o compromisso com a formação do cidadão, o fortalecimento dos valores, da solidariedade e o compromisso com a transformação da sociedade.

Art. 29 A unidade escolar deverá assegurar adequadas condições de trabalho aos profissionais e atender as necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes, com vistas à criação de um ambiente propício à aprendizagem, tendo como base:

I – O trabalho compartilhado e o compromisso individual e coletivo dos professores e demais profissionais, com a aprendizagem dos estudantes;

II – O atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de cada um, mediante abordagens apropriadas;

III – A utilização de recursos disponíveis na instituição de ensino e nos espaços sociais e culturais do entorno;

IV – A contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e socialmente significativa;

V – A análise do rendimento dos estudantes de acordo com os indicadores estabelecidos na Proposta Pedagógica;

VI – O cultivo do diálogo e de relações de parceria com as famílias.

#### PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO – PPP

Art. 30 O Projeto Político Pedagógico – PPP se apresenta como direito ao permitir que a instituição de ensino e a comunidade escolar consolidem sua autonomia, pensando, executando e avaliando o próprio trabalho, ao mesmo tempo que explicita as concepções e a intencionalidade de suas ações.

Art. 31 O PPP se apresenta como um dever da comunidade escolar por se vincular aos aspectos legais que emanam da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Leis do Sistema Estadual e

Municipal de Educação, como a matriz curricular.

Parágrafo Único: A matriz curricular da rede municipal de educação é normatizada por resolução do Conselho Municipal de Educação.

Art. 32 O PPP é o instrumento que revelará o desenvolvimento e avaliação do processo educacional, a qualidade e o respeito aos direitos e deveres da comunidade escolar e as condições de igualdade oferecidas e praticadas, no sentido de conferir identidade à unidade escolar.

Art. 33 As unidades escolares deverão elaborar PPP de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática, devendo ser avaliado e atualizado sempre que necessário.

Art. 34 O PPP traduzirá a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características da realidade local, nas necessidades e expectativas da comunidade escolar e nos recursos disponíveis;

Art. 35 Na implementação do PPP, o cuidar e o educar, como função indissociável da instituição de ensino, resultarão em ações integradas, que busquem se articular pedagogicamente, no interior da própria unidade escolar e também externamente, com serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, visando assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões.

Art. 36 O Projeto Político Pedagógico deve contemplar:

I – identificação da unidade escolar;

II – diagnóstico;

III – dimensão filosófica;

IV – dimensão pedagógica;

V – dimensão política;

VI – dimensão administrativa;

VII – dimensão física;

VIII – dimensão financeira;

IX – metas, ações e responsáveis;

X – avaliação do PPP;

XI – formalização e legitimação do PPP;

XII – anexos.

#### CONSELHO DE CLASSE

Art. 37 O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e de aprendizagem.

Art. 38 O Conselho de Classe será participativo, com a presença da direção, coordenador de unidade, professores, equipe multidisciplinar, pais e/ou responsáveis e estudantes de acordo com as normas estabelecidas.

Art. 39 A coordenação do Conselho de Classe é de responsabilidade da Direção e do Coordenador de Unidade.

Art. 40 O Conselho de Classe reunir-se-á em cada bimestre e ao final do ano letivo, em datas previstas no calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, sendo convocado pela direção da unidade escolar.

Parágrafo único: O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento e/ou por 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos professores e/ou pais e/ou integrantes do Conselho, com poderes para decisão.

Art. 41 O Conselho de Classe será realizado, por turma, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do aproveitamento dos estudantes nos processos de apropriação de conhecimento e será proponente das ações que visem à melhoria da aprendizagem e o definidor da aprovação ou reprovação.

Art. 42 São atribuições do Conselho de Classe:

I – Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo de aprendizagem, revendo e elaborando ações que venham sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;

II – Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejamento dos objetivos, das estratégias e dos conteúdos, visando à melhoria do processo de ensino;

III – Deliberar sobre os casos de aprovação e reprovação de estudantes.

§ 1º As deliberações emanadas do Conselho de Classe devem estar de acordo com este Regimento e demais dispositivos legais.

§ 2º A decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe deve ser registrada em ata, no diário de classe, nas informações complementares, preservando-se nesse documento o registro anteriormente efetuado pelo professor.

§ 3º As reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas não omitindo nenhuma informação.

§ 4º O Conselho de Classe é soberano nas suas decisões, tendo como instância imediata a Secretaria de Educação.

#### REUNIÃO PEDAGÓGICA

Art. 43 A reunião pedagógica é um momento de formação e de ações compartilhadas com os professores e demais funcionários, tendo por objetivos:

I – Ampliar e reafirmar o compromisso e a articulação do saber teórico e prático;

II – Possibilitar a escuta, a troca, a reflexão e a transformação das práticas, buscando novas respostas e novos saberes;

III – Documentar vivências, experiências, conhecimentos e planos que se concretizaram.

Art. 44 A reunião pedagógica será um momento efetivamente pedagógico, em concordância com a Proposta Pedagógica e diretrizes da Secretaria de Educação.

Art. 45 A reunião pedagógica é de responsabilidade da equipe gestora e deverá ser registrada.

Art. 46 O calendário escolar definirá as datas de realização das reuniões pedagógicas.

#### CLASSIFICAÇÃO E DESTINAÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO INSERVÍVEL

Art. 47 As unidades escolares poderão realizar o descarte de livros de acordo com legislação vigente;

Art. 48 A Unidade Escolar não poderá fazer a doação de quaisquer obras sem a análise e autorização da Comissão Gestora de Destinação de Material Bibliográfico;

Art. 49 A Unidade Escolar deverá arquivar os registros contendo a descrição das obras a serem doadas e/ou descartadas;

Art. 50 Obras referentes ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD deverão ser preservados pelo período referente a adesão;

Art. 51 Cabe a Unidade Escolar responsabilizar-se pela entrega do livro didático aos estudantes e professores e recolhimento ao final do ano letivo daqueles referentes ao uso no triênio;

Art. 52 Poderão ser descartados os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Brasil Alfabetizado e outros programas existentes no município, bem como os livros paradidáticos, dicionários, apostilas, manuais e catálogos, que sejam considerados inservíveis de acordo com a legislação vigente;

Art. 53 Fica proibida a incineração dos materiais bibliográficos ou não, devendo ser encaminhados para a reciclagem ou doação, mediante assinatura de termo.

Parágrafo Único: Somente a Comissão Gestora de Destinação de Material Bibliográfico poderá autorizar a destinação das obras.

#### DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES E PRODUTOS

Art. 54 Pessoas físicas ou jurídicas que pretendem divulgar produtos ou serviços para a comunidade escolar deverão ser autorizadas mediante documento oficial expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 55 Cabe a direção da unidade escolar coibir a entrada de pessoas físicas ou jurídicas sem autorização nas dependências da referida instituição;

Art. 56 O mesmo procedimento cabe a funcionários públicos, inclusive os que trabalham na unidade escolar, os quais não estão autorizados a realizar qualquer tipo de compra ou venda de produtos dentro do estabelecimento escolar.

#### ESTRUTURA DO ENSINO

Art. 57 O ensino na Rede Municipal está organizado da seguinte forma:

I – Educação Infantil

Creche – crianças de 0 a 3 anos de idade

Pré-escola – crianças de 4 a 5 anos de idade

II – Ensino Fundamental

Com duração de 9 anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade.

Anos Iniciais – 1º ao 5º ano

Anos Finais – 6º ao 9º ano

Art. 58 O Ensino na Rede Municipal oferece também as modalidades:

I – Educação Especial;

II – Educação de Jovens e Adultos

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 59 A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, deve ser oferecida gratuitamente em Centros de Educação Infantil dos 0 aos 3 anos de idade e em pré-escolas dos 4 aos 5 anos de idade conforme estabelece a LDB nº 9394/96, no período diurno, em jornada integral ou parcial de acordo com as normativas da Secretaria de Educação, tendo por objetivos:

I – O desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, complementando a ação da família e da comunidade;

II – Proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Art. 60 O Currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança.

Art. 61 O funcionamento da Educação Infantil compreende os seguintes aspectos:

I – As unidades de Educação Infantil terão calendário próprio, estabelecido pela Secretaria de Educação;

II – Entende-se por período integral, o atendimento de 7 (sete) a 11 (onze) horas diárias;

III – Entende-se por período parcial, o atendimento de 4 (quatro) horas diárias em período matutino ou vespertino;

IV – O período de permanência da criança poderá ser integral, conforme a demanda da comunidade e de acordo com as condições das unidades.

Art. 62 Anualmente será fixado o mês de janeiro para férias coletivas, a fim de se preservar as condições físicas e psicológicas das crianças e dos professores, bem como o bom funcionamento, interno e externo, das unidades escolares, que concerne às dependências físicas do prédio e aos equipamentos necessários à manutenção.

Art. 63 O atendimento nos CEI's em ponto facultativo, recesso de julho e férias de janeiro será oferecido em regime de plantão, de acordo com instrução normativa.

#### DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 64 O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e os meios de progressão no trabalho e em estudos posteriores, mediante:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação

de atitudes e valores;

IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

V – A formação da consciência crítica e o desenvolvimento da capacidade de organização para a transformação social.

Art. 65 O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, que pode ser complementada em cada unidade escolar por uma parte diversificada, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Art. 66 Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais e na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos estudantes.

Art. 67 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira Moderna;
- c) Arte;
- d) Educação Física.

II – Matemática

III – Ciências da Natureza

IV – Ciências Humanas

- a) História;
- b) Geografia

V – Filosofia

§ 2º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da Nação.

§ 4º A inclusão desses conteúdos possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias;

§ 5º A música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte.

§ 6º A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da instituição de ensino e será facultativa ao estudante apenas nas circunstâncias previstas no § 3º, do art. 26, da LDB nº 9.394/96.

Art. 68 A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais, em uma perspectiva integrada.

Art. 69 Na oferta do Ensino Fundamental para a população rural, as unidades escolares estabelecerão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural, especialmente:

- I – nos conteúdos curriculares e nas metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;
- II – na adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Art. 70 A Educação Especial é uma modalidade de ensino que passa todos os níveis, etapas e modalidades, tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE como parte integrante da educação regular, devendo ser previsto no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Art. 71 O Atendimento Educacional Especializado é o conjunto de

atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular.

Art. 72 O AEE deverá ser ofertado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria unidade escolar, ou em outra unidade de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de AEE e em outras instituições afins.

Serviços do Atendimento Educacional Especializado – AEE

Art. 73 O serviço do Atendimento Educacional Especializado será ofertado nas salas de Recursos Multifuncionais.

§ 1º As Salas de Recursos Multifuncionais são salas localizadas nas escolas municipais, nas quais se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE, dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes, em turno contrário ao que frequentam na escola comum.

Educação de Jovens e Adultos – EJA

Art. 74 A Educação de Jovens e Adultos – EJA é destinada àqueles que contam com 15 (quinze) anos completos ou mais, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental em idade própria, garantindo-lhes o acesso e a permanência na instituição de ensino.

Art. 75 A EJA será desenvolvida nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 76 A EJA será oferecida, prioritariamente, no período noturno, podendo ocorrer no período diurno se houver espaço físico e demanda.

Art. 77 A Secretaria de Educação oferecerá os seguintes programas:

I – Presencial: do 1º ao 9º ano;

Parágrafo único: A Secretaria de Educação poderá oferecer, inclusive através de programas específicos, oportunidade a todos que quiserem se alfabetizar.

Art. 78 Atende jovens e adultos que não tiveram acesso à escolaridade ou interromperam o processo na idade própria, assegurando assim, o direito à Educação e contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades, aptidões e habilidades.

Art. 79 O enfoque pedagógico propõe um trabalho voltado para a realidade do estudante, considerando que, frente a um mundo voltado à comunicação escrita, o cidadão alfabetizado amplia suas possibilidades de construção da cidadania plena.

Art. 80 O Ensino Presencial será oferecido desde a alfabetização até a conclusão do Ensino Fundamental.

DA AVALIAÇÃO

Art. 81 A avaliação do processo ensino aprendizagem permite delinear, obter e fornecer informações úteis para a tomada de decisões, com vistas a atingir níveis mais aprimorados de realização, devendo ser contínua, cumulativa e cooperativa.

Art. 82 Servirá a avaliação da instituição de ensino para redimensionar o processo educativo e dela tomará parte: direção, professores, estudantes, pais e equipe multidisciplinar.

Art. 83 A avaliação desenvolver-se-á durante o ano letivo, repensando o plano curricular e o projeto político pedagógico, envolvendo a avaliação parcial (de cada atividade, serviço e instituição) e a avaliação global da instituição de ensino, considerando experiências vivenciadas.

Art. 84 A avaliação do aproveitamento escolar do estudante deve ser contínua, de forma global, por meio da verificação da aprendizagem em atividades de classe e extraclasse.

Art. 85 A avaliação na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos será norteada pelo Programa de Ensino e pela Proposta Pedagógica, atendendo a legislação vigente, e previsto neste Regimento e os critérios definidos pela Secretaria de Educação.

Art. 86 A avaliação terá por objetivos:

I – Identificar os aspectos exitosos da aprendizagem do estudante e as dificuldades evidenciadas em seu dia a dia, com vistas à intervenção imediata e à promoção do seu desenvolvimento;



II – Fornecer aos professores, num processo de reflexão e ação, informações que propiciem o redimensionamento permanente da ação pedagógica e educativa, tendo em vista o replanejamento;  
III – Comunicar ao estudante e aos pais ou responsável o desenvolvimento da aprendizagem e o alcance dos objetivos programados ao longo do período escolar;  
IV – Possibilitar aos estudantes a tomada de consciência de seus avanços e de suas dificuldades no desenvolvimento da aprendizagem, visando ao seu envolvimento no processo;  
V – Reconhecer o direito do estudante e da família de discutir os resultados obtidos na avaliação, inclusive em instâncias superiores à instituição de ensino, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

Art. 87 Na apuração do rendimento escolar levar-se-á em conta a avaliação diagnóstica, formativa e somativa, por meio da observação constante do estudante, provas, exames, trabalhos individuais e/ou em grupos, pesquisas, arguições, relatórios, bem como outros instrumentos compatíveis com o andamento de cada grau de ensino.

Art. 88 Caberá ao Conselho de Classe homologar ou não, decidindo caso por caso, os resultados finais do aproveitamento, desde que sua decisão não decorra em prejuízo para o estudante.

Art. 89 A comunicação dos resultados da avaliação do rendimento escolar será realizada por meio de documento próprio que deverá ser entregue ao pai ou responsável, se menor, e ao próprio estudante, se maior.

#### Avaliação na Educação Infantil

Art. 90 A avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante o acompanhamento e o registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Art. 91 A avaliação deverá ser um processo contínuo entendido como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas às crianças, para redimensionar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem.

Art. 92 A avaliação será feita ao longo do período, em diversos momentos, mediante observação sistemática da aprendizagem da criança e utilizando-se de múltiplos registros, tais como: relatórios, fotografias, desenhos, audiovisuais e outros.

Art. 93 O registro descritivo das observações deve acompanhar a criança ao longo de sua trajetória na Educação Infantil, sendo entregue às famílias ao final de cada trimestre, o que lhes permitirá conhecerem o processo de aprendizagem da criança. (Resolução CME 002/2015)

Art. 94 A avaliação deve também servir de instrumento para que as unidades de Educação Infantil possam estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificando pontos que necessitem de maior atenção, reorientando a prática e redefinindo o quê, quando e como avaliar, em consonância com os objetivos educativos estabelecidos.

#### Avaliação no Ensino Fundamental

Art. 95 A avaliação constitui-se elemento indissociável do processo de ensino e de aprendizagem e interpõem-se aos objetivos, aos conteúdos e à prática educativa, tendo como função criar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construírem instrumentos de compreensão da realidade e participação em relações sociais, políticas e culturais, condições essas fundamentais para o exercício da cidadania.

Art. 96 A avaliação dos estudantes, a ser realizada pelos professores e pela instituição de ensino como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica, devendo considerar:

I – Os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do período sobre os das avaliações finais;

II – A possibilidade de aceleração de estudos para os estudantes

com defasagem idade-série;

III – Possibilidade de avanços nos anos escolares mediante verificação do aprendizado, excetuando-se o 1º Ano;

IV – Aproveitamento dos estudos concluídos com êxito;

V – Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo para os casos de baixo rendimento escolar;

VI – A utilização de vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, dentre outros, tendo em conta a adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do estudante considerando também o estudante que necessita de uma avaliação diferenciada (dislexia, discalculia, dislalia entre outras).

§ 1º A avaliação externa do rendimento dos estudantes refere-se apenas a uma parcela restrita do que é trabalhado na instituição de ensino. Portanto, as referências para o currículo devem continuar sendo as contidas na Proposta Pedagógica, articuladas às orientações e Proposta Curricular da Secretaria de Educação.

§ 2º O Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino deverá expressar com clareza o que é esperado dos estudantes em relação à sua aprendizagem.

Art. 97 A avaliação do educando, resultado de reflexões sobre todos os componentes do processo ensino aprendizagem deverá ser diagnóstica, contínua e cumulativa.

Art. 98 Na organização em séries anuais do ensino fundamental o sistema municipal de ensino optará por 04 médias anuais, sendo uma média por bimestre, a média deverá ser obtida como reflexo sobre todos os componentes do processo ensino aprendizagem, sendo que:

I – A nota será a síntese do processo ensino aprendizagem, será registrada no diário do professor em vários momentos representando conhecimento de vários aspectos de produção escolar do estudante, não poderá ser somente resultado de prova e trabalho escrito.

II – Considerar-se-á aprovado o estudante que atingir média 7,0 (sete) ou seja, 28 (vinte e oito) pontos nos quatro bimestres, considerando a seguinte fórmula:

Média Final =  $1^\circ \text{ Bim} + 2^\circ \text{ Bim} + 3^\circ \text{ Bim} + 4^\circ \text{ Bim} \div 4 = \text{Média Anual}$  (MF =  $1^\circ + 2^\circ + 3^\circ + 4^\circ =$ ).

4

Os estudantes que não alcançarem média 7,0 (sete) ficarão em exame, devendo somar 25 (vinte e cinco) pontos para aprovação e então será considerada a seguinte fórmula:

Média Anual = Média Final x 7,0 + Nota Exame x 3  $\div 10 = \text{Média Anual}$  (MA = MF x 7,0 + NE x 3 = ).

10

Parágrafo único – A reprovação do estudante ocorrerá somente se ele reprovar em 3 disciplinas.

III – Para obter a média do bimestre o professor deverá oferecer várias formas de avaliação e considerar vários aspectos da produção escolar do estudante, sendo que a média bimestral deverá ser extraída de no mínimo 04 notas.

IV – Para aprovação o estudante deverá atingir 75% de frequência.

Art. 99 As notas e as médias atribuídas aos estudantes deverá obedecer a escala de 01 a 10 (um a dez) e podendo ser progressiva.

Art. 100 Independente do número de registros de notas constantes no diário do professor os estudantes ou responsáveis tem o direito de saber, a qualquer tempo, sobre seu desenvolvimento escolar.

#### Recuperação

Art. 101 A recuperação de estudos será obrigatória para os estudantes com rendimento escolar insuficiente, matriculados no Ensino Fundamental – modalidades Regular e Educação de Jovens e Adultos, devendo ocorrer paralelamente ao período letivo, durante os trabalhos escolares normais.

Art. 102 A recuperação é de responsabilidade direta do professor, sob o acompanhamento da direção da unidade escolar e da Secretaria de Educação, com o apoio da família.

Art. 103 A recuperação, que deve ser contínua, não pressupõe somente a realização de provas específicas, mas o uso de estratégias diversas que favoreçam o domínio dos conhecimentos escolares.

Art. 104 A recuperação, na forma do artigo anterior, será definida no Projeto Político Pedagógico, conforme legislação vigente, e deverá ocorrer:

I – Na ação permanente em sala de aula, na qual o professor criará novas situações desafiadoras e proporcionará atividades diversificadas aos estudantes que necessitarem;

II – No trabalho pedagógico da unidade escolar, podendo ser realizada paralelamente ou no contraturno, sendo a sua organização e seu planejamento estabelecidos pelo conjunto de profissionais envolvidos na ação pedagógica.

Parágrafo único: Todas as atividades desenvolvidas visando a recuperação dos estudantes deverão ser devidamente registradas no diário de classe.

Art. 105 Entende-se por recuperação de estudos o processo didático-pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao estudante para superar deficiências ao longo do processo ensino aprendizagem.

I – A recuperação de estudos será oferecida de forma paralela, sempre que for diagnosticada a dificuldade do estudante no conteúdo durante o processo ensino-aprendizagem e não somente de notas a ser definida no regimento interno da instituição de ensino.

II – Professor e estudante precisam estar envolvidos neste processo durante todo o ano letivo.

a) Quando mais de 65% dos estudantes da sala obtiverem média abaixo da nota 7,0 nos testes ou provas o professor deverá rever sua metodologia tendo em vista que mais de 65% dos estudantes da turma não obtiveram a aprendizagem.

b) O resultado obtido na avaliação, após estudos de recuperação, em que o estudante demonstre ter superado as dificuldades, substituirá a anterior, referente aos mesmos objetivos, prevalecendo o maior resultado.

#### Avaliação na Educação de Jovens e Adultos

Art. 106 A avaliação no Ensino Presencial Primeiro Segmento será registrada pelos professores no momento em que o estudante evoluir para as séries finais e arquivada pela Secretaria da unidade escolar.

Art. 107 O resultado da avaliação no Ensino Presencial Segundo Segmento será registrado semestralmente pelos professores e arquivado pela Secretaria da unidade escolar.

Art. 108 A avaliação no Ensino Presencial obedecerá aos seguintes critérios:

I – As notas variam de 1,0 (um) a 10,0 (dez);

II – Ao final de cada semestre, o professor atribuirá a média resultante de, no mínimo, três avaliações escritas para as áreas de conhecimento com três ou mais aulas semanais e duas avaliações escritas para as áreas de conhecimento com até duas aulas semanais;

III – A média semestral será obtida por meio de cálculo aritmético: a soma das notas dividida pelo número de notas.

Parágrafo único: Semestralmente, será encaminhado à Secretaria de Educação o relatório final das notas.

Art. 109 Será considerado aprovado o estudante que obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e:

I – Atingir média anual (MA) igual ou superior a 7,0 (sete), em cada área do conhecimento;

II – Apresentar aproveitamento inferior ao previsto no inciso I e que, submetido à avaliação final, alcançar média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco), em cada área do conhecimento.

Parágrafo único: Os casos omissos neste artigo serão discutidos no Conselho de Classe.

#### CERTIFICADOS

Art. 110 A Unidade Escolar concederá Certificado de Conclusão bem como os respectivos históricos escolares aos estudantes que concluírem com aproveitamento o curso estabelecido por este

Regimento.

Art. 111 Caberá à Secretaria de Educação o preenchimento dos Certificados de conclusão, que deverão ser assinados pela secretaria e direção da instituição de ensino.

Parágrafo Único: Os certificados deverão ser entregues somente aos alunos que comprovarem matrícula em escola de Ensino Médio. Caso o aluno não apresente o comprovante de matrícula deverá ser cadastrado no Sistema Apóia.

#### ANO LETIVO

Art. 112 O ano letivo tem a duração de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar oferecidos aos estudantes, em conformidade com as orientações emanadas pela legislação vigente, excluído o tempo reservado à avaliação final.

Art. 113 A unidade escolar cumprirá anualmente o calendário escolar definido pela Secretaria de Educação.

§ 1º Os pais ou responsáveis serão comunicados sobre o calendário escolar no início do ano letivo.

§ 2º A Educação Infantil terá um calendário específico, considerando as especificidades da infância e a necessidade das famílias, garantindo-se 30 (trinta) dias de férias.

Art. 114 No Ensino Fundamental, o ano letivo somente será encerrado quando cumpridos os dias letivos, a carga horária e trabalhadas as habilidades previstas para cada área do conhecimento.

§ 1º Serão considerados dias letivos aqueles cujas atividades escolares contemplem a participação da equipe docente e do corpo discente, previstas no calendário escolar e/ou instituídas pela Secretaria de Educação.

Art. 115 A Educação de Jovens e Adultos seguirá o calendário do Ensino Fundamental, respeitando as especificidades de cada programa.

Art. 116 A carga horária de trabalho escolar fica assim distribuída na grade curricular:

I – Nos Centros de Educação Infantil, o período de permanência da criança poderá ser parcial ou integral, de acordo com as normativas da Secretaria de Educação;

II – Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Regular, 4 (quatro) horas de permanência do estudante na unidade escolar, podendo ser progressivamente ampliada;

III – Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no período diurno, 5 (cinco) aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos cada;

IV – No período noturno, no Ensino Presencial Primeiro Segmento, do 1º ao 5º ano, da Educação de Jovens e Adultos, 3 (três) horas de permanência do estudante na unidade escolar;

V – No período noturno, no Ensino Presencial Segundo Segmento, do 6º ao 9º ano, da Educação de Jovens e Adultos, 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos de permanência do estudante na unidade escolar;

Art. 117 As aulas somente poderão ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem a medida, nos termos da legislação vigente;

Art. 118 O calendário escolar, em observância às determinações legais, fixará os dias de feriados e recessos escolares, as comemorações cívicas, sociais, culturais, esportivas e outras atividades, como avaliação e recuperação.

#### DA MATRÍCULA

Art. 119 A matrícula é a vinculação do estudante à unidade escolar e será efetuada conforme este Regimento, seguindo as diretrizes e o calendário fixados pela Secretaria de Educação e a legislação vigente.

Art. 120 O período de realização de matrícula será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, cabendo à instituição de ensino adaptar-se a este.

Art. 121 A instituição de ensino será co-responsável pela divulgação, efetivação e controle de matrícula.

#### Matrícula na Educação Infantil

Art. 122 A matrícula compreende:

I – Rematrícula de crianças já pertencentes à unidade escolar;

II – Admissão de crianças por transferência;

III – Admissão de crianças novas.

Art. 123 Serão matriculadas na Educação Infantil crianças com idade de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, sendo:

I – creche: 4 (quatro) meses a 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

II – pré-escola: 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único: Considerar-se-á a data corte de 31 de março para o ingresso das crianças a partir dos 4 anos.

Art. 124 A efetivação da matrícula só ocorrerá após:

I – Apresentação completa dos documentos comprobatórios, exigidos pela instituição de ensino e previstos na legislação vigente;

II – Preenchimento do cadastro de matrícula pelos pais ou responsáveis pela criança.

Art. 125 Considerar-se-á, para a efetivação das matrículas, os seguintes critérios:

I – Os responsáveis exercerem alguma função remunerada;

II – Crianças atendidas em programas sociais, desde que com autorização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo único: O ingresso de crianças dar-se-á em qualquer época do ano, respeitando a capacidade física da unidade escolar e o presente Regimento.

Art. 126 A efetivação e/ou renovação da matrícula será realizada pela secretaria da instituição de ensino, no período previsto, e assinada pelos pais ou responsáveis pela criança.

Art. 127 A efetivação de matrícula constitui a aceitação de todas as normas regimentais.

Parágrafo Único: Caberá à instituição de ensino, informar ao pai ou responsável, no ato da matrícula, sobre o conteúdo do regimento que lhes é pertinente.

Art. 128 O cancelamento da matrícula pode dar-se por:

· Solicitação efetuada pelos pais ou responsáveis, em qualquer época do ano letivo;

· Motivado pela infrequência, afastamento ou abandono do estudante sem a devida comunicação à instituição de ensino.

Parágrafo único: As crianças a partir dos 4 anos de idade deverão obedecer as normas do Sistema Apóia.

#### Matrícula no Ensino Fundamental

Art. 129 O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

§ 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

§ 2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).

§ 3º Para a matrícula inicial na unidade escolar, o estudante deverá apresentar todos os documentos comprobatórios, exigidos pela instituição de ensino e previstos na legislação vigente.

Art. 130 A matrícula compreende:

I – Rematrícula de estudantes já pertencentes à unidade escolar;

II – Admissão de estudantes novos;

III – Admissão de estudantes por transferência.

Art. 131 É expressamente vedado à unidade escolar condicionar a matrícula ao pagamento de taxas de qualquer natureza e a quaisquer outras exigências adicionais às previstas pela legislação vigente.

Art. 132 Para a matrícula dos estudantes no Ensino Fundamental transferidos de outros estabelecimentos de ensino, a unidade escolar deverá exigir os seguintes documentos:

I – Histórico escolar, quando da matrícula no início do ano;

II – Histórico escolar, atestado de frequência, boletim ou ficha de avaliação com notas parciais, quando a matrícula for no decorrer do ano letivo.

§ 1º Constatada irregularidade na documentação do estudante, a unidade escolar, em conjunto com a família, deverá providenciar a sua regularização, entrando em contato com a instituição de origem do estudante.

§ 2º Na falta da documentação, o estudante será submetido a uma avaliação qualitativa, efetuada por uma equipe designada pela Direção, que definirá o seu grau de desenvolvimento e experiência, permitindo a sua matrícula no ano adequado.

Art. 133 A efetivação da matrícula só ocorrerá após:

I – Apresentação completa dos documentos comprobatórios, exigidos pela instituição de ensino e previstos na legislação vigente;

II – Preenchimento do cadastro de matrícula e assinatura dos pais ou responsáveis.

Art. 134 A efetivação e/ou renovação da matrícula será realizada pela secretaria da instituição de ensino, no período previsto, e assinada pelos pais ou responsáveis pela criança, ou pelo estudante se maior de idade.

Art. 135 A efetivação de matrícula constitui a aceitação de todas as normas regimentais.

Parágrafo Único: Caberá à instituição de ensino, informar ao estudante, pai ou responsável, no ato da matrícula, sobre o conteúdo do regimento que lhes é pertinente.

Art. 136 Compulsoriamente pode ocorrer o cancelamento da matrícula, implicando na transferência de instituição de ensino, quando o estudante infringir os padrões disciplinares previstos no regimento escolar, não devendo ser mencionada na documentação expedida, que acontecerá após:

I – O estudante ser ouvido;

II – Serem esgotados os recursos disciplinares expressos no regimento escolar, relativos ao corpo discente.

Parágrafo Único: A escola deve registrar e arquivar os comprovantes das medidas tomadas, devidamente assinadas pelos responsáveis.

Art. 137 Mediante a comprovação, por meio de banca examinadora, poderá ser o estudante admitido no 6º ano do Ensino Fundamental, sem ter frequentado o ensino regular.

Parágrafo único: A banca examinadora deverá ser composta por direção e 2 (dois) professores habilitados.

Art. 138 É expressamente vedada a matrícula condicional ou a presença de estudantes ouvintes na sala de aula.

Art. 139 Na formação de classes, quanto ao número de estudantes, serão observados os respectivos dispositivos legais.

#### Matrícula na Educação de Jovens e Adultos

Art. 140 Serão matriculados na Educação de Jovens e Adultos estudantes com 15 anos completos ou mais.

Art. 141 No ato da matrícula de estudantes menores de 18 anos, os pais ou responsáveis deverão assinar termo de responsabilidade.

Art. 142 A matrícula na Modalidade Presencial compreende:

I – Rematrícula dos estudantes;

II – Admissão dos estudantes;

III – Admissão de estudantes por transferência.

Art. 143 Na impossibilidade de comprovação de escolaridade do 1º ao 5º. ano, o estudante será submetido a uma avaliação elaborada pela Secretaria de Educação e aplicada na unidade escolar.

#### FREQUÊNCIA

Art. 144 O controle da frequência ficará a cargo da unidade escolar, sendo exigida para a aprovação a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para o ano letivo, computados os exercícios domiciliares amparados por Lei.

Art. 145 O estudante que, por motivo justo faltar em qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar justificativa até 5 (cinco) dias letivos, após o ocorrido para a direção da unidade escolar.

Parágrafo único: As faltas justificadas não são computadas para definição da aprovação ou reprovação do estudante.

Art. 146 Ao estudante, cujas faltas são justificadas por atestado médico ou licença maternidade e amparados pela legislação



vigente, serão disponibilizadas atividades referentes aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Parágrafo único: O afastamento por licença maternidade deverá seguir normativas da Secretaria de Educação.

Art. 147 Será obrigatória a frequência às aulas e a todas as atividades escolares, sendo ela apurada do primeiro ao último dia letivo.

Parágrafo Único: A frequência será sempre apurada em cada disciplina.

Art. 148 Será dispensado das práticas de Educação Física o estudante que apresentar deficiência física incompatível ou moléstia impeditiva, devidamente atestada por médico, ou quando se enquadrar nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 149 Compete ao diretor da instituição de ensino autorizar as dispensas previstas neste regimento, devendo ser registradas nos assentamentos individuais do estudante.

Do afastamento da criança ou jovem e adulto

Art. 150 O estudante será afastado da unidade escolar quando:

I – Apresentar doenças infecto-contagiosas que vierem a ser diagnosticadas pelo médico, com o devido atestado médico recomendando o afastamento e/ou seguindo orientações da Secretaria de Saúde.

II – Por licença maternidade seguindo as normativas da Secretaria de Educação.

#### DA FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES – SISTEMA APÓIA

Art. 151 Todos os estudantes dos 04 aos 17 anos de idade devem ser submetidos a tais critérios estabelecidos.

Art. 152 O controle da frequência é de responsabilidade da unidade escolar, devendo ser registrada do primeiro ao último dia letivo.

Art. 153 Caberá a unidade escolar seguir todas as Diretrizes do Termo de Cooperação Técnica nº. 15/14 e 024/13 do Ministério Público de Santa Catarina / Comarca de Fraiburgo e da Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento do Programa APÓIA.

Art. 154 É de responsabilidade da unidade escolar executar o Programa APÓIA – Aviso por Infrequência Escolar, cadastrando imediatamente no sistema APÓIA os estudantes que possuem 5 faltas consecutivas ou 7 faltas alternadas no mês sem justificativa.

Art. 155 Caberá ao Diretor (a) da Unidade Escolar organizar e supervisionar regularmente o controle efetivo da frequência dos estudantes tomando providências imediatas na gestão do Programa APÓIA.

Art. 156 Caberá ao Diretor da Unidade Escolar o compromisso imediato de informar e orientar os professores, equipe administrativa e multidisciplinar da instituição de ensino sobre a gestão do Programa APÓIA, principalmente da responsabilidade dos professores em comunicar a Direção da instituição de ensino os casos de infrequência.

Parágrafo único: Para fins de controle e supervisão, o Diário de Frequência dos estudantes, deverá estar à disposição diariamente na Secretaria da instituição de ensino.

Art. 157 Constatada a infrequência do estudante caberá à unidade escolar entrar em contato imediato com a família, buscar as causas da infrequência, como também orientar o estudante a fim de superar a situação de infrequência.

Parágrafo Único: Caberá a equipe administrativa e multidisciplinar da unidade escolar, o monitoramento da frequência diária, abordagem inicial e constante de orientação a família e ao estudante em situação de infrequência.

Art. 158 Esgotadas as providências da instituição de ensino para a resolução da infrequência do estudante, caberá a unidade escolar comunicar o caso para a Coordenação do Programa APÓIA na Secretaria Municipal de Educação, através do e-mail específico: [apoia@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:apoia@fraiburgo.sc.gov.br), contendo todos os dados de identificação, localização da família do estudante e providências já realizadas pela instituição de ensino.

Parágrafo Único: É obrigatória a comunicação imediata da unidade escolar, sobre os estudantes cadastrados no sistema APÓIA, utilizando o e-mail específico supracitado.

Art. 159 A Coordenação do Programa APÓIA na Secretaria Municipal de Educação, de posse do e-mail recebido da instituição de ensino, buscará localizar a família do estudante, verificará e buscará intervir nas causas de infrequência do estudante.

Art. 160 Após intervenção da Coordenação do APÓIA, havendo êxito caberá a Coordenação finalizar no sistema o APÓIA do estudante e não havendo o retorno do estudante, a Coordenação do APÓIA encaminhará o caso ao Conselho Tutelar.

Art. 161 Caberá a Direção da Unidade Escolar, promover reuniões de orientação às famílias e aos estudantes sobre o desenvolvimento do Programa APÓIA, podendo contar também com o auxílio da Coordenação do Programa na Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de prevenir infrequência e a evasão escolar.

#### DA TRANSFERÊNCIA

Art. 162 As diretrizes referentes à transferência atenderão à legislação vigente para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, nas diversas modalidades.

Parágrafo único: Em casos de necessidades de adaptação, a transferência não poderá ocorrer no último bimestre do ano letivo, salvo os casos de mudança de residência dos responsáveis.

#### Transferência na Educação Infantil

Art. 163 Serão admitidas transferências nas unidades de Educação Infantil durante todo o ano letivo, desde que haja vaga.

Parágrafo único: Em caso de transferência, as observações parciais da criança deverão acompanhá-la para garantir a continuidade dos processos educativos vividos.

#### Transferência no Ensino Fundamental

Art. 164 A transferência do estudante de uma unidade escolar do Ensino Fundamental para outra, far-se-á pelas disciplinas da base comum, fixada em âmbito nacional, no transcorrer de todo ano letivo.

Parágrafo único: A divergência de currículo em relação à parte diversificada, acrescentada pela unidade escolar, não constituirá impedimento para a aceitação de matrícula por transferência.

Art. 165 Para aceitação da transferência do estudante pela unidade escolar, o responsável e/ou o estudante, se maior de idade, deverá apresentar os mesmos documentos exigidos na matrícula.

Art. 166 A transferência será feita pela expedição do histórico escolar, acompanhado das notas parciais ou registro de resultados obtidos pelo estudante.

Parágrafo único: Na transferência de estudantes com necessidades específicas (dificuldades de aprendizagem, transtornos, deficiências, entre outros), deverá ser anexado um relatório completo sobre o desenvolvimento da aprendizagem, destacando as potencialidades e os avanços alcançados.

Art. 167 A transferência do Ensino Fundamental Regular para a Modalidade Educação de Jovens e Adultos no ensino Presencial, será possível no início de cada semestre letivo da unidade escolar de destino, em série ou fase subsequente à vencida, respeitadas as exigências de idade mínima e legislação vigente.

Art. 168 No processo de transferência constarão os seguintes documentos:

I – Atestado de vaga;

II – Histórico escolar;

III – Ficha individual;

IV – Notas parciais, quando da necessidade.

Art. 169 Quando o estudante se transferir para a instituição de ensino no decorrer do ano letivo, serão utilizados os critérios previstos neste regimento para apuração da assiduidade e do rendimento escolar.

Art. 170 Será permitida a transferência do estudante quando:

I – A pedido do estudante, por motivo justo, quando for maior, ou do pai ou responsável, quando for menor de idade;

II – Por conveniência disciplinar ou de ordem didático-pedagógica, em acordo com o artigo 30 do presente regimento.

#### Transferência na Educação de Jovens e Adultos

Art. 171 Atendendo a disposição do CNE., por meio da Resolução nº 03 de 15/06/10, deverá haver reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos de EJA, devendo as unidades escolares realizar os devidos ajustes referentes à nota e frequência.

Art. 172 A matrícula por transferência na Educação de Jovens e Adultos seguem as mesmas orientações da Educação Fundamental em relação à exigência da documentação.

Art. 173 A transcrição de notas do estudante transferido para a Educação de Jovens e Adultos seguirão as orientações de cada programa conforme determinação da Secretaria de Educação.

#### GESTÃO FINANCEIRA

Art. 174 A gestão financeira das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Fraiburgo compete ao Conselho Escolar.

Art. 175 À Direção da unidade escolar compete:

I – Elaborar com o conselho escolar o plano de aplicação financeira e respectiva prestação de contas;

II – Estabelecer no PPP os compromissos financeiros, apresentando a cada ano, no mês de novembro, as adequações que se fizerem necessárias para o ano subsequente;

III – Coordenar e controlar o uso racional dos insumos básicos, incluindo água, energia elétrica, telefone e gás;

IV – Gerenciar a execução de pequenos consertos necessários na unidade escolar;

V – Solicitar a realização de obras de reforma e ampliação da unidade escolar, encaminhando o pedido à Secretaria de Educação;

VI – Fiscalizar junto com o conselho escolar, a execução das obras realizadas na unidade escolar e comunicar as irregularidades.

Art. 176 O conselho escolar, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, atuará como órgão de representação.

Art. 177 O Conselho escolar compete integrar a comunidade e o poder público à unidade escolar e à família, tendo a finalidade de fortalecer a ação pedagógica.

Art. 178 O Conselho escolar é uma entidade de decisão coletiva, tendo por finalidade conjugar esforços entre instituição de ensino e comunidade, para estimular a transformação da instituição de ensino em Centro de integração e desenvolvimento comunitário, por meio da participação da família na instituição de ensino, e da instituição de ensino na comunidade.

Art. 179 O Conselho escolar é constituído dos pais, responsáveis legais por estudantes, corpo docente e pessoas da comunidade que tiverem sua admissão aprovada pela diretoria por terem prestado relevantes serviços.

Art. 180 O Conselho escolar será regida por estatuto próprio, aprovado pela Secretaria de Educação.

#### REGISTRO, DA ESCRITURAÇÃO E DOS ARQUIVOS ESCOLARES

Art. 181 Os documentos escolares para efeito de registro, comunicação e arquivamento serão escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os resultados e disposições legais aplicáveis.

Art. 182 A escrituração e o arquivamento dos documentos escolares terão como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação da:

I – documentação específica dos estudantes:

- a) regularidade de seus estudos;
- b) regularidade de sua frequência;
- c) autenticidade de sua vida escolar.

II – documentação de funcionários;

III – documentação específica da unidade escolar.

Art. 183 Os atos escolares serão registrados em livros, fichas ou instrumentos informatizados, resguardadas as características imprescindíveis, sendo autenticados mediante assinatura da direção e do secretário da unidade escolar.

Art. 184 Constituem o arquivo escolar:

I – a documentação relativa ao corpo discente, que compreende:

- I. Ficha de matrícula;
- II. Ficha de anamnese;
- III. Registro avaliativo;

IV. Ficha individual;

V. Histórico escolar;

VI. Certificado de conclusão do curso;

VII. Boletim escolar;

VIII. Registro de frequência;

IX. Exames finais;

X. Declaração de transferência;

XI. Diário de Classe.

Art. 185 Para cada estudante deverá ser adotada uma pasta contendo:

I – Cadastro geral do estudante;

II – Requerimento de matrícula;

III – Ficha individual de rendimento escolar;

IV – Histórico escolar;

V – Cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade;

VI – Comprovante de imunização sempre atualizado a cada ano letivo.

Art. 186 Os atos escolares para efeito de registro, comunicação e arquivamento serão escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os resultados e disposições legais aplicáveis.

Art. 187 Os livros de escrituração serão os seguintes:

I – Livro e registro do ponto em que se anota a presença de funcionários e professores, bem como os dias letivos, que poderá ser substituído pelo registro eletrônico;

II – Livro de atas de reuniões pedagógicas;

III – Livro de registro de penalidades aplicadas e ocorrências em geral;

IV – Livro de registro de conselho de classe.

Art. 188 O arquivo dos documentos tem por finalidade garantir a memória da Unidade Escolar e a retenção da uniformização, devendo ser organizado de forma prática, permitindo assim, a rápida localização dos documentos.

Art. 189 Os documentos se constituem em arquivo quando:

I – Encontram-se guardados com satisfatórias condições de segurança;

II – Apresentam-se classificados e ordenados, de modo a tornar fácil e rápida sua localização e consulta.

Art. 190 A Unidade Escolar possui dois tipos de arquivos:

I – Arquivo ativo – são arquivados os documentos atuais do ano e os de maior movimentação;

II – Arquivo inativo – são arquivados os documentos de menor movimentação, ou seja, relativos aos anos anteriores.

III – A documentação relativa à unidade escolar, que compreende:

- a) controle do ponto;
- b) registro do patrimônio;
- c) atas de avaliações finais e processos especiais;
- d) atas e resultados dos Conselhos de Classe;
- e) registros individuais de professores e funcionários;
- f) avisos e convocações;
- g) Projeto Político Pedagógico;
- h) atas de incineração;
- i) diários de classe e relatórios de turma;
- j) quadros demonstrativos;
- l) controle de transferência;
- m) relatórios;
- n) movimento mensal;
- o) estatística de rendimento e frequência;
- p) livro-caixa;
- q) legislação;
- r) correspondências expedidas e recebidas;
- s) censo escolar.

IV – A documentação relativa ao Conselho Escolar, que compreende:

- a) registro de doações;
- b) atas de reuniões e assembleias;
- c) livro-caixa;
- d) registro do patrimônio;
- e) avisos e convocações;
- f) correspondências expedidas e recebidas.

g) Prestação de contas PDDE por 20 anos

Art. 191 Se necessário, a incineração de documentos será procedida de conformidade com as normas dos órgãos competentes e com sua autorização, lavrando-se em ata.

Art. 192 A unidade escolar poderá incinerar todos os documentos que após prazos vigentes não necessitem mais permanecer em arquivo, lavrando em ata, assinada pela direção, secretário e representante da equipe pedagógica, e seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Educação.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 193 Incorporar-se-ão a este Regimento Escolar as disposições de lei e instruções ou normas de ensino, emanadas de órgãos ou poderes competentes, alterando automaticamente as disposições nele existentes.

Art. 194 O presente Regimento poderá ser alterado mediante parecer do Conselho Municipal de Educação.

Art. 195 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Equipe Gestora, Conselho de Classe ou Conselho Escolar, respeitada a legislação vigente.

Art. 196 Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 197 Revoga-se o Regimento anterior e demais disposições em contrário.

#### REFERENCIAS

· BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF

· Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

· Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Nove Anos

· Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica – Brasília DF 2006

· Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA . Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

· Ministério da Educação. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas na Educação Básica. 2009

· Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Educação de Jovens e Adultos

· Resolução nº0169/2011/CME – Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville

· Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010

· Resoluções nº 04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18/2007 CME de Fraiburgo – Aprova Regimento Interno das Unidades Escolares

· Resolução nº 010/2009 CME de Fraiburgo

· Resolução nº 003/2002 CME de Fraiburgo – Da avaliação, da Recuperação, do Conselho de Classe

· Resolução nº 004/2002 CME de Fraiburgo – Fica aprovado o apoio pedagógico nas unidades escolares

· Resolução nº 005/2002 CME de Fraiburgo – Avaliação

· Resolução nº 001/2004 CME de Fraiburgo – Complementação da Avaliação

· Resolução nº 005/2004 CME de Fraiburgo – Funcionamento da Educação Infantil

· Resolução nº 007/2009 CME de Fraiburgo -Ficha de Acompanhamento Individual para o Ensino Fundamental e Educação Infantil, a qual contém registros do período de atendimento da equipe multidisciplinar que acompanhar o estudante e uma avaliação descritiva do mesmo, cujo modelo passa a ser parte integrante da presente resolução.

· Resolução nº 002/2010 – CME de Fraiburgo - Implantação das salas multifuncionais

· Resolução nº 003/2010 – CME de Fraiburgo - Avaliação descritiva para os estudantes com Necessidades Educativas Especiais, matriculados no ensino regular da rede municipal.

· Resolução nº 006/2010 – CME de Fraiburgo - A educação infantil será oferecida para crianças de 0(zero) a 03(três) anos de idade, em creches ou instituições equivalentes e para crianças de 04(quatro) a 05(cinco) anos em pré-escolas.

· Resolução nº 002/2011 CME de Fraiburgo - Regulamenta o atendimento na modalidade de Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado – AEE nas Escolas Municipais de Fraiburgo.

· Resolução nº 005/2012 CME de Fraiburgo - Aprova a Proposta Pedagógica Municipal do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Fraiburgo.

· Resolução nº 002/2015 CME de Fraiburgo - Aprova a avaliação na Educação Infantil de maneira descritiva.

· LEI nº 2308/2015 – Autoriza Classificação e Destinação de material bibliográfico inservível

· LEI 1525/00 – Sistema Municipal de Educação

**DECRETO Nº 306/2016****DECRETO Nº 306, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0023, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0023 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Motoniveladora**

**Critérios de Desempate**

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	0	NÃO	17/08/1956
2	5	0	NÃO	18/12/1959
2	5	0	NÃO	25/01/1969
6	0	0	NÃO	06/05/1989
0	0	0	NÃO	25/08/1953

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	16	SEBASTIÃO ALVES MORASKI	7	0
2	27	ADAIR ERASMO PASINI	7	0
3	1	ALCEU JOSÉ PINTO	7	0
4	38	DENILSO DO NASCIMENTO	6	0
5	44	ANTONIO ROGERIO MARCONDES	0	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Escavadeira**

***Critérios de Desempate***

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	2	0	NÃO	18/05/1981

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	40	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	8	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Trator de Esteira**

***Critérios de Desempate***

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	0	NÃO	20/10/1962
0	3	0	NÃO	03/05/1968
2	0	0	NÃO	31/08/1992

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	29	RUBIN MULLER	9	0
2	37	LUIZ DE MELLO SCHEFFMACHER	3	0
3	34	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	2	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Escavadeira Hidrául**

**Critérios de Desempate**

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	0	0	NÃO	24/11/1994
4	0	0	NÃO	22/11/1995
0	4	0	NÃO	27/01/1992
0	3	1	NÃO	05/11/1988
2	0	0	NÃO	20/06/1983
2	0	0	NÃO	19/11/1993

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	8	WILLIAN LENZ TEODORO	10	0
2	12	GILSON BEAL	6	0
3	41	KLEITON RAMON PINTO	6	0
4	20	DIEGO PIRES DA SILVA	5	0
5	43	MARIA TRANCOSO DOS SANTOS	4	0
6	31	LUAN MATEUS CAREGNATO	2	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Retroescavadeira**

**Critérios de Desempate**

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	3	0	NÃO	08/09/1978
0	5	0	NÃO	12/10/1965
2	0	2	NÃO	24/12/1979
2	0	2	NÃO	29/08/1988
0	1	2	NÃO	13/02/1977
2	0	0	NÃO	16/04/1951
0	0	2	NÃO	02/03/1973
0	0	0	NÃO	13/04/1960
0	0	0	NÃO	30/03/1994

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	4	ALDO PEPES	5	0
2	11	JOSÉ MARIA GONÇALVES	5	0
3	32	JOSÉ CARLOS RUTHES	4	0
4	45	LUIZ FERNANDO ANDRÉ	4	0
5	39	PAULO CREMILSON MEIRELES	3	0
6	9	JOÃO MARIA PRATES	2	0
7	35	CIDINEI MARCONDES	2	0
8	47	MAMEDIO ALVES DA SILVA	2	0
9	36	RUBINHO GUGIEL MULLER	2	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Carregadeira**

**Critérios de Desempate**

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	25/06/1967
2	0	1	NÃO	16/11/1965
0	0	0	NÃO	18/10/1968
0	0	1	NÃO	25/10/1973

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	21	NORBERTO RENHOLD	9	0
2	14	ANTONIO CLAUDIO PEREIRA	2	0
3	15	JOSÉ ROGÉRIO MILTON DA SILVA	2	0
4	46	JOANIR FERREIRA	0	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Rolo Compactador**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	3	0	NÃO	15/12/1957
0	5	0	NÃO	15/05/1961
2	0	0	NÃO	30/10/1966
0	0	0	NÃO	14/10/1962

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	RUDE RICHTER	5	0
2	33	LUIZ CARLOS DE GOIS	5	0
3	17	DERCI RIBEIRO	2	0
4	22	EDENIR DOMINGUES DOS SANTOS	0	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Britador**

*Critérios de Desempate*

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	5	2	NÃO	17/05/1956
0	2	0	NÃO	27/02/1958

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	5	OLVINO MORAES DE SOUZA	7	0
2	28	ITOR NUNES GONÇALVES	2	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0023 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Trator de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Trator de Pneu**

***CrITÉRIOS de Desempate***

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	0	NÃO	14/10/1667
6	5	0	NÃO	01/08/1962
2	5	2	NÃO	30/01/1962
2	5	1	NÃO	15/06/1963
2	5	0	NÃO	24/10/1962
2	5	0	NÃO	14/11/1972
0	5	0	NÃO	05/03/1959
0	3	2	NÃO	16/08/1981
0	3	0	NÃO	19/11/1963
2	0	0	NÃO	11/07/1964
0	1	0	NÃO	29/06/1959
0	0	0	NÃO	28/10/1962

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	26	VITAIR PEREIRA DA SILVA	11	0
2	7	ADAO BERNABÉ DE OLIVEIRA	11	0
3	30	ADEMIR SALVATI	9	0
4	2	VILMAR DE LIMA	7	0
5	23	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	7	0
6	19	PAULO EDSON ANTUNES	7	0
7	18	JOSÉ OSCOLIN DE OLIVEIRA	5	0
8	42	ALOIR RISCHTER	3	0
9	10	VILARDITO LUIS DE FREITAS	3	0
10	6	HELIO FERREIRA	2	0
11	24	PEDRO DO PRADO	1	0
12	13	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA	0	0

**DECRETO Nº 307/2016****DECRETO Nº 307, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0027, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0027 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0027 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Engenheiro Civil - 40hs** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Engenheiro Civil - 40hs**

**Critérios de Desempate**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	PATRÍCIA GONÇALVES DA CUNHA	22	0	8	2	NÃO	03/09/1990	0	10	0	SIM	11/06/1985	0	6	0	NÃO	10/09/1989	0	6	0	NÃO	05/08/1991	0	10	0	NÃO	17/11/1992
2	7	ALISON PAULO ZUCCO	13	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	2	0	NÃO	01/02/1993	0	4	0	NÃO	19/07/1990	0	2	0	NÃO	29/01/1981
3	9	JOSUE FABIANO MELO	11	0	6	0	NÃO	11/10/1992	0	0	0	NÃO	11/10/1992	0	2	0	NÃO	03/03/1995	0	0	0	NÃO	24/03/1988	0	0	0	NÃO	
4	11	MAGNUN DINIZ GARDINE	11	0	6	0	NÃO	05/08/1991	0	6	0	NÃO	05/08/1991	0	6	0	NÃO	05/08/1991	0	6	0	NÃO	05/08/1991	0	6	0	NÃO	05/08/1991
5	3	LUCAS MAZZOLENI PINTO	10	0	10	0	NÃO	17/11/1992	0	10	0	NÃO	17/11/1992	0	10	0	NÃO	17/11/1992	0	10	0	NÃO	17/11/1992	0	10	0	NÃO	17/11/1992
6	1	ROGÉRIO BENDER	10	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	8	0	NÃO	01/06/1986	0	8	0	NÃO	01/06/1986
7	5	LUCAS JOSÉ ZAMBONIN	8	0	2	0	NÃO	01/02/1993	0	2	0	NÃO	01/02/1993	0	2	0	NÃO	01/02/1993	0	2	0	NÃO	01/02/1993	0	2	0	NÃO	01/02/1993
8	8	JESSIE CARVALHO BRUHN	7	0	4	0	NÃO	19/07/1990	0	4	0	NÃO	19/07/1990	0	4	0	NÃO	19/07/1990	0	4	0	NÃO	19/07/1990	0	4	0	NÃO	19/07/1990
9	12	IDENIR DE CAMPOS	6	0	2	0	NÃO	29/01/1981	0	2	0	NÃO	29/01/1981	0	2	0	NÃO	29/01/1981	0	2	0	NÃO	29/01/1981	0	2	0	NÃO	29/01/1981
10	6	TAISE BRESCIANI RINALDI	6	0	0	0	NÃO	11/10/1992	0	0	0	NÃO	11/10/1992	0	0	0	NÃO	11/10/1992	0	0	0	NÃO	11/10/1992	0	0	0	NÃO	11/10/1992
11	10	MAYARA ZAZO	3	0	2	0	NÃO	03/03/1995	0	2	0	NÃO	03/03/1995	0	2	0	NÃO	03/03/1995	0	2	0	NÃO	03/03/1995	0	2	0	NÃO	03/03/1995
12	4	PRISCILLA FAEDO LOHN	0	0	0	0	NÃO	24/03/1988	0	0	0	NÃO	24/03/1988	0	0	0	NÃO	24/03/1988	0	0	0	NÃO	24/03/1988	0	0	0	NÃO	24/03/1988

sexta-feira, 16 de dezembro de 2016

Página 1 de 1

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 851/2016 DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 851/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais no período de 19/12/2016 a 08/01/2017, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Art. 2º - Os serviços essenciais que por sua natureza não podem ser interrompidos, tais como atendimentos de urgência e emergência no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, serão atendidos em regime de sobreaviso, sob a orientação e a responsabilidade do Prefeito Municipal.

§1º - A relação dos servidores que atenderão no regime de sobreaviso consta da escala anexa ao presente Decreto, cuja relação deverá estar disponibilizada à população com antecedência razoável na Unidade Central de Saúde.

§2º - Os servidores municipais que ficarão à disposição da Secretaria de Saúde no regime de sobreaviso, farão jus ao recebimento de 1/3 do valor da hora normal trabalhada, sendo que, no caso de ser requisitado para efetiva prestação do serviço, fara jus ao recebimento da hora extraordinária integral durante o tempo da execução do serviço, cujo controle será realizado através do ponto eletrônico e preenchimento de planilha para controle de hora extra (modelo anexo).

Art. 3º - Os servidores municipais que trabalharão durante o período de recesso nos setores administrativos, objetivando o fechamento das contas para encerramento do exercício, são aqueles constantes da escala anexa, os quais farão jus ao recebimento de hora extraordinária integral, cujo controle será realizado através do ponto eletrônico, haja vista que o desempenho de suas funções administrativas ocorre nas dependências da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Os serviços de emissão de bloco de notas, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, funcionarão única e exclusivamente nos dias 21/12, 28/12 e 04/01 das 09:00 as 11:00 horas, também em conformidade com a escala anexa.

Art. 5º - Os servidores escalados para trabalhar durante o período de recesso ficam sujeitos às penalidades funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no caso de descumprimento.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 15 de dezembro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

#### CONTROLE DE HORA EXTRA DOS MOTORISTAS DA SAÚDE

#### NOME MOTORISTA:

DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FINAL	VEÍCULO PLACA	DESTINO	PACIENTE	ASSINATURA PACIENTE	TOTAL HORAS
TOTAL DE HORAS							

Frei Rogério, de de 20 .....

Nome e Assinatura do Motorista:

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

Anexo ao Decreto Municipal n.º 851/2016

Escala de servidores para trabalhar em regime de sobreaviso e horas extras durante o período de Recesso de final de Ano, conforme o Decreto Municipal n.º 851/2016 de 15 de dezembro de 2016.

Nome	Datas	Horário	Regime
Jessé F. de Souza	19, 23 e 29/12, e 03 e 08/01	24hs - das 08hs da manhã até 8hs do dia seguinte	Sobreaviso
Anderson Luiz de Lorenzi	20 e 24/12, e 01 e 06/01	24hs - das 08hs da manhã até 8hs do dia seguinte	Sobreaviso
Fernando de Almeida	21, 27 e 31/12 e 05/01	24hs - das 08hs da manhã até 8hs do dia seguinte	Sobreaviso
André Da Rold	22, 25/12 e 02 e 07/01	24hs - das 08hs da manhã até 8hs do dia seguinte	Sobreaviso
Celso de Oliveira	26, 28 e 30/12 e 04/01	24hs - das 08hs da manhã até 8hs do dia seguinte	Sobreaviso
Magna Adriane Ribeiro	19, 20 ,21 ,22 e 23/12	8hs diárias	Hora extra
Rosane Almeida Oki	19 e 20/12	8hs diárias	Hora extra
Paulo R. S. Shinoda	19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30/12	8hs diárias	Hora extra
Marcos Ribeiro	19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30/12	8hs diárias	Hora extra
Noemam Maciel Pepes	19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30/12	8hs diárias	Hora extra
Osni Abreu	19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30/12	8hs diárias	Hora extra
Anderson Xavier de Lis	19, 20 ,21 ,22 e 23/12	8hs diárias	Hora extra
Luzia Seimi Takizawa	20 e 27/12	½ diaria	Hora extra

Frei Rogério, 15 de dezembro de 2016.

Osny Batista Alberto  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N 01/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

Informa os processos de lançamento de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica da Rua Manoel Lustosa Martins do Município de Galvão/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 153 e seguintes do Código Tributário Municipal, lei 525/2005, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195 de 1967, ambas que Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança de Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA NA RUA MANOEL LUSTOSA MARTINS, com extensão do trecho de 342,04 m, no Município de Galvão – SC, que conforme audiência pública devidamente realizada está em conformidade com o que foi acordado, e será regido pelas seguintes cláusulas:

#### I DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

A obra será executada na Rua MANOEL LUSTOSA MARTINS, Perímetro urbano, saída para zona rural da cidade, com início na esquina com a Rua Sansão Carneiro (próximo ao centro comunitário Igreja Matriz) seguindo sentido Linha Padilha, via de acesso ao Country Clube, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte:

- 01) Caroline Fatini Bez Batti;
- 02) Dulcimar Pontel;
- 03) Mitra (paróquia São Miguel);
- 04) Ivanir Perego;
- 05) Arnildo J. de Quadros/ Dirceu de Quadros;
- 06) Vercidino Argemiro Borges;
- 07) Ari Garbin;
- 08) Roque Garbin;
- 09) Country Clube;
- 10) Jocemir Ferreira Bello;
- 11) Município de Galvão;

#### II- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descritivo encontra-se no Anexo I deste Edital.

#### III- REGULAMENTAÇÃO DA COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Lei 525/2005:

Art. 156. O valor da Contribuição de Melhoria não excederá o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

(...)

§ 3º. Do valor total apurado em cada obra alcançada com a cobrança da Contribuição de Melhoria, O Município custeará com recursos orçamentários, 40% (quarenta por cento) do valor total, sendo o restante rateado em partes iguais entre os proprietários de imóveis lindeiros às obras, proporcionalmente à testada de cada um dos imóveis situados na área de influência da obra.

Levando em conta os valores do convênio firmado celebrado entre o Município de Galvão e o estado de Santa Catarina através da secretaria de estado da infraestrutura sob o nº TR-nº 000759/2015. O valor total da obra conforme termo de licitação foi de R\$233.000,03 (duzentos e trinta e três mil e três centavos), sendo que o valor do convênio é de R\$200.000,00, conforme disposição acima mencionada fica ao Município o valor de R\$34.950,00 referente a 15% do valor licitado (R\$233.000,00), para o mesmo efetuar o pagamento, bem como, conforme disposição de Lei 525/2005, cita que 40% serão custeados pelo Município, e o valor de R\$20.970,00, referente a 60% do valor do custo, a ser distribuído entre os beneficiários.

#### IV- ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

#### V- VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O valor total a ser lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 20.970,00 (vinte mil, novecentos e setenta reais), no Perímetro urbano, saída para zona rural da cidade, Rua Manoel Lustosa Martins, com início na esquina com a Rua Sansão Carneiro (próximo ao centro comunitário Igreja Matriz) seguindo sentido Linha Padilha, via de acesso ao Country Clube. Partindo da Rua Manoel Lustosa Martins, totalizando 342,04 m²;

Conforme imagem objeto da licitação em anexo III;



**IV- - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA**

O custo da obra, levado em consideração para esta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes de acordo com o seguinte critério:

Art. 157. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

(...)

Parágrafo único. O plano de rateio do custo da obra entre os imóveis situados na área de influência levarão em conta, dentre outros, os seguintes elementos:

I – situação na área de influência da obra;

II – testada;

III – área;

IV – finalidade de exploração econômica.

Ou seja, após medição levando em conta a área total de 3.181,78m<sup>2</sup>, e p preço por metro quadrado, e a testada de cada um conforme tabela abaixo e anexo, o resultado dos valores se baseiam na multiplicação da área quadrada de cada imóvel com o valor do preço do metro quadrado.

**V- - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.**

A parcela individual do custo da obra, a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte:

Beneficiário	Nome completo	Testada (m)	Largura da rua (l/2) (m)	Pavimentação (m <sup>2</sup> )	Valor da contribuição (R\$)
01	Caroline Fatini bez Batti	46,00	5,405	248,63	1.638,47
02	Dulcimar Pontel	41,90	5,465	228,98	1.508,98
03	Mitra (Paróquia São Miguel)	100,00	5,425	542,50	3.575,07
04	Ivanir Perego	25,00	5,245	131,12	864,08
05	Arnildo J. de Quadros/ Dirceu de Quadros	32,50	4,635	150,64	992,72
06	Vercidino Argemiro Borges	50,00	5,13	256,50	1.690,33
07	Ari Garbin	65,20	3,595	234,39	1.544,63
08	Roque Garbin	68,20	3,92	267,34	1.761,77
09	Coutry Clube	97,00	3,62	351,14	2.314,01
10	Jocemir Ferreira Bello	106,70	3,62	386,25	2.545,39
11	Município de Galvão	35,94	10,70	384,61	2.534,55
Total: 20.970,00					

Os valores acima mencionados serão cobrados conforme lei 525/2005:

Art. 164. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que seu valor não poderá ser inferior a 10(dez) UFRM.

Parágrafo Único. Para o contribuinte que tiver renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos vigentes no país, a Contribuição de Melhoria poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

Art. 165. O Poder Executivo Municipal poderá, no caso de Contribuição de Melhoria a ser cobrada parceladamente, conceder descontos limitados aos custos financeiros considerados no orçamento da obra, para o pagamento em cota única ou em prazo menor do que o fixado no edital.

Conforme disposição abaixo o sujeito passivo terá os trinta dias deste edital para fazer a negociação no Setor de Tributação, caso não seja feito, será devidamente notificado dos lançamentos propostos:

Art. 166. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente ou por edital o sujeito passivo:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;

III – dos descontos, se os houver concedido, para o pagamento nas formas referidas no artigo anterior;

IV – do prazo para a impugnação do lançamento.

Parágrafo único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial do Município, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

**VI- PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL**

Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para impugnação de qualquer dos elementos do Plano.

A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

**VII- - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), Imagem de demonstração da obra (Anexo III), tabela de rateio da obra de Melhoria (Anexo IV).

Galvão, SC, 16 de dezembro de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 220/2016

DECRETO N.º 220, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 42.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.025 de 14/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	42.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	30.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	12.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

14.01 - ENCARGOS GERAIS	42.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	42.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 221/2016

DECRETO N.º 221, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	100.000,00
15452312.050 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	100.000,00
3.3.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 222/2016**

DECRETO N.º 222, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, para que possa efetuar atendimento do Projeto de Verão. Projeto esse que atende crianças de 2 a 4 anos de idade durante o mês de janeiro das 12 as 18 horas auxiliando as mães que trabalham durante o período de verão;

CONSIDERANDO o término dos contratos dos profissionais que atendem nos CEIs dia 16 de dezembro e a dificuldade na realização do processo seletivo;

CONSIDERANDO o atraso na apresentação dos candidatos aprovadas no concurso publico nº 001/2015;

CONSIDERANDO a dificuldade de profissionais com disposição que desejam atender nesse período;

CONSIDERANDO a importância desse Projeto para os pais nas diversas comunidades;

CONSIDERANDO que hoje o Município possui 345 crianças inscritas para esse Projeto;

CONSIDERANDO que realizando tal atendimento o Município estará assegurando um espaço com qualidade, ludicidade e aprendizagens as crianças;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas realizadas nesse Projeto necessitem de Profissionais com conhecimento e formação na área da educação Infantil;

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso da atribuição que lhe confere o art.49, inciso IV da Lei nº 309 de 30/03/1990 – Lei Orgânica do Município, e demais legislação vigente,

**DECRETA:**

Art.1º Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos abaixo relacionados até 31 de janeiro de 2017 durante o Projeto de Verão:

Profissionais	Matricula
Adirleia Sousa da Silva	6434
Adriana dos S. Oliveira	6423
Alcina Mª de Souza	6402
Amanda M. Lourenço	6406
Andresa de O. Fernandes	6427
Bruna J. David	6473
Bruna S. de Jesus	6512
Charlene P. de Lima	6416
Chirlem P. Cardoso	6374
Cristina Farias	6432
Darlene P. Custódio	6488
Débora P. Custódio	6545
Edemir Torquato	6613
Gabriela M. Garbelotto	6388
Gislaine Kelli João	6330
Greicy P. Cardoso	6368
Iara Santos	6318
Jessica H. C. dos Santos	6469
Joise Luiz Bento	6348
Joyce F. Rosa	6415
Juliana Zilli Valnier	6431
Lays Alves dos Anjos	6426
Luana de Lima Araujo	6420
Mª Goreth de Matos	6360
Mª Laura Martins	6526
Mª Madalena P. Torres	6453
Maurina Gonçalves	6421
Mirian M. E. da Silveira	6338
Naiane da S. Severino	6451
Priscila Cunha Maria	6425
Rosa Maria Furtado Scheidt	6606

Rosinete Cardoso	6521
Sandra Izabel Inácio Pedro	6339
Silvia Alves Flor	6429
Vanessa Ojeda Rocha	6492
Vanessa Souza	6523

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 16/12/2016.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

### **HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016**

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº. 003/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO a homologação definitiva das inscrições dos candidatos do Edital nº 003/2016 de Processo Seletivo, conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes no anexo I.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes no anexo II.
3. A divulgação dos locais da prova escrita será divulgada conforme cronograma previsto no Edital.

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### **ANEXO I**

#### **INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Cargo	Período Prova
83	Diego André Diedrich	14/03/1984	Agente de Fiscalização	Matutino
63	Eduardo da Cunha Ocampo Moré	25/06/1992	Agente de Fiscalização	Matutino
29	Eliza Guimarães Lino Filha	27/10/1997	Agente de Fiscalização	Matutino
51	Emerson Ronaldo Klava	09/11/1973	Agente de Fiscalização	Matutino
7	Emerson Rosário de Campos	15/12/1994	Agente de Fiscalização	Matutino
76	Enia Aparecida Gracia Bernardo	21/09/1964	Agente de Fiscalização	Matutino
74	Gabriela Caetano Silvério	13/12/1990	Agente de Fiscalização	Matutino
28	Hermes Henrique Santos Rodrigues	19/04/1963	Agente de Fiscalização	Matutino
50	Jeferson Marcelino	22/10/1998	Agente de Fiscalização	Matutino
22	Jhontierry Carnin de Souza	15/10/1994	Agente de Fiscalização	Matutino
13	João Carlos da Silva	09/10/1970	Agente de Fiscalização	Matutino
23	José Ailton Rodrigues de Silva	20/03/1950	Agente de Fiscalização	Matutino
84	Lucas de Souza Lima	15/02/1993	Agente de Fiscalização	Matutino
9	Luiz Gonzaga Lourenço	17/08/1964	Agente de Fiscalização	Matutino
61	Luiz Octavio Bueno de Carvalho	07/05/1977	Agente de Fiscalização	Matutino
48	Márcio Batista Pires	01/09/1977	Agente de Fiscalização	Matutino
37	Márcio Bonifácio dos Passos	02/10/1982	Agente de Fiscalização	Matutino
25	Marcus Vinicius de Souza Machado	19/09/1983	Agente de Fiscalização	Matutino
8	Maycon dos Santos	12/01/1999	Agente de Fiscalização	Matutino
86	Reinaldo Felix	10/04/1961	Agente de Fiscalização	Matutino
71	Rochele Rhoden Maldonado	11/04/1973	Agente de Fiscalização	Matutino
5	Ronaldo Vieira de Oliveira	02/02/1994	Agente de Fiscalização	Matutino
64	Wagner Goulart Bonorino	05/11/1965	Agente de Fiscalização	Matutino
11	Abilio Gonçalves Filho	27/04/1978	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino

82	Adão de Souza	03/10/1957	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
17	Aducio Inacio Vieira	22/04/1950	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
6	Agenor Acácio da Cruz Junior	23/10/1994	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
58	Ailton Gonçalves Sebastião	20/03/1963	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
32	Amilton de Araújo	17/05/1959	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
90	Antonio Pedro de Souza	16/06/1946	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
24	Bento da Rosa	11/04/1973	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
1	Caio Ernesto de Souza Passos	07/12/1957	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
88	Candido do Nascimento	25/04/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
10	Carlos Alberto Abreu da Silva	02/10/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
55	Claudio Gonçalves Sebastião	08/04/1971	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
4	Edemir Torquato	03/04/1965	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
45	Edson Melo de Aguiar	19/09/1967	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
12	Indalecio Carlsem	15/05/1953	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
35	Iris Teixeira Gonçalves	19/09/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
3	João de Amorim	07/07/1967	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
14	João Vieira Lourenço	02/03/1966	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
21	João Vitor Teixeira de Campos	23/10/1997	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
2	José Carlsen	09/10/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
85	Leandro dos Santos Ribeiro	02/02/1983	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
81	Manoel Constante	07/12/1958	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
80	Marcos Loch Vieira	27/02/1997	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
46	Maria Celia Semeão Pinheiro	16/01/1971	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
62	Maria de Amorim Botelho Mendes	23/11/1984	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
67	Maria Laura Martins	02/07/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
59	Mercedes Batista Cardoso	09/03/1954	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
36	Nilton Ferreira	17/04/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
89	Nivaldo José da Silva	06/11/1962	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
20	Osmar Gonçalves Sebastião	18/11/1961	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
18	Osvaldo de Souza	05/08/1954	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
34	Pertonilio Estácio	16/09/1945	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
33	Ricardo José Cardoso	17/03/1985	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
53	Rosa Maria Furtado Scheidt	26/04/1974	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
16	Samir de Araujo	15/05/1962	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
65	Volnei de Souza	11/07/1955	Auxiliar de Man. e Conservação	Matutino
44	Adriana Regina Tomé	08/04/1969	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
69	Angélica de Amorim Constante	20/04/1989	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
31	Aniele dos Santos Abreu	11/04/1983	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
49	Bruna Joana David	22/03/1990	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
41	Felipe de Paula Dias	21/07/1990	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
39	Franciely Silveira de Assis	01/06/1990	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
54	Joseane Araujo do Nascimento	22/06/1969	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
79	Liliane Gomez Wasem	14/08/1968	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
26	Maria Inês Ferreira Martins	10/11/1976	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
56	Nathália de Oliveira Santos	09/02/1988	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
57	Otília Darci Rodrigues Stefen	31/08/1977	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
75	Pâmela Paula Aureli	30/08/1982	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
40	Sara Cabral	11/03/1986	Professor com Licenciatura – 20H	Matutino
68	Cristiane Abreu dos Santos	28/10/1971	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
42	Darllon Aldeir Paez	22/10/1988	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
27	Gabriela Mandelli Garbelotto	05/12/1985	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
73	Gislaine Nair Vieira	08/03/1981	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
19	Graciela Ciochetta	24/06/1971	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
30	Maria Madalena Ponciano Torres	10/05/1988	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
38	Simone Menezes Dias Nascimento	31/08/1979	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
15	Taís Minae Gomes Massuda	15/10/1981	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
87	Teresa Campos de Quadros	05/07/1962	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
70	Vanessa Souza	29/04/1984	Professor com Licenciatura - 40H	Matutino
77	Cirlene da Silva Flor	23/09/1978	Professor com Habilitação (20H)	Matutino
52	Leandra Carine da Costa	09/08/1980	Professor com Habilitação (20H)	Matutino
60	Maria Cristina Cândido da Silva	11/04/1969	Professor com Habilitação (20H)	Matutino
78	Milena de Oliveira Xavier	22/05/1998	Professor com Habilitação (20H)	Matutino
43	Adirleia Sousa da Silva	31/12/1972	Professor com Habilitação (40H)	Matutino
66	Andréia Quintanilha Lopes	16/10/1977	Professor com Habilitação (20H)	Matutino



47	Joyce Grazielle Kwiatkowski	23/03/1982	Professor com Habilitação (40H)	Matutino
72	Taise Baciquet da Silva	23/11/1975	Professor com Habilitação (40H)	Matutino

**ANEXO II**  
**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Nº Insc	Candidato	Cargo	Motivo
91	Claudia Cristina Medeiros da Silva	Professor com Licenciatura - 20H	Inscrição realizada em desconformidade com os itens 4.6, "e", 4.8, 4.8.1 e 4.9, todos do Edital nº 003/2016.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 2026, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 847, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN; DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.567, QUE INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO, PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN; A LEI COMPLEMENTAR Nº 471, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 847, de 16 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre as normas relativas ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, revoga o capítulo III, do código tributário municipal e dá outras providências", passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 41 - As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com as seguintes penalidades separada ou cumulativamente:

I - Multa;

II - Proibições aplicáveis às relações entre os sujeitos passivos em débito e a Fazenda Municipal;

III - Sujeição a regime especial de fiscalização;

IV - Suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidos as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial do tributo.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum dispensa o cumprimento de obrigações acessórias ou o pagamento do tributo, dos acréscimos cabíveis, e a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

Art. 42 - É considerado infrator, incorrendo na aplicação da penalidade de multa:

I - multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do tributo devido com seus acréscimos legais aos que efetuarem recolhimento a menor ou

deixarem de recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

II - multa de 100 % (cem por cento) sobre o valor do tributo devido com seus acréscimos legais aos que instruírem, com elementos falsos ou inexatos, declarações de receita bruta, desde que importe em redução ou supressão de tributo;

III - multa de importância igual a 50% (Cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção do imposto devido por responsabilidade solidária ou por substituição tributária;

VIII - multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso da falta de recolhimento do imposto retido na fonte.

[...]

Art. 51-A. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento fiscal relativo à prestação de serviço tributável:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação, não inferior a 50 UFRM.

[...]

Art. 2º - A Lei Complementar nº 1.688, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o processo administrativo tributário, cria a Junta Administrativa de Processos Fiscais, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 4º. Salvo disposição em contrário, é de 10 (dez) dias o prazo para atendimento de exigência da autoridade fiscal, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, sucessivamente, por igual período, mediante solicitação da parte interessada, a critério da autoridade fiscal responsável.

[...]

Art. 8º. Os termos decorrentes de atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possível, em livro fiscal, extraindo-se cópia para aneação ao processo; quando não lavrados em livro, entregar-se-á cópia autenticada à pessoa sob fiscalização.

Art. 8º-A. A exigência do crédito tributário e a aplicação de penalidade isolada serão formalizados em autos de infração ou notificações de lançamento, distintos para cada tributo ou penalidade, os quais deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

§ 1o. Os autos de infração e as notificações de lançamento de que trata o caput deste artigo, formalizados em relação ao mesmo sujeito passivo, podem ser objeto de um único processo, quando a comprovação dos ilícitos dependerem dos mesmos elementos de prova.

§ 2º. A formalização da exigência, nos termos do parágrafo anterior, previne a jurisdição e prorroga a competência da autoridade que dela primeiro conhecer.

§ 3o. O disposto no caput deste artigo aplica-se também nas hipóteses em que, constatada infração à legislação tributária, dela não resulte exigência de crédito tributário.

[...]

Art. 20. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, a autoridade preparadora declarará a revelia e os débitos constantes na mesma serão imediatamente encaminhados à inscrição em Dívida Ativa do município, que providenciará a emissão das competentes certidões para a cobrança administrativa e/ou judicial.

[...]

§ 2º. A autoridade preparadora, após a declaração de revelia, procederá, em relação às mercadorias e outros bens perdidos em razão da exigência não impugnada, na forma da Lei.

[...]

§ 4º. O disposto no caput aplicar-se-á aos casos em que o sujeito passivo não cumprir as condições estabelecidas para a concessão de moratória.

[...]

Art. 35. A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão:

I - exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) superior à 1000UFIR.

[...]

Art. 42. A Junta Administrativa de Recursos Fiscal terá um Secretário indicado pelo titular do Órgão Fazendário, e designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 44. [...]

§ 1º As sessões da JARF serão públicas e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto;

§ 2º Os membros da Junta Administrativa de Recursos Fiscais e o Secretário desta, farão jus a uma remuneração por sessão, correspondente a R\$ 62,45 (sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), em número de até quatro sessões ordinárias mensais cada, com dotação própria consignada no Orçamento do Município, e na hipótese de ser realizadas sessões extraordinárias, em número de até quatro sessões mensais, estas serão remuneradas de acordo com este parágrafo.

§3º. A remuneração de que trata o §2º deste artigo sujeitar-se-á à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

[...]

Art. 77. O Julgador de Processos Fiscais de Primeira Instância será pessoa de notório conhecimento jurídico-tributário, livremente escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores lotados na Secretaria Municipal de Fazenda.

[...]

Art. 3º - A Lei Complementar nº 1.567, de 14 de setembro de 2011, que institui o sistema eletrônico de gestão, para o cumprimento das obrigações fiscais do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, passa a vigorar com a seguinte redação

[...]

Art. 6º. [...]

§4º. O encerramento e assinatura dos Livros de Registro de que trata este artigo, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável, dispensa a emissão e a entre em meio físico dos livros fiscais .

[...]

Art. 7º - Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no programa Livro Eletrônico e/ou o cumprimento de demais obrigações acessórias a serem estabelecidas em regulamento próprio, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fiscal, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central conforme formato e padrão estabelecido em regulamento.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes no formato e padrão estabelecido em regulamento.

[...]

Art. 4º - A Seção III (Base de Cálculo e Alíquota) do Capítulo I (Do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), do Título I (Dos Impostos), da Lei Complementar nº 471, de 14 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário Municipal, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 10-A:

Art. 10-A. No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de 0,25% ) zero vírgula vinte e cinco por cento).

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições ao contrário, especialmente:

I - o §3º do artigo 20, o §2º do artigo 77, e o artigo 78, da Lei Complementar nº 1.688/2012;

II - os artigos 43, 44 e 45, da Lei Complementar nº 847/2003.

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 2027, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.027, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.828/2014, QUE "INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 5º, da Lei Municipal nº 1.828/2014, de 04/09/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. A base de cálculo da Contribuição será a Unidade de Valor para Custeio - UVC, importância estabelecida como referencial para rateio entre os contribuintes referente as despesas dos serviços mencionados no corpo dessa lei e estabelecidos em decreto pelo Chefe do Executivo

Parágrafo Primeiro. Os consumidores que não ultrapassarem a faixa de consumo de 100 kwh/mês contribuirão com uma tarifa única conforme definido nos anexos I e II desta Lei.

Parágrafo segundo. São isentos da Contribuição para custeio dos Serviços de iluminação Pública, que tenha como fato gerador o dispositivo do artigo 3º, inciso i:

I – Entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública e devidamente autorizadas pelo Poder Executivo Municipal;

II – Contribuinte de baixa renda, comprovadamente incluídos no Cadastro Único para Programas de isenção do Governo Federal, com consumo de até 100KW/Hora/mês".

Art. 2º. O artigo 6º. Da Lei nº 1.828/2014, de 04/09/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ART. 6º. O Poder Executivo fica autorizado mediante Decreto, a rever o valor da UVC e atualizá-la monetariamente uma vez por ano, tomando-se por base os indicadores econômicos, Índice Nacional do Preço ao Consumidor - INPC, e/ou o índice de reajuste no preço da energia elétrica, e/ou aumento dos custos de manutenção na iluminação pública, e/ou alteração de bandeira tarifária da iluminação pública para aplicar o reajuste por decreto municipal na forma do parágrafo único deste artigo e/ou necessidade do município de viabilizar seu plano de expansão e modernização do parque de iluminação, respeitando a capacidade contributiva do contribuinte, neste último caso, mediante projeto executivo com todas as formalidades legais previstas que de fato demonstrem essa deficiência;

Parágrafo primeiro – Fica o Chefe do Poder Executivo, através de decreto municipal, autorizado a corrigir, alterar, ajustar/reajustar, ou reduzir as tabelas I, II, III, IV e V do artigo anexo desta lei, de acordo com a necessidade municipal e com a legislação vigente".

Parágrafo segundo – Ausência de aumentos e reequilíbrios por períodos maiores que um ano poderão ser compensados no período seguinte, conforme existam as condições presentes no parágrafo primeiro.

Art. 3º. O artigo 7º. Da Lei nº 1.828/2014, de 04/09/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ART. 7º. Na hipótese do Art. 3º. Inciso II, especificamente de imóveis que não possuam conta de luz registrada e/ou arrecada pela CELESC, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP será apurada pela metragem quadrada do imóvel e fixada em Reais de acordo com a Tabela V do Anexo desta lei.

Parágrafo Primeiro – A Contribuição para Custeio do Serviço de iluminação Pública - COSIP prevista neste artigo será lançada anualmente a partir do exercício de 2017, e discriminada individualmente no carnê emitido para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Parágrafo Segundo. O recolhimento da Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP prevista neste artigo, observará, quanto à forma, prazo de pagamento e isenções, as condições definidas para o Imposto Predial e territorial Urbano – IPTU.

Parágrafo Terceiro. Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogada a Lei Complementar 1.853 de 17 de dezembro de 2014 e as disposições em contrários.

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

#### ANEXO

I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS	
FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Tabela B4
ATÉ 100 Kwh	5
de 101 a 200 kwh	6
de 201 a 500 kwh	7
de 501 a 1000 kwh	8
de 1.001 a 1.500 kwh	9
Acima de 1500,01 kwh	10
II – CONSUMIDORES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EMPRESAS DE SERVIÇO PÚBLICO	
FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Tabela B4
ATÉ 100 Kwh	7
de 101 a 200 kwh	11
de 201 a 500 kwh	16
de 501 a 1000 kwh	27
de 1.001 a 1.500 kwh	38
de 1.501 a 3.000 kwh	76
De 3.001 a 5.000 kwh	152
Acima de 5.000,01kwh	248
III – CONSUMIDORES DOS PODERES PÚBLICOS	
FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Tabela B4
ATÉ 1.500 Kwh	114
de 1.500,01 a 3.000 kwh	228
de 3.000,01 a 5.000 kwh	456
de 5.000,01 a 10.000 kwh	912
Acima de 10.000,01 kwh	1368
IV – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS	
FAIXA DE CONSUMO	% SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Tabela B4
ATÉ 1.500 Kwh	63
de 1.500,01 a 3.000 kwh	90
de 3.000,01 a 5.000 kwh	135
de 5.000,01 a 10.000 kwh	180
Acima de 10.000,01 kwh	360
V – CONTRIBUINTES IMÓVEL NÃO EDIFICADO OU NÃO LIGADO A REDE DE ENERGIA ELÉTRICA – CELESC - CERPALO	

METROS QUADRADOS DO IMÓVEL	% SOBRE A TARIFA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Tabela B4
ATÉ 360,00 m	40
de e 360,01 a 500,00 m2	50
de 500,01 a 1.000,00 m2	60
de 1.000,01 a 2.000,00 m2	100
de 2.000,01 a 5.000,00 m2	120
Acima de 5.000,01 m2	200

**LEI Nº 2025, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 2.025, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 42.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	42.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	30.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	12.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

14.01 - ENCARGOS GERAIS	42.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	42.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	42.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**LOCAL E HORARIO DAS PROVAS**

DIVULGA LOCAIS E HORÁRIOS DA PROVA ESCRITA OBJETIVA  
DO EDITAL Nº. 003/2016 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO os locais e horários da prova escrita objetiva do Edital nº 003/2016 de Processo Seletivo, conforme segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 18 de dezembro de 2016, nos seguintes locais e horários conforme o cargo:

Cargo	Fechamentos Portão	Período	Local
Agente de Fiscalização	8h50	Matutino	Escola Pinguirito - Escola Municipal do Pinguirito Rua São Bom Jesus (Em frente ao Garopaba Esporte Clube) Garopaba - SC
Aux. de Man. e Conservação	8h50	Matutino	
Professor Licenciatura 20H	8h50	Matutino	
Professor Licenciatura 40H	8h50	Matutino	
Professor Habilitação 20H	8h50	Matutino	
Professor Habilitação 40h	8h50	Matutino	

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO ARAÚJO

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 1180/2016.**

PORTARIA N.º 1180, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato MARCIO EDENI RODRIGUES POITEVIN, CPF n.º 986.617.440-91, aprovado e classificado como 10º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1181/2016**

PORTARIA N.º 1181, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato MAXIMO QUILICONE, CPF n.º 376.216.376-68, aprovado e classificado como 5º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MÉDICO EMERGENCISTA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.



Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/12/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 186/2016

DECRETO Nº 186, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

“Dá publicidade a composição da Diretoria do Conselho da Cidade de Garuva – CONCIGA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o Ofício Conciga nº 17/2016,

DECRETA:

Art 1º - A Diretoria do Conselho da Cidade de Garuva – CONCIGA ficou assim constituída:

- Presidente: Waldemar Arndt
- Vice-Presidente: Sandro Boeing
- 1º Secretário Executivo: Carla Lizete Ramos
- 2º Secretário Executivo: Denise Lima Borges

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 183 de 02 de dezembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 187/2016

DECRETO N.º 187 de 16 de dezembro de 2016.

“Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 2964/2014 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "VIVERDI", com área total de 214.098,46 m², sendo constituído por 262 lotes, localizado à Avenida Celso Ramos, n. 1638, Bairro Centro, nesta Cidade e Comarca de Garuva - SC, referente ao imóvel registrado sob a matrícula n. 2476 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, neste ato representado pelos proprietários senhora Ingried Krause e seu esposo Wilson Krause; residentes e domiciliados na cidade de Joinville – SC, Sandra Regina Chaves e seu esposo José Chaves; residentes e domiciliados na cidade de Garuva – SC, Giovana Mews dos Santos e seu esposo Vogran Furtado dos Santos, residentes e domiciliados na cidade de Curitiba - PR; Silvana Mews, residente e domiciliada na cidade de Garuva – SC, e Margidt Mews, residente e domiciliada na cidade de Itapoá – SC, distribuído da seguinte maneira:

I – 214.098,46 m² de área total;

II – 163.843,80 m² (100%) de área loteável;

III – 97.069,99 m² (59,25%) da área loteável destinada aos lotes;

IV – 42.496,99 m² (25,75%) da área loteável destinada ao sistema viário

V – 13.107,48 m² (8,00%) da área loteável destinada à área comunitária e equipamentos públicos do Município;

VI – 11.489,04 m² (7,00%) da área loteável destinada área verde.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "VIVERDI" são as constantes do memorial descritivo, anexado ao processo administrativo nº 2964/2014.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas destinadas a arruamento e área comunitária, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6.766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal JOSÉ CHAVES, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado os proprietários senhora INGRIED KRAUSE, brasileira, casada, técnica em enfermagem, portadora da carteira de identidade registro n. 2/R-766.103-7SSP.SC, e CPF. n. 773.926.809-78, e seu marido WILSON KRAUSE, brasileiro, aposentado, portador da carteira de identidade n. 302.493-SSP.SC, e CPF. n. 293.749.109-00, residentes e domiciliados na Rua Carlos Ko-epp, n. 164, Bairro Saguacu, na cidade de Joinville – SC, SANDRA REGINA CHAVES, brasileira, casada, técnica em contabilidade, portadora da carteira de identidade n. 4.846.818-5-SSP.SC, e CPF. n. 636.548.229-91 e seu marido JOSÉ CHAVES, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade n. 595.643-9-SSP/SC, e CPF. 248.236.869-34, residentes e domiciliados na Avenida Celso Ramos, n. 2273, Bairro Centro, em Garuva – SC, GIOVANA MEWS DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade n. 2.515.254-8-SSP.SC, e CPF. n. 705.588.419-33, e seu marido VOGHAN FURTADO DOS SANTOS, brasileiro, servidor público federal, portador da carteira de identidade n. 1.771.788-SSP.SC, e CPF. n. 004.520.318-00, residentes e domiciliados na Rua Miguel Caluf, n. 2830, Cajuru, na cidade de Curitiba – PR, SILVANA MEWS, brasileira, solteira, nutricionista, portadora da carteira de identidade n. 2.845.909-1-SSP.SC, e CPF. n. 811.986.129-91, residente e domiciliada na Avenida Celso Ramos, n. 2293, Bairro Centro, em Garuva - SC, neste ato todos representados pela procuradora SHEYLA CRISTINA CHAVES, brasileira, advogada, portadora da carteira de identidade n. 3.731.457-SSPSC, e CPF. n. 004.941.769-03, residente e domiciliada na cidade de Garuva – SC, com escritório profissional na Avenida Celso Ramos, n. 2273, Sala 02, Centro, em Garuva SC, e MARGIDT MEWS, brasileira, divorciada, vendedora, portadora da carteira de identidade n. 4.663.891-SSP.SC, e CPF. n. 750.946.909-06, residente e domiciliada na Rua 1540, n. 159, Bairro Centro, na cidade de Itapoá – SC, doravante denominados LOTEADORA, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A LOTEADORA se compromete, a executar as obras de infraestrutura no Loteamento "VIVERDI", localizado à Avenida Celso Ramos, n. 1638, Bairro Centro, no quadro urbano do Município de Garuva - SC, matrícula nº 2476 do cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Garuva, com área total de 214.098,46 metros quadrados, cuja infraestrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido processo de aprovação e transcrito simplificada na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - No caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

- 1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;
- 2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;
- 3 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário, conforme projetos aprovados.
- 4 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;
- 5 - Rede de distribuição de água potável;
- 6 - Pavimentação e sinalização das vias de circulação.
- 7 - Paisagismo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 97.069,99 m²;
- 2 - Área das Ruas: 42.496,99 m²;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 13.107,48 m²;
- 4 - Área verde: 11.489,04 m²;

CLÁUSULA SEGUNDA - Os LOTEADORES darão em caução 21 (vinte e um) lotes, representado pelos lotes 1 à 21 da quadra 5, do Loteamento "VIVERDI".

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executadas as obras, a pedido da LOTEADORA, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar a caução de todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pela LOTEADORA, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados NÃO poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - A LOTEADORA deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

CLAUSULA TERCEIRA - A LOTEADORA poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto a LOTEADORA requerer à PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - A LOTEADORA deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica a responsabilidade da PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - A LOTEADORA deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

CLAUSULA QUARTA - A LOTEADORA transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

CLÁUSULA QUINTA - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

Terraplanagem total - 120 dias

Drenagem pluvial - 420 dias  
 Rede de esgoto - 330 dias  
 Rede de distribuição de água potável - 330 dias  
 Rede de distribuição de energia elétrica - 480 dias  
 Pavimentação - 420 dias  
 Sinalização Viária e paisagismo - 480 dias  
 Demarcação dos lotes - 480 dias.

CLÁUSULA SEXTA - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (02 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infra-estrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA - A LOTEADORA obriga-se a executar todas as obras de infra-estrutura constantes no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido à LOTEADORA.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura a LOTEADORA fica obrigada a pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infraestrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente, devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte da LOTEADORA.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, a LOTEADORA será notificada formalmente para que dentro de 30 dias, complemente os serviços e, caso não o façam, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Lei Estadual 6063/82.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando a LOTEADORA livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA de promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

CLÁUSULA NONA - Caso a PREFEITURA venha a realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio à área caucionada, cobrar o valor referido.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os LOTEADORES deverão submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 16 de dezembro de 2016.

JOSÉ CHAVES Prefeito Municipal	INGRIED KRAUSE WILSON KRAUSE PP/ SHEYLA CRISTINA CHAVES
SANDRA REGINA CHAVES JOSÉ CHAVES PP/ SHEYLA CRISTINA CHAVES	GIOVANA NEWS DOS SANTOS VOGRAN FURTADO DOS SANTOS PP/ SHEYLA CRISTINA CHAVES
SILVANA MEWS PP/ SHEYLA CRISTINA CHAVES	MARGIDT MEWS

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "VIVERDI"

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do

loteamento "VIVERDI", que está localizado à Avenida Celso Ramos, n. 1638, Bairro centro, zona urbana deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 2476, - Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade de Ingrid Krause e seu esposo Wilson Krause; Sandra Regina Chaves e seu esposo José Chaves; Giovana Mews dos Santos e seu esposo Vogran Furtado dos Santos; Silvana Mews e Margidt Mews, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº 187 de 16 de dezembro de 2016, com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação da área da PMG com 13.107,48 m<sup>2</sup> (8,00%); áreas das ruas com 42.496,99 m<sup>2</sup> (25,75%) e área verde com 11.489,04 metros quadrados (7,00%) , ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 16 de dezembro de 2016  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### **DISTRATO Nº 97/2016**

DISTRATO Nº 097/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. EMERSON MACHADO, brasileiro, casado, médico, RG nº 14.100.118-3, CPF: 245.569.980-34, residente e domiciliado na Rua Francisco Rodrigues Miranda, 295, Espinheiros, Joinville/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Orientador Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/01/2016.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 002/2016. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de dezembro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Iolando de Assis Cpf: 618.330.889-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 98/2016**

DISTRATO Nº 098/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 045/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. PAULA FRANCELINA MENDES PALANDI, brasileira, casada, odontóloga, RG nº 3.306.023, CPF: 029.160.269-08, residente e domiciliada na Rua Marcilio Dias, 831, Apto. 902, Santo Antonio, Joinville/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Orientador Escolar, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/07/2016.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 105/2016. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.  
Garuva, 31 de dezembro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Iolando de Assis Cpf: 618.330.889-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## LEI Nº 1960/2016

LEI Nº 1960, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estimar a receita e fixar a despesa para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - O orçamento do município de Garuva para o exercício financeiro de 2017, estima à receita total da Prefeitura e Fundos Municipais em R\$ 50.450.000,00 (cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).

ART. 2º - O orçamento da Câmara, Prefeitura e Fundos Municipais para o exercício de 2017 estima a receita e fixa a Despesa em R\$ 50.450.000,00 (cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A receita da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. - RECEITAS CORRENTES	R\$	55.575.840,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$	6.183.640,00
1.2 - Receitas de Contribuições	R\$	1.186.000,00
1.3 - Receitas Patrimoniais	R\$	671.000,00
1.4 - Receitas Agropecuárias	R\$	0,00
1.5 - Receitas de Serviços	R\$	1.856.000,00
1.6 - Transferências Correntes	R\$	45.079.200,00
1.7 - Outras Receitas Correntes	R\$	600.000,00
1.8 - (-) Deduções da receita corrente	R\$	-5.125.840,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1 - Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$	0,00
TOTAL	R\$	50.450.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica.

ART. 3º - Integram a estrutura orçamentária do município os seguintes órgãos:

1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	1.860.000,00
2	GABINETE DO PREFEITO	R\$	1.510.000,00
3	PROCURADORIA GERAL	R\$	1.270.000,00
4	SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	R\$	4.965.000,00
5	SECR. MUN. ESPORTE, CULTURA E TURISMO	R\$	580.000,00
6	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	300.000,00
7	SECR. MUN. EDUCAÇÃO	R\$	19.000.000,00
9	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	R\$	850.000,00
10	SECR. MUN. INFRAESTRUTURA URBANA	R\$	3.100.000,00
11	SECR. MUN. ESTRATÉGIAS RURAIS	R\$	825.000,00
12	SECR. MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$	3.300.000,00
13	FUNDO MUN. AGRICULTURA	R\$	275.000,00
14	FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	11.600.000,00
15	FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$	650.000,00
16	FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$	60.000,00
17	FUNDO MUN. HABITAÇÃO	R\$	85.000,00



19	FUNDO REEQUIP BOMBEIROS	R\$	70.000,00
20	FUNDO ESPECIAL HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIA	R\$	50.000,00
	SOMA	R\$	50.350.000,00

ART. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

Reserva de Contingência R\$ 100.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 5º item III da Lei 101/2000.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 15/12/2017 os riscos fiscais relacionados aos eventos abaixo relacionados, ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2017 tenha reservado recursos para:

I - Processo de desapropriação;

II - Intempéries;

III - Fatos não previstos em execução de obras e serviços e campanhas de saúde; ou

IV - Dívidas judiciais.

ART. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, através de Decreto obedecidos os pressupostos legais desta Lei.

ART. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometido.

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas autorizados através de Lei específica;

III - superávit financeiro do exercício anterior.

ART. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária oriundos de transferências voluntárias da União, Estado, operações de crédito, alienação de ativos e outros, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A operação do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ART. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, após aprovação de lei específica.

ART. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

ART. 10 - Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, após aprovação de lei específica incluindo as fontes das referidas operações de créditos.

ART. 11 - Fica o executivo municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, após aprovação de Lei específica.

ART. 12 - Esta Lei entrará em vigor durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

José Chaves

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 184/2016

PORTARIA Nº 184 de 16 de dezembro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, o Processo nº 2800/2016;

CONSIDERANDO, o Ofício SME nº 136/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MARQUES, por 40 horas semanais, da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves para a Escola Municipal Iça Mirim.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 16 de dezembro de 2016.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.272, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.272, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e V, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 81 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Dotação: 37 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 126.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 82 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 450.000,00

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Dotação: 40 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 126.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
SubFunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2072 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação: 138 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 7.273, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 7.273, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº 3.729, de 22 de setembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 82 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 60 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 500.00,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 7.274, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 7.274, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 60 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	

Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 59 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2016

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de atendimento ambulatorial em Citopatologia para o Município de Gaspar. Interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a partir do dia 20 de dezembro de 2016 (sem data prevista para encerrar os credenciamentos), durante o horário de expediente, na Sede do Departamento de Compras e Licitações do Município de Gaspar, Rua São Pedro, nº 128, Edifício Edson Elias Wieser – Térreo, Centro, Gaspar/SC. Íntegra do EDITAL disponível no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

ALBA DE AGUIAR – Secretária Municipal de Saúde

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2016

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde para realização de Exames de Laboratório em Análises Clínicas no Município de Gaspar. Interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação exigida no Edital, a partir do dia 20 de dezembro de 2016 (sem data prevista para encerrar os credenciamentos), durante o horário de expediente, na Sede do Departamento de Compras e Licitações do Município de Gaspar, Rua São Pedro, nº 128, Edifício Edson Elias Wieser – Térreo, Centro, Gaspar/SC. Íntegra do EDITAL disponível no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

ALBA DE AGUIAR – Secretária Municipal de Saúde

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Municipal nº 3.145, de 14 de outubro de 2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17 de julho de 2013, e nº 59, de 15 de abril de 2015, nos termos do Anexo I desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, na forma aprovada pela Assembleia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei Complementar serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

§ 2º Fica ratificado também a alteração de endereço da sede do CIMVI, prevista no item 3.2 do Protocolo de Intenções e no art. 6º, caput, do Estatuto, a qual passou a ser na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, CEP 89120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a designar, por decreto, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI como órgão ambiental municipal, para prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial.

§ 1º Designado o CIMVI como órgão ambiental municipal, caberá a este cumprir com todos os objetivos estabelecidos para gestão ambiental em seu Protocolo de Intenções e no Estatuto, e ao Município cumprir com os deveres sociais estabelecidos nestes instrumentos para os Entes consorciados.

§ 2º A gestão associada destes serviços pelo CIMVI, autorizam que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, bem como das multas por infrações ambientais, integrando-se o produto desta arrecadação à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

#### ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

“PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

#### PREÂMBULO

A possibilidade legal de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos também passaram a contemplar esta forma de organização institucional para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada expressamente pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta disciplina legal prevê a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, “a”, e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 183, 496, 534/535 e 910 do CPC) próprios dos Entes Federados, além de atrair a aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Além disso, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de licitações para compras e serviços, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Por outro lado, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia e economicidade.

Desta forma, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 – O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira

articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 – Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersectorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;

b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;

d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;

e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou



gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;

b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;

c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;

d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à

prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

.....

3.2 - .....

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

3.2.2 - .....

### CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Protocolo de Intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GASPARG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito;

XI - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - .....

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - .....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - .....

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

7.2 - .....

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

8.3.2 – (revogado).

8.4 - .....

8.5 - .....

VI - .....

c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem

cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

.....

VII – (revogado);

.....

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI - .....

.....

b) .....;

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

.....

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

.....

10.4 - .....:

.....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - .....

.....

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-A – DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (revogada)

11.1 – (revogado).

11.1.1 – (revogado).

11.2 – (revogado).

11.2.1 – (revogado).

11.2.2 – (revogado).

11.2.3 – (revogado).

11.2.4 – (revogado).

11.2.5 – (revogado).

11.3 – (revogado).

11.3.1 – (revogado).

11.4 – (revogado).

11.4.1 – (revogado).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (revogada)

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

.....

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado).

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

.....

13.3.7.1 – .....

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – .....

.....

13.3.7.3 – .....

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - .....

.....

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

.....

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

.....

13.7.5 - .....

.....

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

.....



13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 - .....

.....

13.8 – .....

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

.....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III - .....

.....

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e

correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – .....:

.....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (revogado)

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e

serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 – .....  
.....

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

.....

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PATRIMÔNIO

.....

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 – .....:  
.....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI - .....  
.....

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

.....

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 deste Protocolo de Intenções será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

.....

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

.....

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

.....

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste protocolo de intenções, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

.....

19.3.1 - .....:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

.....

V – .....:

.....

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 - .....  
.....

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

.....

20.2 - .....:

.....

IV – revogado;

.....

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

.....

20.2.8 – (revogado).

.....

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

22.2 - .....  
.....

#### ANEXO 1 – dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
06	Gestor de Serviços	.....	.....

#### ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	.....	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	.....	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	.....	R\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	.....	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	.....	R\$ 3.463,13

ANEXO 3 - (revogado).  
(...)."

#### ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas nas 36ª e 37ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04/11/2016, na cidade de Timbó/SC:

"(...)

#### CAPÍTULO II

##### DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

Art. 2º - O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

##### Parágrafo Único – (revogado)

Art. 2º-A - Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersetorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

Art. 2º-B - O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

Art. 2º-C - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável,

esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

Art. 2º-D - São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

- a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;
- d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;
- e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

- a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;
- b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;
- c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;
- d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria



das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

§ 1º - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

§ 2º - O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

Art. 3º - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

§ 1º - Para o Município se consorciar apenas em relação a parcela das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio, a sua lei de ratificação do Protocolo de Intenções deve constar expressamente tal limitação ou ressalva.

§ 2º - Após a ratificação do Protocolo de Intenções, não será admitida nenhuma limitação posterior a qualquer uma das finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público.

Art. 4º - .....

Art. 6º - .....

§ 1º - Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

§ 2º - .....

Art. 7º - .....

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, e nº 143, de 22/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, e nº 153, de 18/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, e nº 111, de 14/08/2014;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, e nº 5.006, de 01/07/2014;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, e nº 250, de 09/07/2014;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, e nº 51, de 24/02/2015;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, e nº 451, de 12/09/2014;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João

Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, e nº 17, de 05/12/2014;

XI – MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, e nº 59, de 15/04/2015;

XII – MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, e nº 1.486, de 27/11/2014.

Parágrafo único – .....

Art. 13 - .....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;

IV – compor a Diretoria do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único – .....

## CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 16 - .....

IV – (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

§ 1º – A Assembleia Geral poderá autorizar a formação de grupos, conselhos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

§ 3º – Será instituída por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 4º – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

## CAPÍTULO VIII

Art. 19 - .....

§ 2º - (revogado).

Art. 20 - .....

Art. 21 - .....

VI – .....

c) o orçamento anual do Consórcio Público e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

VII – (revogado);

.....

X – aprovar a celebração de convênios e/ou Contratos de Programa;

XI – .....

.....

b) .....

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

§ 1º - .....

.....

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores – internet.

Parágrafo único – .....

.....

Art. 34 – .....

.....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

.....

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

#### CAPÍTULO X-A

#### DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

Art. 35-A - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

Art. 35-B - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Art. 35-C - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

Art. 35-D - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

Art. 35-E - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

Art. 35-F - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 35-G - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

## CAPÍTULO XI (revogado)

Art. 36 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 37 - (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

§ 4º - (revogado).

§ 5º - (revogado).

§ 6º - (revogado).

§ 7º - (revogado).

§ 8º - (revogado).

Art. 38 - (revogado).

Parágrafo Único - (revogado).

Art. 39 – (revogado).

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

§ 3º - (revogado).

## CAPÍTULO XII

Art. 44 - .....

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - .....

Art. 46 - .....

§ 5º - .....

§ 5º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 5º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 5º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 5º deste artigo.

§ 6º-A - Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 7º - .....

§ 12 - .....

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - .....

§ 14 - .....

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - .....

Art. 47 - .....



§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art. 48 - .....  
.....

Art. 50 – .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
06	Gestor de Serviços	.....	.....

§ 1º - .....  
.....

Art. 51 - .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	.....	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	.....	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	.....	\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	.....	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	.....	R\$ 3.463,13

§ 1º - .....  
.....

Art. 52-B - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

Art. 52-D - .....  
.....

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no § 2º deste artigo;

III – .....  
.....

§ 1º – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

§ 2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

Art. 52-E - .....  
.....

Art. 53 – .....

I - .....

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II - .....:  
.....

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III - .....:  
.....

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – .....:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – .....:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII – .....:  
.....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**XII - Para o emprego de GEÓLOGO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

**XIII – Para o emprego de ADVOGADO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, opoente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

**XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

## SEÇÃO VI

.....

Art. 53-C – .....

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

.....

Art. 59 – O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

.....

Art. 62 – A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 63 – .....

.....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

.....

§ 3º - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

Art. 64 – .....

.....

§ 3º - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público, para os fins do inciso III do caput deste artigo, será definido pela Diretoria nos respectivos contratos e submetido à aprovação da Assembleia Geral, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

Art. 65 – .....

Art. 66 – No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica

e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

.....

Art. 68 – Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

.....

Art. 74 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste Estatuto e do Contrato de Consórcio Público, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - .....

.....

Art. 76 - .....

§ 1º - .....:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações técnicas;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

.....

V – .....:

.....

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 2º - .....

.....

Art. 79 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - .....

.....

Art. 80 - .....:

.....

IV – (revogado);

V – .....;

.....

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

.....

§ 8º - (revogado).

§ 9º - (revogado).

## CAPÍTULO XXI

.....

Art. 83-A - O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

Art. 84 - .....

..... ”



**LEI Nº 3.751, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 3.751, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA DE TEMPOS DE INFÂNCIA O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR CENTRAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Tempos de Infância o Centro de Desenvolvimento Infantil localizado na Rua Gabriel Schmitt, nº 335, Bairro Belchior Central, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

**LEI Nº 3.752, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 3.752, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA "PARQUE ARENA MULTIUSO PREFEITO FRANCISCO HOSTINS" O PARQUE PÚBLICO LOCALIZADO NA RUA HERCÍLIO FIDES ZIMMERMANN.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "Parque Arena Multiuso Prefeito Francisco Hostins" o parque municipal destinado a práticas esportivas, recreativas, culturais e de convivência localizado na rua Hercílio Fides Zimmermann, no bairro Margem Esquerda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

**LEI Nº 3.753, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 3.753, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 3.638, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 3.638, de 19 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As regiões com zoneamento específico de área rural, polo industrial e expansão urbana, denominadas como Área de Produção Primária - APPR, Área de Expansão Urbana - AEU, Área de Polo Industrial - API, incorporadas pelo novo perímetro urbano, passarão a ter as mesmas características de zoneamento de Área de Densificação – AD, e as Áreas de Ocupações Controladas – AOC, incorporadas pelo novo perímetro urbano, passarão a ter as mesmas características de zoneamento de Área de Expansão Urbana – AEU."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

**LEI Nº 3.754, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 3.754, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR BAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, da legítima proprietária Eutália Klein, inscrita no CPF sob o nº 020.831.489-08, um imóvel localizado no Bairro Belchior Baixo, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 7.359, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 1.233,14 m<sup>2</sup> (mil duzentos e trinta e três metros e quatorze décimos quadrados), cuja descrição tem início no ponto 1, segue com o azimute de 235°55'46" e percorre 4,37 m que faz divisa com terras de Parcela 01, até o ponto 7, segue com o azimute de 238°34'33" e percorre 5,35 m que faz divisa com terras de Parcela 01, até o ponto 6, segue com o azimute de 243°15'35" e percorre 4,37 m que faz divisa com terras de Parcela 01, até o ponto 5, segue com o azimute de 247°49'53" e percorre 11,38 m que faz divisa com terras de Parcela 01, até o ponto 18, segue com o azimute de 248°43'09" e percorre 12,80 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 17, segue com o azimute de 249°18'41" e percorre 11,03 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 16, segue com o azimute de 248°40'33" e percorre 16,15 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 15, segue com o azimute de 244°07'19" e percorre 12,58 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 14, segue com o azimute de 239°15'28" e percorre 12,78 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 13, segue com o azimute de 236°04'03" e percorre 11,96 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 12, segue com o azimute de 231°40'54" e percorre 14,32 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 11, segue com o azimute de 227°12'47" e percorre 14,65 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 10, segue com o azimute de 224°31'03" e percorre 12,00 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 9, segue com o azimute de 222°43'07" e percorre 14,18 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 8, segue com o azimute de 271°34'08" e percorre 10,78 m que faz divisa com terras de Parcela 02, até o ponto 31, segue com o azimute de 43°20'04" e percorre 15,05 m que faz divisa com terras de Remanescente, até o ponto 30, segue com o azimute de 43°09'55" e percorre 14,01m que faz divisa com terras de Remanescente, até o ponto 29, segue com o azimute de 46°17'41" e percorre 13,73 m que faz divisa com terras de Remanescente, até



o ponto 27, segue com o azimute de 48°07'00" e percorre 6,40 m que faz divisa com terras de Parcela 04, até o ponto 26, segue com o azimute de 50°45'56" e percorre 7,83 m que faz divisa com terras de Parcela 04, até o ponto 25, segue com o azimute de 52°46'10" e percorre 6,11 m que faz divisa com terras de Parcela 04, até o ponto 24, segue com o azimute de 54°39'02" e percorre 6,66 m que faz divisa com terras de Parcela 04, até o ponto 21, segue com o azimute de 57°34'45" e percorre 8,89 m que faz divisa com terras de Parcela 03, até o ponto 20, segue com o azimute de 58°15'26" e percorre 9,12 m que faz divisa com terras de Parcela 03, até o ponto 19, segue com o azimute de 67°37'01" e percorre 96,00 m que faz divisa com terras Erasto Klein, até o ponto 34, segue com o azimute de 91°34'09" e percorre 19,93 m que faz divisa com a Rua João José Deschamps, até o ponto 1, onde teve início esta descrição, distando o ponto 1 cerca de 70,00 metros da Rua Vidal Flavio Dias, avaliado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 2º O imóvel doado e descrito no artigo 1º desta Lei será destinado à regularização da Rua João José Deschamps, denominada pela Lei Municipal nº 1.448, de 24 de setembro de 1993.

Art. 3º O imóvel doado e descrito no artigo 1º desta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, sendo realizada por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

### **LEI Nº 3.755, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI Nº 3.755, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Beija-flor a via que inicia na Rua Cônsul Ferdinand Josef Kunz, lado esquerdo, distando 523 m (quinhentos e vinte e três metros) da Rua Anfilóquio Nunes Pires, atual Rua C do Loteamento Afablu XXVII, no Bairro Figueira.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 57,45 m (cinquenta e sete metros e quarenta e cinco centímetros);

II - largura de 14 m (catorze metros);

III - caixa de rolamento de 10 m (dez metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros).

Art. 2º Fica denominada de Rua Santa Catarina a via que inicia na Rua Jacob Junkes, lado direito, distando 51 m (cinquenta e um metros) da Rua Candido João dos Santos, e seu final na Rua Barão do Rio Branco, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 605 m (seiscentos e cinco metros);

II - largura de 12 m (doze metros) até o número cem;

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros) até o número cem;

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado, até o número cem;

V - largura de 10 m (dez metros) após o número cem;

VI - caixa de rolamento de 7 m (sete metros) após o número cem; e

VII - passeio de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado, após o número cem.

Art. 3º Fica denominada de Rua Içara a via que inicia na Rua Criciúma, lado esquerdo, distando 115 m (cento e quinze metros) da Rua Hercílio Fides Zimmermann, no Bairro Margem Esquerda.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 76 m (setenta e seis metros);

II - largura de 11 m (onze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 1.813, de 19 de junho de 1998.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 5.096, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 5.096, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 16/2016, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR F.J.R.D.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2016 – PAD 16/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de dezembro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2016, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor F.J.R.D.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 5.097, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**  
PORTARIA Nº 5.097, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO POR INEXECUÇÃO DO CONTRATO Nº SAF – 27/2011.

MARLENE ALMEIDA, Secretária de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, considerando o disposto no artigo 6º da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de dezembro de 2016, o prazo da Comissão Especial designada através da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, para conclusão do processo administrativo que apura a responsabilidade de empresa e seu responsável técnico por inexecução do contrato nº SAF – 27/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.

MARLENE ALMEIDA  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA RH 44/2016**  
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 44/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) VIVIANE WEHMUTH LANA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 22/04/1998 a 21/04/2003, devendo folgar a partir de 21/12/2016 a 20/03/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**PORTARIA RH 45/2016**  
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 45/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) FATIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, ocupante do cargo efetivo de TÉCN. CONTABILIDADE, lotada na Secretaria de Administração e Gestão, referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 04/10/2008, devendo folgar a partir de 30/12/2016 a 29/03/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**PORTARIA RH 46/2016**  
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 46/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) FATIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, ocupante do cargo efetivo de TÉCN. CONTABILIDADE, lotada na Secretaria de Administração e Gestão, referente ao período aquisitivo de 16/05/2009 a 19/05/2014, devendo folgar a partir de 30/03/2017 a 27/06/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**SAMAE - GASPAR****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016 - SAMAE****AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Presencial nº. 62/2016

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 24/01/2017

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 24/01/2017 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 09 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2016- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 43/2016 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Credenciamento nº 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A - CNPJ do contratado: 02.038.232/0001-64

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 23/2013- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • EXTRATO CONTRATOS / 2016

=====

=====

Número do contrato: 23/2013 - Credenciamento nº 38/2013 – aditivo 03 (Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ/CPF do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor estimado: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2013- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 24/2013 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Credenciamento : 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 25/2013- SAMAE GASPAR**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 25/2013 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Credenciamento nº. 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ do contratado: 00.000.000/0996-27

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2013- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 26/2013 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Credenciamento nº: 26/2013 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ do contratado: 00.360.305/1073-32

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 6/2014- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 6/2014 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Credenciamento: 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ do contratado: 92.702.067/0001-96

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para

recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### PORTARIA N. 113 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 113 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GASPAR O SERVIDOR GILBERTO RODRIGO GOEDERT

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição, a partir do dia 19 de dezembro de 2016, da Polícia Civil do Município de Gaspar, o servidor GILBERTO RODRIGO GOEDERT, servidor efetivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 06 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### PORTARIA N. 114 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N. 114 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ORIVAN PEREIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor Orivam Pereira, ocupante do cargo efetivo de Encanador referente ao período aquisitivo de 21/02/2011 a 20/02/2016, que será gozada a partir de 21/12/2016 a 18/02/2017 convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 10 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



**PORTARIA N. 115 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 115 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SANEAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOÃO CARLOS CAMPOS.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 20 de dezembro de 2016, o servidor JOÃO CARLOS CAMPOS, portador do CPF nº 482.295.129-49 e da CI nº. 3R/ 1634.409 do cargo em comissão de Diretor de Saneamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 12 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 116 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 116 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOÃO CARLOS CAMPOS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor João Carlos Campos, ocupante do cargo efetivo de Encanador referente ao período aquisitivo de 07/07/2006 a 06/07/2011, que será gozada a partir de 21/12/2016 a 20/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 12 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 118 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 118 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PAULO LIETZOW

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor PAULO LIETZOW, ocupante do cargo efetivo de Encanador referente ao período aquisitivo de 17/08/2005 a 20/07/2012, que será gozada a partir de 21/12/2016 a 18/02/2017 convertendo-se

01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 13 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERVISOR DE REDE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCOS ERNESTO ALVES

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o servidor MARCOS ERNESTO ALVES, portador do CPF nº 091.316.709-62 e da CI nº. 5.482.688 do cargo em comissão de Supervisor de Rede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 14 de dezembro de 2016

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DO ALMOXARIFADO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o servidor VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR, portador do CPF nº 078.210.099-62 e da CI nº. 5.326.321 do cargo em comissão de Encarregado do Almoxarifado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 121 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 121 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR VALDECI LUCAS DIAS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o servidor VALDECI LUCAS DIAS, portador do CPF nº 652.316.359-87 e da CI nº. 2.283.026 do cargo em comissão de Encarregado dos Encanadores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 122 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 122 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR VANILDO DE OLIVEIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, o servidor VANILDO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 291.311.119-04 e da CI nº. 795.404-2 do cargo em comissão de Chefe de Serviços Externos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 14 de dezembro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 52/2016**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 52/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PLANEJAMENTO, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO PROJETO VERÃO MAIS 2017 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/12/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/12/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 16 de Dezembro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 086/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(011)3.1.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(028)3.1.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(133)3.3.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(143)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(181)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>128.210,95</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(012)3.3.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(029)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(059)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(132)3.1.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(144)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
---	----------

Total Anulação:	128.210,95
-----------------	------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(011)3.1.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(028)3.1.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(133)3.3.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(143)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(181)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
Total Suplementação:	128.210,95

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(012)3.3.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(029)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(059)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(132)3.1.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(144)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas

1.200,00

Total Anulação:

128.210,95

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(011)3.1.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(028)3.1.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(133)3.3.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(143)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
(181)3.3.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
<hr/>	
Total Suplementação:	128.210,95

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.02 - DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
(012)3.3.90.00.00.00.00.2.006-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(029)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	11.210,95
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(059)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
(132)3.1.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas	800,00
10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS	
10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS	
(144)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	100.000,00

Página: 1/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000086/16 de 16 de Dezembro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(180)3.1.90.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 1.200,00

Total Anulação: 128.210,95

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO DF 087/2016 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 87, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2026, de 17 de dezembro de 2015,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – CRECHE		
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0019	Fundeb 40%	R\$	66.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
16 de dezembro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 16 de dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO DF 088/2016 - ORÇAMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000088/16 de 16 de Dezembro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(057)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(069)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total Suplementação:	66.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(058)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(070)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total Anulação:	66.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 376-379**

PORTARIA Nº. 0376 / 2016 DE 29 de NOVEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a servidora VANESSA BEZA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Centro de convivência do Idoso, vinculado a Secretaria Municipal da Família e

Desenvolvimento Social, no período de 01/12/2016 a 30/12/2016, conforme período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015.

PORTARIA Nº. 0377 / 2016 DE 29 de NOVEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a JULIANA WESSLER GHIZONI, ocupante do cargo de Enfermeira, atuando na ESF - Estratégia Saúde da

Família, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de

Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/12/2016 a 30/12/2016, conforme período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, conforme solicitação.

PORTARIA Nº. 0378 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

Conceder férias regulamentares a HELENA HEIDEMANN BECKER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de

40 (quarenta) horas semanais, no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 26/12/2016 a 25/01/2017,

conforme período aquisitivo de 10/03/2015 a 09/03/2016, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0379 / 2016 DE 01 de DEZEMBRO de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº

989/2000 de 04/04/2000

Exonerar, a pedido, JOÃO BATISTA BERTO DACOREGIO, ocupante

do cargo de Operador de Maquinas e Equipamentos, com carga horaria de

40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, desde 01/06/1992, conforme portaria de nomeação

por concurso nº 230/1992, de 01/06/1992, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal

nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de

04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, a partir de 02/12/2016, conforme requerimento.

**Guaramirim****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 89/2016 PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2016- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS, COM TROCA INCLUSA, PARA OS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 171/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: ANACLETO & CIA LTDA, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 673, sala 02, bairro Nova Esperança, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.533.334/0001-56.

Fornecedor: 39713 - ANACLETO & CIA LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	100	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO UNO 2003 A 2014 (EXTERNO)	14,00	1.400,00
2	45	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULOS CELTA 2003 A 2014 E PRISMA 2005 A 2014 (EXTERNO)	13,00	585,00
3	30	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO CORSA 2005 A 2013 (EXTERNO)	14,50	435,00
4	10	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO CRUZE 2016 (EXTERNO)	47,50	475,00
9	10	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO LOGAN 2005 A 2014 (EXTERNO)	48,00	480,00
10	10	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO MONTANA 2004 A 2013 (EXTERNO)	19,00	190,00
11	15	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO PÁLIO 2004 A 2013 (EXTERNO)	26,00	390,00
14	10	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO TOWNER 2005 A 2014 (EXTERNO)	45,00	450,00
19	30	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO DOBLO 2005 A 2015	25,00	750,00
20	40	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS SIENA 2009 A 2016, FIORINO 2016, FOCUS 2002 E STRADA 2005 A 2014	18,00	720,00
21	10	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO LOGAN 2005 A 2014	25,00	250,00
22	15	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO PALIO 2004 A 2013	18,00	270,00
23	15	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO PARTENER 2010 A 215	25,00	375,00
25	5	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO GOL 2005 A 2014	14,00	70,00
Total				R\$6.840,00	

Vigência: Início: 12/12/2016 Término: 11/12/2017.

Guaramirim (SC), 16 de dezembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 90/2016 PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 90/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2016- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS, COM TROCA INCLUSA, PARA OS VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 171/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: AUTO CENTER E MACANICA ZEZINHO LTDA, com sede na Rua Wolf Heinz Antonius, n.º 50, bairro Amizade, Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.389.011/0001-21.

Fornecedor: 2911159 - AUTO CENTER E MECANICA ZEZINHO LTDA - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	30	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO DOBLO 2005 A 2015 (EXTERNO)	29,90	897,00
6	20	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO SIENA 2009 A 2016 (EXTERNO)	24,90	498,00
7	5	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO FIORINO 2016 (EXTERNO)	20,00	100,00
8	5	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO FOCUS 2002 (EXTERNO)	27,90	139,50
12	15	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO PARTENER 2010 A 2015 (EXTERNO)	37,90	568,50
13	10	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO STRADA 2005 A 2014 (EXTERNO)	17,90	179,00
15	5	UN	FILTRO DE AR PARA VEÍCULO GOL 2005 A 2014 (EXTERNO)	14,90	74,50
16	100	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO UNO 2003 A 2014	12,90	1.290,00
17	85	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS CELTA 2003 A 2014, CORSA 2005 A 2013, MONTANA 2004 A 2013 E PRISMA 2005 A 2014	11,90	1.011,50
18	10	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO CRUZE 2016	38,90	389,00
24	10	UN	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULO TOWNER 2005 A 2014	24,90	249,00
26	800	LITRO	ÓLEO SINTÉTICO 5W30 PARA MOTOR A GASOLINA	24,90	19.920,00
27	150	LITRO	ÓLEO 10W40 PARA MOTOR A GASOLINA	15,90	2.385,00
28	100	LITRO	ÓLEO SINTÉTICO 5W40 PARA MOTOR A GASOLINA	28,90	2.890,00
Total				R\$30.591,00	

Vigência: Início: 12/12/2016 Término: 11/12/2017.

Guaramirim (SC), 16 de dezembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 91/2016 PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/2016 – PMG  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 169/2016- PMG  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA ALIMENTAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR LOTADA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 169/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI, com sede na Rua José Theodoro da Figueira, n.º 1058, sala 03, bairro Ilha da Figueira, em Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 22.621.552/0001-50.

Fornecedor: 2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	150	PCT	CAFÉ TRADICIONAL 500 GR TIPO 1	10,69	1.603,50
2	40	POTE	MAIONESE 500G	8,69	347,60
3	30	UN	MARGARINA 500 GR	7,20	216,00
4	45	UN	PAPEL COADOR PARA CAFÉ Nº 103 CX PODENDO TER MINIMO DE 30 UNIDADES CONFORME REGISTRO E LEGISLAÇÃO VIGENTE.	3,20	144,00
5	450	KG	PAO FRANCES	9,40	4.230,00
6	480	LITRO	LEITE INTEGRAL	3,01	1.444,80
7	10	UN	AÇÚCAR 5KG	14,85	148,50
8	30	UN	ADOCANTE	7,00	210,00
9	35	KG	QUEIJO MUSSARELA	33,30	1.165,50
10	35	KG	QUEIJO PRATO	33,30	1.165,50
11	35	KG	MORTADELA	33,00	1.155,00
12	40	UN	DOCE DE LEITE	7,50	300,00
13	30	DUZIA	OVOS	4,95	148,50
14	20	KG	SALSICHA	7,79	155,80
15	35	KG	PRESUNTO	31,00	1.085,00
Total				R\$13.519,70	

Vigência: Início: 14/12/2016 Término: 13/12/2017.

Guaramirim (SC), 16 de dezembro de 2016.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 20/SMS****JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor NOVAMED PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - ME referente ao empenho nº. 2006/2016, datado de 05/12/2016, no valor de R\$ 12264,00. Este pagamento se refere ao medicamento Rituximabe para cumprimento da Determinação Judicial nº 0900344-44.2014.8.24.0026.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para possibilitar o cumprimento da determinação judicial, pois este fornecedor somente realiza a entrega do medicamento mediante pagamento antecipado, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 16 de dezembro de 2016.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER  
Secretária Municipal de Saúde

**LEI Nº. 4360/2016**

LEI Nº. 4360/2016

Institui o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas a saúde pública no âmbito do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Guaramirim o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicas municipais, para pessoas jurídicas de direito privado de fins não-econômicos, no caso de associações civis, ou não-lucrativas e de fundações privadas, cujas atividades sejam dirigidas à saúde pública, observadas as seguintes diretrizes:

- I - Adoção de critérios que assegurem a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;
- II - Promoção de meios que favoreçam efetiva redução de formalidades burocráticas para o acesso aos serviços;
- III - Adoção de mecanismos que possibilitem a integração, entre os setores públicos do Município, a sociedade e o setor privado;
- IV - Manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados;
- V - Promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo;
- VI - Redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização.
- VII - Transparência de informações, devendo disponibilizar receitas, despesas, normas e regimentos, seus integrantes e demais informações atinentes à sua atividade, em endereço eletrônico na internet, observando as normativas da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º Não serão objetos de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio de poder de polícia.

§ 2º O Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais para unidades de saúde será coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO II****DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS****Seção I****Da Qualificação**

Art. 2º. São requisitos para que a entidade, constituída na forma do artigo anterior, possa se habilitar à qualificação como organização social:

- I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:
  - a) Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
  - b) finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
  - c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
  - d) previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada na mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
  - e) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
  - f) previsão de autorização de participação, nos órgãos colegiados de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral, nos termos desta Lei;
  - g) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de grande circulação ou diário oficial, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e do relatório de execução do contrato de gestão;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

II - Dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

a) Assembleia Geral, ou Conselho Curador, ou Conselho Deliberativo ou Superior, ou instância equivalente, como órgão de deliberação superior;

b) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;

c) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira.

III – Solicitar o seu credenciamento por intermédio de processo de chamamento público, que ocorrerá por intermédio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. A qualificação da entidade como Organização Social dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. As entidades qualificadas como organizações sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários e enquanto perdurar a autorização de que tratam os artigos 2º e 3º desta Lei, às entidades reconhecidas de interesse social e utilidade pública.

Art. 5º A entidade perderá a sua qualificação como Organização Social, a qualquer tempo, quando houver alteração nas condições que ensejaram o recebimento da qualificação ou quando constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## Seção II Da Seleção

Art. 6º. O processo de seleção de entidades ocorrerá por concurso de projetos quando houver mais de uma instituição qualificada para prestar o serviço objeto da parceria para fins da transferência de que trata esta Lei, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, publicidade, eficiência, isonomia e imparcialidade, com observância das seguintes etapas:

I - Publicação do edital no Diário Oficial dos Municípios;

II - Recebimento e julgamento das propostas.

Art. 7º. O edital conterá:

I - Descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim.

II - Critérios objetivos para o julgamento da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III - Prazo para apresentação da proposta de trabalho.

Art. 8º. A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos e ainda:

I - Especificação do programa de trabalho proposto;

II - Especificação do orçamento;

III - Definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos de execução;

IV - definição de indicadores adequados de avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços autorizados;

V - Comprovação da regularidade jurídico-fiscal e da boa situação econômico-financeira da entidade;

VI - Comprovação de experiência técnica de no mínimo 5 (cinco) anos para desempenho da atividade objeto do Contrato de Gestão.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da entidade far-se-á por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos em licitação pública.

§ 2º A exigência do inciso VI deste artigo limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência gerencial na área relativa ao serviço a ser transferido através de atestado expedido pelas instituições onde já atuou, bem como da capacidade técnica do seu corpo funcional através de curriculum vitae.

Art. 9º. No julgamento das propostas serão observados, além de outros definidos em edital, os seguintes critérios:

I – Economicidade;

II - Otimização dos indicadores objetivos de eficiência e qualidade dos serviços;

Art. 10. O processo público de seleção será realizado por comissão especial de seleção, composta por até 7 (sete) membros da área da saúde pública, dos Conselhos das unidades de saúde incluídos no Contrato de Gestão (quando existirem) e da administração, sendo um deles designado presidente.

Art. 11. Havendo somente uma pessoa jurídica qualificada como Organização Social no âmbito Municipal e demonstrada efetivamente a inviabilidade de competição, bem como atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, a Organização Social poderá ser convidada a assinar o Contrato de Gestão, através de dispensa de licitação, prevista no inciso XXIV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, dar-se-á a inviabilidade de competição quando:

I - Após a publicidade da atividade a ser transferida pelo Poder Público apenas uma entidade houver manifestado interesse pela gestão da atividade a ser transferida;

II - Houver impossibilidade material técnica das demais entidades participantes, caso em que deverá ser ouvido o Conselho Municipal de Saúde.

### Seção III

#### Do Contrato de Gestão

Art. 12. Para fins desta Lei, o Contrato de Gestão é um acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo e que estabelecerá a relação entre o Município e a respectiva entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para o fomento e execução de atividades ou serviços de interesse público relativos às áreas relacionadas no art. 1º desta Lei, com ênfase no alcance de resultados.

§ 1º O Contrato de Gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelos seguintes partícipes:

I – Chefe do Poder Executivo na qualidade de Órgão Supervisor;

II - Dirigente máximo da entidade qualificada como Organização Social, na qualidade de Executor.

§ 2º Caso seja considerado relevante, o Contrato de Gestão poderá contar com a interveniência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo na qualidade de Órgão Supervisor, dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas.

Art. 13. O Contrato de Gestão, cujos termos deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal da Saúde, será elaborado de comum acordo entre os respectivos partícipes e discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Municipal e da Organização Social.

Art. 14. Na elaboração do Contrato de Gestão devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e, também, os seguintes preceitos:

I - Especificação do projeto a ser executado pela Organização Social, que deverá conter, sem prejuízo de outras informações:

a) Os objetivos;

b) A justificativa;

c) A relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;

d) Os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;

e) Os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas fontes;

f) Os indicadores de desempenho e as metas a serem alcançadas;

g) A equipe técnica envolvida, com síntese do currículo dos coordenadores;

h) O prazo.

II - A estipulação dos limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções, com recursos oriundos do Contrato de Gestão;

III – Que os bens adquiridos pela Organização social na execução do Contrato de Gestão, ou ao seu término, em caso de rescisão ou pela extinção da entidade, incorporar-se-ão ao patrimônio do município.

Art. 15. Nos contratos de gestão de unidades de saúde, a organização social contratada poderá ofertar leitos, consultas médicas, exames médicos e clínicos, exames laboratoriais, diagnósticos por imagem, procedimentos médicos ambulatoriais e hospitalares, procedimentos médicos cirúrgicos e outros serviços médicos clínicos e hospitalares a pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, somente quando esta situação estiver prevista em seu respectivo contrato de gestão, sem prejuízos ao atendimento do SUS, em quantitativo de, no máximo, de 40% (quarenta por cento).

§ 1º Caberá a Secretaria Municipal de Saúde a definição das unidades do estabelecimento de saúde que poderão ofertar seus serviços a pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, obedecidas as condições em que se dará o atendimento em questão, que deverão constar do respectivo Contrato de Gestão.

§ 2º O contrato de gestão deverá assegurar tratamento igualitário entre os usuários do Sistema SUS e os pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, sendo que a não observância de tratamento igualitário deverá acarretar na aplicação das penalidades de advertência, multa contratual penal e de rescisão do contrato de gestão, que devem ser aplicadas conforme a gravidade do caso.

§ 3º O contrato de gestão será firmado pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

#### Seção IV

##### Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 16. Os resultados alcançados pelas Organizações Sociais com a execução do Contrato de Gestão serão analisados por Comissão de Avaliação e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento e que emitirá relatório conclusivo e dará publicidade oficial até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

Parágrafo Único. Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos de que trata este artigo, encaminhado previamente para Auditoria Externa e posteriormente o presidente da comissão deverá enviá-la, acompanhado de seu parecer conclusivo, ao Chefe do Poder Executivo Municipal para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 17. A Comissão de Avaliação e Fiscalização, cuja regulamentação será objeto de ato específico do Poder Executivo, terá como competência, entre outras estabelecidas em regulamento:

I - Acompanhar o desempenho da Organização Social frente ao cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, através de relatórios periódicos, conforme estabelecido no referido instrumento;

II – Avaliar a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão, além do aprimoramento da gestão da Organização Social, na forma que dispuser o regulamento;

III - Fiscalizar os atos dos dirigentes da Organização Social no âmbito do Contrato de Gestão, verificando o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

IV - Analisar e aprovar, integralmente ou com ressalva, ou reprovos, a prestação de contas anual da Organização Social, no âmbito do Contrato de Gestão, expedindo o competente parecer;

V - Encaminhar aos órgãos setoriais de controle interno os relatórios pertinentes à execução dos Contratos de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro ou ao período de gestão;

VI - Aprovar os regulamentos que serão adotados para a contratação de obras e serviços no âmbito do Contrato de Gestão, bem como para compras e contratação de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A Comissão de Avaliação e Fiscalização será composta por 9 (nove) membros, sendo:

I - O Secretário Municipal da Saúde que presidirá a referida Comissão;

II – Dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal de Saúde;

III - Dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Consultivo ou Gestor das unidades de saúde incluídas no Contrato de Gestão, quando existirem;

IV – 3 (Três) membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação;

V – Um membro da Organização Social.

Parágrafo único. Na inexistência de Conselhos de acordo com inciso III, a composição da comissão será de 7 (sete) membros.

Art. 19. Os responsáveis pela avaliação e fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela dará ciência ao Tribunal de Contas

do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 20. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 19, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria-Geral do Município para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da Lei e dos tratados internacionais.

§ 2º Até o término da ação, o Poder Público Municipal permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade, no âmbito do Contrato de Gestão.

#### Seção V

##### Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 21. As entidades qualificadas como Organizações Sociais no âmbito deste Município, são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, na forma do artigo 4º.

Art. 22. Poderão ser destinados às Organizações Sociais recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º São assegurados às Organizações Sociais correspondentes os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão.

§ 2º O Contrato de Gestão poderá ser firmado por período superior ao exercício fiscal.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão.

Art. 23. As pessoas que forem admitidas como empregados das organizações sociais, serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 24. Para a execução do objeto do Contrato de Gestão, os órgãos e entidades da administração pública municipal poderão autorizar a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais.

Parágrafo único. Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido, qualquer diferença salarial ou vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

#### Seção VI

##### Da Intervenção e Desqualificação

Art. 25. O Poder Executivo Municipal, na hipótese de iminente risco quanto à regularidade da gestão empreendida pela entidade ou executora ou descumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, poderá intervir nos serviços autorizados ou delegados.

Art. 26. A intervenção far-se-á mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, que conterá a designação do interventor, seus objetivos, limites e duração, a qual não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão seguir todos os procedimentos legais que regem a Administração Pública Municipal.

Art. 27. Decretada a intervenção, o Poder Executivo Municipal deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito do contraditório pleno e da ampla defesa.

Art. 28. Ficando constatado que a intervenção não atendeu aos pressupostos legais e regulamentares previstos nesta hipótese, ou não constatada a culpa dos gestores, deve a gestão da Organização Social retomar os serviços autorizados ou delegados.

Art. 29. Constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão, o Poder Executivo Municipal declarará a desqualificação da entidade como organização social, respondendo os seus dirigentes, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

Parágrafo único. Desqualificada a entidade, os bens cujo uso foi permitido e os valores entregues à utilização da Organização Social, por conta do Contrato de Gestão, serão revertidos ao Município, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. A Organização Social fará publicar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamentos aprovados pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, contendo os procedimentos que serão adotados, no âmbito do Contrato



de Gestão, para:

I - Contratação de obras e serviços;

II - Compras e contratação de pessoal;

III - Plano de cargos e salários.

Art. 31. As extinções e a absorção de atividades e serviços por Organizações Sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - Os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo sendo facultado a Secretaria Municipal de Saúde, ao seu critério, realizar a cessão de servidor, com ônus para a origem, à Organização Social que vier a absorver as correspondentes atividades;

II - A desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III - Os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura de novo Contrato de Gestão;

IV - Encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos, mediante Lei Complementar.

Art. 32. As organizações sociais, na execução do contrato de gestão previsto nesta lei, poderão obter recursos financeiros provenientes de:

I – Dotações orçamentárias que lhes destinar o Poder Público Municipal, na forma do respectivo Contrato de Gestão;

II – Subvenções sociais que lhe forem transferidas pelo Poder Público Municipal, nos termos do respectivo Contrato de Gestão;

III – Receitas originárias do exercício de suas atividades, observados os limites previstos em legislação própria;

IV – Doações e contribuições de entidades nacionais e internacionais;

V – Os rendimentos de aplicações do seu ativo financeiro e outros relacionados ao patrimônio sob sua administração;

VI – Outros recursos que lhes venham a ser destinados.

Art. 33. Os conselheiros, administradores e dirigentes das organizações sociais não poderão exercer cargos ou funções em qualquer nível dos poderes públicos que possam influir diretamente sobre os objetivos colimados pelo contrato.

Art. 34. O Município consignará na Lei Orçamentária Anual os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações previstas nos Contratos de Gestão firmados pela Administração Pública Municipal com as Organizações Sociais.

Art. 35. As despesas decorrentes de aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 36. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei no que for necessário.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4361/2016**

LEI Nº. 4361/2016

Denomina a Unidade de Saúde Prefeito Victor Kleine.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Unidade de Saúde Prefeito Victor Kleine" a Unidade de Saúde localizada na Rua Isidoro Decker, Bairro Bananal do Sul, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4362/2016**

LEI Nº. 4362/2016

Institui o Programa de Incentivos ao Setor Agropecuário.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Incentivos ao Setor Agropecuário nas propriedades rurais e com características rurais do Município de Guaramirim objetivando o aumento da produtividade e diversificação de culturas.

Art. 2º. O Município disponibilizará horas máquinas para desenvolver atividades de preparo e uso do solo nas plantações de quaisquer culturas nas propriedades agrícolas, limitado o atendimento até 10 (dez) horas por máquina/ano por agricultor com registro de produtor primário (Bloco de Produtor), dos seguintes equipamentos:

- I – máquina de trator de pneu com o implemento arado;
- II - máquina de trator de pneu com o implemento rotativa;
- III - máquina de trator de pneu com o implemento sub solador;
- IV - máquina de retro escavadeira;
- V - máquina de escavadeira hidráulica (PC).

§ 1º A Secretaria de Agricultura poderá disponibilizar equipamentos não constantes de sua própria frota, como o trator de esteira, através de contratação/licitação de horas máquina, mantendo-se o limite de horas previsto no caput deste artigo.

§ 2º O incentivo de horas máquinas, instituído pela presente Lei, não será cumulativo.

Art. 3º O Município disponibilizará horas máquinas para desenvolver atividades de preparo e uso do solo nas plantações de quaisquer culturas nas propriedades inseridas no perímetro urbano, limitado o atendimento até 05 (cinco) horas por máquina/ano por agricultor, dos seguintes equipamentos:

- I - trator de pneu com rotativa
- II - horas de trator de pneu com arado
- III - horas de trator de pneu com subsolador

Parágrafo único. Somente serão atendidos os agricultores enquadrados como possuidores ou arrendatários, mesmo que de fato, inclusive aqueles que não possuam bloco de nota do produtor rural, após comprovação da atividade aos técnicos e engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura, nos termos do regulamento.

Art. 4º. O agricultor deverá efetuar o pagamento das horas máquinas efetivamente disponibilizadas, através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM cujo valor, não inferior a 50% (cinquenta por cento) da UFM por hora máquina, estabelecido por Decreto.

Art. 5º. Todos os pedidos de horas máquinas formulados serão analisados e atendidos de acordo com a disponibilidade da Secretaria de Agricultura, atendendo, além de outros, os princípios da isonomia e eficiência.

Art. 6º. O Agricultor deverá estar cadastrado e/ou manter seus dados atualizados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, bem como apresentar rol de documentos, quando necessário, conforme procedimento estabelecido em Decreto.

Art. 7º. O presente programa de incentivo somente será disponibilizado aos agricultores que estejam adimplentes com a Fazenda Municipal.

Art. 8º. Fica vedada à disponibilização do serviço de horas máquina ao agricultor que tiver em sua posse qualquer máquina ou implemento equivalente às da Secretária de Agricultura.

Art. 9º. Fica vedada à utilização dos equipamentos, independente do tempo utilizado, para outra finalidade que não seja exclusivamente agrícola, destinado ao desenvolvimento rural.

Art. 10. Em caso de descumprimento do artigo 8º e 9º será aplicada multa correspondente ao valor de 30 (trinta) UFM.

Art. 11. Serão isentas da taxa de cobrança as entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, desde que o serviço seja exclusivamente agrícola e sua finalidade atenda o uso comum/coletivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4363/2016**

LEI Nº. 4363/2016

Autoriza o Executivo a firmar termo de cessão de uso de bens imóveis de sua propriedade com o Serviço Social do Comércio de Santa Catarina – SESC/SC.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de um terreno situado no Bairro Escolinha, nesta cidade, com área de 5.754,43m<sup>2</sup> (cinco mil setecentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e três decímetros quadrados), de propriedade do Município de Guaramirim, matriculado no Cartório sob nº. 30.068, cedendo para o Departamento Regional SESC/SC, para construção de uma quadra comunitária, de conformidade com o termo a ser celebrado.

Parágrafo único. A cessão de uso tem por finalidade a construção de uma quadra comunitária.

Art. 2º. O prazo da cessão de uso é de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do termo de cessão, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à cessionária, mediante comunicação expressa.

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso pode ser prorrogado mediante termo aditivo.

Art. 3º. As construções ou benfeitorias que forem lançadas no terreno incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art. 4º. Fica determinado o prazo de 5 (cinco) anos para a conclusão das benfeitorias, sob pena de término da cessão de uso e revogação do mesma.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4364/2016**

LEI Nº. 4364/2016

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", para a manutenção de toda a estrutura da entidade.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de

Guaramirim "Bombeiros Voluntários", declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1574/1992, de 10 de julho de 1992, para a manutenção de toda a estrutura da entidade.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Defesa Civil de Guaramirim à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 344.112,72 (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e doze reais e setenta e dois centavos), em 12 (doze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4365/2016**

LEI Nº. 4365/2016

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", para manutenção do Centro de Atividades Técnicas (CAT).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários", declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1574/1992, de 10 de julho de 1992, para manutenção do Centro de Atividades Técnicas (CAT).

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Defesa Civil de Guaramirim à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 154.458,12 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), em 12 (doze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4366/2016**

LEI Nº. 4366/2016

Autoriza o Município de Guaramirim a celebrar termo de compromisso entre entes públicos com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim - "Bombeiros Voluntários" para operacionalização do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU - 192.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a celebrar Termo de Compromisso entre Entes Públicos com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim - "Bombeiros Voluntários", contando com a participação financeira dos Municípios de Massaranduba e Schroeder, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a operacionalização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - 192, que será exercida pela entidade, sendo regulado de acordo com a legislação e normas emanadas do Ministério da Saúde, as diretrizes do Plano Estadual de Regionalização do SAMU e de acordo com o Plano de Trabalho Anual, anexo do Termo a ser firmado.

Art. 2º. Para a execução deste Termo, o Município de Guaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, repassará à entidade a importância total de R\$ 516.921,12 (quinhentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e um reais e doze centavos), em 12 (doze) parcelas.

§ 1º O valor estabelecido neste artigo serão oriundos de recursos repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU – 192 e com a participação de recursos na ordem de R\$ 0,10 (dez centavos) a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) per capita, oriundos dos Municípios de Guaramirim, Massaranduba e Schroeder.

§ 2º A aplicação dos recursos públicos de que trata o caput deste artigo, dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho Anual, integrante do Termo.

§ 3º Os recursos correspondentes as participações dos municípios de Massaranduba e Schroeder serão repassados mensalmente para o Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, conforme pactuação, que por sua vez integralizará a parte correspondente ao Município de Guaramirim, mais o repasse do Ministério da Saúde/FNS, e então fará o repasse aos Bombeiros Voluntários.

§ 4º A base populacional utilizada para o cálculo do valor per capita de que trata este artigo será o Censo ou Estimativa oficial publicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas com este Termo, até o valor de R\$ 0,10 (dez centavos) a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante ao mês, mais o valor repassado fundo a fundo pelo Ministério da Saúde ao programa, necessitando que estes valores sejam acordados com os demais partícipes e fixados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Após a assinatura do Termo de Compromisso entre Entes Públicos, quaisquer alterações e/ou reajustes deverão ser obrigatoriamente fixados por Decreto do Poder Executivo Municipal, conforme limite fixado no caput deste artigo, e alterado mediante Termo Aditivo.

Art. 4º. A vigência do Termo será pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado anualmente por meio de Termo Aditivo, mediante acordo entre os partícipes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Art. 6º. Revoga a Lei Municipal nº. 4277/2015.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## **LEI Nº. 4367/2016**

LEI Nº. 4367/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o desenvolvimento do Projeto Segurança é Preciso.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, para o desenvolvimento do Projeto Segurança é Preciso.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4368/2016**

LEI Nº. 4368/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o desenvolvimento do Projeto Inovar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, para o desenvolvimento do Projeto Inovar.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 19.416,85 (dezenove mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4369/2016**

LEI Nº. 4369/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o desenvolvimento do Projeto Prevenir é Melhor que Remediar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, para o desenvolvimento do Projeto Prevenir é Melhor que Remediar.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Infância e Adolescência – FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 16.240,00 (dezesseis mil e duzentos e quarenta reais).

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



**LEI Nº. 4370/2016**

LEI Nº. 4370/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando o desenvolvimento do Projeto Ser e Conviver.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, para o desenvolvimento do Projeto Ser e Conviver.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Assistência Social à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 19.844,20 (dezenove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), em 09 (nove) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4371/2016**

LEI Nº. 4371/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando a manutenção do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) e Centro de Equoterapia Walter Adam (CEWA).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1100/1987, de 14 de agosto de 1987, visando a manutenção do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) e Centro de Equoterapia Walter Adam (CEWA).

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo da Assistência Social à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 381.000,00 (trezentos e oitenta e um mil), em 12 (doze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4372/2016**

LEI Nº. 4372/2016

Denomina a Unidade de Saúde Isídio Rodrigues.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Unidade de Saúde Isídio Rodrigues" a Unidade de Saúde localizada na Rua Oswaldo Beber, Bairro Rio Branco, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4373/2016**

LEI Nº. 4373/2016

Denomina a Unidade de Saúde Isídio Rodrigues.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Unidade de Saúde Isídio Rodrigues" a Unidade de Saúde localizada na Rua Oswaldo Beber, Bairro Rio Branco, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4374/2016**

LEI Nº. 4374/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com o Clube Feliz Idade, visando o desenvolvimento do projeto Integração entre Grupos de Idosos.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com o Clube Feliz Idade, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1777/1994, de 13 de setembro de 1994, visando a o desenvolvimento do projeto Integração entre Grupos de Idosos.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal do Idoso à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em 08 (oito) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4375/2016**

LEI Nº. 4375/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com o Clube Anos Dourados, visando o desenvolvimento do projeto Valorizando o Idoso.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com o Clube Anos Dourados, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 2054/1997, de 19 de novembro de 1997, visando a o desenvolvimento do projeto Valorizando o Idoso.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal do Idoso à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), em 09 (nove) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4376/2016**

LEI Nº. 4376/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, visando o desenvolvimento do projeto Inclusão Digital na Terceira Idade.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, visando a o desenvolvimento do projeto Inclusão Digital na Terceira Idade.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal do Idoso à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 23.480,00 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta reais), em 11 (onze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4377/2016**

LEI Nº. 4377/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, visando o desenvolvimento do projeto Criar, Cortar e Costurar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, visando a o desenvolvimento do projeto Criar, Cortar e Costurar.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal de Assistência Social à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), em 11 (onze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4378/2016**

LEI Nº. 4378/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, visando o desenvolvimento do projeto Tempo de Brincar e Crescer.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, visando a o desenvolvimento do projeto Tempo de Brincar e Crescer.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), em 11 (onze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº. 4379/2016**

LEI Nº. 4379/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, visando o desenvolvimento do projeto Alfabetização Digital.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, visando a o desenvolvimento do projeto Alfabetização Digital.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), em 11 (onze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4380/2016**

LEI Nº. 4380/2016

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, visando o desenvolvimento do projeto Sustentabilidade na Prática.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Guaramirim autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Ação Social de Guaramirim, declarado de utilidade pública pela Lei nº. 1237/1988, de 14 de outubro de 1988, visando a o desenvolvimento do projeto Sustentabilidade na Prática.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o art. 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá do Fundo Municipal da Assistência Social à entidade, subvenção social no valor total de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais), em 11 (onze) parcelas.

Art. 3º. A fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas deverá ser feita na forma da lei vigente, adequando-se aos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EMENDA Nº 001/2015 A LEI ORGÂNICA**

PROPOSTA DE EMENDA Nº 001/2015

A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Altera o Artigo 92 da Lei Orgânica Municipal.

A Mesa da Câmara Municipal nos termos do parágrafo 2º do Artigo 43 da Lei Orgânica do Município de Guaramirim promulga a seguinte EMENDA:

Art. 1º - Fica alterado o Caput do Artigo 92 da Lei Orgânica Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92 - O Prefeito, o Vice Prefeito, Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, os dirigentes das Autarquias e Fundações Públicas, os Vereadores e os Servidores Públicos, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 06(seis) meses após findas as respectivas funções”.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta emenda entra vigor na data da sua publicação.

Guaramirim, SC 16 de Dezembro de 2016

Evaldo João Junckes  
Presidente

Lauro da Silva Erthal  
1º Secretário

Lino Venturi  
2º Secretário

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 196/2016

DECRETO Nº 196/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal 14.000,00 (catorze mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

04- Gerência de Compras, e Convênios:

Atividade: 0404.24.122.0002.2.059

3.1.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas ..... R\$ 14.000,00

Soma ..... R\$ 14.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício de 2015, referente recursos PRÓPRIOS, no valor de R\$ 14.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

16 de dezembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 50/2016 TA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 50/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº .34/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2016.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de 01 de janeiro de 2017 até 31 de março de 2017 (ampliação de rede de distribuição de água / Cembrani ).

Guarujá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1397/2016**

PORTARIA Nº 1397/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora SUINER SILVA DE OLIVEIRA (Matr. 3706), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 14 de dezembro de 2016, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1398/2016**

PORTARIA Nº 1398/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora EDI SPIER EBERT (Matr. 3714), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 15 de dezembro de 2016, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1399/2016**

PORTARIA Nº 1399/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 942/2016, da Servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRÉ (Matr. 2893), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Convênios e Projetos Institucionais, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo VI da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2015 e 07 de janeiro de 2016, para serem gozadas a partir de 16 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1400/2016**

PORTARIA Nº 1400/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 16 de dezembro de 2016, os Servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, os quais exercem a função de Professor, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Nº	Matrícula	Nome	Nº Portaria
01	4195	ADRIANA APARECIDA DOS REIS ALVES	1400/01/2016
02	4208	ADRIANA M. DA SILVA XAVIER BERNARDI	1400/02/2016
03	4210	ALINI ALVES CABRAL	1400/03/2016
04	4357	ANGÉLICA BIANCHETTI DA SILVA	1400/04/2016
05	4279	ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO	1400/05/2016
06	4383	ARLETE GELATI	1400/06/2016
07	4265	ARLETE GELATI	1400/07/2016
08	4369	CARLA APARECIDA MELOTTI	1400/08/2016
09	4228	CLAUDETE DA SILVA	1400/09/2016
10	4268	CLAUDIA ROSANE CÂMARA	1400/10/2016
11	4269	CLÁUDIA ROSANE CÂMARA	1400/11/2016
12	4292	DAIANA PELENTIR	1400/12/2016
13	4298	DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	1400/13/2016
14	4241	DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	1400/14/2016
15	4379	ELISANGELA APARECIDA GUIMARÃES DE QUADROS MARTINAZZO	1400/15/2016
16	4192	FABIANA PARIZOTTI	1400/16/2016
17	4364	FABIANA PAROLIN ANTES	1400/17/2016
18	4245	FÁBIO JUNIOR WENTZ AGUIAR	1400/18/2016
19	4191	FABIOLA TEIXEIRA GOETZE	1400/19/2016
20	4225	FÁTIMA ZARTH	1400/20/2016
21	4289	FERNANDA LEVINSKI	1400/21/2016
22	4380	FRANCIELE CARABOLANTE PINTO	1400/22/2016
23	4283	FRANCIELE DA SILVA DE OLIVEIRA	1400/23/2016
24	4309	GEIZA MULLER MICHELON	1400/24/2016
25	4248	GEIZA MULLER MICHELON	1400/25/2016
26	4313	GIGLIOLA RAQUEL BIZINELA	1400/26/2016
27	4297	GIULIA CHANES DOS SANTOS	1400/27/2016
28	4374	GLACINIRA APARECIDA RODRIGUES CORREA SPESSATO	1400/28/2016
29	4288	ISABEL AP. CHINATTO LINS LUCHETTA	1400/29/2016
30	4287	IVANIRA ANTUNES RODRIGUES	1400/30/2016
31	4286	IVANIRA ANTUNES RODRIGUES	1400/31/2016
32	4273	IVETE TERESINHA FERRONATO	1400/32/2016
33	4235	IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR	1400/33/2016
34	4381	JASIANE PIOVESAN	1400/34/2016
35	4258	JASIANE PIOVESAN	1400/35/2016
36	4372	JOSSIANE SIBELLE NEVES DOS SANTOS	1400/36/2016
37	4274	JOSSICLEIA PREZOTTO KUHN	1400/37/2016
38	4262	JULIANA APARECIDA THOMAZZI SAMOURA	1400/38/2016
39	4359	JULIANA APARECIDA THOMAZZI SAMOURA	1400/39/2016
40	4358	JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	1400/40/2016
41	4236	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	1400/41/2016
42	4285	JULIE SOARES ANTUNES	1400/42/2016
43	4239	JULIO PASQUAL RIGO	1400/43/2016
44	4318	JUREMA CARICIMI	1400/44/2016
45	4330	KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS	1400/45/2016
46	4314	KARINA ALBERTI DA FONSECA	1400/46/2016
47	4246	KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERTI	1400/47/2016
48	4320	LAIZ DA SILVA LEBKUCHEN	1400/48/2016
49	4206	LIVONIR MENDES BALESTRIN	1400/49/2016
50	4300	LUAN PATRICK MELERE SOBRINHO	1400/50/2016
51	4278	LUCIANE BORGES DO AMARAL	1400/51/2016
52	4307	LUCIANE REZENDE	1400/52/2016

53	4224	LUCIANE REZENDE	1400/53/2016
54	4375	MAIRA GALDINO	1400/54/2016
55	4227	MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS	1400/55/2016
56	4219	MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS	1400/56/2016
57	4352	MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI	1400/57/2016
58	4240	MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY	1400/58/2016
59	4238	MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ	1400/59/2016
60	4259	MARIA LUCIA GELAIN	1400/60/2016
61	4220	MARIA LUIZA DEZANET	1400/61/2016
62	4319	MARIA SALETE PIGATTO	1400/62/2016
63	4212	MARIANA SCHUCK DALCIN	1400/63/2016
64	4344	MARIANA SCHUCK DALCIN	1400/64/2016
65	4306	MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY	1400/65/2016
66	4209	MICHELE DEOLA	1400/66/2016
67	4194	MICHELI NOVELLO	1400/67/2016
68	4323	MONZALIZA APARECIDA SURDI GEMELLI	1400/68/2016
69	4202	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	1400/69/2016
70	4197	NEUSA TEREZINHA FORTES	1400/70/2016
71	4299	NILCE BORTOLUZI	1400/71/2016
72	4362	NORIDIANE FERREIRA MAGAINS	1400/72/2016
73	4226	ODETE ELISA PERUZZO	1400/73/2016
74	4217	PAMELA TERCENIO DA SILVA	1400/74/2016
75	4193	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	1400/75/2016
76	4321	REGINA TEDESCO GEHM	1400/76/2016
77	4343	REJANE DOS SANTOS	1400/77/2016
78	4275	RODRIGO CERINO DA SILVA	1400/78/2016
79	4251	RODRIGO MITTERER	1400/79/2016
80	4243	RODRIGO MITTERER	1400/80/2016
81	4198	ROSANGELA SCHVAIZERSKI	1400/81/2016
82	4201	ROSELEI BAUERMANN MEISTERLIN	1400/82/2016
83	4252	ROSELENE NARDI NEIZ	1400/83/2016
84	4373	SANDRA ADRIANO	1400/84/2016
85	4272	SANDRA VACCARI	1400/85/2016
86	4211	SILVANA MARUA MUSSULINE	1400/86/2016
87	4216	SIMONE APARECIDA BORSOI	1400/87/2016
88	4196	TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER	1400/88/2016
89	4200	THAIANE CRISTINA BONATTO	1400/89/2016
90	4366	VANDREIA PEREIRA CARDOSO DOS PASSOS	1400/90/2016
91	4218	VANDREIA PEREIRA CARDOSO DOS PASSOS	1400/91/2016
92	4231	VANDREIA SCHREIDER	1400/92/2016
93	4325	VANESSA ALBERTI WILLMSEN	1400/93/2016
94	4370	VILMA CAROLINA BROETO	1400/94/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 16 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1401/2016**

PORTARIA Nº 1401/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 16 de dezembro de 2016, os Servidores abaixo relacionados, contratados em caráter temporário, os quais exercem a função de Agente de Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Nº	Matrícula	Nome	Nº Portaria
01	4355	CAROLLINE AYALA DE OLIVEIRA	1401/01/2016
02	4361	IVONE DOMINGUES	1401/02/2016



03	4365	JANE GONÇALVES	1401/03/2016
04	4335	LUCIANA DE OLIVEIRA	1401/04/2016
05	4256	MARLOVA APARECIDA CARDOSO DA SILVA	1401/05/2016
06	4255	VANTUIR DA SILVA	1401/06/2016
07	4257	VERONICE DE OLIVEIRA	1401/07/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 16 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1402/2016**

PORTARIA Nº 1402/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº 635/2015, que concedeu Licença Prêmio à servidora INEZITA ROSANA DUERLING BRUNETTO (Matr. 486), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012"; leia-se: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013".

E, CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à Servidora supracitada, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2013 e 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 05 de dezembro de 2016 a 16 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 16 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2978/2016

DECRETO Nº. 2978, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO E DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 6.236,54 (seis mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Unidade: 0206 Sec. Mun. De Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manutenção das A. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1136- Recursos Vinculados

Valor: R\$ 6.236,54

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do repasse do Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

### TERMO ADITIVO 01-2016 CT 003/2015 FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - FMS

CONTRATO Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 026/2014

Termo aditivo ao contrato público administrativo 018/2012, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA, com sede à Rua Veneriano dos Passos, 213, Sala 03, Centro, Videira/SC, CNPJ: 05.462.961/0001-31, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Luciano Madeira da Silveira, portador do CPF nº 900.179.780-68, documento de identidade nº 6.739.187. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 003/2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 02/01/2017 até 31/12/2017. Podendo, a critério de Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

Cláusula Segunda :A partir desta data, o contrato tem valor reajustado pelo índice do INPC, acumulado no ano, correspondente a 6,35% ( seis virgula trinta e cinco por cento), passando a vigorar com o valor de R\$ 4.636,00 (Quatro mil seiscentos e trinta e seis reais).

Cláusula Terceira : Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2017. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 14 de Dezembro de 2016.

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal

Contratante

Clinica Médica Dr. Madeira Ltda

CNPJ: 05.462.961/0001-31

Sócio Adm. Luciano Madeira da Silveira

Contratado

#### TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 490.157.709-30

Eudes Vilmar Trindade  
CPF: 509.352.839-00

# Ilhota

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 012/2016-ILHOTAPREV

PORTARIA nº 012, de 08 de dezembro de 2016.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, com fundamentos no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, art. 28 da Lei Municipal nº 1.491/2008, do Processo Administrativo nº 2016013 e autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10.887/2004 ao servidor MARIO VALGAS, a partir de 08/12/2016.

O Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota – ILHOTAPREV, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 2016013,

#### RESOLVE:

Art.1º Aposentar por invalidez permanente, em caráter proporcional, com fundamentos no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e art. 28 da Lei Municipal nº 1.491/2008, o servidor MARIO VALGAS, detentor da matrícula funcional nº 3212-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ilhota.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional.

Parágrafo Único. A revisão geral anual dos proventos de aposentadoria será na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/12/2016.

Art. 4º Revogar as disposições em contrário.

Ilhota, 08 de dezembro de 2016.

João Roberto Vieira

Superintendente

Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

### CONTRATO 2016-005 - ADITIVO 1 - DL 030-2016 - PUBLICAÇÕES LEGAIS - DIARIO CATARINENSE

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 005/2016 DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, FIRMADO ENTRE RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC, NA FORMA ABAIXO:

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.821.701/0002-90, com sede na Rod. José Carlos Daux SC-401, nº 4190, Edifício A, Bairro Saco Grande Florianópolis/SC, na qualidade de CONTRATADA e PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Av. Dr. Leoberto Leal, nº 160 Centro Ilhota/SC, na qualidade de CONTRATANTE, por seus representantes legais, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATADA:

Altera-se a Contratada passando da RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. para a empresa LNC COMUNICAÇÕES SA, Rod. José Carlos Daux, 4190, Bloco A, Bairro Saco Grande, Florianópolis/SC, CEP 88.032-005, CNPJ 79.227.963/0001-82, conforme documentos anexo ao processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Ilhota (SC), 27 de setembro de 2016.

PREITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

LNC COMUNICAÇÕES SA

#### TESTEMUNHAS:

### CONTRATO 2016-005 - ADITIVO 2 - DL 030-2016 - PUBLICAÇÕES LEGAIS - DIARIO CATARINENSE

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 005/2016 DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, FIRMADO ENTRE LNC COMUNICAÇÕES SA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC, NA FORMA ABAIXO:

LNC COMUNICAÇÕES SA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 79.227.963/0001-82, com sede na Rod. José Carlos Daux SC-401, nº 4190, Edifício A, Bairro Saco Grande Florianópolis/SC, na qualidade de CONTRATADA e PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Av. Dr. Leoberto Leal, nº 160 Centro Ilhota/SC, na qualidade de CONTRATANTE, por seus representantes legais, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATADA:

Altera-se a razão social da Contratada passando de LNC COMUNICAÇÕES SA para NC COMUNICAÇÕES SA, conforme documentos anexo ao processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Ilhota (SC), 14 de outubro de 2016.

PREITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

NC COMUNICAÇÕES SA

#### TESTEMUNHAS:



**EXTRATO CONTRATO 2015-001 - ADITIVO 3 - PP  
001-2015 - ILHOTAPREV - DUETO**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 001/2015 – ILHOTAPREV

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Extrato de Contrato nº 001/2015 – ILHOTAPREV

Processo: PP 001/2015.

OBJETO: Locação de Software.

FORNECEDOR: Dueto Tecnologia Ltda

VALOR TOTAL: R\$ 2.320,00

Assinatura: 01/09/2016

ILHOTAPREV

**EXTRATO CONTRATO 2015-027 - ADITIVO 1 - TP  
003-2015 - DI FATTO**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 027/2015 – FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 027/2015 – FME

Processo: TP 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para Construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário da Escola Municipal Domingos José Machado.

FORNECEDOR: DI FATTO INDUSTRIA E COM. LTDA

Aditivo: 6,83%

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 29.324,02

Assinatura: 16/03/2016

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 2015-027 - ADITIVO 2 - TP  
003-2015 - DI FATTO**

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 027/2015 – FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 027/2015 – FME

Processo: TP 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para Construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário da Escola Municipal Domingos José Machado.

FORNECEDOR: DI FATTO INDUSTRIA E COM. LTDA

Prazo: 27/04/2016 a 26/07/2016

Assinatura: 16/03/2016

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ERRATA PROCESSO 105/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

PROCESSO Nº 105/2016 DL 12/2016

CHAMADA PUBLICA 02/2016

ERRATA

No Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 14 de dezembro de 2016, comunicamos que: onde se lê: "Imbituba 13 de janeiro de 2015" ler-se-á: "Imbituba 14 de dezembro de 2016" respectivamente.

Imbituba, 19 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### EXTRATO PUBLICAÇÃO PROCESSO 111/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 111/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

A prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 15:00 horas do dia 29 de dezembro de 2016, licitação na modalidade de pregão presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela lei complementar nº 123/2006, pelo decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, decreto Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível contratação de empresa adequada para fornecimento de alimentação escolar para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal do município de Imbituba/SC orçamento 2017. "

O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link portal da transparência.

Imbituba, 19 de dezembro de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

### PORTARIA PMI/GGP Nº 672/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 672, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luciana Carmo dos Santos	Técnica em Enfermagem	010.655.791-28	19/12/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Maria Maciel, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 1783, inscrita no CPF sob o nº 415.092.009-59, afastada para tratamento de saúde, encontrando-se em auxílio-doença, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até o retorno da titular da vaga.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública  
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

**PORTARIA PMI/SEDUC Nº 014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a nulidade do ato administrativo que confere lotação aos professores do quadro efetivo da Escola Municipal João Pedro Tavares, bem como as devidas transferências para outras unidades escolares e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,  
CONSIDERANDO, que a Escola Municipal João Pedro Tavares, encontra-se desativada;  
CONSIDERANDO, a necessidade de transferência de lotação dos professores da Escola Municipal João Pedro Tavares;  
CONSIDERANDO, a existência de vagas nas escolas sugeridas devido ao aumento significativo na demanda e conseqüentemente nas turmas;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar a lotação dos professores da Escola Municipal João Pedro Tavares ficando da seguinte forma:

Elidia Feliciano da Silva – 40 h - E.B. M. Basileu José da Silva  
Fabiane Correia do Nascimento – 20 h - E.M. Etelvina de Souza Pereira

Salete de Souza – 20 h - E.M. Etelvina de Souza Pereira  
Joelma da Silva Gabriel – 20 h -E.M. Belarminda de Souza Pires

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2016.

Michela da Silva Freitas  
Secretária Municipal de Educação

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE COMUNICADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 106/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016  
COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba comunica a todos os interessados que, fica incluído no edital no que diz respeito à habilitação, o seguinte item:

8.7. A qualificação técnica será comprovada mediante os seguintes documentos:

- a) apresentar certificado de regularidade com o IBAMA;
  - b) apresentar Licença Ambiental de operação (LAO) expedida pela FATMA;
  - c) apresentar Certificado de Registro com a ANP (Agencia Nacional do Petróleo);
  - d) apresentar Alvará de Licença e Localização da Licitante
  - e) apresentar Alvará de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros.
- Comunicamos ainda, que a abertura do certame fica para o dia 29/12/2016 as 13:15 em endereço informado no preâmbulo do Edital.

Imbituba, 19 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 107/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016  
ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê no item 9.7 alínea b do edital: "Área segura para guarda dos veículos pesados de no mínimo 10m²", ler-se-á: Área segura para guarda dos veículos pesados de no mínimo 10.000m².

Imbituba, 19 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

**PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2016 (SEMUSA)**

PREFEITURA DE IMBITUBA  
SEMUSA  
PROCESSO Nº 37/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

A prefeitura de Imbituba por meio de seu pregoeiro oficial comunica, a RETIFICAÇÃO DO EDITAL do processo em epígrafe com o objeto: Aquisição de 01 veículo tipo van para transporte de pacientes e um veículo utilitário para uso da vigilância sanitária da secretaria municipal de saúde (SEMUSA).

Comunicamos ainda, que a abertura do certame licitatório será em 29/12/2016 as 18:00 em endereço especificado no preâmbulo do edital. O edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link portal da transparência.

Imbituba, 19 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMI Nº 104/2016**

PORTARIA CMI Nº 104/2016

"Concede Férias à Servidora Tatianne de Bona"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Tatianne de Bona, Analista Legislativa nomeada pela Portaria CMI nº 028/2007, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2015 a 24/06/2016, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 02/01/2017 e 11/01/2017, com retorno ao trabalho em 12/01/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Parágrafo único. Os outros 10 (dez) dias de férias a que tem direito serão usufruídos em período posteriormente decidido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/12/2016.

**PORTARIA CMI Nº 105/2016**

PORTARIA CMI Nº 105/2016

"Concede Férias à Servidora Jane Keila Travasso Pohcrywieski"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Jane Keila Travasso Pohcrywieski, Auxiliar de Serviços nomeada pela Portaria CMI nº 052/2014, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2015 à 30/11/2016, a serem usufruídas no período entre 02/01/2017 e 31/01/2017, com retorno ao trabalho no dia 01/02/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/12/2016.

**PORTARIA CMI Nº 106/2016**

PORTARIA CMI Nº 106/2016

"Concede Férias à Servidora Erica Batista Pittigliani Custódio"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Erica Batista Pittigliani Custódio, Controladora Interna, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 16/03/2015 à 15/03/2016, a serem usufruídas entre 02/01/2017 e 31/01/2017, com retorno ao trabalho em 01/02/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/12/2016.

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 193/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 193/2016

CONTRATADA: TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA – ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação da Rua Arnoldo Ebert – Trecho 02, com extensão de 378,00 metros (início: residência no 249 – estaca 12+10,00 PP; término: residência no 620 – estaca 31+8,00 PF).

VALOR: R\$633.387,27

PRAZO: 13 de dezembro de 2016 até 19 de abril de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

### DECRETO Nº 2323/16

. DECRETO Nº 2323/16

. De 16 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.500,34 (quarenta e dois mil e quinhentos reais e trinta e quatro centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
30.001.0010.0301.0030.2444.3339000000000000	01671302	25.828,78
30.001.0010.0301.0030.2443.3339000000000000	01671302	16.671,56

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2324/16

. DECRETO Nº 2324/16

. De 16 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICÍPIO DE INDAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor

e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.746,51 (dezenove mil e setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
10.002.0017.0512.0010.2262.3339000000000000	01645502	19.746,51

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2325/16

. DECRETO Nº 2325/16

. De 16 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Especial Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICÍPIO DE INDAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015, e a Lei nº 5376, de 16 de dezembro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAL, Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R\$ 5.335,00 (cinco mil e trezentos e trinta e cinco reais) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2237.3449000000000000	03110000	5.335,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2326/16**

. DECRETO Nº 2326/16

. De 16 de dezembro de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015, e a Lei nº 5377, de 16 de dezembro de 2016,

**DECRETA**

Artigo 1º - Fica anulado no valor de R\$ 133.177,49 (cento e trinta e três mil e cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1331 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	30.451,61
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1336 - Construção de Etes	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	77.665,88
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.2331 - Construção de Etes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	25.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.117,49

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2327/16**

. DECRETO Nº 2327/16

. De 16 de dezembro de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015, e a Lei nº 5378, de 16 de dezembro de 2016,

**DECRETA**

Artigo 1º - Fica anulado no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
27.001 - Fundo Municipal de Meio Ambiente	
0017.0512.0027.1430 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	14.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
27.001 - Fundo Municipal de Meio Ambiente	
0017.0512.0027.1432 - Elaboração e Execução de Pesquisa / Projeto / Campanhas / Programas Ambientais de Proteção ao Meio Ambiente	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5375/16**

. LEI Nº 5375

. de 16 de dezembro de 2016

Altera Lei 4.173/10 - Concede Isenção de IPTU ☐ Centro Comercial Vitória Régia Administradora Ltda.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei 4.173/10 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedida isenção de IPTU ☐ Imposto Predial e Territorial Urbano a empresa MCM ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.209.299/0001-91, pelo período de 5 (cinco) anos a partir do exercício 2017.

Parágrafo Único. A isenção de que trata o caput refere-se aos imóveis matriculados sob nº 34865, 34866 e 13628, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, totalizando uma área de 32.699,61m² em que se encontra instalado o empreendimento Shopping Vitória Régia.”

Art. 2º - Fica alterado o artigo 2º da Lei 4.173/10 que passa a vigorar com a seguinte redação:

☐ Art. 2º - Em contrapartida da isenção concedida, o Centro Comercial Vitória Régia Administradora Ltda. e a empresa MCM Administração e Incorporação de Imóveis Ltda., irão realizar a pavimentação asfáltica da Rua das Nações, numa extensão de 1.026,50 metros - trecho compreendido entre a BR 470/Km 71+100 até a interseção com a Rua Uruguai, bairro das Nações, conforme Anexo I, parte integrante desta Lei.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5376/16

. LEI Nº 5376

. de 16 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Especial Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R\$ 5.335,00 (cinco mil e trezentos e trinta e cinco reais) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2237.344900000000000	03110000	5.335,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5377/16

. LEI Nº 5377

. de 16 de dezembro de 2016

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 133.177,49 (cento e trinta e três mil e cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1331 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	30.451,61
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1336 - Construção de Etes	
3449000000000000 - Aplicações diretas	

01645502 - Estado – Casan	77.665,88
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.2331 - Construção de Etes	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	25.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.117,49

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5378/16

. LEI Nº 5378

. de 16 de dezembro de 2016

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
27.001 - Fundo Municipal de Meio Ambiente	
0017.0512.0027.1430 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	14.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
27.001 - Fundo Municipal de Meio Ambiente	
0017.0512.0027.1432 - Elaboração e Execução de Pesquisa / Projeto / Campanhas / Programas Ambientais de Proteção ao Meio Ambiente	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	14.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

## LEI Nº 5379/16

. LEI Nº 5379

. de 16 de dezembro de 2016

Dispõe sobre o funcionamento, organização e serviços nos Cemitérios Municipais e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Cemitério Municipal do Centro destina-se ao sepultamento de pessoas que residam no Município de Indaial, sendo regulado por esta lei e artigos seguintes, com exceção do Cemitério do Bairro Mulde, que deverá seguir o modelo de cemitério parque.

§ 1º - No modelo de cemitério parque os jazigos serão sinalizados apenas com pedras de mármore, ficando vedado qualquer outro tipo de adorno ou construção, sendo que a pedra de mármore deverá ter a medida padrão de 50cmx40cm (LxA).

I. No entorno dos jazigos deverá obrigatoriamente haver plantio de grama.

II. Cada jazigo deverá possuir 2 (duas) gavetas, podendo comportar urnas e ossários.

§ 2º - Os novos cemitérios a serem implantados, caso adotem o modelo cemitério parque, deverão seguir as normas do parágrafo 1º e incisos.

§ 3º - O modelo do cemitério parque, quanto aos demais procedimentos, não especificados nos parágrafos 1º e 2º seguirão o que preceitua esta Lei, no que couber.

§ 4º - Os novos cemitérios a serem implantados, não sendo modelo cemitério parque, deverão seguir os procedimentos desta lei.

Art. 2º - Não serão autorizados sepultamentos de pessoas que não residam no município, a menos que possuam comprovadamente ascendentes e/ou descendentes residentes no Município de Indaial, ou ainda, familiar até 3º grau de parentesco já sepultado no mesmo cemitério, exceto indigentes.

Art. 3º. Não serão permitidas transferências de restos mortais de um cemitério para outro, dentro do município de Indaial, salvo nos casos de transferência para uma sepultura já ocupada por algum parente de até 3º grau, observadas as demais disposições constantes na legislação pertinente em vigor.

§1º. Quando se tratar de restos mortais transferidos de outras cidades, admitir-se-á a ocupação de nova sepultura apenas nos seguintes casos:

I. Quando não houver outro parente até 3º grau sepultado no mesmo cemitério;

II. Quando houver outro parente até 3º grau sepultado, porém não haja decorrido o prazo mínimo de 4 (quatro) anos da inumação (enterro).

§2º. Para realização do sepultamento deverão ser comprovadas as aquisições de lote ou gavetário/ossário junto ao cemitério.

§3º. Quando o sepultamento ocorrer em gavetário, o sepultado permanecerá por 10 (dez) anos no gavetário quando será transferida a ossada para o ossário, liberando o gavetário para futuros sepultamentos.

§4º. Os gavetários serão de propriedade do município, sendo que o valor do ossário corresponderá à aquisição do mesmo e a locação do gavetário pelo tempo necessário.

Art. 4º. A certidão de óbito outorgada por oficial do Registro Civil é documento obrigatório para fins de sepultamento.

§1º. Em casos estritamente excepcionais e na impossibilidade de apresentação da Certidão de Óbito, poderá ser realizado o sepultamento mediante apresentação do documento denominado "Declaração de Óbito", regularmente preenchido e assinado por profissional médico atestando o óbito.

§2º. Fica o responsável pela entrega da Declaração de Óbito obrigado a apresentar a competente Certidão de Óbito junto a Administração do Cemitério, no prazo de 7 (sete) dias contados do sepultamento, sob pena de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

Art. 5º. Toda a sepultura deverá ser revestida, constituindo desta forma uma carneira.

Parágrafo Único. Entende-se por carneira a cova com fundo, paredes laterais e tampa, revestidas com placas de concreto armado, tijolos ou material de natureza similar que garanta total vedação.

Art. 6º. O Livro de Registro de Sepultamentos deverá ser mantido sempre atualizado contendo todas as informações necessárias, inclusive quanto ao horário, dia, mês e ano do sepultamento, além de indicação para fins de identificação de sepultura, do nome completo do sepultado e descrição da documentação apresentada para o sepultamento.

Art. 7º. O prazo mínimo para exumação, ressalvadas situações determinadas pelo Poder Judiciário e pelas Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, será de 5 (cinco) anos contados da inumação.

§1º. As exumações só poderão ser realizadas após autorização expedida pela administração do cemitério ou por ordem judicial, devendo ser registradas em livro próprio, que conterá, além das informações que constam do livro de sepultamento, todas aquelas relacionadas à autoridade/pessoa que as requisitou, observadas, no que couberem, todas as normas e a legislações aplicáveis a espécie.

§2º. Efetuada a exumação, o responsável pela mesma, seja familiar ou não, fica obrigado a proceder à retirada do jazigo e da lápide, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da referida exumação, exceto nos casos de exumação judicial onde se proceda novamente à inumação do cadáver, arcando com todos os custos e ônus para os mesmos.

§3º. Findo o prazo do parágrafo anterior sem que o responsável efetue a retirada do jazigo ou da lápide, as mesmas ficarão à disposição do Município de Indaial, para que este faça uso delas em sepulturas de indigentes e/ou pessoas carentes, sem que haja qualquer tipo de indenização ou reparação a ser paga.

Art. 8º. É totalmente proibida, dentro de cemitério, a preparação de pedras ou de outros materiais, qualquer espécie, destinados à construção de jazigos e/ou lápides, devendo tais materiais adentrarem ao cemitério em condições de serem imediatamente empregados.

Art. 9º. Os restos de materiais provenientes de obras de construção, ou da conservação, reparos e limpezas de jazigos e/ou lápides deverão ser removidos imediatamente pelos responsáveis, logo após o término dos referidos serviços/atividades, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

Parágrafo Único. Ficará impedida de executar quaisquer serviços ou atividades junto aos cemitérios municipais, por 60 (sessenta) dias, a pessoa ou empresa que não observar e cumprir com o disposto no caput deste artigo ou nas demais disposições constantes desta lei.

Art. 10. Do dia 25 de outubro ao dia 2 de novembro de cada ano, não será permitida a realização de obras e serviços junto aos cemitérios municipais, tendo em vista a execução de atividades de limpeza geral e organização pela administração do cemitério, em virtude do Dia de Finados.

Parágrafo Único. Ficam excluídos desta proibição os trabalhos referentes às inumações.

Art. 11. Fica expressamente proibido nos cemitérios municipais e em suas dependências:

- I. Obstruir, dilapidar ou sujar, de qualquer forma, as passagens, ruas e vias de circulação interna.
- II. Fixar quaisquer anúncios e cartazes de qualquer natureza ou finalidade
- III. Realizar trabalhos aos sábados e domingos, salvo em casos urgentes, os quais deverão ser solicitados pelos interessados e autorizados por escrito pelo servidor responsável pelo cemitério.
- IV. Prejudicar, estragar ou sujar quaisquer jazigos, edificações, benfeitorias ou bens instalados no cemitério.
- V. Praticar atos que perturbem, prejudiquem ou violem as normas legais, a disciplina ou as pessoas presentes.
- VI. Adentrar aos cemitérios municipais acompanhado de animais.

Art. 12. Os vasos ou demais ornamentos deverão conter furos a fim de evitar o acúmulo de água no seu interior e de maneira a não permitir a proliferação de mosquitos e outros insetos transmissores de doenças.

Art. 13. Fica expressamente proibida a presença de qualquer vendedor ambulante nas dependências dos cemitérios municipais.

Art. 14. As flores, coroas e demais ornamentos usados em funerais, bem como aqueles colocados sobre os jazigos, quando em estado de deterioração ou de mau estado de conservação, serão automaticamente retirados pela administração do cemitério, sem que haja direito a qualquer tipo de reparação ou indenização.

Art. 15. Fica a administração dos cemitérios municipais responsável pela manutenção da limpeza e higiene dos cemitérios, intimando quando necessário for os proprietário ou responsáveis pelos jazigos e lápides que necessitem de manutenção e/ou limpeza.

Parágrafo Único. Ficam eximidos de responsabilidade os servidores dos cemitérios municipais e da Prefeitura de Indaial por qualquer dano que venha a ser causado nas tampas de granito que em razão da pouca espessura, qualidade ou ação do tempo forem deterioradas durante os trabalhos de remoção e colocação das mesmas para os serviços de inumações.

Art. 16. Fica definido através desta lei que na ocorrência de falecimento, os interessados e responsáveis deverão dirigir-se a administração do cemitério a fim de que seja providenciado o jazigo, fornecendo-lhes informações sobre as medidas de caixão, documentação para sepultamento e o pagamento das referidas taxas.

Art. 17. O sepultamento de indigentes será custeado pela municipalidade mediante o devido requerimento comprobatório.

Art. 18. Para a construção de jazigos, os interessados e responsáveis deverão comunicar com antecedência à administração que fornecerá os alinhamentos de acordo com a planta geral do cemitério.

Parágrafo Único. Não serão permitidas as construções sobre as sepulturas já existentes.

Art. 19. Ficam obrigados os proprietários de túmulos e jazigos a apresentarem as taxas devidas pagas junto à prefeitura antes de dar início a qualquer serviço de embelezamento e/ou melhoria no túmulo/jazigo.

Art. 20. A limpeza e manutenção dos túmulos são de inteira responsabilidade dos seus proprietários.

§1º. Os túmulos que comprovadamente forem encontrados abandonados terão um prazo de 6 (seis) meses a contar da data da comunicação de abandono, para que a devida manutenção seja realizada.

§2º. Decorrido o prazo previsto no §1º sem que os responsáveis tomem as providências necessárias, poderá a administração realizar a remoção dos restos mortais ali encontrados para o ossário do Cemitério Municipal, retornando o túmulo/jazigo ao município.

Art. 21. Ficam obrigados todos os prestadores de serviços, seja do município ou fora dele, a identificarem-se ao chegar aos cemitérios municipais antes da realização de qualquer serviço ou benfeitoria junto aos túmulos e jazigos.

Art. 22. As empresas deverão apresentar junto à administração do cemitério documento de autorização assinado pelos proprietários e/ou responsáveis pelo túmulo para qual o serviço pretenda realizar.

Art. 23. As empresas e prestadores de serviços deverão manter cadastro atualizado junto à Secretaria de Administração da Prefeitura de Indaial, além de estarem com seus tributos em dia com a municipalidade sob pena de serem impedidos de realizar qualquer serviço.

Art. 24. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Obras a definição dos servidores que terão sua lotação junto aos cemitérios municipais.

§1º. Cada cemitério poderá ter em sua estrutura 1 (um) responsável/administrador que poderá ser cargo comissionado ou gratificado para tal função, 1 (um) auxiliar administrativo, 1 (um) guarda/vigia e 2 (dois) auxiliares de serviços gerais.

§2º. Por ato do Chefe do Poder Executivo, a estrutura administrativa do cemitério poderá ser alterada, considerando a necessidade e o interesse público.

Art. 25. A administração do cemitério deverá permanecer aberta para atendimento ao público no horário das 08h00min horas até as 12h00min horas e das 13h30min horas até as 17h00min horas de segunda a sexta-feira.

§1º. Nos finais de semana e feriados o atendimento se dará na forma de sobreaviso ou plantão pelo administrado ou outro servidor designado, o qual ficará de posse do telefone celular específico para tal atividade.

§2º. Por ato do Chefe do Poder Executivo, os horários e forma de atendimento previstos neste artigo poderão ser alterados.

Art. 26. O horário de visitação junto às dependências dos cemitérios municipais será das 07h00min horas até as 18h00min horas de domingo a domingo e inclusive nos feriados.

Art. 27. O funcionamento do Serviço Funerário Municipal, penalidades e outras providências estão dispostos na Lei nº 3.075, de 26 de novembro de 2002, que deverá ser utilizada como base para dirimir quaisquer dúvidas.

Art. 28. Os casos omissos e esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser regulados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 167/2016

Edital de Pregão Presencial nº 052/2016-10430

Objeto: Aquisição de material escolar para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino.

Entrega dos envelopes: 30/12/2016 as 09:45h.

Abertura das propostas: 30/12/2016 as 10:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 166/2016

Edital de Pregão Presencial nº 051/2016-10430

Objeto: Aquisição de materiais impressos para escolas e unidades de educação infantil.

Entrega dos envelopes: 30/12/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 30/12/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 179/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 179/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na rua Anelio Nicocelli, nº 1.720, bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309/00 e Cédula de Identidade nº 2.191.067-7, residente à Rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Vila Lalau, cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 51., do contrato original que tem como objeto a a execução de reperfilamento e pavimentação asfáltica da Rua Maranhão, com extensão de 244,51 metros (início: Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 0+0,00 PP; término: interseção com a Rua Rio de Janeiro – estaca 12+4,51 PF), passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 25 de dezembro de 2016 até 25 de março de 2017, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 16 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Carmelita Iris Vicenzi	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:



Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

### **TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 236/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 236/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 236/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE INDAIAL, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 236/2015, celebrado em 2015, originário do Processo Licitatório n.º Processo Licitatório nº 212/2015, Dispensa de Licitação nº 016/2015, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA**

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 236/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 16.260,00

2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 4.605,00

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 7.500,00

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 28.350,00(vinte e oito mil, trezentos e cinquenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º \_\_\_\_\_

(Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN**

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 236/2015.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Indaial(SC), 16 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA GILSONI LUNARDI ALBINO Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

### **TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 270/2014**

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 270/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, representada pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115, residente e domiciliada à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa

Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.516.661/0027-32, estabelecida à Avenida Portugal, nº 1.100, Parte C12, Módulo A5 – Sala 5, Bairro Itaqui, na cidade de Itapevi – Estado de São Paulo, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Roberto Ferrarini, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, inscrito no CPF sob nº 130.426.318-50 e Cédula de Identidade nº 9.436.305-5-SSP/SP, residente à Rua Padre Antônio José dos Santos, nº 233, apto 52, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de reagentes de testes de dosagens bioquímicas com comodato de 01 (um) equipamento de Bioquímica Vitros 250/350, no break 3Kva's e impressora, conforme estimativa de consumo de materiais, e especificações constantes na proposta de preços da CONTRATADA, incluindo assistência científica e assistência técnica, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo do presente Contrato é 18 de dezembro de 2016 até 18 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 16 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUN. DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Contratante
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA Roberto Ferrarini Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

## TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 271/2014

### TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 271/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 848.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locadora, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel, destinado à instalação do DEMUTTIN, sendo uma residência construída em alvenaria, com área total construída de 184,26 m2 (cento e oitenta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos), contendo as instalações necessárias para da unidade administrativa, em terreno com área de 470,00 m2 (quatrocentos e setenta metros quadrados). Propriedade de Edemir Cardoso. O imóvel está localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.414, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial/SC, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

##### 3.1. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$1.830,03 (um mil oitocentos e trinta reais e três centavos), perfazendo o valor anual de R\$21.960,36 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais e trinta e seis centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato de locação será de 20 de dezembro de 2016 até 20 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 16 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locadora
--	---



PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
Miguel Angelo Soar  
OAB/SC nº 6.699

Nome Legível:  
CPF.:

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:

## **INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC**

### **LEI Nº 5374/16**

. LEI Nº 5374

. de 16 de dezembro de 2016

Autoriza desafetação de parte de Área Verde no Bairro Tapajós, destinada a abertura da via pública Rua Guilherme Brassiani.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover desafetação de 459,47m², parte de área verde, situada no bairro Tapajós, matriculada junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Indaial sob o nº 22856, contendo as seguintes características:

“Frente em 26,80m com a rua João Batista Deretti; Fundos em 14,80m com área remanescente do Loteamento Parque Residencial Guaianases, hoje de propriedade deo Município de Indaial; Lado Direito em duas linhas, sendo a primeira em curava de 9,42m e a segunda em direção aos fundos em 24,00m, ambas com a Área Verde Remanescente; Lado Esquerdo em duas linhas, sendo a primeira em curva de 9,42m e a segunda em direção aos fundos em 24,00m, ambas com a Parcela 03 de Willibald Kienen. Imóvel sem benfeitorias e distando pelo lado direito em 9,10m do final da Rua João Batista Deretti”.

Art. 2º – O imóvel acima descrito passa a ser considerado bem dominial, destinado a abertura de via pública, já denominada pela Lei 5069/14, alterada pela Lei 5104/14, como Rua Guilherme Brassiani.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO P L 62, PP 32-MINICAREGADEIRA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 62/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016, do PROCESSO Nº 62/2016, homologado aos 14 de dezembro de 2016, cujo objeto é: aquisição de minicaregadeira e implementos agrícolas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 1033762-06 e 1031643-60/2016., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.62.9981  
de 15 de dezembro de 2016

FORNECEDOR: COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA, situada na RUA XV DE NOVEMBRO Nº 1553, BAIRRO: SÃO VICENTE, CEP: 13974-520, Município de ITAPIRA-SP, inscrita no CNPJ sob n. 05.797.417/0001-40 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.374.115.913.114, representado pelo Senhor PLINIO CREMASCO JUNIOR, CPF:777.240.628-20.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	colhedora de forragem com bica semi hidráulica,	UN	5,00	CREMASCO/ CUSTOM 930	17.000,00	85.000,00
Valor Total Registrado					85.000,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.62.9982  
de 15 de dezembro de 2016

FORNECEDOR: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI-ME, situada na AVENIDA MAURICIO CARDOSO Nº 1821, BAIRRO: CENTRO, CEP: 95.920-00, Município de BOQUEIRÃO DO LEÃO-RS, inscrita no CNPJ sob n. 21.344.856/0001-54, representado pelo Senhor SIDINEI MOISÉS DE FREITAS, CPF:882.072.000-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Grade aradora com 12 discos de 26" x 6mm e corte em ' V"	UN	1,00	MET.FREITAS/ GAH12X26	12.800,00	12.800,00
Valor Total Registrado					12.800,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.62.9983  
de 15 de dezembro de 2016

FORNECEDOR:NILO MEURER-EPP, situada na RODOVIA SC 370, S/N, BAIRRO: RIO PEQUENO, CEP:88.890-000, Município de GRÃO PARÁ -SC, inscrita no CNPJ sob n. 24.735.598/0001-25 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.257.955.348, representado pelo Senhor EMURY PIZZAMIGLIO CIMADON, CPF:027.810.419-39.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Distribuidor de adubo seco e calcário com capacidade mínima	UN	4,00	BUDNY DCAB 6500	14.050,00	56.200,00
Valor Total Registrado					56.200,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.62.9985  
de 15 de dezembro de 2016

FORNECEDOR: EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA, situada na RODOVIA DO XISTO BR 476 KM 21,5, Nº 7500, CEP: 83.705-740, Município de ARAUCÁRIA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 77.310.589/0012-01, representado pela Senhora ANA BEATRIZ AZEVEDO COSTA, CPF:876.047.019-49.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Aquisição de Mini Carregadeira Nova com Motor Turbo Diesel com potencia mínima de 60 hp " "Cabine fechada com ar condicionado, ROPS/FOPS " Capacidade de carga mínima de 800 kg.	UN	1,00	NEW HOLLAND L225	138.500,00	138.500,00
Valor Total Registrado					138.500,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE REANALISE DA DOCUMENTAÇÃO PL 062/2016

ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 007/2016, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia dezesseis do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento de nova documentação com o objetivo de sanar as irregularidades apontadas na inabilitação de todos os licitantes; Todas as empresas apresentaram nova documentação tempestivamente; Da reanálise da documentação de habilitação das empresas participantes do certame licitatório restou em INALITAR as empresas: JOSÉ CARLOS PEZZINI EIRELLI por deixar de cumprir o item 5.4.2.1 do edital (os atestados de capacidade técnica em nome do profissional tem referência somente para transporte de resíduos), item 5.4.4 do edital (a empresa declarou-se que executou serviços semelhantes, onde deveria apresentar uma declaração de pessoa jurídica de direito público ou privado declarando que tomou serviços semelhantes ao edital da empresa JOSE CARLOS PEZZINI EIRELLI), item 5.4.6 do edital (licença ambiental de operação de outra empresa contrariando ao solicitado), item 5.4.10 do edital (não apresentou comprovante de registro do IBAMA), item 5.5.1 do edital (não apresentou certidão negativa de falência ou recuperação judicial do município sede da licitante, apresentando do Distrito Federal). BR SUL OBRAS E CONSTRUÇÕES EIRELLI ME por deixar de cumprir o item 5.4.2.1 do edital (apresentou atestado de capacidade técnica sem autenticação (cópia), item 5.4.6 do edital (licença ambiental de operação de outra empresa contrariando ao solicitado), item 5.4.10 do edital (deixou de apresentar comprovante de registro junto ao IBAMA). E, HABILITAR as empresas: RICARDO LUIS BONIN EIRELLI ME e CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA por cumprirem os requisitos do edital. A empresa CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA protocolou no dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis recurso administrativo sob número 252 contra a empresa RICARDO LUIZ BONIN EIRELLI EPP, lido e analisado o recurso a comissão deliberou em não dar provimento pelo seguinte exposto: Das alegações: descumprimento a item 5.4.1 do edital o qual a empresa sanou no prazo estabelecido, item 5.4.6 do edital, da licença ambiental de operação com a alegação de inconformidade como o edital, a comissão entende que cumpriu com o exigido; Com relação ao transporte de resíduos para outro estado este fato não foi exigido no edital, caso a empresa seja vencedora do certame a mesma deverá cumprir com as exigências providenciando as licenças ou demais documentos necessários para utilização do seu aterro sanitário; referente a não utilização do benefício de ME ou EPP o artigo 48 da Lei 123 refere-se a licitações exclusivas para MEs ou EPPs. Diante do fato o Presidente abre o prazo de cinco dias úteis para recursos quanto a fase de HABILITAÇÃO. Intima-se as empresas da decisão a qual será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e no diário oficial do Municípios DOM. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrou-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presidente e membros da Comissão.

Delso Minski  
Presidente

Silvine Carla Mertins  
Membro

Marta Bender Sartoretto  
Membro

### DECRETO N. 108/2016

DECRETO Nº 108, de 12 de dezembro de 2016

"Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o disposto na Lei 2.491, de 12 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 171.476,65 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), conforme descrito a seguir:

02.00 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

02.01 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

2.002- Manutenção Atividade Gabinete da Prefeita e Vice

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem

2.007- Manutenção das Atividades do DMER

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.012- Manutenção Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00
2.018- Apoio ao Ensino Superior e Especialização	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

2.046- Manutenção Fundo Municipal Saneamento Básico	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	21.476,65

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	110.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1065 – Aplicações Diretas	25.000,00

2.036- Manutenção do Sobreaviso médico	
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 171.476,65 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
 05.01 – Departamento Municipal de Agricultura  
 2.010- Manutenção do Dpto de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	80.000,00
--	-----------

05.02 – Departamento de Meio Ambiente  
 2.011- Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer  
 06.01 – Departamento de Educação

2.014- Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

1.012- Construção de Espaços Esportivos e Recreativos	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	13.070,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
 08.01 – Departamento de Turismo

1.018- Infra estrutura Turística	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	1.250,61

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.028- Manutenção Dpto de Indústria, Comércio e Serviços	
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos  
 09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.050- Pavimentação de Vias Públicas	
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	1.338,60

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal	
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	5.817,44

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde  
 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.033- Manutenção do Atendimento Odontológico	
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	10.000,00

2.034- Manter Programa Próteses e Orteses	
3.3.90.00.00.00.00.1065 – Aplicações Diretas	25.000,00
2.037- Manutenção Convênio com Hospitais	
3.3.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instituições privadas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	65.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 12 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## ENSALAMENTO - CONCURSO 001/2016

### ENSALAMENTO

LOCAL: Colégio Valentim Bernardi – Rua: salto Santiago nº 396- Vila Gerasul.

HORÁRIO DE PROVA: 08h00min às 12h00min

HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES: 7h00min

HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES: 7h50min

TRAZER CANETA ESFEROGRÁFICA COM TINTA PRETA

INSC.	NOME	DOCUMENTO	SALA
1486	ADRIANA CARLA BALBINOT	RG 5056162	SALA 5
1497	ADRIANI COSTA	RG	SALA 2
1411	ADRIELI ALINE MAY	RG 2101565253	SALA 2
1589	ALESSANDRA PAULA SALERNO	RG 5758159	SALA 2
1548	ALEXANDRA TELES GALON	RG 8080393062	SALA 2
1261	ALEXSANDRO GRITTI	RG 5,336,647	SALA 5
1436	ALINE ANTUNES MACIEL BORTOLUZZI	RG 96185570	SALA 1
1348	ALINE CRISTIANI MINTE	RG 3923281	SALA 1
1581	ALINE MARIA TONATTO	RG 2109084034	SALA 2
1512	ALLAN CRISTIAN GONÇALVES DE SOUZA	RG 12.537.988-5	SALA 5
1349	AMANDA CAROLINA BARBOSA	RG 5373022	SALA 2
1247	AMANDA GERHARDT	RG 3.781.653	SALA 1
1549	ANA PAULA MAROCCO MASCHIO	RG 5245842	SALA 5
1621	ANA PAULA REDONDO DE MENEZES	RG 2.836.646	SALA 1
1277	ANAJARA BORGES	RG 4.334.107	SALA 2

1564	ANDERSON MATEUS ZONTA	RG 5.398.864	SALA 5
1631	ANDRÉ LUIZ FRARE	RG 57866900	SALA 5
1341	ANDRÉA LUDKE	RG 3555970	SALA 1
1609	ANDREISE FÁTIMA ZORZAN BETTO	RG 3082567805	SALA 2
1650	ANDRESSA TURMENA SIEGA	RG 5162456	SALA 1
1338	ANDRIZA MARIA FERENZ	RG 4450326	SALA 2
1434	ANGÉLICA GRIS	RG 5.056.644	SALA 2
1248	ÂNGELO ALESSANDRO FANTIN	RG 1067757251	SALA 2
1438	ANIELI DA COSTA	RG 1087321277	SALA 2
1397	ANTONIO ROMAN VANZ	RG 3627276	SALA 8
1396	ANTONISE MARIELY JAGUEZESKI	RG 5684692	SALA 5
1619	ARTUR BRUZAMARELLO	RG 9093546571	SALA 5
1665	BRUNA BALZZAN	RG 4958646	SALA 2
1483	BRUNA RIETH	RG 4711503	SALA 2
1404	BRUNA ZATTA	RG 4732189	SALA 6
1596	CAEMILE MARIA VALMORBIDA	RG 47323035	SALA 2
1649	CAMILA CORREA DOS ANJOS	RG 4.553.309	SALA 2
1457	CAMILA CORSO	RG 5114101	SALA 1
1489	CAMILA ZARDO DE NARDI	RG 4980464	SALA 6
1409	CARINE ARIÉLI GRINGS	RG 1110509501	SALA 2
1377	CARINE LUIZA COLOSSI	RG 5705506	SALA 2
1331	CARLA CRISTIANE TONIOLO	RG 7043366413	SALA 1
1272	CARLA SABEDOT	RG 5956890	SALA 6
1592	CAROLINE ROSA MONTEIRO	RG 6216275	SALA 6
1640	CAROLINE SCHMID	RG 4.819.049	SALA 6
1634	CASSIO NORONHA MARTINS	RG 1079408298	SALA 3
1610	CHANAINA TEM PASS	RG 6113886672	SALA 3
1516	CLAUDYANO GYAN ANDRETTA	RG 5286009	SALA 6
1492	CRISTIANE ZARICHTA	RG 12984250-4	SALA 6
1467	CRISTINE DALMAGRO	RG 5199672	SALA 3
1635	DAIANE KAREN WENTZ	RG 5705806	SALA 6
1383	DAIARA RAFAELE DRESCH	RG 3100230451	SALA 3
1591	DANIEL FERNANDO MIOTTO	RG 3743284	SALA 1
1491	DANIEL SOMENSI	RG 4997114	SALA 6
1453	DANIELA SALES CARDOSO PELLISER	RG 3093901175	SALA 3
1245	DANIELE CRISTINA REGINATO	RG 4506781	SALA 1
1543	DANIELE REDECKER AMORIM MARTINS	RG 5238129	SALA 3
1398	DAYANE BUENO	RG 5662396	SALA 3
1257	DEISE MARIA TREVISOL ROSSI	RG 3691969	SALA 1
1493	DENISE FÁTIMA BERTICELLI	RG 3995478	SALA 3
1310	DIANA BALBINOTT	RG 4692566	SALA 6
1260	DIANA PAULA SIGNORI MICHAELSEN	RG 5530461	SALA 3
1495	DIEGO DELLA LATTA	RG 1092424173	SALA 1
1399	DIEGO FRANCISCO MARCON	RG 5215134	SALA 6
1490	DOGLAS LUNARDI	RG 55197019	SALA 6
1510	DOUGLAS DALMAGO	RG 5530878	SALA 6
1617	EDNA MÁRCIA CASSOL PIAZZA	RG 21340293	SALA 1
1255	EDUARDO JONAS DOS SANTOS	RG 5.056.670	SALA 6
1636	EDUARDO MATEUS ORTH	RG 4911610	SALA 6
1319	EDUARDO ROTHER	RG 4899940	SALA 6

1356	ELEANDRA MARIA SILVESTRI	RG 3184833	SALA 3
1327	ELI FERNANDA TOMAZELI	RG 1079981468	SALA 3
1611	ELISA ZANFONATO	RG 7108423174	SALA 6
1509	ELISANDRO REBONATTO	RG 4086028059	SALA 1
1482	ELIZANDRA REJANE REX	RG 6.106.652	SALA 6
1607	ELIZANGELA FAVARETTO	RG 2694708	SALA 1
1289	EMANUELA CERUTTI GALLO	RG 6020976	SALA 3
1637	ERASMUS GRINGS	RG 4.676.288	SALA 3
1472	ERICA LEHMEN	RG 6749618	SALA 6
1334	ESCARLAT CARINI PRIMON	RG 4397496	SALA 3
1474	ESIELE SOSNOSKI	RG 3239046	SALA 1
1555	FABIANO CARLOS LUNARDI	RG 3209913	SALA 1
1269	FABIELE DE AGOSTINI	RG 5.237.154	SALA 3
1652	FELIPE MUSSCOPP DOS SANTOS	RG 1081549758	SALA 3
1422	FERNANDA AGUSTINI STEDILLE	RG 5831237	SALA 6
1317	FERNANDA MARIA BORTOLI	CNH 4321598 26022013 Sc	SALA 6
1517	FERNANDA ROSÁRIO	RG 5691528	SALA 3
1324	FERNANDO ZANCANARO MIOTTO	RG 4863932	SALA 3
1285	FLÁVIA LETÍCIA ZANCANARO MINELLA	RG 4450913	SALA 3
1340	FRANCINE STULP	RG 4442301	SALA 3
1321	GABI ACILEIA BOETTCHER FIAMETTI	RG 3614348	SALA 3
1456	GABRIELA MAYARA PIETROBON MACCARINI	RG 104008283	SALA 1
1454	GENAINA KARINE SANTIN	RG 6131182	SALA 3
1316	GIAN CARLOS BEAL	RG 1100625944	SALA 3
1413	GILCIANE BEE BOGEO SIQUEIRA	RG 3935336	SALA 3
1668	GISELE APARECIDA DALLAGNOL	RG 3922876	SALA 3
1329	GRAZIELA MILANI	RG 3101182	SALA 1
1473	GREICE REGINA BAROTTO	RG 4.134.026	SALA 1
1667	GUSTAVO FELIPE GÓIS PADILHA HUGEN	RG 4879857	SALA 6
1415	HENRIQUE DA SILVA CORREA	RG 95140700	SALA 6
1662	IALANNA GARGHETTI SPILMANN	RG 45847266 ssp sc	SALA 6
1386	ICARO DA SILVA NUNES	RG 56381937	SALA 1
1412	INGRID BERTO DA SILVA	RG 5235718	SALA 1
1442	ISABEL DE ALMEIDA PAZ	RG 5143891	SALA 3
1579	ISABELLA PAMPLONA ZIEBARTH	RG 4103057	SALA 6
1638	ISADORA	RG 1093757597	SALA 6
1312	ISIS BURTET JANKUS	RG 4193680 SSP SC	SALA 6
1643	JANA REGINA ZAMPIERON CAMILLO	RG 3935155	SALA 3
1267	JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI	RG 4755710	SALA 1
1250	JANAINA DALLA VECCHIA	RG 3.867.435	SALA 1
1259	JANAINA MOLOZZI ROSSI	RG 3.614.134 SSP SC	SALA 4
1268	JANAINA MÜLLER	RG 5217164	SALA 4
1464	JANE TELLECHEA FERNANDES	RG 5062641641	SALA 7
1388	JAQUELINE KREICHMANN	RG 123880501	SALA 7
1514	JEAN CARLOS DESCHAMPS	RG 5694136	SALA 7
1430	JEFFERSON CAGLIARI	RG 5626559	SALA 7
1463	JESSIANE DAMIAN	RG 5072002	SALA 7
1275	JESSICA DALLA LIBERA BRESSAN	RG 5056524	SALA 4
1577	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA	RG 45954089	SALA 4
1425	JOÃO LUIS DOS SANTOS	RG 5.626.121	SALA 7



1485	JOÃO LUIS WIEST	RG 2633664	SALA 4
1390	JULIANA BRUNETTO RODEM	RG 3910698	SALA 7
1292	JULIANA JACOVAS	RG 53365550	SALA 7
1507	JULIANO FRITZEN	RG 5.889.503	SALA 4
1625	KÁTIA PAULA DE GEUS ZARDO	RG 50564960	SALA 1
1428	KELLY BELON VALDAMERI	RG 5060538	SALA 4
1480	KETERIN CAROLINE BRANDELERO	RG 5072950	SALA 7
1370	LAURA DIDONE LARRAMENDI	RG 3448740	SALA 8
1470	LEONARA APARECIDA LECHNER	RG 5914535	SALA 4
1528	LETICIA FELIZZARI SGANZERLA	RG 1104925316	SALA 7
1599	LETÍCIA MARTA AGOSTINI	RG 4090411614	SALA 4
1641	LUÃ JOAQUIM ALVES PIRES	RG 4.696.108	SALA 4
1562	LUAN JUNIOR PICCINI	RG 569145920	SALA 7
1335	LUANA MARA LONGO AGOSTINI	RG 5238238	SALA 1
1276	LUANA MIOTTO	RG 4732052 sspsc sc	SALA 7
1471	LUCAS CAON	RG 3942084	SALA 7
1262	LUCIANA CORASSA	RG 4731252	SALA 7
1598	LUCIANE LAUX PASTORE	RG 3614423	SALA 7
1468	LUIS ALBERTO RIGOTTI FRANTZ	RG 4863977	SALA 7
1249	LUIS HENRIQUE FAVRETO	RG 9097610233	SALA 1
1420	LUIZ CARLOS FAVARÃO FILHO	RG 104666671	SALA 4
1443	LUIZ FELIPE DAMACENO TAVARES	RG 6800127-7	SALA 7
1519	LUIZ GUILHERME RASMUSSEN TORRI	RG 12.694.310-5	SALA 7
1311	LUIZ GUSTAVO DAGOSTINI	RG 5593370	SALA 7
1353	MAIARA GONÇALVES	RG 5530534	SALA 4
1531	MAIKON DALL BELLO DAL PONTE	RG 8095370808	SALA 4
1461	MAÍRA CAROLINE DE OLIVEIRA	RG 91422840	SALA 4
1254	MARCELA MOSCON	RG 5975510	SALA 4
1602	MÁRCIA E. GIULIATO	RG 45063630	SALA 4
1265	MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI	RG 31860249	SALA 4
1648	MARCOS ROBERTO CHIQUELERO MACHADO	RG 58723815-x SSP SP	SALA 4
1462	MARIA JULIA DECONTO	RG 7100110894	SALA 7
1332	MARIA LUIZA ZANOTTO	RG 1706171	SALA 7
1270	MARIANA BEDIN	RG 82981810	SALA 7
1351	MARIELLE ROSSI	RG 4100320	SALA 4
1545	MARINA CAVALHEIRO ZUCCHI	RG 6107486695	SALA 4
1392	MATEUS ELOIR GABRIEL	RG 5162610	SALA 7
1478	MATEUS HENRIQUE DAMBROZ	RG 2104914144	SALA 7
1376	MATEUS MACHADO PEREIRA	RG 10785502-5	SALA 7
1445	MAURICIO RODRIGO PEREIRA DA SILVA	RG 4885277	SALA 1
1530	MAURÍCIO ZARDO	RG 2117354	SALA 2
1263	MAYARA LAIZ MINOTTO MATTEI	RG 5705693	SALA 7
1343	MAYCKON ANTONIO CARDOSO PADILHA	RG 4574704	SALA 7
1350	MICHAEL EDIMEICO RIBEIRO	RG 3722541	SALA 2
1439	MICHEL ZIEHER	RG 5708573	SALA 8
1414	MICHELE DASSI	RG 1095371942	SALA 4
1576	MICHELI RUVER DE AZEVEDO	RG 54294479	SALA 4
1656	MIGUEL ANDRADE DAMO	RG 9068107383	SALA 4
1511	MIRIANI CORTELLINI DE OLIVEIRA	RG 3749851	SALA 8
1446	MONIQUE GRISOLIA DE OLIVEIRA	RG 48591416	SALA 4

1633	MYRIAN CARLA GRANEMANN	RG 5340797	SALA 8
1459	NATASHA KRIG SI MANOEL ANTONIO	RG 5851036 SSPSC SC	SALA 4
1452	NELCIMARA LÚCIA MARAFON	RG 51628988	SALA 4
1606	NEUBER JOSE LUCCA	RG 1101232732	SALA 8
1642	PATRICIA GALIANO	RG 3094004045	SALA 4
1455	PATRÍCIA MAYUMI DE OLIVEIRA LIMA ABE	RG 272850439	SALA 8
1326	PATRIK CASASOLA BERLATTO	RG 3085044141	SALA 5
1432	PAULO HENRIQUE MORETTO KEHL	RG 3935947	SALA 8
1506	PEDRO DILELIO MARACCI FILHO	RG 1076198082	SALA 5
1565	PIETRO AUGUSTO MANTOANI	RG 3102022823	SALA 8
1352	PRISCILA MACAGNAN	RG 5.162.298	SALA 2
1307	PRISCILA OLIVEIRA DE BORTOLI	RG 7646370	SALA 5
1586	QUÉLIN JOANA PEINHOPF FINCO	RG 3.995.307	SALA 5
1588	RAFAEL ALBRECHT	RG 5.705.978	SALA 8
1557	RAFAEL BIZARRO DE BEM	RG 1097863052	SALA 8
1476	RAFAEL LUIZ OLIVO	RG 4948669	SALA 8
1395	RAFAELA SPRICIGO DA SILVA DUTRA	RG 3942677	SALA 5
1660	RAHEL CANFIL DOMINGUES	RG 1084293784	SALA 5
1286	RAISSA ISAURA ROSSI	RG 53363329	SALA 8
1481	RENATO DOS SANTOS	RG 7097841063	SALA 8
1314	RICARDO CHRIST	RG 5946933	SALA 8
1496	RICARDO LUIZ NARDI	RG 5652970	SALA 5
1460	RODRIGO DALMAGRO	RG 4897821	SALA 8
1600	ROSELIA BORGHELOT	RG 1090013051	SALA 5
1346	SAMARA GALLINA	RG 5583437	SALA 2
1487	SARA HÉLEN ZARTH	RG 4929885	SALA 8
1479	SELOI AZEREDO E SILVA	RG 5095325	SALA 5
1551	SENE GOMES MACIEL	RG 10244173	SALA 5
1322	SHARA RAQUEL WIERZYNSKI LEAL	RG 3922821	SALA 2
1659	SIMONE CONTERNO	RG 46994310	SALA 8
1309	SIMONE CRISTINA GRIEBELER	RG 5.914.997	SALA 8
1444	SIMONE CRUSARO	RG 5.075.884	SALA 2
1580	SUÉLEN DAIANA FISCH GARCEZ	RG 9107713944	SALA 5
1647	SUELEN MARIA	RG 1111617393	SALA 8
1264	TÁBATHA RAMME AFONSO	RG 5705651	SALA 2
1505	TACIANA MIKAELLA CIOTTA	RG 5561064	SALA 5
1419	TATIANE ANTUNES DOS SANTOS CAMARGO	RG 6127208277	SALA 5
1294	TATIELE BRESSAN SIGNORI	RG 1085056438 SSP RS	SALA 5
1590	THAIS LORENZETTI	RG 6.216.562	SALA 5
1251	VANESSA RECKERS	RG 4334299	SALA 2
1389	VERÔNICA GABRIELE JANESKO	RG 8095380492	SALA 2
1618	VINICIUS BERGAMO	RG 7085037351	SALA 8
1333	VINÍCIUS GHIGNATTI	RG 5061507637	SALA 5
1518	VIVIAN RAQUEL DE SANT ANNA	RG 5181207	SALA 5
1301	WELLINGTON VALDUGA	RG 3180800	SALA 5
1323	WILLIAMS SANTOS FERREIRA	RG 3187023	SALA 5
1572	WILLIAN RENAN DE CARVALHO	RG 5.268.454	SALA 8
1626	YARA TAYANA ANDRIOLA	RG 84555282	SALA 8
1624	ZEDIANE BONATTO	RG 3081234365	SALA 8

Itá/SC, 16 de dezembro de 2016

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA - CONCURSO 001/2016

### EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

LEIDE MARA BENDE, Prefeita Municipal de Itá – Estado de SANTA Catarina, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES, conforme segue abaixo:

#### FARMACEUTICO

1436	ALINE ANTUNES MACIEL BORTOLUZZI	96185570
1348	ALINE CRISTIANI MINTE	3923281
1247	AMANDA GERHARDT	3.781.653
1621	ANA PAULA REDONDO DE MENEZES	2.836.646
1341	ANDRÉA LUDKE	3555970
1650	ANDRESSA TURMENA SIEGA	5162456
1457	CAMILA CORSO	5114101
1331	CARLA CRISTIANE TONIOLO	7043366413
1591	DANIEL FERNANDO MIOTTO	3743284
1245	DANIELE CRISTINA REGINATO	4506781
1257	DEISE MARIA TREVISOL ROSSI	3691969
1495	DIEGO DELLA LATTA	1092424173
1617	EDNA MÁRCIA CASSOL PIAZZA	21340293
1509	ELISANDRO REBONATTO	4086028059
1607	ELIZANGELA FAVARETTO	2694708
1474	ESIELE SOSNOSKI	3239046
1555	FABIANO CARLOS LUNARDI	3209913
1456	GABRIELA MAYARA PIETROBON MACCARINI	104008283
1329	GRAZIELA MILANI	3101182
1473	GREICE REGINA BAROTTO	4.134.026
1386	ICARO DA SILVA NUNES	56381937
1412	INGRID BERTO DA SILVA	5235718
1267	JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI	4755710
1250	JANAINA DALLA VECCHIA	3.867.435
1625	KÁTIA PAULA DE GEUS ZARDO	50564960
1335	LUANA MARA LONGO AGOSTINI	5238238
1249	LUIS HENRIQUE FAVRETO	9097610233
1445	MAURICIO RODRIGO PEREIRA DA SILVA	4885277
1530	MAURÍCIO ZARDO	2117354
1350	MICHAEL EDIMEICO RIBEIRO	3722541
1352	PRISCILA MACAGNAN	5.162.298
1346	SAMARA GALLINA	5583437
1322	SHARA RAQUEL WIERZYNSKI LEAL	3922821
1444	SIMONE CRUSARO	5.075.884
1264	TÁBATHA RAMME AFONSO	5705651
1251	VANESSA RECKERS	4334299
1389	VERÔNICA GABRIELE JANESKO	8095380492

#### FISIOTERAPEUTA

1497	ADRIANI COSTA	5471804
1411	ADRIELI ALINE MAY	2101565253
1589	ALESSANDRA PAULA SALERNO	5758159
1548	ALEXANDRA TELES GALON	8080393062
1581	ALINE MARIA TONATTO	2109084034
1349	AMANDA CAROLINA BARBOSA	5373022

1277	ANAJARA BORGES	4.334.107
1609	ANDREISE FÁTIMA ZORZAN BETTO	3082567805
1338	ANDRIZA MARIA FERENZ	4450326
1434	ANGÉLICA GRIS	5.056.644
1248	ÂNGELO ALESSANDRO FANTIN	1067757251
1438	ANIELI DA COSTA	1087321277
1665	BRUNA BALZZAN	4958646
1483	BRUNA RIETH	4711503
1596	CAEMILE MARIA VALMORBIDA	47323035
1649	CAMILA CORREA DOS ANJOS	4.553.309
1409	CARINE ARIÉLI GRINGS	1110509501
1377	CARINE LUIZA COLOSSI	5705506
1634	CASSIO NORONHA MARTINS	1079408298
1610	CHANAINA TEM PASS	6113886672
1467	CRISTINE DALMAGRO	5199672
1383	DAIARA RAFAELE DRESCH	3100230451
1453	DANIELA SALES CARDOSO PELLISER	3093901175
1543	DANIELE REDECKER AMORIM MARTINS	5238129
1398	DAYANE BUENO	5662396
1493	DENISE FÁTIMA BERTICELLI	3995478
1260	DIANA PAULA SIGNORI MICHAELSEN	5530461
1356	ELEANDRA MARIA SILVESTRI	3184833
1327	ELI FERNANDA TOMAZELI	1079981468
1289	EMANUELA CERUTTI GALLO	6020976
1637	ERASMUS GRINGS	4.676.288
1334	ESCARLAT CARINI PRIMON	4397496
1269	FABIELE DE AGOSTINI	5.237.154
1652	FELIPE MUSSCOPP DOS SANTOS	1081549758
1517	FERNANDA ROSÁRIO	5691528
1324	FERNANDO ZANCANARO MIOTTO	4863932
1285	FLÁVIA LETÍCIA ZANCANARO MINELLA	4450913
1340	FRANCINE STULP	4442301
1321	GABI ACILEIA BOETTCHER FIAMETTI	3614348
1454	GENAINA KARINE SANTIN	6131182
1316	GIAN CARLOS BEAL	1100625944
1413	GILCIANE BEE BOGEO SIQUEIRA	3935336
1668	GISELE APARECIDA DALLAGNOL	3922876
1442	ISABEL DE ALMEIDA PAZ	5143891
1643	JANA REGINA ZAMPIERON CAMILLO	3935155
1259	JANAINA MOLOZZI ROSSI	3.614.134
1268	JANAINA MÜLLER	5217164
1275	JESSICA DALLA LIBERA BRESSAN	5056524
1577	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA	45954089
1485	JOÃO LUIS WIEST	2633664
1507	JULIANO FRITZEN	5.889.503
1428	KELLY BELON VALDAMERI	5060538
1470	LEONARA APARECIDA LECHNER	5914535
1599	LETÍCIA MARTA AGOSTINI	4090411614
1641	LUÃ JOAQUIM ALVES PIRES	4.696.108
1420	LUIZ CARLOS FAVARÃO FILHO	104666671
1353	MAIARA GONÇALVES	5530534
1531	MAIKON DALL BELLO DAL PONTE	8095370808
1461	MAÍRA CAROLINE DE OLIVEIRA	91422840

1254	MARCELA MOSCON	5975510
1602	MÁRCIA E. GIULIATO	45063630
1265	MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI	31860249
1648	MARCOS ROBERTO CHIQUELERO MACHADO	58723815-X
1351	MARIELLE ROSSI	4100320
1545	MARINA CAVALHEIRO ZUCCHI	6107486695
1414	MICHELE DASSI	1095371942
1576	MICHELI RUVER DE AZEVEDO	54294479
1656	MIGUEL ANDRADE DAMO	9068107383
1446	MONIQUE GRISOLIA DE OLIVEIRA	48591416
1459	NATASHA KRIG SI MANOEL ANTONIO	5851036
1452	NELCIMARA LÚCIA MARAFON	51628988
1642	PATRICIA GALIANO	3094004045
1326	PATRIK CASASOLA BERLATTO	3085044141
1506	PEDRO DILELIO MARACCI FILHO	1076198082
1307	PRISCILA OLIVEIRA DE BORTOLI	7646370
1586	QUÉLIN JOANA PEINHOPF FINCO	3.995.307
1395	RAFAELA SPRICIGO DA SILVA DUTRA	3942677
1660	RAHEL CANFIL DOMINGUES	1084293784
1496	RICARDO LUIZ NARDI	5652970
1600	ROSELIA BORGHELOT	1090013051
1479	SELOI AZEREDO E SILVA	5095325
1551	SENE GOMES MACIEL	10244173
1580	SUÉLEN DAIANA FISCH GARCEZ	9107713944
1505	TACIANA MIKAELLA CIOTTA	5561064
1419	TATIANE ANTUNES DOS SANTOS CAMARGO	6127208277
1294	TATIELE BRESSAN SIGNORI	1085056438
1590	THAIS LORENZETTI	6.216.562
1333	VINÍCIUS GHIGNATTI	5061507637
1518	VIVIAN RAQUEL DE SANT' ANNA	5181207
1301	WELLINGTON VALDUGA	3180800
1323	WILLIAMS SANTOS FERREIRA	3187023

## MEDICO VETERINÁRIO

1486	ADRIANA CARLA BALBINOT	5056162
1261	ALEXSANDRO GRITTI	5,336,647
1512	ALLAN CRISTIAN GONÇALVES DE SOUZA	12.537.988-5
1549	ANA PAULA MAROCCO MASCHIO	5245842
1564	ANDERSON MATEUS ZONTA	5.398.864
1631	ANDRÉ LUIZ FRARE	57866900
1397	ANTONIO ROMAN VANZ	3627276
1396	ANTONISE MARIELY JAGUEZESKI	5684692
1619	ARTUR BRUZAMARELLO	9093546571
1404	BRUNA ZATTA	4732189
1489	CAMILA ZARDO DE NARDI	4980464
1272	CARLA SABEDOT	5056890
1592	CAROLINE ROSA MONTEIRO	6216275
1640	CAROLINE SCHMID	4.819.049
1516	CLAUDYANO GYAN ANDRETTA	5286009
1492	CRISTIANE ZARICHTA	12984250-4
1635	DAIANE KAREN WENTZ	5705806
1491	DANIEL SOMENSI	4997114
1310	DIANA BALBINOTT	4692566

1399	DIEGO FRANCISCO MARCON	5215134
1490	DOGLAS LUNARDI	55197019
1510	DOUGLAS DAL'MAGO	5530878
1255	EDUARDO JONAS DOS SANTOS	5.056.670
1636	EDUARDO MATEUS ORTH	4911610
1319	EDUARDO ROTHER	4899940
1611	ELISA ZANFONATO	7108423174
1482	ELIZANDRA REJANE REX	6.106.652
1472	ERICA LEHMEN	6749618
1422	FERNANDA AGUSTINI STEDILLE	5831237
1317	FERNANDA MARIA BORTOLI	4321598
1667	GUSTAVO FELIPE GÓIS PADILHA HUGEN	4879857
1415	HENRIQUE DA SILVA CORREA	95140700
1662	IALANNA GARGHETTI SPILMANN	45847266
1579	ISABELLA PAMPLONA ZIEBARTH	4103057
1638	ISADORA	1093757597
1312	ISIS BURTET JANKUS	4193680
1464	JANE TELLECHEA FERNANDES	5062641641
1388	JAQUELINE KREICHMANN	123880501
1514	JEAN CARLOS DESCHAMPS	5694136
1430	JEFFERSON CAGLIARI	5626559
1463	JESSIANE DAMIAN	5072002
1425	JOÃO LUIS DOS SANTOS	5.626.191
1390	JULIANA BRUNETTO RODEM	3910698
1292	JULIANA JACOVAS	53365550
1480	KETERIN CAROLINE BRANDELERO	5072950
1370	LAURA DIDONE LARRAMENDI	3448740
1528	LETICIA FELIZZARI SGANZERLA	1104925316
1562	LUAN JUNIOR PICCINI	569145920
1276	LUANA MIOTTO	4732052
1471	LUCAS CAON	3942084
1262	LUCIANA CORASSA	4731252
1598	LUCIANE LAUX PASTORE	3614423
1468	LUIS ALBERTO RIGOTTI FRANTZ	4863977
1443	LUIZ FELIPE DAMACENO TAVARES	6800127-7
1519	LUIZ GUILHERME RASMUSSEN TORRI	12.694.310-5
1311	LUIZ GUSTAVO D'AGOSTINI	5593370
1462	MARIA JULIA DECONTO	7100110894
1332	MARIA LUIZA ZANOTTO	1706171
1270	MARIANA BEDIN	82981810
1392	MATEUS ELOIR GABRIEL	5162610
1478	MATEUS HENRIQUE DAMBROZ	2104914144
1376	MATEUS MACHADO PEREIRA	10785502-5
1263	MAYARA LAIZ MINOTTO MATTEI	5705693
1343	MAYCKON ANTONIO CARDOSO PADILHA	4574704
1439	MICHEL ZIEHER	5708573
1511	MIRIANI CORTELLINI DE OLIVEIRA	3749851
1633	MYRIAN CARLA GRANEMANN	5340797
1606	NEUBER JOSE LUCCA	1101232732
1455	PATRÍCIA MAYUMI DE OLIVEIRA LIMA ABE	272850439
1432	PAULO HENRIQUE MORETTO KEHL	3935947
1565	PIETRO AUGUSTO MANTOANI	3102022823
1588	RAFAEL ALBRECHT	5.705.978

1557	RAFAEL BIZARRO DE BEM	1097863052
1476	RAFAEL LUIZ OLIVO	4948669
1286	RAISSA ISAURA ROSSI	53363329
1481	RENATO DOS SANTOS	7097841063
1314	RICARDO CHRIST	5946933
1460	RODRIGO DALMAGRO	4897821
1487	SARA HÉLEN ZARTH	4929885
1659	SIMONE CONTERNO	46994310
1309	SIMONE CRISTINA GRIEBELER	5.914.997
1647	SUELEN MARIA	1111617393
1618	VINICIUS BERGAMO	7085037351
1572	WILLIAN RENAN DE CARVALHO	5.268.454
1626	YARA TAYANA ANDRIOLA	84555282
1624	ZEDIANE BONATTO	3081234365

Itá/SC, 15 de dezembro de 2016.

### **NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 10.809,41 (dez mil, oitocentos e nove reais e quarenta e um centavos), liberados em 08/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR000456, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Construção de Parque Infantil de Adolfo Konder, Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

### **NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 16.666,24 (dezesesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), liberados em 14/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR001442, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Extensão de Rede de Iluminação Pública em Adolfo Konder - 1ª Etapa, no Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

### **NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 10.809,41 (dez mil, oitocentos e nove reais e quarenta e um centavos), liberados em 08/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR000456, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Construção de Parque Infantil de Adolfo Konder, Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

### **NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 22.498,08 (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), liberados em 14/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR00879, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para manutenção de estradas vicinais nas comunidades de Linha Bonita, São Roque, Rio Engano, Rio Branco, Adolfo Konder, Bela Vista, Alvorada, São Francisco e Linha Taffarel no Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

### **NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 500,00 (quinhentos reais), liberados em 30/11/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR002309, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Aquisição de uma ambulância semi-UTI para transporte de pacientes para tratamento de saúde, consultas e exames e atendimentos de urgência e emergências do Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal



**NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS****COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS**

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 11.923,42 (onze mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), liberados em 08/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR000457, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Construção de Parque Infantil no Bairro São João, Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS****COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS**

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 16.666,24 (dezesesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), liberados em 14/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR001442, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Extensão de Rede de Iluminação Pública em Adolfo Konder - 1ª Etapa, no Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS****COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS**

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 11.923,42 (onze mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), liberados em 08/12/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2016TR000457, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Seara e a Prefeitura Municipal de Itá, cujo convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros para Construção de Parque Infantil no Bairro São João, Município de Itá - SC.

Itá - SC, 15 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CC Nº 2/2016

Processo Licitatório nº 52/2016 – Concorrência Pública nº 2/2016. OBJETO: execução de serviços de recuperação, transporte e guarda de veículos apreendidos e/ou removidos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 19 de janeiro de 2017, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 19 de janeiro de 2017, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br). Itaiópolis, 12 de dezembro de 2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 – PR Nº 29/2016

Processo Licitatório nº 48/2016 – Pregão Presencial nº 29/2016 – Objeto: aquisição de peças para máquinas das Secretarias de Viação e Obras Públicas, Agricultura e Meio Ambiente e, peças e filtros para reparos no veículo Fiat/Uno Economy ano/mod 2010 - placas MIB 1194 da Secretaria de Educação. Proponentes: BATAGUAÇU CURITIBA PEÇAS P/ MAQUINAS LTDA. – Itens: 1, 2, 5, 11, 16 a 21, 27, 37, 40, 41, 43, 44, 50, 52, 56, 113, 114, 115, 116, 145, 159, 176, 178, 181, 182, 192, 193, 194, 197 a 200, 209, 214, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 241, 242, 243, 260, 261, 262, 264, 277, 282, 286, 287, 288, 292, 293, 294, 311, 314, 315, 368, 374, 375, 376, 396, 424, 453, 455, 456, 468, 470, 472, 474, 490, 491, 492, 499, 500, 504, 505, 511, 513, 515, 517, 518, 519, 523, 524, 549, 561, 563, 564, 568, 571, 578, 590, 591, 596, 600 e 608. VALOR: R\$ 158.149,00. JULIO SILVESTRI FILHO ME. Itens: 4, 163, 215, 217, 218, 220, 224, 274, 300, 301, 304, 327, 331, 334 e 384. VALOR: R\$ 188.298,00. RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A. Itens: 13, 25, 36, 53, 64, 65, 66, 124, 135, 138, 151, 158, 201, 207, 208, 219, 222, 223, 225, 230, 238, 263, 273, 281, 308, 313, 325, 326, 328, 332, 333 e 390. VALOR: R\$ 202.058,79. TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA. Itens: 33, 35, 49, 55, 58, 63, 133, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 265, 312, 398, 404, 405, 407, 409, 429, 485, 489, 510, 550 e 551. VALOR: R\$ 30.786,28. TRATORAÇO E MERCADO DE CORREIAS LTDA. Itens: 3, 22, 57, 59, 60, 61, 62, 67 a 92, 96 a 106, 134, 139, 140, 141, 155, 156, 157, 183 a 191, 202 a 205, 221, 235, 269, 270 a 272, 275, 276, 295 a 299, 318 a 324, 329, 338 a 343, 387 a 389, 391 a 395, 410 a 423, 428, 430 a 451, 460, 462, 463, 469, 473, 477, 487, 488, 501, 516, 520, 521, 529 a 548, 562, 570, 572, 576, 579, 585, 587, 594, 605, 606, 609 a 618. VALOR: R\$ 180.194,10. TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA. Itens: 6 a 10, 12, 14, 15, 23, 24, 26, 28 a 32, 34, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 54, 93, 94, 95, 107 a 112, 117 a 123, 125 a 132, 137, 142 a 144, 152 a 154, 160 a 162, 164 a 175, 177, 179, 180, 195, 196, 206, 210 a 213, 216, 226 a 229, 236, 237, 244 a 259, 266 a 268, 278 a 280, 283 a 285, 289 a 291, 302, 303, 305 a 307, 309, 310, 316, 317, 330, 335, 336, 337, 344 a 367, 369 a 373, 377 a 383, 385, 386, 397, 399 a 403, 406, 408, 425 a 427, 452, 454, 457 a 459, 461, 464 a 467, 471, 475, 476, 478 a 484, 486, 493 a 498, 502, 503, 506 a 509, 512, 514, 522, 525 a 528, 552 a 560, 565 a 567, 569, 573 a 575, 577, 580 a 584, 586, 588, 589, 592, 593, 595, 597 a 599, 601 a 604 e 607. VALOR: R\$ 337.520,48. Valor Global: R\$ 1.097.006,65. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 07 de dezembro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 – PR 30/2016

Processo Licitatório nº 49/2016 – Pregão Presencial nº 30/2016 – Objeto: aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, para as Unidades Escolares do Município. Proponentes: CEK INFORMATICA LTDA. – Item: 2 - VALOR: R\$ 2.973,60. CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI. – Item: 1 – VALOR: R\$ 13.380,00. GISIANE MATILDE VIEIRA ME. Itens: 3 e 10 – Valor: R\$ 9.793,00. LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER ME. Item: 22 - Valor: R\$ 507,00. M. MOBILE EIRELI. Item: 8 – Valor: R\$ 2.650,00. MAURO FONSECA ME. Item: 11 – Valor: R\$ 944,82. MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA. Itens: 16 e 20 - VALOR: R\$ 35.476,00. MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Item: 7 – Valor: R\$ 6.000,00. NANO EMPREENDIMENTOS LTDA. Item: 21 - Valor: R\$ 1.040,00. PAPELARIA SÃO BENTO LTDA. Itens: 17 e 23 - Valor: R\$ 9.934,20. RICHESSE MOVEIS LTDA. Itens: 4, 15, 18 e 19 – Valor: R\$ 19.856,02. RP COMERCIAL LTDA. Itens: 5, 6 e 12 - Valor: R\$ 49.310,00. SUPERAR LTDA. Item: 13 – Valor: 3.850,00. VITRINE COMERCIO DE MOVEIS E ELTRODOMESTICOS EIRELI. Item: 14 – Valor: R\$ 24.997,50. Valor Global: R\$ 180.712,14. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 07 de dezembro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR 31/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016 – OBJETO: aquisição de uma Escavadeira Hidráulica sobre Esteiras, nova, ano e modelo 2016 – Contrato de Repasse nº 833393/2016 – MAPA/CAIXA, Processo nº SR.2626.1.033.434-46/2016. Contrato nº 102/2016. CONTRATADA: BMC Hyundai S.A. Valor: R\$ 325.000,00. Garantia da máquina: 02 (dois) anos. Itaiópolis, 14 de dezembro de 2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR 32/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 – OBJETO: aquisição de uma Retroescavadeira, nova, ano e modelo 2016 – Contrato de Repasse nº 832879/2016 – MAPA/CAIXA, Processo nº SR.2626.1.033.063-75/2016. Contrato nº 103/2016. CONTRATADA: Copar Máquinas e Equipamentos Ltda. Valor: R\$ 186.000,00. Garantia da máquina: 02 (dois) anos. Itaiópolis, 14 de dezembro de 2016. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Extrato de Termo Aditivo referente ao contrato Nº 16/2014. Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo hospitalar. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Décima Primeira – DO REAJUSTE. Fica Reajustado o valor do kilo para R\$ 6,50 (Seis reais e cinquenta centavos). A contar deste. Itaiópolis, 16/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

# Itapema

## PREFEITURA

### LEI 3.605 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Lei 3.605, de 19 de dezembro de 2016									
Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de									
ITAPEMA para o exercício de 2017									
O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte									
LEI									
CAPÍTULO I									
DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO									
Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Itapema para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 187.545.000,00 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais).									
Art. 2º. O Orçamento do Município de Itapema para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 187.545.000,00 (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a despesa para a Câmara Municipal em R\$ 7.650.000,00 (sete milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), em R\$ 179.895.000,00 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e cinco mil reais) a despesa da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, Fundação Municipal de Cultura e da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, e em R\$ 29.010.460,00 (vinte e nove milhões, dez mil quatrocentos e sessenta reais) as Transferências Financeiras Concedidas para Administração de Fundos Administração Fundacional e Câmara de Vereadores.									
§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:									
RECEITAS CORRENTES									
1.1 - Receita Tributária								R\$	85.355.700,00
1.2 - Receita de Contribuições								R\$	5.280.000,00
1.3 - Receita Patrimonial								R\$	1.852.400,00
1.6 - Receita de Serviços								R\$	20.000,00
1.7 - Transferências Correntes								R\$	82.561.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes								R\$	11.513.200,00
								Sub-total - RC	R\$ 186.582.300,00
RECEITAS DE CAPITAL									
2.1 - Operações de Crédito								R\$	5.110.000,00
2.2 - Alienação de Bens								R\$	273.500,00
2.4 - Transferências de Capital								R\$	3.333.000,00
								Sub-total - RK	R\$ 8.716.500,00
RECEITA REDUTORA									
1.10- Retenção p/ Formação do FUNDEB								R\$	7.753.800,00
								Sub-total - RR	R\$ 7.753.800,00
								TOTAL (RC + RK - RR)	R\$ 187.545.000,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:										
		I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL								
01.00 - Gabinete do Prefeito									R\$	2.855.000,00
02.00 - Gabinete do Vice Prefeito									R\$	250.000,00
03.00 - Procuradoria Geral do Município									R\$	1.670.000,00
04.00 - Secr. Municipal de Governo e Planejamento Estratégico									R\$	2.475.000,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração									R\$	5.530.000,00
06.00 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano									R\$	5.795.000,00
07.00 - Secretaria Municipal de Obras e Transportes									R\$	32.935.000,00
08.00 - Secr. Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico									R\$	7.747.000,00
09.00 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer									R\$	2.620.000,00
10.00 - Secr. Municipal Assist Social, Cidadania e Dtos Humanos									R\$	6.247.055,00
12.00 - Secretaria Municipal de Educação									R\$	64.501.600,00
13.00 - Secretaria Municipal de Finanças									R\$	9.962.385,00
14.00 - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema									R\$	1.495.000,00
15.00 - Fundo Municipal de Saúde de Itapema									R\$	28.267.960,00
17.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca									R\$	1.610.000,00
18.00 - Fundação Municipal de Cultura de Itapema									R\$	2.627.000,00
19.00 - Fundo Municipal de Assistência Social de Itapema									R\$	1.210.000,00
20.00 - Fundo da Infância e da Adolescência de Itapema									R\$	1.137.000,00
99.00 - Reserva de Contingência									R\$	960.000,00
16.00 - Câmara Municipal de Vereadores									R\$	7.650.000,00
								TOTAL	R\$	187.545.000,00
		I I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO								
01 - Legislativa									R\$	7.650.000,00
02 - Judiciária									R\$	1.670.000,00
04 - Administração									R\$	33.517.385,00
06 - Segurança Pública									R\$	2.345.000,00
08 - Assistência Social									R\$	8.374.055,00
10 - Saúde									R\$	28.252.960,00
12 - Educação									R\$	64.631.600,00
13 - Cultura									R\$	2.497.000,00
14 - Direitos da Cidadania									R\$	65.000,00
15 - Urbanismo									R\$	20.995.000,00
16 - Habitação									R\$	155.000,00
18 - Gestão Ambiental									R\$	1.495.000,00
20 - Agricultura									R\$	1.610.000,00
22 - Indústria									R\$	2.070.000,00
23 - Comércio e Serviços									R\$	5.667.000,00

27 - Desporto e Lazer		R\$	2.620.000,00
28 - Encargos Especiais		R\$	2.970.000,00
99 - Reserva de Contingência		R\$	960.000,00
	T O T A L	R\$	187.545.000,00
	I I I - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
031 - Ação Legislativa		R\$	7.650.000,00
061 - Ação Judiciária		R\$	1.670.000,00
122 - Administração Geral		R\$	32.617.385,00
124 - Controle Interno		R\$	180.000,00
126 - Tecnologia da Informatização		R\$	90.000,00
131 - Comunicação Social		R\$	1.075.000,00
181 - Policiamento		R\$	1.060.000,00
182 - Defesa Civil		R\$	1.285.000,00
241 - Assistência ao Idoso		R\$	70.000,00
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente		R\$	1.679.055,00
244 - Assistência Comunitária		R\$	6.325.000,00
301 - Atenção Básica		R\$	18.187.960,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		R\$	8.185.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico		R\$	820.000,00
304 - Vigilância Sanitária		R\$	415.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica		R\$	645.000,00
306 - Alimentação e Nutrição		R\$	1.620.000,00
361 - Ensino Fundamental		R\$	48.036.600,00
364 - Ensino Superior		R\$	720.000,00
365 - Educação Infantil		R\$	13.900.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos		R\$	235.000,00
392 - Difusão Cultural		R\$	2.497.000,00
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		R\$	65.000,00
451 - Infra-estrutura Urbana		R\$	11.305.000,00
452 - Serviços Urbanos		R\$	9.690.000,00
482 - Habitação Urbana		R\$	155.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental		R\$	15.000,00
542 - Controle Ambiental		R\$	1.495.000,00
605 - Abastecimento		R\$	1.560.000,00
606 - Extensão Rural		R\$	10.000,00
609 - Defesa Agropecuária		R\$	40.000,00
661 - Promoção Industrial		R\$	2.070.000,00
695 - Turismo		R\$	5.627.000,00
812 - Desporto Comunitário		R\$	2.590.000,00
813 - Lazer		R\$	30.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna		R\$	2.520.000,00
846 - Outros Encargos Especiais		R\$	450.000,00





4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$	29.336.230,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	R\$	2.100.000,00
Sub-total - DK	R\$	31.436.230,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	R\$	960.000,00
Sub-total - RC	R\$	960.000,00
TOTAL (DC + DK - RC)	R\$	187.545.000,00
CAPÍTULO I I		
DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
A - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA		
Art. 3º. O Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 174.168.500,00 (cento e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil e quinhentos reais), as transferências concedidas do tesouro Municipal em R\$ 29.010.460,00 (vinte e nove milhões, dez mil quatrocentos e sessenta reais) e fixa as despesas em R\$ 145.158.040,00 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil e quarenta reais).		
§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:		
RECEITAS CORRENTES		
1.1 - Receita Tributária	R\$	82.986.300,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$	5.280.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$	1.732.500,00
1.6 - Receita de Serviços	R\$	20.000,00
1.7 - Transferências Correntes	R\$	72.041.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	R\$	11.474.000,00
Sub-total - RC	R\$	173.533.800,00
RECEITAS DE CAPITAL		
2.1 - Operações de Crédito	R\$	5.050.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$	228.500,00
2.4 - Transferências de Capital	R\$	3.110.000,00
Sub-total - RK	R\$	8.388.500,00
RECEITA REDUTORA		
1.10- Retenção p/ Formação do FUNDEB	R\$	7.753.800,00
Sub-total - RR	R\$	7.753.800,00
TOTAL (RC + RK - RR)	R\$	174.168.500,00

§ 2º A Despesa da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

		I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO								
02 - Judiciária									R\$	1.670.000,00
04 - Administração									R\$	33.502.385,00
06 - Segurança Pública									R\$	2.345.000,00
08 - Assistência Social									R\$	6.027.055,00
12 - Educação									R\$	64.501.600,00
14 - Direitos da Cidadania									R\$	65.000,00
15 - Urbanismo									R\$	20.995.000,00
16 - Habitação									R\$	155.000,00
20 - Agricultura									R\$	1.610.000,00
22 - Indústria									R\$	2.070.000,00
23 - Comércio e serviços									R\$	5.667.000,00
27 - Desporto e Lazer									R\$	2.620.000,00
28 - Encargos Especiais									R\$	2.970.000,00
99 - Reserva de Contingência									R\$	960.000,00
								S O M A	R\$	145.158.040,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - TFC									R\$	29.010.460,00
								T O T A L (soma + TFC)	R\$	174.168.500,00
		I I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA								
DESPESAS CORRENTES										
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais									R\$	71.559.750,00
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida									R\$	420.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes									R\$	43.865.060,00
								Sub-total - DC	R\$	115.844.810,00
DESPESAS DE CAPITAL										
4.4.00.00.00.00 - Investimentos									R\$	26.253.230,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida									R\$	2.100.000,00
								Sub-total - DK	R\$	28.353.230,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência									R\$	960.000,00
								Sub-total - RC	R\$	960.000,00
								T O T A L (DC + DK - RC)	R\$	145.158.040,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - TFR									R\$	29.010.460,00

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE



4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$	81.000,00
Sub-total - DK	R\$	81.000,00
TOTAL ( DC + DK )	R\$	1.210.000,00
C - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA - FIA		
Art. 6º. O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA, para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 1.127.000,00 (um milhão, cento e vinte e sete mil reais) e fixa as despesas em R\$ 1.137.000,00 (um milhão, cento e trinta e sete mil reais).		
§ 1º A Receita do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:		
RECEITAS CORRENTES		
1.3 - Receita Patrimonial	R\$	2.000,00
1.7 - Transferências Correntes	R\$	6.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00
Sub-total - RC	R\$	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - TFR	R\$	1.127.000,00
TOTAL ( RC + TFR )	R\$	1.137.000,00
§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE ITAPEMA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:		
I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08 - Assistência Social	R\$	1.137.000,00
TOTAL	R\$	1.137.000,00
II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	1.137.000,00
Sub-total - DC	R\$	1.137.000,00
TOTAL ( DC )	R\$	1.137.000,00
II I - ADMINISTRAÇÃO FUNDACIONAL		
A - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI		

Art. 7º. O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI, para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 817.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais) e fixa as despesas em R\$ R\$ 1.495.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil reais).											
§ 1º A Receita da FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:											
RECEITAS CORRENTES											
1.1 - Receita Tributária										R\$	646.500,00
1.3 - Receita Patrimonial										R\$	12.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes										R\$	19.500,00
										Sub-total - RC	R\$ 678.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - TFR										R\$	817.000,00
										T O T A L (soma + TFR)	R\$ 1.495.000,00
§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:											
I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO											
18 - Gestão Ambiental										R\$	1.495.000,00
										T O T A L	R\$ 1.495.000,00
II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA											
DESPESAS CORRENTES											
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais										R\$	1.020.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes										R\$	385.000,00
										Sub-total - DC	R\$ 1.405.000,00
DESPESAS DE CAPITAL											
4.4.00.00.00.00 - Investimentos										R\$	90.000,00
										Sub-total - DK	R\$ 90.000,00
										T O T A L ( DC + DK )	R\$ 1.495.000,00
B - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA - FMC											
Art. 8º. O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA, para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais), as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 2.418.000,00 (dois milhões, quatrocentos e dezoito mil reais) e fixa as despesas em R\$ R\$ 2.627.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil reais).											
§ 1º A Receita da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas outras receitas correntes e de capital e as transferências financeiras recebidas do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:											



[illegible]

## A - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA

Art. 9º. O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA, para o exercício de 2017 estima as Transferências Financeiras Recebidas em R\$ 7.650.000,00 (sete milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), e fixa a despesa em R\$ 7.650.000,00 (sete milhões, seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo, com o seguinte desdobramento:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - TFR	R\$	7.650.000,00
--	-----	--------------

TOTAL	R\$	7.650.000,00
-------	-----	--------------

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	7.650.000,00
------------------	-----	--------------

TOTAL	R\$	7.650.000,00
-------	-----	--------------

## I I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

## DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	5.555.000,00
--	-----	--------------

3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	1.560.000,00
---	-----	--------------

Sub-total - DC	R\$	7.115.000,00
----------------	-----	--------------

## DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$	535.000,00
---------------------------------	-----	------------

Sub-total - DK	R\$	535.000,00
----------------	-----	------------

TOTAL ( DC + DK )	R\$	7.650.000,00
-------------------	-----	--------------

## CAPÍTULO I I I

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar operações de crédito, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, excetuando-se as Operações de Crédito por Antecipação de Receita - ARO, oferecendo, como garantia o produto da arrecadação de Receitas Orçamentárias Próprias ou Transferidas, obedecidos os dispositivos contidos no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 04-05-2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentária e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

I - Reserva de Contingência

R\$ 960.000,00

T O T A L

R\$ 960.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevisíveis", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, limitados à 20% (vinte por cento) por ato próprio (decreto), nos termos do que dispõe a Lei Federal n. 4.320/64, de 17 de março de 1964, para anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, na Administração Direta - Prefeitura Municipal, Administração dos Fundos e Administração Fundacional, criando se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada Projeto/Atividade.

Parágrafo único - Os créditos adicionais relativos a Administração Direta - Câmara de Vereadores, respeitado o total fixado, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

Art. 15. O Poder Executivo está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal n. 4.320/64, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 16. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Município de Itapema, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 018/2016**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 018/2016

ALTERA A LEI Nº 3602, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 24, V c/c o art. 27, ambos da Lei Orgânica do Município de Itapema, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei

**MEDIDA PROVISÓRIA**

Art. 1º - A Lei nº 3602, de 07 de dezembro de 2016 passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 2º - .....

§ 1º - Para se beneficiar do REFIS ITAPEMA - 2016, o interessado deverá realizar sua adesão até o dia 26 de dezembro de 2016 sendo tacitamente homologada pela Secretaria de Finanças.

Art. 3º - A opção pelo REFIS ITAPEMA - 2016 implica na inclusão parcial ou total dos débitos de cada imóvel do sujeito passivo para o caso de Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, pessoa física ou jurídica, bem como nos demais tributos e na confissão irrevogável e irretratável da dívida, na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas, e sujeita o optante ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

Art. 2º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 15 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 234 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 234 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e na fonte de recurso 107 - Transferência de recursos do Fundeb, no valor de R\$ 40.400,00 (quarenta mil e quatrocentos reais):

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034- Manutenção das Atividades da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas ..... R\$ 40.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações diretas ..... R\$ 40.400,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 15 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

### PORTARIA Nº 151/2016

Portaria nº 151 de 16 de dezembro de 2016.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Ederson Meurer matrícula nº 14788/01, tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no mês de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 16 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 152/2016

Portaria nº 152 de 16 de dezembro de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Tatiane Rods Leite Habitzreiter matrícula nº 14191/18, no período de 16/12/2016 até 13/6/2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 16 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 153/2016

Portaria nº 153 de 16 de dezembro de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Rubian Orlani Vavallini matrícula nº 14353/02, no período de 16/12/2016 até 13/6/2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 16 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 154/2016**

Portaria nº 154 de 19 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 19 de dezembro de 2016, Núbia Naue matrícula nº 14701/05, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Gabinete do Secretário Municipal de Transportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 155/2016**

Portaria nº 155 de 19 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 19 de dezembro de 2016, Jacinto Welter matrícula nº 14924/02, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Almoxarifado Central.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 156/2016**

Portaria nº 156 de 19 de dezembro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 19 de dezembro de 2016, Tatiane Penz matrícula nº 14122/03, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Urbanismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 190/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 29 de dezembro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC., 16 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 24/2016 FMS, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais. Entrega da documentação e proposta até às 10:30 horas do dia 29 de dezembro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 16 de dezembro de 2016.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS



# Itapoá

## PREFEITURA

### CMAS - ATA Nº 14/2016

Ata: 014/2016

Reunião: EXTRAORDINÁRIA

Data: 10/11/2016

Horário: 14h00

Local: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Aos dez dias do mês de novembro de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 14h10 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presente os conselheiros: Elaine Cristina Alves (OAB), Lana Rosélia Quadros Beviláqua (Ent. S/ Fins Lucrativos), Margarida G. Haas (Trabalhadores) e Marciane Rech. Em função da falta de quórum a reunião foi encerrada às 14h30 e marcada a nova extraordinária para o dia 16/11/2016 às 11h00. As conselheiras Rosana Maria Brauer e Juliana Cristina Soares Speck formalmente justificaram a ausência. Assinam esta ata os presentes:

Lana Rosélia Quadros Beviláqua
Margarida G. Haas
Elaine Cristina Alves
Marciane Rech
Maristela de Souza

### CONCESSÃO DE LICENÇA - LICENÇA AMBIENTAL OPERAÇÃO CORRETIVA – LAO Nº 030/2016

CONCESSÃO DE LICENÇA - LICENÇA AMBIENTAL OPERAÇÃO CORRETIVA – LAO Nº 030/2016

Agilize Itapoá Consultoria Ltda torna público que recebeu do Departamento de Meio Ambiente de Itapoá, a Licença Ambiental de Operação Corretiva – LAO Nº 030/2016, válida por 60 (sessenta) Meses para atividade 7160.05-Disposição Final de Resíduos e/ou Rejeitos da Construção Civil em Aterros, Localizada na Estrada da Serinha, Km 2,5 S/N Bairro Vila Guilherme Coordenadas 26°07'25,52" latitude S e 48°37'1,48" Longitude W.

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244  
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br  
URL: www.itapoa.sc.gov.br

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2946/2014 – DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2946/2014

Data: 16 de dezembro de 2016.

DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias, 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Os departamentos que executam serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 16 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### LCM Nº 50/2016 - INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 050/2016

Data: 14 de dezembro de 2016.

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC) em exercício, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Código contém as medidas de política administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, segurança, ordem pública, bem-estar público, lazer e entretenimento, localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e industriais, preservação do meio ambiente, estatuidos as necessárias relações entre o Poder Público local e os municípios.

Art. 2º. Ao Prefeito e, em geral, aos servidores municipais, incumbe cumprir e zelar pela observância dos preceitos deste Código.

#### CAPÍTULO II

##### DA HIGIENE PÚBLICA E DO CONTROLE AMBIENTAL

###### Seção I

###### Das Disposições Gerais

Art. 3º. Compete à Prefeitura zelar pela higiene pública, visando a melhoria do ambiente, a saúde e o bem-estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da expectativa e qualidade de vida.

Art. 4º. A fiscalização sanitária deverá abranger especialmente a higiene da orla marítima; a higiene das vias públicas; a higiene das habitações particulares e coletivas; a higiene da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios; a higiene dos estabelecimentos em geral; a higiene das piscinas de natação; a limpeza e a desobstrução dos cursos d'água e das valas; o controle da água e do sistema de eliminação de dejetos; o controle da poluição ambiental; o controle e monitoramento do ar e dos resíduos e despejos industriais e agrícolas.

Art. 5º. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente deverá apresentar, a bem da higiene pública, um relatório circunstanciado sugerindo medidas ou solicitando providências.

Parágrafo único. A Prefeitura deverá tomar as providências cabíveis no caso, quando o mesmo for de competência municipal, ou remeter cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada destas.

###### Seção II

###### Da Higiene da Orla Marítima

Art. 6º. O serviço de limpeza da orla marítima, bem como o serviço de coleta de lixo será executado direta ou indiretamente pela

Prefeitura.

Art. 7º. É proibido o lançamento de lixo de qualquer natureza sobre a orla marítima, devendo ser utilizados os diversos recipientes colocados ao longo da praia para este fim.

Art. 8º. É proibido conduzir ou deixar animais, de qualquer espécie na orla marítima.

Art. 9º. A realização de exploração comercial de qualquer espécie, bem como a comercialização de produtos na orla marítima, deve ser precedida de Alvará para Promoções e Eventos Especiais, expedida pela Prefeitura Municipal de Itapoá.

### Seção III

#### Da Higiene das Vias Públicas

Art. 10. O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, e será obrigatoriamente vinculada a extensão do alvará de construção a partir da existência de locais adequados, licenciados pelo Município de Itapoá e credenciados junto a Prefeitura Municipal de Itapoá.

Parágrafo Único. As disposições referentes ao sistema de coleta, classificação e destino final dos resíduos sólidos serão estabelecidas em Lei específica.

Art. 11. É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, bem como despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames, propaganda política ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 12. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, valas, brejos, galerias de águas pluviais, sarjetas e cursos d'água canalizadas ou não, resíduos de qualquer origem que possa impedir ou dificultar a drenagem urbana e causar incômodo à população.

Art. 13. Para preservar de maneira geral, a higiene pública, fica terminantemente proibida:

I. O escoamento de águas das residências para as ruas, exceto as águas pluviais;

II. Conduzir qualquer material que possa comprometer o asseio das vias públicas sem que sejam tomadas as devidas precauções;

III. Queimar resíduos de qualquer natureza nos próprios quintais;

IV. Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

V. Fazer a retirada de materiais e entulhos, provenientes de construção ou demolição de prédios, sem uso de instrumentos adequados como canaletas ou outros que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros e nas vias públicas.

Art. 14. A limpeza de passeios, havendo calçamento ou não, fronteiriças às residências e estabelecimento é de responsabilidade dos proprietários ou inquilinos e se sujeitam ao disposto em Lei Municipal específica.

### Seção IV

#### Da Higiene das Habitações

Art. 15. Os proprietários deverão conservar as edificações e suas dependências em condições adequadas de estabilidade e higiene, a fim de não comprometer a segurança e a saúde de seus ocupantes, vizinhos ou transeuntes, conforme o disposto neste Código e no Código Sanitário do Estado.

Parágrafo único. A Prefeitura deverá efetuar vistorias, quando solicitada, para verificação de situações particulares de imóveis, desde que se refira à matéria de competência e interesse do Município.

Art. 16. Constatado mau estado de limpeza ou conservação de uma edificação, seu proprietário será intimado a proceder aos serviços necessários, sendo concedido um prazo para sua execução.

§ 1º Da intimação constará relação de todos os serviços a executar e os prazos concedidos.

§ 2º Não sendo atendida, no prazo determinado, a intimação tratada no artigo anterior, o fiscal responsável formulará denúncia aos órgãos competentes.

Art. 17. Aos proprietários de prédios em ruínas, abandonados ou desabitados, será concedido um prazo, mediante intimação, para

sua reforma e adequação ao disposto neste Código.

Parágrafo único. Findo o prazo fixado na intimação e se os serviços não estiverem feitos, deverá o proprietário proceder à demolição do edifício, observado o disposto no Código de Obras.

Art. 18. Os proprietários ou inquilinos deverão conservar em perfeito estado de limpeza seus quintais, pátios, prédios ou terrenos não ocupados.

§1º - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na zona urbana.

§2º - Os proprietários ou responsáveis deverão evitar a formação de focos ou viveiros de insetos, estando sujeitos a medidas que forem determinadas para sua extinção.

§3º - Os proprietários de terrenos alagáveis deverão mantê-los drenados podendo, para tanto, solicitar auxílio da Prefeitura Municipal para execução do serviço em áreas públicas.

### Seção V

#### Da Higiene da Alimentação

Art. 19. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para efeitos deste Código, consideram-se alimentos ou gêneros alimentícios toda substância sólida ou líquida destinada a ser ingerida pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 20. Não será permitida a produção, exposição ou venda de alimentos vencidos, deteriorados, falsificados, adulterados, que contenham ingredientes tóxicos ou que sejam nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento de multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§2º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da Licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 21. Nas quitandas, mercearias e casas congêneres, além das disposições gerais referentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observados, rigorosamente, aspectos de higiene e limpeza de produtos, balcões expositores e do local, assim como as condições impostas pelo fabricante para a correta conservação do produto.

Art. 22. É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

I. Animais doentes;

II. Frutas, legumes, hortaliças ou quaisquer produtos que pelo seu estado comprometam a saúde.

III. Vidros de produtos em conserva sem origem certificada e que não estejam de acordo com a lei do meio ambiente em vigor.

Art. 23. A água destinada à manipulação ou ao preparo de gêneros alimentícios deve ser comprovadamente pura.

Art. 24. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 25. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código que lhe são aplicáveis, deverão ainda:

I. Ter veículos aprovados e vistoriados pela Prefeitura;

II. Zelar para que os gêneros alimentícios que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados, apresentando-os em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

III. Ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados para isolamento de impurezas e insetos;

IV. Usar vestuário adequado e limpo.

§1º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição e a pena extensivos à freguesia.

§2º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que propiciem a contaminação dos produtos expostos à venda ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 26. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata só

serão permitidos em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistórios pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos contaminados de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

Parágrafo Único: A venda na Orla Marítima deverá estar de acordo com o contido no artigo 9º deste código.

## Seção VI

### Da Higiene dos Estabelecimentos

Art. 27. Os hotéis, pousadas, restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos congêneres deverão observar as prescrições constantes dos regulamentos da Vigilância Sanitária, além das normas deste Código:

I. A lavagem das louças e talheres deverá ser feita com água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II. A higienização das louças e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;

III. Os guardanapos e as toalhas deverão ser de uso individual;

IV. As louças e talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e a insetos;

V. As mesas e balcões deverão possuir tampo impermeáveis;

VI. Cozinhas e copas deverão ter revestimento ou ladrilho no piso e nas paredes, até a altura de 2,0 m (dois metros), no mínimo, e deverão ser conservadas em perfeitas condições de higiene;

VII. Os utensílios de cozinha, os copos, as louças, os talheres, as xícaras e os pratos deverão estar sempre em perfeitas condições de uso, sendo inutilizado imediatamente o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

VIII. Deverá haver sanitários para ambos os sexos, não sendo permitida entrada comum;

IX. Nos salões de consumação não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se desta proibição os copos confeccionados em material descartável, plástico ou papel, que devem ser destruídos após uma única utilização.

§2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo deverão manter seus empregados convenientemente trajados, de preferência uniformizados, e em perfeito estado de asseio.

§3º Os funcionários que preparam, manuseiam e servem alimentos e utensílios alimentares deverão fazer exames de saúde anualmente, mantendo junto à sua documentação, a carteira de saúde, sendo proibido o trabalho de funcionários portadores de doenças contagiosas.

Art. 28. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais, observando-se as normas técnicas pertinentes.

Parágrafo único. Durante o trabalho, os empregados deverão usar uniforme ou jaleco rigorosamente limpos.

Art. 29. As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art. 30. Os instrumentos de trabalho como pentes, escovas, presilhas e outros de plástico, logo após sua utilização, deverão ser mergulhados em solução antisséptica e lavados em água corrente.

I. Os instrumentos cortantes, raspantes e perfurantes, não descartáveis, deverão ser de metal inoxidável e esterilizados após cada utilização;

II. Os resíduos resultantes serão recolhidos a cada hora e acondicionados em recipiente fechado e em local apropriado para coleta.

Art. 31. Os salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres deverão obedecer às seguintes prescrições:

I. Os pisos deverão ser recobertos com borracha ou material similar, lavável e impermeável;

II. As paredes deverão ser pintadas a óleo, ou material similar, até a altura mínima de 2,0 m (dois metros);

III. Deverão possuir instalações sanitárias adequadas.

Art. 32. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste Código e de normas da Secretaria Estadual de Saúde, que lhes forem aplicáveis, é obrigatório:

I. A existência de depósito de roupa servida;

II. A existência de uma lavanderia a água quente, com instalação completa de esterilização;

III. A esterilização de louças, talheres e utensílios diversos.

Art. 33. As casas de carne e peixarias deverão atender às seguintes condições:

I. Ser dotadas de torneiras e pias apropriadas;

II. As carnes e frutos do mar deverão ser lavados com água tratada;

III. Ter balcões com tampa de aço inoxidável, granito, mármore ou outro revestimento lavável e impermeável;

IV. Ter câmaras frigoríficas ou refrigerador com capacidade suficiente;

V. Utilizar utensílios de manipulação, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado, conservado em rigoroso estado de limpeza;

VI. A iluminação artificial não poderá ser feita com o uso de lâmpadas coloridas;

VII. O piso deverá ser de material resistente ao tráfego, impermeável e lavável;

VIII. As paredes deverão ser revestidas com azulejo até a altura de 2 m (dois metros), no mínimo;

IX. Deverão ter ralos sifonados, ligando o local à rede de esgotos ou fossa absorvente;

X. Possuir portas gradeadas e ventiladas;

XI. Possuir instalações sanitárias adequadas de acordo com as normas sanitárias pertinentes;

XII. Possuir funcionários exclusivos para o manuseio das carnes e peixes, que não tenham contato simultâneo com dinheiro, resíduos de limpeza ou qualquer outro material.

Art. 34. As casas de carne e congêneres só poderão receber carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas e, quando conduzidas, em veículo apropriado.

Parágrafo único. As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livres, tanto de plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Art. 35. Nas casas de carnes e estabelecimentos congêneres é vedado o uso de cepo e machado.

Art. 36. Nas casas de carnes e peixarias não serão permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 37. Nos estabelecimentos tratados nesta Seção deverão ser observadas as seguintes prescrições de higiene:

I. Manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

II. Adotar o uso de aventais e gorros brancos;

III. Manter coletores de resíduos com tampa removível, à prova de moscas e roedores.

## Seção VII

Da Arborização de Vias e Logradouros Públicos e da Preservação de Bosques, Parques e Jardins

Art. 38. A Prefeitura Municipal suplementará a fiscalização do Estado e da União para evitar a destruição das florestas e estimular ao plantio das árvores, de acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012 do Código Florestal.

Art. 39. As áreas urbanas desprovidas de arborização deverão ser gradualmente arborizadas, conforme Plano de Arborização Urbana o qual será executado pela prefeitura municipal em um prazo limite de 02 (dois) anos, a contar da data da aprovação desta Lei.

Parágrafo Único. Para efeitos de implantação do Plano de Arborização Urbana, o Poder Público destinará uma área para formação de Horta com viveiro de plantas nativas e ornamentais.

Art. 40. Compete à Prefeitura Municipal a arborização das vias e logradouros públicos.

§1º É facultado a todo munícipe o plantio de árvores defronte à



sua residência ou ao terreno de sua propriedade, respeitadas as normas, Plano de Arborização Urbana e especificações da Prefeitura Municipal.

§2º As árvores são consideradas bens públicos, sendo vedada sua utilização como apoio ou suporte de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 41. A poda, remoção ou extração de árvores só poderá ser realizada pelo departamento competente da Prefeitura, constatada a real necessidade da medida, mediante parecer técnico aprovado pela autoridade responsável.

§1º Qualquer árvore ou grupo de árvores poderá ser declarado, por ato de Poder Executivo Municipal, imune a corte por motivo de localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

§2º Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore implicará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posição.

Art. 42. Os danos causados a plantas e equipamentos de bosques, parques e jardins, sujeitarão os responsáveis a pagamento de indenização, avaliada pelos técnicos responsáveis.

Art. 43. A Prefeitura deverá colaborar com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 44. Para evitar a propagação de incêndios, deverão ser observadas, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias, evitando assim os incêndios acidentais, não sendo observadas estas medidas, se enquadrarão em incêndio criminoso.

Art. 45. Na área rural, a ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, inclusive nas margens de estradas ou rodovias, sem tomar as seguintes precauções:

I. Preparar aceiros de, no mínimo, 7,0 m (sete metros) de largura;  
II. Mandar aviso aos confrontantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 46. A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 47. A derrubada de bosques ou matas nativas dependerá de licença da Prefeitura e de órgãos municipais, estaduais ou federais competentes, observadas a legislação ambiental vigente.

§1º Quando o terreno for urbano, a Prefeitura só concederá licença se o destino for para construção, além de exigir vistoria e aprovação dos órgãos competentes.

§2º A Prefeitura poderá conceder licença especial para a derrubada de árvores encontradas em lotes urbanos que possam prejudicar, causar danos ou incômodo a residências próximas, bem como aos muros de fechamento das mesmas, desde que precedida de vistoria e aprovação dos órgãos ambientais competentes.

## Seção VIII

### Da Proteção Ambiental

Art. 48. Cabe à Prefeitura Municipal zelar pela proteção ambiental em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação Municipal e das normas adotadas pelo Estado e pela União e articular-se com órgãos federais e estaduais competentes para fiscalizar ou proibir, no Município, atividades que, direta ou indiretamente:

I. Criem ou possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;

II. Prejudiquem a fauna e a flora;

III. Disseminem resíduos com óleo, graxa e resíduos sólidos não inertes;

IV. Prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins de utilização doméstica, agropecuária, de piscicultura, recreativa e para outros fins.

§1º O conceito de meio ambiente engloba a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade pública, privada ou de uso comum, a atmosfera, a vegetação e o oceano.

§2º O Município poderá celebrar convênios com órgãos públicos federais, estaduais e internacionais para a execução de projetos ou atividades que tenham como objetivo o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

§3º As autoridades incumbidas de fiscalização ou inspeção, devidamente identificadas, para fins de controle da poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, em instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras, particulares ou públicas, que possam causar danos ao meio ambiente.

Art. 49. Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio ambiente será executada, além da aplicação das multas previstas neste Código, a interdição das atividades, observada a legislação municipal pertinente, estadual e federal competente.

Art. 50. É proibido a instalação, dentro do perímetro urbano e demais localidades do Município, de indústrias que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas e pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública, e de indústrias que sejam poluidoras do ar, da água ou sonoras.

Parágrafo único. As indústrias que puderem controlar seus elementos de poluição através de filtros, decantadores ou outros meios, poderão ser instaladas, desde que mantenham em funcionamento, tais equipamentos e obedeçam a normas técnicas, tenham parecer favorável do CONCIDADE e demais exigências da Prefeitura, e da legislação ambiental vigente, e atendam aos estudos de impacto ambiental para o empreendimento.

Art. 51. É proibido comprometer, por qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou em particular.

Art. 52. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I. Vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II. Dispositivo que facilite a inspeção da fiscalização sanitária;

III. Tampa removível;

IV. É proibida a utilização de cimento amianto nos reservatórios de água.

V. Observar outras exigências do Código de Obras.

Art. 53. Chaminés de qualquer espécie e exaustores de fogões de residências, restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, deverão ter altura suficiente e dispositivos de controle de poluição, para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos nem contaminem o meio ambiente, atendendo as normas técnicas pertinentes.

Parágrafo único. Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito, desde que atendidas as normas técnicas pertinentes ao assunto.

Art. 54. Não será permitida a deposição de quaisquer materiais sólidos ou líquidos que, pela sua natureza, possam constituir-se em foco de atração de insetos ou desprendam gases e odores incômodos aos moradores vizinhos a uma distância mínima de 300 metros do perímetro urbano, ou a qualquer distância desde que polua a área urbana.

Art. 55. É de responsabilidade de cada proprietário ou inquilino a destinação correta dos resíduos domiciliares conforme regulamento próprio estabelecido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os resíduos domiciliares devem ser acondicionados em sacos descartáveis e impermeáveis, devidamente fechados para serem removidos pelo serviço de limpeza pública, nos dias e horários estabelecidos.

Art. 56. Serão considerados entulhos inertes e não resíduos domiciliares os provenientes de construções, podas de árvores e qualquer outro resíduo que não seja coletado pela coleta de lixo no Município, cuja coleta está regulada em legislação específica.

Art. 57. Os resíduos provenientes de fábricas e oficinas, matérias excrementícias e restos de forragem de cocheiras e estábulos, palha e outros resíduos de casas comerciais, serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 58. As irregularidades ambientais que contrariem a presente lei

estarão sujeitas as penalidades previstas em legislação específica.

## Seção IX

### Do Saneamento na Área Rural

Art. 59. A construção de casas de madeira ou outros materiais combustíveis, bem como a utilização de paredes com vazios entre suas faces, está sujeita à aprovação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. As construções referidas neste artigo deverão ser assentadas sobre bases de alvenaria ou concreto, com pelo menos 0,50 m (cinquenta centímetros) acima do solo.

Art. 60. A Prefeitura Municipal poderá estabelecer medidas especiais em conjunto com proprietários rurais, relacionadas ao recolhimento seguro e inofensivo, à saúde pública e ao meio ambiente, de embalagens e recipientes inutilizáveis dos defensivos agrícolas e sua destinação final.

Art. 61. O resíduo doméstico das localidades rurais poderá ser recolhido diretamente pelo Poder Público Municipal ou por Concessionária devidamente habilitada, através de escala de horários estabelecida e previamente divulgada à população, obedecendo ao Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

## CAPÍTULO III

### DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

#### Seção I

##### Da Ordem e do Sossego Público

Art. 62. É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, tais como:

I. Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II. Os de buzinas, clarins, campainhas ou quaisquer outros aparelhos de som;

III. Os de propagandas realizadas com alto-falantes, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV. Os produzidos por arma de fogo;

V. Os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, não só na área do perímetro urbano como em distância suficiente para perturbar o sossego público da cidade e demais localidades do Município;

VI. Os de apitos ou silvos de sirene de fábricas, cinemas e similares, por mais de 20 (vinte) segundos, sendo totalmente proibidos no período entre 22 (vinte e duas) e 6 (seis) horas;

VII. Batusacas, congados e outros divertimentos congêneres sem licença prévia.

§1º - Excetua-se das proibições deste artigo:

a) As sirenes de veículos de Assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;

b) Os apitos de rondas e guardas policiais.

§2º - Ensaios de fandangos, escolas de samba, orquestras e similares terão local e horário para sua realização determinada pela Prefeitura, mediante prévia solicitação.

Art. 63. Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 5 (cinco) e depois das 22 (vinte e duas) horas, salvo os toques de rebates em situações de emergência, em casos de falecimento ou, ainda, em comemorações religiosas tradicionais.

Art. 64. É proibido executar qualquer trabalho, serviço ou festividade que produza ruído, antes das 7 (sete) e depois das 22 (vinte e duas) horas nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e residências.

Art. 65. Instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou, pelo menos, reduzir ao mínimo, correntes parasitas, diretas ou induzidas, oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à rádio recepção.

Parágrafo único. Máquinas e aparelhos que não apresentarem diminuição sensível das perturbações, mesmo com a aplicação de dispositivos especiais, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 20 (vinte horas) nos dias úteis.

Art. 66. Nas vias públicas, jardins e praças, é proibido:

I. Praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes ou, de

qualquer modo, perturbar o sossego, a ordem e o respeito;

II. Danificar jardins e arborização, bem como enfeites, placas indicativas, toldos e iluminação pública;

III. Pichar muros, calçadas, paredes, placas indicativas ou qualquer objeto, bem como imóvel público ou particular.

Art. 67. Os proprietários de estabelecimentos de vendas de bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem dos mesmos.

Parágrafo Único As desordens, algazarra ou barulho, por ventura verificada nos referidos estabelecimentos, sujeitarão aos proprietários uma multa, podendo ser cassada a licença para o funcionamento nas reincidências.

Art. 68. A emissão de sons ou ruídos produzidos por bares, lanchonetes, restaurantes e similares, somente será permitido se instalados equipamentos de som com alto-falantes, no máximo de dois, de 15 polegadas para grave e, no máximo de dois, de 12 polegadas para médios, nunca ultrapassando 150 watts P.M.P.O. para cada alto falante, com tweeter para agudos, no máximo de 04 (quatro) com 50 watts, P.M.P.O. cada um, não ultrapassando 60 decibéis medidos à distância de 6 metros da divisa do terreno onde se localiza o estabelecimento que produz a poluição sonora.

§ 1º É proibido o uso:

I. De caixas acústicas conectadas;

II. De drives e cornetas de qualquer espécie para médios e agudos.

§ 2º O funcionamento de bares, lanchonetes restaurantes e similares, que pretendam adotar sonorização, ficam obrigados a obterem a devida licença junto a Prefeitura Municipal de Itapoá (SC), que somente a expedirá após constatado a observância da presente Lei.

§ 3º Fica estabelecido o horário de funcionamento com música nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares, estabelecidos fora do eixo comercial, das 10:00 h (dez horas da manhã) até a 1:00h (uma hora da madrugada).

§ 4º Fica determinado o horário de funcionamento com música, nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares estabelecidos no eixo comercial, das 10:00 h até as 03:00 h nos feriados, finais de semana e durante o período de temporada compreendido entre 24 de dezembro e quarta-feira de cinzas, obedecendo ao disposto no caput do art. 2º."

Art. 69. Fica proibido o estacionamento de veículos equipados com som automotivo em logradouros públicos, na beira mar ou em qualquer lugar público, perturbando o sossego e o bem-estar.

§ 1º Advertido o condutor por qualquer pessoa que se sinta perturbada, e mesmo assim não cessado a perturbação a autoridade policial procederá a apreensão do veículo com a retirada do equipamento de som, às expensas do proprietário emitindo multa correspondente.

I. Para fins do disposto neste Parágrafo, a execução da presente Lei dar-se-á através de convênio com a Polícia Militar.

§ 3º O veículo apreendido somente será liberado mediante a apresentação do documento de arrecadação da multa correspondente.

§ 4º Os valores recebidos pelo Município, a este título, serão revertidos para o Fundo Municipal.

Art. 70. Os carros de som, poderão fazer livremente suas propagandas nas vias públicas, no horário compreendido entre 9:00hs (nove horas) até as 20:00hs (vinte horas) sempre com prévia autorização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mediante o pagamento de taxa correspondente.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente não concederá autorização para circulação de referidos veículos, quando estes produzirem sons ou ruídos que ultrapassem os níveis permitidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Art. 71. As casas de shows ou que promovem bailes ou outros eventos assemelhados obedecerão quanto à produção de sons ou ruídos os níveis equivalentes e o método utilizado para a medição e avaliação, as recomendações das normas NBR 10.151 e 10.152 - ABNT, ou às que lhes sucederem, bem como, as normas do CONAMA.

**Seção II****Dos Divertimentos Públicos**

Art. 72. Divertimentos públicos, para efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso público.

Art. 73. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem ser previamente autorizado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à localização, construção e higiene da edificação e procedida a vistoria policial.

Art. 74. Em todas as casas de diversão pública deverão ser observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e pelas normas técnicas pertinentes:

I. Tanto as salas de entrada como as de espetáculo deverão ser mantidas rigorosamente limpas;

II. As portas e os corredores para o exterior deverão ser amplos e conservados sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III. Todas as portas de saída deverão ser abertas de dentro para fora e encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave quando se apagarem as luzes da sala;

IV. As portas de saída deverão dispor de instalação de luz de emergência, de cor vermelha, ligada a circuito autônomo de eletricidade;

V. Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

VI. As instalações sanitárias deverão ser independentes para ambos os sexos;

VII. Deverão ser tomadas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso, conforme exigências do Corpo de Bombeiros;

VIII. Deverão possuir bebedouro automático, de água filtrada, em perfeito estado de funcionamento;

IX. Durante os espetáculos as portas deverão ser conservadas abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

X. Deverão manter os recintos limpos;

XI. O mobiliário deverá ser mantido em perfeito estado de conservação.

Art. 75. Para o funcionamento de cinemas, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

I. Os aparelhos de projeção deverão ficar em cabines de fácil saída, construídas com materiais incombustíveis;

II. No interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que as necessárias para as seções de cada dia, devendo as mesmas estar depositadas em recipiente especial, incombustível, fechado hermeticamente e que não seja aberto por mais tempo do que o indispensável ao serviço.

Art. 76. Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, onde não houver exaustores deverá, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer um lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação do ar.

Art. 77. Em todos os teatros, cinemas, circos ou salas de espetáculos deverão ser reservados lugares destinados a portadores de deficiência física, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Art. 78. Os programas anunciados deverão ser executados integralmente, não podendo os espetáculos ser iniciados em hora diversa da marcada.

§1º Em caso de modificação do programa ou de horário deverá ser devolvido aos espectadores o preço integral do ingresso.

§2º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couberem, às competições esportivas para as quais se exija o pagamento dos ingressos.

Art. 79. Os ingressos não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo, sala de espetáculos e congêneres.

Art. 80. Compete à Prefeitura Municipal expedir Alvará de

Localização e Funcionamento de casas e locais de divertimentos públicos.

Art. 81. Clubes noturnos e outros estabelecimentos de diversão que produzam sons e ruídos deverão ser, obrigatoriamente, localizados e instalados de maneira a proteger a vizinhança de ruídos ou incômodos de qualquer natureza.

Art. 82. Nenhum estabelecimento referido no artigo anterior, poderá ser instalado dentro de um raio de 200 m (duzentos metros) onde estejam localizados escolas, hospitais e estabelecimentos religiosos.

Art. 83. Fica proibida a instalação de clubes noturnos em edificações onde existam residências.

Art. 84. Os responsáveis pelos divertimentos públicos obrigar-se-ão a:

I. Manter, durante o espetáculo, pessoa idônea que possa receber avisos e notificações, e que seja capaz de assumir responsabilidades perante as autoridades;

II. Evitar, sob qualquer pretexto, a venda de ingressos em número que exceda a lotação máxima.

Art. 85. Os proprietários de bares, restaurantes e congêneres serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Art. 86. Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 200 m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, maternidades, estabelecimentos religiosos e de ensino.

Art. 87. Na localização de estabelecimentos de diversão noturna, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Art. 88. Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas as seguintes:

I. A parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo, entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço;

II. A parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas de maneira que assegure saída ou entrada franca sem dependência da parte destinada a permanência do público.

Art. 89. A armação de circos de pano, parques de diversão e locais de diversão de caráter transitório será permitida no Município desde que obedecidas às exigências seguintes:

I. Sejam instalados em terreno determinado pela Prefeitura Municipal;

II. Estejam isolados, a uma distância mínima de 5 m (cinco metros) de qualquer edificação;

III. Não perturbem o sossego dos moradores;

IV. Não existam residências em um raio de 50 m (cinquenta metros) do local de instalação;

V. Os estabelecimentos de que trata este artigo não poderão ser autorizados por um período superior a um mês, podendo, entretanto, haver mais uma renovação de licença.

§1º Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§2º A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversão ou, ainda, estabelecer novas restrições para lhes conceder a renovação solicitada.

§3º Os circos e parques de diversão, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados, em todas as suas instalações, pelas autoridades da Prefeitura.

§4º Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se julgar conveniente, um depósito de até o máximo de 10 (dez) vezes o valor da unidade de referência vigente no Município.

§5º O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos. Em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 90. Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

§1º A licença prévia da Prefeitura não dispensa a obtenção da licença no órgão de segurança pública.



§2º Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em locais particulares.

Art. 91. Autorizada a localização e feita a montagem, o funcionamento ficará dependendo da vistoria para verificação da segurança das instalações.

Art. 92. Os circos, parques de diversão e demais locais de diversão de caráter transitório, deverão possuir instalações sanitárias provisórias, independentes os dois sexos, na proporção mínima de um vaso sanitário e um mictório para cada 100 frequentadores.

§1º Para a construção dessas instalações sanitárias será permitido o emprego de madeira e outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimento liso e impermeável.

§2º A Prefeitura Municipal poderá exigir a utilização de banheiros químicos sempre que não exista a rede de coleta de esgoto para receber os efluentes.

§3º Será obrigatória a remoção das instalações sanitárias construídas e o aterro de fossas por ocasião da cessação das atividades que a elas deram origem.

Art. 93. A coleta de resíduos de circos, parques de diversão e demais locais de diversão de caráter transitório será realizada pela Prefeitura Municipal, mediante pagamento de taxa estabelecida no ato da solicitação da Licença de Funcionamento.

### Seção III

#### Dos Locais de Culto

Art. 94. As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados, sendo proibido pichar suas paredes e muros ou neles afixar cartazes.

Art. 95. Nas igrejas, templos ou casas de culto, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 96. As igrejas, templos e casas de culto não poderão contar com maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.

### Seção IV

#### Do Trânsito Público

Art. 97. O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 98. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

§1º Somente a Prefeitura poderá determinar a necessidade de interromper o trânsito, quando houver interesse público, em casos de fechamento temporário de ruas para passeio de pedestres, desfiles, procissões, passeatas e similares.

§2º De acordo com o interesse público, determinadas ruas poderão ser interditadas a caminhões, sendo que, nestes casos, a Prefeitura deverá indicar os horários de carga e descarga, necessários à movimentação de mercadorias.

§3º Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite.

Art. 99. Compreende-se na proibição do artigo anterior, o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção nas vias públicas em geral.

§1º Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 6 (seis) horas.

§2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 100. Em caso de execução de obras em passeios e logradouros,

será obrigatória a adoção de medidas adequadas para que o leito dos mesmos, no trecho compreendido pelas obras, seja permanentemente mantido em perfeito estado de conservação e limpeza.

Art. 101. O responsável pela obra deverá adotar as medidas necessárias para evitar incômodo à vizinhança, causado pela queda de detritos nas propriedades vizinhas ou produção de poeira ou ruídos excessivos.

Art. 102. Em caso de acidente por falta de medidas de precaução ou de segurança, devidamente apuradas pelo departamento competente da Prefeitura, o responsável pela obra sofrerá as sanções previstas em regulamentação municipal, sem prejuízo das penalidades legais.

Art. 103. A Prefeitura indicará, mediante sinalização adequada, os limites de velocidade para as várias categorias de veículos nas vias públicas da cidade e demais localidades municipais.

Art. 104. É proibido danificar ou retirar a sinalização colocada nas vias, estradas, ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou interrupção de trânsito.

Parágrafo Único. Incluem-se na proibição os sinais de indicação de localidade ou logradouro.

Art. 105. Cabe à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública, ou constituir-se uma ameaça à segurança da população, bem como estabelecer vias especiais destinadas a este fim.

Art. 106. É proibido embarçar o trânsito ou molestar os pedestres por meios como:

I. Conduzir ou depositar pelos passeios volumes de grande porte;  
II. Conduzir ou estacionar sobre passeios veículos de qualquer espécie;

III. Amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas; conduzir ou conservar animais sobre jardins públicos;

IV. Conduzir ou conservar animais de grande porte em via pública e/ou bairros sem a devida precaução;

V. Construir na via pública quiosques, barracas e outros impedimentos similares;

VI. Conduzir veículos em disparada;

VII. Atirar à via pública ou logradouros públicos detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art. 107. Nas construções e demolições, não será permitida, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

### Seção V

#### Da Obstrução das Vias Públicas

Art. 108. Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá seguir as exigências determinadas pelo Código de Obras.

§1º Quando os tapumes forem construídos em terrenos de esquina, as placas de nomenclatura dos logradouros deverão ser neles afixadas de forma bem visível;

§2º O tapume será dispensado quando se tratar de:

I. Construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a 2m (dois metros);

II. Pinturas ou pequenos reparos;

III. Execução de calçadas no passeio público.

Art. 109. Poderão ser armados coretos, tendas, palanques provisórios ou colocação de contêineres em situação temporária nos logradouros públicos para comícios políticos, festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as seguintes condições:

I. Serem aprovados pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II. Não perturbem o trânsito público;

III. Não prejudiquem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas atividades os estragos por acaso verificados;

IV. Serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único. Uma vez findo o prazo estabelecido no inciso IV, a

Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção e dando ao material removido o destino que couber.

Art. 110. Os postes de iluminação e força, as caixas postais, os indicadores de incêndio e de polícia e as balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições na respectiva instalação.

Parágrafo único. Toda concessionária ou prestadora de serviço público que necessite a utilizar as vias urbanas e estradas municipais, deverá submeter previamente seus projetos de instalação e expansão à Prefeitura Municipal, a qual poderá autorizar a permissão de uso mediante contrato de concessão

Art. 111. As bancas para venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos, sempre a título precário, desde que satisfaçam as condições seguintes:

I. Ter sua localização aprovada pela Prefeitura;

II. Apresentar bom aspecto quanto à sua construção e exibição publicitária;

III. Não perturbar o trânsito público;

IV. Ser de fácil remoção.

Art. 112. Para estabelecimentos comerciais não é permitido colocação de mesas e cadeiras e outros correlatados nos passeios/calçadas.

Art. 113. Os estabelecimentos comerciais não poderão, sob qualquer pretexto, expor seus produtos, sejam eles quais forem, em calçadas, fachadas de estabelecimentos ou pendurados nos toldos.

I. Fica expressamente proibido serviços e a comercialização de produtos de qualquer natureza em tendas fixas e tendas com estruturas moveis.

II. Os comércios e serviços terão o prazo de 180(cento e oitenta) dias, para se adequar ao disposto neste artigo.

Parágrafo único. Excetuam-se deste artigo os materiais expostos em vitrines colocadas nas fachadas.

Art. 114. Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos a juízo da Prefeitura Municipal.

## Seção VI

### Dos Passeios, Muros e Cercas

Art. 115. Os terrenos não construídos que tenham frente para logradouro público pavimentado, deverão ser, obrigatoriamente, dotados de passeio e fechamento em toda a extensão da testada, no alinhamento existente ou projetado.

§1º As exigências do presente artigo são extensivas aos lotes situados em ruas dotadas de guias e sarjetas.

§2º Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios, bem como do gramado de passeios ajardinados, devendo ser observado o que dispõe o Código de Obras.

Art. 116. Ficará a cargo da Prefeitura a reconstrução ou conserto de muros e passeios afetados por modificações, reformas, nivelamentos ou alinhamentos dos logradouros públicos ou das guias ou, ainda, por estragos ocasionados pela arborização das vias públicas.

Art. 117. A Prefeitura poderá exigir do proprietário do terreno, edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos para contenção de águas pluviais ou infiltrações, oriundas de sua propriedade, que causem prejuízos ou danos ao logradouro público ou aos proprietários vizinhos.

Art. 118. Os passeios deverão ser mantidos sempre limpos e desobstruídos, de forma a permitir o livre trânsito de pedestres, sendo proibido o estacionamento total ou parcial de veículos automotores de qualquer espécie.

Art. 119. A construção de passeios ou sua reforma e o rebaixamento de guias e sarjetas deverão ser requeridos à Prefeitura Municipal para sua aprovação.

Parágrafo único. A reparação dos passeios danificados com escavações para obras de esgoto, água, luz, telefone, arborização ou outros serviços públicos, por empresas ou órgãos públicos, será feita por estas, às suas expensas.

## Seção VII

### Dos Anúncios e Cartazes

Art. 120. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura estando, o contribuinte, sujeito à taxa respectiva.

§1º Incluem-se, na obrigatoriedade deste artigo, todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§2º Em casos especiais e a critério da Prefeitura Municipal poderá ser concedida isenção da taxa correspondente.

§3º Excetuam-se desta obrigação as propagandas visuais de identificação do local de funcionamento de comércio e serviços, desde que aplicadas na própria edificação dos mesmos.

Art. 121. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I. Pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II. De alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos e tradicionais;

III. Sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

IV. Obstruam, interceptem ou reduzam o vão de portas e janelas e respectivas bandeiras;

V. Contenham incorreções de linguagem;

VI. Façam uso de palavras em língua estrangeira sem que as mesmas possam ser compreendidas;

VII. Pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas;

VIII. Em árvores e monumentos;

IX. Obstruam o trânsito nos passeios e a visibilidade nas ruas.

Art. 122. Os pedidos de licença para publicidade ou propaganda, por meio de cartazes ou anúncios, deverão mencionar:

I. A indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

II. A natureza do material de confecção;

III. As dimensões;

IV. As inscrições e o texto;

V. As cores empregadas.

Art. 123. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, além de renovados ou consertados sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Parágrafo único. Desde que não haja modificação de dizeres ou de localização, os consertos ou repartições de anúncios e letreiros dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 124. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito às formalidades desta Seção, poderão ser apreendidos pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além da aplicação de multa.

Art. 125. Faixas ou cartazes, para qualquer tipo de propaganda, inclusive a eleitoral, quando expostos em vias ou logradouros públicos, somente poderão ser afixados após autorização da Prefeitura, sujeito a multa.

§1º A autorização referida neste artigo será concedida por prazo determinado.

§2º Após o vencimento do prazo, as faixas ou cartazes deverão ser retirados pelos responsáveis pela sua afixação.

## Seção VIII

### Das Medidas Referentes aos Animais

Art. 126. Fica proibida no Município a prática de maus-tratos contra animais.

Art. 127. Entenda-se, para fins desta lei, por animais todo ser vivo pertencente ao reino animal, excetuando-se o Homo sapiens, abrangendo inclusive:

I. fauna urbana não domiciliada, nativa ou exótica;

II. fauna domesticada e domiciliada, de estimação ou companhia,

nativa ou exótica;

III. fauna nativa ou exótica que componha plantéis particulares para qualquer finalidade.

Art. 128. Para os efeitos desta lei entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo:

I. mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental;

II. privá-los de necessidades básicas tais como alimento adequado à espécie e água;

III. lesar ou agredir os animais (por espancamento, lapidação, por instrumentos cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros), sujeitando-os a qualquer experiência que infrinja a Lei Federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, prática bem como atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico ou mental ou morte;

IV. abandoná-los, em quaisquer circunstâncias;

V. obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores as suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção;

VI. castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento;

VII. criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;

VIII. utilizá-los em confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

IX. provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

X. eliminação de cães e gatos como método de controle de dinâmica populacional;

XI. não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária;

XII. exercitá-los ou conduzi-los presos a veículo motorizado em movimento;

XIII. enclausurá-los com outros que os molestem;

XIV. promover distúrbio psicológico e comportamental;

XV. outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com esta competência.

Art. 129. O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no Município.

Parágrafo Único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I. preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública veterinária;

II. prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III. preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais;

Art. 130. Ao munícipe, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

Art. 131. O passeio de cães nas vias e logradouros públicos é permitido com o uso adequado de coleira e guia e conduzidos por pessoa com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º. É proibida a permanência de animais na orla marítima.

§ 2º. O condutor deve remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos causados por este a terceiros.

§ 3º. Todo cão de raça considerada de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos de menor concentração de público, usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo.

Art. 132. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas desta lei é considerada infração administrativa ambiental e será punida

com as sanções previstas em lei específica, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais previstas.

Art. 133. Ao infrator, caberá a guarda do (s) animal (s).

§ 1º. Caso constatado pela equipe do órgão municipal competente a necessidade de assistência veterinária, deverá o infrator providenciar o atendimento particular.

§ 2º Em caso da constatação da falta de condição mínima, para a manutenção do (s) animal (s) sob a guarda do infrator, fato este constatado no ato da fiscalização pela autoridade competente, fica autorizado o Município a remoção do(s) mesmo (s), se necessário com o auxílio de força policial. Caberá ao Município promover a recuperação do animal (quando pertinente) em local específico, bem como destiná-lo (s) para a adoção, devidamente identificado(s).

§ 3º Os animais que pela sua natureza ou inadequação não sejam passíveis de adoção pela comunidade, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, santuários ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados ou que possam ser absorvidos e adaptados ao ecossistema receptor.

§ 4º as despesas efetuadas pelo Município para o atendimento do § 2º serão apensadas ao processo administrativo da aplicação das penalidades, aberto na ação fiscal, com a finalidade de ressarcimento futuro pelo infrator, mesmo que através de cobrança judicial, caso necessário.

Art. 134. Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, e será gerenciado pelo CONDEMA, para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltados à defesa e proteção aos animais.

#### Seção IX

Da Extinção de Insetos Nocivos

Art. 135. Todo proprietário de imóvel urbano ou rural, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os focos de insetos nocivos dentro de sua propriedade.

§1º Constatado qualquer foco de insetos nocivos, transmissores ou não de doenças, os proprietários de que fala o presente artigo procederão aos serviços de extinção.

§2º Na impossibilidade de execução dos serviços diretamente pelo proprietário, este levará o fato ao conhecimento da autoridade municipal para o encaminhamento das providências cabíveis.

Art. 136. No caso do proprietário não informar da existência e necessidade de extinguir focos de insetos nocivos, a Prefeitura incumbir-se-á de extingui-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 20% pelo trabalho de administração, além da aplicação de multa.

#### Seção X

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias

Depósitos de Areia e Saibro

Art. 137. A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro depende de licença da Prefeitura, que a concederá observados os preceitos deste Código e da legislação federal pertinente.

Art. 138. A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador.

Art. 139. As licenças para exploração serão concedidas sempre por prazo fixo.

Parágrafo único. Será interditada a pedreira ou parte da pedreira que, embora licenciada e explorada de acordo com este Código, demonstre posteriormente que sua exploração acarreta perigo ou dano à vida, à propriedade ou ao meio ambiente.

Art. 140. Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.

Art. 141. Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração deverão ser feitos mediante requerimento, acompanhado do documento de licença anteriormente concedido.

Art. 142. Não será permitida a exploração de pedreiras na área urbana.



Art. 143. A Prefeitura poderá, a qualquer tempo determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar a obstrução de galerias pluviais.

Art. 144. É proibida a extração de areia em todos os cursos d'água do Município, quando:

- I. A jusante do local em que receberem contribuições de esgotos;
- II. Modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;
- III. Possibilitem a formação ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;
- IV. De algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios;
- V. A juízo dos órgãos federais ou estaduais de controle do meio ambiente, se considerarem inadequado.

#### Seção XI

##### Dos Inflamáveis e Explosivos

Art. 145. No interesse público, a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 146. Os depósitos de explosivos e inflamáveis, só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural, com licença especial da Prefeitura e do órgão competente.

§1º Os depósitos deverão ser dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§2º Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos com material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Art. 147. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§1º Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§2º Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 148. A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros materiais inflamáveis, fica sujeita a licença especial da Prefeitura e demais órgãos competentes.

§1º A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba, poderá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§2º A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

#### Seção XII

##### Da Utilização e Manutenção das Estradas Municipais

Art. 149. Ninguém poderá abrir, fechar, desviar ou modificar estradas públicas sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Art. 150. É vedado, nas estradas municipais, o trânsito de quaisquer veículos ou emprego de qualquer meio de transporte que possam ocasionar dano às mesmas.

Parágrafo único. Em casos específicos, desde que justificada a necessidade, a Prefeitura poderá autorizar o trânsito de veículos especiais, exigindo o depósito de importância por ela arbitrada, para garantia dos estragos, porventura ocasionados.

Art. 151. Caberá à Prefeitura regulamentar o uso das estradas municipais, determinando tipo, dimensões, tonelagem e demais características dos veículos, bem como a velocidade de tráfego de acordo com as condições técnicas de capacidade das respectivas obras de arte.

Art. 152. Aqueles que utilizarem as estradas municipais sem respeitar a regulamentação de que trata o artigo anterior, responderão pelos danos que causarem às mesmas, sem prejuízo das multas a que estiverem sujeitos.

Art. 153. As estradas municipais deverão ser sinalizadas de acordo com a legislação federal vigente.

Art. 154. É vedada a obstrução das valas de escoamento das águas

pluviais, sendo que o proprietário que proceder à obstrução será responsabilizado pelo prejuízo decorrente.

Parágrafo único. Tanto as valas existentes como as abertas pela municipalidade deverão obedecer a critérios técnicos traçados pelo departamento competente da Prefeitura.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E INDUSTRIAIS

###### Seção I

Das Atividades Comerciais, de Prestação de Serviços Comunitários e Industriais

Art. 155. O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido mediante requerimento, através de formulário próprio, ao órgão competente.

Art. 156. O requerimento deverá especificar com clareza:

- I. O ramo do comércio ou da indústria, ou a tipologia do serviço a ser prestado;
- II. O endereço em que o requerente pretende exercer sua atividade;
- III. A área do estabelecimento para fiscalização.

Art. 157. Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura Municipal de Itapoá, as instalações de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinam deverão ser previamente vistoriados pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

- I. Compatibilidade da atividade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- II. Adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, conforme as exigências relativas que constam no Código de Obras;
- III. Compatibilidade das soluções de segurança, prevenção de incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e na legislação estadual e federal pertinente;
- IV. Compatibilidade dos requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com as normas específicas;

Art. 158. Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura Municipal de Itapoá, deverão ainda ser apresentados ao órgão público competente da Prefeitura Municipal:

###### I. Do imóvel:

- a) Dispor de projeto aprovado;
- b) Ter Certificado/Alvará de "habite-se" (Conclusão de Obra);
- c) Vistoria elaborada pelo setor competente acerca das condições de segurança e de estabilidade da construção, vinculadas a atividade a ser desenvolvida ou o Habite-se;
- d) Alvará do Corpo de Bombeiros;
- e) Alvará da Vigilância Sanitária.

###### II. Da empresa:

- a) Abertura de firma/ prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Negativa de débitos municipais;
- c) Certidão simplificada do Estatuto, Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, fornecida pela Junta Comercial.

Art. 159. Fica proibido o fornecimento de Alvará de Localização e Funcionamento para:

- a) Estabelecimentos que foram construídos irregularmente;
- b) Estabelecimentos que não estejam de posse do Alvará de "Habite-se" (Conclusão de Obra);
- c) Estabelecimentos localizados em logradouros públicos;
- d) Estabelecimentos localizados em áreas de preservação ambiental;
- e) Estabelecimentos localizados em áreas de risco assim definidas pelo Município.

Parágrafo Único. Excetuando-se os estabelecimentos localizados em áreas em processo de regularização fundiária.

Art. 160. O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado anualmente.

Art. 161. Os alvarás de Localização e Funcionamento de

estabelecimento comercial, industrial e prestadores de serviços serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo único. Os alvarás a que se refere o caput poderão ser cassados, desde que seu uso seja divergente do objeto licenciado contrariando as disposições desta lei e/ou demais leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 162. O estabelecimento ou atividades estão obrigados a novo licenciamento, mediante Alvará de Localização e Funcionamento, quando ocorrer as seguintes situações:

I. Mudança de localização;

II. Quando as atividades ou o uso forem modificados em quaisquer dos seus elementos;

III. Quando forem alteradas as condições da edificação, da atividade ou do uso após a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

IV. Quando a atividade ou uso se mostrarem incompatíveis com as novas técnicas e normas originadas do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de proteger o interesse coletivo.

Parágrafo Único. A modificação do Alvará de Localização e Funcionamento devido ao disposto no presente artigo deverá ser requerido no prazo de (30) trinta dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 163. O Alvará de Localização e Funcionamento deverá constar os seguintes elementos:

I. Nome do interessado;

II. Natureza da atividade e restrições ao seu exercício;

III. Local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário, quando se tratar de estabelecimento fixo;

IV. Número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal do Município;

V. Horário do funcionamento, quando houver.

Art. 164. O alvará de licença deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

## Seção II

### Do Comércio Ambulante

Art. 165. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura, mediante requerimento do interessado, conforme legislação vigente e suas alterações.

§1º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste código e da legislação fiscal do Município e do Estado.

§2º Será isenta de taxação a licença para produtores e residentes no Município que comercializem, como ambulantes, seus próprios produtos.

Art. 166. Na licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I. Número de inscrição;

II. Residência do comerciante ou responsável;

III. Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§1º O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja desempenhando atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

§2º A devolução das mercadorias apreendidas só será efetuada depois de ser concedida a licença ao respectivo vendedor ambulante e de paga, pelo mesmo, a multa a que estiver sujeito, sendo, caso contrário, destinada à população carente ou para instituição de caridade.

Art. 167. Ao vendedor ambulante é vedado, sob pena de multa:

I. O comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionado na licença;

II. Estacionar, para comercializar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

III. Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

IV. Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

§1º O vendedor ambulante que desrespeitar o disposto no inciso I deste artigo, além da multa, terá apreendida a mercadoria;

§2º O comerciante ambulante deverá deixar seu local de comércio em ordem durante o horário comercial, observados os preceitos da higiene, especialmente em relação aos produtos colocados à venda;

§3º Após o horário comercial, o comerciante ambulante deverá deixar o local das operações limpo e sem detritos, apto a ser usado pelo trânsito sem transtornos.

## Seção III

### Do Comércio Temporário, Feiras Itinerantes

Art. 168. É proibido a realização de feiras itinerantes e comércios temporários nas vias de maior circulação do Município, bem como suas interligações, quais sejam:

I. Avenida Beira Mar em toda a sua extensão;

II. Avenida Brasil;

III. Rua do Comércio;

IV. Avenida André Rodrigues de Freitas;

V. Avenida José da Silva Pacheco, entre a Rua arquiteto Oscar Niemeyer até a Av. Celso Ramos;

VI. Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas

VII. Rua Mariana Michels Borges;

Parágrafo único. Excetuando-se eventos promovidos pela administração Pública Municipal.

Art. 169. As feiras itinerantes e o comércio temporário além das normas previstas neste código, serão regulamentadas pela Legislação Vigente e suas alterações.

## Seção IV

### Do Horário de Funcionamento

Art. 170. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, deverão obedecer as normas da legislação federal que regulam a duração e as condições de trabalho.

## Subseção Única

### Do Funcionamento de Farmácias e Drogarias

Art. 171. O horário de funcionamento de farmácias e drogarias no Município de Itapoá não sofrerá quaisquer limitações por ser serviço colocado à disposição da coletividade, desde que atendidas às exigências da Vigilância Sanitária e do Conselho Regional de Farmácia.

Art. 172. As farmácias e drogarias são obrigadas, independentemente do disposto no art. 2º, a realizar plantão pelo sistema de rodízio para atendimento ininterrupto à comunidade, sendo que, pelo menos uma das farmácias no Município fique aberta 24:00 h (vinte e quatro horas).

Parágrafo Único. O plantão de que trata o caput deve ser cumprido por:

I. Um estabelecimento farmacêutico na área central da cidade;

II. Um estabelecimento farmacêutico localizado em bairro.

Art. 173. A indicação do dia e horário de funcionamento dos plantões obrigatórios será efetuada por Decreto em até trinta dias antes do término da vigência de cada escala.

§1º Na falta de acordo, a escala de plantões será fixada pela Secretaria Municipal de Saúde em até dez dias após o término do prazo de que trata o caput deste artigo.

§2º O não cumprimento do plantão obrigatório implica na aplicação de multa no valor de 200 (duzentas) UPM, e a reincidência acarretará multa em dobro:

I. A fiscalização do plantão será feita pelo Setor de Fiscalização de Posturas da Prefeitura Municipal de Itapoá;

II. O montante arrecadado com multas será destinado ao Fundo Municipal de Saúde.

§3º Em caso de abertura de nova farmácia ou drogaria, a inclusão na escala de plantão deverá ser determinada pela Secretaria de

Saúde.

§4º Nos dias e horários previstos para os plantões obrigatórios, as farmácias e drogarias que estiverem fechadas ficam obrigadas a afixar na parte externa do estabelecimento, em local visível ao público, placa indicativa indicando de forma clara e precisa os estabelecimentos que estiverem de plantão.

§5º Os estabelecimentos referidos nesta lei ficam obrigados a manter durante o horário normal de funcionamento pessoa habilitada e responsável para atender o público.

## CAPÍTULO V

### DO SANEAMENTO DO MEIO

Art. 174. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, institutos de beleza, casas de banho e estabelecimentos congêneres, será obrigatória a desinfecção e esterilização de instrumentos e utensílios destinados ao serviço, antes de serem utilizados, através de meios apropriados e aceitos pela autoridade municipal e vigilância sanitária.

Art. 175. Roupas, utensílios e instalações de hotéis, pensões, casas de banho, barbearias e cabeleireiros, deverão ser rigorosamente limpas, desinfetadas e esterilizadas.

Art. 176. As piscinas de uso público e as de uso coletivo restrito, deverão utilizar água com características físicas, químicas e bacteriológicas adequadas.

Parágrafo único. Os vestiários, sanitários e chuveiros instalados junto às piscinas deverão ser conservados limpos, desinfetados e esterilizados.

Art. 177. É vedado às lavanderias públicas receber roupas que tenham servido a doentes de hospitais ou estabelecimentos congêneres, ou provenientes de habitações particulares onde existam pessoas portadoras de doenças transmissíveis.

Parágrafo único. Cabe às lavanderias públicas afixar em local apropriado e visível à população tal aviso, sendo de responsabilidade da prefeitura municipal a fiscalização da atividade.

Art. 178. É proibida a irrigação de plantações de hortaliças e frutas rasteiras com água contaminada, em particular a que contenha dejetos humanos.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considerar-se-á água contaminada a que contém elementos em concentração nociva à saúde, como organismos patogênicos, substâncias tóxicas ou radioativas. Para consumo doméstico, só deverá ser utilizada água potável

Art. 179. A Prefeitura poderá determinar outras medidas referentes ao saneamento do meio, assegurando proteção à saúde e prevenindo a disseminação de doenças transmissíveis e incômodos a terceiros.

## CAPÍTULO VI

### DOS EDIFÍCIOS PARA FINS ESPECIAIS

Art. 180. Os estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais não poderão lançar, nas redes de coleta de esgotos sanitários ou de águas pluviais, resíduos e águas servidas ou de lavagem, sem a prévia autorização da Prefeitura.

Parágrafo único. Quando o lançamento destas matérias for feito em cursos d'água, será obrigatório o seu tratamento prévio e, em qualquer caso, dependerá da aprovação do órgão municipal e estadual encarregado da proteção dos cursos d'água.

Art. 181. Os efluentes domésticos, comerciais e industriais só poderão ser lançados em cursos d'água, córregos, ribeirões, rios, lagos ou canais, por meios e tratamentos adequados, que atendam as normas ambientais pertinentes, as quais garantem proteção à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, bem como seu uso seguro para fins agrícolas, comerciais, industriais ou recreativos.

Art. 182. A construção ou instalação de estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou industriais que possam produzir ruído, trepidação, cheiro intenso, incômodo ou nocivo, acúmulo de moscas, poluição da água, perigo de explosão ou incêndio, emanações nocivas, poeira, fumaça, ou causar danos de qualquer natureza a terceiros, mesmo quando localizados nas zonas próprias para

as atividades previstas, estarão sujeitas à licença do departamento competente, que poderá exigir medidas especiais de proteção ou localização conforme cada caso.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos existentes e em desacordo com este Código, não será permitida nenhuma obra para aumento ou conservação.

Art. 183. Fica proibida a queima de resíduos sólidos ou líquidos a céu aberto, bem como, sua deposição em cursos d'água.

## CAPÍTULO VII

### DAS INFRAÇÕES, PROCEDIMENTOS

#### E PENALIDADES

##### Seção I

###### Das Disposições Gerais

Art. 184. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Poder Público Municipal no uso do seu poder de polícia.

Art. 185. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 186. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I. Os incapazes na forma da Lei;

II. Os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 187. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I. Sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

II. Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o insano;

III. Sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 188. As infrações e penalidades relativas ao Capítulo II, Seção VIII – da Proteção Ambiental seguem regulamentos próprios.

##### Seção II

###### Dos Procedimentos

###### Subseção I

###### Da Notificação Preliminar

Art. 189. Ocorrendo qualquer infração ao disposto neste Código o encarregado da fiscalização fará uma comunicação preliminar ao infrator, através de Notificação de Infração, devendo a situação ser regularizada no prazo que lhe for determinado.

§1º O prazo para a regularização da situação não deve exceder o máximo de até 30 (trinta) dias e será arbitrado pelo encarregado da fiscalização no ato da notificação.

§2º Caso ocorra decurso do prazo ou não seja cumprida a Notificação de Infração, o encarregado lavrará o Auto de Infração, com a respectiva aplicação de multa.

Art. 190. A notificação deverá ser feita em formulário próprio da Prefeitura Municipal, sendo que o infrator deverá assinar a via que permanecerá com o encarregado da fiscalização, dando ciência da notificação.

Parágrafo único. Sendo o infrator analfabeto, fisicamente impossibilitado ou incapaz, na forma da Lei ou, ainda, se recusando a assinar a notificação, o encarregado indicará o fato no documento de fiscalização, ficando assim justificada a falta de assinatura do infrator.

###### Subseção II

###### Do Auto de Infração

Art. 191. Auto de Infração é o instrumento através do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código.

Art. 192. Dará motivo à lavratura de Auto de Infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou dos responsáveis por ele designado, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.



Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do Auto de Infração.

Art. 193. Qualquer autoridade poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura para fins de direito.

Parágrafo único. São autoridades para lavrar o auto de infração, os fiscais ou outros funcionários previamente designados pelo Prefeito.

Art. 194. É autoridade competente para confirmar os autos de infração e a multa o Prefeito ou quem por este for delegada a atribuição.

Art. 195. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:

I. Dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II. Nome de quem lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;

III. Nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV. Disposição infringida;

V. Discriminação das medidas ou providências a serem tomadas pela parte e o respectivo prazo;

VI. Intimação ao infrator para pagar as multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos;

VII. Assinatura de quem lavrou, do infrator e de suas testemunhas capazes, se houver.

§1º As omissões ou incorreções do auto não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§2º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Art. 196. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

Art. 197. Os agentes fiscais que deixarem de cumprir o disposto nesta Seção, ou que, por negligência ou má fé, lavrarem autos em desobediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade, serão diretamente responsabilizados pelas multas.

Parágrafo único. O pagamento da multa decorrente de processo fiscal tornar-se-á exigível depois de julgada a decisão que a impôs.

### Subseção III

#### Do Processo de Execução

Art. 198. O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, contados da lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo único. A defesa deverá ser feita através de petição ao Prefeito, facultada a anexação de documentos.

Art. 199. Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a pagá-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### Seção III

#### Das Penalidades

Art. 200. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações serão punidas alternativas ou cumulativamente, com penalidades de:

I. Multa;

II. Apreensão de produtos;

III. Embargo;

IV. Cassação do Alvará de Licença do estabelecimento ou outros similares.

### Subseção I

#### Das Multas

Art. 201. A multa será aplicada pelo órgão municipal competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Parágrafo Único. A pena de multa reverte-se para o Município, de forma a ser definida pelo órgão municipal competente.

Art. 202. A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 203. Quando da imposição da multa será notificado o infrator, cabendo-lhe recurso ao órgão fiscalizador, a ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

Art. 204. Caso o infrator não interponha recurso, deverá pagar a multa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação.

Art. 205. O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

Parágrafo Único. Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 206. A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, assim definida:

I. Infrações Leves, aquelas em que o infrator pode ser beneficiado por circunstâncias atenuantes, com pena de multa variando de 50 a 500 UPMs;

II. Infrações Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante, com pena de multa variando de 501 a 2000 UPMs;

III. Infrações Muito Graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes, com pena de multa variando de 2.001 a 5000 UPMs.

IV. Infrações Gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência, com pena de multa variando de 5.001 a 15.000 UPMs.

Parágrafo Único. Considera-se reincidência o cometimento de outra infração de mesma natureza, com imposição da multa em dobro.

Art. 207. Para a graduação das multas serão consideradas:

I. Gravidade da infração, analisando:

a) a natureza da infração;

b) as consequências à coletividade;

c) Legislação Federal, Estadual e Municipal, atinente à espécie.

II. Circunstâncias atenuantes:

a) a ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;

b) o infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo;

c) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III. Circunstâncias agravantes:

a) a reincidência na infração;

b) provocar consequências danosas à saúde de terceiros;

c) agir com dolo direto ou eventual;

d) provocar efeitos danosos a propriedade alheia.

IV. Antecedentes do infrator.

Parágrafo Único. As infrações danosas ao meio ambiente estão sujeitas a regulamentação própria.

Art. 208. A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo órgão competente do Município.

### Subseção II

#### Da Apreensão

Art. 209. A apreensão consiste na tomada de coisas móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.

Parágrafo Único. Será apreendido todo e qualquer material, mercadoria ou equipamento que esteja exposto ou sendo comercializado, cujo vendedor não apresente a respectiva licença.

Art. 210. Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente a coisa apreendida, que deverá ser recolhida ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremissível por razões diversas.

§ 1º. A devolução da coisa apreendida dar-se-á depois de pagas as multas aplicadas ao caso e indenizado o Poder Público Municipal das despesas que tiverem sido efetivadas em decorrência da apreensão e/ou transporte e depósito.

§2º. Produtos alimentares perecíveis que venham a ser apreendidos em bom estado de conservação serão imediatamente repassados às instituições de caridade.

§ 3º. Serão encaminhados para destruição quando se tratar de produto impróprio para o consumo.

Art. 211. Caso não seja reclamada e retirada dentro de 30 (trinta) dias, a coisa apreendida será vendida em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada no pagamento das multas e despesas de que trata o artigo anterior.

§ 1º. Se houver qualquer saldo, ficará este à disposição do proprietário da coisa apreendida, que poderá retirá-lo mediante requerimento devidamente instruído.

§ 2º. Prescreve em 05 (cinco) dias o prazo para exercício do direito especificado no parágrafo anterior.

Art. 212. No caso de haver omissão por parte do obrigado no cumprimento desta Lei, poderá ser prestada a obrigação pelo Poder Público Municipal.

§ 1º. Todas as despesas correrão por conta do faltoso.

§ 2º. As medidas contidas neste artigo somente poderão ser executadas depois de devidamente notificado o infrator.

### Subseção III

#### Do Embargo

Art. 213. O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população ou Meio Ambiente e que contrarie a legislação municipal, com a lavratura do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

Parágrafo Único. A aplicação da penalidade de embargo de que trata este artigo não impede a aplicação concomitante de outros tipos de penalidades, exceto a de cassação.

Art. 214. Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I. Falta de obediência a limites, as restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II. Quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

III. Atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal.

### Subseção IV

#### Da Cassação do Alvará

Art. 215. O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

### Subseção IV

#### Da Cassação do Alvará

Art. 216. A cassação consiste na anulação de alvarás, licenças e autorizações expedidas pelo Poder Público Municipal para exercer atividades de qualquer natureza.

Art. 217. O alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento poderá ser cassado, além das situações previstas no Código de Obras, como medida de proteção:

- a) da higiene;
- b) da saúde;
- c) da moral;
- d) do meio ambiente;
- e) do sossego público;
- f) da segurança pública.

Parágrafo Único. Cassado o Alvará de Localização e Funcionamento, o estabelecimento será imediatamente fechado até que seja regularizada a atividade ali instalada, qualquer que seja a sua natureza.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 218. Cabe à Prefeitura Municipal regulamentar através de Decretos, as normas de aplicação dessa lei, desde que necessário a sua efetivação.

Art. 219. Ficam revogadas a Lei Complementar nº 06/2003 e as Leis Ordinárias nº 052/2005, nº 209/2008, nº 263/2009 e nº 146/2002.

Art. 220. Este código entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 684/2016 – DENOMINA RUA ANTONIO JULIO PACHECO.

LEI MUNICIPAL Nº 684/2016.

Data: 14 de dezembro de 2016.

Denomina nome de via pública “Antonio Julio Pacheco” no município de Itapoá/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como “Antonio Julio Pacheco” a Rua IV, no Loteamento Príncipe, iniciando na Rua Wellington Rodrigues Junqueira, entre as quadras C e F, até a Rua 860 (Pérola do Atlântico), entre as quadras A e D, no Balneário São José II, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI MUNICIPAL 683/2016 – LOA 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 683/2016

Data: 14 de dezembro de 2016

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Itapoá/SC, para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, da Lei 4320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades da administração municipal direta e indireta.

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 81.322.170,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais).

I - O orçamento fiscal prevê uma receita de R\$ 66.969.500,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais);

II - O orçamento da seguridade social prevê uma receita de R\$ 14.352.670,00 (catorze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário

constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receita corrente, ou corrente int ra-ormentária ou de capital, arrecadada na forma da legislação vigente.

Art. 3º. A despesa total do município está fixada em R\$ 81.322.170,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais), sendo R\$ 53.021.894,25 (cinquenta e três milhões, vinte e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) do orçamento fiscal, e R\$ 28.300.275,75 (vinte e oito milhões, trezentos mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 4º. A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 2016, serão evidenciadas através dos seguintes anexos:

1- Demonstrativo de Receitas / Despesas, por Categorias Econômicas (Anexo 01, da Lei 4.320/64);

2- Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64)

3- Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64).

4- Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade (Anexo 06 da Lei 4.320/64)

5- Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos Atividades (Anexo 07 da Lei 4.320/64);

6- Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com recursos (Anexo 08, da Lei 4.320/64);

7- Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09, da Lei 4.320/64);

8- Quadro de Detalhamento da Despesa QDD;

9- Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da CF);

Art. 5º. O poder executivo, por aprovação do Legislativo, através de Lei Específica poderá abrir créditos adicionais especiais por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, ou anulação de dotação, ou excesso de arrecadação, ou contratação de convênio, ou produto de operação de crédito autorizada.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Remanejar dotações de um grupo de natureza da despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais;

II. Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III. Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV. Realizar abertura de créditos suplementares até 20% do total do orçamento fixado por esta Lei, provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V. Abrir no curso da execução do orçamento de 2016, créditos adicionais suplementares para cobrir despesa vinculada à destinação de recurso específico, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução, bem como as fontes não previstas, inclusive a de operação de crédito;

§ 1º - As apurações do superávit financeiro e do excesso de arrecadação previstas neste artigo, serão realizadas em cada destinação de recurso identificada nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e artigo 50, inciso I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da LRF.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Itapoá (SC), 14 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1756/2016**

PORTARIA Nº 1756/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre interrupção de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei nº 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica interrompida a licença por motivo de doença em pessoa da família do(a) servidor(a) PAULINE RAFAELA SYNDERSKI, matrícula 11668504, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **PORTARIA Nº 1757/2016**

PORTARIA Nº 1757/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 28 de novembro de 2016 à 07 de dezembro de 2016 (10 dias), ao (a) servidor (a) ILZA DE LOURDES BARBOSA CZARNECKI, matrícula 606510, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 28 de novembro de 2016.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1758/2016**

PORTARIA Nº 1758/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 22 de novembro de 2016 à 16 de dezembro de 2016 (25 dias), ao (a) servidor (a) ALCIDES TADEU DA SILVA JUNIOR, matrícula 1211145, investido (a) no cargo de PROFESSOR III, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 22 de novembro de 2016.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1759/2016**

PORTARIA Nº 1759/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1199/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) EDINA SANTO DO NASCIMENTO, matrícula 1263200, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1760/2016**

PORTARIA Nº 1760/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1200/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) SIRLENE CALDEIRA SANTIN, matrícula 617539, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1761/2016**

PORTARIA Nº 1761/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1201/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) PAULINE RAFAELA SYNDERSKI, matrícula 11668504, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1762/2016**

PORTARIA Nº 1762/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1202/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) DAIANI JARECK FERREIRA, matrícula 11668750, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1763/2016**

PORTARIA Nº 1763/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1203/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) ROMILDA DA CONCEIÇÃO MASSANEIRO, matrícula 11668555, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1764/2016**

PORTARIA Nº 1764/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1204/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) MARIA ZENAIDE PRUSSAKI, matrícula 11674067, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1765/2016**

PORTARIA Nº 1765/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1205/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) JOSÉ ELITON DUTRA, matrícula 11674040, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1766/2016**

PORTARIA Nº 1766/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1206/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) GRACE KELLI SOKOLOSKI LIMA, matrícula 733326, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1767/2016**

PORTARIA Nº 1767/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1207/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) DAIANE JUNKES AYROSO, matrícula 624594, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1768/2016**

PORTARIA Nº 1768/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1193/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) WILLIAN KLEINSCHMIDT, matrícula 11677449, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1769/2016**

PORTARIA Nº 1769/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, o (a) servidor (a) JOESEL BILAU, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.420,06.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1770/2016**

PORTARIA Nº 1770/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, o (a) servidor (a) SHERON SCHOLZE ROSA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.420,06.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1771/2016**

PORTARIA Nº 1771/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I 20hs, o (a) servidor (a) MOEMA DE GREGÓRIO RODRIGUES, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.318,75.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1772/2016**

PORTARIA Nº 1772/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo FISCAL DE MEIO AMBIENTE I, o (a) servidor (a) RICARDO AUGUSTO MULLECK PADILHA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.511,68.



ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1773/2016**

PORTARIA Nº 1773/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) ELIANA FRIGO DA SILVA, matrícula 622044, investido (a) no cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1774/2016**

PORTARIA Nº 1774/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) CARMEN LUCIA CONSTANTINO, matrícula 1143972, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1775/2016**

PORTARIA Nº 1775/2016

De: 01 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2016 a 20 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1776/2016**

PORTARIA Nº 1776/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) DOMINIQUE APARECIDA DE MIRANDA, matrícula 1200437, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1777/2016**

PORTARIA Nº 1777/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social, do (a) servidor (a) SHEYLLA MARCELA CORREA, matrícula 11657944, investido (a) na função

de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1778/2016**

PORTARIA Nº 1778/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 01 de dezembro de 2016 à 30 de dezembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) EDSON PROENÇA PEREIRA, matrícula 615471, investido(a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1779/2016**

PORTARIA Nº 1779/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) FABRÍCIO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 591068, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1780/2016**

PORTARIA Nº 1780/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 623393, ocupante do cargo de ENFERMEIRO I, para a referência Nível VII - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1781/2016**

PORTARIA Nº 1781/2016.

De: 01 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) FRANCIELI MACHADO, matrícula 617601, ocupante do cargo PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1782/2016**

PORTARIA Nº 1782/2016.

De: 02 de dezembro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) FRANCIELI MACHADO, matrícula 617601,

ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1783/2016**

PORTARIA Nº 1783/2016.

De: 04 de dezembro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MONICA DEUNISIO OLKOSKI, matrícula 5568, investido (a) na função de AGENTE MUNICIPAL DE ENDEMIAS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1784/2016**

PORTARIA Nº 1784/2016.

De: 05 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) EUCLIDES GOULART SANCHES, matrícula 590886, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1785/2016**

PORTARIA Nº 1785/2016

De: 05 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 05 de dezembro de 2016 a 03 de janeiro de 2017, ao (a) servidor (a) AIROMAR DA SILVA, matrícula 1309, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1786/2016**

PORTARIA Nº 1786/2016

De: 05 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 05 de dezembro de 2016 a 24 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) BARBARA ALEXANDRINA RIBEIRO WILL, matrícula 607754, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1787/2016**

PORTARIA Nº 1787/2016

De: 06 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em

peessoa da família, a partir de 06 de dezembro de 2016 à 16 de dezembro de 2016 (11 dias), ao (a) servidor (a) LUCELIA RANATA BORGES, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1788/2016**

PORTARIA Nº 1788/2016.

De: 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLAUDETE THOMAS DIAS, matrícula 581038, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1789/2016**

PORTARIA Nº 1789/2016.

De: 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLEUSA GALVÃO NUNES, matrícula 617121, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1790/2016**

PORTARIA Nº 1790/2016.

De: 09 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FERNANDA CRISTINA ROSA, matrícula 2534, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1791/2016**

PORTARIA Nº 1791/2016.

De: 09 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ADALBERTO GERALDO LUPATELLI, matrícula 922, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, para a referência Nível VI - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1792/2016**

PORTARIA Nº 1792/2016.

De: 10 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROCHELE ANTONI, matrícula 593184, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA II, para a referência Nível VIII - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1793/2016**

PORTARIA Nº 1793/2016

De: 10 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de dezembro de 2016 a 29 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) ILZA DE LOURDES BARBOSA CZARNECKI, matrícula 606510, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1794/2016**

PORTARIA Nº 1794/2016.

De: 11 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARGARETE GALANTE, matrícula 2763, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1795/2016**

PORTARIA Nº 1795/2016.

De: 11 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1796/2016**

PORTARIA Nº 1796/2016

De: 12 de dezembro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 12 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, ao (a) servidor (a) ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, matrícula 1473, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1797/2016**

PORTARIA Nº 1797/2016.

De: 13 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1186/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, matrícula 11668644, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1798/2016**

PORTARIA Nº 1798/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1187/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) JULIANA RODRIGUES VILLAR, matrícula 11657391, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1799/2016**

PORTARIA Nº 1799/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1188/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público

Municipal, do(a) Servidor(a) RENATO BARBOSA CAPELLA, matrícula 11668300, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1800/2016**

PORTARIA Nº 1800/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1189/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO, matrícula 11674172, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1801/2016**

PORTARIA Nº 1801/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1190/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) LUIZ HENRIQUE STEPHAN FILHO, matrícula 11667540, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1802/2016**

PORTARIA Nº 1802/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1191/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) HANFLEY DMYTERKO DALLAGNOL, matrícula 11670592, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1803/2016**

PORTARIA Nº 1803/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1192/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) FRANCIS MARA V. S. PINTO, matrícula 11679638, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1804/2016**

PORTARIA Nº 1804/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1194/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público

Municipal, do(a) Servidor(a) JANICE MARIZA RODRIGUES, matrícula 11668741, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1805/2016**

PORTARIA Nº 1805/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1195/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) RENATA CRISTINA PILOTTI, matrícula 11669004, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1806/2016**

PORTARIA Nº 1806/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal,  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1196/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO, matrícula 11677368, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1807/2016**

PORTARIA Nº 1807/2016.

De: 16 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1197/2016 de 01/07/16, que dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, do(a) Servidor(a) CRISTIANE DO ROCIO VENSKI SCARPIN, matrícula 583448, investido(a) no cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA DO EDITAL Nº 032/2016 - PROCESSO DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO****ERRATA**

A Secretaria de Educação vem por meio desta, comunicar errata referente ao Edital Nº 032/2016/SME – que Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes para o ano letivo de 2017.

CONSIDERANDO o ofício nº 61/2016 do Conselho Municipal de Educação, enviado a SME no dia 14/12/16, solicitando a revogação das lotações ocorridas no mês de julho e solicitando a abertura de novo edital com todas as vagas disponíveis dando direito a participação de todos os profissionais da educação que tiverem interesse;

CONSIDERANDO que as seguintes pontuações foram apresentadas pelo CME:

- Considerando as lotações de concursados do edital 050/2015, ocorridas no mês de julho do ano de 2016;
- Considerando que em anos anteriores sempre se ofertou lotação e remoção no mês de dezembro conforme apuração confirmada através dos editais nº 017/2012, 028/2013, 044/2014 e 049/2015;
- Considerando que a lotação de julho ocorreu sem a publicação de edital de chamamento dando ampla publicação as vagas ofertadas.
- Considerando que na lei 044/2015 fica claro que a lotação será ofertada através de edital e quadro de vagas que deverão ser publicadas;
- Considerando a redação da Lei 044/2016 (...) §7º A Administração pública fica obrigada a publicar as vagas, em quantidade e com suas respectivas lotações, para consulta e escolha dos candidatos aprovados.

Diante disto a Secretaria de Educação estabelece as seguintes alterações:

FICA REVOGADO O QUADRO DE VAGAS DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO publicado no dia 13/12/16, que estabelecia as vagas a serem apresentadas no dia 19/12, juntamente com o cronograma de escolha de vaga.

Em relação ao Edital nº 032/2016:

Onde lê-se: A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 25 da Lei Municipal nº 075/01 de 24 de dezembro de 2001, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes para Especialistas em Assuntos Educacionais, Professores de Ensino Fundamental, EJA e Educação Infantil para o ano letivo de 2016 dos membros efetivos do magistério e em exercício na Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

Leia-se: A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 25 da Lei Municipal nº 075/01 de 24 de dezembro de 2001, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Remoção e Lotação de Vagas Excedentes para Especialistas em Assuntos Educacionais, Professores de Ensino Fundamental, EJA e Educação Infantil para o ano letivo de 2017 dos membros efetivos do magistério e em exercício na Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

Onde lê-se: 1.1 A Remoção/Lotação ocorrerá no dia 15 de dezembro de 2016 (5ª feira), matutino e vespertino conforme quadro de vagas e cronograma de escolha de vagas, a ser publicado no site [www.prefeitura.sc.gov.br](http://www.prefeitura.sc.gov.br) e no mural da Secretaria de Educação;

Leia-se: 1.1 A Remoção/Lotação ocorrerá no dia 21 de dezembro de 2016 (4ª feira), matutino e vespertino conforme quadro de vagas e cronograma de escolha de vagas, a ser publicado no site [www.prefeitura.sc.gov.br](http://www.prefeitura.sc.gov.br) e no mural da Secretaria de Educação;

Onde lê-se: 3.1 O quadro de vagas será publicado no dia 12 de dezembro de 2016, juntamente com o Cronograma de Escolha de Vagas, por área, no site [www.prefeitura.sc.gov.br](http://www.prefeitura.sc.gov.br) e no mural da Secretaria de Educação, após aprovação do mesmo pelo Conselho Municipal de Educação;

Leia-se: 3.1 O quadro de vagas será publicado no dia 19 de dezembro de 2016, às 13h30min, juntamente com o Cronograma de Escolha de Vagas, por área, no site [www.prefeitura.sc.gov.br](http://www.prefeitura.sc.gov.br) e no mural da Secretaria de Educação, após aprovação do mesmo pelo Conselho Municipal de Educação;

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

## TERMO ADITIVO Nº 44/2016

TERMO ADITIVO Nº 44/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014. (9º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Diretora de Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, pelo Diretor de Serviços Públicos, o Sr. IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO, portador do CI.RG nº 596.829 SSP/PR e do CNPF/MF nº 248.322.789-91, Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, pela Secretária de Saúde, a Sra. MARIZA APARECIDA FILLA, portadora do CNPF/MF nº 599.466.609-20 e CI.RG nº 4.974.765-7 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CI.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditivar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo até a data de 19/03/2017.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 16/2014 até a data de 19/03/2017.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula segunda "Do Preço", acrescentando o valor R\$ 720.998,56 (setecentos e vinte mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), corresponde ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Secretaria	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total Período	
1	Auxiliar de Serviços Gerais 6h 2ª a 6ª	5	1	Administração e Finanças	R\$ 3.333,57	R\$ 3.333,57	R\$ 8.778,40
			1	Agricultura e Pesca		R\$ 3.333,57	R\$ 8.778,40
			2	Planejamento e Urbanismo		R\$ 6.667,14	R\$ 17.556,80
			1	Secretaria de Saúde		R\$ 3.333,57	R\$ 8.778,40
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	37	22	Educação - Ensino Fundamental	R\$ 4.087,29	R\$ 89.920,38	R\$ 236.790,33
			4	Educação - Ensino Infantil		R\$ 16.349,16	R\$ 43.052,79
			1	Meio Ambiente, Cultura e Turismo		R\$ 4.087,29	R\$ 10.763,20
			1	Esporte e Juventude		R\$ 4.087,29	R\$ 10.763,20
			1	Adm/Assist. 2º Aditivo nº 31/2014		R\$ 4.087,29	R\$ 10.763,20
			5	Educação - Edu. Infantil 4º Aditivo		R\$ 20.436,45	R\$ 53.815,99
			3	Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 12.261,87	R\$ 32.289,59
3	Aux. Serv. Ger. 8h 2ª/6ª (c/ insalub.)	2	2	Secretaria de Saúde	R\$ 3.994,34	R\$ 7.988,68	R\$ 21.036,86
4	Aux.Serv.Ger. 8h 2ª/6ª (var-redores)	10	10	Obras e Serviços Públicos	R\$ 4.988,65	R\$ 49.886,50	R\$ 131.367,78
5	Roçadores 8h 2ª a 6ª	7	7	Obras e Serviços Públicos	R\$ 5.765,20	R\$ 40.356,40	R\$ 106.271,85
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	2	1	Educação - Ensino Fundamental	R\$ 3.833,88	R\$ 3.833,88	R\$ 10.095,88
			1	Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 3.833,88	R\$ 10.095,88
Total Geral						R\$ 273.796,92	R\$ 720.998,56

### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas)

testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
MARIA IZABEL BLANSKI DIRETORA DE FINANÇAS	IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	MARIZA APARECIDA FILLA SECRETÁRIA DE SAÚDE
Testemunhas:  Nome: CPF/MF:	Nome: CPF/MF:

**ATA SESSÃO PUBLICA PREGÃO Nº 61/2016 - ANÁLISE DE HABILITAÇÃO****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

RUA MARIANA MICHELS BORGES - 201 | Itapoá - SC | CEP: 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 | CNPJ: 81.140.303/0001-01  
e-mail: licitacoes@itapoa.sc.gov.br

**ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016 - ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de 2016, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e KARINA JUSSARA DOS SANTOS, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para abertura de envelope e análise dos documentos de habilitação das empresas BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP, EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES, TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, classificada no Pregão Presencial nº 61/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CENTRO DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A presente sessão pública foi marcada em sessão anterior e aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Site Oficial do Município em 15/12/16, e encaminhado email à todos os participantes na data de 15/12/16. Aberto o envelope de habilitação das empresas ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	1, 3, 5, 13, 16, 21, 22, 32, 34, 41, 45, 46, 47, 51, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 66, 71, 72, 74	R\$ 141.280,61
EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	2, 6, 7, 9, 14, 15, 20	R\$ 41.294,00
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME	4 e 19	R\$ 13.950,00
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8, 10, 11, 12, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 73	R\$ 66.629,285
COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	53	R\$ 63.300,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não se fizeram presente na sessão para interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve representantes presentes para expressa intenção interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeiro

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL  
Membro

KARINA JUSSARA DOS SANTOS  
Membro



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.162/2016

D E C R E T O Nº 11.162/2016

Aprova o Condomínio Horizontal RESIDENCIAL DUQUESA DE CHARTRES.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Federal Nº 4.591/1964, Decreto Lei Nº 271/1967, e Municipais Nº 1.765/1993, Nº 1.767/1993 e Nº 6.016/2011,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Condomínio Horizontal RESIDENCIAL DUQUESA DE CHARTRES, de propriedade de Newland Empreendimentos Imobiliários Ltda., com área de 356.050,95m², da MI 68.566, situado na JGS 010 - Waldemar Gumz, localidade Vila Chartres, área de urbanização específica, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS 31.339/2014.

Art.2º O Condomínio é composto de 199 (cento e noventa e nove) Unidades Privativas, identificadas de 001 à 199, compreendendo a área de 123.706,66m² e Áreas Comuns sendo assim distribuídas conforme LAO/Fujama Nº 070/2015:

Áreas Comuns:	Áreas:
Sistema Viário	54.043,86m²
Área Verde Interna	43.144,60m²
Área de Lagos Artificiais	41.452,39m²
Área de Preservação Permanente	75.561,44m²
Cobertura Florestal Mínima	18.142,00m²

§1º Sobre as Áreas Comuns, identificadas como Áreas de Preservação Permanente, estão gravadas as faixas non aedificandi de 15,00m no entorno dos Tanques e de 30,00m para ambos os lados dos córregos.

§2º O Condomínio possui Cobertura Florestal Mínima e Cobertura Florestal Compensatória, ambas conforme AV.1-68.566 e AV.2-68.566.

§3º As Diretrizes Básicas de Projeto de Condomínio Horizontal foram protocoladas no Processo PMJS 24.208/2008, de 08/10/2008.

§4º O Condomínio Horizontal possui licenciamento ambiental na LAO Nº 070/2015/Fujama/JGS, de 25/09/2015.

§5º O Condomínio Horizontal situa-se em área de urbanização específica, criada com a finalidade de implantação de Condomínio Horizontal, nos termos da Lei Municipal Nº 6.016/2011, de 04/07/2011.

§6º A Área de Uso Público Especial (A.U.P.E.) de 20.002,44m² proveniente da MI 18.544, foi doada para a municipalidade conforme R.10-69.574 do imóvel da MI 69.574, estando documentado no Processo PMJS 24.375/2013.

Art.3º Os direitos e deveres de utilização, implantação, execução e manutenção do Condomínio e suas vias, são de inteira responsabilidade dos Condôminos, sem ônus à municipalidade.

Art.4º O Uso e Ocupação do Solo do Condomínio está condicionado às disposições contidas na Lei Federal Nº 10.406/2002 e Leis Municipais Nº 1.184/1988, Nº 1.766/1993 e Nº 65/2007.

Art.5º O registro do Condomínio Horizontal em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena da caducidade da aprovação.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

### DECRETO Nº 11.163/2016

D E C R E T O Nº 11.163/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do Artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.058 - Pagamento de Despesas Fixas - Patrimônio (água, energia

elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.44 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 6.500,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Sema), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.04 - PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

05.04.04.122.03002.058 - Pagamento de Despesas Fixas - Patrimônio (água, energia

elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.04.43 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda



## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2016

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da imposição do Auto de Infração por descumprimento de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral através do encaminhamento de solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 85 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar Municipal 26/2002.

Os Autos de Infração foram emitidos conforme está previsto nos Itens "1" e "2" da Alínea "a" do Inciso I do Parágrafo 2º do art. 86 da Lei Complementar Municipal 001/1993.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O contribuinte poderá interpor recurso em grau de primeira instância administrativa perante a Unidade de Julgamento Singular, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 71/2007.

Jaraguá do Sul, 16/12/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Auto de Infração	Nº da Notificação Preliminar	Data da Emissão	Inscrição Municipal	Contribuinte	Valor R\$
972/2016	16/2016	30/09/2016	7895	FRITZ SCHUTTE	643,60
946/2016	60/2016	19/09/2016	22706	AGROPECUÁRIA JOÃO PESSOA LTDA ME	643,60
968/2016	52/2016	29/09/2016	11556	RONEI RIBEIRO DOS SANTOS	643,60
978/2016	39/2016	05/10/2016	12403	LANA DISTRIBUIDORA DE CARNES E FRIOS LTDA	643,60
979/2016	41/2016	05/10/2016	34359	LD MERCADO LTDA	643,60
980/2016	42/2016	05/10/2016	27815	RENAScer INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	643,60
973/2016	17/2016	30/09/2016	26452	DRESSEL ALIMENTÍCIOS LTDA ME	804,50
971/2016	14/2016	30/09/2016	24048	DRESSEL DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS LTDA ME	804,50
967/2016	70/2016	28/09/2016	19482	RECANTO DO SABOR IND. E COM. DE ARTIGOS PARA SOR-VETES LTDA	804,50
976/2016	37/2016	04/10/2016	16731	FORTE DE ARTES E ARTESANATOS LTDA ME	804,50
977/2016	38/2016	05/10/2016	15274	FORTE DE ARTES E ARTESANATOS LTDA ME	804,50
983/2016	29/2016	26/10/2016	18188	CANI COM. DE VEÍCULOS LTDA	643,60
975/2016	34/2016	04/10/2016	23960	MAR MEX INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA ME	804,50

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2016

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Protocolo, a solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 89 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá acessar o seguinte link: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fazenda-baixa-alvara-de-localizacao>. Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 89, da Lei Complementar Municipal nº 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Jaraguá do Sul, 16/12/2016

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributalista

Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
96/2016	26356	SUPERMERCADO SUDOESTE LTDA ME	19/08/2016
115/2016	20827	ALTAIR SPEZIA ME	07/10/2016
117/2016	31737	C & G BAR E CANCHA LTDA ME	07/10/2016
119/2016	26685	STA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA EPP	07/10/2016
121/2016	31538	CONSTRUTORA SHALOM LTDA ME	07/10/2016
124/2016	29432	DIAS & FELLER COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	10/10/2016

134/2016	33018	CINDER COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME	10/10/2016
136/2016	20193	ARLINDO ALVES DE LIMA ME	10/10/2016
137/2016	23229	RAJ LATOARIA E PINTURA LTDA ME	10/10/2016
146/2016	18359	METALÚRGICA SASSE LTDA	10/10/2016
145/2016	1322	CONFECÇÕES DEMARI LTDA	10/10/2016
144/2016	14461	ROMILDO WOISKY	10/10/2016
141/2016	13703	JANIRA MICHREFF MARTINS MENEL	10/10/2016
116/2016	12740	DEGAS BAR LTDA ME	07/10/2016
131/2016	32678	DUTECH ROBOTICS LTDA EPP	10/10/2016
143/2016	29426	DIANES KAJA ROSA MARTINS	10/10/2016
149/2016	28631	EJH COM. DE ARTIGOS PARA ARMARINHOS E TRANSPORTES LTDA ME	10/10/2016
158/2016	32885	COMERCIAL KEMPFER & CORREA LTDA ME	13/10/2016
151/2016	10483	REMAC S/A TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	10/10/2016
162/2016	31765	REMAC S/A TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	13/10/2016
106/2016	17090	CELSE MINORU YUMOTO	06/10/2016
139/2016	24339	DEGIAN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	10/10/2016
159/2016	29553	DEKSA COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	13/10/2016
166/2016	37004	STEVE WILLIAM LIEBL 04560526907	08/11/2016
142/2016	18036	BAR LANCHONETE E CONFECÇÕES BOAVENTURA LTDA ME	10/10/2016
129/2016	25098	DI COLORE IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA ME	10/10/2016
122/2016	17906	K FERRAMENTAS LTDA ME	07/10/2016
155/2016	23852	CONFECÇÕES NILRRO'S LTDA ME	13/10/2016
148/2016	26598	S.F. IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CARVÃO LTDA ME	10/10/2016
128/2016	19559	DESAJAMA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	10/10/2016
118/2016	2283	SERRARIA E BENEFICIAMENTO DE MADEIRAS ALIAR LTDA	07/10/2016
114/2016	16495	MERCEARIA VAL LTDA ME	07/10/2016
105/2016	28302	DANIEL EGGERT BARROS	06/10/2016
111/2016	24196	DIRLEI TERESINHA ANTUNES	06/10/2016
160/2016	27492	MEDSAUDE SC LTDA	13/10/2016
153/2016	30099	COMERCIAL DE ALIMENTOS FERREIRA LTDA ME	13/10/2016
138/2016	22315	PANIFICADORA INDRI LTDA	10/10/2016

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: COMERCIAL VITORIA LTDA - ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TINTA para sinalização viária e manutenções diversas ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de Pregão presencial 105/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário item (R\$)
20	15	Galão	Tinta STAIN TRANSPARENTE, acondicionado em galão de 18 litros - código 26182.	298,90

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para o exercício de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dot. Orç.	Recurso
15.452.0424.2.261.3.3.90	Manut. sinalização viária	3.3.90-Ap. Diretas	275	Multas
15.452.0424.2.261.3.3.90	Manut. sinalização viária	3.3.90-Ap. Diretas	276	Guarda de veículos
15.452.0424.2.261.3.3.90	Manut. sinalização viária	3.3.90-Ap. Diretas	277	Renainf
15.452.0420.2.253.3.3.90	Manut. colocação novos abrigos de ônibus	3.3.90-Ap. Diretas	267	Próprios

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Urbanismo/Diretoria de Trânsito e Transportes.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues no galpão localizado na Rua José Fontana s/n, lateral da Rua Walter Marquardt, fundos do Parque Municipal de Eventos, com o Sr. Paulo Cesar Komginski.

DATA DA ASSINATURA: 06/12/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Gilvana Maria Rigo Rafaelli

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 345/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 345/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: UVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente contratado consiste no fornecimento de veículos novos, zero quilômetro, em conformidade com as normas do CONTRAN, destinados para uso da 15ª Delegacia Regional da Polícia Civil, de acordo com as especificações e quantidade e valor como segue:

Item	Quant	Unid	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
1	02 (duas)	Unid.	<p>Veículos novos, tipo SUV, zero quilômetro, ano de fabricação 2016 e modelo 2017, com assistência técnica, apto a trafegar em rodovias, estradas e vias urbanas, destinados para o uso da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em conformidade com as normas do CONTRAN, com as seguintes características e capacidades mínimas descritas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tipo: SUV;</li><li>- Capacidade de passageiros: 7;</li><li>- Motorização: 2.0 ou superior;</li><li>- Combustível: gasolina/flex ou diesel;</li><li>- Porta malas: 110 litros;</li><li>- Câmbio: manual ou automático;</li><li>- Ar condicionado;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Vidros elétricos;</li><li>- Rodas, aro e pneus: originais de fábrica;</li><li>- Cor: Preta;</li></ul> <p>- Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e montagem; veículos novos, tipo SUV, zero quilômetro, ano de fabricação 2016 e modelo 2017, com assistência técnica, apto a trafegar em rodovias, estradas e vias urbanas, destinados para o uso da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em conformidade com as normas do CONTRAN, com as seguintes características e capacidades mínimas descritas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tipo: SUV;</li><li>- Capacidade de passageiros: 7;</li><li>- Motorização: 2.0 ou superior;</li><li>- Combustível: gasolina/flex ou diesel;</li><li>- Porta malas: 110 litros;</li><li>- Câmbio: manual ou automático;</li><li>- Ar condicionado;</li><li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li><li>- Vidros elétricos;</li><li>- Rodas, aro e pneus: originais de fábrica;</li><li>- Cor: Preta;</li></ul> <p>- Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e montagem;</p> <p>Marca ofertada: GM CHEVROLET</p> <p>Modelo: TRAILBLAZER 3.6 V6</p>	174.000,00

2	01 (uma)	Unid.	<p>Veículo novo, tipo SUV, zero quilômetro, ano de fabricação 2016 e modelo 2017, com assistência técnica, apto a trafegar em rodovias, estradas e vias urbanas, destinados para o uso da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em conformidade com as normas do CONTRAN, com as seguintes características e capacidades mínimas descritas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo: SUV;</li> <li>- Capacidade de passageiros: 7;</li> <li>- Motorização: 2.0 ou superior;</li> <li>- Combustível: gasolina/flex ou diesel;</li> <li>- Porta malas: 110 litros;</li> <li>- Câmbio: manual ou automático;</li> <li>- Ar condicionado;</li> <li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Vidros elétricos;</li> <li>- Rodas, aro e pneus: originais de fábrica;</li> <li>- Cor: Preta;</li> <li>- Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e montagem; veículos novos, tipo SUV, zero quilômetro, ano de fabricação 2016 e modelo 2017, com assistência técnica, apto a trafegar em rodovias, estradas e vias urbanas, destinados para o uso da 15ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em conformidade com as normas do CONTRAN, com as seguintes características e capacidades mínimas descritas abaixo:</li> <li>- Tipo: SUV;</li> <li>- Capacidade de passageiros: 7;</li> <li>- Motorização: 2.0 ou superior;</li> <li>- Combustível: gasolina/flex ou diesel;</li> <li>- Porta malas: 110 litros;</li> <li>- Câmbio: manual ou automático;</li> <li>- Ar condicionado;</li> <li>- Direção hidráulica ou elétrica;</li> <li>- Vidros elétricos;</li> <li>- Rodas, aro e pneus: originais de fábrica;</li> <li>- Cor: Preta;</li> <li>- Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação e montagem;</li> </ul> <p>Marca ofertada: GM CHEVROLET Modelo: TRAILBLAZER 3.6 V6</p>	174.000,00
---	----------	-------	--	------------

Pagamento: O pagamento será realizado na segunda quarta-feira após entrega total dos itens vencidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, no 14º Batalhão da Polícia Civil.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recurso
06.183.0424.2.258.4.4.90	Manutenção das atividades do Programa Polícia Civil	4.4.90 – Aplicações Diretas	397	Conv. Trânsito SSP/PC

Prazo de entrega: O prazo de entrega dos itens licitados será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura deste contrato e recebimento da Autorização de Fornecimento.. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Thiago de Oliveira Outeiro Osório.

DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 360/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO  
Nº 360/2016

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA (AMA). OBJETO: A transferência de recursos financeiros, do CONCEDENTE à CONVENIENTE, para a execução do Projeto Ações Para Pessoas Com TEA, em conformidade com o Plano de Trabalho. VALOR: O valor total do Convênio é de R\$ 295.554,50, que será repassado em parcelas, devendo ser executado conforme o Plano de Trabalho, que é parte integrante do Convênio. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Própria do Orçamento da Secretaria Municipal da Educação. VIGÊNCIA: O Convênio terá vigência por 12 (doze) meses, contada a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 14/12/2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito; e CLÉCIO SIDNEI GONÇALVES, Presidente da Associação de Amigos do Autista (AMA).

DIETER JANSSEN  
Prefeito  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 365/2016 AO CONVÊNIO Nº 229/2010

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 365/2016

AO CONVÊNIO Nº 229/2010

CONVENIENTES: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL e ATHINA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. OBJETO: Da Prorrogação: As partes, de comum acordo, nos termos do §2º, do artigo 1º, da Lei Municipal Nº 5.582/2010, de 28/05/2010, alterada pela Lei Municipal Nº 7.193/2016, de 19 de fevereiro de 2016 e da Cláusula Sexta do Convênio originário, resolvem prorrogar a vigência do Convênio Nº 229/2010 até 31 de dezembro de 2020, a contar de 1º de janeiro de 2017. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio Nº 229/2010, não expressamente modificadas pelo Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 14/12/2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito; ADEMAR POSSAMAI, Secretário Municipal da Administração e da Fazenda; e ALCIDES JOÃO PAVANELLO, Vice-Presidente Comercial da ATHINA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

DIETER JANSSEN  
Prefeito  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 304/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 461/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 304/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 461/2014

PROCESSO: Inexigibilidade 083/2014-FMS ao CREDENCIAMENTO 069/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II c/c artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CENTRO DE TRATAMENTO DE DOENÇAS RENAISS DE JOINVILLE SS LTDA.

OBJETO: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços de terapia renal substitutiva (TRS), visando a realização de todo o rol da Tabela de Valores e Procedimentos do SUS, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 13.1 da cláusula décima terceira do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 448/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 19/11/2016 com término em 18/11/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93, no Ofício nº 1243/2016/SEMSA, o valor estimado no item 6.1 da cláusula sexta do termo de credenciamento original, acrescido no item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 225/2016, fica acrescido o valor de R\$ 109.974,07 (cento e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e sete centavos), correspondentes a 5,00% (cinco por cento) de acréscimo ao valor do termo original. Em consequência, o valor total estimativo do termo de credenciamento fica em R\$ 2.627.866,68 (dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos). O valor contratado é meramente estimativo, não cabendo à CREDENCIADA qualquer direito a integralização, pois, o MUNICÍPIO e o FUNDO, se reservam o direito de, a seu exclusivo critério, utilizarem ou não a totalidade da verba prevista.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016 e 2017 (mensagem nº 73/2016 de 31/08/2016 e nº 75/2016 de 09/09/2016), a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.704	Fornecer serv. terapia renal substitutiva	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	MAC Federal	370.649,34
10.302.0753.2.704	Fornecer serv. terapia renal substitutiva	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	MAC Federal	1.853.246,70
10.302.0753.2.704	Fornecer serv. terapia renal substitutiva	3.3.90 – Aplicações Diretas	51	MAC FES	57.245,10
10.302.0753.2.704	Fornecer serv. terapia renal substitutiva	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	MAC FES	286.225,54
10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade – ambulatorial e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	MAC Federal	10.083,34
10.302.0753.2.705	Teto municipal de média e alta complexidade – ambulatorial e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	MAC Federal	50.416,66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 08/11/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Hercílio Alexandre da Luz Filho.

DIETER JANSSEN  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 349/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 349/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 54/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ORTOFISIO CLINICA DE ESPECIALIDADES MEDICAS S/S

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Daniele Stenger Wulff.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 350/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 350/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 60/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CLINICA SER DE FISIOTERAPIA DA BARRA LTDA

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.



DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;  
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC  
SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Rita de Cássia Guandalini Grubba.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 351/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 351/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 59/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Rita de Cássia Guandalini Grubba.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 58/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MULTICLINICA JARAGUÁ SS LTDA ME

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia

útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

**PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2016;

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul - SC

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Solange Ermínia Razo Castilho Pellis.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 353/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 353/2016

**PROCESSO:** Inexigibilidade 57/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

**MUNICÍPIO:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

**CONTRATADA:** RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERAPICA LTDA ME

**OBJETO:** O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

**PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/12/2016;

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul - SC

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cláudia Joana Stingenhen Barbosa.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 354/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 354/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 56/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CRJ CENTRO DE RECUPERAÇÃO JARAGUÁ LTDA

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Sérgio Luiz Rodrigues.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 355/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 355/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 61/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: DEMARCHI CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução

acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Jaslyn Marcelly Demarchi.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 355/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 356/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 55/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 42/2016 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA M.E.

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS. Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS, como previsto na cláusula primeira deste contrato.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante no exercício de 2016, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Michelle Biembengut da Silva.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### FC - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 35/2016-FC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 35/2016-FC

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão nº 35/2016, cujo objeto consiste na aquisição de LIVROS, destinados atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Rui Barbosa, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterada pelo Decreto 10.393/2015, constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas, declarando a seguinte empresa vencedora: LIVRARIA GP LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ nº 11.093.505/0001-64. Valor total da proposta: R\$ 5.655,70. Total de itens: 213.

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 16 de dezembro de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes  
Presidente da Fundação Cultural

**FME - PORTARIA Nº 065/2016**  
PORTARIANº 065/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALCIDES SELLFELD, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ESPAÇOS TURÍSTICOS E ESPORTIVOS, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 073/2014, de 1º/03/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
JEAN CARLO LEUTPRECHT  
PRESIDENTE

**FME - PORTARIA Nº 066/2016**  
PORTARIANº 066/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLÁUDIO TUBBS, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE NÚCLEO ESPORTIVO, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 042/2016, de 1º/11/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
JEAN CARLO LEUTPRECHT  
PRESIDENTE

**FME - PORTARIA Nº 067/2016**  
PORTARIANº 067/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLAUDIOMIRO SPIER, do cargo de provimento em comissão de CHEFE

DE NÚCLEO ESPORTIVO, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 165/2014, de 03/07/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
JEAN CARLO LEUTPRECHT  
PRESIDENTE

**FME - PORTARIA Nº 068/2016**  
PORTARIANº 068/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARLI OTT, do cargo de provimento em comissão de COORDENADORA FINANCEIRA, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 067/2014, de 1º/03/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
JEAN CARLO LEUTPRECHT  
PRESIDENTE

**FME - PORTARIA Nº 069/2016**  
PORTARIANº 069/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 31 de dezembro de 2016, NIRTON HANEMANN, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 066/2014, de 1º/03/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
JEAN CARLO LEUTPRECHT  
PRESIDENTE



**FME - PORTARIA Nº 070/2016**

PORTARIANº 070/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 7, inciso VI, da Lei Complementar Nº 42/2005, de 28/09/2005, alterada pelas Leis Complementares 44/2005, de 25/10/2005; 70/2007, de 03/10/2007 e 146/2013, de 12/12/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 12 de dezembro de 2016, DJONATTA DE FREITAS, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ESPAÇOS TURÍSTICOS E ESPORTIVOS, da Diretoria de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes e Turismo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria nº 065/2014, de 1º/03/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT

PRESIDENTE

**ISSEM - CONTRATO 306 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 267-2015 - PREST SERV SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA**

CONTRATO Nº 306/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 267/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 267/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada PREST SERV SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/11/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Francisco de Carvalho Stocco Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890

**ISSEM - CONTRATO 307 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 288-2015 - CLÍNICA DO PULMÃO JARAGUÁ SS**

CONTRATO Nº 307/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 288/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DO PULMÃO JARAGUÁ SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 08/12/2016.



2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 05 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Cláudio Luiz dos Santos Sócio Administrador CONTRATADA
--	--

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
---	--

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890

### **ISSEM - CONTRATO 308 - FGM FISCALIZAÇÃO - 3o ADITIVO AO CONTRATO 136-2014**

CONTRATO Nº 308/2016

3o ADITIVO AO CONTRATO No 136/2014

TOMADA DE PREÇO No 10/2014

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 136/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM, que mantém entre si, o FGM URBANA ARQUITETURA S/S LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo de execução do serviço para mais 12 (doze) meses, conforme estabelecido no item 9.1. do contrato 136/2014, podendo ser rescindido a qualquer momento mediante o termo de recebimento definitivo da construção da sede do ISSEM.

2) Reajustar em 7,39%, conforme índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE), o valor mensal da prestação do serviço, conforme previsto no item 4.5 do contrato. Desta forma, o valor mensal do serviço será de R\$ 3.098,44 (três mil e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

3) Dotação orçamentária:

Seguem a dotação orçamentária de 2016, sendo dotação de 2017 será informada oportunamente.

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.5.300.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	08	Próprios
36.02.5.350.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	17	Próprios

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul, 05 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Miguel Felipe Bianchi Contratada  Graziela Bordin Contratada
---	--

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

**ISSEM - CONTRATO 310 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 02-2016 - DANNA ODONTOLOGIA LTDA**

CONTRATO Nº 310/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 02/2016, para o fornecimento de serviços de odontologia básica, que mantém entre si, a credenciada DANNA ODONTOLOGIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 11 meses, a contar de 01/01/2017.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Jackeline Danna Bastos Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890

**ISSEM - CONTRATO 312 - 1º ADITIVO AO CONTRATO 73-2015 - CEF - SERVIÇOS FINANCEIROS**

CONTRATO Nº 312/2016

Dispensa nº 03/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 73/2015, Dispensa nº 03/2015, que tem como objeto a prestação de serviços financeiros, que mantém entre si, a instituição financeira CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Incluir o item 1.2. no objeto do presente contrato, conforme a seguinte redação:

“1.2. As disposições previstas neste instrumento contratual inerentes aos beneficiários do ISSEM (aposentados e pensionistas destes Instituto), abrangem os aposentados e pensionistas beneficiários do Fundo Municipal de Previdência Social – FMPS, fundo municipal inscrito no CNPJ sob o n. 14.522.175/0001-73, fundo vinculado e gerido pelo ISSEM.”

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul (SC), 09 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente do ISSEM	Wilson Zarpelon Caixa Econômica Federal  Luiz Alberto Riemenscheider Junior Caixa Econômica Federal
--	---

TESTEMUNHAS:

Deise Fernanda Pincegher Rodrigues  
Superintendente de Previdência Social

**ISSEM - CONTRATO 313 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 05-2016 - CLÍNICA DE OLHOS DRA. ANNA P**

CONTRATO Nº 313/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 05/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DE OLHOS DRA. ANNA PAULA C. L. DE ALBUQUERQUE S/C LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 11 meses, a contar de 01/01/2017.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Anna Paula C. L. de Albuquerque Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890

**ISSEM - CONTRATO 314 - SULAMERICANA - 1º ADITIVO AO CONTRATO 66-2016**

CONTRATO Nº 314/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO No 66/2016

TOMADA DE PREÇO No 14/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 66/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO – TIPO VRF (VARIABLE REFRIGERANTE FLOW) NO PRÉDIO DA NOVA SEDE DO ISSEM, que mantém entre si, a SULAMERICANA ENGENHARIA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo para a execução do objeto em 60 (sessenta) dias, adicionados ao prazo estipulado no inciso “b” do item 9.1. e no item 9.5., ambos do contrato.

2) Alterar a Etapa Mês 03 do Cronograma Físico Financeiro do objeto, parte integrante do presente contrato. A Etapa Mês 03, no valor total de R\$ 521,901,66 (quinhentos e vinte e um mil novecentos e um reais e sessenta e seis centavos), fica sub-dividida em duas etapas conforme segue:

a) Etapa Mês 03a – no valor de R\$ 295.462,32 (duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos).

b) Etapa Mês 03b – no valor de R\$ 226.439,34 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos).

3) Dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.5.300.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	08	Próprios
36.02.5.350.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	17	Próprios

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.  
Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Carlos Rogério E. Prestes Contratada
---	---

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

**ISSEM - CONTRATO 315 - JOVIL VIGILANCIA SEDE - 1º ADITIVO AO CONTRATO 260-2016**

CONTRATO Nº 315/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO No 260/2016

TOMADA DE PREÇO No 10/2014

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 260/2016, que tem por objeto o SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SEGURANÇA PATRIMONIAL NA CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM, que mantém entre si, a JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELLE ME e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Aditivar a prestação do serviço, contratando o serviço de vigilância para o período diurno nos dias úteis de 19/12/2016 a 23/12/2016 e 26/12/2016 a 31/12/2016, totalizando 10 dias úteis. Nestes dias a prestação do serviço de vigilância deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas. O valor desta prestação adicional será de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais).

2) Dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.5.300.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	08	Próprios
36.02.5.350.4.4.90	Implantação da Sede do ISSEM	4.4.90 – aplicações diretas	17	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Vilmar Kloth Contratada
---	----------------------------

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

**ISSEM - PORTARIA Nº 799/2016**

PORTARIA Nº 799/2016 – ISSEM

De 12.12.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARLENE ALFLEN BORDIN, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.12.2016 a 24.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.12.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 800/2016**

PORTARIA Nº 800/2016 – ISSEM

De 12.12.2016.

Complementa a Instrução Normativa Nº 02/2014

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei Complementar nº 033/2003, de 23 de dezembro de 2003 e suas alterações; e Considerando o Decreto nº 9.738, de 30 de dezembro de 2013, e o Decreto nº 9.831, de 19 de março de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º NORMATIZAR que os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis obedecerão às normas estabelecidas na Instrução Normativa 02/2014 e ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de 01 de janeiro de 2016 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo I, dispensando-se a prévia reavaliação.

Art. 3º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 01 de janeiro de 2016 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do Anexo II, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os novos prazos de vida útil.

Art. 4º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo Laudo/Parecer Técnico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ANEXO I

**TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS**

Descrição	Taxa Anual de Depreciação ou Amortização (%)	Prazo de Vida Útil (ANOS)
Aparelhos de medição e orientação	10%	10
Aparelhos e equipamento de comunicação	20%	5
Aparelhos e utensílios domésticos	10%	10
Aparelhos equip. Utens. Med. Odont. Lab. Hosp.	10%	10
Coleções e materiais bibliográficos	0	
Equip. Proteção, segurança e socorro	10%	10
Instrumentos musicais e artísticos	10%	10
Máquinas e equip. Gráficos	10%	10

Equipamentos de áudio, vídeo e foto	20%	5
Máquinas, utensílios e equip. Diversos	10%	10
Equip. Processamento de dados	20%	5
Máquinas, instalações, utensílios de escritório	10%	10
Equip. Hidráulicos e elétricos	10%	10
Mobiliário geral	10%	10
Obras de arte e peças para museus	0%	
Veículos de tração mecânica	20%	5
Acessórios para automóveis	20%	5
Outros bens móveis	10%	10
Peças não incorporáveis a imóveis	10%	10

\* Valor residual estipulado em 10% do valor do bem.

## ANEXO II

### FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO

Estado de Conservação do Bem - EC		Período de Vida Útil do Bem (já Utilizado) PVU		Período de Utilização Futura do Bem - PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Ótimo	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	09 anos	2	09 anos	9
Regular	5	08 anos	3	08 anos	8
Péssimo	2	07 anos	4	07 anos	7
		06 anos	5	06 anos	6
		05 anos	6	05 anos	5
		04 anos	7	04 anos	4
		03 anos	8	03 anos	3
		02 anos	9	02 anos	2
		01 ano	10	01 ano	1

Fator de reavaliação = 4.EC + 6.PVU – 3.PUB

Valor reavaliado = Valor do bem novo x fator de reavaliação  
100

## ISSEM - PORTARIA Nº 801/2016

PORTARIA Nº 801/2016-ISSEM

De 13.12.2016

Concede Benefício de Pensão por Morte

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. I e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 852,

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE a Sra. ROSALINA MARIA DIAS IBANEZ, inscrita no CPF sob nº 917.511.799-15, esposa do Ex-servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sr. DORIVAL IBANEZ, inscrito no CPF sob nº 241.917.369-49, aposentado na data de 01.10.2009, conforme Portaria nº 103/2009-Issem/Previdência de 25.09.2009.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida a beneficiária será na ordem de 100% (cem por cento) sobre os proventos da aposentadoria do segurado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento do servidor, ou seja 16.10.2016. REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014



**ISSEM - PORTARIA Nº 802/2016**

PORTARIA Nº 802/2016-ISSEM

De 13.12.2016

Concede Benefício de Pensão por Morte

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. II e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 828,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE, em caráter temporário à JOÃO AUGUSTO MENDES ROSSI, inscrito no CPF sob nº 103.462.319-22; ALANA ADRIANA BARBOSA ROSSI, inscrita no CPF sob nº 081.513.449-54; ANA CAROLINA REYS ROSSI, inscrita no CPF sob nº 482.951.848-06 e VÍCTOR HUGO VARELA ROSSI, inscrito no CPF sob nº 129.173.069-98, filhos do Ex-Servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sr. FÁBIO ALEXANDER FONSECA ROSSI, inscrito no CPF sob nº 116.403.888-50, falecido na data de 27.08.2016.

Art. 2º As Cotas do benefício de pensão por morte devida a cada um dos beneficiários corresponderá a 20% (vinte por cento) sobre a totalidade da remuneração do cargo efetivo de Médico, Classe 12, Letra "D", carga horária de 200 (duzentas horas) mensais, aplicado o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

Art. 3º Em razão da discussão administrativa no processo nº 828, fica resguardado o valor e a proporção da quinta cota, valores estes a serem depositados em conta bancária devidamente nominada.

Art. 4 As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento do servidor, ou seja 27.08.2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 803/2016**

PORTARIA Nº 803/2016-ISSEM

De 13.12.2016

Concede Benefício de Pensão por Morte

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. I e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 854,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE à Sra. GERTRUDES LARGURA, inscrita no CPF sob nº 817.074.879-87 e à Sra. CLARICE LARGURA, inscrita no CPF sob nº 013.754.119-85, respectivamente esposa e filha maior/inválida, do Ex-servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sr. ERNESTO LARGURA, inscrito no CPF sob nº 031.458.169-34, aposentado na data de 01.09.1995, conforme Portaria nº 264/95 de 17.08.1995.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida a cada uma das beneficiárias corresponderá a 50% (cinquenta por cento) dos proventos da aposentadoria do ex-segurado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento do servidor, ou seja 06.10.2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

**ISSEM - PORTARIA Nº 804/2016**

PORTARIA Nº 804/2016-ISSEM

De 15.12.2016.

Retifica a Portaria nº 783/2016-Issem e decreta o sigilo do processo administrativo disciplinar nº 002/2016

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem) de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23/12/2003, e suas alterações, e art. 202 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e suas alterações;  
CONSIDERANDO o memorando nº 947/2016/Issem-CPPAD;

**RESOLVE:**

Art. 1º. RETIFICAR a consideração "b" da Portaria nº 783/2016-Issem, DE: "O memorando nº 696/2016/Issem-Contab e a documentação a ele anexada", PARA: "O ofício nº 1418/2016/Issem, de 26/09/2016, e a documentação a ele anexada", permanecendo inalterados os demais termos da Portaria.

Art. 2º. DECRETAR, com base no art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988 e art. 6º, III, da Lei Federal nº 12.527/2011, o sigilo do processo, por conter informações de procedimentos médicos com segurados do Fundo Municipal de Assistência e Saúde identificados;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014



# **ISSEM -CONTRATO 311 - CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 01-2016 - MH CLÍNICA MÉDICA OFTLAM**

CONTRATO Nº 311/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 01/2016, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada M H CLÍNICA MÉDICA OFTALMOLÓGICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 11 meses, a contar de 01/01/2017.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora-Presidente CONTRATANTE	Marcos Henrique Silva Martins Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890

## **LEI Nº 7.313/2016**

LEI Nº 7.313/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social, Mediante a Celebração de Convênio, à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA (AMA), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social, e a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA (AMA), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 79.378.188/0001-66, com sede nesta cidade, no valor total de R\$ 295.554,50 (Duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), para a execução do Projeto Ações Para Pessoas Com TEA, a ser repassado no exercício de 2017.

Art.2º O valor será repassado em parcelas, através de Convênio a ser firmado entre o Município e a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA (AMA).

§1º Os valores deverão ser aplicados em despesas correntes da entidade, conforme Convênio a ser firmado.

§2º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.3º São obrigações da entidade beneficiada:

I - prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;

II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos financeiros repassados pelo Município;

III - promover a execução do Projeto Ações Para Pessoas Com TEA ;

IV - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;

V - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais.

Art.4º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2017, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

0800 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

0804 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

08.04.12.367.0352.0.103 - Estabelecer Convênio com Instituições para Desenvolvimento das Atividades

08.04 - Dotação Conforme LOA 2017 - 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art.5º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Controladoria-Geral do Município, juntamente com a Secretaria Municipal da Educação, admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto, observando, no que couber, o disposto no Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

## **ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 05/2016 (PRORROGAÇÃO)**

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 05/2016

(PRORROGAÇÃO)

Determinamos por meio desta, a empresa MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EPP, a prorrogação da paralisação dos serviços referentes a elaboração de projetos executivos e complementares destinados para implantação de ciclovias no Centro e nos bairros Nereu Ramos, Água Verde, Centenário, Amizade e Santa Luzia, no município de Jaraguá do Sul, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 035/2015, e formalizada pelo Contrato nº 250/2015, a partir da data de 27 de dezembro de 2016, por prazo indeterminado, devido os projetos executivos, encaminhados à empresa América Latina Logística Malha Sul S.A., continuarem em processo de análise para aprovação, sob os seguintes números de processo: nº 039/2016 – Trecho 1 Fundos da Estação; nº 040/2016 – Trecho 2 Fundos da WEG II; nº 041/2016 – Trecho 3 Rau a Nereu e; nº 042/2016 – Trecho 4 Nereu Histórico (Motivo de ordem técnica – exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro de 2016.  
 FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER  
 Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EPP  
 CNPJ/MF 13.305.409/0001-68

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

RONIS ROBERTO BOSSE Secretário Municipal de Urbanismo	DIETER JANSSEN Prefeito
--	----------------------------

### ORDEM DE REINÍCIO – Nº 01/2016

ORDEM DE REINÍCIO – nº 01/2016

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa INFRA-SUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e calçadas, para acesso da ponte sobre o Rio Itapocu, que interliga os bairros Rau e Amizade (trecho 1), com extensão de 383,95m (trezentos e oitenta e três vírgula noventa e cinco metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Concorrência nº 090/2015, e formalizada pelo Contrato nº 396/2015, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 18/04/2016 através da Ordem de Paralisação nº 02/2016 - SEMOB, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 5 (cinco) dias para execução, a contar do dia útil seguinte ao da data de assinatura da Ordem de Reinício da obra;

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2016.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER UWE ROBERTO BUHR  
 Engenheiro Civil – Fiscal Designado Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INFRA-SUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
 CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER Secretário Municipal de Obras	DIETER JANSSEN Prefeito
---	----------------------------

### ORDEM DE REINÍCIO – Nº 02/2016

ORDEM DE REINÍCIO – nº 02/2016

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa INFRA-SUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para pavimentação em concreto armado e drenagem da Estrada Municipal JGS 453 (acesso a Chiesetta Alpina no morro da Boa Vista), com extensão total de 957,17m (novecentos e cinquenta e sete vírgula dezessete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preço nº 114/2015, e formalizada pelo Contrato nº 017/2016, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 13/10/2016 através da Ordem de Paralisação nº 07/2016 - SEMOB, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 28 (vinte e oito) dias para execução, a contar do dia da data de assinatura da Ordem de Reinício da obra;

Jaraguá do Sul, 06 de dezembro de 2016.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER  
 Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INFRA-SUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
 CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 06 de dezembro de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER Secretário Municipal de Obras	DIETER JANSSEN Prefeito
---	----------------------------

### PORTARIA Nº 1153/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--

PORTARIANº 1153/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com os incisos XII e XIII, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e  
 CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, em 31/12/2016, os servidores públicos municipais efetivos ocupantes dos Cargos de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, constantes do Anexo Único,

que integra esta Portaria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1153/2016 - ANEXO**

PORTARIA Nº 1153/2016

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 1153/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único da Portaria Nº 1153/2016 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17881>

### **PORTARIA Nº 1154/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

PORTARIANº 1154/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com os incisos XII e XIII, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e  
CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, em 31/12/2016, os detentores de Funções Gratificadas de Confiança de Supervisor (FG1), de Assistente (FG2), de Encarregado-Líder (FG3), e de Diretor de Escola (FG4) do Quadro de Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, constantes do Anexo Único, que integra a presente Portaria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1154/2016 - ANEXO**

PORTARIA Nº 1154/2016

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 1154/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único da Portaria Nº 1154/2016 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17882>

### **PORTARIA Nº 1155/2016**

PORTARIANº 1155/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, LEOCÁDIO NEVES E SILVA do cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA).

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 044/2013, de 11/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1156/2016**

PORTARIANº 1156/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, FERNANDA KLITZKE WITKOWSKY do cargo de provimento em comissão de CONTROLADORA-GERAL DO MUNICÍPIO (Cogem), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 342/2015, de 16/03/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1157/2016**

PORTARIANº 1157/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, ADEMAR POSSAMAI dos cargos de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO (Sema), SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA (Semfaz), e de CHEFE DE GABINETE (Gapref), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 442/2015, de 31/03/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1158/2016**

PORTARIANº 1158/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, JEAN CARLO LEUTPRECHT dos cargos de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE (Semascri), e de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 246/2016, de 14/04/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1159/2016**

PORTARIANº 1159/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, EDUARDO BERTOLDI do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO E TRANSPORTES (Semur), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1028/2016, de 28/11/2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1160/2016**

PORTARIANº 1160/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, ELISA LUEDERS BRUNS do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE ORÇAMENTO E GESTÃO (Semfaz), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 685/2015, de 25/05/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1161/2016**

PORTARIANº 1161/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, MAICON LEANDRO DA COSTA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEFESA CIVIL (Sedef), da Secretaria Municipal da Defesa Civil, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 020/2013, de 04/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1162/2016**

PORTARIANº 1162/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS (Sema), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 019/2013, de 04/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito



**PORTARIA Nº 1163/2016**

PORTARIANº 1163/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, AUREA JOELMA AREN-DARTCHUK do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PUBLICAÇÕES (Gapref), da Diretoria de Comunicação, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 130/2015, de 05/02/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1164/2016**

PORTARIANº 1164/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, MIRIAM MARIA RU-DOLF PEREIRA do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (Semed), da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1386/2015, de 27/11/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1165/2016**

PORTARIANº 1165/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, SILENE ZAPELLA CARDOSO do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ATOS LEGISLATIVOS (Gapref), da Diretoria Especial de Apoio ao Chefe de Gabinete, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1184/2015, de 1º/10/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1166/2016**

PORTARIANº 1166/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, LUIZMAR CONRADO LEIER do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS (Sems), da Gerência de Especialidades Médicas, da Diretoria de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 825/2013, de 06/05/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1167/2016**

PORTARIANº 1167/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, TANIA MARA FODI do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE GESTAO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (Sems), da Gerência Administrativa, da Diretoria Administrativo Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 834/2013, de 07/05/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1168/2016**

PORTARIANº 1168/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, VEREDIANA LUIZA VASEL do cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE COMPRAS (Sema), da Gerência de Compras, da Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 420/2013, de 12/03/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1169/2016**

PORTARIANº 1169/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, PRISCILLA SCHWARZ do cargo de provimento em comissão de OFICIAL DE GABINETE II (Progem), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 043/2013, de 10/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1170/2016**

PORTARIANº 1170/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, ANA APARECIDA GONZAGA do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ROBSON DA SILVA BREIS" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 050/2015, de 27/01/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1171/2016**

PORTARIANº 1171/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, ANDRÉIA KRAUSE CLEMENTINO do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ESTRADA NOVA" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 189/2014, de 14/02/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1172/2016**

PORTARIANº 1172/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, DAGMAR TERESA RAMOS DE BORBA do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ANÉLIA ENKE KARSTEN" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 3º, da Portaria Nº 075/2013, de 22/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito



**PORTARIA Nº 1173/2016**

PORTARIANº 1173/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, FABÍOLA DO AMARAL COSTA WIELLE do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "JONES CHIODINI" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 13, da Portaria Nº 075/2013, de 22/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1174/2016**

PORTARIANº 1174/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, NAIR MARTINS do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "GUILHERME TRIBESS" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 11, da Portaria Nº 075/2013, de 22/01/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1175/2016**

PORTARIANº 1175/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, NOÊMIA RITA BUTTNER MOLLER do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MÁRCIO MAURO MARCATTO FILHO" (Semed), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 666/2013, de 09/04/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**PORTARIA Nº 1176/2016**

PORTARIANº 1176/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o término da Gestão 2013/2016;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, RONALDO DE LIMA do cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.2º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, RONALDO DE LIMA do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (Sehare), do Poder Executivo do Município.

Art.3º Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nºs 564/2015, de 27/04/2015, e 228/2016, de 08/04/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: ORTOFISIO CLINICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS S/S.

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA M.E.

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 57/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 57/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERAPICA LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: MULTICLINICA JARAGUÁ SS LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2016-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MEDICA SS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

Lorival Pedro Pellin

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60/2016-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: CLINICA SER DE FISIOTERAPIA DA BARRA LTDA

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia , de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.  
Lorival Pedro Pellin  
Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 61/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 61/2016-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 42/2016-FMS

CREDENCIADA: DEMARCHI CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Procedimentos Clínicos / Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital, Minuta de Credenciamento e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 42/2016-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS e até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotações orçamentárias constante nos exercícios de 2016 e 2017, como segue:

Classificação. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac

Jaraguá do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.  
Lorival Pedro Pellin  
Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016**

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 122/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de concreto usinado bombeável, classe de resistência C30, com brita 0 e 1, slump= 100 = +/- 20mm, incluindo serviço de bombeamento (NBR8953), destinado para pavimentação em concreto da Rua 1190 – Francisco Jacomini – Bairro Boa Vista - com extensão total de 600,00 (seiscentos metros), teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
1	PREMIX CONCRETO LTDA	630	M³	Concreto usinado bombeável, classe de resistência C30, com brita 0 e 1, slump= 100 = +/- 20mm	285,00

Jaraguá do Sul, SC, 12 de dezembro de 2016.  
Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014



**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016-FMS****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016-FMS**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 50/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	STOKMED (EPP)	40	Unid	APARELHO DE PRESSÃO OBESO – CÓDIGO 28493 Esfigmomanômetro tamanho grande, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho em velcro, confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 35 – 51cm, manguito e pêra fabricados sem emendas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, conteúdo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.	216,50
02	METROMED	40	Unid	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO - CÓDIGO 9210 Esfigmomanômetro tamanho adulto, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho de botão (METAL), confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 22 – 28cm, manguito e pêra fabricados sem emendas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, conteúdo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.	187,63
03	PPS – PRODUTOS (EPP)	30	Unid	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL – CÓDIGO 9209 Esfigmomanômetro tamanho Infantil, de alta precisão, composto de manômetro aneróide (0-300), tipo relógio, mostrador graduado em mmhg, braçadeira com fecho de velcro, confeccionado em tecido algodão ou nylon antialérgico, resistente, flexível, que se molde facilmente ao braço, circunferência de braço para uso entre 13 – 16cm, manguito e pêra fabricados sem emendas de subpeças, com borracha sintética de excelente resistência, equipamento com perfeita vedação, conteúdo 1 válvula de deflação, acondicionado em bolsa apropriada, embalagem individual (estojo para viagem), O produto deve ter registro no Ministério da Saúde e possuir selo do INMETRO.	204,10
04	DESERTO	40	Unid.	SONDA FOLEY 22 – CÓDIGO 19674 Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 3 vias. Descrição: 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 22 Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,00
05	DESERTO	03	Unid.	AVENTAL DE PVC – CÓDIGO 6739 Descrição: Avental confeccionado em PVC Siliconizado, tamanho mínimo 110*70 cm (tolerância até +20%); opaco; FGL mínimo 250-0.30; 100% impermeável, sem costura, com solda de radiofrequência; garantia 12 meses contra defeitos de fabricação.	0,00
06	DESERTO	10	Unid	CATETER VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY 20 – CÓDIGO 32385 Em silicone tamanho 20, com 3 vias 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 10mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; extremidade distal tipo Couvelaire soft, Delinotte ou Dufour; calibre 20, o produto deverá obedecer a legislação vigente, ANVISA/MS. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,00
07	DISQUE-MED (EPP)	300	Unid.	CAMPO CIRURGICO FENESTRADO – CÓDIGO Nº 32232 Kit estéril contém 01 unidade Campo Ø 30g/m² - 50 x 50cm – produto descartável	5,10
08	DESERTO	30	Frasco	BALSAMO BRANCO GTS 30ML - CÓDIGO 15924	0,00
09	DESERTO	80	Frascos	CLORIDRATO PROXIMETACÁINA 5ML - CÓDIGO 9653	0,00



10	DESERTO	3.000	Comp.	POLIVITAMÍNICO ADULTO, COM MINERAIS E OLIGOELEMENTOS – código 32410 Descrição: suplemento vitamínico-mineral de uso adulto, em comprimidos; composição mínima por comprimido: vit A (retinol) 400mcg; vit B1 (tiamina) 1mg; vit B2 (riboflavina) 1,3mg; vit B3 (niacina) 16mg; vit B5 (pantotenato) 5mg; vit B6 (piridoxina) 1,3mg; vit B9 (folato) 240mcg; vit B12 (cianocobalamina) 2,4mcg; vit C (ascorbato) 45mg; vit D (calciferol) 5mcg; vit E (tocoferol) 6,5mg; vit H (biotina) 30mcg; vit K (fitonadiona) 65mcg; selênio 20mcg; zinco 7mg; acondicionado em embalagens com 30, 60 ou 90 comprimidos.	0,00
11	DESERTO	15	Unid.	EPITEZAN POMADA OFTÁLMICA 3,5GR - cloranfenicol +aminoácidos +metionina +retinol. - CÓDIGO 20086	0,00
12	DESERTO	25	Frascos	FLUORESCINA SÓDICA 3ML - CÓDIGO 9654	0,00
13	ALTERMED	150	Unid.	HIRUDOID POMADA 30 GRS - CÓDIGO 16373	15,40
14	ALTERMED	70	Unid.	SALICILATO DE METILA +CANFORA + MENTOL TUBO DE 20G - CÓDIGO 11142	10,73
15	DESERTO	200	Frascos	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA - CÓDIGO 9655 Tropicamida 10mg/ml, solução oftálmica estéril, frasco 5ml.	0,00
16	ALTERMED	100	Caixas	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% S/ VASO TUBETES DE 1,8ML - C/ 50 - CÓDIGO 11136	51,95
17	ALTERMED	400	Ampo- las	CLORIDRATO DE PROMETAZINA - AMPOLAS 2ML – 50MG - CÓDIGO 11138	0,00
18	ALTERMED	2.200	Unid.	LIDOCAÍNA GEL 2% - CÓDIGO 9730 Lidocaína Gel 2% - Cloridrato de Lidocaína; 2% geleia tópica, bisnaga com 30 gramas. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado da SMS.	1,69
19	ALTERMED	50	Caixas	MEPIVACAÍNA HCl 2% C/ EPINEFRINA - CÓDIGO 26058 Caixa c/ 50 tubetes de 1,8ml	76,23
20	SULMEDIC	10.000	Frascos	SORO FISIOLÓGICO 9% 250 ML – CÓDIGO 9417 Frasco sistema fechado	1,96
21	SULMEDIC	1.400	Frascos	SORO FISIOLÓGICO 9% 500 ML - CÓDIGO 9419 Frasco/bolsa sistema fechado	2,41
22	SULMEDIC	1.200	Frascos	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML - CÓDIGO 17821 Frasco/bolsa sistema fechado	2,11
23	SULMEDIC	800	Frascos	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML - CÓDIGO 9418 Frasco/bolsa sistema fechado	2,68
24	PROSAUDE	600	Frascos	SORO GLICOSADO 5% 125ML - CÓDIGO 18985 Frasco/bolsa sistema fechado	1,96
25	SULMEDIC	600	Frascos	SORO GLICOSADO 5% 250ML - CÓDIGO 17822 Frasco/bolsa sistema fechado	2,19
26	METROMED	400	Frascos	SORO GLICOSADO 5% 500ML - CÓDIGO 9416 Frasco/bolsa sistema fechado	3,11
27	ALTERMED	150	Frascos	CLOREXIDINE SOLUÇÃO AQUOSA - CÓDIGO 26060 Cloroxidina, digluconato; concentração de 0.5%,ph de 5,5 a 7,0; forma farmacêutica solução alcoólica, gluconato de cloroxidina, capacidade para 100ml, isento de irritabilidade dérmica; forma de apresentação em frasco plástico tipo almotolia, corpo flexível, aplicador longo c/ tampa integrada, dispositivo "twist-off"; uso antisséptico, a apresentação do produto devesa obedecer a legislação atual vigente.	1,43
28	ALTERMED	80	Frascos	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASO 20ML - CÓDIGO 26059 Xilocaína 2% com Epinefrina; com vaso constritor; frasco contendo 20 ml.	5,18
29	DISQUE- MED (EPP)	50	Unid.	GARROTE EM ELÁSTICO COM PRESILHA – CÓDIGO 32335 Garrotes em tecido elástico - evita o desconforto do procedimento. Processo de auto-trava e regulação de tensão, "Free Hand" permite ser utilizado com apenas uma das mãos.	11,00
30	ALTERMED	140	Caixas	MONO NYLON 3 – 0 – CÓDIGO 9374 Fio de sutura mononylon preto 3-0 (45 cm- com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 3.0 cm cuticular- estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	29,76
31	ALTERMED	110	Caixas	MONO NYLON 4-0 – CÓDIGO 9373 Fio de sutura mononylon preto 4-0 (45 cm – com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 2.4 cm cuticular - estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	29,76

32	ALTERMED	110	Caixas	MONO NYLON 5 – 0 - CÓDIGO 9372 Fio de sutura mononylon preto 5-0 (45 cm – com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 2.0 cm cuticular - estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	29,76
----	----------	-----	--------	---	-------

Jaraguá do Sul, SC, 13 de dezembro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

### **SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 283/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 283/2016

Suspende o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância, Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 123/2012 e,

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº. 780/2016, da Comissão Permanente de Sindicância, Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o recesso instituído pelo artigo 262 da Lei Complementar Municipal nº. 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade administrativa;

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER, no período de 24 (vinte e quatro) de dezembro de 2016 a 1º (primeiro) de janeiro de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância, Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares designada pela Portaria SAMAEJSU nº. 185/2013 e alterada pela Portaria SAMAEJSU nº. 175/2014, nos termos do artigo 262 da Lei Complementar Municipal nº. 154/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 284/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 284/2016

Instaura Processo Administrativo em face de Paviplan Pavimentação Ltda.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 123/2012 e,

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública de zelar pelo bom desempenho das atividades administrativas e cumprimento dos contratos firmados;

CONSIDERANDO os princípios inerentes à atuação da Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público;

CONSIDERANDO os termos dos Memorandos nº. 667/2016 e 779/2016;

CONSIDERANDO os termos do Contrato nº. 131/2011, celebrado entre o SAMAE e a Paviplan Pavimentação Ltda. e que teve por objeto a contratação de empresa para a implantação de redes coletoras de esgoto sanitário Etapa nº 1 - Vila Lenzi; Etapa nº 2 - Jaraguá Esquerdo e Etapa nº 3 - Barra do Rio Cerro;

CONSIDERANDO que o cumprimento irregular das cláusulas contratuais poderá ensejar, além das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e no contrato, a responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo em face da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anélio Nicoccelli, nº. 1720, na cidade de Guaramirim, para apurar eventual cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

Art. 2º - O processo administrativo encontra fundamento fático no Memorando nº. 667/2016, que assim registra:

Durante verificação técnica "in loco" realizada no dia 14/10/2016 no trecho da Rua Bertha Weege localizado entre a Av. Parque Malwee e a Rua Artur Hanemann foram constatadas diversas inconsistências entre as redes de esgoto executadas no local e o projeto utilizado para locação das estações de recalque do contrato 343/2014. No projeto original a ser executado pela empresa Paviplan pelo contrato 131/2014, o fluxo da rede de esgoto neste trecho da Rua Bertha Weege seria do PV81 para o PV81A com uma rede de 250 mm, que por sua vez desembocaria na estação elevatória EE-08 locada na interseção da Rua 1098 - Benjamino Pradi com a Rua 502 - Bertha Weege. A estação elevatória então elevaria os efluentes até o PV82, de onde continuariam por gravidade para o PV82A, PV89 e PV90. Para atender as ruas laterais foram projetadas redes de 150 mm com fluxo no sentido da Rua 502 - Bertha Weege, de forma que o PV81 receberia os efluentes da Rua 533 - Abramo Pradi e da Rua 559 - Artur Hanemann e a EE-08 receberia diretamente os efluentes da Rua 1098 - Abramo Pradi. Duas redes de 150 mm atenderiam a Rua 1050 - Av. Parque Malwee, com fluxo por gravidade para os PV82 e PV82A respectivamente. [...] Durante execução de poços complementares à estação elevatória EE-08 para a ativação das redes de esgoto da região foi detectado que as redes não foram executadas de acordo com projeto original utilizado como base para locação das estações de recalque. Os PVs 81A, 82 e 82A não foram executados, assim como o trecho de rede de 250 mm entre o PV81 e o PV81A e o trecho de rede 150mm entre o TL30A e o PV82. O trecho de rede entre o TL30 e o PV82A não foi interligado à rede principal, trabalho que foi posteriormente realizado por equipe do Samae com a utilização de um TIL radial no local do PV82A. A rede na Rua 559 Artur Hanemann ficou mais profunda que o projeto, ultrapassando a profundidade do PV81, onde seria interligada por gravidade, de forma a impossibilitar sua utilização. As redes entre a EE-08, PV82 e PV82A também não foram executadas. [...] O engenheiro responsável pela fiscalização da obra no período da execução foi o Eng.º Felipe E. Scheuer. [...] foi questionado o Eng.º Fábio Benz do setor de Planejamento e Projetos sobre a modificação do projeto original e o mesmo comentou que foi cogitada a possibilidade de mudança de localização da EE-08, mas que pelo que recordava isto não havia ocorrido. [...] foi questionada também a Eng.ª Mariele da Paviplan, empresa responsável pela execução das redes em questão. Ela alegou que no período da execução foi acordado que a estação elevatória EE-08 seria executada na interseção da Rua 559 - Artur Hanemann com a Rua 502 - Bertha Weege, de forma que o sentido de escoamento da rede no trecho entre PV 81 e PV81A seria invertido a fim de atender as edificações no local. Entretanto, consultando os coordenadores e diretores que trabalhavam no SAMAE na época da execução, foi informado que a rede foi executada entre o final do ano de 2007 e início do ano de 2008 pelo SAMAE, com equipe terceirizada. As modificações de projeto supracitadas não foram cadastradas no projeto "as built" das redes do local, de forma que a estação elevatória EE-08 foi executada na Rua 1098 - Benjamino Pradi, conforme projeto original. A obtenção do projeto "as built" do empreendimento é de responsabilidade do engenheiro fiscal da obra. A execução foi paga conforme o projeto original, não considerando a modificação executada. Na situação atual foram consideradas duas possibilidades para solucionar o problema encontrado:

- A primeira opção seria a execução de nova estação de recalque na interseção da Rua 559 - Artur Hanemann e a Rua 502 - Bertha Weege, permitindo a interligação direta da rede da Rua Artur Hanemann sem necessidade de refazer o trecho da mesma. Para a interligação seria executada uma linha de recalque até o PV89. Esta linha de recalque teria profundidade reduzida em comparação à rede por gravidade que teria que ser executada no local e reduziria drasticamente o tempo e o grau de dificuldade da execução do trecho na Rua 502 - Bertha Weege. A tampa e os módulos superiores da estação EE-08 executada poderiam ser reutilizados para execução da nova estação e, como seriam utilizados as mesmas instalações e equipamentos hidromecânicos previstos para a EE-08, a execução da parte civil de uma nova estação representaria uma fração do custo total de uma instalação completa. Esta foi considerada a solução mais eficiente e de menor custo, em comparação à segunda opção.

- Para interligação da estação EE-08 no local onde foi executada, seria necessário executar um trecho de 60 m de rede 250 mm com profundidade superior a 4 m na Rua 502 - Bertha Weege, entre o PV81 e a estação EE-08. Além disso, seria necessário reexecutar a rede de 150 m da Rua 559 - Artur Hanemann a fim de reduzir sua profundidade a fim de permitir a interligação com o PV81 ou estudar um trajeto alternativo. Essa solução apresenta um alto grau de dificuldade para execução devido à localização do trecho considerando o tráfego de veículos, inexistência de contorno próximo para desvio e o tipo de solo da Rua 559 - Artur Hanemann.

Não obstante, o Memorando nº. 779/2016 também informa que:

Com a liberação das redes de esgoto e início do funcionamento das estações elevatórias das etapas 1 (Vila Lenzi) e 2 (Jaraguá Esquerdo) foram encontradas algumas inconformidades nas redes de esgoto executadas pela empresa Paviplan Pavimentação Ltda. Tais inconformidades demandaram a execução de serviços pela coordenadoria de esgoto do SAMAE, tendo em vista que os problemas apresentados não poderiam aguardar para serem executados pela empresa executora das redes, pois eram urgentes e teriam que se resolver imediatamente. Na execução dos consertos foi constatado que, na grande maioria das vezes, os problemas encontrados foram causados pela negligência na execução das redes de esgoto pela empresa contratada. Cabe ressaltar que tais consertos geram um gasto extra para o SAMAE em mão-de-obra e materiais que poderiam estar sendo empregados para outras finalidades.

Art. 3º - Em razão dos fatos narrados, a contratada teria descumprido os termos do Contrato nº. 131/2011, porquanto foram constatadas inconformidades entre o projeto e o que fora executado, assim como incidiu em responsabilidade pelos danos causados à Administração, haja vista a necessidade de reparação das inconformidades constatadas decorrentes da execução do contrato que, conforme a Lei nº. 8.666/93, são de responsabilidade da contratada, vejamos:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 4º - Caso confirmada a inexecução contratual, consubstanciada no cumprimento irregular de cláusulas contratuais, além da rescisão

contratual, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Contrato nº. 131/2011, bem como aquelas da Lei nº. 8.666/93, notadamente as previstas no artigo 87, vejamos:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

[...]  
II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Art. 5º - A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 185/2013, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a pedido da Comissão e mediante justificativa, por iguais e sucessivos períodos, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 6º - A Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo acerca dos fatos apurados.

Art. 7º - Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos da Autarquia, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 8º - Durante os trâmites processuais a Comissão processante deverá observar os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 9º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 12 de dezembro 2016.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor – Presidente

## **SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 285/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 285/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 782/2016 de 09/12/2016 da Comissão de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a Portaria SAMAEJSU Nº 270/2016 de 24/11/2016, a qual a prorroga a 252/2016 de 07/10/2016, re-ratificada pela portaria 260/2016 de 19/10/2016, que designa a Comissão para apurar supostas irregularidades e/ou falhas de execução e fiscalização na rede coletora de esgoto sanitário das ruas Ângelo Rubini e Walter Marquardt. Esta medida se faz necessária em razão de que, após a repavimentação da via, foram identificados pontos onde serão necessárias novas intervenções devido a inexistência de ramais de ligação e outros pontos onde haverá necessidade de fazer rebaixamento de esperas. Tais intervenções irão ocasionar danos a via recém repavimentada”.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 286/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 286/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 31/12/2016, ARIANE CRISTINE CORRÊA, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 118/2016, de 20/04/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 287/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 287/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE OBRAS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 251/2016, de 03/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 288/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 288/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, FABÍOLA HELENA ROCHA, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 128/2013, de 13/05/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 289/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 289/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, GIOVANI MELLO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL E SERVIÇOS GERAIS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 146/2014, de 04/08/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 290/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 290/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, JAIME CHRAST JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ELETROMECÂNICA E AUTOMAÇÃO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 069/2015, de 15/04/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente



**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 291/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 291/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, NELCIONE AMARAL, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE ALMOXARIFADO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 224/2014, de 21/11/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 292/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 292/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, NIVALDO BRUNS, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 131/2015, de 08/09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 293/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 293/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, ROBERTO LUIS PACHECO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 004/2016, de 04/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 294/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 294/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, TALINE LUISE BEHLING, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GESTÃO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 199/2016, de 15/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 295/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 295/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, ADRIANO DE BRITO MACHADO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 058/2013 de 12/02/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente



**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 296/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 296/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, ANA CAROLINA BERNMANN SILVEIRA FIGUR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 250/2016 de 03/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 297/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 297/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA , do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 022/2013 de 17/01/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 298/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 298/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, DERLI GONÇALVES RIBEIRO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE REDES E DO SISTEMA COLETOR DE ESGOTO SANITÁRIO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 219/2013 de

18/12/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 299/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 299/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, DEVERSON SIMIONI, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR TÉCNICO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 219/2013 de 18/12/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 300/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 300/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, DILSON LIPKE, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO SISTEMA DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 020/2013 de 17/01/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 301/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 301/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, ELISABET GRISA GOMES SPÉZIA, do cargo de provimento em comissão de SECRETARIA EXECUTIVA.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 167/2016 de 15/06/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 302/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 302/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, GREICY PAOLA FARIAS FRONZA VOLKAMNN, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 178/2014 de 10/09/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 303/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 303/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, INDIA NARA PELLIS MILBRATZ, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR COMERCIAL.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 176/2014, de

10/09/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 304/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 304/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, IVONE MARIA KASMIRSKI PESSATTI, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR CONTÁBIL E FINANCEIRO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 055/2013, de 12/02/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 305/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 305/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, JURANDIR DE LUCA, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO SISTEMA DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 219/2013 de 18/12/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 306/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 306/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, MARIA ROSELI PIRES RIBEIRO, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE LABORATÓRIOS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 050/2013 de 11/02/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 307/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 307/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, MARIANE SUELI CORRÊA SCHALINSKI, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 177/2014, de 10/09/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 308/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 308/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, SANDRA JANETE DIEL DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 057/2013, de 12/02/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 309/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 309/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, SERGIO RODRIGUES, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE DE PERDAS.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 219/2013, de 18/12/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 310/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 310/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, ADRIANO PEREIRA, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Água.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 104/2012 de 04/04/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 311/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 311/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

## RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, CÉSAR DECKER, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de ESGOTO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 108/2012 de 04/04/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 312/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 312/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

## RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, SIRO BENEDITO PINHEIRO, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de ESGOTO.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 053/2013 de 11/02/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 313/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 313/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

## RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, CLAUDIO LUIS PEREIRA DOS SANTOS, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de ESGOTO.

Art. 2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 103/2015 de 08/07/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 314/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 314/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

## RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, DILNEI DA SILVA, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Água.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 025/2013 de 18/01/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 315/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 315/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

## RESOLVE :

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, GERSON BOLDUAN, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Água.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 106/2012 de 04/04/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente



**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 316/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 316/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, JANIO DOMINGOS PEDRI, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Água.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 103/2012 de 04/04/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 317/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº – 317/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº123/2012 e alterações posteriores; e

**RESOLVE :**

Art. 1º EXONERAR, a partir de 30/12/2016, MARCOS ROBERTO BESEN, da função gratificada de Supervisor de Estação de Tratamento de Água.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 154/2012 de 05/06/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/12/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 318/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 318/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 794/2016 de 12/12/2016 da Comissão de Sindicância Administrativa;

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a Portaria SAMAEJSU Nº 227/2016 de 02/09/2016, a qual a prorroga a 184/2016 de

30/06/2016, que prorroga 132/2016 de 29/04/2016, que determina Instaurar Processo Administrativo em face da empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda., para apurar eventual descumprimento das obrigações pactuadas no instrumento contratual, cujo objeto trata-se de execução de projeto executivo de captação e estação de tratamento de água.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07/11/2016.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 13 de Dezembro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 319/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 319/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 790/2016 de 12/12/2016 /Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, Ford/Courier, patrimônio nº 1407, Placa MCT0533, no dia 07/12/2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo veículo do Samae, Ford/Courier, patrimônio nº 1407, Placa MCT0533, no dia 07/12/2016, na rua Reinoldo Rau, nº 265.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de Dezembro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 320/2016**

PORTARIA SAMAEJSU Nº 320/2016

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 791/2016 de 12/12/2016 /Samae/DA-CPS;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, Ford/Courier, patrimônio nº 2402, Placa MJG6043, no dia 07/12/2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo veículo do Samae, Ford/Courier, patrimônio nº 2402, Placa MJG6043, no dia 07/12/2016, na rua Pastor Alberto Schneider, em frente ao Clube Botafogo.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, deverá apurar o fato e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de Dezembro de 2016.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

### 3/2013 FMS TA 04

CONTRATO Nº 3/2013/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, situada na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Luis Antonio Lima da Cunha, residente e domiciliado na Rua Francisco Lindner, nº 477, Edifício Residencial Angélica, apto 902, Centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R 5.423.619 e do CPF nº 696.470.030-72, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 3/2013/FMS, firmado em 07/01/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEXTA

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 59 (cinquenta e nove) meses e 24 (vinte e quatro) dias, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.  
CREDENCIADA  
LUIS ANTONIO LIMA DA CUNHA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### 345/2012 FMS TA 05

CONTRATO Nº 345/2012FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 138, centro, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. GLÁUCIO GRANDO GALLI, residente e domiciliado na Rua 13 de Maio, nº 122, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R - 1.074.687 e do CPF nº 503.656.819-20, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 345/2012/FMS, firmado em 05/09/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 8/2012/FMS, lançado no dia 23 de agosto de 2012, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEXTA

A vigência do contrato fica prorrogada para 04 de setembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA  
GLÁUCIO GRANDO GALLI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**346/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 346/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.357/0001-60, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 388, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representada pelo Sr. CHRISTIAN OURIQUES BREDÁ, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 464, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R-2.205.877 e do CPF nº 020.596.879-18, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 346/2012/FMS, firmado em 05/09/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 8/2012/FMS, lançado no dia 23 de agosto de 2012, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 04 de setembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA  
CHRISTIAN OURIQUES BREDÁ

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**353/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 353/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 09.035.294/0001-61, situada na Rua Frei Rogério, nº 517, centro, Campos Novos, SC, representada neste ato pelo Sr. Leonardo Carlos da Silveira Falcão, residente e domiciliado na Rua Carlos Pisani, 888, apto. nº 402, bairro Senhor Bom Jesus, Campos Novos, SC, portador do Documento de Identidade nº 2.815.098 e do CPF nº 016.603.769-98, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 353/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 10 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME  
LEONARDO CARLOS DA SILVEIRA FALCÃO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**355/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 355/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.099/0002-68, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 430-0, centro, Chapecó, SC, representada neste ato pela Sra. Angélica Meimberg Casagrande, residente e domiciliada na Rua Osvaldo Aranha, nº 889, apto. nº 801, centro, Pato Branco, PR, portadora do Documento de Identidade nº 4.518.102-2 e do CPF nº 638.015.319-53, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 355/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 10 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA  
- ME  
ANGÉLICA MEIMBERG CASAGRANDE

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**356/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 356/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Miguel Igor Russowsky, residente e domiciliado na Avenida Santa Terezinha, s/nº, apto. nº 301, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/C-191.056 e do CPF nº 400.941.389-15, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 356/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 10 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP  
MIGUEL IGOR RUSSOWSKY

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**357/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 357/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.504.022/0001-63, situada na Rua Duque de Caxias, nº 1050, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Sra. Araceli Mott Eing, residente e domiciliada na Avenida Caetano Natal Branco, 3103, Bairro Frei Bruno, Joaçaba, SC, portadora do Documento de Identidade nº 11/R 3.928.979 e do CPF nº 008.310.369-40, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 357/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 10 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME  
ARACELI MOTT EING

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**358/2012 FMS TA 06**

CONTRATO Nº 358/2012/FMS – TA 06

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.548.702/0001-68, situada na Rua Victor Konder, 1005 – sala 104, centro, Xanxerê, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Arnaldo Thiago Berto Lovatel, residente e domiciliado na Rua Vidal Ramos, nº 356, Bairro Matinho, Xanxerê, SC, portador do Documento de Identidade nº 3892209 e do CPF nº 038.588.869-47, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 358/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 20 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA  
ARNALDO THIAGO BERTO LOVATEL

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_



**360/2012 FMS TA 05**

CONTRATO Nº 360/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.587.319/0001-81, situada na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Walter Wendhausen Rothbarth, residente e domiciliado na Rua Roberto Trompowski, 390, apto 601, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 674832/SSP/PR e do CPF nº 202.216.579-91, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 359/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 20 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA  
WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**57/2014 FMS TA 04**

CONTRATO Nº 57/2014/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.271.309/0001-89, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 15, centro, no Município de Herval d'Oeste – SC, CEP 89.610-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. João Alcides Marqueze, portador da Carteira de Identidade nº 2.405.772 e CPF nº 725.308.719-49, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 57/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 29/2014/FMS – Inexigibilidade nº 2/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE  
SANTA CATARINA  
CREDENCIADA  
João Alcides Marqueze

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**58/2014 FMS TA 03**

CONTRATO Nº 58/2014/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.527.987/0001-10, estabelecida na Rua Maria Angélica Almeida, nº 65, 1º andar, centro, CEP 89.665-000, Capinzal, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Alexandre Ferreira Daniotti, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 61903399/SSP/SC e CPF nº 018.916.969-98, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 58/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 29/2014/FMS – Inexigibilidade nº 2/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**60/2014 FMS TA 03**

CONTRATO Nº 60/2014/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.311.943/0001-05, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 394, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Sra. Nicely Tais Bittencourt, portadora da Carteira de Identidade nº 10997691 e CPF nº 041.228.119-88, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 60/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 30/2014/FMS – Inexigibilidade nº 3/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_



**61/2014 FMS TA 03**

CONTRATO Nº 61/2014/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº 188, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Carlos Biscaino Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 4000754442-SSP/RS e CPF nº 198.062.210-87, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 61/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 30/2014/FMS – Inexigibilidade nº 3/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**63/2015 FMS TA 02**

CONTRATO Nº 63/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. Leonardo Luiz Dall'oglio Fuga, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.820.797 e CPF nº 006.753.869-00, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 63/2015/FMS, firmado em 15/01/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do contrato, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 35 (trinta e cinco) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**64/2015 FMS TA 02**

CONTRATO Nº 64/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Miguel Igor Russowski, portador da Carteira de Identidade nº 191.056 e CPF nº 400.941.389-15, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 64/2015/FMS, firmado em 15/01/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do contrato, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 35 (trinta e cinco) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA.  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**78/2015 FMS TA 02**

CONTRATO Nº 78/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representado pelo Diretor Geral do HUST, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 78/2015/FMS, firmado em 19/05/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 31 (trinta e um) meses e 12 (doze) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST  
Diretor Geral do HUST

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**84/2005 FMS TA 12**

CONTRATO Nº 84/2005 – TA 12

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, inscrito no CPF sob nº 197.171.480-15, portador da C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvino Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo – Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS – CEM, projeto implantado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 77.073,60 (setenta e sete mil setenta e três reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2016.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LOCATÁRIO  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

ROBERTO ROFNER  
LOCADOR

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

**998/2008 FMS TA 12**

CONTRATO Nº 998/2008 – TA 12

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO

e a Sra. IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA, inscrita no CPF sob nº 436.518.959-04, com anuência do Sr. LEANDRO MENDONÇA LINDNER, inscrito no CPF sob nº 006.479.699-04, de acordo com usufruto vitalício do imóvel de Matrícula nº 1.368, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 998/2008, celebrado em 10 de julho de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2008, instaurado através da Dispensa nº 13/2008, homologado no dia 10 de julho de 2008, que tem como objeto locação de um imóvel, casa de alvenaria, com dois pavimentos e 385m², localizado na Rua Martinho Lutero, 252 para desenvolvimento das atividades terapêuticas do Programa CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), do Fundo Municipal de Saúde, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 41.280,00 (quarenta e um mil duzentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LOCADOR  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA / LEANDRO MENDONÇA LINDNER  
LOCADORES

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

**DECRETO Nº 5.046 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.046 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 51.238,12 (cinquenta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e doze centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/

IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0. 1.000.0 - R\$ 4.447,96 (11)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 35.000,00 (20)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 7.500,00 (29)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.119 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 4.290,16 (36)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 1.539,53 (16)

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 2.908,43 (13)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 35.000,00 (22)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 7.500,00 (32)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.119 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 4.290,16 (38)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016 - SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA - SETOR DE TRIBUTAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

**EDITAL**

A Secretaria de Gestão Financeira notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, que se encontra em débito o **IPTU** do exercício 2016, cujo lançamento em Dívida Ativa dar-se-á em janeiro de 2017.

Os dados constantes nessa relação ficarão disponíveis, na íntegra, no Mural Público do Município de Joaçaba no período de 19/12/2016 a 19/01/2017.

O Relatório abaixo com a nominata dos débitos em aberto foi emitido com base nos pagamentos efetuados até a data de **15/12/2016**. Caso o débito em pendência tenha sido liquidado, envie ou apresente o comprovante de pagamento ao **Setor de Tributação (Cadastro /IPTU)**, para providenciarmos a devida baixa.

Joaçaba/SC, 16 de dezembro de 2016.

**Iria Flávia Rodriguez Torrico**  
Secretária de Gestão Financeira

**Fabio Augusto Conte**  
Assistente de Arrecadação

	CONTRIBUINTE	Imóvel	Coleta de		Total
			Lixo	IPTU	
45462	A. P APARTAMENTOS INCORPORADORA LTDA	2473	R\$ 0,00	R\$ 2.719,28	<b>R\$ 2.719,28</b>
44787	ADAIANE SIMADON	7759	R\$ 18,03	R\$ 34,21	<b>R\$ 52,24</b>
37265	ADAIR BONAMIGO E VLAUDINES GOMES BONAMIGO	5290	R\$ 147,44	R\$ 344,42	<b>R\$ 491,86</b>
51581	ADAIR FERRI E CAROLINE SANTINI	5634	R\$ 534,56	R\$ 1.261,13	<b>R\$ 1.795,69</b>
6375	ADAIR NUNES	4632	R\$ 110,31	R\$ 95,97	<b>R\$ 206,28</b>
6375	ADAIR NUNES	21503	R\$ 94,06	R\$ 73,79	<b>R\$ 167,85</b>
5293	ADAIR TADEU RIBEIRO	3898	R\$ 199,77	R\$ 224,63	<b>R\$ 424,40</b>
7308	ADALBERTO H LUDWIG SOBRINHO	5374	R\$ 160,32	R\$ 261,31	<b>R\$ 421,63</b>
49585	ADÃO DANIEL VIEIRA	27498	R\$ 48,02	R\$ 63,09	<b>R\$ 111,11</b>
9730	ADAO LEMOS PADILHA	7130	R\$ 0,00	R\$ 1.596,82	<b>R\$ 1.596,82</b>
9730	ADAO LEMOS PADILHA	7129	R\$ 0,00	R\$ 1.662,36	<b>R\$ 1.662,36</b>
26841	ADAO LOPES DE SOUZA	3404	R\$ 150,90	R\$ 367,66	<b>R\$ 518,56</b>
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	11300	R\$ 102,66	R\$ 154,03	<b>R\$ 256,69</b>
15172	ADAO PONCIO DE OLIVEIRA	32446	R\$ 65,91	R\$ 59,18	<b>R\$ 125,09</b>
49540	ADÃO SANGALI	4277	R\$ 146,66	R\$ 132,06	<b>R\$ 278,72</b>
49540	ADÃO SANGALI	30282	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
47875	ADAUTO LUIZ FANTIN	11803	R\$ 38,55	R\$ 72,93	<b>R\$ 111,48</b>
41941	ADELANE CASADO BERNARDI	5082	R\$ 115,98	R\$ 304,06	<b>R\$ 420,04</b>
12871	ADELAR AMAZONAS GALVAO	9596	R\$ 232,97	R\$ 417,73	<b>R\$ 650,70</b>
5718	ADELAR CASAGRANDE	4209	R\$ 44,47	R\$ 152,06	<b>R\$ 196,53</b>
12952	ADELAR CHAVES	9653	R\$ 87,46	R\$ 186,14	<b>R\$ 273,60</b>
39825	ADELAR CHIAMOLERA	7947	R\$ 54,54	R\$ 179,80	<b>R\$ 234,34</b>



36856	ADELAR GARCIA DA ROSA	5282	R\$ 0,00	R\$ 338,85	<b>R\$ 338,85</b>
42517	ADELAR PAROLIN E ROZELI LUIZZINI PAROLIN	34920	R\$ 0,00	R\$ 68,38	<b>R\$ 68,38</b>
36480	ADELIR ANTONIO MANTOVANI	3384	R\$ 182,61	R\$ 337,89	<b>R\$ 520,50</b>
33718	ADELIR BORTOLI	5130	R\$ 248,69	R\$ 556,31	<b>R\$ 805,00</b>
18467	ADELIR GONCALVES	7911	R\$ 86,40	R\$ 170,45	<b>R\$ 256,85</b>
18467	ADELIR GONCALVES	7912	R\$ 261,68	R\$ 760,05	<b>R\$ 1.021,73</b>
445	ADELIR LUIZ COSTA	396	R\$ 442,14	R\$ 1.172,04	<b>R\$ 1.614,18</b>
32753	ADEMAR ANTONIO DA SILVA	4000	R\$ 167,87	R\$ 162,76	<b>R\$ 330,63</b>
48300	ADEMAR ARES DE OLIVEIRA, DOUGLAS E VANESSA ARES DE OLIVEIRA	7174	R\$ 0,00	R\$ 767,60	<b>R\$ 767,60</b>
18076	ADEMAR AUGUSTO JAPAO BELOTTO	6481	R\$ 355,27	R\$ 1.372,57	<b>R\$ 1.727,84</b>
10080	ADEMAR BERNARDI	9549	R\$ 164,65	R\$ 378,19	<b>R\$ 542,84</b>
10080	ADEMAR BERNARDI	26240	R\$ 0,00	R\$ 45,38	<b>R\$ 45,38</b>
22111	ADEMAR CHINATO	38038	R\$ 45,63	R\$ 83,51	<b>R\$ 129,14</b>
35944	ADEMAR DE BARBA	11127	R\$ 53,23	R\$ 179,50	<b>R\$ 232,73</b>
48952	ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	7859	R\$ 0,00	R\$ 332,22	<b>R\$ 332,22</b>
4444	ADEMAR GALIOTTO	3726	R\$ 34,86	R\$ 74,15	<b>R\$ 109,01</b>
47800	ADEMAR PAULO MANTOVANI	32319	R\$ 39,62	R\$ 74,94	<b>R\$ 114,56</b>
41777	ADEMAR PEREIRA DUARTE E IONE DE JESUS DUARTE	9850	R\$ 96,40	R\$ 373,03	<b>R\$ 469,43</b>
12944	ADEMAR RIVALDINO REINA	9647	R\$ 48,02	R\$ 64,01	<b>R\$ 112,03</b>
12944	ADEMAR RIVALDINO REINA	9646	R\$ 94,11	R\$ 131,61	<b>R\$ 225,72</b>
15496	ADEMAR SARTORI	11486	R\$ 51,97	R\$ 90,68	<b>R\$ 142,65</b>
6152	ADEMAR SEBASTIAO JACOMEL	5471	R\$ 175,98	R\$ 323,23	<b>R\$ 499,21</b>
46453	ADEMAR TOMKELSKI	7737	R\$ 114,38	R\$ 241,72	<b>R\$ 356,10</b>
40162	ADEMIR KLEIN JUNIOR	10594	R\$ 142,11	R\$ 272,03	<b>R\$ 414,14</b>
11111	ADEMIR MANTOVANI	8227	R\$ 210,13	R\$ 509,67	<b>R\$ 719,80</b>
6504	ADEMIR MIRANDA	4738	R\$ 0,00	R\$ 198,78	<b>R\$ 198,78</b>
6504	ADEMIR MIRANDA	5099	R\$ 0,00	R\$ 241,17	<b>R\$ 241,17</b>
41043	ADEMIR PRONER	35169	R\$ 281,31	R\$ 474,49	<b>R\$ 755,80</b>
41043	ADEMIR PRONER	35214	R\$ 0,00	R\$ 51,61	<b>R\$ 51,61</b>
6320	ADEMIR RICARDO DOS REIS	9734	R\$ 88,72	R\$ 240,52	<b>R\$ 329,24</b>
49357	ADEMIR SANTOS DE SOUZA	5317	R\$ 0,00	R\$ 274,88	<b>R\$ 274,88</b>
43241	ADEMIR STOFFEL, SILMARA STOFFEL PASCHOALIN, SANDRA STOFFEL	9822	R\$ 232,24	R\$ 506,37	<b>R\$ 738,61</b>
31204	ADEMIR WOLFF	11103	R\$ 0,00	R\$ 177,18	<b>R\$ 177,18</b>
9937	ADEMIR ZANCHETTA	7279	R\$ 0,00	R\$ 697,50	<b>R\$ 697,50</b>
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	21704	R\$ 87,04	R\$ 57,30	<b>R\$ 144,34</b>
39916	ADEMIR, VALMIR, MÁRCIA, CLAUDEMIR e JOSIANE DA SILVA	5391	R\$ 72,83	R\$ 39,30	<b>R\$ 112,13</b>
11880	ADENILSON FACHIN	8851	R\$ 248,99	R\$ 643,49	<b>R\$ 892,48</b>
52971	ADENIR DE JESUS BENITES	11905	R\$ 56,47	R\$ 131,44	<b>R\$ 187,91</b>
12142	ADENIR MARCON	22612	R\$ 248,69	R\$ 816,91	<b>R\$ 1.065,60</b>
11872	ADILCE GELTRUDES HETKOWSKI LORENZ	8813	R\$ 0,00	R\$ 321,55	<b>R\$ 321,55</b>
37456	ADILSON AVILA SATICQ E CRISTIANI DIAS DE AGUIAR	6909	R\$ 147,63	R\$ 475,37	<b>R\$ 623,00</b>
35650	ADILSON DAL CORTIVO	8417	R\$ 0,00	R\$ 411,23	<b>R\$ 411,23</b>
19584	ADILSON DOS SANTOS	3303	R\$ 247,80	R\$ 502,74	<b>R\$ 750,54</b>
39656	ADILSON PEGORARO	29320	R\$ 0,00	R\$ 69,18	<b>R\$ 69,18</b>
39656	ADILSON PEGORARO	29319	R\$ 0,00	R\$ 69,18	<b>R\$ 69,18</b>
39656	ADILSON PEGORARO	29344	R\$ 589,56	R\$ 1.753,87	<b>R\$ 2.343,43</b>
46183	ADIR FLAVIOS VIDERSKEI	2137	R\$ 253,51	R\$ 1.344,45	<b>R\$ 1.597,96</b>



37058	ADIR REBONATTO	10979	R\$ 0,00	R\$ 269,79	<b>R\$ 269,79</b>
45974	ADMAR BENITO MENA BARRETO JUNIOR	27461	R\$ 140,67	R\$ 243,84	<b>R\$ 384,51</b>
13497	ADMILSON LUIZ DIAS	10101	R\$ 164,03	R\$ 484,55	<b>R\$ 648,58</b>
49573	ADOALDO SERNAJOTO	27604	R\$ 0,00	R\$ 98,44	<b>R\$ 98,44</b>
49397	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	8562	R\$ 117,88	R\$ 94,77	<b>R\$ 212,65</b>
50473	ADRIANA DA ROSA	30521	R\$ 53,29	R\$ 35,36	<b>R\$ 88,65</b>
50473	ADRIANA DA ROSA	4892	R\$ 48,02	R\$ 76,80	<b>R\$ 124,82</b>
50693	ADRIANA PAULA MAKOSKI	23681	R\$ 57,75	R\$ 180,88	<b>R\$ 238,63</b>
52928	ADRIANA POSPOR	23499	R\$ 12,00	R\$ 24,55	<b>R\$ 36,55</b>
36729	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	12046	R\$ 116,53	R\$ 82,15	<b>R\$ 198,68</b>
3106	ADRIANO CACCIA	2331	R\$ 355,27	R\$ 1.504,76	<b>R\$ 1.860,03</b>
34085	ADRIANO DE OLIVEIRA	10393	R\$ 0,00	R\$ 817,05	<b>R\$ 817,05</b>
49484	ADRIANO MEDEIROS	33632	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
38023	ADRIANO NORA	27175	R\$ 63,29	R\$ 96,54	<b>R\$ 159,83</b>
50517	ADRIANO VALFRIDO VARELA	34778	R\$ 0,00	R\$ 65,84	<b>R\$ 65,84</b>
50517	ADRIANO VALFRIDO VARELA	34746	R\$ 178,37	R\$ 544,08	<b>R\$ 722,45</b>
31611	AGENOR RAMOS DE BAIRROS	4590	R\$ 119,37	R\$ 175,34	<b>R\$ 294,71</b>
10544	AGNALDO BELLOTO E VERA M MARTINI	7787	R\$ 118,36	R\$ 287,00	<b>R\$ 405,36</b>
36005	AGOSTINHO PEREIRA FERNANDES	28929	R\$ 80,82	R\$ 60,39	<b>R\$ 141,21</b>
6823	AGUINALDO GIOVANI CONTE	5039	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
43877	AILTO MARTINS FERREIRA	8435	R\$ 131,00	R\$ 229,65	<b>R\$ 360,65</b>
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	9509	R\$ 120,79	R\$ 188,78	<b>R\$ 309,57</b>
12748	AIRTON RIBEIRO DOS SANTOS	31970	R\$ 269,63	R\$ 254,87	<b>R\$ 524,50</b>
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	9793	R\$ 111,91	R\$ 206,85	<b>R\$ 318,76</b>
32332	ALAIDES DE ALMEIDA SILVA	22843	R\$ 111,91	R\$ 106,65	<b>R\$ 218,56</b>
13421	ALAOR MARTINS MATTOS	11053	R\$ 101,40	R\$ 265,11	<b>R\$ 366,51</b>
13421	ALAOR MARTINS MATTOS	11054	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
36004	ALBERI BORGES DA SILVA	28928	R\$ 189,72	R\$ 209,91	<b>R\$ 399,63</b>
9990	ALBINO DE BORTOLI	7310	R\$ 89,53	R\$ 149,93	<b>R\$ 239,46</b>
12809	ALBINO DE OLIVEIRA	9558	R\$ 232,70	R\$ 399,57	<b>R\$ 632,27</b>
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28932	R\$ 72,55	R\$ 65,06	<b>R\$ 137,61</b>
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28964	R\$ 48,02	R\$ 38,36	<b>R\$ 86,38</b>
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28966	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28965	R\$ 48,02	R\$ 36,82	<b>R\$ 84,84</b>
34775	ALBINO GOMES E IVANA PEREIRA FERNANDES	28963	R\$ 51,51	R\$ 45,87	<b>R\$ 97,38</b>
11456	ALBINO PASCHOALIN	33272	R\$ 252,96	R\$ 378,90	<b>R\$ 631,86</b>
11456	ALBINO PASCHOALIN	8521	R\$ 148,87	R\$ 196,45	<b>R\$ 345,32</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	3330	R\$ 161,65	R\$ 288,19	<b>R\$ 449,84</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	10119	R\$ 161,00	R\$ 356,85	<b>R\$ 517,85</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	2423	R\$ 215,19	R\$ 233,15	<b>R\$ 448,34</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	2422	R\$ 215,19	R\$ 273,72	<b>R\$ 488,91</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	4259	R\$ 135,34	R\$ 439,54	<b>R\$ 574,88</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	2875	R\$ 113,69	R\$ 194,68	<b>R\$ 308,37</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8799	R\$ 0,00	R\$ 241,17	<b>R\$ 241,17</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8855	R\$ 0,00	R\$ 325,25	<b>R\$ 325,25</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8798	R\$ 0,00	R\$ 179,83	<b>R\$ 179,83</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	138	R\$ 327,53	R\$ 474,44	<b>R\$ 801,97</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	22032	R\$ 99,48	R\$ 212,08	<b>R\$ 311,56</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8803	R\$ 0,00	R\$ 186,80	<b>R\$ 186,80</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	38192	R\$ 306,01	R\$ 449,73	<b>R\$ 755,74</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	22031	R\$ 110,13	R\$ 219,26	<b>R\$ 329,39</b>

159	ALCEBIADES ARY VACCARI	21978	R\$ 53,29	R\$ 47,76	<b>R\$ 101,05</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	3379	R\$ 120,14	R\$ 184,40	<b>R\$ 304,54</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	6568	R\$ 143,97	R\$ 305,66	<b>R\$ 449,63</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	3432	R\$ 120,46	R\$ 234,79	<b>R\$ 355,25</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8856	R\$ 0,00	R\$ 325,25	<b>R\$ 325,25</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	9743	R\$ 400,24	R\$ 579,75	<b>R\$ 979,99</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8796	R\$ 0,00	R\$ 183,78	<b>R\$ 183,78</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8763	R\$ 0,00	R\$ 310,07	<b>R\$ 310,07</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	6463	R\$ 234,48	R\$ 318,86	<b>R\$ 553,34</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	38194	R\$ 232,44	R\$ 341,60	<b>R\$ 574,04</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	38193	R\$ 306,01	R\$ 449,73	<b>R\$ 755,74</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8854	R\$ 0,00	R\$ 552,92	<b>R\$ 552,92</b>
159	ALCEBIADES ARY VACCARI	8797	R\$ 0,00	R\$ 182,00	<b>R\$ 182,00</b>
14289	ALCIDES ANTUNES PEREIRA	10627	R\$ 205,40	R\$ 292,52	<b>R\$ 497,92</b>
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	9717	R\$ 120,60	R\$ 246,66	<b>R\$ 367,26</b>
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6989	R\$ 178,50	R\$ 459,84	<b>R\$ 638,34</b>
9532	ALCIDES FERNANDES DA SILVA	6990	R\$ 0,00	R\$ 399,60	<b>R\$ 399,60</b>
37036	ALCIDES HEBERLE E ALVINA HEBERLE	6030	R\$ 184,74	R\$ 2.536,52	<b>R\$ 2.721,26</b>
6539	ALCIDES MARQUES DE SOUZA	2669	R\$ 95,92	R\$ 63,27	<b>R\$ 159,19</b>
44073	ALCIDES MARQUES E ANA MARIA LEBKUCHEN	27656	R\$ 41,36	R\$ 94,04	<b>R\$ 135,40</b>
13387	ALCIDES NORA, FLORENCIO BEVILAQUA E WALDEMAR SCHUMAKER	10021	R\$ 237,86	R\$ 361,55	<b>R\$ 599,41</b>
6413	ALCIDES VASTRES	4651	R\$ 123,00	R\$ 100,50	<b>R\$ 223,50</b>
12925	ALCINDO DOS SANTOS	9630	R\$ 150,99	R\$ 227,91	<b>R\$ 378,90</b>
40155	ALDA DALLA LANA	20683	R\$ 547,31	R\$ 1.038,12	<b>R\$ 1.585,43</b>
41066	ALDACY MARIA GALVAN E IARA DAS GRAÇAS WOLFF DE LIZ	7092	R\$ 265,30	R\$ 420,38	<b>R\$ 685,68</b>
9904	ALDO TESSER	7253	R\$ 0,00	R\$ 235,39	<b>R\$ 235,39</b>
5514	ALENCAR DE APINAGE BITTENCOURT	9159	R\$ 0,00	R\$ 691,28	<b>R\$ 691,28</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	286	R\$ 358,16	R\$ 653,21	<b>R\$ 1.011,37</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	10329	R\$ 136,82	R\$ 652,22	<b>R\$ 789,04</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	281	R\$ 179,08	R\$ 326,65	<b>R\$ 505,73</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	282	R\$ 179,08	R\$ 326,56	<b>R\$ 505,64</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	278	R\$ 843,06	R\$ 1.189,83	<b>R\$ 2.032,89</b>
20721	ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA	285	R\$ 89,54	R\$ 163,28	<b>R\$ 252,82</b>
2801	ALETICIA BONASA BAHIA	2166	R\$ 49,37	R\$ 53,35	<b>R\$ 102,72</b>
37293	ALEX ALVES FARDO	4984	R\$ 249,97	R\$ 595,49	<b>R\$ 845,46</b>
49623	ALEX SANDRO DOS SANTOS DA SILVA	11830	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>
23703	ALEXANDRE AUGUSTO BELLOTO	26573	R\$ 0,00	R\$ 442,17	<b>R\$ 442,17</b>
31043	ALEXANDRE COLETTI	431	R\$ 177,87	R\$ 437,42	<b>R\$ 615,29</b>
13020	ALEXANDRE E LAURINDO PASINI	9718	R\$ 50,38	R\$ 97,89	<b>R\$ 148,27</b>
40243	ALEXANDRE MACIEL DA ROZA	11232	R\$ 0,00	R\$ 300,39	<b>R\$ 300,39</b>
40243	ALEXANDRE MACIEL DA ROZA	11231	R\$ 0,00	R\$ 343,84	<b>R\$ 343,84</b>
15520	ALEXANDRE NUNES	11502	R\$ 60,84	R\$ 100,65	<b>R\$ 161,49</b>
40186	ALEXANDRE PIRES	30228	R\$ 151,44	R\$ 187,74	<b>R\$ 339,18</b>
40186	ALEXANDRE PIRES	4024	R\$ 176,75	R\$ 346,43	<b>R\$ 523,18</b>
12866	ALEXANDRE ROGERIO DE SOUZA	9592	R\$ 190,74	R\$ 222,60	<b>R\$ 413,34</b>
18128	ALEXANDRE ZACRET GREINER	5250	R\$ 140,85	R\$ 172,30	<b>R\$ 313,15</b>
18128	ALEXANDRE ZACRET GREINER	12217	R\$ 113,67	R\$ 108,57	<b>R\$ 222,24</b>
34372	ALEXON FERNANDO GROTH	7696	R\$ 86,92	R\$ 225,92	<b>R\$ 312,84</b>
38621	ALFREDO CHIAMULERA	8415	R\$ 243,29	R\$ 351,25	<b>R\$ 594,54</b>

13001	ALFREDO DA SILVA	22172	R\$ 143,94	R\$ 127,38	<b>R\$ 271,32</b>
14598	ALFREDO LUIZ TERRES	10875	R\$ 70,31	R\$ 135,87	<b>R\$ 206,18</b>
14598	ALFREDO LUIZ TERRES	23205	R\$ 53,46	R\$ 63,13	<b>R\$ 116,59</b>
32387	ALGEMIRO FERREIRA	3225	R\$ 95,57	R\$ 131,06	<b>R\$ 226,63</b>
17749	ALICRIDE BLEICHOVEL	388	R\$ 484,92	R\$ 879,49	<b>R\$ 1.364,41</b>
31088	ALIDA VAILATTI FARIAS	6183	R\$ 368,42	R\$ 570,78	<b>R\$ 939,20</b>
31088	ALIDA VAILATTI FARIAS	26534	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
47515	ALINE VANCIM	9163	R\$ 361,28	R\$ 936,89	<b>R\$ 1.298,17</b>
47515	ALINE VANCIM	23572	R\$ 113,96	R\$ 265,32	<b>R\$ 379,28</b>
8084	ALMERINDA BITTENCOURT PEDROSO	5921	R\$ 391,32	R\$ 898,04	<b>R\$ 1.289,36</b>
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NELCI,LOURDES,AURIS.	6279	R\$ 206,35	R\$ 683,03	<b>R\$ 889,38</b>
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NELCI,LOURDES,AURIS.	6280	R\$ 316,15	R\$ 591,57	<b>R\$ 907,72</b>
8536	ALMIR B BITTENCOURT,MARISA,ARTUR,ARLETE,NELCI,LOURDES,AURIS.	6281	R\$ 221,09	R\$ 447,63	<b>R\$ 668,72</b>
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10889	R\$ 60,84	R\$ 110,20	<b>R\$ 171,04</b>
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	23207	R\$ 76,45	R\$ 132,87	<b>R\$ 209,32</b>
14613	ALMIR FRANCISCO LOPES DE MIRANDA	10888	R\$ 145,02	R\$ 301,95	<b>R\$ 446,97</b>
50104	ALMIR PENTEADO	30519	R\$ 115,46	R\$ 75,61	<b>R\$ 191,07</b>
50104	ALMIR PENTEADO	4810	R\$ 203,02	R\$ 368,54	<b>R\$ 571,56</b>
50104	ALMIR PENTEADO	4811	R\$ 149,22	R\$ 89,49	<b>R\$ 238,71</b>
36157	ALMIR VAIDECIR MULLER	7892	R\$ 256,40	R\$ 765,19	<b>R\$ 1.021,59</b>
3737	ALMIRO NUNES DA SILVA	20752	R\$ 120,79	R\$ 188,75	<b>R\$ 309,54</b>
7144	ALMIRO SPULDARO	5270	R\$ 257,57	R\$ 561,96	<b>R\$ 819,53</b>
35175	ALTAIR ALBERGUINI E NELSO LOURENÇO DE ALMEIDA	5356	R\$ 202,06	R\$ 177,15	<b>R\$ 379,21</b>
14282	ALTAIR ANTONIO MARTINS	10620	R\$ 63,51	R\$ 86,88	<b>R\$ 150,39</b>
15507	ALTAIR ANTONIO MULLER	11496	R\$ 91,57	R\$ 163,42	<b>R\$ 254,99</b>
3367	ALTAIR ANTONIO ZANCHET	2499	R\$ 371,70	R\$ 842,03	<b>R\$ 1.213,73</b>
12676	ALTAIR CAMPAGNOLLO	33445	R\$ 0,00	R\$ 70,32	<b>R\$ 70,32</b>
31543	ALTAIR ZARDO	8107	R\$ 1.094,63	R\$ 1.565,05	<b>R\$ 2.659,68</b>
31543	ALTAIR ZARDO	8103	R\$ 1.007,06	R\$ 626,08	<b>R\$ 1.633,14</b>
41533	ALTEVIR LUIZ TRIQUES	6274	R\$ 152,76	R\$ 249,76	<b>R\$ 402,52</b>
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	9560	R\$ 230,80	R\$ 418,66	<b>R\$ 649,46</b>
12812	ALTINO CAPESTRANO DE JESUS, ANDRÉIA, CLARISSE, REINALDO,	22780	R\$ 139,89	R\$ 254,72	<b>R\$ 394,61</b>
3801	ALTIR JOSE MARSARO	2812	R\$ 48,49	R\$ 125,56	<b>R\$ 174,05</b>
34964	ALTIVA DA SILVA NASCIMENTO E MERCEDES LUIZA NASCIMENTO	3517	R\$ 61,26	R\$ 870,72	<b>R\$ 931,98</b>
36065	ALVAIR CARLOS BARANCELLI	27444	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
51697	ALVANI MARIA RFEFOSOCO MASSIGNAN	2537	R\$ 0,00	R\$ 2.840,82	<b>R\$ 2.840,82</b>
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	2598	R\$ 195,40	R\$ 231,03	<b>R\$ 426,43</b>
3500	ALVARO DE OLIVEIRA	20678	R\$ 99,48	R\$ 82,34	<b>R\$ 181,82</b>
15054	ALVARO EUZEBIO TAGLIARI	11228	R\$ 0,00	R\$ 209,17	<b>R\$ 209,17</b>
34882	ALVARO ULIANA	8868	R\$ 83,94	R\$ 198,46	<b>R\$ 282,40</b>
3203	ALVARY JOAO ULIANA	2394	R\$ 147,38	R\$ 247,38	<b>R\$ 394,76</b>

49489	ALVINA PAULA DE OLIVEIRA	11547	R\$ 48,02	R\$ 109,03	<b>R\$ 157,05</b>
18215	ALVINO SCHNEIDER	22883	R\$ 125,00	R\$ 190,95	<b>R\$ 315,95</b>
14610	ALVINO VARGAS	10886	R\$ 57,04	R\$ 107,88	<b>R\$ 164,92</b>
26861	ALVIR DE OLIVEIRA	3111	R\$ 355,27	R\$ 1.281,31	<b>R\$ 1.636,58</b>
38165	ALZEMIRO ELIAS	11710	R\$ 0,00	R\$ 91,74	<b>R\$ 91,74</b>
14219	ALZEMIRO MARTINS DE SANTANA	10571	R\$ 53,29	R\$ 88,08	<b>R\$ 141,37</b>
42428	ALZEMIRO NUNES E ANA MARILICE PLUCINSKI DA SILVA	23664	R\$ 83,69	R\$ 240,72	<b>R\$ 324,41</b>
44871	ALZIRA MAESTRI	9716	R\$ 75,10	R\$ 130,00	<b>R\$ 205,10</b>
3559	AMADEU ZAGONEL E CIA LTDA	20699	R\$ 351,72	R\$ 1.153,49	<b>R\$ 1.505,21</b>
3559	AMADEU ZAGONEL E CIA LTDA	20697	R\$ 68,41	R\$ 169,67	<b>R\$ 238,08</b>
8235	AMALIA COMIN	6054	R\$ 0,00	R\$ 1.026,86	<b>R\$ 1.026,86</b>
48587	AMALIA DE OLIVEIRA BARROS DE SÁ	11250	R\$ 92,61	R\$ 120,49	<b>R\$ 213,10</b>
11634	AMARILDO CORREA E NEILOR RODRIGUES	12510	R\$ 92,37	R\$ 76,49	<b>R\$ 168,86</b>
11634	AMARILDO CORREA E NEILOR RODRIGUES	8667	R\$ 125,38	R\$ 114,26	<b>R\$ 239,64</b>
49493	AMARILDO JOSÉ DOS SANTOS	3048	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
40649	AMARILDO MAXIMO GRONDEK	9776	R\$ 217,61	R\$ 451,41	<b>R\$ 669,02</b>
3866	AMBROSIO CONTE	2870	R\$ 140,69	R\$ 193,18	<b>R\$ 333,87</b>
3866	AMBROSIO CONTE	2871	R\$ 79,94	R\$ 62,29	<b>R\$ 142,23</b>
46125	ANA CRISTINA ALTENBURGER	11195	R\$ 0,00	R\$ 414,77	<b>R\$ 414,77</b>
14623	ANA DALLO MULLER	10895	R\$ 80,48	R\$ 168,78	<b>R\$ 249,26</b>
8680	ANA LORE KVIECZINSKI	6382	R\$ 212,24	R\$ 151,79	<b>R\$ 364,03</b>
5762	ANA MARIA DA SILVA	21291	R\$ 0,00	R\$ 1.242,75	<b>R\$ 1.242,75</b>
40671	ANA MARIA ZANINI	6452	R\$ 202,51	R\$ 320,21	<b>R\$ 522,72</b>
39426	ANA PAULA BALESTRIN E ALAN AUGUSTO D' AGOSTINI	6729	R\$ 113,24	R\$ 290,06	<b>R\$ 403,30</b>
45213	ANA PAULA CORREIA	5485	R\$ 0,00	R\$ 1.144,75	<b>R\$ 1.144,75</b>
49448	ANA PAULA SILVEIRA	33660	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
39710	ANA PAULA TAMANHO	2488	R\$ 90,20	R\$ 166,76	<b>R\$ 256,96</b>
40823	ANA REGINA TRINDADE VESOLOSKI E CESAR RICARDO VESOLOSKI	10035	R\$ 355,27	R\$ 1.207,00	<b>R\$ 1.562,27</b>
52623	ANA SEBASTIANA CLAUDIANARA DA SILVA CARVALHO	4087	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
52623	ANA SEBASTIANA CLAUDIANARA DA SILVA CARVALHO	4080	R\$ 206,59	R\$ 497,50	<b>R\$ 704,09</b>
51386	ANA, CHARLES, FRANCO E MATHEUS TREVIZAN	984	R\$ 96,70	R\$ 191,02	<b>R\$ 287,72</b>
49558	ANACLETO JOEL DORNELLES DA SILVA	27512	R\$ 128,79	R\$ 322,88	<b>R\$ 451,67</b>
18303	ANADIR TEREZINHA CAMARGO	3084	R\$ 185,40	R\$ 463,60	<b>R\$ 649,00</b>
12393	ANADYR ZAMPIERI	9258	R\$ 90,93	R\$ 154,65	<b>R\$ 245,58</b>
15598	ANALZIRA S GUIMARAENS	23495	R\$ 68,44	R\$ 144,88	<b>R\$ 213,32</b>
37769	ANDERSON CRISTIANO DA SILVA	3314	R\$ 218,49	R\$ 290,93	<b>R\$ 509,42</b>
37769	ANDERSON CRISTIANO DA SILVA	29981	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
41364	ANDERSON SCHMAUTZ	2906	R\$ 0,00	R\$ 596,14	<b>R\$ 596,14</b>
42892	ANDRE EGER	23534	R\$ 207,24	R\$ 617,34	<b>R\$ 824,58</b>
38181	ANDRE LIMA	11056	R\$ 60,84	R\$ 222,46	<b>R\$ 283,30</b>
48541	ANDRÉ LUIS BISSACOT	34571	R\$ 0,00	R\$ 993,88	<b>R\$ 993,88</b>
47892	ANDRE LUIZ BUSSACRO	3999	R\$ 16,14	R\$ 31,66	<b>R\$ 47,80</b>
33849	ANDRÉ LUIZ DE MATOS	11551	R\$ 48,02	R\$ 86,67	<b>R\$ 134,69</b>
48657	ANDRÉ LUIZ MARINI	11156	R\$ 141,35	R\$ 462,20	<b>R\$ 603,55</b>
14066	ANDRE LUIZ RIBAS E ANA MARIA RIBAS	10487	R\$ 57,59	R\$ 149,57	<b>R\$ 207,16</b>
48016	ANDRE MICHELON	1576	R\$ 94,38	R\$ 145,96	<b>R\$ 240,34</b>
47761	ANDRE PAULO BELLAVER	26950	R\$ 0,00	R\$ 206,36	<b>R\$ 206,36</b>
32935	ANDRE SCHNEIDER E CHARLES SCHNEIDER	9357	R\$ 71,12	R\$ 174,40	<b>R\$ 245,52</b>
32935	ANDRE SCHNEIDER E CHARLES SCHNEIDER	31924	R\$ 0,00	R\$ 36,85	<b>R\$ 36,85</b>
41751	ANDRE TARCISIO DALSENTER E SILVANA MARIA DORINI	10319	R\$ 249,72	R\$ 660,40	<b>R\$ 910,12</b>

38853	ANDRE TODT - MEI	6666	R\$ 149,22	R\$ 159,14	<b>R\$ 308,36</b>
35025	ANDREA RIEPE PIRES	4657	R\$ 202,15	R\$ 521,17	<b>R\$ 723,32</b>
43526	ANDREI BERGAMINI	38074	R\$ 160,30	R\$ 336,89	<b>R\$ 497,19</b>
43526	ANDREI BERGAMINI	38105	R\$ 0,00	R\$ 24,35	<b>R\$ 24,35</b>
43526	ANDREI BERGAMINI	38106	R\$ 0,00	R\$ 22,48	<b>R\$ 22,48</b>
45631	ANDREIA APARECIDA HILDEBRANDO DE CORDOVA	10439	R\$ 175,72	R\$ 401,87	<b>R\$ 577,59</b>
4483	ANDREIA APARECIDA SCHITZ	4600	R\$ 0,00	R\$ 642,87	<b>R\$ 642,87</b>
37068	ANDREIA APARECIDA VIEIRA	4834	R\$ 124,27	R\$ 228,60	<b>R\$ 352,87</b>
52915	ANDREIA LOURDES ANTUNES DE OLIVEIRA	23467	R\$ 68,44	R\$ 106,88	<b>R\$ 175,32</b>
49520	ANDRÉIA PAROLIN	11771	R\$ 48,02	R\$ 44,02	<b>R\$ 92,04</b>
49490	ANDREIA ROSA	11456	R\$ 50,70	R\$ 112,83	<b>R\$ 163,53</b>
49739	ANDREZA TEIXEIRA	11402	R\$ 190,69	R\$ 339,46	<b>R\$ 530,15</b>
40621	ANE PRANDO SIMIANCO	5081	R\$ 0,00	R\$ 265,29	<b>R\$ 265,29</b>
530	ANEDIO JOSE RODRIGUES	442	R\$ 24,00	R\$ 116,92	<b>R\$ 140,92</b>
48820	ANELORE MEINE, BARBARA G T WEGNER, DAGMAR, BRIGITA ILONA KLEIN	392	R\$ 308,91	R\$ 1.014,21	<b>R\$ 1.323,12</b>
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	21391	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
6012	ANELSO ANTONIO RODRIGUES	4385	R\$ 108,11	R\$ 118,89	<b>R\$ 227,00</b>
5540	ANGELA MARIA DOS SANTOS	4095	R\$ 79,94	R\$ 77,83	<b>R\$ 157,77</b>
11832	ANGELINA BERNADETE BUFFON	6381	R\$ 129,60	R\$ 326,94	<b>R\$ 456,54</b>
5001	ANGELINA CARICIMI	3690	R\$ 504,96	R\$ 1.275,60	<b>R\$ 1.780,56</b>
15558	ANGELINA MOLIN MARCON	11540	R\$ 54,50	R\$ 127,20	<b>R\$ 181,70</b>
38148	ANGELITA FATIMA RAMÃO	4990	R\$ 97,11	R\$ 226,67	<b>R\$ 323,78</b>
43386	ANGELITA FATIMA, MARINES, IRONITA E RUTE RAMÃO	4430	R\$ 188,70	R\$ 206,48	<b>R\$ 395,18</b>
49553	ANGELO ADÃO LOURENÇO	27549	R\$ 48,02	R\$ 67,34	<b>R\$ 115,36</b>
18353	ANGELO AQUILES ANDRIN	9611	R\$ 0,00	R\$ 378,61	<b>R\$ 378,61</b>
4295	ANGELO BOLDRINI	3664	R\$ 350,37	R\$ 2.478,81	<b>R\$ 2.829,18</b>
40901	ANGELO COLBERT DE CARLI, ELIZABETH, ROBERTO, CLAUDIA E FERNA	22755	R\$ 39,88	R\$ 75,38	<b>R\$ 115,26</b>
222	ANGELO FABRICIO PITOL E OUTROS	202	R\$ 113,60	R\$ 146,14	<b>R\$ 259,74</b>
29927	ANGELO PITOL E CLAUDIA BELO	12301	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
14557	ANGELO SARTOR	10839	R\$ 0,00	R\$ 107,66	<b>R\$ 107,66</b>
14557	ANGELO SARTOR	10838	R\$ 0,00	R\$ 107,66	<b>R\$ 107,66</b>
10178	ANILDO HAHMEIER	22326	R\$ 177,64	R\$ 238,40	<b>R\$ 416,04</b>
31665	ANILE LUIZA FARDO	5014	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
15408	ANISIO SUTIL	11423	R\$ 53,23	R\$ 90,87	<b>R\$ 144,10</b>
10444	ANITA PARIS GHIGGI	7692	R\$ 0,00	R\$ 530,67	<b>R\$ 530,67</b>
20299	ANSELMO DURAN	7052	R\$ 0,00	R\$ 1.365,82	<b>R\$ 1.365,82</b>
240	ANSELMO ZANELATO	676	R\$ 210,76	R\$ 588,04	<b>R\$ 798,80</b>
240	ANSELMO ZANELATO	681	R\$ 147,38	R\$ 366,38	<b>R\$ 513,76</b>
240	ANSELMO ZANELATO	214	R\$ 674,44	R\$ 1.558,19	<b>R\$ 2.232,63</b>
5432	ANTENOR ANTONIO SIGNORI	4012	R\$ 136,78	R\$ 148,81	<b>R\$ 285,59</b>
15383	ANTENOR ROCHA	11409	R\$ 153,87	R\$ 371,25	<b>R\$ 525,12</b>
15383	ANTENOR ROCHA	32822	R\$ 108,27	R\$ 177,83	<b>R\$ 286,10</b>
40455	ANTONINHO KRAUSE	5164	R\$ 0,00	R\$ 212,25	<b>R\$ 212,25</b>
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	4412	R\$ 54,87	R\$ 67,46	<b>R\$ 122,33</b>
6053	ANTONIO ADEMIR DE FREITAS	21404	R\$ 55,26	R\$ 64,14	<b>R\$ 119,40</b>
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO	5272	R\$ 220,23	R\$ 632,77	<b>R\$ 853,00</b>
5473	ANTONIO BIAZOTTO PRIMO	4046	R\$ 0,00	R\$ 154,88	<b>R\$ 154,88</b>
8276	ANTONIO BONAMIGO	8746	R\$ 0,00	R\$ 177,80	<b>R\$ 177,80</b>
49446	ANTONIO CARLOS CANDIDO DA SILVA	33659	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>

45460	ANTONIO CARLOS DE CAMPOS	27657	R\$ 88,41	R\$ 177,86	<b>R\$ 266,27</b>
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5096	R\$ 345,79	R\$ 922,30	<b>R\$ 1.268,09</b>
6880	ANTONIO CARLOS SUHNEL ARRIAL	5098	R\$ 0,00	R\$ 333,07	<b>R\$ 333,07</b>
3615	ANTONIO CESAR DA ESPADA	2670	R\$ 96,92	R\$ 131,48	<b>R\$ 228,40</b>
6147	ANTONIO CLAUDIOMIRO STANCK DE MATOS	4473	R\$ 386,72	R\$ 855,48	<b>R\$ 1.242,20</b>
4574	ANTONIO COSTA FILHO	3428	R\$ 22,64	R\$ 31,94	<b>R\$ 54,58</b>
400	ANTONIO DA CAZ	369	R\$ 723,05	R\$ 840,46	<b>R\$ 1.563,51</b>
5151	ANTONIO EBERT	3789	R\$ 325,08	R\$ 394,35	<b>R\$ 719,43</b>
11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	8753	R\$ 233,56	R\$ 402,01	<b>R\$ 635,57</b>
47510	ANTONIO GETULIO DE MATTOS	4287	R\$ 0,00	R\$ 60,54	<b>R\$ 60,54</b>
11058	ANTONIO GONGOLEWSKI	8175	R\$ 0,00	R\$ 304,54	<b>R\$ 304,54</b>
12252	ANTONIO HERMES PETRY	35717	R\$ 119,05	R\$ 229,29	<b>R\$ 348,34</b>
23429	ANTONIO LUIZ ONEDA	6931	R\$ 355,27	R\$ 1.599,44	<b>R\$ 1.954,71</b>
39799	ANTONIO MARQUES CABRAL	10569	R\$ 85,00	R\$ 113,60	<b>R\$ 198,60</b>
9965	ANTONIO PACIFICO DOS SANTOS E ANTONIO LUIZ RAFAELLI	22283	R\$ 106,58	R\$ 148,10	<b>R\$ 254,68</b>
35278	ANTONIO PADILHA DOS SANTOS	6545	R\$ 230,93	R\$ 553,23	<b>R\$ 784,16</b>
15577	ANTONIO RISSO	11558	R\$ 68,40	R\$ 154,26	<b>R\$ 222,66</b>
19904	ANTONIO RODRIGUES VIEIRA	11236	R\$ 68,60	R\$ 105,45	<b>R\$ 174,05</b>
4545	ANTONIO ROZA	11891	R\$ 204,28	R\$ 344,18	<b>R\$ 548,46</b>
52997	ANTONIO SALVADOR MARQUES	33184	R\$ 123,64	R\$ 177,48	<b>R\$ 301,12</b>
4746	ANTONIO SATICQ	3544	R\$ 124,35	R\$ 161,80	<b>R\$ 286,15</b>
4746	ANTONIO SATICQ	27554	R\$ 48,02	R\$ 64,94	<b>R\$ 112,96</b>
32203	ANTONIO VALDECI SBRUZZI SCHUMACHER	9912	R\$ 287,77	R\$ 394,36	<b>R\$ 682,13</b>
8809	APARICIO MOREIRA	6462	R\$ 165,20	R\$ 603,86	<b>R\$ 769,06</b>
49655	AQUILES DE CAMARGO	26311	R\$ 58,30	R\$ 68,42	<b>R\$ 126,72</b>
15295	AQUILINO DE OLIVEIRA E EMERSON DE OLIVEIRA	11371	R\$ 102,66	R\$ 254,63	<b>R\$ 357,29</b>
35069	ARACELI CAMARA	11400	R\$ 69,28	R\$ 223,88	<b>R\$ 293,16</b>
13739	ARAMIS HEBERLE JUNIOR	10304	R\$ 355,27	R\$ 1.531,81	<b>R\$ 1.887,08</b>
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10461	R\$ 0,00	R\$ 279,16	<b>R\$ 279,16</b>
14039	ARCEDILIA NEVES DA CRUZ	10460	R\$ 0,00	R\$ 223,33	<b>R\$ 223,33</b>
5580	ARCENIO DE VARGAS	21224	R\$ 124,35	R\$ 101,32	<b>R\$ 225,67</b>
30899	ARDOINO ROVER E MONICA REGINA LORASCHI	23507	R\$ 0,00	R\$ 1.220,69	<b>R\$ 1.220,69</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8619	R\$ 0,00	R\$ 599,62	<b>R\$ 599,62</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8378	R\$ 0,00	R\$ 267,63	<b>R\$ 267,63</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8387	R\$ 0,00	R\$ 406,81	<b>R\$ 406,81</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8168	R\$ 0,00	R\$ 304,54	<b>R\$ 304,54</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8234	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8258	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8374	R\$ 0,00	R\$ 284,55	<b>R\$ 284,55</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8639	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8257	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8616	R\$ 0,00	R\$ 578,71	<b>R\$ 578,71</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8268	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33649	AREOVALDO ZAGO	8254	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
33119	ARGEU TEIXEIRA	11403	R\$ 135,73	R\$ 227,57	<b>R\$ 363,30</b>
2692	ARI ANGELO OMIZZOLO	3766	R\$ 0,00	R\$ 5.167,14	<b>R\$ 5.167,14</b>
6538	ARI FRANCISCO DE OLIVEIRA	4767	R\$ 0,00	R\$ 96,46	<b>R\$ 96,46</b>
13233	ARI JOSE GIUMBELI	9900	R\$ 88,89	R\$ 81,64	<b>R\$ 170,53</b>
41225	ARI JOSÉ SCHIEHL, ELZA TONIAL SCHIEL ,SCHEILA MARLEN SCHIEHL	7784	R\$ 248,34	R\$ 506,34	<b>R\$ 754,68</b>



10781	ARI LUIZ PIOVEZAN	27409	R\$ 355,27	R\$ 882,64	<b>R\$ 1.237,91</b>
10781	ARI LUIZ PIOVEZAN	7936	R\$ 137,78	R\$ 150,02	<b>R\$ 287,80</b>
21831	ARIETE BITTENCOURT PINTO	35853	R\$ 114,93	R\$ 334,17	<b>R\$ 449,10</b>
42878	ARIETE REGINA DA SILVA GERMINIANI	33639	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
30036	ARIOVALDO LUIZ TASCA	33776	R\$ 276,92	R\$ 492,51	<b>R\$ 769,43</b>
30036	ARIOVALDO LUIZ TASCA	31382	R\$ 278,27	R\$ 395,54	<b>R\$ 673,81</b>
30036	ARIOVALDO LUIZ TASCA	31380	R\$ 278,27	R\$ 395,54	<b>R\$ 673,81</b>
30036	ARIOVALDO LUIZ TASCA	6254	R\$ 478,73	R\$ 656,56	<b>R\$ 1.135,29</b>
50876	ARIOVALDO LUIZ TASCA E CICERO LEONILDO TASCA	36003	R\$ 129,18	R\$ 389,82	<b>R\$ 519,00</b>
50876	ARIOVALDO LUIZ TASCA E CICERO LEONILDO TASCA	27005	R\$ 0,00	R\$ 1.886,66	<b>R\$ 1.886,66</b>
49506	ARIOVALDO LUIZ VARELLA	33657	R\$ 48,02	R\$ 77,07	<b>R\$ 125,09</b>
31178	ARLETE TEREZINHA VESOLSKI E ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT	1946	R\$ 843,06	R\$ 1.678,44	<b>R\$ 2.521,50</b>
34788	ARLINDO LAZAROTO	11221	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
14316	ARLINDO LOPES E MARIA SOELY VIVAS	10648	R\$ 152,77	R\$ 242,03	<b>R\$ 394,80</b>
5423	ARMANDO WERNER NEES	4004	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
38024	ARMELINDO LOURENÇO PISSOLI	404	R\$ 133,23	R\$ 201,50	<b>R\$ 334,73</b>
6497	ARMINDA DE JESUS DRESCH	4731	R\$ 161,47	R\$ 353,40	<b>R\$ 514,87</b>
41224	ARMINDO DOTTA	5156	R\$ 0,00	R\$ 268,40	<b>R\$ 268,40</b>
15263	ARMINDO ENDERLE	11357	R\$ 89,94	R\$ 348,40	<b>R\$ 438,34</b>
38943	ARNALDO BATISTA DE SOUZA	4233	R\$ 0,00	R\$ 743,28	<b>R\$ 743,28</b>
21035	ARNALDO CEOLIN PANERAI	11308	R\$ 76,56	R\$ 611,49	<b>R\$ 688,05</b>
37009	ARNALDO G.,LUCIANO G.DE ALMEIDA E ZENITA S.DOS SANTOS	2618	R\$ 65,73	R\$ 73,21	<b>R\$ 138,94</b>
37009	ARNALDO G.,LUCIANO G.DE ALMEIDA E ZENITA S.DOS SANTOS	2617	R\$ 90,95	R\$ 89,84	<b>R\$ 180,79</b>
39419	ARNALDO TELLES FERREIRA	29296	R\$ 0,00	R\$ 82,74	<b>R\$ 82,74</b>
39419	ARNALDO TELLES FERREIRA	27733	R\$ 196,89	R\$ 500,60	<b>R\$ 697,49</b>
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	33521	R\$ 317,12	R\$ 201,53	<b>R\$ 518,65</b>
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	9356	R\$ 323,40	R\$ 773,57	<b>R\$ 1.096,97</b>
12542	ARNOLDO BALTAZAR ROESLER	11924	R\$ 355,27	R\$ 486,41	<b>R\$ 841,68</b>
24446	ARNOLDO WESTHEUSER	10948	R\$ 0,00	R\$ 134,36	<b>R\$ 134,36</b>
15781	ARTEMIO SERGIO DURINI	10955	R\$ 0,00	R\$ 105,89	<b>R\$ 105,89</b>
46630	ARTHUR HELSON RUSSOWSKY HERTER	10376	R\$ 336,78	R\$ 1.071,84	<b>R\$ 1.408,62</b>
17725	ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A	1063	R\$ 843,06	R\$ 6.094,45	<b>R\$ 6.937,51</b>
12633	ARTUR MORLOCK	28420	R\$ 250,56	R\$ 779,47	<b>R\$ 1.030,03</b>
12633	ARTUR MORLOCK	28421	R\$ 0,00	R\$ 103,86	<b>R\$ 103,86</b>
12633	ARTUR MORLOCK	9419	R\$ 328,33	R\$ 1.174,67	<b>R\$ 1.503,00</b>
12633	ARTUR MORLOCK	28419	R\$ 328,33	R\$ 1.174,67	<b>R\$ 1.503,00</b>
11465	ARTUR SUHRE KATSCHI	8528	R\$ 111,97	R\$ 118,88	<b>R\$ 230,85</b>
504	ARY BRASIL	430	R\$ 188,30	R\$ 163,54	<b>R\$ 351,84</b>
20293	ARY PEDRO GASPARETTO	4071	R\$ 351,72	R\$ 751,47	<b>R\$ 1.103,19</b>
18850	ARY RAZERA	4346	R\$ 547,31	R\$ 645,03	<b>R\$ 1.192,34</b>
8351	ASSOCIACAO BÍBLICA E CULTURAL DE CONCÓRDIA	21892	R\$ 507,01	R\$ 0,00	<b>R\$ 507,01</b>
22096	ASSOCIACAO CULT.ESP.E R. ESC.DE SAMBA - VALE SAMBA	11408	R\$ 547,31	R\$ 1.820,35	<b>R\$ 2.367,66</b>
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33687	R\$ 214,94	R\$ 321,47	<b>R\$ 536,41</b>
20888	ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO FREI BRUNO	33688	R\$ 165,38	R\$ 228,45	<b>R\$ 393,83</b>
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26894	R\$ 62,71	R\$ 76,62	<b>R\$ 139,33</b>
7246	ASSOCIACAO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL 5 DE MAIO	26913	R\$ 56,84	R\$ 87,60	<b>R\$ 144,44</b>

52598	ASSONIPO VEIGA RIBEIRO	456	R\$ 0,00	R\$ 193,96	<b>R\$ 193,96</b>
32659	ATAIDE MARCONDES	4864	R\$ 311,58	R\$ 667,32	<b>R\$ 978,90</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	34124	R\$ 589,56	R\$ 2.493,94	<b>R\$ 3.083,50</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33864	R\$ 843,06	R\$ 1.682,88	<b>R\$ 2.525,94</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	560	R\$ 456,43	R\$ 852,57	<b>R\$ 1.309,00</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2867	R\$ 0,00	R\$ 618,01	<b>R\$ 618,01</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33863	R\$ 578,00	R\$ 1.079,66	<b>R\$ 1.657,66</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	2860	R\$ 246,03	R\$ 695,09	<b>R\$ 941,12</b>
742	ATENILSON ANTONIO MOSLINGER	33865	R\$ 343,84	R\$ 642,27	<b>R\$ 986,11</b>
40146	ATHOS FLAVIO SANTIAGO NEVES E AMANDA GONÇALVES MARTINS NEVES	26537	R\$ 158,60	R\$ 368,32	<b>R\$ 526,92</b>
17971	ATILIO BERNARDINI	9196	R\$ 165,08	R\$ 253,88	<b>R\$ 418,96</b>
4623	ATILIO JUNG	3460	R\$ 99,48	R\$ 206,73	<b>R\$ 306,21</b>
4623	ATILIO JUNG	4523	R\$ 0,00	R\$ 162,08	<b>R\$ 162,08</b>
3818	AUGUSTO LEMOS BISSANI E CARMELINA BISSANI	2827	R\$ 0,00	R\$ 499,17	<b>R\$ 499,17</b>
7031	AUREA MARIA STOFFEL	5221	R\$ 21,98	R\$ 46,57	<b>R\$ 68,55</b>
40012	AURI MENDES DA LUZ	26926	R\$ 0,00	R\$ 104,65	<b>R\$ 104,65</b>
40012	AURI MENDES DA LUZ	26968	R\$ 0,00	R\$ 112,12	<b>R\$ 112,12</b>
33574	AURIMAR ALFONSO ALTENHOFEN	10578	R\$ 133,23	R\$ 206,69	<b>R\$ 339,92</b>
10451	AURIMAR DOS SANTOS	7699	R\$ 0,00	R\$ 663,33	<b>R\$ 663,33</b>
10451	AURIMAR DOS SANTOS	7700	R\$ 184,39	R\$ 483,96	<b>R\$ 668,35</b>
20380	AUTO ACESSORIOS JOACABA LTDA	37286	R\$ 0,00	R\$ 769,63	<b>R\$ 769,63</b>
22471	AUTO CENTER JOACABA LTDA - ME	34546	R\$ 0,00	R\$ 97,26	<b>R\$ 97,26</b>
17731	AUTO POSTO JOACABA LTDA	330	R\$ 166,42	R\$ 271,01	<b>R\$ 437,43</b>
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1818	R\$ 0,00	R\$ 67,74	<b>R\$ 67,74</b>
41200	AYALON ANGELO DE MORAES E FABIANA KLEIN DE MORAES	1812	R\$ 437,22	R\$ 768,88	<b>R\$ 1.206,10</b>
3317	AYRTON COPPI	2463	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
3317	AYRTON COPPI	2456	R\$ 354,03	R\$ 644,85	<b>R\$ 998,88</b>
18326	AYRTON FARDO	4938	R\$ 355,27	R\$ 3.597,23	<b>R\$ 3.952,50</b>
9147	AZIR PRONER	6678	R\$ 232,76	R\$ 321,59	<b>R\$ 554,35</b>
50896	BANCO BRADESCO S.A.	9272	R\$ 272,00	R\$ 621,13	<b>R\$ 893,13</b>
38292	BARBARA LINI, ISAIR LINI, IDA L MANTENFEL E IRMA L PEREIRA	10402	R\$ 208,16	R\$ 909,22	<b>R\$ 1.117,38</b>
38292	BARBARA LINI, ISAIR LINI, IDA L MANTENFEL E IRMA L PEREIRA	32258	R\$ 174,62	R\$ 1.159,91	<b>R\$ 1.334,53</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	1800	R\$ 84,48	R\$ 137,70	<b>R\$ 222,18</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	12225	R\$ 23,19	R\$ 60,50	<b>R\$ 83,69</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	1798	R\$ 337,95	R\$ 550,87	<b>R\$ 888,82</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	20108	R\$ 33,08	R\$ 45,91	<b>R\$ 78,99</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	1796	R\$ 42,24	R\$ 68,85	<b>R\$ 111,09</b>
20724	BARCELLA & BARCELLA LTDA	10148	R\$ 20,22	R\$ 47,84	<b>R\$ 68,06</b>
8105	BASILIO JOSE DALSENTER	5939	R\$ 530,61	R\$ 1.204,97	<b>R\$ 1.735,58</b>
8105	BASILIO JOSE DALSENTER	5937	R\$ 379,36	R\$ 562,20	<b>R\$ 941,56</b>
3202	BEATRIZ GUERREIRO	2393	R\$ 147,00	R\$ 292,12	<b>R\$ 439,12</b>
6109	BENO STOFELL	4448	R\$ 0,00	R\$ 252,76	<b>R\$ 252,76</b>
50207	BENTO DE SOUZA GILLI	36161	R\$ 144,42	R\$ 397,04	<b>R\$ 541,46</b>
4028	BERNADETE E VANUZA SAGIN	3013	R\$ 0,00	R\$ 425,02	<b>R\$ 425,02</b>
43983	BERNARDO PELICCOLLI GIRARDI	33038	R\$ 48,02	R\$ 106,87	<b>R\$ 154,89</b>
43983	BERNARDO PELICCOLLI GIRARDI	11621	R\$ 48,02	R\$ 137,80	<b>R\$ 185,82</b>

20174	BETINA CECCONELLO	11863	R\$ 253,70	R\$ 446,05	<b>R\$ 699,75</b>
32149	BETINA CECONELLO E CASSIO CECONELLO	6225	R\$ 325,11	R\$ 407,68	<b>R\$ 732,79</b>
19697	BONATO COMERCIAL LTDA	134	R\$ 180,58	R\$ 252,92	<b>R\$ 433,50</b>
21730	BONATO COUROS S/A	26097	R\$ 547,31	R\$ 2.279,88	<b>R\$ 2.827,19</b>
18295	BONATO COUROS S/A	10377	R\$ 1.938,40	R\$ 32.718,20	<b>R\$ 34.656,60</b>
18295	BONATO COUROS S/A	9638	R\$ 547,31	R\$ 661,93	<b>R\$ 1.209,24</b>
18295	BONATO COUROS S/A	26100	R\$ 0,00	R\$ 3.368,23	<b>R\$ 3.368,23</b>
18295	BONATO COUROS S/A	32306	R\$ 55,31	R\$ 83,25	<b>R\$ 138,56</b>
18295	BONATO COUROS S/A	9642	R\$ 91,26	R\$ 178,69	<b>R\$ 269,95</b>
18295	BONATO COUROS S/A	9614	R\$ 1.094,63	R\$ 3.028,11	<b>R\$ 4.122,74</b>
21730	BONATO COUROS S/A	26096	R\$ 547,31	R\$ 3.179,84	<b>R\$ 3.727,15</b>
18295	BONATO COUROS S/A	26099	R\$ 424,17	R\$ 533,99	<b>R\$ 958,16</b>
18295	BONATO COUROS S/A	2084	R\$ 0,00	R\$ 792,34	<b>R\$ 792,34</b>
18295	BONATO COUROS S/A	9640	R\$ 385,86	R\$ 395,96	<b>R\$ 781,82</b>
18295	BONATO COUROS S/A	9586	R\$ 0,00	R\$ 1.845,46	<b>R\$ 1.845,46</b>
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	3994	R\$ 201,88	R\$ 208,77	<b>R\$ 410,65</b>
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	30425	R\$ 53,29	R\$ 53,71	<b>R\$ 107,00</b>
19692	BONATO S/A - COMERCIO E INDUSTRIA	21179	R\$ 81,22	R\$ 37,85	<b>R\$ 119,07</b>
17777	BRASIL TELECOM S/A	12143	R\$ 67,23	R\$ 120,26	<b>R\$ 187,49</b>
50654	BRIGITA ILONA KLEINE	36562	R\$ 0,00	R\$ 75,09	<b>R\$ 75,09</b>
50654	BRIGITA ILONA KLEINE	36563	R\$ 0,00	R\$ 75,09	<b>R\$ 75,09</b>
50654	BRIGITA ILONA KLEINE	36561	R\$ 0,00	R\$ 75,09	<b>R\$ 75,09</b>
50654	BRIGITA ILONA KLEINE	10998	R\$ 253,49	R\$ 663,41	<b>R\$ 916,90</b>
35214	BRUDOM BARCELLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	28	R\$ 0,00	R\$ 37,13	<b>R\$ 37,13</b>
35214	BRUDOM BARCELLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	17	R\$ 589,56	R\$ 1.329,51	<b>R\$ 1.919,07</b>
47509	BRUNA MATILDE TOMIELLO	33330	R\$ 0,00	R\$ 1.107,72	<b>R\$ 1.107,72</b>
47509	BRUNA MATILDE TOMIELLO	33894	R\$ 0,00	R\$ 385,10	<b>R\$ 385,10</b>
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	454	R\$ 589,56	R\$ 2.200,21	<b>R\$ 2.789,77</b>
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	20023	R\$ 402,14	R\$ 472,35	<b>R\$ 874,49</b>
380	BRUNO CEZAR HEBERLE	355	R\$ 546,30	R\$ 641,68	<b>R\$ 1.187,98</b>
50204	BRUNO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	36379	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
35991	BRUNO FERNANDO BRANCO	22204	R\$ 168,76	R\$ 249,07	<b>R\$ 417,83</b>
38742	BRUNO LUIZ ROVEA E CLENIR SALETE SIQUEIRA ROVEA	8208	R\$ 123,99	R\$ 274,97	<b>R\$ 398,96</b>
17750	BRUNO STROHDICK	1389	R\$ 50,43	R\$ 95,85	<b>R\$ 146,28</b>
17753	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4475	R\$ 177,62	R\$ 327,27	<b>R\$ 504,89</b>
43173	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11233	R\$ 0,00	R\$ 270,27	<b>R\$ 270,27</b>
43173	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35062	R\$ 212,05	R\$ 659,42	<b>R\$ 871,47</b>
43173	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35126	R\$ 0,00	R\$ 72,10	<b>R\$ 72,10</b>
43173	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4575	R\$ 136,02	R\$ 277,43	<b>R\$ 413,45</b>
36463	CALEB GERSON KIELING E EDINETE MARIA BERNADON KIELING	614	R\$ 589,56	R\$ 2.689,69	<b>R\$ 3.279,25</b>
52118	CAMILA BISINELLA DE OLIVEIRA	33066	R\$ 48,02	R\$ 114,18	<b>R\$ 162,20</b>
40149	CAMILA POHL	2390	R\$ 209,94	R\$ 383,29	<b>R\$ 593,23</b>
51510	CAMILO PEDRO ABATTI	36645	R\$ 0,00	R\$ 58,29	<b>R\$ 58,29</b>
49390	CARINE PANERAI DE LAVI	34625	R\$ 355,27	R\$ 1.677,21	<b>R\$ 2.032,48</b>
41219	CARLA CRISTINA FOPPA	5087	R\$ 331,40	R\$ 1.007,09	<b>R\$ 1.338,49</b>
52062	CARLA JAQUELINE ANDRADE	36268	R\$ 0,00	R\$ 161,51	<b>R\$ 161,51</b>
43256	CARLOS ALBERTO BILIBIO E VERA LUCIA DA SILVA	3492	R\$ 0,00	R\$ 795,94	<b>R\$ 795,94</b>

34191	CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN	7800	R\$ 330,10	R\$ 812,63	<b>R\$ 1.142,73</b>
34191	CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN	2515	R\$ 589,56	R\$ 1.401,95	<b>R\$ 1.991,51</b>
35762	CARLOS ALBERTO MARCA	3362	R\$ 136,67	R\$ 290,59	<b>R\$ 427,26</b>
7008	CARLOS ALBERTO RAMOS E OUTROS	5204	R\$ 35,31	R\$ 53,20	<b>R\$ 88,51</b>
20713	CARLOS ALBERTO RIBEIRO	9616	R\$ 60,90	R\$ 101,95	<b>R\$ 162,85</b>
12244	CARLOS ALBERTO, ALISON ADELMO COSTICHE E RODRIGO E MARCON	9152	R\$ 193,04	R\$ 408,98	<b>R\$ 602,02</b>
49501	CARLOS ANDRÉ LIMBERGER	33648	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
15548	CARLOS ANTONIO SCOPEL	11530	R\$ 74,73	R\$ 167,73	<b>R\$ 242,46</b>
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	8657	R\$ 48,02	R\$ 120,90	<b>R\$ 168,92</b>
11624	CARLOS CAETANO GUBERT	22537	R\$ 0,00	R\$ 103,84	<b>R\$ 103,84</b>
2708	CARLOS ERNESTO LECHNER	20450	R\$ 0,00	R\$ 863,84	<b>R\$ 863,84</b>
18499	CARLOS PEDRO DA CRUZ E DIRLEI SANTANA	21707	R\$ 92,82	R\$ 134,88	<b>R\$ 227,70</b>
4251	CARLOS PEDRO DESBESELL	3610	R\$ 0,00	R\$ 1.056,81	<b>R\$ 1.056,81</b>
15480	CARLOS REGI PEREIRA	11471	R\$ 200,26	R\$ 402,77	<b>R\$ 603,03</b>
9014	CARLOS ROGERIO POHL	37665	R\$ 462,16	R\$ 723,76	<b>R\$ 1.185,92</b>
9014	CARLOS ROGERIO POHL	36332	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
49736	CARMEN DENISE GUERREIRO	7232	R\$ 191,85	R\$ 449,90	<b>R\$ 641,75</b>
15017	CAROLINA MARIA MARCON	11196	R\$ 35,26	R\$ 78,92	<b>R\$ 114,18</b>
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7151	R\$ 0,00	R\$ 1.873,15	<b>R\$ 1.873,15</b>
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7153	R\$ 488,07	R\$ 996,53	<b>R\$ 1.484,60</b>
34906	CAROLINA PIOVEZAN	7152	R\$ 256,14	R\$ 418,55	<b>R\$ 674,69</b>
48570	CAROLINE MALISKA	27684	R\$ 169,06	R\$ 376,13	<b>R\$ 545,19</b>
48570	CAROLINE MALISKA	34301	R\$ 0,00	R\$ 46,26	<b>R\$ 46,26</b>
48570	CAROLINE MALISKA	28265	R\$ 0,00	R\$ 47,06	<b>R\$ 47,06</b>
558	CASEMIRA URBAN	33121	R\$ 247,35	R\$ 355,04	<b>R\$ 602,39</b>
14941	CASSIO RODRIGO SCHAEGLER	11122	R\$ 104,95	R\$ 215,75	<b>R\$ 320,70</b>
5223	CATARINA SIQUEIRA	3846	R\$ 167,48	R\$ 161,02	<b>R\$ 328,50</b>
36640	CECILIA DA INHAIA VEIGA	10915	R\$ 133,57	R\$ 162,93	<b>R\$ 296,50</b>
38737	CELESC GERAÇÃO S.A.	7201	R\$ 524,41	R\$ 788,74	<b>R\$ 1.313,15</b>
52655	CELESTE CONRADO	35411	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
13882	CELIA EGER	22986	R\$ 0,00	R\$ 1.025,74	<b>R\$ 1.025,74</b>
13882	CELIA EGER	33645	R\$ 0,00	R\$ 910,89	<b>R\$ 910,89</b>
7010	CELIA MARIA KLOSS	5205	R\$ 299,73	R\$ 463,47	<b>R\$ 763,20</b>
5834	CELIA PINTO	4276	R\$ 96,04	R\$ 91,66	<b>R\$ 187,70</b>
527	CELIO E CELSO BORGES	20083	R\$ 81,25	R\$ 125,58	<b>R\$ 206,83</b>
1852	CELIO JOAO BRANCHER	9190	R\$ 0,00	R\$ 2.275,24	<b>R\$ 2.275,24</b>
9209	CELIO RAMOS RIBEIRO	10849	R\$ 0,00	R\$ 107,66	<b>R\$ 107,66</b>
11385	CELSE BARCARO	11615	R\$ 0,00	R\$ 115,33	<b>R\$ 115,33</b>
11385	CELSE BARCARO	8461	R\$ 135,18	R\$ 317,70	<b>R\$ 452,88</b>
40673	CELSE CRISTOVÃO AZEVEDO DE SOUZA	5085	R\$ 0,00	R\$ 241,17	<b>R\$ 241,17</b>
8804	CELSE DA SILVA	6458	R\$ 92,37	R\$ 264,37	<b>R\$ 356,74</b>
14110	CELSE LEMOS DA SILVA E SANDRA DE FÁTIMA PEROTTO DA SILVA	33765	R\$ 187,23	R\$ 470,11	<b>R\$ 657,34</b>
49661	CELSE PIRES DE LIMA	23491	R\$ 78,03	R\$ 128,83	<b>R\$ 206,86</b>
31685	CELSE RAMOS RIBEIRO E JANE MARIA DE ARAUJO	10847	R\$ 71,80	R\$ 142,76	<b>R\$ 214,56</b>
31685	CELSE RAMOS RIBEIRO E JANE MARIA DE ARAUJO	35279	R\$ 84,16	R\$ 71,69	<b>R\$ 155,85</b>
9325	CELSE ROMANETTO	6818	R\$ 257,57	R\$ 623,59	<b>R\$ 881,16</b>
9129	CELSE, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO	6669	R\$ 96,46	R\$ 121,51	<b>R\$ 217,97</b>

9129	CELSO, ADRIANA, AIRTON E HAMILTON DOS SANTOS AMBROSIO	22095	R\$ 147,97	R\$ 141,03	<b>R\$ 289,00</b>
49929	CENTRO AUTOMOTIVO DELTA LTDA	8714	R\$ 0,00	R\$ 2.475,48	<b>R\$ 2.475,48</b>
33694	CENTRO ESPIRITA JESUS E CARIDADE DE JOAÇABA	444	R\$ 0,00	R\$ 608,51	<b>R\$ 608,51</b>
15552	CERENITA CAMARGO DE OLIVEIRA	11534	R\$ 68,44	R\$ 157,67	<b>R\$ 226,11</b>
45880	CESAR AUGUSTO BELOTTO	23623	R\$ 139,72	R\$ 581,98	<b>R\$ 721,70</b>
43245	CESAR AUGUSTO CABRAL	5886	R\$ 0,00	R\$ 54,77	<b>R\$ 54,77</b>
43245	CESAR AUGUSTO CABRAL	5871	R\$ 543,59	R\$ 1.416,53	<b>R\$ 1.960,12</b>
22827	CESAR AUGUSTO DELL ANTONIO	3764	R\$ 0,00	R\$ 890,15	<b>R\$ 890,15</b>
6651	CESAR AUGUSTO RATTI	4872	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
48633	CESAR MAILSON BEGNINI	7716	R\$ 0,00	R\$ 511,71	<b>R\$ 511,71</b>
17445	CESAR SLAVIERO	25262	R\$ 126,75	R\$ 410,90	<b>R\$ 537,65</b>
3418	CEZAR LOURENCO BRANCHER	3212	R\$ 221,07	R\$ 685,41	<b>R\$ 906,48</b>
47830	CHARLES SAVINO BUCCO	10749	R\$ 166,45	R\$ 501,31	<b>R\$ 667,76</b>
48530	CHAYANE FREITAS	7596	R\$ 26,22	R\$ 79,28	<b>R\$ 105,50</b>
33229	CIBELI PILATI DA SILVA	35261	R\$ 300,85	R\$ 896,06	<b>R\$ 1.196,91</b>
37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	10410	R\$ 264,63	R\$ 598,04	<b>R\$ 862,67</b>
37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	34091	R\$ 141,20	R\$ 309,73	<b>R\$ 450,93</b>
37674	CIBELI PILATI DA SILVA E ELEANDRO ANDERSON DA SILVA	34126	R\$ 0,00	R\$ 35,18	<b>R\$ 35,18</b>
20545	CILES PAULO DE MORAES JUNIOR	11607	R\$ 57,71	R\$ 291,14	<b>R\$ 348,85</b>
18964	CILIANA REGINA COLOMBO	10280	R\$ 0,00	R\$ 1.151,26	<b>R\$ 1.151,26</b>
42546	CILON CAMARGO RODRIGUES	2540	R\$ 515,83	R\$ 1.599,29	<b>R\$ 2.115,12</b>
44967	CINTHIA ANA STEFANES	23477	R\$ 48,02	R\$ 64,25	<b>R\$ 112,27</b>
749	CINTIA SUSANE MORO ZANARDO	571	R\$ 337,70	R\$ 379,11	<b>R\$ 716,81</b>
749	CINTIA SUSANE MORO ZANARDO	29421	R\$ 0,00	R\$ 48,05	<b>R\$ 48,05</b>
20963	CIVIC IMOBILIÁRIA LTDA	506	R\$ 44,47	R\$ 262,61	<b>R\$ 307,08</b>
15472	CLARICE DE SOUZA E SILVIA DE SOUZA	11463	R\$ 57,04	R\$ 94,35	<b>R\$ 151,39</b>
36996	CLAUDECIR BEVILAQUA	11963	R\$ 153,43	R\$ 307,15	<b>R\$ 460,58</b>
14335	CLAUDEMAR ALVES RIBEIRO	7575	R\$ 149,41	R\$ 398,90	<b>R\$ 548,31</b>
31099	CLAUDEMAR RIBEIRO BELO	11210	R\$ 82,39	R\$ 100,22	<b>R\$ 182,61</b>
14350	CLAUDEMIR DUARTE	10674	R\$ 30,42	R\$ 83,57	<b>R\$ 113,99</b>
14350	CLAUDEMIR DUARTE	27317	R\$ 0,00	R\$ 42,91	<b>R\$ 42,91</b>
48172	CLAUDEMIR JOÃO ROCHA	10642	R\$ 159,93	R\$ 272,41	<b>R\$ 432,34</b>
33537	CLAUDEMIR LOPES DE SOUZA	2872	R\$ 0,00	R\$ 219,71	<b>R\$ 219,71</b>
15478	CLAUDIA A. VARGAS DA CRUZ	11469	R\$ 57,04	R\$ 118,89	<b>R\$ 175,93</b>
15576	CLAUDIA APARECIDA DALPIZZOL	11557	R\$ 91,92	R\$ 240,90	<b>R\$ 332,82</b>
32409	CLAUDIA BRANCO	4128	R\$ 0,00	R\$ 570,49	<b>R\$ 570,49</b>
30770	CLAUDIA ELISA GRASEL	6114	R\$ 0,00	R\$ 2.088,31	<b>R\$ 2.088,31</b>
36809	CLAUDIA MARIEN ARNHOLD	10690	R\$ 183,40	R\$ 338,83	<b>R\$ 522,23</b>
32591	CLÁUDIA MARQUES BELO	319	R\$ 126,75	R\$ 206,42	<b>R\$ 333,17</b>
32591	CLÁUDIA MARQUES BELO	320	R\$ 126,75	R\$ 220,84	<b>R\$ 347,59</b>
49647	CLAUDIA MARQUES BELO E RIO DO PEIXE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	12300	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
49647	CLAUDIA MARQUES BELO E RIO DO PEIXE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	1683	R\$ 843,06	R\$ 4.852,27	<b>R\$ 5.695,33</b>
51181	CLAUDIA NATALI GASPARINI WALENDOWSKY	9202	R\$ 54,21	R\$ 138,39	<b>R\$ 192,60</b>
47768	CLAUDIA REGINA ZARDO	35403	R\$ 34,76	R\$ 104,90	<b>R\$ 139,66</b>
38151	CLAUDIA S DAROS, CINTHIA S ALVES DE OLIVIERA E CRISTINA S	5647	R\$ 0,00	R\$ 684,74	<b>R\$ 684,74</b>
37191	CLAUDIMIR D ' MARTINI	11064	R\$ 0,00	R\$ 313,77	<b>R\$ 313,77</b>
32979	CLAUDINEY TAVARES DE ARAÚJO	10442	R\$ 0,00	R\$ 246,34	<b>R\$ 246,34</b>

15508	CLAUDIO ASSIS DE OLIVEIRA	11497	R\$ 54,50	R\$ 92,39	<b>R\$ 146,89</b>
32586	CLÁUDIO DE MARCO	11276	R\$ 0,00	R\$ 8.550,07	<b>R\$ 8.550,07</b>
50701	CLAUDIO FRARAO	21709	R\$ 237,07	R\$ 251,96	<b>R\$ 489,03</b>
17487	CLAUDIO ZANESE	25272	R\$ 217,85	R\$ 582,15	<b>R\$ 800,00</b>
30953	CLAUDIOCIR A,EMILSON,CLEISON,JATIR,IVANA B RIBEIRO	21522	R\$ 83,49	R\$ 147,42	<b>R\$ 230,91</b>
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	4764	R\$ 137,85	R\$ 141,00	<b>R\$ 278,85</b>
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	4765	R\$ 74,61	R\$ 118,26	<b>R\$ 192,87</b>
6534	CLAUDIOCIR ANTUNES RIBEIRO	30517	R\$ 71,05	R\$ 38,40	<b>R\$ 109,45</b>
45455	CLAUDIOMIRO FERMINO E MARLENE NUNES DE LIMA	3221	R\$ 103,03	R\$ 161,15	<b>R\$ 264,18</b>
45455	CLAUDIOMIRO FERMINO E MARLENE NUNES DE LIMA	20860	R\$ 110,13	R\$ 165,33	<b>R\$ 275,46</b>
10474	CLAUDIR ANTONIO COMIM	7005	R\$ 51,88	R\$ 94,76	<b>R\$ 146,64</b>
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	21900	R\$ 532,61	R\$ 960,33	<b>R\$ 1.492,94</b>
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	1005	R\$ 242,76	R\$ 349,71	<b>R\$ 592,47</b>
8429	CLAYTON ANTONIO WYZYKOWSKI	11379	R\$ 80,46	R\$ 161,58	<b>R\$ 242,04</b>
39735	CLEANDRO VALDENIR PENSIN	6577	R\$ 298,57	R\$ 679,00	<b>R\$ 977,57</b>
38309	CLEBER BERNARDI DILDA	10681	R\$ 148,33	R\$ 337,49	<b>R\$ 485,82</b>
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5512	R\$ 272,56	R\$ 554,16	<b>R\$ 826,72</b>
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5514	R\$ 103,19	R\$ 159,43	<b>R\$ 262,62</b>
7506	CLEMENTINA QUINTILHAN BEAL	5513	R\$ 183,45	R\$ 289,92	<b>R\$ 473,37</b>
29696	CLEMERSON JOSÉ ARGENTON PEDROSO	11393	R\$ 0,00	R\$ 2.613,05	<b>R\$ 2.613,05</b>
29696	CLEMERSON JOSÉ ARGENTON PEDROSO	36466	R\$ 0,00	R\$ 1.844,51	<b>R\$ 1.844,51</b>
45594	CLENICE ZANETTE	5526	R\$ 259,41	R\$ 281,24	<b>R\$ 540,65</b>
41875	CLENIR LEMES DA ROSA CONTTI E CRISTIANO MOACIR CONTTI	11131	R\$ 39,72	R\$ 94,44	<b>R\$ 134,16</b>
10155	CLEONICE MENEGHINI	29031	R\$ 0,00	R\$ 145,24	<b>R\$ 145,24</b>
10155	CLEONICE MENEGHINI	2082	R\$ 284,70	R\$ 828,23	<b>R\$ 1.112,93</b>
10155	CLEONICE MENEGHINI	29030	R\$ 103,80	R\$ 255,64	<b>R\$ 359,44</b>
12134	CLEONICE VARGAS DEITOS	9067	R\$ 144,77	R\$ 623,22	<b>R\$ 767,99</b>
5847	CLEUSA APARECIDA DE SOUZA	4285	R\$ 72,49	R\$ 37,21	<b>R\$ 109,70</b>
41302	CLEUSA CASSUBA DE GODOY	23468	R\$ 0,00	R\$ 99,66	<b>R\$ 99,66</b>
3364	CLEUSA MARIA DA SILVA	2494	R\$ 45,09	R\$ 97,36	<b>R\$ 142,45</b>
34241	CLEUSA, VERA, MARIA DO CARMO E RICARDO MENDES QUIBEN	1202	R\$ 207,81	R\$ 269,55	<b>R\$ 477,36</b>
49458	CLEUZA MARIA NOGUEIRA DA SILVA	11454	R\$ 86,69	R\$ 130,62	<b>R\$ 217,31</b>
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12162	R\$ 282,55	R\$ 287,78	<b>R\$ 570,33</b>
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12185	R\$ 0,00	R\$ 61,28	<b>R\$ 61,28</b>
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12170	R\$ 0,00	R\$ 66,83	<b>R\$ 66,83</b>
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12163	R\$ 379,38	R\$ 386,40	<b>R\$ 765,78</b>
21268	CLINICA HERTER S/C LTDA	12164	R\$ 283,39	R\$ 288,64	<b>R\$ 572,03</b>
30704	CLODOMIRO PIMENTEL NOGUEIRA	8526	R\$ 123,10	R\$ 137,02	<b>R\$ 260,12</b>
14813	CLORIMAR SATYRO BITTENCOURT	11010	R\$ 102,66	R\$ 2.074,45	<b>R\$ 2.177,11</b>
10113	CLORINDO FERRI	34349	R\$ 74,61	R\$ 3.466,20	<b>R\$ 3.540,81</b>
38517	CLOVIS BIAZUZ	8755	R\$ 20,63	R\$ 46,01	<b>R\$ 66,64</b>
41719	CLOVIS DAL CORTIVO E PATRICIA BEAL DARIVA	10333	R\$ 260,82	R\$ 857,83	<b>R\$ 1.118,65</b>
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	32609	R\$ 0,00	R\$ 218,43	<b>R\$ 218,43</b>
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	35430	R\$ 301,57	R\$ 211,71	<b>R\$ 513,28</b>
47024	CLOVIS J.R.DE ANDRADE,FRANCISCO,DIRCEO BRANDALISE,	35429	R\$ 0,00	R\$ 40,15	<b>R\$ 40,15</b>
539	CLOVIS JOSE PUTON	452	R\$ 0,00	R\$ 190,16	<b>R\$ 190,16</b>



7668	CLOVIS MELOTTI	5641	R\$ 167,44	R\$ 123,15	<b>R\$ 290,59</b>
7668	CLOVIS MELOTTI	5639	R\$ 589,56	R\$ 830,46	<b>R\$ 1.420,02</b>
17787	CLUBE RECREATIVO E ESPORTIVO CRUZEIRO	11957	R\$ 104,59	R\$ 155,53	<b>R\$ 260,12</b>
43006	COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA	7802	R\$ 64,66	R\$ 192,15	<b>R\$ 256,81</b>
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA	10666	R\$ 109,95	R\$ 244,95	<b>R\$ 354,90</b>
34937	COHAB E CLÓVIS ALVES DE ANDRADE	7739	R\$ 99,89	R\$ 188,56	<b>R\$ 288,45</b>
10645	COHAB E GIANE PATRICIA	11273	R\$ 104,61	R\$ 215,77	<b>R\$ 320,38</b>
38516	COHAB E NELSI PAIZ	32733	R\$ 76,56	R\$ 165,60	<b>R\$ 242,16</b>
38323	COHAB E RODRIGO ADRIANO BELOTO	7745	R\$ 37,44	R\$ 70,68	<b>R\$ 108,12</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22481	R\$ 0,00	R\$ 661,51	<b>R\$ 661,51</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22448	R\$ 0,00	R\$ 553,26	<b>R\$ 553,26</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22445	R\$ 0,00	R\$ 477,45	<b>R\$ 477,45</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8599	R\$ 0,00	R\$ 287,62	<b>R\$ 287,62</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8594	R\$ 0,00	R\$ 267,63	<b>R\$ 267,63</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	10469	R\$ 0,00	R\$ 204,87	<b>R\$ 204,87</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8593	R\$ 0,00	R\$ 263,01	<b>R\$ 263,01</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8351	R\$ 0,00	R\$ 298,39	<b>R\$ 298,39</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22450	R\$ 0,00	R\$ 594,38	<b>R\$ 594,38</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22446	R\$ 0,00	R\$ 494,95	<b>R\$ 494,95</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8345	R\$ 0,00	R\$ 283,01	<b>R\$ 283,01</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8592	R\$ 0,00	R\$ 261,48	<b>R\$ 261,48</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8349	R\$ 0,00	R\$ 310,69	<b>R\$ 310,69</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22454	R\$ 0,00	R\$ 481,10	<b>R\$ 481,10</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22492	R\$ 0,00	R\$ 118,43	<b>R\$ 118,43</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8343	R\$ 77,66	R\$ 222,69	<b>R\$ 300,35</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22490	R\$ 0,00	R\$ 127,76	<b>R\$ 127,76</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8358	R\$ 0,00	R\$ 747,16	<b>R\$ 747,16</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8344	R\$ 0,00	R\$ 273,78	<b>R\$ 273,78</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8342	R\$ 0,00	R\$ 130,74	<b>R\$ 130,74</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8512	R\$ 266,97	R\$ 161,32	<b>R\$ 428,29</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8511	R\$ 155,21	R\$ 123,98	<b>R\$ 279,19</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8357	R\$ 0,00	R\$ 641,46	<b>R\$ 641,46</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8352	R\$ 0,00	R\$ 292,24	<b>R\$ 292,24</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8350	R\$ 0,00	R\$ 307,62	<b>R\$ 307,62</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22480	R\$ 0,00	R\$ 256,60	<b>R\$ 256,60</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22456	R\$ 0,00	R\$ 505,15	<b>R\$ 505,15</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22478	R\$ 0,00	R\$ 286,59	<b>R\$ 286,59</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22452	R\$ 0,00	R\$ 568,57	<b>R\$ 568,57</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8605	R\$ 85,27	R\$ 170,99	<b>R\$ 256,26</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22489	R\$ 0,00	R\$ 127,76	<b>R\$ 127,76</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22479	R\$ 0,00	R\$ 271,59	<b>R\$ 271,59</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22451	R\$ 0,00	R\$ 539,41	<b>R\$ 539,41</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8513	R\$ 123,76	R\$ 162,93	<b>R\$ 286,69</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22491	R\$ 0,00	R\$ 121,66	<b>R\$ 121,66</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8413	R\$ 0,00	R\$ 266,47	<b>R\$ 266,47</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22457	R\$ 0,00	R\$ 517,13	<b>R\$ 517,13</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22453	R\$ 0,00	R\$ 546,70	<b>R\$ 546,70</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8600	R\$ 0,00	R\$ 316,67	<b>R\$ 316,67</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8591	R\$ 0,00	R\$ 259,94	<b>R\$ 259,94</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8346	R\$ 0,00	R\$ 292,24	<b>R\$ 292,24</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22449	R\$ 0,00	R\$ 502,97	<b>R\$ 502,97</b>

17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22459	R\$ 0,00	R\$ 512,97	<b>R\$ 512,97</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8494	R\$ 0,00	R\$ 219,94	<b>R\$ 219,94</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8510	R\$ 96,04	R\$ 76,80	<b>R\$ 172,84</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8509	R\$ 259,63	R\$ 143,31	<b>R\$ 402,94</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22482	R\$ 0,00	R\$ 601,37	<b>R\$ 601,37</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8601	R\$ 0,00	R\$ 295,31	<b>R\$ 295,31</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8347	R\$ 0,00	R\$ 298,39	<b>R\$ 298,39</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8353	R\$ 0,00	R\$ 481,11	<b>R\$ 481,11</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8360	R\$ 0,00	R\$ 519,20	<b>R\$ 519,20</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22458	R\$ 0,00	R\$ 515,05	<b>R\$ 515,05</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	22447	R\$ 0,00	R\$ 519,73	<b>R\$ 519,73</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8596	R\$ 0,00	R\$ 275,32	<b>R\$ 275,32</b>
17791	COMERCIAL JOACABA LTDA	8348	R\$ 0,00	R\$ 304,54	<b>R\$ 304,54</b>
18537	COMUNIDADE EVANGELICA DE JOACABA	20640	R\$ 417,85	R\$ 0,00	<b>R\$ 417,85</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35665	R\$ 0,00	R\$ 58,54	<b>R\$ 58,54</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35650	R\$ 479,43	R\$ 1.063,27	<b>R\$ 1.542,70</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35683	R\$ 0,00	R\$ 57,15	<b>R\$ 57,15</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35645	R\$ 414,67	R\$ 919,64	<b>R\$ 1.334,31</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35664	R\$ 0,00	R\$ 58,54	<b>R\$ 58,54</b>
41765	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISION	35666	R\$ 0,00	R\$ 58,54	<b>R\$ 58,54</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37771	R\$ 0,00	R\$ 56,06	<b>R\$ 56,06</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37756	R\$ 239,67	R\$ 789,49	<b>R\$ 1.029,16</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37096	R\$ 128,64	R\$ 314,57	<b>R\$ 443,21</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37091	R\$ 125,99	R\$ 323,03	<b>R\$ 449,02</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37752	R\$ 239,67	R\$ 789,49	<b>R\$ 1.029,16</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37095	R\$ 114,96	R\$ 250,85	<b>R\$ 365,81</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37768	R\$ 0,00	R\$ 56,06	<b>R\$ 56,06</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37791	R\$ 0,00	R\$ 58,26	<b>R\$ 58,26</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37794	R\$ 0,00	R\$ 58,26	<b>R\$ 58,26</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37749	R\$ 155,74	R\$ 380,85	<b>R\$ 536,59</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37784	R\$ 0,00	R\$ 58,26	<b>R\$ 58,26</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37770	R\$ 0,00	R\$ 56,06	<b>R\$ 56,06</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37772	R\$ 0,00	R\$ 56,06	<b>R\$ 56,06</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37753	R\$ 234,97	R\$ 774,02	<b>R\$ 1.008,99</b>
38142	CONDOMINIO PIRAMIDE	37792	R\$ 0,00	R\$ 58,26	<b>R\$ 58,26</b>
32856	CONDOMINIO PORTAL DAS AVENIDAS	13	R\$ 155,64	R\$ 185,61	<b>R\$ 341,25</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34978	R\$ 589,56	R\$ 1.708,76	<b>R\$ 2.298,32</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34996	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34995	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34997	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34979	R\$ 560,42	R\$ 1.574,23	<b>R\$ 2.134,65</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34980	R\$ 589,56	R\$ 1.708,76	<b>R\$ 2.298,32</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35006	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34994	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35008	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34998	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	35007	R\$ 0,00	R\$ 67,90	<b>R\$ 67,90</b>
36026	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ELENA MARIA	34983	R\$ 560,42	R\$ 1.574,23	<b>R\$ 2.134,65</b>
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33573	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33556	R\$ 40,19	R\$ 89,09	<b>R\$ 129,28</b>
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33564	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>

13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33571	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
13646	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PEDRO HENRIQUE MOREIRA	33133	R\$ 159,62	R\$ 353,72	<b>R\$ 513,34</b>
30837	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VERDE VALE	26370	R\$ 85,12	R\$ 274,72	<b>R\$ 359,84</b>
35193	CONDOMÍNIO SHOPPING XV	33973	R\$ 13,18	R\$ 21,98	<b>R\$ 35,16</b>
20979	CONFECÇÕES MIELE LTDA ME	22400	R\$ 0,00	R\$ 4.913,82	<b>R\$ 4.913,82</b>
1358	CONRADO E RUDOLFO RUY AUFFINGER	3146	R\$ 195,40	R\$ 7.062,16	<b>R\$ 7.257,56</b>
1358	CONRADO E RUDOLFO RUY AUFFINGER	5532	R\$ 501,13	R\$ 1.211,34	<b>R\$ 1.712,47</b>
1358	CONRADO E RUDOLFO RUY AUFFINGER	3098	R\$ 403,29	R\$ 32.471,04	<b>R\$ 32.874,33</b>
40514	CONRADO, RUDOLFO RUY AUFFINGER E DIOVAN PEREIRA DA ROSA	33811	R\$ 266,40	R\$ 2.997,78	<b>R\$ 3.264,18</b>
2719	CONSTANTINO STARES	2125	R\$ 49,00	R\$ 106,53	<b>R\$ 155,53</b>
43740	CONSTRUTORA E INCORPORADORA MM LTDA	1915	R\$ 889,16	R\$ 1.940,85	<b>R\$ 2.830,01</b>
3982	CONSTRUTORA MACRO LTDA	2977	R\$ 0,00	R\$ 1.640,56	<b>R\$ 1.640,56</b>
19989	COOPERATIVA REGIONAL DE LACTICINIOS JOACABA LTDA	12395	R\$ 311,10	R\$ 2.514,29	<b>R\$ 2.825,39</b>
42741	COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A	1892	R\$ 843,06	R\$ 8.747,28	<b>R\$ 9.590,34</b>
19798	COPPI MÁQUINAS LTDA	10765	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
19798	COPPI MÁQUINAS LTDA	10766	R\$ 0,00	R\$ 417,65	<b>R\$ 417,65</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23689	R\$ 0,00	R\$ 221,49	<b>R\$ 221,49</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23649	R\$ 0,00	R\$ 221,49	<b>R\$ 221,49</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23567	R\$ 0,00	R\$ 356,56	<b>R\$ 356,56</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23570	R\$ 0,00	R\$ 236,24	<b>R\$ 236,24</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23685	R\$ 0,00	R\$ 221,49	<b>R\$ 221,49</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23580	R\$ 0,00	R\$ 265,78	<b>R\$ 265,78</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23579	R\$ 0,00	R\$ 265,78	<b>R\$ 265,78</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23690	R\$ 50,70	R\$ 148,41	<b>R\$ 199,11</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23695	R\$ 0,00	R\$ 541,41	<b>R\$ 541,41</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23537	R\$ 0,00	R\$ 1.736,07	<b>R\$ 1.736,07</b>
20995	CORDAZZO IMOVEIS LTDA	23650	R\$ 0,00	R\$ 221,49	<b>R\$ 221,49</b>
34783	CRISTHIANE COVOLAN PICINATTO	5075	R\$ 0,00	R\$ 241,17	<b>R\$ 241,17</b>
52108	CRISTIAN MONDADORI BOARETTO	8048	R\$ 130,55	R\$ 347,05	<b>R\$ 477,60</b>
51687	CRISTIANE BERTI	36388	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
48856	CRISTIANE CARNIEL	4748	R\$ 121,93	R\$ 152,00	<b>R\$ 273,93</b>
49548	CRISTIANE PEREIRA DIAS	27515	R\$ 48,02	R\$ 54,93	<b>R\$ 102,95</b>
47589	CRISTIANO DE ALMEIDA	23644	R\$ 66,36	R\$ 198,18	<b>R\$ 264,54</b>
48575	CRISTIANO E TATIANE CORRETORES DE IMÓVEIS LTDA - EPP	10778	R\$ 136,82	R\$ 222,31	<b>R\$ 359,13</b>
50022	CRISTIANO ELIAS	11246	R\$ 60,46	R\$ 85,43	<b>R\$ 145,89</b>
12767	CRISTIANO LEMOS BISSANI	9524	R\$ 26,12	R\$ 52,31	<b>R\$ 78,43</b>
48550	CRISTINA SANTINI BELLOTTO	4340	R\$ 28,23	R\$ 64,65	<b>R\$ 92,88</b>
35926	CUSTÓDIO LIMA DOS SANTOS	8947	R\$ 263,19	R\$ 641,47	<b>R\$ 904,66</b>
42605	DAIANA CASTELAN MARTINS	36391	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
34578	DAIANA PAVÃO ROSSA	36181	R\$ 122,62	R\$ 262,16	<b>R\$ 384,78</b>
40667	DAIANE APARECIDA BORTOLI	11387	R\$ 0,00	R\$ 134,12	<b>R\$ 134,12</b>
40667	DAIANE APARECIDA BORTOLI	11388	R\$ 184,36	R\$ 356,68	<b>R\$ 541,04</b>
51173	DAIANE KLEINUBING	5128	R\$ 207,24	R\$ 566,10	<b>R\$ 773,34</b>
30685	DALTON CASALETTO	5067	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
30685	DALTON CASALETTO	5066	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
8745	DAMARCIO PEDROZO DE CAMPOS	6407	R\$ 74,31	R\$ 202,95	<b>R\$ 277,26</b>
5307	DANIEL ANTONIO FRATINI	3906	R\$ 0,00	R\$ 296,64	<b>R\$ 296,64</b>
12523	DANIEL CALIXTO F DE MORAES	9344	R\$ 47,80	R\$ 80,32	<b>R\$ 128,12</b>

37173	DANIEL CALIXTO FAGONDE MORAES E SIMONE BLOSS MORAES	9529	R\$ 122,80	R\$ 312,00	<b>R\$ 434,80</b>
3718	DANIEL CANCELLI	2748	R\$ 181,22	R\$ 434,40	<b>R\$ 615,62</b>
3718	DANIEL CANCELLI	2747	R\$ 239,81	R\$ 502,14	<b>R\$ 741,95</b>
33469	DANIEL PADILHA	3315	R\$ 0,00	R\$ 104,71	<b>R\$ 104,71</b>
49845	DANIEL STOPASSOLA	7486	R\$ 262,90	R\$ 516,82	<b>R\$ 779,72</b>
38587	DANIEL VARISA E MARIA APARECIDA ROSA VARISA	6705	R\$ 340,42	R\$ 1.017,71	<b>R\$ 1.358,13</b>
2664	DANIELA COSTENARO COUTO	2106	R\$ 0,00	R\$ 195,29	<b>R\$ 195,29</b>
2664	DANIELA COSTENARO COUTO	2104	R\$ 353,74	R\$ 655,73	<b>R\$ 1.009,47</b>
23162	DANIEL SCHLEMMER	3327	R\$ 78,16	R\$ 117,72	<b>R\$ 195,88</b>
23162	DANIEL SCHLEMMER	29972	R\$ 181,19	R\$ 338,80	<b>R\$ 519,99</b>
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	3444	R\$ 115,46	R\$ 134,67	<b>R\$ 250,13</b>
34251	DANIELLE DALA LASTA ROSSA	20920	R\$ 207,98	R\$ 133,69	<b>R\$ 341,67</b>
14637	DANILO FEDRIGO	10908	R\$ 102,64	R\$ 209,00	<b>R\$ 311,64</b>
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31672	R\$ 65,65	R\$ 56,04	<b>R\$ 121,69</b>
11423	DARCI DE GIACOMETTI	31673	R\$ 100,15	R\$ 87,46	<b>R\$ 187,61</b>
11423	DARCI DE GIACOMETTI	8495	R\$ 111,49	R\$ 78,47	<b>R\$ 189,96</b>
5150	DARCI E ELIZA C A DE NEGRI	3788	R\$ 0,00	R\$ 533,54	<b>R\$ 533,54</b>
2641	DARCI JOAO TOTH DA SILVEIRA	2090	R\$ 70,60	R\$ 298,18	<b>R\$ 368,78</b>
17548	DARCI JOSE KUHN	11655	R\$ 78,08	R\$ 395,62	<b>R\$ 473,70</b>
8991	DARCI MINGORI	10999	R\$ 0,00	R\$ 75,09	<b>R\$ 75,09</b>
18846	DARCI ROESLER & CIA LTDA - ME	9515	R\$ 0,00	R\$ 551,42	<b>R\$ 551,42</b>
43480	DARCI SERNAJOTTO	34940	R\$ 67,23	R\$ 117,83	<b>R\$ 185,06</b>
42807	DARIO GRIGOLO	26182	R\$ 125,25	R\$ 301,65	<b>R\$ 426,90</b>
42807	DARIO GRIGOLO	26198	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
6411	DAVI LOPES DE SOUZA	4650	R\$ 99,48	R\$ 132,91	<b>R\$ 232,39</b>
15165	DAVID USINGER	11294	R\$ 83,72	R\$ 185,01	<b>R\$ 268,73</b>
43001	DAYS PAZ PADILHA	9590	R\$ 45,77	R\$ 38,70	<b>R\$ 84,47</b>
49586	DEBORA ZAMBON DURIGON	27632	R\$ 42,57	R\$ 66,33	<b>R\$ 108,90</b>
36012	DEBORAH APARECIDA SUFREDINI	11268	R\$ 0,00	R\$ 784,42	<b>R\$ 784,42</b>
21211	DEDETIZACAO OSVALDIR LTDA - ME	5189	R\$ 191,85	R\$ 196,30	<b>R\$ 388,15</b>
32511	DEISE APARECIDA DALL' OGLIO FUGA	190	R\$ 251,85	R\$ 622,00	<b>R\$ 873,85</b>
10729	DEIZE LUIZA FUGA KALBUSCH	7894	R\$ 0,00	R\$ 643,76	<b>R\$ 643,76</b>
49569	DEJANIRA DE FÁTIMA MELLO	27527	R\$ 48,02	R\$ 65,84	<b>R\$ 113,86</b>
1466	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL	1211	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
19666	DEMATIC SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA	26247	R\$ 92,36	R\$ 53,80	<b>R\$ 146,16</b>
47189	DENISE APARECIDA DO NASCIMENTO	9757	R\$ 75,90	R\$ 227,70	<b>R\$ 303,60</b>
33427	DENISE DALLA LANA E LUIZ CARLOS LAZAROTTO	10076	R\$ 241,59	R\$ 727,69	<b>R\$ 969,28</b>
49468	DENISE TEIXEIRA ESTRAI	33620	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
14994	DERLI CARDOSO	11174	R\$ 48,02	R\$ 75,02	<b>R\$ 123,04</b>
14994	DERLI CARDOSO	28677	R\$ 57,80	R\$ 99,40	<b>R\$ 157,20</b>
52012	DESIREE PINO GOMES	11113	R\$ 0,00	R\$ 31,64	<b>R\$ 31,64</b>
4500	DEVINO POLI	5377	R\$ 13,85	R\$ 22,40	<b>R\$ 36,25</b>
4500	DEVINO POLI	3372	R\$ 245,14	R\$ 244,09	<b>R\$ 489,23</b>
45606	DEYVID TRANCHE LIMA E DANIELE CLAPES NUNES	34693	R\$ 239,54	R\$ 792,59	<b>R\$ 1.032,13</b>
45606	DEYVID TRANCHE LIMA E DANIELE CLAPES NUNES	34729	R\$ 0,00	R\$ 47,76	<b>R\$ 47,76</b>
5447	DIAMANTINA NEPOMUCENA SEITENFUS	30229	R\$ 63,95	R\$ 85,81	<b>R\$ 149,76</b>
5447	DIAMANTINA NEPOMUCENA SEITENFUS	4025	R\$ 53,29	R\$ 39,80	<b>R\$ 93,09</b>
37966	DIANA PERUZZOLO DOS SANTOS	11827	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>
40840	DIHEGO JOE MULLER	10109	R\$ 181,19	R\$ 814,40	<b>R\$ 995,59</b>
32400	DILCEIA IZABEL DALL' OGLIO	188	R\$ 403,00	R\$ 995,24	<b>R\$ 1.398,24</b>

32400	DILCEIA IZABEL DALL' OGLIO	189	R\$ 465,52	R\$ 1.210,70	<b>R\$ 1.676,22</b>
32510	DILCEIA IZABEL DALL' OGLIO E SANDRA L. DALL' OGLIO ZAMONER	26538	R\$ 0,00	R\$ 581,22	<b>R\$ 581,22</b>
37075	DILCEU LUIZ PAZINATTO	7631	R\$ 156,05	R\$ 410,05	<b>R\$ 566,10</b>
34790	DILETA MARIA TOSON	4409	R\$ 0,00	R\$ 115,94	<b>R\$ 115,94</b>
34790	DILETA MARIA TOSON	4408	R\$ 0,00	R\$ 147,38	<b>R\$ 147,38</b>
14466	DILMER TURCATEL	10774	R\$ 331,29	R\$ 809,65	<b>R\$ 1.140,94</b>
3693	DIOCESIO RAGNINI	35788	R\$ 0,00	R\$ 60,93	<b>R\$ 60,93</b>
3693	DIOCESIO RAGNINI	27716	R\$ 315,94	R\$ 540,33	<b>R\$ 856,27</b>
3693	DIOCESIO RAGNINI	35754	R\$ 275,10	R\$ 468,83	<b>R\$ 743,93</b>
3693	DIOCESIO RAGNINI	28288	R\$ 0,00	R\$ 57,85	<b>R\$ 57,85</b>
31218	DIOGENES FERNANDES LEAL	2472	R\$ 0,00	R\$ 1.254,21	<b>R\$ 1.254,21</b>
12954	DIONE MARINA PEREIRA PINTO	9655	R\$ 76,05	R\$ 147,07	<b>R\$ 223,12</b>
12973	DIONEIA SILVEIRA MENDES E OUTRA	9671	R\$ 48,02	R\$ 71,17	<b>R\$ 119,19</b>
32508	DIONEIA TEREZINHA DELLA FAVERA	10051	R\$ 0,00	R\$ 47,03	<b>R\$ 47,03</b>
34981	DIRCE DA SILVA JUNIOR	9969	R\$ 87,75	R\$ 187,14	<b>R\$ 274,89</b>
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	10942	R\$ 130,22	R\$ 271,05	<b>R\$ 401,27</b>
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	28183	R\$ 99,48	R\$ 249,56	<b>R\$ 349,04</b>
38041	DIRCEU ANTONIO CALAI	2720	R\$ 0,00	R\$ 372,37	<b>R\$ 372,37</b>
10650	DIRCEU ANTONIO MOLIN	11792	R\$ 104,61	R\$ 215,77	<b>R\$ 320,38</b>
42261	DIRCEU BETTEGA	7874	R\$ 104,61	R\$ 215,77	<b>R\$ 320,38</b>
9896	DIRCEU CHIAMULERA	7247	R\$ 18,47	R\$ 31,26	<b>R\$ 49,73</b>
5852	DIRCEU DA FONSECA SOUZA	4290	R\$ 63,95	R\$ 55,79	<b>R\$ 119,74</b>
10535	DIRCEU RENATO DE MARCO	7779	R\$ 223,73	R\$ 256,50	<b>R\$ 480,23</b>
9207	DIRLEI PEDRO CORONETTI	4410	R\$ 140,48	R\$ 278,04	<b>R\$ 418,52</b>
18428	DJANIRA ROSA SOBRINHA	6247	R\$ 415,64	R\$ 387,19	<b>R\$ 802,83</b>
9926	DOLVIR LUNARDELI	7270	R\$ 192,29	R\$ 296,62	<b>R\$ 488,91</b>
37038	DOMINGA GENIR PEGORARO FABRIN	3684	R\$ 355,27	R\$ 1.688,85	<b>R\$ 2.044,12</b>
9151	DOMINGOS DEUMIRTES DE CAMARGO	6682	R\$ 227,38	R\$ 382,49	<b>R\$ 609,87</b>
31682	DOMINGOS GALHOTTO	21556	R\$ 190,50	R\$ 417,18	<b>R\$ 607,68</b>
20712	DOMINGOS INACIO SIQUEIRA	8335	R\$ 131,10	R\$ 285,67	<b>R\$ 416,77</b>
43059	DONOVAN CONRADO	4535	R\$ 105,14	R\$ 173,45	<b>R\$ 278,59</b>
19535	DORIVAL AMANCIO DAMASIO	4458	R\$ 153,96	R\$ 209,03	<b>R\$ 362,99</b>
38297	DORIVAL BARBIERI E SANDRA ISSLER	26194	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
6351	DORIVAL CASSUL DE MENEZES	4615	R\$ 80,82	R\$ 74,53	<b>R\$ 155,35</b>
3850	DORVALINA FERREIRA FRANCA	2854	R\$ 48,02	R\$ 42,03	<b>R\$ 90,05</b>
8650	DORVALINO VACCARI	6724	R\$ 0,00	R\$ 521,54	<b>R\$ 521,54</b>
15300	DORVILIO BALAN E AURI MENDES DA LUZ	11376	R\$ 159,70	R\$ 335,75	<b>R\$ 495,45</b>
38722	DUNYA MAYER DE OLIVEIRA E YEDA LAZAROTTO DA SILVA	2464	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9484	R\$ 355,27	R\$ 4.184,60	<b>R\$ 4.539,87</b>
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9370	R\$ 547,31	R\$ 2.531,68	<b>R\$ 3.078,99</b>
17829	E.S.G.INTRACO LTDA	9188	R\$ 0,00	R\$ 1.157,09	<b>R\$ 1.157,09</b>
10055	EDEGAR ANTONIO CASTEGNARO	1694	R\$ 37,69	R\$ 93,06	<b>R\$ 130,75</b>
9552	EDER E SCHEILA M SATICQ	7007	R\$ 55,40	R\$ 90,36	<b>R\$ 145,76</b>
50530	EDEVALDO SILVEIRA BRAGA	35546	R\$ 185,90	R\$ 539,40	<b>R\$ 725,30</b>
14418	EDEZIA NETO WINKLER	10731	R\$ 170,59	R\$ 256,61	<b>R\$ 427,20</b>
9144	EDGAR ARNO BRISSON	6676	R\$ 337,51	R\$ 703,20	<b>R\$ 1.040,71</b>
51768	EDGAR EBERT	4438	R\$ 92,15	R\$ 152,55	<b>R\$ 244,70</b>
42214	EDGAR PEREZ	4478	R\$ 111,91	R\$ 188,61	<b>R\$ 300,52</b>
47368	EDGAR SPIELMAM	10824	R\$ 0,00	R\$ 91,28	<b>R\$ 91,28</b>
34710	EDI BURIN	10445	R\$ 278,91	R\$ 431,66	<b>R\$ 710,57</b>

14632	EDIANA OLIVO E DIEGO OLIVO	11360	R\$ 239,42	R\$ 710,43	<b>R\$ 949,85</b>
51491	EDIERSON BENDER	26919	R\$ 0,00	R\$ 81,64	<b>R\$ 81,64</b>
38014	EDILAR IVO BIZZON	10428	R\$ 253,17	R\$ 547,65	<b>R\$ 800,82</b>
41429	EDILCEO CARLOS VAGNER	4735	R\$ 177,42	R\$ 468,87	<b>R\$ 646,29</b>
40329	EDILSON LUIZ TAUFER	27464	R\$ 0,00	R\$ 59,55	<b>R\$ 59,55</b>
40329	EDILSON LUIZ TAUFER	27457	R\$ 281,41	R\$ 487,74	<b>R\$ 769,15</b>
10600	EDIMARA ALVES CASSIANO	7835	R\$ 149,22	R\$ 324,89	<b>R\$ 474,11</b>
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	31164	R\$ 360,22	R\$ 635,84	<b>R\$ 996,06</b>
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	4339	R\$ 108,36	R\$ 228,47	<b>R\$ 336,83</b>
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	4338	R\$ 0,00	R\$ 287,30	<b>R\$ 287,30</b>
5928	EDIMILSON ANDOLFATTO	31166	R\$ 589,56	R\$ 971,96	<b>R\$ 1.561,52</b>
38976	EDINA MARI CAVICHIOLE E CELIO JOSÉ RAMOS	2044	R\$ 48,03	R\$ 91,47	<b>R\$ 139,50</b>
41925	EDINEY CARLOS KASBURG E GISSEI AP. MARTELLI BURATTO	34615	R\$ 198,06	R\$ 568,12	<b>R\$ 766,18</b>
6341	EDITE DA SILVA ROSA	4607	R\$ 0,00	R\$ 313,39	<b>R\$ 313,39</b>
6341	EDITE DA SILVA ROSA	5410	R\$ 111,91	R\$ 232,91	<b>R\$ 344,82</b>
39784	EDNIRA LÚCIA LATENIK, NEIDE MARIA TEIXEIRA E ELIZEO HOPPEN	23250	R\$ 130,41	R\$ 781,53	<b>R\$ 911,94</b>
52916	EDSON CRUZ DA SILVA	23484	R\$ 48,02	R\$ 61,23	<b>R\$ 109,25</b>
41282	EDSON JOSÉ FINGER	9171	R\$ 154,65	R\$ 431,10	<b>R\$ 585,75</b>
42191	EDSON KNOB E ANA CRISTINA JACINTO BERTHI KNOB	11171	R\$ 88,68	R\$ 273,97	<b>R\$ 362,65</b>
50173	EDSON TEIXEIRA DUARTE	23478	R\$ 48,02	R\$ 64,25	<b>R\$ 112,27</b>
7224	EDSON ZAGONEL	27164	R\$ 91,54	R\$ 160,28	<b>R\$ 251,82</b>
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	2866	R\$ 78,16	R\$ 101,96	<b>R\$ 180,12</b>
38189	EDUARDO ANTONIO MOSLINGER	28853	R\$ 109,42	R\$ 187,19	<b>R\$ 296,61</b>
3340	EDUARDO BELEGANTE	2477	R\$ 420,00	R\$ 568,51	<b>R\$ 988,51</b>
41893	EDUARDO BELEGANTE E PEDRA BELEGANTE	2055	R\$ 268,59	R\$ 479,11	<b>R\$ 747,70</b>
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	6208	R\$ 537,09	R\$ 1.030,86	<b>R\$ 1.567,95</b>
8428	EDUARDO BRUNO WYZYKOWSKI	27831	R\$ 177,72	R\$ 267,12	<b>R\$ 444,84</b>
51627	EDUARDO FELIPE FELL	26877	R\$ 37,76	R\$ 41,44	<b>R\$ 79,20</b>
29915	EDUARDO GRUBER	34597	R\$ 0,00	R\$ 1.543,05	<b>R\$ 1.543,05</b>
29915	EDUARDO GRUBER	35628	R\$ 362,81	R\$ 727,86	<b>R\$ 1.090,67</b>
42565	EDUARDO MARCELO LOTTERMANN	3228	R\$ 125,23	R\$ 251,83	<b>R\$ 377,06</b>
35681	EDUARDO MARINO JACOMEL	4894	R\$ 0,00	R\$ 113,89	<b>R\$ 113,89</b>
46269	EDUARDO NERY FUGANTY	36210	R\$ 0,00	R\$ 89,63	<b>R\$ 89,63</b>
43381	EDUARDO PANERAI DELAVI	27596	R\$ 142,87	R\$ 419,46	<b>R\$ 562,33</b>
43381	EDUARDO PANERAI DELAVI	27597	R\$ 0,00	R\$ 98,44	<b>R\$ 98,44</b>
3967	EDUARDO ROSARIO HOMMERDING	3949	R\$ 130,62	R\$ 458,07	<b>R\$ 588,69</b>
33482	EGUINALDO PEDRO E ROSELI MARIA SALVADOR	9030	R\$ 517,28	R\$ 1.062,22	<b>R\$ 1.579,50</b>
49491	ELAINE RAQUEL CORREIA	11490	R\$ 48,02	R\$ 100,30	<b>R\$ 148,32</b>
12269	ELCIO EMILIO FINGER	9172	R\$ 179,80	R\$ 427,70	<b>R\$ 607,50</b>
46476	ELI MARTINS	34804	R\$ 171,28	R\$ 313,08	<b>R\$ 484,36</b>
45264	ELIANA PEROTTO	4240	R\$ 119,02	R\$ 177,98	<b>R\$ 297,00</b>
50456	ELIANDRO MURER	9815	R\$ 0,00	R\$ 385,07	<b>R\$ 385,07</b>
49473	ELIANE ANTUNES PEREIRA	33641	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>
3839	ELIANE APARECIDA MARTINS	2843	R\$ 130,12	R\$ 142,11	<b>R\$ 272,23</b>
38071	ELIANE APARECIDA ZACARON	11491	R\$ 48,02	R\$ 100,30	<b>R\$ 148,32</b>
41193	ELIANE DE ANHAIA BRESSAN	11202	R\$ 172,48	R\$ 516,60	<b>R\$ 689,08</b>
2939	ELIANI MARLIS HAHN ROCCA E OUTROS	2229	R\$ 501,13	R\$ 1.044,47	<b>R\$ 1.545,60</b>
51895	ELIAS ALBINO DE MEDEIROS SOBRINHO	35210	R\$ 0,00	R\$ 55,56	<b>R\$ 55,56</b>
51895	ELIAS ALBINO DE MEDEIROS SOBRINHO	35182	R\$ 287,74	R\$ 439,66	<b>R\$ 727,40</b>



15067	ELIAS AMBROSIO	11239	R\$ 85,43	R\$ 65,49	<b>R\$ 150,92</b>
14580	ELIAS RAMOS	10860	R\$ 101,40	R\$ 194,35	<b>R\$ 295,75</b>
14580	ELIAS RAMOS	23566	R\$ 0,00	R\$ 493,67	<b>R\$ 493,67</b>
10502	ELIO DORNELES	9155	R\$ 197,18	R\$ 260,10	<b>R\$ 457,28</b>
10502	ELIO DORNELES	7749	R\$ 99,89	R\$ 188,56	<b>R\$ 288,45</b>
32993	ELIO NEI RODRIGUES DE SOUZA	20933	R\$ 355,27	R\$ 734,62	<b>R\$ 1.089,89</b>
5594	ELISA LAVRATTI	4130	R\$ 0,00	R\$ 342,30	<b>R\$ 342,30</b>
38842	ELISANDRA RODRIGUES DA ROSA	27594	R\$ 0,00	R\$ 98,44	<b>R\$ 98,44</b>
50547	ELIZA THIBES MARQUES	9206	R\$ 55,98	R\$ 142,92	<b>R\$ 198,90</b>
12630	ELIZABET CHIAMULERA	9416	R\$ 266,62	R\$ 662,76	<b>R\$ 929,38</b>
3174	ELIZABET MARIASINHA BISSANI	2377	R\$ 165,73	R\$ 427,02	<b>R\$ 592,75</b>
40238	ELIZABET TEREZINHA DEBASTANI REGINATO	33369	R\$ 242,46	R\$ 371,64	<b>R\$ 614,10</b>
45539	ELIZABETH SANDRA BLUM LOBO CHERUBINI	3270	R\$ 0,00	R\$ 524,56	<b>R\$ 524,56</b>
52972	ELIZETE APARECIDA RIBEIRO	11901	R\$ 102,63	R\$ 408,26	<b>R\$ 510,89</b>
51177	ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI	5582	R\$ 113,78	R\$ 252,13	<b>R\$ 365,91</b>
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	32558	R\$ 50,70	R\$ 66,04	<b>R\$ 116,74</b>
14860	ELIZEU ANTONIO TIGRE	11049	R\$ 59,57	R\$ 66,43	<b>R\$ 126,00</b>
26829	ELIZEU LORENCO ORSO	27600	R\$ 0,00	R\$ 98,44	<b>R\$ 98,44</b>
34040	ELIZIANE, AIRTON, VALQUIRIA E DAIANE DOS SANTOS RODRIGUES	4557	R\$ 103,60	R\$ 123,80	<b>R\$ 227,40</b>
34040	ELIZIANE, AIRTON, VALQUIRIA E DAIANE DOS SANTOS RODRIGUES	30503	R\$ 132,96	R\$ 160,20	<b>R\$ 293,16</b>
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7569	R\$ 0,00	R\$ 334,53	<b>R\$ 334,53</b>
10317	ELMIR JOSE DEL PIZZOL	7570	R\$ 0,00	R\$ 334,53	<b>R\$ 334,53</b>
43874	ELOI ALVES DE OLIVEIRA DE SOUZA	33065	R\$ 48,02	R\$ 74,92	<b>R\$ 122,94</b>
38590	ELOI BRUNO CHIAMULERA	5655	R\$ 356,74	R\$ 774,68	<b>R\$ 1.131,42</b>
12880	ELOI MACHADO SOARES	9602	R\$ 142,11	R\$ 203,54	<b>R\$ 345,65</b>
12880	ELOI MACHADO SOARES	9782	R\$ 122,57	R\$ 403,78	<b>R\$ 526,35</b>
12880	ELOI MACHADO SOARES	9780	R\$ 0,00	R\$ 282,96	<b>R\$ 282,96</b>
12880	ELOI MACHADO SOARES	9837	R\$ 269,65	R\$ 706,93	<b>R\$ 976,58</b>
38205	ELSA M, PEDRO B, PAULO V, SANDRA R, ANGELO R E ANA D. BECHI	5279	R\$ 355,27	R\$ 1.212,37	<b>R\$ 1.567,64</b>
608	ELSA TERESINHA GRISA	486	R\$ 224,92	R\$ 552,68	<b>R\$ 777,60</b>
35280	ELVIO BECKER	11816	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>
10306	ELVIO BECKER E DANIELA DA SILVEIRA A BECKER	7561	R\$ 85,27	R\$ 208,66	<b>R\$ 293,93</b>
14105	ELVIRA ALVES DA SILVA	23075	R\$ 183,59	R\$ 1.082,37	<b>R\$ 1.265,96</b>
14081	ELZA FERRI E IOLANDA IVONE FERRI VOLPATO	23068	R\$ 0,00	R\$ 225,06	<b>R\$ 225,06</b>
4336	ELZA ROSA DE OLIVEIRA	20868	R\$ 15,76	R\$ 18,35	<b>R\$ 34,11</b>
8766	ELZA SCHNEIDER	6428	R\$ 0,00	R\$ 649,15	<b>R\$ 649,15</b>
2402	ELZA WEISS	2275	R\$ 162,47	R\$ 201,81	<b>R\$ 364,28</b>
2402	ELZA WEISS	1928	R\$ 305,06	R\$ 592,69	<b>R\$ 897,75</b>
2402	ELZA WEISS	1929	R\$ 311,55	R\$ 616,35	<b>R\$ 927,90</b>
34084	EMANUELI DUARTE E ALCÉMIR PAULO ROCHA	10560	R\$ 166,80	R\$ 239,40	<b>R\$ 406,20</b>
50842	EMERSON E LUCIANA RADEL BORTOLI PILATI	35262	R\$ 259,10	R\$ 771,73	<b>R\$ 1.030,83</b>
41658	EMERSON GONÇALVES DO COUTO	28142	R\$ 151,98	R\$ 2.914,61	<b>R\$ 3.066,59</b>
41658	EMERSON GONÇALVES DO COUTO	37979	R\$ 178,46	R\$ 548,98	<b>R\$ 727,44</b>
45551	EMERSON SCAPINI E LUCILENE SARTORI	11346	R\$ 60,84	R\$ 177,72	<b>R\$ 238,56</b>
6522	EMILIA MARLI VIEIRA DA SILVA PEROTTO	1069	R\$ 97,70	R\$ 54,21	<b>R\$ 151,91</b>
6522	EMILIA MARLI VIEIRA DA SILVA PEROTTO	1070	R\$ 53,29	R\$ 46,58	<b>R\$ 99,87</b>
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28587	R\$ 21,34	R\$ 51,95	<b>R\$ 73,29</b>
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28585	R\$ 21,34	R\$ 51,95	<b>R\$ 73,29</b>

13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	10187	R\$ 21,34	R\$ 51,95	<b>R\$ 73,29</b>
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO	28586	R\$ 21,34	R\$ 51,95	<b>R\$ 73,29</b>
18062	EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS BRAGAGNOLO LTDA	12407	R\$ 35,28	R\$ 168,06	<b>R\$ 203,34</b>
17816	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	5712	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
15423	ENEDIR DA SILVA MARTINS	23448	R\$ 96,04	R\$ 115,66	<b>R\$ 211,70</b>
52492	ENEDIR MARIA VARELA	3037	R\$ 175,65	R\$ 218,61	<b>R\$ 394,26</b>
14711	ENIO RECH	23219	R\$ 101,08	R\$ 330,07	<b>R\$ 431,15</b>
12408	ENIO WEBER	9271	R\$ 155,96	R\$ 420,91	<b>R\$ 576,87</b>
10467	EOLODIR MACIEL E CARMELINDO D.SANTOS	7715	R\$ 184,74	R\$ 425,64	<b>R\$ 610,38</b>
4245	ERALDO ANTONIO ULIANA	3300	R\$ 26,06	R\$ 51,11	<b>R\$ 77,17</b>
4245	ERALDO ANTONIO ULIANA	9210	R\$ 149,34	R\$ 381,21	<b>R\$ 530,55</b>
4245	ERALDO ANTONIO ULIANA	9226	R\$ 0,00	R\$ 52,80	<b>R\$ 52,80</b>
33307	ERCINDO TAVARES DE JESUS	3024	R\$ 209,63	R\$ 256,72	<b>R\$ 466,35</b>
49769	ERICK HENRIQUE ZANIN	27525	R\$ 48,02	R\$ 66,25	<b>R\$ 114,27</b>
53183	ERICO CAETANO DE SOUZA	3569	R\$ 78,16	R\$ 62,62	<b>R\$ 140,78</b>
53183	ERICO CAETANO DE SOUZA	3573	R\$ 53,29	R\$ 38,40	<b>R\$ 91,69</b>
36127	ERNESTO BERSAGHI	5480	R\$ 456,91	R\$ 786,76	<b>R\$ 1.243,67</b>
23133	ERNESTO PUTTI NETO	2976	R\$ 95,92	R\$ 142,88	<b>R\$ 238,80</b>
7785	ERNESTO ZAGO	23071	R\$ 0,00	R\$ 354,85	<b>R\$ 354,85</b>
7785	ERNESTO ZAGO	7061	R\$ 451,41	R\$ 581,20	<b>R\$ 1.032,61</b>
14216	ERVINO PAES DE FARIAS	10841	R\$ 203,81	R\$ 378,05	<b>R\$ 581,86</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8590	R\$ 0,00	R\$ 2.041,23	<b>R\$ 2.041,23</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8129	R\$ 0,00	R\$ 546,02	<b>R\$ 546,02</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8566	R\$ 0,00	R\$ 564,76	<b>R\$ 564,76</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8567	R\$ 0,00	R\$ 575,22	<b>R\$ 575,22</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8146	R\$ 0,00	R\$ 304,54	<b>R\$ 304,54</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	8589	R\$ 0,00	R\$ 639,81	<b>R\$ 639,81</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	2128	R\$ 593,88	R\$ 866,35	<b>R\$ 1.460,23</b>
1583	ERVINO WERNER SUHNEL	2120	R\$ 0,00	R\$ 2.039,41	<b>R\$ 2.039,41</b>
33142	ESPÓLIDO DE GELNEI ANA MORESCO CASADO	724	R\$ 0,00	R\$ 150,60	<b>R\$ 150,60</b>
1537	ESPOLIO DE ALBINO BIAGGIO SGANZERLA	1279	R\$ 843,06	R\$ 7.811,94	<b>R\$ 8.655,00</b>
10072	ESPÓLIO DE ALZIRA ALVES VALENCIO	7371	R\$ 266,46	R\$ 355,23	<b>R\$ 621,69</b>
3992	ESPÓLIO DE AMERICO SUTIL	2985	R\$ 258,02	R\$ 502,74	<b>R\$ 760,76</b>
8627	ESPÓLIO DE ANSELMO ANTONIO MIGNONI	6379	R\$ 108,36	R\$ 309,70	<b>R\$ 418,06</b>
8627	ESPÓLIO DE ANSELMO ANTONIO MIGNONI	6352	R\$ 589,56	R\$ 1.870,64	<b>R\$ 2.460,20</b>
8859	ESPÓLIO DE ARCOELINO ARCANGELO GIERO	7116	R\$ 143,70	R\$ 842,16	<b>R\$ 985,86</b>
11779	ESPÓLIO DE ARLINDO EDVINO BECKER	29202	R\$ 106,58	R\$ 115,04	<b>R\$ 221,62</b>
11779	ESPÓLIO DE ARLINDO EDVINO BECKER	8766	R\$ 173,20	R\$ 293,52	<b>R\$ 466,72</b>
8078	ESPOLIO DE ATILIO E JOSE POZZA	21851	R\$ 57,43	R\$ 85,96	<b>R\$ 143,39</b>
33166	ESPÓLIO DE CRISTEL ANELIESE PICCOLI	1194	R\$ 758,75	R\$ 1.160,29	<b>R\$ 1.919,04</b>
33166	ESPÓLIO DE CRISTEL ANELIESE PICCOLI	29468	R\$ 0,00	R\$ 49,93	<b>R\$ 49,93</b>
33166	ESPÓLIO DE CRISTEL ANELIESE PICCOLI	1196	R\$ 589,56	R\$ 2.030,67	<b>R\$ 2.620,23</b>
33166	ESPÓLIO DE CRISTEL ANELIESE PICCOLI	1195	R\$ 578,69	R\$ 792,74	<b>R\$ 1.371,43</b>
4616	ESPÓLIO DE DALCIR DE SANTI E VANUZA DE SANTI	20928	R\$ 233,24	R\$ 258,16	<b>R\$ 491,40</b>
4616	ESPÓLIO DE DALCIR DE SANTI E VANUZA DE SANTI	3455	R\$ 114,59	R\$ 119,49	<b>R\$ 234,08</b>
11936	ESPOLIO DE DARCI FERREIRA BRANDAO	8898	R\$ 219,19	R\$ 327,80	<b>R\$ 546,99</b>
11936	ESPOLIO DE DARCI FERREIRA BRANDAO	8899	R\$ 124,35	R\$ 153,62	<b>R\$ 277,97</b>
5899	ESPÓLIO DE ELOI ERNO SCHNEIDER	4327	R\$ 264,68	R\$ 390,84	<b>R\$ 655,52</b>
2588	ESPÓLIO DE EMANOEL CESAR DOS SANTOS	2063	R\$ 589,56	R\$ 1.263,29	<b>R\$ 1.852,85</b>
10417	ESPÓLIO DE EMELDA ROSA KUNZLER ENVELLER	7666	R\$ 74,61	R\$ 116,44	<b>R\$ 191,05</b>
15361	ESPÓLIO DE ERNESTO CALLIARI	23433	R\$ 0,00	R\$ 6.025,30	<b>R\$ 6.025,30</b>

185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	861	R\$ 405,92	R\$ 1.017,23	<b>R\$ 1.423,15</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	36031	R\$ 0,00	R\$ 1.640,11	<b>R\$ 1.640,11</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	1439	R\$ 0,00	R\$ 2.568,74	<b>R\$ 2.568,74</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	9537	R\$ 0,00	R\$ 1.792,76	<b>R\$ 1.792,76</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	8289	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	863	R\$ 405,92	R\$ 1.017,23	<b>R\$ 1.423,15</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	21864	R\$ 259,95	R\$ 1.528,44	<b>R\$ 1.788,39</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	6028	R\$ 0,00	R\$ 2.729,72	<b>R\$ 2.729,72</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	159	R\$ 623,86	R\$ 844,32	<b>R\$ 1.468,18</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	998	R\$ 843,06	R\$ 4.352,93	<b>R\$ 5.195,99</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	862	R\$ 405,92	R\$ 1.017,23	<b>R\$ 1.423,15</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	1452	R\$ 660,31	R\$ 1.633,18	<b>R\$ 2.293,49</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	8277	R\$ 0,00	R\$ 253,78	<b>R\$ 253,78</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	394	R\$ 0,00	R\$ 831,63	<b>R\$ 831,63</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	6052	R\$ 216,45	R\$ 1.310,87	<b>R\$ 1.527,32</b>
185	ESPÓLIO DE EUCLYDES SELVINO GRANDO	9199	R\$ 206,35	R\$ 351,51	<b>R\$ 557,86</b>
1221	ESPÓLIO DE FLORIANO WYZYKOWSKI	1034	R\$ 232,68	R\$ 281,21	<b>R\$ 513,89</b>
1221	ESPÓLIO DE FLORIANO WYZYKOWSKI	1006	R\$ 239,30	R\$ 344,74	<b>R\$ 584,04</b>
2587	ESPÓLIO DE FRANCISCA DE LIMA VIERO	2061	R\$ 119,34	R\$ 750,90	<b>R\$ 870,24</b>
8682	ESPÓLIO DE GENI MOREIRA AQUINO	8704	R\$ 46,26	R\$ 75,45	<b>R\$ 121,71</b>
8682	ESPÓLIO DE GENI MOREIRA AQUINO	8705	R\$ 0,00	R\$ 114,39	<b>R\$ 114,39</b>
8682	ESPÓLIO DE GENI MOREIRA AQUINO	21963	R\$ 73,69	R\$ 90,30	<b>R\$ 163,99</b>
49549	ESPÓLIO DE IRENE ROCHA	27514	R\$ 72,12	R\$ 98,02	<b>R\$ 170,14</b>
8384	ESPÓLIO DE ITO LAURINDO MERGENER	6167	R\$ 223,28	R\$ 578,82	<b>R\$ 802,10</b>
40142	ESPÓLIO DE JACI ELVIRA MALISKA	32831	R\$ 48,02	R\$ 244,42	<b>R\$ 292,44</b>
21156	ESPOLIO DE JAIR DE ALMEIDA	11007	R\$ 177,44	R\$ 1.226,50	<b>R\$ 1.403,94</b>
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2042	R\$ 0,00	R\$ 6.367,12	<b>R\$ 6.367,12</b>
2560	ESPOLIO DE JOAO LIMAS	2053	R\$ 0,00	R\$ 1.737,51	<b>R\$ 1.737,51</b>
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	32948	R\$ 79,85	R\$ 136,51	<b>R\$ 216,36</b>
14553	ESPOLIO DE JOAQUIM FELICIANO DE ARAUJO	10836	R\$ 175,89	R\$ 206,55	<b>R\$ 382,44</b>
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	2986	R\$ 102,96	R\$ 231,03	<b>R\$ 333,99</b>
3993	ESPOLIO DE JORDAO CLARO DOS SANTOS	29930	R\$ 55,46	R\$ 117,29	<b>R\$ 172,75</b>
14420	ESPÓLIO DE JURACI VERONICA FIDELIS	10733	R\$ 166,53	R\$ 439,29	<b>R\$ 605,82</b>
13186	ESPOLIO DE LUIZ CUNHA	9862	R\$ 84,56	R\$ 126,22	<b>R\$ 210,78</b>
13186	ESPOLIO DE LUIZ CUNHA	22856	R\$ 99,48	R\$ 134,27	<b>R\$ 233,75</b>
7820	ESPOLIO DE LUIZ MOLIN NETO	5769	R\$ 557,14	R\$ 818,70	<b>R\$ 1.375,84</b>
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20145	R\$ 0,00	R\$ 50,08	<b>R\$ 50,08</b>
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20146	R\$ 0,00	R\$ 203,38	<b>R\$ 203,38</b>
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	514	R\$ 0,00	R\$ 80,34	<b>R\$ 80,34</b>
664	ESPOLIO DE MANOEL OLINTO PEREIRA	20147	R\$ 0,00	R\$ 328,83	<b>R\$ 328,83</b>
9204	ESPÓLIO DE MARIA IRACEMA VIEIRA SCHNEIDER	6726	R\$ 113,69	R\$ 259,20	<b>R\$ 372,89</b>
8252	ESPÓLIO DE MILO ANTONIO CALLIARI	23301	R\$ 0,00	R\$ 2.352,98	<b>R\$ 2.352,98</b>
8252	ESPÓLIO DE MILO ANTONIO CALLIARI	6521	R\$ 0,00	R\$ 577,62	<b>R\$ 577,62</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	34115	R\$ 111,91	R\$ 169,85	<b>R\$ 281,76</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3712	R\$ 149,22	R\$ 174,65	<b>R\$ 323,87</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3717	R\$ 172,31	R\$ 208,42	<b>R\$ 380,73</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3711	R\$ 357,05	R\$ 525,09	<b>R\$ 882,14</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	30133	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
5033	ESPÓLIO DE NAROLINO VIEIRA DA SILVA	3713	R\$ 99,48	R\$ 107,58	<b>R\$ 207,06</b>
5753	ESPOLIO DE NILTON ANTONIO CAVICHOLI	4230	R\$ 158,10	R\$ 1.344,00	<b>R\$ 1.502,10</b>
38394	ESPÓLIO DE PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA	7709	R\$ 0,00	R\$ 288,68	<b>R\$ 288,68</b>

8805	ESPÓLIO DE RENATO JOSE DITZEL	6460	R\$ 48,74	R\$ 76,56	<b>R\$ 125,30</b>
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCHNER	34347	R\$ 0,00	R\$ 342,28	<b>R\$ 342,28</b>
42365	ESPÓLIO DE RUI RUNDBUCHNER	6055	R\$ 355,27	R\$ 625,76	<b>R\$ 981,03</b>
14579	ESPOLIO DE SALMO RAMOS	10859	R\$ 121,70	R\$ 204,94	<b>R\$ 326,64</b>
4362	ESPOLIO DE SEBASTIAO RODRIGUES	3256	R\$ 0,00	R\$ 1.250,86	<b>R\$ 1.250,86</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3080	R\$ 0,00	R\$ 559,29	<b>R\$ 559,29</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3087	R\$ 0,00	R\$ 800,56	<b>R\$ 800,56</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3079	R\$ 222,99	R\$ 546,30	<b>R\$ 769,29</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	2902	R\$ 0,00	R\$ 2.682,02	<b>R\$ 2.682,02</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	3086	R\$ 0,00	R\$ 708,00	<b>R\$ 708,00</b>
490	ESPÓLIO DE SEVERINO ANTONIO GRIGOLO	420	R\$ 355,27	R\$ 1.050,80	<b>R\$ 1.406,07</b>
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22848	R\$ 238,39	R\$ 301,80	<b>R\$ 540,19</b>
13126	ESPÓLIO DE SEVERINO ZANELLA	22847	R\$ 240,61	R\$ 294,00	<b>R\$ 534,61</b>
36750	ESPOLIO DE SILVIO ROCCO BRADO	11749	R\$ 0,00	R\$ 315,41	<b>R\$ 315,41</b>
11359	ESPÓLIO DE SYLVESTRE BALDISSERA	8442	R\$ 19,14	R\$ 42,48	<b>R\$ 61,62</b>
9068	ESPOLIO DE VIDAL SOUZA	6631	R\$ 155,93	R\$ 149,87	<b>R\$ 305,80</b>
9068	ESPOLIO DE VIDAL SOUZA	22071	R\$ 78,16	R\$ 57,82	<b>R\$ 135,98</b>
32516	ESPÓLIO DE VIDALMINA PEREIRA CERINO	10664	R\$ 27,31	R\$ 37,21	<b>R\$ 64,52</b>
48119	ESPÓLIO DE VILMAR RODRIGUES DE GODOES	11163	R\$ 33,00	R\$ 41,10	<b>R\$ 74,10</b>
35872	ESPÓLIO DE VITORINO PINTO DE SOUZA	33510	R\$ 97,63	R\$ 278,15	<b>R\$ 375,78</b>
15498	ESPOLIO DE YONE PEREIRA FERNANDES	11487	R\$ 48,02	R\$ 79,68	<b>R\$ 127,70</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	1198	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	33890	R\$ 627,19	R\$ 0,00	<b>R\$ 627,19</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	23052	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	5826	R\$ 2.275,67	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.275,67</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	20753	R\$ 1.586,49	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.586,49</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	3685	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	22809	R\$ 2.189,26	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.189,26</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	25280	R\$ 222,78	R\$ 0,00	<b>R\$ 222,78</b>
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA	5829	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
38831	ESTELAMAR CLAIRSSE GRUHLKE BUHRINGER E EVALDO BUHRINGER	27503	R\$ 86,90	R\$ 193,04	<b>R\$ 279,94</b>
34938	ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	11278	R\$ 322,63	R\$ 3.488,52	<b>R\$ 3.811,15</b>
34938	ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	642	R\$ 40,58	R\$ 89,06	<b>R\$ 129,64</b>
34938	ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	3922	R\$ 76,59	R\$ 217,86	<b>R\$ 294,45</b>
2263	EUCLIDES CANCELLI	26231	R\$ 0,00	R\$ 55,72	<b>R\$ 55,72</b>
2263	EUCLIDES CANCELLI	26236	R\$ 0,00	R\$ 55,72	<b>R\$ 55,72</b>
2263	EUCLIDES CANCELLI	26235	R\$ 0,00	R\$ 55,72	<b>R\$ 55,72</b>
2263	EUCLIDES CANCELLI	26229	R\$ 0,00	R\$ 55,72	<b>R\$ 55,72</b>
17435	EUCLIDES INACIO DA SILVA	11583	R\$ 0,00	R\$ 115,33	<b>R\$ 115,33</b>
49449	EUCLIDES PANCERA	33661	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>
8625	EUDA APARECIDA PINTO DE SOUZA	6350	R\$ 28,34	R\$ 45,54	<b>R\$ 73,88</b>
18479	EUGENIO TRINDADE DOS SANTOS	11560	R\$ 71,25	R\$ 152,15	<b>R\$ 223,40</b>
46750	EULER FRANCESCHET	5137	R\$ 0,00	R\$ 241,15	<b>R\$ 241,15</b>
46750	EULER FRANCESCHET	35417	R\$ 150,71	R\$ 454,79	<b>R\$ 605,50</b>
32736	EUNICE RIBEIRO	26895	R\$ 0,00	R\$ 103,36	<b>R\$ 103,36</b>
53261	EUNISE DA SILVA DREHER	4380	R\$ 44,40	R\$ 71,00	<b>R\$ 115,40</b>
10227	EURIPEDES CASTEGNARO	31421	R\$ 142,11	R\$ 402,85	<b>R\$ 544,96</b>
49597	EVA CERENITA DA SILVA	27646	R\$ 48,02	R\$ 74,28	<b>R\$ 122,30</b>

12988	EVA FERREIRA DE ASSIS	9685	R\$ 48,02	R\$ 109,18	<b>R\$ 157,20</b>
7296	EVA RAMOS	21684	R\$ 64,84	R\$ 84,29	<b>R\$ 149,13</b>
10436	EVANDINA DE OLIVEIRA	7685	R\$ 48,02	R\$ 128,25	<b>R\$ 176,27</b>
10436	EVANDINA DE OLIVEIRA	7684	R\$ 140,33	R\$ 215,39	<b>R\$ 355,72</b>
12731	EVANDRO,VIVIANE E CRISTIANE STRATMANN	9493	R\$ 457,09	R\$ 2.014,75	<b>R\$ 2.471,84</b>
41923	EVANIR CERVELIN E JORGE ROBERTO SEBASTIÃO	5200	R\$ 213,16	R\$ 285,00	<b>R\$ 498,16</b>
48585	EVERSON CLAUDIO FRISKE	3457	R\$ 114,87	R\$ 234,36	<b>R\$ 349,23</b>
47475	EVERTON CORREIA DE LIMA	26941	R\$ 228,14	R\$ 513,17	<b>R\$ 741,31</b>
42627	EVERTON E TAINARA DUTRA DEBUS	10827	R\$ 48,02	R\$ 90,11	<b>R\$ 138,13</b>
3251	EZILDA DE FATIMA MIRANDA	11994	R\$ 0,00	R\$ 49,17	<b>R\$ 49,17</b>
3251	EZILDA DE FATIMA MIRANDA	11988	R\$ 216,07	R\$ 283,56	<b>R\$ 499,63</b>
9923	FABIANA KATCHOR	7267	R\$ 0,00	R\$ 1.206,01	<b>R\$ 1.206,01</b>
32601	FABIANA RICARDO DOS REIS E JULIANA DOS REIS	4588	R\$ 89,10	R\$ 120,55	<b>R\$ 209,65</b>
50076	FABIANA THAIS DAUM	34636	R\$ 0,00	R\$ 630,24	<b>R\$ 630,24</b>
41220	FABIANO CARMINATTI	23687	R\$ 10,49	R\$ 29,50	<b>R\$ 39,99</b>
13884	FABIANO E RAFAEL BERNARDINI	22987	R\$ 225,35	R\$ 628,21	<b>R\$ 853,56</b>
48774	FABIANO JACKSON GIACOMETTI	27415	R\$ 141,10	R\$ 309,47	<b>R\$ 450,57</b>
48774	FABIANO JACKSON GIACOMETTI	27447	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
32548	FABIANO L,LUCAS R., ADIEL RODRIGO CARDOSO DE AGUIAR	37974	R\$ 51,02	R\$ 33,47	<b>R\$ 84,49</b>
15805	FABIANO LUIZ PIOVESAN	11925	R\$ 102,66	R\$ 3.823,51	<b>R\$ 3.926,17</b>
36610	FABIANO MARCA	26577	R\$ 83,32	R\$ 148,92	<b>R\$ 232,24</b>
30055	FABIO ANDRÉ LORASCHI	7315	R\$ 177,64	R\$ 423,85	<b>R\$ 601,49</b>
13983	FABIO BATTASSINI	33379	R\$ 0,00	R\$ 51,02	<b>R\$ 51,02</b>
13983	FABIO BATTASSINI	33358	R\$ 313,81	R\$ 481,03	<b>R\$ 794,84</b>
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	3662	R\$ 273,66	R\$ 577,06	<b>R\$ 850,72</b>
38191	FABIO JUNIOR FLORIANO	28512	R\$ 74,61	R\$ 177,79	<b>R\$ 252,40</b>
52670	FABIO RODRIGUES DE LIMA	9730	R\$ 0,00	R\$ 25,16	<b>R\$ 25,16</b>
52670	FABIO RODRIGUES DE LIMA	9741	R\$ 46,77	R\$ 52,11	<b>R\$ 98,88</b>
45943	FABIO RODRIGUES DE SOUZA	8260	R\$ 311,61	R\$ 446,35	<b>R\$ 757,96</b>
22574	FABIO ROGERIO PESSOA DA SILVA	10510	R\$ 0,00	R\$ 1.327,86	<b>R\$ 1.327,86</b>
3950	FABRICIO MARGREITER	2948	R\$ 0,00	R\$ 623,11	<b>R\$ 623,11</b>
38810	FABRICIO PADILHA KLOTZ	7609	R\$ 0,00	R\$ 390,36	<b>R\$ 390,36</b>
37634	FABRICIO ZANINI CASTELO BRANCO	27586	R\$ 88,61	R\$ 182,22	<b>R\$ 270,83</b>
20417	FACHADA - ESQUADRIAS DE ALUNINIO LTDA	10538	R\$ 0,00	R\$ 5.045,33	<b>R\$ 5.045,33</b>
18132	FAVARO BEBIDAS LTDA	5576	R\$ 547,31	R\$ 3.598,65	<b>R\$ 4.145,96</b>
14652	FELIPE CARLOS FINK	10922	R\$ 24,00	R\$ 57,06	<b>R\$ 81,06</b>
47606	FELIPE GABRIEL HARO	27686	R\$ 155,95	R\$ 452,45	<b>R\$ 608,40</b>
41336	FELIPE MIRANDA FELÍCIO E TAMARA PEREIRA	34099	R\$ 120,42	R\$ 261,21	<b>R\$ 381,63</b>
41336	FELIPE MIRANDA FELÍCIO E TAMARA PEREIRA	34101	R\$ 0,00	R\$ 35,18	<b>R\$ 35,18</b>
41336	FELIPE MIRANDA FELÍCIO E TAMARA PEREIRA	34094	R\$ 120,42	R\$ 261,21	<b>R\$ 381,63</b>
41336	FELIPE MIRANDA FELÍCIO E TAMARA PEREIRA	34108	R\$ 0,00	R\$ 35,18	<b>R\$ 35,18</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5726	R\$ 249,95	R\$ 417,41	<b>R\$ 667,36</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5730	R\$ 0,00	R\$ 3.013,43	<b>R\$ 3.013,43</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5731	R\$ 0,00	R\$ 1.125,20	<b>R\$ 1.125,20</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5727	R\$ 245,38	R\$ 409,78	<b>R\$ 655,16</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5721	R\$ 843,06	R\$ 1.626,68	<b>R\$ 2.469,74</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5724	R\$ 245,38	R\$ 409,78	<b>R\$ 655,16</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5722	R\$ 343,33	R\$ 436,25	<b>R\$ 779,58</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5728	R\$ 285,44	R\$ 476,67	<b>R\$ 762,11</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5723	R\$ 589,56	R\$ 1.815,48	<b>R\$ 2.405,04</b>

17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5729	R\$ 249,95	R\$ 417,41	<b>R\$ 667,36</b>
17837	FEMDA - FÁBRICA DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	5725	R\$ 285,44	R\$ 476,67	<b>R\$ 762,11</b>
35671	FERNANDA BRAGA	2782	R\$ 0,00	R\$ 130,39	<b>R\$ 130,39</b>
39452	FERNANDA LOTTERMANN DE SOUZA	2447	R\$ 69,84	R\$ 126,21	<b>R\$ 196,05</b>
39452	FERNANDA LOTTERMANN DE SOUZA	1570	R\$ 100,96	R\$ 156,14	<b>R\$ 257,10</b>
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7471	R\$ 451,08	R\$ 1.224,30	<b>R\$ 1.675,38</b>
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7472	R\$ 843,06	R\$ 2.894,24	<b>R\$ 3.737,30</b>
32621	FERNANDA ROBERTA NIZER LUGINKLAND	7470	R\$ 721,28	R\$ 1.741,11	<b>R\$ 2.462,39</b>
49204	FERNANDO DALL'OGGIO DE MORAES	34353	R\$ 434,87	R\$ 878,16	<b>R\$ 1.313,03</b>
49204	FERNANDO DALL'OGGIO DE MORAES	34374	R\$ 0,00	R\$ 49,12	<b>R\$ 49,12</b>
47818	FERNANDO FACHIN	4898	R\$ 96,55	R\$ 167,74	<b>R\$ 264,29</b>
51140	FERNANDO GUAREZI	12206	R\$ 0,00	R\$ 37,25	<b>R\$ 37,25</b>
47922	FERNANDO LUIZ TOMASI	37089	R\$ 142,68	R\$ 312,93	<b>R\$ 455,61</b>
5637	FERNANDO PAZINI	4159	R\$ 241,59	R\$ 489,30	<b>R\$ 730,89</b>
1760	FERNANDO REGENSBURGER	1430	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
39731	FERNANDO ROBERTO WALMORBIDA	6940	R\$ 505,37	R\$ 2.255,80	<b>R\$ 2.761,17</b>
10564	FIRMINO BUFON	7806	R\$ 113,69	R\$ 276,52	<b>R\$ 390,21</b>
42432	FLAVIA DAS GRAÇAS LOVATEL SANGALI E EDERSON DIOGO SANGALI	8207	R\$ 12,00	R\$ 32,35	<b>R\$ 44,35</b>
2572	FLAVIANO CACCIA	2051	R\$ 278,00	R\$ 522,54	<b>R\$ 800,54</b>
10290	FLAVIANO NERE	7544	R\$ 80,84	R\$ 293,09	<b>R\$ 373,93</b>
21577	FLAVIO FACENDA	3268	R\$ 355,27	R\$ 1.884,72	<b>R\$ 2.239,99</b>
34743	FLÁVIO JÚNIOR BIASSI	20874	R\$ 209,59	R\$ 643,95	<b>R\$ 853,54</b>
34743	FLÁVIO JÚNIOR BIASSI	3262	R\$ 355,27	R\$ 1.282,79	<b>R\$ 1.638,06</b>
38653	FLAVIO LEAL FERNANDES	12465	R\$ 271,92	R\$ 602,04	<b>R\$ 873,96</b>
40558	FLÁVIO RODRIGUES DE SOUZA	3193	R\$ 125,66	R\$ 375,90	<b>R\$ 501,56</b>
8615	FLORENTINA HACK	6343	R\$ 414,26	R\$ 531,58	<b>R\$ 945,84</b>
12643	FLORENTINA ZARPELON	9520	R\$ 124,35	R\$ 549,53	<b>R\$ 673,88</b>
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	27302	R\$ 498,18	R\$ 1.018,94	<b>R\$ 1.517,12</b>
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	33210	R\$ 523,20	R\$ 644,27	<b>R\$ 1.167,47</b>
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LT	27303	R\$ 498,18	R\$ 933,92	<b>R\$ 1.432,10</b>
37176	FRANCIELE C DA SILVA	11284	R\$ 101,40	R\$ 248,86	<b>R\$ 350,26</b>
36120	FRANCIELE CALDART	10884	R\$ 84,48	R\$ 247,83	<b>R\$ 332,31</b>
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8695	R\$ 361,23	R\$ 701,06	<b>R\$ 1.062,29</b>
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	10147	R\$ 234,48	R\$ 525,81	<b>R\$ 760,29</b>
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	33880	R\$ 547,31	R\$ 1.001,47	<b>R\$ 1.548,78</b>
11692	FRANCIELI COSTA BEBER	8696	R\$ 547,31	R\$ 1.001,47	<b>R\$ 1.548,78</b>
45345	FRANCIELI FRAZÃO DA SILVA	5030	R\$ 0,00	R\$ 97,95	<b>R\$ 97,95</b>
39471	FRANCIELI NUNES E CARLOS LOPES DE SOUZA	4479	R\$ 91,94	R\$ 100,53	<b>R\$ 192,47</b>
34662	FRANCIELLE CORDAZZO DO COUTO	23682	R\$ 0,00	R\$ 257,73	<b>R\$ 257,73</b>
7163	FRANCISCO CARLOS WOLFF DE LIZ	10600	R\$ 219,84	R\$ 312,39	<b>R\$ 532,23</b>
3853	FRANCISCO DA ROSA	2857	R\$ 56,40	R\$ 56,73	<b>R\$ 113,13</b>
4596	FRANCISCO DE ASSIS FORMAIO	3448	R\$ 153,18	R\$ 263,94	<b>R\$ 417,12</b>
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	3516	R\$ 258,99	R\$ 1.354,37	<b>R\$ 1.613,36</b>
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	20957	R\$ 111,29	R\$ 863,15	<b>R\$ 974,44</b>
4710	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	20958	R\$ 107,51	R\$ 438,04	<b>R\$ 545,55</b>
13056	FRANCISCO DE LIMA E SILVA	9751	R\$ 24,26	R\$ 47,08	<b>R\$ 71,34</b>
3453	FRANCISCO MARIN	20672	R\$ 47,90	R\$ 83,86	<b>R\$ 131,76</b>



14274	FRANCISCO MATTEUS PEDROZO DE CAMPOS	8052	R\$ 104,93	R\$ 102,77	<b>R\$ 207,70</b>
6268	FRANCISCO MOACIR RAMOS	4552	R\$ 122,57	R\$ 148,75	<b>R\$ 271,32</b>
7207	FRANCISCO MOREIRA LOPES	5312	R\$ 55,95	R\$ 83,85	<b>R\$ 139,80</b>
20797	FRANCISCO RAMOS NETO	4766	R\$ 0,00	R\$ 96,46	<b>R\$ 96,46</b>
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	32242	R\$ 115,46	R\$ 239,37	<b>R\$ 354,83</b>
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	11581	R\$ 96,04	R\$ 213,20	<b>R\$ 309,24</b>
13802	FRANCISCO RIEPE NETTO MAESTRI	10335	R\$ 328,63	R\$ 870,35	<b>R\$ 1.198,98</b>
10593	FRANCISCO URBANSKI	7829	R\$ 146,50	R\$ 389,89	<b>R\$ 536,39</b>
24247	FRIDA SCHLINDWEIN	3734	R\$ 149,22	R\$ 223,20	<b>R\$ 372,42</b>
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9516	R\$ 193,62	R\$ 690,16	<b>R\$ 883,78</b>
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN	9518	R\$ 134,99	R\$ 187,67	<b>R\$ 322,66</b>
11352	FRITZ MALAS E INGRID MALAS	31662	R\$ 125,77	R\$ 157,84	<b>R\$ 283,61</b>
7695	FUGANTI TURISMO E EMP IMOB LTDA	7349	R\$ 633,09	R\$ 1.497,24	<b>R\$ 2.130,33</b>
49285	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FHIS	31686	R\$ 66,42	R\$ 49,63	<b>R\$ 116,05</b>
49285	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FHIS	22486	R\$ 91,73	R\$ 92,29	<b>R\$ 184,02</b>
20465	GABRIEL CHERUBINI	1495	R\$ 309,84	R\$ 467,97	<b>R\$ 777,81</b>
20465	GABRIEL CHERUBINI	3269	R\$ 54,63	R\$ 265,49	<b>R\$ 320,12</b>
31646	GABRIEL GHISLENI	6646	R\$ 349,94	R\$ 1.103,20	<b>R\$ 1.453,14</b>
47196	GABRIEL LUCAS DE SOUZA	35416	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
6450	GABRIEL VENITE ROSA	4686	R\$ 0,00	R\$ 155,71	<b>R\$ 155,71</b>
33331	GEFERSON SCAPINI	22960	R\$ 120,76	R\$ 288,16	<b>R\$ 408,92</b>
49827	GELCI CIRILA SPIER SCHLINDWEIN	3574	R\$ 0,00	R\$ 81,20	<b>R\$ 81,20</b>
6401	GELCY BILIBIO	4646	R\$ 183,40	R\$ 403,97	<b>R\$ 587,37</b>
19129	GELSON ANTONIO BOESING	2080	R\$ 132,65	R\$ 177,46	<b>R\$ 310,11</b>
19129	GELSON ANTONIO BOESING	29589	R\$ 241,72	R\$ 211,54	<b>R\$ 453,26</b>
19001	GENARO GIMENES FERNANDES	26400	R\$ 36,41	R\$ 111,10	<b>R\$ 147,51</b>
49516	GENECY GUSATTO MATANA	27458	R\$ 75,16	R\$ 108,18	<b>R\$ 183,34</b>
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI	4029	R\$ 25,46	R\$ 12,80	<b>R\$ 38,26</b>
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI	4027	R\$ 119,94	R\$ 99,96	<b>R\$ 219,90</b>
5728	GENESIO VASTRES	4217	R\$ 259,62	R\$ 917,56	<b>R\$ 1.177,18</b>
47491	GENOELI BERRES	33899	R\$ 64,35	R\$ 94,53	<b>R\$ 158,88</b>
8234	GENTIL SILVINO COMIN	28895	R\$ 284,65	R\$ 601,97	<b>R\$ 886,62</b>
8234	GENTIL SILVINO COMIN	6053	R\$ 0,00	R\$ 370,12	<b>R\$ 370,12</b>
17590	GENTIL ZIBETTI	11706	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
17590	GENTIL ZIBETTI	11708	R\$ 0,00	R\$ 42,67	<b>R\$ 42,67</b>
17590	GENTIL ZIBETTI	11685	R\$ 135,06	R\$ 444,71	<b>R\$ 579,77</b>
7151	GENTILA WOLFF DA IGREJA	5274	R\$ 355,27	R\$ 2.167,23	<b>R\$ 2.522,50</b>
11513	GENY GALAFASSI	8561	R\$ 101,08	R\$ 101,47	<b>R\$ 202,55</b>
15352	GERALDO FALAVINHA	23435	R\$ 219,78	R\$ 5.465,00	<b>R\$ 5.684,78</b>
13121	GERALDO KREMER	32032	R\$ 67,23	R\$ 759,61	<b>R\$ 826,84</b>
13121	GERALDO KREMER	9809	R\$ 355,27	R\$ 1.069,14	<b>R\$ 1.424,41</b>
23456	GERMANO JOSE BREDAS, BALBINA E JARBAS ELEUTÉRIO RIBAS	7163	R\$ 82,52	R\$ 420,36	<b>R\$ 502,88</b>
33557	GERMANO LUIZ MASSIGNANI	3526	R\$ 0,00	R\$ 959,86	<b>R\$ 959,86</b>
49496	GERSI SALETE FERNANDES DE OLIVEIRA	11466	R\$ 51,97	R\$ 76,47	<b>R\$ 128,44</b>
36088	GESSI APARECIDA CAMARA E CLAUDIOMAR BIOLCHI	531	R\$ 133,20	R\$ 320,16	<b>R\$ 453,36</b>
4450	GESSI TEREZINHA DA SILVA	3325	R\$ 154,54	R\$ 290,42	<b>R\$ 444,96</b>
15426	GESSI TEREZINHA DA SILVA AMORA	23451	R\$ 76,05	R\$ 134,89	<b>R\$ 210,94</b>
17681	GETULIO GOMES	11751	R\$ 0,00	R\$ 243,98	<b>R\$ 243,98</b>

49719	GFI IMÓVEIS S/A	4825	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
9173	GICELDA GENOVEVA SURDI THIBES	6698	R\$ 61,70	R\$ 151,71	<b>R\$ 213,41</b>
51241	GICELDA INES RIGO FROELICH	23679	R\$ 116,04	R\$ 373,41	<b>R\$ 489,45</b>
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	21940	R\$ 257,67	R\$ 855,05	<b>R\$ 1.112,72</b>
7712	GILBERTO BRAGAGNOLO	21794	R\$ 368,83	R\$ 858,55	<b>R\$ 1.227,38</b>
36396	GILBERTO CARLOS HOFF	27652	R\$ 0,00	R\$ 100,68	<b>R\$ 100,68</b>
3618	GILBERTO E ZOILO PEREIRA PIVA E VALQUIRIA PIVA COLOMBO	29059	R\$ 175,86	R\$ 446,97	<b>R\$ 622,83</b>
21833	GILBERTO LEAL PORTES	21669	R\$ 355,27	R\$ 3.191,78	<b>R\$ 3.547,05</b>
40939	GILBERTO LUIZ LORENZINI E MARLENE ALDETE DE ALMEIDA	23622	R\$ 19,70	R\$ 88,92	<b>R\$ 108,62</b>
7346	GILBERTO MALAKOWSKI	5395	R\$ 122,48	R\$ 166,79	<b>R\$ 289,27</b>
46475	GILBERTO ROQUE DE MORAES	5162	R\$ 107,06	R\$ 268,03	<b>R\$ 375,09</b>
46259	GILMAR DA LUZ	27507	R\$ 48,02	R\$ 67,32	<b>R\$ 115,34</b>
32651	GILMAR DA SILVEIRA	5836	R\$ 517,14	R\$ 553,84	<b>R\$ 1.070,98</b>
9425	GILMAR FRANCISCO DE SOUZA E ADEMAR FRANCISCO DE SOUZA	6904	R\$ 142,11	R\$ 246,62	<b>R\$ 388,73</b>
22954	GILMAR GIORDANI e ILDETE GIORDANI	955	R\$ 27,20	R\$ 52,34	<b>R\$ 79,54</b>
36007	GILMAR LUIZ DE ARAUJO	28931	R\$ 74,61	R\$ 52,97	<b>R\$ 127,58</b>
7291	GILMAR MALAKOWSKI	21679	R\$ 168,75	R\$ 223,05	<b>R\$ 391,80</b>
52011	GILMAR MIGUELÃO	35864	R\$ 0,00	R\$ 729,98	<b>R\$ 729,98</b>
52011	GILMAR MIGUELÃO	37062	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
9406	GILMAR PENTEADO	6890	R\$ 289,55	R\$ 370,24	<b>R\$ 659,79</b>
9406	GILMAR PENTEADO	6891	R\$ 106,58	R\$ 88,11	<b>R\$ 194,69</b>
41644	GILMAR PENTEADO E EDNILSON BRUNO PENTEADO	28923	R\$ 172,31	R\$ 133,38	<b>R\$ 305,69</b>
33483	GILMAR RAMOS DO PRADO	2663	R\$ 83,49	R\$ 105,14	<b>R\$ 188,63</b>
4631	GILSON ANTES	3465	R\$ 255,80	R\$ 490,76	<b>R\$ 746,56</b>
9133	GILSON JOSE BERNARDI	6670	R\$ 0,00	R\$ 166,63	<b>R\$ 166,63</b>
18035	GILSON ROBERTO CALDART	10200	R\$ 268,50	R\$ 1.044,03	<b>R\$ 1.312,53</b>
35007	GILSON TADEU PENTEADO E VILMA DE FÁTIMA	3288	R\$ 96,26	R\$ 157,57	<b>R\$ 253,83</b>
44874	GILVANE RECH	26943	R\$ 90,21	R\$ 91,55	<b>R\$ 181,76</b>
36252	GIOVANA DA SILVA SCAPINI	27599	R\$ 87,84	R\$ 202,95	<b>R\$ 290,79</b>
32891	GIOVANA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	33651	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>
5879	GIOVANA KATIA GRENDENE	4311	R\$ 131,45	R\$ 220,67	<b>R\$ 352,12</b>
5879	GIOVANA KATIA GRENDENE	30295	R\$ 131,45	R\$ 179,19	<b>R\$ 310,64</b>
15633	GIOVANA MARCON	23527	R\$ 310,80	R\$ 1.160,53	<b>R\$ 1.471,33</b>
46667	GIOVANILDO CARVALHO	5064	R\$ 212,55	R\$ 431,41	<b>R\$ 643,96</b>
3961	GISELA HOFFMANN	2958	R\$ 71,94	R\$ 88,28	<b>R\$ 160,22</b>
3961	GISELA HOFFMANN	29881	R\$ 87,58	R\$ 103,55	<b>R\$ 191,13</b>
41327	GISELE CLAUDIA SANTOS	27349	R\$ 97,26	R\$ 151,26	<b>R\$ 248,52</b>
41327	GISELE CLAUDIA SANTOS	28906	R\$ 0,00	R\$ 42,18	<b>R\$ 42,18</b>
41327	GISELE CLAUDIA SANTOS	28905	R\$ 0,00	R\$ 130,36	<b>R\$ 130,36</b>
44801	GISELE MARCA GHIDORSI	36784	R\$ 23,78	R\$ 70,28	<b>R\$ 94,06</b>
44844	GISELLE THAIS NERES CORSO	11881	R\$ 168,76	R\$ 188,98	<b>R\$ 357,74</b>
44844	GISELLE THAIS NERES CORSO	30096	R\$ 94,15	R\$ 79,74	<b>R\$ 173,89</b>
49547	GISLAINE ANTUNES PEREIRA	27516	R\$ 90,02	R\$ 236,83	<b>R\$ 326,85</b>
49567	GISLAINE HUMANN NASCIMENTO	27526	R\$ 48,02	R\$ 66,92	<b>R\$ 114,94</b>
12492	GIZELIANA PAULA BELEGANTE	26237	R\$ 0,00	R\$ 53,32	<b>R\$ 53,32</b>
12492	GIZELIANA PAULA BELEGANTE	9323	R\$ 253,40	R\$ 767,44	<b>R\$ 1.020,84</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	1989	R\$ 0,00	R\$ 58,62	<b>R\$ 58,62</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	20221	R\$ 511,52	R\$ 670,68	<b>R\$ 1.182,20</b>

32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	6305	R\$ 0,00	R\$ 3.105,92	<b>R\$ 3.105,92</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	5579	R\$ 284,22	R\$ 730,60	<b>R\$ 1.014,82</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	1988	R\$ 0,00	R\$ 58,62	<b>R\$ 58,62</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	2035	R\$ 0,00	R\$ 590,67	<b>R\$ 590,67</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	44	R\$ 1.295,86	R\$ 6.934,31	<b>R\$ 8.230,17</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	521	R\$ 0,00	R\$ 134,66	<b>R\$ 134,66</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	6304	R\$ 0,00	R\$ 2.642,47	<b>R\$ 2.642,47</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	1977	R\$ 355,27	R\$ 3.154,20	<b>R\$ 3.509,47</b>
32156	GLÁUCIO GRANDO GALLI	29037	R\$ 0,00	R\$ 5.896,28	<b>R\$ 5.896,28</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	6414	R\$ 0,00	R\$ 1.109,27	<b>R\$ 1.109,27</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	20007	R\$ 834,63	R\$ 2.264,14	<b>R\$ 3.098,77</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	1999	R\$ 0,00	R\$ 88,84	<b>R\$ 88,84</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	619	R\$ 368,45	R\$ 1.681,00	<b>R\$ 2.049,45</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	1976	R\$ 355,27	R\$ 1.757,75	<b>R\$ 2.113,02</b>
47	GLAUCIO GRANDO GALLI E ALEXANDRA GALVAO GRANDO GALLI	41	R\$ 316,14	R\$ 1.440,15	<b>R\$ 1.756,29</b>
40717	GLAUCO ACACIO DE SOUZA	23548	R\$ 17,91	R\$ 76,86	<b>R\$ 94,77</b>
30779	GLAUDEMIR DE PELEGRIN	6561	R\$ 235,33	R\$ 623,55	<b>R\$ 858,88</b>
34087	GLECI APARECIDA ANTUNES	8586	R\$ 309,96	R\$ 823,89	<b>R\$ 1.133,85</b>
35229	GLEICE DANIELE GROTTO DALMAGRO	11191	R\$ 0,00	R\$ 449,26	<b>R\$ 449,26</b>
1847	GOMERCINDO PEDRO ANDRIONI FILHO	1488	R\$ 315,89	R\$ 367,85	<b>R\$ 683,74</b>
1353	GRANDO, ARGENTA & CIA LTDA	29461	R\$ 0,00	R\$ 740,73	<b>R\$ 740,73</b>
43000	GRAZIANE RODRIGUES	33635	R\$ 48,02	R\$ 69,55	<b>R\$ 117,57</b>
33721	GRAZIELE CORDAZZO	26255	R\$ 0,00	R\$ 519,95	<b>R\$ 519,95</b>
6057	GREGORIO DA ROSA E ZULMIRA BETT	21406	R\$ 85,27	R\$ 52,90	<b>R\$ 138,17</b>
6057	GREGORIO DA ROSA E ZULMIRA BETT	4414	R\$ 95,92	R\$ 131,92	<b>R\$ 227,84</b>
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12382	R\$ 0,00	R\$ 75,56	<b>R\$ 75,56</b>
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12347	R\$ 589,56	R\$ 1.885,54	<b>R\$ 2.475,10</b>
21946	GREICE JUSTINA SPADINI ANDRIONI	12381	R\$ 0,00	R\$ 75,56	<b>R\$ 75,56</b>
44341	GREYCE THAISE ROSANELLI GIACOMOZZI	4752	R\$ 145,08	R\$ 342,58	<b>R\$ 487,66</b>
17960	GRUBER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	35700	R\$ 632,28	R\$ 774,84	<b>R\$ 1.407,12</b>
46431	GS10 FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	10202	R\$ 0,00	R\$ 369,36	<b>R\$ 369,36</b>
46431	GS10 FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	10201	R\$ 0,00	R\$ 369,36	<b>R\$ 369,36</b>
46431	GS10 FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	28169	R\$ 0,00	R\$ 485,26	<b>R\$ 485,26</b>
439	GUILHERME HENRIQUE BROMER	391	R\$ 168,96	R\$ 310,62	<b>R\$ 479,58</b>
46290	GUILHERME OMIZZOLO E FERNANDA ANTUNES PARIZOTO OMIZZOLO	10071	R\$ 0,00	R\$ 925,13	<b>R\$ 925,13</b>
46290	GUILHERME OMIZZOLO E FERNANDA ANTUNES PARIZOTO OMIZZOLO	10072	R\$ 0,00	R\$ 1.013,87	<b>R\$ 1.013,87</b>
36379	GUILHERME SACCHI E RAFAEL SACCHI	4653	R\$ 142,11	R\$ 111,55	<b>R\$ 253,66</b>
36218	GUILHERME SECCHI	29038	R\$ 0,00	R\$ 713,11	<b>R\$ 713,11</b>
5031	GUILHERME VIER	21882	R\$ 291,83	R\$ 657,13	<b>R\$ 948,96</b>
15043	GUNTER EMILIO DEGENER	11217	R\$ 0,00	R\$ 269,07	<b>R\$ 269,07</b>
44704	GUSTAVO MORELATTO BENATO	3781	R\$ 0,00	R\$ 344,00	<b>R\$ 344,00</b>
3086	GUSTAVO ZAMBON DOS SANTOS	2392	R\$ 469,65	R\$ 849,66	<b>R\$ 1.319,31</b>

7829	HARI PIOSIADLO	5791	R\$ 0,00	R\$ 46,11	<b>R\$ 46,11</b>
7829	HARI PIOSIADLO	31299	R\$ 91,66	R\$ 200,22	<b>R\$ 291,88</b>
7829	HARI PIOSIADLO	5782	R\$ 122,55	R\$ 334,50	<b>R\$ 457,05</b>
7829	HARI PIOSIADLO	5786	R\$ 88,44	R\$ 198,24	<b>R\$ 286,68</b>
7829	HARI PIOSIADLO	9818	R\$ 217,05	R\$ 850,16	<b>R\$ 1.067,21</b>
50324	HAYDE GULDE BECKERS	9949	R\$ 187,58	R\$ 491,94	<b>R\$ 679,52</b>
32745	HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER SPIER	10626	R\$ 129,78	R\$ 204,17	<b>R\$ 333,95</b>
22506	HEBERLE TRANSPORTES LTDA ME	11277	R\$ 117,04	R\$ 962,37	<b>R\$ 1.079,41</b>
32495	HELDER LUIS SALVADOR	141	R\$ 329,80	R\$ 636,23	<b>R\$ 966,03</b>
10219	HELIA APARECIDA DE LIMA	7491	R\$ 264,68	R\$ 677,00	<b>R\$ 941,68</b>
43438	HELIO DOS SANTOS E DELZIRA MARIA DE AZEREDO	10116	R\$ 355,27	R\$ 1.194,02	<b>R\$ 1.549,29</b>
36973	HELTON CRIS GAVASSO	26891	R\$ 0,00	R\$ 103,36	<b>R\$ 103,36</b>
3140	HENRIQUE LEBKUCHEN	2350	R\$ 589,56	R\$ 1.258,64	<b>R\$ 1.848,20</b>
3140	HENRIQUE LEBKUCHEN	2349	R\$ 371,42	R\$ 358,27	<b>R\$ 729,69</b>
47568	HENRIQUE TAVARES PINTO	2988	R\$ 172,40	R\$ 339,05	<b>R\$ 511,45</b>
47568	HENRIQUE TAVARES PINTO	10070	R\$ 0,00	R\$ 576,30	<b>R\$ 576,30</b>
3731	HERCILIO ALVES DE OLIVEIRA	2757	R\$ 291,32	R\$ 481,95	<b>R\$ 773,27</b>
10815	HERMES JOSE BERSAGHI	7965	R\$ 0,00	R\$ 789,82	<b>R\$ 789,82</b>
10815	HERMES JOSE BERSAGHI	7964	R\$ 550,67	R\$ 1.095,47	<b>R\$ 1.646,14</b>
37126	HERTA SARTORI	4168	R\$ 17,93	R\$ 24,57	<b>R\$ 42,50</b>
20976	HILDEMAR GRUNEICH - ME	12425	R\$ 103,62	R\$ 458,13	<b>R\$ 561,75</b>
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA	6655	R\$ 232,70	R\$ 316,30	<b>R\$ 549,00</b>
385	HORACIO LUIZ PIRES	20026	R\$ 218,82	R\$ 390,24	<b>R\$ 609,06</b>
580	HUBERT KLANN	34403	R\$ 371,49	R\$ 915,25	<b>R\$ 1.286,74</b>
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5568	R\$ 144,69	R\$ 498,05	<b>R\$ 642,74</b>
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5561	R\$ 113,22	R\$ 413,76	<b>R\$ 526,98</b>
7574	HUGO MOOGEN BITTENCOURT	5563	R\$ 126,89	R\$ 463,67	<b>R\$ 590,56</b>
12167	HUGOMAR BRANDINI E SILVANA MENEGHINI	37969	R\$ 0,00	R\$ 31,16	<b>R\$ 31,16</b>
12167	HUGOMAR BRANDINI E SILVANA MENEGHINI	37971	R\$ 0,00	R\$ 31,16	<b>R\$ 31,16</b>
12167	HUGOMAR BRANDINI E SILVANA MENEGHINI	37970	R\$ 0,00	R\$ 31,16	<b>R\$ 31,16</b>
12167	HUGOMAR BRANDINI E SILVANA MENEGHINI	9095	R\$ 0,00	R\$ 603,73	<b>R\$ 603,73</b>
12028	HUMBERTO RICARDO ROTTA	8973	R\$ 0,00	R\$ 563,36	<b>R\$ 563,36</b>
52677	IANARA TALINE BRANDÃO DE SOUZA	7682	R\$ 172,50	R\$ 412,68	<b>R\$ 585,18</b>
8333	IDALINO ROSO	6128	R\$ 456,94	R\$ 600,99	<b>R\$ 1.057,93</b>
35398	IDANICE SONEGO	7883	R\$ 124,32	R\$ 389,62	<b>R\$ 513,94</b>
14348	IDAVINA RODRIGUES RODENINSKI	10672	R\$ 121,52	R\$ 284,93	<b>R\$ 406,45</b>
1206	IDO LAURI KERBER	1305	R\$ 239,92	R\$ 415,92	<b>R\$ 655,84</b>
17867	IGREJA DE DEUS DO BRASIL	22722	R\$ 355,27	R\$ 0,00	<b>R\$ 355,27</b>
30863	ILDETE GIORDANI	26328	R\$ 589,56	R\$ 2.951,42	<b>R\$ 3.540,98</b>
30863	ILDETE GIORDANI	26346	R\$ 0,00	R\$ 110,42	<b>R\$ 110,42</b>
30863	ILDETE GIORDANI	26348	R\$ 0,00	R\$ 110,42	<b>R\$ 110,42</b>
8205	ILGO ANTONIO HEBERLE E OUTROS	6027	R\$ 264,56	R\$ 571,36	<b>R\$ 835,92</b>
4032	ILINEU RATTI	3017	R\$ 0,00	R\$ 213,81	<b>R\$ 213,81</b>
15534	ILISETE ARPINI LAGNI	11517	R\$ 125,48	R\$ 311,47	<b>R\$ 436,95</b>
15534	ILISETE ARPINI LAGNI	11516	R\$ 0,00	R\$ 76,37	<b>R\$ 76,37</b>
37186	ILMA KLEIN SIMON	9657	R\$ 54,30	R\$ 103,79	<b>R\$ 158,09</b>
13816	ILOR DAL VESCO	10347	R\$ 21,53	R\$ 157,82	<b>R\$ 179,35</b>
15528	ILSE APARECIDA KUZNIER	11510	R\$ 205,46	R\$ 464,59	<b>R\$ 670,05</b>
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	22555	R\$ 59,96	R\$ 80,53	<b>R\$ 140,49</b>
33775	ILSE BECKER NONEMACHER	8747	R\$ 86,04	R\$ 136,38	<b>R\$ 222,42</b>

33745	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E CLODOALDO J. GONÇALVES DOS SANT	10871	R\$ 88,37	R\$ 218,63	<b>R\$ 307,00</b>
33735	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E EVERALDO LUIZ BERTUSSO	10894	R\$ 108,86	R\$ 132,80	<b>R\$ 241,66</b>
33740	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E GRACIOLINA BOSCHETTI	10919	R\$ 72,25	R\$ 123,71	<b>R\$ 195,96</b>
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	32892	R\$ 89,99	R\$ 97,17	<b>R\$ 187,16</b>
33736	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E JALMIR BORBA	10957	R\$ 70,98	R\$ 59,26	<b>R\$ 130,24</b>
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMADEU MEDEIROS	10868	R\$ 50,70	R\$ 103,89	<b>R\$ 154,59</b>
18094	IMOBILIARIA COMETA LTDA	5028	R\$ 0,00	R\$ 240,02	<b>R\$ 240,02</b>
18094	IMOBILIARIA COMETA LTDA	5157	R\$ 0,00	R\$ 263,80	<b>R\$ 263,80</b>
36845	IMOBILIARIA COMETA LTDA E ADELIR BORTOLI & CIA LTDA ME	5129	R\$ 0,00	R\$ 275,61	<b>R\$ 275,61</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8382	R\$ 0,00	R\$ 392,37	<b>R\$ 392,37</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8496	R\$ 0,00	R\$ 721,65	<b>R\$ 721,65</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	29195	R\$ 355,27	R\$ 1.542,98	<b>R\$ 1.898,25</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	22475	R\$ 124,35	R\$ 188,47	<b>R\$ 312,82</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	12414	R\$ 0,00	R\$ 3.348,89	<b>R\$ 3.348,89</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8301	R\$ 0,00	R\$ 699,78	<b>R\$ 699,78</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8475	R\$ 0,00	R\$ 219,94	<b>R\$ 219,94</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8481	R\$ 0,00	R\$ 131,68	<b>R\$ 131,68</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8383	R\$ 0,00	R\$ 389,12	<b>R\$ 389,12</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8497	R\$ 0,00	R\$ 656,04	<b>R\$ 656,04</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8485	R\$ 0,00	R\$ 656,04	<b>R\$ 656,04</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8466	R\$ 0,00	R\$ 152,26	<b>R\$ 152,26</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8427	R\$ 403,29	R\$ 2.772,04	<b>R\$ 3.175,33</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8483	R\$ 146,52	R\$ 198,67	<b>R\$ 345,19</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8500	R\$ 0,00	R\$ 721,65	<b>R\$ 721,65</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	22474	R\$ 902,59	R\$ 1.402,03	<b>R\$ 2.304,62</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8414	R\$ 0,00	R\$ 266,47	<b>R\$ 266,47</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8381	R\$ 0,00	R\$ 395,61	<b>R\$ 395,61</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8484	R\$ 0,00	R\$ 656,04	<b>R\$ 656,04</b>

18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8465	R\$ 0,00	R\$ 152,26	<b>R\$ 152,26</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8373	R\$ 0,00	R\$ 234,32	<b>R\$ 234,32</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8380	R\$ 0,00	R\$ 521,48	<b>R\$ 521,48</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8468	R\$ 0,00	R\$ 152,26	<b>R\$ 152,26</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8486	R\$ 0,00	R\$ 721,65	<b>R\$ 721,65</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8488	R\$ 0,00	R\$ 219,94	<b>R\$ 219,94</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8467	R\$ 0,00	R\$ 152,26	<b>R\$ 152,26</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8487	R\$ 0,00	R\$ 219,94	<b>R\$ 219,94</b>
18051	INCOPLASTIC - INDUSTRIA E COM. DE PLASTICOS E PAPEIS LTDA	8469	R\$ 0,00	R\$ 121,81	<b>R\$ 121,81</b>
45507	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ADELIR SERENA	12270	R\$ 17,73	R\$ 46,06	<b>R\$ 63,79</b>
45508	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ADELMO DE OLIVEIRA	35267	R\$ 113,12	R\$ 230,46	<b>R\$ 343,58</b>
45513	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ARNILDO DA COSTA	12283	R\$ 77,70	R\$ 250,41	<b>R\$ 328,11</b>
45513	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ARNILDO DA COSTA	12284	R\$ 80,10	R\$ 260,95	<b>R\$ 341,05</b>
45502	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E DAIANA BALAN	12253	R\$ 0,00	R\$ 320,88	<b>R\$ 320,88</b>
45515	INCORPORADORA E LOTEADORA CRUZEIRO LTDA E ELIANE A SILVA	12289	R\$ 155,80	R\$ 530,65	<b>R\$ 686,45</b>
34683	INES APARECIDA CARDEMAS	8604	R\$ 0,00	R\$ 166,39	<b>R\$ 166,39</b>
13266	INES JOSEFINA SCHMAUTZ	9928	R\$ 257,13	R\$ 398,46	<b>R\$ 655,59</b>
30973	INGRID MALLAS	8437	R\$ 177,96	R\$ 273,56	<b>R\$ 451,52</b>
36732	INOEMA VARGAS, GETÚLIO DETOFOL E ROSALINA ELISA DETOFOL	11374	R\$ 100,26	R\$ 191,57	<b>R\$ 291,83</b>
7243	INORI VIEIRA	5343	R\$ 190,74	R\$ 307,20	<b>R\$ 497,94</b>
8244	INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL	6062	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
45861	IRACEMA CORVOLAN	26905	R\$ 111,91	R\$ 207,01	<b>R\$ 318,92</b>
49410	IRACEMA DOS ANJOS PEDROSO	33640	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22603	R\$ 313,69	R\$ 611,77	<b>R\$ 925,46</b>
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	9065	R\$ 318,56	R\$ 682,15	<b>R\$ 1.000,71</b>
12125	IRACY JOSE FIORENTIN	22604	R\$ 0,00	R\$ 149,00	<b>R\$ 149,00</b>
49571	IRACY RODRIGUES DA SILVA	27587	R\$ 68,44	R\$ 108,61	<b>R\$ 177,05</b>
6072	IRENE DA ESPADA GONCALVES	11612	R\$ 163,43	R\$ 187,47	<b>R\$ 350,90</b>
13169	IRENE SALETE HOFF	9842	R\$ 0,00	R\$ 332,59	<b>R\$ 332,59</b>
13169	IRENE SALETE HOFF	9843	R\$ 0,00	R\$ 349,20	<b>R\$ 349,20</b>
13169	IRENE SALETE HOFF	9845	R\$ 0,00	R\$ 775,19	<b>R\$ 775,19</b>
13169	IRENE SALETE HOFF	9844	R\$ 0,00	R\$ 372,83	<b>R\$ 372,83</b>
13248	IRINEU KRAUSE	9911	R\$ 117,63	R\$ 251,65	<b>R\$ 369,28</b>
36515	IRINEU, ISOMAR, IEDA, DULCE, NILCE E MARGARETE CORSO	22345	R\$ 57,93	R\$ 278,10	<b>R\$ 336,03</b>



49534	IRMÃ STANK DELFES	3047	R\$ 80,97	R\$ 55,73	<b>R\$ 136,70</b>
49534	IRMÃ STANK DELFES	29840	R\$ 108,23	R\$ 52,29	<b>R\$ 160,52</b>
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21087	R\$ 48,02	R\$ 95,23	<b>R\$ 143,25</b>
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA	21184	R\$ 0,00	R\$ 433,10	<b>R\$ 433,10</b>
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA	22138	R\$ 153,20	R\$ 559,95	<b>R\$ 713,15</b>
50872	ISABEL C. DA SILVA PINHEIRO ANZOLIN E SERGIO T. PINHEIRO	8925	R\$ 240,70	R\$ 391,25	<b>R\$ 631,95</b>
50872	ISABEL C. DA SILVA PINHEIRO ANZOLIN E SERGIO T. PINHEIRO	8923	R\$ 0,00	R\$ 279,07	<b>R\$ 279,07</b>
40742	ISAC LUIZ RIBEIRO	5023	R\$ 124,56	R\$ 325,55	<b>R\$ 450,11</b>
40387	ISAIAS JOEL MACHADO	23680	R\$ 148,04	R\$ 548,44	<b>R\$ 696,48</b>
49552	ITAMAR ESPÍNDOLA FÉLIX	27548	R\$ 48,02	R\$ 70,57	<b>R\$ 118,59</b>
49523	ITAMAR PREZOTTO	11768	R\$ 51,97	R\$ 120,78	<b>R\$ 172,75</b>
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	970	R\$ 589,56	R\$ 917,87	<b>R\$ 1.507,43</b>
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	969	R\$ 843,06	R\$ 2.946,00	<b>R\$ 3.789,06</b>
1183	IUMA MABEL, FERNANDA, FABIO, CASSIO E WILSON A. CECONELLO	968	R\$ 843,06	R\$ 1.603,16	<b>R\$ 2.446,22</b>
52156	IVA HECKLER	23635	R\$ 12,12	R\$ 20,25	<b>R\$ 32,37</b>
15573	IVAIR BECKER	11554	R\$ 48,02	R\$ 111,54	<b>R\$ 159,56</b>
50303	IVALDO SGORLA	4991	R\$ 236,10	R\$ 385,41	<b>R\$ 621,51</b>
3486	IVAN CARLOS COVOLAN FILHO	27732	R\$ 121,40	R\$ 308,70	<b>R\$ 430,10</b>
37240	IVAN DA SILVA RAMOS	2966	R\$ 177,09	R\$ 431,33	<b>R\$ 608,42</b>
36718	IVAN DANIELI	4431	R\$ 198,24	R\$ 283,82	<b>R\$ 482,06</b>
43339	IVAN FELIPE NILSON E ELISABETE GARAY GOULART CALEGARO	26369	R\$ 340,51	R\$ 1.098,93	<b>R\$ 1.439,44</b>
43339	IVAN FELIPE NILSON E ELISABETE GARAY GOULART CALEGARO	26387	R\$ 0,00	R\$ 35,47	<b>R\$ 35,47</b>
12995	IVANILDE DOS SANTOS ARNS	9692	R\$ 91,35	R\$ 140,28	<b>R\$ 231,63</b>
10615	IVANIR CORREA DE MOURA	7850	R\$ 222,05	R\$ 526,22	<b>R\$ 748,27</b>
50325	IVANIRA SEVERO WUTKE	12026	R\$ 128,41	R\$ 315,13	<b>R\$ 443,54</b>
7255	IVETE APARECIDA FACIN	5349	R\$ 0,00	R\$ 136,57	<b>R\$ 136,57</b>
12901	IVETE KURTZ DALLA COSTA	32054	R\$ 87,42	R\$ 117,24	<b>R\$ 204,66</b>
3068	IVETE RAMELLA E OUTRO	2312	R\$ 578,69	R\$ 836,75	<b>R\$ 1.415,44</b>
38852	IVETE TERESINHA FERRONATO	3231	R\$ 0,00	R\$ 162,42	<b>R\$ 162,42</b>
2925	IVO ARI FRONZA	38008	R\$ 0,00	R\$ 2.565,62	<b>R\$ 2.565,62</b>
11216	IVO LUIZ LOCATELLI	10772	R\$ 255,80	R\$ 739,83	<b>R\$ 995,63</b>
8796	IVO PEREIRA DOS SANTOS	9307	R\$ 211,39	R\$ 232,19	<b>R\$ 443,58</b>
6261	IVO R DE SOUZA E DAYANA DA SILVA	4548	R\$ 127,90	R\$ 230,57	<b>R\$ 358,47</b>
32523	IVO ZAGONEL	37050	R\$ 0,00	R\$ 709,30	<b>R\$ 709,30</b>
32523	IVO ZAGONEL	37036	R\$ 0,00	R\$ 416,79	<b>R\$ 416,79</b>
32523	IVO ZAGONEL	37031	R\$ 0,00	R\$ 431,36	<b>R\$ 431,36</b>
32523	IVO ZAGONEL	37069	R\$ 0,00	R\$ 410,75	<b>R\$ 410,75</b>
32523	IVO ZAGONEL	37067	R\$ 0,00	R\$ 760,35	<b>R\$ 760,35</b>
32523	IVO ZAGONEL	37014	R\$ 0,00	R\$ 438,03	<b>R\$ 438,03</b>
32523	IVO ZAGONEL	36986	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	36988	R\$ 0,00	R\$ 810,18	<b>R\$ 810,18</b>
32523	IVO ZAGONEL	37060	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	36981	R\$ 0,00	R\$ 581,91	<b>R\$ 581,91</b>
32523	IVO ZAGONEL	36980	R\$ 0,00	R\$ 391,43	<b>R\$ 391,43</b>

32523	IVO ZAGONEL	37065	R\$ 0,00	R\$ 641,41	<b>R\$ 641,41</b>
32523	IVO ZAGONEL	37027	R\$ 0,00	R\$ 502,04	<b>R\$ 502,04</b>
32523	IVO ZAGONEL	37032	R\$ 0,00	R\$ 413,35	<b>R\$ 413,35</b>
32523	IVO ZAGONEL	36987	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	37059	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	37026	R\$ 0,00	R\$ 410,75	<b>R\$ 410,75</b>
32523	IVO ZAGONEL	37070	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	37025	R\$ 0,00	R\$ 410,75	<b>R\$ 410,75</b>
32523	IVO ZAGONEL	36999	R\$ 0,00	R\$ 718,90	<b>R\$ 718,90</b>
32523	IVO ZAGONEL	37037	R\$ 0,00	R\$ 417,39	<b>R\$ 417,39</b>
32523	IVO ZAGONEL	37011	R\$ 0,00	R\$ 443,11	<b>R\$ 443,11</b>
32523	IVO ZAGONEL	37016	R\$ 0,00	R\$ 513,44	<b>R\$ 513,44</b>
32523	IVO ZAGONEL	37049	R\$ 0,00	R\$ 570,69	<b>R\$ 570,69</b>
32523	IVO ZAGONEL	37068	R\$ 0,00	R\$ 410,75	<b>R\$ 410,75</b>
32523	IVO ZAGONEL	36989	R\$ 0,00	R\$ 419,41	<b>R\$ 419,41</b>
32523	IVO ZAGONEL	36990	R\$ 0,00	R\$ 903,27	<b>R\$ 903,27</b>
49485	IVONE ALVES PEREIRA	33618	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
4425	IVONE DA ROSA	3301	R\$ 318,03	R\$ 565,75	<b>R\$ 883,78</b>
15538	IVONE KUZNIER	11520	R\$ 62,74	R\$ 73,95	<b>R\$ 136,69</b>
5054	IVONE MARIA CARLETTO	27678	R\$ 63,39	R\$ 141,03	<b>R\$ 204,42</b>
29869	IVONETE ANA MELERE	3055	R\$ 127,38	R\$ 317,86	<b>R\$ 445,24</b>
50703	IVONETE APARECIDA DE ALCANTARA	3043	R\$ 219,20	R\$ 136,47	<b>R\$ 355,67</b>
50703	IVONETE APARECIDA DE ALCANTARA	20799	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
49497	IVONETE DOS SANTOS	11462	R\$ 48,02	R\$ 131,83	<b>R\$ 179,85</b>
29881	IVONETE GONÇALVES DE AZEVEDO	30961	R\$ 180,83	R\$ 291,60	<b>R\$ 472,43</b>
10302	IZABETE LOURDES BONETTI	7557	R\$ 44,00	R\$ 164,76	<b>R\$ 208,76</b>
35696	IZAURA MARIA PRANDO CHIAMULERA	11045	R\$ 0,00	R\$ 177,18	<b>R\$ 177,18</b>
35696	IZAURA MARIA PRANDO CHIAMULERA	11167	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
4618	IZELINA SILVA DA ROSA	3456	R\$ 211,39	R\$ 411,34	<b>R\$ 622,73</b>
43234	JACIELE DE BONA E FELIPE ANDRÉ MOREIRA	5035	R\$ 0,00	R\$ 198,78	<b>R\$ 198,78</b>
21474	JACIR ANTONIO DA SILVA	7405	R\$ 355,27	R\$ 872,81	<b>R\$ 1.228,08</b>
14197	JACKSON BORDIN E FABIO ROGERIO PESSOA DA SILVA	6168	R\$ 0,00	R\$ 532,50	<b>R\$ 532,50</b>
14197	JACKSON BORDIN E FABIO ROGERIO PESSOA DA SILVA	23124	R\$ 410,46	R\$ 1.111,62	<b>R\$ 1.522,08</b>
15495	JACKSON ROBERTO DA CRUZ STALBAUN	11485	R\$ 111,69	R\$ 355,26	<b>R\$ 466,95</b>
1890	JACOB ANDRE ROHENKOHL	19	R\$ 589,56	R\$ 1.329,51	<b>R\$ 1.919,07</b>
1890	JACOB ANDRE ROHENKOHL	30	R\$ 0,00	R\$ 37,13	<b>R\$ 37,13</b>
11491	JAIME ANTONIO BONAMIGO	8543	R\$ 0,00	R\$ 87,57	<b>R\$ 87,57</b>
14712	JAIME LUIZ RECH	23220	R\$ 89,99	R\$ 258,14	<b>R\$ 348,13</b>
48174	JAIMIR BUSSACRO	28924	R\$ 51,69	R\$ 70,47	<b>R\$ 122,16</b>
19237	JAIR ADRIANO	21430	R\$ 0,00	R\$ 84,60	<b>R\$ 84,60</b>
47751	JAIR ALBERTI	3462	R\$ 0,00	R\$ 207,12	<b>R\$ 207,12</b>
47751	JAIR ALBERTI	3889	R\$ 0,00	R\$ 1.004,69	<b>R\$ 1.004,69</b>
38368	JAIR DA COSTA	10851	R\$ 0,00	R\$ 119,87	<b>R\$ 119,87</b>
34188	JAIR DOS SANTOS	5104	R\$ 108,23	R\$ 200,01	<b>R\$ 308,24</b>
31044	JAIR JOSÉ HOFF	27638	R\$ 0,00	R\$ 82,77	<b>R\$ 82,77</b>
31044	JAIR JOSÉ HOFF	27639	R\$ 0,00	R\$ 82,31	<b>R\$ 82,31</b>
31044	JAIR JOSÉ HOFF	27593	R\$ 0,00	R\$ 98,44	<b>R\$ 98,44</b>
926	JAIR MORELLO	35380	R\$ 0,00	R\$ 105,27	<b>R\$ 105,27</b>
926	JAIR MORELLO	718	R\$ 321,51	R\$ 404,04	<b>R\$ 725,55</b>
926	JAIR MORELLO	1014	R\$ 283,71	R\$ 553,00	<b>R\$ 836,71</b>
926	JAIR MORELLO	35359	R\$ 0,00	R\$ 135,87	<b>R\$ 135,87</b>

40224	JAIR PARENTI RIBEIRO	11962	R\$ 159,02	R\$ 302,58	<b>R\$ 461,60</b>
2249	JAIR ANDRE DE SA	20168	R\$ 0,00	R\$ 893,17	<b>R\$ 893,17</b>
488	JAIR ANTONIO PROVENS	20065	R\$ 222,05	R\$ 890,23	<b>R\$ 1.112,28</b>
7282	JAIR ARPINI	5362	R\$ 108,86	R\$ 171,99	<b>R\$ 280,85</b>
47841	JAIR EVARISTO ROSA	4286	R\$ 0,00	R\$ 43,74	<b>R\$ 43,74</b>
49495	JAIR RODRIGUES	11234	R\$ 50,99	R\$ 117,75	<b>R\$ 168,74</b>
50191	JAISON ALVES DREHER	35822	R\$ 179,11	R\$ 695,92	<b>R\$ 875,03</b>
50040	JAMIR MARIA PICCOLI	6362	R\$ 353,56	R\$ 487,84	<b>R\$ 841,40</b>
14934	JANDIR CANDIDO CHRISTOFOLLI	11117	R\$ 0,00	R\$ 146,42	<b>R\$ 146,42</b>
49582	JANE DO PRADO	27505	R\$ 113,44	R\$ 190,31	<b>R\$ 303,75</b>
41341	JANETE LUZIA KATSCHOR	4733	R\$ 181,31	R\$ 407,55	<b>R\$ 588,86</b>
6528	JANIS E JONES TRINDADE	4758	R\$ 0,00	R\$ 112,55	<b>R\$ 112,55</b>
34655	JAQUELINE PAULA DALLA ROSA	11112	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
30057	JARDEL MARQUES PENA E JULIANA CRISTINA ROSENDO MARQUES	10208	R\$ 395,19	R\$ 929,83	<b>R\$ 1.325,02</b>
10521	JARDELINO ANTUNES DA SILVA	7768	R\$ 355,27	R\$ 960,46	<b>R\$ 1.315,73</b>
44378	JASON SILVA	35414	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
32302	JAYR DE OLIVEIRA E LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	9866	R\$ 0,00	R\$ 467,44	<b>R\$ 467,44</b>
30996	JEAN DOMINGOS BRESSAN	27517	R\$ 98,85	R\$ 123,58	<b>R\$ 222,43</b>
48520	JEAN FELIPE PAROLIN	11068	R\$ 93,31	R\$ 297,77	<b>R\$ 391,08</b>
51990	JEFFERSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	4912	R\$ 123,92	R\$ 181,33	<b>R\$ 305,25</b>
45411	JEFFERSON LOPES DE ANDRADE	9628	R\$ 0,00	R\$ 86,63	<b>R\$ 86,63</b>
46060	JEFFERSON TEDESCO	7830	R\$ 135,00	R\$ 368,32	<b>R\$ 503,32</b>
53221	JERCI DOS SANTOS	6505	R\$ 155,36	R\$ 398,72	<b>R\$ 554,08</b>
50950	JHONATAN TABORDA E QUEILA CRISTINA TABORDA	8750	R\$ 137,49	R\$ 296,76	<b>R\$ 434,25</b>
47899	JILBERTO DA SILVEIRA	7822	R\$ 171,01	R\$ 647,43	<b>R\$ 818,44</b>
20107	JIROL - JOACABA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	12403	R\$ 63,22	R\$ 548,16	<b>R\$ 611,38</b>
9161	JOACI PIQUETTI	6687	R\$ 200,73	R\$ 570,08	<b>R\$ 770,81</b>
27625	JOAO ADELAR SCHNEIDER	34616	R\$ 248,97	R\$ 870,23	<b>R\$ 1.119,20</b>
6953	JOAO ADONIR RAMOS	5169	R\$ 0,00	R\$ 409,71	<b>R\$ 409,71</b>
34293	JOÃO ALVARES DE OLIVEIRA E BENTA DE OLIVEIRA	3738	R\$ 90,59	R\$ 122,48	<b>R\$ 213,07</b>
5630	JOAO ALVES DE MOURA E MAURO ALVES DE MOURA	4154	R\$ 103,03	R\$ 141,21	<b>R\$ 244,24</b>
36102	JOÃO ARTHUR DA CUNHA TRAVERSO	12036	R\$ 0,00	R\$ 456,38	<b>R\$ 456,38</b>
14070	JOAO BATISTA ISLER	10954	R\$ 0,00	R\$ 91,36	<b>R\$ 91,36</b>
14070	JOAO BATISTA ISLER	10491	R\$ 355,27	R\$ 2.911,43	<b>R\$ 3.266,70</b>
22182	JOAO BORTOLUZZI NETTO	7381	R\$ 43,96	R\$ 100,58	<b>R\$ 144,54</b>
15287	JOAO CARLOS PEREIRA	11365	R\$ 173,64	R\$ 396,41	<b>R\$ 570,05</b>
18816	JOAO CARLOS PEREIRA DE MENDONCA	10032	R\$ 355,27	R\$ 1.631,45	<b>R\$ 1.986,72</b>
33513	JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO	5208	R\$ 88,82	R\$ 329,06	<b>R\$ 417,88</b>
49620	JOÃO CARMOSINO RIBEIRO CARLOS	11288	R\$ 96,96	R\$ 271,74	<b>R\$ 368,70</b>
4736	JOAO CONSTANTE RIES	3534	R\$ 131,45	R\$ 315,90	<b>R\$ 447,35</b>
6525	JOAO DE JESUS	4755	R\$ 47,83	R\$ 48,54	<b>R\$ 96,37</b>
4055	JOAO EUDIVINO BEE	3031	R\$ 175,86	R\$ 199,53	<b>R\$ 375,39</b>
52230	JOÃO FLORIANO LUNARDI	27275	R\$ 0,00	R\$ 72,02	<b>R\$ 72,02</b>
19354	JOAO GILBERTO ANTUNES	23628	R\$ 120,68	R\$ 362,53	<b>R\$ 483,21</b>
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	21254	R\$ 87,04	R\$ 50,46	<b>R\$ 137,50</b>
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	21255	R\$ 94,15	R\$ 59,14	<b>R\$ 153,29</b>
5661	JOAO JOACIR CASTANGNARO	4174	R\$ 147,44	R\$ 348,73	<b>R\$ 496,17</b>
34012	JOÃO JOSÉ DALACOSTA	22932	R\$ 234,71	R\$ 331,17	<b>R\$ 565,88</b>
15441	JOAO M VIEIRA NASCIMENTO	11441	R\$ 48,02	R\$ 62,61	<b>R\$ 110,63</b>

5577	JOAO MARIA ALVES DAMACENO	4117	R\$ 59,06	R\$ 51,70	<b>R\$ 110,76</b>
14759	JOAO MARIA CORDEIRO, ANNA SALVADORI E CLAÚDIA SALVADORI	23248	R\$ 48,02	R\$ 158,98	<b>R\$ 207,00</b>
14759	JOAO MARIA CORDEIRO, ANNA SALVADORI E CLAÚDIA SALVADORI	10992	R\$ 48,02	R\$ 131,93	<b>R\$ 179,95</b>
45814	JOÃO MARIA DE MOURA	9042	R\$ 288,41	R\$ 581,90	<b>R\$ 870,31</b>
11665	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	8675	R\$ 0,00	R\$ 69,89	<b>R\$ 69,89</b>
14243	JOAO MARIA DE SOUZA NETO	20119	R\$ 175,27	R\$ 246,76	<b>R\$ 422,03</b>
6480	JOAO MARIA LOPES DE SOUZA	4715	R\$ 88,55	R\$ 381,57	<b>R\$ 470,12</b>
10138	JOAO MARIA PIRES DA SILVA	7775	R\$ 133,67	R\$ 345,80	<b>R\$ 479,47</b>
33898	JOÃO ORIDES PADILHA JUNIOR	4862	R\$ 235,44	R\$ 676,66	<b>R\$ 912,10</b>
33898	JOÃO ORIDES PADILHA JUNIOR	11018	R\$ 48,02	R\$ 147,95	<b>R\$ 195,97</b>
39852	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS	27641	R\$ 48,02	R\$ 73,74	<b>R\$ 121,76</b>
18580	JOAO PEDRO CORREA	30940	R\$ 152,77	R\$ 161,31	<b>R\$ 314,08</b>
18580	JOAO PEDRO CORREA	6679	R\$ 90,59	R\$ 120,07	<b>R\$ 210,66</b>
14984	JOAO PEDRO MEISTERLIN	11164	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
18277	JOAO PILATI	35263	R\$ 0,00	R\$ 88,99	<b>R\$ 88,99</b>
15488	JOAO RIBEIRO DA COSTA	11478	R\$ 92,52	R\$ 158,81	<b>R\$ 251,33</b>
15073	JOAO RODRIGUES	11245	R\$ 104,60	R\$ 94,85	<b>R\$ 199,45</b>
36596	JOAO ROQUE LOPES	9806	R\$ 101,96	R\$ 252,94	<b>R\$ 354,90</b>
6542	JOAO SALVADOR DA ROSA	33627	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
6542	JOAO SALVADOR DA ROSA	4771	R\$ 0,00	R\$ 65,46	<b>R\$ 65,46</b>
3811	JOAO SILVA FILHO	2820	R\$ 345,63	R\$ 569,72	<b>R\$ 915,35</b>
49419	JOÃO SINVAL DE MIRANDA	27634	R\$ 72,00	R\$ 153,75	<b>R\$ 225,75</b>
1686	JOAO WILTON PAZ DE MENDONCA	12343	R\$ 73,69	R\$ 235,68	<b>R\$ 309,37</b>
9959	JOAQUIM PALHANO	7297	R\$ 116,26	R\$ 146,99	<b>R\$ 263,25</b>
47068	JOAREZ FAVRETTO	34083	R\$ 0,00	R\$ 1.647,61	<b>R\$ 1.647,61</b>
32246	JOCIANE RAIZER MULLER	35173	R\$ 35,51	R\$ 59,90	<b>R\$ 95,41</b>
32246	JOCIANE RAIZER MULLER	35175	R\$ 108,78	R\$ 166,20	<b>R\$ 274,98</b>
21909	JOCILDE SALETE PEROSA	23594	R\$ 0,00	R\$ 265,78	<b>R\$ 265,78</b>
41019	JOEL MARTINHO ETGES	27613	R\$ 0,00	R\$ 154,51	<b>R\$ 154,51</b>
35389	JOEL ZANIN	11465	R\$ 68,44	R\$ 136,04	<b>R\$ 204,48</b>
50768	JOEMAR VAROTTO	35854	R\$ 135,65	R\$ 313,91	<b>R\$ 449,56</b>
35390	JOENI EDMAR CONTESSOTTO	2319	R\$ 355,27	R\$ 629,92	<b>R\$ 985,19</b>
45888	JOICE MARI PILATI	7368	R\$ 212,95	R\$ 592,72	<b>R\$ 805,67</b>
4936	JONAS ANTONIO MOLIN	4219	R\$ 0,00	R\$ 701,45	<b>R\$ 701,45</b>
4936	JONAS ANTONIO MOLIN	3657	R\$ 273,64	R\$ 480,60	<b>R\$ 754,24</b>
13640	JONAS ANTONIO MOLIN E JANAINA MOLIN	35052	R\$ 12,55	R\$ 21,02	<b>R\$ 33,57</b>
13640	JONAS ANTONIO MOLIN E JANAINA MOLIN	35049	R\$ 36,93	R\$ 61,89	<b>R\$ 98,82</b>
13640	JONAS ANTONIO MOLIN E JANAINA MOLIN	10143	R\$ 12,30	R\$ 20,61	<b>R\$ 32,91</b>
14151	JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS	23094	R\$ 342,57	R\$ 1.323,47	<b>R\$ 1.666,04</b>
14151	JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS	23099	R\$ 72,48	R\$ 207,70	<b>R\$ 280,18</b>
14151	JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS	23098	R\$ 257,24	R\$ 559,44	<b>R\$ 816,68</b>
14151	JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS	23092	R\$ 252,24	R\$ 911,99	<b>R\$ 1.164,23</b>
14151	JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS	23093	R\$ 164,19	R\$ 492,02	<b>R\$ 656,21</b>
14605	JONES BORBA DE AZEVEDO	10881	R\$ 108,37	R\$ 212,29	<b>R\$ 320,66</b>
13007	JORACI DE SALETE GOMES DE CASTRO	9706	R\$ 119,47	R\$ 220,47	<b>R\$ 339,94</b>
42060	JORDANA DOS SANTOS RAMOS	27642	R\$ 0,00	R\$ 77,66	<b>R\$ 77,66</b>
42367	JORDANA SANTINI OSORIO	2511	R\$ 37,37	R\$ 64,75	<b>R\$ 102,12</b>
15469	JORGE AGUSTINHO DE OLIVEIRA	11460	R\$ 48,02	R\$ 80,66	<b>R\$ 128,68</b>
3806	JORGE CAMILO GAVASSO	28724	R\$ 111,86	R\$ 199,92	<b>R\$ 311,78</b>

10547	JORGE KRUHS	7790	R\$ 152,77	R\$ 311,85	<b>R\$ 464,62</b>
13089	JORGE LUIZ ZANINI	9778	R\$ 121,65	R\$ 256,70	<b>R\$ 378,35</b>
7143	JORGE OSVALDO FINGER E BENILDE FINGER	5269	R\$ 0,00	R\$ 357,49	<b>R\$ 357,49</b>
3631	JORGE PADILHA	2680	R\$ 136,78	R\$ 300,25	<b>R\$ 437,03</b>
15476	JORGE ROBERTO SILVA	11467	R\$ 60,84	R\$ 105,40	<b>R\$ 166,24</b>
5801	JORGE TADEU HERMES	4258	R\$ 207,84	R\$ 438,34	<b>R\$ 646,18</b>
38175	JOSE ADÃO VARELA	4639	R\$ 195,58	R\$ 377,19	<b>R\$ 572,77</b>
49486	JOSÉ ADEMIR DA SILVA	33631	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>
3112	JOSE ADILSON BITTENCOURT	2333	R\$ 355,27	R\$ 2.353,50	<b>R\$ 2.708,77</b>
12990	JOSE ALVES SOBRINHO	9687	R\$ 50,70	R\$ 131,39	<b>R\$ 182,09</b>
3994	JOSE AVELINO ANTUNES DE OLIVEIRA	2987	R\$ 0,00	R\$ 863,65	<b>R\$ 863,65</b>
5102	JOSE BANDELOFF	26305	R\$ 58,62	R\$ 484,82	<b>R\$ 543,44</b>
5102	JOSE BANDELOFF	3756	R\$ 133,23	R\$ 1.078,69	<b>R\$ 1.211,92</b>
5102	JOSE BANDELOFF	3825	R\$ 0,00	R\$ 2.985,48	<b>R\$ 2.985,48</b>
43374	JOSE CARDEMAS	33649	R\$ 48,02	R\$ 65,15	<b>R\$ 113,17</b>
14535	JOSE CARLOS GONCALVES DA SILVA	10818	R\$ 176,03	R\$ 311,47	<b>R\$ 487,50</b>
38816	JOSÉ CARLOS KLOTZ E ROSANI MARIA PADILHA KLOTZ	5474	R\$ 361,10	R\$ 379,05	<b>R\$ 740,15</b>
51910	JOSÉ CLAUDIO ALVES COELHO	36832	R\$ 0,00	R\$ 49,07	<b>R\$ 49,07</b>
51910	JOSÉ CLAUDIO ALVES COELHO	36764	R\$ 190,25	R\$ 562,35	<b>R\$ 752,60</b>
3699	JOSE CORREA VELASQUE FILHO	2733	R\$ 0,00	R\$ 80,77	<b>R\$ 80,77</b>
3699	JOSE CORREA VELASQUE FILHO	2732	R\$ 0,00	R\$ 101,20	<b>R\$ 101,20</b>
37277	JOSÉ D' AGOSTINI NETO	35633	R\$ 356,84	R\$ 791,38	<b>R\$ 1.148,22</b>
49525	JOSÉ DA SILVA	11435	R\$ 48,02	R\$ 83,86	<b>R\$ 131,88</b>
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	8149	R\$ 48,02	R\$ 87,84	<b>R\$ 135,86</b>
11030	JOSE DA SILVA SABRITO FONTES	31611	R\$ 125,38	R\$ 164,49	<b>R\$ 289,87</b>
516	JOSE DARTORA	20076	R\$ 175,86	R\$ 301,62	<b>R\$ 477,48</b>
516	JOSE DARTORA	20078	R\$ 127,90	R\$ 140,56	<b>R\$ 268,46</b>
516	JOSE DARTORA	20077	R\$ 74,61	R\$ 65,14	<b>R\$ 139,75</b>
516	JOSE DARTORA	436	R\$ 175,86	R\$ 323,41	<b>R\$ 499,27</b>
9656	JOSE DE BARBA	7087	R\$ 245,33	R\$ 497,18	<b>R\$ 742,51</b>
14963	JOSE DE JESUS CARDOSO	11155	R\$ 48,02	R\$ 77,73	<b>R\$ 125,75</b>
36799	JOSÉ DE SIQUEIRA	11194	R\$ 0,00	R\$ 535,23	<b>R\$ 535,23</b>
4612	JOSE DUARTE DA SILVA	3452	R\$ 99,48	R\$ 143,98	<b>R\$ 243,46</b>
39872	JOSÉ EDILSON VIRMES E TAÍS LAURA ZARPELON	4762	R\$ 0,00	R\$ 99,51	<b>R\$ 99,51</b>
18302	JOSE ELIAS	29427	R\$ 335,63	R\$ 440,41	<b>R\$ 776,04</b>
18302	JOSE ELIAS	640	R\$ 279,88	R\$ 261,47	<b>R\$ 541,35</b>
15541	JOSE FERNANDES DA COSTA	11523	R\$ 123,05	R\$ 106,76	<b>R\$ 229,81</b>
13051	JOSE FERREIRA	9746	R\$ 60,84	R\$ 120,22	<b>R\$ 181,06</b>
13051	JOSE FERREIRA	32328	R\$ 48,02	R\$ 67,76	<b>R\$ 115,78</b>
50706	JOSE FRANCISCO RIBEIRO	11760	R\$ 48,02	R\$ 144,28	<b>R\$ 192,30</b>
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9760	R\$ 101,40	R\$ 167,86	<b>R\$ 269,26</b>
13066	JOSE GRACIANO PEREIRA	9761	R\$ 70,98	R\$ 115,54	<b>R\$ 186,52</b>
32266	JOSE LUIZ BERNARDI	2361	R\$ 392,06	R\$ 574,87	<b>R\$ 966,93</b>
32266	JOSE LUIZ BERNARDI	5477	R\$ 2.036,65	R\$ 3.552,81	<b>R\$ 5.589,46</b>
32326	JOSÉ LUIZ BETIATTO FILHO	6790	R\$ 300,80	R\$ 811,49	<b>R\$ 1.112,29</b>
32326	JOSÉ LUIZ BETIATTO FILHO	23647	R\$ 0,00	R\$ 171,15	<b>R\$ 171,15</b>
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8402	R\$ 0,00	R\$ 412,71	<b>R\$ 412,71</b>
11314	JOSE LUIZ PARISOTO	8401	R\$ 355,27	R\$ 1.304,73	<b>R\$ 1.660,00</b>
4599	JOSE MARIA ROSSA e SAULA CONTE ROSSA	20921	R\$ 111,91	R\$ 104,28	<b>R\$ 216,19</b>
3682	JOSE MAROSTICA	2716	R\$ 199,31	R\$ 492,25	<b>R\$ 691,56</b>

14236	JOSE MAXIMINO ALVES	10585	R\$ 158,01	R\$ 222,34	<b>R\$ 380,35</b>
37007	JOSE QUINTILHAN E WALDOMIRO QUINTILHAN	408	R\$ 105,27	R\$ 159,50	<b>R\$ 264,77</b>
3798	JOSE RIBEIRO	2809	R\$ 53,29	R\$ 38,54	<b>R\$ 91,83</b>
37440	JOSE RICARDO IAGHER E ROSANE DE FÁTIMA MERAS IAGHER	6982	R\$ 0,00	R\$ 87,01	<b>R\$ 87,01</b>
37440	JOSE RICARDO IAGHER E ROSANE DE FÁTIMA MERAS IAGHER	6983	R\$ 31,15	R\$ 75,01	<b>R\$ 106,16</b>
7250	JOSE SACCOL	5354	R\$ 0,00	R\$ 669,95	<b>R\$ 669,95</b>
7250	JOSE SACCOL	5345	R\$ 0,00	R\$ 344,09	<b>R\$ 344,09</b>
35843	JOSÉ SENEGAL RODRIGUES	4481	R\$ 246,88	R\$ 504,63	<b>R\$ 751,51</b>
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	6898	R\$ 148,22	R\$ 221,12	<b>R\$ 369,34</b>
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	22146	R\$ 148,22	R\$ 176,47	<b>R\$ 324,69</b>
9416	JOSE TADEU DE SOUZA	6897	R\$ 48,02	R\$ 122,30	<b>R\$ 170,32</b>
14147	JOSE VALDIR BACCEGA	10537	R\$ 149,17	R\$ 367,78	<b>R\$ 516,95</b>
14250	JOSE VALDIR ZANIN	10596	R\$ 53,29	R\$ 131,07	<b>R\$ 184,36</b>
5576	JOSÉ VALMOR DOS SANTOS	2676	R\$ 348,74	R\$ 636,31	<b>R\$ 985,05</b>
12946	JOSE VILMAR BANDEIRA	9648	R\$ 90,89	R\$ 169,08	<b>R\$ 259,97</b>
50828	JOSELMAR, ELIANDRA E CARINA DA SILVA	6348	R\$ 221,07	R\$ 253,50	<b>R\$ 474,57</b>
38803	JOSMIR APARECIDO ROCHA	33359	R\$ 251,75	R\$ 465,15	<b>R\$ 716,90</b>
11316	JOSSEMAR JOSE OLIVO	34591	R\$ 0,00	R\$ 1.001,80	<b>R\$ 1.001,80</b>
37072	JOVANI IZIDORO DA SILVA	10962	R\$ 27,04	R\$ 39,58	<b>R\$ 66,62</b>
4397	JOVENTINO DE MARCO	3276	R\$ 426,76	R\$ 1.944,26	<b>R\$ 2.371,02</b>
39613	JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA	35044	R\$ 0,00	R\$ 75,41	<b>R\$ 75,41</b>
35230	JUAREZ PRONER	7196	R\$ 0,00	R\$ 945,86	<b>R\$ 945,86</b>
4072	JUCELINO DA SILVA	3045	R\$ 98,06	R\$ 53,50	<b>R\$ 151,56</b>
50734	JUCIMAR BITTENCOURT	35444	R\$ 265,05	R\$ 513,39	<b>R\$ 778,44</b>
42972	JULIANA ROVER	10759	R\$ 27,27	R\$ 49,89	<b>R\$ 77,16</b>
46486	JULIANE DE ALMEIDA	33628	R\$ 48,02	R\$ 61,72	<b>R\$ 109,74</b>
36541	JULIANO CARDOSO	11115	R\$ 70,98	R\$ 174,22	<b>R\$ 245,20</b>
37669	JULIANO LAGO	36936	R\$ 0,00	R\$ 948,66	<b>R\$ 948,66</b>
15527	JULIO CESAR BISSANI	11509	R\$ 83,65	R\$ 193,37	<b>R\$ 277,02</b>
36160	JULIO CEZAR IDELBANDRO	36543	R\$ 142,68	R\$ 345,74	<b>R\$ 488,42</b>
12932	JULIO FERREIRA	9634	R\$ 300,21	R\$ 438,12	<b>R\$ 738,33</b>
15445	JULIO TADEU RIBEIRO	11445	R\$ 129,28	R\$ 177,35	<b>R\$ 306,63</b>
43242	JUNIOR JOSÉ DE MORAES E ROSEMERI APARECIDA CARDEMAS	27622	R\$ 76,44	R\$ 162,79	<b>R\$ 239,23</b>
49764	JUNIOR MACHADO E RAFAEL RODRIGO CARVALHO	9980	R\$ 0,00	R\$ 614,53	<b>R\$ 614,53</b>
49764	JUNIOR MACHADO E RAFAEL RODRIGO CARVALHO	9979	R\$ 0,00	R\$ 616,86	<b>R\$ 616,86</b>
162	JURACI TEREZINHA DA SILVA	140	R\$ 88,90	R\$ 183,58	<b>R\$ 272,48</b>
49889	JUREMA DARTORA MORANDINI	35099	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
49889	JUREMA DARTORA MORANDINI	35067	R\$ 128,14	R\$ 360,99	<b>R\$ 489,13</b>
582	JUREMA FERNANDES	473	R\$ 502,60	R\$ 1.034,41	<b>R\$ 1.537,01</b>
15430	JUREMA VARELLA DE SOUZA	23455	R\$ 107,73	R\$ 173,32	<b>R\$ 281,05</b>
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	3777	R\$ 309,23	R\$ 534,76	<b>R\$ 843,99</b>
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	6761	R\$ 226,39	R\$ 558,95	<b>R\$ 785,34</b>
43062	JURLEI MALAQUIAS BATISTA	3776	R\$ 410,49	R\$ 584,00	<b>R\$ 994,49</b>
17420	JUVELINA, JOÃO, SERGIO, ANTONIO E WALDOMIRO MEIRA	11569	R\$ 48,02	R\$ 171,37	<b>R\$ 219,39</b>
5541	JUVENAL RICARDO	4096	R\$ 113,69	R\$ 111,83	<b>R\$ 225,52</b>
48665	KAMILA LOUVATEL	27414	R\$ 17,63	R\$ 38,67	<b>R\$ 56,30</b>
37132	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN	7842	R\$ 193,30	R\$ 454,95	<b>R\$ 648,25</b>



40368	KARIN APARECIDA WITTE SCHLINDWEIN E NELSON SCHILINDWEIN	4246	R\$ 0,00	R\$ 228,31	<b>R\$ 228,31</b>
36837	KARINA ANTONELLO	36453	R\$ 177,64	R\$ 833,62	<b>R\$ 1.011,26</b>
45556	KÁTHIA ALVES	11531	R\$ 67,43	R\$ 156,33	<b>R\$ 223,76</b>
34211	KATIA DENISE PEREIRA FARIAS	12480	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
34211	KATIA DENISE PEREIRA FARIAS	12452	R\$ 379,53	R\$ 672,97	<b>R\$ 1.052,50</b>
49606	KATIA REGINA DE PELEGRIN CALESCURA	9288	R\$ 51,66	R\$ 76,16	<b>R\$ 127,82</b>
49606	KATIA REGINA DE PELEGRIN CALESCURA	22698	R\$ 65,38	R\$ 119,94	<b>R\$ 185,32</b>
9318	KATYANE SGANZERLA ROEHRING	6811	R\$ 0,00	R\$ 532,44	<b>R\$ 532,44</b>
52146	KAUÃ ELOI MACHADO SOARES	6374	R\$ 293,10	R\$ 277,73	<b>R\$ 570,83</b>
47048	KEIDI MARA DE SOUZA	23004	R\$ 0,00	R\$ 516,96	<b>R\$ 516,96</b>
11289	KLEBER MARTINI	8377	R\$ 17,80	R\$ 47,54	<b>R\$ 65,34</b>
1968	LACI JUSTI	33841	R\$ 57,44	R\$ 77,44	<b>R\$ 134,88</b>
1968	LACI JUSTI	7644	R\$ 273,64	R\$ 270,44	<b>R\$ 544,08</b>
35006	LACIR ANTONIO PONCIO DE OLIVEIRA	11293	R\$ 48,02	R\$ 99,71	<b>R\$ 147,73</b>
49492	LAIDES MARIA FERREIRA DOS SANTOS	4270	R\$ 179,34	R\$ 244,89	<b>R\$ 424,23</b>
50495	LAIS RODRIGUES CANDEIA CAMPAGNOLO	34612	R\$ 0,00	R\$ 1.548,28	<b>R\$ 1.548,28</b>
46806	LARA, ULISSES IRAÍ, LEONARDO, ROBERTO E ZILIO E ZILIO & CIA	1379	R\$ 589,56	R\$ 966,34	<b>R\$ 1.555,90</b>
11935	LAUDINO TEO	8897	R\$ 177,60	R\$ 512,96	<b>R\$ 690,56</b>
47982	LAUIR BOHT	9661	R\$ 167,22	R\$ 507,75	<b>R\$ 674,97</b>
14907	LAURI LUIZ TURATO	32570	R\$ 166,80	R\$ 349,52	<b>R\$ 516,32</b>
37313	LAURÍCIO FESTA	36262	R\$ 0,00	R\$ 747,91	<b>R\$ 747,91</b>
37313	LAURÍCIO FESTA	36260	R\$ 0,00	R\$ 497,61	<b>R\$ 497,61</b>
37313	LAURÍCIO FESTA	36263	R\$ 0,00	R\$ 551,34	<b>R\$ 551,34</b>
37313	LAURÍCIO FESTA	36258	R\$ 0,00	R\$ 484,12	<b>R\$ 484,12</b>
3975	LAURIVAN DICK E RICARDO DICK	2970	R\$ 206,70	R\$ 391,77	<b>R\$ 598,47</b>
3975	LAURIVAN DICK E RICARDO DICK	37109	R\$ 180,81	R\$ 296,03	<b>R\$ 476,84</b>
41306	LAURO ANTUNES JUNIOR	34744	R\$ 170,88	R\$ 334,56	<b>R\$ 505,44</b>
15042	LAURO DE ALMEIDA	11216	R\$ 104,95	R\$ 165,05	<b>R\$ 270,00</b>
12459	LAURO DRESCH	9299	R\$ 55,94	R\$ 107,54	<b>R\$ 163,48</b>
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF	27397	R\$ 135,13	R\$ 225,68	<b>R\$ 360,81</b>
18946	LEAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME	10139	R\$ 0,00	R\$ 524,84	<b>R\$ 524,84</b>
18946	LEAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME	10140	R\$ 0,00	R\$ 523,57	<b>R\$ 523,57</b>
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	8606	R\$ 310,51	R\$ 778,38	<b>R\$ 1.088,89</b>
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	1086	R\$ 155,55	R\$ 11.728,15	<b>R\$ 11.883,70</b>
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA	8998	R\$ 0,00	R\$ 53,46	<b>R\$ 53,46</b>
41779	LEANDRA CARDOZO DA SILVA E AMARILDO JOSÉ NUNES DA SIVA	27595	R\$ 100,41	R\$ 244,11	<b>R\$ 344,52</b>
37400	LEANDRO ASSIS DE CAMARGO	10826	R\$ 48,02	R\$ 85,99	<b>R\$ 134,01</b>
38321	LEANDRO BEHNKE	8809	R\$ 0,00	R\$ 263,01	<b>R\$ 263,01</b>
10571	LEANDRO DE BORTOLI BETTIO	28138	R\$ 0,00	R\$ 176,80	<b>R\$ 176,80</b>
10571	LEANDRO DE BORTOLI BETTIO	11959	R\$ 0,00	R\$ 80,28	<b>R\$ 80,28</b>
34904	LEANDRO LUIZ KRUG E CARLA FIORESE	10427	R\$ 0,00	R\$ 55,99	<b>R\$ 55,99</b>
2984	LEANDRO MENDONCA LINDNER	27172	R\$ 77,43	R\$ 118,12	<b>R\$ 195,55</b>
2984	LEANDRO MENDONCA LINDNER	2262	R\$ 589,56	R\$ 2.182,67	<b>R\$ 2.772,23</b>
49146	LEANDRO PANIAGO MOREIRA	3230	R\$ 180,80	R\$ 382,73	<b>R\$ 563,53</b>
46675	LEDA ESTER KOCHAN	29756	R\$ 69,28	R\$ 54,31	<b>R\$ 123,59</b>
46675	LEDA ESTER KOCHAN	2665	R\$ 110,13	R\$ 102,11	<b>R\$ 212,24</b>
2564	LEDIR ANTONIO MASSIGNANI	7340	R\$ 0,00	R\$ 1.869,39	<b>R\$ 1.869,39</b>
48717	LEILA REGINA AGUIAR	10612	R\$ 247,64	R\$ 532,96	<b>R\$ 780,60</b>

459	LENITA DADALT FONTANA	36259	R\$ 0,00	R\$ 490,86	<b>R\$ 490,86</b>
459	LENITA DADALT FONTANA	36257	R\$ 0,00	R\$ 477,39	<b>R\$ 477,39</b>
459	LENITA DADALT FONTANA	36261	R\$ 0,00	R\$ 504,35	<b>R\$ 504,35</b>
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	22305	R\$ 159,87	R\$ 233,69	<b>R\$ 393,56</b>
10022	LEOBERTO GARÇA E LEODIR LUIZ GARÇA	7333	R\$ 142,11	R\$ 226,51	<b>R\$ 368,62</b>
14830	LEOCINDO FERNANDES	11021	R\$ 153,10	R\$ 448,96	<b>R\$ 602,06</b>
34233	LEOCIR COMIN	27025	R\$ 103,03	R\$ 211,17	<b>R\$ 314,20</b>
30717	LEOCIR CORADI	12190	R\$ 0,00	R\$ 61,28	<b>R\$ 61,28</b>
30717	LEOCIR CORADI	12158	R\$ 263,96	R\$ 268,85	<b>R\$ 532,81</b>
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA EDUARDA CAVALLI	3003	R\$ 311,24	R\$ 762,14	<b>R\$ 1.073,38</b>
46463	LEONARDO FELIPE PADOVA	36000	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
43774	LEONARDO FELIPE ZILIO	35948	R\$ 0,00	R\$ 2.327,82	<b>R\$ 2.327,82</b>
41040	LEONARDO MAESTRI E DAIANA ULIANA	33897	R\$ 177,58	R\$ 285,10	<b>R\$ 462,68</b>
36105	LEONARDO MAESTRI E LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT	1650	R\$ 0,00	R\$ 64,47	<b>R\$ 64,47</b>
46783	LEONEL Galfassi Nunes	27644	R\$ 71,23	R\$ 154,56	<b>R\$ 225,79</b>
3794	LEONIDIO NORALINO DA COSTA	2805	R\$ 275,34	R\$ 204,70	<b>R\$ 480,04</b>
46508	LEONILDO MODESTO	8540	R\$ 202,33	R\$ 136,16	<b>R\$ 338,49</b>
19754	LEONOR ANTONIO RIEPE	6502	R\$ 284,29	R\$ 577,54	<b>R\$ 861,83</b>
13501	LEOPOLDO PARTALA	27835	R\$ 92,73	R\$ 187,55	<b>R\$ 280,28</b>
13501	LEOPOLDO PARTALA	10104	R\$ 120,51	R\$ 237,11	<b>R\$ 357,62</b>
36850	LEUCIR CORDEIRO	3010	R\$ 0,00	R\$ 568,35	<b>R\$ 568,35</b>
13305	LIBERA CASAGRANDE	9955	R\$ 109,78	R\$ 173,40	<b>R\$ 283,18</b>
13305	LIBERA CASAGRANDE	9954	R\$ 322,14	R\$ 967,49	<b>R\$ 1.289,63</b>
32342	LIDIA LOPES RODRIGUES	3242	R\$ 106,58	R\$ 137,62	<b>R\$ 244,20</b>
6179	LINDA DE LOURDES FRANCISCETTI	4499	R\$ 149,22	R\$ 104,22	<b>R\$ 253,44</b>
49543	LINDACIR FERREIRA DE LIMA	11482	R\$ 48,02	R\$ 62,02	<b>R\$ 110,04</b>
34821	LINDAMIR TEREZINHA R. DO NASCIMENTO	23494	R\$ 11,40	R\$ 24,14	<b>R\$ 35,54</b>
13045	LINDENOR A. DOS SANTOS FILHO	9739	R\$ 128,33	R\$ 342,65	<b>R\$ 470,98</b>
22061	LINDNER TECHNO SYSTEMS LTDA.	37277	R\$ 648,57	R\$ 1.919,48	<b>R\$ 2.568,05</b>
39577	LINEU LUIZ SCHLINDWEIN	10426	R\$ 175,51	R\$ 401,54	<b>R\$ 577,05</b>
4664	LINITA E ELIO HORN	3484	R\$ 15,09	R\$ 26,11	<b>R\$ 41,20</b>
34615	LINO JOSÉ NICHELLE	11290	R\$ 48,02	R\$ 74,10	<b>R\$ 122,12</b>
4357	LIRIA MARILDA LUDWIG	20876	R\$ 0,00	R\$ 1.118,74	<b>R\$ 1.118,74</b>
35070	LISANDRA FLORES MARTINS	10424	R\$ 171,78	R\$ 378,39	<b>R\$ 550,17</b>
13875	LISBETH DE OLIVEIRA	10389	R\$ 0,00	R\$ 1.017,21	<b>R\$ 1.017,21</b>
9291	LIZANDRA LIMA	6793	R\$ 104,45	R\$ 299,92	<b>R\$ 404,37</b>
9846	LIZETE MARIA NATUS	7204	R\$ 198,95	R\$ 204,57	<b>R\$ 403,52</b>
5822	LODOVICO ANTONIO BIAVATTI	4269	R\$ 32,44	R\$ 30,48	<b>R\$ 62,92</b>
52849	LORENA APARECIDA DA SILVA GARCIA	23475	R\$ 54,50	R\$ 73,70	<b>R\$ 128,20</b>
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	21566	R\$ 174,08	R\$ 304,58	<b>R\$ 478,66</b>
7017	LORENA FERRONATO KOZLNSKI	5210	R\$ 93,26	R\$ 162,86	<b>R\$ 256,12</b>
43415	LOTEADORA DE IMÓVEIS DALLANORA LTDA	35847	R\$ 0,00	R\$ 1.026,85	<b>R\$ 1.026,85</b>
43415	LOTEADORA DE IMÓVEIS DALLANORA LTDA	35869	R\$ 0,00	R\$ 855,71	<b>R\$ 855,71</b>
43415	LOTEADORA DE IMÓVEIS DALLANORA LTDA	35844	R\$ 0,00	R\$ 1.026,85	<b>R\$ 1.026,85</b>
43415	LOTEADORA DE IMÓVEIS DALLANORA LTDA	35912	R\$ 0,00	R\$ 359,60	<b>R\$ 359,60</b>
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1588	R\$ 377,54	R\$ 583,87	<b>R\$ 961,41</b>
37370	LOURDES GRANETO LOCATELLI	1640	R\$ 0,00	R\$ 60,91	<b>R\$ 60,91</b>
49455	LOURDES MARTINS	33634	R\$ 48,02	R\$ 71,51	<b>R\$ 119,53</b>
33341	LOURENA LÚCIA STELLA	426	R\$ 138,61	R\$ 429,05	<b>R\$ 567,66</b>
10237	LOURIVAL BORTOLI	7504	R\$ 188,66	R\$ 618,80	<b>R\$ 807,46</b>

52197	LOURIVAL HEMETERIO	36287	R\$ 69,01	R\$ 231,55	<b>R\$ 300,56</b>
42009	LUANA MACIEL MAIA	4482	R\$ 227,38	R\$ 432,93	<b>R\$ 660,31</b>
48904	LUANA MARION STASKOWIAN REGINATO ZAPANI	10003	R\$ 44,58	R\$ 101,54	<b>R\$ 146,12</b>
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	36134	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
2148	LUAR EMPREENDIMENTOS LTDA	1727	R\$ 804,49	R\$ 2.075,35	<b>R\$ 2.879,84</b>
38699	LUBIANA PRANDO CARON DOZZA	23590	R\$ 24,99	R\$ 56,24	<b>R\$ 81,23</b>
44051	LUCAS CARLOS BELOTTO	8318	R\$ 0,00	R\$ 766,20	<b>R\$ 766,20</b>
40687	LUCAS, LETICIA E LAIS ADAGUINARIO	9525	R\$ 165,20	R\$ 364,80	<b>R\$ 530,00</b>
33605	LUCIA DE LIMA DE OLIVEIRA E EDUARDO HARO	6972	R\$ 14,75	R\$ 101,08	<b>R\$ 115,83</b>
46043	LUCIA EZILCE MANTOVANI	3909	R\$ 0,00	R\$ 331,78	<b>R\$ 331,78</b>
2317	LUCIA SCHMIDT	1858	R\$ 348,18	R\$ 461,65	<b>R\$ 809,83</b>
43244	LUCIANA CRISTINA LORASCHI	27712	R\$ 228,00	R\$ 389,88	<b>R\$ 617,88</b>
5114	LUCIANA SEBEM BONAFAE	12010	R\$ 102,37	R\$ 1.622,96	<b>R\$ 1.725,33</b>
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	3266	R\$ 181,19	R\$ 496,36	<b>R\$ 677,55</b>
31097	LUCIANE AP. M. FIEDLER E ANELIESE M.M. HOFFELDER	20887	R\$ 154,54	R\$ 408,04	<b>R\$ 562,58</b>
31610	LUCIANO COMIN	6924	R\$ 236,58	R\$ 617,27	<b>R\$ 853,85</b>
30839	LUCIANO DI DOMENICO	11883	R\$ 355,27	R\$ 1.019,83	<b>R\$ 1.375,10</b>
15267	LUCIANO GONCALVES	11355	R\$ 70,98	R\$ 186,74	<b>R\$ 257,72</b>
39384	LUCIANO LUVISON BRESCIANI	4792	R\$ 355,27	R\$ 1.164,55	<b>R\$ 1.519,82</b>
33177	LUCIANO MARTINS	2588	R\$ 272,89	R\$ 625,96	<b>R\$ 898,85</b>
36651	LUCIANO SOUZA DOS SANTOS	3581	R\$ 0,00	R\$ 112,78	<b>R\$ 112,78</b>
48773	LUCIANO TONET	36010	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
45905	LUCIDIA FERNANDES DE ALMEIDA	11495	R\$ 54,50	R\$ 92,39	<b>R\$ 146,89</b>
34388	LUCILENE DE FATIMA DOS SANTOS	23663	R\$ 0,00	R\$ 230,71	<b>R\$ 230,71</b>
12814	LUCINDO RAIMUNDO CARMINATTI	29354	R\$ 37,62	R\$ 63,72	<b>R\$ 101,34</b>
32396	LUCIO DE SOUZA	5007	R\$ 130,12	R\$ 229,24	<b>R\$ 359,36</b>
3876	LUCIO EMILIO GRAEF	2880	R\$ 35,31	R\$ 34,36	<b>R\$ 69,67</b>
19600	LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ	6759	R\$ 0,00	R\$ 14.550,66	<b>R\$ 14.550,66</b>
14635	LUIS CARLOS NIENOV	10906	R\$ 186,95	R\$ 301,74	<b>R\$ 488,69</b>
30933	LUIS PAULO ELICKER	7506	R\$ 0,00	R\$ 1.394,49	<b>R\$ 1.394,49</b>
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	27206	R\$ 357,30	R\$ 711,19	<b>R\$ 1.068,49</b>
8520	LUIZ ADRIANI DE ANDRADE	27229	R\$ 0,00	R\$ 69,82	<b>R\$ 69,82</b>
9867	LUIZ ALBERTO FRATTINI	7199	R\$ 355,27	R\$ 1.544,40	<b>R\$ 1.899,67</b>
6489	LUIZ ALBERTO PARIZZI	4724	R\$ 0,00	R\$ 277,58	<b>R\$ 277,58</b>
5930	LUIZ ALBERTO SANTINI	5646	R\$ 0,00	R\$ 641,46	<b>R\$ 641,46</b>
5930	LUIZ ALBERTO SANTINI	5645	R\$ 0,00	R\$ 739,05	<b>R\$ 739,05</b>
4071	LUIZ ALCANTARA	3044	R\$ 109,21	R\$ 140,54	<b>R\$ 249,75</b>
567	LUIZ ALEXANDRE VIEIRA, PATRICIA LEMOS VIEIRA E ANDRE VIEIRA	466	R\$ 315,34	R\$ 663,57	<b>R\$ 978,91</b>
10598	LUIZ ALVES CASSIANO E SANDRA MARIA CASSIANO	7833	R\$ 120,79	R\$ 263,03	<b>R\$ 383,82</b>
47026	LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA	2981	R\$ 127,90	R\$ 295,26	<b>R\$ 423,16</b>
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	767	R\$ 347,55	R\$ 663,07	<b>R\$ 1.010,62</b>
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	769	R\$ 159,34	R\$ 224,91	<b>R\$ 384,25</b>
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	770	R\$ 589,56	R\$ 527,96	<b>R\$ 1.117,52</b>
971	LUIZ ANTONIO BORTOLUZ	766	R\$ 257,43	R\$ 286,83	<b>R\$ 544,26</b>
2611	LUIZ ANTONIO DE SOUZA	2073	R\$ 621,99	R\$ 1.385,79	<b>R\$ 2.007,78</b>
2728	LUIZ ARTUR OBOJES	2129	R\$ 619,65	R\$ 1.282,75	<b>R\$ 1.902,40</b>
8691	LUIZ BALESTRIN	6392	R\$ 356,98	R\$ 630,17	<b>R\$ 987,15</b>
8691	LUIZ BALESTRIN	6391	R\$ 408,88	R\$ 688,29	<b>R\$ 1.097,17</b>
8691	LUIZ BALESTRIN	6390	R\$ 144,44	R\$ 193,58	<b>R\$ 338,02</b>
5788	LUIZ BRANDALISE	4249	R\$ 92,02	R\$ 371,76	<b>R\$ 463,78</b>

14664	LUIZ CAMILO RIBEIRO E IRENE LEMINSKI	10934	R\$ 0,00	R\$ 170,43	<b>R\$ 170,43</b>
36048	LUIZ CARLOS BECKER	37569	R\$ 177,32	R\$ 345,20	<b>R\$ 522,52</b>
1262	LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO	1048	R\$ 843,06	R\$ 1.252,46	<b>R\$ 2.095,52</b>
33790	LUIZ CARLOS COELHO E CARLA TEREZINHA HOFFMANN	27218	R\$ 0,00	R\$ 69,82	<b>R\$ 69,82</b>
33790	LUIZ CARLOS COELHO E CARLA TEREZINHA HOFFMANN	6276	R\$ 353,74	R\$ 652,10	<b>R\$ 1.005,84</b>
10240	LUIZ CARLOS DA SILVA	28180	R\$ 165,20	R\$ 440,20	<b>R\$ 605,40</b>
14565	LUIZ CARLOS DE ARAUJO	10846	R\$ 97,59	R\$ 283,60	<b>R\$ 381,19</b>
49500	LUIZ CARLOS FAGUNDES	33650	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
4107	LUIZ CARLOS LENZI	3076	R\$ 169,35	R\$ 393,39	<b>R\$ 562,74</b>
3650	LUIZ CARLOS MOREIRA	2691	R\$ 355,27	R\$ 1.293,54	<b>R\$ 1.648,81</b>
9107	LUIZ CARLOS NUNES	22082	R\$ 124,35	R\$ 114,87	<b>R\$ 239,22</b>
14234	LUIZ CARLOS THOMAZ	10583	R\$ 166,98	R\$ 263,93	<b>R\$ 430,91</b>
5789	LUIZ CARLOS ZANELATTO	4717	R\$ 0,00	R\$ 947,45	<b>R\$ 947,45</b>
36072	LUIZ DE ALMEIDA	28968	R\$ 189,01	R\$ 151,93	<b>R\$ 340,94</b>
22426	LUIZ FERNANDO CHRIST - ME	21049	R\$ 0,00	R\$ 1.774,00	<b>R\$ 1.774,00</b>
35573	LUIZ FERNANDO HALL	23035	R\$ 0,00	R\$ 456,38	<b>R\$ 456,38</b>
35573	LUIZ FERNANDO HALL	23036	R\$ 0,00	R\$ 456,38	<b>R\$ 456,38</b>
40644	LUIZ FERNANDO MELLO RIEPE E SANDRA BUCCO RIEPE	22841	R\$ 136,62	R\$ 339,30	<b>R\$ 475,92</b>
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6854	R\$ 0,00	R\$ 594,26	<b>R\$ 594,26</b>
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6035	R\$ 589,56	R\$ 1.519,88	<b>R\$ 2.109,44</b>
896	LUIZ FERNANDO TAGLIARI	6856	R\$ 0,00	R\$ 713,09	<b>R\$ 713,09</b>
32784	LUIZ FERNANDO TAGLIARI E TAGLIARI REPRESENTAÇÕES LTDA	719	R\$ 299,62	R\$ 376,50	<b>R\$ 676,12</b>
7164	LUIZ FRANCISCO BECHI	5283	R\$ 159,34	R\$ 337,67	<b>R\$ 497,01</b>
6131	LUIZ GONCALVES	4462	R\$ 309,35	R\$ 229,29	<b>R\$ 538,64</b>
41395	LUIZ JACINTO DIAS DA SILVA	26403	R\$ 0,00	R\$ 1.033,96	<b>R\$ 1.033,96</b>
23125	LUIZ JOAO BORTOLI	2821	R\$ 32,32	R\$ 65,52	<b>R\$ 97,84</b>
45853	LUIZ JOÃO DA MAIA	3929	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
45853	LUIZ JOÃO DA MAIA	3946	R\$ 348,36	R\$ 1.221,55	<b>R\$ 1.569,91</b>
49660	LUIZ MAURICIO DA COSTA	12119	R\$ 0,00	R\$ 111,60	<b>R\$ 111,60</b>
43387	LUIZ MIGUEL E MIGUEL LUIZ SLONGO	23047	R\$ 0,00	R\$ 250,38	<b>R\$ 250,38</b>
43387	LUIZ MIGUEL E MIGUEL LUIZ SLONGO	23046	R\$ 0,00	R\$ 263,66	<b>R\$ 263,66</b>
38500	LUIZ ROBERTO DA SILVA E BARBARA SALETE BIAZZOLO	2562	R\$ 589,56	R\$ 1.352,65	<b>R\$ 1.942,21</b>
35642	LUIZ SAVENHAGO	35107	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
35642	LUIZ SAVENHAGO	35061	R\$ 186,72	R\$ 526,02	<b>R\$ 712,74</b>
33472	LUIZ SERGIO BELLO E ADEMIR RUSCHEL	9355	R\$ 807,09	R\$ 7.500,88	<b>R\$ 8.307,97</b>
38096	LUIZ VALDIR SUBTIL DE LIMA	3535	R\$ 138,56	R\$ 208,23	<b>R\$ 346,79</b>
24325	LUIZ VASTRES	10550	R\$ 0,00	R\$ 760,80	<b>R\$ 760,80</b>
24325	LUIZ VASTRES	10551	R\$ 231,02	R\$ 346,84	<b>R\$ 577,86</b>
12735	LUIZ WIESER	23517	R\$ 0,00	R\$ 805,32	<b>R\$ 805,32</b>
12735	LUIZ WIESER	10755	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	10745	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	10746	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	9500	R\$ 503,19	R\$ 1.828,21	<b>R\$ 2.331,40</b>
12735	LUIZ WIESER	10754	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	10748	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	10753	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	9498	R\$ 330,46	R\$ 1.072,97	<b>R\$ 1.403,43</b>
12735	LUIZ WIESER	10747	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>
12735	LUIZ WIESER	10756	R\$ 0,00	R\$ 362,57	<b>R\$ 362,57</b>

40607	LUIZA GOBBI PLANISC CONST E INCORP E URBANIPA CONST E INCOR	10395	R\$ 0,00	R\$ 5.529,36	<b>R\$ 5.529,36</b>
37131	LURDES ALVES DE LIMA E WILSON JAIR WITTE	9194	R\$ 0,00	R\$ 418,36	<b>R\$ 418,36</b>
40658	LURDES DADALT	20730	R\$ 17,63	R\$ 18,41	<b>R\$ 36,04</b>
40658	LURDES DADALT	2682	R\$ 83,56	R\$ 159,42	<b>R\$ 242,98</b>
40658	LURDES DADALT	20728	R\$ 62,00	R\$ 64,46	<b>R\$ 126,46</b>
15071	LUZIA ANTUNES DE OLIVEIRA	11243	R\$ 164,38	R\$ 204,95	<b>R\$ 369,33</b>
1079	LYSEO BRUNE E OUTRO	872	R\$ 450,07	R\$ 497,43	<b>R\$ 947,50</b>
50279	MADGE BIANCHI DOS SANTOS	4654	R\$ 80,17	R\$ 81,37	<b>R\$ 161,54</b>
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12470	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
35222	MAELI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	12462	R\$ 358,34	R\$ 635,38	<b>R\$ 993,72</b>
51552	MAGNABOSCO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	36738	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
51552	MAGNABOSCO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	36709	R\$ 476,56	R\$ 1.158,03	<b>R\$ 1.634,59</b>
53515	MAICHEL LUIZ BEBBER	38082	R\$ 0,00	R\$ 39,97	<b>R\$ 39,97</b>
39717	MAICON EDUARDO BORTOLUZ	34398	R\$ 0,00	R\$ 39,07	<b>R\$ 39,07</b>
50959	MAIKEL PATRZYKOT	36821	R\$ 0,00	R\$ 49,08	<b>R\$ 49,08</b>
50959	MAIKEL PATRZYKOT	36783	R\$ 255,19	R\$ 903,70	<b>R\$ 1.158,89</b>
50959	MAIKEL PATRZYKOT	36820	R\$ 0,00	R\$ 49,08	<b>R\$ 49,08</b>
51466	MAIKON PORT	8068	R\$ 70,61	R\$ 71,66	<b>R\$ 142,27</b>
41561	MANHATTAN INVESTIMENTOS LTDA	34187	R\$ 119,06	R\$ 264,22	<b>R\$ 383,28</b>
5862	MANOEL DA COSTA	21328	R\$ 0,00	R\$ 153,68	<b>R\$ 153,68</b>
5862	MANOEL DA COSTA	21329	R\$ 0,00	R\$ 94,93	<b>R\$ 94,93</b>
51302	MANOEL DONATO MELO DE LIZ	35880	R\$ 0,00	R\$ 965,28	<b>R\$ 965,28</b>
15553	MANOEL LOPES DE ANDRADE	11535	R\$ 136,74	R\$ 217,17	<b>R\$ 353,91</b>
4352	MANOEL OSORIO FARIA DE OLIVEIRA	3251	R\$ 54,04	R\$ 117,84	<b>R\$ 171,88</b>
49557	MARA LUCIA DA ROSA	27551	R\$ 32,16	R\$ 45,22	<b>R\$ 77,38</b>
4979	MARCELINO AMBROSIO	21058	R\$ 175,86	R\$ 272,74	<b>R\$ 448,60</b>
4979	MARCELINO AMBROSIO	3677	R\$ 341,06	R\$ 305,17	<b>R\$ 646,23</b>
1866	MARCELO AFONSO DE SOUZA	1504	R\$ 222,24	R\$ 378,06	<b>R\$ 600,30</b>
20308	MARCELO ANTONIO VELOSO	3248	R\$ 240,17	R\$ 489,98	<b>R\$ 730,15</b>
47680	MARCELO BORSOI	9853	R\$ 0,00	R\$ 759,89	<b>R\$ 759,89</b>
5219	MARCELO LAGO E ROSILEI BORDIN	3843	R\$ 103,03	R\$ 233,11	<b>R\$ 336,14</b>
4412	MARCELO ROBERTO DUTRA	3289	R\$ 122,68	R\$ 272,51	<b>R\$ 395,19</b>
7214	MARCELO ZAGONEL	5318	R\$ 0,00	R\$ 168,28	<b>R\$ 168,28</b>
36047	MARCIA BAZZO	7307	R\$ 188,65	R\$ 433,43	<b>R\$ 622,08</b>
34114	MARCIA DALFOVO	4520	R\$ 0,00	R\$ 475,61	<b>R\$ 475,61</b>
34114	MARCIA DALFOVO	4513	R\$ 313,74	R\$ 464,74	<b>R\$ 778,48</b>
48284	MARCIA FATIMA PROVENCII TREVIZAN	4574	R\$ 217,61	R\$ 292,46	<b>R\$ 510,07</b>
50671	MARCIA IZABEL DE ASSIS	6630	R\$ 191,85	R\$ 208,92	<b>R\$ 400,77</b>
42814	MARCIA ODETE DALL'ACOSTA MARQUES e ANA PAULA MARQUES	10857	R\$ 82,26	R\$ 198,04	<b>R\$ 280,30</b>
50294	MARCIA SALETE VACCARI ZORZI	5119	R\$ 98,06	R\$ 273,44	<b>R\$ 371,50</b>
49600	MARCIA SANGALI	11449	R\$ 87,19	R\$ 108,21	<b>R\$ 195,40</b>
38672	MARCIA VALERIA CASSOL MICHELON	10912	R\$ 28,38	R\$ 69,02	<b>R\$ 97,40</b>
11313	MARCIANA FOGACA DUARTE	8399	R\$ 254,02	R\$ 594,76	<b>R\$ 848,78</b>
41250	MARCIO BRITO JESUS DE SOUZA E TATIANE ALVES BOISIER DE SOUZA	8039	R\$ 0,00	R\$ 265,78	<b>R\$ 265,78</b>
6834	MARCIO DA SILVA E MARIA ANDREIA WASEM	5050	R\$ 41,74	R\$ 101,60	<b>R\$ 143,34</b>
6412	MARCIO EVANDRO WASEN	6572	R\$ 251,75	R\$ 376,61	<b>R\$ 628,36</b>
51064	MARCIO JOSE AMALCABURIO	36266	R\$ 0,00	R\$ 212,97	<b>R\$ 212,97</b>
36095	MARCIO LIMA E SIMONI XAVIER	4116	R\$ 112,80	R\$ 410,99	<b>R\$ 523,79</b>

46251	MARCIO ORLEI CORADI, MARIA VIEIRA, CLAUDEMIR E ROSANE SUTIL	12447	R\$ 83,25	R\$ 94,90	<b>R\$ 178,15</b>
36436	MARCIO RICARDO WOLFART	4785	R\$ 248,28	R\$ 674,62	<b>R\$ 922,90</b>
13964	MARCIO ROBERTO CIELO	33364	R\$ 78,44	R\$ 120,24	<b>R\$ 198,68</b>
13964	MARCIO ROBERTO CIELO	35069	R\$ 70,02	R\$ 197,32	<b>R\$ 267,34</b>
13964	MARCIO ROBERTO CIELO	35125	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
9422	MARCIO RODRIGO FACCIN	6901	R\$ 47,94	R\$ 91,59	<b>R\$ 139,53</b>
52286	MARCIO SCHILLER	10675	R\$ 85,27	R\$ 395,79	<b>R\$ 481,06</b>
32874	MARCO ANTONIO DE MARCO	11691	R\$ 32,00	R\$ 54,22	<b>R\$ 86,22</b>
45452	MARCO AURELHO E MARIA ALICE CASTAGNARO E THAYSE BARETTA	5838	R\$ 589,56	R\$ 2.358,81	<b>R\$ 2.948,37</b>
41809	MARCO AURÉLIO MICHAUD E JACQUELINE DE OLIVEIRA ALVES	10584	R\$ 226,66	R\$ 431,80	<b>R\$ 658,46</b>
49652	MARCOS ANTONIO DA SILVA	11492	R\$ 54,50	R\$ 88,71	<b>R\$ 143,21</b>
6105	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA	4444	R\$ 58,62	R\$ 251,86	<b>R\$ 310,48</b>
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7637	R\$ 142,11	R\$ 363,69	<b>R\$ 505,80</b>
10376	MARCOS ANTONIO FERRI	7714	R\$ 326,61	R\$ 525,35	<b>R\$ 851,96</b>
50567	MARCOS ANTONIO MANTOVANI	11793	R\$ 104,61	R\$ 215,77	<b>R\$ 320,38</b>
14819	MARCOS ANTONIO TIGRE E OUTROS	12488	R\$ 84,89	R\$ 214,81	<b>R\$ 299,70</b>
48027	MARCOS FRANCESCONI DA BOIT	35531	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
48027	MARCOS FRANCESCONI DA BOIT	35500	R\$ 355,51	R\$ 653,01	<b>R\$ 1.008,52</b>
51669	MARCOS GEAN TEIXEIRA BASTOS	4768	R\$ 42,85	R\$ 43,49	<b>R\$ 86,34</b>
33385	MARCOS HENRIQUE BUENO	4584	R\$ 155,43	R\$ 244,21	<b>R\$ 399,64</b>
33385	MARCOS HENRIQUE BUENO	4583	R\$ 0,00	R\$ 70,30	<b>R\$ 70,30</b>
8815	MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS	6466	R\$ 473,86	R\$ 676,03	<b>R\$ 1.149,89</b>
6434	MARGARETE ALVES SCHNEIDER	4673	R\$ 0,00	R\$ 275,61	<b>R\$ 275,61</b>
39923	MARGARETI ERTEL E MARLEI TEREZINHA ERTEL	22808	R\$ 132,34	R\$ 117,83	<b>R\$ 250,17</b>
39923	MARGARETI ERTEL E MARLEI TEREZINHA ERTEL	9605	R\$ 132,34	R\$ 204,77	<b>R\$ 337,11</b>
15463	MARGARIDA SOARES	11455	R\$ 110,02	R\$ 186,19	<b>R\$ 296,21</b>
41191	MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO	31376	R\$ 0,00	R\$ 35,32	<b>R\$ 35,32</b>
41191	MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO	34068	R\$ 396,89	R\$ 727,24	<b>R\$ 1.124,13</b>
31070	MARIA APARECIDA POGERE	11522	R\$ 48,02	R\$ 90,92	<b>R\$ 138,94</b>
36937	MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE	11661	R\$ 33,88	R\$ 159,84	<b>R\$ 193,72</b>
36937	MARIA APARECIDA ROSA VARISA E DEONEZIO CANALE	25305	R\$ 42,76	R\$ 228,32	<b>R\$ 271,08</b>
37325	MARIA BARCELLA LORENZZONI	3598	R\$ 338,51	R\$ 965,21	<b>R\$ 1.303,72</b>
11511	MARIA BENIA VIERA	8560	R\$ 53,29	R\$ 54,14	<b>R\$ 107,43</b>
15537	MARIA BERNADETE PEREIRA	11519	R\$ 0,00	R\$ 107,92	<b>R\$ 107,92</b>
39959	MARIA BERNADETE XAVIER CORREA	4424	R\$ 0,00	R\$ 58,83	<b>R\$ 58,83</b>
11207	MARIA CARMEM PARISOTO	8316	R\$ 120,47	R\$ 359,29	<b>R\$ 479,76</b>
1438	MARIA CONCEICAO STEFANES	1189	R\$ 94,42	R\$ 112,59	<b>R\$ 207,01</b>
31111	MARIA CRISTINA CHANES	7245	R\$ 134,67	R\$ 256,42	<b>R\$ 391,09</b>
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4387	R\$ 133,23	R\$ 256,67	<b>R\$ 389,90</b>
32392	MARIA D. GARCIA DOS SANTOS E ADENIR RODRIGUES DOS SANTOS	4388	R\$ 0,00	R\$ 275,10	<b>R\$ 275,10</b>
3854	MARIA DA GRACA PEREIRA	2858	R\$ 74,61	R\$ 94,51	<b>R\$ 169,12</b>
39355	MARIA DERLI DE MATOS	37962	R\$ 111,56	R\$ 191,51	<b>R\$ 303,07</b>
39355	MARIA DERLI DE MATOS	2693	R\$ 164,67	R\$ 361,96	<b>R\$ 526,63</b>
7479	MARIA DO CARMO TRAIANO BEAL	5494	R\$ 458,33	R\$ 690,04	<b>R\$ 1.148,37</b>
6239	MARIA DOS SANTOS	6651	R\$ 34,84	R\$ 82,04	<b>R\$ 116,88</b>
49555	MARIA DOS SANTOS	27550	R\$ 114,16	R\$ 227,43	<b>R\$ 341,59</b>



49524	MARIA EDIR ALVES	11433	R\$ 48,02	R\$ 107,20	<b>R\$ 155,22</b>
15593	MARIA HELENA MACIEL	23490	R\$ 64,64	R\$ 83,03	<b>R\$ 147,67</b>
7527	MARIA INES VIVAN DE VARGAS	4706	R\$ 124,10	R\$ 217,18	<b>R\$ 341,28</b>
3512	MARIA IRACI CORREIA	2606	R\$ 88,82	R\$ 219,79	<b>R\$ 308,61</b>
31636	MARIA IVONI DA SILVA DESBESELL	3180	R\$ 177,60	R\$ 602,32	<b>R\$ 779,92</b>
41758	MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA	4288	R\$ 49,74	R\$ 52,18	<b>R\$ 101,92</b>
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	32103	R\$ 112,98	R\$ 179,97	<b>R\$ 292,95</b>
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10350	R\$ 85,27	R\$ 106,22	<b>R\$ 191,49</b>
13828	MARIA JOSE ALVES DE JESUS	10349	R\$ 85,27	R\$ 119,39	<b>R\$ 204,66</b>
8419	MARIA JOSE SUTIL	27897	R\$ 73,68	R\$ 74,92	<b>R\$ 148,60</b>
3793	MARIA L Z DE AGUIAR E EDINO RENATO ZABLOSKI	29811	R\$ 19,98	R\$ 30,34	<b>R\$ 50,32</b>
15504	MARIA LORENA DE OLIVEIRA	11493	R\$ 48,02	R\$ 100,30	<b>R\$ 148,32</b>
4004	MARIA LUCIA MOREIRA NERES	2992	R\$ 105,80	R\$ 559,16	<b>R\$ 664,96</b>
18390	MARIA LUIZA TRAIANO	27413	R\$ 17,63	R\$ 38,67	<b>R\$ 56,30</b>
52953	MARIA LUIZA ZANELATO	36690	R\$ 297,75	R\$ 723,50	<b>R\$ 1.021,25</b>
2173	MARIA MADALENA MURUZZI NOGARA	1749	R\$ 73,69	R\$ 278,34	<b>R\$ 352,03</b>
50020	MARIA NILZA PEREIRA DOS SANTOS	36392	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
3832	MARIA OROZINA MORAES	2837	R\$ 155,82	R\$ 288,25	<b>R\$ 444,07</b>
49403	MARIA PADILHA BATISTA	4295	R\$ 106,81	R\$ 94,75	<b>R\$ 201,56</b>
11280	MARIA PITTOL	8368	R\$ 0,00	R\$ 266,47	<b>R\$ 266,47</b>
11187	MARIA ROSA POLETTO VIVAN	8299	R\$ 0,00	R\$ 699,78	<b>R\$ 699,78</b>
11187	MARIA ROSA POLETTO VIVAN	8298	R\$ 0,00	R\$ 699,78	<b>R\$ 699,78</b>
5759	MARIA SALETE ALTENHOFEN	4238	R\$ 0,00	R\$ 389,70	<b>R\$ 389,70</b>
49513	MARIA SALETE RAMOS	23128	R\$ 71,05	R\$ 71,35	<b>R\$ 142,40</b>
49512	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	4442	R\$ 188,30	R\$ 196,28	<b>R\$ 384,58</b>
36166	MARIA TEREZINHA DOS SANTOS	37959	R\$ 40,06	R\$ 34,60	<b>R\$ 74,66</b>
36166	MARIA TEREZINHA DOS SANTOS	22293	R\$ 49,36	R\$ 75,50	<b>R\$ 124,86</b>
3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	2855	R\$ 124,42	R\$ 113,38	<b>R\$ 237,80</b>
3851	MARIA ZENAIDE PEREIRA	28715	R\$ 117,20	R\$ 83,26	<b>R\$ 200,46</b>
40284	MARIA, MARA E MARCIO MARTINS PEDRELLI	10837	R\$ 0,00	R\$ 166,70	<b>R\$ 166,70</b>
7277	MARIANE ESTER HUF DOS REIS	5359	R\$ 219,20	R\$ 372,06	<b>R\$ 591,26</b>
43795	MARICIANE RADIN	5527	R\$ 221,44	R\$ 242,06	<b>R\$ 463,50</b>
40188	MARILDA APARECIDA COFFERI BARBOSA E PEDRO CORDEIRO	30952	R\$ 95,92	R\$ 130,65	<b>R\$ 226,57</b>
35989	MARILENA CASTILHOS BROETTO	22209	R\$ 651,47	R\$ 645,92	<b>R\$ 1.297,39</b>
36200	MARILENA MITTERER DE SOUZA	4232	R\$ 301,36	R\$ 1.240,99	<b>R\$ 1.542,35</b>
10572	MARILENE ANTUNES	7814	R\$ 227,38	R\$ 582,67	<b>R\$ 810,05</b>
15013	MARILENE CONCEICAO SECHI	11192	R\$ 0,00	R\$ 589,51	<b>R\$ 589,51</b>
5851	MARILENE DA ROSA	4289	R\$ 80,38	R\$ 60,10	<b>R\$ 140,48</b>
501	MARILENI COLETTI	428	R\$ 250,47	R\$ 297,31	<b>R\$ 547,78</b>
501	MARILENI COLETTI	427	R\$ 120,79	R\$ 139,73	<b>R\$ 260,52</b>
6566	MARILIZE DE FATIMA ALVES TOFOLI	4793	R\$ 0,00	R\$ 241,17	<b>R\$ 241,17</b>
39638	MARILUCIA DE LIMA FRANCO	10133	R\$ 85,80	R\$ 202,53	<b>R\$ 288,33</b>
40319	MARINA CAMPOS DA SILVA	27663	R\$ 0,00	R\$ 64,18	<b>R\$ 64,18</b>
40319	MARINA CAMPOS DA SILVA	11059	R\$ 112,52	R\$ 311,64	<b>R\$ 424,16</b>
8459	MARINA RODRIGUES BORGES	33593	R\$ 246,44	R\$ 369,25	<b>R\$ 615,69</b>
39637	MARINES CHIODELLI	10597	R\$ 16,86	R\$ 28,62	<b>R\$ 45,48</b>
49411	MARINES LUCIA CARDEMAS	33638	R\$ 48,02	R\$ 105,48	<b>R\$ 153,50</b>
32474	MARINÉS SANDRINI	9314	R\$ 229,31	R\$ 675,58	<b>R\$ 904,89</b>
6520	MARINES TAVRES DE JESUS REVERS	21525	R\$ 95,92	R\$ 61,44	<b>R\$ 157,36</b>
6520	MARINES TAVRES DE JESUS REVERS	21528	R\$ 177,64	R\$ 242,50	<b>R\$ 420,14</b>

545	MARINO ROCHA VELHO	455	R\$ 119,02	R\$ 216,36	<b>R\$ 335,38</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5687	R\$ 567,98	R\$ 705,88	<b>R\$ 1.273,86</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5692	R\$ 221,13	R\$ 331,45	<b>R\$ 552,58</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5691	R\$ 252,78	R\$ 378,89	<b>R\$ 631,67</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5697	R\$ 0,00	R\$ 78,71	<b>R\$ 78,71</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5690	R\$ 186,24	R\$ 279,18	<b>R\$ 465,42</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5694	R\$ 0,00	R\$ 78,71	<b>R\$ 78,71</b>
7719	MARIO OLIVARES MORALES	5689	R\$ 252,78	R\$ 378,89	<b>R\$ 631,67</b>
42599	MARIO RONCEN JUNIOR	4770	R\$ 123,96	R\$ 178,42	<b>R\$ 302,38</b>
7371	MARIO SERAFIN	29077	R\$ 0,00	R\$ 204,49	<b>R\$ 204,49</b>
7371	MARIO SERAFIN	20593	R\$ 67,44	R\$ 61,74	<b>R\$ 129,18</b>
7371	MARIO SERAFIN	2320	R\$ 495,23	R\$ 557,49	<b>R\$ 1.052,72</b>
48324	MARIO WOLFART JUNIOR	5046	R\$ 201,67	R\$ 575,82	<b>R\$ 777,49</b>
42361	MARISA ALVES	23485	R\$ 48,02	R\$ 61,23	<b>R\$ 109,25</b>
14980	MARISA SILVEIRA CARDOSO	11160	R\$ 62,36	R\$ 245,80	<b>R\$ 308,16</b>
34054	MARISETE APARECIDA MACIEL	8877	R\$ 206,06	R\$ 450,68	<b>R\$ 656,74</b>
32682	MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER E JAIR ANTONIO SCHÜLER	9379	R\$ 0,00	R\$ 943,90	<b>R\$ 943,90</b>
5277	MARIZA APARECIDA V FRANZMAN	3888	R\$ 264,66	R\$ 771,00	<b>R\$ 1.035,66</b>
42646	MARIZA RODRIGUES DO NASCIMENTO	23684	R\$ 87,00	R\$ 244,55	<b>R\$ 331,55</b>
50108	MARIZETE DE FÁTIMA NUNES	36253	R\$ 60,79	R\$ 61,69	<b>R\$ 122,48</b>
9146	MARIZETE ROSSANA APARECIDA BRASIL	6677	R\$ 0,00	R\$ 178,28	<b>R\$ 178,28</b>
15066	MARLENE GREGORIO DA SILVA	11238	R\$ 64,64	R\$ 97,41	<b>R\$ 162,05</b>
8569	MARLI APARECIDA COSTA	6310	R\$ 198,45	R\$ 269,80	<b>R\$ 468,25</b>
8569	MARLI APARECIDA COSTA	21923	R\$ 200,45	R\$ 183,27	<b>R\$ 383,72</b>
46568	MARLI APARECIDA PEDROSO	21369	R\$ 72,10	R\$ 49,64	<b>R\$ 121,74</b>
45643	MARLI TIMOTEO DE FREITAS DE OLIVEIRA	4216	R\$ 403,29	R\$ 1.229,24	<b>R\$ 1.632,53</b>
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	3267	R\$ 206,06	R\$ 1.037,40	<b>R\$ 1.243,46</b>
1825	MARTHA SILVANA DA COSTA	1511	R\$ 355,27	R\$ 665,56	<b>R\$ 1.020,83</b>
51481	MARTINHA BISSANI DE OLIVEIRA	2829	R\$ 0,00	R\$ 259,35	<b>R\$ 259,35</b>
46714	MATEUS BERNARDI FAVRETTO	27653	R\$ 88,49	R\$ 182,77	<b>R\$ 271,26</b>
3888	MATIAS SCHLINDWEIN	2892	R\$ 183,91	R\$ 328,13	<b>R\$ 512,04</b>
12291	MAURI JOSE CAMPAGNOLO	9189	R\$ 355,27	R\$ 1.333,14	<b>R\$ 1.688,41</b>
4399	MAURICIO ALVES DAMASSENIO	20893	R\$ 216,72	R\$ 354,02	<b>R\$ 570,74</b>
36302	MAURÍCIO DA SILVA GARCIA CAVALI	29033	R\$ 481,20	R\$ 331,16	<b>R\$ 812,36</b>
7168	MAURICIO EING	5285	R\$ 311,43	R\$ 672,67	<b>R\$ 984,10</b>
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	33873	R\$ 0,00	R\$ 380,32	<b>R\$ 380,32</b>
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	20095	R\$ 79,94	R\$ 92,88	<b>R\$ 172,82</b>
25328	MAURICIO INACIO NIELANDT PEREIRA	463	R\$ 102,59	R\$ 160,86	<b>R\$ 263,45</b>
21535	MAURICIO JOSE D AGOSTINI	30204	R\$ 0,00	R\$ 71,63	<b>R\$ 71,63</b>
21535	MAURICIO JOSE D AGOSTINI	30205	R\$ 0,00	R\$ 71,63	<b>R\$ 71,63</b>
21535	MAURICIO JOSE D AGOSTINI	30223	R\$ 235,87	R\$ 578,93	<b>R\$ 814,80</b>
21535	MAURICIO JOSE D AGOSTINI	36795	R\$ 0,00	R\$ 53,74	<b>R\$ 53,74</b>
21535	MAURICIO JOSE D AGOSTINI	36768	R\$ 190,25	R\$ 562,35	<b>R\$ 752,60</b>
32713	MAURICIO LEMOS	27019	R\$ 0,00	R\$ 129,35	<b>R\$ 129,35</b>
32880	MAURO BAIROS	11083	R\$ 16,70	R\$ 69,14	<b>R\$ 85,84</b>
3073	MAURO KLAN	2316	R\$ 510,80	R\$ 1.195,55	<b>R\$ 1.706,35</b>
33218	MAYCON LUÍS PEGORARO	35318	R\$ 0,00	R\$ 52,71	<b>R\$ 52,71</b>
50953	MELISSA GUNGERMANN	2385	R\$ 73,69	R\$ 225,67	<b>R\$ 299,36</b>
6397	MERCEDES BILIBIO	4644	R\$ 387,25	R\$ 732,31	<b>R\$ 1.119,56</b>
23155	MERIS MARIA DE OLIVEIRA	3237	R\$ 170,80	R\$ 283,15	<b>R\$ 453,95</b>

43030	MICHAEL CEZAR PACHECO	7564	R\$ 112,98	R\$ 297,99	<b>R\$ 410,97</b>
10747	MICHAEL L. TAUGEM E MARCILENE C. LIMA	7910	R\$ 230,08	R\$ 531,12	<b>R\$ 761,20</b>
6533	MICHELA MARIA DE LIMA	4763	R\$ 0,00	R\$ 96,46	<b>R\$ 96,46</b>
49974	MICHELE ALINE DENBINSKI	36457	R\$ 0,00	R\$ 103,41	<b>R\$ 103,41</b>
6165	MIDIAN DA SILVA MACHADO	4489	R\$ 213,71	R\$ 294,35	<b>R\$ 508,06</b>
48056	MIGUEL AMADEU DOS SANTOS	20164	R\$ 323,30	R\$ 324,11	<b>R\$ 647,41</b>
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	35851	R\$ 0,00	R\$ 1.024,57	<b>R\$ 1.024,57</b>
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	1565	R\$ 468,89	R\$ 788,87	<b>R\$ 1.257,76</b>
13759	MIGUEL ANGELO HEBERLE	1617	R\$ 0,00	R\$ 86,67	<b>R\$ 86,67</b>
50698	MIGUEL ANTONIO MISTURINI	23456	R\$ 63,37	R\$ 113,40	<b>R\$ 176,77</b>
13433	MIGUEL E JOSE VENITE ROSA	10055	R\$ 93,26	R\$ 117,89	<b>R\$ 211,15</b>
14270	MILTON ARENHARTE	10609	R\$ 210,56	R\$ 331,34	<b>R\$ 541,90</b>
38424	MIRIA MARIA MARIO E JHONATAN MARIO ALBERGUINI	2600	R\$ 233,42	R\$ 316,66	<b>R\$ 550,08</b>
53040	MIRIAN HUTHER POSSAMAI	23459	R\$ 63,37	R\$ 151,04	<b>R\$ 214,41</b>
38270	MITRA DIOCESANA E CAPELA SANTA TEREZA	29755	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
38270	MITRA DIOCESANA E CAPELA SANTA TEREZA	20716	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
38277	MITRA DIOCESANA E CAPELA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - FLOR DA SE	22963	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
38284	MITRA DIOCESANA E CAPELA SÃO PAULO APÓSTOLO	21660	R\$ 547,31	R\$ 0,00	<b>R\$ 547,31</b>
47673	MITRA-PAROQUIA SÃO JOSÉ-COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA	23395	R\$ 435,95	R\$ 0,00	<b>R\$ 435,95</b>
38278	MITRA-PARÓQUIA SÃO JOSÉ-COMUNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE	25285	R\$ 155,55	R\$ 0,00	<b>R\$ 155,55</b>
40300	MOACIR DIAS E ELIZETE DOS SANTOS DIAS	7456	R\$ 244,34	R\$ 444,56	<b>R\$ 688,90</b>
40369	MOACIR DOS SANTOS	4011	R\$ 110,70	R\$ 143,73	<b>R\$ 254,43</b>
8759	MODESTA DA ROSA	6422	R\$ 40,19	R\$ 40,02	<b>R\$ 80,21</b>
12439	MOISES CALESCURA	9287	R\$ 79,71	R\$ 196,38	<b>R\$ 276,09</b>
5414	MOZARTE RODRIGUES DE MATTOS	3995	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
34993	MUSTAPHA LEMES	3739	R\$ 0,00	R\$ 150,39	<b>R\$ 150,39</b>
11964	NADIR DA SILVA PINHEIRO, ISABEL CRISTINA DA S. PINHEIRO E	8924	R\$ 74,61	R\$ 184,27	<b>R\$ 258,88</b>
30471	NADIR MARCON TRENTIN	35401	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
46925	NADIR SCHUCK	499	R\$ 155,43	R\$ 193,44	<b>R\$ 348,87</b>
15465	NAIR DA LUZ	11457	R\$ 63,88	R\$ 92,59	<b>R\$ 156,47</b>
15296	NAIR FRANCISCA DE CAMARGO	23404	R\$ 49,83	R\$ 49,59	<b>R\$ 99,42</b>
14975	NAIR REGINA BOMBASSARO	32527	R\$ 64,64	R\$ 182,64	<b>R\$ 247,28</b>
40934	NAIR TEREZINHA DA SILVEIRA	4070	R\$ 146,37	R\$ 295,69	<b>R\$ 442,06</b>
50956	NALIGIA, YONA E THAIS MATTIUZ	2058	R\$ 355,27	R\$ 1.201,04	<b>R\$ 1.556,31</b>
43668	NATALIE ROSA BOTH	33925	R\$ 110,88	R\$ 212,07	<b>R\$ 322,95</b>
52636	NATÁSSIA QUIBEN PRADI	1476	R\$ 359,31	R\$ 418,41	<b>R\$ 777,72</b>
15414	NEDI ANA MOSLINGER STEFANES	11429	R\$ 107,66	R\$ 181,12	<b>R\$ 288,78</b>
41379	NEIDE TAVARES	11928	R\$ 95,92	R\$ 73,77	<b>R\$ 169,69</b>
41379	NEIDE TAVARES	4637	R\$ 95,92	R\$ 73,77	<b>R\$ 169,69</b>
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	22007	R\$ 81,05	R\$ 196,20	<b>R\$ 277,25</b>
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	1492	R\$ 194,25	R\$ 226,20	<b>R\$ 420,45</b>
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	6516	R\$ 81,05	R\$ 241,65	<b>R\$ 322,70</b>
19252	NEIRO VIEIRA DE LEMOS	33807	R\$ 0,00	R\$ 1.200,12	<b>R\$ 1.200,12</b>
19496	NEIVA FATIMA ANTUNES DE MORAES	2701	R\$ 355,27	R\$ 851,44	<b>R\$ 1.206,71</b>
49829	NEIVA MARIA BERNARDI MENEGHINI	36384	R\$ 17,38	R\$ 52,45	<b>R\$ 69,83</b>
2578	NEIVETE ZAMBIASSI	2056	R\$ 285,43	R\$ 525,49	<b>R\$ 810,92</b>
13381	NEIVO ANTONIO MARCHETTI	11818	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>

45743	NELCI VEIGEL	27509	R\$ 18,64	R\$ 46,99	<b>R\$ 65,63</b>
15596	NELI L OLIVEIRA	23493	R\$ 64,64	R\$ 126,27	<b>R\$ 190,91</b>
11953	NELI, ELI, NELCI, RITA, JUNI, IONE, JAIRO, JAIME ANZOLIN	8913	R\$ 155,73	R\$ 349,78	<b>R\$ 505,51</b>
49470	NELSI BOLSONI	33653	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
10493	NELSI PAIZ	7740	R\$ 99,89	R\$ 188,56	<b>R\$ 288,45</b>
35995	NELSI SALETE DUARTE	22205	R\$ 169,41	R\$ 123,61	<b>R\$ 293,02</b>
42961	NELSON ANTONIO DALL'ORSOLETTA	23583	R\$ 0,00	R\$ 319,46	<b>R\$ 319,46</b>
5632	NELSON BALDISSERA	4156	R\$ 222,10	R\$ 298,19	<b>R\$ 520,29</b>
13140	NELSON BOGO	9819	R\$ 0,00	R\$ 442,96	<b>R\$ 442,96</b>
41235	NELSON JOSÉ ZANELATO JUNIOR	22455	R\$ 0,00	R\$ 341,72	<b>R\$ 341,72</b>
41235	NELSON JOSÉ ZANELATO JUNIOR	35856	R\$ 0,00	R\$ 690,79	<b>R\$ 690,79</b>
35586	NELSON SARTURI	11211	R\$ 66,16	R\$ 109,13	<b>R\$ 175,29</b>
14653	NELSON URBANO DUTRA	10923	R\$ 134,21	R\$ 230,00	<b>R\$ 364,21</b>
645	NEMESIO JOSE MARTENDAL	20134	R\$ 0,00	R\$ 114,07	<b>R\$ 114,07</b>
31210	NEOCIR BETTU	37999	R\$ 170,53	R\$ 244,76	<b>R\$ 415,29</b>
31210	NEOCIR BETTU	26932	R\$ 85,27	R\$ 59,16	<b>R\$ 144,43</b>
31210	NEOCIR BETTU	37998	R\$ 91,64	R\$ 76,30	<b>R\$ 167,94</b>
31210	NEOCIR BETTU	38158	R\$ 62,17	R\$ 18,84	<b>R\$ 81,01</b>
5843	NERCI MARIA DA CRUZ.	4281	R\$ 53,29	R\$ 52,81	<b>R\$ 106,10</b>
52119	NERCI SALETE NUNES DA SILVA	35254	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
15171	NEREIDA DE MELLO	11299	R\$ 120,98	R\$ 313,87	<b>R\$ 434,85</b>
19275	NEREU EVANDIR ARAUJO	11436	R\$ 60,84	R\$ 142,33	<b>R\$ 203,17</b>
32573	NERLY MARIA PEDDROSO ASSAD	1633	R\$ 0,00	R\$ 86,67	<b>R\$ 86,67</b>
32573	NERLY MARIA PEDDROSO ASSAD	1581	R\$ 468,89	R\$ 788,87	<b>R\$ 1.257,76</b>
37141	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	23617	R\$ 150,61	R\$ 467,47	<b>R\$ 618,08</b>
41035	NEUSA EMMERCIH E GENILDE EMMERCIH	9649	R\$ 79,85	R\$ 119,92	<b>R\$ 199,77</b>
33950	NEUSA GUIMARÃES	27322	R\$ 111,91	R\$ 231,09	<b>R\$ 343,00</b>
5771	NEUSA, ILGA OLIVIA, CLAUDIO, ILDO E GILBERTO HOFFMANN	21297	R\$ 60,40	R\$ 76,80	<b>R\$ 137,20</b>
5771	NEUSA, ILGA OLIVIA, CLAUDIO, ILDO E GILBERTO HOFFMANN	30431	R\$ 74,93	R\$ 82,64	<b>R\$ 157,57</b>
38644	NEUZA MARIA PELISSARI	28903	R\$ 78,84	R\$ 88,52	<b>R\$ 167,36</b>
3313	NEVIO JOAO BISSANI	12436	R\$ 222,74	R\$ 468,64	<b>R\$ 691,38</b>
9720	NEVIO, NELSON, INDIMINI ZIERO, ANGELA W FRANCHINI, ELZA ZIERO	7508	R\$ 0,00	R\$ 6.091,37	<b>R\$ 6.091,37</b>
32463	NEY GONÇALVES DA SILVA JUNIOR	12263	R\$ 0,00	R\$ 162,94	<b>R\$ 162,94</b>
532	NI	2886	R\$ 0,00	R\$ 336,50	<b>R\$ 336,50</b>
532	NI	20136	R\$ 0,00	R\$ 156,56	<b>R\$ 156,56</b>
532	NI	3828	R\$ 0,00	R\$ 3.928,10	<b>R\$ 3.928,10</b>
532	NI	20135	R\$ 0,00	R\$ 117,68	<b>R\$ 117,68</b>
532	NI	3829	R\$ 0,00	R\$ 4.230,26	<b>R\$ 4.230,26</b>
532	NI	25335	R\$ 0,00	R\$ 95,74	<b>R\$ 95,74</b>
6184	NICANOR RODRIGUES DA SILVA	4504	R\$ 362,38	R\$ 407,38	<b>R\$ 769,76</b>
10582	NICOLAU TARCISIO ROWEDDER	7823	R\$ 0,00	R\$ 739,47	<b>R\$ 739,47</b>
41974	NICSON FRIZON	11507	R\$ 121,74	R\$ 358,46	<b>R\$ 480,20</b>
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31348	R\$ 111,90	R\$ 328,29	<b>R\$ 440,19</b>
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	34383	R\$ 82,08	R\$ 93,96	<b>R\$ 176,04</b>
10105	NILCE PRONER GAGLIETTI	31347	R\$ 149,20	R\$ 437,72	<b>R\$ 586,92</b>
50253	NILSO DOMINGOS OURIQUES	7623	R\$ 198,95	R\$ 442,10	<b>R\$ 641,05</b>
50253	NILSO DOMINGOS OURIQUES	7624	R\$ 0,00	R\$ 267,26	<b>R\$ 267,26</b>
50253	NILSO DOMINGOS OURIQUES	7625	R\$ 0,00	R\$ 267,26	<b>R\$ 267,26</b>

32871	NILSON BALDISSERA	35105	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
45386	NILSON DA ROSA	4435	R\$ 149,22	R\$ 234,32	<b>R\$ 383,54</b>
45467	NILSON DA ROSA E CRISTIANE FERREIRA LOPES	34602	R\$ 0,00	R\$ 658,98	<b>R\$ 658,98</b>
4841	NILSON ORIGE COELHO	20981	R\$ 144,62	R\$ 286,02	<b>R\$ 430,64</b>
4841	NILSON ORIGE COELHO	3614	R\$ 107,33	R\$ 178,74	<b>R\$ 286,07</b>
4841	NILSON ORIGE COELHO	20980	R\$ 20,90	R\$ 41,31	<b>R\$ 62,21</b>
13801	NILSON SIMON	10334	R\$ 138,84	R\$ 222,12	<b>R\$ 360,96</b>
14660	NILSON STOBBE	10930	R\$ 0,00	R\$ 100,25	<b>R\$ 100,25</b>
19430	NILTO BARCARO	10909	R\$ 227,70	R\$ 666,93	<b>R\$ 894,63</b>
19430	NILTO BARCARO	10911	R\$ 0,00	R\$ 127,35	<b>R\$ 127,35</b>
40938	NILTON FRANCISCO D' AGOSTINI	5442	R\$ 482,30	R\$ 1.108,52	<b>R\$ 1.590,82</b>
47168	NILVA DA GRAÇA OURIQUES	7599	R\$ 0,00	R\$ 656,48	<b>R\$ 656,48</b>
33311	NILZA DESBESSEL SIMAS E MARISA DESBESSEL IENTZ	3181	R\$ 127,90	R\$ 538,19	<b>R\$ 666,09</b>
49462	NILZA GONÇALVES PINHEIRO	33623	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
49536	NIVALDO FIDENCIO DA COSTA	3038	R\$ 0,00	R\$ 81,58	<b>R\$ 81,58</b>
51507	NIVEA BRANDALIZE	36017	R\$ 139,08	R\$ 419,61	<b>R\$ 558,69</b>
42619	NIVIA MOREIRA BARRETO E ADEMAR ZAMBIAZZI	7593	R\$ 110,72	R\$ 257,56	<b>R\$ 368,28</b>
40871	NOELI LOURDES SILVA	2332	R\$ 153,21	R\$ 941,64	<b>R\$ 1.094,85</b>
36933	NOELI MARIA CASTALDELLO	3137	R\$ 429,14	R\$ 611,01	<b>R\$ 1.040,15</b>
15485	NOELI MARIA DA SILVA	11475	R\$ 53,23	R\$ 113,32	<b>R\$ 166,55</b>
49560	NOEMI SOARES VARELA	27523	R\$ 62,74	R\$ 81,80	<b>R\$ 144,54</b>
4759	NORALINA VIEIRA DA SILVA	3554	R\$ 159,93	R\$ 160,31	<b>R\$ 320,24</b>
2827	NORBERTO HILLES GHIGGI	2182	R\$ 442,97	R\$ 970,08	<b>R\$ 1.413,05</b>
2827	NORBERTO HILLES GHIGGI	3840	R\$ 150,99	R\$ 403,20	<b>R\$ 554,19</b>
41646	NORINO DO PRADO	11022	R\$ 0,00	R\$ 192,68	<b>R\$ 192,68</b>
47672	NORTON LACERDA DA SILVA	34156	R\$ 0,00	R\$ 1.281,82	<b>R\$ 1.281,82</b>
21930	O KARATON SISTEMAS DE COMUNICACAO VISUAL LTDA	31697	R\$ 547,31	R\$ 2.163,77	<b>R\$ 2.711,08</b>
69	OAB-ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	82	R\$ 43,25	R\$ 0,00	<b>R\$ 43,25</b>
4415	ODAIR JUSTI	10606	R\$ 268,87	R\$ 492,44	<b>R\$ 761,31</b>
6325	ODENIR KUHL	4592	R\$ 284,04	R\$ 590,24	<b>R\$ 874,28</b>
6325	ODENIR KUHL	11286	R\$ 60,84	R\$ 88,46	<b>R\$ 149,30</b>
35255	ODILCE JOSEFINA MALVESSI	3110	R\$ 135,16	R\$ 545,77	<b>R\$ 680,93</b>
3287	OLANDA DE LOURDES PADILHA	29717	R\$ 371,60	R\$ 709,21	<b>R\$ 1.080,81</b>
3287	OLANDA DE LOURDES PADILHA	2432	R\$ 450,91	R\$ 789,94	<b>R\$ 1.240,85</b>
10270	OLAVO GUILHERME SANTINI	7531	R\$ 195,40	R\$ 428,53	<b>R\$ 623,93</b>
29698	OLCIMAR QUIOCA	34105	R\$ 0,00	R\$ 35,18	<b>R\$ 35,18</b>
29698	OLCIMAR QUIOCA	34090	R\$ 141,20	R\$ 340,72	<b>R\$ 481,92</b>
22833	OLDEMAR AUGSTEN	8474	R\$ 110,88	R\$ 171,65	<b>R\$ 282,53</b>
42828	OLGA MARIA SIGNORI E DORYS JOSÉ SIGNORI	3667	R\$ 0,00	R\$ 1.786,76	<b>R\$ 1.786,76</b>
13264	OLIMPIO ZANELLA	9923	R\$ 106,35	R\$ 191,35	<b>R\$ 297,70</b>
5853	OLINDA SANTOS	4291	R\$ 53,29	R\$ 51,00	<b>R\$ 104,29</b>
10013	OLIR DOMINGOS COMIN	7327	R\$ 44,40	R\$ 90,68	<b>R\$ 135,08</b>
9074	OLIVAL MARQUES BELO	6611	R\$ 266,40	R\$ 961,86	<b>R\$ 1.228,26</b>
5126	OMIRO JOSE SCHLINDWEIN	3771	R\$ 185,61	R\$ 328,73	<b>R\$ 514,34</b>
49450	ONEIDE TEREZINHA DA COSTA	33663	R\$ 16,00	R\$ 20,57	<b>R\$ 36,57</b>
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	9723	R\$ 67,02	R\$ 132,24	<b>R\$ 199,26</b>
13026	ONIRSO JOSE DE SOUZA	32287	R\$ 48,02	R\$ 45,52	<b>R\$ 93,54</b>
5921	ONORI, VALDEMAR, LUIZ SERGIO E INES S. VALDEMARCA	4335	R\$ 310,80	R\$ 1.194,48	<b>R\$ 1.505,28</b>
10199	ORACI BUFFON, JUDITE BUFFON E EDITH BUFFON	22333	R\$ 547,31	R\$ 882,90	<b>R\$ 1.430,21</b>
33824	ORALIA DA SILVA MACHADO, ARAHÃO, RUTE, MIDIAN, JOEL, MOISES	4488	R\$ 0,00	R\$ 106,48	<b>R\$ 106,48</b>

41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	32607	R\$ 847,52	R\$ 3.193,83	<b>R\$ 4.041,35</b>
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	10541	R\$ 253,17	R\$ 763,05	<b>R\$ 1.016,22</b>
41023	ORECI DA SILVA TEIXEIRA E PAULO AQUINO DALLAIO	32605	R\$ 79,08	R\$ 184,25	<b>R\$ 263,33</b>
20786	ORELIO LORASCHI	8545	R\$ 0,00	R\$ 522,94	<b>R\$ 522,94</b>
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2633	R\$ 74,61	R\$ 60,20	<b>R\$ 134,81</b>
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2631	R\$ 103,03	R\$ 116,16	<b>R\$ 219,19</b>
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2630	R\$ 127,90	R\$ 145,17	<b>R\$ 273,07</b>
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2634	R\$ 74,61	R\$ 66,52	<b>R\$ 141,13</b>
7626	ORESTES RODRIGUES GALVAO	2632	R\$ 63,95	R\$ 56,75	<b>R\$ 120,70</b>
14595	ORIVALDO DORNELLAS	10872	R\$ 19,84	R\$ 29,60	<b>R\$ 49,44</b>
33565	ORLANDO BUCCO	27169	R\$ 91,54	R\$ 160,28	<b>R\$ 251,82</b>
33565	ORLANDO BUCCO	27186	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
20376	ORLANDO COVOLAN JUNIOR	1149	R\$ 0,00	R\$ 1.372,42	<b>R\$ 1.372,42</b>
43284	ORLANDO SILVEIRA CASADO SOBRINHO	2758	R\$ 172,40	R\$ 275,60	<b>R\$ 448,00</b>
43284	ORLANDO SILVEIRA CASADO SOBRINHO	29792	R\$ 111,91	R\$ 77,28	<b>R\$ 189,19</b>
33583	ORLIZIO MARCON	7665	R\$ 124,19	R\$ 232,31	<b>R\$ 356,50</b>
8618	ORTENILA FAVRETTO	35555	R\$ 14,12	R\$ 16,83	<b>R\$ 30,95</b>
8213	OSCAR J D AGOSTINI E ROSELI TAGLIARI	6034	R\$ 589,56	R\$ 1.519,88	<b>R\$ 2.109,44</b>
544	OSCAR LEAL E OUTRA	453	R\$ 122,57	R\$ 295,88	<b>R\$ 418,45</b>
5456	OSCAR PERES	4034	R\$ 113,69	R\$ 128,94	<b>R\$ 242,63</b>
5456	OSCAR PERES	4033	R\$ 156,38	R\$ 194,08	<b>R\$ 350,46</b>
33910	OSCAR ZILIO	3599	R\$ 227,36	R\$ 610,20	<b>R\$ 837,56</b>
46472	OSEIAS DOS SANTOS	27650	R\$ 124,25	R\$ 339,58	<b>R\$ 463,83</b>
29678	OSMAR CARLOS ZANCANARO	3762	R\$ 547,31	R\$ 939,31	<b>R\$ 1.486,62</b>
4437	OSMAR DA SILVA	3313	R\$ 0,00	R\$ 152,13	<b>R\$ 152,13</b>
38647	OSMAR DA SILVEIRA, JOSIANE E GELSON BREMSTROPP, FELIPE SANTO	31313	R\$ 96,53	R\$ 129,62	<b>R\$ 226,15</b>
38647	OSMAR DA SILVEIRA, JOSIANE E GELSON BREMSTROPP, FELIPE SANTO	7351	R\$ 113,67	R\$ 279,76	<b>R\$ 393,43</b>
8348	OSMAR DE PELEGRIN	6140	R\$ 251,16	R\$ 332,98	<b>R\$ 584,14</b>
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	21257	R\$ 63,95	R\$ 51,25	<b>R\$ 115,20</b>
5666	OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA	4176	R\$ 131,45	R\$ 195,70	<b>R\$ 327,15</b>
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	23161	R\$ 157,56	R\$ 193,49	<b>R\$ 351,05</b>
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	10704	R\$ 271,96	R\$ 489,52	<b>R\$ 761,48</b>
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	10970	R\$ 0,00	R\$ 406,03	<b>R\$ 406,03</b>
33871	OSMAR JOÃO DA COSTA E NAIR APARECIDA CORDEIRO	9677	R\$ 101,13	R\$ 238,13	<b>R\$ 339,26</b>
50318	OSMAR JOSÉ DA SILVA	36374	R\$ 172,28	R\$ 519,78	<b>R\$ 692,06</b>
6033	OSMAR LOPES DE MATTOS	4397	R\$ 152,77	R\$ 238,46	<b>R\$ 391,23</b>
36194	OSMAR MENA BARRETO	12211	R\$ 0,00	R\$ 159,10	<b>R\$ 159,10</b>
41630	OSNEI BÜTTNER PILANTIL E ELIZABETE DAIANE DA SILVA	4492	R\$ 133,23	R\$ 280,11	<b>R\$ 413,34</b>
14924	OSNI ANTONIO TODESCHINI	11109	R\$ 105,20	R\$ 194,70	<b>R\$ 299,90</b>
14290	OSNI ESPINDOLA FELIX	10628	R\$ 53,29	R\$ 102,76	<b>R\$ 156,05</b>
3473	OSNI HEBERLE	23320	R\$ 182,64	R\$ 1.153,42	<b>R\$ 1.336,06</b>
3473	OSNI HEBERLE	37553	R\$ 81,73	R\$ 170,66	<b>R\$ 252,39</b>
3473	OSNI HEBERLE	11282	R\$ 0,00	R\$ 3.831,83	<b>R\$ 3.831,83</b>
3473	OSNI HEBERLE	6442	R\$ 48,39	R\$ 144,32	<b>R\$ 192,71</b>
3473	OSNI HEBERLE	11392	R\$ 210,72	R\$ 628,67	<b>R\$ 839,39</b>
3473	OSNI HEBERLE	37554	R\$ 0,00	R\$ 125,74	<b>R\$ 125,74</b>
3473	OSNI HEBERLE	37552	R\$ 193,92	R\$ 622,35	<b>R\$ 816,27</b>
13014	OSNI SOBRINHO	9713	R\$ 55,01	R\$ 82,11	<b>R\$ 137,12</b>
51204	OSNIR LEONARDO LORENZ	8833	R\$ 65,28	R\$ 208,62	<b>R\$ 273,90</b>



51204	OSNIR LEONARDO LORENZ	8834	R\$ 0,00	R\$ 335,64	<b>R\$ 335,64</b>
24318	OSVINO ZILIO	4543	R\$ 213,16	R\$ 445,01	<b>R\$ 658,17</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21094	R\$ 105,73	R\$ 210,24	<b>R\$ 315,97</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	3754	R\$ 316,18	R\$ 627,13	<b>R\$ 943,31</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21096	R\$ 227,93	R\$ 554,27	<b>R\$ 782,20</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21095	R\$ 162,88	R\$ 321,16	<b>R\$ 484,04</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	21097	R\$ 509,00	R\$ 894,44	<b>R\$ 1.403,44</b>
5093	OTACILIO, AVELINO, WALDEMAR, MARIA E ADAIR GUARAGNI	3823	R\$ 0,00	R\$ 4.563,80	<b>R\$ 4.563,80</b>
46389	OTAVIO JOSÉ VIGANO	28115	R\$ 396,48	R\$ 602,18	<b>R\$ 998,66</b>
14852	OTILIA DA SILVA MATTOS	11041	R\$ 0,00	R\$ 35,46	<b>R\$ 35,46</b>
14088	OTOMAR WILLY KNEVELS	10500	R\$ 0,00	R\$ 91,28	<b>R\$ 91,28</b>
7764	PALMIRA LORENCINI HEBERLE	5716	R\$ 264,24	R\$ 603,58	<b>R\$ 867,82</b>
15543	PALMIRA RODRIGUES BORGES E DIVALETI APARECI RODRIGUES BORGES	11525	R\$ 76,05	R\$ 101,49	<b>R\$ 177,54</b>
41992	PALUDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	37558	R\$ 36,72	R\$ 58,84	<b>R\$ 95,56</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	5611	R\$ 351,27	R\$ 591,69	<b>R\$ 942,96</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38048	R\$ 141,20	R\$ 269,77	<b>R\$ 410,97</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38042	R\$ 160,30	R\$ 336,89	<b>R\$ 497,19</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38117	R\$ 0,00	R\$ 26,09	<b>R\$ 26,09</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38102	R\$ 0,00	R\$ 15,26	<b>R\$ 15,26</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38088	R\$ 0,00	R\$ 20,84	<b>R\$ 20,84</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38104	R\$ 0,00	R\$ 41,51	<b>R\$ 41,51</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38052	R\$ 141,20	R\$ 269,77	<b>R\$ 410,97</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38092	R\$ 0,00	R\$ 29,17	<b>R\$ 29,17</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38044	R\$ 141,20	R\$ 269,77	<b>R\$ 410,97</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38039	R\$ 290,36	R\$ 387,95	<b>R\$ 678,31</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38090	R\$ 0,00	R\$ 20,84	<b>R\$ 20,84</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38103	R\$ 0,00	R\$ 15,26	<b>R\$ 15,26</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38051	R\$ 140,61	R\$ 268,65	<b>R\$ 409,26</b>
32747	PALUDO INCORPORADORA LTDA	38099	R\$ 0,00	R\$ 22,50	<b>R\$ 22,50</b>
43695	PAMELA ORSO ALVES GIUMBELLI	9851	R\$ 279,33	R\$ 472,48	<b>R\$ 751,81</b>
49423	PAMELLA DA SILVA MAJER	4696	R\$ 106,92	R\$ 394,26	<b>R\$ 501,18</b>
20120	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - ME	26339	R\$ 0,00	R\$ 105,21	<b>R\$ 105,21</b>
20120	PANIFICADORA E CONFEITARIA MULTI SABOR LTDA - ME	26338	R\$ 0,00	R\$ 105,21	<b>R\$ 105,21</b>
43262	PATRICIA COVOLAN PONTIN	6006	R\$ 0,00	R\$ 70,70	<b>R\$ 70,70</b>
43262	PATRICIA COVOLAN PONTIN	26267	R\$ 0,00	R\$ 64,55	<b>R\$ 64,55</b>
43262	PATRICIA COVOLAN PONTIN	26268	R\$ 406,80	R\$ 767,67	<b>R\$ 1.174,47</b>
43262	PATRICIA COVOLAN PONTIN	26266	R\$ 0,00	R\$ 64,13	<b>R\$ 64,13</b>
43262	PATRICIA COVOLAN PONTIN	5970	R\$ 178,42	R\$ 475,81	<b>R\$ 654,23</b>
29910	PATRICIA FERREIRA BATISTA	3405	R\$ 0,00	R\$ 230,09	<b>R\$ 230,09</b>
50014	PATRICIA LORENZONI	23657	R\$ 0,00	R\$ 230,71	<b>R\$ 230,71</b>
48776	PAULO CESAR DOS SANTOS VALADÃO	11828	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>
15542	PAULO CESAR MATTEVI	5383	R\$ 139,86	R\$ 273,00	<b>R\$ 412,86</b>
32159	PAULO CEZAR DOS PASSOS	3318	R\$ 157,07	R\$ 269,58	<b>R\$ 426,65</b>
32535	PAULO CEZAR SCNEIDER	6697	R\$ 0,00	R\$ 142,61	<b>R\$ 142,61</b>

6584	PAULO NUNES	4808	R\$ 85,27	R\$ 116,29	<b>R\$ 201,56</b>
6297	PAULO PADILHA DOS SANTOS	4573	R\$ 170,53	R\$ 159,09	<b>R\$ 329,62</b>
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	35547	R\$ 0,00	R\$ 147,65	<b>R\$ 147,65</b>
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	32551	R\$ 124,21	R\$ 248,82	<b>R\$ 373,03</b>
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	35548	R\$ 0,00	R\$ 177,18	<b>R\$ 177,18</b>
14820	PAULO PEREIRA DOS SANTOS	12487	R\$ 79,85	R\$ 110,12	<b>R\$ 189,97</b>
21897	PAULO RENATO SCHNEIDER	4091	R\$ 438,59	R\$ 1.260,67	<b>R\$ 1.699,26</b>
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8229	R\$ 131,36	R\$ 214,74	<b>R\$ 346,10</b>
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8029	R\$ 67,50	R\$ 213,25	<b>R\$ 280,75</b>
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8030	R\$ 0,00	R\$ 288,85	<b>R\$ 288,85</b>
8598	PAULO ROBERTO BREDÁ	8028	R\$ 71,43	R\$ 150,73	<b>R\$ 222,16</b>
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4416	R\$ 72,80	R\$ 99,24	<b>R\$ 172,04</b>
6060	PAULO ROBERTO RECALCATTI	4428	R\$ 35,52	R\$ 42,28	<b>R\$ 77,80</b>
49639	PAULO ROBERTO, CICERO LEONILDO E ARIIVALDO LUIZ TASCA	27004	R\$ 0,00	R\$ 3.661,91	<b>R\$ 3.661,91</b>
2839	PAULO ROQUE DE VARGAS	11870	R\$ 0,00	R\$ 38,39	<b>R\$ 38,39</b>
43039	PAULO SERGIO E REGINA LUISA DAL BOSCO CHIMELLO	7799	R\$ 95,92	R\$ 428,83	<b>R\$ 524,75</b>
40451	PAULO THEIXEIRA	4158	R\$ 71,47	R\$ 192,57	<b>R\$ 264,04</b>
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	23090	R\$ 237,50	R\$ 614,33	<b>R\$ 851,83</b>
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8050	R\$ 0,00	R\$ 342,01	<b>R\$ 342,01</b>
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8153	R\$ 0,00	R\$ 304,54	<b>R\$ 304,54</b>
43817	PAULO VIANNA DE SOUZA	8051	R\$ 0,00	R\$ 342,01	<b>R\$ 342,01</b>
32807	PEDRINHO INÁCIO DA SILVA	9674	R\$ 119,46	R\$ 279,82	<b>R\$ 399,28</b>
50699	PEDRO ALEXANDRINO ARAUJO	23480	R\$ 68,44	R\$ 103,18	<b>R\$ 171,62</b>
49250	PEDRO ALVES DE BRITO,SINCLAIR TEREZ ALVES, ELISABETE DA CRUZ	4163	R\$ 64,39	R\$ 36,28	<b>R\$ 100,67</b>
49250	PEDRO ALVES DE BRITO,SINCLAIR TEREZ ALVES, ELISABETE DA CRUZ	21243	R\$ 90,59	R\$ 55,05	<b>R\$ 145,64</b>
5861	PEDRO AMARANTE PESSOA	4299	R\$ 142,45	R\$ 158,18	<b>R\$ 300,63</b>
20978	PEDRO ARZELINDO DOS SANTOS	23483	R\$ 48,02	R\$ 61,23	<b>R\$ 109,25</b>
15584	PEDRO CARRER	11565	R\$ 70,98	R\$ 175,38	<b>R\$ 246,36</b>
11517	PEDRO DE MORAIS	8564	R\$ 167,14	R\$ 164,62	<b>R\$ 331,76</b>
43800	PEDRO DORLI BELOTTO,NORMA BELOTTO BRAGANOLO, AIDE B. ZABOT	5868	R\$ 465,36	R\$ 1.055,39	<b>R\$ 1.520,75</b>
14378	PEDRO EDISON LAMB	10699	R\$ 101,25	R\$ 215,08	<b>R\$ 316,33</b>
14378	PEDRO EDISON LAMB	10709	R\$ 172,66	R\$ 375,61	<b>R\$ 548,27</b>
8758	PEDRO JANDIR CORREA DE OLIVEIRA	7131	R\$ 105,38	R\$ 114,73	<b>R\$ 220,11</b>
9341	PEDRO LAND FILHO	6834	R\$ 150,99	R\$ 272,32	<b>R\$ 423,31</b>
45850	PEDRO MARGREITER JUNIOR	11788	R\$ 13,07	R\$ 26,96	<b>R\$ 40,03</b>
38164	PEDRO MASCARELLO	4020	R\$ 0,00	R\$ 295,30	<b>R\$ 295,30</b>
24	PEDRO NELCIDO KAER	24	R\$ 589,56	R\$ 1.329,51	<b>R\$ 1.919,07</b>
24	PEDRO NELCIDO KAER	37	R\$ 0,00	R\$ 37,13	<b>R\$ 37,13</b>
22156	PEDRO PEREIRA DA CRUZ	3853	R\$ 333,96	R\$ 341,42	<b>R\$ 675,38</b>
34132	PEDRO ROSA DA CRUZ	31602	R\$ 74,61	R\$ 122,11	<b>R\$ 196,72</b>
36421	PEDRO WALMOR DA SILVA AMORA	28181	R\$ 0,00	R\$ 278,90	<b>R\$ 278,90</b>
34965	PLINIO, CELSO E NELSON DE CARLI, UMBERTO CALGARO E JOSE L...	4212	R\$ 0,00	R\$ 263,35	<b>R\$ 263,35</b>
6339	PORFIRIO MILTON DA SILVA	4610	R\$ 170,53	R\$ 132,68	<b>R\$ 303,21</b>
36538	PORTUS PARTIC. E ADMIN. EM EMPR. IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP	35455	R\$ 161,80	R\$ 286,84	<b>R\$ 448,64</b>

36538	PORTUS PARTIC. E ADMIN. EM EMPR. IMOBILIÁRIOS LTDA - EPP	35454	R\$ 129,50	R\$ 301,02	<b>R\$ 430,52</b>
43176	POSTO DE COMBUSTÍVEIS SARAH LTDA - ME	33054	R\$ 134,46	R\$ 391,99	<b>R\$ 526,45</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	32939	R\$ 52,35	R\$ 383,01	<b>R\$ 435,36</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10997	R\$ 164,77	R\$ 843,51	<b>R\$ 1.008,28</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	32941	R\$ 49,87	R\$ 189,15	<b>R\$ 239,02</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	32938	R\$ 368,72	R\$ 2.192,54	<b>R\$ 2.561,26</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10994	R\$ 350,44	R\$ 2.980,84	<b>R\$ 3.331,28</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	32942	R\$ 151,59	R\$ 718,98	<b>R\$ 870,57</b>
17932	POSTO SAO CRISTOVAO LTDA	10996	R\$ 368,72	R\$ 3.913,79	<b>R\$ 4.282,51</b>
46639	PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	378	R\$ 0,00	R\$ 379,59	<b>R\$ 379,59</b>
46639	PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	7365	R\$ 0,00	R\$ 1.189,20	<b>R\$ 1.189,20</b>
18228	PRIMO SALVATORI	30883	R\$ 25,98	R\$ 49,34	<b>R\$ 75,32</b>
18228	PRIMO SALVATORI	6569	R\$ 20,20	R\$ 42,44	<b>R\$ 62,64</b>
3741	RACHEL BUENO ALBACH	2759	R\$ 271,54	R\$ 594,37	<b>R\$ 865,91</b>
48049	RAFAEL ADRIANO CORDAZZO	26572	R\$ 164,19	R\$ 1.241,91	<b>R\$ 1.406,10</b>
40306	RAFAEL FRANCISCO CAMARA E ANA PAULA CAVALLI CAMARA	26583	R\$ 46,89	R\$ 86,97	<b>R\$ 133,86</b>
41146	RAFAEL MORLOCK	9414	R\$ 0,00	R\$ 511,88	<b>R\$ 511,88</b>
2976	RAIANE SCHINATTO DE SOUZA	2258	R\$ 325,14	R\$ 439,39	<b>R\$ 764,53</b>
50183	RAISSA MENDES DE LIMA	9664	R\$ 36,12	R\$ 65,49	<b>R\$ 101,61</b>
4885	RAMIRO DOS SANTOS	21006	R\$ 15,10	R\$ 23,60	<b>R\$ 38,70</b>
50557	RAMON BELOTTO DEMARTINI	35861	R\$ 0,00	R\$ 1.029,86	<b>R\$ 1.029,86</b>
33786	RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL	12064	R\$ 48,02	R\$ 129,49	<b>R\$ 177,51</b>
50148	RASIA REJANE DEZANET DA SILVA	23614	R\$ 112,49	R\$ 422,01	<b>R\$ 534,50</b>
5626	RAUL ALVES DE MOURA E ALDORI SOUZA	4150	R\$ 69,28	R\$ 153,02	<b>R\$ 222,30</b>
1272	RAUL ANASTACIO PEREIRA	1056	R\$ 186,65	R\$ 530,77	<b>R\$ 717,42</b>
4413	RAULINO RATIER DUTRA	3290	R\$ 158,10	R\$ 356,66	<b>R\$ 514,76</b>
6654	RAUNI FELIPE FRANCO JACOMEL	4875	R\$ 0,00	R\$ 113,69	<b>R\$ 113,69</b>
9997	REGINA JOANA BERNARDI	7334	R\$ 252,24	R\$ 642,74	<b>R\$ 894,98</b>
43862	REGRANDO EMPREENDIMENTO FLORESTAIS LTDA	22399	R\$ 0,00	R\$ 5.857,06	<b>R\$ 5.857,06</b>
10383	REINALDO ADILTON CARDOZO DE AGUIAR	7634	R\$ 176,30	R\$ 556,46	<b>R\$ 732,76</b>
18597	REINOLDO HERTER	23528	R\$ 0,00	R\$ 553,71	<b>R\$ 553,71</b>
18597	REINOLDO HERTER	23533	R\$ 0,00	R\$ 692,14	<b>R\$ 692,14</b>
18597	REINOLDO HERTER	5805	R\$ 406,80	R\$ 667,79	<b>R\$ 1.074,59</b>
18597	REINOLDO HERTER	11568	R\$ 0,00	R\$ 692,14	<b>R\$ 692,14</b>
18597	REINOLDO HERTER	3211	R\$ 516,98	R\$ 4.584,93	<b>R\$ 5.101,91</b>
18597	REINOLDO HERTER	7862	R\$ 0,00	R\$ 332,22	<b>R\$ 332,22</b>
18597	REINOLDO HERTER	23530	R\$ 0,00	R\$ 553,71	<b>R\$ 553,71</b>
18597	REINOLDO HERTER	23529	R\$ 0,00	R\$ 553,71	<b>R\$ 553,71</b>
18597	REINOLDO HERTER	23532	R\$ 0,00	R\$ 692,14	<b>R\$ 692,14</b>
18597	REINOLDO HERTER	5807	R\$ 235,83	R\$ 346,50	<b>R\$ 582,33</b>
18597	REINOLDO HERTER	23531	R\$ 0,00	R\$ 553,71	<b>R\$ 553,71</b>
5162	REMY GRISNER	3797	R\$ 355,27	R\$ 1.305,92	<b>R\$ 1.661,19</b>
2630	RENATE OBOJES	7095	R\$ 0,00	R\$ 2.305,67	<b>R\$ 2.305,67</b>
52266	RENATI VERA HECK	9157	R\$ 315,22	R\$ 257,75	<b>R\$ 572,97</b>
3273	RENATO DALA LASTA	2424	R\$ 127,20	R\$ 136,08	<b>R\$ 263,28</b>
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11150	R\$ 0,00	R\$ 449,26	<b>R\$ 449,26</b>
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11151	R\$ 0,00	R\$ 385,08	<b>R\$ 385,08</b>
14970	RENATO LUIZ THOMAS	11152	R\$ 121,31	R\$ 315,15	<b>R\$ 436,46</b>

3175	RENATO ROSSETTO DE MORAES E DEISE TEREZINHA P. DE MORAES	3244	R\$ 368,80	R\$ 846,80	<b>R\$ 1.215,60</b>
41152	RENATO WEISS	27713	R\$ 78,98	R\$ 135,06	<b>R\$ 214,04</b>
39469	RESTAURANTE E PADARIA REQUINTE SABOR LTDA ME	8693	R\$ 0,00	R\$ 2.042,93	<b>R\$ 2.042,93</b>
39469	RESTAURANTE E PADARIA REQUINTE SABOR LTDA ME	8688	R\$ 0,00	R\$ 81,21	<b>R\$ 81,21</b>
27009	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS	23102	R\$ 902,59	R\$ 11.804,26	<b>R\$ 12.706,85</b>
27009	REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS	10539	R\$ 0,00	R\$ 22.493,42	<b>R\$ 22.493,42</b>
48663	RIBAMAR RIBAS	26576	R\$ 91,98	R\$ 147,60	<b>R\$ 239,58</b>
32509	RICARDO ANTONELLO	7621	R\$ 228,97	R\$ 604,73	<b>R\$ 833,70</b>
26549	RICARDO EUCLIDES GRANDO	22391	R\$ 0,00	R\$ 5.542,06	<b>R\$ 5.542,06</b>
48270	RICARDO EUCLIDES GRANDO E ADONES MARCIANO	33855	R\$ 0,00	R\$ 5.542,06	<b>R\$ 5.542,06</b>
46272	RICHARD PATRZYKOT	4997	R\$ 209,63	R\$ 528,99	<b>R\$ 738,62</b>
14847	RICHTER & SCHMITZ LTDA	11148	R\$ 73,89	R\$ 118,89	<b>R\$ 192,78</b>
14847	RICHTER & SCHMITZ LTDA	11214	R\$ 48,02	R\$ 119,43	<b>R\$ 167,45</b>
14847	RICHTER & SCHMITZ LTDA	34539	R\$ 91,26	R\$ 378,51	<b>R\$ 469,77</b>
2272	RICIERI ANTONIO FREIBERGER	1829	R\$ 0,00	R\$ 408,95	<b>R\$ 408,95</b>
32320	RILDO FALCÃO KICK E CATIA BURATTO	10921	R\$ 51,67	R\$ 166,45	<b>R\$ 218,12</b>
32799	RITA DE CÁSSIA JUSTO CATTO	2458	R\$ 342,27	R\$ 573,13	<b>R\$ 915,40</b>
15425	RITA DE OLIVEIRA	23450	R\$ 144,03	R\$ 146,27	<b>R\$ 290,30</b>
49499	RITA RAMOS	33630	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
41151	RITA VALÉRIA WEISS	6177	R\$ 184,20	R\$ 285,36	<b>R\$ 469,56</b>
47831	ROBERTA DA CRUZ LEAL BUCCO	5385	R\$ 19,15	R\$ 31,25	<b>R\$ 50,40</b>
43014	ROBERTA E RODRIGO BAGATINI	33916	R\$ 295,70	R\$ 565,62	<b>R\$ 861,32</b>
43014	ROBERTA E RODRIGO BAGATINI	33960	R\$ 0,00	R\$ 59,40	<b>R\$ 59,40</b>
7347	ROBERTO ANTONIO VASTRES	5397	R\$ 130,03	R\$ 227,22	<b>R\$ 357,25</b>
10616	ROBERTO BISSANI E CRISTINA DA SILVA	7851	R\$ 95,92	R\$ 271,77	<b>R\$ 367,69</b>
45536	ROBERTO BOGER	34595	R\$ 0,00	R\$ 1.635,10	<b>R\$ 1.635,10</b>
7374	ROBERTO CARLOS BAZZO	5413	R\$ 494,11	R\$ 785,56	<b>R\$ 1.279,67</b>
43481	ROBERTO CARLOS BUCCO	23048	R\$ 0,00	R\$ 396,32	<b>R\$ 396,32</b>
15707	ROBERTO CARLOS BUCCO	9663	R\$ 0,00	R\$ 88,59	<b>R\$ 88,59</b>
43481	ROBERTO CARLOS BUCCO	29223	R\$ 140,69	R\$ 138,10	<b>R\$ 278,79</b>
43481	ROBERTO CARLOS BUCCO	3735	R\$ 102,00	R\$ 57,63	<b>R\$ 159,63</b>
15707	ROBERTO CARLOS BUCCO	11209	R\$ 0,00	R\$ 234,16	<b>R\$ 234,16</b>
39498	ROBERTO CARLOS NUNES CLAUDIA MARILIA CARDOSO DE SOUZA NUNES	3849	R\$ 216,26	R\$ 501,25	<b>R\$ 717,51</b>
9285	ROBERTO DE OLIVEIRA	6789	R\$ 96,04	R\$ 297,68	<b>R\$ 393,72</b>
39598	ROBERTO LUIZ CAPONNI	28175	R\$ 58,32	R\$ 1.024,92	<b>R\$ 1.083,24</b>
31151	ROBERTO LUIZ CAVAGNARI E ORIENTE HELOISA CAVAGNARI	30773	R\$ 25,20	R\$ 156,06	<b>R\$ 181,26</b>
31151	ROBERTO LUIZ CAVAGNARI E ORIENTE HELOISA CAVAGNARI	1012	R\$ 141,99	R\$ 296,07	<b>R\$ 438,06</b>
31151	ROBERTO LUIZ CAVAGNARI E ORIENTE HELOISA CAVAGNARI	1018	R\$ 141,99	R\$ 296,07	<b>R\$ 438,06</b>
40302	ROBERTO LUIZ ZAGONEL	407	R\$ 105,27	R\$ 188,55	<b>R\$ 293,82</b>
14844	ROBERTO MARCON	11034	R\$ 118,05	R\$ 205,32	<b>R\$ 323,37</b>
36852	ROBERTO RHEINGANTZ DA CUNHA FILHO E LEILA F R R DA CUNHA	27442	R\$ 0,00	R\$ 41,62	<b>R\$ 41,62</b>
36852	ROBERTO RHEINGANTZ DA CUNHA FILHO E LEILA F R R DA CUNHA	27427	R\$ 141,10	R\$ 309,47	<b>R\$ 450,57</b>
51514	ROBERTO SEBASTIÃO ,ORFEU JOSÉ,DORIVAL SEBASTIÃO DALLA LANA,	6448	R\$ 81,71	R\$ 222,67	<b>R\$ 304,38</b>

45239	ROBSON VEIGA	10820	R\$ 0,00	R\$ 127,97	<b>R\$ 127,97</b>
45688	RODNEY TOSI	6875	R\$ 316,87	R\$ 957,76	<b>R\$ 1.274,63</b>
3410	RODOLFO LINDNER	20226	R\$ 322,84	R\$ 544,07	<b>R\$ 866,91</b>
49384	RODRIGO BALESTRIN	26909	R\$ 106,48	R\$ 165,14	<b>R\$ 271,62</b>
47064	RODRIGO BARETTA	4999	R\$ 0,00	R\$ 329,42	<b>R\$ 329,42</b>
42680	RODRIGO DAHMER	4659	R\$ 0,00	R\$ 422,41	<b>R\$ 422,41</b>
47746	RODRIGO DE SOUZA FLORENCIO	26887	R\$ 0,00	R\$ 88,59	<b>R\$ 88,59</b>
46807	RODRIGO FERRI	8305	R\$ 0,00	R\$ 699,78	<b>R\$ 699,78</b>
6511	RODRIGO GUARAGNI	3763	R\$ 0,00	R\$ 1.506,05	<b>R\$ 1.506,05</b>
48489	RODRIGO HOFFELDER	6851	R\$ 337,87	R\$ 950,48	<b>R\$ 1.288,35</b>
48527	RODRIGO TRINDADE VIDAL	26874	R\$ 106,94	R\$ 168,74	<b>R\$ 275,68</b>
47402	ROGER WILLIAMS SIMAO	10114	R\$ 88,80	R\$ 287,04	<b>R\$ 375,84</b>
34226	ROGÉRIO PASINATO	4803	R\$ 155,43	R\$ 334,54	<b>R\$ 489,97</b>
34226	ROGÉRIO PASINATO	4830	R\$ 98,16	R\$ 236,46	<b>R\$ 334,62</b>
36176	ROGERIO ZORZI	35942	R\$ 0,00	R\$ 1.140,95	<b>R\$ 1.140,95</b>
6132	ROIL RODRIGUES DA SILVA	2792	R\$ 58,62	R\$ 139,26	<b>R\$ 197,88</b>
6132	ROIL RODRIGUES DA SILVA	4468	R\$ 238,12	R\$ 450,98	<b>R\$ 689,10</b>
6132	ROIL RODRIGUES DA SILVA	26503	R\$ 320,16	R\$ 732,13	<b>R\$ 1.052,29</b>
6132	ROIL RODRIGUES DA SILVA	5173	R\$ 0,00	R\$ 418,35	<b>R\$ 418,35</b>
6132	ROIL RODRIGUES DA SILVA	4469	R\$ 354,92	R\$ 543,77	<b>R\$ 898,69</b>
4355	ROMALDO GERMANO LUDWIG	3253	R\$ 277,50	R\$ 588,05	<b>R\$ 865,55</b>
48931	ROMANO MASSIGNAN S.A IND E COM E JOAQUIM FILGUEIRAS	6632	R\$ 165,20	R\$ 225,02	<b>R\$ 390,22</b>
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6657	R\$ 191,85	R\$ 216,13	<b>R\$ 407,98</b>
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6648	R\$ 74,61	R\$ 109,74	<b>R\$ 184,35</b>
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	5508	R\$ 843,06	R\$ 4.596,60	<b>R\$ 5.439,66</b>
18239	ROMANO MASSIGNAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO	6647	R\$ 149,22	R\$ 212,46	<b>R\$ 361,68</b>
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	22170	R\$ 106,05	R\$ 121,86	<b>R\$ 227,91</b>
9543	ROMARIO AVILA SATICQ	7008	R\$ 161,05	R\$ 194,53	<b>R\$ 355,58</b>
13196	ROMARIO SCHEVER	9870	R\$ 0,00	R\$ 293,32	<b>R\$ 293,32</b>
4959	ROMEU DORE	33508	R\$ 55,92	R\$ 322,80	<b>R\$ 378,72</b>
13747	ROMOALDO NARDI	10292	R\$ 595,33	R\$ 1.397,31	<b>R\$ 1.992,64</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3991	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3977	R\$ 0,00	R\$ 118,45	<b>R\$ 118,45</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3981	R\$ 0,00	R\$ 81,22	<b>R\$ 81,22</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4001	R\$ 48,02	R\$ 81,12	<b>R\$ 129,14</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3910	R\$ 0,00	R\$ 407,29	<b>R\$ 407,29</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3984	R\$ 0,00	R\$ 76,09	<b>R\$ 76,09</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3978	R\$ 0,00	R\$ 107,20	<b>R\$ 107,20</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3986	R\$ 0,00	R\$ 83,47	<b>R\$ 83,47</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3972	R\$ 0,00	R\$ 67,22	<b>R\$ 67,22</b>

5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3980	R\$ 0,00	R\$ 78,76	<b>R\$ 78,76</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4008	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3983	R\$ 0,00	R\$ 124,46	<b>R\$ 124,46</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3903	R\$ 0,00	R\$ 296,64	<b>R\$ 296,64</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3904	R\$ 0,00	R\$ 296,64	<b>R\$ 296,64</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4009	R\$ 0,00	R\$ 196,25	<b>R\$ 196,25</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3990	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3905	R\$ 0,00	R\$ 296,64	<b>R\$ 296,64</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3971	R\$ 0,00	R\$ 85,52	<b>R\$ 85,52</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3976	R\$ 0,00	R\$ 101,74	<b>R\$ 101,74</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4181	R\$ 0,00	R\$ 694,08	<b>R\$ 694,08</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3982	R\$ 0,00	R\$ 92,68	<b>R\$ 92,68</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4002	R\$ 0,00	R\$ 185,60	<b>R\$ 185,60</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4136	R\$ 0,00	R\$ 342,30	<b>R\$ 342,30</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3987	R\$ 0,00	R\$ 225,36	<b>R\$ 225,36</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4006	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3985	R\$ 0,00	R\$ 90,22	<b>R\$ 90,22</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	3979	R\$ 0,00	R\$ 95,98	<b>R\$ 95,98</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4197	R\$ 0,00	R\$ 289,27	<b>R\$ 289,27</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4137	R\$ 0,00	R\$ 617,08	<b>R\$ 617,08</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4007	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBER, SUELY THEREZINHA CARD	4198	R\$ 0,00	R\$ 306,12	<b>R\$ 306,12</b>
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	4401	R\$ 161,49	R\$ 197,90	<b>R\$ 359,39</b>
2103	ROMULO GUILHERME MATTOS	33592	R\$ 0,00	R\$ 233,96	<b>R\$ 233,96</b>
7415	RONILDA SALETE DALLOGLIO DAGOSTINI	5451	R\$ 0,00	R\$ 41,76	<b>R\$ 41,76</b>
49539	RONILDO STANK DE MATTOS	4296	R\$ 98,55	R\$ 91,73	<b>R\$ 190,28</b>
30673	ROSA GRANDER PEDROZO	6508	R\$ 286,05	R\$ 747,99	<b>R\$ 1.034,04</b>
29759	ROSA HARO	23018	R\$ 0,00	R\$ 123,66	<b>R\$ 123,66</b>
29759	ROSA HARO	23019	R\$ 0,00	R\$ 429,66	<b>R\$ 429,66</b>



14130	ROSA MARIA DUARTE	7571	R\$ 132,64	R\$ 336,58	<b>R\$ 469,22</b>
8977	ROSA PENTEADO	6575	R\$ 83,93	R\$ 537,12	<b>R\$ 621,05</b>
49546	ROSALINA DE FATIMA RAMOS	27518	R\$ 0,00	R\$ 50,71	<b>R\$ 50,71</b>
41681	ROSANA BUENO DE OLIVEIRA	3718	R\$ 0,00	R\$ 270,68	<b>R\$ 270,68</b>
41681	ROSANA BUENO DE OLIVEIRA	2826	R\$ 0,00	R\$ 598,22	<b>R\$ 598,22</b>
9232	ROSANA, ELISANGELA E JOSE CARLOS ARBUGERI	12243	R\$ 282,48	R\$ 1.892,24	<b>R\$ 2.174,72</b>
9232	ROSANA, ELISANGELA E JOSE CARLOS ARBUGERI	12246	R\$ 188,74	R\$ 922,68	<b>R\$ 1.111,42</b>
37611	ROSANE APARECIDA PEREIRA	8828	R\$ 62,15	R\$ 154,50	<b>R\$ 216,65</b>
37611	ROSANE APARECIDA PEREIRA	11161	R\$ 0,00	R\$ 126,56	<b>R\$ 126,56</b>
31261	ROSANGELA BITTENCOURT,KATIA WLISSAK,FERNANDO OLIVEI.KOSTYCHA	599	R\$ 495,23	R\$ 587,13	<b>R\$ 1.082,36</b>
40480	ROSANGELA FÁTIMA DE MELLO	9755	R\$ 59,32	R\$ 137,78	<b>R\$ 197,10</b>
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA PUTTI DO PRADO	8912	R\$ 99,48	R\$ 280,32	<b>R\$ 379,80</b>
48980	ROSANGELA RODRIGUES	8984	R\$ 54,24	R\$ 85,23	<b>R\$ 139,47</b>
32886	ROSANGELA TONIN E VILMAR VARELA DE OLIVEIRA	492	R\$ 153,04	R\$ 159,16	<b>R\$ 312,20</b>
49443	ROSE MARI PEDROSO	33658	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
49459	ROSE MARY DOS SANTOS	33626	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
52117	ROSELI BOTTCHER	33063	R\$ 48,02	R\$ 112,63	<b>R\$ 160,65</b>
33844	ROSELI DE MIRANDA	2856	R\$ 141,75	R\$ 111,94	<b>R\$ 253,69</b>
33782	ROSELI PEDROSO	12068	R\$ 68,44	R\$ 175,68	<b>R\$ 244,12</b>
37629	ROSEMARI ALVES BEC RIES	3533	R\$ 0,00	R\$ 319,65	<b>R\$ 319,65</b>
49518	ROSEMARY PEREIRA	5243	R\$ 85,27	R\$ 169,08	<b>R\$ 254,35</b>
41002	ROSEMILDA DOS SANTOS	27520	R\$ 48,02	R\$ 65,15	<b>R\$ 113,17</b>
49487	ROSENILDO STANCK DE MATOS	11249	R\$ 48,02	R\$ 47,54	<b>R\$ 95,56</b>
40520	ROSIANA CARDOZO DE AGUIAR E LUCIANO ALBIERO MASQUIO	28842	R\$ 276,37	R\$ 595,27	<b>R\$ 871,64</b>
35167	ROSICLER MARIA TOBALDINI ZANOL	7317	R\$ 142,11	R\$ 140,87	<b>R\$ 282,98</b>
4557	ROSILDA CAVALLI DA SILVA	9000	R\$ 0,00	R\$ 110,17	<b>R\$ 110,17</b>
4557	ROSILDA CAVALLI DA SILVA	8999	R\$ 0,00	R\$ 53,46	<b>R\$ 53,46</b>
34505	ROSILENE SALETE DA SILVA	27614	R\$ 88,72	R\$ 148,95	<b>R\$ 237,67</b>
1631	ROSINA VARGAS RIBAS E DAVID MENDES RIBAS	3658	R\$ 595,33	R\$ 1.771,39	<b>R\$ 2.366,72</b>
36073	ROZE MARY PENTEADO	28970	R\$ 107,47	R\$ 74,08	<b>R\$ 181,55</b>
36212	ROZIVAN COSTA BEZERRA	4605	R\$ 48,02	R\$ 361,61	<b>R\$ 409,63</b>
3607	RUBENS VIEIRA	2699	R\$ 67,34	R\$ 189,48	<b>R\$ 256,82</b>
3607	RUBENS VIEIRA	33457	R\$ 0,00	R\$ 312,95	<b>R\$ 312,95</b>
3607	RUBENS VIEIRA	2700	R\$ 19,09	R\$ 48,99	<b>R\$ 68,08</b>
24124	RUBES PINO GOMES	11580	R\$ 199,46	R\$ 391,96	<b>R\$ 591,42</b>
24124	RUBES PINO GOMES	11579	R\$ 0,00	R\$ 85,59	<b>R\$ 85,59</b>
34406	RUDIMAR NORA	4668	R\$ 265,30	R\$ 748,06	<b>R\$ 1.013,36</b>
34406	RUDIMAR NORA	4667	R\$ 0,00	R\$ 275,61	<b>R\$ 275,61</b>
39493	RUDINEI RIBEIRO	4633	R\$ 159,94	R\$ 296,30	<b>R\$ 456,24</b>
440	RUDOLF A V KLEINE	29380	R\$ 150,51	R\$ 325,49	<b>R\$ 476,00</b>
12209	RUI DOS SANTOS FERREIRA	9126	R\$ 372,78	R\$ 651,61	<b>R\$ 1.024,39</b>
18441	RUI SERGIO CARLESSO	34661	R\$ 55,26	R\$ 121,28	<b>R\$ 176,54</b>
47893	SONIA MONICA WEBBER DURIGON	35121	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
47893	SONIA MONICA WEBBER DURIGON	35089	R\$ 186,72	R\$ 526,02	<b>R\$ 712,74</b>
12249	SABINA ARLETE DA SILVA	9156	R\$ 27,96	R\$ 38,50	<b>R\$ 66,46</b>
29914	SABRINA DE MARCO	34063	R\$ 0,00	R\$ 154,96	<b>R\$ 154,96</b>
35557	SABRINA LOIZE DE MATOS	12178	R\$ 0,00	R\$ 61,28	<b>R\$ 61,28</b>
49743	SADI ANTONIO DA SILVA	11055	R\$ 77,36	R\$ 260,92	<b>R\$ 338,28</b>

19957	SADY BIANCHI	34559	R\$ 0,00	R\$ 597,06	<b>R\$ 597,06</b>
5028	SALETE APARECIDA LOPES CORDEIRO	3708	R\$ 412,83	R\$ 645,59	<b>R\$ 1.058,42</b>
6396	SALETE BILIBIO DE OLIVEIRA	4643	R\$ 138,32	R\$ 262,99	<b>R\$ 401,31</b>
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9532	R\$ 195,76	R\$ 281,94	<b>R\$ 477,70</b>
12774	SALETE DE OLIVEIRA E OUTROS	9533	R\$ 34,16	R\$ 39,22	<b>R\$ 73,38</b>
15591	SALETE REJANE COSTA	23488	R\$ 48,02	R\$ 61,23	<b>R\$ 109,25</b>
7127	SALMO RAMOS FILHO	30524	R\$ 54,00	R\$ 97,76	<b>R\$ 151,76</b>
7127	SALMO RAMOS FILHO	5256	R\$ 62,52	R\$ 88,48	<b>R\$ 151,00</b>
36420	SAMOEL LUIZ BITTENCOURT	3174	R\$ 370,77	R\$ 1.275,48	<b>R\$ 1.646,25</b>
32425	SAMUEL HUBER	20674	R\$ 0,00	R\$ 1.638,79	<b>R\$ 1.638,79</b>
32425	SAMUEL HUBER	5106	R\$ 0,00	R\$ 499,57	<b>R\$ 499,57</b>
35279	SANDRA ANDREIA STEFANES	32421	R\$ 67,23	R\$ 41,13	<b>R\$ 108,36</b>
40532	SANDRA AP LEMOS DA SILVA PRONER E CELIO LUIZ PRONER	33597	R\$ 0,00	R\$ 746,69	<b>R\$ 746,69</b>
40532	SANDRA AP LEMOS DA SILVA PRONER E CELIO LUIZ PRONER	23080	R\$ 170,53	R\$ 2.104,06	<b>R\$ 2.274,59</b>
48076	SANDRA BLOSS	20173	R\$ 85,24	R\$ 77,00	<b>R\$ 162,24</b>
40038	SANDRA BUCCO RIEPE	23508	R\$ 0,00	R\$ 556,44	<b>R\$ 556,44</b>
41921	SANDRA MARIA RIBEIRO	4203	R\$ 190,71	R\$ 273,99	<b>R\$ 464,70</b>
14896	SANDRA NARA CANTERLE DE QUEIROZ	11082	R\$ 0,00	R\$ 100,67	<b>R\$ 100,67</b>
14896	SANDRA NARA CANTERLE DE QUEIROZ	11081	R\$ 29,71	R\$ 83,91	<b>R\$ 113,62</b>
11132	SANDRA PAULA XAVIER PEREIRA	8248	R\$ 204,34	R\$ 328,66	<b>R\$ 533,00</b>
41735	SANDRA REDIN	26915	R\$ 355,27	R\$ 942,32	<b>R\$ 1.297,59</b>
40951	SANDRA SIMÕES PIRES	4292	R\$ 48,02	R\$ 45,49	<b>R\$ 93,51</b>
5790	SANDRO ADRIANO BORTOLUZ	26106	R\$ 0,00	R\$ 461,04	<b>R\$ 461,04</b>
5790	SANDRO ADRIANO BORTOLUZ	4252	R\$ 332,18	R\$ 790,65	<b>R\$ 1.122,83</b>
30944	SANDRO LUIZ CASARIN, GESSICA E JANETE CASARIN	11574	R\$ 0,00	R\$ 511,13	<b>R\$ 511,13</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8016	R\$ 0,00	R\$ 170,53	<b>R\$ 170,53</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8012	R\$ 0,00	R\$ 221,49	<b>R\$ 221,49</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8014	R\$ 0,00	R\$ 170,53	<b>R\$ 170,53</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8019	R\$ 0,00	R\$ 170,53	<b>R\$ 170,53</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8013	R\$ 0,00	R\$ 256,63	<b>R\$ 256,63</b>
10060	SANDRO MIRANDA GOMES	8015	R\$ 0,00	R\$ 170,53	<b>R\$ 170,53</b>
49897	SANTINA ALBIERO FRATTINI	7194	R\$ 170,31	R\$ 225,51	<b>R\$ 395,82</b>
43175	SANTINA DOS SANTOS E GLAUCIMAR DOS SANTOS	9802	R\$ 79,94	R\$ 153,71	<b>R\$ 233,65</b>
9809	SANTO MARTIN MISTURINI	7178	R\$ 0,00	R\$ 1.262,05	<b>R\$ 1.262,05</b>
30451	SARA ROYER	31505	R\$ 125,06	R\$ 161,42	<b>R\$ 286,48</b>
30451	SARA ROYER	7780	R\$ 117,24	R\$ 255,85	<b>R\$ 373,09</b>
32384	SAULO VINICIUS, MABEL CRISTINE E CEZAR LOURENÇO BRANCHER	5488	R\$ 39,42	R\$ 125,86	<b>R\$ 165,28</b>
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	6709	R\$ 239,53	R\$ 447,80	<b>R\$ 687,33</b>
9186	SAVIO DE JESUS MACHADO	28432	R\$ 127,90	R\$ 222,54	<b>R\$ 350,44</b>
35580	SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	33909	R\$ 297,43	R\$ 515,35	<b>R\$ 812,78</b>
35580	SCHEILA MARA CORSO GIORDANI	33941	R\$ 0,00	R\$ 52,80	<b>R\$ 52,80</b>
43197	SCHEILA MARLEN SCHIEHL	7635	R\$ 0,00	R\$ 345,51	<b>R\$ 345,51</b>
49461	SCHEILA SILVA DE OLIVEIRA	33621	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
9058	SEBASTIANA TETZLAFF	7828	R\$ 74,61	R\$ 205,66	<b>R\$ 280,27</b>
9058	SEBASTIANA TETZLAFF	6625	R\$ 301,98	R\$ 258,84	<b>R\$ 560,82</b>
5714	SEBASTIÃO MARQUES	21274	R\$ 122,57	R\$ 123,31	<b>R\$ 245,88</b>
5714	SEBASTIÃO MARQUES	4207	R\$ 116,35	R\$ 109,07	<b>R\$ 225,42</b>
50704	SEBASTIÃO RODRIGUES	23479	R\$ 54,18	R\$ 94,57	<b>R\$ 148,75</b>

37980	SEBASTIÃO, MARIA H, MARIA B, MARIA C, MARIA S. XAVIER CORREA	4425	R\$ 0,00	R\$ 320,05	<b>R\$ 320,05</b>
22697	SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	11024	R\$ 323,25	R\$ 960,47	<b>R\$ 1.283,72</b>
10313	SELITA ORSO TOSCAN	7566	R\$ 0,00	R\$ 334,53	<b>R\$ 334,53</b>
10313	SELITA ORSO TOSCAN	7565	R\$ 0,00	R\$ 334,53	<b>R\$ 334,53</b>
11898	SELMA ELICKER	8866	R\$ 230,22	R\$ 319,13	<b>R\$ 549,35</b>
2576	SELMA NUNES MOREIRA	2054	R\$ 113,69	R\$ 444,02	<b>R\$ 557,71</b>
9574	SELMO LORASCHI E LUCIANO LORASCHI	7020	R\$ 96,70	R\$ 176,80	<b>R\$ 273,50</b>
5104	SERVINO FICAGNA	3757	R\$ 219,10	R\$ 591,92	<b>R\$ 811,02</b>
8768	SERAFIM MOLIN	6430	R\$ 113,90	R\$ 188,94	<b>R\$ 302,84</b>
7292	SERGIO ALUISIO DIAS	21680	R\$ 87,04	R\$ 143,04	<b>R\$ 230,08</b>
15308	SERGIO APARECIDO PEREIRA	11381	R\$ 228,90	R\$ 511,26	<b>R\$ 740,16</b>
33089	SERGIO BRUNO DA SILVA AMORA	10725	R\$ 220,58	R\$ 452,68	<b>R\$ 673,26</b>
18268	SERGIO CONSTANTINO STARES	2413	R\$ 48,78	R\$ 84,93	<b>R\$ 133,71</b>
41159	SERGIO DOS SANTOS	9738	R\$ 121,68	R\$ 138,21	<b>R\$ 259,89</b>
10333	SERGIO E GILMAR MARQUES	7585	R\$ 99,12	R\$ 283,29	<b>R\$ 382,41</b>
50907	SERGIO LEMOS DA SILVA E IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS	23076	R\$ 0,00	R\$ 2.149,24	<b>R\$ 2.149,24</b>
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	33817	R\$ 91,70	R\$ 536,10	<b>R\$ 627,80</b>
14101	SERGIO LEMOS DA SILVA E SIMONE CARNERA DA SILVA	23084	R\$ 22,76	R\$ 133,74	<b>R\$ 156,50</b>
4426	SERGIO LUIS PERETO	3302	R\$ 111,91	R\$ 163,30	<b>R\$ 275,21</b>
22554	SERGIO LUIZ BELLO	34634	R\$ 0,00	R\$ 603,65	<b>R\$ 603,65</b>
19130	SERGIO LUIZ BERNARDI	6341	R\$ 0,00	R\$ 33,49	<b>R\$ 33,49</b>
15544	SERGIO LUIZ RATTI	11526	R\$ 79,85	R\$ 166,50	<b>R\$ 246,35</b>
7227	SERGIO SOARES	5330	R\$ 177,64	R\$ 872,89	<b>R\$ 1.050,53</b>
39813	SERJIO LUIZ BARBIERI E ZENO LOPES DA SILVA	9301	R\$ 393,16	R\$ 619,44	<b>R\$ 1.012,60</b>
51343	SEVERINO E HUMBERTO LUIZ DE DÉA JUNIOR	2359	R\$ 589,56	R\$ 881,41	<b>R\$ 1.470,97</b>
10562	SEVERINO MAGAINS E IRIS MAGAINS	7805	R\$ 75,74	R\$ 264,24	<b>R\$ 339,98</b>
13537	SEVERINO MANOEL DA SILVA	10130	R\$ 0,00	R\$ 741,63	<b>R\$ 741,63</b>
15555	SEVERINO PEREIRA	11537	R\$ 14,40	R\$ 21,88	<b>R\$ 36,28</b>
51993	SHEILA MICHELE PENTEADO	4809	R\$ 103,03	R\$ 111,45	<b>R\$ 214,48</b>
51993	SHEILA MICHELE PENTEADO	30518	R\$ 79,94	R\$ 57,47	<b>R\$ 137,41</b>
42122	SIDINEI GARGHETTI	10757	R\$ 177,00	R\$ 499,24	<b>R\$ 676,24</b>
47538	SIDNEI PAULO	5002	R\$ 44,40	R\$ 115,22	<b>R\$ 159,62</b>
42034	SIDNEI RODRIGO DOS SANTOS E DAYANE VIEIRA MARTINS DOS SANTOS	3532	R\$ 94,98	R\$ 217,05	<b>R\$ 312,03</b>
5542	SIDOM ESTRUES DA SILVA	4097	R\$ 211,83	R\$ 189,24	<b>R\$ 401,07</b>
35617	SILVANA MENEGHINI	36608	R\$ 242,44	R\$ 835,00	<b>R\$ 1.077,44</b>
35617	SILVANA MENEGHINI	36660	R\$ 0,00	R\$ 49,95	<b>R\$ 49,95</b>
35617	SILVANA MENEGHINI	36661	R\$ 0,00	R\$ 49,95	<b>R\$ 49,95</b>
36276	SILVANA N. P. ALENCAR E MARCO ANTONIO V. ALENCAR JUNIOR	3255	R\$ 177,19	R\$ 614,21	<b>R\$ 791,40</b>
33566	SILVANA R T DE AMORIM,SIBELE A T CONTE,RENATO L THOMAZ	27181	R\$ 77,43	R\$ 118,12	<b>R\$ 195,55</b>
10500	SILVANA ROSA THOMAS DE AMORIN	7747	R\$ 99,89	R\$ 188,56	<b>R\$ 288,45</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8053	R\$ 0,00	R\$ 355,66	<b>R\$ 355,66</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8057	R\$ 0,00	R\$ 214,52	<b>R\$ 214,52</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8055	R\$ 0,00	R\$ 172,06	<b>R\$ 172,06</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8054	R\$ 0,00	R\$ 217,75	<b>R\$ 217,75</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8056	R\$ 0,00	R\$ 187,95	<b>R\$ 187,95</b>
10578	SILVERIO BALDISSERA	8058	R\$ 0,00	R\$ 296,39	<b>R\$ 296,39</b>
5068	SILVIA MARIA SALARDI	3737	R\$ 142,52	R\$ 189,78	<b>R\$ 332,30</b>

13498	SILVINO PERBONI	2296	R\$ 164,28	R\$ 253,44	<b>R\$ 417,72</b>
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	28615	R\$ 0,00	R\$ 257,36	<b>R\$ 257,36</b>
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9022	R\$ 355,27	R\$ 801,57	<b>R\$ 1.156,84</b>
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9562	R\$ 189,86	R\$ 396,31	<b>R\$ 586,17</b>
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	32010	R\$ 443,32	R\$ 713,73	<b>R\$ 1.157,05</b>
12076	SILVIO FERRAZ DOS SANTOS	9576	R\$ 127,90	R\$ 335,58	<b>R\$ 463,48</b>
21573	SILVIO FIEDLER	6919	R\$ 0,00	R\$ 285,20	<b>R\$ 285,20</b>
7067	SILVIO KERCHBAUMER	5238	R\$ 277,11	R\$ 439,75	<b>R\$ 716,86</b>
37615	SILVIO SOUZA DA CRUZ E SOLANGE APARECIDA CAMARGO	3349	R\$ 132,23	R\$ 266,64	<b>R\$ 398,87</b>
36239	SIMARA CRISTIANI MOREIRA	10430	R\$ 134,63	R\$ 316,55	<b>R\$ 451,18</b>
6031	SIMEI RICARDO CASADO DE LIMA	4395	R\$ 0,00	R\$ 185,40	<b>R\$ 185,40</b>
15513	SIMONE APARECIDA MOSLINGER STEFANES BELLAN	23476	R\$ 105,20	R\$ 173,20	<b>R\$ 278,40</b>
45356	SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA	7776	R\$ 73,50	R\$ 218,88	<b>R\$ 292,38</b>
43765	SIMONE MICHELON GRAEFF	8756	R\$ 0,00	R\$ 230,33	<b>R\$ 230,33</b>
47985	SIMONE WELTER	5020	R\$ 109,85	R\$ 274,90	<b>R\$ 384,75</b>
19726	SIND.COND.VEIC.E TRAB.EMP.TRANSP.RODOV.DE PAS.E CARGAS/JBA	4073	R\$ 432,38	R\$ 0,00	<b>R\$ 432,38</b>
22535	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO MEIO-OESTE CATARINENSE	881	R\$ 55,71	R\$ 0,00	<b>R\$ 55,71</b>
49509	SINHORINHA APARECIDA VIEIRA	11555	R\$ 61,79	R\$ 112,88	<b>R\$ 174,67</b>
15466	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	11458	R\$ 53,23	R\$ 79,68	<b>R\$ 132,91</b>
34323	SIRLEI DE OLIVEIRA HOFFER	10971	R\$ 156,41	R\$ 254,08	<b>R\$ 410,49</b>
34323	SIRLEI DE OLIVEIRA HOFFER	9829	R\$ 237,55	R\$ 584,02	<b>R\$ 821,57</b>
49463	SIRLEI PAOLA DOS SANTOS	33636	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
47459	SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACONAL E JOZIANE SALETE TIEPPO	23470	R\$ 135,75	R\$ 283,56	<b>R\$ 419,31</b>
13039	SOLANGE MARI DOS SANTOS DA ROCHA	10598	R\$ 25,47	R\$ 40,37	<b>R\$ 65,84</b>
11516	SOLANGE MARIA DA SILVA	8563	R\$ 131,63	R\$ 129,52	<b>R\$ 261,15</b>
38569	SOLAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	2013	R\$ 615,16	R\$ 2.131,01	<b>R\$ 2.746,17</b>
6360	SONIA BAZEI	4619	R\$ 87,04	R\$ 121,98	<b>R\$ 209,02</b>
14551	SONIA CHAVES	10834	R\$ 60,84	R\$ 133,13	<b>R\$ 193,97</b>
37577	SONIA LIANE DUARTE NERVO	10587	R\$ 53,29	R\$ 102,76	<b>R\$ 156,05</b>
44233	SONIA MAIA MORAES ZENATTI	11561	R\$ 62,84	R\$ 121,11	<b>R\$ 183,95</b>
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20377	R\$ 56,84	R\$ 38,40	<b>R\$ 95,24</b>
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI	20376	R\$ 92,73	R\$ 93,90	<b>R\$ 186,63</b>
50048	SONIA MARIA PENTEADO	27510	R\$ 29,46	R\$ 35,80	<b>R\$ 65,26</b>
53114	SRT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	27261	R\$ 462,89	R\$ 1.006,66	<b>R\$ 1.469,55</b>
53114	SRT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	27258	R\$ 62,16	R\$ 135,17	<b>R\$ 197,33</b>
53114	SRT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	27250	R\$ 511,54	R\$ 1.112,48	<b>R\$ 1.624,02</b>
53114	SRT EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	27286	R\$ 0,00	R\$ 58,67	<b>R\$ 58,67</b>
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11097	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11098	R\$ 0,00	R\$ 221,48	<b>R\$ 221,48</b>
14911	STEPHANO JORGE DRESCH	11096	R\$ 0,00	R\$ 177,18	<b>R\$ 177,18</b>
9851	SUCESORES DE LIDIA NATUS	7208	R\$ 15,05	R\$ 35,47	<b>R\$ 50,52</b>
41540	SUELEN APARECIDA FERLIN	9694	R\$ 0,00	R\$ 112,53	<b>R\$ 112,53</b>
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7296	R\$ 56,84	R\$ 50,19	<b>R\$ 107,03</b>
42763	SUELI FATIMA PALHANO	7294	R\$ 86,12	R\$ 164,37	<b>R\$ 250,49</b>
50188	SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI	35933	R\$ 306,16	R\$ 1.030,16	<b>R\$ 1.336,32</b>
2755	SVETLANA VESOLSKI BITTENCOURT	2139	R\$ 443,65	R\$ 623,58	<b>R\$ 1.067,23</b>
12919	SYLVIO APOLINARIO DE MELLO	9626	R\$ 160,86	R\$ 138,07	<b>R\$ 298,93</b>

51705	SYLVIO JOSÉ ZOLETTI	37087	R\$ 53,49	R\$ 118,20	<b>R\$ 171,69</b>
14721	TACY ALCIDES HACK	10978	R\$ 0,00	R\$ 267,60	<b>R\$ 267,60</b>
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	937	R\$ 0,00	R\$ 199,49	<b>R\$ 199,49</b>
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	1955	R\$ 133,20	R\$ 673,53	<b>R\$ 806,73</b>
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	934	R\$ 253,86	R\$ 423,51	<b>R\$ 677,37</b>
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	927	R\$ 84,92	R\$ 141,68	<b>R\$ 226,60</b>
19447	TAHITI LOCAÇÕES LTDA	929	R\$ 109,20	R\$ 193,68	<b>R\$ 302,88</b>
50218	TAMIRIS RIBEIRO HOLETZ	10236	R\$ 37,60	R\$ 83,98	<b>R\$ 121,58</b>
7350	TANIA DAS GRACAS KANGERSKY	5398	R\$ 153,21	R\$ 172,38	<b>R\$ 325,59</b>
36190	TANIA MARIA DALFOVO	4522	R\$ 124,35	R\$ 201,95	<b>R\$ 326,30</b>
12756	TANIA SCHNEEBERGER ROESLER	9514	R\$ 155,36	R\$ 307,43	<b>R\$ 462,79</b>
34260	TANILE CORDAZZO	23696	R\$ 0,00	R\$ 1.369,49	<b>R\$ 1.369,49</b>
34260	TANILE CORDAZZO	23574	R\$ 0,00	R\$ 200,76	<b>R\$ 200,76</b>
34260	TANILE CORDAZZO	23575	R\$ 253,49	R\$ 1.405,91	<b>R\$ 1.659,40</b>
34260	TANILE CORDAZZO	23559	R\$ 0,00	R\$ 344,52	<b>R\$ 344,52</b>
36362	TARCIO CALEB BERBARDON KIELING	28554	R\$ 0,00	R\$ 45,58	<b>R\$ 45,58</b>
36362	TARCIO CALEB BERBARDON KIELING	626	R\$ 0,00	R\$ 42,80	<b>R\$ 42,80</b>
36998	TARCISIO GUESSER	4995	R\$ 124,51	R\$ 313,74	<b>R\$ 438,25</b>
50949	TAYANE PIQUETTI E MARIA EDUARDA PIQUETTI	6554	R\$ 266,47	R\$ 1.163,76	<b>R\$ 1.430,23</b>
14572	TECLA LOPES SCHULKA E OUTROS	10852	R\$ 0,00	R\$ 102,55	<b>R\$ 102,55</b>
33392	TEILOR ANTONIO MOLINARO	9276	R\$ 0,00	R\$ 229,53	<b>R\$ 229,53</b>
13257	TEOBALDO WILICH	9918	R\$ 197,95	R\$ 344,19	<b>R\$ 542,14</b>
12620	TEODOMIRO PIRES DE MELO	9411	R\$ 44,40	R\$ 110,11	<b>R\$ 154,51</b>
12620	TEODOMIRO PIRES DE MELO	22737	R\$ 34,37	R\$ 62,09	<b>R\$ 96,46</b>
41172	TERCILIO FERREIRA BRANDÃO	8908	R\$ 210,50	R\$ 531,86	<b>R\$ 742,36</b>
32764	TERCILO FAVETTI	2851	R\$ 205,99	R\$ 286,74	<b>R\$ 492,73</b>
49406	TEREZA MARIA ALMEIDA DE VARGAS	2667	R\$ 11,57	R\$ 19,24	<b>R\$ 30,81</b>
9519	TEREZINHA DALLO ZANCANARO	6979	R\$ 153,55	R\$ 281,05	<b>R\$ 434,60</b>
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9665	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
12966	TEREZINHA DOS ANJOS	9666	R\$ 48,02	R\$ 38,40	<b>R\$ 86,42</b>
40540	TEREZINHA MARIA DAROLD	9587	R\$ 143,00	R\$ 168,06	<b>R\$ 311,06</b>
32704	TEREZINHA PERETTI FAITA	9427	R\$ 355,27	R\$ 1.030,83	<b>R\$ 1.386,10</b>
13229	TEREZINHA RAMOS DO NASCIMENTO	9896	R\$ 199,84	R\$ 294,69	<b>R\$ 494,53</b>
43538	TEREZINHA RIBEIRO GRILLO	9783	R\$ 221,69	R\$ 577,66	<b>R\$ 799,35</b>
37077	TEREZINHA SALETE BAVARESCO CARVALHO	8059	R\$ 0,00	R\$ 296,39	<b>R\$ 296,39</b>
15560	TEREZINHA VIEIRA E ELEMAR EDSON BOMM	11542	R\$ 142,27	R\$ 349,47	<b>R\$ 491,74</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4132	R\$ 0,00	R\$ 342,30	<b>R\$ 342,30</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	33173	R\$ 0,00	R\$ 168,41	<b>R\$ 168,41</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4648	R\$ 126,12	R\$ 126,09	<b>R\$ 252,21</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4714	R\$ 0,00	R\$ 738,24	<b>R\$ 738,24</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	30512	R\$ 126,12	R\$ 97,61	<b>R\$ 223,73</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	11205	R\$ 73,59	R\$ 191,65	<b>R\$ 265,24</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9672	R\$ 64,64	R\$ 124,77	<b>R\$ 189,41</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	4740	R\$ 0,00	R\$ 847,25	<b>R\$ 847,25</b>
18116	TERRAMAR COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA	9725	R\$ 72,25	R\$ 156,06	<b>R\$ 228,31</b>
12989	TERRAMAR E ANTONIO S V D NASCIMENTO	9686	R\$ 110,76	R\$ 158,63	<b>R\$ 269,39</b>
12968	TERRAMAR E ONEIDE APOLINARIO DE MELLO	9667	R\$ 0,00	R\$ 44,29	<b>R\$ 44,29</b>
18396	THADEU PEREIRA GOMES	3722	R\$ 124,35	R\$ 317,01	<b>R\$ 441,36</b>
30872	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	4591	R\$ 225,69	R\$ 310,74	<b>R\$ 536,43</b>
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	21490	R\$ 58,62	R\$ 58,43	<b>R\$ 117,05</b>
33703	THEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS E LUIZ DA ROSA	4578	R\$ 48,02	R\$ 56,09	<b>R\$ 104,11</b>

44682	THIAGO MONFROI	8165	R\$ 275,09	R\$ 565,53	<b>R\$ 840,62</b>
40398	TIAGO ALMEIDA	27611	R\$ 79,50	R\$ 152,87	<b>R\$ 232,37</b>
32802	TIAGO BRUNO BORTOLON	26190	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
36380	TIAGO DE SOUZA	8216	R\$ 150,46	R\$ 270,30	<b>R\$ 420,76</b>
37294	TIAGO FLORI ALVES DE CARVALHO	23683	R\$ 78,77	R\$ 232,85	<b>R\$ 311,62</b>
52019	TIAGO ZANATTA	23520	R\$ 0,00	R\$ 653,69	<b>R\$ 653,69</b>
39998	TRICHES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	7269	R\$ 90,59	R\$ 63,80	<b>R\$ 154,39</b>
39998	TRICHES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	7268	R\$ 225,95	R\$ 261,95	<b>R\$ 487,90</b>
17909	TRIGOFLO PARTICIPAÇÕES LTDA - ME	9261	R\$ 547,31	R\$ 568,88	<b>R\$ 1.116,19</b>
35871	TULIO CESAR DASSI	10566	R\$ 244,94	R\$ 386,37	<b>R\$ 631,31</b>
43616	TYRONE VIECELLI E MARIA CRISTINA PORTO VIECELLI	1538	R\$ 589,56	R\$ 1.622,79	<b>R\$ 2.212,35</b>
43616	TYRONE VIECELLI E MARIA CRISTINA PORTO VIECELLI	7538	R\$ 0,00	R\$ 73,01	<b>R\$ 73,01</b>
2424	UBIRAJARA LEMES	11609	R\$ 105,69	R\$ 902,11	<b>R\$ 1.007,80</b>
46791	UBIRAJARA MARCELINO MAFRA	26917	R\$ 0,00	R\$ 104,65	<b>R\$ 104,65</b>
46791	UBIRAJARA MARCELINO MAFRA	26962	R\$ 0,00	R\$ 112,12	<b>R\$ 112,12</b>
18016	UDILO A. COPPI	2574	R\$ 0,00	R\$ 2.053,07	<b>R\$ 2.053,07</b>
18016	UDILO A. COPPI	34143	R\$ 0,00	R\$ 589,50	<b>R\$ 589,50</b>
18016	UDILO A. COPPI	32829	R\$ 0,00	R\$ 229,86	<b>R\$ 229,86</b>
18016	UDILO A. COPPI	10767	R\$ 277,11	R\$ 286,30	<b>R\$ 563,41</b>
18016	UDILO A. COPPI	10770	R\$ 111,91	R\$ 287,74	<b>R\$ 399,65</b>
18016	UDILO A. COPPI	23172	R\$ 355,27	R\$ 865,69	<b>R\$ 1.220,96</b>
18016	UDILO A. COPPI	34141	R\$ 0,00	R\$ 596,16	<b>R\$ 596,16</b>
18016	UDILO A. COPPI	7622	R\$ 948,54	R\$ 13.832,13	<b>R\$ 14.780,67</b>
18016	UDILO A. COPPI	9247	R\$ 0,00	R\$ 1.305,25	<b>R\$ 1.305,25</b>
18016	UDILO A. COPPI	9264	R\$ 0,00	R\$ 589,50	<b>R\$ 589,50</b>
18016	UDILO A. COPPI	34142	R\$ 0,00	R\$ 779,19	<b>R\$ 779,19</b>
17990	UDILO ANTONIO COPPI	28866	R\$ 0,00	R\$ 2.439,79	<b>R\$ 2.439,79</b>
17990	UDILO ANTONIO COPPI	2565	R\$ 589,56	R\$ 4.662,06	<b>R\$ 5.251,62</b>
9497	UDO ZUKOWSKI	6961	R\$ 380,20	R\$ 1.006,70	<b>R\$ 1.386,90</b>
4855	ULIANA & CIA LTDA - ME	9245	R\$ 168,00	R\$ 579,78	<b>R\$ 747,78</b>
35795	UNIÃO FEDERAL	2123	R\$ 859,41	R\$ 0,00	<b>R\$ 859,41</b>
35795	UNIÃO FEDERAL	2	R\$ 843,06	R\$ 0,00	<b>R\$ 843,06</b>
8931	VADELINO BORGES	6542	R\$ 337,51	R\$ 786,06	<b>R\$ 1.123,57</b>
33391	VAGNER VALDRÃO KACZUR	3472	R\$ 170,00	R\$ 363,83	<b>R\$ 533,83</b>
15442	VALCIR DOMINGOS DE MELLO	11442	R\$ 51,97	R\$ 79,25	<b>R\$ 131,22</b>
30780	VALDAIR DE LIMA PRUCHE	11448	R\$ 93,79	R\$ 125,94	<b>R\$ 219,73</b>
45779	VALDECIR CONTTI	2384	R\$ 46,42	R\$ 70,96	<b>R\$ 117,38</b>
11267	VALDECIR DE LIMA KASTSCHI	8527	R\$ 158,75	R\$ 273,09	<b>R\$ 431,84</b>
4366	VALDECIR DEITOS	20879	R\$ 99,48	R\$ 154,52	<b>R\$ 254,00</b>
4366	VALDECIR DEITOS	3260	R\$ 230,82	R\$ 455,98	<b>R\$ 686,80</b>
6171	VALDECIR DELLA VECCHIA	4493	R\$ 212,45	R\$ 370,89	<b>R\$ 583,34</b>
37351	VALDECIR JOSE MONFROI	32755	R\$ 89,43	R\$ 166,94	<b>R\$ 256,37</b>
37351	VALDECIR JOSE MONFROI	33205	R\$ 0,00	R\$ 254,81	<b>R\$ 254,81</b>
37351	VALDECIR JOSE MONFROI	8575	R\$ 0,00	R\$ 742,88	<b>R\$ 742,88</b>
37351	VALDECIR JOSE MONFROI	10676	R\$ 212,47	R\$ 351,74	<b>R\$ 564,21</b>
39524	VALDECIR JOSÉ MONFROI E ANGELINA FELTES	4419	R\$ 113,69	R\$ 154,86	<b>R\$ 268,55</b>
4702	VALDECIR JOSE SETE	3510	R\$ 293,83	R\$ 857,56	<b>R\$ 1.151,39</b>
3217	VALDECIR JOSE SETE E GEOVANA TEREZINHA SETE	2407	R\$ 486,39	R\$ 631,23	<b>R\$ 1.117,62</b>
41368	VALDECIR LORENCETTI PARENTI	8879	R\$ 178,19	R\$ 512,19	<b>R\$ 690,38</b>
37982	VALDECIR RIBEIRO	9701	R\$ 32,00	R\$ 54,22	<b>R\$ 86,22</b>
37982	VALDECIR RIBEIRO	9700	R\$ 74,04	R\$ 130,08	<b>R\$ 204,12</b>



42665	VALDELIRIO CORDEIRO	10991	R\$ 48,02	R\$ 171,94	<b>R\$ 219,96</b>
33103	VALDEMAR GALVÃO VASTRES	4689	R\$ 83,49	R\$ 102,35	<b>R\$ 185,84</b>
7450	VALDEMAR HADLICH	5475	R\$ 498,37	R\$ 471,80	<b>R\$ 970,17</b>
11156	VALDEMAR LIMA KATSCHI	8271	R\$ 99,48	R\$ 233,70	<b>R\$ 333,18</b>
13069	VALDENIR FERREIRA	9763	R\$ 79,85	R\$ 142,01	<b>R\$ 221,86</b>
13069	VALDENIR FERREIRA	32595	R\$ 79,85	R\$ 126,06	<b>R\$ 205,91</b>
8873	VALDIR ALVES SAMPAIO	6503	R\$ 89,53	R\$ 269,45	<b>R\$ 358,98</b>
6484	VALDIR BIAZUS CORTINA	4719	R\$ 243,36	R\$ 613,52	<b>R\$ 856,88</b>
8517	VALDIR LUIZ BORSOI E ZENY BORSOI	6272	R\$ 87,86	R\$ 143,64	<b>R\$ 231,50</b>
6352	VALDIR R MARCONDES E LADIR MARTINAZZO	4616	R\$ 99,48	R\$ 115,45	<b>R\$ 214,93</b>
36759	VALDOIR AMORIM	11292	R\$ 131,67	R\$ 185,70	<b>R\$ 317,37</b>
14272	VALDOMIRO DALLANORA	10610	R\$ 197,24	R\$ 258,46	<b>R\$ 455,70</b>
10015	VALDOMIRO PEDRO TIRELLI	7328	R\$ 112,20	R\$ 220,23	<b>R\$ 332,43</b>
14241	VALDOMIRO PIRES DE LIMA	10590	R\$ 45,36	R\$ 66,76	<b>R\$ 112,12</b>
18367	VALDOVINO GONCALVES LINS	22339	R\$ 224,71	R\$ 516,80	<b>R\$ 741,51</b>
12030	VALENTIN NICOLodi	8976	R\$ 48,02	R\$ 434,63	<b>R\$ 482,65</b>
7155	VALERIO EDMUNDO DENBINSKI	2454	R\$ 486,45	R\$ 1.008,74	<b>R\$ 1.495,19</b>
34258	VALESCA E EDIO PLINIO LAMB, ILSE LAMB, ANDRÉIA E ANGELA MEIR	3198	R\$ 143,89	R\$ 548,05	<b>R\$ 691,94</b>
31528	VALMIR ALCEBIADES PESSOLI	8010	R\$ 170,53	R\$ 371,35	<b>R\$ 541,88</b>
49407	VALMIR DOMINGOS BENITES	33629	R\$ 48,02	R\$ 59,77	<b>R\$ 107,79</b>
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	581	R\$ 448,34	R\$ 615,11	<b>R\$ 1.063,45</b>
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	582	R\$ 67,23	R\$ 58,01	<b>R\$ 125,24</b>
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	585	R\$ 254,99	R\$ 474,87	<b>R\$ 729,86</b>
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	584	R\$ 404,95	R\$ 913,43	<b>R\$ 1.318,38</b>
763	VALMOR ANTONIO ROMANI	583	R\$ 589,56	R\$ 4.654,28	<b>R\$ 5.243,84</b>
37004	VALMOR LUIZ FELL E HILÁRIO JOSÉ FELL	10437	R\$ 0,00	R\$ 34,54	<b>R\$ 34,54</b>
29438	VALTER BARBIERI	3171	R\$ 355,27	R\$ 1.324,49	<b>R\$ 1.679,76</b>
10795	VALTER JOSE KLUSER	7949	R\$ 294,77	R\$ 787,64	<b>R\$ 1.082,41</b>
40089	VANDAMIR FATIMA PESSOLI	27532	R\$ 0,00	R\$ 50,71	<b>R\$ 50,71</b>
34222	VANDEI DE ALCANTARA	3039	R\$ 103,80	R\$ 133,10	<b>R\$ 236,90</b>
19348	VANDERLEI PAULO NORA	12458	R\$ 94,88	R\$ 168,22	<b>R\$ 263,10</b>
49564	VANDERLÉIA MARQUES DA SILVA	27555	R\$ 105,07	R\$ 192,29	<b>R\$ 297,36</b>
49832	VANDIR JOSÉ PEROTTO	10497	R\$ 0,00	R\$ 570,06	<b>R\$ 570,06</b>
49717	VANESSA COLERAUS DA ROSA	27131	R\$ 0,00	R\$ 33,79	<b>R\$ 33,79</b>
51167	VANESSA E BRUNA MERLO	10687	R\$ 168,40	R\$ 303,25	<b>R\$ 471,65</b>
46674	VANESSA KINAK GUIs	3515	R\$ 182,11	R\$ 469,83	<b>R\$ 651,94</b>
3250	VANIA CRISTINA DE OLIVEIRA FERRARI	11998	R\$ 0,00	R\$ 49,17	<b>R\$ 49,17</b>
49577	VANUZA LUZIA DA SILVA	27609	R\$ 100,00	R\$ 161,75	<b>R\$ 261,75</b>
43703	VELANI ELVIRA CASSOL	22593	R\$ 27,96	R\$ 38,48	<b>R\$ 66,44</b>
10042	VELEDA APARECIDA A LUBENOW	7348	R\$ 469,55	R\$ 347,73	<b>R\$ 817,28</b>
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	9603	R\$ 105,62	R\$ 97,11	<b>R\$ 202,73</b>
32466	VERA LUCIA CARDOZO DE AGUIAR E ARACELI CAMARA	22807	R\$ 280,79	R\$ 457,62	<b>R\$ 738,41</b>
38332	VERA LUCIA DE MORAIS MAFRA ALVES E AROLDO MAFRA ALVES	12004	R\$ 0,00	R\$ 56,01	<b>R\$ 56,01</b>
14964	VERA LUCIA RUARO	11144	R\$ 0,00	R\$ 35,02	<b>R\$ 35,02</b>
36255	VERA MARIA ROCHA	8698	R\$ 188,30	R\$ 472,38	<b>R\$ 660,68</b>
34428	VERA TEREZA QUIBEN PRADI	1159	R\$ 474,66	R\$ 941,91	<b>R\$ 1.416,57</b>
7489	VERENA TEREZA PERSCH BERTO	5503	R\$ 147,38	R\$ 363,38	<b>R\$ 510,76</b>
5648	VERONICA CORREIA FREITAS	4167	R\$ 159,25	R\$ 151,92	<b>R\$ 311,17</b>
35416	VERONICA SALETE SYCHOCKI	8840	R\$ 61,38	R\$ 152,74	<b>R\$ 214,12</b>

47717	VICENTE CELESTINO REVERS	26930	R\$ 0,00	R\$ 34,88	<b>R\$ 34,88</b>
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11265	R\$ 324,29	R\$ 273,26	<b>R\$ 597,55</b>
15127	VICTOR CESAR SUFREDINI	11267	R\$ 495,81	R\$ 869,91	<b>R\$ 1.365,72</b>
12218	VILARIO CORBANI	9133	R\$ 287,34	R\$ 2.327,45	<b>R\$ 2.614,79</b>
6354	VILMA CORREIA POSTER DE AVILA	4618	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
4774	VILMA LUERSEN	3566	R\$ 127,90	R\$ 106,10	<b>R\$ 234,00</b>
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30318	R\$ 79,36	R\$ 99,56	<b>R\$ 178,92</b>
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	30319	R\$ 48,02	R\$ 34,83	<b>R\$ 82,85</b>
6133	VILMAR DUARTE DA SILVA	4464	R\$ 110,13	R\$ 153,20	<b>R\$ 263,33</b>
36659	VILMAR EBERT	3358	R\$ 136,85	R\$ 362,69	<b>R\$ 499,54</b>
3130	VILMAR JAIME MARTINS ALVES	20618	R\$ 138,78	R\$ 97,47	<b>R\$ 236,25</b>
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1932	R\$ 69,64	R\$ 140,92	<b>R\$ 210,56</b>
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI	1952	R\$ 562,95	R\$ 1.170,15	<b>R\$ 1.733,10</b>
36006	VILMAR SPOLTI E TERESINHA RAMOS SPOLTI	28930	R\$ 169,47	R\$ 135,77	<b>R\$ 305,24</b>
6290	VILSON DA ROSA	21481	R\$ 90,77	R\$ 96,62	<b>R\$ 187,39</b>
6290	VILSON DA ROSA	4569	R\$ 168,76	R\$ 287,07	<b>R\$ 455,83</b>
12188	VILSON E JOSE ALVES FERNANDES	9113	R\$ 83,05	R\$ 550,94	<b>R\$ 633,99</b>
30483	VILSON JOAO CANAL	11935	R\$ 368,45	R\$ 854,30	<b>R\$ 1.222,75</b>
8947	VILSON PIQUETTI	2662	R\$ 466,90	R\$ 620,62	<b>R\$ 1.087,52</b>
8947	VILSON PIQUETTI	7600	R\$ 0,00	R\$ 571,69	<b>R\$ 571,69</b>
8947	VILSON PIQUETTI	5031	R\$ 0,00	R\$ 235,62	<b>R\$ 235,62</b>
8947	VILSON PIQUETTI	4665	R\$ 0,00	R\$ 277,90	<b>R\$ 277,90</b>
8947	VILSON PIQUETTI	6830	R\$ 0,00	R\$ 366,87	<b>R\$ 366,87</b>
8947	VILSON PIQUETTI	6435	R\$ 295,54	R\$ 875,00	<b>R\$ 1.170,54</b>
8947	VILSON PIQUETTI	36479	R\$ 125,93	R\$ 269,64	<b>R\$ 395,57</b>
8947	VILSON PIQUETTI	2591	R\$ 0,00	R\$ 623,91	<b>R\$ 623,91</b>
8947	VILSON PIQUETTI	4734	R\$ 0,00	R\$ 220,44	<b>R\$ 220,44</b>
29728	VILSON SCHALY	3992	R\$ 153,00	R\$ 331,56	<b>R\$ 484,56</b>
13594	VILSON SILVEIRA	10162	R\$ 0,00	R\$ 709,94	<b>R\$ 709,94</b>
9563	VILSON VIEIRA DOS SANTOS	7012	R\$ 259,57	R\$ 305,02	<b>R\$ 564,59</b>
2888	VILTON CESAR SOUZA	2208	R\$ 119,24	R\$ 245,29	<b>R\$ 364,53</b>
50774	VISÃO CONSULTORIA LTDA E PAULO, GERTRUDES E MARISA DRESH	35835	R\$ 0,00	R\$ 1.026,81	<b>R\$ 1.026,81</b>
50774	VISÃO CONSULTORIA LTDA E PAULO, GERTRUDES E MARISA DRESH	35834	R\$ 0,00	R\$ 1.026,85	<b>R\$ 1.026,85</b>
50774	VISÃO CONSULTORIA LTDA E PAULO, GERTRUDES E MARISA DRESH	35823	R\$ 0,00	R\$ 1.222,65	<b>R\$ 1.222,65</b>
49706	VITALINA RICHARDI CECATTO	6560	R\$ 85,27	R\$ 211,93	<b>R\$ 297,20</b>
41184	VITOR ANGELO TITON	11272	R\$ 132,93	R\$ 457,33	<b>R\$ 590,26</b>
53191	VITOR GABRIEL SERNAJOTTO	8842	R\$ 68,38	R\$ 103,82	<b>R\$ 172,20</b>
30632	VOLMAR ROQUE BENETI E MARLI A. DAMASCENO BENETI	498	R\$ 91,22	R\$ 123,65	<b>R\$ 214,87</b>
4409	VOLMIR DA SILVA	3286	R\$ 110,13	R\$ 96,36	<b>R\$ 206,49</b>
35846	VOLMIR JOSÉ DALLACOSTA	38019	R\$ 91,00	R\$ 172,59	<b>R\$ 263,59</b>
33962	VOLPATTO COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA ME	35124	R\$ 0,00	R\$ 53,11	<b>R\$ 53,11</b>
13533	WAGNER E JULIANO DECZKA DAVID	10126	R\$ 79,06	R\$ 203,57	<b>R\$ 282,63</b>
38079	WALDEMAR SCALCO	11619	R\$ 0,00	R\$ 173,02	<b>R\$ 173,02</b>
1618	WALDIR ALVES	20252	R\$ 1.196,72	R\$ 2.720,51	<b>R\$ 3.917,23</b>
14460	WALDIR MALISKA	10768	R\$ 237,93	R\$ 468,33	<b>R\$ 706,26</b>
14460	WALDIR MALISKA	33761	R\$ 0,00	R\$ 463,28	<b>R\$ 463,28</b>
20834	WALDIR QUAIATTO	9654	R\$ 80,38	R\$ 142,87	<b>R\$ 223,25</b>

11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	31620	R\$ 48,02	R\$ 156,40	<b>R\$ 204,42</b>
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	10737	R\$ 106,58	R\$ 216,40	<b>R\$ 322,98</b>
11120	WALDOMIRO BELI DA COSTA	8236	R\$ 156,32	R\$ 319,38	<b>R\$ 475,70</b>
35484	WALDOMIRO JOÃO SOARES	9703	R\$ 0,00	R\$ 131,59	<b>R\$ 131,59</b>
32367	WALDOMIRO JONAS BRUNONI	33713	R\$ 292,50	R\$ 668,75	<b>R\$ 961,25</b>
32367	WALDOMIRO JONAS BRUNONI	33724	R\$ 0,00	R\$ 82,51	<b>R\$ 82,51</b>
13042	WALDOMIRO MENDES	9737	R\$ 79,85	R\$ 188,89	<b>R\$ 268,74</b>
15452	WALDOMIRO PALHANO	11451	R\$ 48,02	R\$ 72,90	<b>R\$ 120,92</b>
13005	WALDOMIRO SOARES, EZIEL SOARES, EZEQUIEL SOARES, JESIEL SOAR	9704	R\$ 150,83	R\$ 236,54	<b>R\$ 387,37</b>
14339	WALMOR ROCHA	10663	R\$ 197,61	R\$ 556,22	<b>R\$ 753,83</b>
13871	WALTER DE OLIVEIRA	10387	R\$ 122,58	R\$ 430,51	<b>R\$ 553,09</b>
7692	WALTER J JUNIOR E ANGELA M BROLLO	5662	R\$ 44,59	R\$ 96,83	<b>R\$ 141,42</b>
17518	WANDERLEI DE OLIVEIRA	11636	R\$ 50,70	R\$ 317,30	<b>R\$ 368,00</b>
17518	WANDERLEI DE OLIVEIRA	35593	R\$ 0,00	R\$ 38,40	<b>R\$ 38,40</b>
17518	WANDERLEI DE OLIVEIRA	11635	R\$ 0,00	R\$ 104,58	<b>R\$ 104,58</b>
29679	WATSON LUIZ RAISER DA CRUZ	1649	R\$ 0,00	R\$ 64,47	<b>R\$ 64,47</b>
29679	WATSON LUIZ RAISER DA CRUZ	1597	R\$ 468,89	R\$ 788,87	<b>R\$ 1.257,76</b>
15419	WELLINGTON DE OLIVEIRA	11434	R\$ 48,02	R\$ 97,00	<b>R\$ 145,02</b>
48185	WELLINGTON LASIER RIGHI	10152	R\$ 355,27	R\$ 925,17	<b>R\$ 1.280,44</b>
19620	WIGANDO WITTE	20682	R\$ 0,00	R\$ 445,16	<b>R\$ 445,16</b>
37319	WILLIAN JOSE DE LIMA	1494	R\$ 326,30	R\$ 379,98	<b>R\$ 706,28</b>
39503	WILLIAN PUTON	450	R\$ 236,61	R\$ 470,95	<b>R\$ 707,56</b>
42967	WILMAR FILIPPI	11135	R\$ 0,00	R\$ 161,07	<b>R\$ 161,07</b>
49550	WILMAR RAMOS	27483	R\$ 141,96	R\$ 236,98	<b>R\$ 378,94</b>
13636	WILSON ARTUR VOSS	10194	R\$ 104,80	R\$ 238,76	<b>R\$ 343,56</b>
13810	WILSON DAMBROS	10340	R\$ 0,00	R\$ 725,80	<b>R\$ 725,80</b>
10207	WILSON GARCIA DOS ANJOS	7483	R\$ 179,47	R\$ 401,64	<b>R\$ 581,11</b>
19621	WILSON JAIR WITTE	373	R\$ 589,56	R\$ 2.441,28	<b>R\$ 3.030,84</b>
19621	WILSON JAIR WITTE	29373	R\$ 337,85	R\$ 541,79	<b>R\$ 879,64</b>
19621	WILSON JAIR WITTE	3699	R\$ 0,00	R\$ 1.389,69	<b>R\$ 1.389,69</b>
19621	WILSON JAIR WITTE	26376	R\$ 340,51	R\$ 1.098,93	<b>R\$ 1.439,44</b>
20226	WILSON TORTATO ROSA	30376	R\$ 62,17	R\$ 81,66	<b>R\$ 143,83</b>
20226	WILSON TORTATO ROSA	3617	R\$ 74,61	R\$ 98,01	<b>R\$ 172,62</b>
20226	WILSON TORTATO ROSA	3616	R\$ 47,88	R\$ 57,84	<b>R\$ 105,72</b>
5418	WILSON ZANCHETA	7320	R\$ 0,00	R\$ 407,95	<b>R\$ 407,95</b>
5418	WILSON ZANCHETA	7319	R\$ 0,00	R\$ 65,61	<b>R\$ 65,61</b>
5418	WILSON ZANCHETA	3998	R\$ 0,00	R\$ 182,56	<b>R\$ 182,56</b>
9243	WILTON WERNER ZUKOWSKI	6752	R\$ 0,00	R\$ 363,69	<b>R\$ 363,69</b>
12258	WLADIMIR STUL	9164	R\$ 0,00	R\$ 800,26	<b>R\$ 800,26</b>
48275	WV INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	2658	R\$ 0,00	R\$ 416,86	<b>R\$ 416,86</b>
48275	WV INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	2655	R\$ 0,00	R\$ 990,52	<b>R\$ 990,52</b>
48275	WV INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA	2651	R\$ 0,00	R\$ 665,57	<b>R\$ 665,57</b>
29563	YEDA LAZAROTTO DA SILVA	2457	R\$ 354,03	R\$ 644,85	<b>R\$ 998,88</b>
6485	YURI REIS DE GODOI	4720	R\$ 350,48	R\$ 640,90	<b>R\$ 991,38</b>
6485	YURI REIS DE GODOI	4737	R\$ 0,00	R\$ 257,24	<b>R\$ 257,24</b>
12899	ZEFERINO FERREIRA DE LIMA	9612	R\$ 32,40	R\$ 45,38	<b>R\$ 77,78</b>
5262	ZEILA CARVALHO DE MELO	3879	R\$ 170,71	R\$ 322,83	<b>R\$ 493,54</b>
32678	ZELIA ANDRES	8804	R\$ 177,64	R\$ 408,48	<b>R\$ 586,12</b>
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	3346	R\$ 211,39	R\$ 406,04	<b>R\$ 617,43</b>
17966	ZELIA MOREIRA GODOY	2623	R\$ 126,12	R\$ 229,08	<b>R\$ 355,20</b>

49526	ZELINDA TEREZINHA SUTIL	11444	R\$ 48,02	R\$ 74,68	<b>R\$ 122,70</b>
50993	ZELIO LUSTOZA	11806	R\$ 89,97	R\$ 170,22	<b>R\$ 260,19</b>
14275	ZENI APARECIDA DE ASSIS	10613	R\$ 268,85	R\$ 361,42	<b>R\$ 630,27</b>
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2614	R\$ 92,37	R\$ 83,23	<b>R\$ 175,60</b>
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2616	R\$ 51,51	R\$ 38,40	<b>R\$ 89,91</b>
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2615	R\$ 71,05	R\$ 41,25	<b>R\$ 112,30</b>
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GONÇALVES, LUCIANO	2613	R\$ 108,36	R\$ 82,47	<b>R\$ 190,83</b>
53048	ZILDA PIRES IFFERT	6197	R\$ 173,92	R\$ 302,82	<b>R\$ 476,74</b>
47114	ZULEICA APARECIDA CARL	5148	R\$ 0,00	R\$ 305,14	<b>R\$ 305,14</b>
49319	ZYGMUNT VESOLOSKI NETO	12150	R\$ 127,90	R\$ 250,92	<b>R\$ 378,82</b>

**PORTARIA N.º 6788**

PORTARIA Nº 6.788 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 15 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARISTELA DA SILVA MATOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6789**

PORTARIA Nº 6.789 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 16 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) DAIANA ALVES DE CAMPOS MARCANTE, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6791**

PORTARIA Nº 6.791 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 16 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) KELY DOS SANTOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6792**

PORTARIA Nº 6.792 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ALESSANDRA COLUSSO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 008/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6793**

PORTARIA Nº 6.793 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ALEXANDRA APARECIDA DE MATTOS GIRARDI, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6794**

PORTARIA Nº 6.794 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ALEXANDRA APARECIDA RIGO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6795**

PORTARIA Nº 6.795 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ALINE MARIANI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6796**

PORTARIA Nº 6.796 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) AMARILIA APARECIDA RIBEIRO DAMBROS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6797**

PORTARIA Nº 6.797 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANA RAQUEL MARCON, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6798**

PORTARIA Nº 6.798 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANDREA LANGE, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6799**

PORTARIA Nº 6.799 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANDREIA APARECIDA SCALABRIN, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6800**

PORTARIA Nº 6.800 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANDREIA MARIA BERNARDT, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6801**

PORTARIA Nº 6.801 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANDRESSA GERHARDT DALA LASTA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6802**

PORTARIA Nº 6.802 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6803**

PORTARIA Nº 6.803 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CARINA BUCHALI MARCA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6804**

PORTARIA Nº 6.804 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CICERO DA SILVA E SOUZA AARÃO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6805**

PORTARIA Nº 6.805 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CINTIA CRISTIANE SIMON REBELATTO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6806**

PORTARIA Nº 6.806 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CLAITON ANTONIO PEREIRA, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6807**

PORTARIA Nº 6.807 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CLEONICE DE JESUS COELHO DE OLIVEIRA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6808**

PORTARIA Nº 6.808 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CONSTANCIA RODRIGUES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6809**

PORTARIA Nº 6.809 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CRISTIANE LIMA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6810**

PORTARIA Nº 6.810 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) DANIELA APARECIDA SIMIONI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6811**

PORTARIA Nº 6.811 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) DANIELA SOUZA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6812**

PORTARIA Nº 6.812 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) DANIELI FAVARO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6813**

PORTARIA Nº 6.813 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) DJWLLY KANAA ROSA DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 008/2016 – Processo Seletivo/Chamamento Público, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6814**

PORTARIA Nº 6.814 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) EDELIR FATIMA DEITOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6815**

PORTARIA Nº 6.815 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ELAINE RODRIGUES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6816**

PORTARIA Nº 6.816 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ELIETE GRIGGIO TONIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6817**

PORTARIA Nº 6.817 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ELIZABETE DA CRUZ, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6818**

PORTARIA Nº 6.818 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANA APARECIDA LOURENÇO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6819**

PORTARIA Nº 6.819 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6820**

PORTARIA Nº 6.820 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANA BARBOSA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6821**

PORTARIA Nº 6.821 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANA SERENA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6822**

PORTARIA Nº 6.822 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANE TAIS FORMIGHIERI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6823**

PORTARIA Nº 6.823 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FRANCELI FRIGO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6824**

PORTARIA Nº 6.824 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) GISELI BORSOI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6825**

PORTARIA Nº 6.825 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6826**

PORTARIA Nº 6.826 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) HETIENE NEVES DOS SANTOS CORDEIRO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6827**

PORTARIA Nº 8.627 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) INGRID LIMA DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6828**

PORTARIA Nº 6.828 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6829**

PORTARIA Nº 6.829 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JESSICA APARECIDA CHIAMULERA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6830**

PORTARIA Nº 6.830 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JESSICA RIBEIRO DE GRACIA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6831**

PORTARIA Nº 6.831 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JOICE FRANCIELI PAROLIN DE CARVALHO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 008/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6832**

PORTARIA Nº 6.832 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JOSELAINE DE SOUZA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6833**

PORTARIA Nº 6.833 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JULIANA CRISTINA CHIESA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6834**

PORTARIA Nº 6.834 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JULIANA SBRUZZI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6835**

PORTARIA Nº 6.835 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JULIANE APARECIDA CAMPAGNOLLO BELANDI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6836**

PORTARIA Nº 6.836 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) KARLA CRISTINA PARISENTI LAMPERTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6837**

PORTARIA Nº 6.837 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) KATIA REGINA VACARIA DA ROSA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6838**

PORTARIA Nº 6.838 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6839**

PORTARIA Nº 6.839 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LEILA TREVISOL GALIOTTO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6840**

PORTARIA Nº 6840 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUANA APARECIDA FILIPINI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6841**

PORTARIA Nº 6.841 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUCIA SALETE SIEPMANN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 008/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6842**

PORTARIA Nº 6.842 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUCIANA SCHULER ROSEGHINI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6843**

PORTARIA Nº 6.843 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUCIANE CAPEGIANI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6844**

PORTARIA Nº 6.844 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUIS FERNANDO SIMI LENZ, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6845**

PORTARIA Nº 6.845 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MAIARA ZAMBIAZZI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6846**

PORTARIA Nº 6.846 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MANUELA DI DOMENICO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6847**

PORTARIA Nº 6.847 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARCIA VALMORBIDA BOGONI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6848**

PORTARIA Nº 6.848 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARGARETE DE OLIVEIRA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6849**

PORTARIA Nº 6.849 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIA ELIZABETE ALVES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6850**

PORTARIA Nº 6.850 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIAH NINA BELLO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6851**

PORTARIA Nº 6.851 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIA BEATRIZ PEREIRA CHAVES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6852**

PORTARIA Nº 6.852 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARLENE DOLSAN, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6853**

PORTARIA Nº 6.853 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MONICA LINHARES VAS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6854**

PORTARIA Nº 6.854 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) NEIDE MARIA DAVID AZEVEDO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6855**

PORTARIA Nº 6.855 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) NEIDE SANTANA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6856**

PORTARIA Nº 6.856 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA BOTTEGA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6857**

PORTARIA Nº 6.857 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6858**

PORTARIA Nº 6.858 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA TREVISOL, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6859**

PORTARIA Nº 6.859 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROBERTO CARLOS DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6860**

PORTARIA Nº 6.860 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) RODRIGO ROSANELLI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6861**

PORTARIA Nº 6.861 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSANA SIMI LENZ, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6862**

PORTARIA Nº 6.862 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSANE TERESINHA KATAFESTA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6863**

PORTARIA Nº 6.863 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSANGELA MARIA DALLA COSTA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6864**

PORTARIA Nº 6.864 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) RUBIA SIBELIS CHIAMULERA DUARTE, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6865**

PORTARIA Nº 6.865 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SALETE BEATRIZ BORDIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 008/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6866**

PORTARIA Nº 6.866 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SANDRA MARIA BERTELLI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6867**

PORTARIA Nº 6.867 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6868**

PORTARIA Nº 6.868 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SHIRLEI IARA MOREIRA LEMOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6869**

PORTARIA Nº 6.869 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SHIRLEN FERREIRA TONET, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6870**

PORTARIA Nº 6.870 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/201 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6871**

PORTARIA Nº 6.871 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SIMONE APARECIDA FRANÇA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6872**

PORTARIA Nº 6.872 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SIMONE DALLA NORA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6873**

PORTARIA Nº 6.873 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SONIA STOFFEL DE SOUZA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6874**

PORTARIA Nº 6.874 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TAIZE CONTE, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6875**

PORTARIA Nº 6.875 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TANIA LINO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6876**

PORTARIA Nº 6.876 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TAVIANI DIRLEI TEIXEIRA CHIES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6877**

PORTARIA Nº 6.877 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TICIANA DE RESENDE, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6878**

PORTARIA Nº 6.878 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VALESKA LIERMANN, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6878**

PORTARIA Nº 6.878 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VALESKA LIERMANN, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6879**

PORTARIA Nº 6.879 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6880**

PORTARIA Nº 6.880 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6881**

PORTARIA Nº 6.881 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) CATIA CONTINI, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6882**

PORTARIA Nº 8.882 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) FABIANE APARECIDA DE JESUS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6883**

PORTARIA Nº 6.883 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) GERALDINE ROSANGELA DOLEJAL BERTE, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6884**

PORTARIA Nº 6.884 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JANAINA MEDEIROS DE LIMA DA SILVA DUARTE, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 012/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6885**

PORTARIA Nº 6.885 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JOSIELI DADALT LEMES, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6886**

PORTARIA Nº 6.886 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) JUSSARA TEREZINHA BECKI PEREIRA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6887**

PORTARIA Nº 6.887 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LEILA TEREZINHA MOLINA DE MOURA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6888**

PORTARIA Nº 6.888 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LIDIR DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6889**

PORTARIA Nº 6.889 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUCIANA DE LURDES BARCELLOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6890**

PORTARIA Nº 6.890 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUCIANE APARECIDA EBERT LIMBERGER, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6891**

PORTARIA Nº 6.891 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) THAINA CRISTINA CARNIEL SCHEUER, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 6892**

PORTARIA Nº 6.892 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VALESKA LIERMANN, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6893**

PORTARIA Nº 6.893 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 27 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARISETE ALVES DIAS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 27 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6894**

PORTARIA Nº 6.894 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 28 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROBERTA GABRIELA BUCCO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6895**

PORTARIA Nº 6.895 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA HERMANN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6896**

PORTARIA Nº 6.896 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIXANDRA MELISSA VIEIRA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6897**

PORTARIA Nº 6.897 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6898**

PORTARIA Nº 6.898 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCINEIA APARECIDA SLAVIERO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6899**

PORTARIA Nº 6.899 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELLEN DIANA DE JESUS LIMA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2016 – Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 6790**

PORTARIA Nº 6.790 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 16 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) GELISE CIARNOSKI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2016

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PORTARIA JHL 352/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 352/2016 DE 15.12.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho da Servidora Lascita Cristina Baú em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Nilson Araújo

Leonardo Correa Costa

Valcir José de Oliveira

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 15 de Dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**RESUMO CONTRATO JHL 0105/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0105/2016

SMOS JHL 0348/2016

PROTOCOLO Nº 3517/2016

Data assinatura: 16/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E COPA EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA DO SIMAE QUE ESTARÁ FRUINDO DE FÉRIAS NO PERÍODO DE 21/12/16 A 20/01/17.

Contratado: BIO SUL – LIMPEZA URBANA LTDA.

Valor Contratado: R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.34.01.00.00.00

Prazo de vigência: 16/12/2016 a 15/03/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

**ATA JULGAMENTO DAS PROPOSTA - TP 04/16 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2016 - TP</b>
	Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 45/2016 Data do Processo: 09/08/2016

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 2/2016 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE LOCALIZADA NA AV. CAETANO BRANCO, EM JOAÇABA E NA RODOVIA SC 453, ENTRE LUZERNA E LINHA ESTREITO.

Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesesseis (16/12/2016), às quatorze horas, nas dependências do SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do SIMAE de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-0254/2016, de 23/08/2016, sob a presidência de João Carlos Ungericht - Presidente da Comissão, estando presentes os membros Alessandra Marcon Zanchetta e Graciela Pratto Bordin da Rosa, para abertura e julgamento das propostas da Tomada de Preços JHL 0004/2016 - Licitação 0045/2016, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, LOCALIZADA NA AVENIDA CAETANO BRANCO, EM JOAÇABA E NA RODOVIA SC-453, ENTRE LUZERNA E LINHA ESTREITO. Inicialmente foram apresentados os envelopes que se achavam aquartelados das empresas proponentes habilitadas: Andrade Construções Ltda e Viga Pavimentações e Obras Ltda. Em prosseguimento o Senhor Presidente autorizou a abertura dos envelopes "proposta de preços" para análise. Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou: 1) Classificar em PRIMEIRO LUGAR a empresa: Viga Pavimentações e Obras Ltda, com o valor global de R \$ 241.612,26 e em SEGUNDO LUGAR a empresa Andrade Construções Ltda, com o valor global de R\$ 249.213,49. O critério para a classificação da proposta foi o menor preço global, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido no edital. Em cumprimento ao que prevê a legislação, fica aberto prazo recursal de cinco dias úteis para manifestação das empresas. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão e eu, Alessandra Marcon Zanchetta lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

Joaçaba, 16 de Dezembro de 2016

**COMISSÃO:**

João Carlos Ungericht	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Graciela Pratto Bordin da Rosa	- ..... - Vogal
Alessandra Marcon Zanchetta	- ..... - Vogal

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 83.073.536/0001-64, sediada a Rua Ottokar Doerffel, 841 – Bairro Atiradores – Joinville/SC, CEP 89.203-001

resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 84/2015, conforme parecer jurídico nº 1134/2016, Processo Licitatório nº 53/2015, correlato a Concorrência Pública nº 03/2015 homologada em 22/12/2015, consoante às seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses;

2.3 Do Contrato ficam fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada se houver

Interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 16 de dezembro de 2016

Secretário Municipal (SEMASA)

Benjamin Schultz

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CANAL TELECON TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.07.034.389/0001-35 com sede a Victor Meirelles, 600 sala 601 – Campinas São José/SC CEP 88.101-resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao contrato 117/2015, conforme parecer jurídico nº 1127/2016 Processo Licitatório nº 70/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 42/2015, aberto e homologado em 09/12/2015, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2017.

2.4 Do Contrato A sua vigência fica prorrogada até 31/12/2017, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

A sua vigência fica prorrogada até 31/12/2017, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 16 de Dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 02/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: CONTROLLE SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.688.587/0001-12, com sede na Rua Mauro Nerbass n.º 72 – Lages/SC – CEP: 88.524-420.

resolvem celebrar este 4º Termo aditivo ao Contrato 02/2015, conforme parecer jurídico n. 1140/2016, Processo Licitatório nº 40/2014, correlato a Tomada de Preço nº 09/2014, aberto em 19/12/2014 e homologada em 06/01/2015 consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de prorrogação de prazo efetuada pela Secretaria de Águas e Saneamento – SEMASA – com parecer jurídico favorável a prorrogação, fica assim prorrogado por mais 12 (doze) meses os prazos de Execução e Vigência do Contrato 02/2015.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 16 de dezembro de 2016.

Benjamin Schultz - Secretário SEMASA.

### EXTRATO ANULAÇÃO ARP 81-A/2016 PML

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ANULAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS 81-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL 78/2016

PROCESSO Nº 139/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção de Bens Imóveis para o Corpo de Bombeiros Militar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 1.173,65 (um mil cento e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP INSCRITA NO CNPJ N.º 10.515.077/0001-58, COM SEDE RUA NILO PEÇANHA, 49 – FREI ROGÉRIO – LAGE/SC CEP 88.508-500.

Lages, 16 de dezembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 28-F/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-F/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais), sendo:

MM COM. DE EQUIP. LTDA EPP – CNPJ 15.275.465/0001-22 – RUA PROFESSOR MAX HUMPL, 1139 SALTO NORTE BLUMENAU/SC CEP 89.065-500

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 28-G/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-G/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 8.712,40 (oito mil setecentos e doze reais e quarenta centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP CNPJ 24.878.609/0001-26 – RUA MARINHO NERBASS, 30 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-180.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 28-H/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-H/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e

VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 7.693,00 (sete mil seiscentos e noventa e três reais), sendo:

RP CMERCIAL LTDA ME – CNPJ 20.604.417/0001-70 RUA HILDO KASULKE, 386 BAIRRO FORTALEZA ALTA CIDADE BLUMENAU/SC CEP 89.058-240.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 28-I/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-I/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 6.760,00 (seis mil setecentos e sessenta reais), sendo:

SANDRO VILMAR PIRES - ME, INSCRITA NO CNPJ N.º 09.253.952/0001-91, COM SEDE A RUA: JOÃO TEÓFILO DEUCHER, Nº 29 – CENTRO CEP: 88.880-000 – BOM RETIRO/SC.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 28-J/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-J/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles



poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS**

O valor registrado é de R\$ 25.140,00 (vinte e cinco mil cento e quarenta reais), sendo:

SUPERAR EIRELI – EPP CNPJ 13.482.516/0001-61 RUA JOAQUIM NABUCO, 40 VELHA BLUMENAU/SC – CEP 89.041-070.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 28-K/2016 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28-K/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PROCESSO Nº 32/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CRAS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Secretaria de Assistência Social., em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 1.198,40 (um mil cento e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo:

ZELDA BOZOLLA DE ALMEIDA – ME – CNPJ 07.511.067/0001-30 AV. GABRIEL FREDERICO DE MIRANDA, 340 JARDIM SANTO AMARO CAMBÉ/PR CEP 86.185-010.

Lages, 14 de dezembro de 2016

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO RETIFICAÇÃO ARP 81-C/2016 PML**

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

RETIFICADO - ATA REGISTRO DE PREÇOS 81-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL 78/2016

PROCESSO Nº 139/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção de Bens Imóveis para o Corpo de Bombeiros Militar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 9.399,94 (nove mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º

20.222.787/0001-43, COM SEDE RUA CAETANO VIEIRA DA COSTA, 873 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-070.

Lages, 16 de dezembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

**EXTRATO RETIFICAÇÃO DE ARP 81-B/2016 PML**

MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

RETIFICAÇÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 81-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL 78/2016

PROCESSO Nº 139/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção de Bens Imóveis para o Corpo de Bombeiros Militar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 10.400,95 (dez mil quatrocentos reais e noventa e cinco centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP CNPJ 24.878.609/0001-26 – RUA MARINHO NERBASS, 30 CENTRO LAGES/SC CEP 88.502-180.

Lages, 16 de dezembro 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.895/16

LEI Nº 1.895 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento fiscal do município de LAGUNA, abrangendo a administração direta, indireta e suas fundações, para o exercício financeiro de 2017, estimada a Receita e fixa a Despesa em R\$ 118.041.007,00 (Cento e Dezoito Milhões, Quarenta e Um Mil e Sete Reais), discriminados anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de Capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

#### Administração Direta/Indireta/Fundacional

RECEITAS CORRENTES ..... R\$ 114.225.745,32  
 RECEITAS DE CAPITAL ..... R\$ 9.884.245,77  
 DEDUÇÕES FUNDEB ..... R\$ 6.068.984,09  
 TOTAL GERAL: ... R\$118.041.007,00

#### POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 – Legislativa ..... R\$ 4.548.650,00  
 02 – Judiciária ..... R\$ 760.000,00  
 04 – Administração ..... R\$ 28.198.604,60  
 06 - Segurança Pública ..... R\$ 845.000,00  
 08 - Assistência Social ..... R\$ 4.481.211,48  
 10 – Saúde ..... R\$ 32.556.773,00  
 12 – Educação ..... R\$ 23.272.117,18  
 13 – Cultura ..... R\$ 4.090.000,00  
 15 – Urbanismo ..... R\$ 10.083.339,20  
 16 – Habitação ..... R\$ 10.000,00  
 17 – Saneamento ..... R\$ 75.000,00  
 18 – Gestão Ambiental ..... R\$ 840.000,00  
  
 20 – Agricultura ..... R\$ 50.000,00  
 23 - Comércio e Serviço ..... R\$ 490.936,54  
 27 - Desporto e Lazer ..... R\$ 213.000,00  
 28 - Encargos Especiais ..... R\$ 7.500.000,00  
 99 - Reserva de Contingência ..... R\$ 26.375,00  
 TOTAL GERAL: ..... R\$ 118.041.007,00

#### POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa ..... R\$ 4.548.650,00  
 062 - Defesa do Interesse Púb. No Processo Judiciário ..... R\$ 760.000,00  
 121 - Planejamento e Orçamento ..... R\$ 1.382.000,00  
 122 - Administração Geral ..... R\$ 12.661.786,47  
 123 - Administração Financeira ..... R\$ 11.752.230,00  
 124 - Controle Interno ..... R\$ 152.000,00  
 182 – Defesa Civil ..... R\$ 845.000,00  
 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente ..... R\$ 597.000,00  
 244 – Assistência Comunitária ..... R\$ 3.884.211,48

301 – Atenção Básica ..... R\$ 23.640.854,50  
 302 – Assistência Hosp. e Ambul. ... R\$ 7.000.000,00  
 303 - Suporte Profilático e Terapêutico ... R\$ 904.480,53  
 304 – Vigilância Sanitária ..... R\$ 793.492,66  
 305 – Vigilância Epidemiológica ..... R\$ 189.033,44  
 306 - Alimentação e Nutrição ..... R\$ 2.279.500,00  
 361 - Ensino Fundamental ..... R\$ 19.177.117,18  
 364 - Ensino Superior ..... R\$ 100.000,00  
 365 - Educação Infantil ... R\$ 3.910.000,00  
 367 - Educação Especial ..... R\$ 85.000,00  
 392 - Difusão Cultural ..... R\$ 4.090.000,00  
 451 - Infra-Estrutura Urbana ..... R\$ 3.233.339,20  
 452 - Serviços Urbanos ..... R\$ 6.850.000,00  
 482 – Habitação Urbana ..... R\$ 10.000,00  
 511 - Saneamento Básico Rural ..... R\$ 75.000,00  
 543 – Recuperação de Áreas Degr ..... R\$ 840.000,00  
 608 - Promoção da Prod. Agropecuária ..... R\$ 50.000,00  
 695 – Turismo ..... R\$ 490.936,54  
 812 - Desporto Comunitário ... R\$ 213.000,00  
 843 - Serviço da Dívida Interna ... R\$ 2.100.000,00  
 845 – Outras Transferências ..... R\$ 3.000.000,00  
 846 – Outros Encargos Especiais ..... R\$ 2.400.000,00  
 999 - Reserva de Contingência ... R\$ 26.375,00  
 Total da Administração ..... R\$ 118.041.007,00

#### POR CATEGORIA ECONÔMICA

##### Administração Direta/Indireta/Fundacional

DESPESAS CORRENTES ..... R\$ 109.890.072,40  
 DESPESAS DE CAPITAL ..... R\$ 8.124.559,60  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA ..... R\$ 26.375,00  
 TOTAL GERAL: ..... R\$118.041.007,00

#### POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01 - Fundo M. de Tur. de Laguna ..... R\$ 150.000,00  
 02 - Poder Legislativo ..... R\$ 4.548.650,00  
 09 – Poder Executivo ..... R\$ 71.391.872,52  
 14 - Fundo M. de As. S. de Laguna ..... R\$ 1.322.230,60  
 15 - Fundação Lagunense de Cultura ..... R\$ 4.758.000,00  
 16 - Fundo M. de I. Agropec. Laguna ..... R\$ 50.000,00  
 17 - Fundação de A. Sociais I. Vera ... R\$ 1.325.500,00  
 18 - Fundo M. dos Dir. da C. e do Adol ..... R\$ 597.000,00  
 19 - Fundo M. de Saúde de Laguna ..... R\$ 32.556.773,00  
 20 - Fundo M. de Reeq. C. de Bombeiro ..... R\$ 425.000,00  
 21 – Fundo M. de Habitação ..... R\$ 10.000,00  
 22 - Fundo M. da Polícia Militar ... R\$ 10.000,00  
 23 - Fundação L. do M. Ambiente ..... R\$ 840.000,00  
 24 – Fundo de Emergência da Defesa Civil ..... R\$ 55.980,88

TOTAL GERAL: ..... R\$118.041.007,00

Art. 3º. A despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", conforme anexos integrantes desta Lei, e as autarquias em seus respectivos Orçamento aprovados por decreto executivo.

Art. 4º. Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por

ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

Art. 6º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10. Durante o Exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 11. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 13. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo

Art. 14. Faz parte integrante desta Lei, os anexos extraídos da Lei Federal nº. 4320/64 e os anexos I a XV vinculados a Lei Orçamentária Anual e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 15. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº.1.663/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e, seus efeitos serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 1115/2016**

PORTARIA RH Nº 1115/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, SANDRA REGINA MIGUEL DA SILVA do Cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1116/2016**

PORTARIA RH Nº 1116/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria nº 1096/2016, que designou, CARLOS FELIPE SCHIMIDT Assessor Especial de Educação, para responder pelas atribuições da Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/12/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1117/2016**

PORTARIA RH Nº 1117/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de SIMONE BELMIRO Secretária Municipal de Educação e Esportes, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 09 de Dezembro de 2016, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1118/2016**

PORTARIA RH Nº 1118/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, THIAGO ROSA DA LUZ do cargo em comissão de Coordenador Especial de Gabinete, CG 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1119/2016**

PORTARIA RH Nº 1119/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, THIAGO ROSA DA LUZ para exercer o cargo de Coordenador de Controle Interno, CG 1, com lotação na Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1120/2016**

PORTARIA RH Nº 1120/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR os servidores abaixo nominados ocupantes de cargos em comissão, lotados nas Secretarias, Fundações e demais Assessorias correspondentes, a partir desta data.

**GABINETE DO PREFEITO**

NOME	CARGO
Letícia Ramos Carneiro	Assessor Especial

**SECRETARIA DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

NOME	CARGO
Gustavo Medeiros Martins	Assessor de Gestão Orçamentária

**SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA**

NOME	CARGO
Derli Souza Santos	Coordenador do Serviço Municipal de Água e Saneamento - SEMAS

José Carlos Ferreira	Diretor do Depto de execução e Fiscalização de Obras Públicas
Sederoni Policarpo	Coordenador de Obras e Terraplanagem

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**

NOME	CARGO
Cleonice Tereza dos Santos	Assessor de Ensino Superior
Felipe de Oliveira Moraes	Diretor do Depto de Projetos
Gabriel Marçal de Souza	Diretor do Depto Municipal de Esportes
Luciane de Oliveira	Diretor do Depto de Apoio Pedagógico
Pedro Paulo Andrade Alves	Coordenador dos Centros Esportivos
Rosilda Gonçalves Pacheco	Diretor do Depto de Educação de Jovens e Adultos e de Ensino Profissionalizante
Sueli Mendonça	Assessor de Planejamento da Educação

**SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO**

NOME	CARGO
Thiago Sebastião Laurindo	Diretor do Depto de Planejamento e Organização do Turismo

**SECRETARIA PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

NOME	CARGO
Gabriela Novaes Linhares	Assessor Especial de Desenvolvimento Econômico
Jaime Joaquim Bandarra de Oliveira	Diretor do Depto de Projetos
Silmara Nunes Antônio	Coordenador de Recursos e Regularizações

**SECRETARIA HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA**

NOME	CARGO
Hellen Rodrigues Espíndola	Coordenador de Programa Habitacional

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 177  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA</b>				
DESPPSAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		145.000,00	145.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		145.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	20.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	115.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00		
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA</b>				
DESPPSAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		383.800,00	1.138.031,60
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		383.800,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	363.800,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	20.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		754.231,60	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		124.033,80	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais		630.197,80	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	8.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	229.797,80		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	52.400,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	65.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	263.000,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	12.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			184.199,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		184.199,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	184.199,00		
<b>Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA</b>				
DESPPSAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		410.000,00	4.386.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		410.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	290.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	60.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Resgatatórias	60.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.976.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		290.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.000,00		
<b>Total das despesas:</b>			<b>1.322.230,60</b>	
<b>Total da entidade:</b>			<b>1.322.230,60</b>	

Página: 277  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	157.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artistas, Científicos, Desportivos e Outros	12.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	222.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.281.000,00		
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	5.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		372.000,00	372.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		372.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	24.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	348.000,00		
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		49.000,00	49.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		1.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.000,00	1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00		
<b>Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		320.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		320.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	250.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições	50.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil		975.500,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo		975.500,00	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
3.3.90.49.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			
3.3.90.92.00.00.00.00	Auxílio-Transporte			
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>				
<b>4.758.000,00</b>				
<b>4.758.000,00</b>				



Página: 37  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA</b>				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.4.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		30.000,00	30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	10.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00		
<b>Total das despesas: 1.325.500,00</b>				
<b>Total da entidade: 1.325.500,00</b>				
<b>Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANCA E ADOLESC. LAGUNA</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.3.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.3.50.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		577.000,00	577.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		400.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	400.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	30.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	70.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	20.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	25.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	32.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		20.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00		
<b>Total das despesas: 597.000,00</b>				
<b>Total da entidade: 597.000,00</b>				
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
3.1.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.71.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.748.534,42	30.716.344,20
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consorcios Públicos		15.000,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Ratiao pela Participação em Consórcio Público			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		14.733.534,42	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	8.864.787,02		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	2.531.275,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	2.875.117,50		
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	20.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	51.045,90		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	391.309,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		15.967.809,78	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais		16.550,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Públicos		110.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	110.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	154.861,79		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.751.646,22		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	100.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	197.641,06		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	9.496.610,71		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	80.000,00		

Página: 47  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	500,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	60.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.840.428,80
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.840.428,80	
4.4.71.70.00.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público	5.000,00	5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	1.078.074,10	1.835.428,80	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	757.354,70		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>32.556.773,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>32.556.773,00</b>
<b>Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			265.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		265.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		265.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	155.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			160.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		160.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	10.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	150.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>425.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>425.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			66.024.566,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		31.468.035,86	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		1.000,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00		
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas		31.467.035,86	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	1.200.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.200.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	21.871.168,74		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.901.867,12		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	2.000,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.292.000,00		
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		600.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato		600.000,00	
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		33.956.530,74	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições		798.187,30	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais			
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO			

Página: 57  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		33.127.343,44	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	103.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	20.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.789.095,66		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	2.331.500,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	55.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	322.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	831.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.780.747,78		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	3.000.000,00		
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	83.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	2.500.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	82.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	230.000,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos		30.000,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.396.911,80
<b>INVESTIMENTOS</b>				
4.4.00.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		3.896.911,80	
4.4.40.00.00.00.00.00	Obras e Instalações		600.000,00	
4.4.40.51.00.00.00.00			1.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos			
4.4.71.70.00.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.295.911,80	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	1.247.838,76		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.033.073,04		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	15.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.500.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatada	1.500.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.375,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		26.375,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	26.375,00		
9.9.99.99.00.00.00.00				
<b>Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>				<b>71.447.853,40</b>
				<b>71.447.853,40</b>
<b>Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR LAGUNA - FUMPMOM</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.000,00	

Página: 67  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		9.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00		
DESPESAS DE CAPITAL				
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00				
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	550.000,00	720.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	150.000,00	720.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Transporte			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00				
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	60.840,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.292,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.876.160,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	564.126,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	28.190,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.312,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção			
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>			<b>840.000,00</b>	<b>840.000,00</b>
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	60.840,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.292,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.876.160,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	564.126,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	28.190,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.312,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção			
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>			<b>840.000,00</b>	<b>840.000,00</b>
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	60.840,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.292,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.876.160,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	564.126,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	28.190,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.312,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção			
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>			<b>840.000,00</b>	<b>840.000,00</b>
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas			
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	60.840,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.292,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.876.160,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	564.126,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	28.190,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.312,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção			
<b>Total das despesas:</b>				
<b>Total da entidade:</b>			<b>840.000,00</b>	<b>840.000,00</b>

Página: 7/7  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	31.280,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	124.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	335.400,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	7.007,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	3.503,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		104.020,00	104.020,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		104.020,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	75.460,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	28.560,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>4.548.650,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>4.548.650,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>118.041.007,00</b>

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 1/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA</b>							
<b>Órgão: 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>							
<b>Unidade: 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>							
1	2.100 - Manutenção da exploração do potencial turístico.	A	1	23.695.0016	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	150.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	115.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA</b>							
<b>Órgão: 14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>							
<b>Unidade: 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>							
1	2.212 - Gestão de SUAS	A	1	08.244.0197	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.322.230,60
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.322.230,60
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	200.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.48.00.00.00.00	0.1.0061.000000	20.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
<b>2 2.215 - Benefícios Eventuais</b>							
		A	1	08.244.0197	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0061.000000	2.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0061.000000	2.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0061.000000	5.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
					3.3.90.48.00.00.00.00	0.1.0061.000000	2.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0061.000000	1.000,00
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	
<b>3 2.216 - IGD SUAS</b>							
		A	1	08.244.0197	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0035.000000	5.000,00
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0035.000000	4.000,00
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0035.000000	3.000,00
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0035.000000	3.000,00
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	
<b>4 2.217 - IGD Bolsa Família</b>							
		A	1	08.244.0197	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0035.000000	2.000,00
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação de Despesas Planejadas**

Página: 2/21  
 Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailhamento/Descrição do Recurso	Total
5	2.218 - Piso Básico	A	1	08.244.0197			1.322.230,60
							1.322.230,60
							1.322.230,60
							8.000,00
6	2.219 - Piso Média Complexidade	A	1	08.244.0197	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	15.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	15.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	183.800,00
					3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0061.000000 Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	9.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	65.200,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0061.000000 Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	22.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	30.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0035.000000 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0061.000000 Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	28.000,00
7	2.220 - Piso Alta Complexidade	A	1	08.244.0197			30.000,00
							43.048,80
							50.000,00
							15.412,80
							32.400,00
							5.000,00
							10.000,00
							10.000,00
							55.619,00
							40.800,00
							31.185,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total	
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA							1.322.230,60	
Órgão:	14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.322.230,60	
Unidade:	14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						1.322.230,60	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0035.000000	27.000,00	
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0061.000000	16.185,00	
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0035.000000	8.000,00	
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0035.000000	15.000,00	
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0061.000000	5.000,00	
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0035.000000	10.000,00	
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0061.000000	10.000,00	
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0035.000000	41.580,00	
						Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0061.000000	10.000,00	
						Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		
Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA							4.758.000,00	
Órgão:	15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA						4.758.000,00	
Unidade:	15.01 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA						4.758.000,00	
1	2.307 - Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura.	A		1	04.122.0030	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	290.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	60.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	60.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	25.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
2	1.304 - "Laguna Verão Temporada".	P		1	13.392.0135	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	70.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	60.000,00	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS		

Página: 4/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação de Despesas Planejadas**

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA</b>							
<b>Órgão: 15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>							
<b>Unidade: 15.01 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>							
3	1.302 - Apoio ao Evento "Carnaval".	P	1	13.392.0189	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	4.758.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	4.758.000,00
					3.3.90.31.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	7.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	273.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0064.000000 Atenção Básica	600.000,00
<b>4 1.300 - Manutenção ao Evento "A Semana Cultural"</b>							
		P	1	13.392.0002	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.31.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	60.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0034.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	500.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0064.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	500.000,00
<b>5 1.303 - Apoio aos Evs. Passagem de Ano "Revellion".</b>							
		P	1	13.392.0002	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	80.000,00
<b>6 1.309 - Implantação do Memorial da Museologia do Memorial Tordesillas</b>							
		P	1	13.392.0002	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	50.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	50.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	50.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	13.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	337.000,00
<b>7 1.311 - Restauração do Mercado Público de Laguna</b>							
		P	1	13.392.0002	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	1.000,00
					3.3.90.35.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	700.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0034.000000 Transferências de Convênios - União/Outros	1.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 5/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade:	3 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA						4.758.000,00
Órgão:	15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA						4.758.000,00
Unidade:	15.01 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA						4.758.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0034.000000	1.000,00
						Transferências de Convênios - União/Outros	
8	1.306 - Apoio aos Grupos Musicais.	P	1	13.392.0092	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	70.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	8.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade:	4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA						50.000,00
Órgão:	16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO						50.000,00
Unidade:	16.01 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO						50.000,00
1	2.400 - Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural	A	1	20.608.0025	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	37.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade:	5 - FUNDAÇÃO IRMA VERA						1.325.500,00
Órgão:	17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA						1.325.500,00
Unidade:	17.01 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA						1.325.500,00
1	2.500 - Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmão Vera.	A	1	04.122.0030	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	250.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.500,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
					3.3.90.48.00.00.00.00	0.1.0000.000000	900.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade:	6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA						597.000,00
Órgão:	18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE						597.000,00
Unidade:	18.01 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE						597.000,00
1	2.601 - Capacitar e Formar Conselheiros.	A	1	08.243.0143	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 6/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA</b>							<b>597.000,00</b>
<b>Órgão: 18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							<b>597.000,00</b>
<b>Unidade: 18.01 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							<b>597.000,00</b>
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.33.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
2	2.600 - Proteção a criança em situação de risco. F.I.A.	A	1	08.243.0083	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	400.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
1	2.720 - Incentivo e apoio as ações de regionalização da saúde.	A	1	10.122.0192	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0067.000000	3.979,50
						Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0067.000000	3.979,50
						Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0067.000000	20.952,87
						Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	
2	2.700 - Estender, equipar e manter a rede básica.	A	1	10.301.0012	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0002.000000	3.000.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000	550.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0002.000000	1.300.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.1.90.91.00.00.00.00	0.1.0002.000000	20.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.1.90.92.00.00.00.00	0.1.0002.000000	50.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0002.000000	80.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0002.000000	16.550,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0002.000000	21.300,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0002.000000	1.000.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0067.000000	83.070,87
						Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000	2.989.667,00
						SUS - UNIÃO	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0002.000000	70.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0002.000000	1.200.000,00
						RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0033.000000	46.202,10
						Transferências de Convênios - União/Saúde	

Página: 7/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0067.000000	35.882,11
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
					3.3.90.91.00.00.00.00	0.1.0002.000000	20.000,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0002.000000	500,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					3.3.90.93.00.00.00.00	0.1.0002.000000	60.000,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0002.000000	10.000,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0033.000000	548.375,10
					Transferências de Convênios - União/Saúde		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0002.000000	66.167,10
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
3	2.713 - Co-Financiamento.	A	1	10.301.0012	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0067.000000	100.772,50
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0067.000000	107.661,32
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0067.000000	4.753,94
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0067.000000	122.055,56
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0067.000000	104.682,70
					Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		
4	2.717 - Acesso e a Humanização do Atendimento a Saúde	A	1	10.301.0012	4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0033.000000	75.000,00
					Transferências de Convênios - União/Saúde		
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0101.000000	173.770,00
					SUS - UNIÃO		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0033.000000	100.000,00
					Transferências de Convênios - União/Saúde		
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000	166.040,50
					SUS - UNIÃO		
5	2.711 - Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.	A	1	10.301.0183	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000	160.900,00
					SUS - UNIÃO		
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000	30.000,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000	200.000,00
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0101.000000	1.063,65
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000	7.438,26
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000	4.255,57
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000	3.969,13
					SUS - UNIÃO		
6	2.716 - Acompanhamento Psicossocial - CAPS	A	1	10.301.0183	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000	230.000,00
					SUS - UNIÃO		
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000	50.000,00
					RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS		
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000	162.525,00
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0101.000000	25.450,00
					SUS - UNIÃO		
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000	40.501,77
					SUS - UNIÃO		



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 8/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade:	7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA						32.556.773,00
Órgão:	19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						32.556.773,00
Unidade:	19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						32.556.773,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	34.686,54
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	24.946,08
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	26.067,38
7	2.721 - CIS - AMUREL	A	1	10.301.0198	3.1.71.70.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	15.000,00
					3.3.71.70.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	110.000,00
					4.4.71.70.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	5.000,00
8	2.701 - PSFs/ NASF/ PAB	A	1	10.301.0084	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	177.850,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	4.048.953,97
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	1.650.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	17.525,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	54.365,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	417.250,00
					3.1.90.92.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	1.045,90
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	310.709,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	40.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	500.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	70.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	5.900,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	759.740,97
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	40.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0033.000000 Transferências de Convênios - União/Saúde	75.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	155.929,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	1.070,90
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	131.393,00
9	2.706 - Agente Comunitário.	A	1	10.301.0088	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	593.808,99
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	80.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	250.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	1.093,65
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	1.093,65

Página: 9/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	196.854,06
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0002.000000	32.346,25
					RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS		
10	2.712 - Saúde Bucal/ CEO	A	1	10.301.0098	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	25,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	363.249,06
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	100.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	138.477,50
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	116.175,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	3.280,96
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	9.687,30
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	43.746,16
11	2.710 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar/ FAEC	A	1	10.302.0112	3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	6.000.000,00
12	2.709 - Serviços de Emergência.	A	1	10.302.0142	3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	1.000.000,00
13	2.708 - Farmácia Básica.	A	1	10.303.0141	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	50.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0067.000000 Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	218.331,36
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	476.149,17
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	100.000,00
					3.3.90.91.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	60.000,00
14	2.703 - Vigilância em Saúde.	A	1	10.304.0085	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	40.000,00
					3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	250.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	50.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	3.750,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	2.500,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	350.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	600,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	500,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	2.410,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	50.062,66

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Órgão: 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
<b>Unidade: 19.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>							<b>32.556.773,00</b>
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	2.295,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	1.305,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	29.745,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	2.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	6.325,00
15	2.719 - Ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.	A	1	10.305.0114	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	3.335,64
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0002.000000 RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	22.252,88
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	43.262,78
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	3.295,90
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	39.370,53
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0101.000000 SUS - UNIÃO	77.515,71
<b>Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA</b>							<b>425.000,00</b>
<b>Órgão: 20.00 - FUMREBOM</b>							<b>425.000,00</b>
<b>Unidade: 20.01 - FUMREBOM</b>							<b>425.000,00</b>
1	2.800 - Segurança Contra Sinistros - FUMREBOM	A	1	06.182.0036	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	155.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	150.000,00
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.02 - GABINETE DO PREFEITO</b>							<b>2.707.000,00</b>
1	2.001 - Func. e manutenção do Gabinete.	A	1	04.122.0030	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.100.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	270.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.33.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00

Página: 11/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação de Despesas Planejadas**

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.02 - GABINETE DO PREFEITO</b>							<b>2.707.000,00</b>
					3.3.90.92.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
2	2.007 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.	A	1	04.122.0030	3.1.90.11.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	110.000,00
					3.1.90.13.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.14.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.90.30.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
3	2.002 - Manutenção da Guarda Municipal	A	1	15.462.0073	3.1.90.11.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	520.000,00
					3.1.90.13.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	80.000,00
					3.3.90.30.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					3.3.90.36.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					4.4.90.52.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
<b>Unidade: 09.03 - PROCURADORIA GERAL</b>							<b>760.000,00</b>
4	2.003 - Representar o Município judicial e extrajudicial.	A	1	02.062.0076	3.1.90.11.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	580.000,00
					3.1.90.13.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
					3.1.90.94.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					3.3.90.14.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.000,00
					3.3.90.35.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.36.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.49.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.000,00
<b>Unidade: 09.04 - SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB</b>							<b>14.845.230,00</b>
5	2.010 - Pagamento de precatórios.	A	1	04.122.0136	3.3.90.91.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.500.000,00
6	2.081 - Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.	A	1	04.122.0215	3.1.71.70.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.71.70.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.93.39.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00

Página: 12/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA							71.447.853,40
Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO							71.391.872,52
Unidade: 09.04 - SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB							14.845.230,00
4.4.71.70.00.00.00.00 0.1.000.000000							1.000,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS							
7	2.089 - Controle e Fiscalizacao do Estabelecimentos Comerciais - Policia Militar - Alvara	A	1	04.122.0215	3.3.90.30.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS							
8	2.012 - Manutenção da Administração Financeira.	A	1	04.123.0031	3.1.90.11.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	500.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.50.41.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	360.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.35.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	700.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.92.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.93.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	200.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS							
9	2.031 - Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - PML 30%	A	1	06.182.0034	3.3.90.30.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS							
10	2.033 - Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Policia Civil 35%	A	1	06.182.0034	3.3.90.30.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS							
11	2.034 - Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Policia Militar 35%	A	1	06.182.0034	3.3.90.30.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00 0.1.000.000000	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 13/21  
 Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto/Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.04 - SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVMOS PUB</b>							<b>14.945.230,00</b>
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
50	1.099 - Programa de Modernização da Adm. Tributária e da Gestão - PMAT	P	1	04.123.0031	3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	671.223,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.328.977,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	Especificação 608	712.030,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	Especificação 608	
<b>Unidade: 09.05 - SECRETARIA DE SAUDE</b>							<b>139.374,60</b>
12	2.036 - Administração Geral do atendimento à Saúde.	A	1	04.122.0045	3.3.50.43.00.00.00.00	RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	2.187,30
					3.3.90.30.00.00.00.00	RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	7.187,30
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	20.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS	100.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Saúde	
<b>Unidade: 09.06 - SECRETARIA DE EDUCACAO E ESPORTE</b>							<b>25.774.617,18</b>
13	2.038 - Merenda Escolar.	A	1	04.306.0127	3.3.90.32.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000.000,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	279.500,00
14	1.080 - Construção de Quadra Escolar na EEB Mun. Condeante Moreira e EEB Mun. Nininha Guedes dos Reis e out	P	1	12.361.0184	4.4.90.51.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Educação	101.000,00
15	2.039 - Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação.	A	1	12.361.0184	3.3.90.30.00.00.00.00	Contribuição Salário Educação	307.033,46
					3.3.90.39.00.00.00.00	Contribuição Salário Educação	205.115,21
					4.4.90.51.00.00.00.00	Contribuição Salário Educação	220.370,49
					4.4.90.52.00.00.00.00	Contribuição Salário Educação	157.543,04
					4.4.90.52.00.00.00.00	Contribuição Salário Educação	
16	2.040 - Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental.	A	1	12.361.0184	3.1.90.11.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.000.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2.500.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	300.000,00
					3.3.50.43.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	100.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
					3.3.90.18.00.00.00.00	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	20.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planeçadas

Página: 14/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade:	9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA						71.447.853,40
Órgão:	09.00 - PODER EXECUTIVO						71.391.872,52
Unidade:	09.06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE						25.774.617,18
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	500.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.32.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	50.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.33.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	20.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.35.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	20.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	1.200.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	30.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	20.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.93.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	20.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	600.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	600.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					4.4.90.61.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	15.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
17	2.042 - Remuneração profissionais do magistério do FUNDEB 60% Fundamental.	A	1	12.361.0184	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0102.0000000	8.443.054,98
						RECURSO ORDINARIO (60%)	
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0102.0000000	500.000,00
						RECURSO ORDINARIO (60%)	
18	2.044 - Manutenção e melhoria do Depto.Pedagógico.	A	1	12.361.0184	3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	30.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	
					3.3.90.93.00.00.00.00	0.1.0001.0000000	10.000,00
						Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	

Página: 15/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA							71.447.853,40
Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO							71.391.872,52
Unidade: 09.06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE							25.774.617,18
Relação de Despesas Planejadas							10.000,00
19	2.057 - Manutenção Transporte Escolar.	A	1	12.361.0184	4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	25.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	25.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0037.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0037.000000 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.000,00
20	2.077 - Dinheiro Direto na Escola	A	1	12.361.0184	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0037.000000 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0037.000000 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.000,00
21	2.078 - Cursos na Modalidade a Distância	A	1	12.361.0184	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	5.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	20.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
22	1.046 - Dar condições de acesso à Universidade aos estudantes universitários.	P	1	12.364.0037	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	60.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	40.000,00
23	1.081 - Construção de Centro de Educação Infantil.	P	1	12.365.0184	4.4.40.51.00.00.00.00	0.1.0032.000000 Transferências de Convênios - União/Educação	600.000,00
24	2.047 - Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil.	A	1	12.365.0184	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.200.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	340.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	500.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	600.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	60.000,00

Página: 16/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Relação de Despesas Planejadas**

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE</b>							<b>25.774.617,18</b>
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0001.0000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	600.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0001.0000000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
25	2.051 - Manutenção da Educação Especial à APAE.	A	1	12.367.0138	3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	85.000,00
26	2.052 - Aquisição de equipamentos para a manutenção e ampliação do Centro Bibliotecário.	A	1	13.392.0080	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.500,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.500,00
27	1.096 - Construção de Pista de Skate	P	1	27.812.0010	4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	60.000,00
28	2.055 - Apoio ao esporte amador.	A	1	27.812.0081	3.3.50.41.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	80.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	40.000,00
<b>Unidade: 09.07 - SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIC.</b>							<b>13.998.339,20</b>
29	2.102 - Manutenção da defesa civil	A	1	04.122.0122	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	15.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
30	2.017 - Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Trans. Obras, Pesca e Agricultura.	A	1	04.122.0030	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.700.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	370.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	80.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	800.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.200.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	20.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação de Despesas Planejadas

Página: 17/21

Data: 28/11/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.07 - SECRETARIA TRANSP.OBRAS,PESCA,DES. RURAL E AQUILC.</b>							<b>13.998.339,20</b>
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	18.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
31	2.018 - Urbanização de Bairros e Vilas.	A	1	15.451.0017	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0034.000000	50.000,00
						Transferências de Convênios - União/Outros	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
32	2.020 - Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário Municipal.	A	1	15.451.0022	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	792.562,20
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.128.777,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0034.000000	652.000,00
						Transferências de Convênios - União/Outros	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0064.000000	350.000,00
						Atenção Básica	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
33	2.022 - Manutenção da Coleta do Lixo e da Limpeza Pública.	A	1	15.452.0019	3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	4.000.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	30.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
34	2.023 - Controle e extensão da rede de iluminação pública.	A	1	15.452.0020	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	40.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
35	2.025 - Manutenção e Ampliação do Cemitério Municipal.	A	1	15.452.0078	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	40.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
36	2.026 - Manutenção e melhoria de Redes de água potável.	A	1	17.511.0041	3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0064.000000	50.000,00
						Atenção Básica	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0034.000000	15.000,00
						Transferências de Convênios - União/Outros	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0064.000000	4.000,00
						Atenção Básica	
<b>Unidade: 09.08 - CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO</b>							<b>152.000,00</b>
37	2.005 - Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno.	A	1	04.124.0077	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	

Página: 18/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.08 - CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO</b>							<b>152.000,00</b>
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.000.000000	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	15.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
<b>Unidade: 09.09 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>							<b>7.500.000,00</b>
38	0.003 - Amortização e encargos da dívida fundada..	O	1	28.843.0000	3.2.90.21.00.00.00.00	0.1.000.000000	200.000,00
					3.2.90.22.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	400.000,00
					4.6.90.71.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.500.000,00
39	0.004 - Contribuições ao PASEP e ao INSS.	O	1	28.845.0000	3.3.90.47.00.00.00.00	0.1.000.000000	3.000.000,00
40	0.001 - Pagamento mensal dos inativos	O	1	28.846.0000	3.1.90.01.00.00.00.00	0.1.000.000000	1.200.000,00
41	0.002 - Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal.	O	1	28.846.0000	3.1.90.03.00.00.00.00	0.1.000.000000	1.200.000,00
<b>Unidade: 09.11 - SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO</b>							<b>1.600.936,54</b>
42	2.062 - Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação.	A	1	04.122.0122	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.000.000000	390.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	90.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	6.000,00
					3.3.90.32.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.000,00
					3.3.90.33.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	300.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	Atenção Básica	400.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.000,00
43	1.065 - Qualificar os profissionais na área de gastronomia.	P	1	23.695.0126	3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.000.000000	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	5.468,27
					3.3.90.39.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Outros	20.000,00

Página: 19/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							<b>71.447.853,40</b>
<b>Órgão: 09.00 - PODER EXECUTIVO</b>							<b>71.391.872,52</b>
<b>Unidade: 09.11 - SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO</b>							<b>1.600.936,54</b>
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.468,27
					4.4.90.51.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	15.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Outros	15.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	15.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	30.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Outros	30.000,00
44	1.082 - Implantação do Parque Temático Pedra do Frade	P	1	23.695.0202	4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	150.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0034.000000	100.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	Transferências de Convênios - União/Outros	100.000,00
<b>Unidade: 09.12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO</b>							<b>2.506.000,00</b>
45	2.071 - Estrutura da Rede Básica e Proteção Social pela Secretaria de Assistência Social.	A	1	08.244.0178	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.800.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	400.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	200.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.50.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.3.90.43.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
					3.3.90.43.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	100.000,00
<b>Unidade: 09.13 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ECON. E SOCIAL</b>							<b>1.382.000,00</b>
47	2.068 - Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação	A	1	04.121.0074	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	900.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	200.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	200.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	25.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	25.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
<b>Unidade: 09.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>							<b>26.375,00</b>
48	9.999 - Reserva de Contingência.	R	1	99.999.0099	9.9.99.99.00.00.00.00	0.1.0000.000000	26.375,00
					9.9.99.99.00.00.00.00	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	26.375,00



Página: 2021  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA							71.447.853,40
Órgão: 24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL							55.980,88
Unidade: 24.01 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL							55.980,88
49	6.000 - Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.	A	1	08.244.0208	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	28.113,76
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	11.887,12
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.3.90.35.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL							10.000,00
Órgão: 21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							10.000,00
Unidade: 21.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO							10.000,00
1	2.900 - Subsídio a Habitação de Interesse Social.	A	1	16.482.0058	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	8.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMIPOM							10.000,00
Órgão: 22.00 - FUMIPOM							10.000,00
Unidade: 22.01 - FUMIPOM							10.000,00
1	4.000 - Prevenção contra delitos.	A	1	15.452.0053	3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	1.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.000000	6.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNESE DO MEIO AMBIENTE							840.000,00
Órgão: 23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNESE DO MEIO AMBIENTE							840.000,00
Unidade: 23.01 - FUNDAÇÃO LAGUNESE DO MEIO AMBIENTE							840.000,00
1	4.100 - Manter e preservar o meio ambiente.	A	1	18.543.0023	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.000000	550.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	150.000,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.000000	4.000,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	

Página: 21/21  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>							
<b>Órgão: 23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>							
<b>Unidade: 23.01 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>							
					3.3.90.35.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	840.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	840.000,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	840.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	3.000,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	30.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	50.000,00
					3.3.90.49.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	3.000,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	10.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>							
<b>Órgão: 02.00 - PODER LEGISLATIVO</b>							
<b>Unidade: 02.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>							
1	2.000 - Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes.	A	2	01.031.0001	3.1.90.11.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	4.548.650,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	4.548.650,00
					3.1.90.13.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	4.548.650,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	2.876.160,00
					3.1.90.16.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	564.126,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	28.190,00
					3.1.90.94.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	12.312,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	65.710,00
					3.3.90.14.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	38.684,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	18.126,00
					3.3.90.30.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	31.280,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	124.000,00
					3.3.90.33.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	335.400,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	7.007,00
					3.3.90.36.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	3.503,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	75.460,00
					3.3.90.39.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	28.560,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.46.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.92.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					3.3.90.93.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.51.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
					4.4.90.52.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
2	2.070 - Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes	A	2	01.031.0190	3.1.90.01.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	60.840,00
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	279.292,00
					3.1.90.03.00.00.00.00	0.1.0000.0000000	
						RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	
<b>Total geral:</b>							<b>118.041.007,00</b>

**ANEXO DA LEI 1.895/16****Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**Página: 1/13  
Data: 28/11/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

**Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	10.000,00	23 - Comércio e Serviços	150.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	10.000,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>10.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>150.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>10.000,00</b>	<b>Total:</b>	<b>150.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**Página: 2/13  
Data: 28/11/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

**Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	891.230,60	08 - Assistência Social	1.322.230,60
41 - RECEITAS CORRENTES	891.230,60		
<b>Subtotal:</b>	<b>891.230,60</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>1.322.230,60</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>891.230,60</b>	<b>Total:</b>	<b>1.322.230,60</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**Página: 3/13  
Data: 28/11/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

**Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	2.612.578,43	04 - Administração	678.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	2.612.578,43	13 - Cultura	4.080.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>2.612.578,43</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>4.758.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>2.612.578,43</b>	<b>Total:</b>	<b>4.758.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**Página: 4/13  
Data: 28/11/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

**Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	3.200,00	20 - Agricultura	50.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	3.200,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>3.200,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>50.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>3.200,00</b>	<b>Total:</b>	<b>50.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 5/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	1.500,00	04 - Administração	1.325.500,00
41 - RECEITAS CORRENTES	1.500,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>1.500,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>1.325.500,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>1.500,00</b>	<b>Total:</b>	<b>1.325.500,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 6/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANCA E ADOLESC. LAGUNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	309.150,00	08 - Assistência Social	597.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	309.150,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>309.150,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>597.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>309.150,00</b>	<b>Total:</b>	<b>597.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 7/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	22.216.405,92	10 - Saúde	32.556.773,00
41 - RECEITAS CORRENTES	20.985.506,72		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	1.230.899,20		
<b>Subtotal:</b>	<b>22.216.405,92</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>32.556.773,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>22.216.405,92</b>	<b>Total:</b>	<b>32.556.773,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 8/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	45.000,00	06 - Segurança Pública	425.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	45.000,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>45.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>425.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>45.000,00</b>	<b>Total:</b>	<b>425.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 9/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	98.000.261,14	02 - Judiciária	760.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	89.346.914,57	04 - Administração	26.195.104,60
42 - RECEITAS DE CAPITAL	8.653.346,57	06 - Segurança Pública	420.000,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.068.984,09	08 - Assistência Social	2.561.980,88
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.068.984,09	12 - Educação	23.272.117,18
		13 - Cultura	10.000,00
		15 - Urbanismo	10.073.339,20
		17 - Saneamento	75.000,00
		23 - Comércio e Serviços	340.936,54
		27 - Desporto e Lazer	213.000,00
		28 - Encargos Especiais	7.500.000,00
		99 - Reserva de Contingência	26.375,00
<b>Subtotal:</b>	<b>91.931.277,05</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>71.447.853,40</b>
Transferências Financeiras Recebidas	20.483.423,65	Transferências Financeiras Concedidas	20.483.423,65
<b>Total:</b>	<b>112.414.700,70</b>	<b>Total:</b>	<b>91.931.277,05</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 10/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		16 - Habitação	10.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>10.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>Total:</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 11/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		15 - Urbanismo	10.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>10.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>Total:</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 12/13  
 Data: 28/11/2016

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	20.665,00	18 - Gestão Ambiental	840.000,00
41 - RECEITAS CORRENTES	20.665,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>20.665,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>840.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>20.665,00</b>	<b>Total:</b>	<b>840.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 13/13

Data: 28/11/2016

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	4.548.650,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	4.548.650,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	0,00	Total:	4.548.650,00



ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 1/78  
Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 4/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00

Página: 5/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 6/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		0,00	150.000,00		
Total:		0,00	150.000,00		



Página: 778  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 8/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.322.230,60	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.322.230,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 10/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 11/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.322.230,60		
Total:		0,00	1.322.230,60		



Página: 13/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	678.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>678.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 14/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		4.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	4.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 16/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 17/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 18/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
15.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	4.758.000,00		
Total:		0,00	4.758.000,00		



Página: 19/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 20/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 21/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 22/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 23/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 24/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
16.00 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	50.000,00		
Total:		0,00	50.000,00		



Página: 25/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - FUNDACÃO IRMÃ VERA		0,00	0,00	0,00	1.325.500,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.325.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 26/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 27/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 29/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 30/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
17.00 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	1.325.500,00		
Total:		0,00	1.325.500,00		



Página: 31/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 32/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	597.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>597.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 33/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 34/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 35/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 36/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA

Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL			
18.00 - FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	597.000,00			
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>597.000,00</b>			



Página: 37/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 38/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	32.556.773,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	32.556.773,00	0,00	0,00

Página: 39/78  
Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 41/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 42/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	32.556.773,00		
Total:		0,00	32.556.773,00		



Página: 43/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - FUMREBOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.000,00

Página: 44/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - FUMREBOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Página: 46/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - FUMREBOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 47/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
20.00 - FUMREBOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 48/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
20.00 - FUMREBOM		0,00	425.000,00		
Total:		0,00	425.000,00		



Página: 49/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - PODER EXECUTIVO		0,00	760.000,00	0,00	26.195.104,60	0,00	420.000,00
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	760.000,00	0,00	26.195.104,60	0,00	420.000,00

Página: 50/78  
Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA						
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho
09.00 - PODER EXECUTIVO		0,00	2.506.000,00	0,00	0,00	23.272.117,18
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	55.980,88	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.561.980,88	0,00	0,00	23.272.117,18

Página: 51/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
09.00 - PODER EXECUTIVO		10.000,00	0,00	10.073.339,20	0,00	75.000,00
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		10.000,00	0,00	10.073.339,20	0,00	75.000,00
						0,00
						0,00
						0,00

Página: 52/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
09.00 - PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	340.936,54
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	340.936,54

Página: 53/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
09.00 - PODER EXECUTIVO		0,00	0,00	213.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	213.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00

Página: 54/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA				
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL	
09.00 - PODER EXECUTIVO		26.375,00	71.391.872,52	
24.00 - FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL		0,00	55.980,88	
Total:		26.375,00	71.447.853,40	



Página: 55/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL						
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 56/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 57/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00

Página: 58/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 59/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 60/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
21.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	10.000,00		
Total:		0,00	10.000,00		



Página: 61/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
22.00 - FUMMPOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 62/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
22.00 - FUMMPOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 63/78  
Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
		0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
22.00 - FUMPMOM		0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Total:						

Página: 64/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
22.00 - FUMMPOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 65/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
22.00 - FUMMPOM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 66/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM

Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL			
22.00 - FUMMPOM		0,00	10.000,00			
Total:		0,00	10.000,00			



Página: 6778  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 68/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 69/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
23.00 - FUNDACÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00

Página: 70/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
23.00 - FUNDACÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 71/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 72/78  
Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
23.00 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE					
		0,00	840.000,00		
Total:		0,00	840.000,00		



Página: 73/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - PODER LEGISLATIVO		4.548.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>4.548.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 74/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 75/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 76/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 77/78  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Assistência Social	Comunicações
02.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 78/78

Data: 28/11/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA					
Órgão	Funções	Reserva de Contingência	TOTAL		
02.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	4.548.650,00		
Total:		0,00	4.548.650,00		
Total geral:			118.041.007,00		



**ANEXO DA LEI 1.895/16****Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 28/11/2016

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
2 Judiciária	62 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário
4 Administração	121 Planejamento e Orçamento
	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
	306 Alimentação e Nutrição
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	122 Administração Geral
	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	303 Suporte Profilático e Terapêutico
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	511 Saneamento Básico Rural
18 Gestão Ambiental	543 Recuperação de Áreas Degradadas
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	845 Outras Transferências
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 177  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			10.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		10.000,00	
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.000,00	
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	10.000,00		
	<b>Total das receitas:</b>			<b>10.000,00</b>
	<b>Total por entidade:</b>			<b>10.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			891.230,60
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		17.000,00	
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		17.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00		
4.1.3.2.5.05.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Social-Estado	1.000,00		
4.1.3.2.5.06.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Social-União	1.000,00		
4.1.3.2.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	15.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		874.230,60	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		874.230,60	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	691.447,80		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	691.447,80		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	182.782,80		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	182.782,80		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados			
	<b>Total das receitas:</b>			<b>891.230,60</b>
	<b>Total por entidade:</b>			<b>891.230,60</b>
<b>Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			2.612.578,43
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		15.000,00	
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		15.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Federal	2.000,00		
4.1.3.2.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	13.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.581.660,43	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		43.315,50	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	43.315,50		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	43.315,50		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados			
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.			
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	1.973.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.973.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist.Fed. e suas Entid.	360.344,93		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	360.344,93		
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome			
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	205.000,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.918,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		15.918,00	

Página: 2/7  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	15.918,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>2.612.578,43</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>2.612.578,43</b>
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.200,00	3.200,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		3.200,00	
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	3.200,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>3.200,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>3.200,00</b>
<b>Entidade: 5 - FUNDAÇÃO IRMA VERA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.500,00	1.500,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		1.500,00	
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.500,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>1.500,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>1.500,00</b>
<b>Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		309.150,00	309.150,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		309.150,00	
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	200.000,00		
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.000,00		
4.1.7.7.4.00.00.00.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	108.150,00		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>309.150,00</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>309.150,00</b>
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA			
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS			
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária			
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		681.619,95	681.619,95
4.1.3.2.5.04.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Estado - Saúde		681.619,95	
4.1.3.2.5.09.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Saúde - União			
4.1.3.2.5.10.00.00.00.00	Remuneração Depósito bancário - Saúde 15%			
4.1.3.2.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	19.875.886,77		
		<b>Total das receitas:</b>		<b>20.985.506,72</b>
		<b>Total por entidade:</b>		<b>20.985.506,72</b>

Página: 3/7  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Receta por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	19,119,764,54		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	7.677.741,35		
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2.023.386,96		
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	5.654.354,39		
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	1.366.622,75		
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	1.043.944,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	674.615,98		
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Compensação de Especialidades Regionais	2.569.171,66		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	10.340.616,69		
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Financeiro	9.504.483,31		
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.	377.656,61		
4.1.7.2.1.33.12.14.00.00	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	458.476,77		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	625.257,33		
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	166.780,56		
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	458.476,77		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica	476.149,17		
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	756.122,23		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	37.796,06		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	37.796,06		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	718.327,17		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	8.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Básica - Estado	8.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	8.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.230.899,20		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	287.322,00		
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	287.322,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	943.577,20		
<b>Total das receitas:</b>				<b>22.216.405,92</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>22.216.405,92</b>
<b>Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS			
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	45.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	45.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>45.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>45.000,00</b>
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA			
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS			
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda			
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana			
<b>Total das receitas:</b>				<b>83.277.930,48</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>83.277.930,48</b>
<b>Total das receitas:</b>				<b>28.496.754,16</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>24.221.999,27</b>
<b>Total das receitas:</b>				<b>13.206.400,51</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>10.265.901,01</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	6.159.540,61		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	2.566.475,25		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	1.539.885,15		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.212.240,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	730.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	438.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	182.500,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	109.500,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	482.240,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	289.344,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	120.560,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	72.336,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.728.259,50		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.036.955,70		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	432.064,88		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	259.238,92		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.015.598,76		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.015.598,76		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.015.598,76		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.609.359,26		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.753.899,69		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.652.339,81		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	4.067.820,89		
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.924.562,50		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	450.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P Serviços	710.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	105.000,00		
4.1.1.2.1.30.00.00.00.00	Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	10.000,00		
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	10.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	130.000,00		
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	2.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	507.562,50		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.143.258,39		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	13.258,39		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.600.000,00		
4.1.1.2.2.98.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	530.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	206.934,00		
4.1.1.3.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.959,00		
4.1.1.3.02.00.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	198.975,00		
4.1.1.3.04.00.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares			
4.1.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00.00	Dividendos	2.000,00		
4.1.3.2.4.00.00.00.00.00.00	Fundos de Investimentos	303.117,50		
4.1.3.2.4.01.00.00.00.00.00	Fundos de Renda Fixa	303.117,50		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	748.446,26		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	440.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	45.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEDERAL	150.000,00		
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ESTADO	150.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - SALARIO EDUCAÇÃO	90.000,00		
4.1.3.2.5.01.07.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinc. FNDE	5.000,00		

Página: 57  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.32.5.07.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Rec. União - Educação	1.000,00		
4.1.32.5.08.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Educação - 25%	302.067,86		
4.1.32.5.11.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Próprios	5.378,41		
4.1.32.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	960.000,00		
4.1.39.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		38.900,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECETA DE SERVIÇOS		2.390,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	1.500,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Edifícios	1.500,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	890,00		
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				
<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>				
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União		37.455.040,55	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	15.881.658,51	37.454.402,90	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.516.546,58		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte Fundo do FPM	14.420.753,83		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	10.815.565,37		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte Fundo do FPM	-3.605.188,45		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte Fundo do FPM	4.506.485,57		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	2.703.891,34		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	15.137,08		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	-3.027,41		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	9.082,25		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	3.784,27		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	2.270,56		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	83.683,08		
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compem. Finan. Prod. Petróleo	245.670,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	1.102.562,20		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	800.062,20		
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	3.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	279.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	20.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	21.099,66		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-4.219,93		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	12.659,80		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	5.274,92		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	3.164,94		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	12.674.689,41		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	12.674.689,41		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.600.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.772.309,23		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.019.520,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.534.680,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.045.800,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	4.400.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-657.991,53		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.860.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	924.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	616.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	131.237,71		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-26.247,54		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	78.742,63		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	32.809,43		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	19.685,65		

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/7  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.886.054,98		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.886.054,98		
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		637,65	
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora			
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	90.329,57		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	30.556,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	18.333,60		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	7.639,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	4.583,40	13.281.282,01	
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	111,86	4.608.324,31	
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	67,12		
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	27,97		
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	16,77		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	59.661,71		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	35.797,03		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	14.915,43		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	8.949,25		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	4.477.199,30		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.409.665,30		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.645.799,18		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.102.416,33		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	661.449,79		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	12.534,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	7.520,40		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	3.133,50		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.880,10		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	55.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	40.795,44		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Multas Previsas na Legislação de Trânsito	5.795,44		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Outras Multas	35.000,00	2.743.027,88	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.743.027,88		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.743.027,88		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Outras Restituições			
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.094.834,90		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	2.500.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	25.000,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.125.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.350.000,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	145.000,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	87.000,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	36.250,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	21.750,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	449.834,90		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	449.834,90		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	2.835.094,92	2.835.094,92	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais			
			6.041.007,00	
			6.041.007,00	
				8.653.346,57



Página: 7/7  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Modern.Adm Públ	6.041.007,00	2.612.339,57	
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.612.339,57	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.262.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	700.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.01.00.00	Transf. de Convênios da União Destin. Programa Educaç	700.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	562.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fedle suas Entid.	1.350.339,57		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.350.339,57		
<b>Total das receitas:</b>				<b>91.931.277,05</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>91.931.277,05</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		20.665,00	20.665,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		20.665,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	20.665,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	20.665,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>20.665,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>20.665,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>118.041.007,00</b>

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 1/4  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa		4.548.650,00	4.548.650,00
01.031	Ação Legislativa		4.548.650,00	4.548.650,00
01.031.0001	Processo Legislativo		4.208.518,00	4.208.518,00
01.031.0190	Pagamento de Inativos e Pensionistas.		340.132,00	340.132,00
02	Judiciária		760.000,00	760.000,00
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		760.000,00	760.000,00
02.062.0076	Processos Judiciais		760.000,00	760.000,00
04	Administração	39.374,60	28.159.230,00	28.198.604,60
04.121	Planejamento e Orçamento		1.382.000,00	1.382.000,00
04.121.0074	Planejamento Urbano e Habitação		1.382.000,00	1.382.000,00
04.122	Administração Geral	39.374,60	12.593.500,00	12.632.874,60
04.122.0122	Administração Geral		1.310.000,00	1.310.000,00
04.122.0136	Precatório		2.500.000,00	2.500.000,00
04.122.0215	Gestão da Administração Governamental		173.000,00	173.000,00
04.122.0215	Gestão Administrativa Superior		8.510.500,00	8.510.500,00
04.122.0045	Animal Soltto Assistido	39.374,60	100.000,00	139.374,60
04.123	Administração Financeira		11.752.230,00	11.752.230,00
04.123.0031	Administração Financeira		11.752.230,00	11.752.230,00
04.124	Controle Interno		152.000,00	152.000,00
04.124.0077	Alimentação e Nutrição		152.000,00	152.000,00
04.306	Merenda escolar		2.279.500,00	2.279.500,00
04.306.0127	Merenda escolar		2.279.500,00	2.279.500,00
06	Segurança Pública		845.000,00	845.000,00
06.182	Defesa Civil		845.000,00	845.000,00
06.182.0034	Transito Seguro		420.000,00	420.000,00
06.182.0036	Segurança Contra Sinistros		425.000,00	425.000,00
08	Assistência Social	707.447,80	3.773.763,68	4.481.211,48
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		597.000,00	597.000,00
08.243.0143	Capacitação de Formação de Conselheiros		100.000,00	100.000,00
08.243.0083	Proteção da Criança e do Adolescente		497.000,00	497.000,00
08.244	Assistência Comunitária	707.447,80	3.176.763,68	3.884.211,48
08.244.0178	Estrutura da Rede Básica de Proteção Social		2.406.000,00	2.406.000,00
08.244.0197	Gestão do SUAS	707.447,80	614.762,80	1.322.230,60
08.244.0199	Entendimento ao Crack e outras Drogas		100.000,00	100.000,00
08.244.0208	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.		55.980,88	55.980,88
10	Saúde	11.498.987,03	21.057.785,97	32.556.773,00
10.122	Administração Geral		28.911,87	28.911,87
10.122.0192	Colegiado de Gestão Regional - CGR - AMUREL		28.911,87	28.911,87
10.301	Atenção Básica	10.167.829,15	13.473.025,35	23.640.854,50
10.301.0012	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde	7.464.517,10	4.657.933,70	12.122.450,80
10.301.0183	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	80.000,00	921.833,38	1.001.833,38
10.301.0198	CIS - AMUREL	130.000,00	130.000,00	130.000,00
10.301.0084	Saúde da Família	2.280.940,80	6.175.791,94	8.456.732,74
10.301.0088	Agente Comunitário	112.346,25	1.042.850,35	1.155.196,60
10.301.0098	Saúde Bucal	100.025,00	674.615,98	774.640,98
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00
10.302.0112	Teto Finan. de Média e Alta		6.000.000,00	6.000.000,00
10.302.0142	Serviços de Emergência	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	210.000,00	694.480,53	904.480,53
10.303.0141	Farmácia Básica.	210.000,00	694.480,53	904.480,53
10.304	Vigilância Sanitária	98.905,00	694.587,66	793.492,66
10.304.0085	Vigilância Sanitária	98.905,00	694.587,66	793.492,66

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 2/4  
 Data: 28/11/2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde			
10.305	Vigilância Epidemiológica	11.498.987,03	21.057.785,97	32.556.773,00
10.305.0114	Incent. no Amb. do Prog. N. de HIV/AIDS e outros DST	22.252,88	166.780,56	189.033,44
		22.252,88	166.780,56	189.033,44
12	Educação			
12.361	Ensino Fundamental		23.272.117,18	23.272.117,18
12.361.0184	Educação Básica.		19.177.117,18	19.177.117,18
12.364	Ensino Superior		19.177.117,18	19.177.117,18
12.364.0037	Transporte dos Estudantes Universitários		100.000,00	100.000,00
12.365	Educação Infantil		100.000,00	100.000,00
12.365.0184	Educação Básica.		100.000,00	100.000,00
12.367	Educação Especial		3.910.000,00	3.910.000,00
12.367.0138	Ensino Especial		3.910.000,00	3.910.000,00
			85.000,00	85.000,00
			85.000,00	85.000,00
13	Cultura			
13.392	Diffusão Cultural		4.090.000,00	4.090.000,00
13.392.0135	Laguna Verão		4.090.000,00	4.090.000,00
13.392.0189	Carnaval Laguna Alegria		150.000,00	150.000,00
13.392.0002	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turismo		1.000.000,00	1.000.000,00
13.392.0080	Acevo Bibliotecário		2.850.000,00	2.850.000,00
13.392.0092	Mostra Regional de Dança.		10.000,00	10.000,00
			80.000,00	80.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana		10.083.339,20	10.083.339,20
15.451.0017	Urbanização de Bairros e Vilas		3.233.339,20	3.233.339,20
15.451.0022	Melhoria do Sistema Viário Municipal		300.000,00	300.000,00
15.452	Serviços Urbanos		2.933.339,20	2.933.339,20
15.452.0019	Utilidade Pública		6.850.000,00	6.850.000,00
15.452.0020	Iluminação Pública		4.030.000,00	4.030.000,00
15.452.0053	Preservação contra Delitos		2.050.000,00	2.050.000,00
15.452.0073	Guarda Municipal		10.000,00	10.000,00
15.452.0078	Ampliação do Cemitério Municipal		700.000,00	700.000,00
			60.000,00	60.000,00
16	Habitação			
16.482	Habitação Urbana		10.000,00	10.000,00
16.482.0058	Subsídio a Habitação de Interesse Social-PSH		10.000,00	10.000,00
17	Saneamento			
17.511	Saneamento Básico Rural		75.000,00	75.000,00
17.511.0041	Água Potável		75.000,00	75.000,00
18	Gestão Ambiental			
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas		840.000,00	840.000,00
18.543.0023	Gestão Ambiental		840.000,00	840.000,00
20	Agricultura			
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		50.000,00	50.000,00
20.608.0025	Produção Vegetal		50.000,00	50.000,00
23	Comércio e Serviços			
23.695	Turismo		490.936,54	490.936,54
23.695.0126	Restaurante Escola		490.936,54	490.936,54
23.695.0016	Desenvolver a Indústria do Turismo		90.936,54	90.936,54
23.695.0202	Parque Temático Pedra do Frade		150.000,00	150.000,00
			250.000,00	250.000,00

Página: 3/4  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer		213.000,00	213.000,00
27.812	Desporto Comunitário		213.000,00	213.000,00
27.812.0010	Educação Física, Desporto e Lazer para Todos		60.000,00	60.000,00
27.812.0081	Desporto Amador		153.000,00	153.000,00
28	Encargos Especiais		7.500.000,00	7.500.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000	Operações Especiais		2.100.000,00	2.100.000,00
28.845	Outras Transferências		3.000.000,00	3.000.000,00
28.845.0000	Operações Especiais		3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais		2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0000	Operações Especiais		2.400.000,00	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência			26.375,00
99.999	Reserva de Contingência			26.375,00
99.999.0099	Reserva de Contingência			26.375,00
<b>Total:</b>		<b>12.245.809,43</b>	<b>105.795.197,57</b>	<b>118.041.007,00</b>

Página: 4/4  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	TRANSFERENCIA		20.483.423,65	20.483.423,65
	TRANSFERENCIA		4.548.650,00	4.548.650,00
	TRANSFERENCIA		10.340.367,08	10.340.367,08
	TRANSFERENCIA		287.850,00	287.850,00
	TRANSFERENCIA		1.324.000,00	1.324.000,00
	TRANSFERENCIA		46.800,00	46.800,00
	TRANSFERENCIA		2.145.421,57	2.145.421,57
	TRANSFERENCIA		431.000,00	431.000,00
	TRANSFERENCIA		140.000,00	140.000,00
	TRANSFERENCIA		819.335,00	819.335,00
	TRANSFERENCIA		10.000,00	10.000,00
	TRANSFERENCIA		10.000,00	10.000,00
	TRANSFERENCIA		380.000,00	380.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>20.483.423,65</b>	<b>20.483.423,65</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>12.245.809,43</b>	<b>105.795.197,57</b>	<b>138.524.430,65</b>

**ANEXO DA LEI 1.895/16**

Página: 1/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER LEGISLATIVO	02.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	02.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Dar cumprimento as funções básicas do Poder Legislativo de Legislar e Fiscalizar.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.000	2	2	Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes.		0,000	4.208.518,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	2.876.160,00	2.876.160,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.000000	0,00	564.126,00	564.126,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	28.190,00	28.190,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.000000	0,00	12.312,00	12.312,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.000000	0,00	65.710,00	65.710,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	38.684,00	38.684,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0.1.0000.000000	0,00	18.126,00	18.126,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.000000	0,00	31.280,00	31.280,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	124.000,00	124.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0.1.0000.000000	0,00	335.400,00	335.400,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.000000	0,00	7.007,00	7.007,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0.1.0000.000000	0,00	3.503,00	3.503,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.000000	0,00	75.460,00	75.460,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.000000	0,00	28.560,00	28.560,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.208.518,00</b>	<b>4.208.518,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 2/91  
 Data: 28/11/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PODER LEGISLATIVO			02.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			02.01
Função:	Legislativa			1
Subfunção:	Ação Legislativa			31
Programa:	Pagamento de Inativos e Pensionistas.			0190

Objetivo do programa:

Pagamento mensal de Inativos e Pensionistas a cargo do Tesouro Municipal.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	2	2	Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes		0,000	340.132,00

**II - Descrição das Ações**

Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	0.1.0000.0000000	0,00	60.840,00	60.840,00
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	0.1.0000.0000000	0,00	279.292,00	279.292,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>340.132,00</b>	<b>340.132,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 3/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	09.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0030

Objetivo do programa:

Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1	2	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.		0,000	135.000,00

**II - Descrição das Ações**

Funcionamento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	110.000,00	110.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>135.000,00</b>	<b>135.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 4/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	09.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0030

Objetivo do programa:

Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1	2	Func. e manutenção do Gabinete.		0,000	1.872.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter os serviços inerentes ao Gabinete do Prefeito.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	270.000,00	270.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.872.000,00</b>	<b>1.872.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 5/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	09.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Guarda Municipal	0073

Objetivo do programa:

Colaborar com os órgãos estaduais ou federais, dar maior segurança aos motoristas e pedestres usuários do sistema viário, conforme dispõe a Lei Complementar nº 135, de 02/03/2006.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1	2	Manutenção da Guarda Municipal		0,000	700.000,00

### II - Descrição das Ações

Controlar, fiscalizar o fluxo de veículos nas vias urbanas, atender a população e participar das comemorações cívicas.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	520.000,00	520.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 6/91  
 Data: 28/11/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL	09.03
Função:	Judiciária	2
Subfunção:	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	62
Programa:	Processos Judiciários	0076

Objetivo do programa:

Responder pela regularidade jurídica de todas as situações negociais, políticas e administrativas do Município, submetidas à sua apreciação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1	2	Representar o Município judicial e extrajudicial.		0,000	760.000,00

**II - Descrição das Ações**

Exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Poder Executivo e da Administração Geral.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	580.000,00	580.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>760.000,00</b>	<b>760.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 791  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Precatório	0136

Objetivo do programa:  
Manter o pagamento de precatórios.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1	2	Pagamento de precatórios.		0,000	2.500.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter o pagamento de precatórios obedecendo a ordem cronológica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0.1.0000.0000000	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 891  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão da Administração Governamental	0215

Objetivo do programa:

Tomar as ações administrativas mais ágeis e eficientes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.089	1	2	Controle e Fiscalizacao do Estabelecimentos Comerciais - Policia Militar - Alvara		12.000	140.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controle e Fiscalizacao do Estabelecimentos Comerciais - Policia Militar - Alvara

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>140.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 9/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão da Administração Governamental	0215

Objetivo do programa:

Tomar as ações administrativas mais ágeis e eficientes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.081	1	2	Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.		0,000	33.000,00

**II - Descrição das Ações**

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.93.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>33.000,00</b>	<b>33.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 10/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Administração Financeira	0031

Objetivo do programa:  
Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.099	1	1	Programa de Modernização da Adm. Tributária e da Gestão - PMAT			6.712.230,00

**II - Descrição das Ações**

Programa de Modernização da Adm. Tributária e da Gestão - PMAT

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	671.223,00	671.223,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0608.0000000	0,00	5.328.977,00	5.328.977,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0608.0000000	0,00	712.030,00	712.030,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>6.712.230,00</b>	<b>6.712.230,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0608 - Programa de Modernização da Adm. Tributária e da Gestão - PMAT

Página: 11/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Administração Financeira	0031

Objetivo do programa:

Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1 2	Manutenção da Administração Financeira.		0,000	5,040.000,00

### II - Descrição das Ações

Manter a estrutura administrativa financeira em condições de funcionamento.

### III - Detalhamento das Ações

Corta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.190.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.190.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.350.41.00.00.00.00	Contribuições	0.1.0000.0000000	0,00	360.000,00	360.000,00
3.390.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.390.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.390.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.390.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.390.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	700.000,00	700.000,00
3.390.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.390.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.390.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0.1.0000.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
4.490.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>5.040.000,00</b>	<b>5.040.000,00</b>

Legenda:

Natureza Jurídica

Página: 12/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Trânsito Seguro	0034

Objetivo do programa:  
Proporcionar a motoristas e pedestres educação e orientação no trânsito.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	1	2	Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Polícia Militar 35%		0,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar, fiscalizar o fluxo de veículos nas vias urbanas, atender a população e participar das comemorações cívicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 13/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Trânsito Seguro	0034

Objetivo do programa:

Proporcionar a motoristas e pedestres educação e orientação no trânsito.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1	2	Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - PML	30%	0,000	120.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar, fiscalizar o fluxo de veículos nas vias urbanas, atender a população e participar das comemorações cívicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 14/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	09.04
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Trânsito Seguro	0034

Objetivo do programa:  
Proporcionar a motoristas e pedestres educação e orientação no trânsito.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1	2	Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Polícia Civil	35%	0,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Controlar, fiscalizar o fluxo de veículos nas vias urbanas, atender a população e participar das comemorações cívicas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 15/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE	09.05
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Animal Solto Assistido	0045

**Objetivo do programa:**

Dar maior assistência aos animais soltos nas vias urbanas.

**Justificativa do programa:**

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	1	2	Administração Geral do atendimento à Saúde.		0,000	139.374,60

**III - Descrição das Ações**

Manter a Administração Geral do atendimento à Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0002.0000000	2.187,30	0,00	2.187,30
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0002.0000000	7.187,30	0,00	7.187,30
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0002.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0033.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>39.374,60</b>	<b>100.000,00</b>	<b>139.374,60</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde

Página: 16/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Administração	4
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Merenda escolar	0127

Objetivo do programa:

Manter as crianças bem nutridas para um bom desempenho escolar

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	1	2	Merenda Escolar.		0.000	2.279.500,00

**II - Descrição das Ações**

Diversificação do cardápio da Merenda Escolar.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0.1.0000.0000000	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0.1.0037.0000000	0,00	279.500,00	279.500,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.279.500,00</b>	<b>2.279.500,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0037 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE



Página: 17/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	1	2	Remuneração profissionais do magistério do FUNDEB 60% Fundamental.		0.000	8.943.054,98

**II - Descrição das Ações**

Melhorar a Remuneração profissionais do magistério do FUNDEB 60% Fundamental.

**III - Detalhamento das Ações**

Corta Despesa	Descrição da Corta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0102.0000000	0.00	8.443.054,98	8.443.054,98
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0102.0000000	0.00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>8.943.054,98</b>	<b>8.943.054,98</b>

**Legenda:**

0.1.0102 - RECURSO ORDINARIO (60%)

**Natureza Jurídica não encontrada**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 18/91  
Data: 28/11/2016

#### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1	2	Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental.		0,000	9,015,000,00

#### II - Descrição das Ações

Manter e melhorar as escolas municipais, com ensino de boa qualidade e condições.

#### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		0.1.0001.000000	0,00	3.000,000,00	3.000,000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais		0.1.0001.000000	0,00	2.500,000,00	2.500,000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas		0.1.0001.000000	0,00	300,000,00	300,000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais		0.1.0001.000000	0,00	100,000,00	100,000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil		0.1.0001.000000	0,00	10,000,00	10,000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes		0.1.0001.000000	0,00	20,000,00	20,000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo		0.1.0001.000000	0,00	500,000,00	500,000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		0.1.0001.000000	0,00	50,000,00	50,000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção		0.1.0001.000000	0,00	20,000,00	20,000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria		0.1.0001.000000	0,00	10,000,00	10,000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		0.1.0001.000000	0,00	20,000,00	20,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		0.1.0001.000000	0,00	1.200,000,00	1.200,000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte		0.1.0001.000000	0,00	30,000,00	30,000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores		0.1.0001.000000	0,00	20,000,00	20,000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições		0.1.0001.000000	0,00	20,000,00	20,000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações		0.1.0001.000000	0,00	600,000,00	600,000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		0.1.0001.000000	0,00	600,000,00	600,000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis		0.1.0001.000000	0,00	15,000,00	15,000,00
<b>Total:</b>				<b>0,00</b>	<b>9,015,000,00</b>	<b>9,015,000,00</b>

Legenda:

0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Página: 19/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.044	1	2	Manutenção e melhoria do Depto.Pedagógico.		0,000	100.000,00

### II - Descrição das Ações

Controlar as atividades administrativas da educação na rede municipal de ensino.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0001.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

Legenda:

0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Página: 20/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	1	2	Manutenção	Transporte Escolar.	0,000	75.000,00

**III - Descrição das Ações**

Manutenção do transporte dos alunos da rede municipal de ensino.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0001.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0037.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0001.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0037.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>75.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
0.1.0037 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Página: 21/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.077	1	2	Dinheiro Direto na Escola		0,000	3.000,00

**II - Descrição das Ações**

Suplementar as escolas com recursos financeiros, realizando repasse anual até então, somente às escolas do Ensino Fundamental.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0037.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0037.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0037.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0037 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Página: 22/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.078	1	2	Cursos na Modalidade a Distância		0,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Implantação do Pólo de Apoio Presencial no Município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0001.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0001.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0001.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Página: 23/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.080	1	1	Construção de Quadra Escolar na EEB Mun. Comandante Moreira e EEB Mun. Nírinha Guedes dos Reis e out		0,000	101.000,00

### II - Descrição das Ações

Quadra Escolar Coberta com vestiário na EEB Mun. Comandante Moreira, cobertura de quadra pequena na EEB Mun. Nírinha Guedes dos Reis e outras.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0032.000000	0,00	101.000,00	101.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>101.000,00</b>	<b>101.000,00</b>

Legenda:

0.1.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação



Página: 24/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

#### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	1	2	Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação.		0,000	890.062,20

#### II - Descrição das Ações

Manter e melhorar as escolas municipais, com ensino de boa qualidade e condições - Salário Educação.

#### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0006.0000000	0,00	307.033,46	307.033,46
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0006.0000000	0,00	205.115,21	205.115,21
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0006.0000000	0,00	220.370,49	220.370,49
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0006.0000000	0,00	157.543,04	157.543,04
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>890.062,20</b>	<b>890.062,20</b>

#### Legenda:

0.1.0006 - Contribuição Salário Educação

Página: 25/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	Transporte dos Estudantes Universitários	0037

Objetivo do programa:

Dar condições de acesso à universidade aos estudantes Lagunense.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.046	1	1	Dar condições de acesso à Universidade aos estudantes universitários.		0.000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Garantir o transporte dos estudantes universitários que residem no Município e estudam na UNISUL e na FUCAP.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0001.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Página: 26/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.081	1	1	Construção de Centro de Educação Infantil.		0,000	600.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de Centro de Educação Infantil no Bairro de Campo Fora e no Bairro Portinho, loteamento Jardim América.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.40.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0032.000000	0,00	600.000,00	600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0032 - Transferências de Convênios - União/Educação

Página: 27/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educação Básica.	0184

Objetivo do programa:  
Melhorar a qualidade do ensino a cargo do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	1	2	Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil.		0,000	3.310.000,00

**II - Descrição das Ações**

Garantir um ensino infantil com boa qualidade e condições.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0001.0000000	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0001.0000000	0,00	340.000,00	340.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0001.0000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0001.0000000	0,00	600.000,00	600.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0001.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0001.0000000	0,00	600.000,00	600.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.310.000,00</b>	<b>3.310.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação



Página: 28/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Ensino Especial	0138

Objetivo do programa:

Oferecer aos portadores de deficiência física a oportunidade de desenvolver suas habilidades potencialidades.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	1	2	Manutenção da Educação Especial à APAE.		0,000	85.000,00

**II - Descrição das Ações**

Concessão de subvenções sociais à APAE.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	85.000,00	85.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>	<b>85.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 29/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Acervo Bibliotecário	0080

**Objetivo do programa:**

Proporcionar um centro de pesquisa melhor equipado e desenvolver o hábito da leitura não só nomeio estudantil mas na população em geral.

**Justificativa do programa:**

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	1	2	Aquisição de equipamentos para a manutenção e ampliação do Centro Bibliotecário.		0,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Equipar e modernizar o Centro Bibliotecário.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	2.500,00	2.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.000000	0,00	2.500,00	2.500,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 30/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Educação Física, Desporto e Lazer para Todos	0010

Objetivo do programa:

Equipar melhor os Centros Esportivos, desenvolver o espírito competitivo nas comunidades e descobrir novos talentos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.096	1	1	Construção de Pista de Skate		0,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Incentivar a prática de esportes nas comunidades

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 31/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	09.06
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Desporto Amador	0081

Objetivo do programa:

Desenvolver o espírito competitivo nas comunidades e descobrir novos talentos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	1	2	Apoio ao esporte amador.		0,000	153.000,00

### II - Descrição das Ações

Incentivar à prática de esporte nas comunidades.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>153.000,00</b>	<b>153.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 32/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANS:OBRAS,PESCA,DES. RURAL E AQUILC.	09.07
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0030

Objetivo do programa:

Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1	2	Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Trans. Obras, Pesca e Agricultura.		0,000	4,500.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter o funcionamento da Secretaria de Trans. Obras, Pesca e Agricultura.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.000000	0,00	370.000,00	370.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.000000	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	800.000,00	800.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.000000	0,00	18.000,00	18.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>4.500.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 33/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP, OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIL C.	09.07
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Geral	0122

Objetivo do programa:

Avaliar os projetos, elaborar programas e executar as ações administrativas.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.102	1	2	Manutenção da defesa civil		12.000	50.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção da defesa civil

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 34/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP:OBRAS,PESCA,DES. RURAL E AQUIL.C.	09.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Urbanização de Bairros e Vilas	0017

Objetivo do programa:  
Melhorar as condições de urbanização nos Bairros e Vilas.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1	2	Urbanização de Bairros e Vilas.		0,000	300.000,00

**III - Descrição das Ações**

Melhorar o aspecto dos Bairros e Vilas.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0034.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>300.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

Página: 35/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIC.	09.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Melhoria do Sistema Viário Municipal	0022

Objetivo do programa:

Melhorar as condições de trafegabilidade ao longo das vias de maior movimento de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que caminham nas vias urbanas e rurais da cidade.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisca	Financeira
2.020	1	2	Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário Municipal.		0,000	2.933.339,20

### II - Descrição das Ações

Pavimentar e Recuperar as Ruas e os Passeios.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	792.562,20	792.562,20
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	1.128.777,00	1.128.777,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0034.0000000	0,00	652.000,00	652.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0064.0000000	0,00	350.000,00	350.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.933.339,20</b>	<b>2.933.339,20</b>

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros  
0.1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

Página: 36/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIL.C.	09.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Utilidade Pública	0019

Objetivo do programa:  
Melhorar as condições de saúde da população, preservar o meio ambiente e manter a cidade limpa.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1	2	Manutenção da Coleta do Lixo e da Limpeza Pública.		0,000	4.030.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter e aperfeiçoar a Coleta do Lixo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.030.000,00</b>	<b>4.030.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 37/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIC.	09.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Iluminação Pública	0020

Objetivo do programa:

Baratear custos da rede de iluminação pública e melhorar a qualidade dos serviços.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1	2	Controle e extensão da rede de iluminação pública.		0.000	2.050.000,00

**II - Descrição das Ações**

Melhoria dos serviços de iluminação pública a cargo do Município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 38/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIL.C.	09.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Ampliação do Cemitério Municipal	0078

Objetivo do programa:

Dotar o Município de uma estrutura moderna e eficiente.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	2	Manutenção e Ampliação do Cemitério Municipal.		0,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter e ampliar com a aquisição de um terreno para novas Construções.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 39/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP. OBRAS, PESCA, DES. RURAL E AQUIC.	09.07
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Rural	511
Programa:	Água Potável	0041

Objetivo do programa:

Atender com água potável as famílias das localidades de Barreiros e Ponta da Barra, de forma a prevenir doenças e melhorar as condições de saúde.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisica	Financeira
2.026	1	2	Manutenção e melhoria de Redes de água potável.		0,000	75.000,00

**II - Descrição das Ações**

Melhorar o abastecimento de água potável das localidades de Barreiros e Ponta da Barra.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0064.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0034.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0064.0000000	0,00	4.000,00	4.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>75.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros  
0.1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

Página: 40/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	09.08
Função:	Administração	4
Subfunção:	Controle Interno	124
Programa:	Controle Interno	0077

Objetivo do programa:

Avaliar a execução financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas e em especial outras.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1	2	Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno.		0,000	152.000,00

### II - Descrição das Ações

Criar e desenvolver ações que visem à avaliação da ação governamental e gestão fiscal dos administradores.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>152.000,00</b>	<b>152.000,00</b>

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 41/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	09.09
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Operações Especiais	0000

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos Inativos e pensionistas pelo Tesouro Municipal.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	1	3	Amortização e encargos da dívida fundada..		0.000	2.100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Amortização e encargos da dívida fundada.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	0.1.0000.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	0.1.0000.0000000	0,00	400.000,00	400.000,00
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0.1.0000.0000000	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>2.100.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 42/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	09.09
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outras Transferências	845
Programa:	Operações Especiais	0000

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos Inativos e pensionistas pelo Tesouro Municipal.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	1	3	Contribuições ao PASEP e ao INSS.		0,000	3.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuições ao PASEP e ao INSS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0.1.0000.0000000	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	09.09
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Operações Especiais	0000

Objetivo do programa:  
Manter em dia o pagamento dos Inativos e pensionistas pelo Tesouro Municipal.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	1	3	Pagamento mensal dos inativos		0,000	1.200.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento mensal dos inativos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	0.1.0000.0000000	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
Total:			0,00	1.200.000,00	1.200.000,00

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	09.09
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Operações Especiais	0000

Objetivo do programa:  
Manter em dia o pagamento dos Inativos e pensionistas pelo Tesouro Municipal.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	1	3	Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal.		0,000	1.200.000,00

II - Descrição das Ações

Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensesos	0.1.0000.0000000	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
Total:			0,00	1.200.000,00	1.200.000,00

Legenda:  
0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 45/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO	09.11
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administração Geral	0122

Objetivo do programa:

Avaliar os projetos, elaborar programas e executar as ações administrativas.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	1	2	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação.		0,000	1.260.000,00

### II - Descrição das Ações

Manter os serviços inerentes a Gestão Administrativa Geral da Secretaria de Turismo e Lazer e Comunicação..

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	390.000,00	390.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	90.000,00	90.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	300.000,00	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0064.0000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.260.000,00</b>	<b>1.260.000,00</b>

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

Página: 46/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO	09.11
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Restaurante Escola	0126

Objetivo do programa:

Implantar o Restaurante-Escola do Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.065	1	1	Qualificar os profissionais na área de gastronomia.		0,000	90.936,54

**II - Descrição das Ações**

Manter o Restaurante-Escola, para permitir o resgate e o desenvolvimento da culinária da região como atrativo turístico e cultural.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	5.468,27	5.468,27
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0034.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	5.468,27	5.468,27
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0034.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0034.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>90.936,54</b>	<b>90.936,54</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

Página: 47/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO	09.11
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Parque Temático Pedra do Frade	0202

Objetivo do programa:

Promover o turismo em todos os sentidos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.082	1	1	Implantação do Parque Temático Pedra do Frade		0,000	250.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pavimentação do acesso, sinalização, iluminação, comunicação e equipamentos turísticos com local que ofereça infraestrutura ao visitantes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0034.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Página: 48/91  
 Data: 28/11/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	09.12
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Estrutura da Rede Básica de Proteção Social	0178

Objetivo do programa:

Estruturar a Rede Básica e Proteção Social.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.071	1	2	Estrutura da Rede Básica e Proteção Social pela Secretaria de Assistência Social.		0,000	2.406.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção o Funcionamento da Secretaria de Assistência Social.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.190.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
3.190.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.190.94.00.00.00.00	Indenizações Resituições Trabalhistas	0.1.0000.000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.350.43.00.00.00.00	Subvencões Sociais	0.1.0000.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.390.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.390.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.390.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.390.49.00.00.00.00	Auxílio- Transporte	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.406.000,00</b>	<b>2.406.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 49/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	09.12
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	0199

Objetivo do programa:

Coordenação de Políticas de Prevenção Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e outras Drogas" em 2014.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.075	1	2	Coordenação de Políticas de Prevenção Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Alcool e out		0,000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Celebrar convênio com órgãos, universidades públicas, entidades e diversos setores da sociedade buscando a pactuação de novos instrumentos para realização de seus objetivos, especialmente em 2014, sendo c

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 50/91  
 Data: 28/11/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ECON. E SOCIAL	09.13
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Planejamento Urbano e Habitação	0074

Objetivo do programa:  
 Elaborar os projetos urbano e habitação .

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	1	2	Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação		0,000	1,382,000,00

**II - Descrição das Ações**

Avaliar os projetos em tramitação.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	900.000,00	900.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.382.000,00</b>	<b>1.382.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 51/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	09.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Reserva de Contingência	0099

Objetivo do programa:  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.999	1	4	Reserva de Contingência.		0,000	26.375,00

**II - Descrição das Ações**  
Reserva de Contingência.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	0.1.0000.0000000	0,00		26.375,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>		<b>26.375,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 52/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	13.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	13.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Desenvolver a Indústria do Turismo	0016

Objetivo do programa:

Dar um rumo para a cidade, gerar emprego e renda para a população.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.100	1	2	Manutenção da exploração do potencial turístico.		0,000	150.000,00

### II - Descrição das Ações

Estimular o apoio e a exploração do potencial turístico.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	115.000,00	115.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 53/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.216	1	2	IGD SUAS		12,000	15,000,00

### II - Descrição das Ações

IGD SUAS

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0035.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0035.0000000	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0035.0000000	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0035.0000000	3.000,00	0,00	3.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

Legenda:

0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Página: 54/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.217	1	2	IGD Bolsa Família		12,000	30,000,00

### II - Descrição das Ações

IGD Bolsa Família

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0035.0000000	2,000,00	0,00	2,000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0035.0000000	8,000,00	0,00	8,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0035.0000000	5,000,00	0,00	5,000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0035.0000000	15,000,00	0,00	15,000,00
<b>Total:</b>			<b>30,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30,000,00</b>

### Legenda:

0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Página: 55/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.2.18	1	2	Piso Básico		12.000	358.000,00

**II - Descrição das Ações**

Piso Básico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0035.0000000	183.800,00	0,00	183.800,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	0.1.0061.0000000	0,00	9.000,00	9.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0035.0000000	65.200,00	0,00	65.200,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0061.0000000	0,00	22.000,00	22.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0035.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0035.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0035.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0061.0000000	0,00	28.000,00	28.000,00
<b>Total:</b>			<b>299.000,00</b>	<b>59.000,00</b>	<b>358.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União  
0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social

Página: 56/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.219	1	2	Piso Média Complexidade		12,000	251.480,60

**II - Descrição das Ações**

Piso Média Complexidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0035.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0035.0000000	43.048,80	0,00	43.048,80
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0035.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0061.0000000	0,00	15.412,80	15.412,80
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0.1.0035.0000000	32.400,00	0,00	32.400,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0061.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0035.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0061.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0035.0000000	55.619,00	0,00	55.619,00
<b>Total:</b>			<b>221.067,80</b>	<b>30.412,80</b>	<b>251.480,60</b>

**Legenda:**

0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União  
0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social

Página: 57/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:  
Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.220	1	2	Piso Alta Complexidade		12.000	214.750,00

**II - Descrição das Ações**

Piso Alta Complexidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	0.1.0035.0.000000	40.800,00	0,00	40.800,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	0.1.0061.0.000000	0,00	31.185,00	31.185,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0035.0.000000	27.000,00	0,00	27.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0061.0.000000	0,00	16.185,00	16.185,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0.1.0035.0.000000	8.000,00	0,00	8.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0.1.0035.0.000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0.1.0061.0.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0.1.0035.0.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0.1.0061.0.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0035.0.000000	41.580,00	0,00	41.580,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0061.0.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>142.380,00</b>	<b>72.370,00</b>	<b>214.750,00</b>

**Legenda:**

0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União  
0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social

Página: 58/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.2.12	1	2	Gestão do SUAS		0,000	441.000,00

**II - Descrição das Ações**

Gestão do SUAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.1.0061.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>441.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social



Página: 59/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão do SUAS	0197

Objetivo do programa:

Gestão Administrativa Superior do SUAS.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.215	1	2	Benefícios Eventuais		12.000	12.000,00

### II - Descrição das Ações

Benefícios Eventuais

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0061.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0.1.0061.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0.1.0061.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	0.1.0061.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0061.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>

### Legenda:

0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social

Página: 60/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0030

Objetivo do programa:

Tornar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.307	1	2	Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura.		0,000	678.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção dos serviços inerentes à Fundação Lagunense de Cultura.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	290.000,00	290.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>678.000,00</b>	<b>678.000,00</b>

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 61/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turístico	0002

Objetivo do programa:

Tomar as ações mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.309	1	1	Implantação do Memorial da Museologia do Memorial Tordesilhas		0,000	500.000,00

**II - Descrição das Ações**

Implantação do Memorial da Museologia do Memorial Tordesilhas

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0034.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0034.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0034.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0034.0000000	0,00	13.000,00	13.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0034.0000000	0,00	337.000,00	337.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

Página: 62/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turístico	0002

Objetivo do programa:

Tomar as ações mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.303	1	1	Apoio aos Evs. Passagem de Ano "Reveillon".		0,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuir para a realização dos Evs "Reveillon".

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	80.000,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 63/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turístico	0002

Objetivo do programa:

Tomar as ações mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.311	1	1	Restauração do Mercado Público de Laguna		0,000	1,015,000,00

**II - Descrição das Ações**

Restauração do Mercado Público de Laguna

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0034.0000000	0,00	1,000,00	1,000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0.1.0034.0000000	0,00	1,000,00	1,000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0034.0000000	0,00	1,000,00	1,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	300,000,00	300,000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0034.0000000	0,00	700,000,00	700,000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	10,000,00	10,000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0034.0000000	0,00	1,000,00	1,000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0034.0000000	0,00	1,000,00	1,000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1,015,000,00</b>	<b>1,015,000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 6491  
 Data: 28/11/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turístico	0002

Objetivo do programa:

Tomar as ações mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Fisica	Financeira
1.300	1	1	Manutenção ao Evento "A Semana Cultural"		0,000	1.185.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as atividades do Evento "A Semana Cultural".

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artíst. Científ. Desport. e Out	0.1.0000.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0034.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0034.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0064.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.185.000,00</b>	<b>1.185.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários  
 0.1.0034 - Transferências de Convênios - União/Outros  
 0.1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

Página: 66/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Mostra Regional de Dança.	0092

Objetivo do programa:  
Preservar a história da Cultura.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.306	1	1	Apoio aos Grupos Musicais.		0,000	80.000,00

### II - Descrição das Ações

Resgate e preservação da Cultura.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>80.000,00</b>

### Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários



Página: 66/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Laguna Verão	0135

Objetivo do programa:

Incentivar o Evento, através do apoio cultural.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.304	1	1	"Laguna Verão Temporada".		0,000	150.000,00

### II - Descrição das Ações

Apoio ao Evento "Laguna Verão Temporada".

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 67/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	15.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Carnaval Laguna Alegria	0189

Objetivo do programa:

Manter o apoio ao Evento "Carnaval"

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.302	1	1	Apoio ao Evento "Carnaval".		0,000	1.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuir para a realização do Evento "Carnaval".

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	0,1.0000.000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist,Cientif,Despor, e Out	0,1.0000.000000	0,00	7.000,00	7.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,1.0000.000000	0,00	273.000,00	273.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,1.0064.000000	0,00	600.000,00	600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

**Legenda:**

0,1.0000 - Recursos Ordinários  
0,1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros

Página: 68/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	16.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	16.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	Produção Vegetal	0025

Objetivo do programa:  
Ampliar a área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade, capitalizar agricultor e melhorar as condições de vida no campo de forma a evitar o Êxodo Rural.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.400	1	2	Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural		0,000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**  
Assistir o Produtor Rural.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	37.000,00	37.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 69/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	17.00
Unidade:	FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	17.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Administrativa Superior	0030

Objetivo do programa:  
Tomar as ações de Saúde mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.500	1	2	Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Imã VERA.		0,000	1.325.500,00

**II - Descrição das Ações**

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.000000	0,00	2.500,00	2.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0.1.0000.000000	0,00	900.000,00	900.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.325.500,00</b>	<b>1.325.500,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 70/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Proteção da Criança e do Adolescente	0083

Objetivo do programa:

Afastar a criança e o adolescente da situação de risco encaminhando-as para atividade profissional, integrando-as à sociedade.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.600	1	2	Proteção a criança em situação de risco. F.I.A.		0,000	497.000,00

### II - Descrição das Ações

Proteger cem por cento criança em situação de risco.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0000.0000000	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>497.000,00</b>	<b>497.000,00</b>

Legenda:

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 71/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	18.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Capacitação de Formação de Conselheiros	0143

Objetivo do programa:

Capacitar e formar os conselheiros de direito.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.601	1	2	Capacitar e Formar Conselheiros.		0,000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Capacitar 100% dos conselheiros.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 72/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Colegiado de Gestão Regional - CGR - AMIUREL	0192

Objetivo do programa:

Incentivar e apoiar as ações de regionalização da saúde, com melhora no serviço e diminuição de gastos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.720	1	2	Incentivo e apoio as ações de regionalização da saúde.		0.000	28.911,87

**II - Descrição das Ações**

Aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0067.0000000	0,00	3.979,50	3.979,50
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0067.0000000	0,00	3.979,50	3.979,50
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0067.0000000	0,00	20.952,87	20.952,87
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>28.911,87</b>	<b>28.911,87</b>

**Legenda:**

0.1.0067 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado



Página: 73/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde	0012

Objetivo do programa:

Realizar a medicina preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com a saúde curativa.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.713	1	2	Co-Financiamento.		0.000	439.926,02

### II - Descrição das Ações

Estender, equipar e manter a rede básica - Co-Financiamento.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0067.0000000	0,00	100.772,50	100.772,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0067.0000000	0,00	107.661,32	107.661,32
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0067.0000000	0,00	4.753,94	4.753,94
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0067.0000000	0,00	122.055,56	122.055,56
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0067.0000000	0,00	104.682,70	104.682,70
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>439.926,02</b>	<b>439.926,02</b>

Legenda:

0.1.0067 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Página: 74/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde	0012

Objetivo do programa:  
Realizar a medicina preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com a saúde curativa.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.700	1	2	Estender, equipar e manter a rede básica.		0,000	11.167.714,28

**II - Descrição das Ações**

Diminuir os gastos com a saúde curativa.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vendimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.000000	550.000,00	0,00	550.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0.1.0002.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0002.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0002.000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0.1.0002.000000	16.550,00	0,00	16.550,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0002.000000	21.300,00	0,00	21.300,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.000000	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0067.000000	0,00	83.070,87	83.070,87
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.000000	0,00	2.989.667,00	2.989.667,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0002.000000	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0002.000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0033.000000	0,00	46.202,10	46.202,10
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0067.000000	0,00	35.882,11	35.882,11
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0.1.0002.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0002.000000	500,00	0,00	500,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0.1.0002.000000	60.000,00	0,00	60.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0002.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0033.000000	0,00	548.375,10	548.375,10
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0002.000000	66.167,10	0,00	66.167,10
<b>Total:</b>			<b>7.464.517,10</b>	<b>3.703.197,18</b>	<b>11.167.714,28</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde  
0.1.0067 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Página: 7591  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde	0012

Objetivo do programa:

Realizar a medicina preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com a saúde curativa.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.717	1 2	Acesso e a Humanização do Atendimento a Saúde		0,000	514.810,50

### II - Descrição das Ações

Estender, equipar e manter a rede de atenção básica.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0033.0000000	0,00	75.000,00	75.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0101.0000000	0,00	173.770,00	173.770,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0033.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.0000000	0,00	166.040,50	166.040,50
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>514.810,50</b>	<b>514.810,50</b>

Legenda:

0.1.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde  
0.1.0101  
- SUS - UNIÃO

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 76/91  
 Data: 28/11/2016

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Saúde da Família	0084

Objetivo do programa:

Construir, ampliar e manter a unidade de saúde do KM 37.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.701	1	2	PSFs/ NASF/ PAB		0,000	8.456.732,74

**II - Descrição das Ações**

Funcionamento e manutenção do P.S.F. - NASF.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	177.850,00	0,00	177.850,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.000000	0,00	4.048.953,97	4.048.953,97
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.000000	1.650.000,00	0,00	1.650.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0101.000000	0,00	17.525,00	17.525,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	54.365,00	0,00	54.365,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.000000	0,00	417.250,00	417.250,00
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0002.000000	1.045,90	0,00	1.045,90
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0002.000000	310.709,00	0,00	310.709,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.000000	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0002.000000	5.900,00	0,00	5.900,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.000000	0,00	759.740,97	759.740,97
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0002.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0033.000000	0,00	75.000,00	75.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0101.000000	0,00	155.929,00	155.929,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0002.000000	1.070,90	0,00	1.070,90
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.000000	0,00	131.393,00	131.393,00
<b>Total:</b>			<b>2.280.940,80</b>	<b>6.175.791,94</b>	<b>8.456.732,74</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
 0.1.0033 - Transferências de Convênios - União/Saúde  
 0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Página: 77/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

#### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Agente Comunitário	0088

Objetivo do programa:

Realizar a alimentação e nutrição da criança e da gestante, melhorar as condições de saúde evitando os gastos com a saúde curativa.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.706	1	2	Agente Comunitário.		0,000	1.155.196,60

#### II - Descrição das Ações

Ampliar, equipar e manter a rede básica de atendimento .

#### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	593.808,99	593.808,99
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	1.093,65	1.093,65
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.0000000	0,00	1.093,65	1.093,65
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	196.854,06	196.854,06
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0002.0000000	32.346,25	0,00	32.346,25
<b>Total:</b>			<b>112.346,25</b>	<b>1.042.850,35</b>	<b>1.155.196,60</b>

Legenda:

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Página: 78/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Saúde Bucal	0098

**Objetivo do programa:**

Realizar a medicina preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com a saúde curativa.

**Justificativa do programa:**

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.7.12	1	2	Saúde Bucal/ CEO		0,000	774.640,98

**II - Descrição das Ações**

Estender, equipar e manter a rede básica - Saúde Bucal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0002.0000000	25,00	0,00	25,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	363.249,06	363.249,06
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	138.477,50	138.477,50
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	116.175,00	116.175,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.0000000	0,00	3.280,96	3.280,96
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	9.687,30	9.687,30
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.0000000	0,00	43.746,16	43.746,16
<b>Total:</b>			<b>100.025,00</b>	<b>674.615,98</b>	<b>774.640,98</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Página: 79/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0183

Objetivo do programa:

Manter os Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.7.16	1	2	Acompanhamento Psicossocial - CAPS		0,000	594.176,77

**II - Descrição das Ações**

Atendimento/Acompanhamento Psicossocial - CAPS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	230.000,00	230.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	162.525,00	162.525,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0101.0000000	0,00	25.450,00	25.450,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	40.501,77	40.501,77
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.0000000	0,00	34.686,54	34.686,54
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	24.946,08	24.946,08
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.0000000	0,00	26.067,38	26.067,38
<b>Total:</b>			<b>50.000,00</b>	<b>544.176,77</b>	<b>594.176,77</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO



Página: 80/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0183

Objetivo do programa:

Manter os Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.711	1	2	Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.		0,000	407.656,61

**II - Descrição das Ações**

Manter o Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	160.900,00	160.900,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0101.0000000	0,00	1.093,65	1.093,65
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	7.438,26	7.438,26
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.0000000	0,00	4.255,57	4.255,57
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	3.969,13	3.969,13
<b>Total:</b>			<b>30.000,00</b>	<b>377.656,61</b>	<b>407.656,61</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Página: 81/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	CIS - AMIUREL	0198

Objetivo do programa:

Incentivar e apoiar as ações de regionalização da saúde, com melhora no serviço e diminuição de gastos.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.721	1	2	CIS - AMIUREL		0,000	130.000,00

### II - Descrição das Ações

Incentivo e apoio as ações de regionalização da saúde - MAC

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0.1.0002.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0.1.0002.0000000	110.000,00	0,00	110.000,00
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0.1.0002.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>

Legenda:

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Página: 82/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Teto Finan. de Média e Alta	0112

Objetivo do programa:  
Estender, equipar e manter a rede básica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.710	1	2	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar/ FAEC		0,000	6.000.000,00

**II - Descrição das Ações**  
Atendimento a Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar..

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>

**Legenda:**  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Serviços de Emergência	0142

Objetivo do programa:  
Melhorar os serviços de emergência.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.709	1	2	Serviços de Emergência.		0,000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção dos serviços de emergência.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0002.0000000	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Total:			1.000.000,00	0,00	1.000.000,00

Legenda:

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Página: 84/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa:	Farmácia Básica.	0141

Objetivo do programa:  
Manter o suporte profilático e terapêutico.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.708	1	2	Farmácia Básica.		0,000	904.480,53

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do suporte profilático e terapêutico.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0067.0000000	0,00	218.331,36	218.331,36
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	476.149,17	476.149,17
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0.1.0002.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	0.1.0002.0000000	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>210.000,00</b>	<b>694.480,53</b>	<b>904.480,53</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0067 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado  
0.1.0101 - SUS - UNIAO

Página: 85/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19,00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19,01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Vigilância Sanitária	0085

Objetivo do programa:  
Realizar a Vigilância Sanitária preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com a saúde curativa.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.703	1	2	Vigilância em Saúde.		0,000	793.492,66

**II - Descrição das Ações**  
Manutenção da Vigilância Sanitária.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição de Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0101.000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0002.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0101.000000	0,00	3.750,00	3.750,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0002.000000	2.500,00	0,00	2.500,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0101.000000	0,00	350.000,00	350.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0002.000000	600,00	0,00	600,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0002.000000	500,00	0,00	500,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0101.000000	0,00	2.410,00	2.410,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.000000	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.000000	0,00	50.062,66	50.062,66
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.000000	0,00	2.295,00	2.295,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0002.000000	1.305,00	0,00	1.305,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.000000	0,00	29.745,00	29.745,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0002.000000	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.000000	0,00	6.325,00	6.325,00
<b>Total:</b>			<b>98.905,00</b>	<b>694.587,66</b>	<b>793.492,66</b>

**Legenda:**

0.1.0002 - Recatas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO



Página: 86/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	Incent. no Amb. do Prog. N. de HIV/AIDS e outros DST	0114

Objetivo do programa:

Estender, equipar e manter a rede básica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2,719	1	2	Ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.		0,000	189,033,44

### II - Descrição das Ações

Estender, equipar e manter as ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0101.0000000	0,00	3.335,64	3.335,64
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0002.0000000	22.252,88	0,00	22.252,88
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0101.0000000	0,00	43.262,78	43.262,78
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0101.0000000	0,00	3.295,90	3.295,90
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0101.0000000	0,00	39.370,53	39.370,53
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0101.0000000	0,00	77.515,71	77.515,71
<b>Total:</b>			<b>22.252,88</b>	<b>166.780,56</b>	<b>189.033,44</b>

### Legenda:

0.1.0002 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde  
0.1.0101 - SUS - UNIÃO



Página: 87/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUMREBOM	20.00
Unidade:	FUMREBOM	20.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Segurança Contra Sinistros	0036

Objetivo do programa:  
Manter a segurança da população contra os sinistros.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.800	1	2	Segurança Contra Sinistros - FUMREBOM		0,000	425.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter a segurança da população em geral - FUMREBOM

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	155.000,00	155.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>	<b>425.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 88/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	21.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	21.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Subsídio a Habitação de Interesse Social-PSH	0058

Objetivo do programa:

Conceder subsídio a habitação as famílias de baixa renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.900	1	2	Subsídio a Habitação de Interesse Social.		0,000	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender à População de Baixa Renda.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 89/91  
Data: 28/11/2016

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	FUM POM	22.00
Unidade:	FUM POM	22.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Preservação contra Delitos	0053

Objetivo do programa:

Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de forma a tomar as ações mais eficientes, ágeis e eficazes.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
4.000	1	2	Prevenção contra delitos.		0,000	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Manter e equipar a segurança contra delitos, praticados no Município.

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 90/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	23.00
Unidade:	FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	23.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Recuperação de Áreas Degradadas	543
Programa:	Gestão Ambiental	0023

Objetivo do programa:  
Buscar o equilíbrio ecológico.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
4.100	1	2	Manter e preservar o meio ambiente.		0,000	840.000,00

**II - Descrição das Ações**

Combater o desmatamento, queimadas, poluição das nascentes dos rios e das cachoeiras.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.0000000	0,00	550.000,00	550.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0.1.0000.0000000	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	0.1.0000.0000000	0,00	3.000,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>840.000,00</b>	<b>840.000,00</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

Página: 91/91  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	24.00
Unidade:	FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	24.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.	0208

Objetivo do programa:

Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
6.000	1	2	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.		0,000	55.980,88

**II - Descrição das Ações**

Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	28.113,76	28.113,76
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0.1.0000.000000	0,00	11.867,12	11.867,12
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0.1.0000.000000	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>55.980,88</b>	<b>55.980,88</b>

**Legenda:**

0.1.0000 - Recursos Ordinários

**ANEXO DA LEI 1.895/16****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços

Página: 1/2  
Data: 28/11/2016

Especificação	Serviços	Obras	Total
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	120.000,00	0,00	120.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	120.000,00	0,00	120.000,00
Manutenção da exploração do potencial turístico.	120.000,00	0,00	120.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	380.400,00	0,00	380.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	380.400,00	0,00	380.400,00
Benefícios Eventuais	7.000,00	0,00	7.000,00
Gestão do SUAS	220.000,00	0,00	220.000,00
IGD Bolsa Família	5.000,00	0,00	5.000,00
IGD SUAS	3.000,00	0,00	3.000,00
Piso Alta Complexidade	48.000,00	0,00	48.000,00
Piso Básico	40.000,00	0,00	40.000,00
Piso Média Complexidade	57.400,00	0,00	57.400,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	3.522.000,00	24.000,00	3.546.000,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	3.522.000,00	24.000,00	3.546.000,00
"Laguna Verão Temporada".	70.000,00	0,00	70.000,00
Apoio ao Evento "Carnaval".	890.000,00	0,00	890.000,00
Apoio aos Evs. Passagem de Ano " "Revelation".	100.000,00	0,00	100.000,00
Apoio aos Grupos Musicais.	9.000,00	0,00	9.000,00
Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura.	176.000,00	0,00	176.000,00
Implantação do Memorial da Museologia do Memorial Tordesilhas	100.000,00	13.000,00	113.000,00
Manutenção ao Evento "A Semana Cultural"	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00
Restauração do Mercado Público de Laguna	1.002.000,00	11.000,00	1.013.000,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	43.000,00	0,00	43.000,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	43.000,00	0,00	43.000,00
Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural	43.000,00	0,00	43.000,00
FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	54.500,00	10.000,00	64.500,00
FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	54.500,00	10.000,00	64.500,00
Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmão Vera.	54.500,00	10.000,00	64.500,00
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	77.000,00	0,00	77.000,00
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	77.000,00	0,00	77.000,00
Capacitar e Formar Conselheiros.	60.000,00	0,00	60.000,00
Proteção a criança em situação de risco. F.I.A.	17.000,00	0,00	17.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.854.251,77	1.078.074,10	10.932.325,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.854.251,77	1.078.074,10	10.932.325,87
Acesso e a Humanização do Atendimento a Saúde	0,00	248.770,00	248.770,00
Ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.	42.666,43	0,00	42.666,43
Acompanhamento Psicossocial - CAPS	59.632,62	0,00	59.632,62
Agente Comunitário.	197.947,71	0,00	197.947,71
Co-Financiamento.	126.809,50	0,00	126.809,50
Estender, equipar e manter a rede básica.	1.412.084,21	558.375,10	1.970.459,31
Farmácia Básica.	100.000,00	0,00	100.000,00
Incentivo e apoio as ações de regionalização da saúde.	24.932,37	0,00	24.932,37
Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar/ FAEC	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
PSF's/ NASF/ PAB	835.640,97	270.929,00	1.106.569,97
Saúde Bucal/ CEO	12.968,26	0,00	12.968,26
Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.	8.224,70	0,00	8.224,70
Serviços de Emergência.	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Vigilância em Saúde.	33.345,00	0,00	33.345,00
FUMREBOM	110.000,00	10.000,00	120.000,00
FUMREBOM	110.000,00	10.000,00	120.000,00
Segurança Contra Sinistros - FUMREBOM	110.000,00	10.000,00	120.000,00
PODER EXECUTIVO	26.657.247,78	1.860.838,76	28.518.086,54
GABINETE DO PREFEITO	404.000,00	0,00	404.000,00
Func. e manutenção do Gabinete.	342.000,00	0,00	342.000,00
Manutenção da Guarda Municipal	60.000,00	0,00	60.000,00
Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.	2.000,00	0,00	2.000,00
PROCURADORIA GERAL	25.000,00	0,00	25.000,00
Representar o Município judicial e extrajudicial.	25.000,00	0,00	25.000,00
SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	7.820.200,00	0,00	7.820.200,00
Controle e Fiscalizacão do Estabelecimentos Comerciais - Policia Militar - Alvera	60.000,00	0,00	60.000,00
Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - PML 30%	80.000,00	0,00	80.000,00
Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Policia Civil 35%	70.000,00	0,00	70.000,00
Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Policia Militar 35%	70.000,00	0,00	70.000,00
Manutenção da Administração Financeira.	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.	30.000,00	0,00	30.000,00
Programa de Modernização da Adm.Tributária e da Gestão - PMAT	6.000.200,00	0,00	6.000.200,00
SECRETARIA DE SAUDE	7.187,30	0,00	7.187,30
Administração Geral do atendimento à Saúde.	7.187,30	0,00	7.187,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	4.711.615,21	1.596.370,49	6.307.985,70
Apoio ao esporte amador.	40.000,00	0,00	40.000,00
Aquisição de equipamentos para a manutenção e ampliação do Centro Biblioteca	5.000,00	0,00	5.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços

Página: 2/2  
Data: 28/11/2016

Especificação	Serviços	Obras	Total
PODER EXECUTIVO	26.657.247,78	1.860.838,76	28.518.086,54
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	4.711.615,21	1.596.370,49	6.307.985,70
Construção de Centro de Educação Infantil.	0,00	600.000,00	600.000,00
Construção de Pista de Skate	0,00	60.000,00	60.000,00
Construção de Quadra Escolar na EEB Mun. Comandante Moreira e EEB Mun. P	0,00	101.000,00	101.000,00
Cursos na Modalidade a Distância	25.000,00	0,00	25.000,00
Dar condições de acesso à Universidade aos estudantes universitários.	40.000,00	0,00	40.000,00
Dinheiro Direto na Escola	2.000,00	0,00	2.000,00
Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil.	670.000,00	0,00	670.000,00
Manutenção e melhoria do Depto.Pedagógico.	60.000,00	0,00	60.000,00
Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação.	205.115,21	220.370,49	425.485,70
Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental.	1.350.000,00	615.000,00	1.965.000,00
ManutençãoTransporte Escolar.	35.000,00	0,00	35.000,00
Merenda Escolar.	2.279.500,00	0,00	2.279.500,00
SECRETARIA TRANSP.OBRAS,PESCA,DES. RURAL E AQUILC.	9.871.777,00	94.000,00	9.965.777,00
Controle e extensão da rede de iluminação pública.	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Manutenção da Coleta do Lixo e da Limpeza Pública.	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
Manutenção da defesa civil	35.000,00	5.000,00	40.000,00
Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Trans. Obras, Pesca e Agric	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00
Manutenção e Ampliação do Cemitério Municipal.	45.000,00	5.000,00	50.000,00
Manutenção e melhoria de Redes de água potável.	51.000,00	24.000,00	75.000,00
Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário Municipal.	2.130.777,00	10.000,00	2.140.777,00
Urbanização de Bairros e Vilas.	100.000,00	50.000,00	150.000,00
CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	17.000,00	0,00	17.000,00
Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno.	17.000,00	0,00	17.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Contribuições ao PASEP e ao INSS.	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO	745.468,27	170.468,27	915.936,54
Implantação do Parque Temático Pedra do Frade	0,00	150.000,00	150.000,00
Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria de Turismo, Lazer e Comuni	720.000,00	0,00	720.000,00
Qualificar os profissionais na área de gastronomia.	25.468,27	20.468,27	45.936,54
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	3.000,00	0,00	3.000,00
Estrutura da Rede Básica e Proteção Social pela Secretaria de Assistência Social.	3.000,00	0,00	3.000,00
SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ECON. E SOCIAL	52.000,00	0,00	52.000,00
Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação	52.000,00	0,00	52.000,00
FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	6.000,00	2.000,00	8.000,00
FUNDO DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL	6.000,00	2.000,00	8.000,00
Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.	6.000,00	2.000,00	8.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	9.000,00	0,00	9.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	9.000,00	0,00	9.000,00
Subsídio a Habitação de Interesse Social.	9.000,00	0,00	9.000,00
FUMPOM	7.000,00	0,00	7.000,00
FUMPOM	7.000,00	0,00	7.000,00
Prevenção contra delitos.	7.000,00	0,00	7.000,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	86.000,00	0,00	86.000,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	86.000,00	0,00	86.000,00
Manter e preservar o meio ambiente.	86.000,00	0,00	86.000,00
PODER LEGISLATIVO	512.309,00	75.460,00	587.769,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	512.309,00	75.460,00	587.769,00
Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes.	512.309,00	75.460,00	587.769,00
<b>Total Entidade:</b>	<b>41.438.708,55</b>	<b>3.060.372,86</b>	<b>44.499.081,41</b>



**ANEXO DA LEI 1.895/16**

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 1/14  
 Data: 28/11/2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	10.000,00	<b>PROGRAMA: 0016 - Desenvolver a Indústria do Turismo</b>	<b>150.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2100 Manutenção da exploração do potencial turístico.	150.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>10.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>150.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 2/14  
 Data: 28/11/2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	891.230,60	<b>PROGRAMA: 0197 - Gestão do SUAS</b>	<b>1.322.230,60</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2212 Gestão do SUAS	441.000,00
		2215 Benefícios Eventuais	12.000,00
		2216 IGD SUAS	15.000,00
		2217 IGD Bolsa Família	30.000,00
		2218 Piso Básico	358.000,00
		2219 Piso Média Complexidade	251.480,60
		2220 Piso Alta Complexidade	214.750,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>891.230,60</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.322.230,60</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>891.230,60</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.322.230,60</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 3/14  
 Data: 28/11/2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 3 - FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	2.612.578,43	<b>PROGRAMA: 0002 - Desenvolvimento e Apoio a Atividade</b>	<b>2.850.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1300 Manutenção ao Evento "A Semana Cultural"	1.185.000,00
		1303 Apoio aos Evs. Passagem de Ano ""Reveillon ""	150.000,00
		1309 Implantação do Memorial da Museologia do Memo	500.000,00
		1311 Restauração do Mercado Público de Laguna	1.015.000,00
		<b>PROGRAMA: 0030 - Gestão Administrativa Superior</b>	<b>678.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2307 Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagu	678.000,00
		<b>PROGRAMA: 0092 - Mostra Regional de Dança.</b>	<b>80.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1306 Apoio aos Grupos Musicais.	80.000,00
		<b>PROGRAMA: 0135 - Laguna Verão</b>	<b>150.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1304 "Laguna Verão Temporada".	150.000,00
		<b>PROGRAMA: 0189 - Camaval Laguna Alegria</b>	<b>1.000.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1302 Apoio ao Evento "Camaval".	1.000.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.612.578,43</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.758.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.612.578,43</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.758.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 4/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	3.200,00	<b>PROGRAMA: 0025 - Produção Vegetal</b>	<b>50.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2400 Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rur	50.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.200,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>50.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.200,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 5/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	1.500,00	<b>PROGRAMA: 0030 - Gestão Administrativa Superior</b>	<b>1.325.500,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2500 Manutenção da Gestão Administrativa Superior da	1.325.500,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.500,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.325.500,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.500,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.325.500,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 6/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANCA E ADOLESC. LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	309.150,00	<b>PROGRAMA: 0083 - Proteção da Criança e do Adolescer</b>	<b>497.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2600 Proteção a criança em situação de risco. F.I.A.	497.000,00
		<b>PROGRAMA: 0143 - Capacitação de Formação de Conse</b>	<b>100.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2601 Capacitar e Formar Conselheiros.	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>309.150,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>597.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>309.150,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>597.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 7/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	20.985.506,72	<b>PROGRAMA: 0012 - Acesso e a Human. do Atend. a Saú</b>	<b>12.122.450,80</b>
4.2.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	1.230.899,20	PROJETO/ATIVIDADE	
		2700 Estender, equipar e manter a rede básica.	11.167.714,28
		2713 Co-Financiamento.	439.926,02
		2717 Acesso e a Humanização do Atendimento a Saúde	514.810,50
		<b>PROGRAMA: 0084 - Saúde da Família</b>	<b>8.456.732,74</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2701 PSFs/ NASF/ PAB	8.456.732,74
		<b>PROGRAMA: 0085 - Vigilância Sanitária</b>	<b>793.492,66</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2703 Vigilância em Saúde.	793.492,66
		<b>PROGRAMA: 0088 - Agente Comunitário</b>	<b>1.155.196,60</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2706 Agente Comunitário.	1.155.196,60
		<b>PROGRAMA: 0098 - Saúde Bucal</b>	<b>774.640,98</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2712 Saúde Bucal/ CEO	774.640,98
		<b>PROGRAMA: 0112 - Teto Finan. de Media e Alta</b>	<b>6.000.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2710 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospita	6.000.000,00
		<b>PROGRAMA: 0114 - Incent. no Amb. do Prog. N. de HIV /</b>	<b>189.033,44</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2719 Ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.	189.033,44
		<b>PROGRAMA: 0141 - Farmácia Básica.</b>	<b>904.480,53</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2708 Farmácia Básica.	904.480,53
		<b>PROGRAMA: 0142 - Serviços de Emergência</b>	<b>1.000.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2709 Serviços de Emergência.	1.000.000,00
		<b>PROGRAMA: 0183 - Média e Alta Complexidade Ambulat</b>	<b>1.001.833,38</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2711 Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAM	407.656,61
		2716 Acompanhamento Psossocial - CAPS	594.176,77
		<b>PROGRAMA: 0192 - Colegiado de Gestão Regional - CGI</b>	<b>28.911,87</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2720 Incentivo e apoio as ações de regionalização da sé	28.911,87
		<b>PROGRAMA: 0198 - CIS - AMUREL</b>	<b>130.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2721 CIS - AMUREL	130.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>22.216.405,92</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>32.556.773,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.216.405,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>32.556.773,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 8/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	45.000,00	<b>PROGRAMA: 0036 - Segurança Contra Sinistros</b>	<b>425.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2800 Segurança Contra Sinistros - FUMREBOM	425.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>45.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>425.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>425.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 9/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	89.346.914,57	<b>PROGRAMA: 0000 - Operações Especiais</b>	<b>7.500.000,00</b>
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	8.653.346,57	PROJETO/ATIVIDADE	
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.068.984,09	0001 Pagamento mensal dos inativos	1.200.000,00
		0002 Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Mi	1.200.000,00
		0003 Amortização e encargos da dívida fundada..	2.100.000,00
		0004 Contribuições ao PASEP e ao INSS.	3.000.000,00
		<b>PROGRAMA: 0010 - Educação Física, Desporto e Lazer</b>	<b>60.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1096 Construção de Pista de Skate	60.000,00
		<b>PROGRAMA: 0017 - Urbanização de Bairros e Vilas</b>	<b>300.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2018 Urbanização de Bairros e Vilas.	300.000,00
		<b>PROGRAMA: 0019 - Utilidade Pública</b>	<b>4.030.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2022 Manutenção da Coleta do Lixo e da Limpeza Públi	4.030.000,00
		<b>PROGRAMA: 0020 - Iluminação Pública</b>	<b>2.050.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2023 Controle e extensão da rede de iluminação pública	2.050.000,00
		<b>PROGRAMA: 0022 - Melhoria do Sistema Viário Municipi</b>	<b>2.933.339,20</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2020 Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário M	2.933.339,20
		<b>PROGRAMA: 0030 - Gestão Administrativa Superior</b>	<b>6.507.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2001 Func. e manutenção do Gabinete.	1.872.000,00
		2007 Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.	135.000,00
		2017 Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria d	4.500.000,00
		<b>PROGRAMA: 0031 - Administração Financeira</b>	<b>11.752.230,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1099 Programa de Modernização da Adm. Tributária e de	6.712.230,00
		2012 Manutenção da Administração Financeira.	5.040.000,00
		<b>PROGRAMA: 0034 - Trânsito Seguro</b>	<b>420.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2031 Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC	120.000,00
		2033 Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC	150.000,00
		2034 Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC	150.000,00
		<b>PROGRAMA: 0037 - Transporte dos Estudantes Univesit</b>	<b>100.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1046 Dar condições de acesso à Universidade aos estu	100.000,00
		<b>PROGRAMA: 0041 - Água Potável</b>	<b>75.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2026 Manutenção e melhoria de Redes de água potável	75.000,00
		<b>PROGRAMA: 0045 - Animal Sotio Assistido</b>	<b>139.374,60</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2036 Administração Geral do atendimento à Saúde.	139.374,60
		<b>PROGRAMA: 0073 - Guarda Municipal</b>	<b>700.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2002 Manutenção da Guarda Municipal	700.000,00
		<b>PROGRAMA: 0074 - Planejamento Urbano e Habitação</b>	<b>1.382.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2068 Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitac	1.382.000,00
		<b>PROGRAMA: 0076 - Processos Judiciarios</b>	<b>760.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2003 Representar o Município judicial e extrajudicial.	760.000,00
		<b>PROGRAMA: 0077 - Controle Interno</b>	<b>152.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2005 Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pel	152.000,00
		<b>PROGRAMA: 0078 - Ampliação do Cemitério Municipal</b>	<b>60.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2025 Manutenção e Ampliação do Cemitério Municipal.	60.000,00
		<b>PROGRAMA: 0080 - Acervo Bibliotecário</b>	<b>10.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2052 Aquisição de equipamentos para a manutenção e	10.000,00
		<b>PROGRAMA: 0081 - Desporto Amador</b>	<b>153.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2055 Apoio ao esporte amador.	153.000,00
		<b>PROGRAMA: 0099 - Reserva de Contingência</b>	<b>26.375,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		9999 Reserva de Contingência.	26.375,00
		<b>PROGRAMA: 0122 - Administração Geral</b>	<b>1.310.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2062 Manutenção da Gestão Administrativa da Secretari	1.260.000,00
		2102 Manutenção da defesa civil	50.000,00
		<b>PROGRAMA: 0126 - Restaurante Escola</b>	<b>90.936,54</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1065 Qualificar os profissionais na área de gastronomia.	90.936,54

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 10/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR	
		PROGRAMA: 0127 - Merenda escolar	2.279.500,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2038 Merenda Escolar.	2.279.500,00	
		PROGRAMA: 0136 - Precatório	2.500.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2010 Pagamento de precatórios.	2.500.000,00	
		PROGRAMA: 0138 - Ensino Especial	85.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2051 Manutenção da Educação Especial à APAE.	85.000,00	
		PROGRAMA: 0178 - Estrutura da Rede Básica de Proteção Social	2.406.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2071 Estrutura da Rede Básica e Proteção Social pela S	2.406.000,00	
		PROGRAMA: 0184 - Educação Básica.	23.087.117,18	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		1080 Construção de Quadra Escolar na EEB Mun. Com.	101.000,00	
		1081 Construção de Centro de Educação Infantil.	600.000,00	
		2039 Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental - S	890.062,20	
		2040 Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental.	9.015.000,00	
		2042 Remuneração profissionais do magistério do FUNI	8.943.054,98	
		2044 Manutenção e melhoria do Depto.Pedagógico.	100.000,00	
		2047 Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil.	3.310.000,00	
		2057 ManutençãoTransporte Escolar.	75.000,00	
		2077 Dinheiro Direto na Escola	3.000,00	
		2078 Cursos na Modalidade a Distância	50.000,00	
		PROGRAMA: 0199 - Enfrentamento ao Crack e outras Dr	100.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2075 Coordenação de Políticas de Prevenção Atenção e	100.000,00	
		PROGRAMA: 0202 - Parque Temático Pedra do Frade	250.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		1082 Implantação do Parque Temático Pedra do Frade	250.000,00	
		PROGRAMA: 0208 - Implementar e manter um sistema p	55.980,88	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		6000 Implementar e manter um sistema permanente de	55.980,88	
		PROGRAMA: 0215 - Gestão da Administração Governam	173.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2081 Manutenção dos Encargos Gerais da Administração	33.000,00	
		2089 Controle e Fiscalizacao do Estabelecimentos Com	140.000,00	
	SUBTOTAL	91.931.277,05	SUBTOTAL	71.447.853,40
	Tranferências Financeiras Recebidas	20.483.423,65	Tranferências Financeiras Concedidas	20.483.423,65
	TOTAL	112.414.700,70	TOTAL	91.931.277,05

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 11/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL			
		PROGRAMA: 0058 - Subsidio a Habitação de Interesse S	10.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2900 Subsidio a Habitação de Interesse Social.	10.000,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	10.000,00
		Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	10.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 12/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM</b>			
		<b>PROGRAMA: 0053 - Preservação contra Delitos</b>	<b>10.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		4000 Prevenção contra delitos.	10.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>10.000,00</b>
		Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 13/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	20.665,00	<b>PROGRAMA: 0023 - Gestão Ambiental</b>	<b>840.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		4100 Manter e preservar o meio ambiente.	840.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.665,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>840.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.665,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>840.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 14/14  
 Data: 28/11/2016

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>			
		<b>PROGRAMA: 0001 - Processo Legislativo</b>	<b>4.208.518,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2000 Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e	4.208.518,00
		<b>PROGRAMA: 0190 - Pagamento de Inativos e Pensionist</b>	<b>340.132,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2070 Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e	340.132,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.548.650,00</b>
		Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.548.650,00</b>

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 1/8  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>					
<b>Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO</b>					
23	Comércio e Serviços	0	150.000,00	0,00	150.000,00
23.695	Turismo	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
23.695.0016	Desenvolver a Indústria do Turismo	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
23.695.0016.2.100	Manutenção da exploração do potencial turístico.		150.000,00		150.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 14.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 14.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
08	Assistência Social	0	1.322.230,60	0,00	1.322.230,60
08.244	Assistência Comunitária	0,00	1.322.230,60	0,00	1.322.230,60
08.244.0197	Gestão do SUAS	0,00	1.322.230,60	0,00	1.322.230,60
08.244.0197.2.212	Gestão do SUAS		12.000,00		12.000,00
08.244.0197.2.215	Benefícios Eventuais		15.000,00		15.000,00
08.244.0197.2.216	IGD SUAS		30.000,00		30.000,00
08.244.0197.2.217	IGD Bolsa Família		358.000,00		358.000,00
08.244.0197.2.218	Piso Básico		251.480,60		251.480,60
08.244.0197.2.219	Piso Média Complexidade		214.750,00		214.750,00
08.244.0197.2.220	Piso Alta Complexidade				
<b>Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA</b>					
<b>Órgão: 15.00 FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>					
<b>Unidade: 15.01 FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA</b>					
04	Administração	4080000	678.000,00	0,00	4.758.000,00
04.122	Administração Geral	4.080.000,00	678.000,00	0,00	4.758.000,00
04.122.0030	Gestão Administrativa Superior	4.080.000,00	678.000,00	0,00	4.758.000,00
04.122.0030.2.307	Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura.		678.000,00		678.000,00
13	Cultura	4.080.000,00			4.080.000,00
13.392	Difusão Cultural	4.080.000,00			4.080.000,00
13.392.0135	Laguna Verão	150.000,00			150.000,00
13.392.0135.1.304	"Laguna Verão Temporada".	150.000,00			150.000,00
13.392.0189	Carnaval Laguna Alegria	1.000.000,00			1.000.000,00
13.392.0189.1.302	Apoio ao Evento "Carnaval".	1.000.000,00			1.000.000,00
13.392.0002	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult.Hist. e Turístico	2.850.000,00			2.850.000,00
13.392.0002.1.300	Manutenção ao Evento "A Semana Cultural"	1.185.000,00			1.185.000,00
13.392.0002.1.303	Apoio aos Evts. Passagem de Ano "Revellion".	150.000,00			150.000,00
13.392.0002.1.309	Implantação do Memorial da Museologia do Memorial Tordesilhas	500.000,00			500.000,00
13.392.0002.1.311	Restauração do Mercado Público de Laguna	1.015.000,00			1.015.000,00
13.392.0092	Mostra Regional de Dança.	80.000,00			80.000,00
13.392.0092.1.306	Apoio aos Grupos Musicais.	80.000,00			80.000,00
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO</b>					
<b>Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO</b>					
20	Agricultura	0	50.000,00	0,00	50.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
20.608.0025	Produção Vegetal	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
20.608.0025.2.400	Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural		50.000,00		50.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA					
Órgão: 17.00 FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0	1.325.500,00	0,00	1.325.500,00
Unidade: 17.01 FUNDAÇÃO IRMÃ VERA		0,00	1.325.500,00	0,00	1.325.500,00
04	Administração		1.325.500,00		1.325.500,00
04.122	Administração Geral		1.325.500,00		1.325.500,00
04.122.0030	Gestão Administrativa Superior		1.325.500,00		1.325.500,00
04.122.0030.2.500	Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmão Vera.		1.325.500,00		1.325.500,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA					
Órgão: 18.00 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0	597.000,00	0,00	597.000,00
Unidade: 18.01 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	597.000,00	0,00	597.000,00
08	Assistência Social		597.000,00		597.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		597.000,00		597.000,00
08.243.0143	Capacitação de Formação de Conselheiros		100.000,00		100.000,00
08.243.0143.2.601	Capacitar e Formar Conselheiros.		100.000,00		100.000,00
08.243.0083	Proteção da Criança e do Adolescente		497.000,00		497.000,00
08.243.0083.2.600	Proteção a criança em situação de risco. F.I.A.		497.000,00		497.000,00
Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA					
Órgão: 19.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0	32.556.773,00	0,00	32.556.773,00
Unidade: 19.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	32.556.773,00	0,00	32.556.773,00
10	Saúde		32.556.773,00		32.556.773,00
10.122	Administração Geral		28.911,87		28.911,87
10.122.0192	Colégio de Gestão Regional - CGR - AMUREL		28.911,87		28.911,87
10.122.0192.2.720	Incentivo e apoio as ações de regionalização da saúde.		28.911,87		28.911,87
10.301	Atenção Básica		23.640.854,50		23.640.854,50
10.301.0012	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde		12.122.450,80		12.122.450,80
10.301.0012.2.700	Estender, equipar e manter a rede básica.		11.167.714,28		11.167.714,28
10.301.0012.2.713	Co-Financiamento.		439.926,02		439.926,02
10.301.0012.2.717	Acesso e a Humanização do Atendimento a Saúde		514.810,50		514.810,50
10.301.0183	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		1.001.833,38		1.001.833,38
10.301.0183.2.711	Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU.		407.656,61		407.656,61
10.301.0183.2.716	Acompanhamento Psicossocial - CAPS		594.176,77		594.176,77
10.301.0198	CIS - AMUREL		130.000,00		130.000,00
10.301.0198.2.721	CIS - AMUREL		130.000,00		130.000,00
10.301.0084	Saúde da Família		8.456.732,74		8.456.732,74
10.301.0084.2.701	PSFs/ NASF/ PAB		8.456.732,74		8.456.732,74
10.301.0088	Agente Comunitário		1.155.196,60		1.155.196,60
10.301.0088.2.706	Agente Comunitário.		1.155.196,60		1.155.196,60
10.301.0098	Saúde Bucal		774.640,98		774.640,98
10.301.0098.2.712	Saúde Bucal/ CEO		774.640,98		774.640,98
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		7.000.000,00		7.000.000,00
10.302.0112	Teto Financ. de Média e Alta		6.000.000,00		6.000.000,00
10.302.0112.2.710	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar/ FAEC		6.000.000,00		6.000.000,00
10.302.0142	Serviços de Emergência		1.000.000,00		1.000.000,00
10.302.0142.2.709	Serviços de Emergência.		1.000.000,00		1.000.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		904.480,53		904.480,53
10.303.0141	Farmácia Básica.		904.480,53		904.480,53
10.303.0141.2.708	Farmácia Básica.		904.480,53		904.480,53

Página: 3/8  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 19.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		<b>0</b>	<b>32.556.773,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.556.773,00</b>
<b>Unidade: 19.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		<b>0,00</b>	<b>32.556.773,00</b>	<b>0,00</b>	<b>32.556.773,00</b>
10	Saúde				
10.304	Vigilância Sanitária		32.556.773,00		32.556.773,00
10.304.0085	Vigilância Sanitária		793.492,66		793.492,66
10.304.0085.2.703	Vigilância em Saúde.		793.492,66		793.492,66
10.305	Vigilância Epidemiológica		189.033,44		189.033,44
10.305.0114	Incent. no Amb. do Prog. N. de HIV/AIDS e outros DST		189.033,44		189.033,44
10.305.0114.2.719	Ações que envolvem as DST/HIV/AIDS.		189.033,44		189.033,44
<b>Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 20.00 FUMREBOM</b>		<b>0</b>	<b>425.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>
<b>Unidade: 20.01 FUMREBOM</b>		<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.000,00</b>
06	Segurança Pública				
06.182	Defesa Civil		425.000,00		425.000,00
06.182.0036	Segurança Contra Sinistros		425.000,00		425.000,00
06.182.0036.2.800	Segurança Contra Sinistros - FUMREBOM		425.000,00		425.000,00
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 09.00 PODER EXECUTIVO</b>		<b>7.914.166,54</b>	<b>56.007.311,86</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>91.931.277,05</b>
<b>Unidade: 09.02 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>7.914.166,54</b>	<b>55.961.330,98</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>91.875.296,17</b>
		<b>0,00</b>	<b>2.707.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.707.000,00</b>
04	Administração				
04.122	Administração Geral		2.007.000,00		2.007.000,00
04.122.0030	Gestão Administrativa Superior		2.007.000,00		2.007.000,00
04.122.0030.2.001	Func. e manutenção do Gabinete.		1.872.000,00		1.872.000,00
04.122.0030.2.007	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.		135.000,00		135.000,00
15	Urbanismo				
15.452	Serviços Urbanos		700.000,00		700.000,00
15.452.0073	Guarda Municipal		700.000,00		700.000,00
15.452.0073.2.002	Manutenção da Guarda Municipal		700.000,00		700.000,00
<b>Unidade: 09.03 PROCURADORIA GERAL</b>					
02	Judiciária				
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		760.000,00		760.000,00
02.062.0076	Processos Judiciais		760.000,00		760.000,00
02.062.0076.2.003	Representar o Município Judicial e extrajudicial.		760.000,00		760.000,00
<b>Unidade: 09.04 SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB</b>					
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0136	Precatório				
04.122.0136.2.010	Pagamento de precatórios.				
04.122.0215	Gestão da Administração Governamental				
04.122.0215.2.081	Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.				
04.122.0215.2.089	Controle e Fiscalização do Estabelecimentos Comerciais - Polícia Militar - Alvara				
04.123	Administração Financeira				
04.123.0031	Administração Financeira				
04.123.0031.1.099	Programa de Modernização da Adm.Tributária e de Gestão - PMAT				
		<b>6.712.230,00</b>	<b>8.133.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.328.653,65</b>
		<b>6.712.230,00</b>	<b>7.713.000,00</b>		<b>14.425.230,00</b>
			<b>2.673.000,00</b>		<b>2.673.000,00</b>
			<b>2.500.000,00</b>		<b>2.500.000,00</b>
			<b>2.500.000,00</b>		<b>2.500.000,00</b>
			<b>173.000,00</b>		<b>173.000,00</b>
			<b>33.000,00</b>		<b>33.000,00</b>
			<b>140.000,00</b>		<b>140.000,00</b>
		<b>6.712.230,00</b>	<b>5.040.000,00</b>		<b>11.752.230,00</b>
		<b>6.712.230,00</b>	<b>5.040.000,00</b>		<b>11.752.230,00</b>
		<b>6.712.230,00</b>			<b>6.712.230,00</b>



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Página: 5/8  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 09.00 PODER EXECUTIVO</b>					
<b>Unidade: 09.06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE</b>					
12	Educação				
12.364	Ensino Superior	7914166,54	56.007.311,86	7.500.000,00	91.931.277,05
12.364.0037	Transporte dos Estudantes Universitários	7.914.166,54	55.951.330,98	7.500.000,00	91.875.296,17
12.364.0037.1.046	Dar condições de acesso à Universidade aos estudantes universitários.	861.000,00	24.913.617,18	0,00	25.774.617,18
12.365	Educação Infantil				
12.365.0184	Educação Básica.				
12.365.0184.1.081	Construção de Centro de Educação Infantil.		3.310.000,00		3.910.000,00
12.365.0184.2.047	Manter e melhorar a qualidade do ensino infantil.		3.310.000,00		3.910.000,00
12.367	Educação Especial	600.000,00			600.000,00
12.367.0138	Ensino Especial	600.000,00			600.000,00
12.367.0138.2.051	Manutenção da Educação Especial à APAE.		3.310.000,00		3.310.000,00
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural				
13.392.0080	Acervo Bibliotecário		10.000,00		10.000,00
13.392.0080.2.052	Aquisição de equipamentos para a manutenção e ampliação do Centro Bibliotecário.		10.000,00		10.000,00
27	Desporto e Lazer	60.000,00			213.000,00
27.812	Desporto Comunitário		153.000,00		213.000,00
27.812.0010	Educação Física, Desporto e Lazer para Todos	60.000,00			60.000,00
27.812.0010.1.096	Construção de Pista de Skate	60.000,00			60.000,00
27.812.0081	Desporto Amador		153.000,00		153.000,00
27.812.0081.2.055	Apoio ao esporte amador.		153.000,00		153.000,00
<b>Unidade: 09.07 SECRETARIA TRANSPROBRAS, PESCADES, RURAL E AQUICL.</b>					
04	Administração				
04.122	Administração Geral		4.550.000,00		4.550.000,00
04.122.0122	Administração Geral		4.550.000,00		4.550.000,00
04.122.0122.2.102	Manutenção da defesa civil		50.000,00		50.000,00
04.122.0030	Gestão Administrativa Superior		50.000,00		50.000,00
04.122.0030.2.017	Manutenção dos Serviços Inerentes a Secretaria de Trans. Obras, Pesca e Agricultura.		4.500.000,00		4.500.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		9.373.339,20		3.233.339,20
15.451.0017	Urbanização de Bairros e Vilas		300.000,00		300.000,00
15.451.0017.2.018	Urbanização de Bairros e Vilas.		300.000,00		300.000,00
15.451.0022	Melhoria do Sistema Viário Municipal		2.933.339,20		2.933.339,20
15.451.0022.2.020	Pavimentação e Recuperação do Sistema Viário Municipal.		2.933.339,20		2.933.339,20
15.452	Serviços Urbanos		6.140.000,00		6.140.000,00
15.452.0019	Utilidade Pública		4.030.000,00		4.030.000,00
15.452.0019.2.022	Manutenção da Coleta do Lixo e da Limpeza Pública.		4.030.000,00		4.030.000,00
15.452.0020	Iluminação Pública		2.050.000,00		2.050.000,00
15.452.0020.2.023	Controle e extensão da rede de iluminação pública.		2.050.000,00		2.050.000,00
15.452.0078	Ampliação do Cemitério Municipal		60.000,00		60.000,00
15.452.0078.2.025	Manutenção e Ampliação do Cemitério Municipal.		60.000,00		60.000,00
17	Saneamento				
17.511	Saneamento Básico Rural		75.000,00		75.000,00
17.511.0041	Água Potável		75.000,00		75.000,00
17.511.0041.2.026	Manutenção e melhoria de Redes de água potável.		75.000,00		75.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 09.00 PODER EXECUTIVO</b>					
<b>Unidade: 09.08 CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO</b>		7914.166,54	56.007.311,86	7.500.000,00	91.931.277,05
		7.914.166,54	55.951.330,98	7.500.000,00	91.876.296,17
		0,00	152.000,00	0,00	152.000,00
04	Administração		152.000,00		152.000,00
04.124	Controle Interno		152.000,00		152.000,00
04.124.0077	Controle Interno		152.000,00		152.000,00
04.124.0077.2.005	Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno.		152.000,00		152.000,00
<b>Unidade: 09.09 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>		0,00	0,00	7.500.000,00	7.500.000,00
28	Encargos Especiais			7.500.000,00	7.500.000,00
28.843	Serviço da Divisão Interna			2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000	Operações Especiais			2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000.0.003	Anotização e encargos da divida fundada..			2.100.000,00	2.100.000,00
28.845	Outras Transferências			3.000.000,00	3.000.000,00
28.845.0000	Operações Especiais			3.000.000,00	3.000.000,00
28.845.0000.0.004	Contribuições ao PASEP e ao INSS.			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0000	Operações Especiais			2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0000.0.001	Pagamento mensal dos inativos			1.200.000,00	1.200.000,00
28.846.0000.0.002	Pagamento de pensionistas a cargo do Tesouro Municipal.			1.200.000,00	1.200.000,00
<b>Unidade: 09.11 SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO</b>		340.936,54	1.260.000,00	0,00	1.600.936,54
04	Administração		1.260.000,00		1.260.000,00
04.122	Administração Geral		1.260.000,00		1.260.000,00
04.122.0122	Administração Geral		1.260.000,00		1.260.000,00
04.122.0122.2.062	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação.		1.260.000,00		1.260.000,00
23	Comércio e Serviços				
23.695	Turismo	340.936,54			340.936,54
23.695.0126	Restaurante Escola	340.936,54			340.936,54
23.695.0126.1.065	Qualificar os profissionais na área de gastronomia.	90.936,54			90.936,54
23.695.0202	Parque Temático Pedra do Frade	90.936,54			90.936,54
23.695.0202.1.082	Implantação do Parque Temático Pedra do Frade	250.000,00			250.000,00
<b>Unidade: 09.12 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO</b>		0,00	2.506.000,00	0,00	2.506.000,00
08	Assistência Social		2.506.000,00		2.506.000,00
08.244	Assistência Comunitária		2.506.000,00		2.506.000,00
08.244.0178	Estrutura da Rede Básica de Proteção Social		2.406.000,00		2.406.000,00
08.244.0178.2.071	Estrutura da Rede Básica e Proteção Social pela Secretaria de Assistência Social.		2.406.000,00		2.406.000,00
08.244.0199	Enfrentamento ao Crack e outras Drogas		100.000,00		100.000,00
08.244.0199.2.075	Coordenação de Políticas de Prevenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álco		100.000,00		100.000,00
<b>Unidade: 09.13 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ECON. E SOCIAL</b>		0,00	1.382.000,00	0,00	1.382.000,00
04	Administração		1.382.000,00		1.382.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		1.382.000,00		1.382.000,00
04.121.0074	Planejamento Urbano e Habitação		1.382.000,00		1.382.000,00
04.121.0074.2.068	Coordenação e Desenv. de Projetos Urb. e Habitação		1.382.000,00		1.382.000,00

Página: 7/8  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
**Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 09.00 PODER EXECUTIVO</b>					
<b>Unidade: 09.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
99	Reserva de Contingência	7914.166,54	56.007.311,86	7.500.000,00	91.931.277,05
99.999	Reserva de Contingência	7.914.166,54	55.951.330,98	7.500.000,00	91.875.296,17
99.999.0099	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	26.375,00
99.999.0099.9.999	Reserva de Contingência.				26.375,00
<b>Órgão: 24.00 FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL</b>					
<b>Unidade: 24.01 FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL</b>					
08	Assistência Social		55.980,88	0,00	55.980,88
08.244	Assistência Comunitária		55.980,88	0,00	55.980,88
08.244.0208	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.		55.980,88		55.980,88
08.244.0208.6.000	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.		55.980,88		55.980,88
<b>Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL</b>					
<b>Órgão: 21.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</b>					
<b>Unidade: 21.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</b>					
16	Habituação	0	10.000,00	0,00	10.000,00
16.482	Habituação Urbana	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
16.482.0058	Subsidio a Habitação de Interesse Social-PSH	0,00	10.000,00		10.000,00
16.482.0058.2.900	Subsidio a Habitação de Interesse Social.		10.000,00		10.000,00
<b>Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM</b>					
<b>Órgão: 22.00 FUMMPOM</b>					
<b>Unidade: 22.01 FUMMPOM</b>					
15	Urbanismo		10.000,00		10.000,00
15.452	Serviços Urbanos		10.000,00		10.000,00
15.452.0053	Preservação contra Delitos		10.000,00		10.000,00
15.452.0053.4.000	Prevenção contra delitos.		10.000,00		10.000,00
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Órgão: 23.00 FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>					
<b>Unidade: 23.01 FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE</b>					
18	Gestão Ambiental	0	840.000,00	0,00	840.000,00
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00
18.543.0023	Gestão Ambiental	0,00	840.000,00	0,00	840.000,00
18.543.0023.4.100	Manter e preservar o meio ambiente.		840.000,00		840.000,00
<b>Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA</b>					
<b>Órgão: 02.00 PODER LEGISLATIVO</b>					
<b>Unidade: 02.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>					
01	Legislativa	0	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
01.031.0001.2.000	Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes.		4.208.518,00		4.208.518,00
01.031.0190	Pagamento de Inativos e Pensionistas.		340.132,00		340.132,00
01.031.0190.2.070	Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes		340.132,00		340.132,00

Página: 8/8  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA					
Órgão: 02.00 PODER LEGISLATIVO		0	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
Unidade: 02.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
		0,00	4.548.650,00	0,00	4.548.650,00
01	Legislativa		4.548.650,00		4.548.650,00
01.031	Ação Legislativa		4.548.650,00		4.548.650,00
01.031.0190	Pagamento de Inativos e Pensionistas.		340.132,00		340.132,00
01.031.0190.2.070	Tomar as ações do Poder Legislativo mais ágeis e eficientes		340.132,00		340.132,00
<b>Total geral:</b>					<b>138.524.430,65</b>



**ANEXO DA LEI 1.895/16****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 1/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	145.000,00	5.000,00	150.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	145.000,00	5.000,00	150.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>145.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 2/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.138.031,60	184.199,00	1.322.230,60
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.138.031,60	184.199,00	1.322.230,60
<b>Total por entidade:</b>	<b>1.138.031,60</b>	<b>184.199,00</b>	<b>1.322.230,60</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 3/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 3 - FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	4.386.000,00	372.000,00	4.758.000,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA	4.386.000,00	372.000,00	4.758.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>4.386.000,00</b>	<b>372.000,00</b>	<b>4.758.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 4/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	49.000,00	1.000,00	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	49.000,00	1.000,00	50.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>49.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 5/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 5 - FUNDACAO IRMA VERA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	1.295.500,00	30.000,00	1.325.500,00
FUNDAÇÃO IRMÃ VERA	1.295.500,00	30.000,00	1.325.500,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>1.295.500,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>1.325.500,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 6/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DOS DIR. CRIANÇA E ADOLESC. LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	577.000,00	20.000,00	597.000,00
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE	577.000,00	20.000,00	597.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>577.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>597.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 7/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30.716.344,20	1.840.428,80	32.556.773,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30.716.344,20	1.840.428,80	32.556.773,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>30.716.344,20</b>	<b>1.840.428,80</b>	<b>32.556.773,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 8/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 8 - FUMREBOM DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUMREBOM	265.000,00	160.000,00	425.000,00
FUMREBOM	265.000,00	160.000,00	425.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>265.000,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>425.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 9/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 9 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
PODER EXECUTIVO	65.972.585,72	5.392.911,80	71.391.872,52
GABINETE DO PREFEITO	2.687.000,00	20.000,00	2.707.000,00
PROCURADORIA GERAL	760.000,00	0,00	760.000,00
SECRETARIA DA FAZENDA ADMINISTRACAO E SERVICOS PUB	14.032.200,00	813.030,00	14.845.230,00
SECRETARIA DE SAUDE	19.374,60	120.000,00	139.374,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE	23.398.203,65	2.376.413,53	25.774.617,18
SECRETARIA TRANSP.OBRAS,PESCA,DES. RURAL E AQUILC.	13.761.339,20	237.000,00	13.998.339,20
CORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	151.000,00	1.000,00	152.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	6.000.000,00	1.500.000,00	7.500.000,00
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO	1.285.468,27	315.468,27	1.600.936,54
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.506.000,00	0,00	2.506.000,00
SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ECON. E SOCIAL	1.372.000,00	10.000,00	1.382.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.375,00
FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL	51.980,88	4.000,00	55.980,88
FUNDO DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL	51.980,88	4.000,00	55.980,88
<b>Órgão e Especificação da Transferência</b>			<b>Total</b>
PODER EXECUTIVO			20.483.423,65
TRANSFERENCIA			46.800,00
TRANSFFERENCIA			2.145.421,57
<b>Total por entidade:</b>	<b>66.024.566,60</b>	<b>5.396.911,80</b>	<b>91.931.277,05</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 10/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	10.000,00	0,00	10.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 11/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 11 - FM MELHORIA DA POLICIA MILITAR LAGUNA - FUMMPOM**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUMPMOM	9.000,00	1.000,00	10.000,00
FUMPMOM	9.000,00	1.000,00	10.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>9.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 12/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 13 - FUNDACAO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	830.000,00	10.000,00	840.000,00
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE	830.000,00	10.000,00	840.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>830.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>840.000,00</b>

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 13/13

Data: 28/11/2016

**Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE LAGUNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
PODER LEGISLATIVO	4.444.630,00	104.020,00	4.548.650,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	4.444.630,00	104.020,00	4.548.650,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>4.444.630,00</b>	<b>104.020,00</b>	<b>4.548.650,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>109.890.072,40</b>	<b>8.124.559,60</b>	<b>138.524.430,65</b>

**ANEXO DA LEI 1.895/16****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 28/11/2016

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	108.156.761,23	DESPESAS CORRENTES	109.890.072,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.937.419,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.871.290,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.756.083,71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.418.782,12
RECEITA DE SERVIÇOS	47.390,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.100.668,35		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.315.200,01		
Deficit	1.733.311,17		
Total	109.890.072,40	Total	109.890.072,40
		Deficit do orçamento corrente	1.733.311,17
RECEITAS DE CAPITAL	9.884.245,77	DESPESAS DE CAPITAL	8.124.559,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.041.007,00	INVESTIMENTOS	6.624.559,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.843.238,77	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00
		Superavit	1.759.686,17
Total	9.884.245,77	Total	9.884.245,77
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	114.225.745,32	82,46 %	DESPESAS CORRENTES 109.890.072,40 79,33 %
RECEITAS DE CAPITAL	9.884.245,77	7,14 %	DESPESAS DE CAPITAL 8.124.559,60 5,87 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-6.068.984,09	-4,38 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 26.375,00 0,02 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	20.483.423,65	14,79 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 20.483.423,65 14,79 %
Total	138.524.430,65	100,00 %	Total 138.524.430,65 100,00 %

## ANEXO DA LEI 1.895/16

Página: 1/4  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		4.548.650,00		4.548.650,00
01.031	Ação Legislativa		4.548.650,00		4.548.650,00
01.031.0001	Processo Legislativo		4.208.518,00		4.208.518,00
01.031.0190	Pagamento de Inativos e Pensionistas.		340.132,00		340.132,00
02	Judiciária		760.000,00		760.000,00
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		760.000,00		760.000,00
02.062.0076	Processos Judiciais		760.000,00		760.000,00
04	Administração	6,712,230,00	21,486,374,60		28,198,604,60
04.121	Planejamento e Orçamento		1,382,000,00		1,382,000,00
04.121.0074	Planejamento Urbano e Habitação		1,382,000,00		1,382,000,00
04.122	Administração Geral		12,632,874,60		12,632,874,60
04.122.0122	Administração Geral		1,310,000,00		1,310,000,00
04.122.0136	Precatório		2,500,000,00		2,500,000,00
04.122.0215	Gestão da Administração Governamental		173,000,00		173,000,00
04.122.0230	Gestão Administrativa Superior		8,510,500,00		8,510,500,00
04.122.0045	Animal Soltto Assistido		139,374,60		139,374,60
04.123	Administração Financeira	6,712,230,00	5,040,000,00		11,752,230,00
04.123.0031	Administração Financeira	6,712,230,00	5,040,000,00		11,752,230,00
04.124	Controle Interno		152,000,00		152,000,00
04.124.0077	Controle Interno		152,000,00		152,000,00
04.306	Alimentação e Nutrição		2,279,500,00		2,279,500,00
04.306.0127	Merenda escolar		2,279,500,00		2,279,500,00
06	Segurança Pública		845,000,00		845,000,00
06.182	Defesa Civil		845,000,00		845,000,00
06.182.0034	Transito Seguro		420,000,00		420,000,00
06.182.0036	Segurança Contra Sinistros		425,000,00		425,000,00
08	Assistência Social		4,481,211,48		4,481,211,48
08.243	Assistência a Criança e ao Adolescente		597,000,00		597,000,00
08.243.0143	Capacitação de Formação de Conselheiros		100,000,00		100,000,00
08.243.0083	Proteção da Criança e do Adolescente		497,000,00		497,000,00
08.244	Assistência Comunitária		3,884,211,48		3,884,211,48
08.244.0178	Estrutura da Rede Básica de Proteção Social		2,406,000,00		2,406,000,00
08.244.0197	Gestão do SUAS		1,322,230,60		1,322,230,60
08.244.0199	Entendimento ao Crack e outras Drogas		100,000,00		100,000,00
08.244.0208	Implementar e manter um sistema permanente de Defesa Civil no Município.		55,980,88		55,980,88
10	Saúde		32,556,773,00		32,556,773,00
10.122	Administração Geral		28,911,87		28,911,87
10.122.0192	Colegiado de Gestão Regional - CGR - AMIUREL		28,911,87		28,911,87
10.301	Atenção Básica		23,640,854,50		23,640,854,50
10.301.0012	Acesso e a Human. do Atend. a Saúde		12,122,450,80		12,122,450,80
10.301.0183	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		1,001,833,38		1,001,833,38
10.301.0198	CIS - AMIUREL		130,000,00		130,000,00
10.301.0084	Saúde da Família		8,456,732,74		8,456,732,74
10.301.0088	Agente Comunitário		1,155,196,60		1,155,196,60
10.301.0098	Saúde Bucal		774,640,98		774,640,98
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		7,000,000,00		7,000,000,00
10.302.0112	Teto Finan. de Média e Alta		6,000,000,00		6,000,000,00
10.302.0142	Serviços de Emergência		1,000,000,00		1,000,000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4  
 Data: 28/11/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde		32.556.773,00		32.556.773,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		904.480,53		904.480,53
10.303.0141	Família Básica.		904.480,53		904.480,53
10.304	Vigilância Sanitária		793.492,66		793.492,66
10.304.0085	Vigilância Sanitária		793.492,66		793.492,66
10.305	Vigilância Epidemiológica		189.033,44		189.033,44
10.305.0114	Incent. no Amb. do Prog. N. de HIV/AIDS e outros DST		189.033,44		189.033,44
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	801.000,00	22.471.117,18		23.272.117,18
12.361.0184	Educação Básica.	101.000,00	19.076.117,18		19.177.117,18
12.364	Ensino Superior	101.000,00	19.076.117,18		19.177.117,18
12.364.0037	Transporte dos Estudantes Universitários	100.000,00			100.000,00
12.365	Educação Infantil	100.000,00			100.000,00
12.365.0184	Educação Básica.	600.000,00	3.310.000,00		3.910.000,00
12.367	Educação Especial	600.000,00	3.310.000,00		3.910.000,00
12.367.0138	Ensino Especial		85.000,00		85.000,00
			85.000,00		85.000,00
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural	4.080.000,00	10.000,00		4.090.000,00
13.392.0135	Laguna Verão	4.080.000,00	10.000,00		4.090.000,00
13.392.0189	Carnaval Laguna Alegria	150.000,00			150.000,00
13.392.0002	Desenvolvimento e Apoio a Atividades Cult. Hist. e Turístico	1.000.000,00			1.000.000,00
13.392.0080	Acesso Bibliotecário	2.850.000,00			2.850.000,00
13.392.0092	Mostra Regional de Dança.		10.000,00		10.000,00
		80.000,00			80.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		10.083.339,20		10.083.339,20
15.451.0017	Urbanização de Bairros e Vilas		3.233.339,20		3.233.339,20
15.451.0022	Melhoria do Sistema Viário Municipal		300.000,00		300.000,00
15.452	Serviços Urbanos		2.933.339,20		2.933.339,20
15.452.0019	Utilidade Pública		6.850.000,00		6.850.000,00
15.452.0020	Iluminação Pública		4.030.000,00		4.030.000,00
15.452.0053	Preservação contra Delitos		2.050.000,00		2.050.000,00
15.452.0073	Guarda Municipal		10.000,00		10.000,00
15.452.0078	Ampliação do Cemitério Municipal		700.000,00		700.000,00
			60.000,00		60.000,00
16	Habitação				
16.482	Habitação Urbana		10.000,00		10.000,00
16.482.0038	Subsídio a Habitação de Interesse Social-PSH		10.000,00		10.000,00
17	Saneamento				
17.511	Saneamento Básico Rural		75.000,00		75.000,00
17.511.0041	Água Potável		75.000,00		75.000,00
18	Gestão Ambiental				
18.543	Recuperação de Áreas Degradadas		840.000,00		840.000,00
18.543.0023	Gestão Ambiental		840.000,00		840.000,00
20	Agricultura				
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		50.000,00		50.000,00
20.608.0025	Produção Vegetal		50.000,00		50.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 3/4  
 Data: 28/11/2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
23	Comércio e Serviços	340.936,54	150.000,00		490.936,54
23.695	Turismo	340.936,54	150.000,00		490.936,54
23.695.0126	Restaurante Escola	90.936,54			90.936,54
23.695.0016	Desenvolver a Indústria do Turismo		150.000,00		150.000,00
23.695.0202	Parque Temático Pedra do Frade	250.000,00			250.000,00
27	Desporto e Lazer	60.000,00	153.000,00		213.000,00
27.812	Desporto Comunitário	60.000,00	153.000,00		213.000,00
27.812.0010	Educação Física, Desporto e Lazer para Todos	60.000,00			60.000,00
27.812.0081	Desporto Amador		153.000,00		153.000,00
28	Encargos Especiais			7.500.000,00	7.500.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			2.100.000,00	2.100.000,00
28.843.0000	Operações Especiais			2.100.000,00	2.100.000,00
28.845	Outras Transferências			3.000.000,00	3.000.000,00
28.845.0000	Operações Especiais			3.000.000,00	3.000.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			2.400.000,00	2.400.000,00
28.846.0000	Operações Especiais			2.400.000,00	2.400.000,00
99	Reserva de Contingência				26.375,00
99.999	Reserva de Contingência				26.375,00
99.999.0099	Reserva de Contingência				26.375,00
<b>Total:</b>		<b>11.994.166,54</b>	<b>98.520.465,46</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>118.041.007,00</b>



Página: 4/4  
Data: 28/11/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
	TRANSFERENCIA				4.548.650,00
	TRANSFERENCIA				10.340.367,08
	TRANSFERENCIA				287.850,00
	TRANSFERENCIA				1.324.000,00
	TRANSFERENCIA				46.800,00
	TRANSFERENCIA				2.145.421,57
	TRANSFERENCIA				431.000,00
	TRANSFERENCIA				140.000,00
	TRANSFERENCIA				819.335,00
	TRANSFERENCIA				10.000,00
	TRANSFERENCIA				10.000,00
	TRANSFERENCIA				380.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.483.423,65</b>
<b>Total geral:</b>		<b>11.994.166,54</b>	<b>98.520.465,46</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>138.524.430,65</b>

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 246/2016 DE 16/12/2016 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDIANE SPADOTTO GALVÃO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA Nº 246/2016

DE 16/12/2016

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LIDIANE SPADOTTO GALVÃO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,  
E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

#### DECEDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal LIDIANE SPADOTTO GALVÃO, da função de Auxiliar de Manutenção e Conservação junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 16 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 247/2016 DE 16/12/2016 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TAINA FRANCINELI DE SOUSA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA Nº 247/2016

DE 16/12/2016

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TAINA FRANCINELI DE SOUSA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,  
E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

#### DECEDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal TAINA FRANCINELI DE SOUSA, da cargo em comissão de Assessor de Administração junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria,

correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 16 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 248/2016 DE 16/12/2016 REVOGA PORTARIA QUE DESIGNOU A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERRINI PARA ATENDIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA Nº 248/2016

DE 16/12/2016

"REVOGA PORTARIA QUE DESIGNOU A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERRINI PARA ATENDIMENTO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

CONSIDERANDO o pedido da servidora.

#### RESOLVE

Art. 1º - Revogar a portaria n. 155/2015 de 31/08/2015 que designou a Servidora Pública Municipal FRANCISMARA GASPERRINI, para atendimento na Vigilância Sanitária do Município de Lajeado Grande - SC por 20 horas semanais.

Art. 2º - A respectiva revogação dá-se à pedido da servidora em virtude de férias e licença maternidade.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S-10, ÓLEO DIESEL B S-500 E GASOLINA COMUM)**  
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

O Município de Lajeado Grande – SC, Torna Público a todos os interessados, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e atualizações posteriores, que se encontra aberto o Processo Licitatório 030/2016, na modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços 018/2016 para aquisição de gasolina e óleo diesel. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 05 de janeiro de 2017, às 08h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a íntegra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou pelo Site [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br)

Lajeado Grande, 16 de dezembro de 2016.  
VALMIR LOCATELLI  
Prefeito Municipal

**Lauro Muller****PREFEITURA****PORTARIA Nº 481/2016**

PORTARIA Nº 481/ 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 001/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA APARECIDA MADEIRA, aprovada em 15º lugar no Concurso Público – Edital nº 01/2016, para o Quadro Funcional do Hospital Municipal Henrique Lage, para exercer o Cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**TERMO DE POSSE**

No dia 11 do mês de Outubro do ano de 2016, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora MARIA APARECIDA MADEIRA, aprovada no Concurso Público – Edital nº 01/2016, para o Quadro Funcional do Hospital Municipal Henrique Lage, para o Cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 481/2016. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 11 de Outubro de 2016.  
MARIA APARECIDA MADEIRA  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 482/2016**

PORTARIA Nº 482/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 11.10.2016 a 11.10.2018, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, HELENICE VIEIRA CARNIATO, ocupante do cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 483/2016**

PORTARIA Nº 483/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ANA CARLA ELIAS, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, partir de 13 de Outubro de 2016 à 20 de Dezembro de 2016, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO IN05/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 57/2016.

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 004/2016, no uso de suas atribuições legais faz publicar a REVOGAÇÃO do procedimento de inexigibilidade de licitação, para contratação da empresa JARDEL BECK PALESTRAS MAGICAS EIRELI-ME, CNPJ 23.392.021/0001-03, para prestação dos serviços do palestrante motivacional JARDEL BECK, com o fornecimento de um show artístico motivacional no dia 18/12/2016 as 17 horas no Município de Lebon Régis. Com base no parecer jurídico nº071/2016/LIC e de acordo com a decisão da autoridade competente a Processo Licitatório em epígrafe fica REVOGADO.

Lebon Régis, 16 de dezembro de 2016.

José Vanderlei de Campos – Presidente da CPL.

### PROJETO DE LEI 026/2016 LOA

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 026/2016

“LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, ESTABELECE AS DESPESAS E RECEITAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 DO MUNICÍPIO, DE LEBON REGIS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

#### Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Lebon Régis para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 25.576.780,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos setenta e seis e mil, setecentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 25.576.780,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos setenta e seis e mil, setecentos e oitenta reais) do Orçamento Fiscal.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 25.576.780,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos setenta e seis e mil, setecentos e oitenta reais) e fixa as Despesas das unidades em:

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.284.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.753.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	867.020,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	72.600,00
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO	1.800.000,00
MUNICIPIO DE LEBON REGIS	17.800.060,00
Total geral:	25.576.780,00

§ 1º A Receita Consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

Receitas	25.576.780,00
RECEITAS CORRENTES	26.918.820,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.511.160,00
(-) DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.853.200,00
Total:	25.576.780,00
Total geral:	25.576.780,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada, obedecendo à classificação institucional, classificação por função, classificação por subfunção, classificação por programa e classificação por natureza da despesa.

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - PODER LEGISLATIVO	1.284.000,00
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO	17.800.060,00
91.00 - FUNDO MUN. DE SAUDE - LEBON REGIS	3.753.100,00
92.00 - FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	72.600,00
93.00 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	867.020,00
94.00 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	1.800.000,00
Total geral:	25.576.780,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.284.000,00
04 - Administração	1.499.620,00
06 - Segurança Pública	152.810,00
08 - Assistência Social	971.720,00
10 - Saúde	5.553.100,00
12 - Educação	10.743.710,00
13 - Cultura	104.200,00
15 - Urbanismo	3.017.060,00
16 - Habitação	21.400,00
17- Saneamento	21.400,00
18 - Gestão Ambiental	66.300,00
20 - Agricultura	321.000,00
22 - Indústria	102.100,00
26 - Transporte	606.000,00
27 - Desporto e Lazer	325.960,00
28 - Encargos Especiais	765.000,00
99 - Reserva de Contingência	21.400,00
Total geral:	25.576.780,00

#### III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	1.284.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	27.000,00
122 - Administração Geral	1.472.600,00
181 - Policiamento	120.700,00
182- Defesa Civil	120.700,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	38.600,00

243 - Assistência a Criança e ao Adolescente	254.700,00
244 - Assistência Comunitária	678.420,00
301 - Atenção Básica	3.621.100,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.800.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	460.000,00
361 - Ensino Fundamental	9.787.210,00
364 - Ensino Superior	44.900,00
365 - Educação Infantil	438.700,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	12.900,00
392 - Difusão Cultural	104.200,00
451 - Infraestruturas Urbana	2.062.800,00
452 - Serviços Urbanos	954.260,00
482 - Habitação Urbana	21.400,00
512 - Saneamento Básico Urbano	21.400,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	66.300,00
606 - Extensão Rural	321.000,00
661 - Promoção Industrial	102.100,00
782 - Transporte Rodoviário	606.000,00
812 - Desporto Comunitário	225.940,00
813 - Lazer	100.020,00
846 - Outros Encargos Especiais	765.000,00
999 - Reserva de Contingência	21.400,00
Total geral:	25.576.780,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	1.284.000,00
04 - Administração	1.499.620,00
06 - Serviços de Segurança Pública	152.810,00
08 - Assistência Social	971.720,00
10 - Saúde	5.553.100,00
12 - Educação	10.743.710,00
13 - Cultura	104.200,00
15 - Urbanismo	3.017.060,00
16 - Habitação	21.400,00
17 - Saneamento	21.400,00
18 - Gestão Ambiental	66.300,00
20 - Agricultura	321.000,00
22 - Indústria e Comércio	102.100,00
26 - Transporte Rodoviário	606.000,00
27 - Desporto e Lazer	325.960,00
28 - Encargos Especiais	765.000,00
99 - Reserva de Contingência	21.400,00
Total geral:	25.576.780,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS	25.576.780,00
DESPESAS CORRENTES	22.875.460,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.679.920,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00
Total geral:	25.576.780,00

§ 3º Integram a Lei Orçamentária Anual, os Anexos da Lei 4.320/64 e demonstrativos da LOA/2017:

## ANEXOS LEI 4.320/64

- (I) Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas  
 (II) Anexo 2 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas  
 (III) Anexo 2 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas  
 (IV) Anexo 6 - Programa de Trabalho  
 (V) Anexo 7 - Programa de Trabalho – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades  
 (VI) Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por funções, Subfunções e Programas  
 (VII) Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e funções

## DEMONSTRATIVOS DA LOA/2017

- (I) Demonstrativo dos Valores Previstos para Receitas da LOA  
 (II) Demonstrativo dos Valores Previstos para Despesa da LOA

## Do Orçamento da PREFEITURA

Art. 3º O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 23.584.020,00 (vinte e três milhões quinhentos e oitenta e quatro mil e vinte reais), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.783.960,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta reais).  
 § 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	23.584.020,00
RECEITAS CORRENTES	22.078.580,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.505.440,00
Total geral:	23.584.020,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	15.357.250,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.541.460,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	312.400,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.503.390,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.421.410,00
INVESTIMENTOS	2.161.410,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	260.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00
Total geral:	17.778.660,00

## Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.534.000,00 (um milhão quinhentos e trinta e quatro mil reais) e as transferências financeiras em R\$ 2.219.100,00 (dois milhões duzentos e dezenove mil e cem reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	1.534.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.529.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00



Total:	1.534.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.219.100,00
Total geral:	3.753.100,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e de natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.611.300,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.820.300,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.791.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	141.800,00
INVESTIMENTOS	141.800,00
Total geral:	3.753.100,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 5º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 153.020,00 (cento e cinquenta e três mil e vinte reais) e as transferências financeiras em R\$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	153.020,00
RECEITAS CORRENTES	153.020,00
Transferências Financeiras	714.000,00
Total geral:	867.020,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	831.610,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	328.400,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.210,00
DESPESAS DE CAPITAL	35.410,00
INVESTIMENTOS	35.410,00
Total Geral:	867.020,00

#### Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 6º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e as transferências financeiras em R\$ 67.600,00 (sessenta e sete mil e seiscentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	5.000,00
RECEITAS CORRENTES	5.000,00
Transferências Financeiras	67.600,00
Total geral:	72.600,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional,

funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	66.200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	66.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.400,00
INVESTIMENTOS	6.400,00
Total geral:	72.600,00

#### Do Orçamento do HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

Art. 7º O Orçamento da entidade HOSPITAL para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 300.740,00 (trezentos mil, setecentos e quarenta reais) e as transferências financeiras em R\$ 1.499.260,00 (Um milhão quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

Receitas	300.740,00
RECEITAS CORRENTES	300.020,00
RECEITAS DE CAPITAL	720.00,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.499.260,00
Total Geral	1.800.000,00

§ 2º A Despesa da entidade HOSPITAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.746.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	850.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	896.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	53.500,00
INVESTIMENTOS	53.500,00
Total geral:	1.800.000,00

#### Do Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Art. 8º O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS para o exercício de 2017 fixa as Despesas em R\$ 1.284.000,00 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil reais) e as transferências financeiras em R\$1.284.000,00 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.284.000,00
Total geral:	1.284.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.262.600,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.070.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	21.400,00



INVESTIMENTOS	21.400,00
Total Geral:	1.284.000,00

Art. 9º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00
9.9.00.00. - RESERVA DE CONTINGENCIA	21.400,00
Total:	21.400,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11. Fica o Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e os recursos oriundos de convênios.

Art. 12. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 16. Comprovado o interesse público municipal e mediante

convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 15 de dezembro de 2016.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Presidente

DJALMA MARCO DA ROCHA  
1º Secretário

## PROJETO DE LEI 07/2015 DENOMINAÇÃO BENS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 007/2016 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE BENS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Os VEREADORES, com mandato e assento nesta Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparada no artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e no artigo 107 do Regimento Interno, submete a apreciação do Plenário, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Denominar-se-á a rua abaixo descrita, localizada no Bairro Núcleo Rio Doce com o seguinte nome:

I – Rua 14 denominar-se-á RUA MARLENE MARIA DA ROCHA

Art. 2º Denominar-se-ão as ruas abaixo descritas, localizadas no Loteamento Santa Mônica com o seguinte nome:

I – Rua Projetada "B" denominar-se-á RUA MATIAS LUIZ BEHRENS  
II – Rua Projetada "C" denominar-se-á RUA ALUIR DE JESUS MACIEL

III – Rua Projetada "D" denominar-se-á RUA MILTON JOSÉ DAVID

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a confecção e colocação de placa denominativa, bem como, promover as alterações que se fizerem necessárias com a finalidade de dar cumprimento a presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lebon Regis (SC) 28 de novembro de 2016.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Vereador Autor

OSMAR COMPER Vereador Autor	PEDRO ADELMIR DO PRADO Vereador Coautor
--------------------------------	--

DJALMA MARCO DA ROCHA Vereador Coautor	JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO Vereador Coautor
JOÃO CARLOS PIERDONÁ Vereador Coautor	ALOIR BRASIL MOREIRA Vereador Coautor

CLÓVIS SCHREGELE Vereador Coautor	ITACIR LUIZ RIZZO Vereador Coautor
--------------------------------------	---------------------------------------

**JUSTIFICATIVA**

As pessoas cujos nomes passarão a fazer parte da história dos bens públicos contribuíram para o desenvolvimento do município de Lebon Regis, e desta forma são merecedores desta homenagem.

Integra o presente projeto de lei o histórico individual de cada homenageado em anexo.

Melhores justificativas serão dadas em plenário pelos autores.

Lebon Regis (SC) 28 de novembro de 2016.

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Vereador Autor

OSMAR COMPER Vereador Autor	PEDRO ADELMIR DO PRADO Vereador Coautor
--------------------------------	--

DJALMA MARCO DA ROCHA Vereador Coautor	JOAQUIM LEONIR PRESTES CAETANO Vereador Coautor
JOÃO CARLOS PIERDONÁ Vereador Coautor	ALOIR BRASIL MOREIRA Vereador Coautor
CLÓVIS SCHREGELE Vereador Coautor	ITACIR LUIZ RIZZO Vereador Coautor

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 129/2016

DECRETO N.º 129, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 8º, inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 49.673,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	49.673,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	49.673,00
Função	01	Legislativa	49.673,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	49.673,00
Programa	01	Processo Legislativo	49.673,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	49.673,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.673,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	49.673,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	49.673,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	49.673,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			49.673,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotações no valor R\$ 49.673,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	49.673,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	49.673,00
Função	01	Legislativa	49.673,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	49.673,00
Programa	01	Processo Legislativo	49.673,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	49.673,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.673,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.900,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	47.773,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	47.773,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	49.673,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			49.673,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 130/2016

DECRETO Nº 130, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 8º, inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 9.659,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9.659,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9.659,00
Função	01	Legislativa	9.659,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	9.659,00
Programa	01	Processo Legislativo	9.659,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	9.659,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.659,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.659,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.659,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.659,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			9.659,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação no valor R\$ 9.659,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9.659,00
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9.659,00
Função	01	Legislativa	9.659,00
Sub-função	31	Ação Legislativa	9.659,00
Programa	01	Processo Legislativo	9.659,00
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	9.659,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.659,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.659,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.659,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.659,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			9.659,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## LEI N.º 1.270/2016

LEI N.º 1.270, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de até R\$ 106.079,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	106.079,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	106.079,00
Função	15	Urbanismo	106.079,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	106.079,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	106.079,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	106.079,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	106.079,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	106.079,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	106.079,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	106.079,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			106.079,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	28.054,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	28.054,00
Função	12	Educação	28.054,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.281,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.281,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental	15.281,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.281,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	15.281,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	13.520,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.761,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	15.281,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	7.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.900,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Infantil	7.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	7.900,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	2.999,00
Programa	0004	Educação é Tudo	2.999,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	2.999,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.999,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	2.014,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações	2.014,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	985,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	2.999,00
Sub-Função	306	Alimentação e Nutrição	1.874,00
Programa	0004	Educação é Tudo	1.874,00
Projeto/ Atividade	2.012	Merenda Escolar – Ensino Infantil	874,00
Projeto/ Atividade	2.040	Merenda Escolar – Creche	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.874,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.874,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.874,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.874,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Função	08	Assistência Social	2.800,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	2.800,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	2.800,00
Atividade	2.025	Apoio a Grupos de Mulheres	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.800,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.225,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	75.225,00
Função	10	Saúde	75.225,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	75.225,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	75.225,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	42.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	42.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	42.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	42.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	42.500,00
Projeto/ Atividade	2.057	Funcionamento e Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	12.000,00

Projeto/ Atividade	2.058	Funcionamento e Manutenção do Programa de Saúde Bucal – ESF Odon- to	17.265,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.265,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	17.265,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.905,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.360,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	17.265,00
Atividade	2.060	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União	3.460,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.460,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	3.460,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.460,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	3.460,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			106.079,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### LEI N.º 1.271/2016

LEI N.º 1.271, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento Fiscal, até o valor de R\$ 10.788,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.788,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.788,00
Função	12	Educação	10.788,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.788,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.788,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	10.788,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.788,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.788,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações	10.788,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	10.788,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			10.788,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.788,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.788,00
Função	12	Educação	10.788,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.840,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.840,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Fundam. (60% FUNDEB)	6.840,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.840,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.840,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.840,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissio- nais do Magistério em efetivo exercício).	6.840,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	3.948,00
Programa	0004	Educação é Tudo	3.948,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remun. de Profissionais do Magistério – Ens. Infantil. (60% FUNDEB)	3.948,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.948,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	3.948,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.948,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício).	3.948,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			10.788,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 360/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 360/2016, de 16 de Dezembro de 2016.

AUTORIZA A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO A INGRESSAR COM MEDIDA JUDICIAL EM FACE DO MINISTÉRIO DO TURISMO REFERENTE AO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO DE REPASSE N. 780669/2012/MTUR/CAIXA, PROCESSO n. 2623.1002545-45/2012.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo art. 113, II “e” da Lei Orgânica do Município;

Considerando que o contrato de repasse n. 780669/2012/MTUR/CAIXA, processo n. 2623.1002545-45/2012, teve suas obras dadas por concluídas pelo fiscal da concedente em 03/08/2016, conforme documento emitido pelo site [https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac\\_publico/sistema/asp/ptei\\_filro\\_inicial.asp](https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/ptei_filro_inicial.asp);

Considerando que o referido contrato de repasse prevê o pagamento da última parcela no momento em que foi atestado a conclusão das obras;

Considerando que o Município de Lindóia do Sul encontra-se inadimplente com o fornecedor de serviços (empresa Sinaltec Tecnologia em Sinalizações Ltda – CNPJ n. 02.898.145/0001-87 desde 03/08/2016, referente ao depósito da última parcela do repasse, R\$ 48.750,00 (quarenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

Considerando a proximidade do encerramento do exercício financeiro de 2016 e da atual gestão administrativa do Município (2013/2016);

Considerando a informação de que outros Municípios na mesma situação recorreram a Justiça para obter seus créditos oriundos do Governo Federal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar e determinar a Procuradoria do Município, mediante seu Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161, a reunir a documentação necessária e ingressar com a medida judicial pertinente com a finalidade de obrigar o Ministério do Turismo a cumprir com o pagamento da última parcela referente ao contrato de repasse n. 780669/2012/MTUR/CAIXA, processo n. 2623.1002545-45/2012.

Art. 2º. Determinar o caráter de urgência para o ingresso da respectiva ação judicial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul,  
em 16 de dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 361/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 361/2016, de 16 de Dezembro de 2016.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

#### RESOLVE:

Conceder Licença saúde de 10 (dez) dias a contar de 14 de Dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Naira Salete Muller Venancio, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 16 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

### PORTARIA Nº 362/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 362/2016, de 16 de Dezembro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Orvane Gehrke Zanatta, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, vinculada na Secretaria de Saúde e Ação Social, 12 (doze) dias de férias, a partir de 19 de Dezembro de 2016, relativas a Portaria nº 192/2016, de 20 de Junho de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 216/2016, de 15 de Julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 16 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 363/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 363/2016, de 16 de Dezembro de 2016  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

**RESOLVE:**

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Leonir José Zuanazzi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 03 de Maio de 2015 a 02 de Maio de 2016, para gozo no período de 19 de Dezembro de 2016 a 17 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 16 de Dezembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 055/2016

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 055/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 048/2016

TOMADA DE PREÇO PML Nº 017/2015

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.613.428/0001-72, com sede à Avenida 16 de Fevereiro, 151, CEP 89609-000, na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.651.199-07, denominada CONTRATANTE e a empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.492.725/0001-03 com endereço à Rua Nereu Ramos, nº 330, Centro na cidade de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 representada por seu sócio administrador LAURECI BITENCOURT, portador da cédula de identidade nº 3.263.197 e inscrito no CPF/MF sob nº 014.931.649-61, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REVITALIZAÇÃO DE 4.274,97 M² DE CAPA ASFÁLTICA COM APLICAÇÃO DE 452,00 TONELADAS DE C.A.U.Q. (ESP. 4,00CM) NA RUA FERNANDO KATSCHOR BAIRRO SÃO FRANCISCO E NA RUA JOSÉ PEDRO MARTENDAL BAIRRO JARDIM ITÁLIA, INCLUINDO PINTURA DE LIGA CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA ANEXO AO EDITAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, aditar o presente Contrato em R\$ 30.402,04 (trinta mil quatrocentos e dois reais e quatro centavos), nos termos previstos na Cláusula Sexta e em conformidade com a justificativa do Setor de Planejamento do Município de Luzerna/SC.

#### CLAUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de dezembro de 2016.  
MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

LAURECI BITENCOURT  
LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 166/2015

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML Nº 166/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 107/2015

DISPENSA PML Nº 017/2015

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.613.428/0001-72, com sede à Avenida 16 de Fevereiro, 151, CEP 89609-000, na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.651.199-07, denominada CONTRATANTE e a FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.753.029/0001-93, com sede na Rua Victor Konder, 1005, sala 303, Centro, na cidade de Xanxerê/SC, CEP representada neste ato por seu sócio-diretor, EDSON ANTÔNIO VALGOI, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 579.791.039-04 e portador da cédula de identidade nº 1.783.138, residente e domiciliado na BR 282, Bairro Três Barras, na cidade de Xanxerê/SC, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar a vigência do Contrato PML Nº 166/2015, sem alteração de valores, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme estabelecido no susamencionado Contrato.

#### CLAUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de dezembro de 2016.  
MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

EDSON ANTÔNIO VALGOI  
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

**DECRETO 2299**

DECRETO Nº 2299 de 15 de dezembro de 2016.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1488 de 15 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 34.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do trabalhador  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 4.500,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 11.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 25.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 11.001.15.451.0061.1053 - Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos  
Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 3.500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 11.001.15.451.0061.1054 - Urbanização de Praças e Passeios Públicos  
Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações

das Estradas Vicinais

Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 10.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0020.2024 - Manutenção do Centro Múltiplo Uso  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.300,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.002.08.241.0026.2087 - Administração e Execução do Fundo do Idoso  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.700,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 16.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 07.003.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 15.001.23.691.0100.2048 - Programação de Natal  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 7.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 16.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 42.700,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 300,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.700,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.300,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2016.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## LEI 1488

LEI Nº 1488 de 15 de dezembro de 2016.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

### LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 34.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.11.332.0007.2009 - Segurança do trabalhador  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 4.500,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 11.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 25.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 11.001.15.451.0061.1053 - Pavimentação e revitalização de ruas e passeios públicos  
Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 3.500,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 11.001.15.451.0061.1054 - Urbanização de Praças e Passeios Públicos  
Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais  
Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Projeto: 08.001.12.361.0031.1032 - Aquisição de imóveis, construção e reforma de prédios escolares  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 10.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0020.2024 - Manutenção do Centro Múltiplo Uso  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.300,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.002.08.241.0026.2087 - Administração e Execução do Fundo do Idoso  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.700,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 16.000,00  
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 07.003.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 15.001.23.691.0100.2048 - Programação de Natal  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos ordinários ..... R\$ 7.000,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Atividade: 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil  
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00  
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 16.000,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 42.700,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade: 13.001.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 02- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde ..... R\$ 300,00  
Detalhamento de Recursos: 002- Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social  
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.700,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 12.001.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social  
Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.300,00  
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá efetuar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, por

Decretos do Poder Executivo, nos termos do art. 167, VI da Constituição Federal, e do art. 4º da Lei 1406 de 10 de novembro de 2015 (LOA 2016), até o limite total de despesas fixadas individualmente, acrescida das suplementações autorizadas pelas Leis que alteraram o Orçamento de 2016 para cada Projeto, Atividade ou Operação Especial.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 11.258.607/0001-92

Nota Fiscal nº. 479 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 480 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 467 R\$ 4.100,00

VALOR TOTAL: R\$ 12.300,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. Salienta-se que a supracitada empresa está realizando o interrompimento do serviço devido a falta de pagamento, todavia tal suspensão não pode ocorrer, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais da Secretaria Municipal da Educação. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CPF: 639.486.809-49

GERSON PILZ

Nota Fiscal nº. 0001 R\$ 772,24

Valor Total: R\$ 772,24

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois o fornecedor em questão prestou serviços de engenharia elétrica para elaboração de projeto ART de padrão trifásico 70 A em poste da CELESC para abertura de programação natalina do Município de Mafra, onde o mesmo disponibilizou tempo e recursos exclusivos para atender a Administração Municipal. A quebra é necessária para não onerar ainda mais esse profissional que abriu mão de realizar outros serviços para atender à Administração Municipal. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 19 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CPF: 154.376.719-20

NATANIEL VIRMOND

Nota Fiscal nº. 18 R\$ 7.524,86

Nota Fiscal nº. 15 R\$ 9.656,36

Valor Total: R\$ 17.181,22

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A pessoa física em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável uma vez que o mesmo é responsável pela prestação de serviços de consultas médicas na especialidade de ginecologia e obstetria, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

### EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 045/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 045/2016

Contrato nº: 045/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 164/2016. Pregão Presencial nº 055/2016

Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro 2016

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 083/2016 CONTRATO Nº: 083/2016**

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 083/2016  
Contrato nº: 083/2016  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratada: COMUNIDADE TERAPÊUTICA ROSA DE SARON  
CNPJ: 12.153.899/0001-61  
Modalidade Processo Licitatório n.º 339/2016. Credenciamento n.º 004/2016.  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2016.  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 092/2016 CONTRATO Nº: 092/2016**

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 092/2016  
Contrato nº: 092/2016  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratada: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CE-RENE  
CNPJ: 79.372.108/0004-08  
Modalidade Processo Licitatório n.º 339/2016. Credenciamento n.º 004/2016.  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2016.  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 018/2015 CONTRATO Nº: 018/2015**

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 018/2015  
Contrato nº: 018/2015  
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA  
Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.  
CNPJ: 61.198.164/0001-60  
Modalidade Processo Licitatório n.º 038/2015. Pregão Presencial n.º 009/2015.  
Data Assinatura do termo aditivo: 14 de dezembro de 2016.  
Prazo: com vigência até 31/12/2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 071/2015 CONTRATO Nº: 071/2015**

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 071/2015  
Contrato nº: 071/2015  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A  
CNPJ: 90.180.605/0001-02  
Modalidade Processo Licitatório n.º 240/2015. Pregão Presencial n.º 083/2015  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro 2016  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 126/2014 CONTRATO Nº: 126/2014**

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 126/2014  
Contrato nº: 126/2014  
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA  
Contratada: ALEX WILLIAN HOPPE.  
CPF nº 043.915.679-38  
Modalidade Processo Licitatório n.º 491/2014. Pregão Presencial n.º 121/2014.  
Data Assinatura do termo aditivo: 13 de dezembro de 2016  
Prazo: com vigência até 31/12/2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 109/2016**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Contrato nº: 109/2016  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Contratada: AUTO PEÇAS RENÊ LTDA EPP  
CNPJ nº 01.488.404/0001-39  
Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra destinada a manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente  
Modalidade: Pregão Presencial nº 142/2016, Processo nº 575/2016  
Valor Estimado: R\$ R\$1.250,00 ( Mil duzentos e cinquenta reais ).  
Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal  
Data de assinatura: 12/12/2016.  
Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.  
Dotação Orçamentária:  
275 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas  
299 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 110/2016**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Contrato nº: 110/2016  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Contratada: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA EPP  
CNPJ nº 02.734.375/0001-29  
Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra destinada a manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente  
Modalidade: Pregão Presencial nº 142/2016, Processo nº 575/2016  
Valor Estimado: R\$ R\$3.430,00 (Três mil quatrocentos e trinta  
Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal  
Data de assinatura: 12/12/2016.  
Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.  
Dotação Orçamentária:  
275 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas  
299 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 111/2016**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº: 111/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contratada: JRC COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ nº 01.560.884/0001-00

Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra destinada a manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Modalidade: Pregão Presencial nº 142/2016, Processo nº 575/2016  
Valor Estimado: R\$ R\$1.260,00 (Mil duzentos e sessenta reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura: 12/12/2016.

Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

275 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

299 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 112/2016**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº: 112/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contratada: AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA ME

CNPJ nº 10.173.480/0001-46

Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra destinada a manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Modalidade: Pregão Presencial nº 142/2016, Processo nº 575/2016  
Valor Estimado: R\$ R\$3.380,00 ( Três mil trezentos e oitenta reais)

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura: 12/12/2016.

Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

275 - 1 . 11001 . 4 . 122 . 11 . 2.45 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

299 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

**LEI MUNICIPAL Nº 4245**

LEI Nº. 4.245

DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA, O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica para todos os efeitos reconhecido de Utilidade Pública Municipal, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos, raciais ou religiosos, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na Rua Felipe Schmidt, nº 809, Centro em Mafra/Santa Catarina, fundada em 10 de janeiro de 1946 conforme DECRETO nº 8.621, com filial em Mafra SC desde 14/08/2014 inscrita no CNPJ sob nº 03.603.739/0008-52, tendo como atividade econômica principal o código 85.99-6-99 – "Outras Atividades de Ensino não Especificadas Anteriormente", aprovada pela RESOLUÇÃO nº 19/2014, de 15 de agosto de 2014.

Art. 2º À Entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 16 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 4246**

LEI Nº. 4.246

DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS À LEI MUNICIPAL Nº 2.975, DE 13 DE SETEMBRO DE 2005 QUE, "DENOMINA RUAS NO DISTRITO DE BELA VISTA DO SUL".

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Item 5 do Art. 1º, Rua "E", da Lei Municipal Nº 2.975, de 13 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- Rua "E" passa a denominar-se Rua "Pioneiro Alziro Peters", dando início ao lado direito da BR-280, sentido Mafra a Canoinhas, seguindo até o Arroio do Poço Grande.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 16 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2016

15 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE O RECESSO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

**DECRETA:**

Art. 1º Conforme dispõe no Decreto Legislativo nº 01/2016, art. 1º, Inc. XXIV, o Recesso Legislativo será de 19 a 31 de dezembro de 2016, e não haverá expediente na Câmara Municipal de Mafra durante este período.

Art. 2º No dia 1º de janeiro de 2017, o funcionamento se dará após as 18hs para a eleição da Mesa Diretora de 2017.

Art. 3º Estabelece recesso legislativo de 02 a 06 de janeiro de 2017.

Art. 4º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Mafra do dia 02 a 06 de janeiro de 2017, voltando as suas funções normais no dia 9 de janeiro de 2017.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 15 de dezembro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

# Maracajá

## PREFEITURA

### LEI 1074/2016

LEI Nº 1074 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º "O art. 49, da Lei Complementar nº 28, de 23 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 Os membros do Conselho Administrativo do FUMPREVI, eleitos na forma dessa Lei, passam a receber gratificação pelo conjunto de atribuições e responsabilidades inerentes aos cargos, previstos na presente legislação previdenciária.

§ 1º As gratificações serão devidas mensalmente, da seguinte forma e valores:

FUNÇÃO	VALOR EM UFM
Presidente do Conselho Administrativo Gestor	08 UFMs
Secretário/Tesoureiro Conselho Administrativo Gestor	04 UFMs
Membros Conselho Administrativo	01 UFM

§2º As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pela dotação e recursos financeiros do FUMPREVI."

Art. 2º O art. 53, da Lei Complementar nº 28, de 23 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 Os membros do Conselho Fiscal do FUMPREVI, eleitos na forma dessa Lei, passam a receber gratificação pelo conjunto de atribuições e responsabilidades inerentes aos cargos, previstos na presente legislação previdenciária.

§ 1º As gratificações serão devidas mensalmente, da seguinte forma e valores:

FUNÇÃO	VALOR EM UFM
Presidente do Conselho Fiscal	04 UFMs
Membros do Conselho Fiscal	01 UFM

§2º As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pela dotação e recursos financeiros do FUMPREVI."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

### LEI 1075/2016

LEI Nº 1075 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, que autoriza o ingresso do Município de Maracajá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Maracajá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Maracajá, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º O artigo 3º, da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRAA = NH x R\$ 0,1200, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água



NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades

administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será

atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 933, de 26 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração



**LEI 1076/2016**

LEI Nº 1076 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL, CONCEDE DESCONTOS PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Calendário Fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas decorrentes da utilização de serviços públicos, no Município de Maracajá, para o exercício de 2017, está fixado da seguinte forma:

I - Pagamento em parcela única:	
a) vencimento da primeira parcela única ....	15/05/2017;
II - Pagamento em segunda parcela única:	
a) vencimento da segunda parcela única .....	15/06/2017;
II - Pagamento parcelado em até 5 vezes:	
a) vencimento da primeira parcela .....	15/05/2017;
b) vencimento da segunda parcela .....	15/06/2017;
c) vencimento da terceira parcela .....	15/07/2017;
d) vencimento da quarta parcela .....	15/08/2017;
e) vencimento da quinta parcela .....	15/09/2017;

Art. 2º O contribuinte em dia até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de maio de 2017, ser-lhe-á concedido um desconto de 40% (quarenta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 3º O contribuinte com débitos até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de maio de 2017, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 4º O contribuinte em dia até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de junho de 2017, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 5º O contribuinte com débitos até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de junho de 2017, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 6º O contribuinte em dia até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 7º O contribuinte com débitos até 31/12/2016 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 10% (dez por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 8º Para o contribuinte que parcelar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 50,00 (cinquenta reais).

Art. 9º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez

por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

**LEI 1077/2016**

LEI Nº 1077 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA A DENOMINAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PERTENCENTE A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Escola de Educação Básica Municipal 12 de Maio para " ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL NIVALDO JOSÉ ROSA", localizada na Rua Antônio Inocêncio, s/n, Centro da cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Unidade Escolar foi criada pela Lei Municipal nº 325 de 13 de Outubro de 1993.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

**Decreto nº 854/2016**

DECRETO Nº 854, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público GELSON ROSSETTO, matrícula nº 468301, ocupante do cargo de Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 855/2016**

DECRETO Nº 855, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público NEIVO LUIZ SARTORI, matrícula nº 369401, ocupante do cargo de Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 856/2016**

DECRETO Nº 856, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública ROSIMÉRE BRUCH RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 369001, ocupante do cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 857/2016**

DECRETO Nº 857, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público CLAUDIR SANSIGOLO, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 40 horas semanais, a partir da presente data, retornando para o cargo efetivo de Agente Administrativo a partir de 17 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 858/2016**

DECRETO Nº 858, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonera a pedido a servidora pública MIRIANE SARTORI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data, retornando para o cargo efetivo de Agente Administrativo a partir de 17 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 859/2016**

DECRETO Nº 859, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 16 a 21 de dezembro de 2016, do servidor DOUGLAS ROBERTO LAGO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 059.553.499-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 860/2016**

DECRETO Nº 860, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogada a contratação por tempo determinado, pelo período de 16 a 21 de dezembro de 2016, do servidor DOUGLAS ROBERTO LAGO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 059.553.499-66, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no Departamento de Esportes, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Lei Complementar nº 103/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Municipal n. 082, de 14 de dezembro de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar Municipal n. 082, de 14 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, in verbis:

“Art. 2º Os valores relativos à permuta foram obtidos de acordo com o disposto nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar Municipal nº 72/2015 e representam o montante de R\$ 2.098.648,30 (dois milhões, noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais com trinta centavos).

§ 1º. A permuta será pela área de 13.831,16m² e sua edificação de 3.067,62 m², de propriedade do Município de Maravilha, avaliados conjuntamente em R\$ 2.330.000,00 (dois milhões trezentos e trinta mil reais), por direitos e obrigações no valor de 2.098.648,30 (dois milhões, noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais com trinta centavos), mais um pavilhão de 237,79m², avaliado em R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e mais R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), convertidos em materiais de construção, de propriedade da empresa Indumetal Indústria, Metalúrgica Ltda.

§ 2º. O material de construção, parte do objeto desta permuta, consoante art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n. 072/2015, deverá ser entregue ao Município quando solicitado, devendo ser entregue em sua totalidade no prazo de seis meses, sendo que o tipo de material de construção será escolhido pela administração municipal e o valor deverá observar a tabela SINAPI em vigor a época.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 120/2016 - Modalidade Pregão Presencial n. 036/2016 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de material para manutenção da iluminação pública, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 09 de janeiro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Administrativo n. 117/2016 – Inexigibilidade de Licitação n. 042/2016.

Contrato Administrativo n. 079/2016

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou contrato administrativo com a empresa Cristiano Becker – ME, para prestação de serviço de sessões de fisioterapia. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 13 às 19 horas. Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 155/2016

Portaria nº 155/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT 20 HR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 045/2015.

#### DE C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ do exercício da função – de PROFESSORA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### PORTARIA Nº 159/2016

Portaria nº 159/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA TATIANE SINISKI DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT 20 HR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 041/2015.

#### DE C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal TATIANE SINISKI do exercício da função – de PROFESSORA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### PORTARIA Nº 160/2016

Portaria nº 160/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA TATIANE SINISKI COD 631 DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT 20 HR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 042/2015.

#### DE C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal TATIANE SINISKI COD 631 do exercício da função – de PROFESSORA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### PORTARIA Nº 161/2016

Portaria nº 161/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA MAGALI TERRIBELE DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT 20 HR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 043/2015.

#### DE C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal MAGALI TERRIBELE do exercício da função – de PROFESSORA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado



**PORTARIA Nº 164/2016**

Portaria nº 164/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA SUZANE EVELIN PROVENSÍ DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE NUTRICIONISTA 20 HR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 047/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora pública municipal SUZANE EVELIN PROVENSÍ do exercício da função – de NUTRICIONISTA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº 165/2016**

Portaria nº 165/2016

De 12/12/2016

DISPENSAR A SERVIDORA ANGELICA GRIS DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE FISIOTERAPEUTA 20 HR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 069/2015.

**D E C I D E**

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora pública municipal ANGELICA GRIS do exercício da função – de FISIOTERAPEUTA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº134/2016**

Portaria nº134/2016

De 18/11/2016

DISPENSA DO SERVIÇO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/97

CONSIDERANDO a certidão fornecida pelo juízo da 48ª Zona Eleitoral da Comarca de Xaxim, dando conta que o respectivo servidor prestou serviço eleitoral no 1º Turno das Eleições Municipais e treinamento do mesmo;

CONSIDERANDO o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/1997, dispõe sobre a dispensa ao serviço em dobro dos dias de serviços prestados, além do abono da falta no dia dos trabalhos eleitorais;

**DETERMINA**

Art. 1º - A dispensa do serviço da Servidora Pública Municipal ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO, nos dias 11, 18 e 25/11/2016 nos termos acima mencionado.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº135/2016**

Portaria nº135/2016

De 21/11/2016

DISPENSA DO SERVIÇO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/97

CONSIDERANDO a certidão fornecida pelo juízo da 48ª Zona Eleitoral da Comarca de Xaxim, dando conta que o respectivo servidor prestou serviço eleitoral no 1º Turno das Eleições Municipais e treinamento do mesmo;

CONSIDERANDO o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/1997, dispõe sobre a dispensa ao serviço em dobro dos dias de serviços prestados, além do abono da falta no dia dos trabalhos eleitorais;

**DETERMINA**

Art. 1º - A dispensa do serviço da Servidora Pública Municipal DANIELA CERATTO, nos dias 09 e 16/12/2016 nos termos acima mencionado.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de novembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº136/2016**

Portaria nº136/2016

De 05/12/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAIRES ROSSONI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LAIRES ROSSONI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 30 dias a contar de 02/01/2017 A 31/01/2017.

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 05/10/2015 A 06/10/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº137/2016**

Portaria nº137/2016

De 05/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALDIVA M. ZANETTI ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ALDIVA M. ZANETTI ROMANINI (COD. 19 E 235), por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/12/2015 a 31/12/2016 e 01/01/2016 a 31/12/2016, respectivamente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº138/2016**

Portaria nº138/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONE LEITE MOREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IVONE LEITE MOREIRA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/03/2014 A 07/09/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº139/2016**

Portaria nº139/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIR HEINZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IVANIR HEINZ, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado



**PORTARIA Nº140/2016**

Portaria nº140/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 04/01/2016 A 03/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº141/2016**

Portaria nº141/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUSA TOME FOPPA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CLEUSA TOME FOPPA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº142/2016**

Portaria nº142/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE MULINARI SQUARIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MULINARI SQUARIO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº143/2016**

Portaria nº143/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABETE PRATTI BINDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IZABETE PRATTI BINDA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº144/2016**

Portaria nº144/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA COD 160 E 237 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILETE RAMPAZZO MAROSTICA COD 160 E 237, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017 § ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº145/2016**

Portaria nº145/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO COD 568 E 542 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LUCELIA CAREGNATTO COD 568 E 542, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017 § ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº146/2016**

Portaria nº146/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILUCIA CARBONERA DONZELLI COD 52 E 565 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILUCIA CARBONERA DONZELLI COD 52 E 565, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº147/2016**

Portaria nº147/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO COD 556 E 323 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ROSANI BUSSOLARO COD 556 E 323, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº148/2016**

Portaria nº148/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NANDRIA NERVIS COD 325 E 541 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal NANDRIA NERVIS COD 325 E 541, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº149/2016**

Portaria nº149/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI LUNARDI COD 35 E 324 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLI LUNARDI COD 35 E 324, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº150/2016**

Portaria nº150/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDENILSE SCALVI RIZZI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal EDENILSE SCALVI RIZZI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2014 A 25/12/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº151/2016**

Portaria nº151/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora. CONSIDERANDO Portaria 248/2015.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 já gozados conforme Portaria 248/2015 de 07/12/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 a contar a partir de 02/01/2017 a 11/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/01/2015 a 31/12/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº152/2016**

Portaria nº152/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLETE LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLETE LUNARDI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 12/01/2017 A 10/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2015 A 25/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº153/2016**

Portaria nº153/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDUARDO PEREIRA VARGAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDUARDO PEREIRA VARGAS, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 22/01/2015 a 21/01/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº154/2016**

Portaria nº154/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILSON PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ADILSON PERUZZO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 21/12/2016 A 20/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 14/10/2015 A 13/10/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº156/2016**

Portaria nº156/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROVANIR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ROVANIR PERUZZO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 16/07/2015 A 15/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº157/2016**

Portaria nº157/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZINETE MARIA GUARDA MORESCHI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora. CONSIDERANDO Portaria 244/2015.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ZINETE MARIA GUARDA MORESCHI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 já gozados conforme Portaria 244/2015 de 07/12/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 a contar a partir de 02/01/2017 a 11/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 02/06/2014 a 01/06/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº158/2016**

Portaria nº158/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZINETE MARIA GUARDA MORESCHI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ZINETE MARIA GUARDA MORESCHI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 12/01/2017 A 10/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02/06/2015 a 01/06/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Munic

ipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº162/2016**

Portaria nº162/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INDIAMARA SIMONETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal INDIAMARA SIMONETTI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº163/2016**

Portaria nº163/2016

De 12/12/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISTELA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARISTELA RAMPAZZO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado



# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 33.2016 (FMS) - MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40
LICIMED DISTR DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PROD MED E HOSPITALARES LTDA	04.071.245/0001-60
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR PAULO RICARDO SILVEIRA	03.652.030/0001-70
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ALYSON LUIZ PEREIRA	05.531.725/0001-20
BIOSAÚDE DROGARIA E FARMACIA LTDA-EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR VANESSA SCHMITZ SPEZIA	08.691.828/0001-45
EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA	06.035.038/0001-86
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR RICARDO LUIZ MUCIO	12.889.035/0001-02

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 44202 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	IBUPROFENO GOTAS DE 100MG/ML /60ML	FRASCOS	MED QUIMICA	3000	2,50	7.500,00
5	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	COMPRIMI	TORRENT	12000	0,34	4.080,00
20	METILDOPA 500 MG	COMPRIMI	TKS / SUN PHARMA	50000	0,25	12.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 24.080,00						
FORNECEDOR: 48429 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	COLCHICINA 0,5 MG	COMPRIMI	GEOLAB	25000	0,17	4.250,00
6	ARIPRIAZOL 15MG	COMPRIMI	UNICHEM	800	8,35	6.680,00
7	CABERGOLINA 0,5MG	COMPRIMI	CRISTALIA	800	20,50	16.400,00
19	ZOLPIDEM 10 MG	COMPRIMI	E.M.S	1000	0,86	860,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 28.190,00						
FORNECEDOR: 79189 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
14	NORIPURUM E.V	AMPOLAS	UNIAO QUIMICA	100	7,10	710,00
22	CLONAZEPAN GOTAS 2,5MG/ML SOL. ORAL	FRASCOS	HIPOLABOR	300	1,82	546,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.256,00						
FORNECEDOR: 103810 - PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
17	RIVAROXABANA 15MG	COMPRIMI	BAYER	500	7,00	3.500,00
18	RIVAROXABANA 20MG	COMPRIMI	BAYER	500	7,00	3.500,00
27	SULFADIAZINA 500MG	COMPRIMI	SOBRAL	5000	0,16	800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.800,00						
FORNECEDOR: 105856 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL

4	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52 MG/ML, INJETÁVEL. AMPOLA COM 1 ML.	AMPOLAS	UNIAO QUIMICA	80	7,78	622,40
8	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIO CHIMICO	200	9,50	1.900,00
9	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIO CHIMICO	1500	10,74	16.110,00
11	ENOXAPARINA SÓDICA 80MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BIO CHIMICO	200	17,90	3.580,00
24	CLOPIDOGREL 75MG COMPRIMIDO	COMPRIMI	ACTAVIS	40000	0,35	14.000,00
26	ACIDO FOLINICO 10MG	COMPRIMI	HIPOLABOR	300	1,17	351,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 36.563,40						
FORNECEDOR: 172448 - EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
13	MIRTAZAPINA 15 MG	COMPRIMI	SANDOZ	5000	1,70	8.500,00
15	TRIMETADIZINA 35MG	COMPRIMI	SERVIER	3000	1,50	4.500,00
16	LACOSAMIDE 100MG	COMPRIMI	UCB BIOPHARMA/ AESICA	800	7,50	6.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 19.000,00						
FORNECEDOR: 178896 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG. SERINGA PARA ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA/ENDOVENOSA.	SERINGA	BLAU	200	13,00	2.600,00
21	CLONAZEPAM 0,5 MG (RIVOTRIL)	COMPRIMI	GEOLAB	30000	0,05	1.500,00
23	CLONAZEPAM 2,0 MG (RIVOTRIL)	COMPRIMI	GEOLAB	80000	0,05	4.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 8.100,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 124.989,40						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 124.989,40 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL NOVECIENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 02 (DOIS) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/emissão de ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.4. Os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.



5.4.1. A embalagem deverá ser original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o número do registro emitido pela Anvisa.

5.5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata, além das demais obrigações:

8.1.1. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

8.1.2. As embalagens devem apresentar o nome do(a) farmacêutico(a) responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está sediada.

8.1.3. O número dos lotes deve estar especificado na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

8.1.4. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

8.1.5. Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo: se o medicamento possui validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 (dezoito) meses.

8.1.6. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.7. Realizar a entrega dos medicamentos na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 02 (DOIS) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes nesta ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.8.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

8.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local determinado.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	16	de	dezembro	de	2016
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

VANDERLEI SASSE
-----------------

CONTRATANTE
-------------

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
--

CLEITON ANDRE WAGNER
----------------------

CONTRATADA
------------

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
--

CONTRATADA

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAULO RICARDO SILVEIRA

CONTRATADA

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

CONTRATADA

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

ALYSON LUIZ PEREIRA

CONTRATADA

EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA

CONTRATADA

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

RICARDO LUIZ MUCIO

CONTRATADA

**ATA 59.2016 (PMM) MERENDA ESCOLAR 2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2016

VALIDADE: DE 15/12/2016 A 15/12/2017

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ-ESCOLAS E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
COMERCIAL STORINNY LTDA ME, neste ato representado por LUCAS COELHO SANTOS	73.977.480/0001-19
NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, neste ato representado por MARCOS ANTONIO BANDEIRA	14.320.137/0001-38
COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU, neste ato representado por LUIZ OLCZYK	12.715.780/0001-35
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP, neste ato representado por VENESIO HORNBURG	22.621.552/0001-50
L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, neste ato representado por ARILSON JOSE ALVES	06.915.456/0001-68
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME, neste ato representado por CARLOS ALEXANDRE DE MORAES	21.593.746/0001-26

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PRÉ-ESCOLAS E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

FORNECEDOR: 15369 - MERCADO MOA LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ABACATE IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	450	R\$ 6,00	R\$ 2.700,00
2	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1800	R\$ 3,30	R\$ 5.940,00
4	ABOBRINHA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	300	R\$ 2,20	R\$ 660,00
9	ÁGUA MINERAL, EMBALAGEM DE 500 ML.	UNID	FONT LIVE	200	R\$ 1,10	R\$ 220,00
10	ÁGUA MINERAL BOMBONA 20 LTS	UNID	FONT LIVE	2100	R\$ 8,65	R\$ 18.165,00

11	AIPIM SEM CASCA, CONGELADO, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1500	R\$ 4,20	R\$ 6.300,00
17	AVEIA EM FLOCOS, RICOS EM FIBRAS, PROTEINAS E FONTE DE FERRO	KG	GRANOMEL	70	R\$ 8,20	R\$ 574,00
18	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1ª . QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	2150	R\$ 2,20	R\$ 4.730,00
19	BANANA COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	10200	R\$ 1,60	R\$ 16.320,00
20	BATATA DOCE DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO E SUJIDADES, PESANDO ENTRE 200 E 400 GRAMAS A UNIDADE PORTARIA MA 69 DE 21/02/95 E PORTARIAMA 523 DE 28/08/96. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	320	R\$ 2,50	R\$ 800,00
21	BATATA INGLESA SUJA, TAMANHO MEDIO, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	4500	R\$ 2,20	R\$ 9.900,00
24	BETERRABA, IN NATURA, SEM FOLHAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	800	R\$ 2,30	R\$ 1.840,00
26	BISCOITO DE POLVILHO, PACOTE COM 100 GRAMAS	PACOTE	REAL	2300	R\$ 2,75	R\$ 6.325,00
31	BISNAGUINHA DE LEITE, UNIDADE DE 30 GRAMAS	KG	02/SET	600	R\$ 12,45	R\$ 7.470,00
33	BOLACHA DE LEITE, SEM RECHEIO, PACOTE DE 400 GRAMAS	UNID	ORQUIDEA	2300	R\$ 3,75	R\$ 8.625,00
35	BROCOLIS, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO. PESANDO ENTRE 800 E 1000 GRAMAS A UNIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	UNID	IN NATURA	2100	R\$ 3,40	R\$ 7.140,00
39	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	1900	R\$ 1,99	R\$ 3.781,00
40	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, TAMANHO MÉDIO, DE 1ª. QUALIDADE PESANDO ENTRE 70 E 140 GRAMAS A UNIDADE. PORTARIA MA 412 DE 07/10/86. LIVRE DE DANOS EEM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	2000	R\$ 2,30	R\$ 4.600,00
45	CHUCHU IN NATURA, TAMAÑO MÉDIO, DE 1ª. QUALIDADE, INTEIROS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	1200	R\$ 2,40	R\$ 2.880,00
46	COUVE-FLOR IN NATURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1600	R\$ 3,50	R\$ 5.600,00
57	FERMENTO DE BOLO TRADICIONAL DE 250 GRAMAS	UNID	ROYAL	220	R\$ 6,10	R\$ 1.342,00
64	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	8000	R\$ 1,85	R\$ 14.800,00
69	LIMÃO TAITI, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DEDANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	350	R\$ 4,30	R\$ 1.505,00
74	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1150	R\$ 7,80	R\$ 8.970,00
75	MACA GALA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	5200	R\$ 3,80	R\$ 19.760,00
81	MAMAO PAPAYA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	UNID	IN NATURA	2000	R\$ 2,50	R\$ 5.000,00
83	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	700	R\$ 6,70	R\$ 4.690,00
86	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	3800	R\$ 2,00	R\$ 7.600,00
87	MELÃO, IN NATURA DE 1ª QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	UNID	IN NATURA	350	R\$ 3,80	R\$ 1.330,00
93	OVO DE GALINHA EXTRA, VERMELHO, ACONDICIONADO EM CAIXA DE 12 UNIDADES, PESAGEM MÍNIMA DE 720 GRAMAS, OS OVOS DEVEM ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS, DATADA EMBALAGEM E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS.	DUZIAS	RONCHI	2000	R\$ 4,70	R\$ 9.400,00
94	PÃO CASEIRO FATIADO, UNIDADE DE 500G	UNID	02/SET	500	R\$ 5,35	R\$ 2.675,00
95	PÃO DE CACHORRO QUENTE, FRESCO, UNIDADE COM 50G	KG	02/SET	650	R\$ 12,60	R\$ 8.190,00
97	PÃO DOCE - MASSINHA APROX. 80G A UNIDADE	KG	02/SET	1500	R\$ 13,40	R\$ 20.100,00
98	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	02/SET	1150	R\$ 10,20	R\$ 11.730,00

99	PÃO SANDUÍCHE FATIADO, FRESCO COM CARACTERÍSTICAS COMO CHEIRO E ASPECTO PRÓPRIO, UNIDADE DE 500 GRAMAS.	UNID	02/SET	1100	R\$ 5,80	R\$ 6.380,00
100	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	02/SET	1900	R\$ 5,80	R\$ 11.020,00
103	PEPINO PARA SALADA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	800	R\$ 2,40	R\$ 1.920,00
104	PERA - IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, FIRMES, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO.	KG	IN NATURA	1200	R\$ 6,50	R\$ 7.800,00
113	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID	IN NATURA	1300	R\$ 1,80	R\$ 2.340,00
119	TANGERINA MEXIRICA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	3300	R\$ 2,85	R\$ 9.405,00
120	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	2800	R\$ 2,85	R\$ 7.980,00
121	VAGEM – FEIJÃO DE VARA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	500	R\$ 5,20	R\$ 2.600,00
122	VINAGRE DE ALCOOL, EMBALAGEM INDUSTRIALIZADA, FRASCOS DE 900 ML	UNID	HENNING	450	R\$ 1,25	R\$ 562,50

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 281.669,50

FORNECEDOR: 56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
23	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS, SABOR MORANGO	LITRO	LACTO VALE	5000	R\$ 3,60	R\$ 18.000,00
32	BISTECA SUINA	KG	AÇOUGUE MASSBA	400	R\$ 12,90	R\$ 5.160,00
37	CALDO DE PEIXE (TILÁPIA) CONGELADO. INGREDIENTES: CARNE DE PEIXE TILÁPIA (FILÉ), SEM PELES, ESPINHAS E CARTILAGENS. PREPARADO COM CARNE DE PEIXE, SAL, CEBOLA, TOMATE, BATATA E EXTRATO DE TOMATE, ISENTO DE ÓLEO E CONSERVANTES. VALOR NUTRICIONAL REQUERIDO POR PORÇÃO DE 250G: PROTEÍNA MÍNIMA DE 12G. PRAZO DE VALIDADE DE 05 MESES. EMBALADO EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM PESO LÍQUIDO DE 01 KG.	KG	RANCHO BOM	3000	R\$ 17,70	R\$ 53.100,00
54	FARINHA LÁCTEA SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE, PACOTE DE 230 GRAMAS.	PACOTE	SOYMILKE	120	R\$ 9,79	R\$ 1.174,80
59	FILE DE CACAO CONGELADO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	ESTRELA MAR	700	R\$ 23,90	R\$ 16.730,00
62	FRANGO DESFIADO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 2 KG	UNID	RIVELLI	200	R\$ 51,50	R\$ 10.300,00
63	FRANGO INTEIRO, CONGELADO, EM EMBALAGEM PLASTICA FLEXIVEL ATOXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ROTULO CONTENDO IDENTIFICACAO DA EMPRESA, REGISTRO NO SIF, IDENTIFICACAO DO TIPO DE CARNE E DATA DE FABRICACAO	KG	MORGANA	1200	R\$ 9,00	R\$ 10.800,00
70	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	IRMÃOS DO VALLE	300	R\$ 18,30	R\$ 5.490,00
71	LINGUICA MISTA	KG	AÇOUGUE MASSBA	160	R\$ 17,90	R\$ 2.864,00
72	LINGUICINHA DE FRANGO	KG	AURORA	250	R\$ 17,40	R\$ 4.350,00



73	LOMBO SEM OSSO MOIDO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	IRMÃOS DO VALLE	1700	R\$ 22,90	R\$ 38.930,00
84	MARGARINA CREMOSA COM 65% DE LIPÍDIOS, COM SAL. EMBALAGEM: DEVE SER DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	KG	DORIANA	800	R\$ 3,80	R\$ 3.040,00
89	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERATER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	SEARA	800	R\$ 9,30	R\$ 7.440,00
90	MUSCULO BOVINO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	200	R\$ 17,10	R\$ 3.420,00
101	PATINHO BOVINO (BIFE), EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCADO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	1400	R\$ 24,00	R\$ 33.600,00
102	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MACEDO	400	R\$ 13,00	R\$ 5.200,00
108	POLPA DE FRUTA CONGELADA PARA SUCO, SABORES UVA ETANGERINA	KG	DOCE MEL	1000	R\$ 20,80	R\$ 20.800,00
110	PRESUNTO COZIDO MAGRO, PREPARADO COM PERNIL, SEM OSSO, OU CARNE DE OUTRAS PARTES DO SUÍNO. OBTIDO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIENE.	KG	JCW	200	R\$ 25,90	R\$ 5.180,00
111	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, COM REGISTRO NO SIF OU SISF, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURO, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO, UMIDADE MÁXIMA 58% P/P E LIPÍDIO DE LEITE MÍNIMO 28% P/P.	KG	LACTO VALE	800	R\$ 27,90	R\$ 22.320,00
112	QUEIJO SEM LACTOSE, COM REGISTRO NO SIF OU SISF, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURO, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO.	KG	SULFRIOS	60	R\$ 57,00	R\$ 3.420,00
114	REQUEIJÃO CREMOSO, C/ ASPECTO, CHEIRO E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS..	UNID	PREDILETO	600	R\$ 5,80	R\$ 3.480,00
117	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRICASA	850	R\$ 9,10	R\$ 7.735,00
118	SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALADA EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E /OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MACEDO	1100	R\$ 9,60	R\$ 10.560,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 293.093,80

FORNECEDOR: 179329 - COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
------	---------	------	-------	------	-----------	-----------



3	ABÓBORA PAULISTA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	200	R\$ 2,45	R\$ 490,00
12	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1800	R\$ 1,75	R\$ 3.150,00
13	ALHO BRANCO, IN NATURA, SEM RESTIA, DE BOA QUALIDADE	KG	IN NATURA	150	R\$ 20,70	R\$ 3.105,00
22	BATATA SALSA DE 1ª. QUALIDADE, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO PESANDO ENTRE 80 E 150 GRAMAS A UNIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	150	R\$ 7,50	R\$ 1.125,00
65	LARANJA LIMA. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	1300	R\$ 3,50	R\$ 4.550,00
80	MAMÃO COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	1600	R\$ 3,30	R\$ 5.280,00
82	MANGA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 20.500,00						
FORNECEDOR: 212580 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	ACHOCOLATADO EM PÓ, PACOTE DE 400GR, QUE NÃO CONTENHA AMIDO, DEVERA ESTAR ACONDICIONADO EM PACOTE DE POLIETILENO ATÓXICO, DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES, INSCRITA NO SIF.	UNID	CHOKILAR	1100	R\$ 4,68	R\$ 5.148,00
6	AÇÚCAR BRANCO, REFINADO, DE 1ª. QUALIDADE COM TEOR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99 % P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADOS EM SACO PLÁSTICO, ATÓXICO E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 06 MESES APÓS ENTREGADO PRODUTO.	KG	ALTO ALEGRE	2600	R\$ 3,13	R\$ 8.138,00
7	ACUCAR DE BAUNILHA 100 GRAMAS	UNID	HORTA E SABOR	150	R\$ 4,29	R\$ 643,50
8	AÇÚCAR MASCAVO, ISENTO DE ADITIVOS E CONSERVANTES, LIVRE DE UMIDADE. PACOTE DE 500 GRAMAS.	UNID	PUXA DA BOA	160	R\$ 5,68	R\$ 908,80
14	AMIDO DE MILHO, PROPRIO PARA ALIMENTO	KG	NEI LAR	60	R\$ 5,85	R\$ 351,00
15	ARROZ INTEGRAL LONGO, TIPO 1, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES	KG	URBANO	400	R\$ 3,33	R\$ 1.332,00
16	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1	KG	ITAJARA	2400	R\$ 2,99	R\$ 7.176,00
25	BISCOITO DE AVEIA E MEL, PACOTE DE 330 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	NESFIT	700	R\$ 3,75	R\$ 2.625,00
27	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL, PACOTE DE 400 GRAMAS	PACOTE	ORQUIDEA	300	R\$ 5,69	R\$ 1.707,00
28	BISCOITO CREAM CRACKER, PACOTE DE 400 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	UNID	PRODASA	1350	R\$ 4,33	R\$ 5.845,50
29	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN, PACOTE DE 150 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	JASMINE	150	R\$ 6,55	R\$ 982,50
30	BISCOITO ROSCA DE LEITE, PACOTE DE 335 GRAMAS. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO.	PACOTE	PARATI	2000	R\$ 4,41	R\$ 8.820,00
34	BOLACHÃO DE MEL PACOTE COM 500 GRAMAS	PCTE.	KRONE	500	R\$ 7,47	R\$ 3.735,00
36	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO, MOÍDO, PURO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALAGEM À VÁCUO (CONTENDO SELO DE PUREZA DA ABIC).	KG	OURO	600	R\$ 9,58	R\$ 5.748,00
38	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	HORTA E SABOR	80	R\$ 2,39	R\$ 191,20
41	CEREAL MATINAL - GRANOLA NATURAL	KG	GRANOMEL	200	R\$ 18,99	R\$ 3.798,00
42	CEREAL MATINAL DE MILHO COM ACUCAR 1KG (SUCRILHO)	UNID	GRANOMEL	400	R\$ 18,10	R\$ 7.240,00

43	CHA (CAMOMILA, HORTELA, ERVA-DOCE, LARANJA). CAIXA COM 10 UNID. DE 10 GRAMAS	CX	LEAO	900	R\$ 3,25	R\$ 2.925,00
44	CHOCOLATE GRANULADO. EMBALAGEM CONTENDO 500G.	UNID	DORI	100	R\$ 7,35	R\$ 735,00
47	CREME DE LEITE. EMBALAGEM CONTENDO 200G.	UNID	PIRACANJUBA	500	R\$ 2,39	R\$ 1.195,00
48	DOCE DE LEITE EM PASTA, COM TAMPAS E LACRE DE PROTECAO, POTES DE 400 GRAMAS	UNID	NECTAR	220	R\$ 3,55	R\$ 781,00
49	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, 850 GRAMAS	UNID	ELEFANTE	800	R\$ 8,20	R\$ 6.560,00
50	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA,GRUPO FARINHA SECA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 QUILO	KG	JARAGUA	400	R\$ 5,25	R\$ 2.100,00
51	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM COM 230 GRAMAS (MUCILON)	PCTE.	NUTRILON	550	R\$ 5,65	R\$ 3.107,50
52	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	SUDOESTE	900	R\$ 2,45	R\$ 2.205,00
53	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, INTEGRAL, DE 1ª QUALIDADE.	KG	ORQUIDEA	100	R\$ 3,65	R\$ 365,00
55	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	PCTE.	NUTRIMENTAL	1100	R\$ 7,85	R\$ 8.635,00
56	FEIJÃO PRETO, PACOTE DE 01 KG, CLASSE PRETO, NOVO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SEM PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS, CARUNCHADOS E TORRADOS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	PCTE.	JARAGUA	2200	R\$ 6,72	R\$ 14.784,00
58	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ- EMBALAGEM COM 100 GRAMAS	UNID	APTI	80	R\$ 3,75	R\$ 300,00
60	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO (POLENTINA) ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO PACOTE COM 500 GRAMAS	UNID	SINHA	1000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
61	FRAGMENTO DE ARROZ	KG	URBANO	250	R\$ 1,89	R\$ 472,50
66	LEITE UHT SEMIDESNATADO ZERO LACTOSE	LITRO	LANGUIRU	700	R\$ 4,55	R\$ 3.185,00
67	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO INTEGRAL, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS POR 100 GRAMAS: VALOR CALÓRICO 490KCAL; CARBOIDRATOS 38 GRAMAS, PROTEÍNAS 26 GRAMAS, GORDURA SATURADA 16 GRAMAS, COLESTEROL 90 MG, CÁLCIO 950 MG, FERRO 0,5 MG, SÓDIO 470 MG, PACOTE DE 400 GRAMAS.	PACOTE	AURORA	1200	R\$ 9,95	R\$ 11.940,00
68	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA CAIXINHA TIPO TETRA PARK, COM COR E ODOR CARACTERÍSTICOS, AS CAIXINHAS NÃO DEVEM APRESENTAR-SE ESTUFADAS.	LITRO	LANGUIRU	12000	R\$ 2,79	R\$ 33.480,00
76	MACARRAO CABELO DE ANJO	KG	ROSANE	250	R\$ 7,40	R\$ 1.850,00
77	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO, CONSTANDO NA EMBALAGEM ADATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	KG	DIANA	750	R\$ 6,50	R\$ 4.875,00
78	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO GRAVATINHA DE VEGETAIS.	KG	ORQUIDEA	100	R\$ 7,10	R\$ 710,00
79	MACARRÃO DE SÊMOLA SEM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO.	KG	DIANA	30	R\$ 5,75	R\$ 172,50
85	MASSA DE PIZZA PRE COZIDA	UNID	AIJO	900	R\$ 2,85	R\$ 2.565,00
88	MILHO VERDE, LATA COM 200 GRAMAS	UNID	STELLA DORO	500	R\$ 1,70	R\$ 850,00
91	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML, SEM FERRUGEM E/OU AMASSADAS, CONSTANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	UNID	LEVE	1800	R\$ 3,68	R\$ 6.624,00
92	OREGANO, EMBALAGEM COM 10 GRAMAS	UNID	MAKRI	100	R\$ 1,90	R\$ 190,00
96	PAO DE MEL EMBALAGEM COM 500GR	UNID	BEIJO BAIANO	1800	R\$ 7,55	R\$ 13.590,00
105	PO PARA GELATINA - SABORES DIVERSOS	KG	APTI	1000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00
106	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM COM LEITE, DIVERSOS SABORES.	KG	SUSTENTARE	700	R\$ 10,50	R\$ 7.350,00
107	PO SABOR MORANGO 400G	UNID	MUKY	250	R\$ 7,00	R\$ 1.750,00
109	POLVILHO DOCE, ACONDICIONAMENTO EM PACOTES DE 1KG	KG	NEVE	300	R\$ 7,50	R\$ 2.250,00
115	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA	KG	NEVE	150	R\$ 8,90	R\$ 1.335,00

116	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 1 KG, EMBALAGEM PLASTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE	KG	CRUZEIRO	650	R\$ 1,30	R\$ 845,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 214.116,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 809.379,30						

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 809.379,30 (OITOCENTOS E NOVE MIL, TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.4 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 A licitante vencedora deverá entregar os itens deste processo licitatório nos locais determinados pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitando as quantidades e especificações solicitadas.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.4 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1 A empresa vencedora obriga-se:

10.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na ordem de compra e cronograma de entrega, nos estabelecimentos de ensino, respeitando o horário de entrega entre 6h30min às 7h30min, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

10.1.3 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

10.1.4 Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem.

10.1.5 Todas as embalagens deverão conter o peso legível para conferência.

10.1.6 Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

10.1.6.1 Os produtos embalados deverão ser isentos de matéria terrosa, livres de umidade e não devem ser empedrados; isentos de parasitas ou fungos; coloração característica de cada espécie e livres de fragmentos estranhos.

10.1.7 Os produtos enlatados deverão estar em perfeito estado de conservação, as latas não devem ser amassadas, enferrujadas ou estufadas.

10.1.8 A licitante vencedora deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarão os produtos deverão estar adequadamente vestidos.

10.1.9 Serão recusados os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

10.1.10 Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem acarretar ônus a Prefeitura de Massaranduba (SC).

10.1.11 Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

10.1.12 Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

10.1.13 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.14 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.15 Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

10.1.16 Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o serviço.

11.1.4 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

|                    |    |    |          |    |      |
|--------------------|----|----|----------|----|------|
| Massaranduba – SC, | 15 | de | dezembro | de | 2016 |
|--------------------|----|----|----------|----|------|

|                 |  |
|-----------------|--|
| VANDERLEI SASSE |  |
|-----------------|--|

|                   |  |
|-------------------|--|
| PREFEITO INTERINO |  |
|-------------------|--|

|  |
|--|
| MERCADO MOA LTDA EPP<br>MOACIR PRAWUTZKI<br>CONTRATADA |
|--|

|   |
|---|
| MERCADO SPEZIA LTDA - EPP<br>VANDERLEI SPEZIA<br>CONTRATADA |
|---|

|  |
|--|
| COOPERATIVA DE PRODUCAO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU - COOPER ITAPOCU<br>LUIZ OLCZYK<br>CONTRATADA |
|--|

|   |
|---|
| FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP<br>VENESIO HORNBERG<br>CONTRATADA |
|---|

### **CO 73.2016 (FMS) NAYARA DOS SANTOS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: NAYARA DOS SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 102,07 (cento e dois reais e sete centavos) por hora plantão.

VIGÊNCIA: 15 DE DEZEMBRO DE 2016 À 01 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

### **EXTRATO DO CONTRATO 77.2016 (PMM) - MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - COMUNIDADE NOSSA SENHORA AUXILIADORA**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO: CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 77/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE – COMUNIDADE NOSSA SENHORA AUXILIADORA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO COM ÁREA DE 2.906,00M², SITUADO NA RUA 11 DE NOVEMBRO, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA INSTALAÇÃO DO EJAM (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE MASSARANDUBA).

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), SUBDIVIDIDOS EM 12 (DOZE) PARCELAS IGUAIS.

Vanderlei Sasse – Prefeito Interino



### TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 04.2014 (PMM) - BANCO BRADESCO S.A.

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO (4/3) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O BANCO BRADESCO S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE, neste ato representado pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO BRADESCO S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, estabelecido no Nuc. Cidade de Deus, sem número, bairro Vila Yara, Município de Osasco, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representado pelo bancário Sr. JORGE LUIS CARDOUZO, inscrito no CPF sob o nº 481.633.769-53 e também pela bancária Sra. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 294.021.648-71, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2013 - PMM, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) PARA O RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

1.2. Ao assinar este contrato, a credenciada declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do mesmo. Não será considerada pela credenciante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da credenciada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O item 2.1 constante na cláusula segunda do CONTRATO Nº 04/2014 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2017, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2017. Caso a Administração Municipal opte por realizar novo processo licitatório para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo qualquer reclamação ou indenização.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS TARIFAS

3.1. De acordo com o item 4.3 da cláusula quarta do CONTRATO Nº 04/2014, estabelece-se que o índice para reajuste de tarifas será o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período referente ao termo de aditamento anterior a este. Sendo para o referido período (dezembro de 2015 a novembro de 2016), o percentual de 7,38884%. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a credenciante pagará ao credenciado os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

| ITEM | R\$ UNITÁRIO MÁXIMO | HISTÓRICO                                |
|------|---------------------|--|
| 01   | R\$ 2,27            | Por documento recebido no guichê         |
| 02   | R\$ 1,88            | Por documento recebido no correspondente |

|    |          |   |
|----|----------|---|
| 03 | R\$ 1,14 | Por documento recebido na internet bank                 |
| 04 | R\$ 1,26 | Por documento recebido no auto atendimento              |
| 05 | R\$ 1,26 | Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno |
| 06 | R\$ 1,01 | Débito automático                                       |
| 07 | R\$ 1,50 | Fone fácil  |

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013, CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2013 e seus anexos são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este, permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 16 de dezembro de 2016.

|                           |
|---------------------------|
| MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA |
| VANDERLEI SASSE           |
| CONTRATANTE               |

|  |  |
|--|--|
| BANCO BRADESCO S.A.<br>JORGE LUIS CARDOUZO | BANCO BRADESCO S.A.<br>ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA |
| CONTRATADA                                 | CONTRATADA   |

#### TESTEMUNHAS:

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| CÍRIO MARTINI<br>CPF: 452.293.509-97 | ADAMIR ISIDORO KOLACKI<br>CPF: 620.869.109-59 |
|--------------------------------------|---|



# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº608-2016

PORTARIA n.º 608/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FINANÇAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º O Senhor MOISÉS TOMAZI, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Arrecadação e Finanças, nível DAS 2, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

### PORTARIA Nº 020-2016 - SAMAE

PORTARIA n.º 020/2016

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 019/2016, que concede licença saúde à servidora DERLI DORDETE, ocupante do cargo de Operador de Estação ETA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/12/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

# Modelo

## PREFEITURA

### CONTRATO 063-2015 - TERMO ADITIVO 03-2016 - GAIA - ASFALTO LINHA SALETE-

TERMO ADITIVO Nº. 003/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº063/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2015, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA E TERCEIRO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rodovia BR 282, Km 607, s/nº, no Município de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.257.777/0001-24, neste ato representada por seu procurador, Senhor RENATO ADRIANO SEIBT, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 214/2015 – Concorrência nº 002/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditado o objeto do contrato nº 063/2015 de 25.05.2015, Constante da Cláusula Segunda, com aumento e redução do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos do Orçamento de Reprogramação, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo os seguintes itens:

#### ADITIVO

| Item  | Discriminação dos Serviços – Produtos  | Unid. | Custo Unitário | Quant. | Financeiro Previsto | Acumulado |           |  |
|-------|--|-------|----------------|--------|---------------------|-----------|-----------|--|
| 1.4.2 | Reaterro Manual com Apiloamento Mecânico   | M³    | 7,16           | 45,99  | 329,29              | 329,29    |           |  |
| 3.1   | Boca p/ Bueiro Simples Tubular DN 80 cm, em concreto Ciclópico, Incluindo Formas, Escavação e Reaterro | Un    | 1.038,92       | 01     | 1.038,92            | 1.368,21  |           |  |
| 3.2   | Tubo de Concreto Armado Classe PA1, PB DN 800 mm, para águas Pluviais                                  | Un    | 169,93         | 11     | 1.869,23            | 3.237,44  |           |  |
| 3.3   | Assentamento de Tubos de Concreto DN 800 mm, Simples ou Armado, Junta em Argamassa                     | Un    | 100,75         | 11     | 1.108,25            | 4.345,69  |           |  |
|       | TOTAL ADITIVADO  |       |                |        | 4.345,69            | +4.345,69 | 22.641,64 |  |

#### SUPRESSÃO

| Item   | Discriminação dos Serviços – Produtos  | Unid. | Custo Unitário | Quant. | Financeiro Previsto | Acumulado |           |  |
|--------|--|-------|----------------|--------|---------------------|-----------|-----------|--|
| 1.4.1  | Escavação Mec. Vala não Escorada Mat. 1ª Cat c/ Retroescavadeira até 1,50 m                        | M³    | 6,41           | 5,20   | 33,33               | 33,33     |           |  |
| 1.4.3  | Camada Drenante com Brita Num. 2   | M³    | 150,46         | 3,16   | 475,45              | 508,78    |           |  |
| 1.4.4  | Transporte Comercial de Brita  | M³xKm | 0,85           | 63,2   | 53,72               | 562,50    |           |  |
| 1.4.7  | Tubo de Concreto Simples Classe PS1, PB-DN 400 mm, para águas pluviais                             | M     | 27,87          | 9,00   | 250,83              | 813,33    |           |  |
| 1.4.8  | Assentamento de Tubos de Concreto DN 400 mm, Simples ou Armado, Junta em Argamassa<br>M 24,95 9,00 |       |                |        | 224,55              | 1.037,88  |           |  |
| 1.4.9  | Tubo de Concreto Simples Classe PS1 – DN 600 mm, para águas Pluviais                               | M     | 51,41          | 74,00  | 3.804,34            | 4.842,22  |           |  |
| 1.4.10 | Assentamento de Tubos de Concreto DN 600 mm, Simples ou Armado, Junta em Argamassa                 | M     | 48,55          | 74,00  | 3.592,70            | 8.434,92  |           |  |
|        | TOTAL SUPRIMIDO  |       |                |        | 8.434,92            | -8.434,92 | 22.641,64 |  |

|                    |           |
|--------------------|-----------|
| TOTAL DA SUPRESSÃO | -4.089,23 |
|--------------------|-----------|

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 063/2015 de 25.05.2015, Constante da Cláusula Terceira, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante do Orçamento de Reprogramação, que fazem parte integrante do presente aditivo, sendo que o valor suprimido do presente termo corresponde em R\$ - 4.089,23 (quatro mil oitenta e nove reais e vinte e três centavos), compreendendo o valor adicionado de R\$ + 4.345,69 (quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) e o valor suprimido de R\$ - 8.434,92 (oito mil quatrocentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos); a serem suprimidos do valor original do contrato no valor de R\$ 393.349,48 (trezentos e noventa e três mil e trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos); totaliza o valor de R\$ 389.260,25 (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 063/2015 de 25.05.2015.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo(SC), aos 07 de dezembro de 2016

|  |   |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE MODELO<br>Ricardo Luís Maldaner<br>Prefeito Municipal - Contratante | GAIA RODOVIAS LTDA<br>Renato Adriano Seibt<br>Procurador – Contratada |
|--|---|

Testemunhas:

|       |       |
|-------|-------|
| Nome: | Nome: |
|-------|-------|

Visto

|  |  |
|--|--|
| GILNEI ROBERTO VOGEL<br>OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico |  |
|--|--|

**DECRETO Nº 0294/2016**

DECRETO Nº 0294/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA PERÍODO DE EXPEDIENTE INTERNO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes.

Considerando as providências e a disponibilidade aos servidores da área administrativa e financeira, para execução dos trabalhos de Prestação de Contas do Exercício de 2016 e abertura das atividades do ano de 2017,

Considerando em especial o encerramento do exercício e da gestão 2013-2016, com prestação de contas para transmissão de cargo a ser realizado no dia 01.01.2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o período de expediente interno, de que trata o Decreto nº 282/2016, passando a vigorar nos seguintes termos:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA (SEDE DA PREFEITURA):

Período de: 26/12/2016 a 29/12/2016

I – das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas – Expediente Interno (Não haverá expediente de atendimento ao público).

Parágrafo Único: Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº 0282/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 16 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 0195/2016**

PORTARIA Nº 0195/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA ANGELICA SCHULZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ADRIANA ANGELICA SCHULZ, nomeada pelo Decreto nº 0246/2016, o exercício das

funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, na Sede do Conselho Tutelar do Município de Modelo/SC, nos horários estabelecidos no Anexo I, e nos demais setores de conformidade com o disposto no Anexo II, integrantes desta Portaria, no período de 19/12/2016 a 06/01/2017.

Art. 2º - A Servidora desempenhará suas atribuições de conformidade com as atribuições do cargo, das solicitações e encaminhamentos dos responsáveis dos respectivos setores, em cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Educação, sendo apropriadas as despesas, observada a jornada de cada setor.

Parágrafo Único: O controle de frequência do Conselho Tutelar e Setor de Cultura será através de ficha ponto manual, e no CRAS e Departamento Municipal de Educação através de relógio ponto digital.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 16 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

#### ANEXO I – Horário do Conselho Tutelar

|      | SEGUNDA | TERÇA                          | QUARTA | QUINTA                         | SEXTA |  |
|------|---------|--------------------------------|--------|--------------------------------|-------|--|
| MAT  |         | 07:30 - 11:30 Conselho Tutelar |        | 07:30 - 11:30 Conselho Tutelar |       |  |
| VESP |         |                                |        |                                |       |  |

Ciente e de acordo:

ANTONIO DOS SANTOS  
Presidente do Conselho Tutelar

#### ANEXO II – Horários demais Setores

|      | SEGUNDA                             | TERÇA                               | QUARTA                              | QUINTA                              | SEXTA                               |  |
|------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--|
| MAT  | 07:30 - 08:30<br>Setor de Cultura   | 07:30 - 11:30 Conselho Tutelar      | 07:30 - 11:30 Cras/Social           | 07:30 - 11:30 Conselho Tutelar      | 07:30 - 11:30 Cras/Social           |  |
|      | 08:30 - 11:30<br>Cras/Social        |                                     |                                     |                                     |                                     |  |
| VESP | 13:30 - 17:30<br>Sede da Prefeitura | 13:30 - 17:30<br>Sede da Prefeitura | 13:30 - 17:30<br>Sede da Prefeitura | 13:30 - 17:30<br>Sede da Prefeitura | 13:30 - 17:30<br>Sede da Prefeitura |  |

Composição da jornada:  
Conselho Tutelar: 08 h/s  
Setor de Cultura: 01 h/s  
CRAS/Social: 11 h/s  
Prefeitura: 20 h/s

Total: 40 h/s

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 52/2015**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 049/2015.

VALOR: R\$ 136.827,33 (Cento e trinta e seis mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 16 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 112/2016 – PREGÃO PRESENCIAL  
nº 08/2016

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos edital e em seus anexos.

ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS: Hora/data: das 07:00 horas do dia 19/dezembro/2016 até às 10:30 horas do dia 27/dezembro/2016. DIA E HORA PARA INICIO DA ABERTURA DE ENVELOPES: início às 11:00 horas do dia 27/dezembro/2016. TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro  
HORÁRIO: Das 07:00 às 13:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-Mail: [diretor-decompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretor-decompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 14 de dezembro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA, inscrita no cnpj nº 04.072.953.000.16.

OBJETO: Serviços de licença software de gestão escolar sistema “escola via net”

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SERGIO LUIZ VICENTE-ME, inscrita no cnpj nº 81.359.929.0001.13.  
OBJETO: Locação e operacionalização de sistema automatizado para tratamento de clarificação e purificação de água com fornecimento de equipamentos e produtos químicos necessários.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SIDINEI JOSÉ PERAZOLLI DALZOTTO, inscrito no cpf nº 042.122.169.06.

OBJETO: Locação de imóvel para instalações do “Conselho Tutelar”.  
O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no cnpj nº 03.392.348.0001.60

OBJETO: Contratação de serviços de coleta transporte e destinação de resíduos de serviços de saúde.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SC CÓPIAS LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 03.367.127.0002.12.

OBJETO: Locação de impressoras.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

NELCIDE JUSTINO DE FREITAS, inscrito no cpf nº 087.472.268.88

OBJETO: Serviços de controle técnico e químico da água do DMAE.  
O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

INOVAÇÃO – COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA-ME, inscrita no cnpj nº 04.225.153.0001.98



OBJETO: Locação de software e suporte técnico para coletor de dados e emissão de faturas de água.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 17.070.403.0001.00.

OBJETO: Serviços médicos de ortopedia.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

EDGIMED SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA, inscrita no cnpj nº 19.726.347.0001.44.

OBJETO: Serviços médicos na especialidade de ginecologia e realização de exames de ultrassom.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2016

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

ECOLÓGICA AMBIENTAL LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 06.749.489.0001.85.

OBJETO: Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, inscrita no cnpj nº 12.075.748.0001.32.

OBJETO: Rateio de despesas para desenvolvimento dos projetos e ações do programa de licitações compartilhadas.

O Objeto do presente termo é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2015

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME, inscrita no cnpj nº 11.446.363.0001.71.

OBJETO: Manutenção do sistema de iluminação pública.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no cnpj nº 09.063.617.0001.20.

OBJETO: O presente termo visa rescindir o registro do saldo remanescente de todos os itens da cláusula 3ª da Ata de Registro de Preços nº 35/2016.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrita no cnpj nº 09.427.503.0001.12.

OBJETO: Contratação de serviços de publicações de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Monte Carlo no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017 e atualização dos valores.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

MATERBRAS METRIAL DE CONSTRUÇÃO – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 15.186.677.0001.33.

OBJETO: Serviços de pavimentação Rua Marcos Roberto de Cristo.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2016

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO



MATERBRAS METRIAL DE CONSTRUÇÃO – EIRELE/ME, inscrita no cnpj nº 15.186.677.0001.33.

OBJETO: Serviços de pavimentação Rua Senhoria Ribeiro da Silva. O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

CONTRATO SUBVENÇÃO Nº 01/2012

ADITIVO nº 01/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS – HOSPITAL ANJOS ORTIZ, inscrita no cnpj nº 95.991.113.0001.02.

OBJETO: Serviços de saúde.

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/dezembro/2017.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 082/2016

DECRETO Nº 082/2016, em 16 de Novembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.576,45 (Quarenta mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

|  |
|--|
| 07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social                                 |
| 07.01 – Fundo Municipal de Saúde   |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos |
| Valor de R\$ 4.677,00  |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas                   |
| Valor de R\$ 35.899,45   |

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social  
07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 20.000,00  
07.01.10.301.0011.2.037-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos  
Valor de R\$ 15.160,45  
07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 4.677,00  
07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 739,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 085/2016

DECRETO Nº 085/2016, em 18 de Novembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

|  |
|--|
| 07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social       |
| 07.01 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social    |
| 07.02.08.244.0012.2.093-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 6.800,00  |

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º será utilizado o excesso de arrecadação, na seguinte fonte de recurso:

- Superávit financeiro recurso 039

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 086/2016**

DECRETO Nº 086/2016, em 18 de Novembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

|  |
|--|
| 07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social       |
| 07.01 – Fundo Municipal de Saúde                                   |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 60.000,00   |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 60.000,00   |

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º será utilizado o excesso de arrecadação, na seguinte fonte de recurso:

- Superávit financeiro recurso 326

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 090/2016**

DECRETO Nº 090/2016, em 01 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 309.026,01 (Trezentos e nove mil e vinte e seis reais e um centavo), para as seguintes dotações orçamentárias:

|  |
|--|
| 07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social               |
| 07.01 – Fundo Municipal de Saúde                                   |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 137.446,59  |
| 07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas |
| Valor de R\$ 171.579,42  |

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social  
07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 38.486,59

07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 270.539,42

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**PORTARIAS 472-523/2016**

| Portaria | Data       | Ementa   |
|----------|------------|--|
| 472      | 01/11/2016 | CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA DOROTÉIA STELA SANGALETI BORTOLIN, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.                         |
| 473      | 01/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 449/2016 DE 03/10/2016 QUE ALTEROU O CARGO DE ZENIR BEZ FONTANA.  |
| 474      | 01/11/2016 | EXONERA A SERVIDORA ZENIR BEZ FONATANA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.  |
| 475      | 01/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 411/2016 DE 14/09/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, ADRIANA LAUREANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA. |
| 476      | 01/11/2016 | NOMEIA DRIELLY SILVA FLORENTINO PARA OCUPAR O CARGO DE FARMACÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  |

|     |            |  |
|-----|------------|--|
| 477 | 01/11/2016 | NOMEIA CRISTINA PEREIRA MACCARI PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DO SISTEMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.                             |
| 478 | 03/11/2016 | DESIGNA A SERVIDORA JESSICA SAVIATO SALVAN OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICA, PARA ATUAR COMO FISCAL JUNTO AO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.                     |
| 479 | 04/11/2016 | CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARCIA CAMILO VIEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.  |
| 480 | 04/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 374/2016 DE 19/07/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, EDIANE MACEDO RECCO PAGNAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA. |
| 481 | 04/11/2016 | CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA CINTYA SARTOR PELLEGRIN OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.                      |
| 482 | 04/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 405/2016 DE 08/09/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA O SERVIDOR, EDIVAR MARTINS, OCUPANTE DO CARGO DE VIGILANTE SANITÁRIO.     |
| 483 | 07/11/2016 | EXONERA O SERVIDOR EDIVAR MARTINS, OCUPANTE DO CARGO DE VIGILANTE SANITÁRIO, EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO.  |
| 484 | 09/11/2016 | CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA CLARA GIANE DA SILVA HOMEN, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA ESF.  |
| 485 | 21/11/2016 | CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA ALVANIR MIOTELLO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.                                |
| 486 | 21/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 441/2016 DE 03/10/2016 QUE NOMEIO SAMUEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE ASSESSOR I, RETORNANDO AO CARGO DE MOTORISTA.               |
| 487 | 22/11/2016 | CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARA RUBIA BITTENCOURT FRASSON, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.  |
| 488 | 22/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 453/2016 DE 04/10/2016 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, GIZELLI KEMPER, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.             |
| 489 | 23/11/2016 | CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR SAMUEL DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.  |
| 490 | 23/11/2016 | NOMEIA CAMILA DE SOUZA AMARAL PARA OCUPAR O CARGO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  |
| 491 | 23/11/2016 | CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUEILA DE ALMEIDA SIMÕES ZANATTA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.  |
| 492 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 425/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE ANDERSON RODRIGUES SALVADOR.  |
| 493 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 426/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE BIBIANA MARAGNO CARDOSO.  |
| 494 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 427/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE JOELMA FELICIO FERNANDES.   |

|     |            |  |
|-----|------------|--|
| 495 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 428/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE MARCELO SOTERO.                   |
| 496 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 429/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE REALDO ANTONIO BORTOLIN FILHO.    |
| 497 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 430/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE RODRIGO DAGOSTIN                  |
| 498 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 431/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE BARABARA DANDOLINI DE ROCHI.      |
| 499 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 432/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE GESSICA PADOIN.                   |
| 500 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 434/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE MARINELZA MACCARI.                |
| 501 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 435/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE RONALDO OTHEMAR TEIXEIRA.         |
| 502 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 436/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE CRISTIANE TEODORO.                |
| 503 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 437/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE DANDARA BERTAN GUOLLO.            |
| 504 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 438/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE FLAVIA MARIA JUNG FOGAÇA.         |
| 505 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 439/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE FRANCIELLY SARTOR DA SILVA.       |
| 506 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 440/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE VIVIANE INÁCIO DA SILVA.          |
| 507 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 443/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE DEIZINELLE ZACCARON DAROLT.       |
| 508 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 445/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE DIEGO GEREMIAS.                   |
| 509 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA 447/2016 DE 03/10/2016 QUE REBAIXOU O CARGO DE MARIO ALVES                       |
| 510 | 29/11/2016 | RETORNA O SERVIDOR CELIO TEIXEIRA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.                                   |
| 511 | 29/11/2016 | RETORNA A SERVIDORA CINTYA SARTOR PELLEGRIN PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.                         |
| 512 | 29/11/2016 | RETORNA A SERVIDORA MONIKE GUOLLO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.                                   |
| 513 | 29/11/2016 | RETORNA O SERVIDOR RANGEL DE FAVERI SE-RAFIN PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.                        |
| 514 | 29/11/2016 | RETORNA A SERVIDORA VIVIANY GUOLLO DELUCA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.                           |
| 515 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE EDIVALDO ALVES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS. |

|     |            |  |
|-----|------------|--|
| 516 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JANAINA PEREIRA IGNÁCIO LUCIANO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.  |
| 517 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE VILSON SAMPAIO SCHAMBECK, OCUPANTE DO CARGO DE ONDONTÓLOGO.  |
| 518 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE HELENA SARAIVA BRITO, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.   |
| 519 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ADRIANA TEREZINHA GUGLIELMI, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.  |
| 520 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE DOUGLAS NAPOLEÃO VIEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.   |
| 521 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE DOMINGOS ALCIDES ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.  |
| 522 | 29/11/2016 | CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 460/2016 DE 18/10/2016 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR, ELOI RICARDO DE ALMEIDA, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS. |
| 523 | 29/11/2016 | RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE GIZELLI KEMPER GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.   |
|     |            |  |
|     |            |  |

# Navegantes

## PREFEITURA

### **AVISO – SUSPENSÃO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – CONCORRÊNCIA 32/2016 FMS**

AVISO – SUSPENSÃO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – CONCORRÊNCIA 32/2016 FMS

O município de Navegantes informa:

Em razão dos recursos apresentados, suspende-se a data da abertura dos envelopes das propostas. Nova data será remarcada após os prazos legais serem cumpridos.

Comissão de Licitação.

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva LILIAN CRISTINA BALELO, matrícula 17710/02, inscrita no CPF nº 953.432.109-53, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 03, 04, 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MÔNICA RAQUEL SATURNINO ANTÔNIO, matrícula 51401, inscrita no CPF nº 713.264.139-53, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2012 (1ª incorporação), 12/2012, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2013 (2ª incorporação), 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva LUCIA HELENA DE SOUZA, matrícula 62501, inscrita no CPF nº 763.358.449-15, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2013 (1ª incorporação) e 10, 11, 12/2013, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo MANOEL JULIO GAYA, matrícula 121/03, inscrito no CPF nº 291.539.139-49, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2012 e 01, 02/2013 (1ª incorporação) e 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013, 01, 02/2014 (2ª incorporação) e 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014, 01, 02/2015 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 03 de março de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MARIA BENEDITA CORRÊA, matrícula 61986/02 e 61986/01, inscrita no CPF nº 631.099.991-53, adquiriu direito a incorporação de 2/5,



conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 (1ª incorporação), 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MARIA APARECIDA ANDRÉ SERAFIM, matrícula 261503, inscrita no CPF nº 518.137.189-20, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01, 02, 03/2014 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN, inscrita no CPF nº 505.790.659-53, adquiriu direito a incorporação de 3/5 na matrícula 2360/09, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11 e 12/2011 e 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2012 e 01/2013 (1ª incorporação) e 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01/2014 (2ª incorporação) e 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (3ª incorporação).

A servidora também adquiriu direito a incorporação de 3/5 na matrícula 2360/13, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2012 e 01/2013 (1ª incorporação), 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01/2014 (2ª incorporação) e 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 26 de abril de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MÔNICA LEAL CUNHA, inscrita no CPF nº 908.295.739-68, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11 e 12/2011 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2012 (1ª incorporação), 10, 11 e 12/2012 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2013 (2ª incorporação) e 10, 11 e 12/2012 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo MARCOS ANTÔNIO MULLER NETO, matrícula 62789/02, inscrito no CPF nº 056.505.559-31, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2014 e 01/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

#### **CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo LINTON MURARA, inscrito no CPF nº 004.252.959-07, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 04, 05, 06, 07, 08,



09, 11, 12/2014 e 01/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 11 de maio de 2016.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MARTA MARIA COSTA SANDOVAL, matrícula 181801, inscrita no CPF nº 004.984.348-69, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 11, 12/2011 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2012 (1ª incorporação), 11, 12/2012 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2013 (2ª incorporação), 11, 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.**

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva MARLI VIANA BOERA, matrícula 81202, inscrita no CPF nº 692.942.599-00, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 (1ª incorporação), 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### **DECISÃO PEDIDO REEQUILÍBRIO PREGÃO 11/2016 FAFES**

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: FAFES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 01.654.553-0001-20

Aos 15 (quinze) dias, do mês de dezembro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº. 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº11/2016, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio solicitado pela empresa Fafes, do item 06 pelos fundamentos que passa a expor.

O recurso solicitando reequilíbrio de preços foi indeferido, pois, junto ao pedido não foram apresentados documentos que comprovem a majoração dos valores dos produtos apresentados.

A nota fiscal de bonificação apresentada não é documento válido para comprovação dos valores para este fim.

Vale citar também, que os valores mencionados pela empresa não condizem com a margem de lucro, todos os cálculos e as notas apresentadas não demonstram o lucro real recebido pela empresa. Também é importante mencionar que as notas que comprovariam os valores ofertados na proposta estão datadas em 17/05/2016, mas abertura das propostas aconteceu no dia 25/02/2016, não sendo possível a utilização desta pra comprovação, visto que, esta nota não demonstra o lucro recebido.

No pedido foi solicitado que, se não recebido o pedido de reequilíbrio, fosse aceito o pedido de cancelamento do item, porém, o cancelamento do fornecimento do item até pode acontecer, desde que requisitos sejam observados. Ao pedir o cancelamento do item, o contratado deve COMPROVAR fato superveniente não imputável a ele, que inviabilizou o fornecimento do item, fatos como a falta de fabricação, falta do produto, porém a empresa não consegue comprovar nenhum motivo que possibilite o cancelamento.

O pedido de cancelamento pode acontecer nos casos em que a administração indefere o pedido de reequilíbrio por motivos de conveniência, quando comprovado com todos os documentos necessários, mas, no caso apresentado a administração não acatou o reequilíbrio por faltar documentos comprobatórios, sendo assim, impossibilita também o pedido de cancelamento.

De acordo com os argumentos apresentados, a falta de apresentação de documentos exigidos para comprovação do desequilíbrio, esta comissão decide por indeferir os pedidos formulados.

Departamento de Compras

Secretária de Administração

Comissão

Pregoeira: Carla Claudino

Pregoeira Substituta: Franciele Justino

Equipe de Apoio :

Miroslava Marin

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

Corroborando

Nádia Braz Bins

Secretária de Administração e Logística

## DECRETO Nº 230 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 230 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, § 1º, § 2º, § 3º e § 4º do art. 16, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo da Reserva de Contingência, até a importância de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários  
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
01 – Diretoria de Programas Sociais  
08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar  
51 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
01 – Diretoria de Operações  
15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações  
171 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 1.700,00

Fonte de Recursos: 10.100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental  
84 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 118.300,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de Dezembro de 2016.

Nádia Brás Bins  
Secretária de Administração e Logística

## DECRETO Nº 231 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ: 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 231 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 125.578,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais) das fontes de recursos abaixo discriminadas, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 30002 – Superávit Financeiro/2015 – Recursos Ordinários  
31 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA  
05 – Diretoria do Sine  
11.333.0056 – 2.143 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Sine  
261 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 500,00

Fonte de Recursos: 30800 – Superávit Financeiro/2015 – Recursos Cosip  
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
01 – Diretoria de Operações  
25.752.0018 – 1.043 – Ampliação das Redes de Energia Elétrica  
245 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 55.544,00  
25.752.0018 – 2.065 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos da COSIP  
260 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 69.534,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de Dezembro de 2016.

Nádia Brás Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 125/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PROCESSO DE DISPENSA PMN Nº 125/2016

Objeto:.. DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PILHAS/BATERIAS Nº 393) PARA CANETA DIGITAL UTILIZADA NA EMISSÃO/ CONFEÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL JUNTO AO SINE DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: Ótica Bela Iris Ltda.

CNPJ: 12.161.320/0001-02.

Valor: R\$ 373,50.

Fundamento: Art. 24, II, Lei 8.666/93.

Navegantes, 15 de dezembro de 2016.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2016**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016

O Controle Interno do Município de Navegantes no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I da Lei municipal nº. 1417, de 30 de julho de 2001 e Decreto nº. 591, de 08 de fevereiro de 2006, institui normas disciplinando os procedimentos gerais para compras, licitações e contratos da Administração Direta e Indireta do Município de Navegantes.

Considerando, que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando, que a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece procedimentos para o processo de compras e contratação de obras e serviços;

Considerando, que a economicidade, o planejamento e a coordenação são princípios norteadores dos atos da Administração Pública;

Considerando, que a compra de bens e a contratação de obras e serviços devem preservar as metas e os projetos traçados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

Considerando, que a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe planejamento nas ações dos agentes públicos; e

Considerando, a necessidade de padronização e normatização do sistema de compras e contratação de obras e serviços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As compras e serviços a serem realizadas pelo Município de Navegantes obedecerão a presente Instrução Normativa.

Art. 2º Cada órgão da Administração Pública deverá planejar, com antecipação, suas compras para o ano vigente, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Capítulo II

DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

Art. 3º Todas as compras a serem realizadas pelo Poder Executivo do Município de NAVEGANTES-SC, deverão ser centralizadas na Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços (Compras), da Secretaria de Administração do Município, e deverão ser precedidas de solicitação formal, através de um documento denominado "SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS", que poderá ser preenchido conforme modelo (Anexo I desta instrução) ou realizada diretamente no sistema informatizado de compras do Município e posteriormente impressa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Logística, constando de forma detalhada a descrição pormenorizada do material/serviços a serem adquiridos, a sua finalidade, o objeto, a sua destinação e a pessoa responsável pela solicitação, iniciando-se assim a fase interna do procedimento.

Art. 4º A SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS deverá ser assinada pelo Secretário Municipal solicitante, ou por pessoa formalmente designada por ele, e ser dirigida para a Secretaria Municipal de Administração e Logística.

Parágrafo único. A Solicitação de Compras e Serviços prevista no caput, deverá estar devidamente preenchida e assinada e vir acompanhada dos seguintes documentos:

I – Mínimo de três orçamentos/cotações;

II – Justificativa;

III – Termo de referência (nos casos de abertura de processo licitatório)

IV – Outros documentos necessários, de acordo com cada modalidade de licitação e tipo de contratação.

Art. 5º. Os orçamentos descritos no inciso I, do parágrafo único, do art. 4º desta instrução serão analisados pela Secretaria de Administração, que os validará ou não, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I - Descrição completa do produto com código, se for o caso;

II - Assinatura do responsável pela emissão, salvo se emitido por meio eletrônico, hipótese em que deverá vir acompanhado da cópia do e-mail do solicitante ou digitalizado contendo a respectiva assinatura;

III – Prazo e validade do orçamento;

IV – Carimbo da empresa contendo:

a) Descrição da sua Constituição;

b) CNPJ;

c) Inscrição Estadual;

d) Endereço da sede da empresa;

e) Telefone;

f) E-mail;

g) Razão Social;

h) Nome fantasia.

Art. 6º Constatando-se a inconformidade nos orçamentos serão solicitadas as devidas correções ou a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias sob pena de descartar o orçamento.

Art. 7º A pesquisa de preço de mercado, objetiva o levantamento do preço estimado de sua aquisição, em, no mínimo 03 (três) estabelecimentos diferentes.

§ 1º Caso haja limitação de mercado, poderá ser dispensado o levantamento de preço em 03 (Três) estabelecimentos, desde que devidamente justificado.

§ 2º O solicitante assumirá toda responsabilidade/validade sobre a autenticidade das cotações e/ou justificativas quanto às limitações de mercado.

§ 3º Poderá a Secretaria de Administração fazer cotações extras para fins de verificação de compatibilidade de preços com o de mercado.

Art. 8º A solicitação de compras deverá indicar, no campo observações, quando houver a intensão do solicitante pelas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação ou, se for o caso, da realização de compra direta, porém ficando a decisão pela modalidade ou forma de aquisição, a cargo da Secretaria de Administração e Logística do Município.

Art. 9º A definição do objeto deverá caracterizar bens/serviços ou obras adquiridos de mesma similaridade, objetivando o enquadramento e a definição da forma de aquisição.

### Capítulo III

#### DA COMPRA DIRETA

Art. 10. Para fins desta Instrução Normativa considera-se Compra Direta a aquisição de bens e serviços em que há a permissão legal para utilização de procedimento simplificado, respeitado o dispêndio de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para obras e engenharia, e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para outros serviços e compras, nos termos do art. 24 da Lei 8666/93, consultando a administração pública, propostas de preço (orçamentos/cotações) de, no mínimo, três empresas do ramo pertinente a seu objeto, consagrando-se como vencedora a proposta de menor preço.

Art. 11. A compra direta será formalizada a partir da solicitação de compras, depois de realizado o respectivo enquadramento do objeto a ser adquirido, respeitado o disposto no Art. 5º da presente Instrução Normativa no que diz respeito aos orçamentos.

Art. 12. A compra direta evidenciará os dados necessários à perfeita caracterização do objeto e deverá garantir que, a soma de todas as aquisições para o exercício não ultrapassem o limite anual definido para a dispensa de licitação de que trata os incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 13. A formalização da compra direta far-se-á, mediante prévio empenho, através da emissão de Autorização de Fornecimento/Serviço, a ser assinada pelo Secretário de Administração e Logística, ou por pessoa especialmente designada para tal, autorizando a execução da despesa.

Art. 14. Os produtos considerados de utilização permanente, como material de higiene, limpeza, expediente, suprimentos de informática e outros considerados de utilização permanente, não poderão ser adquiridos por meio de compra direta.

Art. 15. Para aquisição de produtos e/ou contratações de serviços nos termos do Art. 11, o órgão administrativo deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a solicitação de compras (Anexo I), conforme art. 3º desta instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Diretoria de Contabilidade;

II – Solicitar junto à possíveis fornecedores as devidas cotações ou orçamentos (no mínimo três) dos produtos ou serviços a serem

- adquiridos ou contratados observando junto ao mesmo se este possui nota fiscal de venda ou de serviço, conforme o caso;
- III – Encaminhar as solicitações devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta ou Superintendente no caso das Fundações, juntamente com os orçamentos e outros documentos conforme o caso, à Secretaria de Administração e Logística para análise e instrução dos processos;
- IV – Analisados e instruídos os processos, a Secretaria de Administração submeterá os processos ao Prefeito Municipal para aprovação/autorização, podendo a aprovação/autorização ser individual ou geral por meio de relatório/relação dos processos;
- V – Após a autorização do Prefeito Municipal, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, da Secretaria de Administração, efetuará o lançamento do processo no sistema de informática, gerando o prévio empenho da despesa e também uma autorização de fornecimento – AF, devendo ser emitida a partir dos procedimentos de Dispensa ou inexigibilidade;
- VI – A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 (três) vias da AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;
- VII – Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao secretário ou superintendente solicitante, que após recebimento, remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso;
- VIII - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço.
- IX – O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, que sob orientação do secretário ou Superintendente, emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento, e entregá-la, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço.
- X – Em se tratando de contratação de serviços, deverá o fornecedor emitir juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos trabalhistas, certificado de regularidade do FGTS e relatório pormenorizado indicando quantitativos de serviços e materiais, locais de sua execução, nome, CPF e função/cargo dos colaboradores que executaram os serviços, horas de execução e outras informações necessárias à perfeita caracterização dos serviços prestados.
- XI – O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço e a remeterá, juntamente com a AF e demais documentos, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Administração, para conferência nos termos do art. 38, registro da Liquidação nos sistemas de compras e procedendo a integração com os sistemas de contabilidade e de patrimônio, se for o caso.
- XII – Realizados os registros, as Notas Fiscais serão encaminhadas, juntamente com o documento denominado “Nota de Liquidação”, emitida pelo sistema, à Secretaria de Finanças para registro da liquidação no sistema de Contabilidade e encaminhada para pagamento.

Art. 16 O procedimento de compra direta somente será realizado em casos emergenciais, cujo objeto não possa faltar para a prestação de serviços públicos essenciais, situação esta que deverá ser caracterizada mediante justificativa.

#### Capítulo IV DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 17. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução, a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Navegantes, quando for dispensável ou inexigível a licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

- I - Preencher a solicitação de compras, conforme art. 3º desta instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Diretoria de Contabilidade;
- II – Solicitar junto à possíveis fornecedores as devidas cotações ou orçamentos (no mínimo três) dos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados observando junto ao mesmo se este possui nota fiscal de venda ou de serviço conforme o caso;
- III - Justificar a necessidade do serviço ou material, apontando o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apontando o enquadramento em um dos incisos dos referidos artigos;
- IV - Informar a pessoa física ou jurídica que será contratada;
- V - Determinar o período da contratação;
- VI - Solicitar a seguinte documentação à empresa, autenticada se for o caso:
- a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato (proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial);
  - b) carteira de identidade e CPF do proprietário da empresa ou qualquer outra pessoa com procuração especial;
  - c) comprovante de residência;
  - d) Contrato ou estatuto social da empresa ou organização, juntando se for o caso a última alteração;
  - e) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - f) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - g) Certidão Negativa de débitos junto a Receita Federal, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - h) Certidão Negativa junto ao INSS;
  - i) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS;
  - j) Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis
  - k) Certidão/contrato/comprovação de exclusividade, quando for o caso;
  - l) Outros documentos não elencados na presente instrução, porém atinentes à contratação pretendida.
- VII – Encaminhar as solicitações, juntamente com a documentação disposta nos incisos anteriores e outros documentos que o solicitante julgar pertinentes, devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta ou Superintendente, conforme o caso, à Secretaria de Administração e Logística para análise e instrução dos processos;
- VIII – Analisados e instruídos os processos, a Secretaria de Administração submeterá os processos ao Prefeito Municipal para aprovação/autorização, podendo a aprovação/autorização ser individual ou geral por meio de relatório/relação dos processos;



- IX - Após a autorização do Prefeito Municipal, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, da Secretaria de Administração registrará o processo no sistema informatizado, confeccionando o contrato, se for o caso.
- X - A disponibilidade orçamentária deverá ser definida através da indicação da dotação orçamentária e da fonte de recurso para a sua aquisição, que será realizada através do Departamento de Contabilidade mediante Parecer;
- XI - Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços submeterá o processo à Procuradoria Geral do Município para a emissão de parecer;
- XII - O processo, juntamente com o parecer da Procuradoria Geral do Município, deverá ser devolvido à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o, gerando o prévio empenho da despesa e também uma autorização de fornecimento - AF;
- XIII - A autorização de fornecimento será emitida depois de finalizados todos os trâmites para a formalização da dispensa ou inexigibilidade.
- XIV - A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 vias de AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;
- XV - Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao Secretário ou Superintendente solicitante, que após recebimento, remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso.
- XVI - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço.
- XVII - O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, que sob orientação do secretário ou Superintendente, emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento, e entregá-la, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço;
- XVIII - Tratando-se de contratação de serviços, deverá o fornecedor anexar à Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos de trabalhistas, certificado de regularidade do FGTS e relatório pormenorizado indicando quantitativos de serviços e materiais, locais de sua execução, nome, CPF e função/cargo dos colaboradores que executaram os serviços, horas de execução e outras informações necessárias à perfeita caracterização dos serviços prestados.
- XIX - O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço, submeterá a nota para assinatura (no verso) do fiscal do contrato devidamente designado pelo poder público e a remeterá, juntamente com a AF e demais documentos, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Administração, para conferência nos termos do art. 38, registro da Liquidação nos sistemas de compras e integrando com os sistemas de contabilidade e de patrimônio, se for o caso.
- XX - Realizados os registros, as Notas Fiscais, juntamente com o documento denominado "Nota de Liquidação", emitido pelo sistema, serão encaminhadas à Secretaria de Finanças para arquivo, registro das retenções, se for o caso, e pagamento.

Art. 18. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução, a contratação de pessoa física para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Navegantes, quando não precisar de licitação, observará os mesmos procedimentos descritos no art. 17 desta instrução, exceto no que concerne aos documentos descritos no inciso VI, que deverão ser os seguintes:

- I - Identificação do responsável pela assinatura do contrato;
- II - Carteira de identidade e CPF do responsável;
- III - Certidão atualizada de registro civil;
- IV - Comprovante de residência;
- V - Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
- VI - Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis;
- VII - Carteira de motorista, quando for o caso, bem como outros documentos pertinentes não previstos nesta instrução.

Art. 19. As Solicitações de Compras e Serviços deverão mencionar a intenção de valer-se da utilização de dispensa ou inexigibilidade de licitação no campo "Observações". No entanto esta intenção será apreciada pela Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que decidirá pela modalidade adequada.

Art. 20. As referidas informações e documentos deverão, obrigatoriamente, serem anexadas à Solicitação de Compras.

§ 1º O envio de processo licitatório sem os devidos documentos ou outros que vierem a ser solicitados acarretará a devolução do mesmo para a Secretaria interessada para instrução do processo.

§ 2º Caso haja qualquer informação tecnicamente imprescindível a ser adicionada para a elaboração do edital/contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Compras ou em Comunicação Interna, caso haja necessidade.

Art. 21. Os procedimentos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação previstos no artigo anterior observarão os procedimentos descritos nos arts 17 a 20 desta instrução, e poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Secretaria de Gestão e Controle para análise.

## Capítulo V DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Art. 22. Para a abertura de procedimento licitatório, deverão ser observados os procedimentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução normativa.

Art. 23. Os procedimentos licitatórios nas modalidades de convite, tomada de preço, concorrência pública e pregão deverão iniciar, a partir

da solicitação de compras e serviços, observando o valor previsto ou a natureza, nos termos da Lei 8666/93 e Lei 10.520/02, para a aquisição do bem, mercadoria ou serviço, serão realizados através de processo administrativo devidamente numerado.

Art. 24. A escolha da modalidade de licitação ficará a cargo da Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, observados os dispositivos constantes na Lei 8.666/93.

Art. 25. A Secretaria de Administração e Logística por intermédio da Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, elaborará o edital, indicando obrigatoriamente os preceitos descritos no art. 40 da Lei 8.666/93 e, após constituir o processo com a documentação pertinente, submeterá à apreciação da Procuradoria Geral do Município, que se manifestará formalmente nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

§ 1º Após análise do edital licitatório a Procuradoria Geral do Município, emitirá parecer sobre o processo e devolverá os autos para a Secretaria de Administração e Logística, para possíveis correções e publicação do edital.

Art. 26. O Critério de julgamento a ser definido no edital deve garantir a aquisição dos bens, mercadorias ou serviços de forma mais vantajosa ao Poder Público, de acordo com as características do objeto, nos termos da lei e, sempre que possível, seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

Art. 27. A dotação orçamentária deverá ser formalmente indicada pelo departamento de contabilidade, cujo bloqueio será providenciado a partir da assinatura do parecer contábil, cujo comprovante deverá ser anexado ao processo, salvo na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 7º, do Decreto Federal nº 7892/13.

Art. 28. Após homologados os procedimentos licitatórios e devidamente assinados e publicados os resultados da licitação, os contratos, se for o caso, o fornecimento dos bens, materiais e serviços, início de obras etc., que já foram objeto de licitação, deverá ser precedido de "solicitação de fornecimento", que poderá ser preenchida conforme modelo (Anexo V desta instrução) ou realizada diretamente no sistema informatizado de compras do Município e posteriormente impressa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Logística, devidamente preenchida, datada e assinada pelo solicitante.

Parágrafo único: No campo "Objeto / finalidade" da Solicitação de Fornecimento, deverá ser apresentada descrição sucinta do objeto a ser adquirido ou serviço a ser prestado, sua destinação (setor, unidade, escola, rua) e a finalidade daquela compra, sem prejuízo de outras informações conforme o caso, como datas de eventos, programa de governo etc.

Art. 29. A solicitação de fornecimento deverá ser encaminhada para a Secretaria de Administração e Logística, que analisará a conformidade do documento, e encaminhará para o Gabinete do Prefeito para autorização, podendo esta ser individual ou geral, mediante relatório/relação.

Art. 30. O Prefeito, aprovando a solicitação, rubricará o documento e encaminhará à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para emissão de prévio empenho e Autorização de Fornecimento. Neste momento o mesmo setor deve providenciar o desbloqueio da dotação orçamentária no valor correspondente à solicitação.

Art. 31. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, os procedimentos serão os seguintes:

I – A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 (três) vias da AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;

II – Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, 02 duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao Secretário ou Superintendente, que após recebimento remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso;

III - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço;

IV – O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, e sob orientação do interessado (Secretário ou Superintendente), deverá emitir uma nota fiscal, sem rasuras, em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento e entrega-la, juntamente com a AF, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço;

V – Tratando-se de contratação de serviços, deverá o fornecedor anexar à Nota Fiscal, as certidões negativas relativas às contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa de débitos trabalhistas, certificado de regularidade do FGTS e relatório pormenorizado indicando quantitativos de serviços e materiais, locais de sua execução, nome, CPF e função/cargo dos colaboradores que executaram os serviços, horas de execução e outras informações necessárias à perfeita caracterização dos serviços prestados.

VI – O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço, submeterá a nota para assinatura (no verso) do fiscal do contrato devidamente designado pelo poder público e a remeterá, juntamente com a AF, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Administração, para conferência nos termos do art. 38, registro da Liquidação nos sistemas de compras e integrando com os sistemas de contabilidade e de patrimônio, se for o caso.

VII – Realizados os registros, as Notas Fiscais, juntamente com o documento denominado "Nota de Liquidação", emitido pelo sistema, serão encaminhadas à Secretaria de Finanças para arquivo, registro das retenções, se for o caso, e pagamento.



## Capítulo VI DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS

Art. 32. A solicitação de Termo Aditivo ao Contrato deverá ser precedida de Solicitação de Compras endereçada à Secretaria de Administração e Logística com, no mínimo, 30 dias antes do término da vigência do contrato, devidamente assinada pelo Secretário da pasta ou Superintendente, com as seguintes informações gerais:

- I – Justificativa da necessidade da realização do aditivo;
- II – Informar o período para prorrogação do contrato ou data para sua rescisão;
- III – Cópia da emissão de Ordem de Serviço, quando houver;
- IV – Informação do valor que será acrescentado ou suprimido ao contrato com a realização do aditivo, se for o caso;
- V – Informação da dotação orçamentária a ser utilizada;
- VI – Solicitação da seguinte documentação ao contratado, quando pessoa jurídica:
  - a) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - b) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
  - c) Certidão Negativa de débitos federais, junto a Receita Federal;
  - d) Certidão Negativa junto ao Instituto Nacional de Serviço Social - INSS;
  - e) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- VII – Solicitação da seguinte documentação, autenticada se for o caso, ao contratado quando pessoa física:
  - a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato;
  - b) carteira de identidade e CPF do responsável;
  - c) comprovante de residência;
  - d) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
  - e) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), se for o caso;
  - f) novo cronograma físico financeiro, se for o caso;
  - g) ratificação do engenheiro responsável, se for o caso;
  - h) Projeto complementar, se for o caso.

§ 1º Em se tratando de Aditivo de Prazo, este poderá ser solicitado mediante Ofício, desde que contidas as exigências previstas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do presente artigo.

§ 2º Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Compras ou em Comunicação Interna, caso seja necessário.

§ 3º. Os pedidos de reajuste contratual, dispensam este procedimento devendo ser concedido a cada 12 meses, por simples apostilamento.

## Capítulo VII DAS COMPETENCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 33. Compete à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços a realização dos procedimentos para compras e contratações de obras e serviços em observância à Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como demais normas pertinentes.

Art. 34. Compete ainda à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, a elaboração dos editais para os processos licitatórios, que constituirão os autos do processo, bem como seu arquivamento e publicações.

Art. 35. Além da realização dos procedimentos contidos nos artigos anteriores, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços fará a verificação documental do processo licitatório, considerando as listas de checagem constantes nos anexos III, IV, V da presente Instrução Normativa, correspondente a cada modalidade de licitação, juntando-as aos autos, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 8666/93, bem como a verificação dos documentos fiscais conforme a Lista de Checagem de Documentos Fiscais, Anexo II desta instrução.

Art. 36. Compete ainda a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, dirimir quaisquer dúvidas ou interpretações relativas sobre o procedimento a ser adotado nos casos não previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 37. Compete à Procuradoria Geral do Município, elaborar parecer sobre as minutas de editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, ficando a responsabilidade desta limitada apenas ao parecer, de acordo com os documentos que lhe foram encaminhados para análise, sem adentrar no mérito, conveniência e detalhe eminentemente técnicos.

Art. 38. Compete ao Prefeito Municipal a designação formal de servidor para exercer a atividade de fiscalização para cada contrato.

Art. 39 Compete à comissão de licitação, permanente ou especial, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem atribuídas por legislação específica.

## Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A aquisição de produtos/serviços sem a observância do processo licitatório é considerada infração podendo ser enquadrada como improbidade administrativa, além de crime de responsabilidade, tipificado no artigo 1º, XI, do Decreto - Lei nº. 201/1967, sem prejuízo das responsabilidades nos termos da Lei nº 8666/1993.

Art. 41. O fiscal do contrato, especialmente designado pelo Prefeito Municipal, anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, submetendo estas à Secretaria de Administração para a juntada dos documentos ao processo, bem como para o encaminhamento das providências administrativas necessárias para a correção de irregularidades, faltas ou defeitos, se for o caso.

Art. 42. Sem prejuízo dos procedimentos da presente instrução, o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes, peças e serviços de manutenção da frota municipal, observarão normas específicas de controle.

Art. 43. Os Anexos I, II, III, IV, V e VI, constituem partes integrantes desta Instrução Normativa.

Art. 44. Os casos omissos, ou não destacados na presente Instrução Normativa, bem como aqueles que venham a conflitar com os dispositivos legais, deverão embasar-se na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 45. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa nº 001/2015.

Navegantes, 07 de dezembro de 2016.

Fernando Sedrez Silva  
Secretário de Gestão e Controle

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS Nº /ANO

|  |   |                    |             |             |
|--|---|--------------------|-------------|-------------|
| Órgão  |   |                    |             |             |
| Unidade  |   |                    |             |             |
| Projeto / Atividade                                      |   |                    |             |             |
| Dotação – Código Reduzido                                |   | Fonte de Recursos: |             |             |
| Destinação   |   |                    |             |             |
| Objeto / finalidade:                                     |   |                    |             |             |
| Observações:   |   |                    |             |             |
| Item   | Quantidade  | Especificação      | Preço Unit. | Preço Total |
|  |   |                    |             |             |
|  |   |                    |             |             |
|  |   |                    |             |             |
| Total Geral  |   |                    |             |             |
| Desconto   |   |                    |             |             |
| (Valor expresso em reais) Total Líquido                  |   |                    |             |             |
|  |   |                    |             |             |
| Local de entrega   |   |                    |             |             |
| Recebedor  |   |                    |             |             |
| Data da solicitação: ____/____/ ____                     | Deferido ( ) Indeferido ( ) em ____ / ____ / ____ |                    |             |             |
| Solicitante:   | Nome completo                                     |                    |             |             |
| Ass.: _____  | Secretário(a) de Administração e Logística        |                    |             |             |
| Nome:  |   |                    |             |             |
| Cargo:   |   |                    |             |             |
| Autorizado ( ) Não autorizado ( ) em ____ / ____ / ____. |   |                    |             |             |
| Nome completo  |   |                    |             |             |
| Prefeito   |   |                    |             |             |

## ANEXO II

## LISTA DE CHECAGEM DE DOCUMENTOS FISCAIS

Os documentos fiscais serão encaminhados para a Secretaria de Administração para análise, conforme art. 35 da Instrução Normativa Nº 001/2016, observados os seguintes requisitos:

Nota Fiscal nº: \_\_\_\_\_ Fornecedor: \_\_\_\_\_

| DOCUMENTOS A SEREM CONFERIDOS   | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| 1. É de fato uma nota fiscal ou um documento fiscal válido (cupom fiscal)?  |     |     |
| 2. A Nota fiscal identifica o nº do empenho ou da Autorização de Fornecimento (AF)?   |     |     |
| 3. A data da nota fiscal é posterior à data do respectivo empenho?  |     |     |
| 4. A natureza da Nota Fiscal coincide com a AF? (NF de venda ou prestação de serviços)  |     |     |
| 5. A Nota Fiscal Eletrônica está válida? Esta conferência só pode ser realizada 24 horas após a sua emissão.  |     |     |
| 6. A empresa emissora da NF de bloco está apta a proceder desta forma? (Não pode ser das séries 1 e 1A)   |     |     |
| 7. A nota fiscal possui informadas as quantidades, valores unitários e totais e estes valores conferem?   |     |     |
| 8. Os valores da Nota Fiscal conferem com os valores da AF? (exceto para os casos de empenhos globais e empenhos efetuados diretamente na Contabilidade)                        |     |     |
| 9. A Nota Fiscal está devidamente LIQUIDADADA (data, assinatura, nome do responsável e cargo de forma legível)?   |     |     |
| 10. A Nota Fiscal está assinada, no verso, pelo fiscal do respectivo contrato especialmente designado pelo Chefe do Poder Executivo?  |     |     |
| 11. A Nota Fiscal está acompanhada da cópia da AF?  |     |     |
| 12. Estão presentes as Certidões Negativas de Débitos solicitadas (FGTS, INSS, Trabalhista) e estas foram validadas tempestivamente na internet? (Apenas para obras e serviços) |     |     |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência  
Cargo

## ANEXO III

## DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

## LISTA DE CHECAGEM

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo, com base nos artigos indicados da Lei nº 8.666/93.

Processo nº: \_\_\_\_\_

Modalidade: \_\_\_\_\_.

| ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS  | SIM / NÃO | FOLHA | OBS. |
|--|-----------|-------|------|
| 1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?   |           |       |      |
| 2. Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente?  |           |       |      |
| 3. A autoridade competente justificou a necessidade do objeto da contratação direta (art. 26, caput, Lei nº 8.666/93)?   |           |       |      |
| 3.1 A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24, III e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, caput, e parágrafo 1º, I, Lei nº 8.666/93)? |           |       |      |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| 4. Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 5. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?  |  |  |  |
| 6. Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?  |  |  |  |
| 7. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?  |  |  |  |
| 8. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 9. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II e § 9º, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7º, §§ 1º e 9º, Lei 8.666/93)?   |  |  |  |
| 10. Consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos (art. 15, III, Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 11. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 12. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?  |  |  |  |
| 13. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 13.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?  |  |  |  |
| 14. Consta as comprovações referentes à regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66), com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95), verificação de eventual proibição de contratar com a Administração, além da declaração da Lei 9.854/99? |  |  |  |
| 15. A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente?  |  |  |  |
| 16. Foi juntada a minuta de termo de contrato, se for o caso.  |  |  |  |
| 17. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 18. Comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, do ato que autoriza a dispensa ou reconhece a situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias (art. 26 da Lei nº 8.666/93).   |  |  |  |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência

Cargo

## ANEXO IV

## CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS, PREGÃO E CONVITE

Aquisição de bens, serviços e obras

## LISTA DE CHECAGEM

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 8.666/93, a instruir a fase interna do procedimento licitatório nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite:

Processo nº: \_\_\_\_\_

Modalidade: \_\_\_\_\_.

| ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS  | SIM /<br>NÃO | FOLHA | OBS. |
|--|--------------|-------|------|
| 1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?   |              |       |      |
| 2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?   |              |       |      |
| 3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação?  |              |       |      |
| 4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?  |              |       |      |
| 5. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?  |              |       |      |
| 6. Para contratação de obras ou serviços, existe estudo técnico preliminar para subsidiar a elaboração do projeto básico (art. 6.º, IX, Lei 8.666/93)?   |              |       |      |
| 7. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado projeto básico (arts. 6º, IX e 7º, §2º, I, da Lei nº 8.666/93)?  |              |       |      |
| 8. No caso de bens e serviços comuns, há justificativa para a não utilização do pregão (Lei 10520, de 2002)?   |              |       |      |
| 9. Consta a aprovação motivada do projeto básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?   |              |       |      |
| 10. Para contratação de obras e serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a execução dos mesmos (art. 7º, §1º, Lei 8.666/93)?  |              |       |      |
| 11. Tratando-se de obras e serviços, existe orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto, baseado em pesquisa de preços praticados no mercado (arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV da Lei nº 8.666/93), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada? |              |       |      |
| 11.1 No caso de compras, consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos (art. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?   |              |       |      |
| 12. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?   |              |       |      |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 12.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?         |  |  |  |
| 13. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 6.204/07 e art. 34 da Lei nº 11.488/07)? |  |  |  |
| 14. Consta a designação da Comissão de Licitação (art. 38, III, da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 15. Há minuta de edital e anexos (art. 40 da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 15.1 Constituem anexos do edital:<br>(a) projeto básico, se for o caso;<br>(b) projeto executivo, se for o caso,<br>(c) termo de contrato, se for o caso; e<br>(d) orçamento em planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.          |  |  |  |
| 16. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 17. Publicação do aviso de edital (art. 21 da Lei nº 8.666/93).   |  |  |  |
| 18. No caso da modalidade de Carta Convite, houve a participação de, no mínimo, 03 convidados?  |  |  |  |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência

Cargo

## ANEXO V

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Unidade Solicitante: \_\_\_\_\_

Processo/Ano: \_\_\_\_\_ Nº do Contrato: \_\_\_\_\_

Local de Entrega: \_\_\_\_\_

Dotação Orçamentária (cód. reduzido): \_\_\_\_\_ Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_

Tipo de empenho: ( ) Ordinário ( ) Global ( ) Estimativa

Destinação: \_\_\_\_\_

OBJETO / FINALIDADE: \_\_\_\_\_

Credor / Fornecedor: \_\_\_\_\_

| Item | Quant. | Especificação | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--------|---------------|----------------|-------------|
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |
|      |        |               |                |             |

Total:

Nome Solicitante: Nome completo

Cargo: Secretário(a) de Administração e Logística

## ANEXO VI

Modelo Carimbo de Liquidação de Notas Fiscais

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2016****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2016**

O Controle Interno do Município de Navegantes no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I da Lei municipal nº. 1417, de 30 de julho de 2001 e Decreto nº. 591, de 08 de fevereiro de 2006, institui normas disciplinando os procedimentos para compras, licitações e contratos de obras públicas da Administração Direta e Indireta do Município de Navegantes.

Considerando, que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando, que a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece procedimentos para o processo de compras e contratação de obras e serviços;

Considerando, que a economicidade, o planejamento e a coordenação são princípios norteadores dos atos da Administração Pública;

Considerando, que a contratação de obras públicas deve preservar as metas e os projetos traçados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

Considerando, que a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe planejamento nas ações dos agentes públicos; e

Considerando, a necessidade de padronização e normatização do sistema de contratação de obras públicas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

**RESOLVE:****Capítulo I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º As contratações de obras públicas a serem realizadas pelo Município de Navegantes obedecerão a presente Instrução Normativa.

Art. 2º Cada órgão da Administração Pública deverá planejar, com antecipação, suas obras para o ano vigente, conforme normas estabelecidas nesta instrução Normativa.

**Capítulo II****DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

Art. 3º Todas as contratações de obras a serem realizadas pelo Poder Executivo do Município de NAVEGANTES-SC, obedecerão a presente Instrução, e deverão ser precedidas de solicitação formal, através de um documento denominado "SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OBRA", que poderá ser preenchido conforme modelo (Anexo I desta instrução) ou realizada diretamente no sistema informatizado de compras do Município e posteriormente impressa, conforme determinação da Secretaria Municipal de Administração e Logística, constando o objeto (de que obra se trata), a sua finalidade, os recursos (dotações) orçamentários que serão utilizados, todos os itens constantes da planilha orçamentária de engenharia e a pessoa responsável pela solicitação, iniciando-se assim a fase interna do procedimento.

Parágrafo único: nos casos em que se optar por realizar a solicitação por meio de sistema informatizado de compras, utilizar-se-á a opção "Solicitação de Compras e Serviços".

Art. 4º A SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OBRA deverá ser elaborada e assinada pelo Secretário Municipal solicitante, ou por pessoa formalmente designada por ele, e ser dirigida para a Secretaria Municipal de Administração e Logística.

Parágrafo único. A Solicitação de Contratação de Obra prevista no caput, deverá estar devidamente preenchida e assinada e vir acompanhada dos seguintes documentos:

I – Solicitação para Contratação de Obra (Anexo I);

II – Justificativa (tanto para a realização da obra, quanto da ausência de um dos documentos listados dos incisos III ao XIV);

III - Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) de projeto e de orçamento;

IV – Manifestação ambiental, se for o caso;

V – Licenças e autorizações nas interferências (possíveis conflitos entre a obra nova e instalações já existentes ou com área de domínio de outros), se for o caso;

VI - Certidões Municipais relativas ao local, conforme a obra;

VII – Estudos geotécnicos (sondagens do solo), conforme a obra;

VIII - Cronograma Físico-Financeiro;

IX - Composição de BDI;

X - Custo Unitário de Referência;

XI – Projeto completo (básico e/ou executivo);

XII – Memorial descritivo;

XIII - Orçamento Estimativo (planilha Orçamentária);

XIV – Quadro de Composição do Investimento, se for o caso;

XV - Manifestação sobre projeto por parte do Corpo de Bombeiros Militar, se for o caso;



XVI – Termo de referencia, se for caso, conforme a complexidade da obra e a necessidade de informações adicionais para a elaboração do processo licitatório.

Art. 5º A ausência de qualquer dos documentos supracitados deve ser justificada, conforme disposto no inciso II do parágrafo único do art. 4º.

Art. 6º Deve-se observar que todos os documentos supracitados devem estar devidamente datados e assinados pelo responsável e identificar o objeto (de que obra se refere).

Art. 7º A Solicitação para Contratação de Obra deverá indicar, no campo observações, quando houver a intensão do solicitante pelas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, porém ficando a decisão pela modalidade ou forma de aquisição, a cargo da Secretaria de Administração e Logística do Município.

### Capítulo III

#### DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 8º. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º e 4º desta instrução, a contratação de pessoa jurídica para a realização de obras públicas para o Município de Navegantes, quando for dispensável ou inexigível a licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a Solicitação para a Contratação de Obra, conforme art. 3º desta instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Diretoria de Contabilidade;

II – Juntar à solicitação supracitada todos os documentos descritos nos incisos de I a XV do parágrafo único do art. 4º desta instrução;

III – Na justificativa de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 4 desta instrução, justificar o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apontando o enquadramento em um dos incisos dos referidos artigos;

IV - Informar a pessoa jurídica que será contratada;

V - Determinar o período da contratação;

VI - Solicitar a seguinte documentação à empresa, autenticada se for o caso:

a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato (proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial);

b) carteira de identidade e CPF do proprietário da empresa ou qualquer outra pessoa com procuração especial;

c) comprovante de residência;

d) Contrato ou estatuto social da empresa ou organização, juntando se for o caso a última alteração;

e) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

f) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

g) Certidão Negativa de débitos junto a Receita Federal, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

h) Certidão Negativa junto ao INSS;

i) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS;

j) Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis;

k) Certidão/contrato/comprovação de exclusividade, quando for o caso;

l) Outros documentos não elencados na presente instrução, porém atinentes à contratação pretendida.

VII – Encaminhar a solicitação, juntamente com a documentação disposta nos incisos anteriores e outros documentos que o solicitante julgar pertinentes, devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta ou Superintendente, conforme o caso, à Secretaria de Administração e Logística para análise e instrução dos processos;

VIII – Analisados e instruídos os processos, a Secretaria de Administração submeterá os processos ao Prefeito Municipal para aprovação/autorização, podendo a aprovação/autorização ser individual ou geral por meio de relatório/relação dos processos;

IX – Após autorizado, o processo será encaminhado à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para a montagem e registro do processo no sistema informatizado e confecção do contrato, sendo que o contrato deverá conter, dentre outras, cláusula específica indicando os valores ou percentuais de mão de obra, bem como cláusula específica obrigando a contratada a inserir no corpo das notas fiscais que vier a emitir, as informações dispostas no inciso XVIII deste artigo.

X - A disponibilidade orçamentária, referente às dotações indicadas na SOLICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRA, deverá ser atestada pelo Departamento de Contabilidade mediante Parecer;

XI – Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços submeterá o processo à Procuradoria Geral do Município para a emissão de parecer;

XII – O processo, juntamente com o parecer da Procuradoria Geral do Município, deverá ser devolvido à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o, celebrando o contrato e gerando o prévio empenho da despesa, bem como uma autorização de fornecimento – AF, sendo que no histórico do empenho deverá constar, além do objeto, a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso;

XIII - A autorização de fornecimento será emitida depois de finalizados todos os trâmites para a formalização da dispensa ou inexigibilidade.

XIV – A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 vias de AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;

XV – Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao Secretário ou Superintendente solicitante.

XVI - Nenhuma obra será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que de posse da AF, deve ser elaborada pelo responsável solicitante da obra e encaminhada ao contratado.

XVII – O Fornecedor, de posse da Ordem de Serviço, ficará autorizado a realizar a obra, observando-se todos os aspectos contratuais.

XVIII – Realizada uma etapa da obra ou concluindo-se a obra, conforme estabelecido contratualmente e cronograma de execução da obra,

o engenheiro designado para o acompanhamento e fiscalização da mesma, deverá realizar a medição da obra, de forma pormenorizada contendo itens detalhados, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com o projeto básico e/ou executivo, bem como a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso.

XIX – Com base na planilha/boletim de medição e, autorizada pelo Secretário ou Superintendente solicitante, a empresa emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do contrato e o número do empenho ou da AF que a originou, a base de cálculo do INSS, a identificação clara do convênio ou termo de compromisso a que se refere a obra, se for o caso, e informações bancárias para pagamento.

XX – A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos de trabalhistas, e certificado de regularidade do FGTS, ao Secretário ou Superintendente responsável;

XXI – O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento da obra no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da etapa da obra ou da obra e a remeterá, juntamente com a AF, com a planilha/boletim de medição devidamente assinada pelo engenheiro responsável pela fiscalização e as certidões descritas no inciso XIX, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Administração e Logística, para conferência nos termos do art. 22;

XXII – Estando os documentos de acordo, estes serão objeto de registro da liquidação da despesa no sistema de compras, integrando com os sistemas de contabilidade e de Patrimônio, se for o caso, e encaminhados à Diretoria de contabilidade para a realização das retenções necessárias, se for o caso e, posteriormente, encaminhados à Tesouraria para pagamento;

Art. 9º. Os procedimentos licitatórios para a contratação de obras públicas poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Secretaria de Gestão e Controle para análise.

## Capítulo V

### DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Art. 10. Para a abertura de procedimento licitatório, deverão ser observados os procedimentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução normativa.

Art. 11. Os procedimentos licitatórios nas modalidades de convite, tomada de preço e concorrência pública para a realização de obras deverão iniciar, a partir da Solicitação de Contratação de Obra, observando o valor previsto ou a natureza nos termos da Lei 8666/93, e serão realizados através de processo administrativo devidamente numerado.

Art. 12. A definição da modalidade de licitação ficará a cargo da Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, observados os dispositivos constantes na Lei 8.666/93, que dará encaminhamento do processo observando-se os seguintes procedimentos:

I - A Secretaria de Administração e Logística por intermédio da Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, elaborará o edital e a minuta de contrato, indicando obrigatoriamente os preceitos descritos no art. 40 da Lei 8.666/93. A minuta de contrato deverá conter, dentre outras, cláusula específica indicando os valores ou percentuais de mão de obra, bem como, cláusula específica quanto às obrigações da contratada de inserir no corpo das notas fiscais que vier a emitir, as informações dispostas no inciso XIV deste artigo.

II - A disponibilidade orçamentária, referente às dotações indicadas na SOLICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRA, deverá ser atestada pelo Departamento de Contabilidade mediante Parecer e consequente bloqueio da dotação, salvo na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 7º, do Decreto Federal nº 7892/13;

III - Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços submeterá o processo à Procuradoria Geral do Município, que se manifestará formalmente nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

IV - Após análise do processo a Procuradoria Geral do Município, emitirá parecer sobre o processo e devolverá os autos para a Secretaria de Administração e Logística, para possíveis correções e publicação do edital;

V - O Critério de julgamento a ser definido no edital deve garantir a contratação da obra de forma mais vantajosa ao Poder Público, de acordo com as características do objeto nos termos da lei e, sempre que possível, seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;

VI - O processo, juntamente com o parecer da Procuradoria Geral do Município, deverá ser devolvido à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o;

VII - A comissão de licitação conduzirá todo o procedimento licitatório;

VIII - Homologado o processo licitatório, respeitando-se os prazos legais, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços procederá às assinaturas do(s) contrato(s) e informará o setor solicitante, a Secretaria de Governo do Município e a Diretoria de Contabilidade, mediante encaminhamento da Autorização de Fornecimento - AF.

§ 1º Nos casos em que NÃO se tratar de obra oriunda de convênio ou operação de crédito, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços procederá a geração do Empenho Global, automaticamente, a partir da assinatura do contrato.

§ 2º Nos casos em que a obra for oriunda de convênios ou operações de crédito, o solicitante deverá proceder a SOLICITAÇÃO DE EMPENHO DE OBRA (Anexo V), identificando claramente o convênio a que se refere a obra, os valores a serem empenhados com recursos do(s)

referido(s) convênio(s) e os valores a serem empenhados com recursos da contrapartida do Município, se houver, e a encaminhará ao setor de Contabilidade do Município.

IX – O setor de Contabilidade procederá a emissão da Nota de Empenho e encaminhará uma cópia da mesma para o solicitante para a confecção da Ordem de Serviço.

X - Nenhuma obra será autorizada sem a emissão prévia de empenho, cujo termo será indispensável para a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que deve ser elaborada pelo responsável solicitante da obra e encaminhada ao contratado;

XI - O Fornecedor, de posse da Ordem de Serviço, ficará autorizado a realizar a obra, observando-se todos os aspectos contratuais;

XII - Realizada uma etapa da obra ou concluindo-se a obra, conforme estabelecido contratualmente e cronograma de execução da obra, o engenheiro designado para a fiscalização da mesma, deverá realizar a medição da obra, de forma pormenorizada contendo itens detalhados, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com o projeto básico e/ou executivo, bem como a identificação clara do convênio a que se refere a obra, se for o caso;

XIII – Com base na planilha/boletim de medição e, autorizada pelo Secretário ou Superintendente solicitante, a empresa emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando no corpo da nota fiscal o número do contrato e o número do empenho ou da AF que a originou, a base de cálculo do INSS, a identificação clara do convênio ou termo de compromisso a que se refere a obra, se for o caso, e informações bancárias para pagamento.

XIV – A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos de trabalhistas, certificado de regularidade do FGTS e Certidão negativa de débitos Municipais no âmbito de Navegantes, ao Secretário ou Superintendente responsável;

XV – O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento da obra no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da etapa da obra ou da obra e a remeterá, juntamente com a AF ou Nota de Empenho, com a planilha/boletim de medição devidamente assinada pelo engenheiro responsável pela fiscalização e as certidões descritas no art. 8º, inciso XIX desta Instrução, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Administração e Logística, para conferência nos termos do art. 22;

XVI - Estando os documentos de acordo, estes serão objeto de registro da liquidação da despesa no sistema de compras, integrando com os sistemas de contabilidade e de patrimônio, se for o caso, e encaminhados à Diretoria de contabilidade para a realização das retenções necessárias, se for o caso e, posteriormente, encaminhados à Tesouraria para pagamento;

Art. 13. Os procedimentos licitatórios para a contratação de obras públicas poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Secretaria de Gestão e Controle para análise.

## Capítulo VI

### DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS

Art. 14. A solicitação de Termo Aditivo ao Contrato de obra pública deverá observar os limites e condições legais para a celebração de aditivos, ser precedida de nova Solicitação de Contratação de Obra (Anexo I desta instrução) identificando a obra, o convênio a que se refere a mesma, se for o caso, e indicando a natureza do aditivo, devendo a mesma ser encaminhada à Secretaria de Administração e Logística com, no mínimo, 30 dias antes do término da vigência do contrato, devidamente assinada pelo Secretário da pasta ou Superintendente, com as seguintes informações gerais:

I – Justificativa da necessidade da realização do aditivo, juntamente com documentos comprobatórios de sua necessidade e subscritos pelo engenheiro responsável, se for o caso;

II – Informar o período para prorrogação do contrato ou data para sua rescisão;

III – Informação do valor que será acrescido ou suprimido ao contrato com a realização do aditivo, se for o caso;

IV – Informação da dotação orçamentária a ser utilizada;

V – Solicitação da seguinte documentação ao contratado:

a) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

b) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

c) Certidão Negativa de débitos federais e dívida ativa da União;

d) Certidão Negativa junto ao Instituto Nacional de Serviço Social - INSS;

e) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

f) Certidão de falência e concordata;

g) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

h) novo cronograma físico financeiro contemplando as etapas pendentes, os serviços acrescidos ou suprimidos de forma a justificar o novo período solicitado, se for o caso;

i) ratificação do engenheiro responsável;

j) Projeto complementar, se for o caso;

k) Nova planilha de preços/composição de custos não previstos contratualmente, se for o caso;

l) ART de execução e fiscalização contemplando o novo período de execução, se for o caso;

m) apresentação de todas as medições realizadas até o pedido de aditamento, preferencialmente acompanhadas de relatório fotográfico e diário de obra.

§ 1º Em se tratando de Aditivo de Prazo, este poderá ser solicitado mediante Ofício, desde que contidas as exigências previstas nos incisos I, II, IV e V do presente artigo.

§ 2º Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Aditivo de Obra ou em Comunicação Interna, caso seja necessário.

§ 3º Os pedidos de reajuste contratual dispensam o procedimento do presente artigo, devendo ser concedido a cada 12 meses a contar da apresentação da proposta, por simples apostilamento, conforme condições contratuais.

§ 4º Tratando-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro os pedidos deverão ser instruídos por justificativa robustamente fundamentada, acompanhada de planilha que comprove o desequilíbrio contratual utilizando como comparativo as planilhas de preço/custos utilizadas na formulação da proposta, de forma a demonstrar a modificação das condições originalmente pactuadas e indicando o percentual a ser reequilibrado, desde que se refiram a fatores imprevisíveis ou previsíveis de proporções incalculáveis a época.

§ 5º Os pedidos de reequilíbrio podem contemplar reduções ao valor do contrato quando devidamente comprovadas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 15. A Secretaria de Administração instruirá o processo e o submeterá à Procurado Geral do Município para a emissão de parecer.

Art. 16. Devolvido o processo à Secretaria de Administração, realizadas as devidas correções, se for o caso e, celebrado o contrato, seguem-se os demais procedimentos constantes dos incisos VIII a XVII do art. 13 desta Instrução.

#### Capítulo VII

#### DAS COMPETENCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços a realização dos procedimentos para compras e contratações de obras e serviços em observância à Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como demais normas pertinentes.

Art. 18. Compete ainda à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, a elaboração dos editais para os processos licitatórios, que constituirão os autos do processo, bem como seu arquivamento e publicações.

Art. 19. Além da realização dos procedimentos contidos nos artigos anteriores, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços fará a verificação documental do processo licitatório, considerando as listas de checagem constantes nos anexos III e IV da presente Instrução Normativa, correspondente a cada modalidade de licitação, juntando-as aos autos, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 8666/93.

Art. 20. Compete ainda a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, dirimir quaisquer dúvidas ou interpretações relativas sobre o procedimento a ser adotado nos casos não previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 21. Compete à Procuradoria Geral do Município, elaborar parecer sobre as minutas de editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, ficando a responsabilidade desta limitada apenas ao parecer, de acordo com os documentos que lhe foram encaminhados para análise, sem adentrar no mérito, conveniência e detalhes eminentemente técnicos.

Art. 22. É de responsabilidade do solicitante e ao engenheiro responsável pela fiscalização, o devido acompanhamento e fiscalização da obra para garantir a correta execução nos termos contratados.

Art. 23. Compete à comissão de licitação, permanente ou especial, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem atribuídas por legislação específica.

#### Capítulo VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os Anexos I, II, III, IV, V e VI, constituem partes integrantes desta Instrução Normativa.

Art. 25. Os casos omissos, ou não destacados na presente Instrução Normativa, bem como aqueles que venham a conflitar com os dispositivos legais, deverão embasar-se na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 26. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa n. 002/2015.

Navegantes, 07 de dezembro de 2016.

Fernando Sedrez Silva  
Secretário de Gestão e Controle

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE OBRA  
Nº /ANO

|                     |  |
|---------------------|--|
| Órgão               |  |
| Unidade             |  |
| Projeto / Atividade |  |

|  |  |                    |            |   |             |             |
|--|--|--------------------|------------|---|-------------|-------------|
| Dotação – Código Reduzido                          |  | Fonte de recursos: |            | %:  |             |             |
| Dotação – Código Reduzido                          |  | Fonte de recursos: |            | %:  |             |             |
| Dotação – Código Reduzido                          |  | Fonte de recursos: |            | %:  |             |             |
| Identificação do convênio<br>(nº e descrição/nome) |  |                    |            |   |             |             |
| Descrição resumida da Obra:                        |  |                    |            |   |             |             |
| Observações:                                       |  |                    |            |   |             |             |
| Item   |  | Quant.             | Unid. Med. | Especificação                                     | Preço Unit. | Preço Total |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
|  |  | Total:             |            |   |             |             |
|  |  | Desconto:          |            |   |             |             |
|  |  | Total geral:       |            |   |             |             |
|  |  |                    |            |   |             |             |
| Local de entrega                                   |  |                    |            |   |             |             |
| Recebedor  |  |                    |            |   |             |             |
| Data da solicitação: ____/____/ ____               |  |                    |            | Deferido ( ) Indeferido ( ) em ____ / ____ / ____ |             |             |
| Solicitante:                                       |  |                    |            | Nome completo                                     |             |             |
| Ass.: _____  |  |                    |            | Secretário(a) de Administração e Logística        |             |             |
| Nome:  |  |                    |            |   |             |             |
| Cargo:   |  |                    |            |   |             |             |

## ANEXO II

## LISTA DE CHECAGEM DE DOCUMENTOS FISCAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Os documentos fiscais serão analisados e encaminhados ao Departamento de Compras, conforme art. 22 da Instrução Normativa Nº 002/2016, observados os seguintes requisitos:

Nota Fiscal nº: \_\_\_\_\_ Fornecedor: \_\_\_\_\_

| DOCUMENTOS A SEREM CONFERIDOS   | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| 1. É de fato uma nota fiscal?   |     |     |
| 2. A Nota fiscal identifica o nº do contrato e o nº do empenho ou da Autorização de Fornecimento (AF)?  |     |     |
| 3. A Nota fiscal identifica a base de cálculo do INSS?  |     |     |
| 4. A Nota fiscal identifica, se for o caso, a qual convênio ou termo de compromisso se refere à obra?   |     |     |
| 5. A Nota fiscal identifica as informações bancárias necessárias para pagamento?  |     |     |
| 6. A Nota Fiscal está acompanhada da cópia da AF, se for o caso?  |     |     |
| 7. A Nota Fiscal está acompanhada da respectiva planilha/boletim de medição assinada pelo engenheiro responsável/designado para a fiscalização da obra? |     |     |
| 8. A data da nota fiscal é posterior à data do respectivo empenho?  |     |     |
| 9. Houve tempo hábil (entre o empenho e a medição) para a realização da obra?   |     |     |
| 10. Em relação à natureza da Nota Fiscal, trata-se de uma NF de serviços?   |     |     |

|  |  |  |
|--|--|--|
| 11. A Nota Fiscal Eletrônica está válida? Esta conferência só pode ser realizada 24 horas após a sua emissão.  |  |  |
| 12. A empresa emissora da NF de bloco está apta a proceder desta forma?  |  |  |
| 13. Os valores unitários e totais conferem?  |  |  |
| 14. Os valores da Nota Fiscal conferem com os valores da respectiva planilha/boletim de medição?               |  |  |
| 15. A Nota Fiscal está devidamente LIQUIDADA (data, assinatura, nome do responsável e cargo de forma legível)? |  |  |
| 16. Estão presentes as Certidões Negativas de Débitos solicitadas (FGTS, INSS, Trabalhista)?                   |  |  |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência

Cargo:

ANEXO III

## DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

## LISTA DE CHECAGEM

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo, com base nos artigos indicados da Lei nº 8.666/93.

Processo nº: \_\_\_\_\_

Modalidade: \_\_\_\_\_.

| ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS   | SIM / NÃO | FOLHA | OBS. |
|---|-----------|-------|------|
| 1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?  |           |       |      |
| 2. Consta a solicitação para contratação da obra, elaborada pelo agente ou setor competente?  |           |       |      |
| 3. A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24, III e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, caput, e parágrafo 1º, I, Lei nº 8.666/93)? |           |       |      |
| 4. Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93), se for o caso?   |           |       |      |
| 5. Existe declaração de exclusividade ou documento equivalente expedido pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?  |           |       |      |
| 6. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?   |           |       |      |
| 7. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?  |           |       |      |
| 8. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II e § 9º, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7º, §§ 1º e 9º, Lei 8.666/93)?  |           |       |      |
| 9. Consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos ou referência de preços de órgão oficial na área de engenharia (art. 15, III, Lei nº 8.666/93)?  |           |       |      |
| 10. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei nº 8.666/93)?  |           |       |      |
| 11. Foram indicadas as razões de escolha do executante da obra (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?  |           |       |      |



|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| 12. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 13. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?  |  |  |  |
| 14. Consta as comprovações referentes à regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66), com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95), verificação de eventual proibição de contratar com a Administração, além da declaração da Lei 9.854/99? |  |  |  |
| 15. A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente?  |  |  |  |
| 16. Foi juntada a minuta de termo de contrato?   |  |  |  |
| 17. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?   |  |  |  |
| 18. Comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, do ato que autoriza a dispensa ou reconhece a situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias (art. 26 da Lei nº 8.666/93).   |  |  |  |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência  
Cargo

#### ANEXO IV

#### CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE PARA OBRAS PÚBLICAS

#### LISTA DE CHECAGEM

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 8.666/93, a instruir a fase interna do procedimento licitatório nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite:

Processo nº: \_\_\_\_\_

Modalidade: \_\_\_\_\_.

| ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS  | SIM / NÃO | FOLHA | OBS. |
|--|-----------|-------|------|
| 1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)? |           |       |      |
| 2. Consta a solicitação para Contratação de Obra, elaborada pelo agente ou setor competente?                             |           |       |      |
| 3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação?  |           |       |      |
| 4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?      |           |       |      |
| 5. Existe estudo técnico preliminar para subsidiar a elaboração do projeto básico (art. 6.º, IX, Lei 8.666/93)?          |           |       |      |
| 6. Foi elaborado projeto básico (arts. 6º, IX e 7º, §2º, I, da Lei nº 8.666/93)?   |           |       |      |
| 7. Consta a aprovação motivada do projeto básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?       |           |       |      |



|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 8. Foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a execução dos mesmos (art. 7º, §1º, Lei 8.666/93)?  |  |  |  |
| 9. Existe orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto, baseado em pesquisa de preços praticados no mercado (arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV da Lei nº 8.666/93), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada ou com referência de preços de órgão oficial na área de engenharia? |  |  |  |
| 10. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 11. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?   |  |  |  |
| 12. Consta a designação da Comissão de Licitação (art. 38, III, da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 15. Há minuta de edital e anexos (art. 40 da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 15.1 Constituem anexos do edital:   |  |  |  |
| (a) projeto básico, se for o caso;  |  |  |  |
| (b) projeto executivo, se for o caso,   |  |  |  |
| (c) termo de contrato, se for o caso; e   |  |  |  |
| (d) orçamento em planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.   |  |  |  |
| 16. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?  |  |  |  |
| 17. Publicação do aviso de edital (art. 21 da Lei nº 8.666/93).   |  |  |  |
| 18. No caso da modalidade de Carta Convite, houve a participação de, no mínimo, 03 convidados?  |  |  |  |

Regular ( ) Irregular ( )

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do Responsável pela conferência

Cargo

## ANEXO V

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Órgão/Unidade Solicitante: \_\_\_\_\_

Processo/Ano: \_\_\_\_\_ Nº da Licitação: \_\_\_\_\_ Nº do Contrato: \_\_\_\_\_

Data da Homologação: \_\_\_\_\_ Data do Contrato: \_\_\_\_\_

Local da Obra: \_\_\_\_\_

Credor / Fornecedor: \_\_\_\_\_

|                               |
|-------------------------------|
| Descrição da Obra:            |
|                               |
| Convênio/Operação de crédito: |
|                               |

|                           |  |                    |    |
|---------------------------|--|--------------------|----|
| Dotação – Código Reduzido |  | Fonte de recursos: | %: |
| Dotação – Código Reduzido |  | Fonte de recursos: | %: |
| Dotação – Código Reduzido |  | Fonte de recursos: | %: |

Nome Solicitante: Nome completo

Cargo: Secretário(a) de Administração e Logística

## ANEXO VI

Modelo Carimbo de Liquidação de Notas Fiscais

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 003/2016**

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGC Nº 003/2016.

O Controle Interno do Município de Navegantes no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I da Lei municipal nº. 1417, de 30 de julho de 2001 e Decreto nº. 591, de 08 de fevereiro de 2006, dispõe sobre os procedimentos gerais para o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral, no âmbito do Poder Executivo do Município de Navegantes/SC.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa efetivar o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões e equipamentos em geral, de motocicletas, veículos próprios, e locados, que compõem a frota do Município de Navegantes, cujo objetivo é padronizar, uniformizar, controlar e disciplinar a identificação, guarda, conservação e utilização dos equipamentos.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se máquinas, caminhões e equipamentos em geral: retro escavadeira, pá carregadeira, patrôla, tratores, tobata, escavadeira hidráulica, Kombi, e todos os demais instrumentos necessários para a execução de obras e serviços municipais, além de veículos usados para estes fins, tais como: ônibus, vans, motocicletas, automóveis, veículos locados e outros.

§ 1º A Secretaria respectiva, Fundo e Fundações, onde os veículos, máquinas e equipamentos estão alocados, serão responsáveis pelo gerenciamento, e guarda dos mesmos.

§ 2º Todos os veículos da frota municipal deverão estar devidamente identificados com plotagem da secretaria correspondente, inclusive os locados, exceto o oficial utilizado pelo Prefeito Municipal, observado o disposto na Lei Municipal nº 2472 de 05 de agosto de 2011.

§ 3º As máquinas, caminhões e equipamentos devem ser utilizados de acordo com as recomendações do fornecedor e da fábrica.

§ 4º O gestor de cada Secretaria, fundo, fundação ou autarquia, nomeará um responsável pela coordenação e organização de serviços mencionados nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Todas as máquinas, caminhões, veículos e equipamentos, que compõem o patrimônio público, somente podem ser utilizados para a execução de serviço público, sendo terminantemente proibida a utilização para outras finalidades e/ou interesses particulares.

Parágrafo único: O uso indevido destes equipamentos públicos é passível de aplicação de penas disciplinares e sanções civis e administrativas aos responsáveis/envolvidos, conforme cada caso.

Art. 4º A solicitação das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos para serviços locais, dentro dos limites do Município, deverá ser efetuada, preferencialmente, com antecedência de 24 horas, através do responsável pela coordenação e organização de serviços, por ordem de prioridade, informando data, horário, itinerário, tipo de serviço e permanência no local de destino.

**CAPÍTULO II**  
**DO GERENCIAMENTO E CONTROLE DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS EM GERAL**

Art. 5º A partir da data de publicação desta Instrução Normativa determina-se a obrigatoriedade do controle de entrada e saída dos veículos, motocicletas, caminhões, máquinas e equipamentos em geral, do pátio da Secretaria onde os mesmos estão alocados, com a identificação do motorista, devidamente habilitado e autorizado a dirigir, de forma a exigir e registrar os destinos e demais dados necessários ao controle da frota, desde que autorizado, por escrito, pelo respectivo Secretário ou servidor designado pelo mesmo.

Art. 6º O deslocamento dos veículos, das motocicletas, das máquinas, caminhões e equipamentos será efetuado mediante autorização do responsável, devendo constar no registro de movimentação, Diário de Bordo, (Anexo I) o tipo de equipamento, a placa, nome do condutor, data e hora de saída e chegada, destino, nome do solicitante e quilometragem de saída e chegada.

Parágrafo único. Os condutores deverão se limitar a executar o percurso preestabelecido pelo secretário, sendo proibido o desvio para qualquer outro, exceto em casos excepcionais, nos quais a mudança de itinerário ou de serviço deverá ser autorizada pelo responsável pela coordenação e organização de serviços, com a devida anotação no diário de bordo.

Art. 7º A autorização da saída das máquinas, automóveis, caminhões e equipamentos, independentemente do órgão solicitante, somente poderá se dar por ordem do Secretário da pasta, ou por delegação dos mesmos à servidor autorizado.

Parágrafo único. O não cumprimento do caput deste artigo configura imputação de responsabilidade ao (s) envolvido (s) nos termos da lei.

Art. 8º Dentro de cada veículo constará um Diário de Bordo (Anexo I) que deverá ser preenchido pelo condutor do veículo sempre que for utilizá-lo, e deverá ser entregue, preenchido e assinado pelo Secretário da pasta, todas as segundas-feiras à Secretaria de Gestão e Controle.

Parágrafo único. Os condutores deverão também efetuar a verificação diária nos equipamentos sob sua direção ou responsabilidade, no início e final do expediente, e comunicar quaisquer falhas ou defeitos verificados, efetuando o registro de observação no Diário de Bordo visando providenciar em tempo hábil, o imediato ajuste e/ou conserto, com supervisão e orientação da Secretaria competente.

Art. 9º. Fica vedada a troca de qualquer veículo, entre as secretarias, sem a prévia comunicação à secretaria de gestão e controle.

Art. 10. Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente requisitada à Secretaria competente onde o veículo está alocado.

Art. 11. Os dados e informações constantes da ficha de controle de veículos, os dados da planilha de controle dos gastos mensais com abastecimento, assim como outros gastos com manutenção serão registrados pela Secretaria de Gestão e Controle, em programa específico para emissão de relatório mensal, que permita identificar o custo de manutenção de cada veículo, do km rodado e consumido ou hora trabalhada.

Art. 12. Nenhuma máquina, veículo, caminhão ou equipamento poderá deslocar-se sem a documentação legal e sem o perfeito funcionamento do hodômetro, luzes e freio.

Art. 13. Encerrada a circulação diária, os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos, sejam pertencentes ao Patrimônio Público Municipal ou locados, deverão ser recolhidos ao pátio da Secretaria onde estão alocados, obedecendo o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Parágrafo único. Somente com autorização do Secretário da pasta, dos Chefes imediatos, ou por delegação dos mesmos à servidor autorizado, as máquinas, caminhões e equipamentos poderão permanecer no local da obra ou serviço, desde que, comprovada sua necessidade.

### CAPÍTULO III

#### DA POLÍTICA DISCIPLINAR PARA OS MOTORISTAS / CONDUTORES

Art. 14. A condução das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos somente poderá ser realizada por motorista profissional ou servidor, devidamente habilitado e autorizado, que detenha a obrigação respectiva em razão do cargo ou da função que exerça.

Parágrafo Único. Os servidores públicos municipais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal Direta, Fundos e Fundações, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, em caráter temporário e excepcional, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertençam.

Art. 15. A Carteira Nacional de Habilitação, deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme a Lei nº 9.503, de 23/09/97, a saber:

- a) Categoria A condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
- b) Categoria B condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- c) Categoria C condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;
- d) Categoria D condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- e) Categoria E condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

Art. 16. Fica expressamente proibida a utilização das motocicletas, máquinas, caminhões, veículos e equipamentos:

- I - em qualquer atividade de caráter particular;
- II - no transporte de familiares de servidores públicos ou de pessoas que não estejam vinculadas às atividades da Administração Direta, Fundos e Fundações;
- III - aos sábados, domingos e feriados, salvo autorização do Secretário da pasta;
- IV - desvio e guarda em residências particulares.

Art. 17. Os condutores dos veículos do Município de Navegantes devem obedecer a Lei 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997.

Art. 18. Em caso de colisão das motocicletas, máquinas, caminhões, veículos e equipamentos, fica o condutor obrigado a permanecer no local do acidente até a realização de perícia, bem como comunicar à Secretaria onde desempenha suas atividades sobre o sinistro e registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

§ 1º Será instaurada, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, caso o acidente resulte em dano ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar a responsabilidade.

§ 2º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) do condutor, este responderá pelos danos causados, pelas avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente e, configurando a ocorrência de dano ao

erário público municipal, será instaurado processo de Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao erário.

§ 3º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) de terceiro envolvido, o Município oficiará ao condutor ou proprietário do veículo, para o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

#### CAPÍTULO IV DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS

Art. 19. Todos os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal de Navegantes deverão ser endereçados à Secretaria Municipal de Gestão e Controle.

Art. 20. O pagamento de multas advindas de infrações de trânsito cometidas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município é de inteira responsabilidade da Prefeitura, Fundação ou Autarquia a qual o veículo pertence, a qual também compete adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 21. A Secretaria de Gestão e Controle tem a responsabilidade de comunicar e encaminhar os Autos de Infrações ao condutor, para que este apresente a Defesa Prévia e Recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).

Art. 22. O condutor que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade da infração e o ônus da mesma, efetuará o ressarcimento da multa através de pagamento em parcela única ou parcelado, mediante instrumento legal cabível.

Parágrafo Único: O pagamento parcelado poderá ser efetuado de acordo com os seguintes procedimentos:

a) o condutor infrator de qualquer norma de trânsito fica responsável pelo pagamento da constante multa da Notificação de Autuação, podendo, se quiser, autorizar o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal, bem como, salário percebido pelo mesmo.

b) caso assim decida, o condutor infrator se compromete pelo pagamento da Notificação, assinando um termo de acordo, autorizando o desconto em folha de pagamento.

Art. 23. Os procedimentos citados no art. 22 serão conduzidos pela Secretaria de Gestão e Controle e, no caso da alínea "a", do parágrafo único do referido artigo, será encaminhado concomitantemente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos.

Art. 24. O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, após ter-se utilizado de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa (Defesa Prévia e Recursos JARI), que lhe são cabíveis, e tiver contra si a caracterização de infração, o pagamento da multa, responderá a processo Administrativo disciplinar, até a decisão final.

Art. 25. No que diz respeito ao ônus dos recursos que forem indeferidos pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI), quanto à quitação dos Autos de Infração, aplica-se o disposto no Art. 24.

#### CAPÍTULO V DOS ABASTECIMENTOS

Art. 26. Todos os veículos que compõem a frota municipal, inclusive os locados, devem ser cadastrados no sistema de Controle de Frota, através da solicitação de cadastro de veículo, anexo II, e será coordenado pela Secretaria de Gestão e Controle;

Art. 27. Realizado o cadastro conforme o art. anterior, será gerado um cartão magnético que estará vinculado ao veículo cadastrado, o qual será intransferível.

§ 1º O cartão a que se refere o caput, não poderá em nenhuma hipótese ser utilizado por outro veículo, e deverá permanecer guardado dentro do mesmo.

§ 2º Em caso de perda ou extravio do cartão, dever-se-á comunicar a Secretaria de Gestão e Controle para o seu bloqueio imediato, e apresentar, no prazo de até 48 horas, boletim de ocorrência relatando o fato.

Art. 28. Os abastecimentos deverão ser realizados em postos credenciados, determinados pela Administração Pública, e vencedores de processo licitatório, cujo combustível deverá ser compatível com o lícitado.

Parágrafo Único. É vedada a realização do abastecimento sem o cartão do veículo.

Art. 29. Todo veículo dispõe de uma cota semanal ou mensal de combustível, determinada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Caso haja a necessidade do aumento da cota semanal ou mensal, a Secretaria competente solicitará, mediante comunicação interna ou ofício, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para aprovação.

§ 2º Nos casos de necessidade eventual, como em campanhas de saúde, eventos públicos em geral, a serem realizados em finais de semana, poderá o Secretário competente solicitar aumento temporário da cota diretamente à Secretaria de Gestão e Controle, desde que devidamente formalizado através de ofício ou comunicação interna, justificado e comprovado, por meio de folder, matéria jornalística etc.

Art. 30. A Secretaria Municipal de Gestão e Controle emitirá relatórios mensais de consumo de combustível, para conferência do documento

fiscal emitido pela empresa fornecedora.

## CAPÍTULO VI DA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

Art. 31. Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente precedida, além das disposições da Lei nº 4.320/64 em relação ao prévio empenho e outras normas legais, de orçamento da empresa vencedora da licitação a ser encaminhado à Secretaria de Gestão e Controle, que fará a análise destes, verificando os valores com o Sistema informatizado específico para análise de preços de mercado, bem como a compatibilidade das peças orçadas com o veículo.

Paragrafo único: Os serviços de manutenção, compra de peças ou equipamentos de que trata o caput, somente serão autorizados se precedidos de avaliação do mecânico responsável, o qual emitirá documento, Anexo V, que deverá acompanhar o orçamento encaminhado à Secretaria de Gestão e Controle, atestando a veracidade e a necessidade dos serviços indicados pela oficina, constantes do orçamento, bem como a compatibilidade do tempo de mão de obra para execução de cada serviço.

Art. 32. Os orçamentos emitidos pelas empresas fornecedoras deverão ser elaborados nos moldes do anexo IV desta instrução, e serão validados levando-se em consideração os seguintes fatores:

I - timbre da empresa;

II - data;

III - código das peças;

IV - assinatura do responsável;

V - valores compatíveis com o mercado;

IV - compatibilidade das peças com o veículo.

Art. 33. A verificação dos orçamentos referentes a tempo de serviço de mão de obra para manutenção dos veículos será também realizada pela Secretaria de Gestão e controle, com auxílio do Catálogo Tempário.

Paragrafo único: Os ocupantes do cargo de mecânico deverão ainda verificar/acompanhar/fiscalizar se os serviços foram executados adequadamente e se as peças utilizadas são originais, conforme consta no contrato celebrado com a empresa prestadora de serviços de manutenção da frota de veículos e máquinas do Município e atestarão a conformidade mediante carimbo e assinatura no verso das notas fiscais de prestação de serviços/fornecimento de peças.

## CAPÍTULO VII DOS VEÍCULOS LOCADOS

Art. 34. Todos os veículos locados serão obrigatoriamente cadastrados nos sistema de controle de frota.

Art. 35. Para cadastrar o veículo locado no sistema, o secretário requerente, emitirá uma solicitação de cadastramento de veículo, anexo II, conforme mencionado no artigo 27, dirigida a Secretária de Gestão e Controle, devidamente assinada, juntamente com cópia do registro de licenciamento do veículo, cópia da CNH do motorista condutor, e cópia do contrato ou empenho da locação do veículo.

Art. 36. A Secretaria de Gestão e Controle, ao receber a solicitação para o cadastramento do veículo, emitirá o cartão para abastecimento, nos termos do artigo 28 desta instrução normativa.

Art. 37. É de responsabilidade do Secretário da pasta conhecer a vigência do contrato de locação dos veículos alocados na sua secretaria, e comunicar imediatamente a Secretaria de Gestão e Controle, a data do término da locação, para bloqueio do abastecimento do mesmo.

Art. 38. Todos os veículos locados, enquanto perdurar a vigência do contrato, deverão permanecer na secretaria onde estão alocados, e aos finais de semana, recolhidos ao pátio, não podendo o locador, deles disporem.

Art. 39. A manutenção, e o licenciamento anual, dos veículos locados, são de inteira responsabilidade do locador, ficando o Município, na condição de locatário, responsável apenas, pelo abastecimento, se o contrato assim dispuser.

## CAPÍTULO VIII DAS COMPETÊNCIAS

Art. 40. Compete à Secretária de Gestão e Controle:

I. Acompanhar os orçamentos de compras de peças e serviços de mão de obra dos veículos do Município de Navegantes;

II. Fiscalizar e controlar os abastecimentos dos veículos da Frota de veículos do Município de Navegantes;

III. Fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, bem como outros dispositivos legais concernentes a matéria.

Art. 41. Compete aos Condutores dos veículos:



[illegible]

## ANEXO II

# SOLICITAÇÃO PARA CADASTRO DE VEÍCULO

Nº \_\_\_\_\_/ ANO \_\_\_\_\_

|  |  |
|--|--|
| VEÍCULO:   |  |
| PLACA:   |  |
| SECRETARIA:  |  |
| NOME MOTORISTA:  |  |
| CNH MOTORISTA:   |  |
| VEÍCULO:<br>PRÓPRIO ( ) LOCADO ( ) PERÍ-<br>DO DE LOCAÇÃO ____/____/____ A<br>____/____/____ |  |

( ) CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO

( ) CÓPIA DA CNH DO MOTORISTA

( ) CÓPIA DO EMPENHO OU CONTRATO (VEÍCULO LOCADO)

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



NOME DO SECRETÁRIO  
SECRETARIA

ANEXO III

SOLICITAÇÃO PARA CADASTRO DE MOTORISTA  
Nº \_\_\_\_/ ANO

|  |  |
|--|--|
| MATRÍCULA:                                     |  |
| NOME:  |  |
| SECRETARIA/FUNDAÇÃO:                           |  |
| TELEFONE:                                      |  |
| E-MAIL:  |  |
| ENDEREÇO:                                      |  |
| BAIRRO:  |  |
| CIDADE:  |  |
| UF:  |  |
| CEP:   |  |
| CARGO: ( ) Comissionado ( ) Efetivo ( ) Outros |  |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| CARTEIRA DE MOTORISTA        |  |
| NUMERO DE REGISTRO:          |  |
| CATEGORIA DA CNH:            |  |
| VENCIMENTO: ____/ ____/ ____ |  |

DATA: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

NOME DO SECRETÁRIO  
SECRETARIA

ANEXO IV

MODELO DO ORÇAMENTO (dados fictícios)

Timbre  
Nome da Empresa:  
Endereço:  
CNPJ:  
Contato do responsável:

INFORMAMOS ABAIXO ORÇAMENTO PARA CONserto DO VEICULO

Descrição do veículo  
Placa:  
Modelo:  
KM:

| QTDE                              | REFERENCIA | DESCRIÇÃO             | PREÇO UNITARIO | PREÇO TOTAL |
|-----------------------------------|------------|-----------------------|----------------|-------------|
| 02                                | 8587219    | AMORTECEDOR DIANTEIRO | R\$ 387,53     | R\$ 775,06  |
| 01                                | 1903628    | FILTRO DE OLEO        | R\$ 61,66      | R\$ 61,66   |
| 04                                | 14148190   | LAMPADA               | R\$ 4,60       | R\$ 18,40   |
| TOTAL DE PEÇAS                    |            |                       |                | 855,12      |
| DESCONTO DE PEÇAS 10%             |            |                       |                |             |
| TOTAL LIQUIDO DE PEÇAS R\$ 769,60 |            |                       |                |             |

MÃO DE OBRA MECÂNICA

| TEMPO                      | TIPO DE SERVIÇO           | VALOR HORA | VALOR TOTAL |
|----------------------------|---------------------------|------------|-------------|
| 1h                         | SUBSTITUIR AMORTECEDOR    | R\$ 36,96  | R\$ 36,96   |
| 0,5h                       | SUBSTITUIR FILTRO DE OLEO | R\$ 36,96  | R\$ 18,48   |
| TOTAL MÃO DE OBRA MECÂNICA |                           |            | R\$ 55,44   |

MÃO DE OBRA ELÉTRICA

| TEMPO | TIPO DE SERVIÇO    | VALOR HORA | VALOR TOTAL |
|-------|--------------------|------------|-------------|
| 0,3h  | SUBSTITUIR LAMPADA | R\$ 30,02  | R\$ 9,00    |

|                            |  |  |          |
|----------------------------|--|--|----------|
| TOTAL MÃO DE OBRA ELÉTRICA |  |  | R\$ 9,00 |
|----------------------------|--|--|----------|

DATA DO ORÇAMENTO

CARIMBO E ASSINATURA

ANEXO V

ATESTADO DE REGULARIDADE DOS SERVIÇOS VEICULARES

Nome do Mecânico: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Descrição do veículo vistoriado

Placa: \_\_\_\_\_

Modelo: \_\_\_\_\_

KM: \_\_\_\_\_

ATESTO, nos termos do artigo 31 desta Instrução Normativa, que o diagnóstico da necessidade de manutenção/conserto/e peças do veículo acima, apresentada no orçamento nº \_\_\_\_\_ pela empresa \_\_\_\_\_, é compatível com a real necessidade.

Declaro que estou ciente de que qualquer informação falsa, estarei sujeito às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, bem como em outras normas aplicáveis.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

ASSINATURA

**PORTARIA 2519/2016 LICENÇA PREMIO**

PORTARIA N º 2519 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) JORGE EDGAR BARON, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de Vigia, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 13/12/2016 a 12/03/2017, referente ao serviço público prestado entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de dezembro de 2016 a 12 de março de 2017. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/12/2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2520/2016 RETIFICA A PORTARIA 2282/2016**

PORTARIA N º 2520 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 retifica a portaria 2282 de 11 de novembro de 2016

**"CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA QUE ESPECÍFICA"**

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2230/2009 e 2530/2011.

**RESOLVE:**

I – CONCEDER redução temporária da carga horária semanal da Sra. GRAZIELA MARIA ZIMMERMANN DA SILVA, matrícula nº. 172601, Professora, que passa de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, permanecendo com apenas 10 horas no período matutino na E.M. Profª Maria Tereza Leal, e 20 horas semanais no período vespertino na E.M. Profª Izilda Reiser Mafra.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito no início do ano letivo de 2017 (01/03/2017) (20/02/2017), de acordo com a Lei 2230/2009 e 2530/2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2521,2522,2523,2524/2016 EXONERA**

PORTARIA N º 2521 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA, do cargo de Secretária Municipal de Educação a partir de 31.12.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2522 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) JONAS DE SOUZA, do

cargo de Secretário Municipal de Obras a partir de 31.12.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 31/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2523 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MARLETE MARIA ALEXANDRE, do cargo de Agente Público Municipal I, a partir de 20.12.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 20/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2524 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MERLEI SCHMITZ, do cargo de Assessor Técnico III, a partir de 20.12.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 20/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2525/2016 DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA**

PORTARIA N º 2525 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de Agente de Serviços Gerais, em virtude de aposentadoria do servidor WILSON ESPERANDIO,

matricula 251602, junto a navegantesprev conforme processo administrativo 2016.03.03371P, a partir de 15/12/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2526/2016 SUBSTITUI MEMBRO NA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL NOMEADO PELA PORTARIA 2189/2014**

PORTARIA N º 2526 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

SUBSTITUI MEMBRO NA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL NOMEADO PELA PORTARIA 2189 DE 20/05/2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR Membro, conforme segue, na Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nomeado pela portaria 2189 de 20/05/2014:

a) Márcio Butzke como Diretor de Prevenção no lugar de Guilherme Mateus Heinnig.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 24 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 024/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor LUIZ OTÁVIO CORREA JUNIOR inscrito no CPF nº 089.126.009-90, do cargo de Chefe de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.

Alicio Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 25 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 025/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor JOÃO PAULO GARCIA PIRES inscrito no CPF nº 031.762.309-58, do cargo de Diretor Administrativo desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.

Alicio Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 26 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 026/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor LUIZ JOSÉ GAYA JR inscrito no CPF nº 953.138.509-20, do cargo de Procurador Geral desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.

Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 27 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 027/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora ROBERTA CARLA REBELLO inscrita no CPF nº 871.470.339-49, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 28 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 028/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora SCHIRLE MARIA DE SOUZA POLICARPO inscrita no CPF nº 010.032.459-27, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 29 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 029/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor LUIZ EDUARDO BUENO inscrito no CPF nº 056.661.009-47, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 30 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 030/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora ADELITA TERESINHA MUNIZ DO AMARAL inscrita no CPF nº 801.300.709-04, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

### **PORTARIA LEGISLATIVA Nº 31 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 031/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora SHEILA MAGALI MOSSE inscrita no CPF nº 863.041.519-34, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 32 - 2016 - EXONERA SERVIDOR**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes  
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000  
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 032/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicio Jacob Ricobom Filho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora ELIETE DOS SANTOS inscrita no CPF nº 784.796.149-00, do cargo de Assessor de Gabinete desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 31 de dezembro de 2016.  
Alicio Jacob Ricobom Filho  
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

---

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

---

**EXTRATO CONTRATO Nº 025/2016IPP**

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Contrato nº 025/2016IPP

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada: SOARES E CORREA IMOBILIÁRIA LTDA-ME.

Licitação: Dispensa de Licitação 11/2016

Vigência: Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2016.

Dotação: 29.01.2.116.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LAUDO PERICIAL (MÉTODO INVOLUTIVO) PARA ANÁLISE DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Navegantes, 16 de dezembro de 2016.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente



# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 315/2016

DECRETO Nº 315, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a Homologação da Resolução nº 03/2016, do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Josemar Guilherme Franzoi, em exercício, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal 04/04/1990, Lei de Criação do Conselho Municipal de Educação Lei nº 2.502/2013 e a Lei nº 2.589/2015, do Sistema Municipal de Ensino de Nova Trento,

#### DECRETA:

Art 1º Fica homologada a Resolução de nº 03/2016 do CME que estabelece normas para expedição e registros de certificados de Formação Continuada, fixa normas para validação dos cursos para progressão funcional dos servidores do quadro do Magistério Público Municipal de Nova Trento/SC.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação de Nova Trento fará o registro dos certificados em livros próprios, com termos de abertura e de encerramento assinados pelo responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º Os Cursos de Formação Continuada serão desenvolvidos exclusivamente, pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Trento ou, quando houver parceria com outras instituições, deverão ser autorizados e acompanhados com projeto básico e conter os seguintes critérios:

- Princípios Teóricos e Pedagógicos;
- Objetivos;
- Temas gerais e/ou específicos para cada área de conhecimento, atuação, nível ou modalidade de ensino.
- Público Alvo;
- Carga Horária Mínima;
- Percentual mínimo de frequência;
- Ministrante.

Art. 4º O Programa de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino será organizado pela Secretaria Municipal de Educação, que ofertará no mínimo 40h de formação anual, podendo este ser presencial ou a distância.

Art. 5º Farão jus aos certificados dos cursos os servidores que tiverem frequência de 100% e aproveitamento comprovado. Os que não conseguirem o percentual de 100%, receberão o certificado de acordo com o percentual de horas frequentadas.

Fls. 02 - Decreto nº 315/2016

Art. 6º Os certificados somente serão expedidos mediante conferência da presença registrada em formulário próprio expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Na validação de cursos para a progressão horizontal serão aceitos apenas os cursos ofertados ou autorizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. No caso em que o professor cumpre sua jornada de trabalho em outro município ou rede de ensino, admitir-se-á após análise, certificado de outra instituição educacional ou rede de ensino para completar a carga horária.

Art. 8º Nos certificados emitidos pela Secretaria Municipal de Educação deverão constar (ver anexo) :

Frente: Entidade responsável pelo curso:

Nome do Cursista;

Título do Curso;

Período de Realização do Curso;

Atuação: cursista/palestrante;

Carga Horária:

Data;

Assinatura Secretário Municipal de Educação;

Verso: Conteúdo Programático:

Data;

Período ( matutino e vespertino);

Palestrante;

Carga Horária;

Frequência;

Carimbo de Registro no Livro.

Art. 9º Somente serão computados e validados os cursos que contemplem a área de formação/atuação profissional do servidor do Magistério.

Art. 10 Só serão validados os certificados que tiverem o registro de:

I Carga Horária;

II Registro da entidade responsável pela ministração do curso;

III Conteúdos;

IV Ministrante;

V Entidade responsável pelo curso;

Fls.03 – Decreto nº 315/2016

Art.11 O Sistema Municipal de Ensino também poderá aceitar cursos de formação de instituições externas, desde que estas atendam as determinações desta resolução.

Art 12. Este Decreto entra em vigor a partir de sua aprovação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 13 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

### DECRETO Nº 316/2016

DECRETO Nº 316, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a Homologação de Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, Josemar Guilherme Franzoi, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal 04/04/1990, a Lei nº 2.502/2013, de Criação do Conselho Municipal de Educação e a Lei nº 2.589/2015, do Sistema Municipal de Ensino de Nova Trento,

#### DECRETA:

Art 1º. Ficam Homologadas as seguintes Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação:

- Resoluções: nº 14/2004, nº 02/2009, nº 01/2010, nº 01/2011, nº 01/2012, nº 02/2012, nº 03/2012 e nº 04/2012.

- Pareceres: nº 01/2004, nº 02/2004, nº 03/2004, nº 01/2006 e nº 02/2006.

Art 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo ao ano de 2004.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 13 de dezembro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação



# Ouro

## PREFEITURA

**PR 33 E 34**

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
Pregão Presencial n. 0033/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/12/2016, às 08hs, o Processo Licitatório n. 0062/2016 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0033/2016, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição nitrogênio líquido. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 15/12/2016. Derci de Araujo, Secretário de Industria e Comércio.

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
Pregão Presencial n. 0034/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/12/2016, às 10hs, o Processo Licitatório n. 0063/2016 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0034/2016, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, Gasolina Comum e Arla. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 15/12/2016. Derci de Araujo, Secretário de Industria e Comércio.

# Palhoça

## PREFEITURA

**ATO Nº. 491/2016**

ATO Nº. 491/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ISABELA MOREIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 492/2016**

ATO Nº. 492/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JOSUE JONILDO FLORIANO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 493/2016**

ATO Nº. 493/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR DULCINEIA ALVES ESPINDOLA, do cargo de Provimento

em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 494/2016**

ATO Nº. 494/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR SANDRA APARECIDA DE MATOS RIBEIRO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 495/2016**

ATO Nº. 495/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR IZABEL DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 496/2016**

ATO Nº. 496/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ANDREIA MACHADO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 497/2016**

ATO Nº. 497/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ADRIANA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 498/2016**

ATO Nº. 498/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR GRAZIELLA DE SA LOPES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 499/2016**

ATO Nº. 499/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR RICARDO GARBELOTO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 500/2016**

ATO Nº. 500/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR DORIS HELENA DE MELO PELEGRINI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**ATO Nº. 501/2016**

ATO Nº. 501/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR GUSTAVO APOLINARIO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 502/2016**

ATO Nº. 502/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ADRIANA DE JESUS GOUVEA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 503/2016**

ATO Nº. 503/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR MATHEUS ARAUJO COSTA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 504/2016**

ATO Nº. 504/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR TARCISIO DA SILVA MOREIRA, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 505/2016**

ATO Nº. 505/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MARCIO MANOEL DA SILVEIRA, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 506/2016**

ATO Nº. 506/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR LAIS PAMELA DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 507/2016**

ATO Nº. 507/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ANA PAULA DE FREITAS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 508/2016**

ATO Nº. 508/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JESSICA DOS PASSOS DE SOUZA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 509/2016**

ATO Nº. 509/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR THAYNARA SANTANA ROCHA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 510/2016**

ATO Nº. 510/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JULIO GERMANO MARCELINO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**ATO Nº. 511/2016**

ATO Nº. 511/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR DENISE FERREIRA WARMLING, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 512/2016**

ATO Nº. 512/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR CAROLINE TESTONI MACEDO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 513/2016**

ATO Nº. 513/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ADEMAR MANOEL DE JESUS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 514/2016**

ATO Nº. 514/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR LEONEL MACHADO RODRIGUES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 515/2016**

ATO Nº. 515/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR CARLOS GONÇALVES D'AVILA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149 de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.975, de 12 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar de 24/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 516/2016**

ATO Nº. 516/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR BRUNO DE QUADRA ARAUJO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 517/2016**

ATO Nº. 517/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR NICOLLE DE SOUZA AWAD, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 518/2016**

ATO Nº. 518/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR LENIO DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 519/2016**

ATO Nº. 519/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR LARISSA CRISTINA MARTINS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 520/2016**

ATO Nº. 520/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JULIANA DE LARA KRAUSS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**ATO Nº. 521/2016**

ATO Nº. 521/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR RAFAEL BARACY, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 522/2016**

ATO Nº. 522/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR SILVIA DORVALINA DA SILVA PERES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 523/2016**

ATO Nº. 523/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR CAROLINA GUIMARÃES MACHADO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 524/2016**

ATO Nº. 524/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR KATIA REGINA CORREA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 525/2016**

ATO Nº. 525/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR PAMELA DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 526/2016**

ATO Nº. 526/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR CLAUDIA CONCIEÇÃO PEREIRA DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 527/2016**

ATO Nº. 527/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR LUCIONEI BELARMINO DA SILVA, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor III, Nível VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretária de Administração em exercício

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 528/2016**

ATO Nº. 528/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR MARGARETE HEFLE, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 529/2016**

ATO Nº. 529/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR LAURO ILSON SCHLEMPER, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATO Nº. 530/2016**

ATO Nº. 530/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR FRANCINI LUCIA DOS SANTOS, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2016.

Palhoça, SC, em 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4099/2016**

PORTARIA Nº. 4099/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ARIANE ASSUNÇÃO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o GE Terezinha Maria Espindola Martins, a contar de 01/11/2016.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4100/2016**

PORTARIA Nº. 4100/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ANDREA PRUSS DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Nova Esperança,

a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4101/2016**

PORTARIA Nº. 4101/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3849 de 27 de setembro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora DEBORA JULIANE PLAUT TONIAZZO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2016 a 27/11/2016.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4102/2016**

PORTARIA Nº. 4102/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1684 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ARLEIA NILCE VIEIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 20 de outubro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4103/2016**

PORTARIA Nº. 4103/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JUCENIA JUDITE DE SOUZA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4104/2016**

PORTARIA Nº. 4104/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RAFAEL MANOEL VIEIRA ALVES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4105/2016**

PORTARIA Nº. 4105/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SUZANE NIENKOTTER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010,

com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4106/2016**

PORTARIA Nº. 4106/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANDREIA SOARES PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4107/2016**

PORTARIA Nº. 4107/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANA VITORIA SANDOVAL FERREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NAEP Núcleo de Atendimento Especializado da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4108/2016**

PORTARIA Nº. 4108/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GABRIELA GOES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NAEP Núcleo de Atendimento Especializado da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4109/2016**

PORTARIA Nº. 4109/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO AMANDA SOARES DA SILVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fonoaudiólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NAEP Núcleo de Atendimento Especializado da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 07/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4110/2016**

PORTARIA Nº. 4110/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**



NOMEAR POR CONCURSO DHAYANE LUISA QUEVEDO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

VITOR SODRE DIAS  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4111/2016**

PORTARIA Nº. 4111/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
NOMEAR POR CONCURSO FABIAN PAMPLONA GOULART, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Vila Nova, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4112/2016**

PORTARIA Nº. 4112/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
NOMEAR POR CONCURSO DANIELA MARIA DOS SANTOS BECHTOLD, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Enseada do Brito, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4113/2016**

PORTARIA Nº. 4113/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
NOMEAR POR CONCURSO CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS  
Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4114/2016**

PORTARIA Nº. 4114/2016.  
CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
NOMEAR POR CONCURSO GABRIEL CONCEIÇÃO DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4115/2016**

PORTARIA Nº. 4115/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GUILHERME COLCINSKI AMORIM, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4116/2016**

PORTARIA Nº. 4116/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SINARA REGINA RACHADEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Controle a Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4117/2016**

PORTARIA Nº. 4117/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RICHARD MELO KARKLIN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Controle a Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013,

homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 03/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4118/2016**

PORTARIA Nº. 4118/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO EMERSON VICENTE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário Adjunto Executivo

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4119/2016**

PORTARIA Nº. 4119/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR para prestar serviços na Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura a servidora VERA LUCIA PINHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/10/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4120/2016**

PORTARIA Nº. 4120/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DOLARIO WARMILING, matrícula nº. 500444-2, titular do cargo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/09/2005 a 05/09/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/11/2016 à 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4121/2016**

PORTARIA Nº. 4121/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3860 de 03 de outubro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ANDREA PRUSS DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/10/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4122/2016**

PORTARIA Nº. 4122/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

## RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3535 de 29 de agosto de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ARIANE ASSUNÇÃO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/10/2016 a 20/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4123/2016**

PORTARIA Nº. 4123/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TIAGO PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº. 501080-2, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/11/2016 à 17/12/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4124/2016**

PORTARIA Nº. 4124/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR CATIA REGINA DE SOUZA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 4125/2016**

PORTARIA Nº. 4125/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RENATO RACHADEL, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4126/2016**

PORTARIA Nº. 4126/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RENATO BACK, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4127/2016.**

PORTARIA Nº. 4127/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DJAIR JOSE RODRIGUES, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4128/2016**

PORTARIA Nº. 4128/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NEY HAMILTON DE OLIVEIRA FILHO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4129/2016**

PORTARIA Nº. 4129/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JEDIEL SOTERO TRUPPEL, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4130/2016**

PORTARIA Nº. 4130/2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, THIAGO DOS PASSOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2016.

Palhoça, SC, em 01 de novembro de 2016.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Prefeito Municipal em exercício

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 417 /2016.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 417 /2016.

Dispõe sobre a Aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2014 e em consequência aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, aprovou e, eu, Presidente, Promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, relativas ao exercício de 2014.

Art. 2º Fica igualmente aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente ao Processo @PCP15/00355949.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de Dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANDT  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 181/2016

**ERRATA 001/2016 PP 015/2016**

ERRATA Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração no Edital do Processo Licitatório nº 014/2016 na modalidade Pregão Presencial nº 015/2016, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários, conforme especificações, quantitativos e condições previstas neste Edital", o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica adicionado os seguintes Itens:

...

ITEM 7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.9. Atestado de Vistoria Técnica (Facultativo).

7.10. - O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a obra objeto desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes.

7.11. - A CMP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local da obra, o qual deverá ser previamente solicitado ao Setor de

Licitações pelo telefone (48) 3288-2512, das 14h00min às 18h00min.

7.12. A VISTORIA tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes, não podendo ser alegado, posteriormente, o desconhecimento do local/instalações onde vão ser executados os serviços, com intuito de pleitear vantagens.

7.13. Declaração de renúncia à visita técnica (obrigatória no caso da falta do Atestado de vistoria).

#### ITEM 13. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.2. Os projetos executivos estão disponíveis para consulta no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

#### MODELOS DE ATESTADOS:

##### ATESTADO DE VISTORIA

ATESTAMOS, para fins de prova de que trata o Edital do Pregão Presencial Nº \_\_\_\_/2016, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu responsável técnico a ser indicado na proposta da empresa, Sr(a). \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, realizou vistoria do local onde serão realizados os serviços técnicos, e tomou total conhecimento das peculiaridades do objeto da presente licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Responsável Técnico da Empresa

Representante CMP

PREGÃO PRESENCIAL nº XXX/2016

##### DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Obrigatória caso não realize a visita técnica)

Declara que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº \_\_\_\_/2016, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

NOME, CARGO E ASSINATURA DO

REPRESENTANTE DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ nº

As demais condições e data de abertura vinculada ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 16 de dezembro de 2016.

Cristiane Aparecida da Silva

Pregoeira

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 017/2016

##### 1- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.016/2016

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, para REGISTRO DE PREÇOS de Aquisição de mobiliário em geral. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.2. Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 09h00min do dia 30 de dezembro de 2016, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3. Integram este edital, independentemente de transcrição:

1.3.1. ANEXO I – Relação de Materiais e Quantitativos ;

- 1.3.2. ANEXO II – Declaração de Habilitação;
- 1.3.3. ANEXO III – Modelo de Credenciamento;
- 1.3.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
- 1.3.5. ANEXO V - Modelo de Declaração Em Cumprimento Inciso XXXIII Do Artigo 7º Da Constituição Federal e ao Disposto No Inciso V do Artigo 27 Da Lei Nº. 8.666/93 (Declaração De Proteção Do Trabalho do Menor);
- 1.3.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- 1.3.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Micro Ou Pequena Empresa;
- 1.3.8. ANEXO VIII – Modelo de declaração de renúncia à visita técnica
- 1.3.9. ANEXO IX– Modelo de atestado de visita
- 1.3.8. ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços.

## 2. DO OBJETO:

2.1. Constitui o objeto do presente Edital o Registro de Preços objetivando a futuras aquisições parceladas de mobiliário em geral, conforme especificações constantes no ANEXO I, parte integrante deste edital.

## 3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2. O prazo de entrega do(s) produtos será de até 30(cinco) dias, a contar da emissão da nota de empenho e confirmação de pedido.

3.3. A empresa vencedora deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços cota mínimas ou máximas para remessa do produto, sendo que as quantidades mencionadas no Anexo I deste edital são estimadas para 01 (um) ano.

3.4. Além do transporte e entrega no local designado pela Administração, conforme Anexo I, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar o produto em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.

3.5. Para todos os itens serão avaliados os acondicionamentos dos materiais no momento da entrega. Materiais manchados, riscados, sujos ou materiais com aparência duvidosa farão com que os mesmos não sejam aceitos.

3.6. Não serão aceitos na entrega materiais de marcas diferentes daquelas constantes na(s) proposta(s) vencedora(s). No caso de propostas que apresentarem mais de uma marca para um único item, o Município reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier.

3.7. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

3.8. Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, podendo serem aplicadas também às sanções previstas no item 14 deste edital.

## 4. LOCAL, DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

4.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender aos dispositivos deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em dois envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

À CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA-SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2016  
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)  
TELEFONE E FAX (OPCIONAL)

À CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA-SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2016  
ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)  
TELEFONE E FAX (OPCIONAL)

4.2. A abertura desta licitação ocorrerá no dia de 30/12/16, às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani, Palhoça, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01-Proposta de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação, ao Pregoeiro, bem como a DECLARAÇÃO, em separado, dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital (Anexo II), junto do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, conforme subitem 8.1.I.

**5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

5.1. A licitante poderá fazer-se presente junto ao Pregoeiro mediante somente um representante legal, conforme instruções abaixo.

5.2. O Credenciamento da licitante deverá ser da seguinte forma:

I - No caso de o representante ser sócio-gerente ou diretor da empresa, o mesmo deverá apresentar munido da cédula de identidade, o CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou o registro comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 8.1.I.)

II - Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á mediante:

a) Carta de Credenciamento (conforme modelo do Anexo III), outorgada pelo representante legal da empresa com assinatura reconhecida em cartório, cuja comprovação será através da apresentação, antes da abertura dos envelopes propostas, do CRC ou do registro comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, conforme subitem 8.1.I, ou

b) Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante, poderes legais, ou

c) Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante, poderes legais, sendo que:

1. Se for concedido por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada conforme descrito no subitem 5.2.I.

2. Se for assinada por outra pessoa, que não seja sócio-gerente ou diretor, a mesma deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á através dos documentos que comprovem tal condição.

III - No caso da participação da licitante sem representante legal, a mesma deverá apresentar Registro Comercial, no caso de empresa individual, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, conforme subitem 8.1.I.

5.3. O Credenciamento, juntamente com os documentos de sua comprovação, autenticados, conforme subitem 19.8, não será devolvido e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

5.4. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante junto a Unidade de Licitações, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração.

5.5. Quando os envelopes forem enviados pelo correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, deverão os mesmos estar de posse do Pregoeiro no horário estabelecido neste Edital para abertura da licitação, sob pena de não participar da licitação.

5.6. Cada credenciado poderá representar empresas distintas, desde que não participem do mesmo lote, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido item/lote.

5.6.1. O representante munido da Cédula de Identidade deverá apresentar um credenciamento para cada empresa que irá participar do certame, nos termos dos subitens 5.2 e 5.3 Não será aceito um único credenciamento contemplando duas ou mais empresas.

5.7. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

5.8. No momento do credenciamento, a licitante que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, fora dos envelopes, declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme Anexo VII), assinada por representante legal e por contador ou técnico contábil da empresa.

5.8.1. A declaração citada no subitem anterior deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a assinatura do mesmo, reconhecida em cartório.

**6. PROPOSTA DE PREÇO – Envelope nº. 01:**

A licitante deverá apresentar a proposta em 01 (uma) via (original ou cópia autenticada em cartório).

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e poderá ser apresentada no Anexo IV (Formulário Padrão Para Preenchimento da Proposta), devendo ser preenchida por meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por representante legal da empresa. A proposta deverá apresentar também a razão social, o número do CNPJ-MF da licitante e o nome completo de seu signatário.

6.1.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo dos itens, quanto à ordem, quantidades e características do mesmo.

6.2. A proposta deverá conter PREÇO UNITÁRIO E TOTAL, ou seja, a soma das multiplicações das quantidades dos itens pelos respectivos preços unitários (conforme as unidades e as quantidades mencionadas no Anexo IV), expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta, até o efetivo pagamento.

6.3. A licitante deverá informar em sua proposta a MARCA dos materiais.

6.4 – A proposta deverá estar acompanhada de catálogo(s) ou prospectos do(s) produto(s) editado pelo fabricante do equipamento, podendo ser original, cópia reprográfica autenticada ou obtido via Internet, no site do fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa, sob pena de desclassificação proposta. Não serão aceitos catálogos e/ou prospectos técnicos emitidos por representantes, revendedores, importadores e outros que não sejam o próprio fabricante dos equipamentos.

6.4.1 – Nos casos em que o catálogo e/ou prospecto técnico for obtido via internet, a licitante deverá indicar o endereço eletrônico em que foi obtido, que permita a consulta on line, pelo Pregoeiro.

6.4.2 – Serão desclassificadas as propostas, cujos catálogos ou descrição detalhada das características técnicas não atenderem as características e qualificações mínimas exigidas do Anexo I, sempre obedecendo o subitem 6.4.

6.5. O prazo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, após solicitação feita pelo setor de compras e licitação.

6.6. Declaração expressa de prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura do presente processo licitatório.

6.7. Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os materiais, objeto desta licitação.

6.7.1. Entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

6.7.2. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição dos materiais, objeto desta licitação, sendo considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

6.7.3. Além da entrega no local designado, conforme subitem 6.7, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.8. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

6.9. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

6.10. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, à autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

7.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada de maior preço, até a proclamação da vencedora.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços maiores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.

7.5.1. Dada à palavra à licitante, esta disporá de 45s (quarenta e cinco segundos) para apresentar nova proposta. Este tempo poderá ser modificado pelo Pregoeiro durante a sessão, sempre que for constatada esta necessidade, objetivando que os proponentes tenham tempo suficiente para calcular seus novos preços.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.6.1. A diferença entre cada lance será convencionada entre o Pregoeiro e os participantes. Sendo que valor ajustado poderá ser modificado durante a sessão, sempre que for constatada esta necessidade, objetivando a agilidade ou adequação no andamento do processo.



7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

7.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário por item desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço máximo aceitável.

7.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.13.1. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte.

7.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

7.17. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 7.15 será declarado vencedor o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

7.18. O disposto nos itens 7.15 a 7.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto a Unidade de Licitações deste Município, conforme subitem 19.1 deste edital.

7.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8. DA DOCUMENTAÇÃO - Envelope nº. 02:



A documentação deverá ser apresentada, em envelope lacrado, em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião ou, previamente, por servidor da Unidade de Licitações, conforme subitem 19.8, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos:

#### 8.1. Habilitação Jurídica

I - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e no caso de empresa individual, registro comercial, em vigor.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 8.1.I, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

b) Ficará dispensada do documento solicitado no subitem 8.1.I, a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento.

c) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo ou CRC).

d) As empresas portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pela Prefeitura Município de Palhoça, em vigor e com todos os documentos em vigor, poderão usá-lo em substituição aos documentos referidos nos subitens 8.1.I a 8.2.V e 8.3.I, deste edital.

e) O CRC não será considerado para efeito de habilitação em certame licitatório, quando apresentar documentação com prazo de validade vencido, inclusive documentação contábil. Neste caso, a licitante poderá providenciar, com antecedência, junto a Unidade de Licitações, as atualizações que se fizerem necessárias no CRC ou anexar ao CRC (no envelope Documentação) os documentos atualizados, conforme subitem 19.8, deste edital.

f) As empresas não-cadastradas como fornecedoras deste Município e que desejam fazê-lo, deverão providenciar o cadastramento até o 3.º dia anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

II - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo V), assinada por representante legal da empresa.

III - Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme modelo do Anexo VI), assinada por representante legal da empresa.

IV - Atestado de Vistoria Técnica (Facultativo).

V - Declaração de renúncia à visita técnica (obrigatória no caso da falta do Atestado de vistoria).

a. O licitante poderá vistoriar o local onde será executada a obra objeto desta licitação para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes.

b. A VISTORIA tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes, não podendo ser alegado, posteriormente, o desconhecimento do local/instalações onde vão ser executados os serviços, com intuito de pleitear vantagens.

c. Os projetos executivos estão disponíveis para consulta no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

d. A CMP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local da obra, o qual deverá ser previamente solicitado ao Setor de Licitações pelo telefone (48) 3288-2512, das 14h00min às 18h00min.

Obs.: As Declarações citadas nos subitens 8.1.II e 8.1.III que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

IV – Prova de Inscrição do CNPJ/MF.

Obs.: A situação das licitantes perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da RFB nº. 1.005, de 08 de Fevereiro de 2010, será consultada on-line, pelo Pregoeiro.

#### 8.2. Habilitação Fiscal

I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor.

II - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor.

III - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame, em conformidade com o subitem 8.5, deste edital.

III.a - A Certidão deverá expressar, de forma clara e objetiva, a situação da licitante em relação à totalidade dos tributos (Mobiliários e Imobiliários) a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso de a empresa não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal.

Obs.: as certidões mencionadas nos subitens 8.2.I a 8.2.III, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 6 (seis) meses.

IV - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, INSS, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

VI - A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar nº. 123/06, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal, disposta nos subitens 8.2.I a 8.2.V deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.

VI.a - O prazo citado no subitem 8.2.VI deste edital, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

VI.b - O benefício de que trata o subitem 8.2.VI deste edital, não eximirá a licitante de apresentar na sessão pública todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal, ainda que possua alguma restrição.

VI.c - A não-regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no subitem 14.1.4, deste edital.

### 8.3. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão Negativa de Falência e Concordata, em vigor, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

I.a - Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento.

8.4. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pelo Pregoeiro.

8.5. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz ou à filial (razão social e CNPJ) da empresa que ora se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 8.3.I.a, deste edital. Entretanto, serão aceitos para efeito de habilitação documentos emitidos em nome da matriz e válido para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.

### 8.6. Qualificação Técnica

8.6.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecidos por terceiro(s), pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu bens compatíveis com os itens deste edital, nas quantidades no mínimo proporcionais as elencadas no Edital.

8.6.2. Todo e qualquer atestado deverá ser apresentado em nome da licitante, contendo o CNPJ do atestado e do fornecedor.

### 8.7. Qualificação Ambiental

8.7.1. Licença ou autorização ambiental, fornecida pela FATMA ou Fundação Municipal do Meio Ambiente (se houver), que comprove a regularidade perante os órgãos ambientais da jurisdição da sede da empresa.

8.7.2. Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, para comprovar regularidade no Cadastro Ambiental Legal de Santa Catarina.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. No julgamento observar-se-á o disposto no artigo 4º, inciso X, da Lei nº. 10.520/02.

9.2. O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e da lei pertinente às licitações.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

10.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do Registro de Preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio da emissão prévia de nota de empenho de despesa.

#### 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.2. Constará na ata da sessão à síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

11.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

#### 12. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

12.1. A impugnação deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do CMP, nos seguintes prazos:

- a) por qualquer cidadão, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação;
- b) pelas licitantes, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

12.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

12.3. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12.4. A decisão do julgamento da impugnação administrativa será publicada no sítio eletrônico da CMP (<http://www.cmp.sc.gov.br>) no prazo estabelecido no art. 41 da Lei 8.666/93.

12.5. Para todas as fases abrir-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. O prazo em questão poderá ser dispensado, desde que haja desistência expressa de interposição de recursos, por parte de todas as licitantes.

12.6. Dos recursos interpostos será dado conhecimento a todas as licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.7. A decisão do julgamento do recurso poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação e seja divulgada no sítio eletrônico da CMP.

#### 13. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos objetos licitados, acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

13.2. O pagamento será efetuado exclusivamente através de crédito em conta corrente, em nome do licitante vencedor e no Banco de sua escolha.

13.3. Por ocasião da apresentação da fatura, contratada deverá anexar cópias do CND obtido junto ao INSS, bem como do CRF, obtido perante o FGTS, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento até regularização.

13.4. Nos pagamentos realizados após a data convencionada, conforme o subitem 13.1, incidirá juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata dia.

#### 14. DOS RECURSOS E DAS PENALIDADES:

14.1. Os recursos e as penalidades para a presente licitação serão aqueles instituídos na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

14.2. Dentro do prazo legal, o licitante poderá apresentar recurso fundamentado, por escrito, devidamente protocolado na CMP, e dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação.

14.3. Todos os licitantes habilitados serão informados da apresentação do recurso e terão o prazo legal para apresentar impugnação. Uma vez cientes de todas as informações, a Comissão Permanente de Licitação dará seu provimento e o submeterá para homologação, ou não, da Autoridade Superior. Da decisão final todos os licitantes interessados serão notificados.

14.4. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, de acordo com a gravidade da falta:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em cada aplicação, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as demais sanções;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.5. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 14, deste edital.

#### 15. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A validade dos preços registrados será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O modelo de Ata de Registro de Preços, a ser assinada com a(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação encontra-se anexa ao processo, fazendo parte integrante do mesmo (Anexo VIII).

16.2. Na Ata de Registro de Preços estão definidos os critérios para atualização dos preços registrados e as penalidades em caso de inexecução total ou parcial da mesma ou da ordem de fornecimento (nota de empenho).

16.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa ou procurador devidamente acompanhado, respectivamente, do contrato social ou procuração, e cédula de identidade para ambas as hipóteses.

16.4. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação enviada pela Câmara (correspondência com aviso de recebimento), podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração. Pela recusa em assinar a ATA, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto, ao licitante vencedor.

#### 17. DOS EMPENHOS

17.1. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

17.2. A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pela autoridade competente.

17.3. Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o tipo e a quantidade do material solicitado, valor(es), local(ais) e prazo de entrega (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços).

#### 18. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

18.2. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

18.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as

medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, à Câmara Municipal de Palhoça, Departamento de Compras e Licitações, situada na Rua Joci José Martins, 101, Palhoça, ou pelo telefone (48) 3288-2512, ou ainda pelo E-mail [licitacao@cmp.sc.gov.br](mailto:licitacao@cmp.sc.gov.br) no horário compreendido entre as 14h00min e 18h00min, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

19.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

19.5. Não serão aceitos, recursos, documentação e propostas enviadas por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

19.6. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

19.7. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

19.8. Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto o disposto no subitem 8.5. A autenticação dos documentos feita pelo Setor de Licitações deverá ser solicitada até, no máximo, o dia útil anterior à data marcada para a abertura da presente licitação, não sendo feita nenhuma autenticação na data de abertura. Caso a licitante não autenticar os documentos junto ao Setor de Licitações até a data mencionada, deverá fazê-lo em cartório.

19.9. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

19.10. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.11. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº. 8.666-93).

19.12. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem anti-econômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

19.13. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos recursos consignados no seguinte orçamento para o exercício de 2016 e no que para isto se destinar nos orçamentos futuros:

Elemento de despesa:

4.4.90.52.42.00.00.00(Mobiliário em Geral)

19.14. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

19.15. Os recursos orçamentários, para fazer frente às futuras aquisições decorrentes da presente licitação, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

19.16. O Edital e a minuta da Ata de Registro de Preços foram aprovados pela Procuradoria Jurídica da Câmara, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

19.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Palhoça, 16 de dezembro de 2016.

Isnardo Luis Brant

Presidente da Câmara Municipal



## MEMORIAL DESCRITIVO

## GABINETE 1

Bancada de trabalho para Vereador no formato em "U", composta por Mesa principal com gaveteiro pedestal de 4 gavetas, balcão com vão para frigobar, mesa lateral, mais nicho elevado e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal com gaveteiro pedestal: Tampo reto medindo 1850L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral e ao gaveteiro, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Acoplado ao tampo, um gaveteiro fixo de 4 gavetas, com 520mm de profundidade, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

a) Balcão com vão para frigobar: Tampo reto medindo 2530L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm, rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

b) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 900L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Deverá ser dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino.

Obs.: A bancada de trabalho deverá conter calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotada de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada local próximo ao usuário.

c) Nicho elevado: Nicho com porta medindo 1.340A x 600L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm.

d) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1900L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

## GABINETE 6

Bancada de trabalho para Vereador no formato em "U", composta por Mesa principal com gaveteiro pedestal de 4 gavetas, balcão com vão para frigobar, mesa lateral, mais nicho elevado e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal com gaveteiro pedestal: Tampo reto medindo 1700L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral e ao gaveteiro, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Acoplado ao tampo, um gaveteiro fixo de 4 gavetas, com 520mm de profundidade, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

b) Balcão com vão para frigobar: Tampo reto medindo 2290L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm, rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e

dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 1000L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Deverá ser dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino.

Obs.: A bancada de trabalho deverá conter calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotada de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada local próximo ao usuário.

d) Nicho elevado: Nicho com porta medindo 1.340A x 600L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm.

e) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1900L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### GABINETE 12

Bancada de trabalho para Vereador no formato em "U", composta por Mesa principal com gaveteiro pedestal de 4 gavetas, balcão com vão para frigobar, mesa lateral, mais nicho elevado e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal com gaveteiro pedestal: Tampo reto medindo 1560L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral e ao gaveteiro, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Acoplado ao tampo, um gaveteiro fixo de 4 gavetas, com 520mm de profundidade, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

b) Balcão com vão para frigobar: Tampo reto medindo 2110L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm, rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 1000L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Deverá ser dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino.

Obs.: A bancada de trabalho deverá conter calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotada de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada local próximo ao usuário.

d) Nicho elevado: Nicho com porta medindo 1.340A x 580L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm.

e) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1400L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

GABINETES 2,3,4,5,7,8,9,10,11,13,14,15,16 E 17



Bancada de trabalho para Vereador no formato em "U", composta por Mesa principal com gaveteiro pedestal de 4 gavetas, balcão com vão para frigobar, mesa lateral, mais nicho elevado e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal com gaveteiro pedestal: Tampo reto medindo 1560L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral e ao gaveteiro, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Acoplado ao tampo, um gaveteiro fixo de 4 gavetas, com 520mm de profundidade, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

b) Balcão com vão para frigobar: Tampo reto medindo 1710L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm, rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 1500L x 450P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Deverá ser dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino.

Obs.: A bancada de trabalho deverá conter calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotada de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada local próximo ao usuário.

d) Nicho elevado: Nicho com porta medindo 1.340A x 600L x 450P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm.

e) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1400L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

Obs.:A fixação das prateleiras se dará em dispositivos de esperas previamente instalados e previamente indicados os locais pela fornecedora das paredes de gesso acartonado.

\*Após análise, este tampo obrigatoriamente terá que ter no mínimo 450mm de profundidade.

#### RECEPÇÃO 01

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "U", composta por Mesa principal, balcão, mesa de apoio e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1300L x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Balcão: Tampo reto medindo 1246L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de

niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 2300L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Porta, fabricada em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. O puxador da porta será do tipo cava com dobradiças caneco com Ø35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

d) Prateleiras superiores: Retas, medindo 2300L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÕES 2,3,4,5,7,8,9,10,12 E 13

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "U", composta por Mesa principal, balcão, mesa de apoio e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1300L x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao pannel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Pannel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Balcão: Tampo reto medindo 1405L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm, rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 1900L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Porta, fabricada em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. O puxador da porta será do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio estrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

d) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1500L x 220P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO06

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "U", composta por Mesa principal, balcão, mesa de apoio e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1300L x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Balcão: Tampo reto medindo 1520L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 2080L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Porta, fabricada em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. O puxador da porta será do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

d) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1600L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO11

Bancada reta de trabalho para 02 pessoas, composta por Mesa principal com balcão acoplado e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa: Tampo reto medindo 2300L x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Painel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao painel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Painéis Laterais retos medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Balcão acoplado ao tampo medindo 850L x 485P. Corpo do balcão: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

b) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1900L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO14

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "U", composta por Mesa principal, balcão, mesa de apoio e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1400L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao pannel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Pannel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Balcão: Tampo reto medindo 1520L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e puxador tipo cava, dobradiças caneco com Ø 35mm rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso.

c) Mesa de apoio: Tampo reto medindo 1600L x 400P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Porta, fabricada em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. O puxador da porta será do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel Lateral reto medindo 395P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

d) Prateleiras superiores: Retas, medindo 1500L x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO15

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "L", composta por Mesa principal, mesa de apoio com balcão e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1.200L x 600P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao pannel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Pannel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). Com gaveteiro fixo de gavetas, com 600mm de profundidade, fixado sob o tampo, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

b) Mesa de apoio com balcão: Tampo reto medindo 2430L x 600P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas, fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. Os puxadores das portas serão do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel Lateral reto medindo 595P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.



c) Prateleiras superiores: Retas, medindo 2430L x 400P x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO16

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "L", composta por Mesa principal, mesa de apoio com balcão e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1500 x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao pannel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Pannel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Mesa de apoio com balcão e gaveteiro: Tampo reto medindo 2610L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas, fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. Os puxadores das portas serão do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Com gaveteiro fixo de 04 gavetas, com 500mm de profundidade, fixado sob o tampo, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

c) Prateleiras superiores: Retas, no total de 04 peças de 1.555L x 250P formando dois conjuntos de 3.110 x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

#### RECEPÇÃO17

Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "L", composta por Mesa principal, mesa de apoio com balcão e 02 prateleiras superiores.

a) Mesa principal: Tampo reto medindo 1700 x 500P x 7600A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio, dotada de caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Pannel frontal fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino fixado ao pannel lateral através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha) para facilitar futuras mudanças de lay out. Pannel Lateral reto medindo 495P x 7100A em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, dotado de sapatas niveladoras para eliminar o desnivelamento de pisos e fixado ao tampo, através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha).

b) Mesa de apoio com balcão e gaveteiro: Tampo reto medindo 1400L x 500P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. Corpo: 1 - Laterais, divisória e base em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio. 2 - fundo e prateleiras fabricado em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 0,5mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt, tendo sua montagem através do sistema Girofix (Bucha americana, pino Girofix e Castanha). 3 - Portas, fabricadas em MDF de 18mm de espessura na cor Tramalinho, Acabamento Lino, com fita de borda de 2 mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt. Os puxadores das portas serão do tipo cava com dobradiças caneco com Ø 35mm. Rodapé produzido em aço 1010/1012, sessão retangular de 20 x 50mm, parede 1,5mm de espessura, pintados em epóxi na cor Grafite Italiano, acabamento TX e dotados de niveladores de piso. 1 caixa Power Box metálica e tampa em alumínio extrudado, contendo duas esperas para tomadas elétricas e duas para dados/voz. Com gaveteiro fixo de 04 gavetas, com 500mm de profundidade, fixado sob o tampo, corredeiras telescópicas e puxador tipo cava.

Obs.: A bancada de trabalho deverá ser dotada de calha metálica sob o tampo em toda sua extensão, com passagens independentes de elétrica e dados/voz, dotadas de 3 furos para tomada elétrica e 2 de lógica em cada uma de suas extremidades, próximo aos usuários.

c) Prateleiras superiores: Retas: No total de 04 peças de 1.555L x 250P formando dois conjuntos de 3.110 x 250P em MDF de 30mm maciço, acabamento em laminado melamínico baixa pressão BP na cor Grafite Italiano, acabamento TX, com fita de borda de 2mm de espessura, colado através do sistema Hot Melt e ângulo arredondado de 2,5 de raio.

Obs.: A fixação das prateleiras, se será em dispositivos de esperas previamente instalados e previamente indicados os locais pelo fornecedor das paredes de gesso acartonado.

## MÓVEIS DO PLENÁRIO

Mesa Vereador: Tampo Usuário com 44º grau de abertura, produzido em MDF e revestimento em BP, produzido em chapa única com densidade da camada externa de 950 Kg/m³. Chapa única com 25mm de espessura e revestida em ambas as faces com melaminico BP texturizado. Bordas longitudinais e topos em PVC 1 mm, chanfrado a 45º e colado a 198ºC pelo sistema Hot Melt. Painel frontal produzido em MDF e revestimento em BP, produzido em chapa única com densidade da camada externa de 950 Kg/m³. Chapa única com 18 mm de espessura e revestida em ambas as faces com melaminico BP texturizado. Bordas longitudinais e topos em PVC 1 mm, chanfrado a 45º e colado a 198ºC pelo sistema Hot Melt. Painel lateral produzido em MDF e revestimento em BP, produzido em chapa única com densidade da camada externa de 950 Kg/m³. Chapa única com 25 mm de espessura e revestida em ambas as faces com melaminico BP texturizado. Bordas longitudinais e topos em PVC 1 mm, chanfrado a 45º e colado a 198ºC pelo sistema Hot Melt. Tampo Superior: Vidro de 8mm em curva acompanhando a parte de madeira. Seguir projeto. Medidas unitárias aproximadas de 1050mm comprimento na parte frontal x 1200 na parte do usuário (44º grau) 800mm profundidade x 1000mm de altura, porém essas medidas podem sofrer alterações conforme alvenaria já construída no local e sendo assim, essas medidas deverão ser conferidas in loco. As medidas aqui apresentada é somente como fonte de orçamento e não exatamente o que deve ser produzido. (Marcar horário para conferencia das medidas). Power Box: Produzida em poliuretano injetado com tampa basculante e espera para 3 tomadas elétricas e 4 lógicas. Serão produzidos 2 módulos de 3 mesas conforme projeto. Cores a serem definidas após o fechamento da licitação e antes da assinatura da liberação da sua confecção. Maiores informações e esclarecimentos dos detalhes estão no projeto.

Vista usuário Vista frontal

Imagem 04: vista do usuario e perspectiva frontal.

## ANEXO I

## RELAÇÃO DE MATERIAIS E QUANTITATIVOS

| ITEM | UNID | QUANT | DESCRIÇÃO DO PRODUTO  |
|------|------|-------|---|
| 01   | UNI  | 18    | Bancada de trabalho para Vereador no formato em "U", composta por Mesa principal com gaveteiro pedestal de 4 gavetas, balcão com vão para frigobar, mesa lateral, mais nicho elevado e 02 prateleiras superiores. |
| 02   | UNI  | 14    | Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "U", composta por Mesa principal, balcão, mesa de apoio e 02 prateleiras superiores.  |
| 03   | UNI  | 01    | Bancada reta de trabalho para 02 pessoas, composta por Mesa principal com balcão acoplado e 02 prateleiras superiores.  |
| 04   | UNI  | 03    | Bancada de trabalho para 02 pessoas no formato em "L", composta por Mesa principal, mesa de apoio com balcão e 02 prateleiras superiores.   |
| 05   | UNI  | 02    | Mesa Vereador Bancada Plenário (conforme memorial descritivo)   |

LOCAL DE ENTREGA: Câmara Municipal de Palhoça

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

## PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_

Sediada na \_\_\_\_\_

declara, sob as penas da lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital, do Pregão Presencial para Registro de Preços nº XXX/2016, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Localidade e data:

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

## ANEXO III

## MODELO DE CREDENCIAMENTO

## PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_

neste ato representada pelo (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_,  
portador da cédula de identidade (RG) \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, detentor de amplos poderes para nomeação de

representante para que lhe faça às vezes para fins licitatório, confere-os à \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,  
portador da cédula de identidade (RG) \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, com  
o fim específico de representar a outorgante perante a Câmara Municipal de Palhoça, no Pregão Presencial para Registro de Preços nº  
XXX/2016, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar  
atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem  
necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Localidade e data:

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

ANEXO IV

#### FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Pregão Presencial para Registro de Preços nº XXX/2016  
À Câmara Municipal de Palhoça  
A/C Sr. Pregoeiro

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
PRAZO DE ENTREGA: \_\_\_\_\_  
VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ DIAS. (não inferior a 60 (sessenta) dias).  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_  
e-mail: \_\_\_\_\_

| Item | Und | Quant. | Descrição dos Produtos | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-----|--------|------------------------|-------|----------------|-------------|
|      |     |        |                        |       |                |             |

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos, como de fretes, carga e descarga, impostos, obrigações entre outros.

Localidade e data:

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO V DO ARTIGO 27 LEI Nº. 8.666/93.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

#### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr.(a) ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF nº. ...., DECLARA, para fins  
de cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho  
de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Localidade e data:

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



## ANEXO VI

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, estabelecida a rua \_\_\_\_\_, Nº. \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, declara que sua empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente a entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº XXX/2016 da Câmara Municipal de Palhoça.

Localidade e data: \_\_\_\_\_

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

## ANEXO VII

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

## DECLARAÇÃO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, (Bairro/Cidade), por intermédio de seu representante legal, contador ou técnico contábil, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Localidade e data: \_\_\_\_\_

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL nº XXX/2016

## DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Obrigatória caso não realize a visita técnica)

Declara que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº \_\_\_\_/2016, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CNPJ nº

## ANEXO IX

## ATESTADO DE VISTORIA

ATESTAMOS, para fins de prova de que trata o Edital do Pregão Presencial Nº \_\_\_\_/2016, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu responsável técnico a ser indicado na proposta da empresa, Sr(a). \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, realizou

vistoria do local onde serão realizados os serviços técnicos, e tomou total conhecimento das peculiaridades do objeto da presente licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Responsável Técnico da Empresa

Representante CMP

ANEXO X

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Palhoça, neste ato representado por seu Presidente, o Vereador Isnardo Luis Brant, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_ CNPJ Nº. \_\_\_\_\_, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada FORNECEDORA, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002 que institui a modalidade pregão e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2016, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLAUSULA I – DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição de Aquisição de Mobiliário, abaixo especificados:

| Und | Quantidade | Especificação | Valor Unitário |
|-----|------------|---------------|----------------|
|     |            |               |                |

#### CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01(um) ano, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal de Palhoça não será obrigada a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº XXX/2016, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO (Conforme Edital)

#### CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO (Conforme Edital)

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

##### 5.1. Da Câmara:

- 5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- 5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
- 5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.2. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.4. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

#### CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (Conforme Edital)

#### CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES (Conforme Edital)

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº XXX/2016, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

#### CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

9.1.2. a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLÁUSULA X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, Elemento de despesa:

4.4.90.52.42.00.00.00(Mobiliário em Geral)

#### CLÁUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO:

12.1. Para o recebimento do objeto desta licitação fica responsável o setor de compras.

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

#### CLÁUSULA XIII – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o Edital do Presencial Para Registro de Preços nº XXX/2016 e a proposta da empresa \_\_\_\_\_ classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, no que não colidir com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA XV – DO FORO**

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Palhoça como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Isnardo Luis Brant \_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara Empresa Detentora da Ata

**RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016****COMUNICADO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2016

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE CONVERSÃO PARA O FORMATO DIGITAL, ORGANIZAÇÃO, GUARDA E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa RCL COMÉCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, foi Vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 16 de Dezembro de 2016.  
CRISTIANE A. DA SILVA  
Pregoeira

# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 123/2016

DECRETO Nº. 123/2016.  
De 05 de dezembro de 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.936/2016, de 30 de novembro de 2016.

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

#### ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2035 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (20) R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

#### ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2040 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (12) R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

#### ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 1.020 – Ampliação do CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (1) R\$ 1.200,00

TOTAL GERAL R\$ 1.200,00

#### ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.04 – Fundo Municipal do Idoso

Projeto: 2.044 – Atendimento Socioeducativo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (4) R\$ 2.000,00

TOTAL GERAL R\$ 2.000,00

DECRETO Nº. 123/2016.

De 05 de dezembro de 2016.

#### ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.045 – Manutenção do SCFV – 6 – 15 anos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000(5) R\$ 13.800,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000(9) R\$ 5.000,00

TOTAL GERAL R\$ 18.800,00

#### ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000(10) R\$ 15.000,00

TOTAL GERAL R\$ 15.000,00

#### ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.047 – Manutenção das Atividades do CRAS/PAIF

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000(19) R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 2.020 – Manutenção do Programa de Melhorias em Propriedades Rurais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (89) R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 2.021 – Manutenção das Atividades da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (94) R\$ 73.000,00

TOTAL GERAL R\$ 73.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 05 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 124/2016

|  |  |
|--|--|
| DECRETO Nº 124/2016.<br>De 06 de dezembro de 2016. | REGULAMENTA AS ISENÇÕES DE TRIBUTOS MUNICIPAIS AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS COM 65 ANOS DE IDADE OU MAIS E AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.<br><br>NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso 5º do art. 175 da Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 044/2012, de 13 de junho de 2012: |
|--|--|

### DECRETA

Art. 1º Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e dos demais tributos municipais incidentes sobre o imóvel de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física com qualquer idade e de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais que não tiverem renda mensal superior ao correspondente a 2 (dois) salários mínimos vigentes no País, devidamente comprovado perante a Fazenda Pública Municipal, e que possuam um único imóvel utilizado para sua residência.

§1º Entende-se por deficiência física, para os efeitos do benefício de que trata o caput do art. 1º, aquela deficiência que reduza o beneficiário a incapacidade total para o trabalho remunerado e devidamente atestada por médico credenciado pela Secretaria de Saúde do Município.

§ 2º O benefício previsto no caput do presente artigo será extensivo ao cônjuge, companheiro ou companheira do 'de cujus', desde que atendidas as exigências ali expressas.

§3º Não elide o benefício à co-titularidade do imóvel entre aposentado ou pensionista e cônjuge ou companheiro(a) (art. 226, § 30, da Constituição Federal), desde que a soma dos ganhos mensais de ambos não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos e nenhum deles seja titular de outro imóvel.

§4º O imóvel com reserva de usufruto vitalício, não será contemplado com a isenção prevista no caput do art. 1º.

Art. 2º Para enquadramento no regime deste Decreto, o(a) beneficiário(a) deverá requerer a isenção do IPTU e demais tributos municipais, na forma e prazos regulamentares, mediante a apresentação dos seguintes documentos, além de outros que poderão ser solicitados pela autoridade fiscal:

I – Aos contribuintes com sessenta e cinco anos de idade ou mais:

- a) requerimento padrão fornecido pelo Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização;
- b) comprovante de endereço, como a fatura de água, luz ou telefone;

DECRETO Nº 124/2016.

De 06 de dezembro de 2016.

c) Cópia de comprovante de propriedade do imóvel ou título de possuidor atualizado;

d) comprovante atualizado da renda familiar, ou declaração padrão dos rendimentos, fornecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;

e) cópia do último carnê do IPTU;

- f) cópia da Cédula de Identidade e CPF do titular do imóvel;  
g) Certidão Negativa de débito junto a Fazenda Municipal;  
h) outros elementos para instrução do processo, a critério da autoridade competente, inclusive para comprovação da veracidade das declarações apresentadas;  
II - Aos contribuintes portadores de deficiência física:  
a) Os documentos elencados no inciso I; e,  
b) Comprovar através de atestado médico ser portador de deficiência física, com incapacidade total para o trabalho remunerado, fornecido por médico credenciado pela Secretaria de Saúde do Município.

§ 1º A declaração mencionada na alínea 'd' do inciso I destina-se à comprovação de não auferimento de quaisquer valores a título de salários, rendimentos autônomos, pensões, aposentadorias ou outros proventos, suprimindo a ausência de outra comprovação, no caso do requerente não auferir nenhuma renda mensal;

§ 2º A declaração terá formato padrão fornecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, constando, obrigatoriamente, ter o declarante ciência de que a falsa declaração o sujeitará à sanções civis e penais, sem prejuízo da restituição aos cofres públicos dos valores não recolhidos;

§ 3º Os prazos para formalização de requerimento e realização de Estudo Social será do dia 12 de dezembro de 2016 até o dia 06 de março de 2017 e para a divulgação da lista dos contemplados com a isenção será até o dia 31 de março de 2017, mediante decreto, pelo Poder Executivo.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto, considera-se renda total mensal ou ganhos mensais totais os proventos, pensões ou benefícios, acrescidos de todas as demais rendas auferidas, a qualquer título, exceto o resultado da venda de bens imóveis ou de bens móveis e utensílios de titularidade dos destinatários das isenções, desde que esta não se caracterize como atividade exercida em caráter habitual.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 131/2015, de 05 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Palmitos em 06 de dezembro de 2016.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2016.  
De 06 de dezembro de 2016.

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 125/2016

|  |   |
|--|---|
| DECRETO Nº 125/2016.<br>De 06 de dezembro de 2016. | REVOGA O DECRETO Nº 010/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.<br><br>NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município: |
|--|---|

CONSIDERANDO que o Decreto nº 010/2006 foi editado com base na Recomendação nº 004/2005 do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que a recomendação deveria ser limitada às Áreas de Preservação Permanente conforme limites estabelecidos pela Lei Federal nº 4.771/65;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 010/2006 suspendeu a emissão de Licença de Localização de Funcionamento, Alvará de Licença para Construção e Habite-se para todos os imóveis e atividades empresariais localizados na Ilha Redonda;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 4.771/65 foi revogada após a aprovação do novo Código Florestal;

CONSIDERANDO que através do Ofício nº 0203/2015/03PJ/SMO, o Ministério Público Federal informou que “aos municípios que elaborarem o diagnóstico socioambiental (...), será admitida a flexibilização das disposições constantes no art. 4º da Lei n. 12.651/2012, para considerar como sendo área de preservação permanente a faixa marginal de 15 (quinze) metros de qualquer curso d’água (...)”;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 054/2013 instituiu o Programa de Regularização Fundiária no Município de Palmitos – SC; e,

CONSIDERANDO que parte da localidade da Ilha Redonda integra o Perímetro Urbano por força da legislação municipal.

DECRETA



Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 010/2006, de 07 de fevereiro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume  
Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 091/2016

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 067/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/11/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela Contratada que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;
- 1.3 – No caso de impossibilidade da entrega do material pelo primeiro classificado, o Fundo municipal de Saúde poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$283.667,70 (duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), referente aos itens 06, 07, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 47, 50, 51, 53, 55, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 80, 81, 82, 86, 90, 91, 92, 94, 95, 119, 120, 121, 123, 126, 127, 128, 129, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, e 162 objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 067/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Fundo Municipal de Saúde a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Fundo Municipal de Saúde solicitará à Contratada,

mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
  - 3.1.1 – Edital de Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus anexos;
  - 3.1.2 – Proposta da Contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

- 4.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido do objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 – Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;
- 4.3 – Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- 4.4 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto;
- 4.5 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;
- 5.2 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;
- 5.3 – Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;
- 5.4 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus anexos;
- 6.2 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a Contratada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências

relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

8.1.1 – Houver desistência da entrega dos materiais após a adjudicação da licitação;

8.1.2 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

8.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

8.2.1 – Advertência;

8.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

8.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

8.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

9.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento dos materiais previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 17 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_- Ricardo Zenfe – Pregoeiro  
\_\_\_\_\_- ErliEdivinaWunscheBacellar –

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Otávio Hunka – Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_- Elitonluis de Souza Prestes –

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_- Sandro Fabio Girardi – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO Nº 008-2016 - DMDA

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/CMDCA

Dispõe sobre a convocação de conselheiro tutelar suplente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE Papanduva, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1616 de 14 de Agosto de 2002, Lei Municipal 2044 de 01 de Abril de 2015 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 16 de Dezembro de 2016,

Considerando Lei 1616, Título IV, Das Funções, Art. 17, XV;

Considerando o encaminhamento médico da conselheira tutelar Sra Maria Aparecida Hellinger da Silva, que possui solicitação de internação hospitalar para procedimento cirúrgico dia 29 de dezembro, que, portanto, necessitará de afastamento do trabalho, por período, provavelmente superior a trinta dias;

Considerando o resultado das eleições diretas para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016 – 2020, ocorridas dia quatro de outubro de dois mil e quinze;

Considerando Ata Nº 15/2015 do dia onze de novembro de dois mil e quinze, a ordem de suplência é a seguinte: primeira suplente é a Sra Elenice Duffeck de Paula; segunda suplente Sra Neusa Fernandes Maier, terceiro suplente Sr Juliano Niedzwiecki, quarta suplente Sra Mayara Pires e quinta suplente Sra Rosicler Slogowiecki.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a convocação da primeira suplente Sra Elenice Duffeck de Paula;

Art. 2º - Caso houver recusa da primeira suplente, segue convocações conforme ordem de suplência.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 16 de Dezembro de 2016.

Luciana L. de Medeiros

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva

**CÂMARA MUNICIPAL****ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 006/2016****ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2016  
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO  
TIPO DE COMPARAÇÃO: GLOBAL

Justificativa: Fica anulado totalmente o processo licitatório 006/2016, devido aos seguintes motivos:

1) Ilegalidade descrita no item 18 do edital vinculado, o qual garantiu que a despesa estaria também relacionada com o orçamento do exercício financeiro seguinte, porém observa-se que até a presente data, o orçamento para o exercício financeiro seguinte não está sancionado, impossibilitando que o ato fique vinculado à uma lei que ainda não existe. Analisando a situação citada, conclui-se que para uma aplicação correta de tal situação, ou seja, usar dotações orçamentárias vigentes em lei, o correto é aguardar a aprovação do orçamento para o exercício financeiro de 2017, para na sequência estabelecer novo procedimento licitatório com base em dotações vigentes à época da execução do ato.

2) Outra situação constatada no processo, foi a falta de parecer contábil, garantindo o bloqueio de dotação orçamentária específica vinculada às despesas do processo. Tal documentação não foi solicitada à contadoria para abertura do processo, por erro de ofício, sendo assim, pela falta de documentação exigida em lei, optou-se em anular o processo para não dar continuidade à um procedimento que possa manter a ilegalidade na sua documentação.

Papanduva, 19 de dezembro de 2016.  
Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2016**

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 26/2016

Objeto: mensagens especial de natal do Poder Legislativo de Passo de Torres a comunidade passotorrense, duas edições em jornal de circulação regional.

Contratado: MAQUIIU AGUIAR CARDOSO

CNPJ: 23.970.969/0001-90

Passo de Torres, 15 de dezembro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2016**

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação 27/2016

Objeto: três espelhos para os banheiros e corredor do piso superior da Câmara

Contratado: PATRICIA LUMERTZ STEFFEN

CNPJ: 23961.859/0001-62

R\$ 570,00

Passo de Torres, 16 de dezembro de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

**Passos Maia****PREFEITURA****TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0011/2015**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0011/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0001/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa VEZ – INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA, sociedade civil de direito privado inscrita sob o CNPJ n. 05.801.233/0001-07 de interesse comunitário, sem fins lucrativos e econômicos, sediada na Avenida Senador Souza Naves, n. 470, Bairro Alto da XV, Cidade de Curitiba – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhores Rubens Vieira, brasileiro, casado, Diretor Executivo, inscrito no CPF sob o n. 070.230.579-00 e Bruno Henrique Taques Pimenta, brasileiro, casado, Diretor Financeiro, inscrito no CPF sob o n. 055.715.649-11, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejudicado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 16 de dezembro de 2016.

|  |   |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA<br>Ivandre Bocalon<br>Contratante | VEZ – INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA<br>Rubens Vieira/ Bruno Henrique Taques Pimenta<br>Contratada |
|--|---|

**Testemunhas:**

|  |  |
|--|--|
| Karina Ap. Marini Ribeiro<br>CPF: 008.042.129-61 | Edson Salvadego<br>CPF: 067.004.859-32 |
|--|--|

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.0088/2014**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0088/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0041/2014  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N. 0007/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de contratante, e, de outro lado, à empresa CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 06.349.207/0001-52, sediada na Rua Moura Brasil, n. 1796, Centro, Município de Cunha Pora – SC, neste ato representada pelo Sr. Vitor Valérius, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 048.203.009-70, a seguir denominada simplesmente contratada, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 16 de dezembro de 2016.

|  |  |
|--|--|
| MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA<br>Ivandre Bocalon<br>Contratante | CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNI. LTDA ME<br>Vitor Valérius<br>Contratada |
|--|--|

Testemunhas:

|  |  |
|--|--|
| Karina Ap. Marini Ribeiro<br>CPF: 008.042.129-61 | Edson Salvadego<br>CPF: 067.004.859-32 |
|--|--|



# Penha

## PREFEITURA

### 2845

LEI Nº.2845/2016

DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO E PERMUTA DE ÁREA DE TERRA E A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 2396/2010.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à desafetação de uma área de terra no Município, especificada conforme o inciso I,

I -Um terreno, representado por parte da Rua Maria Conceição da Luz, situado na zona urbana do Município de Penha, Comarca de Balneário Piçarras/SC, com área de 828,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: frente ao norte com a Rua Maria Conceição da Luz, onde mede 12,00 metros; fundos ao sul com terras de Vandir Weidler, onde mede 12,00 metros; confronta-se ao leste com terras de Renato Feres Kfuri (matrícula nº 20.245) e ao oeste, com mais terras de Renato Feres Kfuri (matrícula nº 37.219), medindo em ambos os lados 69,00 metros; localizado no final da Rua Francisco Teodoro da Luz, onde dista da esquina com a Rua Inácio Francisco de Souza, ao oeste, 98,00 metros.

Art.2º - Fica alterada a redação do Artigo 1º da Lei Municipal nº 2396/2010, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art.1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a desafetação de uma área de terra no Município, especificada conforme o inciso I, conforme Lei Municipal nº 2003/2004.

I - Parte de uma área da Rua Maria Conceição da Luz, do Desmembramento Luiz Adão, com 360 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente, ao Sul com a Rua Maria Conceição da Luz, onde mede 12 metros e fundos ao Norte confrontando com terras de Nicolau dos Santos, onde mede 12 metros, extrema ao Oeste, com terras de Cássio Eduardo Holland Atum, onde mede 18 metros e com a Rua Francisco Teodoro da Luz, onde mede 12 metros e ao Leste com terras de Renato Feres Kfuri, onde mede 30 metros, totalizando 360 metros quadrados.

Art.3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar permuta das áreas descritas nos artigos anteriores com três imóveis contendo as seguintes localizações, descrições, metragens e confrontações.

I - Lote número 321 localizado na Rua Antonio Brigido de Souza, s/n, Loteamento Jardim Raquel I, Bairro Praia de Armação do Itapocoroy, Penha, Santa Catarina, matrícula 33.926 com área de 264 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao Oeste onde mede 12 metros com a Rua Antônio Brigido de Souza, fundos ao leste com a mesma medida da frente com o lote número 320, , extrema ao Sul com o lote número 323, onde mede 22 metros e ao Norte com o lote número 319 com a mesma medida.

II - Lote número 323 localizado na Rua Antonio Brigido de Souza, s/n, Loteamento Jardim Raquel I, Bairro Praia de Armação do Itapocoroy, Penha, Santa Catarina, matrícula 33.923 com área de 264 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: faz

frente ao Oeste onde mede 12 metros com a Rua Antônio Brigido de Souza, fundos ao leste com a mesma medida da frente com o lote número 322, , extrema ao Sul com o lote número 325, onde mede 22 metros e ao Norte com o lote número 321 com a mesma medida.

III - Lote número 325 localizado na Rua Antonio Brigido de Souza, s/n, Loteamento Jardim Raquel I, Bairro Praia de Armação do Itapocoroy, Penha, Santa Catarina, matrícula 33.924 com área de 264 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao Oeste onde mede 12 metros com a Rua Antônio Brigido de Souza, fundos ao leste com a mesma medida da frente com o lote número 324, , extrema ao Sul com o lote número 327, onde mede 22 metros e ao Norte com o lote número 323 com a mesma medida.

Art.4º - A Permuta dos imóveis se fará um pelo outro, sem qualquer torna ou volta compensatória, fazendo-se as transmissões livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

Art.5º - As áreas dos terrenos constantes dos itens I, II e III do Artigo 3º, ficam declaradas de natureza institucional e como tal afetadas na sua totalidade.

Art.6º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 16 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

### 2846

LEI Nº 2846/2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 256.813,88 (Duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e treze reais e oitenta e oito centavos), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Projeto/Atividade: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB

Fonte de Recursos: 0.1.002.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/5 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.562 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Vigilância Epidemiológica – Superávit Financeiro  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/115 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.581 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Prevenção e Controle da Dengue – Superávit Financeiro  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/116 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta das anulações parciais/totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.064 – Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde  
 Fonte de Recursos: 0.1.002.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00/56 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.562 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Vigilância Epidemiológica – Superávit Financeiro  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/110 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.581 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Prevenção e Controle da Dengue – Superávit Financeiro  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/111 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 16 de dezembro de 2016.  
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
 Secretária da Administração

### 3047

DECRETO Nº 3047/2016

FIXA AS TARIFAS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE PENHA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

|           |  |
|-----------|--|
| Art. 1º - | As tarifas dos Táxis no Município de Penha ficam fixadas nos seguintes valores:<br>- BANDEIRADA: R\$ 5,00<br>- BANDEIRA 1: R\$ 4,30<br>- BANDEIRA 2: R\$ 5,10<br>- HORA DE ESPERA: R\$ 38,00 |
| Art. 2º - | A Bandeira 2, nos dias úteis, compreenderá o período entre 18 horas e 06 horas e nos domingos e feriados, das 06 horas às 06 horas do dia seguinte.  |
| Art. 3º - | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  |

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 15 de dezembro de 2016.  
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
 Secretária da Administração

### 3048

DECRETO Nº 3048/2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 256.813,88 (Duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e treze reais e oitenta e oito centavos), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias, conforme Lei Municipal nº 2846/2016:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.052 – Programa de Assistência Farmacêutica – Não Pactuados CIB  
 Fonte de Recursos: 0.1.002.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/5 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.562 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Vigilância Epidemiológica – Superávit Financeiro  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/115 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.581 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Prevenção e Controle da Dengue – Superávit Financeiro  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/116 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta das anulações parciais/totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.064 – Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde  
 Fonte de Recursos: 0.1.002.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/56 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.562 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Vigilância Epidemiológica – Superávit Financeiro  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/110 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Programa de Trabalho: 10.301.0014  
 Projeto/Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas  
 Fonte de Recursos: 0.3.0670.581 – Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – Prevenção e Controle da Dengue – Superávit Financeiro  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/111 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.406,94

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 16 de dezembro de 2016.  
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
 Prefeito Municipal  
 Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

## EDITAL 05/2016 - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

### EDITAL Nº05/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a lista das INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 05/2016, destinado ao preenchimento de vaga de AUXILIAR OPERACIONAL, conforme segue:

| Nº INSCRIÇÃO | NOME                               |
|--------------|------------------------------------|
| 013          | ADOLFO HOWE                        |
| 021          | ADRIANA DE CARVALHO PRESTE         |
| 017          | ADRIANO VIEIRA                     |
| 024          | AGNALDO MOACIR GONÇALVES           |
| 012          | ALDO MARCOS CARDOSO                |
| 022          | ALESSANDRO CAMILO                  |
| 019          | CLEIDE MARIA SEVERINO              |
| 008          | CRISTIAN ANGELO FERREIRA           |
| 006          | CRISKELI CORDEIRO                  |
| 004          | EDICLEIA SCHWALBE MOREIRA          |
| 010          | EDUARDO BOHR                       |
| 020          | GIZELI DE SOUZA                    |
| 003          | JANDERSON HOWE                     |
| 015          | JESSICA CRISTINA HOWE              |
| 001          | JESUINO DOS SANTOS NETO            |
| 005          | JOCIMAR DEOLINDO                   |
| 009          | JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA             |
| 016          | JOSÉ SILVEIRA DA ROSA              |
| 025          | MARCELO BARROS PROFIRIO DE FREITAS |
| 023          | MARIA DO CARMO CAMILO              |
| 014          | MARIA DAS NEVES SILVA              |
| 026          | MARLON GERCINO BERNARDO            |
| 007          | NILTO JOSE INACIO DE AZEVEDO       |
| 018          | OSNI FARIA                         |
| 011          | VANDA MARIA MACHADO                |
| 002          | WANEISSA SOLANGE DA SILVA          |

Penha, 16 de dezembro de 2016.  
 Evandro Eredos dos Navegantes  
 Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 24/2016 – CREDENCIAMENTO 02/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação 24/2016 - FMS e Credenciamento 02/2016 - FMS.

Objeto: Credenciamento de Empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia, Acupuntura e Auriculoterapia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 19 de Dezembro de 2016, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 2017.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.502, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 4.502, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0119 - Fundeb

VALOR: R\$ 9.900,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 0118 - Fundeb

VALOR: R\$ 9.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 539, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 539, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

NOMEIA DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS PARA o cargo de provimento em comissão de Coordenador do sistema de controle interno.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 041.612.829-74, residente e domiciliado na Rua dos operários, nº 123, Município de Ibiam - SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador do sistema de Controle Interno, nível DAÍ-07, carga horaria de 40 horas semanais, com vencimento previsto na Lei 142, de 25 de março de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de dezembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 561 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 561 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA MARCIA APARECIDA DA SILVA da função temporária DE servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir de 13 de dezembro de 2016, MARCIA APARECIDA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF nº 077.433.209-36, da função temporária de Servente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 13 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 563, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO ESCOLHA DE BENEFICIÁRIOS PARA COMPRA DE LOTES REFERENTE LOTEAMENTO PÚBLICO "BRESSAN", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no § 2º do art. 9º da Lei n. 1.260, de 07 de agosto de 2007, e

Considerando a decisão da comissão de que trata o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica publicada a decisão da comissão que escolheu os beneficiários à aquisição de lotes localizados no Loteamento Público "Bressan", na forma da relação abaixo:

Art. 2º Os critérios de classificação foram determinados pela comissão nomeada pela Portaria 519/2016, sendo que o primeiro critério utilizado foi o descrito no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei 1260/2007.

NOMES



IVONE TEREZINHA MERGERT  
SILVESTRO PIACENTINI  
DEBORA MARIA FERREIRA CAVALHEIRO  
DIHONSON GUIDONI  
EMERSON CARLOS BERGAMO  
CLARICE LOURENÇO FRANÇA  
CLEUSMAIR GOMES DE CAMPOS FRESKI  
VALDENIR ANTONIO SCARABOTO  
ROSANA DOS SANTOS  
FABIO KOPP  
GISIANE DELUCHI  
FABIANA RODRIGUES FERREIRA  
CLAIR DA SILVA  
MADALENA APARECIDA BRITO  
DAIANE APARECIDA DELANI  
VALCIR PAULO PIMENTEL  
ADEMIR ANTONIO NEIS  
SIDNEI RODRIGUES  
MONALISA NORDT  
ANTONIO MARCOS PELLIN  
JOSIANE DE MELLO  
GIAN PAULO BROCARDO  
ANDERSON DOMIGUES  
TEREZINHA RIBEIRO ALVES JARDIN  
STELA MARIA MARTINS  
IVORLEI SCARABOTO  
MIRYAN SCARABOTO  
MARCIA APARECIDA DA SILVA  
ARIALBA TEREZINHA CORREIA MENDES  
ODAIR ANTONIO BELAN  
JANETE DA APARECIDA DE ALMEIDA  
DEISE ANTUNES DE LIMA  
TIAGO RAFAEL ROCHA

Art 3º. Fica estipulado o prazo de 2 (dois) dias uteis a partir da publicação para interpor recursos. O recurso deverá ser interposto junto ao setor de habitação do município no prazo legal. Não havendo recursos, os contemplados serão convocados para assinar contrato.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 564, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 564, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO ESCOLHA DE BENEFICIÁRIOS EM CARATER DE RESERVA PARA COMPRA DE LOTES REFERENTE LOTEAMENTO PÚBLICO "BRESSAN", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto no § 2º do art. 9º da Lei n. 1.260, de 07 de agosto de 2007, e

Considerando a decisão da comissão de que trata o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Fica publicada a decisão da comissão que escolheu para caráter reserva dos beneficiários à aquisição de lotes localizados no Loteamento Público "Bressan", na forma da relação abaixo:



|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| <p>NOMES</p> <p>LUIZ RICARDO CORREA DE MOURA<br/>MICHELLE NEIS TRAGANCIN<br/>ROGERIO GONÇALVEZ<br/>EGON BREMM<br/>VALERIO JOSE GONÇAVEZ<br/>ALISSON KONFLANZ DAMBROS<br/>LETICIA MAIA AMAZONAS<br/>LEOCIR ALVES DA SILVA<br/>VANESSA PRESTES CORDEIRO<br/>VALÉRIA DA SILVA RODRIGUES</p>     |  |  |  |
| <p>Parágrafo único. Fica estipulado o prazo de 2 (dois) dias uteis a partir da publicação para interpor recursos. O recurso deverá ser interposto junto ao setor de habitação do município no prazo legal. Não havendo recursos, os contemplados serão convocados para assinar contrato.</p> |  |  |  |
|  |  |  |  |

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 087/2016**

TERMO ADITIVO 087/2016

CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 195/2016

Termo de Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA – PAVIMENTAÇÃO DE COM PEDRAS IRREGULARES NA LINHA NAVEGANTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 121/2016 e Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME

CNPJ-MF n.º 07.481.358/0001-22

Endereço: Rua General Osório 382 – Bairro Aves do Paraíso –

Vitorino/PR, CEP 85.520-000

Representada por: Célio Rodrigues

### **CLAUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO A SER ADITADO**

O Município de Pinheiro Preto firmou contrato com a empresa RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, na data de 31/05/2016, cujo objeto visa a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação de rua com pedras irregulares localizada na Linha Navegantes, na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 121/2016, Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO**

2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 009/2016 tem seu termo final para 30/12/2016.

2.2 Considerando que a obra está concluída e que ainda resta a vinda do recurso para quitação do contrato;

2.3 Considerando a solicitação da empresa;

2.4 Considerando o deferimento do engenheiro fiscal da AMARP.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 195/2016, onde seu término será para 30/06/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 195/2016, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 15 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
RODRIGUES & DA SILVA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

|       |       |
|-------|-------|
| 1)    | 2)    |
| Nome: | Nome: |
| CPF:  | CPF:  |

#### **TERMO ADITIVO Nº 80/2016**

TERMO ADITIVO Nº 80/2016

LICITAÇÃO Nº 066/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PLACAS E OUTDOORS Nº 341/2016

Termo aditivo do Contrato de "FORNECIMENTO DE PLACAS E OUTDOORS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa EVALDO SCHULZE E CIA LTDA ME autorizado através do Processo n. 234/2016 Licitação n. 066/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: EVALDO SCHULZE E CIA LTDA ME  
CNPJ-MF n.º. 73.425.373/0001-88  
Endereço: Rua Vidal Ramos, nº 100, Bairro DER, CEP 89500-000 – Caçador - SC  
Representada por: EVALDO MARTIN SCHULZE

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO A SER ADITADO

O Município de Pinheiro Preto firmou contrato com a empresa Evaldo Schulze e Cia Ltda ME com o objeto o FORNECIMENTO DE PLACAS E OUTDOORS, elaboração do projeto, correção ortográfica, sinalização viária, instalação de placas e painéis de outdoor, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, acessórios e produtos necessários para execução do serviço conforme quantidades levantadas e pré-projeto.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

Considerando a necessidade de demarcar o perímetro de Jurisdição do Município em relação a rodovia estadual SC 135, ou seja, o início da jurisdição do município e o início da jurisdição do DEINFRA, uma vez que o trecho da rodovia que compreende o perímetro urbano do município foi municipalizado através da lei nº 1.834, de 29 de maio de 2015.

Fica o Contrato Administrativo nº 341/2016, aditado no valor de R\$ 2.760,00(Dois mil, setecentos e sessenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 341/2016, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditivo, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 09 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

EVALDO SCHULZE E CIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

# Pomerode

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 052 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 052 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 089 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 09h00min. do dia 02/01/2017.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09h00min.do dia 02/01/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074 / 2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074 / 2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008 / 2016

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE POMERODE / SC

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria n.º 20.380/2016, em 11/11/2016, conforme Ata da sessão de Recebimento e Análise dos Documentos de Habilitação, HOMOLOGO nesta data a referida decisão, considerando Credenciados os Leiloeiros abaixo nominados. Segue o nome do leiloeiro e sua respectiva colocação no rol de credenciados:

Posição 01) JÚLIO RAMOS LUZ – Matrícula AARC 162 – Protocolo n.º 7271 – 17/10/2016; Posição 02) TAÍSA RAQUEL PEREIRA

CARVALHO – Matrícula AARC 287 – Protocolo n.º 7272 – 17/10/2016; Posição 03) SIMONE WENNING – Matrícula AARC 276 – Protocolo n.º 7372 – 17/10/2016; Posição 04) EDUARDO ANTÔNIO SAUSEN – Matrícula AARC 328 – Protocolo n.º 7311 – 18/10/2016; Posição 05) MARIA HELENA ZIMMERMANN – Matrícula AARC 327 – Protocolo n.º 7312 – 18/10/2016; Posição 06) NELSON ZAMPIERI – Matrícula AARC 323 – Protocolo n.º 7390 – 21/10/2016; Posição 07) MARCOS ALESSANDRO ZAMPIERI – Matrícula AARC 322 – Protocolo n.º 7391 – 21/10/2016; Posição 08) JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI – Matrícula AARC 137 – Protocolo n.º 7392 – 21/10/2016; Posição 09) PAULO PIZZOLATTI NETO – Matrícula AARC 019 – Protocolo n.º 7393 – 21/10/2016; Posição 10) RODOLFO DA ROSA SCHÖNTAG – Matrícula AARC 263 – Protocolo n.º 7544 – 27/10/2016; Posição 11) DANIEL ELIAS GARCIA – Matrícula AARC 306 – Protocolo n.º 7545 – 27/10/2016; Posição 12) EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA – Matrícula AARC 258 – Protocolo n.º 7610 – 03/11/2016; Posição 13) DIÓRGENES VALÉRIO JORGE – Matrícula AARC 332 – Protocolo n.º 7753 – 08/11/2016; Posição 14) ROGER WENNING – Matrícula AARC 340 – Protocolo n.º 7754 – 08/11/2016; Posição 15) AGENOR LUIS SILVEIRA – Matrícula AARC 341 – Protocolo n.º 7755 – 08/11/2016; Posição 16) PAULO ROBERTO WORM – Matrícula AARC 333 – Protocolo n.º 7756 – 08/11/2016; e Posição 17) ANDERSON LUCHTENBERG – Matrícula AARC 313 – Protocolo n.º 7757 – 08/11/2016.

Pomerode / SC, 28 de Novembro de 2016.

NORMÉLIO EIDT

Gerente de Patrimônio

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 913/2016

DECRETO Nº 913/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ROSELI APARECIDA FORNARI ROCHA RAUBER, ocupante do cargo de AGENTE DE TRIBUTAÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 dias, a contar do dia 29 de Novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 916/2016

DECRETO Nº 916/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ARIANE APARECIDA BARBOSA, Matrícula 5713, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 03/10/2015 a 02/10/2016, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 917/2016

DECRETO Nº 917/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. NILSE ALVES PEREIRA DALLA VECCHIA, Matrícula 1103, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 918/2016

DECRETO Nº 918/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. CATARINA IVANIR CORONETTI, Matrícula 773, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 24/06/2014 a 23/06/2015, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 919/2016**

DECRETO Nº 919/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. CLAUDIO RODRIGUES DE LIMA, Matrícula 1395, ocupante do cargo de efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, 15 (quinze) dias referente a período aquisitivo de 12/08/2011 a 11/08/2012 e 15 (quinze) dias referente a período aquisitivo de 12/08/2012 a 11/08/2013 e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 920/2016**

DECRETO Nº 920/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARLENE FELISBERTO ALVES, Matrícula 5807, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014 e 15 (quinze) dias referente a período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 921/2016**

DECRETO Nº 921/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA REGINA CATAPAN, Matrícula 5760, ocupante do cargo de PSICOLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente a período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 16/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 922/2016**

DECRETO Nº 922/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MIRIAN SALETE CARNIEL MORANDI, Matrícula 5767, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 12/12/2015 a 11/12/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 923/2016**

DECRETO Nº 923/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA GIOMBELLI, Matrícula 5729, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, 15 (quinze) dias referente a período aquisitivo de 01/11/2014 a 31/10/2015 e 15 (quinze) dias referente a período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 924/2016**

DECRETO Nº 924/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. LIDIA CAMARGO ROTELLIS, Matrícula 5708, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 02/09/2014 a 01/10/2015, e que serão gozadas de 26/12/2016 a 24/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 925/2016**

DECRETO Nº 925/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSICLER TORMEN FERREIRA, Matrícula 913, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 926/2016**

DECRETO Nº 926/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROBERTA MARIA WRUBEL, Matrícula 5762, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 06/12/2014 a 05/12/2015, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 927/2016**

DECRETO Nº 927/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSELI FATIMA GOMES, Matrícula 5737, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 928/2016**

DECRETO Nº 928/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARINES BALBINOT CORATTO, Matrícula 6251, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 21/02/2016 a 20/02/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 929/2016**

DECRETO Nº 929/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. IEDA MARIA CADORE MORAS, Matrícula 931, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 930/2016**

DECRETO Nº 930/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIMAR NICOLAO WAES, Matrícula 6349, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 04/01/2016 a 03/01/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 931/2016**

DECRETO Nº 931/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. JOSMAR DE ALMEIDA, Matrícula 930, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 07/02/2015 a 06/02/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 932/2016**

DECRETO Nº 932/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARGARETE SARAIVA PERES ANTUNES, Matrícula 5365, ocupante do cargo efetivo de MÉDICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 02/06/2015 a 01/06/2016, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 933/2016**

DECRETO Nº 933/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE DE OLIVEIRA, Matrícula 6352, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 934/2016**

DECRETO Nº 933/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE DE OLIVEIRA, Matrícula 6352, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017, e que serão gozadas de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 935/2016**

DECRETO Nº 935/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. HEVELIN ADRIANA DE SOUZA DALLA VECCHIA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 08 de Dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 938/2016**

DECRETO Nº 938/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestados médico é de 15 dias, um de 05 dias a partir de 28/11/2016 e o outro de 10 dias a contar de 05/12/2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 939/2016**

DECRETO Nº 939/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. DANIELA DE MOURA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 dias, a contar desta data, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 940/2016**

DECRETO Nº 940/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SIRLENE RODRIGUES, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar de 23 de novembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 941/2016**

DECRETO Nº 941/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 08 dias, a contar do dia 07 de Dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 942/2016**

DECRETO Nº 942/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TATIANE PINHEIRO URBANO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia 07 de Dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 943/2016**

DECRETO Nº 943/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora ROSANE MARSANGO DE BISPO de licença para tratamento de saúde de sua filha menor.

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

**DECRETA:**

Art. 1 – Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 04 dias, a contar do dia 05 de dezembro de 2016, a servidora pública municipal Srª ROSANE MARSANGO DE BISPO, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

**DECRETO 944/2016**

DECRETO Nº 944/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. DIEINI RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de FISCAL VIGILANCIA SANITARIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 05 dias, a contar do dia 05 de dezembro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 945/2016**

DECRETO Nº 945/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal

Srª. JANETE VARGAS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6157774340, foi prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 946/2016**

DECRETO Nº 946/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA BELLO MARCOLAN, Matrícula 5551, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 A 01/01/2017, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 947/2016**

DECRETO Nº 947/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARINES RAUBER, Matrícula 1104, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 01/01/2016 A 31/12/2016, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 948/2016**

DECRETO Nº 948/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE TEREZINHA LAMP GOLDONI, Matrícula 1278, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 01/01/2016 A 31/12/2016, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 949/2016**

DECRETO Nº 949/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. IVONE TEREZINHA DA SILVA REIS, Matrícula 5963, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente a período aquisitivo de 02/01/2016 A 01/01/2017, e que serão gozadas de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 950/2016**

DECRETO Nº 950/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. GUILHERME ALVES PEREIRA, Matrícula 899, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE CONSTRUÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 23/04/2015 A 22/04/2016, para serem gozadas de 12/12/2016 A 10/01/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 951/2016**

DECRETO Nº 951/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KATIA DE SOUZA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 09 dias, sendo 04 dias a contar de 29/11/2016 e 05 dias a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 952/2016**

DECRETO Nº 952/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº. 2.298 de 14 de Dezembro de 2016.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2016 no valor de até R\$ 652.000,00 (Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 28 – R\$ 640.000,00

07.00 – Encargos Gerais do Município

28.846.2801.2027 – Pagamento de Inativos e Pensionistas

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 75 – R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

15.451.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 01.0000 – 54 – R\$ 80.000,00

26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 31900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 55 – R\$ 150.000,00

05.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 31900000  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000– 63 – R\$ 140.000.00  
Fonte de Recursos: 01.0000– 64 – R\$ 170.000.00

06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 68 – R\$ 100.000.00

14.00 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
22.661.2201.2022 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 87 – R\$ 12.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### LEI COMPLEMENTAR 225/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 225/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ALTERA ARTIGO 3º, II, DA LEI COMPLEMENTAR 212/2015, CONFORME ESPECIFICA."

EDUARDO COPPINI, Prefeito de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº212/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º. O contratado deverá cumprir as seguintes exigências mínimas, sem prejuízos de outras determinadas por legislação: [...] II - ter área mínima de 1.000 (um mil) metros quadrados, com no mínimo 100 (cem) metros de área coberta que proporcione o abrigo de automóveis e motocicletas;"

Art. 2º - Os demais artigos da Lei supracitada permanecem com a redação original.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA 2.290/2016

LEI Nº 2.290/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída e inserida no calendário oficial do município de Ponte Serrada a "Semana Municipal da Família".

Parágrafo Único – A "Semana Municipal da Família" terá início sempre no dia dos pais, comemorado no segundo domingo do mês de agosto e, finalizando no domingo seguinte, coincidindo com a celebração da Semana Nacional da Família instituída pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Art. 2º A criação da Semana Municipal da Família, tem por objetivo proporcionar momentos e espaços de reflexão sobre as realidades de família, de conhecimento, aplicação e acompanhamento da implantação de políticas familiares que atentem e respeitem a formação de famílias e à vida humana, sobretudo junto às crianças, adolescentes, jovens, pais, mães e idosos.

Art. 3º Na Semana Municipal da Família serão desenvolvidas ações educativas através de palestras, seminários, conferências e atividades culturais e de lazer, com a participação do poder público, instituições religiosas, educacionais e políticas.

Parágrafo Único - O Município de Ponte Serrada deverá promover o engajamento de escolas, creches, Conselho Tutelar, Igrejas, sociedade e órgãos que realizarão palestras e discussões envolvendo diferentes assuntos relacionados a família, independente de sua formação, como base para a educação e formação pessoal, visando melhorar a concepção e desenvolvimento do ser humano a partir do meio familiar e sua importância na sociedade.

Art. 4º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA 2.291/2016

LEI Nº 2.291/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL MEDIANTE TERMO DE CESSÃO DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a realizar a concessão, mediante Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, sem ônus, com EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT - CORREIOS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Romeu José Vieira nº 90, Nossa Senhora do Rosário, Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88110-902, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.028.316/0028-23, Inscrição Estadual nº 250.254.700, do seguinte bem imóvel: UMA SALA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SITO A RUA FREI CAETANO, Nº 468, CENTRO, NESTA CIDADE DE PONTE SERRADA.

Art. 2º A cessão disposta nesta presente Lei autoriza o direito de utilização do referido imóvel para atividades desenvolvidas pelos Correios.

Art. 3º Fica a cargo dos Correios a necessidade de realização de



melhorias para viabilizar a infraestrutura física do imóvel.

Art. 4º A conservação e manutenção do Imóvel, despesas de energia elétrica, água, entre outras, serão suportadas pelos Correios.

Art. 5º As demais despesas e critérios das partes, serão regulamentados no termo de cessão de uso de bem imóvel, a ser firmado entre o Poder Executivo Municipal e os Correios.

Art. 6º O prazo de vigência da cessão de uso do bem imóvel será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse das partes, mediante termo aditivo.

Art. 7º Findo o prazo da cessão, o imóvel retornará ao Município, com todas as edificações e benfeitorias nele realizadas, sendo estas incorporadas ao Patrimônio do Município, não gerando qualquer direito indenizatório aos Correios.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

#### TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC E A ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito entre as partes, de um lado o MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº , com sede na , Nº , neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. , inscrito no CPF – Cadastro de Pessoas Físicas sob o Nº , residente e domiciliado em Ponte Serrada, doravante aqui denominado de CEDENTE, e de outro lado a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com sede e domicílio na Cidade de , neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF – Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº , doravante aqui denominada CESSIONÁRIA, celebram o presente instrumento, autorizado pela Lei Municipal Nº 0.000, de 00 de xxx de 2013 e sujeito a Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições que as partes aceitam, ratificam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo tem por objeto ceder, pelo CEDENTE, de forma gratuita, um imóvel XXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA: O Imóvel objeto do presente Termo destina-se, única e exclusivamente, à instalação e funcionamento de uma Agência de Correios, da ECT, no Município de Ponte Serrada-SC.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CESSIONÁRIA administrará, usará e fruirá o bem ora transferido, como seu fosse, e obriga-se a dispor das instalações prediais dadas em Cessão de Uso para a sua exclusiva destinação, sendo vedada a cessão ou transferência a terceiros, seja a que título for, de quaisquer direitos e obrigações decorrentes deste Termo, salvo situação diferente com o prévio consentimento da CEDENTE e por escrito.

CLÁUSULA QUARTA: A CESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela instalação predial na forma do disposto no Artigo 582 do Código Civil Brasileiro, fazendo, sob a sua exclusiva responsabilidade e sem ônus para a CEDENTE, todas as obras de conservação e reparos necessárias, a fim de que ao término da vigência deste Termo, as instalações prediais sejam restituídas à CEDENTE nas mesmas condições em que foram recebidas pela CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA: Os melhoramentos e/ou benfeitorias úteis que, porventura, vierem a ser realizados não serão indenizados em nenhuma hipótese, mesmo em caso de retomada do objetivo deste Termo, podendo, todavia, serem retirados pela CESSIONÁRIA, desde que isso não afete a integridade física do prédio e das instalações.

CLÁUSULA SEXTA: A CESSIONÁRIA obriga-se a se responsabilizar, ou a responder perante terceiros, pelos danos ou prejuízos que porventura causar, em razão do uso das instalações prediais deste Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA: O prazo deste Termo é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA OITAVA: O não cumprimento pela CESSIONÁRIA de quaisquer de suas obrigações definidas no presente Termo resultará na sua rescisão de pleno direito, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, perdendo ela, automaticamente, o direito de reter o uso ou a posse do imóvel o qual deverá ser, então, devolvido a CEDENTE.

CLÁUSULA NONA: Se a CEDENTE rescindir o presente Termo antes do seu término, fica obrigada a ceder à CESSIONÁRIA, outro imóvel de proporcional dimensão, pelo prazo restante do presente instrumento, bem como arcar com o ônus de todas as despesas com mudança e benfeitorias que se façam necessárias no novo imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os casos omissos e excepcionais, não previstos neste Termo, deverão ser submetidos, com brevidade e por escrito, à apreciação das partes e serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e demais normas regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA: As partes elegem como competente o Foro da Justiça Federal, Subseção de Concórdia, Seção Judiciária de Santa Catarina, para dirimir quaisquer controvérsias, ações ou processos judiciais decorrentes deste instrumento.

E, assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, firmam o presente Termo, assinado pelas partes, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Ponte Serrada/SC, 14 de Dezembro de 2016.

Prefeito Municipal Diretor Regional – ECT – DR/RS  
CEDENTE CESSIONÁRIA

#### LEI ORDINÁRIA 2.292/2016

LEI Nº 2.292/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DO OUTUBRO ROSA" NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Ponte Serrada-SC, o Dia Municipal do Outubro Rosa, a ser comemorado, anualmente, no primeiro domingo do mês de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei.

### LEI ORDINÁRIA 2.293/2016

LEI Nº 2.293/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, O MÊS "NOVEMBRO AZUL" DEDICADO ÀS AÇÕES EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Ponte Serrada/SC, o mês "Novembro Azul", dedicado à realização de ações educativas, diagnósticas e preventivas ao câncer de próstata.

Art. 2º O Poder Executivo deverá desenvolver atividades educativas permanentes nos moldes do Programa de Saúde Integral da Mulher, conforme abaixo:

I – Disponibilizar panfletos, folders e outros materiais informativos;

II - Divulgação na mídia, falada, escrita e televisiva;

III - Disponibilizar consultas com especialistas em Urologia;

IV – Disponibilizar exames laboratoriais para diagnóstico;

V- Disponibilizar exames de imagem para diagnóstico;

VI – Disponibilizar profissionais para o tratamento da doença.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas quando necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### LEI ORDINÁRIA 2.294/2016

LEI Nº 2.294/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA O PROGRAMA "AGOSTO DOURADO".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ponte Serrada o Programa "Agosto Dourado", a ser comemorada anualmente.

Art. 2º O Programa "Agosto Dourado" terá o objetivo de sensibilizar a todos sobre a importância do Aleitamento Materno, mediante a organização e participação voluntária de profissionais da saúde e população interessada, incentivando-se a instalação de iluminação cor dourada na parte externa dos prédios públicos, dentre outros de relevante importância e grande fluxo de pessoas, bem como a utilização do laço dourado como símbolo da campanha.

Art. 3º O Programa instituído na presente Lei passará a fazer parte do calendário de eventos do Município de Ponte Serrada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### LEI ORDINÁRIA 2.295/2016

LEI Nº 2.295/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA O PROGRAMA DEZEMBRO VERMELHO.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ponte Serrada o Programa "Dezembro Vermelho" e o dia 1º de dezembro como o dia da luta contra a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Art. 2º Serão realizadas, anualmente, no mês de dezembro, ações educativas e preventivas referentes a esta doença.

Art. 3º O Programa instituído na presente Lei passará a fazer parte do calendário de eventos do Município de Ponte Serrada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### LEI ORDINÁRIA 2.296/2016

LEI Nº 2.296/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2017, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

II – a estrutura e organização do orçamento;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – das metas fiscais;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos anexos desta Lei.

## CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;  
II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;  
III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;  
IV – Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;  
VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;  
VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;  
VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;  
IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;  
X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);  
III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forme descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de

bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – Os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, Habitação e Cultura para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 31 de dezembro de 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2015.

Art. 10 – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 – Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2017, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da

despesa.

Art.15 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 – A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2017 e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 – O Orçamento para o exercício de 2017 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.



Art. 21 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50,I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 – Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2017 a preços correntes.

Art. 29 – O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2017 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30 – Durante a execução orçamentária de 2017 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta Lei.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei poderão, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 35 – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 – O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V – Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 46 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei.

## LEI ORDINÁRIA 2.297/2016

LEI Nº 2.297/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2017 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 25.227.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil reais); fixada a despesa em R\$ 20.602.800,00 (vinte milhões, seiscentos e dois mil e oitocentos reais); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.585.000,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.039.200,00 (um milhão, trinta e nove mil e duzentos reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                           |     |               |
|---------------------------|-----|---------------|
| RECEITAS CORRENTES        | R\$ | 25.227.000,00 |
| Receita Tributária        | R\$ | 2.013.154,00  |
| Receita de Contribuições  | R\$ | 390.000,00    |
| Receita Patrimonial       | R\$ | 41.600,00     |
| Receita Agropecuária      | R\$ | 70.000,00     |
| Receita de Serviços       | R\$ | 64.000,00     |
| Transferências Correntes  | R\$ | 22.249.300,00 |
| Outras Receitas Correntes | R\$ | 398.946,00    |

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

|   |     |               |
|---|-----|---------------|
| CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL                       | R\$ | 20.602.800,00 |
| Gabinete do Prefeito                              | R\$ | 523.000,00    |
| Secretaria da Administração e Fazenda             | R\$ | 1.727.000,00  |
| Secretaria de Transportes, Obras e Serviços       | R\$ | 3.279.422,50  |
| Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer  | R\$ | 9.549.577,50  |
| Secretaria de Assistência Social                  | R\$ | 1.432.000,00  |
| Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente         | R\$ | 1.101.000,00  |
| Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo | R\$ | 200.000,00    |
| Fundo Municipal de Assistência Social             | R\$ | 308.800,00    |
| Fundo Municipal da Infância e Adolescência        | R\$ | 13.000,00     |
| Fundo da Habitação                                | R\$ | 51.00,00      |
| Fundo da Cultura                                  | R\$ | 27.000,00     |
| Fundo de Desenvolvimento Econômico                | R\$ | 81.000,00     |
| Encargos Gerais                                   | R\$ | 2.310.000,00  |

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 2.273.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e três mil reais); fixa a despesa em R\$ 5.858.000,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 3.585.000,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                          |     |              |
|--------------------------|-----|--------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES    | R\$ | 2.273.000,00 |
| Receita Tributária       | R\$ | 14.000,00    |
| Receita Patrimonial      | R\$ | 8.500,00     |
| Transferências Correntes | R\$ | 2.250.500,00 |

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

|                             |     |              |
|-----------------------------|-----|--------------|
| CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL | R\$ | 5.858.000,00 |
| Fundo Municipal de Saúde    | R\$ | 5.858.000,00 |

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 1.039.200,00 (um milhão, trinta e nove mil e duzentos reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de

Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

|                             |     |              |
|-----------------------------|-----|--------------|
| CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL | R\$ | 1.039.200,00 |
| Câmara de Vereadores        | R\$ | 1.039.200,00 |

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde foi elaborado na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Infância e Adolescência, Habitação e Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O excesso ou provável excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais nos termos do art. 29, I e II da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2017.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2017 poderá ser efetuado o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei.

## LEI ORDINÁRIA 2.298/2016

LEI Nº 2.298/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2016 no valor de até R\$ 652.000,00 (Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
12.361.1201.2.037 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 31900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 28 – R\$ 640.000,00

07.00 – Encargos Gerais do Município  
28.846.2801.2.027 – Pagamento de Inativos e Pensionistas  
Modalidade de Aplicação: 31900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 75 – R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços  
15.451.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana  
Modalidade de Aplicação: 44900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 54 – R\$ 80.000,00  
04.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços  
26.782.1501.2.020 – Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços  
Modalidade de Aplicação: 31900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 55 – R\$ 150.000,00

05.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
20.606.2001.2.021 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação: 31900000  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 63 – R\$ 140.000,00  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 64 – R\$ 170.000,00

06.00 – Secretaria de Assistência Social  
08.244.0801.2.029 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 68 – R\$ 100.000,00

14.00 – Fundo de Desenvolvimento Econômico  
22.661.2201.2.022 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico  
Modalidade de Aplicação: 33900000  
Fonte de Recursos: 01.0000 – 87 – R\$ 12.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## PORTARIA 019/2016

PORTARIA 019/2016, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS E VÍCIOS DE LEGALIDADE NO ATO DE POSSE, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO o requerimento de substituição formulado pelo servidor público Ronivaldo de Oliveira;  
CONSIDERANDO a recomendação encaminhada pela Controladoria Geral do Município através do Ofício n. 032/2016-CGM com o intuito de confirmar ou não a existência de acumulação indevida de cargo, emprego, função ou provento pela servidora pública Sra. Daiana Rossi, bem como verificar se houve vício de legalidade na posse da servidora para o cargo de Enfermeira no Município de Ponte Serrada;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as condutas acima descritas pela servidora Sra. DAIANA ROSSI, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo será composta pelos servidores: MARISTELA GIOMBELLI, que a presidirá, MARILENE SAMPAIO VOSS e EDUARDO VENTURINI DUTRA, respectivamente secretária e membro, todos servidores efetivos do Município de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo 5º. - Comunique-se ao Setor de Recursos Humanos.

Artigo 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 16 de dezembro de 2016.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.058/2016

DECRETO Nº 1.058, de 16 de dezembro de 2016.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ANGELA MARIA MARCELO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Projetos Educacionais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 1.059/2016

DECRETO Nº 1.059, de 16 de dezembro de 2016.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ANTONIO IRANY DE PAULA, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Radiologia, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 1.060/2016

DECRETO Nº 1.060, de 16 de dezembro de 2016.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Institucionais da Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 1.061/2016

DECRETO Nº 1.061, de 16 de dezembro de 2016.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo

64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA BIANCA REGINA JERONIMO LUSTOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Informações, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.062/2016**

DECRETO Nº 1.062, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA CAMILA SCHMIDT GODOI, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Imprensa, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.063/2016**

DECRETO Nº 1.063, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA CARLOS RODRIGUES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Cultural, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.064/2016**

DECRETO Nº 1.064, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA CÉLIO FERREIRA DE MORAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Funilaria e Pintura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.065/2016**

DECRETO Nº 1.065, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA CLEDINEY NEPOUNUCENO, do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.066/2016**

DECRETO Nº 1.066, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA FERNANDO ANTONIO KURTEN JUNG, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.067/2016**

DECRETO Nº 1.067, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA GILBERTO ANTONIO SOMENSI DE MORAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Esportivo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.068/2016**

DECRETO Nº 1.068, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA INGRID FERNANDA TOMAL, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Contábil da Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.069/2016**

DECRETO Nº 1.069, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA IVO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.070/2016**

DECRETO Nº 1.070, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JORGE MARINO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Britagem, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.071/2016**

DECRETO Nº 1.071, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JOSÉ CARLOS GONÇALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.072/2016**

DECRETO Nº 1.072, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JOSÉ VALMOR ALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.073/2016**

DECRETO Nº 1.073, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JOSIANE DA SILVA CRUZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Sociais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.074/2016**

DECRETO Nº 1.074, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JULIANA HOCHSTEIN POSENATTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.075/2016**

DECRETO Nº 1.075, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JÚLIO ILSOMAR CHAICOWSKI, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Meio Ambiente e Florestas, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.076/2016**

DECRETO Nº 1.076, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.077/2016**

DECRETO Nº 1.077, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA LUIZ ANTONIO WOLF, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.078/2016**

DECRETO Nº 1.078, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA MARCELLI WALQUIRIA NERIS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico da Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**DECRETO Nº 1.079/2016**

DECRETO Nº 1.079, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA MARIA EDUARDA BACHMANN, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Pedagógico da Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.080/2016**

DECRETO Nº 1.080, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA NILSON CARLOS SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Manutenção de Logradouros Municipais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.081/2016**

DECRETO Nº 1.081, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA RAFAEL FAVARETTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Fiscalização, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.082/2016**

DECRETO Nº 1.082, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ROBERTO BONFLEUR, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.083/2016**

DECRETO Nº 1.083, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA SAULO VALENTIN GLAZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Manutenção do Pátio de Obras, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.084/2016**

DECRETO Nº 1.084, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA SEBASTIÃO DANIEL, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Obras do Interior, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 1.085/2016**

DECRETO Nº 1.085, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA TIAGO FERREIRA MORAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Mecânica e Manutenção Pesada, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.086/2016**

DECRETO Nº 1.086, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA VEREDIANE SANDER, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.087/2016**

DECRETO Nº 1.087, de 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ALCÉMIR TEIXEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Controle de Frotas, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**DECRETO Nº 1.088/2016**

DECRETO Nº 1.088, de 16 de dezembro de 2016.

Altera o Art. 4º do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelos Decretos nºs 277, de 27 de agosto de 2013 e 812, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 4º do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 277, de 27 de agosto de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Será cobrado dos usuários das áreas incluídas no Programa de Estacionamento Rotativo, a partir do dia 19 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) por cartão unitário equivalente a 30 (trinta) minutos; R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por cartão unitário equivalente a 01 (uma) hora e R\$ 2,80 (dois reais oitenta centavos) por cartão unitário equivalente a 02 (duas) horas.”

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 277, de 27 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 812, de 30 de novembro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 038/2016 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 038/2016 - FAS

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 063/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda - ME.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

O valor mensal para hospedagem e suporte técnico passa a ser de R\$ 1.411,00 (um mil quatrocentos e onze reais).

**CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Concede-se o reajuste financeiro de 7,13% (sete vírgula treze por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 17/12/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 282/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 282/2016

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 280/2016.

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por mais 90 (noventa) dias o aludido contrato superior, a contar de 31/12/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 036/2016**

PORTARIA Nº 036, de 15 de dezembro de 2016.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão Especial encarregada de apurar o inadimplemento contratual por parte do Senhor SEBASTIÃO JUNIOR BORGES MOTTA – CPF nº 057.761.009-09, em descumprimento do Item 8, do Edital nº 002/2016 de Leilão Extrajudicial e Notificação – Modalidade Simultâneo (Online e Presencial) – alterado (Registro nº 16.053), e aplicar eventuais sanções cabíveis, com fundamento no Item 12, do mesmo Edital de Leilão e na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, a empresa acima citada, através de seu representante legal para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar como membros da Comissão:

I- Afonso Wasmann Neto – Presidente;

II- Tatiane Thonia da Luz – Secretária;

III- Andriéli Marina Giacomini – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PROCESSO SELETIVO 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 01, de 18 de dezembro de 1991 e suas alterações, Lei Complementar nº 063, de 16 de dezembro de 2009 e suas alterações e a Lei Municipal nº 1.270, de 07 de abril de 2005 e suas alterações, além das demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos para formação de cadastro de reserva para provimento de vagas em caráter temporário do quadro de cargos públicos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Presidente Castello Branco/SC, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente. O presente certame se destina à formação de cadastro de reserva para vagas temporárias dos cargos de Professor Anos Iniciais, Professor de Educação Física e Professor de Educação Infantil constantes do Anexo I do Edital. As inscrições serão realizadas, exclusivamente pela internet, a partir das 12h do dia 16 de dezembro de 2016 até às 12h do dia 14 de janeiro de 2017, com base no horário oficial de Brasília/DF, mediante o preenchimento do formulário eletrônico disponível no portal [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br), na aba relativa ao Município de Presidente Castello Branco/SC e o cumprimento dos procedimentos constantes nesse Capítulo do Edital. O candidato que não tiver acesso à rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao "Centro de Apoio ao Candidato" disponível no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Alberto Ernesto Lang, 29 - centro, no Município de Presidente Castello Branco/SC. O edital completo contendo todas as instruções está disponível no Mural de Publicações Oficiais do Município de Presidente Castello Branco e nos endereços eletrônicos [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br) e [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br).

Presidente Castello Branco/SC, em 15 de dezembro de 2016.

CLÁUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 132/2016

DECRETO Nº 132 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE RECESSO NO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECÍFICA:

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

#### DECRETO

Art. 1º. – Fica decretado recesso no serviço público do Município de Presidente Nereu, no período de 16/12/2016 a 01/01/2017, exceto para as Secretarias de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Saúde, que iniciarão o recesso a partir do dia 22/12/2016.

Parágrafo Único: Fica determinado que os Funcionários poderão ser convocados para o desempenho de serviços necessários, em horários a serem estabelecidos pelas respectivas chefias, configurando jornada extraordinária de trabalho.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 16 de dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 411/2016

PORTARIA Nº. 411 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a EDINEIA CATTIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 21 de Novembro de 2016 a 05 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 412/2016

PORTARIA Nº. 412 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ELMAR JOSÉ MAURO RECH,

Motorista, pelo período de 21 de Novembro de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 15/07/2015 à 14/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 413/2016

PORTARIA Nº. 413 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOSÉ ALTAIR KRAUS, Motorista, pelo período de 21 de Novembro de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 414/2016

PORTARIA Nº. 414 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA, Motorista, pelo período de 21 de Novembro de 2016 a 05 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 18/06/2015 à 17/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de Novembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 415/2016**

PORTARIA Nº. 415 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a EDIVAN KNISS, Motorista, pelo período de 21 de Novembro de 2016 a 05 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 18/08/2015 à 17/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 416/2016**

PORTARIA Nº. 416 de 15 de Novembro de 2016.  
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Fica concedido ao servidor LUIZ VITORINO, Operário Braçal, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 15 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 417/2016**

PORTARIA Nº. 417 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a VALDECI ROCHA, Guarda do Patrimônio Público, pelo período de 28 de Novembro de 2016 a 27 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 10/08/2015 à 19/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 28 de Novembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 418/2016**

PORTARIA Nº. 418 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ROSELES INACIO, contratada em caráter temporário, em conformidade com o inciso VIII, Art. 2º, da Lei Complementar nº 1284/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 29 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 419/2016**

PORTARIA N.º 419, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. – Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) SIMONE EIFLER BURG, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 29 de Novembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 420/2016**

PORTARIA N.º 420 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) DINEIDE MEYER COMANDOLI, Administrador Escolar, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 29 de Novembro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 421/2016**

PORTARIA Nº. 421 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUCINEIA DA SILVA SCHWARTZ, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 01 de Dezembro de 2016 a 30 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 14/05/2015 à 13/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Dezembro de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 422/2016**

PORTARIA Nº. 422 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) LUZIA ZEITZ, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Dezembro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 423/2016**

PORTARIA N.º 423 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) ELIZETE GILI, Auxiliar de Enfermagem, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 28/11/2016.

Presidente Nereu, 01 de Dezembro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 424/2016**

PORTARIA Nº. 424 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a AURINO MAINCHAIN, Inseminador, pelo período de 05 de Dezembro de 2016 a 19 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2015 à 31/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 05 de Dezembro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 425/2016**

PORTARIA N.º 425 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o Art. 137, § 3º da Lei Complementar Nº. 001/2002 baixa a seguinte:  
PORTARIA

Art. 1º - Fica interrompida a partir desta data, a Licença para Tratar de Assuntos Particulares concedidos a servidora IRMA VANDERLINDE, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogando-se a Portaria Nº. 151 de 10/02/2016.

Presidente Nereu, 05 de Dezembro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 426/2016**

PORTARIA Nº. 426 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº. 001/2002, Capítulo V, Subseção IV, Art. 130, e suas alterações

de acordo com a Lei Complementar Nº.18/2012 baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1.º- Fica concedido Licença para Repouso à Gestante servidora ELIANE SCHAUFELBERGER, Atende de Consultório, pelo período de 180 (Cento e Oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01/12/2016.

Presidente Nereu, 05 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 427/2016

PORTARIA N.º 427, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) ERONELDE SCHMITZ DE SOUZA, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 05 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

#### PORTARIA 428/2016

PORTARIA Nº. 428 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

#### PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais a JAIMIR MANNRICH, Operador de Equipamentos, pelo período de 16 de Novembro de 2016 a 05 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2015 à 14/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando a Portaria nº408/2016.

Presidente Nereu, 06 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 429/2016

PORTARIA Nº. 429 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

#### PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais a ALVERINHO WOLF, Secretário de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 08 de Dezembro de 2016 a 27 de Dezembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2015 à 31/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA 430/2016

PORTARIA Nº. 430 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DESIGNA SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

#### PORTARIA

Art. 1º - Fica designado o servidor VALDEMAR PETRI, para o cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, respondendo cumulativamente com as atribuições do cargo de Secretário Municipal de Educação, pelo período de 15 dias a contar da data de 08 de Dezembro de 2016 em decorrência de Férias concedidas ao servidor Alverinho Wolf, Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 08 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

#### DECRETO 133/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 133, de 16 de dezembro de 2016  
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 3.584,00 ( tres mil e quinhentos e oitenta e quatro reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor  
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2018.3390000000  
0000.01360000 3.584,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$3.584,00 ( tres mil e quinhentos e oitenta e quatro reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor  
DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2018.4490000000  
0000.01360000 3.584,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2016  
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN  
Prefeito Municipal Contadora

-----

# Princesa

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 231, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 231, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 Manutenção do Dpto de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

|  |                                |                    |     |           |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-----------|
| MODALIDADE:                                      | (232) 3.3.90.00.0.3.0000.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 13.000,00 |
| FONTE DE RECURSO: 03.0000.0000 – Recurso Próprio |                                |                    |     |           |
| TOTAL  |                                |                    | R\$ | 13.000,00 |
| TOTAL GERAL                                      |                                |                    | R\$ | 13.000,00 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 16 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 169, DE 16.12.2016**

PORTARIA Nº. 169, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE MANDATO, a servidora abaixo relacionada, a partir de 31.12.2016.

| Funcionários             | Cargo   | Data rescisão |
|--------------------------|---|---------------|
| SIMONI ÔCHOA DE OLIVEIRA | SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | 31.12.2016    |

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31.12.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 16 de Dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA REUNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS IMÓVEIS

#### ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2016, às 08:00 horas, reuniram-se no Auditório Renato Cardoso, localizado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, sob a coordenação do Sr. Valmir Rubleski, presidente da comissão, sendo que compareceram os seguintes membros neste dia: Amauri de Sousa Freitas Junior, Diego da Silva Ossemer, Ramiro de Liz e Souza, Pedro Ernesto Rodrigues, Patricia Claudino dos Santos, Patricia Nicolladelli Gili, Rúbia Cristina Mohr, Jailson Roberto de Oliveira e Bruno da Silva Ossemer. O presidente iniciou a reunião dando bom dia a todos e passou aos presentes um questionamento feito por Bruno da Silva Ossemer servidor do departamento de patrimônio, sobre a aquisição de móveis planejados pelo Corpo de Bombeiros de Rio do Sul e a forma de como incorporar o bem ao patrimônio, pois o mesmo está descrito como um bem único, com apenas uma nota fiscal. O presidente pergunta ao membro Jailson, pois o mesmo ficou de fazer um questionamento a seu professor que possui experiência na área de patrimônio, realizando palestras e consultorias nessa área, e o mesmo sugeriu registrar o bem com apenas um número de patrimônio, registrar fotograficamente o bem e anexar no sistema o memorial descritivo do bem, mas não sabemos se o sistema possui a ferramenta para adicionar anexos, e também para que seja feito o termo de doação deste bem, Jailson informou que seu professor está analisando, pois precisa estudar o caso com calma, e disse que geralmente o professor responde aos questionamentos. Rúbia se pronunciou a favor do procedimento, Jailson explica que hoje não se pode simplesmente lançar o bem de qualquer forma no sistema, em virtude de termos vários órgãos de fiscalização como o Ministério Público e o Observatório Social. E que em relação aos bens adquiridos pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros deve-se fazer o termo de doação, informa ainda que hoje o sistema está atrelado a ordem de compra e a numeração do bem também que anteriormente era possível vários números de patrimônio relacionados a uma única nota fiscal. Rúbia diz que entrou em contato com a empresa IPM sistemas, e a empresa afirma que é somente uma questão de parametrização do sistema, Rúbia sugere uma capacitação aos usuários do sistema. Ramiro questionou como funciona o registro de longarinas, pois o mesmo é adquirido como um conjunto formado com várias cadeiras, e informou que em uma visita a outro órgão público, percebeu que todas as cadeiras da longarina estavam etiquetadas, e faz um questionamento se caso estragar apenas uma cadeira daquele conjunto, qual o procedimento a ser tomado em relação ao patrimônio, e Jailson afirma que deve acontecer uma mudança de cultura da rotina do registro de bens patrimoniais e que a maior dificuldade para registrar o patrimônio são nas prefeituras. Bruno levanta uma dúvida sobre o mobiliário antigo do Corpo de Bombeiros que irá retornar para a prefeitura, sobre o que fazer para remanejar o mobiliário, Jailson e Rúbia informam que o Corpo de Bombeiros é um órgão estadual e que os bens adquiridos são com recursos específicos deles. Valmir dá a sugestão de normatizar e que a regra serve para o Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar. Diego levanta a dúvida sobre o valor da nota fiscal dos móveis do Corpo de Bombeiros, em gerar apenas uma nota para um item devido ao valor, Rúbia apresenta o exemplo de um carro que é composto de várias peças mas a nota fiscal é emitida como um bem único. Jailson sugere anexar o descritivo do fabricante a nota fiscal. Valmir sugere confeccionar uma carta circular, para que quando o bem possuir mais de um item que os mesmos sejam discriminados na nota fiscal. Jailson afirma que esse caso é uma prerrogativa da comissão. Diego sugere em alterar o processo na ordem de compra. Rúbia sugere que seja encaminhado um anexo a nota fiscal quando o total de itens não couber na nota fiscal. Rúbia acredita que muitas ferramentas do sistema não funciona, pois os usuários não sabem utilizar ou não possuem privilégios do sistema. Rúbia lembrou que na reunião passada ficou acordado que seria encaminhado um documento para a empresa IPM sistemas, sobre os problemas a solucionar para a comissão se resguarda, e questiona se foi feito e encaminhado, pois a comissão não possui nenhum documento da comissão registrando o problema. Patricia Claudino sugere para acrescentar no documento que será enviado a IPM sistemas, um pedido de treinamento para os usuários do sistema de patrimônio e compras. Bruno solicita uma padronização para a entrega das notas fiscais dos bens permanentes ao departamento de patrimônio, Jailson informa que existe um Decreto do ano de 2008, onde regulariza o procedimento da entrega das notas fiscais ao departamento de patrimônio. Valmir pede sugestões a comissão. Jailson salienta que deveria ter um depósito centralizado que seria responsável pelo recebimento e distribuição de todas as compras. Ficou acordado pela comissão que o departamento de patrimônio irá descrever os problemas relacionados ao sistema para confeccionar o ofício para a empresa Pública Assessoria em Contabilidade e Gestão Eirele Me e para a empresa IPM sistemas Ltda. Diego sugere marcar outra reunião após a resposta da empresa IPM, para a comissão decidir se altera a rotina do sistema de compras. A comissão ressalta a necessidade de determinar um prazo para a resposta dos questionamentos. Rúbia solicita que o Departamento de Patrimônio, levante os problemas para a confecção dos ofícios o mais breve possível. Bruno acha que o relacionamento está com a ordem de compra. Rúbia sugere que o patrimônio poderia orientar as pontas de como proceder com a aquisição de bens permanentes. Bruno explica aos demais membros da comissão o problema que está acontecendo. Rúbia explica que já sabíamos que esse problema iria acontecer, e que não tem como resolver e que a única solução é baixar os bens e cadastrar todos novamente. Valmir informa que o problema está no Fundo Municipal de Assistência Social. Patricia Claudino, pedi se em algum momento a empresa responsável pelo levantamento dos bens foi notificada. Jailson informa que em casos futuros será consultado o código e não a plaqueta anterior, e pergunta se o controle interno está ciente do assunto, e Bruno relata que só verbalmente e não oficialmente e sugere para encaminhar cópia dos ofícios para o controle interno para conhecimento. Valmir, solicita que a comissão eleja um novo presidente e a comissão decide deixar para a próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar e a registrar, dar-se-á por encerrada a presente reunião. Para que surta os devidos fins e efeitos legais, foi lavrado o presente termo que vai ser assinado pelos presentes.

Amauri de Sousa Freitas Junior, Diego da Silva Ossemer, Ramiro de Liz e Souza, Pedro Ernesto Rodrigues, Patricia Claudino dos Santos, Patricia Nicolladelli Gili, Rúbia Cristina Mohr, Jailson Roberto de Oliveira e Bruno da Silva Ossemer.

**DECRETO Nº 5712, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5712, de 15 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 093/2016 de 09.11.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Tomada de Preços nº 093/2016, de 09.11.16 cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CERVALE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

15 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**JEAN DOUGLAS SENEM**

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 5712/2016

Tomada de Preço nº 093/2016 de 2016, DE 09.11.16

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

**Participantes:**

SERRANA ENGENHARIA LTDA;  
CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

CERVALE SERVIÇOS ELETRICOS LTDA

**DECRETO Nº 5714, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5714, de 15 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2016, de 25.11.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 094/2016 de 25.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

15 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul



**ANEXO AO DECRETO Nº 5714/2016**

Pregão Presencial nº 094/2016 de 25.11.2016.

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS P-45 PARA AS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participantes:

FRONZA COMERCIO DE GÁS LTDA EPP;  
DOLSAN COMERCIO E TRANSPORTE DE GÁS LIQUEFEITO LTDA;  
TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.

**DECRETO Nº 5715, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5715, de 15 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2016, de 25.11.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 088/2016 de 25.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**ANEXO AO DECRETO Nº 5715/2016**

Pregão Presencial nº 088/2016 de 25.11.2016.

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA O PRÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL – FUNREBOM.

Participantes:

- FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME;

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME.

**DECRETO Nº 5716, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5716, de 15 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2016, de 25.11.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o

resultado do Pregão Presencial nº 089/2016 de 25.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
15 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 5716/2016

Pregão Presencial nº 089/2016 de 25.11.2016.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE (01) VEICULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP PARA CORPO DE BOMBEIRO DE RIO DO SUL - FUNRE-BOM.

Participantes:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

### **DECRETO Nº 5717, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5717, de 16 de dezembro de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016 FMS, de 02.12.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 038/2016 de 02.12.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMÉCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CRISTALIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- INFINITY MEDICAMENTOS EIRELLI EPP;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;
- CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA;
- LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP;
- AGLON COM. REPR. LTDA;
- DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICA LTDA;
- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS;
- DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- IVOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5717/2016

Pregão Presencial nº 038/2016 de 02.12.2016.

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE REDE BÁSICA, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO E PSICOTRÓPICOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E ATENÇÃO BÁSICA.

Participantes:

- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMÉCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CRISTALIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- INFINITY MEDICAMENTOS EIRELLI EPP;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;
- CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA;
- LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP;
- AGLON COM. REPR. LTDA;
- DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICA LTDA;
- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS;
- DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- IVOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.;
- A G KIENEN & CIA LTDA;
- AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMÉCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CRISTALIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
- PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA;
- INFINITY MEDICAMENTOS EIRELLI EPP;
- EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP;
- CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA;
- LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA;
- MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP;
- AGLON COM. REPR. LTDA;
- DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICA LTDA;
- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS;
- DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- IVOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

**DECRETO Nº 5718, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5718, de 16 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016 FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 040/2016 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5718/2016

Pregão Presencial nº 040/2016 FMS

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA DOSAGEM DE GLICEMIA, COM FORNECIMENTO DE 500 APARELHOS COMPATÍVEIS COM A TIRA COTADA, EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE DESTA SECRETARIA.

**Participantes:**

- DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- FUFA – SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA;
- ESPECIALISTA PROD. PARA LABORATÓRIO LTDA;
- METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- VITAL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

**DECRETO Nº 5719, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5719, de 16 de dezembro de 2016.

"HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 110/2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

|          |   |
|----------|---|
| Art. 1º- | Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 110/2016 de 16.12.2016.  |
|          | Parágrafo Único – Aquisição de vale transporte escolar para alunos da rede estadual de ensino. Secretaria Municipal de Educação.<br>Contratada: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA. |
| Art. 2º- | Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  |
| Art. 3º- | Revogam-se as disposições em contrário.   |

GABINETE DO PREFEITO.

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5720, 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5720, de 16 de dezembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de novembro de 2015 e Lei nº 5.790, de 16 de dezembro de 2016;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 732.858,54 (setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 06.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO   |     |            |
| 06.01     | GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO |     |            |
| 2.145     | Pessoal e Encargos – Administração      |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                      |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais              |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                      |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                     | R\$ | 732.858,54 |
|           | TOTAL                                   | R\$ | 732.858,54 |

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 732.858,54 (setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 05.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMB. |     |            |
| 05.03     | DEPARTAMENTO DE URBANISMO                           |     |            |
| 1.079     | Contrapartida de Convênios                          |     |            |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital                                 |     |            |
| 4.4.00.00 | Investimentos                                       |     |            |
| 4.4.90.00 | Aplicações Diretas                                  |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                                 | R\$ | 732.858,54 |
|           | TOTAL   | R\$ | 732.858,54 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 5721, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5721, de 16 de dezembro de 2016

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.694, de 15 de novembro de 2015 e Lei nº 5.791, de 16 de dezembro de 2016;

## DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas até o limite de R\$ 576.650,89 (quinhentos e setenta e sei mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 40.00     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                                  |     |            |
| 40.01     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                                  |     |            |
| 2.149     | Pessoal e Encargos Sociais – Saúde                        |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes  |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais                                |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas  |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde  | R\$ | 382.650,89 |
| 40.02     | ATENÇÃO BÁSICA  |     |            |
| 2.135     | Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes  |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais                                |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas  |     |            |

|          |                |     |            |
|----------|----------------|-----|------------|
| 01020000 | Recursos Saúde | R\$ | 194.000,00 |
|          | TOTAL          | R\$ | 576.650,89 |

Art. 2º. Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesa importância de R\$ 576.650,89 (quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

|           |  |     |            |
|-----------|--|-----|------------|
| 40.00     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 40.01     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 2.078     | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                     |     |            |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes              |     |            |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 302.683,93 |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital                    |     |            |
| 4.4.00.00 | Investimentos                          |     |            |
| 4.4.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 109.163,83 |
| 40.05     | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA               |     |            |
| 2.087     | Blfab – Farmácia Básica                |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                     |     |            |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes              |     |            |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 164.803,13 |
|           | TOTAL                                  | R\$ | 576.650,89 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

16 de dezembro de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 42.2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 42/2016

CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO/CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE TRABALHO VOLTADA PARA A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL-SC

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, consoante ao disposto na Lei Municipal nº 5.726 de 11 de Maio de 2016, TORNA PÚBLICO sua intenção de firmar Termo de Colaboração/Contrato de Gestão com Organizações Sociais, nos termos da Lei Municipal nº 5.726/2016 e Decreto Municipal nº 5.302/2016, aberto a todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, e que estejam qualificadas como Organização Social no âmbito deste Município, por intermédio de Decreto qualificador, nos termos da lei Municipal nº 5.726/2016, combinada com a Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 13.019/2014 com redação dada pela Lei Federal nº 13.204/2015, Lei Federal nº 8.142/1990, mais as correspondentes Normas do Sistema Único de Saúde – SUS emanadas do Ministério da Saúde, demais leis atinentes, e condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

### 1. OBJETO

GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, DIRECIONADAS A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA/ATENÇÃO BÁSICA, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO/ CONTRATO DE GESTÃO a ser celebrado a partir da Proposta de Programa de Trabalho selecionada nas condições estabelecidas no presente Edital, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual prazo, que assegure assistência universal e gratuita à população, conforme definido neste Edital e seus Anexos, que são parte integrante e indissociável deste instrumento.

1.1 O Edital poderá ser retirado a partir de 16.12.2016, no Setor de Compras localizada na Policlínica de Referência Regional, sito a Rua Tuiuti, 154, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:00 horas, ou no sítio eletrônico [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)

### 2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. As Organizações Sociais que pretenderem participar do presente processo de Chamamento Público deverão comprovar:

I - sua condição de Organização Social qualificada nos termos da Lei Municipal nº. 5.726 de 11 de maio de 2016, mediante a apresentação do Decreto de Qualificação emitido pelo Município de Rio do Sul-SC;

II – regularidade jurídica;

III - experiência técnica para desempenho da atividade compatível com o objeto Termo de Colaboração/Contrato de Gestão;

IV – apresentar atestado de visita técnica às instalações das unidades, que poderá realizar-se durante todo o período de publicação desta convocação, ou seja, de 02 a 16 de janeiro de 2017, mediante agendamento com o Servidor Jailson – Departamento de Patrimônio da Secretaria de Saúde pelo telefone fone (47) 3531-1400.

#### 2.2 Envelope 1 – Documentação

2.2.1 Comprovação da regularidade jurídico-fiscal da Organização Social, apresentando:

- Ato constitutivo ou estatuto em vigor registrado em cartório, acompanhado da ata de comprovação da eleição de sua atual diretoria;

- Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, pertinente a sua finalidade e compatível com o objeto do Edital de Seleção;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Negativa de Tributos - CNT e Certidão Negativa da Dívida Ativa - CNDA), Estadual e Municipal onde se localiza a sede da Organização Social ou outra equivalente, na forma da Lei, e do Estado e município onde atuará;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, através da Certidão Negativa de Débito – CND ou da Certidão Positiva com Efeito de Negativa - CPEN;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação – CRS;
- Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais através da Certidão conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais - CQTF e quanto à Dívida Ativa da União.
- Certidão negativa de falência e concordata ou recuperação judicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da Organização Social, emitida, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data de realização da Seleção.

1.1.2 Comprovação de experiência técnica de um ano para desempenho da atividade compatível com o objeto do Termo de Colaboração, apresentando:

- Comprovação de no mínimo um ano de experiências anteriores, pertinentes e compatíveis com o objeto do Termo de Colaboração, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

### 1.1.3 ENVELOPE 2 – PROPOSTA TÉCNICA E ECONÔMICA

#### 2.2.3.1 Proposta Técnica impressa, contendo:

- Número do edital de seleção e o objeto do mesmo;
- Apresentação da proposta de gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Município de Rio do Sul-SC para os programas a Estratégia de Saúde da Família/Atenção Básica composta por 16 (dezesseis unidades e 03 (três) extensões.
- Definição de metas operacionais, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos e cronograma de execução.

1.1.4 Proposta Econômica, impressa, da qual constará ainda o detalhamento do valor orçado para implementação da referida Proposta Técnica.

1.1.5 Fica facultada à Comissão Especial de Seleção a verificação da autenticidade dos documentos apresentados, listados nos itens 2.2.1 e 2.2.2, por quaisquer meios disponíveis.

1.1.6 Fica estabelecida a validade da Proposta de Programa de Trabalho, envolvendo a totalidade de seus componentes, por até 90 (noventa) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão Especial de Seleção.

1.1.7 É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) Organização Social na presente seleção.

1.1.8 Para a elaboração das Propostas de Programa de Trabalho, as Organizações Sociais participantes do certame deverão conhecer todos os elementos informativos fornecidos pela CONTRATANTE, além de, a seu critério, se assim entenderem necessário acessarem as fontes adicionais de informação ali mencionadas, tendo em vista o completo conhecimento do objeto, em prol da apresentação de Proposta de Programa de Trabalho adequada aos propósitos do presente processo de seleção.

1.1.9 As Organizações Sociais deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas Propostas de Programa de Trabalho, não cabendo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.

1.1.10 As Organizações Sociais deverão também, para composição do preço ofertado na proposta, levar em consideração todos as despesas para implantação e execução do Programa de Trabalho, neles incluídos os de pessoal, dissídios coletivos, estrutura, e demais custos, conforme descrito no Anexo I deste certame.

### 3. DATA, LOCAL, HORÁRIO DE REALIZAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

2.1 A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Proposta de Programa de Trabalho, Técnico e Econômico, dos interessados ocorrerá em sessão no dia 23/01/2017 às 10:30 hrs, na sala de Licitações perante a Comissão Especial de Seleção, instituída por Portaria do Poder Executivo.

2.2 Nesta sessão se procederá à abertura dos envelopes de número 1 – Documentação. Na eventualidade de desclassificação ou outras circunstâncias que impossibilitem a participação de um ou mais proponentes, em que os mesmos se manifestem desejosos de interpor recurso, as razões e contrarrazões deverão ser feitas na própria sessão, cabendo a Comissão definir data e hora para resposta, assim como a definição da abertura dos envelopes de número 2 – Proposta de Programa de Trabalho será realizada em sessão a ser definida nesta data.

2.3 Na eventualidade da não realização da sessão pública na data e hora estabelecidas, será marcada nova data e hora, utilizando-se dos mesmos procedimentos da divulgação anterior.

2.4 Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para a realização da sessão pública, poderão ser solicitados esclarecimentos por escrito, cabendo à Comissão Especial de Seleção prestar as informações no prazo de até 01 dia útil. Os esclarecimentos poderão ser solicitados via e-mail, para tanto se disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: [sau.secretario@riodosul.sc.gov.br](mailto:sau.secretario@riodosul.sc.gov.br)

### 4. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PROGRAMA DE TRABALHO



3.1 No dia, horário e local indicados no item 3.1 do Edital, em sessão pública, a Comissão Especial de Seleção procederá ao recebimento das credenciais do representante legal da entidade jurídica e de 2 (dois) envelopes separados, fechados, identificados e lacrados, contendo, respectivamente, a Documentação exigida no edital e a Proposta de Programa de Trabalho, nos termos dispostos neste Edital, procedendo em seguida à sua abertura.

3.2 A Organização Social, nas sessões públicas, poderá se fazer representar por dirigente, por procurador ou pessoa devidamente credenciada, através de instrumento público ou particular, escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos do Edital.

3.3 Quando a representação se fizer por intermédio de instrumento particular, esse, obrigatoriamente, terá a firma reconhecida.

3.4 A representação por instrumento público ou por Estatuto, quando apresentados em cópia reprográfica, obrigatoriamente, deverão estar autenticados.

3.5 A credencial será acompanhada de documento de identificação do representante, emitido por Órgão Público.

3.6 Ficará impedido de quaisquer manifestações em referência a fatos relacionados com a presente Seleção, o representante da Organização Social participante, que não apresentar o instrumento de representação, ou cuja documentação não atenda às especificações retro citadas.

3.7 Na abertura do envelope da documentação, esta será analisada e rubricada pelos representantes credenciados das Organizações Sociais participantes e Comissão Especial de Seleção, de acordo com os termos contidos neste descritivo. Será lavrada Ata, que deverá ser assinada por todos os presentes.

3.8 Depois de instaurada a sessão de recebimento e abertura dos envelopes, não será permitida a participação de retardatários.

3.9 A análise pela Comissão Especial de Seleção, dos elementos da Proposta de Programa de Trabalho (envelope 2) será efetuada em reunião após suspensão da sessão, que poderá ser reaberta no mesmo dia ou em dia posterior, considerando o número de Organizações Sociais participantes e a complexidade das propostas.

3.10 Para essa análise a Comissão Especial de Seleção poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico quando achar necessário.

3.11 A desistência somente será cabível até a abertura do envelope de habilitação.

3.12 As Propostas de Programa de Trabalho serão analisadas e pontuadas de acordo com os critérios estabelecidos nas seguintes tabelas:

4.12.1 Critérios de pontuação referentes à consistência e coerência do Projeto.

| COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DO PROJETO |  |        |
|-------------------------------------|--|--------|
| ITEM                                | SUBITEM  | PONTOS |
| Quanto às atividades                | Não são suficientes para atingir os resultados propostos.              | 0      |
|                                     | São parcialmente suficientes para atingir os resultados propostos.     | 10     |
|                                     | São integralmente suficientes para atingir os resultados propostos.    | 20     |
| Quanto às estratégias               | Não são suficientes para viabilizar as atividades propostas.           | 0      |
|                                     | São parcialmente suficientes para viabilizar as atividades propostas.  | 10     |
|                                     | São integralmente suficientes para viabilizar as atividades propostas. | 20     |

4.12.2 Critérios de pontuação à metodologia de implantação e gestão.

| METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO E GESTÃO  |  |        |
|--|--|--------|
| ITEM   | SUBITEM  | PONTOS |
| Estratégia de seleção de profissionais considerando requisitos gerais e atribuições de cada função visando garantir a prestação ao usuário de atendimento personalizado, realizado por profissionais qualificados e com perfil adequado. | Não são suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos           | 0      |
|  | São parcialmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos  | 10     |
|  | São integralmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos | 20     |
| Proposta de melhorias e adequações das Unidades pertinentes ao objeto da gestão, visando o desenvolvimento das ações/atividades propostas.   | Não são suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos           | 0      |
|  | São parcialmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos  | 05     |
|  | São integralmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos | 10     |
| Estratégia utilizada para avaliação de desempenho, visando tanto uma adequada gestão de pessoas quanto um adequado desenvolvimento das atividades.   | Não são suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos           | 0      |
|  | São parcialmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos  | 5      |
|  | São integralmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos | 10     |
| Estratégia utilizada para melhoria contínua dos recursos humanos   | Não são suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos           | 0      |
|  | São parcialmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos  | 5      |
|  | São integralmente suficientes para adequado desenvolvimento dos projetos | 10     |

4.12.3 Critérios de pontuação referentes ao cronograma de execução do Projeto.

| CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO |
|-----------------------------------|
|-----------------------------------|

| ITEM   | PONTOS |
|--|--------|
| Apresenta cronograma incompatível com as atividades propostas.   | 0      |
| Apresenta cronograma compatível com as atividades propostas.   | 5      |
| Apresenta cronograma compatível com as atividades e especificando fases, resultados, produtos e meses. | 10     |

PONTUAÇÃO TOTAL PROPOSTA DE PROGRAMA DE TRABALHO: 100 PONTOS

#### 4.12.4 Avaliação da Proposta Financeira:

| Fator – adequação dos meios sugeridos, seus custos e cronogramas  | Nota Máxima |
|---|-------------|
| I – Menor valor tendo em vista o valor máximo que poderá ser repassado mensalmente pelo Contratante, R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais), para o Programa Estratégia Saúde da Família. | 100         |
| Para proposta com diferença, a cada 1% a mais que a melhor proposta, serão diminuídos da pontuação financeira 2 pontos.   |             |

4.13 A seleção das entidades será baseada nas notas atribuídas às suas Propostas Técnicas e Financeiras, com os seguintes pesos:

Proposta Técnica: 30% e Proposta Financeira: 70%

4.14 A nota da proposta técnica não poderá ser inferior a 70 (setenta) pontos, dos 100 (cem) possíveis, sob pena de eliminação;

4.15 As notas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891-ABNT: Regras de Arredondamento de Numeração Decimal;

4.16 Nota classificatória final dos Participantes será obtida de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e Financeiras, de acordo com a seguinte fórmula:

$NF = 0,7 \times NPF + 0,3 \times NPT$ , onde

NF = Nota Final da Proposta

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPF = Nota da Proposta Financeira.

3.17 Havendo empate, decidir-se-á mediante sorteio.

4.18 Todos os elementos para a elaboração das Propostas de Programa de Trabalho estão contidos nos anexos que fazem parte deste Edital.

4.19 Serão desclassificadas as Propostas de Programa de Trabalho cuja pontuação total seja inferior a 60 (sessenta) pontos, ou que apresentem valor acima do máximo estipulado no item 4.12.4

3.20 As propostas técnicas e econômicas serão classificadas de acordo com a pontuação total obtida na análise realizada conforme o quadro acima.

3.21 O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido pela Comissão Especial de Seleção, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da abertura das Propostas, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

3.22 Das decisões da Comissão Especial de Seleção caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo de 2 (dois) dias, exceção feita ao disposto no item 3.2, contados da data da publicação do resultado do processo de seleção.

3.23 É facultado à Comissão Especial de Seleção, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

3.24 O processo de seleção poderá ser revogado ou anulado, respeitado o contraditório.

3.25 Até a assinatura do Termo de Colaboração/Contrato de Gestão, poderá a Comissão Especial de Seleção desclassificar propostas das Organizações Sociais participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Edital, respeitado o contraditório.

3.26 Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar às Organizações Sociais participantes o prazo de 02 (dois) dias para a apresentação de novas propostas.

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A despesa com a futura contratação correrá à conta das dotações orçamentárias fixadas para o exercício de 2016 e exercícios posteriores, conforme descrito a seguir:

Ação: 2094 Blatb – Ações Saúde da Família

Referência 318

Modalidade de Aplicação 3335000000000000

#### 6. VALOR ANUAL DO CONTRATO DE GESTÃO E DA VIGÊNCIA

5.1 O limite máximo de orçamento previsto referente ao período de 12 meses de vigência é de R\$ 5.832.000,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil reais).

5.2 O valor acima apontado refere-se ao custeio das atividades de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, relacionados ao presente Edital, objeto de Termo de Colaboração/Contrato de Gestão com a Organização Social selecionada.

#### 7. PAGAMENTO

6.1 O repasse mensal de recursos será realizado, segundo Proposta de Programa de Trabalho aprovada, conforme disposto no Termo de Colaboração/Contrato de Gestão a ser firmado.

#### 8. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A participação da Organização Social no processo de seleção implica na aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, que passarão a integrar o Termo de Colaboração/Contrato de Gestão como se transcritos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e execução do Termo de Colaboração/Contrato de Gestão.

7.2 A Organização Social vencedora do processo de seleção assinará o Termo de Colaboração/Contrato de Gestão com a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo estipulado no item 2 deste descritivo.

7.3 A Organização Social vencedora que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração/Contrato de Gestão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar de sua convocação, perderá o direito à contratação em conformidade com a Lei, sem prejuízo das sanções previstas na legislação que rege este processo de seleção. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que apresente motivo justificado e aceite pela Secretaria Municipal da Saúde.

7.4 Na ocorrência do estabelecido no item anterior, poderá a Prefeitura Municipal de Rio do Sul convocar as Organizações Sociais remanescentes, participantes do processo de seleção, na ordem de classificação ou revogar o processo de seleção.

7.5 Quando da homologação do resultado deste Processo Seletivo e início do processo de assinatura do Contrato de Gestão estarão disponíveis para consulta pública, a minuta do Termo de Colaboração/Contrato de Gestão e seus respectivos anexos, na Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

7.6 Integram o presente descritivo, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexos Técnicos:

I – Informações Sobre as Áreas de Atuação referentes ao Objeto deste Edital;

II – Diretrizes para Elaboração da Proposta de Programa de Trabalho;

III – Minuta do Termo de Colaboração/Contrato de Gestão.

IV – Metas e Indicadores

V – Plano Municipal de Saúde 2016.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### EDITAL DE RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

#### EDITAL DE RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, mediante contrato celebrado com a empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda., TORNA PÚBLICA o resultado da homologação oficial das inscrições e comunica o que segue:

#### 1. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO OFICIAL DAS INSCRIÇÕES

A relação oficial de candidatos encontra-se no anexo único do presente edital.

#### 2. VAGAS DESTINADAS ÀS COTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1. Deferem-se as seguintes inscrições, na condição de pessoa com deficiência: 495630, 495631 e 498158, haja vista que foram atendidos todos os requisitos do Edital de Abertura e Inscrições.

2.2. Indeferem-se as seguintes inscrições, na condição de pessoa com deficiência: 500237 (fora do prazo), 504836 (fora do prazo) e 505724 (fora do prazo), haja vista que não foram atendidos todos os requisitos do Edital de Abertura e Inscrições.

#### 3. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O DIA DA PROVA

3.1. Deferem-se as seguintes inscrições, na condição especial para o dia da prova: 495630 (uso de aparelho auditivo) e 495631 (uso de aparelho auditivo), haja vista que foram atendidos todos os requisitos do Edital de Abertura e Inscrições.

3.2. Indeferem-se as seguintes inscrições, na condição especial para o dia da prova: 504836 (fora do prazo), haja vista que não foram atendidos todos os requisitos do Edital de Abertura e Inscrições.

#### 4. JULGAMENTO DOS RECURSOS DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O julgamento dos recursos está público, via Área do Candidato, a partir desta.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2016.

|                                  |                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| ELENIR HOLLER                    | GIVANILDO SILVA                       |
| Secretária Municipal de Educação | Secretário Municipal de Administração |
| GARIBALDI ANTONIO AYROSO         |                                       |

Prefeito Municipal

Anexo – Lista Definitiva de Inscritos.  
Pedagogo

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                            | RG         |
|---------|------------|--------------------------------------|------------|
| 505434  | 29/04/1984 | Adelaine Soares Da Rosa              | 4475127    |
| 497993  | 07/03/1960 | Alciris De Oliveira Zabel            | 12224219   |
| 500088  | 01/03/1967 | Almeri Morsoletto                    | 101339938  |
| 500978  | 10/11/1994 | Bruna Carolina Da Silva              | 6479045    |
| 495592  | 10/06/1986 | Caroline Kolankiewicz                | 5085574068 |
| 499179  | 11/07/1971 | Edna Da Silva                        | 55727341   |
| 504692  | 10/06/1952 | Elenir Holler                        | 803072     |
| 503981  | 12/12/1972 | Emilia Frutuoso Lange                | 2629192    |
| 505495  | 04/07/1984 | Heloise Ellen Kuehl Schultz          | 4529524    |
| 502975  | 09/10/1971 | Jeane Dos Reis Rodrigues De Abreu    | 2610836    |
| 496269  | 25/01/1992 | Joselaine Cristine Barbosa           | 4740766    |
| 499599  | 14/09/1977 | Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva | 3533630    |
| 507272  | 01/02/1991 | Maira Heidrich                       | 5307573    |
| 495447  | 29/09/1973 | Maisa Adriana Carvalho Franca        | 2915176    |
| 501863  | 01/04/1973 | Marcia Holler                        | 2912217    |
| 505558  | 08/05/1952 | Maria Bernadete Back                 | 257472     |
| 507086  | 20/01/1966 | Maris Ines Paini                     | 1031907    |
| 495749  | 10/04/1959 | Nair Camargo Giehl                   | 1655268    |
| 506781  | 29/04/1994 | Natacha Felipe                       | 5720192    |
| 505428  | 01/06/1983 | Patricia Cristovan                   | 3980840    |
| 503655  | 05/03/1984 | Rosecleia Zibell Buss                | 4960898    |
| 503652  | 12/07/1980 | Roseli Avi Pereira                   | 4056596    |
| 505002  | 26/10/1968 | Rosemery Lehmkuhl                    | 2122132    |
| 500246  | 04/08/1968 | Sandra Teresinha Ribeiro Pereira     | 2140562    |
| 504903  | 10/06/1971 | Santilia Dos Anjos                   | 2259846    |
| 499433  | 01/09/1981 | Scharlene Loruana Schlemper          | 24929999   |
| 495396  | 08/10/1957 | Sergio Cassimiro De Oliveira         | 625010     |
| 499038  | 01/07/1963 | Sirlei Schulz Dos Santos             | 4043910803 |
| 506708  | 06/09/1984 | Suelen Luchtenberg                   | 4475429    |

Professor de Ensino Fundamental – Empreendedorismo – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                  | RG       |
|---------|------------|----------------------------|----------|
| 504597  | 05/07/1983 | Andrei Stock               | 3579987  |
| 503790  | 30/08/1987 | Daiane Regina Boni         | 4475796  |
| 500743  | 30/09/1991 | Debora Regina Da Silva     | 4403055  |
| 507059  | 27/04/1974 | Gilvanio Porto             | 3163953  |
| 507240  | 26/01/1983 | Katia Odorizzi Boni        | 3718090  |
| 505228  | 12/03/1988 | Kleber Luis Eleuterio      | 3869320  |
| 506460  | 06/06/1983 | Patrik Ramos Dos Santos    | 6653322  |
| 504251  | 23/02/1983 | Regina Aparecida Schmedler | 3869456  |
| 500660  | 22/05/1984 | Simone Catafesta           | 44041519 |
| 506611  | 29/03/1985 | Sonia Kuhn                 | 47448342 |

Professor de Ensino Fundamental – Filosofia – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO           | RG        |
|---------|------------|---------------------|-----------|
| 498393  | 05/10/1976 | Alcionir Dos Santos | 376081715 |
| 504803  | 01/11/1985 | Maikol Rudy Reiberg | 49350382  |

Professor de Ensino Fundamental – Filosofia – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | RG |
|---------|-----------|-----------|----|
|---------|-----------|-----------|----|

|        |            |                            |          |
|--------|------------|----------------------------|----------|
| 495814 | 29/10/1994 | Ana Carolina Thiesen       | 5012920  |
| 505380 | 02/01/1992 | Andressa Cristina Roberti  | 52996590 |
| 498714 | 05/03/1996 | Gabriela Francener         | 6189200  |
| 500541 | 17/03/1995 | Guilherme Salazar Da Silva | 6292811  |
| 495630 | 19/07/1993 | Milson Ruskowski           | 4394976  |

## Professor de Ensino Fundamental – Informática – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                         | RG       |
|---------|------------|-----------------------------------|----------|
| 507341  | 28/12/1982 | Andressa Braz De Oliveira         | 4074651  |
| 496716  | 17/09/1989 | Claudia Finck                     | 47258411 |
| 499637  | 18/06/1994 | Dalila Stange                     | 54123186 |
| 496052  | 28/10/1982 | Isabel Schlatter                  | 4068811  |
| 496891  | 23/05/1990 | Numan Heber Maurenre Ferro Junior | 33948631 |
| 504720  | 01/05/1990 | Ramon Comandoli                   | 5181173  |
| 500714  | 12/12/1995 | Ruan Celio Dos Anjos              | 5888286  |
| 502708  | 15/07/1974 | Werner Bruns                      | 2917780  |

## Professor de Ensino Fundamental – Informática – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                     | RG       |
|---------|------------|-------------------------------|----------|
| 499019  | 08/02/1969 | Andre Luciano De Souza        | 1983148  |
| 499388  | 18/08/1989 | Kelly Francine Mathias        | 49533533 |
| 500009  | 26/09/1992 | Matheus Giacomelli Dos Santos | 5071515  |
| 507226  | 13/03/1982 | Vinicius Bürger Bordin        | 6072492  |

## Professor Educação Especial (para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais e/ou Atendimento Educacional Especializado – AEE) – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                        | RG       |
|---------|------------|----------------------------------|----------|
| 497307  | 15/04/1980 | Ana Paula Martins Varela Kuhl    | 3242629  |
| 503532  | 18/09/1985 | Bibiane Baldassari Das Neves     | 4696324  |
| 506101  | 28/03/1965 | Cineide Maria Huntemann Ferreira | 21203598 |
| 496414  | 10/07/1980 | Elene Pereira De Souza Belli     | 3980080  |
| 504643  | 14/10/1965 | Salete Branger Kruger            | 1891523  |

## Professor Educação Especial (para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais e/ou Atendimento Educacional Especializado – AEE) – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO              | RG      |
|---------|------------|------------------------|---------|
| 506253  | 01/06/1989 | Emanuella Muriel Cunha | 4342595 |

## Professor Educação Infantil – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                                      | RG        |
|---------|------------|--|-----------|
| 505435  | 29/04/1984 | Adelaine Soares Da Rosa                        | 4475127   |
| 504523  | 08/07/1980 | Adelia Selma Sperber Oliveira                  | 2258482   |
| 495693  | 04/04/1983 | Adriana Leicht Prust                           | 4085310   |
| 503883  | 28/12/1978 | Adriana Tonon                                  | 3607638   |
| 506528  | 15/05/1989 | Alessandra dos Santos Sacani                   | 7.594.859 |
| 504096  | 15/12/1976 | Amandia Carolina Dos Santos Subtil De Oliveira | 34594744  |
| 504922  | 23/10/1965 | Ana Aparecida Arruda Rafaeli                   | 1622278   |
| 502709  | 06/11/1987 | Ana Claudia Nazari                             | 4171117   |
| 496353  | 03/07/1980 | Ana Paula Cardozo Hoepers                      | 3835441   |
| 498766  | 28/05/1984 | Ana Paula Finardi De Souza                     | 4118002   |
| 497308  | 15/04/1980 | Ana Paula Martins Varela Kuhl                  | 3242629   |
| 502937  | 31/10/1991 | Ana Paula Wolf Dalmonico                       | 5720462   |
| 497175  | 21/02/1980 | Andreia Furtado                                | 3718571   |
| 498454  | 28/07/1983 | Angela Aparecida Silva                         | 4311329   |
| 495864  | 02/08/1968 | Antonia Araujo De Lima                         | 6838437   |

|        |            |                                      |           |
|--------|------------|--------------------------------------|-----------|
| 506404 | 01/01/1992 | Barbara Evaristo                     | 5379317   |
| 500198 | 11/04/1974 | Berenice Cardoso Isaias              | 2915475   |
| 504241 | 22/10/1967 | Bernardete Candido Nunes             | 71679934  |
| 506542 | 11/06/1956 | Bernardete Maria Sieves Tavares      | 625358    |
| 498055 | 12/05/1993 | Bianca Tonet                         | 5923224   |
| 503533 | 18/09/1985 | Bibiane Baldassari Das Neves         | 4696324   |
| 497611 | 13/05/1986 | Bruna Cestonaro Do Nascimento        | 4745484   |
| 497410 | 11/01/1994 | Bruna Laiza Becker                   | 6276646   |
| 506768 | 16/06/1995 | Bruna Tais Pereira Da Rocha          | 6108358   |
| 496347 | 23/10/1990 | Camila Bueno                         | 47400307  |
| 497605 | 24/07/1993 | Camila De Oliveira Fernandes         | 5088368   |
| 499351 | 03/02/1993 | Camila Raquel Girardi                | 5307192   |
| 496188 | 05/01/1991 | Cariane Felaco Souza                 | 4724695   |
| 499212 | 11/12/1986 | Carla Cristiane Alves                | 4371819   |
| 503825 | 07/06/1988 | Carla Fuck Wollinger                 | 5142437   |
| 504075 | 04/08/1988 | Carla Nauila Goedert Schiestl        | 5009238   |
| 502980 | 18/10/1978 | Carla Regina Pereira                 | 3458602   |
| 502181 | 07/04/1986 | Charlene Siewerdt                    | 4234379   |
| 499005 | 02/05/1990 | Charline Mello Ledra                 | 5232970   |
| 506102 | 28/03/1965 | Cineide Maria Huntemann Ferreira     | 21203598  |
| 504233 | 23/10/1972 | Claudete Aparecida Rosa Farias       | 2829948   |
| 498904 | 28/07/1988 | Claudia Prust Wessner                | 4528350   |
| 506755 | 16/10/1973 | Cristiane Gomes Santos               | 6609516   |
| 503292 | 15/04/1990 | Cristiane Nienkotter Parma           | 5087724   |
| 496542 | 18/01/1985 | Daiana Patricia De Oliveira Saldanha | 4403690   |
| 497371 | 12/01/1985 | Daiana Ramos Da Silva                | 4085017   |
| 501000 | 29/05/1990 | Dalvana Regina Tonet                 | 5012122   |
| 504086 | 25/10/1986 | Danieli Mafazzolli Schuller          | 4056298   |
| 499817 | 12/03/1981 | Danubia Gonzaga                      | 3820054   |
| 501976 | 26/03/1987 | Danubia Silveira Floriani            | 4347432   |
| 500036 | 29/09/1987 | Dariane Becker Da Silva              | 44758758  |
| 497900 | 02/04/1991 | Deise Hellmann                       | 53682483  |
| 501836 | 18/01/1978 | Denise Adamek                        | 212259551 |
| 501848 | 06/03/1990 | Denise Nardelli                      | 4935950   |
| 500779 | 12/04/1990 | Diandra Rocha Zucatelli              | 4431713   |
| 504951 | 30/11/1962 | Dirce Preis                          | 1423938   |
| 503368 | 01/08/1978 | Djeines Magui Dos Santos Fernandes   | 3479477   |
| 505483 | 30/03/1986 | Edineia Rohling florencio            | 4390009   |
| 500010 | 04/02/1976 | Edna Koch Schowambach                | 2258982   |
| 504049 | 18/12/1965 | Eime Das Gracas Oliveira             | 2254536   |
| 503924 | 16/10/1984 | Elaine Valim                         | 4428737   |
| 496415 | 10/07/1980 | Elene Pereira De Souza Belli         | 3980080   |
| 504682 | 10/06/1952 | Elenir Holler                        | 803072    |
| 506498 | 28/12/1993 | Elisiane Naiara Floriano Da Silva    | 6005764   |
| 500211 | 21/03/1978 | Elizete Martendal Dolsan             | 3395197   |
| 506254 | 01/06/1989 | Emanuella Muriel Cunha               | 4342595   |
| 506182 | 16/03/1988 | Etiane Maiara Domingos               | 135228621 |
| 497840 | 18/01/1983 | Evelasio Espindula                   | 4097994   |
| 500517 | 01/08/1982 | Fabiana Vieira                       | 46911499  |
| 506745 | 26/03/1985 | Fabiana Tholl                        | 4011909   |
| 500237 | 27/08/1978 | Fabiane Andrea Da Silva              | 3607321   |
| 503162 | 16/02/1985 | Fabricia Aparecida Hinckel           | 4233742   |
| 501449 | 16/12/1991 | Fernanda Da Rocha                    | 5578605   |



|        |            |                                      |           |
|--------|------------|--------------------------------------|-----------|
| 505727 | 14/07/1980 | Fernanda Gabriel Da Cruz Silva       | 4001873   |
| 499877 | 18/12/1984 | Fernanda Ribeiro Assink              | 4740096   |
| 497248 | 10/09/1977 | Franciane Knopf                      | 3486033   |
| 504304 | 08/11/1985 | Franciele Aparecida De Oliveira      | 4280160   |
| 496261 | 10/06/1990 | Francielle Laureano Da Silva         | 47190574  |
| 495824 | 07/01/1991 | Gesica Eliane Martins                | 52799824  |
| 500716 | 27/03/1972 | Gessi De Fatima Triunlina Toassi     | 29180104  |
| 505724 | 14/04/1984 | Gilson Da Silva                      | 4485516   |
| 495525 | 13/02/1990 | Gisele Pacheco Da Rosa Sandor        | 44869894  |
| 504596 | 15/02/1981 | Gisele Pereira Pacheco De Souza      | 3940373   |
| 504969 | 10/11/1979 | Gislaine Apolinario                  | 3658285   |
| 498434 | 30/07/1983 | Gislaine Capistrano Huntemann        | 45739366  |
| 496424 | 10/04/1992 | Glazieli Araldi Stuepp               | 5232748   |
| 504785 | 11/12/1981 | Graciele Vanessa Cunha Kuhlmann      | 39932770  |
| 503893 | 28/09/1967 | Hermelinda Knaul                     | 212255238 |
| 499489 | 16/06/1975 | Ilaine Bahr                          | 2627277   |
| 504784 | 12/01/1987 | Inara Maria Cugnier                  | 4171256   |
| 499275 | 03/08/1990 | Ingrid Cristini Borges Corrêa        | 4724971   |
| 495680 | 26/10/1968 | Ivonete Do Prado                     | 6784981   |
| 506096 | 24/06/1992 | Jaine Casas                          | 4529683   |
| 498223 | 18/06/1983 | Jamile De Oliveira                   | 43478379  |
| 504502 | 14/02/1979 | Janaina Aparecida Da Silva           | 3459556   |
| 505409 | 29/10/1982 | Janaina Merini                       | 45295719  |
| 496478 | 11/03/1984 | Janaina Sens Eichholz                | 4317943   |
| 504365 | 09/06/1972 | Janete Tristao                       | 22582460  |
| 495561 | 12/05/1974 | Jania Carla Dos Santos               | 26276585  |
| 500182 | 14/07/1985 | Janice Nunes Martins Scharf          | 5087019   |
| 504035 | 01/05/1992 | Janine Clara Marhold Freiburger      | 4486269   |
| 497076 | 10/08/1985 | Jaqueline Cruz                       | 4719619   |
| 499132 | 13/11/1991 | Jaqueline Da Luz Demetrio            | 6072482   |
| 502976 | 09/10/1971 | Jeane Dos Reis Rodrigues De Abreu    | 2610836   |
| 506317 | 16/08/1972 | Jeane Ferreira                       | 3164427   |
| 502888 | 07/03/1994 | Jessica Jeremias                     | 5456779   |
| 503475 | 27/11/1992 | Jessica Ventura Stringari            | 5536095   |
| 496234 | 04/05/1986 | Joana Finck                          | 4317001   |
| 499964 | 10/12/1984 | Joana Paula K. De Campos             | 4431862   |
| 495953 | 25/02/1974 | Joelma Paulina Capistrano Cachoeira  | 3160141   |
| 498692 | 20/07/1986 | Joice Mara Schmitz                   | 44754302  |
| 506848 | 03/03/1987 | Josiane Franco                       | 4719623   |
| 504602 | 24/06/1994 | Josiane Schulze                      | 5011843   |
| 500170 | 01/01/1978 | Juliana Feliciano                    | 3512545   |
| 506526 | 21/05/1990 | Juliana Januario Alves Heinz         | 5633397   |
| 499600 | 14/09/1977 | Juliana Malizeski Macaneiro Da Silva | 3533630   |
| 504978 | 02/01/1985 | Juliana Neide Machado                | 3993632   |
| 496384 | 07/09/1991 | Juliete Aparecida Homem              | 5923722   |
| 503963 | 17/11/1979 | Jussara De Fatima Scheitz            | 36938793  |
| 499164 | 28/04/1984 | Kaoana Cardoso                       | 4475413   |
| 501163 | 03/07/1972 | Katia Regina Jeremias Krambeck       | 543765556 |
| 499777 | 16/03/1993 | Katia Souza                          | 6257310   |
| 495536 | 23/02/1982 | Kerolin Duane Bilk                   | 4024741   |
| 497675 | 19/09/1989 | Laise Versino                        | 4691343   |
| 498678 | 07/03/1973 | Leonete Sezerino                     | 2620809   |
| 504217 | 26/07/1993 | Leticia De Farias                    | 5009493   |



|        |            |                                   |           |
|--------|------------|-----------------------------------|-----------|
| 497563 | 18/05/1984 | Liana De Souza                    | 4234550   |
| 503693 | 02/02/1978 | Ligia Possamai Macaneiro          | 3459946   |
| 504825 | 01/12/1994 | Litiele Soares Da Silva           | 4502957   |
| 506283 | 22/04/1994 | Loredana Priscila Costa           | 6072946   |
| 496370 | 30/06/1983 | Lucelia Baggio                    | 4085300   |
| 495602 | 05/10/1982 | Luciana Cardoso                   | 4317127   |
| 496887 | 07/03/1983 | Luciana Machado                   | 4085637   |
| 503138 | 09/10/1981 | Luciara Julia Avi                 | 4085872   |
| 499841 | 02/02/1971 | Madalena Klaumann                 | 2123263   |
| 501845 | 11/10/1991 | Maiara Aparecida Leite            | 5654954   |
| 495799 | 26/06/1991 | Maiara Carla Miranda              | 6072092   |
| 499258 | 11/10/1992 | Maiara Cristina Weiss             | 4719578   |
| 505288 | 21/12/1973 | Malize Schreiber                  | 2625973   |
| 504537 | 02/03/1975 | Maneide Macedo Da Silveira        | 32187823  |
| 507171 | 22/03/1970 | Marcia Neckel Do Nascimento       | 33517010  |
| 495738 | 29/01/1979 | Marcia Aparecida Rizzo            | 3393797   |
| 501864 | 01/04/1973 | Marcia Holler                     | 2912217   |
| 499228 | 07/07/1966 | Margaret Carvalho                 | 1894970   |
| 495537 | 06/09/1983 | Maria Aline Aparecida Busarello   | 4118648   |
| 498825 | 22/04/1977 | Maria Claudia Finardi Luchtenberg | 35796596  |
| 504789 | 23/04/1962 | Maria De Lurdes Mayer             | 1037923   |
| 501743 | 08/02/1970 | Maria Felipe                      | 23311223  |
| 504244 | 20/08/1989 | Marleide Branger De Oliveira      | 5720731   |
| 499852 | 17/04/1962 | Marilise Schwartz                 | 892377    |
| 504441 | 01/02/1986 | Marisa Lopes Queiroz Andrade      | 566233095 |
| 502532 | 18/11/1972 | Maristela Coelho Klaumann         | 2493493   |
| 498666 | 22/06/1965 | Marli Teresinha Fronza Soares     | 2624701   |
| 507144 | 20/04/1992 | Mayne Margadona                   | 481965221 |
| 507381 | 17/07/1992 | Mericleia Munarin Petry           | 5379660   |
| 497801 | 28/07/1998 | Michele Batista                   | 5654290   |
| 497775 | 11/03/1990 | Michele Cristine Eerrari          | 5067498   |
| 502963 | 15/03/1985 | Michele Fronza                    | 46917713  |
| 505745 | 02/06/1990 | Micheli Alves                     | 4932235   |
| 505388 | 16/11/1990 | Michelle Aline Stahnke Mees       | 4311331   |
| 505789 | 09/10/1972 | Milce Gomes De Almeida Macaneiro  | 1879749   |
| 502103 | 22/02/1990 | Monique Novak                     | 47404183  |
| 502040 | 16/07/1976 | Morgana Regina Erckmann           | 3211869   |
| 499611 | 09/09/1971 | Myrian Holler Knaesel             | 26288559  |
| 500807 | 23/12/1971 | Neiva Weiss                       | 24928453  |
| 499090 | 05/07/1993 | Nicoli Pereira                    | 508862558 |
| 505429 | 01/06/1983 | Patricia Cristovan                | 3980840   |
| 499047 | 25/03/1982 | Patricia Elisangela Bogo          | 4085947   |
| 499794 | 16/08/1982 | Patricia Hames                    | 4347292   |
| 504539 | 20/07/1976 | Patricia Heuer Voltz              | 6913787   |
| 501067 | 28/05/1978 | Patricia Sofia Schweitzer Laguna  | 40561330  |
| 499703 | 24/01/1987 | Patricia Stupp                    | 4280278   |
| 504143 | 02/04/1987 | Priscila Baumann                  | 4834202   |
| 504137 | 29/07/1979 | Raquel Maria Menel                | 3718148   |
| 505552 | 27/01/1989 | Raquel Schmidt                    | 4691280   |
| 499463 | 27/12/1983 | Raquel Wiggers                    | 43473873  |
| 498671 | 25/10/1972 | Regina Dumke Verlick              | 26271214  |
| 496487 | 30/08/1982 | Roberta Delajustina Delajustina   | 4280653   |
| 496172 | 27/09/1982 | Rosana Maria Korb                 | 4691789   |

|        |            |                                      |          |
|--------|------------|--------------------------------------|----------|
| 496844 | 26/12/1990 | Rosana Murara                        | 50882759 |
| 506666 | 26/09/1986 | Rosangela Aparecida Farias           | 4056092  |
| 496981 | 01/02/1966 | Roselita Maria Sebold                | 2254745  |
| 497453 | 26/10/1968 | Rosemery Lehmkuhl                    | 2122132  |
| 503663 | 18/11/1982 | Rosinha Soares                       | 4390209  |
| 498108 | 17/05/1989 | Samira Seraphim                      | 4475830  |
| 496096 | 22/04/1972 | Sandra Regina Costa Krüger           | 47404752 |
| 504904 | 10/06/1971 | Santilia Dos Anjos                   | 2259846  |
| 499434 | 01/09/1981 | Scharlene Loruana Schlemper          | 24929999 |
| 498474 | 25/11/1989 | Sheena Carla Parma                   | 4724847  |
| 503766 | 05/02/1990 | Sheila Maria Pivato                  | 5797713  |
| 499492 | 28/11/1984 | Silvana Da Silva                     | 4486646  |
| 503954 | 02/12/1982 | Simone Mafazzolli                    | 4056297  |
| 498757 | 27/08/1981 | Simone Schussler                     | 4280261  |
| 506131 | 09/06/1994 | Sirlei Ulmann                        | 4745332  |
| 499981 | 09/02/1981 | Sonia Buchling Bleichvel             | 3869304  |
| 506550 | 02/08/1966 | Sonia Regina Poli                    | 1895275  |
| 506731 | 31/01/1990 | Susan Catarine Stahnke Rodrigues     | 4311381  |
| 496700 | 24/08/1985 | Susana Maria Ferreira Vieira         | 4154064  |
| 497263 | 27/05/1983 | Susianne Lise De Borba               | 3304304  |
| 504520 | 25/05/1993 | Tainara Fernanda Goncalves           | 5670611  |
| 495796 | 08/04/1987 | Taise Busarello                      | 4118649  |
| 495460 | 12/10/1993 | Talita Aparecida Mazzini             | 5815314  |
| 507334 | 26/10/1979 | Tatiane Aparecida Dos Santos Andrade | 3836744  |
| 496684 | 21/07/1970 | Valdenia Souza Lima Rosa             | 5654445  |
| 505237 | 15/02/1983 | Valquiria Clasen Mohr                | 4097611  |
| 500216 | 20/03/1986 | Vanessa Cristina Dos Santos Back     | 4234335  |
| 500549 | 24/01/1971 | Vania Mariuza Heinz De Souza         | 2257152  |
| 504665 | 01/05/1977 | Vera Lucia Hellmann                  | 3732541  |
| 496912 | 07/02/1980 | Vivian Marilda Mayer                 | 4233960  |
| 500851 | 10/01/1983 | Vivian Suhelen Piva                  | 4347628  |
| 505362 | 19/01/1984 | Viviane Prim                         | 4236130  |
| 495730 | 23/04/1994 | Yasmine Melina Matos                 | 4833686  |
| 502376 | 22/12/1973 | Zaira Geni Gonzaga                   | 2498797  |
| 499944 | 21/05/1951 | Zenilde Frainer Machado              | 7217773  |
| 497755 | 08/02/1954 | Zilma Silveira Ramos                 | 71220536 |

## Professor Educação Infantil – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                   | RG        |
|---------|------------|-----------------------------|-----------|
| 498746  | 30/04/1989 | Alexandra Barbosa           | 4496003   |
| 506400  | 31/12/1981 | Alexandra Silvestrim Nigro  | 4293814   |
| 498631  | 16/11/1995 | Alice Cristine Becker Redel | 5261117   |
| 496624  | 08/07/1994 | Ana Lucia Stein De Oliveira | 3957339   |
| 502472  | 01/11/1962 | Ana Maria De Oliveira       | 1676090   |
| 499696  | 22/12/1993 | Ana Paula Bini              | 5772075   |
| 498005  | 06/08/1999 | Ana Paula Pisetta           | 5465618   |
| 498756  | 31/08/1975 | Andrea Aparecida Reinherdt  | 125088058 |
| 498715  | 13/10/1987 | Andreia Aparecida Gielow    | 4934802   |
| 506773  | 05/02/1991 | Andreia Custodio Maciel     | 5379901   |
| 498425  | 18/05/1996 | Andressa Giacomozzi         | 4280775   |
| 502898  | 18/09/1988 | Ane Caroline Steinbach      | 53549201  |
| 505137  | 23/11/1977 | Angenete Marian             | 3638543   |
| 506565  | 23/03/1995 | Bianca Pierina Sperandio    | 5088231   |

|        |            |                                  |          |
|--------|------------|----------------------------------|----------|
| 506048 | 28/11/1994 | Camila Eigen                     | 5872807  |
| 505117 | 17/03/1995 | Camila Krumheu Gutz              | 5307648  |
| 507382 | 19/03/1981 | Carina Longen Schmitt            | 31640389 |
| 495869 | 21/02/1979 | Carlane Goede                    | 3607787  |
| 496373 | 26/04/1996 | Caroline Sander Marzani          | 6072494  |
| 504700 | 26/01/1990 | Catia Aparecida Da Luz           | 5529003  |
| 498542 | 01/12/1977 | Cicera Silva Dos Santos          | 7175832  |
| 507353 | 30/08/1987 | Daiane Regina Boni               | 4475796  |
| 502075 | 30/12/1981 | Debora Leal                      | 41800478 |
| 502046 | 22/01/1981 | Deisiane Laureth Steinbach       | 35336757 |
| 496186 | 16/07/1988 | Elaine Cristina Bridi            | 4403216  |
| 498025 | 30/12/1990 | Elen Maiara Da Silva             | 4833716  |
| 502853 | 11/03/1982 | Elisangela De Oliveira           | 3850038  |
| 495841 | 07/03/1987 | Elizandra Graziele Schneider     | 4431060  |
| 501745 | 08/01/1974 | Eloir Rosa De Souza              | 22584617 |
| 504858 | 19/01/1995 | Fernanda Alves Schmidt           | 6072436  |
| 503988 | 07/03/1978 | Geuza Farias                     | 4087511  |
| 497726 | 25/04/1979 | Giovana Fernanda Do Rosario Dias | 35027223 |
| 506668 | 22/07/1989 | Gisele Gielow                    | 4934854  |
| 496972 | 10/01/1992 | Graciele Lorenzi Junior Paul     | 4740185  |
| 507304 | 14/10/1991 | Graziele Degenhardt              | 4403601  |
| 499998 | 11/05/1987 | Greice Kelly Kraemer             | 46053093 |
| 500568 | 10/08/1960 | Helena Ferrari De Oliveira       | 1034193  |
| 500449 | 25/01/1993 | Hiule Danielle De Liz Neto       | 5529874  |
| 505760 | 11/06/1981 | Isolene Fermiano Dos Santos      | 41188020 |
| 505480 | 15/07/1992 | Jamyle Cristine Goedert          | 5379668  |
| 501189 | 20/04/1987 | Janaina Alves Sens Schetz        | 3890504  |
| 503921 | 02/01/1982 | Janaina Brignoli                 | 43474667 |
| 506227 | 21/01/1990 | Janaina Igenes Ferreira Retke    | 5815233  |
| 504207 | 17/02/1997 | Jessica Catiane Forster          | 6172890  |
| 501929 | 15/12/1983 | Joelma Longen Christen           | 4236999  |
| 495572 | 25/03/1987 | Juliana Pintarelli Avi           | 4460590  |
| 507348 | 19/06/1985 | Juliana Pinto Vergilio           | 4744390  |
| 503570 | 16/08/1985 | Karla Rafaeli                    | 44049706 |
| 502928 | 10/10/1961 | Katia Aparecida Suppi            | 2891221  |
| 499874 | 01/08/1979 | Kellen Waltrich                  | 4011612  |
| 506203 | 26/09/1993 | Laila Cristina De Amorim         | 4691821  |
| 504181 | 30/05/1994 | Larissa Arianne Menel            | 4740341  |
| 498365 | 05/11/1987 | Leticia Raimundo De Andrade      | 4573399  |
| 504235 | 24/11/1974 | Lucelia Da Silva                 | 3887250  |
| 507235 | 05/03/2013 | Maira Luana Feliponi Silva       | 48333867 |
| 506412 | 26/12/1980 | Marcia Ramos                     | 40685730 |
| 500562 | 21/12/1987 | Marcia Silva                     | 5578872  |
| 497643 | 31/03/1993 | Maria Priscila Xavier            | 5578805  |
| 506143 | 12/06/1992 | Mariane Hugen                    | 5767804  |
| 503878 | 29/11/1991 | Mariane Ramos Coninck            | 5613506  |
| 502526 | 23/06/1978 | Marileia Pandini                 | 3459567  |
| 503838 | 08/11/1979 | Mileide Dos Santos Schlindwein   | 3985061  |
| 507369 | 15/08/1980 | Mirtes Becker Caetano            | 3674221  |
| 498158 | 15/01/1993 | Monica Arianne De Paula          | 48927156 |
| 503600 | 16/12/1982 | Nelza De Fatima De Assuncao      | 4149251  |
| 506604 | 30/03/1984 | Nicelani Serafim                 | 4317571  |
| 498765 | 12/07/1966 | Odete Aparecida Pereira          | 6033573  |

|        |            |                                      |          |
|--------|------------|--------------------------------------|----------|
| 504129 | 20/08/1997 | Pamela Baumann                       | 4834203  |
| 505488 | 09/12/1987 | Pamela Cristine Filagrana            | 44312350 |
| 506415 | 27/01/1982 | Patricia Demiranda Santa Na De Souza | 4118692  |
| 495881 | 06/03/1985 | Patricia Francisconi Walzburger      | 4691787  |
| 496064 | 22/04/1993 | Priscilla Sales                      | 5815750  |
| 502430 | 31/03/1989 | Priscilla Ferrari Da Silva           | 51816849 |
| 505822 | 01/08/1973 | Regina Da Silva                      | 2627193  |
| 501064 | 04/10/1982 | Rosilene Maria Da Motta De Souza     | 6133860  |
| 505576 | 06/10/1995 | Rubiane Stortz                       | 5654301  |
| 501792 | 20/04/1993 | Samantha Bugs De Souza               | 5578413  |
| 497626 | 19/12/1989 | Samara Dalagnelo                     | 4706407  |
| 496291 | 26/04/1991 | Scheila Mara Bressan                 | 4403515  |
| 507352 | 13/09/1969 | Selis Regina Testoni Vicentin        | 21221090 |
| 497969 | 20/03/1986 | Silvana Constante teixeira           | 4719317  |
| 495648 | 01/07/1981 | Sonia Aparecida Correa Ferrari       | 4085738  |
| 496690 | 19/09/1988 | Stephanie Klehm Krieger              | 5088850  |
| 498362 | 14/07/1995 | Taina Luana Valle                    | 5654383  |
| 506724 | 30/06/1993 | Tamires Schell                       | 5797716  |
| 507330 | 26/05/1984 | Tania Boell                          | 4431788  |
| 496402 | 20/08/1986 | Tania Moreira Toassi                 | 4342991  |
| 496513 | 18/05/1994 | Thainara Thayse Steinbach De Lima    | 4271621  |
| 506559 | 21/03/1984 | Vanderleia Beckhauser                | 43478922 |
| 502082 | 11/09/1986 | Vanessa Kaleski Giacomozzi           | 4529045  |
| 504178 | 22/03/1970 | Vanusa Schappo Matheus               | 12419761 |

Professor Ensino Fundamental - Ensino Religioso – Habilitado

Não há candidatos inscritos.

Professor Ensino Fundamental - Ensino Religioso – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                  | RG        |
|---------|------------|----------------------------|-----------|
| 498394  | 05/10/1976 | Alcionir Dos Santos        | 376081715 |
| 495815  | 29/10/1994 | Ana Carolina Thiesen       | 5012920   |
| 496203  | 06/02/1979 | Flavio Fortunato Cardoso   | 3785242   |
| 502918  | 16/02/1996 | Iara Cristina Tenfen Stupp | 5412324   |
| 503648  | 16/06/1991 | Rodrigo Reis Silveira      | 4486020   |

Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                       | RG         |
|---------|------------|---------------------------------|------------|
| 495694  | 04/04/1983 | Adriana Leicht Prust            | 4085310    |
| 497994  | 07/03/1960 | Alciris De Oliveira Zabel       | 12224219   |
| 504923  | 23/10/1965 | Ana Aparecida Arruda Rafaeli    | 1622278    |
| 502710  | 06/11/1987 | Ana Claudia Nazari              | 4171117    |
| 496354  | 03/07/1980 | Ana Paula Cardozo Hoepers       | 3835441    |
| 497176  | 21/02/1980 | Andreia Furtado                 | 3718571    |
| 506405  | 01/01/1992 | Barbara Evaristo                | 5379317    |
| 506543  | 11/06/1956 | Bernardete Maria Sieves Tavares | 625358     |
| 500979  | 10/11/1994 | Bruna Carolina Da Silva         | 6479045    |
| 497411  | 11/01/1994 | Bruna Laiza Becker              | 6276646    |
| 506769  | 16/06/1995 | Bruna Tais Pereira Da Rocha     | 6108358    |
| 496348  | 23/10/1990 | Camila Bueno                    | 47400307   |
| 499352  | 03/02/1993 | Camila Raquel Girardi           | 5307192    |
| 500863  | 09/08/1977 | Carla Korb                      | 3279294    |
| 502981  | 18/10/1978 | Carla Regina Pereira            | 3458602    |
| 495593  | 10/06/1986 | Caroline Kolankiewicz           | 5085574068 |

|        |            |                                  |           |
|--------|------------|----------------------------------|-----------|
| 503293 | 15/04/1990 | Cristiane Nienkotter Parma       | 5087724   |
| 499818 | 12/03/1981 | Danubia Gonzaga                  | 3820054   |
| 496505 | 21/08/1987 | Danubia Maba                     | 5358938   |
| 501849 | 06/03/1990 | Denise Nardelli                  | 4935950   |
| 499180 | 11/07/1971 | Edna Da Silva                    | 55727341  |
| 503457 | 08/07/1975 | Elaini Dos Santos                | 73353503  |
| 503982 | 12/12/1972 | Emilia Frutuoso Lange            | 2629192   |
| 497487 | 10/06/1965 | Erondina Marchi                  | 1891728   |
| 506183 | 16/03/1988 | Etiane Maiara Domingos           | 135228621 |
| 497841 | 18/01/1983 | Evelasio Espindula               | 4097994   |
| 503163 | 16/02/1985 | Fabricia Aparecida Hinckel       | 4233742   |
| 504305 | 08/11/1985 | Franciele Aparecida De Oliveira  | 4280160   |
| 496262 | 10/06/1990 | Francielle Laureano Da Silva     | 47190574  |
| 495825 | 07/01/1991 | Gesica Eliane Martins            | 52799824  |
| 495526 | 13/02/1990 | Gisele Pacheco Da Rosa Sandor    | 44869894  |
| 498911 | 10/04/1992 | Glazieli Araldi Stuepp           | 5232748   |
| 499490 | 16/06/1975 | Ilaine Bahr                      | 2627277   |
| 496053 | 28/10/1982 | Isabel Schlatter                 | 4068811   |
| 499793 | 11/05/1991 | Janaina Feder                    | 5720548   |
| 504366 | 09/06/1972 | Janete Tristao                   | 22582460  |
| 500183 | 14/07/1985 | Janice Nunes Martins Scharf      | 5087019   |
| 502889 | 07/03/1994 | Jessica Jeremias                 | 5456779   |
| 499965 | 10/12/1984 | Joana Paula K. De Campos         | 4431862   |
| 496270 | 25/01/1992 | Joselaine Cristine Barbosa       | 4740766   |
| 502956 | 13/01/1978 | Josi Bittelbrunn                 | 3350622   |
| 506527 | 21/05/1990 | Juliana Januario Alves Heinz     | 5633397   |
| 503964 | 17/11/1979 | Jussara De Fatima Scheitz        | 36938793  |
| 504218 | 26/07/1993 | Leticia De Farias                | 5009493   |
| 507168 | 13/01/1981 | Liliam Carla Hillesheim          | 3792080   |
| 495604 | 05/10/1982 | Luciana Cardoso                  | 4317127   |
| 504928 | 13/01/1975 | Luciana Da Silva                 | 2918999   |
| 506663 | 11/10/1992 | Maiara Cristina Weiss            | 4719578   |
| 495448 | 29/09/1973 | Maisa Adriana Carvalho Franca    | 2915176   |
| 498041 | 29/01/1979 | Marcia Aparecida Rizzo           | 3393797   |
| 499229 | 07/07/1966 | Margaret Carvalho                | 1894970   |
| 505559 | 08/05/1952 | Maria Bernadete Back             | 257472    |
| 498834 | 27/08/1961 | Maria De Lourdes Tonon Tillmann  | 10396098  |
| 499853 | 17/04/1962 | Marilise Schwartz                | 892377    |
| 507098 | 20/01/1966 | Maris Ines Paini                 | 1031907   |
| 496486 | 24/02/1966 | Maurelia Zermiani                | 2123023   |
| 502964 | 15/03/1985 | Michele Fronza                   | 46917713  |
| 505790 | 09/10/1972 | Milce Gomes De Almeida Macaneiro | 1879749   |
| 502104 | 22/02/1990 | Monique Novak                    | 47404183  |
| 501182 | 10/04/1959 | Nair Camargo Giehl               | 1655268   |
| 497393 | 25/12/1966 | Natalina Reginaldo               | 1895305   |
| 504138 | 29/07/1979 | Raquel Maria Menel               | 3718148   |
| 499464 | 27/12/1983 | Raquel Wiggers                   | 43473873  |
| 503664 | 18/11/1982 | Rosinha Soares                   | 4390209   |
| 505618 | 18/01/1970 | Sandra Maria Sestren             | 2492798   |
| 498873 | 25/04/1972 | Sandra Regina Dos Santos         | 2911575   |
| 504436 | 24/11/1961 | Schirley Marileia Bell           | 720227    |
| 495397 | 08/10/1957 | Sergio Cassimiro De Oliveira     | 625010    |
| 503767 | 05/02/1990 | Sheila Maria Pivato              | 5797713   |

|        |            |                                    |            |
|--------|------------|------------------------------------|------------|
| 500271 | 15/11/1976 | Siclene Alves De Assuncao          | 3533259    |
| 499039 | 01/07/1963 | Sirlei Schulz Dos Santos           | 4043910803 |
| 506710 | 06/09/1984 | Suelen Luchtenberg                 | 4475429    |
| 496701 | 24/08/1985 | Susana Maria Ferreira Vieira       | 4154064    |
| 497264 | 27/05/1983 | Susianne Lise De Borba             | 3304304    |
| 498220 | 04/04/1976 | Tatiane Da Silva Medices Schussler | 52793761   |
| 500217 | 20/03/1986 | Vanessa Cristina Dos Santos Back   | 4234335    |
| 500550 | 24/01/1971 | Vania Mariuza Heinz De Souza       | 2257152    |
| 500412 | 23/04/1994 | Yasmine Melina Matos               | 4833686    |
| 499945 | 21/05/1951 | Zenilde Frainer Machado            | 7217773    |

## Professor Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                      | RG       |
|---------|------------|--------------------------------|----------|
| 497742  | 01/05/1991 | Alexandre De Souza             | 4212414  |
| 499697  | 22/12/1993 | Ana Paula Bini                 | 5772075  |
| 506050  | 28/11/1994 | Camila Eigen                   | 5872807  |
| 505118  | 17/03/1995 | Camila Krumheu Gutz            | 5307648  |
| 507383  | 19/03/1981 | Carina Longen Schmitt          | 31640389 |
| 495870  | 21/02/1979 | Carlane Goede                  | 3607787  |
| 496374  | 26/04/1996 | Caroline Sander Marzani        | 6072494  |
| 504168  | 06/07/1986 | Cristiane Valente Fuck         | 4745539  |
| 507241  | 30/12/1981 | Debora Leal                    | 41800478 |
| 505124  | 30/08/1993 | Djenifer Luiza Pereira         | 6005891  |
| 496187  | 16/07/1988 | Elaine Cristina Bridi          | 4403216  |
| 506576  | 23/07/1990 | Fernanda Marcos                | 54650453 |
| 505761  | 11/06/1981 | Isolene Fermiano Dos Santos    | 41188020 |
| 505481  | 15/07/1992 | Jamyle Cristine Goedert        | 5379668  |
| 501190  | 20/04/1987 | Janaina Alves Sens Schetz      | 3890504  |
| 495573  | 25/03/1987 | Juliana Pintarelli Avi         | 4460590  |
| 495472  | 21/03/1987 | Karina Rodrigues               | 4691325  |
| 503571  | 16/08/1985 | Karla Rafaeli                  | 44049706 |
| 499875  | 01/08/1979 | Kellen Waltrich                | 4011612  |
| 504260  | 18/05/1989 | Larissa De Sant\' Anna Rafaeli | 4403228  |
| 498366  | 05/11/1987 | Leticia Raimundo De Andrade    | 4573399  |
| 496137  | 10/07/1981 | Ligia Pfleger Senem            | 4154177  |
| 500197  | 14/06/1987 | Luciana Erat Sasse             | 4934805  |
| 503839  | 08/11/1979 | Mileide Dos Santos Schlindwein | 3985061  |
| 495631  | 19/07/1993 | Milson Ruskowski               | 4394976  |
| 506605  | 30/03/1984 | Nicelani Serafim               | 4317571  |
| 495882  | 06/03/1985 | Patricia Francisoni Walzburger | 4691787  |
| 506927  | 11/04/1990 | Rafaela Rosario                | 51509440 |
| 505823  | 01/08/1973 | Regina Da Silva                | 2627193  |
| 504236  | 24/06/1965 | Rita Malkowski Felipe          | 1678121  |
| 497627  | 19/12/1989 | Samara Dalagnelo               | 4706407  |
| 502083  | 11/09/1986 | Vanessa Kaleski Giacomozzi     | 4529045  |
| 504179  | 22/03/1970 | Vanusa Schappo Matheus         | 12419761 |

## Professor Ensino Fundamental – Artes – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                   | RG         |
|---------|------------|-----------------------------|------------|
| 498130  | 23/01/1985 | Ana Paula Lehmann Cota      | 4311345    |
| 497340  | 11/09/1984 | Marcela Boeing Da Silva     | 43476511   |
| 505721  | 04/02/1992 | Mayte Mittelmann            | 3740440    |
| 506238  | 13/06/1993 | Nathaniely Hellmann Niehues | 5412131    |
| 500080  | 17/12/1984 | Rafael Mattei Fontana       | 3069039513 |



|        |            |                                    |          |
|--------|------------|------------------------------------|----------|
| 497695 | 18/12/1973 | Regiani Maria Da Rocha Grah        | 2258526  |
| 495463 | 21/04/1977 | Rodrigo Joao Albino                | 3254742  |
| 498941 | 30/07/1972 | Simone Ap. Coelho Chaves           | 3047339  |
| 498221 | 04/04/1976 | Tatiane Da Silva Medices Schussler | 52793761 |

## Professor Ensino Fundamental – Artes – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO         | RG        |
|---------|------------|-------------------|-----------|
| 498747  | 30/04/1989 | Alexandra Barbosa | 4496003   |
| 498963  | 24/12/1990 | Daiane Bento      | 4873234   |
| 504804  | 11/07/1979 | Everson Bertucci  | 377259226 |
| 500809  | 08/04/1970 | Marli Zichuhr     | 2499264   |

## Professor Ensino Fundamental – Ciências – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                   | RG      |
|---------|------------|-----------------------------|---------|
| 502473  | 01/11/1962 | Ana Maria De Oliveira       | 1676090 |
| 501390  | 28/04/1983 | Cristiane Schmidt Oberziner | 4068759 |
| 506501  | 31/12/1985 | Daiana De Moraes Deeke      | 4745610 |
| 506188  | 05/07/1990 | Everton Carneiro            | 5141807 |
| 506045  | 02/06/1977 | Jeruza Piasson Da Cruz      | 3620256 |
| 500403  | 09/10/1985 | Luana Aparecida Hermann     | 4403529 |
| 501649  | 04/08/1994 | Naici Caroline Dos Santos   | 5465884 |
| 505751  | 23/11/1995 | Natália Kulkamp             | 6189374 |
| 504167  | 25/12/1981 | Priscila De Souza           | 3890315 |

## Professor Ensino Fundamental – Ciências – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO              | RG      |
|---------|------------|------------------------|---------|
| 506805  | 11/07/1996 | Caroline Ossemer Souza | 5578849 |
| 504935  | 02/04/1985 | Daniela Bianchet       | 4068364 |
| 496420  | 18/12/1977 | Diogo De Oliveira Brod | 3459928 |
| 495667  | 26/02/1986 | Graziela Da Rosa       | 4403567 |
| 495473  | 21/03/1987 | Karina Rodrigues       | 4691325 |
| 502990  | 25/01/1995 | Taciane Lippel         | 5261355 |

## Professor Ensino Fundamental – Educação Física

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                         | RG         |
|---------|------------|-----------------------------------|------------|
| 506932  | 10/01/1997 | Alan Farias                       | 55484778   |
| 505056  | 27/01/1987 | Alana Marques Capristano          | 4317106    |
| 505411  | 22/09/1991 | Alessandra Soares Machado         | 4475128    |
| 499847  | 09/09/1989 | Alexandra Cristina Floriano Zaniz | 4486731    |
| 506707  | 06/04/1988 | Alexandre Constante               | 4390603    |
| 505746  | 01/06/1992 | Alexsandro Junior Venturi         | 5087719    |
| 506063  | 30/03/1988 | Ana Claudia Kons                  | 54657784   |
| 506866  | 23/08/1979 | Ana Kris Bunn De Liz              | 36469084   |
| 505328  | 06/05/1996 | Ana Laura Maciel Ramos            | 110109237  |
| 498081  | 07/04/1993 | Angelica Schmitt Schell           | 5797765    |
| 495404  | 14/05/1990 | Angelo Rafael Araujo Aristides    | 7529929    |
| 506335  | 17/11/1988 | Bruna Jocasta Da Silva            | 1085417895 |
| 505677  | 08/09/1984 | Cinthia Karolina Vargas Martello  | 3450704    |
| 502495  | 05/12/1979 | Claudia Vergina Hermann           | 4745989    |
| 496382  | 10/10/1979 | Cristiano Stringari               | 3718337    |
| 507013  | 09/03/1987 | Danielle Mendes Schoeninger       | 7734545    |
| 495710  | 16/08/1973 | Elizeu Crispim De Mello           | 24047457   |
| 504444  | 28/10/1987 | Franciele Graciane Franca         | 4403761    |
| 507306  | 08/01/1986 | Gabriel Uller                     | 46358137   |



|        |            |                                      |            |
|--------|------------|--------------------------------------|------------|
| 505726 | 02/08/1984 | John Djeison Correa                  | 3741103    |
| 506894 | 31/01/1978 | Jonas Andre                          | 7C 3459079 |
| 503273 | 22/06/1953 | Jorge Batista Da Silva               | 720066     |
| 506282 | 07/11/1995 | Jose Fernando                        | 7171395    |
| 504186 | 20/11/1992 | Joziane Bauer                        | 53549295   |
| 496430 | 18/08/1984 | Juliana Sebold                       | 4011231    |
| 505295 | 12/12/1973 | Keli Cristina Dreher                 | 7367815    |
| 504270 | 01/01/1986 | Lauro Anderson Vieira                | 4475741    |
| 497814 | 25/10/1995 | Leonardo Constantino                 | 53796543   |
| 499557 | 16/02/1995 | Leonardo Garcia Grah                 | 4236802    |
| 505348 | 22/10/1968 | Liliana Teresinha Viviani Schmitz    | 32122487   |
| 498337 | 08/01/1975 | Luciana Luiza Lucini                 | 2915257    |
| 503628 | 21/05/1979 | Neri Alves Dos Santos                | 38692260   |
| 497017 | 15/02/1986 | Nielson Ademir Ferreira              | 4869218    |
| 506174 | 29/10/1993 | Rafael Campestrini                   | 4347236    |
| 507104 | 10/05/1994 | Rodrigo Julio Dos Santos De Carvalho | 5815179    |
| 500715 | 12/12/1995 | Ruan Celio Dos Anjos                 | 5888286    |
| 503445 | 17/08/1987 | Taise Kamer                          | 4724729    |
| 499321 | 25/03/1994 | Talita Felber                        | 4431250    |
| 498706 | 22/07/1984 | Tathiany Maria Rode Goebec           | 38336723   |
| 498973 | 09/07/1989 | Taynah Naiami Ernst                  | 3502412    |
| 496881 | 19/01/1987 | Thiago Airton Pereira                | 44755783   |
| 506976 | 03/05/1995 | Tiago Bonacolsi Pereira              | 5088393    |
| 503371 | 16/07/1992 | Tiago Martins Da Silva               | 5654132    |
| 502597 | 05/03/1986 | Vanessa Campreghe                    | 49346865   |
| 501502 | 06/02/1992 | Viviane Ulmann                       | 4719049    |

## Professor Ensino Fundamental – Geografia – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                   | RG       |
|---------|------------|-----------------------------|----------|
| 504498  | 19/05/1995 | Camila Ritiele Doering      | 4935213  |
| 496717  | 17/09/1989 | Claudia Finck               | 47258411 |
| 505496  | 04/07/1984 | Heloise Ellen Kuehl Schultz | 4529524  |
| 505528  | 01/02/1979 | Leonice Da Silva Camargo    | 3896574  |
| 504341  | 04/02/1992 | Luis Felipe Da Silva        | 8763502  |
| 504658  | 02/12/1989 | Patricia Zunino             | 5354895  |
| 506250  | 26/10/1973 | Soraia Barbosa Felipini     | 2959964  |
| 502377  | 22/12/1973 | Zaira Geni Gonzaga          | 2498797  |

## Professor Ensino Fundamental – Geografia - Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO             | RG      |
|---------|------------|-----------------------|---------|
| 507283  | 01/07/1996 | Gilmar Dos Santos     | 6190498 |
| 505229  | 12/03/1988 | Kleber Luis Eleuterio | 3869320 |

## Professor Ensino Fundamental – História – Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                       | RG       |
|---------|------------|---------------------------------|----------|
| 505635  | 15/04/1969 | Adria Adriani De Souza          | 2227692  |
| 496779  | 13/03/1988 | Antonio Marcos Morlo            | 43743102 |
| 506262  | 28/11/1969 | Claudiomar Rech                 | 2336401  |
| 507004  | 28/03/1993 | Eduarda Luana Mazzi             | 6133532  |
| 502966  | 05/07/1984 | Fernando Antonio Vitoria        | 4042884  |
| 500547  | 29/09/1967 | Giovana Butzke                  | 18906311 |
| 504952  | 05/10/1968 | Hamilton Cesar Do Nascimento    | 67447778 |
| 506324  | 29/06/1991 | Jaqueline Maier Da Rosa Schulze | 4596768  |
| 498084  | 02/10/1982 | Jonas Fabiciaki                 | 3993432  |

|        |            |                           |          |
|--------|------------|---------------------------|----------|
| 499257 | 03/08/1959 | Sergio Airan Canale       | 3905062  |
| 499532 | 15/11/1976 | Siclene Alves De Assuncao | 3533259  |
| 498976 | 22/02/1984 | Tammy Karoline Ernst      | 3502411  |
| 506234 | 23/08/1982 | Tatiane Sanches           | 41181760 |

**Professor Ensino Fundamental – História – Não Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                | RG       |
|---------|------------|--------------------------|----------|
| 499347  | 08/12/1991 | Adriano Dos Santos       | 5815065  |
| 507284  | 01/07/1996 | Gilmar Dos Santos        | 6190498  |
| 502957  | 13/01/1978 | Josi Bittelbrunn         | 3350622  |
| 506381  | 07/03/1991 | Leandro Lopes Costa      | 5675342  |
| 500047  | 14/10/1996 | Luana Griebler Fernandes | 4486795  |
| 499846  | 01/05/1982 | Silvana Goulart          | 46425357 |

**Professor Ensino Fundamental – Língua Inglesa – Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO             | RG      |
|---------|------------|-----------------------|---------|
| 498509  | 30/03/1978 | Cleonice Avi          | 3930330 |
| 500968  | 05/03/1965 | Margarete Eissmann    | 1675720 |
| 506823  | 21/05/1975 | Raquel Pavesi Loterio | 3164902 |

**Professor Ensino Fundamental – Língua Inglesa – Não Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                     | RG      |
|---------|------------|-------------------------------|---------|
| 503646  | 19/10/1996 | Adriana Jennrich              | 6453129 |
| 495555  | 16/09/1988 | Crislaine Bichling Guse Souza | 4431089 |
| 506782  | 29/04/1994 | Natacha Felipe                | 5720192 |

**Professor Ensino Fundamental – Língua Italiana – Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                | RG      |
|---------|------------|--------------------------|---------|
| 496451  | 15/11/1985 | Carla Teresinha Nardelli | 5156426 |

**Professor Ensino Fundamental – Língua Italiana – Não Habilitado**  
Não há candidatos inscritos.**Professor Ensino Fundamental – Língua Portuguesa – Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                 | RG         |
|---------|------------|---------------------------|------------|
| 499947  | 23/03/1989 | Ana Flavia Bedin          | 83431490   |
| 504373  | 16/12/1976 | Eleomar Altair Dos Santos | 5067222199 |
| 506902  | 09/08/1972 | Lirane Rodrigues          | 1100280781 |
| 500896  | 13/09/1965 | Nilza Pieritz             | 14246856   |
| 506824  | 21/05/1975 | Raquel Pavesi Loterio     | 3164902    |
| 500618  | 15/05/1976 | Rutinea Selhorst          | 3211014    |
| 504836  | 04/08/1961 | Venilde Tomaz De Oliveira | 1220112    |

**Professor Ensino Fundamental – Língua Portuguesa – Não Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                | RG      |
|---------|------------|--------------------------|---------|
| 497743  | 01/05/1991 | Alexandre De Souza       | 4212414 |
| 498316  | 11/01/1986 | Ana Paula Da Costa Silva | 4983034 |
| 500464  | 08/11/1989 | Kleber Avi               | 4068187 |
| 503503  | 08/09/1995 | Nara Camila Dos Santos   | 5465883 |

**Professor Ensino Fundamental – Matemática – Habilitado**

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                    | RG         |
|---------|------------|------------------------------|------------|
| 502854  | 14/06/1993 | Aldair Forster               | 5633010    |
| 506796  | 21/03/1979 | Alessandro Quevedo Goncalves | 5055628209 |
| 496938  | 21/10/1974 | Alexandre Schot              | 7241608    |
| 495676  | 09/01/1995 | Aline Finardi                | 5368782    |

|        |            |                            |          |
|--------|------------|----------------------------|----------|
| 499551 | 03/02/1990 | Angelica Maria Da Silva    | 33153515 |
| 504019 | 18/11/1994 | Charles Robson Rosa        | 6133845  |
| 502862 | 12/04/1991 | Cleide Fronza              | 46917144 |
| 505168 | 23/08/1994 | Denise Truch               | 5987964  |
| 499370 | 29/04/1989 | Fernando Robinson Selhorst | 52796728 |
| 505038 | 10/04/1989 | Franciane Michelle Aragao  | 4833743  |
| 497277 | 21/11/1984 | Jucileia Mottin Da Silva   | 44864183 |
| 505834 | 25/03/1993 | Monica Zils                | 4745449  |
| 504419 | 07/07/1974 | Regiane Da Silva           | 46911333 |
| 497086 | 25/04/1995 | Rudinei Dener Dave         | 6798739  |
| 500661 | 22/05/1984 | Simone Catafesta           | 44041519 |

## Professor Ensino Fundamental – Matemática – Não Habilitado

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                   | RG          |
|---------|------------|-----------------------------|-------------|
| 496217  | 14/01/1997 | Camila Da Silva Fernandes   | 5713114     |
| 501160  | 05/09/1991 | Cristina Viana Jochem       | 5142774     |
| 497069  | 05/01/1980 | Karine Raquel Noveletto     | 3607198     |
| 499170  | 16/07/1992 | Lucas Limeira               | 20072217485 |
| 505278  | 29/01/1996 | Yasmin Gabriela Giovannella | 5844284     |

**EDITAL DE RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016**  
 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

## EDITAL DE RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, mediante contrato celebrado com a empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda., TORNA PÚBLICO o resultado da homologação das inscrições e comunica o que segue:

## 1. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A relação oficial de candidatos encontra-se no anexo único do presente edital.

## 2. VAGAS DESTINADAS ÀS COTAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Deferem-se as seguintes inscrições, na condição de pessoa com deficiência: 498981 e 497380, haja vista que foram atendidos todos os requisitos do Edital de Abertura e Inscrições.

## 3. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O DIA DA PROVA

Não houveram solicitações formuladas.

## 4. JULGAMENTO DOS RECURSOS DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O julgamento dos recursos está público, via Área do Candidato, ao requerente, a partir desta.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2016.

|                                  |                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| ELENIR HOLLER                    | GIVANILDO SILVA                       |
| Secretária Municipal de Educação | Secretário Municipal de Administração |
| GARIBALDI ANTONIO AYROSO         |                                       |
| Prefeito Municipal               |                                       |

Anexo – Lista Definitiva de Inscritos.

## Monitor de Transporte Escolar

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                 | RG       |
|---------|------------|---------------------------|----------|
| 499324  | 24/07/1997 | Aline Beckhauser          | 6307384  |
| 506917  | 11/12/1981 | Ana Paula De Abreu        | 4203180  |
| 499018  | 08/02/1969 | Andre Luciano De Souza    | 1983148  |
| 505880  | 15/11/1992 | Brenda Beedys De Oliveira | 4398060  |
| 502809  | 20/04/1994 | Carolina Postai           | 5578593  |
| 505755  | 26/06/1986 | Cassia Leonora De Souza   | 43473687 |

|        |            |                                      |           |
|--------|------------|--------------------------------------|-----------|
| 496722 | 17/07/1983 | Cristina Visentin                    | 44865139  |
| 500021 | 08/03/1971 | Dilma Viana                          | 5578965   |
| 500589 | 28/07/1967 | Dorli Cardoso                        | 2338591   |
| 507372 | 18/06/1998 | Eduardo Henrique Loff Da Luz         | 6005065   |
| 498450 | 06/04/1988 | Eleide Petris                        | 52612902  |
| 498248 | 05/02/1984 | Eliane Venturi                       | 4024959   |
| 507005 | 08/05/1979 | Evandro Galkowski                    | 3502684   |
| 506950 | 04/01/1986 | Fernanda Berry                       | 4431815   |
| 506494 | 25/07/1998 | Fernanda Marcelino De Moraes         | 6133503   |
| 506789 | 27/07/1992 | Flavia Wordell Becker                | 4237149   |
| 504084 | 20/05/1961 | Francelina Franca                    | 3538048   |
| 507087 | 10/04/1963 | Iracema Maria Hadlich                | 71429426  |
| 506793 | 14/01/1984 | Isiana Leal                          | 4024792   |
| 501361 | 22/09/1963 | Ivonete Campos                       | 13940309  |
| 503920 | 02/01/1982 | Janaina Brignoli                     | 43474667  |
| 504015 | 03/08/1997 | Joao Bueno                           | 5465049   |
| 496255 | 05/02/1965 | Joao Popeng                          | 2120316   |
| 506881 | 29/05/1995 | Karina Leonilda Niemeyer Moser       | 5368509   |
| 504284 | 03/07/1972 | Katia Regina Jeremias Krambeck       | 543765556 |
| 506870 | 17/01/1974 | Katia Regina Peixe                   | 3211337   |
| 507384 | 26/07/1996 | Larissa Silva                        | 7016219   |
| 500239 | 13/07/1996 | Leidiane Cristina Gabriel K. De Lima | 6426816   |
| 502911 | 01/11/1974 | Marlene Pereira Martins              | 3547064   |
| 504172 | 27/02/2000 | Nathan Augusto Vieira                | 6844079   |
| 496900 | 12/11/1997 | Nathan Daniel Swarowsky              | 4691711   |
| 505560 | 26/04/1988 | Nilce Do Rocio Ribeiro               | 5654077   |
| 507315 | 18/02/1997 | Priscila Maria Pereira Becker        | 6836509   |
| 505852 | 27/11/1967 | Rita De Cassia Rodermel              | 2120076   |
| 499972 | 31/05/1978 | Roberlandia Ferreira De Andrade      | 7023678   |
| 503785 | 31/08/1995 | Romulo Mutschler                     | 5088184   |
| 500925 | 12/06/1968 | Solange Dos Santos Moraes            | 2499533   |
| 497102 | 09/07/1991 | Stephanie Borba                      | 5379273   |
| 504072 | 21/05/1996 | Veronica Franca Mar                  | 5843155   |
| 501718 | 13/02/1996 | Volney Fernandes Floriano            | 5088863   |
| 506091 | 09/07/1999 | Wellington Otto Bernardo             | 6307180   |
| 504087 | 20/05/1996 | Yuri Alcantara                       | 6033050   |

## Monitor Escolar

| Nº INSC | Data Nasc  | CANDIDATO                        | RG        |
|---------|------------|----------------------------------|-----------|
| 499644  | 27/07/1970 | Adelia De Souza                  | 2709137   |
| 504865  | 18/11/1995 | Adinara Cristina Da Silva        | 6276954   |
| 499923  | 09/04/1998 | Adriana Gardelin                 | 6072011   |
| 498562  | 05/05/1987 | Adriana Aparecida Soares         | 44311389  |
| 496253  | 15/07/1976 | Adriana Costa                    | 3905786   |
| 504227  | 06/07/1993 | Alana Santilia Ferreira Da Rocha | 53791789  |
| 506533  | 15/05/1989 | Alessandra dos Santos Sacani     | 7.594.859 |
| 501003  | 31/12/1981 | Alexandra Silvestrim Nigro       | 4293814   |
| 498630  | 16/11/1995 | Alice Cristine Becker Redel      | 5261117   |
| 497120  | 27/08/1990 | Aline Giovana Da Silva           | 50885146  |
| 506673  | 21/02/1983 | Aline Martins                    | 3833916   |
| 499325  | 24/07/1997 | Aline Beckhauser                 | 6307384   |
| 506348  | 28/11/1997 | Aline Da Rosa De Souza           | 6307369   |
| 495722  | 26/11/1992 | Aline Fernandes De Lima Haveroth | 7355004   |

|        |            |   |               |
|--------|------------|---|---------------|
| 504753 | 17/11/1990 | Aline Kuchler                             | 6033735       |
| 504547 | 21/09/1995 | Amanda Bridi                              | 5797300       |
| 502024 | 29/03/1997 | Amanda Caroline Pisetta                   | 6230776       |
| 506291 | 18/05/1998 | Amanda Da Silva Stofela                   | 6147788       |
| 496246 | 18/05/1995 | Amanda Regina Dos Santos                  | 5888828       |
| 504090 | 19/04/1997 | Ana Beatriz Mees                          | 5379676       |
| 502260 | 19/04/1997 | Ana Beatriz Mees                          | 5379676       |
| 506728 | 11/04/1995 | Ana Carolina Nilsen                       | 4475521       |
| 495503 | 20/11/1996 | Ana Caroline Wernke                       | 4690807       |
| 506444 | 31/10/1991 | Ana Claudia Bueno                         | 6005215       |
| 498090 | 13/06/1998 | Ana Flavia Couto Perfoli                  | 5578842       |
| 499891 | 12/10/1998 | Ana Karoline Rudolf                       | 6814669       |
| 506865 | 23/08/1979 | Ana Kris Bunn De Liz                      | 36469084      |
| 496623 | 08/07/1994 | Ana Lucia Stein De Oliveira               | 3957339       |
| 499598 | 17/10/1968 | Ana Maria Caetano                         | 2127865       |
| 501834 | 27/06/1983 | Ana Maria Villarroel Zurita Duarte        | 7405021       |
| 498315 | 11/01/1986 | Ana Paula Da Costa Silva                  | 4983034       |
| 507346 | 06/09/1983 | Ana Paula Dos Reis                        | 4739954       |
| 498755 | 31/08/1975 | Andrea Aparecida Reinherdt                | 125088058     |
| 500980 | 26/04/1994 | Andreia Larissa Soares Almeida            | 2007029122579 |
| 498318 | 02/12/1982 | Andreia Marchi Da Paz Coradelli           | 4475099       |
| 506766 | 03/07/1993 | Andressa Andrade                          | 53790251      |
| 499722 | 14/01/2000 | Andressa Boimer                           | 6822400       |
| 500022 | 17/01/1991 | Andressa Faes                             | 4691763       |
| 498424 | 18/05/1996 | Andressa Giacomozzi                       | 4280775       |
| 500972 | 05/10/1997 | Andressa Ramos Melo                       | 6937472       |
| 497730 | 29/03/1994 | Ane Caroline Fronza                       | 4740065       |
| 502897 | 18/09/1988 | Ane Caroline Steinbach                    | 53549201      |
| 498106 | 30/01/1997 | Anna Cristina Schwarz Goulart Salles      | 5578527       |
| 495885 | 02/08/1968 | Antonia Araujo De Lima                    | 6838437       |
| 495804 | 05/10/1994 | Ariane Cristina De Oliveira               | 5614473       |
| 506347 | 23/04/1993 | Aron Tiago Schulz                         | 5241881       |
| 506592 | 08/05/1997 | Artenio Junior Wolf                       | 6453385       |
| 499635 | 23/03/1999 | Barbara Caroline Sens                     | 5888367       |
| 504240 | 22/10/1967 | Bernardete Candido Nunes                  | 71679934      |
| 505753 | 09/04/1995 | Bianca Da Silva Orso                      | 53792424      |
| 499612 | 27/01/1999 | Bianca Knaesel                            | 5815491       |
| 505881 | 15/11/1992 | Brenda Beedys De Oliveira                 | 4398060       |
| 497610 | 13/05/1986 | Bruna Cestonaro Do Nascimento             | 4745484       |
| 507024 | 28/08/1995 | Bruna Hoepers                             | 5815729       |
| 502385 | 15/04/1994 | Bruna Luisa Fermino                       | 5088469       |
| 503739 | 16/06/1989 | Camila Barcellos Oliveira                 | 2097832667    |
| 496724 | 14/01/1997 | Camila Da Silva Fernandes                 | 5713114       |
| 496316 | 10/12/1990 | Camila Do Amaral                          | 4719500       |
| 496213 | 05/07/1994 | Camila Varela Buttner                     | 6230139       |
| 499086 | 16/06/1998 | Camila Zanis Marchi                       | 5888392       |
| 503824 | 07/06/1988 | Carla Fuck Wollinger                      | 5142437       |
| 506169 | 18/02/1998 | Carla Lidia Fronza                        | 5888340       |
| 504074 | 04/08/1988 | Carla Nauila Goedert Schiestl             | 5009238       |
| 500408 | 21/06/1997 | Carla Saionara Da Silva Dos Santos Farias | 6732647       |
| 502810 | 20/04/1994 | Carolina Postai                           | 5578593       |
| 496485 | 20/03/1993 | Caroline Freitas Dieckmann                | 47407247      |
| 498981 | 06/03/1986 | Caroline Kieser                           | 4280426       |

|        |            |   |               |
|--------|------------|---|---------------|
| 498170 | 11/05/1997 | Caroline Tomacheuski                                | 5477859       |
| 506430 | 04/08/1993 | Cassia Beppler                                      | 5354261       |
| 505757 | 26/06/1986 | Cassia Leonora De Souza                             | 43473687      |
| 506675 | 28/05/1996 | Cassia Lizandra Dos Santos Pereira                  | 5888799       |
| 495714 | 21/05/1995 | Catia Caroline Schlichting                          | 6230628       |
| 496326 | 15/11/1997 | Catia Daiana Goes                                   | 6133253       |
| 506519 | 27/11/1996 | Charles Ferreira                                    | 7311247       |
| 506163 | 17/09/1990 | Cintia Esser  | 4740260       |
| 504979 | 28/10/1989 | Cintia Laureth                                      | 53792386      |
| 506137 | 04/04/1990 | Claudete Vavassori                                  | 4154092       |
| 502076 | 21/04/1995 | Claudia Mara Miguel Dias                            | 6825279       |
| 498905 | 28/07/1988 | Claudia Prust Wessner                               | 4528350       |
| 506577 | 20/03/1984 | Claudiane Gisele Fronza Cristofolini                | 4056346       |
| 506053 | 27/02/1968 | Cleia Demarchi                                      | 1891538       |
| 497580 | 14/01/1988 | Cristiana Aparecida Correa De Souza Custodio Maciel | 4457636       |
| 506401 | 13/06/1976 | Cristiana Losi Demarchi                             | 32738145      |
| 504644 | 14/11/1982 | Cristiane Conceicao Rosa                            | 441481991     |
| 496602 | 19/06/1986 | Cristiane Kirchein Sosa                             | 7024246       |
| 506660 | 24/08/1998 | Cristiane Laurett Kurtz                             | 7164110       |
| 505361 | 17/09/1977 | Cristilane Tuon                                     | 3453599       |
| 502095 | 23/04/1992 | Cristina Navarro Lins                               | 4740591       |
| 501159 | 05/09/1991 | Cristina Viana Jochem                               | 5142774       |
| 496723 | 17/07/1983 | Cristina Visentin                                   | 44865139      |
| 501763 | 12/01/1985 | Daiana Ramos Da Silva                               | 4085017       |
| 505394 | 07/09/1997 | Daiane Batisti                                      | 4833264       |
| 502545 | 28/09/1990 | Daiane Fernandes                                    | 6033903       |
| 500092 | 29/04/1997 | Daiane Goncalves                                    | 6338087       |
| 495489 | 04/11/1996 | Daiane Mauricio                                     | 6133826       |
| 496207 | 20/03/1996 | Daiane Rodrigues Pereira                            | 6230984       |
| 498679 | 07/04/1996 | Dalila Raquel Becker                                | 6037355       |
| 504042 | 17/06/1984 | Daniel Da Cruz                                      | 4502552       |
| 504934 | 02/04/1985 | Daniela Bianchet                                    | 4068364       |
| 499921 | 21/06/1978 | Daniela Ferreira Marques Ribas                      | 1061560601    |
| 506470 | 08/07/1982 | Daniela Longo                                       | 4118161       |
| 499716 | 09/01/1998 | Daniele Luisa Schneider                             | 5088246       |
| 496499 | 21/08/1987 | Danubia Maba  | 5358938       |
| 502968 | 07/01/1991 | Débora Silva de Figueiredo                          | 5379204       |
| 497144 | 19/07/1996 | Debora Pereira                                      | 50888820      |
| 507336 | 01/03/1991 | Debora Oliveira Vaisam                              | 5939637       |
| 506292 | 27/03/1977 | Deise Borges Pinto                                  | 3607206       |
| 498348 | 08/02/1989 | Dgenifer Thomaz                                     | 4394535       |
| 498272 | 23/04/1987 | Diego Ferreira De Freitas                           | 2003029057162 |
| 496419 | 18/12/1977 | Diogo De Oliveira Brod                              | 3459928       |
| 499808 | 29/09/1996 | Djaquelein Suelen Da Silva                          | 6921881       |
| 504855 | 03/01/1989 | Dulce Kusters                                       | 4024278       |
| 495770 | 13/09/1996 | Elena Valim Filagrana                               | 5797117       |
| 495891 | 11/10/1974 | Elenir Back Bona                                    | 3638754       |
| 498249 | 05/02/1984 | Eliane Venturi                                      | 4024959       |
| 503211 | 19/05/1989 | Elisa Floriano                                      | 44752253      |
| 506373 | 23/03/1979 | Elisangela Pereira Machado                          | 1066273796    |
| 495794 | 07/03/1987 | Elizandra Grazielle Schneider                       | 4431060       |
| 500210 | 21/03/1978 | Elizete Martendal Dolsan                            | 3395197       |
| 497486 | 25/04/1994 | Eloisa Lucia Sabino                                 | 6072057       |



|        |            |                                    |           |
|--------|------------|------------------------------------|-----------|
| 497918 | 03/06/1983 | Enelia Barbosa                     | 3881548   |
| 505620 | 01/11/1995 | Eric Francisco Bachmann            | 6005939   |
| 502025 | 28/03/1981 | Fabiana Fernandes                  | 4233716   |
| 495399 | 27/07/1985 | Fabiana Vargas                     | 47402377  |
| 505390 | 17/07/1986 | Fabiana Bernardes Da Silva Berto   | 6977577   |
| 501333 | 07/10/1993 | Fabricia Maria Leite De Sousa      | 564881193 |
| 504857 | 19/01/1995 | Fernanda Alves Schmidt             | 6072436   |
| 505968 | 01/06/1998 | Fernanda Back Amorim               | 6005945   |
| 496588 | 16/01/1988 | Fernanda Stephanie Scheffer        | 4150592   |
| 506790 | 27/07/1992 | Flavia Wordell Becker              | 4237149   |
| 504085 | 20/05/1961 | Francelina Franca                  | 3538048   |
| 497247 | 10/09/1977 | Franciane Knopf                    | 3486033   |
| 500181 | 11/02/1993 | Franciane Westphal Dos Santos      | 6230479   |
| 504018 | 14/08/1976 | Franciane Xavier Ferreira          | 3273799   |
| 502969 | 25/07/1993 | Franciele De Ramos Melo            | 6517118   |
| 506296 | 11/03/1994 | Franciele Generoso Feltrin         | 6133035   |
| 506922 | 10/10/1991 | Francine Ribeiro Assink            | 5654254   |
| 499730 | 24/12/1998 | Gabriel Da Silva                   | 6133244   |
| 500444 | 07/04/1997 | Gabriela Berndt Borgonovo          | 4609221   |
| 502994 | 18/02/1998 | Gabrielle Pereira                  | 6774531   |
| 498268 | 14/12/1985 | Giane Tillmann                     | 44752890  |
| 506126 | 25/10/1980 | Gilmara Schmitz Lopes Dos Santos   | 39177947  |
| 507120 | 14/03/1987 | Giovanni Carneiro Da Silva Santana | 7470286   |
| 505551 | 13/10/1992 | Gisele Setti                       | 6133264   |
| 507220 | 09/07/1986 | Gisele Aparecida Bach              | 4966971   |
| 506936 | 03/07/1983 | Graziele Dos Santos                | 4068537   |
| 497119 | 25/03/1999 | Grazieli Santos Biranoski          | 7106689   |
| 506124 | 14/10/1985 | Greice Daiana Dolzan Stedile       | 4719948   |
| 499997 | 11/05/1987 | Greice Kelly Kraemer               | 46053093  |
| 505086 | 03/07/1997 | Hana Ione Lingner Horstmann        | 6794222   |
| 500567 | 10/08/1960 | Helena Ferrari De Oliveira         | 1034193   |
| 502917 | 16/02/1996 | Iara Cristina Tenfen Stupp         | 5412324   |
| 505779 | 26/01/1999 | Iasmin Espindola Franca            | 5815995   |
| 501080 | 11/02/1990 | Inara Cristina Dos Santos          | 47401290  |
| 496029 | 12/08/1996 | Ingrid Reif                        | 6307366   |
| 503263 | 17/12/1962 | Ita Regina Lotin                   | 6681027   |
| 507026 | 18/10/1964 | Ivone Kohls                        | 1678080   |
| 501062 | 13/11/1972 | Ivonete Horacio Laurindo Raitz     | 2628167   |
| 506384 | 17/09/1990 | Jairo Cesar Ramos Corso            | 4934339   |
| 498222 | 18/06/1983 | Jamile De Oliveira                 | 43478379  |
| 495793 | 09/11/1990 | Janaina Ferreira                   | 4268250   |
| 506226 | 21/01/1990 | Janaina Igués Ferreira Retke       | 5815233   |
| 496471 | 11/03/1984 | Janaina Sens Eichholz              | 4317943   |
| 495560 | 12/05/1974 | Jania Carla Dos Santos             | 26276585  |
| 497364 | 30/01/1988 | Jaqueline Fontanive                | 4403318   |
| 501054 | 01/02/1994 | Jaqueline Jensen                   | 6072348   |
| 506541 | 16/12/1992 | Jaqueline Custodio Dos Santos      | 5578971   |
| 499798 | 06/11/1991 | Jaqueline Moreira Da Veiga         | 5663405   |
| 497541 | 16/10/1997 | Jeane Antonia Da Silva Savi        | 5987606   |
| 506657 | 13/04/1988 | Jemerson Caetano                   | 4475018   |
| 501095 | 11/02/1994 | Jenifer Cristina Gampe             | 4813999   |
| 503316 | 19/03/1995 | Jenifer Rodrigues                  | 4740018   |
| 495788 | 02/11/1994 | Jessica Correa Bruggmann           | 6230264   |



|        |            |   |             |
|--------|------------|---|-------------|
| 496325 | 15/06/1998 | Jessica Patricia Alves                      | 6292786     |
| 504016 | 03/08/1997 | Joao Bueno                                  | 5465049     |
| 506521 | 01/05/1982 | Joice Da Silva Prim                         | 3833438     |
| 505516 | 05/12/1974 | Jonatas Marcson Wecolovis                   | 2628995     |
| 506459 | 16/06/1973 | Joraci Silverio Lemos Pollheim              | 2913001     |
| 506398 | 15/06/1985 | Jose Emanuel Pedroso                        | 6080934621  |
| 498319 | 07/11/1986 | Joseane De Assis                            | 5173634     |
| 503816 | 28/12/1986 | Josiane Bernarda Guerra                     | 2090376431  |
| 506368 | 04/11/1983 | Josiane Mondini Boss                        | 4475740     |
| 501336 | 09/11/1979 | Josiani Krüger                              | 3486084     |
| 506674 | 06/11/1980 | Josiele Figueiredo Fraga                    | 3776883     |
| 497898 | 18/07/1985 | Jucelia De Souza Bueno                      | 4740985     |
| 504267 | 17/07/1986 | Julia Grasielle Moretti Claudino Dos Santos | 5051536     |
| 499290 | 24/02/1993 | Juliana Marchi                              | 5088166     |
| 503177 | 02/11/1983 | Juliana Aparecida Faust                     | 44037562    |
| 498202 | 09/11/1981 | Juliana Aparecida Grah Da Rocha             | 41182499    |
| 505456 | 27/04/1985 | Juliana Odelli Waisczyk                     | 5374208     |
| 502879 | 17/02/1992 | Juliana Pires Ramos                         | 5379151     |
| 505076 | 12/04/1995 | Juliana Popenga                             | 6072248     |
| 506935 | 25/08/1999 | Karina De Jesus                             | 6292134     |
| 506882 | 29/05/1995 | Karina Leonilda Niemeyer Moser              | 5368509     |
| 502351 | 11/08/1995 | Karina Leticia Machado                      | 6230448     |
| 507345 | 16/08/1997 | Karina Sandri                               | 5844987     |
| 507223 | 23/08/1997 | Karine Pires                                | 5934340     |
| 506871 | 17/01/1974 | Katia Regina Peixe                          | 3211337     |
| 503849 | 21/07/1987 | Keila Cristina Marinho                      | 4554075     |
| 496319 | 21/10/1994 | Keila Cristina Raymundo Dias                | 429421540   |
| 498002 | 24/03/1994 | Lais Coelho Knoth                           | 52794393    |
| 495936 | 31/12/1998 | Lana Cristina Antonio                       | 7150208     |
| 504180 | 30/05/1994 | Larissa Ariane Menel                        | 4740341     |
| 499743 | 18/05/1997 | Larissa Luize De Abreu                      | 6230940     |
| 507138 | 19/02/1991 | Larissa Santana Sell                        | 5112842343  |
| 500524 | 12/09/1999 | Leonardo Dos Santos Branger                 | 5578397     |
| 499556 | 16/02/1995 | Leonardo Garcia Grah                        | 4236802     |
| 499120 | 30/07/2000 | Leticia Dave                                | 6924217     |
| 496335 | 03/03/1997 | Leticia Do Amaral                           | 4719499     |
| 507302 | 17/09/1997 | Leticia Gastao                              | 6742423     |
| 504367 | 04/03/1997 | Leticia Marzall Lippel                      | 6133403     |
| 497562 | 18/05/1984 | Liana De Souza                              | 4234550     |
| 499256 | 18/10/1995 | Lidiane Müller Basilio                      | 5888250     |
| 496136 | 10/07/1981 | Ligia Pfleger Senem                         | 4154177     |
| 506740 | 07/08/1977 | Liliane Seraphim                            | 3458678     |
| 507022 | 04/03/1993 | Luan Henrique Hillesheim                    | 4691807     |
| 502822 | 09/12/1996 | Luana Lozeyko Kusterko                      | 5193397     |
| 500402 | 09/10/1985 | Luana Aparecida Hermann                     | 4403529     |
| 503854 | 31/08/1990 | Luana Galvan Albanaz                        | 4203082     |
| 507247 | 25/08/1992 | Luana Tomazoni Felipe                       | 4833344     |
| 506626 | 30/08/1995 | Lucas Gabriel                               | 6189839     |
| 499169 | 16/07/1992 | Lucas Limeira                               | 20072217485 |
| 500196 | 14/06/1987 | Luciana Erat Sasse                          | 4934805     |
| 499366 | 20/08/1969 | Luciana Formagi Ignaczuk                    | 24966673    |
| 498234 | 26/07/1984 | Luciana Stockchneider Pirhardt              | 5670545     |
| 501299 | 15/04/1998 | Luiz Gustavo Borba                          | 5880764     |

|        |            |                                      |            |
|--------|------------|--------------------------------------|------------|
| 502140 | 04/01/1999 | Luiza Schowambach                    | 5888059    |
| 499985 | 02/02/1971 | Madalena Klaumann                    | 2123263    |
| 499398 | 21/02/1983 | Marcela Costa Sales                  | 410533555  |
| 499779 | 26/12/1980 | Marcia Ramos                         | 40685730   |
| 504291 | 27/10/1998 | Marco Gohl                           | 6072754    |
| 498864 | 25/09/1981 | Marco Aurelio Schlemper              | 4085852    |
| 506763 | 26/07/1964 | Maria Cristina Dos Santos            | 6794122    |
| 507387 | 20/03/1998 | Maria Eduarda Gastaldi               | 6257363    |
| 504257 | 03/01/1975 | Maria Girardi                        | 2123405    |
| 498419 | 05/05/1971 | Maria Helena Comper Giacomozzi       | 2625849    |
| 497913 | 17/09/1985 | Mariana Caetano Macedo               | 4117002    |
| 506142 | 12/06/1992 | Mariane Hugen                        | 5767804    |
| 502525 | 23/06/1978 | Marileia Pandini                     | 3459567    |
| 496472 | 01/06/1983 | Marilene Franz Martins               | 44042027   |
| 502268 | 26/01/1995 | Marina Alves De Oliveira             | 5720061    |
| 496141 | 03/05/1990 | Marina Guckert                       | 4403362    |
| 495408 | 29/03/1971 | Marise Wuerges                       | 2175781    |
| 496405 | 28/10/1973 | Marlete Eliani Molinari Vambommel    | 2918571    |
| 498335 | 02/01/1990 | Mateus Rocha Homercher               | 3093759425 |
| 506981 | 28/06/1999 | Mateus Andersen Da Silva             | 6257761    |
| 504646 | 08/04/1996 | Matheus Horst Fabricio               | 4719918    |
| 507260 | 09/04/1997 | Mileidy Karini Glixinski             | 7191505    |
| 504550 | 20/08/1998 | Milena Brodwolf Padilha              | 5815030    |
| 496185 | 30/08/1998 | Milena Da Silva Sandri               | 6133309    |
| 502970 | 23/07/1998 | Milena Tenfen Hellmann               | 6794001    |
| 506968 | 14/04/1998 | Milleny Avi                          | 7127802    |
| 498743 | 21/01/1978 | Miriam Stadnick                      | 3638122    |
| 504580 | 12/04/1969 | Mirian Brodwolf                      | 2251984    |
| 497380 | 15/01/1993 | Monica Ariane De Paula               | 48927156   |
| 506889 | 12/04/1982 | Morgana Staroski                     | 4459461    |
| 507061 | 19/09/1995 | Nadine Schuster                      | 6.823.401  |
| 506014 | 02/01/1997 | Naiara Vicente Dos Santos            | 6230614    |
| 497774 | 05/01/1996 | Natalia Rodrigues                    | 5261627    |
| 496901 | 12/11/1997 | Nathan Daniel Swarowsky              | 4691711    |
| 504484 | 19/12/1995 | Nayane Ricobon Xavier                | 588967     |
| 503599 | 16/12/1982 | Nelza De Fatima De Assuncao          | 4149251    |
| 501972 | 23/06/1969 | Noeli Rassweiler Bachmann            | 4311819    |
| 506540 | 09/09/1997 | Pabla Andrade                        | 7107046    |
| 500862 | 10/12/1985 | Pablo Peiker                         | 129288159  |
| 498020 | 12/05/1998 | Pamela Aparecida Cardoso             | 6709126    |
| 506314 | 20/01/1994 | Pamela Danila Bertucci Oliveira      | 1115502    |
| 498421 | 01/11/1995 | Pamela Regina Degenhardt             | 4347498    |
| 497067 | 04/07/1988 | Paquiza Cristina De Oliveira         | 48057959   |
| 506414 | 27/01/1982 | Patricia Demiranda Santa Na De Souza | 4118692    |
| 499060 | 25/03/1982 | Patricia Elisangela Bogo             | 4085947    |
| 496302 | 17/10/1995 | Patricia Pereira                     | 53798686   |
| 502502 | 23/07/1988 | Paulo Roberto Schioenardie           | 41925122   |
| 506546 | 24/03/1998 | Pietra Stefani Minatti De Oliveira   | 5379944    |
| 498945 | 20/04/1987 | Priscila Batista Cardoso             | 46196202   |
| 495742 | 03/08/1993 | Priscila Gisele Fernandes            | 5654380    |
| 496063 | 22/04/1993 | Priscilla Sales                      | 5815750    |
| 495540 | 10/10/1996 | Rafael Alves Souza                   | 6050834    |
| 498880 | 08/01/1995 | Rafael Back                          | 5232015    |

|        |            |                                      |             |
|--------|------------|--------------------------------------|-------------|
| 504036 | 28/10/1988 | Rafael Silva                         | 5659465     |
| 497430 | 12/11/1993 | Rafaela Hammes Depine                | 5412138     |
| 506926 | 11/04/1990 | Rafaela Rosario                      | 51509440    |
| 496870 | 22/07/1995 | Ramon Jose Ferreira De Souza         | 5087174     |
| 499428 | 18/06/1975 | Regina Catia Kelim Thiel             | 3590756     |
| 499295 | 18/06/1978 | Regina Costa Spindola                | 3718210     |
| 499135 | 10/07/1989 | Reginaldo Gomes Dos Santos           | 23451203    |
| 502023 | 11/04/1982 | Rejane Rosa Da Silva                 | 198314      |
| 507320 | 15/06/1983 | Ricardo Carlos Silva                 | 6457509     |
| 507103 | 10/05/1994 | Rodrigo Julio Dos Santos De Carvalho | 5815179     |
| 497848 | 04/11/1981 | Rogério Luiz                         | 4068761     |
| 502073 | 12/04/1966 | Rosa Fronza                          | 1990413     |
| 505392 | 13/07/1977 | Rosana De Fatima Pires Dos Santos    | 4627961     |
| 496171 | 27/09/1982 | Rosana Maria Korb                    | 4691789     |
| 495761 | 21/06/1978 | Rosane Bruggmann                     | 3458942     |
| 505444 | 19/08/1964 | Rosangela Vargas Rosa Eleuterio      | 00001425100 |
| 501628 | 01/03/1989 | Rosemara Souza Santos                | 4528373     |
| 507294 | 21/10/1981 | Rosemeri Dos Santos Fernandes        | 4460508     |
| 501063 | 04/10/1982 | Rosilene Maria Da Motta De Souza     | 6133860     |
| 506560 | 04/05/1976 | Rubia De Fatima Rodrigues Hoffer     | 3717314     |
| 502174 | 21/09/1995 | Rubia Stapazoli                      | 6163839     |
| 500617 | 15/05/1976 | Rutineia Selhorst                    | 3211014     |
| 503062 | 14/06/1989 | Sabrina Franco                       | 4431122     |
| 496250 | 23/06/1994 | Sabrina Loffagen Tobias              | 5860665     |
| 505047 | 08/10/1994 | Saionara Comper Brandalize           | 5548918     |
| 504642 | 14/10/1965 | Salete Branger Kruger                | 1891523     |
| 498305 | 20/04/1993 | Samantha Bugs De Souza               | 5578413     |
| 505795 | 18/08/1994 | Samara Soares Da Silva               | 6292502     |
| 501053 | 31/01/1978 | Sandra Herbst                        | 3930852     |
| 496345 | 14/02/1986 | Sandra Pires De Moraes               | 49347349    |
| 495828 | 02/07/1992 | Sandra Regina Nilsen                 | 4475519     |
| 503852 | 06/03/1983 | Sandra Vieira Do Prado               | 4289294     |
| 496363 | 08/04/1996 | Saunara Vambommel                    | 5888334     |
| 496290 | 26/04/1991 | Scheila Mara Bressan                 | 4403515     |
| 496571 | 10/09/1999 | Scheila Stefani Stelow               | 7109682     |
| 498473 | 25/11/1989 | Sheena Carla Parma                   | 4724847     |
| 497958 | 04/09/1970 | Sigrid Harbs                         | 2499359     |
| 502791 | 03/11/1974 | Silvana Mello                        | 3210469     |
| 496739 | 28/11/1968 | Silvia Aparecida Batista             | 2628918     |
| 506241 | 12/08/1988 | Simone Fanton                        | 4056946     |
| 496447 | 01/07/1981 | Sonia Aparecida Correa Ferrari       | 4085738     |
| 499990 | 09/02/1981 | Sonia Buchling Bleichvel             | 3869304     |
| 506555 | 29/03/1985 | Sonia Kuhn                           | 47448342    |
| 497567 | 11/11/1997 | Stefanie De Novais                   | 6072596     |
| 497103 | 09/07/1991 | Stephanie Borba                      | 5379273     |
| 496689 | 19/09/1988 | Stephanie Klehm Krieger              | 5088850     |
| 506465 | 12/01/1989 | Suéli Olivia Carpes                  | 5088702     |
| 506255 | 22/10/1991 | Sueli Oliveira                       | 34952853    |
| 496643 | 18/12/1983 | Suellen Campestrini Da Silva         | 6133140     |
| 506588 | 26/12/1985 | Suzicleide Da Silva Pires            | 5031184     |
| 499287 | 01/04/1985 | Taciane Kantovick                    | 4475577     |
| 502017 | 11/08/1995 | Taina Arseno Barboza                 | 6133066     |
| 496407 | 05/02/1998 | Taina Cristina Gabe                  | 4833407     |

|        |            |                                   |             |
|--------|------------|-----------------------------------|-------------|
| 501293 | 13/08/1995 | Tainara Dos Santos                | 6338113     |
| 497638 | 02/05/1991 | Tainara Espindola Pires           | 50889947    |
| 501602 | 06/11/1997 | Tainara Maria Fronza              | 6668836     |
| 502443 | 14/01/1999 | Tainara Martins Seefeld           | 7191653     |
| 503325 | 22/10/1996 | Tairana Da Silva Figueira         | 5578712     |
| 502456 | 21/02/1992 | Taise Andressa Back               | 5654088     |
| 507236 | 12/10/1993 | Talita Aparecida Mazzini          | 5815314     |
| 503718 | 13/03/1999 | Talita Gabriele Godoy             | 5578891     |
| 504725 | 16/11/1991 | Tamara Karina Theis               | 4431179     |
| 496401 | 20/08/1986 | Tania Moreira Toassi              | 4342991     |
| 502973 | 26/03/1987 | Tatiana de Salles                 | 6812423     |
| 506700 | 05/12/1983 | Tatiane Maciel Dos Santos         | 46915885    |
| 497212 | 09/11/1998 | Tauane Feder                      | 6886383     |
| 496512 | 18/05/1994 | Thainara Thayse Steinbach De Lima | 4271621     |
| 500921 | 03/03/1994 | Tuanny Yasmim Ernst               | 4280339     |
| 506224 | 05/02/1997 | Tulio Westphalen Lima Prada       | 18509557    |
| 500185 | 01/02/1980 | Vanderlea Catafesta               | 4001302     |
| 497528 | 20/04/1993 | Vanderleia Baldo                  | 5088544     |
| 506637 | 13/05/1984 | Vanessa Edineia Da Silva Brehmer  | 3820447     |
| 499175 | 12/12/1996 | Vanessa Ariany Moik               | 09113179969 |
| 502596 | 05/03/1986 | Vanessa Campregher                | 49346865    |
| 498135 | 23/02/1986 | Vanessa De Souza                  | 44035126    |
| 505454 | 08/02/1990 | Vanessa Eleuterio Amaral da Silva | 3869334     |
| 504058 | 19/04/1983 | Vanessa Jeremias                  | 4203638     |
| 497066 | 21/11/1999 | Vanessa Lotin Lucio               | 6072080     |
| 504406 | 23/12/1987 | Vanessa Madruga Da Rosa           | 4948683     |
| 504073 | 21/05/1996 | Veronica Franca Mar               | 5843155     |
| 499253 | 02/04/1997 | Victoria Bonfanti Prust           | 5815141     |
| 507069 | 27/06/1988 | Vinicius Tochetto                 | 1083805141  |
| 501517 | 04/07/1991 | Vitor Da Silva Rosa               | 04746574304 |
| 507063 | 17/05/1997 | Vitor Matheus                     | 5379936     |
| 506092 | 09/07/1999 | Wellington Otto Bernardo          | 6307180     |
| 496225 | 17/05/1972 | Zeli Batista Barboza              | 2917840     |

**LEI 5.789**

LEI Nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**CAPÍTULO I**  
**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Rio do Sul para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais).

**CAPÍTULO II**  
**DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS**

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo da administração direta para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 193.536.222,00 (cento e noventa e três milhões, quinhentos e trinta e seis mil duzentos e vinte e dois reais), e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 6.598.102,08 (seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e dois reais e oito centavos).

§ 1º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                              |                |
|------------------------------|----------------|
| RECEITAS CORRENTES           | 170.385.951,54 |
| Receita Tributária           | 45.537.000,00  |
| Receita de Contribuições     | 4.600.000,00   |
| Receita Patrimonial          | 1.308.650,00   |
| Receita Agropecuária         | 5.000,00       |
| Transferências Correntes     | 100.766.940,00 |
| Outras Receitas Correntes    | 18.168.361,54  |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | 13.785.000,00  |
| RECEITA DE CAPITAL           | 36.935.270,46  |
| Operações de Crédito         | 6.400.000,00   |
| Alienação de Bens            | 10.000,00      |
| Transferência de Capital     | 30.525.270,46  |
| TOTAL GERAL DA RECEITA       | 193.536.222,00 |

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

|  |  |                |
|--|--|----------------|
| I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA |  |                |
| 02-  | Gabinete do Prefeito                                       | 11.097.270,46  |
| 03-  | Gabinete do Vice-Prefeito                                  | 271.000,00     |
| 04-  | Procuradoria Geral do Município                            | 1.880.000,00   |
| 05-  | Secretaria de Plan. Urb. e Meio Ambiente                   | 35.821.825,10  |
| 06-  | Secretaria de Administração                                | 8.510.000,00   |
| 07-  | Secretaria da Fazenda                                      | 13.323.876,36  |
| 08-  | Secretaria de Educação                                     | 62.113.100,00  |
| 09-  | Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo | 1.917.750,00   |
| 10-  | Secretaria de Obras e Serviços Urbanos                     | 11.565.000,00  |
| 11-  | Secretaria de Agricultura                                  | 1.806.000,00   |
| 12-  | Secretaria de Assistência Social e Habitação               | 5.143.600,00   |
| 99-  | Reserva de Contingência                                    | 10.000,00      |
|  | SUBTOTAL   | 153.459.421,92 |
| 01-  | Câmara Municipal de Vereadores                             | 6.598.102,08   |
|  | Transf. Financeira Câmara – FAP                            | 515.000,00     |
| 20-  | Transf. Financeira a Fundação Cultural                     | 2.250.000,00   |
| 30-  | Transf. Financeira a Fundação Mun. Desportos               | 2.750.000,00   |
| 40-  | Transf. Financeira ao Fundo Mun. de Saúde                  | 26.800.698,00  |
| 50-  | Transf. Financeira ao Fundo de Assist. Social              | 630.000,00     |
| 60-  | Transf. Financeira ao FIA                                  | 12.000,00      |
| 70-  | Transf. Financeira ao FAP                                  | 521.000,00     |
|  | SUBTOTAL   | 40.076.800,08  |
|  | TOTAL  | 193.536.222,00 |

|   |                         |                |
|---|-------------------------|----------------|
| II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTO CONSOLIDADO |                         |                |
| 01-   | LEGISLATIVA             | 6.598.102,08   |
| 04-   | ADMINISTRAÇÃO           | 30.322.000,00  |
| 06-   | SEGURANÇA PÚBLICA       | 949.500,00     |
| 08-   | ASSISTÊNCIA SOCIAL      | 9.772.058,00   |
| 09-   | PREVIDÊNCIA SOCIAL      | 22.181.820,00  |
| 10-   | SAÚDE                   | 92.106.968,46  |
| 12-   | EDUCAÇÃO                | 62.113.100,00  |
| 13-   | CULTURA                 | 2.960.000,00   |
| 15-   | URBANISMO               | 34.316.825,10  |
| 18-   | GESTÃO AMBIENTAL        | 4.500.000,00   |
| 20-   | AGRICULTURA             | 1.806.000,00   |
| 23-   | COMÉRCIO E SERVIÇOS     | 1.917.750,00   |
| 25-   | ENERGIA                 | 4.600.000,00   |
| 27-   | DESPORTO E LAZER        | 2.780.000,00   |
| 28-   | ENCARGOS ESPECIAIS      | 7.065.876,36   |
| 99-   | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 10.010.000,00  |
|   | TOTAL                   | 294.000.000,00 |

|   |                                      |                |
|---|--------------------------------------|----------------|
| III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA CONSOLIDADO |                                      |                |
| 3.3.0.00.00   | DESPESAS CORRENTES                   | 224.134.526,67 |
| 3.3.1.71.00   | Transferências a Consórcios Públicos | 5.600,00       |
| 3.3.1.90.00   | Pessoal e Encargos Sociais           | 94.340.969,01  |
| 3.3.1.91.00   | Operações entre Órgãos               | 13.264.793,45  |

|             |  |                |
|-------------|--|----------------|
| 3.3.2.90.00 | Juros e Encargos da Dívida   | 703.000,00     |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas   | 33.790.949,92  |
| 3.3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos   | 1.400,00       |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes  | 80.190.814,29  |
| 3.3.3.91.00 | Aplicações diretas decorrentes   | 1.800.000,00   |
| 3.3.3.93.00 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS | 37.000,00      |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL  | 59.855.473,33  |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos  | 52.779.596,97  |
| 3.4.5.90.00 | Inversões financeiras  | 10.000,00      |
| 3.4.6.90.00 | Amortização da Dívida  | 7.065.876,36   |
| 3.9.9.99.99 | Reserva de Contingência  | 10.010.000,00  |
|             | TOTAL  | 294.000.000,00 |

Art. 3º. O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 91.392.198,00 (noventa e um milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais).

§ 1º. A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias do Fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |  |               |
|-----------------|--|---------------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                     | 58.152.500,00 |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial                    | 0,00          |
| 4.1.7.0.0.00.00 | Transferências Correntes               | 58.152.500,00 |
| 4.2.0.0.0.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL                    | 6.439.000,00  |
| 4.2.2.0.0.00.00 | Alienação de Bens                      | 10.000,00     |
| 4.2.4.0.0.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL              | 6.429.000,00  |
|                 | Transferência Financeira Recebida 0102 | 26.900.698,00 |
|                 | TOTAL RECEITA FMS                      | 91.392.198,00 |

§ 2º. A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo, é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e de acordo com o seguinte desdobramento:

|             |  |               |
|-------------|--|---------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 83.904.198,00 |
| 3.3.1.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos   | 5.600,00      |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais             | 13.613.698,00 |
| 3.3.1.91.00 | Operações entre Órgãos                 | 2.852.000,00  |
| 3.3.2.00.00 | Juros e encargos da Dívida             | 3.000,00      |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 27.390.000,00 |
| 3.3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos   | 1.400,00      |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 40.036.500,00 |
| 3.3.3.93.00 | Transferências a Consórcio Público     | 2.000,00      |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                    | 7.488.000,00  |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos                          | 6.788.000,00  |
| 3.4.6.00.00 | Amortização da Dívida                  | 700.000,00    |
|             | TOTAL                                  | 91.392.198,00 |

Art. 4º. O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 4.581.458,00 (quatro milhões quinhentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).

§ 1º. A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município e de receitas próprias do Fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |                                   |              |
|-----------------|-----------------------------------|--------------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                | 1.951.458,00 |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial               | 59.000,00    |
| 4.1.7.0.0.00.00 | Transferências Correntes          | 1.891.458,00 |
| 4.1.9.0.0.00.00 | Outras receitas Correntes         | 1.000,00     |
| 4.2.0.0.0.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL               | 2.000.000,00 |
| 4.2.4.0.0.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL         | 2.000.000,00 |
|                 | Transferência Financeira Recebida | 630.000,00   |
|                 | TOTAL RECEITA FMAS                | 4.581.458,00 |

§ 2º. A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

|             |  |              |
|-------------|--|--------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 2.285.458,00 |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais             | 246.380,00   |
| 3.3.1.91.00 | Operações entre Órgãos                 | 70.920,00    |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 530.058,00   |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 1.438.100,00 |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                    | 2.296.000,00 |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos                          | 2.296.000,00 |
|             | TOTAL                                  | 4.581.458,00 |



Art. 5º. O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

§ 1º. A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de Contribuições, de transferências do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |                                   |           |
|-----------------|-----------------------------------|-----------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                | 35.000,00 |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial               | 34.500,00 |
| 4.1.7.0.0.00.00 | Transferências Correntes          | 500,00    |
|                 | Transferência Financeira Recebida | 12.000,00 |
|                 | TOTAL RECEITA FIA                 | 47.000,00 |

§ 2º. A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

|             |  |           |
|-------------|--|-----------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 47.000,00 |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 25.000,00 |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 22.000,00 |
|             | TOTAL                                  | 47.000,00 |

Art. 6º. O Orçamento do FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES – FAP, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 31.181.820,00 (trinta e um milhões, cento e oitenta e um mil, oitocentos e vinte reais).

§ 1º. A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de contribuições de segurados, contribuições patronais do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |  |               |
|-----------------|--|---------------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                     | 15.521.900,00 |
| 4.1.2.0.0.00.00 | Receita de Contribuições               | 5.975.500,00  |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial                    | 9.505.400,00  |
| 4.1.9.0.0.00.00 | Outras Receitas Correntes              | 41.000,00     |
| 4.7.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 15.623.920,00 |
|                 | Transferências Financeiras Recebidas   | 1.036.000,00  |
|                 | TOTAL RECEITA FAP                      | 32.181.820,00 |

§ 2º. A despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

|             |                            |               |
|-------------|----------------------------|---------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES         | 22.081.820,00 |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 20.180.820,00 |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes  | 1901.000,00   |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL        | 100.000,00    |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos              | 100.000,00    |
| 3.9.9.99.99 | Reserva de Contingência    | 10.000.000,00 |
|             | TOTAL                      | 32.181.820,00 |

### CAPÍTULO III

#### DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 7º. O Orçamento da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.960.000,00 (dois milhões, novecentos e sessenta mil reais).

§ 1º. A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias da Fundação Cultural e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |                                   |              |
|-----------------|-----------------------------------|--------------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                | 710.000,00   |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial               | 10.000,00    |
| 4.1.7.0.0.00.00 | Transferências Correntes          | 350.000,00   |
| 4.1.9.0.0.00.00 | Outras Receitas Correntes         | 350.000,00   |
| 4.2.4.0.0.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL         | 0,00         |
|                 | Transferência Financeira Recebida | 2.250.000,00 |
|                 | TOTAL RECEITA FUNDAÇÃO CULTURAL   | 2.960.000,00 |

§ 2º. A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

|             |  |              |
|-------------|--|--------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 2.950.000,00 |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais             | 930.000,00   |
| 3.3.1.91.00 | Operações entre Órgãos                 | 70.000,00    |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 940.000,00   |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 1.010.000,   |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                    | 10.000,00    |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos                          | 10.000,00    |
|             | TOTAL                                  | 2.960.000,00 |

Art. 8º. O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em



R\$ 2.780.000,00 (dois milhões setecentos e oitenta mil reais).

§ 1º. A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo será oriunda de transferências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e de outras receitas próprias da Fundação e de acordo com o seguinte desdobramento:

|                 |                                   |              |
|-----------------|-----------------------------------|--------------|
| 4.1.0.0.0.00.00 | RECEITAS CORRENTES                | 30.000,00    |
| 4.1.3.0.0.00.00 | Receita Patrimonial               | 10.000,00    |
| 4.1.9.0.0.00.00 | Outras receitas Correntes         | 20.000,00    |
| 4.2.4.0.0.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL         | 0,00         |
|                 | Transferência Financeira Recebida | 2.750.000,00 |
|                 | TOTAL RECEITA FMD                 | 2.780.000,00 |

§ 2º. A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:

|             |  |              |
|-------------|--|--------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 1.970.000,00 |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais             | 472.200,00   |
| 3.3.1.91.00 | Operações entre Órgãos                 | 10.000,00    |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 365.000,00   |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 1.122.800,00 |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                    | 810.000,00   |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos                          | 810.000,00   |
|             | TOTAL                                  | 2.780.000,00 |

Art. 9º. O Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2017, fixa a Despesa em R\$ 6.598.102,08 (seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil cento e dois reais e oito centavos).

§ 1º. A entrada de recursos a que se refere este artigo será proveniente de transferências do Município, no valor de R\$ 6.598.102,08 (seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil cento e dois reais e oito centavos).

§ 2º. Para custear as despesas com os Inativos, será repassado ao Fundo de Aposentadorias e Pensões – FAP R\$ 515.000,00 totalizando R\$ 7.113.102,08 (sete milhões cento e treze mil cento e dois reais e oito centavos) a transferência financeira total para a Câmara.

§ 3º. A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

|             |  |              |
|-------------|--|--------------|
| 3.3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES                     | 5.690.850,67 |
| 3.3.1.90.00 | Pessoal e Encargos Sociais             | 4.156.861,01 |
| 3.3.1.91.00 | Operações entre Órgão                  | 461.873,45   |
| 3.3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas | 65.891,92    |
| 3.3.3.90.00 | Outras Despesas Correntes              | 1.006.224,29 |
| 3.4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                    | 845.330,07   |
| 3.4.4.90.00 | Investimentos                          | 907.251,41   |
|             | TOTAL                                  | 6.598.102,08 |

Art. 10. Os recursos da Reserva de Contingência de todos os orçamentos serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, para obtenção de resultado primário positivo e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, ou se efetivando a cobrança de dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinado ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, a remanejar por decreto dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da lei Federal nº. 4.320/94, a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias;

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder

Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 16. Durante o exercício de 2017 o Executivo poderá realizar Operações de Crédito, mediante autorização Legislativa específica, para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas está prevista de forma global na atividade 2.002 no Gabinete do Prefeito na rubrica orçamentária 3.3.50.00 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e beneficiará somente aquelas que atendam a existência de interesse público de acordo com a legislação vigente.

Art. 18. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### LEI 5.790

LEI Nº 5.790, de 16 de dezembro de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica suplementada até o limite de R\$ 732.858,54 (setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 06.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO   |     |            |
| 06.01     | GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO |     |            |
| 2.145     | Pessoal e Encargos – Administração      |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                      |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais              |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                      |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                     | R\$ | 732.858,54 |
|           | TOTAL                                   | R\$ | 732.858,54 |

Art. 2º. Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 732.858,54 (setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 05.00     | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMB. |     |            |
| 05.03     | DEPARTAMENTO DE URBANISMO                           |     |            |
| 1.079     | Contrapartida de Convênios                          |     |            |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital                                 |     |            |
| 4.4.00.00 | Investimentos                                       |     |            |
| 4.4.90.00 | Aplicações Diretas                                  |     |            |
| 01000000  | Recursos Ordinários                                 | R\$ | 732.858,54 |
|           | TOTAL   | R\$ | 732.858,54 |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### LEI 5.791

LEI Nº 5.791, de 16 de dezembro de 2016

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Ficam suplementadas até o limite de R\$ 576.650,89 (quinhentos e setenta e sei mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

|           |   |     |            |
|-----------|---|-----|------------|
| 40.00     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                                  |     |            |
| 40.01     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                                  |     |            |
| 2.149     | Pessoal e Encargos Sociais – Saúde                        |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes  |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais                                |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas  |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde  | R\$ | 382.650,89 |
| 40.02     | ATENÇÃO BÁSICA  |     |            |
| 2.135     | Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes  |     |            |
| 3.1.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais                                |     |            |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas  |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde  | R\$ | 194.000,00 |
|           | TOTAL   | R\$ | 576.650,89 |

Art. 2º. Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesa importância de R\$ 576.650,89 (quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

|           |  |     |            |
|-----------|--|-----|------------|
| 40.00     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 40.01     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE               |     |            |
| 2.078     | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                     |     |            |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes              |     |            |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 302.683,93 |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital                    |     |            |
| 4.4.00.00 | Investimentos                          |     |            |
| 4.4.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 109.163,83 |
| 40.05     | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA               |     |            |
| 2.087     | Blfab – Farmácia Básica                |     |            |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes                     |     |            |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes              |     |            |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                     |     |            |
| 01020000  | Recursos Saúde                         | R\$ | 164.803,13 |
|           | TOTAL                                  | R\$ | 576.650,89 |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2016  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## LEI 5.792

LEI Nº 5.792, de 16 de dezembro de 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO NÃO ONEROSA, COM ENCARGOS, IMÓVEL QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber por doação não onerosa, com fulcro no artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul dos Senhores, Joventino Montagna, inscrito no CPF sob o nº 082.328.149-34 e Maria dos Santos Montagna, inscrita no CPF sob o nº 648.656.579-91, o seguinte imóvel:

I – um terreno situado à linha rural Rio Itajaí do Oeste, margem direita, na localidade de Barragem, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com a área de 135.688,00 m² (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito metros quadrados), matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 53.908.

Art. 2º. O imóvel recebido em doação destina-se a abertura de via pública denominada transenvente, conforme projeto constante no anexo

da presente Lei.

Parágrafo único. O imóvel objeto da doação está avaliado no importe total de R\$ 876.526,80 (oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), conforme laudo de avaliação efetuado através de competente comissão, o qual é integrante da presente Lei.

Art. 3º. Os proprietários do imóvel efetuarão sobre suas expensas toda a infraestrutura da via que passa sobre o imóvel, principalmente em relação a terraplanagem, instalação de rede de drenagem pluvial, rede de distribuição de água tratada, rede de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, revestimento primário das vias de acesso e pavimentação das vias com lajotas hexagonais de concreto.

Art. 4º. Em contrapartida ao recebimento do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei, o Município de Rio do Sul realizará autorização e efetiva abertura da via pública, no prazo máximo de 06 (seis) meses, sob pena de reversão ao patrimônio dos doadores.

Art. 5º. Fazem parte integrante da presente Lei:

- I – matrícula do imóvel recebido por doação;
- II – laudo de avaliação;
- III – projeto da obra pública de abertura de rua;
- IV – memorial descritivo.

Art. 6º. As despesas necessárias para execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### **LEI 5.793**

LEI Nº 5.793, de 16 de dezembro de 2016.

“AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM INTERVENIÊNCIA DA 7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para uso exclusivo da 7ª Delegacia Regional de Polícia, sediada no Município de Rio do Sul, o seguinte veículo:

I – 01 (um) veículo marca Fiat, modelo Palio Adv. Locker 1.8, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, cor preta, ano de fabricação/ modelo 2011/2012, chassi 9BD17309PC4354562, RENAVAM nº 335221360, placas MIJ 7805, com todos os equipamentos obrigatórios.

Parágrafo único. O veículo objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente a execução dos serviços de policiamento ostensivo motorizado pela 7ª Delegacia Regional de Polícia, sediada no Município de Rio do Sul, ficando a cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário a execução do serviço e pelo bom uso do equipamento.

Art. 2º. As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, correrão à conta do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e da 7ª Delegacia Regional de Polícia.

Art. 3º. A cessão de uso de que trata esta Lei será por prazo determinado, constante na minuta do Termo de Cessão de Uso em anexo, e poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.794**

LEI Nº 5.794, de 16 de dezembro de 2016.

“INSTITUI E REGULAMENTA O CONSELHO ESCOLAR NOS CENTROS EDUCACIONAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Escolar nos Centros Educacionais e Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino, órgão colegiado representativo da comunidade escolar, de caráter deliberativo, consultivo, fiscalizatório e mobilizador.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar, o conjunto dos diferentes segmentos constitutivos da unidade escolar: profissionais de educação e demais funcionários, estudantes, pais, mães ou responsáveis pelos estudantes matriculados.

Art. 2º. O Conselho Escolar tem a finalidade de assegurar a participação representativa de todos os segmentos da comunidade escolar na construção da gestão democrática da escola, exercendo as funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizatório e mobilizador.

§ 1º. A função consultiva está em analisar e emitir pareceres sobre dúvidas e problemas em situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, além de propor alternativas de soluções, prioridades e procedimentos para melhoria da aprendizagem.

§ 2º. A função deliberativa dispõe em decidir sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovar encaminhamentos de problemas, propondo à Direção ações a serem desenvolvidas, elaborar e fazer cumprir normas internas sobre questões referentes aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, respeitando as normas legais e diretrizes das legislações federais, estaduais e municipais.

§ 3º. A função fiscalizatória significa acompanhar e fiscalizar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

§ 4º. A função mobilizadora é apoiar e estimular ações que promovam a participação de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo, assim, para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

Art. 3º. O Conselho Escolar não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, radical, étnico ou lucrativo, e seus membros não serão remunerados.

Art. 4º. São objetivos do Conselho Escolar:

I – constituir-se em instrumento de democratização da gestão escolar e das relações no interior da escola, ampliando os espaços da efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios;

II – promover o exercício da cidadania, articulando a participação e interação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma educação pública de qualidade social, responsabilizando-se coletivamente por suas deliberações;

III – acompanhar e avaliar o trabalho administrativo e pedagógico desenvolvido na escola, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o projeto político-pedagógico;

IV – assegurar o cumprimento da função da escola, visando o direito de aprender e desenvolver-se dos estudantes.

Art. 5º. As atribuições e competências do Conselho Escolar seguirão o que determina a legislação vigente, e, em especial, as definidas em seu Regimento Interno.

Art. 6º. O Conselho Escolar será constituído pela comunidade escolar que protagoniza a ação educativa da escola, sendo seus representantes eleitos entre seus pares, mediante eleição direta e secreta, nos termos de seu Regimento Interno, respeitando a realidade da comunidade escolar e preferencialmente a igualdade de gênero entre seus membros.

Parágrafo único. Serão considerados eleitos membros do Conselho Escolar os candidatos mais votados e, por suplente, os subseqüentes de votos, observando-se o segmento.

Art. 7º. O Conselho Escolar compor-se-á de pais, mães ou responsáveis legais dos estudantes regularmente matriculados e frequentando as aulas, membros do Magistério (professores, pedagogos e diretor) e demais servidores efetivos (serviços gerais, cozinheiro, secretário e demais profissionais de apoio) e contratados temporariamente.

§ 1º. A constituição do Conselho Escolar respeitará a composição mínima de 06 (seis) membros ou 10 (dez) membros, conforme a realidade da comunidade escolar, assegurando em sua composição a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) aos segmentos pais/responsáveis legais e 50% (cinquenta por cento) aos segmentos professores/servidores efetivos ou contratados temporariamente.

§ 2º. O diretor da escola integrará o Conselho Escolar na qualidade de membro nato.

Art. 8º. A eleição do Conselho Escolar será realizada a cada dois anos, sendo organizada por Comissão Eleitoral, constituída por uma equipe de no mínimo 03 (três) membros, escolhidos em Assembleia Geral e atendendo às normas de cada Regimento Interno.

Parágrafo único. São inelegíveis para compor o Conselho Escolar, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau por adoção, do diretor e/ou secretário da escola.

Art. 9º. Os conselheiros deverão, na sua primeira reunião, estabelecer entre os eleitos quem deve assumir o cargo de presidente e de secretário, devendo, ambos serem maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo único. O cargo de presidente deverá ser exercido preferencialmente por conselheiro que não acumule cargos de direção escolar ou presidente da Associação de Pais e Professores.

Art. 10. Os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar serão definidos em seu Regimento Interno.

Art. 11. As demais normas e especificidades de cada Conselho Escolar serão definidas em seu Regimento Interno.

Art. 12. Cabe à Secretaria Municipal de Educação expedir orientações e normas complementares ao pleno funcionamento do Conselho Escolar.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### **LEI 5.795**

LEI Nº 5.795, de 16 de dezembro de 2016.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS / EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, fica concedido revisão geral anual, no percentual de 7,3888% (sete vírgula três mil oitocentos e oitenta e oito por cento) a partir de 1º de janeiro de 2017, incidente sobre os valores das tabelas de vencimento dos servidores públicos, dos empregados públicos, do Poder Executivo Municipal (Administração Direta e Indireta), dos contratados temporariamente e aos do Poder Legislativo.

§ 1º. Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto nesta Lei aos subsídios dos Agentes Públicos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais) e do Poder Legislativo (Vereadores).

§ 2º. As disposições da presente Lei são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pagas pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), e as custeadas pelos cofres públicos, com repasse ao órgão gestor, à execução dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade, os quais serão revistos na data de índice fixado pelo Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º. O percentual fixado no caput deste artigo é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de dezembro de 2015 a novembro de 2016, conforme indica o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento de 2017.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### **LEI COMPLEMENTAR 343**

LEI COMPLEMENTAR Nº 343, de 16 de dezembro de 2016.

"REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Ficam revogados os incisos III e IV, do artigo 346, bem como os artigos 367 ao 375, além do artigo 421, todos da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul



**LEI COMPLEMENTAR 344**

LEI COMPLEMENTAR Nº 344, de 16 de dezembro de 2016.

"ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 302, DE 24 DE JUNHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Revoga o inciso II, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015.

Art. 2º. Altera os §§ 1º e 2º, as alíneas "b", "e", "j", "k", "o", "p", "r" e "s" todas do inciso I, além do caput do artigo 3º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será sempre exigido:

I - (...)

b) parcelamento de solo mediante condomínio fechado ou loteamento, a partir de 40 (quarenta) lotes;

(...)

e) comércio e serviço de grande porte, acima de 2.500,00 m² como: galpões, depósitos, armazéns, entrepostos, garagens de veículos, transportes de cargas, coletivos e táxis ou transportadoras com área de estocagem, a céu aberto ou construído;

(...)

j) casas de espetáculos, boates, danceterias e congêneres, centros de eventos;

k) clubes de lazer ou sociedades esportivas com área de terreno igual ou superior a 2.500,00 m²;

(...)

o) estabelecimentos de uso educacional, destinados ao ensino fundamental, ensino médio e/ou profissionalizante e ensino superior;

p) igrejas e templos religiosos, com área destinada para a realização de cerimônia religiosa;

(...)

r) indústria de grande porte, acima de 2.500,00 m², independente do nível de degradação ambiental, exceto quando localizadas nas sub-zonas ZCD3 e ZI;

s) aterros sanitários, estações de tratamento de água e esgoto com qualquer área e atividade de reciclagem quando a movimentação diária a partir de 1 tonelada/dia;

(...)

§ 1º. Poderá ser exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), pelo órgão municipal competente, em qualquer empreendimento, independente dos requisitos determinados neste artigo, sempre que na análise prévia este seja considerado causa de impacto substancial na área de vizinhança.

§ 2º. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), será solicitado ao empreendedor na análise do projeto".

Art. 3º. Acrescenta o § 3º, ao artigo 4º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. (...)

§ 3º. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), será executado pelo empreendedor, por solicitação do Poder Executivo Municipal à empreendimentos e atividade públicas ou privadas que interferirem na qualidade de vida da população residente ou usuária da área e suas proximidades, quando houver impacto, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – Adensamento populacional;

II – Equipamentos urbanos e comunitários;

III – Uso e ocupação do solo;

IV – Valorização imobiliária;

V – Geração de tráfego e demanda de transporte;

VI – Ventilação e iluminação;

VII – Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Art. 4º. Altera o caput e os incisos I, II e IV, todos do artigo 5º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Sobre a análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):

I – O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) será analisado pela Comissão Permanente do Plano Diretor;

II – Não será expedido o Alvará de Construção, Alvará de Funcionamento ou Alvará de Parcelamento do Solo, sem a assinatura do Termo de Compromisso das medidas compensatórias para aprovação do projeto;

(...)

IV – O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) não dispensa nem substitui o Licenciamento Ambiental.

Art. 5º. Altera os incisos I e II e o parágrafo único, e revoga o inciso III, todos do artigo 6º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. (...)

I – analisar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);

II – emitir, a partir do protocolo, com prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a deliberação contendo a aceitação ou não do Estudo Prévio, propondo, se necessário, alterações e ajustes para melhor análise dos impactos que possam advir do empreendimento;

III – (revogado)

Parágrafo único. A Comissão Permanente do Plano Diretor poderá exigir esclarecimentos e complementações das informações prestadas, caso em que, ficará suspenso o prazo determinado no inciso II, até a entrega, pelo empreendedor, das informações adicionais solicitadas".

Art. 6º. Altera o caput, os incisos I, II e III, e revoga as alíneas "a", "b" e "c" e o parágrafo único, todos do artigo 7º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 7º. Após a Comissão Permanente do Plano Diretor emitir parecer sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) apresentado para análise, o empreendedor deverá:

I – fornecer versão digital do relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) com vistas à sua disponibilização na página eletrônica oficial do Município, protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, para manifestação popular em até 15 (quinze) dias;

II – fornecer juntamente com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) digitalizado, cópia de todos os anexos necessários à compreensão do empreendimento, como projetos, licenças, laudos, etc.;

III – a manifestação popular deverá ocorrer por meio digital (endereço eletrônico) ou por escrito, endereçada à Assessoria do Plano Diretor, devendo ser juntada ao protocolo de análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

a) (revogado)

b) (revogado)

c) (revogado)

Parágrafo único. (revogado)”.

Art. 7º. Altera o artigo 8º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. Após o prazo de manifestações, os documentos e manifestações deverá ser encaminhados à Comissão Permanente do Plano Diretor para nova análise e complementação do Parecer, se necessário, a partir das contribuições da sociedade”.

Art. 8º. Altera o caput e revoga o parágrafo único, ambos do artigo 9º, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá ser arquivado definitivamente na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos ou deixar de atender qualquer das solicitações, num prazo igual a noventa dias, a contar do despacho da Comissão Permanente do Plano Diretor.

Parágrafo único. (revogado)”.

Art. 9º. Altera o artigo 10, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Após a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e assinatura do Termo de Compromisso, a Comissão Permanente do Plano Diretor deverá emitir parecer favorável à liberação do empreendimento, sendo que a emissão do Alvará de Construção ou de Funcionamento ficará condicionado à aprovação das demais exigências da Lei Complementar nº 163/2006.

§ 1º. O Termo de Compromisso é o documento em que o empreendedor se compromete em arcar com a execução de melhorias e intervenções necessárias para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos do empreendimento ou atividade.

§ 2º. O Termo de Compromisso deverá estar, durante o tempo de implantação do empreendimento, na obra junto com o Alvará de Construção”.

Art. 10. Altera o artigo 11, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) deverá ser elaborado por profissional qualificado na área de urbanismo ou equipe multidisciplinar, com a participação de pelo menos um urbanista ou profissional especializado em urbanismo, devidamente habilitado, e deverá ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica”.

Art. 11. Revoga o artigo 12, da Lei Complementar nº 302, de 24 de junho de 2015.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## **PORTARIA N. 1366/RH**

PORTARIA Nº. 1366/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a ROSILENE DUMKE PETRI, nomeada pela Portaria nº 1246/RH de 11 de novembro de 2016, publicada em 24 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

**PORTARIA N. 1367/RH**

PORTARIA Nº. 1367/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a MARIA LUCIA DOS SANTOS, nomeada pela Portaria nº 1249/RH de 16 de novembro de 2016, publicada em 24 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40 HORAS, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

**PORTARIA N. 1368/RH**

PORTARIA N. 1368/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender por 14 (catorze) dias, contados a partir de 19 de dezembro de 2016, o prazo para posse dos candidatos nomeados em Concurso Público, em virtude do período de recesso, conforme Decreto nº 5581, de 19 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/10/2016.

Art. 2º O prazo para posse dos candidatos acima citados, deverá reiniciar-se em 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**PORTARIA N. 1374/RH**

PORTARIA Nº. 1.374/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cancelar, a partir de 20/11/2016, o regime suplementar de 10 (dez) horas semanais no CE Roberto Machado, concedido através da Portaria n. 0051/RH de 15/01/2016 à servidora municipal JOICE SABINA MAY, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0051/RH de 15 de janeiro de 2016 publicada no diário oficial dos municípios em 25/01/2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos legais a partir de 20/11/2016.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**PORTARIA N. 1376/RH**

PORTARIA N. 1376/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Alterar o Art. 1º, da Portaria n. 1243/RH 08 de novembro de 2016, publicada em 11 de novembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/11/2016, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo servidor LUIZ GONZAGA MAÇANEIRO, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos proporcionais e sem paridade, conforme Decreto nº 5709, de 14 de dezembro de 2016.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

**Portaria n.º 1377/RH**

PORTARIA Nº 1377/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) EVALCI ZUNINO FACHNER, matrícula n.º 90476, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 02/10/2016, de acordo com o Art. 40º, § 5º, da CF, e ter permanecido em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 02/10/2016.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOT

**PORTARIA Nº 004.2016.CAP PREMIO NODGI PELLIZZETTI, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 004/2016/CAP Prêmio Nodgi Pellizzetti 2015, de 16 de dezembro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS – CAP, do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015, no uso das atribuições nos termos da portaria 002/2015, de 16 de junho de 2015 e nos termos do Edital do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015 e das Leis Complementares 270/2013 e 281/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Homologar o resultado da avaliação dos relatórios de atividades de nove (9) projetos do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015 e de três (3) respostas à diligências técnicas solicitadas durante reunião desta mesma comissão no dia 27/10/2016.

Art. 2º - A reunião que analisou os documentos citados no art. 1º foi realizada na Administração da Fundação Cultural de Rio do Sul, no dia 16/12/2016, com início às 8h e término às 12h.

Art. 3º - Os relatórios de atividades apresentados poderão ser enquadrados como:

a) Aprovado de forma conclusiva;

b) Diligenciado com a imediata solicitação de esclarecimentos;

c) Rejeitadas com a determinação de imediata instauração da tomada de contas especial, compreendendo a auditoria do projeto e solicitação de relatórios e extratos financeiros.

Art. 4º - Os proponentes diligenciados terão até 40 (quarenta) dias úteis, a contar da data do recebimento da diligência, para o encaminhamento das informações adicionais.

Art. 5º - As respostas às diligências devem ser encaminhadas em envelope lacrados, entregues na Secretaria da Fundação Cultural de Rio do Sul ou por Correios com Aviso de Recebimento (AR), contendo etiqueta com a seguinte identificação:

RESPOSTA A DILIGÊNCIA TÉCNICA  
PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2015  
NOME DO PROJETO:  
PROponente:

Art. 6º - Após reunião da Comissão de Acompanhamento de Processos, o resultado final dos relatórios analisados neste encontro, ficaram assim definidos:

| PROJETO   | PROTOCOLO   | SITUAÇÃO                     |
|---|-------------|------------------------------|
| DAS KOCHBUCH DER OMA DER SCHUTZENVEREIN "O LIVRO DE RECEITAS DAS VOVÓS DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO"   | FMIC2015-85 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| GRAVAÇÃO VIDEOCLÍPE DOS COSTELETAS  | FMIC2015-37 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| CARTAS PARA FRANKENBERGER   | FMIC2015-76 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| NODGI ENEAS PELLIZZETTI - O SEMBLANTE DE UM SONHADOR  | FMIC2015-75 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| XOKLENG: ONTEM E HOJE   | FMIC2015-70 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| BANDA HOMEM LIXO - CD   | FMIC2015-73 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| TRIBUTOS A NÓS MESMOS - VINIL   | FMIC2015-72 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| HISTÓRIAS QUE (DES)ENCANTAM A COMUNIDADE: CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DE TERRITORIALIDADE INDÍGENA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | FMIC2015-14 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |
| IMPERFEIÇÃO - A DANÇA DE UMA VIDA   | FMIC2015-13 | APROVADO DE FORMA CONCLUSIVA |

Art. 7º - As respostas às diligências técnicas, solicitadas pela reunião realizada no dia 27/10/2016, ficaram assim analisadas:

| PROJETO  | PROTOCOLO   | SITUAÇÃO                     |
|--|-------------|------------------------------|
| NAS MÃOS DE SERGIO CANALE - O FERRO EM SUAS FORMAS E FIGURAS | FMIC2015-03 | APROVADA DE FORMA CONCLUSIVA |
| MUSEU DA MADEIRA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS                | FMIC2015-22 | APROVADA DE FORMA CONCLUSIVA |
| RIO DO SUL MAIS COLORIDO                                     | FMIC2015-10 | APROVADA DE FORMA CONCLUSIVA |

Art. 8º - A CAP encaminhará correspondência eletrônica (e-mail) para todos os proponentes, informando o resultado da análise de seus respectivos relatórios e, no caso dos projetos diligenciados, solicitando informações adicionais.

Art. 9º - Fica a critério da Fundação Cultural de Rio do Sul articular com os proponentes, que possuem contrapartidas pendentes, as datas, locais e horários para sua realização.

QIAH SALLA  
Presidente da Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP)  
Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2015

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2016.  
(O original assinado encontra-se na Fundação Cultural de Rio do Sul)

**Portaria Nº 1.373/2016**  
PORTARIA N. 1.373/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido, a servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, portadora do cargo de provimento efetivo de Psicóloga (40h), da função

comissionada de Diretor do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 14/12/2016 seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

## **PORTARIA Nº1378/RH**

PORTARIA Nº. 1378/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### **RESOLVE:**

Art.1º Remover para o Centro Educacional Sebastião Back, a partir de 02/01/2017, a servidora NILMA LUCIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, Portaria nº 1242/RH e Memorando SME/GAB Nº 628/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2016.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

## **RESUMO DO ADITIVO 133/2016**

3º TERMO ADITIVO Nº 133/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 099/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E ATERRO DE ELEVAÇÃO DE PISTA NA ESTRADA BOM FIM, SUMARÉ EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274 inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 051/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 099, datado de 07 de julho de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 16 de março de 2017, conforme memorando nº 097/2016.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME  
Sr. Dalton Borgonovo  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

### RESUMO DO ADITIVO 134/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 134/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 110/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA TRAVESSA MAFRA, VILA IPIRANGA, BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte (20) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrasia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274 inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 049/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 110, datado de 16 de agosto de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 19 de fevereiro de 2017, conforme memorando nº 078.1/2016.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME  
Sr. Dalton Borgonovo  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

### **RESUMO DO CONTRATO 160/2016**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 160/2016

Tomada de Preços nº 093/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Cervale Serviços Elétricos Ltda - EPP

Objeto: execução da MÃO-DE-OBRA, com fornecimento de materiais elétricos, DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, composto de 10.531 unidades de iluminação pública de acordo com as normas, especificações da CELESC obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza, conforme especificações constantes nos Anexos VI e VII do edital.

Valor: R\$ 1.119,64 (um mil e cento e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)

Prazo de Execução: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul



**LEI 5.789 - ANEXO 01**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017  
Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção |
|-------------|---------------------|----------------|------------------------|
| 0001        | Legislativa         | 0031           | Acao Legislativa       |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento     | Cat. Econômica      |
|----------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes  |               |              | 5.690.850,67        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais                                |               |              | 4.618.734,46        |
| 31900000000000 | Aplicações diretas  |               | 4.156.861,01 |                     |
| 31910000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  |               | 461.873,45   |                     |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes                                 |               |              | 1.072.116,21        |
| 33500000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |               | 65.891,92    |                     |
| 33900000000000 | Aplicações diretas  |               | 1.006.224,29 |                     |
| 40000000000000 | Despesas de capital                                       |               |              | 907.251,41          |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |              | 907.251,41          |
| 44900000000000 | Aplicacoes diretas  |               | 907.251,41   |                     |
| <b>Total</b>   |   |               |              | <b>6.598.102,08</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Cat. Econômica |
|--------|---------------|---------------|-------|----------------|
| Total  |               |               |       |                |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****001 - Câmara Municipal de Rio do Sul**

| Código               | Especificação                      | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|------------------------------------|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 01                   | Legislativa                        | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031               | Acao Legislativa                   | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031.0100          | Processo Legislativo               | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031.0100.2001     | Manutenção da Camara de Vereadores | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| <b>Total Unidade</b> |                                    | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |                                    | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b> |
| <b>Total Geral</b>   |                                    | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código             | Especificação                      | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|--------------------|------------------------------------|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 01                 | Legislativa                        | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031             | Acao Legislativa                   | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031.0100        | Processo Legislativo               | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| 01.031.0100.2001   | Manutenção da Camara de Vereadores | 0,00          | 0,00        | 6.598.102,08        | 6.598.102,08        |
| <b>Total Geral</b> |                                    | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

**Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos**

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código             | Especificação        | Ordinário    | Vinculado | Total        |
|--------------------|----------------------|--------------|-----------|--------------|
| 01                 | Legislativa          | 6.598.102,08 | 0,00      | 6.598.102,08 |
| 01.031             | Acao Legislativa     | 6.598.102,08 | 0,00      | 6.598.102,08 |
| 01.031.0100        | Processo Legislativo | 6.598.102,08 | 0,00      | 6.598.102,08 |
| <b>Total Geral</b> |                      | 6.598.102,08 | 0,00      | 6.598.102,08 |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 5

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa         | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|---------------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 6.598.102,08        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>6.598.102,08</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2532-TNYNI-216306940 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:12



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Pág 5 / 5

| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total               |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 6.598.102,08        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>6.598.102,08</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$          | Despesas                             | R\$          |
|---|--------------|--------------------------------------|--------------|
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA                                |              | DESPESA ORÇAMENTÁRIA                 |              |
| Receitas correntes                                  |              | Despesas correntes                   | 5.690.850,67 |
| Receita tributária                                  |              | Pessoal e encargos sociais           | 4.618.734,46 |
| Receitas de contribuições                           |              | Juros e encargos da dívida           | 0,00         |
| Receita patrimonial                                 |              | Outras despesas correntes            | 1.072.116,21 |
| Receita agropecuária                                |              |                                      |              |
| Receita industrial                                  |              |                                      |              |
| Receita de serviços                                 |              |                                      |              |
| Transferências correntes                            |              |                                      |              |
| Outras receitas correntes                           |              |                                      |              |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              |              |                                      |              |
| Receita tributária - intra-orçamentária             |              |                                      |              |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      |              |                                      |              |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            |              |                                      |              |
| Receita agropecuária - operações intraorç           |              |                                      |              |
| Receita industrial - intra-orçamentária             |              |                                      |              |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           |              |                                      |              |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         |              |                                      |              |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     |              |                                      |              |
| (r) Deduções da receita                             |              |                                      |              |
| (r) Deduções da receita corrente                    |              |                                      |              |
| (r) Receita tributária                              |              |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições                        |              |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial                             |              |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária                            |              |                                      |              |
| (r) Receita industrial                              |              |                                      |              |
| (r) Receita de serviços                             |              |                                      |              |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  |              |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes                       |              |                                      |              |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          |              |                                      |              |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         |              |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  |              |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        |              |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       |              |                                      |              |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         |              |                                      |              |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       |              |                                      |              |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     |              |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias |              |                                      |              |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 0,00         | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 5.690.850,67 |
| <b>Déficit</b>                                      | 5.690.850,67 | <b>Superávit</b>                     | 0,00         |
| <b>Soma</b>   | 5.690.850,67 | <b>Soma</b>                          | 5.690.850,67 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 0,00         | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 5.690.850,67 |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

|   |                     |  |                     |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Receitas de capital                               | 0,00                | Despesas de capital                          | 907.251,41          |
| Operações de crédito                              | 0,00                | Investimentos                                | 907.251,41          |
| Alienação de bens                                 | 0,00                | Inversões financeiras                        | 0,00                |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                | Amortização da dívida                        | 0,00                |
| Transferências de capital                         | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                |  |                     |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                |  |                     |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                |  |                     |
| Alienação de bens                                 | 0,00                |  |                     |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                |  |                     |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas capital                           | 0,00                |  |                     |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                |  |                     |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>0,00</b>         | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>907.251,41</b>   |
|   |                     | <b>-(Reserva de contingência</b>             | <b>0,00</b>         |
|   |                     | <b>+Reserva do RPPS)</b>                     | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>907.251,41</b>   | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Resumo</b>                                     |                     |  |                     |
| Receitas Correntes                                | 0,00                | Despesas Correntes                           | 5.690.850,67        |
| Receitas de Capital                               | 0,00                | Despesas de Capital                          | 907.251,41          |
|   |                     | Reserva de Contingência                      | 0,00                |
|   |                     | Reserva do RPPS                              | 0,00                |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>0,00</b>         | <b>Subtotal</b>                              | <b>6.598.102,08</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                     | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                     |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>         | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>6.598.102,08</b> | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Total</b>                                      | <b>6.598.102,08</b> | <b>Total</b>                                 | <b>6.598.102,08</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**LEI 5.789 - ANEXO 02**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017  
Entidade: Consolidado

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função     | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção                             |
|-------------|-------------------------|----------------|--|
| 0001        | Legislativa             | 0031           | Acao Legislativa                                   |
| 0004        | Administração           | 0062           | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário |
|             |                         | 0122           | Administracao Geral                                |
|             |                         | 0123           | Administração Financeira                           |
|             |                         | 0126           | Tecnologia da Informação                           |
|             |                         | 0128           | Formação de Recursos Humanos                       |
|             |                         | 0131           | Comunicação Social                                 |
| 0006        | Segurança Pública       | 0181           | Policiamento                                       |
|             |                         | 0182           | Defesa Civil                                       |
|             |                         | 0244           | Assistência Comunitária                            |
| 0008        | Assistência Social      | 0243           | Assistência à Criança e ao Adolescente             |
|             |                         | 0244           | Assistência Comunitária                            |
| 0009        | Previdência Social      | 0271           | Previdência Básica                                 |
| 0010        | Saúde                   | 0128           | Formação de Recursos Humanos                       |
|             |                         | 0301           | Atenção Básica                                     |
|             |                         | 0302           | Assistência Hospitalar e Ambulatorial              |
|             |                         | 0304           | Vigilância Sanitária                               |
|             |                         | 0305           | Vigilância Epidemiológica                          |
| 0012        | Educação                | 0122           | Administracao Geral                                |
|             |                         | 0306           | Alimentação e Nutrição                             |
|             |                         | 0361           | Ensino Fundamental                                 |
|             |                         | 0365           | Educação Infantil                                  |
| 0013        | Cultura                 | 0392           | Difusão Cultural                                   |
| 0015        | Urbanismo               | 0451           | Infra-Estrutura Urbana                             |
| 0018        | Gestão Ambiental        | 0541           | Preservação e Conservação Ambiental                |
| 0020        | Agricultura             | 0606           | Extensão Rural                                     |
| 0023        | Comércio e Serviços     | 0691           | Promoção Comercial                                 |
|             |                         | 0695           | Turismo  |
| 0025        | Energia                 | 0752           | Energia Elétrica                                   |
| 0027        | Desporto e Lazer        | 0812           | Desporto Comunitário                               |
| 0028        | Encargos Especiais      | 0843           | Serviço da Dívida Interna                          |
| 0099        | Reserva de Contingência | 0999           | Reserva de contingência                            |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****Prestação de Contas****Demonstrativo das Despesas com Saúde**

Entidade: 3,113

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

| RECEITAS   | Orçado         |
|--|----------------|
| <b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b> | 113.097.000,00 |
| Impostos   | 35.618.000,00  |
| Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos                                | 8.554.000,00   |
| Receitas de Transferências Constitucionais e Legais                              | 68.925.000,00  |
| Da União   | 26.170.000,00  |
| Do Estado  | 42.755.000,00  |
| <b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>              | 64.581.500,00  |
| Da União para o Município  | 59.732.000,00  |
| Do Estado para o Município   | 4.849.500,00   |
| Demais Municípios para o Município   | 0,00           |
| Outras Receitas do SUS   | 0,00           |
| <b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>                 | 0,00           |
| <b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>   | 96.474.222,00  |
| <b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>   | 13.785.000,00  |
| <b>TOTAL</b>   | 260.367.722,00 |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)                            | Orçado         |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  | 83.904.198,00  |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 16.471.298,00  |
| Juros e Encargos da Dívida   | 3.000,00       |
| Outras Despesas Correntes  | 67.429.900,00  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   | 8.202.770,46   |
| Investimentos  | 7.502.770,46   |
| Inversões Financeiras  | 0,00           |
| Amortização da Dívida  | 700.000,00     |
| <b>TOTAL (IV)</b>  | 92.106.968,46  |
| DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE                         | Orçado         |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>   | 92.106.968,46  |
| <b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>                                  | 0,00           |
| <b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>             | 65.306.270,46  |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS                       | 65.296.270,46  |
| Recursos de Operações de Crédito   | 0,00           |
| Outros Recursos  | 10.000,00      |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>   | 26.800.698,00  |
| <b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>                                | 23,40          |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)   | Orçado         |
| Atenção Básica   | 41.594.968,46  |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial  | 49.707.000,00  |
| Suporte Profilático e Terapêutico  | 0,00           |
| Vigilância Sanitária   | 380.000,00     |
| Vigilância Epidemiológica  | 385.000,00     |
| Alimentação e Nutrição   | 0,00           |
| Outras Subfunções  | 40.000,00      |
| <b>TOTAL</b>   | 92.106.968,46  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**Prestação de Contas**  
**Demonstrativo de Despesas com Educação**  
 Entidade: Consolidado  
 Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Pág 1 / 2

| RECEITAS DO ENSINO   |                |
|--|----------------|
| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)                           |                |
| <b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>   | 44.182.000,00  |
| 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ? IPTU    | 20.808.000,00  |
| 1.1.1 - IPTU   | 13.500.000,00  |
| 1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU  | 34.900,00      |
| 1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU   | 7.000.000,00   |
| 1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 273.100,00     |
| 1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU  | 0,00           |
| 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ? ITBI                       | 3.290.000,00   |
| 1.2.1 - ITBI   | 3.290.000,00   |
| 1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI  | 0,00           |
| 1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI   | 0,00           |
| 1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | 0,00           |
| 1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI  | 0,00           |
| 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS                  | 16.696.000,00  |
| 1.3.1 - ISS  | 15.450.000,00  |
| 1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS   | 50.000,00      |
| 1.3.3 - Dívida Ativa do ISS  | 1.000.000,00   |
| 1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS  | 196.000,00     |
| 1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS   | 0,00           |
| 1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte ? IRRF                            | 3.388.000,00   |
| 1.4.1 - IRRF   | 3.378.000,00   |
| 1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF  | 0,00           |
| 1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF   | 10.000,00      |
| 1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | 0,00           |
| 1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF  | 0,00           |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ? ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)    | 0,00           |
| 1.5.1 - ITR  | 0,00           |
| 1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR   | 0,00           |
| 1.5.3 - Dívida Ativa do ITR  | 0,00           |
| 1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR  | 0,00           |
| 1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR   | 0,00           |
| <b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>                                  | 69.925.000,00  |
| 2.1 - Cota-Parte FPM   | 27.015.000,00  |
| 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)                                 | 26.015.000,00  |
| 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)             | 1.000.000,00   |
| 2.2 - Cota-Parte ICMS  | 34.000.000,00  |
| 2.3 - ICMS-Desoneração ? L.C. nº87/1996  | 140.000,00     |
| 2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação  | 515.000,00     |
| 2.5 - Cota-Parte ITR   | 15.000,00      |
| 2.6 - Cota-Parte IPVA  | 8.240.000,00   |
| 2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro  | 0,00           |
| <b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>  | 114.107.000,00 |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE  |                |
| <b>4 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>   | 26.324.579,00  |
| 4.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB  | 14.102.000,00  |
| 4.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos                                       | 12.222.579,00  |
| <b>5 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>  | 23.628.431,00  |
| 5.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB  | 11.883.000,00  |
| 5.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos                                       | 11.745.431,00  |
| <b>6 - ENSINO MÉDIO</b>  | 0,00           |
| <b>7 - ENSINO SUPERIOR</b>   | 0,00           |
| <b>8 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>                                 | 0,00           |
| <b>9 - OUTRAS</b>  | 0,00           |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

Demonstrativo de Despesas com Educação

Entidade: Consolidado

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

| RECEITAS DO ENSINO  |               |
|---|---------------|
| <b>10 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)</b> | 49.953.010,00 |
| CÁLCULO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO                                      |               |
| <b>1 - 11 - Receitas destinadas ao FUNDEB</b>                                   | 13.785.000,00 |
| <b>2 - 12 - Transferências de recursos do FUNDEB</b>                            | 25.985.000,00 |
| <b>3 - 13 - Total</b>   | 39.770.000,00 |
| <b>4 - Despesas do MDE</b>  | 49.953.010,00 |
| 4.1 - 14.1 - Despesas do FUNDEB   | 25.985.000,00 |
| 4.2 - 14.2 - Despesas com Outros Recursos de Impostos                           | 23.968.010,00 |
| <b>5 - 15 (-) Deduções consideradas para o limite</b>                           | 12.200.000,00 |
| <b>6 - 16 - Total das despesas para fins de limite</b>                          | 37.753.010,00 |
| <b>7 - 17 - Cálculo do índice de aplicação em educação</b>                      | 33.09%        |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                                      |                  |   |  |              |
|---|------------------|---|--|--------------|
| 1 - Câmara Municipal de Rio do Sul                                      |                  |   |  |              |
| 0001.0031.0100.2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores                |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 4.156.861,01 |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 461.873,45   |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários          | 65.891,92    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 1.006.224,29 |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 907.251,41   |
| Total Ação  |                  |   |  | 6.598.102,08 |
| Total Unidade   |                  |   |  | 6.598.102,08 |
| Total Órgão   |                  |   |  | 6.598.102,08 |
| 2 - GABINETE DO PREFEITO  |                  |   |  |              |
| 1 - Gabinete do Prefeito  |                  |   |  |              |
| 0004.0122.0101.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito                |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários          | 700.000,00   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 1.700.000,00 |
| Total Ação  |                  |   |  | 2.400.000,00 |
| 0004.0122.0101.2137 - Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 2.440.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 233.000,00   |
| Total Ação  |                  |   |  | 2.673.000,00 |
| 0004.0123.0101.1130 - Devolução de Convênios                            |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários          | 500.000,00   |
| Total Ação  |                  |   |  | 500.000,00   |
| 0004.0126.0101.1122 - Cidade Digital - PMAT                             |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1830000 - Operações Creditos           | 600.000,00   |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1830000 - Operações Creditos           | 2.500.000,00 |
| Total Ação  |                  |   |  | 3.100.000,00 |
| 0006.0181.0101.2049 - Manutenção Transito - Policia Civil               |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1110000 - Convênio de Trânsito - Civil | 1.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1110000 - Convênio de Trânsito - Civil | 500,00       |
| Total Ação  |                  |   |  | 1.500,00     |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 2 - GABINETE DO PREFEITO  |                  |                    |   |                      |
|---|------------------|--------------------|---|----------------------|
| 1 - Gabinete do Prefeito  |                  |                    |   |                      |
| 0006.0181.0101.2050 - Manutenção Transito - Policia Militar                   |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1100000 - Convênio de Trânsito - Militar                              | 1.000,00             |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1802100 - FUNPOM  | 55.500,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1100000 - Convênio de Trânsito - Militar                              | 500,00               |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1802100 - FUNPOM  | 1.000,00             |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>58.000,00</b>     |
| 0006.0181.0112.2064 - Manutenção do Departamento da Guarda Municipal          |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 140.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>140.000,00</b>    |
| 0010.0301.0101.1436 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UPA     |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1645502 - Transferências de Convênios - Estado - Gabinete do Prefeito | 514.770,46           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>514.770,46</b>    |
| 0010.0301.0101.1439 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1645502 - Transferências de Convênios - Estado - Gabinete do Prefeito | 200.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>200.000,00</b>    |
| 0015.0451.0101.2012 - Manutenção do Departamento de Trânsito                  |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 400.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura                           | 460.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>860.000,00</b>    |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |                    |   | <b>10.447.270,46</b> |
| 2 - Departamento da Defesa Civil  |                  |                    |   |                      |
| 0006.0182.0112.2003 - Manutenção do Departamento de Defesa Civil              |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 50.000,00            |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>50.000,00</b>     |
| 0006.0182.0112.2131 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil                     |                  |                    |   |                      |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado         |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1345402 - Transferências de Convênios - União - Gabinete do Prefeito  | 50.000,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345402 - Transferências de Convênios - União - Gabinete do Prefeito  | 250.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |   | <b>300.000,00</b>    |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |                    |   | <b>350.000,00</b>    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|  |                  |                    |                               |               |
|--|------------------|--------------------|-------------------------------|---------------|
| <b>2 - GABINETE DO PREFEITO</b>  |                  |                    |                               |               |
| <b>4 - Departamento de Comunicação Social</b>  |                  |                    |                               |               |
| <b>0004.0131.0101.2004 - Manutenção do Departamento de Comunicação Social</b>                      |                  |                    |                               |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 300.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 300.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 300.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Órgão</b>            | 11.097.270,46 |
| <b>3 - GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>   |                  |                    |                               |               |
| <b>1 - Gabinete do Vice-prefeito</b>   |                  |                    |                               |               |
| <b>0004.0122.0101.2139 - Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito</b>                |                  |                    |                               |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 265.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 6.000,00      |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 271.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 271.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Órgão</b>            | 271.000,00    |
| <b>4 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>   |                  |                    |                               |               |
| <b>1 - Procuradoria Jurídica</b>   |                  |                    |                               |               |
| <b>0004.0062.0101.2008 - Manutenção da Procuradoria Jurídica</b>                                   |                  |                    |                               |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 300.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 300.000,00    |
| <b>0004.0122.0101.0003 - Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais</b> |                  |                    |                               |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 500.000,00    |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 500.000,00    |
| <b>0004.0122.0101.2140 - Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Jurídica</b>                    |                  |                    |                               |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 1.060.000,00  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 20.000,00     |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 1.080.000,00  |
|  |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 1.880.000,00  |
|  |                  |                    | <b>Total Órgão</b>            | 1.880.000,00  |

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.                                     |                  |                    |  |                      |              |
|--|------------------|--------------------|--|----------------------|--------------|
| 1 - Gabinete do Secretario de Plan.urb.meio Ambiente                                       |                  |                    |  |                      |              |
| 0004.0122.0104.2009 - Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente         |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 240.000,00           |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 240.000,00   |
| 0015.0451.0105.2143 - Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e meio Ambiente |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.550.000,00         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 115.000,00           |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 1.665.000,00 |
|  |                  |                    |  | <b>Total Unidade</b> | 1.905.000,00 |
| 3 - Departamento de Urbanismo  |                  |                    |  |                      |              |
| 0015.0451.0105.1001 - Desapropriação de Imóveis  |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 10.000,00            |              |
|  | 3459000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 10.000,00            |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 20.000,00    |
| 0015.0451.0105.1014 - Pontes, Viadutos e Passarelas  |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 300.000,00           |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 300.000,00           |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 600.000,00   |
| 0015.0451.0105.1069 - Programa de Mobilidade Urbana  |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 80.000,00            |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 80.000,00    |
| 0015.0451.0105.1103 - Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques                 |                  |                    |  |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 50.000,00            |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 1.270.050,00         |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 400.000,00           |              |
|  |                  |                    |  | <b>Total Ação</b>    | 1.720.050,00 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.  |                  |                    |  |              |
|---|------------------|--------------------|--|--------------|
| 3 - Departamento de Urbanismo   |                  |                    |  |              |
| 0015.0451.0105.1123 - Obras de Prevenção e Recuperação Desastres  |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 5.000.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 5.000.000,00 |
| 0015.0451.0105.1128 - Integrar  |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 850.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 850.000,00   |
| 0015.0451.0105.1136 - Recuperação de Pontes e Taludes   |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 500.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 500.000,00   |
| 0015.0451.0105.1426 - Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários   |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 750.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 750.000,00   |
| 0015.0451.0105.1435 - Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio  |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 9.000.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 9.000.000,00 |
| 0015.0451.0105.1441 - Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização  |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 1.345.700,00 |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 250.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 1.595.700,00 |
| 0015.0451.0110.1022 - Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos - Operação de Crédito |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1830000 - Operações Creditos   | 2.800.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 2.800.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|  |                  |   |  |                      |
|--|------------------|---|--|----------------------|
| <b>5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>            |                  |   |  |                      |
| <b>3 - Departamento de Urbanismo</b>                                     |                  |   |  |                      |
| <b>0015.0451.0110.1079 - Contrapartida Convênios</b>                     |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1000000 - Recursos Ordinários  | 3.768.075,10         |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1890000 - Alienação de Bens - Ordinários   | 10.000,00            |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>3.778.075,10</b>  |
| <b>0015.0451.0110.1120 - Pac 2 - Segunda Fase</b>                        |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1830000 - Operações Creditos   | 500.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>500.000,00</b>    |
| <b>0015.0451.0110.1415 - Projetos Fundam</b>                             |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 1.723.000,00         |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>1.723.000,00</b>  |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>28.916.825,10</b> |
| <b>5 - Departamento de Projetos</b>                                      |                  |   |  |                      |
| <b>0015.0451.0105.1414 - Manutenção e Recuperação da Malha Viária</b>    |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3339000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 50.000,00            |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 450.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>500.000,00</b>    |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>500.000,00</b>    |
| <b>6 - Departamento de Meio Ambiente</b>                                 |                  |   |  |                      |
| <b>0018.0541.0109.2060 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos</b>     |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3339000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1000000 - Recursos Ordinários  | 4.500.000,00         |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>4.500.000,00</b>  |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>4.500.000,00</b>  |
|  |                  |   | <b>Total Órgão</b>   | <b>35.821.825,10</b> |
| <b>6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>                         |                  |   |  |                      |
| <b>1 - Gabinete do Secretário de Administração</b>                       |                  |   |  |                      |
| <b>0004.0122.0101.2016 - Manutenção do Gab. do Sec. de Administração</b> |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>                                      | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3339000000000000 | Aplicacoes diretas                                    | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.700.000,00         |
|  | 3339100000000000 | Aplicacoes diretas decorrentes operações entre órgãos | 1000000 - Recursos Ordinários  | 900.000,00           |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO   |                  |   |                               |              |
|---|------------------|---|-------------------------------|--------------|
| 1 - Gabinete do Secretário de Administração                                       |                  |   |                               |              |
| 0004.0122.0101.2016 - Manutenção do Gab. do Sec. de Administração                 |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   |                  |   | Total Ação                    | 2.600.000,00 |
| 0004.0122.0101.2071 - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339300000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos | 1000000 - Recursos Ordinários | 35.000,00    |
|   |                  |   | Total Ação                    | 35.000,00    |
| 0004.0122.0101.2145 - Pessoal e Encargos Sociais - Administração                  |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 2.900.000,00 |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1000000 - Recursos Ordinários | 2.650.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 245.000,00   |
|   |                  |   | Total Ação                    | 5.795.000,00 |
|   |                  |   | Total Unidade                 | 8.430.000,00 |
| 3 - Departamento de Recursos Humanos  |                  |   |                               |              |
| 0004.0128.0101.2113 - Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais   |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 30.000,00    |
|   |                  |   | Total Ação                    | 30.000,00    |
| 0004.0128.0101.2147 - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho                   |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 50.000,00    |
|   |                  |   | Total Ação                    | 50.000,00    |
|   |                  |   | Total Unidade                 | 80.000,00    |
|   |                  |   | Total Órgão                   | 8.510.000,00 |
| 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA   |                  |   |                               |              |
| 1 - Gabinete do Secretário da Fazenda   |                  |   |                               |              |
| 0004.0123.0101.2021 - Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda             |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 2.500.000,00 |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 100.000,00   |
|   |                  |   | Total Ação                    | 2.600.000,00 |
| 0004.0123.0101.2148 - Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda                        |                  |   |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 3.050.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários | 208.000,00   |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017



| 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA   |                  |                    |  |   |               |
|---|------------------|--------------------|--|---|---------------|
| 1 - Gabinete do Secretário da Fazenda   |                  |                    |  |   |               |
| 0004.0123.0101.2148 - Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda                      |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 3.258.000,00  |
| 0006.0244.0101.2051 - Manutenção do Funrebowm                                   |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas |  | 1802200 - FUNREBOM                        | 200.000,00    |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas |  | 1802200 - FUNREBOM                        | 200.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 400.000,00    |
| 0028.0843.0101.0001 - Pagamento da Dívida Fundada Interna                       |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3329000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 700.000,00    |
|   | 3469000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 6.365.876,36  |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 7.065.876,36  |
|   |                  |                    |  | Total Unidade                             | 13.323.876,36 |
|   |                  |                    |  | Total Órgão                               | 13.323.876,36 |
| 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  |                  |                    |  |   |               |
| 1 - Gabinete do Secretário de Educação  |                  |                    |  |   |               |
| 0012.0122.0107.2028 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação          |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 167.000,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 250.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 417.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Unidade                             | 417.000,00    |
| 2 - Departamento Pedagógico de Ensino   |                  |                    |  |   |               |
| 0012.0306.0107.2032 - Programa de Alimentação do Ensino Infantil                |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 735.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 735.000,00    |
| 0012.0306.0107.2033 - Programa de Alimentação do Ensino Fundamental             |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas |  | 1000000 - Recursos Ordinários             | 770.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 770.000,00    |
| 0012.0306.0107.2052 - Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-pnae |                  |                    |  |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          |  | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas |  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar | 248.880,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação                                | 248.880,00    |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da DespesaEntidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| <b>8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>  |                  |   |  |              |
|--|------------------|---|--|--------------|
| <b>2 - Departamento Pedagógico de Ensino</b>   |                  |   |  |              |
| <b>0012.0306.0107.2053 - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-pnac</b>          |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar              | 438.400,00   |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 438.400,00   |
| <b>0012.0306.0107.2123 - Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnae</b>                  |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar              | 309.500,00   |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 309.500,00   |
| <b>0012.0306.0107.2126 - Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental Mais Educação</b> |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar              | 19.560,00    |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 19.560,00    |
| <b>0012.0306.0107.2128 - Programa Alimentação Escolar Especial</b>                               |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar              | 8.600,00     |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 8.600,00     |
| <b>0012.0361.0107.1113 - Construção e Ampliação de Centros de Educação</b>                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação                             | 100.000,00   |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1320000 - Transferências de Convênios - União/Educação | 6.097.000,00 |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação                             | 260.000,00   |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 6.457.000,00 |
| <b>0012.0361.0107.1115 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes</b>                   |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação                             | 40.000,00    |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 40.000,00    |
| <b>0012.0361.0107.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental</b>                                    |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1010000 - Recursos Educação                            | 715.000,00   |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação                             | 600.000,00   |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 1.315.000,00 |
| <b>0012.0361.0107.2034 - Transporte Escolar Educação Básica - Próprios</b>                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação                            | 2.200.000,00 |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação                             | 500.000,00   |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>                                      | 2.700.000,00 |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| <b>8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>                                 |                  |   |   |               |  |
|---|------------------|---|---|---------------|--|
| <b>2 - Departamento Pedagógico de Ensino</b>                                |                  |   |   |               |  |
| <b>0012.0361.0107.2058 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado</b> |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação   | 800.000,00    |  |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 800.000,00    |  |
| <b>0012.0361.0107.2059 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate</b>  |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370100 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE  | 30.150,00     |  |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 30.150,00     |  |
| <b>0012.0361.0107.2067 - Manutenção do Ensino Fundamental</b>               |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação   | 5.214.431,00  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 4.950.000,00  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  | 3.358.000,00  |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 3.575.000,00  |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação   | 1.210.000,00  |  |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 18.307.431,00 |  |
| <b>0012.0361.0107.2068 - Manutenção das Atividades Pedagógicas</b>          |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação   | 10.000,00     |  |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 10.000,00     |  |
| <b>0012.0365.0107.2030 - Manutenção do Ensino Infantil</b>                  |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação   | 5.882.579,00  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 7.065.000,00  |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  | 5.027.000,00  |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1010000 - Recursos Educação   | 3.575.000,00  |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação   | 1.715.000,00  |  |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 23.264.579,00 |  |
| <b>0012.0365.0107.2066 - Manutenção do Ensino Infantil</b>                  |                  |   |   |               |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |  |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1010000 - Recursos Educação   | 1.050.000,00  |  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|  |                  |   |  |                      |
|--|------------------|---|--|----------------------|
| <b>8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>  |                  |   |  |                      |
| <b>2 - Departamento Pedagógico de Ensino</b>   |                  |   |  |                      |
| <b>0012.0365.0107.2066 - Manutenção do Ensino Infantil</b>                             |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica) | 2.010.000,00         |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 735.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>3.795.000,00</b>  |
| <b>0012.0365.0107.2127 - Programa Brasil Carinhoso</b>                                 |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1379900 - Brasil Carinhoso   | 41.000,00            |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1379900 - Brasil Carinhoso   | 10.000,00            |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>51.000,00</b>     |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>59.300.100,00</b> |
| <b>3 - Departamento de Apoio Administrativo</b>  |                  |   |  |                      |
| <b>0012.0361.0107.2031 - Manutenção do Departamento Administrativo</b>                 |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação  | 2.251.000,00         |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação  | 145.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>2.396.000,00</b>  |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>2.396.000,00</b>  |
|  |                  |   | <b>Total Órgão</b>   | <b>62.113.100,00</b> |
| <b>9 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>                            |                  |   |  |                      |
| <b>1 - Gab. do Sec. de Desenv. Econ. e Empreendedorismo</b>                            |                  |   |  |                      |
| <b>0023.0691.0108.2043 - Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreendedorismo</b> |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 82.000,00            |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>82.000,00</b>     |
| <b>0023.0691.0108.2146 - Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico</b>    |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 470.000,00           |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 38.000,00            |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>  | <b>508.000,00</b>    |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>   | <b>590.000,00</b>    |
| <b>4 - Departamento de Turismo</b>   |                  |   |  |                      |
| <b>0023.0695.0104.1434 - Construção de Quiosques Centro de Eventos</b>                 |                  |   |  |                      |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b>  |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1345409 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico            | 243.750,00           |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHDU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 9 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO                    |                  |                    |  |              |
|--|------------------|--------------------|--|--------------|
| 4 - Departamento de Turismo  |                  |                    |  |              |
| 0023.0695.0104.1434 - Construção de Quiosques Centro de Eventos        |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  |                  |                    | Total Ação   | 243.750,00   |
| 0023.0695.0108.1435 - Reforma do Centro de Eventos                     |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 7.000,00     |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico | 585.000,00   |
|  |                  |                    | Total Ação   | 592.000,00   |
| 0023.0695.0108.1443 - Qualificação de Serviços Turísticos              |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico | 142.000,00   |
|  |                  |                    | Total Ação   | 142.000,00   |
| 0023.0695.0108.2045 - Manutenção de Departamento de Turismo            |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 200.000,00   |
|  |                  |                    | Total Ação   | 200.000,00   |
| 0023.0695.0108.2046 - Promoção e Realização de Eventos                 |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 100.000,00   |
|  |                  |                    | Total Ação   | 100.000,00   |
| 0023.0695.0108.2063 - Promoção e Realização de Eventos - Estados       |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico | 50.000,00    |
|  |                  |                    | Total Ação   | 50.000,00    |
|  |                  |                    | Total Unidade  | 1.327.750,00 |
|  |                  |                    | Total Órgão  | 1.917.750,00 |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS                  |                  |                    |  |              |
| 1 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos                     |                  |                    |  |              |
| 0004.0122.0105.2036 - Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 65.000,00    |
|  |                  |                    | Total Ação   | 65.000,00    |

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS                     |                  |                    |  |               |
|---|------------------|--------------------|--|---------------|
| 1 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos                        |                  |                    |  |               |
| 0004.0122.0105.2138 - Pessoal e Encargos Sociais - Obras                  |                  |                    |  |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 4.000.000,00  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 525.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 4.525.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | 4.590.000,00  |
| 2 - Departamento de Apoio Administrativo e Manut.frota                    |                  |                    |  |               |
| 0015.0451.0110.2037 - Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas |                  |                    |  |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.400.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 1.400.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | 1.400.000,00  |
| 3 - Departamento de Obras e Melhorias Viárias                             |                  |                    |  |               |
| 0015.0451.0110.2038 - Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias   |                  |                    |  |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 875.000,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645510 - Transferências de Convênios - Estado - Obras e Serviços Urbanos        | 100.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 975.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | 975.000,00    |
| 4 - Departamento de Serviços Urbanos                                      |                  |                    |  |               |
| 0025.0752.0110.2040 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública       |                  |                    |  |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | 3.500.000,00  |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | 1.100.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 4.600.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | 4.600.000,00  |
|   |                  |                    | <b>Total Órgão</b>   | 11.565.000,00 |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                                  |                  |                    |  |               |
| 1 - Gabinete do Secretario Mun. de Agricultura                            |                  |                    |  |               |
| 0020.0606.0108.2041 - Manutenção do Gab. Secretario Mun. de Agricultura   |                  |                    |  |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 100.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 100.000,00    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|   |                  |                    |  |                     |
|---|------------------|--------------------|--|---------------------|
| <b>11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>                             |                  |                    |  |                     |
| <b>1 - Gabinete do Secretário Mun. de Agricultura</b>                       |                  |                    |  |                     |
| <b>0020.0606.0108.2141 - Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura</b>       |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 1.185.000,00        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 56.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>1.241.000,00</b> |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |                    |  | <b>1.341.000,00</b> |
| <b>2 - Departamento de Agricultura</b>                                      |                  |                    |  |                     |
| <b>0020.0606.0108.1126 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos</b> |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 3.000,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345411 - Transferências de Convênios - União - Agricultura  | 67.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>70.000,00</b>    |
| <b>0020.0606.0108.1429 - Promoção Feira e Festa do Agricultor</b>           |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 15.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645511 - Transferências de Convênios - Estado - Agricultura | 50.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>65.000,00</b>    |
| <b>0020.0606.0108.2042 - Manutenção do Departamento de Agricultura</b>      |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 300.000,00          |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>300.000,00</b>   |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |                    |  | <b>435.000,00</b>   |
| <b>3 - Departamento de Pecuária</b>   |                  |                    |  |                     |
| <b>0020.0606.0108.2110 - Manutenção do Departamento de Pecuária</b>         |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 30.000,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>30.000,00</b>    |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |                    |  | <b>30.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>  |                  |                    |  | <b>1.806.000,00</b> |
| <b>12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>              |                  |                    |  |                     |
| <b>1 - Gabinete do Secretário de Assit. Social e Habit.</b>                 |                  |                    |  |                     |
| <b>0008.0243.0103.2057 - Conselho Tutelar</b>                               |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 221.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                | 47.600,00           |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | <b>268.600,00</b>   |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT                       |                  |                    |  |              |
|---|------------------|--------------------|--|--------------|
| 1 - Gabinete do Secretario de Assit. Social e Habit.                          |                  |                    |  |              |
| Total Unidade   |                  |                    |  | 268.600,00   |
| 2 - Depto de Assistencia Social   |                  |                    |  |              |
| 0008.0244.0103.1132 - Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi        |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 117.000,00   |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 250.000,00   |
| Total Ação  |                  |                    |  | 367.000,00   |
| 0008.0244.0103.1442 - Aquisição de Veículos                                   |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 132.000,00   |
| Total Ação  |                  |                    |  | 132.000,00   |
| 0008.0244.0103.2105 - Manutenção do Gabinete do Secretario Assistencia Social |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinarios                                    | 134.000,00   |
| Total Ação  |                  |                    |  | 134.000,00   |
| 0008.0244.0103.2144 - Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinarios                                    | 3.685.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinarios                                    | 387.000,00   |
| Total Ação  |                  |                    |  | 4.072.000,00 |
| Total Unidade   |                  |                    |  | 4.705.000,00 |
| 3 - Depto de Habitação  |                  |                    |  |              |
| 0008.0244.0103.1418 - PMCMV - Execução Trabalho Social                        |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 90.000,00    |
| Total Ação  |                  |                    |  | 90.000,00    |
| 0008.0244.0103.2065 - Manutenção do Fundo de Habitação                        |                  |                    |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinarios                                    | 80.000,00    |
| Total Ação  |                  |                    |  | 80.000,00    |
| Total Unidade   |                  |                    |  | 170.000,00   |
| Total Órgão   |                  |                    |  | 5.143.600,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                                |                  |   |   |                     |
|---|------------------|---|---|---------------------|
| 1 - Fundacao Cultural de Rio do Sul                                 |                  |   |   |                     |
| 0013.0392.0106.1038 - Projetos, Eventos e Contrapartidas            |                  |   |   |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1345420 - Transferências de Convênios - União - Cultural                        | 250.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1645520 - Transferências de Convênios - Estado - Cultural                       | 100.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>350.000,00</b>   |
| 0013.0392.0106.2072 - Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul |                  |   |   |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 930.000,00          |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 70.000,00           |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários   | 940.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos | 360.000,00          |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 10.000,00           |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>2.310.000,00</b> |
| 0013.0392.0106.2133 - Fundo Municipal de Cultura                    |                  |   |   |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 300.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>300.000,00</b>   |
|   |                  |   | <b>Total Unidade</b>  | <b>2.960.000,00</b> |
|   |                  |   | <b>Total Órgão</b>  | <b>2.960.000,00</b> |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                                |                  |   |   |                     |
| 1 - Fundacao Municipal de Desportos                                 |                  |   |   |                     |
| 0027.0812.0107.1138 - Construção e Reformas Desporto                |                  |   |   |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado        |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 800.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>800.000,00</b>   |
| 0027.0812.0107.2073 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  |                  |   |   |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 472.200,00          |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 10.000,00           |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários   | 365.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 1.092.800,00        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos | 30.000,00           |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários   | 10.000,00           |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>1.980.000,00</b> |
|   |                  |   | <b>Total Unidade</b>  | <b>2.780.000,00</b> |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|   |                  |                    |  |                     |              |
|---|------------------|--------------------|--|---------------------|--------------|
| <b>30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>   |                  |                    |  | <b>Total Órgão</b>  | 2.780.000,00 |
| <b>40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>  |                  |                    |  |                     |              |
| <b>1 - Fundo Municipal de Saude</b>   |                  |                    |  |                     |              |
| <b>0010.0128.0111.1117 - Fms Alto Vale Cir</b>  |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde | 30.000,00           |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde | 10.000,00           |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 40.000,00           |              |
| <b>0010.0301.0111.0004 - Pagamento Divida Fundada Interna</b>                                   |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3329000000000000 | Aplicações diretas | 1020000 - Recursos Saúde                             | 3.000,00            |              |
|   | 3469000000000000 | Aplicações diretas | 1020000 - Recursos Saúde                             | 700.000,00          |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 703.000,00          |              |
| <b>0010.0301.0111.1033 - Construção de Unidades de Psf</b>                                      |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1020000 - Recursos Saúde                             | 10.000,00           |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          | 937.000,00          |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 947.000,00          |              |
| <b>0010.0301.0111.1035 - Construção e e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados</b> |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          | 2.000.000,00        |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde | 2.000.000,00        |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1880000 - Alienação de Bens - Saúde                  | 10.000,00           |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 4.010.000,00        |              |
| <b>0010.0301.0111.1037 - Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento (upa)</b>    |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1020000 - Recursos Saúde                             | 10.000,00           |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          | 300.000,00          |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 310.000,00          |              |
| <b>0010.0301.0111.1039 - Aquisição de Veículos - Vinculados</b>                                 |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde | 150.000,00          |              |
| <b>Total Ação</b>   |                  |                    |  | 150.000,00          |              |
| <b>0010.0301.0111.1041 - Equipagem Unidades de Saúde - Vinculados</b>                           |                  |                    |  |                     |              |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |              |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          | 20.000,00           |              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          | 350.000,00          |              |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  |                  |   |  |            |              |
|--|------------------|---|--|------------|--------------|
| 1 - Fundo Municipal de Saude   |                  |   |  |            |              |
| 0010.0301.0111.1041 - Equipagem Unidades de Saude - Vinculados                                 |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Total Ação | Valor Orçado |
| 0010.0301.0111.1082 - Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço                          |                  |   |  |            | 370.000,00   |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1635540 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde |            | 50.000,00    |
|  |                  |   |  | Total Ação | 50.000,00    |
| 0010.0301.0111.1110 - Programa Requalificação de Ubs   |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 80.000,00    |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 12.000,00    |
|  |                  |   |  | Total Ação | 92.000,00    |
| 0010.0301.0111.1118 - Construção de Academia de Saúde Navegantes                               |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 50.000,00    |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 90.000,00    |
|  |                  |   |  | Total Ação | 140.000,00   |
| 0010.0301.0111.1424 - Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 10.000,00    |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 90.000,00    |
|  |                  |   |  | Total Ação | 100.000,00   |
| 0010.0301.0111.1430 - Emenda Parlamentar para Aquisição Material Enfermagem                    |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 250.000,00   |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1335440 - Transf. Convênios - União - Saúde          |            | 250.000,00   |
|  |                  |   |  | Total Ação | 500.000,00   |
| 0010.0301.0111.2078 - Manutenção do Fundo Municipal de Saude                                   |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1020000 - Recursos Saúde                             |            | 50.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                             |            | 2.000.000,00 |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                             |            | 50.000,00    |
|  |                  |   |  | Total Ação | 2.100.000,00 |
| 0010.0301.0111.2097 - Ações de Saude com Recursos do Estado                                    |                  |   |  |            |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  |            | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1670400 - Cofinanciamento / ESF                      |            | 300.000,00   |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1670400 - Cofinanciamento / ESF                      |            | 80.000,00    |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE   |                  |   |   |               |
|---|------------------|---|---|---------------|
| 1 - Fundo Municipal de Saude  |                  |   |   |               |
| 0010.0301.0111.2097 - Ações de Saude com Recursos do Estado           |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   |                  |   | Total Ação  | 380.000,00    |
| 0010.0301.0111.2098 - Consorcio Intermunicipal de Saude               |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3317100000000000 | Transferências a consórcios públicos mediante contrato de | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 5.600,00      |
|   | 3337100000000000 | Transferências a consórcios públicos                      | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 1.400,00      |
|   | 3339300000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 2.000,00      |
|   |                  |   | Total Ação  | 9.000,00      |
| 0010.0301.0111.2149 - Pessoal e Encargos Sociais - Saúde              |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 7.463.698,00  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 2.200.000,00  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 1.000.000,00  |
|   |                  |   | Total Ação  | 10.663.698,00 |
|   |                  |   | Total Unidade   | 20.314.698,00 |
| 2 - Atenção Básica  |                  |   |   |               |
| 0010.0301.0111.1080 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD | 55.000,00     |
|   |                  |   | Total Ação  | 55.000,00     |
| 0010.0301.0111.2092 - Blatb - Pab Saude Bucal                         |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380400 - Saude Bucal                                     | 27.000,00     |
|   |                  |   | Total Ação  | 27.000,00     |
| 0010.0301.0111.2093 - Blatb - Ações Agente com de Saude               |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 975.000,00    |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1380200 - Agentes Comunitários de Saúde                   | 1.300.000,00  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 25.000,00     |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380200 - Agentes Comunitários de Saúde                   | 25.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1380200 - Agentes Comunitários de Saúde                   | 5.000,00      |
|   |                  |   | Total Ação  | 2.330.000,00  |
| 0010.0301.0111.2094 - Blatb - Ações Saude da Familia                  |                  |   |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                  | 1.000.000,00  |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE   |                  |   |  |                     |
|---|------------------|---|--|---------------------|
| 2 - Atenção Básica  |                  |   |  |                     |
| 0010.0301.0111.2094 - Blatb - Ações Saude da Familia                            |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF               | 1.030.000,00        |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 220.000,00          |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF               | 200.000,00          |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 6.000.000,00        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 100.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF               | 90.000,00           |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 5.000,00            |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>8.645.000,00</b> |
| 0010.0301.0111.2095 - Blatb - Pab Fixo - Ações Basicas                          |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1380600 - PMAQ - Federal                                     | 35.000,00           |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1380600 - PMAQ - Federal                                     | 5.000,00            |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380100 - Pab Fixo   | 1.300.000,00        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380600 - PMAQ - Federal                                     | 200.000,00          |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1380100 - Pab Fixo   | 200.000,00          |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1380600 - PMAQ - Federal                                     | 200.000,00          |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>1.940.000,00</b> |
| 0010.0301.0111.2096 - Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia                |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 245.000,00          |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1380500 - NASF Federal                                       | 400.000,00          |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual | 50.000,00           |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 25.000,00           |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1380500 - NASF Federal                                       | 80.000,00           |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual | 12.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 15.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1380500 - NASF Federal                                       | 15.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual | 1.500,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1380500 - NASF Federal                                       | 5.000,00            |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>848.500,00</b>   |
| 0010.0301.0111.2135 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 50.000,00           |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 20.000,00           |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1020000 - Recursos Saúde                                     | 3.000.000,00        |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE   |                  |   |  |                      |  |
|---|------------------|---|--|----------------------|--|
| 2 - Atenção Básica  |                  |   |  |                      |  |
| 0010.0301.0111.2135 - Blatt - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1382000 - Transferências Federais UPA  | 2.040.000,00         |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 50.000,00            |  |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1382000 - Transferências Federais UPA  | 10.000,00            |  |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>5.170.000,00</b>  |  |
| <b>Total Unidade</b>  |                  |   |  | <b>19.015.500,00</b> |  |
| 3 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar                           |                  |   |  |                      |  |
| 0010.0302.0111.2080 - BImac - Manutenção da Gestão Plena - Mac                  |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde | 15.200.000,00        |  |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual  | 980.000,00           |  |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual                                     | 120.000,00           |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde | 24.400.000,00        |  |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde | 100.000,00           |  |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>40.800.000,00</b> |  |
| 0010.0302.0111.2088 - BImac - Caps  |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 150.000,00           |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1382100 - CAPS - Federal   | 255.000,00           |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde   | 30.000,00            |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1382100 - CAPS - Federal   | 10.000,00            |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 10.000,00            |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1382100 - CAPS - Federal   | 310.000,00           |  |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1382100 - CAPS - Federal   | 30.000,00            |  |
| <b>Total Ação</b>   |                  |   |  | <b>795.000,00</b>    |  |
| 0010.0302.0111.2089 - BImac - Samu  |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 230.000,00           |  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1381000 - SAMU   | 140.000,00           |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1020000 - Recursos Saúde   | 10.000,00            |  |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1381000 - SAMU   | 10.000,00            |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 50.000,00            |  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1381000 - SAMU   | 7.000,00             |  |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1020000 - Recursos Saúde   | 5.000,00             |  |

08/11/2016 12:48

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

IPW Sistemas Ltda

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           |                  |  |  |   |               |
|---|------------------|--|--|---|---------------|
| 3 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar   |                  |  |  |   |               |
| 0010.0302.0111.2089 - BImac - Samu                      |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 452.000,00    |
| 0010.0302.0111.2090 - BImac - Ceo                       |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381100 - CEO - Federal   | 200.000,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual | 66.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381100 - CEO - Federal   | 64.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual | 10.000,00     |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 340.000,00    |
| 0010.0302.0111.2091 - BImac - Faec Extra Teto           |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381800 - FAEC - Federal  | 3.700.000,00  |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 3.700.000,00  |
| 0010.0302.0111.2136 - BLMAC - Oncologia                 |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1382200 - Transferências Federais - Oncologia                   | 3.000.000,00  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1670900 - Transferências Estaduais - Oncologia                  | 600.000,00    |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1670900 - Transferências Estaduais - Oncologia                  | 20.000,00     |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 3.620.000,00  |
|   |                  |  |  | <b>Total Unidade</b>  | 49.707.000,00 |
| 4 - Vigilância em Saúde                                 |                  |  |  |   |               |
| 0010.0304.0111.2079 - BIVgs - Vigilância Sanitária      |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1020000 - Recursos Saúde  | 340.000,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381600 - Vigilância Sanitária                                  | 35.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381600 - Vigilância Sanitária                                  | 5.000,00      |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 380.000,00    |
| 0010.0305.0111.2085 - BIVgs - Vigilância Epidemiológica |                  |  |  |   |               |
| Fonte de Financiamento                                  | Elemento         | Descrição  |  | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381700 - Vigilância Epidemiológica                             | 200.000,00    |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos |  | 1381700 - Vigilância Epidemiológica                             | 10.000,00     |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381700 - Vigilância Epidemiológica                             | 90.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas                                       |  | 1381700 - Vigilância Epidemiológica                             | 5.000,00      |
|   |                  |  |  | <b>Total Ação</b>   | 305.000,00    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                        |                  |  |                                      |               |
|--|------------------|--|--------------------------------------|---------------|
| 4 - Vigilância em Saúde                              |                  |  |                                      |               |
| 0010.0305.0111.2086 - Bivgs - Pam - Dst/hiv/aids     |                  |  |                                      |               |
| Fonte de Financiamento                               | Elemento         | Descrição  | Fonte                                | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1381700 - Vigilância Epidemiológica  | 70.000,00     |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                       | 1381700 - Vigilância Epidemiológica  | 10.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Ação</b>                    | 80.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Unidade</b>                 | 765.000,00    |
| 5 - Assistência Farmacêutica                         |                  |  |                                      |               |
| 0010.0301.0111.2082 - Manutencao da Farmacia Popular |                  |  |                                      |               |
| Fonte de Financiamento                               | Elemento         | Descrição  | Fonte                                | Valor Orçado  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1020000 - Recursos Saúde             | 40.000,00     |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1380900 - Farmácia Básica Popular    | 50.000,00     |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 1020000 - Recursos Saúde             | 5.000,00      |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 1380900 - Farmácia Básica Popular    | 15.000,00     |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1020000 - Recursos Saúde             | 5.000,00      |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1380900 - Farmácia Básica Popular    | 80.000,00     |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                       | 1380900 - Farmácia Básica Popular    | 5.000,00      |
|  |                  |  | <b>Total Ação</b>                    | 200.000,00    |
| 0010.0301.0111.2087 - Bifab - Farmacia Basica        |                  |  |                                      |               |
| Fonte de Financiamento                               | Elemento         | Descrição  | Fonte                                | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1020000 - Recursos Saúde             | 700.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1380800 - Farmácia Básica - Federal  | 320.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1670100 - Farmácia Básica - Estadual | 280.000,00    |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas                                       | 1670100 - Farmácia Básica - Estadual | 10.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Ação</b>                    | 1.310.000,00  |
| 0010.0301.0111.2124 - Tiras Reagentes - Diabetes     |                  |  |                                      |               |
| Fonte de Financiamento                               | Elemento         | Descrição  | Fonte                                | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1670100 - Farmácia Básica - Estadual | 30.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Ação</b>                    | 30.000,00     |
| 0010.0301.0111.2125 - Oxigenoterapia                 |                  |  |                                      |               |
| Fonte de Financiamento                               | Elemento         | Descrição  | Fonte                                | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas                                       | 1670100 - Farmácia Básica - Estadual | 50.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Ação</b>                    | 50.000,00     |
|  |                  |  | <b>Total Unidade</b>                 | 1.590.000,00  |
|  |                  |  | <b>Total Órgão</b>                   | 91.392.198,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL                              |                  |   |                                       |              |
|---|------------------|---|---------------------------------------|--------------|
| 1 - Fundo Municipal de Assistencia Social                               |                  |   |                                       |              |
| 0008.0244.0103.2099 - Manutenção Fundo Municipal de Assistencia Social  |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários         | 150.000,00   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 448.000,00   |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 10.000,00    |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 608.000,00   |
| 0008.0244.0103.2100 - Proteção Social Basica Municipal                  |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 20.000,00    |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 1.000,00     |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 21.000,00    |
| 0008.0244.0103.2101 - Proteção Especial de Media Complexidade Municipal |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 20.000,00    |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários         | 1.000,00     |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 21.000,00    |
| Total Unidade   |                  |   |                                       | 650.000,00   |
| 2 - Proteção Social Básica Federal                                      |                  |   |                                       |              |
| 0008.0244.0103.1071 - Piso Básico Fixo - Pbf                            |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 93.600,00    |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 28.400,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 193.000,00   |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 313.000,00   |
| 0008.0244.0103.1072 - Piso Básico Variável - Pbv                        |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 48.800,00    |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 13.200,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 48.000,00    |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 108.000,00   |
| 0008.0244.0103.1074 - Igdbf - Bolsa Família                             |                  |   |                                       |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                 | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 50.000,00    |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União | 5.000,00     |
| Total Ação  |                  |   |                                       | 55.000,00    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL   |                  |   |  |              |
|--|------------------|---|--|--------------|
| 2 - Proteção Social Básica Federal   |                  |   |  |              |
| 0008.0244.0103.1108 - Igdusua - Índice de Gestão Descentralizada                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 10.000,00    |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 5.000,00     |
| Total Ação   |                  |   |  | 15.000,00    |
| 0008.0244.0103.1111 - Acessuas - Trabalho  |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 56.200,00    |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 14.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 46.800,00    |
| Total Ação   |                  |   |  | 117.000,00   |
| 0008.0244.0103.1430 - BPC na Escola  |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 1.000,00     |
| Total Ação   |                  |   |  | 1.000,00     |
| 0008.0244.0103.2150 - Acessuas - Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiência - BPC |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 1.000,00     |
| Total Ação   |                  |   |  | 1.000,00     |
| Total Unidade  |                  |   |  | 610.000,00   |
| 3 - Proteção Especial de Média Complexidade Federal                                    |                  |   |  |              |
| 0008.0244.0103.1062 - Construção, Ampliação e Reformas                                 |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 550.000,00   |
| Total Ação   |                  |   |  | 550.000,00   |
| 0008.0244.0103.1075 - Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmcc                          |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 31.780,00    |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 12.320,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 132.300,00   |
| Total Ação   |                  |   |  | 176.400,00   |
| 0008.0244.0103.1076 - Piso de Transição de Média Complexidade - Ptmcc                  |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1355450 - Transferências SUAS - União                            | 54.258,00    |
| Total Ação   |                  |   |  | 54.258,00    |
| Total Unidade  |                  |   |  | 780.658,00   |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Pág 26 / 28

|  |                  |   |   |                     |
|--|------------------|---|---|---------------------|
| <b>50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>  |                  |   |   |                     |
| <b>4 - Proteção Especial de Alta Complexidade Federal</b>                                    |                  |   |   |                     |
| <b>0008.0244.0103.1073 - Piso de Alta Complexidade</b>                                       |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1355450 - Transferências SUAS - União                             | 160.800,00          |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 160.800,00          |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>  | 160.800,00          |
| <b>5 - Benefícios Eventuais Estado</b>   |                  |   |   |                     |
| <b>0008.0244.0103.1112 - Benefícios Eventuais Estado</b>                                     |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 12.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 12.000,00           |
| <b>0008.0244.0103.1420 - Construção, Ampliação e Reformas - Construção de CREAS - Estado</b> |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 550.000,00          |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 550.000,00          |
| <b>0008.0244.0103.1440 - Construção e Aquisição de Mobiliário de CRAS</b>                    |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 900.000,00          |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 900.000,00          |
| <b>0008.0244.0103.2103 - Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual</b>                 |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 165.000,00          |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 100.000,00          |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 265.000,00          |
| <b>0008.0244.0103.2116 - Proteção Especial de Média Complexidade Estadual</b>                |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 210.000,00          |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 90.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 300.000,00          |
| <b>0008.0244.0103.2132 - Proteção Social Básica Estadual</b>                                 |                  |   |   |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Fonte</b>  | <b>Valor Orçado</b> |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 196.000,00          |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social | 84.000,00           |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | 280.000,00          |
|  |                  |   | <b>Total Unidade</b>  | 2.307.000,00        |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|  |                  |   |   |                      |
|--|------------------|---|---|----------------------|
| <b>50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>  |                  |   |   |                      |
| <b>6 - Programas Federais</b>  |                  |   |   |                      |
| <b>0008.0244.0103.1437 - Programa Aprimora Rede</b>  |                  |   |   |                      |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado         |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                       | 1.000,00             |
|  |                  |   | <b>Total Ação</b>   | <b>1.000,00</b>      |
| <b>0008.0244.0103.1438 - AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</b> |                  |   |   |                      |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado         |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                       | 18.000,00            |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1355450 - Transferências SUAS - União                       | 5.000,00             |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1355450 - Transferências SUAS - União                       | 49.000,00            |
|  |                  | <b>Total Ação</b>   |   | <b>72.000,00</b>     |
|  |                  | <b>Total Unidade</b>                                      |   | <b>73.000,00</b>     |
|  |                  | <b>Total Órgão</b>  |   | <b>4.581.458,00</b>  |
| <b>60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>  |                  |   |   |                      |
| <b>1 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>   |                  |   |   |                      |
| <b>0008.0243.0103.2104 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>                   |                  |   |   |                      |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado         |
|  | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1090000 - FIA Imposto de Renda                              | 25.000,00            |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários                               | 12.000,00            |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1090000 - FIA Imposto de Renda                              | 10.000,00            |
|  |                  | <b>Total Ação</b>   |   | <b>47.000,00</b>     |
|  |                  | <b>Total Unidade</b>                                      |   | <b>47.000,00</b>     |
|  |                  | <b>Total Órgão</b>  |   | <b>47.000,00</b>     |
| <b>70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES</b>  |                  |   |   |                      |
| <b>1 - Fundo de Aposentadorias e Pensões</b>   |                  |   |   |                      |
| <b>0009.0271.0101.2108 - Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões</b>                             |                  |   |   |                      |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado         |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários                               | 1.000,00             |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1030000 - Contribuição Previdenciária                       | 1.000.000,00         |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1030000 - Contribuição Previdenciária                       | 100.000,00           |
|  |                  | <b>Total Ação</b>   |   | <b>1.101.000,00</b>  |
| <b>0009.0271.0101.2109 - Aposentadorias, Pensões e Benefícios.</b>                                       |                  |   |   |                      |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado         |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários                               | 1.035.000,00         |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1030000 - Contribuição Previdenciária                       | 19.145.820,00        |
|  | 3339100000000000 | Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos     | 1050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS | 900.000,00           |
|  |                  | <b>Total Ação</b>   |   | <b>21.080.820,00</b> |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2585-SSHOU-216305511 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:48

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



|   |                  |                         |                                       |                     |
|---|------------------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| <b>70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>                     |                  |                         |                                       |                     |
| <b>1 - Fundo de Aposentadorias e Pensões</b>                      |                  |                         |                                       |                     |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>                  | 22.181.820,00       |
|   |                  |                         | <b>Total Órgão</b>                    | 22.181.820,00       |
| <b>99 - RESERVA DE CONTINGENCIA</b>                               |                  |                         |                                       |                     |
| <b>1 - Reserva de Contingencia - Prefeitura</b>                   |                  |                         |                                       |                     |
| <b>0099.0999.0101.9001 - Reserva de Contingência - Prefeitura</b> |                  |                         |                                       |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>                                     | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>        | <b>Fonte</b>                          | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3999000000000000 | Reserva de contingência | 1000000 - Recursos Ordinários         | 10.000,00           |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>                     | 10.000,00           |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>                  | 10.000,00           |
| <b>2 - Reserva de Contingencia - Fap</b>                          |                  |                         |                                       |                     |
| <b>0099.0999.0101.9002 - Reserva de Contingência - Fap</b>        |                  |                         |                                       |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>                                     | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>        | <b>Fonte</b>                          | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3999000000000000 | Reserva de contingência | 1030000 - Contribuição Previdenciária | 10.000.000,00       |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>                     | 10.000.000,00       |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>                  | 10.000.000,00       |
|   |                  |                         | <b>Total Órgão</b>                    | 10.010.000,00       |
|   |                  |                         | <b>Total Geral</b>                    | 294.000.000,00      |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento      | Cat. Econômica        |
|----------------|---|---------------|---------------|-----------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes  |               |               | 224.134.526,67        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais  |               |               | 107.611.362,46        |
| 31710000000000 | Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio      |               | 5.600,00      |                       |
| 31900000000000 | Aplicações diretas  |               | 94.340.969,01 |                       |
| 31910000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos              |               | 13.264.793,45 |                       |
| 32000000000000 | Juros e encargos da dívida  |               |               | 703.000,00            |
| 32900000000000 | Aplicações diretas  |               | 703.000,00    |                       |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes   |               |               | 115.820.164,21        |
| 33500000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos             |               | 33.790.949,92 |                       |
| 33710000000000 | Transferências a consórcios públicos                                  |               | 1.400,00      |                       |
| 33900000000000 | Aplicações diretas  |               | 80.190.814,29 |                       |
| 33910000000000 | Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos                 |               | 1.800.000,00  |                       |
| 33930000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades |               | 37.000,00     |                       |
| 40000000000000 | Despesas de capital   |               |               | 59.855.473,33         |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |               | 52.779.596,97         |
| 44900000000000 | Aplicações diretas  |               | 52.779.596,97 |                       |
| 45000000000000 | Inversões financeiras   |               |               | 10.000,00             |
| 45900000000000 | Aplicações diretas  |               | 10.000,00     |                       |
| 46000000000000 | Amortização da dívida   |               |               | 7.065.876,36          |
| 46900000000000 | Aplicações diretas  |               | 7.065.876,36  |                       |
| 90000000000000 | Reserva de contingência   |               |               | 10.010.000,00         |
| 99000000000000 | Reserva de contingência   |               |               | 10.010.000,00         |
| 99900000000000 | Reserva de contingência   |               | 10.010.000,00 |                       |
| <b>Total</b>   |   |               |               | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código        | Especificação  | Desdobramento | Fonte           | Cat. Econômica        |
|---------------|--|---------------|-----------------|-----------------------|
| 1000000000000 | Receitas correntes   |               |                 | 246.786.809,54        |
| 1100000000000 | Receita tributária   |               | 45.537.000,00   |                       |
| 1110000000000 | Impostos   |               | 35.618.000,00   |                       |
| 1120000000000 | Taxas  |               | 6.919.000,00    |                       |
| 1130000000000 | Contribuição de melhoria   |               | 3.000.000,00    |                       |
| 1200000000000 | Receitas de contribuições  |               | 10.575.500,00   |                       |
| 1210000000000 | Contribuições sociais  |               | 5.975.500,00    |                       |
| 1230000000000 | Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública             |               | 4.600.000,00    |                       |
| 1300000000000 | Receita patrimonial  |               | 10.927.550,00   |                       |
| 1310000000000 | Receitas imobiliárias  |               | 155.400,00      |                       |
| 1320000000000 | Receitas de valores mobiliários  |               | 10.772.150,00   |                       |
| 1400000000000 | Receita agropecuária   |               | 5.000,00        |                       |
| 1490000000000 | Outras receitas agropecuárias  | 5.000,00      |                 |                       |
| 1700000000000 | Transferências correntes   |               | 161.161.398,00  |                       |
| 1720000000000 | Transferências intergovernamentais                                       |               | 161.060.898,00  |                       |
| 1730000000000 | Transferências de instituições privadas                                  | 100,00        |                 |                       |
| 1750000000000 | Transferências de pessoas  | 400,00        |                 |                       |
| 1760000000000 | Transferências de convênios  |               | 100.000,00      |                       |
| 1900000000000 | Outras receitas correntes  |               | 18.580.361,54   |                       |
| 1910000000000 | Multas e juros de mora   |               | 1.337.000,00    |                       |
| 1920000000000 | Indenizações e restituições  |               | 59.000,00       |                       |
| 1930000000000 | Receita da dívida ativa  |               | 9.021.000,00    |                       |
| 1990000000000 | Receitas diversas  |               | 8.163.361,54    |                       |
| 2000000000000 | Receitas de capital  |               |                 | 45.374.270,46         |
| 2100000000000 | Operações de crédito   |               | 6.400.000,00    |                       |
| 2110000000000 | Operações de crédito internas  |               | 6.400.000,00    |                       |
| 2200000000000 | Alienação de bens  |               | 20.000,00       |                       |
| 2210000000000 | Alienação de bens móveis   |               | 20.000,00       |                       |
| 2400000000000 | Transferências de capital  |               | 38.954.270,46   |                       |
| 2420000000000 | Transferências intergovernamentais                                       |               | 4.189.000,00    |                       |
| 2470000000000 | Transferências de convênios  |               | 34.765.270,46   |                       |
| 7000000000000 | Receitas correntes intra-orçamentárias                                   |               |                 | 15.623.920,00         |
| 7200000000000 | Receita de contribuições - intra-orçamentárias                           |               | 14.723.920,00   |                       |
| 7210000000000 | Contribuições sociais - intra-orçamentárias                              |               | 14.723.920,00   |                       |
| 7900000000000 | Outras receitas correntes - intra-orçamentárias                          |               | 900.000,00      |                       |
| 7940000000000 | Rec. decorrentes aportes periódicos p/ amortização déficit atuarial RPPS |               | 900.000,00      |                       |
| 9100000000000 | (r) Deduções da receita corrente   |               |                 | (13.785.000,00)       |
| 9170000000000 | (r) Dedução da receita de transferências correntes                       |               | (13.785.000,00) |                       |
| 9172000000000 | (r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais             |               | (13.785.000,00) |                       |
| <b>Total</b>  |  |               |                 | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 9

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

| <b>01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL</b>      |   |                      |                     |                     |                      |
|---|---|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| <b>001 - Câmara Municipal de Rio do Sul</b>     |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 01  | Legislativa   | 0,00                 | 0,00                | 6.598.102,08        | 6.598.102,08         |
| 01.031  | Acao Legislativa  | 0,00                 | 0,00                | 6.598.102,08        | 6.598.102,08         |
| 01.031.0100                                     | Processo Legislativo                                    | 0,00                 | 0,00                | 6.598.102,08        | 6.598.102,08         |
| 01.031.0100.2001                                | Manutenção da Camara de Vereadores                      | 0,00                 | 0,00                | 6.598.102,08        | 6.598.102,08         |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b>  |
| <b>Total Órgão</b>                              |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>6.598.102,08</b> | <b>6.598.102,08</b>  |
| <b>02 - GABINETE DO PREFEITO</b>                |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>001 - Gabinete do Prefeito</b>               |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 04  | Administração   | 0,00                 | 3.600.000,00        | 5.073.000,00        | 8.673.000,00         |
| 04.122  | Administracao Geral                                     | 0,00                 | 0,00                | 5.073.000,00        | 5.073.000,00         |
| 04.122.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 5.073.000,00        | 5.073.000,00         |
| 04.122.0101.2002                                | Manutenção do Gabinete do Prefeito                      | 0,00                 | 0,00                | 2.400.000,00        | 2.400.000,00         |
| 04.122.0101.2137                                | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito       | 0,00                 | 0,00                | 2.673.000,00        | 2.673.000,00         |
| 04.123  | Administração Financeira                                | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.123.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.123.0101.1130                                | Devolução de Convênios                                  | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.126  | Tecnologia da Informação                                | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 04.126.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 04.126.0101.1122                                | Cidade Digital - PMAT                                   | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 06  | Segurança Pública                                       | 0,00                 | 0,00                | 199.500,00          | 199.500,00           |
| 06.181  | Policimento   | 0,00                 | 0,00                | 199.500,00          | 199.500,00           |
| 06.181.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 59.500,00           | 59.500,00            |
| 06.181.0101.2049                                | Manutenção Transito - Policia Civil                     | 0,00                 | 0,00                | 1.500,00            | 1.500,00             |
| 06.181.0101.2050                                | Manutenção Transito - Policia Militar                   | 0,00                 | 0,00                | 58.000,00           | 58.000,00            |
| 06.181.0112                                     | Do local para o global                                  | 0,00                 | 0,00                | 140.000,00          | 140.000,00           |
| 06.181.0112.2064                                | Manutenção do Departamento da Guarda Municipal          | 0,00                 | 0,00                | 140.000,00          | 140.000,00           |
| 10  | Saúde   | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301  | Atenção Básica  | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301.0101.1436                                | Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UPA     | 0,00                 | 514.770,46          | 0,00                | 514.770,46           |
| 10.301.0101.1439                                | Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS | 0,00                 | 200.000,00          | 0,00                | 200.000,00           |
| 15  | Urbanismo   | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451  | Infra-Estrutura Urbana                                  | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451.0101.2012                                | Manutenção do Departamento de Trânsito                  | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>4.314.770,46</b> | <b>6.132.500,00</b> | <b>10.447.270,46</b> |
| <b>002 - Departamento da Defesa Civil</b>       |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 06  | Segurança Pública                                       | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182  | Defesa Civil  | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182.0112                                     | Do local para o global                                  | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182.0112.2003                                | Manutencao do Departamento de Defesa Civil              | 0,00                 | 0,00                | 50.000,00           | 50.000,00            |
| 06.182.0112.2131                                | Manutenção do Fundo de Defesa Civil                     | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>350.000,00</b>   | <b>350.000,00</b>    |
| <b>004 - Departamento de Comunicação Social</b> |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 04  | Administração   | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131  | Comunicação Social                                      | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131.0101.2004                                | Manutenção do Departamento de Comunicação Social        | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>300.000,00</b>   | <b>300.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>                              |   | <b>0,00</b>          | <b>4.314.770,46</b> | <b>6.782.500,00</b> | <b>11.097.270,46</b> |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 9

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

**03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO****001 - Gabinete do Vice-prefeito**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 04                   | Administração  | 0,00          | 0,00        | 271.000,00        | 271.000,00        |
| 04.122               | Administracao Geral                                    | 0,00          | 0,00        | 271.000,00        | 271.000,00        |
| 04.122.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você            | 0,00          | 0,00        | 271.000,00        | 271.000,00        |
| 04.122.0101.2139     | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito | 0,00          | 0,00        | 271.000,00        | 271.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>271.000,00</b> | <b>271.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>271.000,00</b> | <b>271.000,00</b> |

**04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO****001 - Procuradoria Jurídica**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais     | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|-------------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 500.000,00        | 0,00        | 1.380.000,00        | 1.880.000,00        |
| 04.062               | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário       | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.062.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você              | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.062.0101.2008     | Manutenção da Procuradoria Jurídica                      | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.122               | Administracao Geral                                      | 500.000,00        | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.580.000,00        |
| 04.122.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você              | 500.000,00        | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.580.000,00        |
| 04.122.0101.0003     | Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Senter | 500.000,00        | 0,00        | 0,00                | 500.000,00          |
| 04.122.0101.2140     | Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Jurídica       | 0,00              | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.080.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>1.380.000,00</b> | <b>1.880.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>1.380.000,00</b> | <b>1.880.000,00</b> |

**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.****001 - Gabinete do Secretario de Plan.urb.meio Ambiente**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122               | Administracao Geral                                      | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122.0104          | Gestão local para a sustentabilidade                     | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122.0104.2009     | Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio A    | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 15                   | Urbanismo  | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                                   | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano                            | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451.0105.2143     | Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e r | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.905.000,00</b> | <b>1.905.000,00</b> |

**003 - Departamento de Urbanismo**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos             | Atividades  | Total                |
|----------------------|---|---------------|----------------------|-------------|----------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 28.916.825,10        | 0,00        | 28.916.825,10        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                                  | 0,00          | 28.916.825,10        | 0,00        | 28.916.825,10        |
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano                           | 0,00          | 20.115.750,00        | 0,00        | 20.115.750,00        |
| 15.451.0105.1001     | Desapropriação de Imóveis                               | 0,00          | 20.000,00            | 0,00        | 20.000,00            |
| 15.451.0105.1014     | Pontes, Viadutos e Passarelas                           | 0,00          | 600.000,00           | 0,00        | 600.000,00           |
| 15.451.0105.1069     | Programa de Mobilidade Urbana                           | 0,00          | 80.000,00            | 0,00        | 80.000,00            |
| 15.451.0105.1103     | Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques    | 0,00          | 1.720.050,00         | 0,00        | 1.720.050,00         |
| 15.451.0105.1123     | Obras de Prevenção e Recuperação Desastres              | 0,00          | 5.000.000,00         | 0,00        | 5.000.000,00         |
| 15.451.0105.1128     | Integrar  | 0,00          | 850.000,00           | 0,00        | 850.000,00           |
| 15.451.0105.1136     | Recuperação de Pontes e Taludes                         | 0,00          | 500.000,00           | 0,00        | 500.000,00           |
| 15.451.0105.1426     | Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários       | 0,00          | 750.000,00           | 0,00        | 750.000,00           |
| 15.451.0105.1435     | Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio    | 0,00          | 9.000.000,00         | 0,00        | 9.000.000,00         |
| 15.451.0105.1441     | Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização          | 0,00          | 1.595.700,00         | 0,00        | 1.595.700,00         |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                        | 0,00          | 8.801.075,10         | 0,00        | 8.801.075,10         |
| 15.451.0110.1022     | Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição d | 0,00          | 2.800.000,00         | 0,00        | 2.800.000,00         |
| 15.451.0110.1079     | Contrapartida Convênios                                 | 0,00          | 3.778.075,10         | 0,00        | 3.778.075,10         |
| 15.451.0110.1120     | Pac 2 - Segunda Fase                                    | 0,00          | 500.000,00           | 0,00        | 500.000,00           |
| 15.451.0110.1415     | Projetos Fundam   | 0,00          | 1.723.000,00         | 0,00        | 1.723.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>28.916.825,10</b> | <b>0,00</b> | <b>28.916.825,10</b> |

**005 - Departamento de Projetos**

| Código | Especificação          | Op. Especiais | Projetos   | Atividades | Total      |
|--------|------------------------|---------------|------------|------------|------------|
| 15     | Urbanismo              | 0,00          | 500.000,00 | 0,00       | 500.000,00 |
| 15.451 | Infra-Estrutura Urbana | 0,00          | 500.000,00 | 0,00       | 500.000,00 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 3 / 9

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.****005 - Departamento de Projetos**

| Código               | Especificação                            | Op. Especiais | Projetos          | Atividades  | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------------|-------------|-------------------|
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano            | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| 15.451.0105.1414     | Manutenção e Recuperação da Malha Viária | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>500.000,00</b> |

**006 - Departamento de Meio Ambiente**

| Código               | Especificação                                  | Op. Especiais | Projetos             | Atividades          | Total                |
|----------------------|--|---------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| 18                   | Gestão Ambiental                               | 0,00          | 0,00                 | 4.500.000,00        | 4.500.000,00         |
| 18.541               | Preservação e Conservação Ambiental            | 0,00          | 0,00                 | 4.500.000,00        | 4.500.000,00         |
| 18.541.0109          | Consumo responsável e opções de estilo de vida | 0,00          | 0,00                 | 4.500.000,00        | 4.500.000,00         |
| 18.541.0109.2060     | Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos        | 0,00          | 0,00                 | 4.500.000,00        | 4.500.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>          | <b>4.500.000,00</b> | <b>4.500.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>29.416.825,10</b> | <b>6.405.000,00</b> | <b>35.821.825,10</b> |

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****001 - Gabinete do Secretario de Administração**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122               | Administracao Geral  | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122.0101.2016     | Manutenção do Gab. do Sec. de Administração                | 0,00          | 0,00        | 2.600.000,00        | 2.600.000,00        |
| 04.122.0101.2071     | Consórcio de Informatica na Gestao Publica Municipal - Cig | 0,00          | 0,00        | 35.000,00           | 35.000,00           |
| 04.122.0101.2145     | Pessoal e Encargos Sociais - Administração                 | 0,00          | 0,00        | 5.795.000,00        | 5.795.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>8.430.000,00</b> | <b>8.430.000,00</b> |

**003 - Departamento de Recursos Humanos**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração   | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128               | Formação de Recursos Humanos                              | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você               | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128.0101.2113     | Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais | 0,00          | 0,00        | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 04.128.0101.2147     | Programa de Qualidade de Vida no Trabalho                 | 0,00          | 0,00        | 50.000,00           | 50.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>80.000,00</b>    | <b>80.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>8.510.000,00</b> | <b>8.510.000,00</b> |

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****001 - Gabinete do Secretario da Fazenda**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais       | Projetos    | Atividades          | Total                |
|----------------------|---|---------------------|-------------|---------------------|----------------------|
| 04                   | Administração                                   | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123               | Administração Financeira                        | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123.0101.2021     | Manutenção do Gabinete do Secretario da Fazenda | 0,00                | 0,00        | 2.600.000,00        | 2.600.000,00         |
| 04.123.0101.2148     | Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda            | 0,00                | 0,00        | 3.258.000,00        | 3.258.000,00         |
| 06                   | Segurança Pública                               | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244               | Assistência Comunitária                         | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244.0101.2051     | Manutenção do Funrebom                          | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 28                   | Encargos Especiais                              | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843               | Serviço da Dívida Interna                       | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843.0101.0001     | Pagamento da Dívida Fundada Interna             | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b> | <b>6.258.000,00</b> | <b>13.323.876,36</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b> | <b>6.258.000,00</b> | <b>13.323.876,36</b> |

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****001 - Gabinete do Secretario de Educação**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 12                   | Educação   | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122               | Administracao Geral                                  | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122.0107.2028     | Manutenção do Gabinete do Secretario de Educação     | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>417.000,00</b> | <b>417.000,00</b> |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 9

Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

## 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 002 - Departamento Pedagógico de Ensino

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 12               | Educação  | 0,00          | 6.497.000,00 | 52.803.100,00 | 59.300.100,00 |
| 12.306           | Alimentação e Nutrição                                  | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107.2032 | Programa de Alimentação do Ensino Infantil              | 0,00          | 0,00         | 735.000,00    | 735.000,00    |
| 12.306.0107.2033 | Programa de Alimentação do Ensino Fundamental           | 0,00          | 0,00         | 770.000,00    | 770.000,00    |
| 12.306.0107.2052 | Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-p  | 0,00          | 0,00         | 248.880,00    | 248.880,00    |
| 12.306.0107.2053 | Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-p | 0,00          | 0,00         | 438.400,00    | 438.400,00    |
| 12.306.0107.2123 | Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnape     | 0,00          | 0,00         | 309.500,00    | 309.500,00    |
| 12.306.0107.2126 | Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental M | 0,00          | 0,00         | 19.560,00     | 19.560,00     |
| 12.306.0107.2128 | Programa Alimentação Escolar Especial                   | 0,00          | 0,00         | 8.600,00      | 8.600,00      |
| 12.361           | Ensino Fundamental                                      | 0,00          | 6.497.000,00 | 23.162.581,00 | 29.659.581,00 |
| 12.361.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 6.497.000,00 | 23.162.581,00 | 29.659.581,00 |
| 12.361.0107.1113 | Construção e Ampliação de Centros de Educação           | 0,00          | 6.457.000,00 | 0,00          | 6.457.000,00  |
| 12.361.0107.1115 | Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes       | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 12.361.0107.2029 | Manutenção do Ensino Fundamental                        | 0,00          | 0,00         | 1.315.000,00  | 1.315.000,00  |
| 12.361.0107.2034 | Transporte Escolar Educação Básica - Próprios           | 0,00          | 0,00         | 2.700.000,00  | 2.700.000,00  |
| 12.361.0107.2058 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado          | 0,00          | 0,00         | 800.000,00    | 800.000,00    |
| 12.361.0107.2059 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate           | 0,00          | 0,00         | 30.150,00     | 30.150,00     |
| 12.361.0107.2067 | Manutenção do Ensino Fundamental                        | 0,00          | 0,00         | 18.307.431,00 | 18.307.431,00 |
| 12.361.0107.2068 | Manutenção das Atividades Pedagógicas                   | 0,00          | 0,00         | 10.000,00     | 10.000,00     |
| 12.365           | Educação Infantil                                       | 0,00          | 0,00         | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 0,00         | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107.2030 | Manutenção do Ensino Infantil                           | 0,00          | 0,00         | 23.264.579,00 | 23.264.579,00 |
| 12.365.0107.2066 | Manutenção do Ensino Infantil                           | 0,00          | 0,00         | 3.795.000,00  | 3.795.000,00  |
| 12.365.0107.2127 | Programa Brasil Carinhoso                               | 0,00          | 0,00         | 51.000,00     | 51.000,00     |
| Total Unidade    |   | 0,00          | 6.497.000,00 | 52.803.100,00 | 59.300.100,00 |

### 003 - Departamento de Apoio Administrativo

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 12               | Educação   | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| 12.361           | Ensino Fundamental                                   | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| 12.361.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| 12.361.0107.2031 | Manutenção do Departamento Administrativo            | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| Total Unidade    |  | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| Total Órgão      |  | 0,00          | 6.497.000,00 | 55.616.100,00 | 62.113.100,00 |

## 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO

### 001 - Gab. do Sec. de Desenv. Econ. e Empreendedorismo

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos | Atividades | Total      |
|------------------|--|---------------|----------|------------|------------|
| 23               | Comércio e Serviços                                    | 0,00          | 0,00     | 590.000,00 | 590.000,00 |
| 23.691           | Promoção Comercial                                     | 0,00          | 0,00     | 590.000,00 | 590.000,00 |
| 23.691.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável        | 0,00          | 0,00     | 590.000,00 | 590.000,00 |
| 23.691.0108.2043 | Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreended    | 0,00          | 0,00     | 82.000,00  | 82.000,00  |
| 23.691.0108.2146 | Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico | 0,00          | 0,00     | 508.000,00 | 508.000,00 |
| Total Unidade    |  | 0,00          | 0,00     | 590.000,00 | 590.000,00 |

### 004 - Departamento de Turismo

| Código           | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos   | Atividades | Total        |
|------------------|---|---------------|------------|------------|--------------|
| 23               | Comércio e Serviços                             | 0,00          | 977.750,00 | 350.000,00 | 1.327.750,00 |
| 23.695           | Turismo   | 0,00          | 977.750,00 | 350.000,00 | 1.327.750,00 |
| 23.695.0104      | Gestão local para a sustentabilidade            | 0,00          | 243.750,00 | 0,00       | 243.750,00   |
| 23.695.0104.1434 | Construção de Quiosques Centro de Eventos       | 0,00          | 243.750,00 | 0,00       | 243.750,00   |
| 23.695.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 734.000,00 | 350.000,00 | 1.084.000,00 |
| 23.695.0108.1435 | Reforma do Centro de Eventos                    | 0,00          | 592.000,00 | 0,00       | 592.000,00   |
| 23.695.0108.1443 | Qualificação de Serviços Turísticos             | 0,00          | 142.000,00 | 0,00       | 142.000,00   |
| 23.695.0108.2045 | Manutenção de Departamento de Turismo           | 0,00          | 0,00       | 200.000,00 | 200.000,00   |
| 23.695.0108.2046 | Promoção e Realização de Eventos                | 0,00          | 0,00       | 100.000,00 | 100.000,00   |
| 23.695.0108.2063 | Promoção e Realização de Eventos - Estados      | 0,00          | 0,00       | 50.000,00  | 50.000,00    |
| Total Unidade    |   | 0,00          | 977.750,00 | 350.000,00 | 1.327.750,00 |
| Total Órgão      |   | 0,00          | 977.750,00 | 940.000,00 | 1.917.750,00 |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL281101-2585-HRATD-216305313 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:45

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 5 / 9

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****001 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos**

| Código               | Especificação                                    | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração                                    | 0,00          | 0,00        | 4.590.000,00        | 4.590.000,00        |
| 04.122               | Administração Geral                              | 0,00          | 0,00        | 4.590.000,00        | 4.590.000,00        |
| 04.122.0105          | Planejamento e desenho urbano                    | 0,00          | 0,00        | 4.590.000,00        | 4.590.000,00        |
| 04.122.0105.2036     | Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos | 0,00          | 0,00        | 65.000,00           | 65.000,00           |
| 04.122.0105.2138     | Pessoal e Encargos Sociais - Obras               | 0,00          | 0,00        | 4.525.000,00        | 4.525.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>4.590.000,00</b> | <b>4.590.000,00</b> |

**002 - Departamento de Apoio Administrativo e Manut.frota**

| Código               | Especificação                                       | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                              | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                    | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451.0110.2037     | Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.400.000,00</b> | <b>1.400.000,00</b> |

**003 - Departamento de Obras e Melhorias Viárias**

| Código               | Especificação                                     | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|---|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                            | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                  | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451.0110.2038     | Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>975.000,00</b> | <b>975.000,00</b> |

**004 - Departamento de Serviços Urbanos**

| Código               | Especificação                                 | Op. Especiais | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|---------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 25                   | Energia                                       | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752               | Energia Elétrica                              | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego              | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752.0110.2040     | Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>4.600.000,00</b>  | <b>4.600.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>11.565.000,00</b> | <b>11.565.000,00</b> |

**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA****001 - Gabinete do Secretário Mun. de Agricultura**

| Código               | Especificação                                     | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 20                   | Agricultura                                       | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606               | Extensão Rural                                    | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606.0108.2041     | Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura | 0,00          | 0,00        | 100.000,00          | 100.000,00          |
| 20.606.0108.2141     | Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura          | 0,00          | 0,00        | 1.241.000,00        | 1.241.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.341.000,00</b> | <b>1.341.000,00</b> |

**002 - Departamento de Agricultura**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades        | Total             |
|----------------------|---|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 20                   | Agricultura                                     | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606               | Extensão Rural                                  | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606.0108.1126     | Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos  | 0,00          | 70.000,00         | 0,00              | 70.000,00         |
| 20.606.0108.1429     | Promoção Feira e Festa do Agricultor            | 0,00          | 65.000,00         | 0,00              | 65.000,00         |
| 20.606.0108.2042     | Manutenção do Departamento de Agricultura       | 0,00          | 0,00              | 300.000,00        | 300.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>135.000,00</b> | <b>300.000,00</b> | <b>435.000,00</b> |

**003 - Departamento de Pecuária**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 20                   | Agricultura                                     | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606               | Extensão Rural                                  | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606.0108.2110     | Manutenção do Departamento de Pecuária          | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>       | <b>30.000,00</b>    | <b>30.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>135.000,00</b> | <b>1.671.000,00</b> | <b>1.806.000,00</b> |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 9

Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| <b>12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b> |   |               |                   |                     |                     |
|--|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| <b>001 - Gabinete do Secretario de Assit. Social e Habit.</b>  |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 08   | Assistência Social                                      | 0,00          | 0,00              | 268.600,00          | 268.600,00          |
| 08.243   | Assistência à Criança e ao Adolescente                  | 0,00          | 0,00              | 268.600,00          | 268.600,00          |
| 08.243.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz               | 0,00          | 0,00              | 268.600,00          | 268.600,00          |
| 08.243.0103.2057   | Conselho Tutelar  | 0,00          | 0,00              | 268.600,00          | 268.600,00          |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>       | <b>268.600,00</b>   | <b>268.600,00</b>   |
| <b>002 - Depto de Assistencia Social</b>                       |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 08   | Assistência Social                                      | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                 | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz               | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244.0103.1132   | Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi        | 0,00          | 367.000,00        | 0,00                | 367.000,00          |
| 08.244.0103.1442   | Aquisição de Veiculos                                   | 0,00          | 132.000,00        | 0,00                | 132.000,00          |
| 08.244.0103.2105   | Manutenção do Gabinete do Secretario Assistencia Social | 0,00          | 0,00              | 134.000,00          | 134.000,00          |
| 08.244.0103.2144   | Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                | 0,00          | 0,00              | 4.072.000,00        | 4.072.000,00        |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>499.000,00</b> | <b>4.206.000,00</b> | <b>4.705.000,00</b> |
| <b>003 - Depto de Habitação</b>                                |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 08   | Assistência Social                                      | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                 | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz               | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244.0103.1418   | PMCMV - Execução Trabalho Social                        | 0,00          | 90.000,00         | 0,00                | 90.000,00           |
| 08.244.0103.2065   | Manutenção do Fundo de Habitação                        | 0,00          | 0,00              | 80.000,00           | 80.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>90.000,00</b>  | <b>80.000,00</b>    | <b>170.000,00</b>   |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>589.000,00</b> | <b>4.554.600,00</b> | <b>5.143.600,00</b> |
| <b>20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>                    |   |               |                   |                     |                     |
| <b>001 - Fundacao Cultural de Rio do Sul</b>                   |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 13   | Cultura   | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392   | Difusão Cultural  | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106  | Cultura para a sustentabilidade                         | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106.1038   | Projetos, Eventos e Contrapartidas                      | 0,00          | 350.000,00        | 0,00                | 350.000,00          |
| 13.392.0106.2072   | Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul           | 0,00          | 0,00              | 2.310.000,00        | 2.310.000,00        |
| 13.392.0106.2133   | Fundo Municipal de Cultura                              | 0,00          | 0,00              | 300.000,00          | 300.000,00          |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |
| <b>30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>                    |   |               |                   |                     |                     |
| <b>001 - Fundacao Municipal de Desportos</b>                   |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 27   | Desporto e Lazer  | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812   | Desporto Comunitário                                    | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812.0107  | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812.0107.1138   | Construção e Reformas Desporto                          | 0,00          | 800.000,00        | 0,00                | 800.000,00          |
| 27.812.0107.2073   | Manutenção da Fundação Municipal de Esportes            | 0,00          | 0,00              | 1.980.000,00        | 1.980.000,00        |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>800.000,00</b> | <b>1.980.000,00</b> | <b>2.780.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>800.000,00</b> | <b>1.980.000,00</b> | <b>2.780.000,00</b> |
| <b>40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>                           |   |               |                   |                     |                     |
| <b>001 - Fundo Municipal de Saude</b>                          |   |               |                   |                     |                     |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
| 10   | Saúde   | 703.000,00    | 6.459.000,00      | 13.152.698,00       | 20.314.698,00       |
| 10.128   | Formação de Recursos Humanos                            | 0,00          | 40.000,00         | 0,00                | 40.000,00           |
| 10.128.0111  | Ação local para a saúde                                 | 0,00          | 40.000,00         | 0,00                | 40.000,00           |
| 10.128.0111.1117   | Fms Alto Vale Cir                                       | 0,00          | 40.000,00         | 0,00                | 40.000,00           |
| 10.301   | Atenção Básica  | 703.000,00    | 6.419.000,00      | 13.152.698,00       | 20.274.698,00       |
| 10.301.0111  | Ação local para a saúde                                 | 703.000,00    | 6.419.000,00      | 13.152.698,00       | 20.274.698,00       |
| 10.301.0111.0004   | Pagamento Divida Fundada Interna                        | 703.000,00    | 0,00              | 0,00                | 703.000,00          |
| 10.301.0111.1033   | Construção de Unidades de Psf                           | 0,00          | 947.000,00        | 0,00                | 947.000,00          |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 7 / 9

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

## 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

## 001 - Fundo Municipal de Saude

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 10.301.0111.1035 | Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - V   | 0,00          | 4.010.000,00 | 0,00          | 4.010.000,00  |
| 10.301.0111.1037 | Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento | 0,00          | 310.000,00   | 0,00          | 310.000,00    |
| 10.301.0111.1039 | Aquisição de Veículos - Vinculados                        | 0,00          | 150.000,00   | 0,00          | 150.000,00    |
| 10.301.0111.1041 | Equipagem Unidades de Saúde - Vinculados                  | 0,00          | 370.000,00   | 0,00          | 370.000,00    |
| 10.301.0111.1082 | Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço           | 0,00          | 50.000,00    | 0,00          | 50.000,00     |
| 10.301.0111.1110 | Programa Requalificação de Ubs                            | 0,00          | 92.000,00    | 0,00          | 92.000,00     |
| 10.301.0111.1118 | Construção de Academia de Saúde Navegantes                | 0,00          | 140.000,00   | 0,00          | 140.000,00    |
| 10.301.0111.1424 | Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para    | 0,00          | 100.000,00   | 0,00          | 100.000,00    |
| 10.301.0111.1430 | Emenda Parlamentar para Aquisição Material Enfermagem     | 0,00          | 250.000,00   | 0,00          | 250.000,00    |
| 10.301.0111.2078 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                    | 0,00          | 0,00         | 2.100.000,00  | 2.100.000,00  |
| 10.301.0111.2097 | Ações de Saúde com Recursos do Estado                     | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.301.0111.2098 | Consortio Intermunicipal de Saúde                         | 0,00          | 0,00         | 9.000,00      | 9.000,00      |
| 10.301.0111.2149 | Pessoal e Encargos Sociais - Saúde                        | 0,00          | 0,00         | 10.663.698,00 | 10.663.698,00 |
| Total Unidade    |   | 703.000,00    | 6.459.000,00 | 13.152.698,00 | 20.314.698,00 |

## 002 - Atenção Básica

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos  | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|-----------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301           | Atenção Básica   | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde                                  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301.0111.1080 | Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária          | 0,00          | 55.000,00 | 0,00          | 55.000,00     |
| 10.301.0111.2092 | Blatb - Pab Saude Bucal                                  | 0,00          | 0,00      | 27.000,00     | 27.000,00     |
| 10.301.0111.2093 | Blatb - Ações Agente com de Saude                        | 0,00          | 0,00      | 2.330.000,00  | 2.330.000,00  |
| 10.301.0111.2094 | Blatb - Ações Saude da Familia                           | 0,00          | 0,00      | 8.645.000,00  | 8.645.000,00  |
| 10.301.0111.2095 | Blatb - Pab Fixo - Ações Basicas                         | 0,00          | 0,00      | 1.940.000,00  | 1.940.000,00  |
| 10.301.0111.2096 | Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia               | 0,00          | 0,00      | 848.500,00    | 848.500,00    |
| 10.301.0111.2135 | Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UI | 0,00          | 0,00      | 5.170.000,00  | 5.170.000,00  |
| Total Unidade    |  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |

## 003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

| Código           | Especificação                            | Op. Especiais | Projetos | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|----------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde                                    | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302           | Assistência Hospitalar e Ambulatorial    | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111      | Ação local para a saúde                  | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111.2080 | Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac | 0,00          | 0,00     | 40.800.000,00 | 40.800.000,00 |
| 10.302.0111.2088 | Blmac - Caps                             | 0,00          | 0,00     | 795.000,00    | 795.000,00    |
| 10.302.0111.2089 | Blmac - Samu                             | 0,00          | 0,00     | 452.000,00    | 452.000,00    |
| 10.302.0111.2090 | Blmac - Ceo                              | 0,00          | 0,00     | 340.000,00    | 340.000,00    |
| 10.302.0111.2091 | Blmac - Faec Extra Teto                  | 0,00          | 0,00     | 3.700.000,00  | 3.700.000,00  |
| 10.302.0111.2136 | BLMAC - Oncologia                        | 0,00          | 0,00     | 3.620.000,00  | 3.620.000,00  |
| Total Unidade    |  | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |

## 004 - Vigilância em Saúde

| Código           | Especificação                     | Op. Especiais | Projetos | Atividades | Total      |
|------------------|-----------------------------------|---------------|----------|------------|------------|
| 10               | Saúde                             | 0,00          | 0,00     | 765.000,00 | 765.000,00 |
| 10.304           | Vigilância Sanitária              | 0,00          | 0,00     | 380.000,00 | 380.000,00 |
| 10.304.0111      | Ação local para a saúde           | 0,00          | 0,00     | 380.000,00 | 380.000,00 |
| 10.304.0111.2079 | Blvgs - Vigilância Sanitária      | 0,00          | 0,00     | 380.000,00 | 380.000,00 |
| 10.305           | Vigilância Epidemiológica         | 0,00          | 0,00     | 385.000,00 | 385.000,00 |
| 10.305.0111      | Ação local para a saúde           | 0,00          | 0,00     | 385.000,00 | 385.000,00 |
| 10.305.0111.2085 | Blvgs - Vigilância Epidemiologica | 0,00          | 0,00     | 305.000,00 | 305.000,00 |
| 10.305.0111.2086 | Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids        | 0,00          | 0,00     | 80.000,00  | 80.000,00  |
| Total Unidade    |                                   | 0,00          | 0,00     | 765.000,00 | 765.000,00 |

## 005 - Assistência Farmacêutica

| Código           | Especificação                  | Op. Especiais | Projetos | Atividades   | Total        |
|------------------|--------------------------------|---------------|----------|--------------|--------------|
| 10               | Saúde                          | 0,00          | 0,00     | 1.590.000,00 | 1.590.000,00 |
| 10.301           | Atenção Básica                 | 0,00          | 0,00     | 1.590.000,00 | 1.590.000,00 |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde        | 0,00          | 0,00     | 1.590.000,00 | 1.590.000,00 |
| 10.301.0111.2082 | Manutencao da Farmacia Popular | 0,00          | 0,00     | 200.000,00   | 200.000,00   |
| 10.301.0111.2087 | Blfab - Farmacia Basica        | 0,00          | 0,00     | 1.310.000,00 | 1.310.000,00 |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL281101-2585-HRATD-216305313 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:45



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Pág 8 / 9

| <b>40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>                         |   |                   |                     |                      |                      |
|--|---|-------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| <b>005 - Assistência Farmacêutica</b>                        |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 10.301.0111.2124   | Tiras Reagentes - Diabetes                                | 0,00              | 0,00                | 30.000,00            | 30.000,00            |
| 10.301.0111.2125   | Oxigenoterapia  | 0,00              | 0,00                | 50.000,00            | 50.000,00            |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>         | <b>1.590.000,00</b>  | <b>1.590.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>703.000,00</b> | <b>6.514.000,00</b> | <b>84.175.198,00</b> | <b>91.392.198,00</b> |
| <b>50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>            |   |                   |                     |                      |                      |
| <b>001 - Fundo Municipal de Assistencia Social</b>           |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 08   | Assistência Social  | 0,00              | 0,00                | 650.000,00           | 650.000,00           |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                   | 0,00              | 0,00                | 650.000,00           | 650.000,00           |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00              | 0,00                | 650.000,00           | 650.000,00           |
| 08.244.0103.2099   | Manutenção Fundo Municipal de Assistencia Social          | 0,00              | 0,00                | 608.000,00           | 608.000,00           |
| 08.244.0103.2100   | Proteção Social Basica Municipal                          | 0,00              | 0,00                | 21.000,00            | 21.000,00            |
| 08.244.0103.2101   | Proteção Especial de Media Complexidade Municipal         | 0,00              | 0,00                | 21.000,00            | 21.000,00            |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>         | <b>650.000,00</b>    | <b>650.000,00</b>    |
| <b>002 - Proteção Social Básica Federal</b>                  |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 08   | Assistência Social  | 0,00              | 609.000,00          | 1.000,00             | 610.000,00           |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                   | 0,00              | 609.000,00          | 1.000,00             | 610.000,00           |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00              | 609.000,00          | 1.000,00             | 610.000,00           |
| 08.244.0103.1071   | Piso Básico Fixo - Pbf                                    | 0,00              | 313.000,00          | 0,00                 | 313.000,00           |
| 08.244.0103.1072   | Piso Básico Variável - Pbv                                | 0,00              | 108.000,00          | 0,00                 | 108.000,00           |
| 08.244.0103.1074   | Igdbf - Bolsa Família                                     | 0,00              | 55.000,00           | 0,00                 | 55.000,00            |
| 08.244.0103.1108   | Igdsuas - Indice de Gestao Descentralizada                | 0,00              | 15.000,00           | 0,00                 | 15.000,00            |
| 08.244.0103.1111   | Acessuas - Trabalho                                       | 0,00              | 117.000,00          | 0,00                 | 117.000,00           |
| 08.244.0103.1430   | BPC na Escola   | 0,00              | 1.000,00            | 0,00                 | 1.000,00             |
| 08.244.0103.2150   | Acessuas - Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiênci | 0,00              | 0,00                | 1.000,00             | 1.000,00             |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>609.000,00</b>   | <b>1.000,00</b>      | <b>610.000,00</b>    |
| <b>003 - Proteção Especial de Média Complexidade Federal</b> |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 08   | Assistência Social  | 0,00              | 780.658,00          | 0,00                 | 780.658,00           |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                   | 0,00              | 780.658,00          | 0,00                 | 780.658,00           |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00              | 780.658,00          | 0,00                 | 780.658,00           |
| 08.244.0103.1062   | Construção, Ampliação e Reformas                          | 0,00              | 550.000,00          | 0,00                 | 550.000,00           |
| 08.244.0103.1075   | Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmc                    | 0,00              | 176.400,00          | 0,00                 | 176.400,00           |
| 08.244.0103.1076   | Piso de Transição de Média Complexidade - Ptmc            | 0,00              | 54.258,00           | 0,00                 | 54.258,00            |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>780.658,00</b>   | <b>0,00</b>          | <b>780.658,00</b>    |
| <b>004 - Proteção Especial de Alta Complexidade Federal</b>  |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 08   | Assistência Social  | 0,00              | 160.800,00          | 0,00                 | 160.800,00           |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                   | 0,00              | 160.800,00          | 0,00                 | 160.800,00           |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00              | 160.800,00          | 0,00                 | 160.800,00           |
| 08.244.0103.1073   | Piso de Alta Complexidade                                 | 0,00              | 160.800,00          | 0,00                 | 160.800,00           |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>160.800,00</b>   | <b>0,00</b>          | <b>160.800,00</b>    |
| <b>005 - Benefícios Eventuais Estado</b>                     |   |                   |                     |                      |                      |
| Código   | Especificação   | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
| 08   | Assistência Social  | 0,00              | 1.462.000,00        | 845.000,00           | 2.307.000,00         |
| 08.244   | Assistência Comunitária                                   | 0,00              | 1.462.000,00        | 845.000,00           | 2.307.000,00         |
| 08.244.0103  | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00              | 1.462.000,00        | 845.000,00           | 2.307.000,00         |
| 08.244.0103.1112   | Benefícios Eventuais Estado                               | 0,00              | 12.000,00           | 0,00                 | 12.000,00            |
| 08.244.0103.1420   | Construção, Ampliação e Reformas - Construção de CREA     | 0,00              | 550.000,00          | 0,00                 | 550.000,00           |
| 08.244.0103.1440   | Construção e Aquisição de Mobiliário de CRAS              | 0,00              | 900.000,00          | 0,00                 | 900.000,00           |
| 08.244.0103.2103   | Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual           | 0,00              | 0,00                | 265.000,00           | 265.000,00           |
| 08.244.0103.2116   | Proteção Especial de Média Complexidade Estadual          | 0,00              | 0,00                | 300.000,00           | 300.000,00           |
| 08.244.0103.2132   | Proteção Social Básica Estadual                           | 0,00              | 0,00                | 280.000,00           | 280.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>   |   | <b>0,00</b>       | <b>1.462.000,00</b> | <b>845.000,00</b>    | <b>2.307.000,00</b>  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 9 / 9

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

**50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****006 - Programas Federais**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos            | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 08                   | Assistência Social                                     | 0,00          | 73.000,00           | 0,00                | 73.000,00           |
| 08.244               | Assistência Comunitária                                | 0,00          | 73.000,00           | 0,00                | 73.000,00           |
| 08.244.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz              | 0,00          | 73.000,00           | 0,00                | 73.000,00           |
| 08.244.0103.1437     | Programa Aprimora Rede                                 | 0,00          | 1.000,00            | 0,00                | 1.000,00            |
| 08.244.0103.1438     | AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação | 0,00          | 72.000,00           | 0,00                | 72.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>73.000,00</b>    | <b>0,00</b>         | <b>73.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>3.085.458,00</b> | <b>1.496.000,00</b> | <b>4.581.458,00</b> |

**60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****001 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades       | Total            |
|----------------------|---|---------------|-------------|------------------|------------------|
| 08                   | Assistência Social  | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243               | Assistência à Criança e ao Adolescente                    | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243.0103.2104     | Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>47.000,00</b> | <b>47.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>47.000,00</b> | <b>47.000,00</b> |

**70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES****001 - Fundo de Aposentadorias e Pensões**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|---------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 09                   | Previdência Social                              | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271               | Previdência Básica                              | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101.2108     | Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões | 0,00          | 0,00        | 1.101.000,00         | 1.101.000,00         |
| 09.271.0101.2109     | Aposentadorias, Pensões e Benefícios.           | 0,00          | 0,00        | 21.080.820,00        | 21.080.820,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>22.181.820,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>22.181.820,00</b> |

**99 - RESERVA DE CONTINGENCIA****001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura**

| Código               | Especificação                               | Op. Especiais    | Projetos    | Atividades  | Total            |
|----------------------|---|------------------|-------------|-------------|------------------|
| 99                   | Reserva de Contingência                     | 10.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000,00        |
| 99.999               | Reserva de contingência                     | 10.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000,00        |
| 99.999.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000,00        |
| 99.999.0101.9001     | Reserva de Contingência - Prefeitura        | 10.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>10.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>10.000,00</b> |

**002 - Reserva de Contingencia - Fap**

| Código               | Especificação                               | Op. Especiais        | Projetos    | Atividades  | Total                |
|----------------------|---|----------------------|-------------|-------------|----------------------|
| 99                   | Reserva de Contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000.000,00        |
| 99.999               | Reserva de contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101.9002     | Reserva de Contingência - Fap               | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00        | 10.000.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>10.000.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>10.000.000,00</b> |

|                    |  |                      |                      |                       |                       |
|--------------------|--|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Total Órgão</b> |  | <b>10.010.000,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>           | <b>10.010.000,00</b>  |
| <b>Total Geral</b> |  | <b>18.278.876,36</b> | <b>52.679.803,56</b> | <b>223.041.320,08</b> | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 5

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 01               | Legislativa   | 0,00          | 0,00         | 6.598.102,08  | 6.598.102,08  |
| 01.031           | Acao Legislativa  | 0,00          | 0,00         | 6.598.102,08  | 6.598.102,08  |
| 01.031.0100      | Processo Legislativo  | 0,00          | 0,00         | 6.598.102,08  | 6.598.102,08  |
| 01.031.0100.2001 | Manutenção da Camara de Vereadores                                    | 0,00          | 0,00         | 6.598.102,08  | 6.598.102,08  |
| 04               | Administração   | 500.000,00    | 3.600.000,00 | 26.222.000,00 | 30.322.000,00 |
| 04.062           | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário                    | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.062.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.062.0101.2008 | Manutenção da Procuradoria Juridica                                   | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.122           | Administracao Geral   | 500.000,00    | 0,00         | 19.684.000,00 | 20.184.000,00 |
| 04.122.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 500.000,00    | 0,00         | 14.854.000,00 | 15.354.000,00 |
| 04.122.0101.0003 | Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais | 500.000,00    | 0,00         | 0,00          | 500.000,00    |
| 04.122.0101.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito                                    | 0,00          | 0,00         | 2.400.000,00  | 2.400.000,00  |
| 04.122.0101.2016 | Manutenção do Gab. do Sec. de Administração                           | 0,00          | 0,00         | 2.600.000,00  | 2.600.000,00  |
| 04.122.0101.2071 | Consórcio de Informatica na Gestao Publica Municipal - Ciga           | 0,00          | 0,00         | 35.000,00     | 35.000,00     |
| 04.122.0101.2137 | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito                     | 0,00          | 0,00         | 2.673.000,00  | 2.673.000,00  |
| 04.122.0101.2139 | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito                | 0,00          | 0,00         | 271.000,00    | 271.000,00    |
| 04.122.0101.2140 | Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Juridica                    | 0,00          | 0,00         | 1.080.000,00  | 1.080.000,00  |
| 04.122.0101.2145 | Pessoal e Encargos Sociais - Administração                            | 0,00          | 0,00         | 5.795.000,00  | 5.795.000,00  |
| 04.122.0104      | Gestão local para a sustentabilidade                                  | 0,00          | 0,00         | 240.000,00    | 240.000,00    |
| 04.122.0104.2009 | Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente          | 0,00          | 0,00         | 240.000,00    | 240.000,00    |
| 04.122.0105      | Planejamento e desenho urbano   | 0,00          | 0,00         | 4.590.000,00  | 4.590.000,00  |
| 04.122.0105.2036 | Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos                      | 0,00          | 0,00         | 65.000,00     | 65.000,00     |
| 04.122.0105.2138 | Pessoal e Encargos Sociais - Obras                                    | 0,00          | 0,00         | 4.525.000,00  | 4.525.000,00  |
| 04.123           | Administração Financeira  | 0,00          | 500.000,00   | 5.858.000,00  | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 500.000,00   | 5.858.000,00  | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101.1130 | Devolução de Convênios  | 0,00          | 500.000,00   | 0,00          | 500.000,00    |
| 04.123.0101.2021 | Manutenção do Gabinete do Secretario da Fazenda                       | 0,00          | 0,00         | 2.600.000,00  | 2.600.000,00  |
| 04.123.0101.2148 | Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda                                  | 0,00          | 0,00         | 3.258.000,00  | 3.258.000,00  |
| 04.126           | Tecnologia da Informação  | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101.1122 | Cidade Digital - PMAT   | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.128           | Formação de Recursos Humanos  | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 04.128.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 04.128.0101.2113 | Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais             | 0,00          | 0,00         | 30.000,00     | 30.000,00     |
| 04.128.0101.2147 | Programa de Qualidade de Vida no Trabalho                             | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 04.131           | Comunicação Social  | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.131.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.131.0101.2004 | Manutenção do Departamento de Comunicação Social                      | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 06               | Segurança Pública   | 0,00          | 0,00         | 949.500,00    | 949.500,00    |
| 06.181           | Policiaemento   | 0,00          | 0,00         | 199.500,00    | 199.500,00    |
| 06.181.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 59.500,00     | 59.500,00     |
| 06.181.0101.2049 | Manutenção Transito - Policia Civil                                   | 0,00          | 0,00         | 1.500,00      | 1.500,00      |
| 06.181.0101.2050 | Manutenção Transito - Policia Militar                                 | 0,00          | 0,00         | 58.000,00     | 58.000,00     |
| 06.181.0112      | Do local para o global  | 0,00          | 0,00         | 140.000,00    | 140.000,00    |
| 06.181.0112.2064 | Manutenção do Departamento da Guarda Municipal                        | 0,00          | 0,00         | 140.000,00    | 140.000,00    |
| 06.182           | Defesa Civil  | 0,00          | 0,00         | 350.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112      | Do local para o global  | 0,00          | 0,00         | 350.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112.2003 | Manutencao do Departamento de Defesa Civil                            | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 06.182.0112.2131 | Manutenção do Fundo de Defesa Civil                                   | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 06.244           | Assistência Comunitária   | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101.2051 | Manutenção do Funrebom  | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 08               | Assistência Social  | 0,00          | 3.674.458,00 | 6.097.600,00  | 9.772.058,00  |
| 08.243           | Assistência à Criança e ao Adolescente                                | 0,00          | 0,00         | 315.600,00    | 315.600,00    |
| 08.243.0103      | Equidade, justiça social e cultura da paz                             | 0,00          | 0,00         | 315.600,00    | 315.600,00    |
| 08.243.0103.2057 | Conselho Tutelar  | 0,00          | 0,00         | 268.600,00    | 268.600,00    |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL291101-2585-REIAR-216305294 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:45



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 5

## Planejamento e Orçamento

### Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 08.243.0103.2104 | Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente                   | 0,00          | 0,00         | 47.000,00     | 47.000,00     |
| 08.244           | Assistência Comunitária   | 0,00          | 3.674.458,00 | 5.782.000,00  | 9.456.458,00  |
| 08.244.0103      | Equidade, justiça social e cultura da paz                                   | 0,00          | 3.674.458,00 | 5.782.000,00  | 9.456.458,00  |
| 08.244.0103.1062 | Construção, Ampliação e Reformas  | 0,00          | 550.000,00   | 0,00          | 550.000,00    |
| 08.244.0103.1071 | Piso Básico Fixo - Pbf  | 0,00          | 313.000,00   | 0,00          | 313.000,00    |
| 08.244.0103.1072 | Piso Básico Variável - Pbv  | 0,00          | 108.000,00   | 0,00          | 108.000,00    |
| 08.244.0103.1073 | Piso de Alta Complexidade   | 0,00          | 160.800,00   | 0,00          | 160.800,00    |
| 08.244.0103.1074 | Igdbf - Bolsa Família   | 0,00          | 55.000,00    | 0,00          | 55.000,00     |
| 08.244.0103.1075 | Piso Fixo de Média Complexidade - Pfm                                       | 0,00          | 176.400,00   | 0,00          | 176.400,00    |
| 08.244.0103.1076 | Piso de Transição de Média Complexidade - Ptm                               | 0,00          | 54.258,00    | 0,00          | 54.258,00     |
| 08.244.0103.1108 | Igdsuas - Índice de Gestão Descentralizada                                  | 0,00          | 15.000,00    | 0,00          | 15.000,00     |
| 08.244.0103.1111 | Acessuas - Trabalho   | 0,00          | 117.000,00   | 0,00          | 117.000,00    |
| 08.244.0103.1112 | Benefícios Eventuais Estado   | 0,00          | 12.000,00    | 0,00          | 12.000,00     |
| 08.244.0103.1132 | Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi                            | 0,00          | 367.000,00   | 0,00          | 367.000,00    |
| 08.244.0103.1418 | PMCMV - Execução Trabalho Social  | 0,00          | 90.000,00    | 0,00          | 90.000,00     |
| 08.244.0103.1420 | Construção, Ampliação e Reformas - Construção de CREAS - Estado             | 0,00          | 550.000,00   | 0,00          | 550.000,00    |
| 08.244.0103.1430 | BPC na Escola   | 0,00          | 1.000,00     | 0,00          | 1.000,00      |
| 08.244.0103.1437 | Programa Aprimora Rede  | 0,00          | 1.000,00     | 0,00          | 1.000,00      |
| 08.244.0103.1438 | AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil | 0,00          | 72.000,00    | 0,00          | 72.000,00     |
| 08.244.0103.1440 | Construção e Aquisição de Mobiliário de CRAS                                | 0,00          | 900.000,00   | 0,00          | 900.000,00    |
| 08.244.0103.1442 | Aquisição de Veículos   | 0,00          | 132.000,00   | 0,00          | 132.000,00    |
| 08.244.0103.2065 | Manutenção do Fundo de Habitação  | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 08.244.0103.2099 | Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social                            | 0,00          | 0,00         | 608.000,00    | 608.000,00    |
| 08.244.0103.2100 | Proteção Social Básica Municipal  | 0,00          | 0,00         | 21.000,00     | 21.000,00     |
| 08.244.0103.2101 | Proteção Especial de Média Complexidade Municipal                           | 0,00          | 0,00         | 21.000,00     | 21.000,00     |
| 08.244.0103.2103 | Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual                             | 0,00          | 0,00         | 265.000,00    | 265.000,00    |
| 08.244.0103.2105 | Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social                     | 0,00          | 0,00         | 134.000,00    | 134.000,00    |
| 08.244.0103.2116 | Proteção Especial de Média Complexidade Estadual                            | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 08.244.0103.2132 | Proteção Social Básica Estadual   | 0,00          | 0,00         | 280.000,00    | 280.000,00    |
| 08.244.0103.2144 | Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                                    | 0,00          | 0,00         | 4.072.000,00  | 4.072.000,00  |
| 08.244.0103.2150 | Acessuas - Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiência - BPC            | 0,00          | 0,00         | 1.000,00      | 1.000,00      |
| 09               | Previdência Social  | 0,00          | 0,00         | 22.181.820,00 | 22.181.820,00 |
| 09.271           | Previdência Básica  | 0,00          | 0,00         | 22.181.820,00 | 22.181.820,00 |
| 09.271.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                                 | 0,00          | 0,00         | 22.181.820,00 | 22.181.820,00 |
| 09.271.0101.2108 | Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões                             | 0,00          | 0,00         | 1.101.000,00  | 1.101.000,00  |
| 09.271.0101.2109 | Aposentadorias, Pensões e Benefícios.                                       | 0,00          | 0,00         | 21.080.820,00 | 21.080.820,00 |
| 10               | Saúde   | 703.000,00    | 7.228.770,46 | 84.175.198,00 | 92.106.968,46 |
| 10.128           | Formação de Recursos Humanos  | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111      | Ação local para a saúde   | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111.1117 | Fms Alto Vale Cir   | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.301           | Atenção Básica  | 703.000,00    | 7.188.770,46 | 33.703.198,00 | 41.594.968,46 |
| 10.301.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                                 | 0,00          | 714.770,46   | 0,00          | 714.770,46    |
| 10.301.0101.1436 | Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UPA                         | 0,00          | 514.770,46   | 0,00          | 514.770,46    |
| 10.301.0101.1439 | Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS                     | 0,00          | 200.000,00   | 0,00          | 200.000,00    |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde   | 703.000,00    | 6.474.000,00 | 33.703.198,00 | 40.880.198,00 |
| 10.301.0111.0004 | Pagamento Dívida Fundada Interna  | 703.000,00    | 0,00         | 0,00          | 703.000,00    |
| 10.301.0111.1033 | Construção de Unidades de Psf   | 0,00          | 947.000,00   | 0,00          | 947.000,00    |
| 10.301.0111.1035 | Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados            | 0,00          | 4.010.000,00 | 0,00          | 4.010.000,00  |
| 10.301.0111.1037 | Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento (upa)             | 0,00          | 310.000,00   | 0,00          | 310.000,00    |
| 10.301.0111.1039 | Aquisição de Veículos - Vinculados  | 0,00          | 150.000,00   | 0,00          | 150.000,00    |
| 10.301.0111.1041 | Equipagem Unidades de Saúde - Vinculados                                    | 0,00          | 370.000,00   | 0,00          | 370.000,00    |
| 10.301.0111.1080 | Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária                             | 0,00          | 55.000,00    | 0,00          | 55.000,00     |
| 10.301.0111.1082 | Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço                             | 0,00          | 50.000,00    | 0,00          | 50.000,00     |
| 10.301.0111.1110 | Programa Qualificação de Ubs  | 0,00          | 92.000,00    | 0,00          | 92.000,00     |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 5

## Planejamento e Orçamento

### Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 10.301.0111.1118 | Construção de Academia de Saúde Navegantes                               | 0,00          | 140.000,00   | 0,00          | 140.000,00    |
| 10.301.0111.1424 | Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde | 0,00          | 100.000,00   | 0,00          | 100.000,00    |
| 10.301.0111.1430 | Emenda Parlamentar para Aquisição Material Enfermagem                    | 0,00          | 250.000,00   | 0,00          | 250.000,00    |
| 10.301.0111.2078 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                                   | 0,00          | 0,00         | 2.100.000,00  | 2.100.000,00  |
| 10.301.0111.2082 | Manutencao da Farmacia Popular   | 0,00          | 0,00         | 200.000,00    | 200.000,00    |
| 10.301.0111.2087 | Blfab - Farmacia Basica  | 0,00          | 0,00         | 1.310.000,00  | 1.310.000,00  |
| 10.301.0111.2092 | Blatb - Pab Saude Bucal  | 0,00          | 0,00         | 27.000,00     | 27.000,00     |
| 10.301.0111.2093 | Blatb - Ações Agente com de Saude  | 0,00          | 0,00         | 2.330.000,00  | 2.330.000,00  |
| 10.301.0111.2094 | Blatb - Ações Saude da Familia   | 0,00          | 0,00         | 8.645.000,00  | 8.645.000,00  |
| 10.301.0111.2095 | Blatb - Pab Fixo - Ações Basicas   | 0,00          | 0,00         | 1.940.000,00  | 1.940.000,00  |
| 10.301.0111.2096 | Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia                               | 0,00          | 0,00         | 848.500,00    | 848.500,00    |
| 10.301.0111.2097 | Ações de Saude com Recursos do Estado                                    | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.301.0111.2098 | Consortio Intermunicipal de Saude  | 0,00          | 0,00         | 9.000,00      | 9.000,00      |
| 10.301.0111.2124 | Tiras Reagentes - Diabetes   | 0,00          | 0,00         | 30.000,00     | 30.000,00     |
| 10.301.0111.2125 | Oxigenoterapia   | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 10.301.0111.2135 | Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA                | 0,00          | 0,00         | 5.170.000,00  | 5.170.000,00  |
| 10.301.0111.2149 | Pessoal e Encargos Sociais - Saúde                                       | 0,00          | 0,00         | 10.663.698,00 | 10.663.698,00 |
| 10.302           | Assistência Hospitalar e Ambulatorial                                    | 0,00          | 0,00         | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111      | Ação local para a saude  | 0,00          | 0,00         | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111.2080 | Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac                                 | 0,00          | 0,00         | 40.800.000,00 | 40.800.000,00 |
| 10.302.0111.2088 | Blmac - Caps   | 0,00          | 0,00         | 795.000,00    | 795.000,00    |
| 10.302.0111.2089 | Blmac - Samu   | 0,00          | 0,00         | 452.000,00    | 452.000,00    |
| 10.302.0111.2090 | Blmac - Ceo  | 0,00          | 0,00         | 340.000,00    | 340.000,00    |
| 10.302.0111.2091 | Blmac - Faec Extra Teto  | 0,00          | 0,00         | 3.700.000,00  | 3.700.000,00  |
| 10.302.0111.2136 | BLMAC - Oncologia  | 0,00          | 0,00         | 3.620.000,00  | 3.620.000,00  |
| 10.304           | Vigilância Sanitária   | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.304.0111      | Ação local para a saude  | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.304.0111.2079 | Blvgs - Vigilância Sanitária   | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.305           | Vigilância Epidemiológica  | 0,00          | 0,00         | 385.000,00    | 385.000,00    |
| 10.305.0111      | Ação local para a saude  | 0,00          | 0,00         | 385.000,00    | 385.000,00    |
| 10.305.0111.2085 | Blvgs - Vigilancia Epidemiologica  | 0,00          | 0,00         | 305.000,00    | 305.000,00    |
| 10.305.0111.2086 | Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids   | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 12               | Educação   | 0,00          | 6.497.000,00 | 55.616.100,00 | 62.113.100,00 |
| 12.122           | Administracao Geral  | 0,00          | 0,00         | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.122.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                     | 0,00          | 0,00         | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.122.0107.2028 | Manutenção do Gabinete do Secretario de Educação                         | 0,00          | 0,00         | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.306           | Alimentação e Nutrição   | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                     | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107.2032 | Programa de Alimentação do Ensino Infantil                               | 0,00          | 0,00         | 735.000,00    | 735.000,00    |
| 12.306.0107.2033 | Programa de Alimentação do Ensino Fundamental                            | 0,00          | 0,00         | 770.000,00    | 770.000,00    |
| 12.306.0107.2052 | Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-pnae                | 0,00          | 0,00         | 248.880,00    | 248.880,00    |
| 12.306.0107.2053 | Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-pnac               | 0,00          | 0,00         | 438.400,00    | 438.400,00    |
| 12.306.0107.2123 | Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnape                      | 0,00          | 0,00         | 309.500,00    | 309.500,00    |
| 12.306.0107.2126 | Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental Mais Educação      | 0,00          | 0,00         | 19.560,00     | 19.560,00     |
| 12.306.0107.2128 | Programa Alimentação Escolar Especial                                    | 0,00          | 0,00         | 8.600,00      | 8.600,00      |
| 12.361           | Ensino Fundamental   | 0,00          | 6.497.000,00 | 25.558.581,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                     | 0,00          | 6.497.000,00 | 25.558.581,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107.1113 | Construção e Ampliação de Centros de Educação                            | 0,00          | 6.457.000,00 | 0,00          | 6.457.000,00  |
| 12.361.0107.1115 | Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes                        | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 12.361.0107.2029 | Manutenção do Ensino Fundamental   | 0,00          | 0,00         | 1.315.000,00  | 1.315.000,00  |
| 12.361.0107.2031 | Manutenção do Departamento Administrativo                                | 0,00          | 0,00         | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| 12.361.0107.2034 | Transporte Escolar Educação Básica - Próprios                            | 0,00          | 0,00         | 2.700.000,00  | 2.700.000,00  |
| 12.361.0107.2058 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado                           | 0,00          | 0,00         | 800.000,00    | 800.000,00    |
| 12.361.0107.2059 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate                            | 0,00          | 0,00         | 30.150,00     | 30.150,00     |
| 12.361.0107.2067 | Manutenção do Ensino Fundamental   | 0,00          | 0,00         | 18.307.431,00 | 18.307.431,00 |
| 12.361.0107.2068 | Manutenção das Atividades Pedagógicas                                    | 0,00          | 0,00         | 10.000,00     | 10.000,00     |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 5

## Planejamento e Orçamento

### Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos      | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 12.365           | Educação Infantil   | 0,00          | 0,00          | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida  | 0,00          | 0,00          | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107.2030 | Manutenção do Ensino Infantil   | 0,00          | 0,00          | 23.264.579,00 | 23.264.579,00 |
| 12.365.0107.2066 | Manutenção do Ensino Infantil   | 0,00          | 0,00          | 3.795.000,00  | 3.795.000,00  |
| 12.365.0107.2127 | Programa Brasil Carinhoso   | 0,00          | 0,00          | 51.000,00     | 51.000,00     |
| 13               | Cultura   | 0,00          | 350.000,00    | 2.610.000,00  | 2.960.000,00  |
| 13.392           | Difusão Cultural  | 0,00          | 350.000,00    | 2.610.000,00  | 2.960.000,00  |
| 13.392.0106      | Cultura para a sustentabilidade   | 0,00          | 350.000,00    | 2.610.000,00  | 2.960.000,00  |
| 13.392.0106.1038 | Projetos, Eventos e Contrapartidas  | 0,00          | 350.000,00    | 0,00          | 350.000,00    |
| 13.392.0106.2072 | Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul   | 0,00          | 0,00          | 2.310.000,00  | 2.310.000,00  |
| 13.392.0106.2133 | Fundo Municipal de Cultura  | 0,00          | 0,00          | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 15               | Urbanismo   | 0,00          | 29.416.825,10 | 4.900.000,00  | 34.316.825,10 |
| 15.451           | Infra-Estrutura Urbana  | 0,00          | 29.416.825,10 | 4.900.000,00  | 34.316.825,10 |
| 15.451.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você   | 0,00          | 0,00          | 860.000,00    | 860.000,00    |
| 15.451.0101.2012 | Manutenção do Departamento de Trânsito  | 0,00          | 0,00          | 860.000,00    | 860.000,00    |
| 15.451.0105      | Planejamento e desenho urbano   | 0,00          | 20.615.750,00 | 1.665.000,00  | 22.280.750,00 |
| 15.451.0105.1001 | Desapropriação de Imóveis   | 0,00          | 20.000,00     | 0,00          | 20.000,00     |
| 15.451.0105.1014 | Pontes, Viadutos e Passarelas   | 0,00          | 600.000,00    | 0,00          | 600.000,00    |
| 15.451.0105.1069 | Programa de Mobilidade Urbana   | 0,00          | 80.000,00     | 0,00          | 80.000,00     |
| 15.451.0105.1103 | Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques  | 0,00          | 1.720.050,00  | 0,00          | 1.720.050,00  |
| 15.451.0105.1123 | Obras de Prevenção e Recuperação Desastres  | 0,00          | 5.000.000,00  | 0,00          | 5.000.000,00  |
| 15.451.0105.1128 | Integrar  | 0,00          | 850.000,00    | 0,00          | 850.000,00    |
| 15.451.0105.1136 | Recuperação de Pontes e Taludes   | 0,00          | 500.000,00    | 0,00          | 500.000,00    |
| 15.451.0105.1414 | Manutenção e Recuperação da Malha Viária  | 0,00          | 500.000,00    | 0,00          | 500.000,00    |
| 15.451.0105.1426 | Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários   | 0,00          | 750.000,00    | 0,00          | 750.000,00    |
| 15.451.0105.1435 | Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio  | 0,00          | 9.000.000,00  | 0,00          | 9.000.000,00  |
| 15.451.0105.1441 | Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização  | 0,00          | 1.595.700,00  | 0,00          | 1.595.700,00  |
| 15.451.0105.2143 | Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e meio Ambiente                        | 0,00          | 0,00          | 1.665.000,00  | 1.665.000,00  |
| 15.451.0110      | Melhor mobilidade, menos tráfego  | 0,00          | 8.801.075,10  | 2.375.000,00  | 11.176.075,10 |
| 15.451.0110.1022 | Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos - Operação de Crédito | 0,00          | 2.800.000,00  | 0,00          | 2.800.000,00  |
| 15.451.0110.1079 | Contrapartida Convênios   | 0,00          | 3.778.075,10  | 0,00          | 3.778.075,10  |
| 15.451.0110.1120 | Pac 2 - Segunda Fase  | 0,00          | 500.000,00    | 0,00          | 500.000,00    |
| 15.451.0110.1415 | Projetos Fundam   | 0,00          | 1.723.000,00  | 0,00          | 1.723.000,00  |
| 15.451.0110.2037 | Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas   | 0,00          | 0,00          | 1.400.000,00  | 1.400.000,00  |
| 15.451.0110.2038 | Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias   | 0,00          | 0,00          | 975.000,00    | 975.000,00    |
| 18               | Gestão Ambiental  | 0,00          | 0,00          | 4.500.000,00  | 4.500.000,00  |
| 18.541           | Preservação e Conservação Ambiental   | 0,00          | 0,00          | 4.500.000,00  | 4.500.000,00  |
| 18.541.0109      | Consumo responsável e opções de estilo de vida  | 0,00          | 0,00          | 4.500.000,00  | 4.500.000,00  |
| 18.541.0109.2060 | Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos   | 0,00          | 0,00          | 4.500.000,00  | 4.500.000,00  |
| 20               | Agricultura   | 0,00          | 135.000,00    | 1.671.000,00  | 1.806.000,00  |
| 20.606           | Extensão Rural  | 0,00          | 135.000,00    | 1.671.000,00  | 1.806.000,00  |
| 20.606.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 135.000,00    | 1.671.000,00  | 1.806.000,00  |
| 20.606.0108.1126 | Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos  | 0,00          | 70.000,00     | 0,00          | 70.000,00     |
| 20.606.0108.1429 | Promoção Feira e Festa do Agricultor  | 0,00          | 65.000,00     | 0,00          | 65.000,00     |
| 20.606.0108.2041 | Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura   | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 100.000,00    |
| 20.606.0108.2042 | Manutenção do Departamento de Agricultura   | 0,00          | 0,00          | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 20.606.0108.2110 | Manutenção do Departamento de Pecuária  | 0,00          | 0,00          | 30.000,00     | 30.000,00     |
| 20.606.0108.2141 | Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura  | 0,00          | 0,00          | 1.241.000,00  | 1.241.000,00  |
| 23               | Comércio e Serviços   | 0,00          | 977.750,00    | 940.000,00    | 1.917.750,00  |
| 23.691           | Promoção Comercial  | 0,00          | 0,00          | 590.000,00    | 590.000,00    |
| 23.691.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 0,00          | 590.000,00    | 590.000,00    |
| 23.691.0108.2043 | Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo                                   | 0,00          | 0,00          | 82.000,00     | 82.000,00     |
| 23.691.0108.2146 | Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico                                      | 0,00          | 0,00          | 508.000,00    | 508.000,00    |
| 23.695           | Turismo   | 0,00          | 977.750,00    | 350.000,00    | 1.327.750,00  |
| 23.695.0104      | Gestão local para a sustentabilidade  | 0,00          | 243.750,00    | 0,00          | 243.750,00    |
| 23.695.0104.1434 | Construção de Quiosques Centro de Eventos   | 0,00          | 243.750,00    | 0,00          | 243.750,00    |
| 23.695.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 734.000,00    | 350.000,00    | 1.084.000,00  |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 5

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

| Código             | Especificação  | Op. Especiais        | Projetos             | Atividades            | Total                 |
|--------------------|--|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 23.695.0108.1435   | Reforma do Centro de Eventos                         | 0,00                 | 592.000,00           | 0,00                  | 592.000,00            |
| 23.695.0108.1443   | Qualificação de Serviços Turísticos                  | 0,00                 | 142.000,00           | 0,00                  | 142.000,00            |
| 23.695.0108.2045   | Manutenção de Departamento de Turismo                | 0,00                 | 0,00                 | 200.000,00            | 200.000,00            |
| 23.695.0108.2046   | Promoção e Realização de Eventos                     | 0,00                 | 0,00                 | 100.000,00            | 100.000,00            |
| 23.695.0108.2063   | Promoção e Realização de Eventos - Estados           | 0,00                 | 0,00                 | 50.000,00             | 50.000,00             |
| 25                 | Energia  | 0,00                 | 0,00                 | 4.600.000,00          | 4.600.000,00          |
| 25.752             | Energia Elétrica                                     | 0,00                 | 0,00                 | 4.600.000,00          | 4.600.000,00          |
| 25.752.0110        | Melhor mobilidade, menos tráfego                     | 0,00                 | 0,00                 | 4.600.000,00          | 4.600.000,00          |
| 25.752.0110.2040   | Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública        | 0,00                 | 0,00                 | 4.600.000,00          | 4.600.000,00          |
| 27                 | Desporto e Lazer                                     | 0,00                 | 800.000,00           | 1.980.000,00          | 2.780.000,00          |
| 27.812             | Desporto Comunitário                                 | 0,00                 | 800.000,00           | 1.980.000,00          | 2.780.000,00          |
| 27.812.0107        | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00                 | 800.000,00           | 1.980.000,00          | 2.780.000,00          |
| 27.812.0107.1138   | Construção e Reformas Desporto                       | 0,00                 | 800.000,00           | 0,00                  | 800.000,00            |
| 27.812.0107.2073   | Manutenção da Fundação Municipal de Esportes         | 0,00                 | 0,00                 | 1.980.000,00          | 1.980.000,00          |
| 28                 | Encargos Especiais                                   | 7.065.876,36         | 0,00                 | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 28.843             | Serviço da Dívida Interna                            | 7.065.876,36         | 0,00                 | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 28.843.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 7.065.876,36         | 0,00                 | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 28.843.0101.0001   | Pagamento da Dívida Fundada Interna                  | 7.065.876,36         | 0,00                 | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 99                 | Reserva de Contingência                              | 10.010.000,00        | 0,00                 | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| 99.999             | Reserva de contingência                              | 10.010.000,00        | 0,00                 | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| 99.999.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 10.010.000,00        | 0,00                 | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| 99.999.0101.9001   | Reserva de Contingência - Prefeitura                 | 10.000,00            | 0,00                 | 0,00                  | 10.000,00             |
| 99.999.0101.9002   | Reserva de Contingência - Fap                        | 10.000.000,00        | 0,00                 | 0,00                  | 10.000.000,00         |
| <b>Total Geral</b> |  | <b>18.278.876,36</b> | <b>52.679.803,56</b> | <b>223.041.320,08</b> | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código      | Especificação  | Ordinário     | Vinculado     | Total         |
|-------------|--|---------------|---------------|---------------|
| 01          | Legislativa  | 6.598.102,08  | 0,00          | 6.598.102,08  |
| 01.031      | Acao Legislativa                                     | 6.598.102,08  | 0,00          | 6.598.102,08  |
| 01.031.0100 | Processo Legislativo                                 | 6.598.102,08  | 0,00          | 6.598.102,08  |
| 04          | Administração  | 27.222.000,00 | 3.100.000,00  | 30.322.000,00 |
| 04.062      | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário   | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.062.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.122      | Administracao Geral                                  | 20.184.000,00 | 0,00          | 20.184.000,00 |
| 04.122.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 15.354.000,00 | 0,00          | 15.354.000,00 |
| 04.122.0104 | Gestão local para a sustentabilidade                 | 240.000,00    | 0,00          | 240.000,00    |
| 04.122.0105 | Planejamento e desenho urbano                        | 4.590.000,00  | 0,00          | 4.590.000,00  |
| 04.123      | Administração Financeira                             | 6.358.000,00  | 0,00          | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 6.358.000,00  | 0,00          | 6.358.000,00  |
| 04.126      | Tecnologia da Informação                             | 0,00          | 3.100.000,00  | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 3.100.000,00  | 3.100.000,00  |
| 04.128      | Formação de Recursos Humanos                         | 80.000,00     | 0,00          | 80.000,00     |
| 04.128.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 80.000,00     | 0,00          | 80.000,00     |
| 04.131      | Comunicação Social                                   | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.131.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 06          | Segurança Pública                                    | 190.000,00    | 759.500,00    | 949.500,00    |
| 06.181      | Policimento  | 140.000,00    | 59.500,00     | 199.500,00    |
| 06.181.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 59.500,00     | 59.500,00     |
| 06.181.0112 | Do local para o global                               | 140.000,00    | 0,00          | 140.000,00    |
| 06.182      | Defesa Civil   | 50.000,00     | 300.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112 | Do local para o global                               | 50.000,00     | 300.000,00    | 350.000,00    |
| 06.244      | Assistência Comunitária                              | 0,00          | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 08          | Assistência Social                                   | 5.251.600,00  | 4.520.458,00  | 9.772.058,00  |
| 08.243      | Assistência à Criança e ao Adolescente               | 315.600,00    | 0,00          | 315.600,00    |
| 08.243.0103 | Equidade, justiça social e cultura da paz            | 315.600,00    | 0,00          | 315.600,00    |
| 08.244      | Assistência Comunitária                              | 4.936.000,00  | 4.520.458,00  | 9.456.458,00  |
| 08.244.0103 | Equidade, justiça social e cultura da paz            | 4.936.000,00  | 4.520.458,00  | 9.456.458,00  |
| 09          | Previdência Social                                   | 21.281.820,00 | 900.000,00    | 22.181.820,00 |
| 09.271      | Previdência Básica                                   | 21.281.820,00 | 900.000,00    | 22.181.820,00 |
| 09.271.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 21.281.820,00 | 900.000,00    | 22.181.820,00 |
| 10          | Saúde  | 26.800.698,00 | 65.306.270,46 | 92.106.968,46 |
| 10.128      | Formação de Recursos Humanos                         | 0,00          | 40.000,00     | 40.000,00     |
| 10.128.0111 | Ação local para a saude                              | 0,00          | 40.000,00     | 40.000,00     |
| 10.301      | Atenção Básica                                       | 25.975.698,00 | 15.619.270,46 | 41.594.968,46 |
| 10.301.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 714.770,46    | 714.770,46    |
| 10.301.0111 | Ação local para a saude                              | 25.975.698,00 | 14.904.500,00 | 40.880.198,00 |
| 10.302      | Assistência Hospitalar e Ambulatorial                | 485.000,00    | 49.222.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111 | Ação local para a saude                              | 485.000,00    | 49.222.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.304      | Vigilância Sanitária                                 | 340.000,00    | 40.000,00     | 380.000,00    |
| 10.304.0111 | Ação local para a saude                              | 340.000,00    | 40.000,00     | 380.000,00    |
| 10.305      | Vigilância Epidemiológica                            | 0,00          | 385.000,00    | 385.000,00    |
| 10.305.0111 | Ação local para a saude                              | 0,00          | 385.000,00    | 385.000,00    |
| 12          | Educação   | 25.890.010,00 | 36.223.090,00 | 62.113.100,00 |
| 12.122      | Administracao Geral                                  | 417.000,00    | 0,00          | 417.000,00    |
| 12.122.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 417.000,00    | 0,00          | 417.000,00    |
| 12.306      | Alimentação e Nutrição                               | 1.505.000,00  | 1.024.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 1.505.000,00  | 1.024.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.361      | Ensino Fundamental                                   | 11.745.431,00 | 20.310.150,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 11.745.431,00 | 20.310.150,00 | 32.055.581,00 |
| 12.365      | Educação Infantil                                    | 12.222.579,00 | 14.888.000,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 12.222.579,00 | 14.888.000,00 | 27.110.579,00 |
| 13          | Cultura  | 2.250.000,00  | 710.000,00    | 2.960.000,00  |
| 13.392      | Difusão Cultural                                     | 2.250.000,00  | 710.000,00    | 2.960.000,00  |
| 13.392.0106 | Cultura para a sustentabiliade                       | 2.250.000,00  | 710.000,00    | 2.960.000,00  |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

| Código             | Especificação  | Ordinário             | Vinculado             | Total                 |
|--------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 15                 | Urbanismo  | 8.588.075,10          | 25.728.750,00         | 34.316.825,10         |
| 15.451             | Infra-Estrutura Urbana                               | 8.588.075,10          | 25.728.750,00         | 34.316.825,10         |
| 15.451.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 860.000,00            | 0,00                  | 860.000,00            |
| 15.451.0105        | Planejamento e desenho urbano                        | 1.685.000,00          | 20.595.750,00         | 22.280.750,00         |
| 15.451.0110        | Melhor mobilidade, menos tráfego                     | 6.043.075,10          | 5.133.000,00          | 11.176.075,10         |
| 18                 | Gestão Ambiental                                     | 4.500.000,00          | 0,00                  | 4.500.000,00          |
| 18.541             | Preservação e Conservação Ambiental                  | 4.500.000,00          | 0,00                  | 4.500.000,00          |
| 18.541.0109        | Consumo responsável e opções de estilo de vida       | 4.500.000,00          | 0,00                  | 4.500.000,00          |
| 20                 | Agricultura  | 1.689.000,00          | 117.000,00            | 1.806.000,00          |
| 20.606             | Extensão Rural                                       | 1.689.000,00          | 117.000,00            | 1.806.000,00          |
| 20.606.0108        | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 1.689.000,00          | 117.000,00            | 1.806.000,00          |
| 23                 | Comércio e Serviços                                  | 897.000,00            | 1.020.750,00          | 1.917.750,00          |
| 23.691             | Promoção Comercial                                   | 590.000,00            | 0,00                  | 590.000,00            |
| 23.691.0108        | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 590.000,00            | 0,00                  | 590.000,00            |
| 23.695             | Turismo  | 307.000,00            | 1.020.750,00          | 1.327.750,00          |
| 23.695.0104        | Gestão local para a sustentabilidade                 | 0,00                  | 243.750,00            | 243.750,00            |
| 23.695.0108        | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 307.000,00            | 777.000,00            | 1.084.000,00          |
| 25                 | Energia  | 4.600.000,00          | 0,00                  | 4.600.000,00          |
| 25.752             | Energia Elétrica                                     | 4.600.000,00          | 0,00                  | 4.600.000,00          |
| 25.752.0110        | Melhor mobilidade, menos tráfego                     | 4.600.000,00          | 0,00                  | 4.600.000,00          |
| 27                 | Desporto e Lazer                                     | 2.750.000,00          | 30.000,00             | 2.780.000,00          |
| 27.812             | Desporto Comunitário                                 | 2.750.000,00          | 30.000,00             | 2.780.000,00          |
| 27.812.0107        | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 2.750.000,00          | 30.000,00             | 2.780.000,00          |
| 28                 | Encargos Especiais                                   | 7.065.876,36          | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 28.843             | Serviço da Dívida Interna                            | 7.065.876,36          | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 28.843.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 7.065.876,36          | 0,00                  | 7.065.876,36          |
| 99                 | Reserva de Contingência                              | 10.010.000,00         | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| 99.999             | Reserva de contingência                              | 10.010.000,00         | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| 99.999.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 10.010.000,00         | 0,00                  | 10.010.000,00         |
| <b>Total Geral</b> |  | <b>155.584.181,54</b> | <b>138.415.818,46</b> | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa         | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração        | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|---------------------|-------------|---------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 6.598.102,08        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 8.973.000,00         | 0,00            | 549.500,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 271.000,00           | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 1.880.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 240.000,00           | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 8.510.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 5.858.000,00         | 0,00            | 400.000,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 4.590.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>6.598.102,08</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>30.322.000,00</b> | <b>0,00</b>     | <b>949.500,00</b> |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social  | Previdência Social   | Saúde                | Trabalho    | Educação             |
|---|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-------------|----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 714.770,46           | 0,00        | 0,00                 |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 62.113.100,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 5.143.600,00        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 91.392.198,00        | 0,00        | 0,00                 |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 4.581.458,00        | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 47.000,00           | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00                | 22.181.820,00        | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00        | 0,00                 |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>9.772.058,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>92.106.968,46</b> | <b>0,00</b> | <b>62.113.100,00</b> |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura             | Direitos da Cidadania | Urbanismo            | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental    |
|---|---------------------|-----------------------|----------------------|-------------|-------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00                  | 860.000,00           | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00                  | 31.081.825,10        | 0,00        | 0,00        | 4.500.000,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00                  | 2.375.000,00         | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 2.960.000,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>2.960.000,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>34.316.825,10</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>4.500.000,00</b> |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura         | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|---------------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 1.917.750,00        | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 1.806.000,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>1.806.000,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>1.917.750,00</b> | <b>0,00</b>  |

Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia             | Transporte  | Desporto e Lazer    | Encargos Especiais  | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total                 |
|---|---------------------|-------------|---------------------|---------------------|-----------------|-------------------------|-----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 6.598.102,08          |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 11.097.270,46         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 271.000,00            |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.880.000,00          |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 35.821.825,10         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 8.510.000,00          |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36        | 0,00            | 0,00                    | 13.323.876,36         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 62.113.100,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.917.750,00          |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 4.600.000,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 11.565.000,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.806.000,00          |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 5.143.600,00          |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 2.960.000,00          |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00        | 2.780.000,00        | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 2.780.000,00          |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 91.392.198,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 4.581.458,00          |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 47.000,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 22.181.820,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00                | 0,00            | 10.010.000,00           | 10.010.000,00         |
| <b>Total</b>  | <b>4.600.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>2.780.000,00</b> | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b>     | <b>10.010.000,00</b>    | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2585-CPMIN-216305346 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 12:46



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$                   | Despesas                             | R\$                   |
|---|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>                         |                       | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>          |                       |
| Receitas correntes                                  | 246.786.809,54        | Despesas correntes                   | 224.134.526,67        |
| Receita tributária                                  | 45.537.000,00         | Pessoal e encargos sociais           | 107.611.362,46        |
| Receitas de contribuições                           | 10.575.500,00         | Juros e encargos da dívida           | 703.000,00            |
| Receita patrimonial                                 | 10.927.550,00         | Outras despesas correntes            | 115.820.164,21        |
| Receita agropecuária                                | 5.000,00              |                                      |                       |
| Receita industrial                                  | 0,00                  |                                      |                       |
| Receita de serviços                                 | 0,00                  |                                      |                       |
| Transferências correntes                            | 161.161.398,00        |                                      |                       |
| Outras receitas correntes                           | 18.580.361,54         |                                      |                       |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 15.623.920,00         |                                      |                       |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00                  |                                      |                       |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 14.723.920,00         |                                      |                       |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00                  |                                      |                       |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00                  |                                      |                       |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00                  |                                      |                       |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00                  |                                      |                       |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00                  |                                      |                       |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 900.000,00            |                                      |                       |
| (r) Deduções da receita                             | (13.785.000,00)       |                                      |                       |
| (r) Deduções da receita corrente                    | (13.785.000,00)       |                                      |                       |
| (r) Receita tributária                              | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita industrial                              | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | (13.785.000,00)       |                                      |                       |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00                  |                                      |                       |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | <b>248.625.729,54</b> | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | <b>224.134.526,67</b> |
| <b>Déficit</b>                                      | <b>0,00</b>           | <b>Superávit</b>                     | <b>24.491.202,87</b>  |
| <b>Soma</b>   | <b>248.625.729,54</b> | <b>Soma</b>                          | <b>248.625.729,54</b> |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | <b>24.491.202,87</b>  | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | <b>0,00</b>           |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2017

|   |                       |                                      |                       |
|---|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| Receitas de capital                               | 45.374.270,46         | Despesas de capital                  | 59.855.473,33         |
| Operações de crédito                              | 6.400.000,00          | Investimentos                        | 52.779.596,97         |
| Alienação de bens                                 | 20.000,00             | Inversões financeiras                | 10.000,00             |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                  | Amortização da dívida                | 7.065.876,36          |
| Transferências de capital                         | 38.954.270,46         |                                      |                       |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                  |                                      |                       |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                  |                                      |                       |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                  |                                      |                       |
| Alienação de bens                                 | 0,00                  |                                      |                       |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                  |                                      |                       |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                  |                                      |                       |
| Outras receitas capital                           | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                  |                                      |                       |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                  |                                      |                       |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>45.374.270,46</b>  | <b>Total das Despesas de Capital</b> | <b>59.855.473,33</b>  |
|   |                       | -(Reserva de contingência            | 10.000,00             |
|   |                       | +Reserva do RPPS)                    | 10.000.000,00         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>14.481.202,87</b>  | <b>Superávit</b>                     | <b>0,00</b>           |
| <b>Resumo</b>                                     |                       |                                      |                       |
| Receitas Correntes                                | 248.625.729,54        | Despesas Correntes                   | 224.134.526,67        |
| Receitas de Capital                               | 45.374.270,46         | Despesas de Capital                  | 59.855.473,33         |
|   |                       | Reserva de Contingência              | 10.000,00             |
|   |                       | Reserva do RPPS                      | 10.000.000,00         |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>294.000.000,00</b> | <b>Subtotal</b>                      | <b>294.000.000,00</b> |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>0,00</b>           | <b>Superavit</b>                     | <b>0,00</b>           |
| <b>Total</b>                                      | <b>294.000.000,00</b> | <b>Total</b>                         | <b>294.000.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**LEI 5.789 - ANEXO 03****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$                 | Despesas                             | R\$                 |
|---|---------------------|--------------------------------------|---------------------|
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>                         |                     | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>          |                     |
| Receitas correntes                                  | 710.000,00          | Despesas correntes                   | 2.950.000,00        |
| Receita tributária                                  | 0,00                | Pessoal e encargos sociais           | 1.000.000,00        |
| Receitas de contribuições                           | 0,00                | Juros e encargos da dívida           | 0,00                |
| Receita patrimonial                                 | 10.000,00           | Outras despesas correntes            | 1.950.000,00        |
| Receita agropecuária                                | 0,00                |                                      |                     |
| Receita industrial                                  | 0,00                |                                      |                     |
| Receita de serviços                                 | 0,00                |                                      |                     |
| Transferências correntes                            | 350.000,00          |                                      |                     |
| Outras receitas correntes                           | 350.000,00          |                                      |                     |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00                |                                      |                     |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00                |                                      |                     |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00                |                                      |                     |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00                |                                      |                     |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00                |                                      |                     |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00                |                                      |                     |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00                |                                      |                     |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00                |                                      |                     |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita tributária                              | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita industrial                              | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00                |                                      |                     |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00                |                                      |                     |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | <b>710.000,00</b>   | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | <b>2.950.000,00</b> |
| <b>Déficit</b>                                      | <b>2.240.000,00</b> | <b>Superávit</b>                     | <b>0,00</b>         |
| <b>Soma</b>   | <b>2.950.000,00</b> | <b>Soma</b>                          | <b>2.950.000,00</b> |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | <b>0,00</b>         | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | <b>2.240.000,00</b> |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

|   |                     |  |                     |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Receitas de capital                               | 0,00                | Despesas de capital                          | 10.000,00           |
| Operações de crédito                              | 0,00                | Investimentos                                | 10.000,00           |
| Alienação de bens                                 | 0,00                | Inversões financeiras                        | 0,00                |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                | Amortização da dívida                        | 0,00                |
| Transferências de capital                         | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                |  |                     |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                |  |                     |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                |  |                     |
| Alienação de bens                                 | 0,00                |  |                     |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                |  |                     |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas capital                           | 0,00                |  |                     |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                |  |                     |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>0,00</b>         | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>10.000,00</b>    |
|   |                     | <b>-(Reserva de contingência</b>             | <b>0,00</b>         |
|   |                     | <b>+Reserva do RPPS)</b>                     | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>10.000,00</b>    | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Resumo</b>                                     |                     |  |                     |
| Receitas Correntes                                | 710.000,00          | Despesas Correntes                           | 2.950.000,00        |
| Receitas de Capital                               | 0,00                | Despesas de Capital                          | 10.000,00           |
|   |                     | Reserva de Contingência                      | 0,00                |
|   |                     | Reserva do RPPS                              | 0,00                |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>710.000,00</b>   | <b>Subtotal</b>                              | <b>2.960.000,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                     | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                     |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>         | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>2.250.000,00</b> | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Total</b>                                      | <b>2.960.000,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>2.960.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2017

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção |
|-------------|---------------------|----------------|------------------------|
| 0013        | Cultura             | 0392           | Difusão Cultural       |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código           | Especificação   | Desdobramento | Elemento     | Cat. Econômica      |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| 3000000000000000 | Despesas correntes  |               |              | 2.950.000,00        |
| 3100000000000000 | Pessoal e encargos sociais                                |               |              | 1.000.000,00        |
| 3190000000000000 | Aplicações diretas  |               | 930.000,00   |                     |
| 3191000000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  |               | 70.000,00    |                     |
| 3300000000000000 | Outras despesas correntes                                 |               |              | 1.950.000,00        |
| 3350000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |               | 940.000,00   |                     |
| 3390000000000000 | Aplicações diretas  |               | 1.010.000,00 |                     |
| 4000000000000000 | Despesas de capital                                       |               |              | 10.000,00           |
| 4400000000000000 | Investimentos   |               |              | 10.000,00           |
| 4490000000000000 | Aplicacoes diretas  |               | 10.000,00    |                     |
| <b>Total</b>     |   |               |              | <b>2.960.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação                      | Desdobramento | Fonte      | Cat. Econômica |
|----------------|------------------------------------|---------------|------------|----------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes                 |               |            | 710.000,00     |
| 13000000000000 | Receita patrimonial                |               | 10.000,00  |                |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários    |               | 10.000,00  |                |
| 17000000000000 | Transferências correntes           |               | 350.000,00 |                |
| 17200000000000 | Transferências intergovernamentais |               | 350.000,00 |                |
| 19000000000000 | Outras receitas correntes          |               | 350.000,00 |                |
| 19900000000000 | Receitas diversas                  |               | 350.000,00 |                |
| <b>Total</b>   |                                    |               |            | 710.000,00     |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL****001 - Fundação Cultural de Rio do Sul**

| Código               | Especificação                                 | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 13                   | Cultura                                       | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392               | Difusão Cultural                              | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106          | Cultura para a sustentabilidade               | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106.1038     | Projetos, Eventos e Contrapartidas            | 0,00          | 350.000,00        | 0,00                | 350.000,00          |
| 13.392.0106.2072     | Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul | 0,00          | 0,00              | 2.310.000,00        | 2.310.000,00        |
| 13.392.0106.2133     | Fundo Municipal de Cultura                    | 0,00          | 0,00              | 300.000,00          | 300.000,00          |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |
| <b>Total Geral</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código             | Especificação                                 | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|--------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 13                 | Cultura                                       | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392             | Difusão Cultural                              | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106        | Cultura para a sustentabilidade               | 0,00          | 350.000,00        | 2.610.000,00        | 2.960.000,00        |
| 13.392.0106.1038   | Projetos, Eventos e Contrapartidas            | 0,00          | 350.000,00        | 0,00                | 350.000,00          |
| 13.392.0106.2072   | Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul | 0,00          | 0,00              | 2.310.000,00        | 2.310.000,00        |
| 13.392.0106.2133   | Fundo Municipal de Cultura                    | 0,00          | 0,00              | 300.000,00          | 300.000,00          |
| <b>Total Geral</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>350.000,00</b> | <b>2.610.000,00</b> | <b>2.960.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código             | Especificação                   | Ordinário    | Vinculado  | Total        |
|--------------------|---------------------------------|--------------|------------|--------------|
| 13                 | Cultura                         | 2.250.000,00 | 710.000,00 | 2.960.000,00 |
| 13.392             | Difusão Cultural                | 2.250.000,00 | 710.000,00 | 2.960.000,00 |
| 13.392.0106        | Cultura para a sustentabilidade | 2.250.000,00 | 710.000,00 | 2.960.000,00 |
| <b>Total Geral</b> |                                 | 2.250.000,00 | 710.000,00 | 2.960.000,00 |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura             | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|---------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 2.960.000,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>2.960.000,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |

Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total               |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 2.960.000,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>2.960.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2532-EMSI/R-216305853 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 12:54

**LEI 5.789 - ANEXO 04**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017  
Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção |
|-------------|---------------------|----------------|------------------------|
| 0027        | Desporto e Lazer    | 0812           | Desporto Comunitário   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código           | Especificação   | Desdobramento | Elemento     | Cat. Econômica      |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| 3000000000000000 | Despesas correntes  |               |              | 1.970.000,00        |
| 3100000000000000 | Pessoal e encargos sociais                                |               |              | 482.200,00          |
| 3190000000000000 | Aplicações diretas  |               | 472.200,00   |                     |
| 3191000000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  |               | 10.000,00    |                     |
| 3300000000000000 | Outras despesas correntes                                 |               |              | 1.487.800,00        |
| 3350000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |               | 365.000,00   |                     |
| 3390000000000000 | Aplicações diretas  |               | 1.122.800,00 |                     |
| 4000000000000000 | Despesas de capital                                       |               |              | 810.000,00          |
| 4400000000000000 | Investimentos   |               |              | 810.000,00          |
| 4490000000000000 | Aplicacoes diretas  |               | 810.000,00   |                     |
| <b>Total</b>     |   |               |              | <b>2.780.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação                   | Desdobramento | Fonte     | Cat. Econômica |
|----------------|---------------------------------|---------------|-----------|----------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes              |               |           | 30.000,00      |
| 13000000000000 | Receita patrimonial             |               | 10.000,00 |                |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários |               | 10.000,00 |                |
| 19000000000000 | Outras receitas correntes       |               | 20.000,00 |                |
| 19900000000000 | Receitas diversas               |               | 20.000,00 |                |
| <b>Total</b>   |                                 |               |           | 30.000,00      |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS****001 - Fundação Municipal de Desportos**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 27                   | Desporto e Lazer                                     | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812               | Desporto Comunitário                                 | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 800.000,00        | 1.980.000,00        | 2.780.000,00        |
| 27.812.0107.1138     | Construção e Reformas Desporto                       | 0,00          | 800.000,00        | 0,00                | 800.000,00          |
| 27.812.0107.2073     | Manutenção da Fundação Municipal de Esportes         | 0,00          | 0,00              | 1.980.000,00        | 1.980.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>800.000,00</b> | <b>1.980.000,00</b> | <b>2.780.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>800.000,00</b> | <b>1.980.000,00</b> | <b>2.780.000,00</b> |
| <b>Total Geral</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>800.000,00</b> | <b>1.980.000,00</b> | <b>2.780.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos   | Atividades   | Total        |
|------------------|--|---------------|------------|--------------|--------------|
| 27               | Desporto e Lazer                                     | 0,00          | 800.000,00 | 1.980.000,00 | 2.780.000,00 |
| 27.812           | Desporto Comunitário                                 | 0,00          | 800.000,00 | 1.980.000,00 | 2.780.000,00 |
| 27.812.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 800.000,00 | 1.980.000,00 | 2.780.000,00 |
| 27.812.0107.1138 | Construção e Reformas Desporto                       | 0,00          | 800.000,00 | 0,00         | 800.000,00   |
| 27.812.0107.2073 | Manutenção da Fundação Municipal de Esportes         | 0,00          | 0,00       | 1.980.000,00 | 1.980.000,00 |
| Total Geral      |  | 0,00          | 800.000,00 | 1.980.000,00 | 2.780.000,00 |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código             | Especificação  | Ordinário    | Vinculado | Total        |
|--------------------|--|--------------|-----------|--------------|
| 27                 | Desporto e Lazer                                     | 2.750.000,00 | 30.000,00 | 2.780.000,00 |
| 27.812             | Desporto Comunitário                                 | 2.750.000,00 | 30.000,00 | 2.780.000,00 |
| 27.812.0107        | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 2.750.000,00 | 30.000,00 | 2.780.000,00 |
| <b>Total Geral</b> |  | 2.750.000,00 | 30.000,00 | 2.780.000,00 |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
Ano LOA: 2017

Pág 5 / 5

| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer    | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total               |
|---|-------------|-------------|---------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 2.780.000,00        | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 2.780.000,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>2.780.000,00</b> | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>2.780.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$          | Despesas                             | R\$          |
|---|--------------|--------------------------------------|--------------|
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA                                |              | DESPESA ORÇAMENTÁRIA                 |              |
| Receitas correntes                                  | 30.000,00    | Despesas correntes                   | 1.970.000,00 |
| Receita tributária                                  | 0,00         | Pessoal e encargos sociais           | 482.200,00   |
| Receitas de contribuições                           | 0,00         | Juros e encargos da dívida           | 0,00         |
| Receita patrimonial                                 | 10.000,00    | Outras despesas correntes            | 1.487.800,00 |
| Receita agropecuária                                | 0,00         |                                      |              |
| Receita industrial                                  | 0,00         |                                      |              |
| Receita de serviços                                 | 0,00         |                                      |              |
| Transferências correntes                            | 0,00         |                                      |              |
| Outras receitas correntes                           | 20.000,00    |                                      |              |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00         |                                      |              |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00         |                                      |              |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00         |                                      |              |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00         |                                      |              |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00         |                                      |              |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00         |                                      |              |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00         |                                      |              |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00         |                                      |              |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita tributária                              | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita industrial                              | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00         |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00         |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00         |                                      |              |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 30.000,00    | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 1.970.000,00 |
| <b>Déficit</b>                                      | 1.940.000,00 | <b>Superávit</b>                     | 0,00         |
| <b>Soma</b>   | 1.970.000,00 | <b>Soma</b>                          | 1.970.000,00 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 0,00         | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 1.940.000,00 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Ano LOA: 2017

|   |                     |  |                     |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Receitas de capital                               | 0,00                | Despesas de capital                          | 810.000,00          |
| Operações de crédito                              | 0,00                | Investimentos                                | 810.000,00          |
| Alienação de bens                                 | 0,00                | Inversões financeiras                        | 0,00                |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                | Amortização da dívida                        | 0,00                |
| Transferências de capital                         | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                |  |                     |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                |  |                     |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                |  |                     |
| Alienação de bens                                 | 0,00                |  |                     |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                |  |                     |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas capital                           | 0,00                |  |                     |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                |  |                     |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>0,00</b>         | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>810.000,00</b>   |
|   |                     | <b>-(Reserva de contingência</b>             | <b>0,00</b>         |
|   |                     | <b>+Reserva do RPPS)</b>                     | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>810.000,00</b>   | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Resumo</b>                                     |                     |  |                     |
| Receitas Correntes                                | 30.000,00           | Despesas Correntes                           | 1.970.000,00        |
| Receitas de Capital                               | 0,00                | Despesas de Capital                          | 810.000,00          |
|   |                     | Reserva de Contingência                      | 0,00                |
|   |                     | Reserva do RPPS                              | 0,00                |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>30.000,00</b>    | <b>Subtotal</b>                              | <b>2.780.000,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                     | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                     |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>         | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>2.750.000,00</b> | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Total</b>                                      | <b>2.780.000,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>2.780.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**LEI 5.789 - ANEXO 05****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Pág 1 / 1

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos  
Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código             | Especificação                               | Ordinário            | Vinculado         | Total                |
|--------------------|---|----------------------|-------------------|----------------------|
| 09                 | Previdência Social                          | 21.281.820,00        | 900.000,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271             | Previdência Básica                          | 21.281.820,00        | 900.000,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 21.281.820,00        | 900.000,00        | 22.181.820,00        |
| 99                 | Reserva de Contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00              | 10.000.000,00        |
| 99.999             | Reserva de contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00              | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000.000,00        | 0,00              | 10.000.000,00        |
| <b>Total Geral</b> |   | <b>31.281.820,00</b> | <b>900.000,00</b> | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social   | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 22.181.820,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>        | <b>22.181.820,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |

Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total                |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 22.181.820,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 10.000.000,00           | 10.000.000,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>10.000.000,00</b>    | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2532-HLBDE-216306359 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$           | Despesas                             | R\$           |
|---|---------------|--------------------------------------|---------------|
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>                         |               | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>          |               |
| Receitas correntes                                  | 15.521.900,00 | Despesas correntes                   | 22.081.820,00 |
| Receita tributária                                  | 0,00          | Pessoal e encargos sociais           | 20.180.820,00 |
| Receitas de contribuições                           | 5.975.500,00  | Juros e encargos da dívida           | 0,00          |
| Receita patrimonial                                 | 9.505.400,00  | Outras despesas correntes            | 1.901.000,00  |
| Receita agropecuária                                | 0,00          |                                      |               |
| Receita industrial                                  | 0,00          |                                      |               |
| Receita de serviços                                 | 0,00          |                                      |               |
| Transferências correntes                            | 0,00          |                                      |               |
| Outras receitas correntes                           | 41.000,00     |                                      |               |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 15.623.920,00 |                                      |               |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00          |                                      |               |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 14.723.920,00 |                                      |               |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00          |                                      |               |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00          |                                      |               |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00          |                                      |               |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00          |                                      |               |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 900.000,00    |                                      |               |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita tributária                              | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita industrial                              | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00          |                                      |               |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00          |                                      |               |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00          |                                      |               |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 31.145.820,00 | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 22.081.820,00 |
| <b>Déficit</b>                                      | 0,00          | <b>Superávit</b>                     | 9.064.000,00  |
| <b>Soma</b>   | 31.145.820,00 | <b>Soma</b>                          | 31.145.820,00 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 9.064.000,00  | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 0,00          |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Ano LOA: 2017

|   |                      |  |                      |
|---|----------------------|--|----------------------|
| Receitas de capital                               | 0,00                 | Despesas de capital                          | 100.000,00           |
| Operações de crédito                              | 0,00                 | Investimentos                                | 100.000,00           |
| Alienação de bens                                 | 0,00                 | Inversões financeiras                        | 0,00                 |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                 | Amortização da dívida                        | 0,00                 |
| Transferências de capital                         | 0,00                 |  |                      |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                 |  |                      |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                 |  |                      |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                 |  |                      |
| Alienação de bens                                 | 0,00                 |  |                      |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                 |  |                      |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                 |  |                      |
| Outras receitas capital                           | 0,00                 |  |                      |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                 |  |                      |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                 |  |                      |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                 |  |                      |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                 |  |                      |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                 |  |                      |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                 |  |                      |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                 |  |                      |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                 |  |                      |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                 |  |                      |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                 |  |                      |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                 |  |                      |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                 |  |                      |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>0,00</b>          | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>100.000,00</b>    |
|   |                      | <b>-(Reserva de contingência</b>             | <b>0,00</b>          |
|   |                      | <b>+Reserva do RPPS)</b>                     | <b>10.000.000,00</b> |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>100.000,00</b>    | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>          |
| <b>Resumo</b>                                     |                      |  |                      |
| Receitas Correntes                                | 31.145.820,00        | Despesas Correntes                           | 22.081.820,00        |
| Receitas de Capital                               | 0,00                 | Despesas de Capital                          | 100.000,00           |
|   |                      | Reserva de Contingência                      | 0,00                 |
|   |                      | Reserva do RPPS                              | 10.000.000,00        |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>31.145.820,00</b> | <b>Subtotal</b>                              | <b>32.181.820,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                      | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                      |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>          | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>          |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>1.036.000,00</b>  | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>          |
| <b>Total</b>                                      | <b>32.181.820,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017  
Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função     | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção  |
|-------------|-------------------------|----------------|-------------------------|
| 0009        | Previdência Social      | 0271           | Previdência Básica      |
| 0099        | Reserva de Contingência | 0999           | Reserva de contingência |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento      | Cat. Econômica       |
|----------------|---|---------------|---------------|----------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes                                    |               |               | 22.081.820,00        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais                            |               |               | 20.180.820,00        |
| 31900000000000 | Aplicações diretas                                    |               | 20.180.820,00 |                      |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes                             |               |               | 1.901.000,00         |
| 33900000000000 | Aplicações diretas                                    |               | 1.001.000,00  |                      |
| 33910000000000 | Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos |               | 900.000,00    |                      |
| 40000000000000 | Despesas de capital                                   |               |               | 100.000,00           |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |               | 100.000,00           |
| 44900000000000 | Aplicacoes diretas                                    |               | 100.000,00    |                      |
| 90000000000000 | Reserva de contingência                               |               |               | 10.000.000,00        |
| 99000000000000 | Reserva de contingência                               |               |               | 10.000.000,00        |
| 99900000000000 | Reserva de contingência                               |               | 10.000.000,00 |                      |
| <b>Total</b>   |   |               |               | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação  | Desdobramento | Fonte         | Cat. Econômica       |
|----------------|--|---------------|---------------|----------------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes   |               |               | 15.521.900,00        |
| 12000000000000 | Receitas de contribuições  |               | 5.975.500,00  |                      |
| 12100000000000 | Contribuições sociais  |               | 5.975.500,00  |                      |
| 13000000000000 | Receita patrimonial  |               | 9.505.400,00  |                      |
| 13100000000000 | Receitas imobiliárias  |               | 5.400,00      |                      |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários  |               | 9.500.000,00  |                      |
| 19000000000000 | Outras receitas correntes  |               | 41.000,00     |                      |
| 19200000000000 | Indenizações e restituições  |               | 1.000,00      |                      |
| 19900000000000 | Receitas diversas  |               | 40.000,00     |                      |
| 70000000000000 | Receitas correntes intra-orçamentárias                                   |               |               | 15.623.920,00        |
| 72000000000000 | Receita de contribuições - intra-orçamentárias                           |               | 14.723.920,00 |                      |
| 72100000000000 | Contribuições sociais - intra-orçamentárias                              |               | 14.723.920,00 |                      |
| 79000000000000 | Outras receitas correntes - intra-orçamentárias                          |               | 900.000,00    |                      |
| 79400000000000 | Rec. decorrentes aportes periódicos p/ amortização déficit atuarial RPPS |               | 900.000,00    |                      |
| <b>Total</b>   |  |               |               | <b>31.145.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES****001 - Fundo de Aposentadorias e Pensões**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|---------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 09                   | Previdência Social                              | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271               | Previdência Básica                              | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00          | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101.2108     | Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões | 0,00          | 0,00        | 1.101.000,00         | 1.101.000,00         |
| 09.271.0101.2109     | Aposentadorias, Pensões e Benefícios.           | 0,00          | 0,00        | 21.080.820,00        | 21.080.820,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>22.181.820,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>22.181.820,00</b> |

**99 - RESERVA DE CONTINGENCIA****002 - Reserva de Contingencia - Fap**

| Código               | Especificação                               | Op. Especiais        | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|----------------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 99                   | Reserva de Contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999               | Reserva de contingência                     | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101.9002     | Reserva de Contingência - Fap               | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>10.000.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>10.000.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>10.000.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>          | <b>10.000.000,00</b> |
| <b>Total Geral</b>   |   | <b>10.000.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código             | Especificação                                   | Op. Especiais        | Projetos    | Atividades           | Total                |
|--------------------|---|----------------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 09                 | Previdência Social                              | 0,00                 | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271             | Previdência Básica                              | 0,00                 | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00                 | 0,00        | 22.181.820,00        | 22.181.820,00        |
| 09.271.0101.2108   | Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões | 0,00                 | 0,00        | 1.101.000,00         | 1.101.000,00         |
| 09.271.0101.2109   | Aposentadorias, Pensões e Benefícios.           | 0,00                 | 0,00        | 21.080.820,00        | 21.080.820,00        |
| 99                 | Reserva de Contingência                         | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999             | Reserva de contingência                         | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| 99.999.0101.9002   | Reserva de Contingência - Fap                   | 10.000.000,00        | 0,00        | 0,00                 | 10.000.000,00        |
| <b>Total Geral</b> |   | <b>10.000.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>22.181.820,00</b> | <b>32.181.820,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

## LEI 5.789 - ANEXO 06



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Pág 1 / 2

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$              | Despesas                             | R\$              |
|---|------------------|--------------------------------------|------------------|
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA                                |                  | DESPESA ORÇAMENTÁRIA                 |                  |
| Receitas correntes                                  | 35.000,00        | Despesas correntes                   | 47.000,00        |
| Receita tributária                                  | 0,00             | Pessoal e encargos sociais           | 0,00             |
| Receitas de contribuições                           | 0,00             | Juros e encargos da dívida           | 0,00             |
| Receita patrimonial                                 | 34.500,00        | Outras despesas correntes            | 47.000,00        |
| Receita agropecuária                                | 0,00             |                                      |                  |
| Receita industrial                                  | 0,00             |                                      |                  |
| Receita de serviços                                 | 0,00             |                                      |                  |
| Transferências correntes                            | 500,00           |                                      |                  |
| Outras receitas correntes                           | 0,00             |                                      |                  |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00             |                                      |                  |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00             |                                      |                  |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00             |                                      |                  |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00             |                                      |                  |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00             |                                      |                  |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00             |                                      |                  |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00             |                                      |                  |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00             |                                      |                  |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita tributária                              | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita industrial                              | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00             |                                      |                  |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00             |                                      |                  |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | <b>35.000,00</b> | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | <b>47.000,00</b> |
| <b>Déficit</b>                                      | <b>12.000,00</b> | <b>Superávit</b>                     | <b>0,00</b>      |
| <b>Soma</b>   | <b>47.000,00</b> | <b>Soma</b>                          | <b>47.000,00</b> |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | <b>0,00</b>      | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | <b>12.000,00</b> |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017

|   |                  |  |                  |
|---|------------------|--|------------------|
| Receitas de capital                               | 0,00             | Despesas de capital                          | 0,00             |
| Operações de crédito                              | 0,00             | Investimentos                                | 0,00             |
| Alienação de bens                                 | 0,00             | Inversões financeiras                        | 0,00             |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00             | Amortização da dívida                        | 0,00             |
| Transferências de capital                         | 0,00             |  |                  |
| Outras receitas de capital                        | 0,00             |  |                  |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00             |  |                  |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00             |  |                  |
| Alienação de bens                                 | 0,00             |  |                  |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00             |  |                  |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00             |  |                  |
| Outras receitas capital                           | 0,00             |  |                  |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00             |  |                  |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00             |  |                  |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00             |  |                  |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00             |  |                  |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00             |  |                  |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00             |  |                  |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00             |  |                  |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00             |  |                  |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00             |  |                  |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00             |  |                  |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00             |  |                  |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00             |  |                  |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>0,00</b>      | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>0,00</b>      |
|   |                  | <b>-(Reserva de contingência</b>             | <b>0,00</b>      |
|   |                  | <b>+Reserva do RPPS)</b>                     | <b>0,00</b>      |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>0,00</b>      | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>      |
| <b>Resumo</b>                                     |                  |  |                  |
| Receitas Correntes                                | 35.000,00        | Despesas Correntes                           | 47.000,00        |
| Receitas de Capital                               | 0,00             | Despesas de Capital                          | 0,00             |
|   |                  | Reserva de Contingência                      | 0,00             |
|   |                  | Reserva do RPPS                              | 0,00             |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>35.000,00</b> | <b>Subtotal</b>                              | <b>47.000,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                  | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                  |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>      | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>      |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>12.000,00</b> | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>      |
| <b>Total</b>                                      | <b>47.000,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>47.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017  
Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção                 |
|-------------|---------------------|----------------|--|
| 0008        | Assistência Social  | 0243           | Assistência à Criança e ao Adolescente |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código           | Especificação   | Desdobramento | Elemento  | Cat. Econômica |
|------------------|---|---------------|-----------|----------------|
| 3000000000000000 | Despesas correntes  |               |           | 47.000,00      |
| 3300000000000000 | Outras despesas correntes                                 |               |           | 47.000,00      |
| 3350000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |               | 25.000,00 |                |
| 3390000000000000 | Aplicações diretas  |               | 22.000,00 |                |
| <b>Total</b>     |   |               |           | 47.000,00      |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação                           | Desdobramento | Fonte     | Cat. Econômica |
|----------------|---|---------------|-----------|----------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes                      |               |           | 35.000,00      |
| 13000000000000 | Receita patrimonial                     |               | 34.500,00 |                |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários         |               | 34.500,00 |                |
| 17000000000000 | Transferências correntes                |               | 500,00    |                |
| 17300000000000 | Transferências de instituições privadas | 100,00        |           |                |
| 17500000000000 | Transferências de pessoas               | 400,00        |           |                |
| <b>Total</b>   |   |               |           | 35.000,00      |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****001 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades       | Total            |
|----------------------|---|---------------|-------------|------------------|------------------|
| 08                   | Assistência Social  | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243               | Assistência à Criança e ao Adolescente                    | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| 08.243.0103.2104     | Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente | 0,00          | 0,00        | 47.000,00        | 47.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>47.000,00</b> | <b>47.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>47.000,00</b> | <b>47.000,00</b> |
| <b>Total Geral</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>47.000,00</b> | <b>47.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos | Atividades | Total     |
|------------------|---|---------------|----------|------------|-----------|
| 08               | Assistência Social  | 0,00          | 0,00     | 47.000,00  | 47.000,00 |
| 08.243           | Assistência à Criança e ao Adolescente                    | 0,00          | 0,00     | 47.000,00  | 47.000,00 |
| 08.243.0103      | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 0,00     | 47.000,00  | 47.000,00 |
| 08.243.0103.2104 | Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente | 0,00          | 0,00     | 47.000,00  | 47.000,00 |
| Total Geral      |   | 0,00          | 0,00     | 47.000,00  | 47.000,00 |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código             | Especificação                             | Ordinário | Vinculado | Total     |
|--------------------|---|-----------|-----------|-----------|
| 08                 | Assistência Social                        | 47.000,00 | 0,00      | 47.000,00 |
| 08.243             | Assistência à Criança e ao Adolescente    | 47.000,00 | 0,00      | 47.000,00 |
| 08.243.0103        | Equidade, justiça social e cultura da paz | 47.000,00 | 0,00      | 47.000,00 |
| <b>Total Geral</b> |   | 47.000,00 | 0,00      | 47.000,00 |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUNIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 47.000,00          | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>47.000,00</b>   | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |

Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total            |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 47.000,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>47.000,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2532-EZUAD-216306705 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:08

**LEI 5.789 - ANEXO 07****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Ano LOA: 2017

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

| Código      | Especificação  | Ordinário     | Vinculado     | Total         |
|-------------|--|---------------|---------------|---------------|
| 04          | Administração  | 27.222.000,00 | 3.100.000,00  | 30.322.000,00 |
| 04.062      | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário   | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.062.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.122      | Administracao Geral                                  | 20.184.000,00 | 0,00          | 20.184.000,00 |
| 04.122.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 15.354.000,00 | 0,00          | 15.354.000,00 |
| 04.122.0104 | Gestão local para a sustentabilidade                 | 240.000,00    | 0,00          | 240.000,00    |
| 04.122.0105 | Planejamento e desenho urbano                        | 4.590.000,00  | 0,00          | 4.590.000,00  |
| 04.123      | Administração Financeira                             | 6.358.000,00  | 0,00          | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 6.358.000,00  | 0,00          | 6.358.000,00  |
| 04.126      | Tecnologia da Informação                             | 0,00          | 3.100.000,00  | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 3.100.000,00  | 3.100.000,00  |
| 04.128      | Formação de Recursos Humanos                         | 80.000,00     | 0,00          | 80.000,00     |
| 04.128.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 80.000,00     | 0,00          | 80.000,00     |
| 04.131      | Comunicação Social                                   | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 04.131.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 300.000,00    | 0,00          | 300.000,00    |
| 06          | Segurança Pública                                    | 190.000,00    | 759.500,00    | 949.500,00    |
| 06.181      | Policiamento   | 140.000,00    | 59.500,00     | 199.500,00    |
| 06.181.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 59.500,00     | 59.500,00     |
| 06.181.0112 | Do local para o global                               | 140.000,00    | 0,00          | 140.000,00    |
| 06.182      | Defesa Civil   | 50.000,00     | 300.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112 | Do local para o global                               | 50.000,00     | 300.000,00    | 350.000,00    |
| 06.244      | Assistência Comunitária                              | 0,00          | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 08          | Assistência Social                                   | 4.554.600,00  | 589.000,00    | 5.143.600,00  |
| 08.243      | Assistência à Criança e ao Adolescente               | 268.600,00    | 0,00          | 268.600,00    |
| 08.243.0103 | Equidade, justiça social e cultura da paz            | 268.600,00    | 0,00          | 268.600,00    |
| 08.244      | Assistência Comunitária                              | 4.286.000,00  | 589.000,00    | 4.875.000,00  |
| 08.244.0103 | Equidade, justiça social e cultura da paz            | 4.286.000,00  | 589.000,00    | 4.875.000,00  |
| 10          | Saúde  | 0,00          | 714.770,46    | 714.770,46    |
| 10.301      | Atenção Básica                                       | 0,00          | 714.770,46    | 714.770,46    |
| 10.301.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 0,00          | 714.770,46    | 714.770,46    |
| 12          | Educação   | 25.890.010,00 | 36.223.090,00 | 62.113.100,00 |
| 12.122      | Administracao Geral                                  | 417.000,00    | 0,00          | 417.000,00    |
| 12.122.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 417.000,00    | 0,00          | 417.000,00    |
| 12.306      | Alimentação e Nutrição                               | 1.505.000,00  | 1.024.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 1.505.000,00  | 1.024.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.361      | Ensino Fundamental                                   | 11.745.431,00 | 20.310.150,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 11.745.431,00 | 20.310.150,00 | 32.055.581,00 |
| 12.365      | Educação Infantil                                    | 12.222.579,00 | 14.888.000,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107 | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 12.222.579,00 | 14.888.000,00 | 27.110.579,00 |
| 15          | Urbanismo  | 8.588.075,10  | 25.728.750,00 | 34.316.825,10 |
| 15.451      | Infra-Estrutura Urbana                               | 8.588.075,10  | 25.728.750,00 | 34.316.825,10 |
| 15.451.0101 | Governança - Gestão Eficiente perto de Você          | 860.000,00    | 0,00          | 860.000,00    |
| 15.451.0105 | Planejamento e desenho urbano                        | 1.685.000,00  | 20.595.750,00 | 22.280.750,00 |
| 15.451.0110 | Melhor mobilidade, menos tráfego                     | 6.043.075,10  | 5.133.000,00  | 11.176.075,10 |
| 18          | Gestão Ambiental                                     | 4.500.000,00  | 0,00          | 4.500.000,00  |
| 18.541      | Preservação e Conservação Ambiental                  | 4.500.000,00  | 0,00          | 4.500.000,00  |
| 18.541.0109 | Consumo responsável e opções de estilo de vida       | 4.500.000,00  | 0,00          | 4.500.000,00  |
| 20          | Agricultura  | 1.689.000,00  | 117.000,00    | 1.806.000,00  |
| 20.606      | Extensão Rural                                       | 1.689.000,00  | 117.000,00    | 1.806.000,00  |
| 20.606.0108 | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 1.689.000,00  | 117.000,00    | 1.806.000,00  |
| 23          | Comércio e Serviços                                  | 897.000,00    | 1.020.750,00  | 1.917.750,00  |
| 23.691      | Promoção Comercial                                   | 590.000,00    | 0,00          | 590.000,00    |
| 23.691.0108 | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 590.000,00    | 0,00          | 590.000,00    |
| 23.695      | Turismo  | 307.000,00    | 1.020.750,00  | 1.327.750,00  |
| 23.695.0104 | Gestão local para a sustentabilidade                 | 0,00          | 243.750,00    | 243.750,00    |
| 23.695.0108 | Economia local dinâmica, criativa e sustentável      | 307.000,00    | 777.000,00    | 1.084.000,00  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Ano LOA: 2017

| Código             | Especificação                               | Ordinário            | Vinculado            | Total                 |
|--------------------|---|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 25                 | Energia                                     | 4.600.000,00         | 0,00                 | 4.600.000,00          |
| 25.752             | Energia Elétrica                            | 4.600.000,00         | 0,00                 | 4.600.000,00          |
| 25.752.0110        | Melhor mobilidade, menos tráfego            | 4.600.000,00         | 0,00                 | 4.600.000,00          |
| 28                 | Encargos Especiais                          | 7.065.876,36         | 0,00                 | 7.065.876,36          |
| 28.843             | Serviço da Dívida Interna                   | 7.065.876,36         | 0,00                 | 7.065.876,36          |
| 28.843.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 7.065.876,36         | 0,00                 | 7.065.876,36          |
| 99                 | Reserva de Contingência                     | 10.000,00            | 0,00                 | 10.000,00             |
| 99.999             | Reserva de contingência                     | 10.000,00            | 0,00                 | 10.000,00             |
| 99.999.0101        | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000,00            | 0,00                 | 10.000,00             |
| <b>Total Geral</b> |   | <b>85.206.561,46</b> | <b>68.252.860,46</b> | <b>153.459.421,92</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração        | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 8.973.000,00         | 0,00            | 549.500,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 271.000,00           | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 1.880.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 240.000,00           | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 8.510.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 5.858.000,00         | 0,00            | 400.000,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 4.590.000,00         | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00                 | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>30.322.000,00</b> | <b>0,00</b>     | <b>949.500,00</b> |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social  | Previdência Social | Saúde             | Trabalho    | Educação             |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------|----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 714.770,46        | 0,00        | 0,00                 |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 62.113.100,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 5.143.600,00        | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00              | 0,00        | 0,00                 |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>5.143.600,00</b> | <b>0,00</b>        | <b>714.770,46</b> | <b>0,00</b> | <b>62.113.100,00</b> |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo            | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental    |
|---|-------------|-----------------------|----------------------|-------------|-------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 860.000,00           | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 31.081.825,10        | 0,00        | 0,00        | 4.500.000,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 2.375.000,00         | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        | 0,00        | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>34.316.825,10</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>4.500.000,00</b> |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura         | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|---------------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 1.917.750,00        | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 1.806.000,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00                | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>1.806.000,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>1.917.750,00</b> | <b>0,00</b>  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia             | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais  | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total                 |
|---|---------------------|-------------|------------------|---------------------|-----------------|-------------------------|-----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 11.097.270,46         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 271.000,00            |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.880.000,00          |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 35.821.825,10         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 8.510.000,00          |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 7.065.876,36        | 0,00            | 0,00                    | 13.323.876,36         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 62.113.100,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.917.750,00          |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 4.600.000,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 11.565.000,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 1.806.000,00          |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 5.143.600,00          |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 0,00                    | 0,00                  |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00        | 0,00             | 0,00                | 0,00            | 10.000,00               | 10.000,00             |
| <b>Total</b>  | <b>4.600.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b>     | <b>10.000,00</b>        | <b>153.459.421,92</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$             | Despesas                             | R\$            |
|---|-----------------|--------------------------------------|----------------|
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>                         |                 | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>          |                |
| Receitas correntes                                  | 170.385.951,54  | Despesas correntes                   | 105.205.200,00 |
| Receita tributária                                  | 45.537.000,00   | Pessoal e encargos sociais           | 64.541.010,00  |
| Receitas de contribuições                           | 4.600.000,00    | Juros e encargos da dívida           | 700.000,00     |
| Receita patrimonial                                 | 1.308.650,00    | Outras despesas correntes            | 39.964.190,00  |
| Receita agropecuária                                | 5.000,00        |                                      |                |
| Receita industrial                                  | 0,00            |                                      |                |
| Receita de serviços                                 | 0,00            |                                      |                |
| Transferências correntes                            | 100.766.940,00  |                                      |                |
| Outras receitas correntes                           | 18.168.361,54   |                                      |                |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00            |                                      |                |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00            |                                      |                |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00            |                                      |                |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00            |                                      |                |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00            |                                      |                |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00            |                                      |                |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00            |                                      |                |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00            |                                      |                |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00            |                                      |                |
| (r) Deduções da receita                             | (13.785.000,00) |                                      |                |
| (r) Deduções da receita corrente                    | (13.785.000,00) |                                      |                |
| (r) Receita tributária                              | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita industrial                              | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00            |                                      |                |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | (13.785.000,00) |                                      |                |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00            |                                      |                |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00            |                                      |                |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00            |                                      |                |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00            |                                      |                |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 156.600.951,54  | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 105.205.200,00 |
| <b>Déficit</b>                                      | 0,00            | <b>Superávit</b>                     | 51.395.751,54  |
| <b>Soma</b>   | 156.600.951,54  | <b>Soma</b>                          | 156.600.951,54 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 51.395.751,54   | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 0,00           |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Ano LOA: 2017

|   |                       |  |                       |
|---|-----------------------|--|-----------------------|
| Receitas de capital                               | 36.935.270,46         | Despesas de capital                          | 48.244.221,92         |
| Operações de crédito                              | 6.400.000,00          | Investimentos                                | 41.868.345,56         |
| Alienação de bens                                 | 10.000,00             | Inversões financeiras                        | 10.000,00             |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                  | Amortização da dívida                        | 6.365.876,36          |
| Transferências de capital                         | 30.525.270,46         |  |                       |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                  |  |                       |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                  |  |                       |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                  |  |                       |
| Alienação de bens                                 | 0,00                  |  |                       |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                  |  |                       |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                  |  |                       |
| Outras receitas capital                           | 0,00                  |  |                       |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                  |  |                       |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                  |  |                       |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                  |  |                       |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                  |  |                       |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                  |  |                       |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                  |  |                       |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                  |  |                       |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                  |  |                       |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                  |  |                       |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                  |  |                       |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                  |  |                       |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                  |  |                       |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>36.935.270,46</b>  | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>48.244.221,92</b>  |
|   |                       | -(Reserva de contingência                    | 10.000,00             |
|   |                       | +Reserva do RPPS)                            | 0,00                  |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>11.308.951,46</b>  | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>           |
| <b>Resumo</b>                                     |                       |  |                       |
| Receitas Correntes                                | 156.600.951,54        | Despesas Correntes                           | 105.205.200,00        |
| Receitas de Capital                               | 36.935.270,46         | Despesas de Capital                          | 48.244.221,92         |
|   |                       | Reserva de Contingência                      | 10.000,00             |
|   |                       | Reserva do RPPS                              | 0,00                  |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>193.536.222,00</b> | <b>Subtotal</b>                              | <b>153.459.421,92</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                       | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                       |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>           | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>           |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>0,00</b>           | <b>Superavit</b>                             | <b>40.076.800,08</b>  |
| <b>Total</b>                                      | <b>193.536.222,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>193.536.222,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2017

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função     | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção                             |
|-------------|-------------------------|----------------|--|
| 0004        | Administração           | 0062           | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário |
|             |                         | 0122           | Administração Geral                                |
|             |                         | 0123           | Administração Financeira                           |
|             |                         | 0126           | Tecnologia da Informação                           |
|             |                         | 0128           | Formação de Recursos Humanos                       |
|             |                         | 0131           | Comunicação Social                                 |
| 0006        | Segurança Pública       | 0181           | Policimento  |
|             |                         | 0182           | Defesa Civil                                       |
|             |                         | 0244           | Assistência Comunitária                            |
| 0008        | Assistência Social      | 0243           | Assistência à Criança e ao Adolescente             |
|             |                         | 0244           | Assistência Comunitária                            |
| 0010        | Saúde                   | 0301           | Atenção Básica                                     |
| 0012        | Educação                | 0122           | Administração Geral                                |
|             |                         | 0306           | Alimentação e Nutrição                             |
|             |                         | 0361           | Ensino Fundamental                                 |
|             |                         | 0365           | Educação Infantil                                  |
| 0015        | Urbanismo               | 0451           | Infra-Estrutura Urbana                             |
| 0018        | Gestão Ambiental        | 0541           | Preservação e Conservação Ambiental                |
| 0020        | Agricultura             | 0606           | Extensão Rural                                     |
| 0023        | Comércio e Serviços     | 0691           | Promoção Comercial                                 |
|             |                         | 0695           | Turismo  |
| 0025        | Energia                 | 0752           | Energia Elétrica                                   |
| 0028        | Encargos Especiais      | 0843           | Serviço da Dívida Interna                          |
| 0099        | Reserva de Contingência | 0999           | Reserva de contingência                            |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Prestação de Contas

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Entidade: 3,113

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

| <b>RECEITAS</b>  |  |
|--|--|
| <b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b> |  |
| Impostos   |  |
| Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos                                |  |
| Receitas de Transferências Constitucionais e Legais                              |  |
| Da União   |  |
| Do Estado  |  |
| <b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>              |  |
| Da União para o Município  |  |
| Do Estado para o Município   |  |
| Demais Municípios para o Município   |  |
| Outras Receitas do SUS   |  |
| <b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>                 |  |
| <b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>   |  |
| <b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>   |  |
| <b>TOTAL</b>   |  |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)</b>                     |  |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  |  |
| Pessoal e Encargos Sociais   |  |
| Juros e Encargos da Dívida   |  |
| Outras Despesas Correntes  |  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   |  |
| Investimentos  |  |
| Inversões Financeiras  |  |
| Amortização da Dívida  |  |
| <b>TOTAL (IV)</b>  |  |
| <b>DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>                  |  |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>   |  |
| <b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>                                  |  |
| <b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>             |  |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS                       |  |
| Recursos de Operações de Crédito   |  |
| Outros Recursos  |  |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>   |  |
| <b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>                                |  |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)</b>  |  |
| Atenção Básica   |  |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial  |  |
| Suporte Profilático e Terapêutico  |  |
| Vigilância Sanitária   |  |
| Vigilância Epidemiológica  |  |
| Alimentação e Nutrição   |  |
| Outras Subfunções  |  |
| <b>TOTAL</b>   |  |



**Orçado**

113.097.000,00  
35.618.000,00  
8.554.000,00  
68.925.000,00  
26.170.000,00  
42.755.000,00  
64.581.500,00  
59.732.000,00  
4.849.500,00  
0,00  
0,00  
0,00  
96.474.222,00  
13.785.000,00  
260.367.722,00

**Orçado**

83.904.198,00  
16.471.298,00  
3.000,00  
67.429.900,00  
8.202.770,46  
7.502.770,46  
0,00  
700.000,00  
92.106.968,46

**Orçado**

92.106.968,46  
0,00  
65.306.270,46  
65.296.270,46  
0,00  
10.000,00  
26.800.698,00  
23,40

**Orçado**

41.594.968,46  
49.707.000,00  
0,00  
380.000,00  
385.000,00  
0,00  
40.000,00  
92.106.968,46

---

09/11/2016 11:05

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****Prestação de Contas****Demonstrativo das Despesas com Saúde**

Entidade: 3,113

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

| RECEITAS   | Orçado         |
|--|----------------|
| <b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b> | 113.097.000,00 |
| Impostos   | 35.618.000,00  |
| Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos                                | 8.554.000,00   |
| Receitas de Transferências Constitucionais e Legais                              | 68.925.000,00  |
| Da União   | 26.170.000,00  |
| Do Estado  | 42.755.000,00  |
| <b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>              | 64.581.500,00  |
| Da União para o Município  | 59.732.000,00  |
| Do Estado para o Município   | 4.849.500,00   |
| Demais Municípios para o Município   | 0,00           |
| Outras Receitas do SUS   | 0,00           |
| <b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>                 | 0,00           |
| <b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>   | 96.474.222,00  |
| <b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>   | 13.785.000,00  |
| <b>TOTAL</b>   | 260.367.722,00 |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)                            | Orçado         |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  | 83.904.198,00  |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 16.471.298,00  |
| Juros e Encargos da Dívida   | 3.000,00       |
| Outras Despesas Correntes  | 67.429.900,00  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   | 8.202.770,46   |
| Investimentos  | 7.502.770,46   |
| Inversões Financeiras  | 0,00           |
| Amortização da Dívida  | 700.000,00     |
| <b>TOTAL (IV)</b>  | 92.106.968,46  |
| DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE                         | Orçado         |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>   | 92.106.968,46  |
| <b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>                                  | 0,00           |
| <b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>             | 65.306.270,46  |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS                       | 65.296.270,46  |
| Recursos de Operações de Crédito   | 0,00           |
| Outros Recursos  | 10.000,00      |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>   | 26.800.698,00  |
| <b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>                                | 23,40          |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)   | Orçado         |
| Atenção Básica   | 41.594.968,46  |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial  | 49.707.000,00  |
| Suporte Profilático e Terapêutico  | 0,00           |
| Vigilância Sanitária   | 380.000,00     |
| Vigilância Epidemiológica  | 385.000,00     |
| Alimentação e Nutrição   | 0,00           |
| Outras Subfunções  | 40.000,00      |
| <b>TOTAL</b>   | 92.106.968,46  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**Prestação de Contas**  
**Demonstrativo de Despesas com Educação**  
 Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Pág 1 / 2

| RECEITAS DO ENSINO   |                |
|--|----------------|
| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)                           |                |
| <b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>   | 44.182.000,00  |
| 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ? IPTU    | 20.808.000,00  |
| 1.1.1 - IPTU   | 13.500.000,00  |
| 1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU  | 34.900,00      |
| 1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU   | 7.000.000,00   |
| 1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 273.100,00     |
| 1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU  | 0,00           |
| 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ? ITBI                       | 3.290.000,00   |
| 1.2.1 - ITBI   | 3.290.000,00   |
| 1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI  | 0,00           |
| 1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI   | 0,00           |
| 1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | 0,00           |
| 1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI  | 0,00           |
| 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS                  | 16.696.000,00  |
| 1.3.1 - ISS  | 15.450.000,00  |
| 1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS   | 50.000,00      |
| 1.3.3 - Dívida Ativa do ISS  | 1.000.000,00   |
| 1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS  | 196.000,00     |
| 1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS   | 0,00           |
| 1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte ? IRRF                            | 3.388.000,00   |
| 1.4.1 - IRRF   | 3.378.000,00   |
| 1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF  | 0,00           |
| 1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF   | 10.000,00      |
| 1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | 0,00           |
| 1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF  | 0,00           |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ? ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)    | 0,00           |
| 1.5.1 - ITR  | 0,00           |
| 1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR   | 0,00           |
| 1.5.3 - Dívida Ativa do ITR  | 0,00           |
| 1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR  | 0,00           |
| 1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR   | 0,00           |
| <b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>                                  | 69.925.000,00  |
| 2.1 - Cota-Parte FPM   | 27.015.000,00  |
| 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)                                 | 26.015.000,00  |
| 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)             | 1.000.000,00   |
| 2.2 - Cota-Parte ICMS  | 34.000.000,00  |
| 2.3 - ICMS-Desoneração ? L.C. nº87/1996  | 140.000,00     |
| 2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação  | 515.000,00     |
| 2.5 - Cota-Parte ITR   | 15.000,00      |
| 2.6 - Cota-Parte IPVA  | 8.240.000,00   |
| 2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro  | 0,00           |
| <b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>  | 114.107.000,00 |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE  |                |
| <b>4 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>   | 26.324.579,00  |
| 4.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB  | 14.102.000,00  |
| 4.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos                                       | 12.222.579,00  |
| <b>5 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>  | 23.628.431,00  |
| 5.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB  | 11.883.000,00  |
| 5.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos                                       | 11.745.431,00  |
| <b>6 - ENSINO MÉDIO</b>  | 0,00           |
| <b>7 - ENSINO SUPERIOR</b>   | 0,00           |
| <b>8 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>                                 | 0,00           |
| <b>9 - OUTRAS</b>  | 0,00           |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Prestação de Contas  
Demonstrativo de Despesas com Educação  
Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

Pág 2 / 2

| RECEITAS DO ENSINO  |               |
|---|---------------|
| <b>10 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)</b> | 49.953.010,00 |
| CÁLCULO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO                                      |               |
| <b>1 - 11 - Receitas destinadas ao FUNDEB</b>                                   | 13.785.000,00 |
| <b>2 - 12 - Transferências de recursos do FUNDEB</b>                            | 25.985.000,00 |
| <b>3 - 13 - Total</b>   | 39.770.000,00 |
| <b>4 - Despesas do MDE</b>  | 49.953.010,00 |
| 4.1 - 14.1 - Despesas do FUNDEB   | 25.985.000,00 |
| 4.2 - 14.2 - Despesas com Outros Recursos de Impostos                           | 23.968.010,00 |
| <b>5 - 15 (-) Deduções consideradas para o limite</b>                           | 12.200.000,00 |
| <b>6 - 16 - Total das despesas para fins de limite</b>                          | 37.753.010,00 |
| <b>7 - 17 - Cálculo do índice de aplicação em educação</b>                      | 33.09%        |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 2 - GABINETE DO PREFEITO  |                  |   |  |                     |
|---|------------------|---|--|---------------------|
| 1 - Gabinete do Prefeito  |                  |   |  |                     |
| 0004.0122.0101.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito                |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1000000 - Recursos Ordinários            | 700.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários            | 1.700.000,00        |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>2.400.000,00</b> |
| 0004.0122.0101.2137 - Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários            | 2.440.000,00        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários            | 233.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>2.673.000,00</b> |
| 0004.0123.0101.1130 - Devolução de Convênios                            |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários            | 500.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>500.000,00</b>   |
| 0004.0126.0101.1122 - Cidade Digital - PMAT                             |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1830000 - Operações Creditos             | 600.000,00          |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1830000 - Operações Creditos             | 2.500.000,00        |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>3.100.000,00</b> |
| 0006.0181.0101.2049 - Manutenção Transito - Policia Civil               |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1110000 - Convênio de Trânsito - Civil   | 1.000,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1110000 - Convênio de Trânsito - Civil   | 500,00              |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>1.500,00</b>     |
| 0006.0181.0101.2050 - Manutenção Transito - Policia Militar             |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1100000 - Convênio de Trânsito - Militar | 1.000,00            |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1802100 - FUNPOM                         | 55.500,00           |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1100000 - Convênio de Trânsito - Militar | 500,00              |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1802100 - FUNPOM                         | 1.000,00            |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>58.000,00</b>    |
| 0006.0181.0112.2064 - Manutenção do Departamento da Guarda Municipal    |                  |   |  |                     |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte                                    | Valor Orçado        |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários            | 140.000,00          |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>                        | <b>140.000,00</b>   |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 2 - GABINETE DO PREFEITO  |                  |                    |   |               |
|---|------------------|--------------------|---|---------------|
| 1 - Gabinete do Prefeito  |                  |                    |   |               |
| 0010.0301.0101.1436 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UP      |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645502 - Transferências de Convênios - Estado - Gabinete do Prefeito | 514.770,46    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 514.770,46    |
| 0010.0301.0101.1439 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645502 - Transferências de Convênios - Estado - Gabinete do Prefeito | 200.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 200.000,00    |
| 0015.0451.0101.2012 - Manutenção do Departamento de Trânsito                  |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 400.000,00    |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura                           | 460.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 860.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>  | 10.447.270,46 |
| 2 - Departamento da Defesa Civil  |                  |                    |   |               |
| 0006.0182.0112.2003 - Manutenção do Departamento de Defesa Civil              |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 50.000,00     |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 50.000,00     |
| 0006.0182.0112.2131 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil                     |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1345402 - Transferências de Convênios - União - Gabinete do Prefeito  | 50.000,00     |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345402 - Transferências de Convênios - União - Gabinete do Prefeito  | 250.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 300.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>  | 350.000,00    |
| 4 - Departamento de Comunicação Social  |                  |                    |   |               |
| 0004.0131.0101.2004 - Manutenção do Departamento de Comunicação Social        |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte   | Valor Orçado  |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários   | 300.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>   | 300.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>  | 300.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Órgão</b>  | 11.097.270,46 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|   |                  |                    |                               |              |
|---|------------------|--------------------|-------------------------------|--------------|
| <b>3 - GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>  |                  |                    |                               |              |
| 1 - Gabinete do Vice-prefeito   |                  |                    |                               |              |
| 0004.0122.0101.2139 - Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito                |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 265.000,00   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 6.000,00     |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 271.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 271.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Órgão</b>            | 271.000,00   |
| <b>4 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>  |                  |                    |                               |              |
| 1 - Procuradoria Jurídica   |                  |                    |                               |              |
| 0004.0062.0101.2008 - Manutenção da Procuradoria Jurídica                                   |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 300.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 300.000,00   |
| 0004.0122.0101.0003 - Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 500.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 500.000,00   |
| 0004.0122.0101.2140 - Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Jurídica                    |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 1.060.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 20.000,00    |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 1.080.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 1.880.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Órgão</b>            | 1.880.000,00 |
| <b>5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>                               |                  |                    |                               |              |
| 1 - Gabinete do Secretário de Plan.urb.meio Ambiente  |                  |                    |                               |              |
| 0004.0122.0104.2009 - Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente          |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 240.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 240.000,00   |
| 0015.0451.0105.2143 - Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e meio Ambiente  |                  |                    |                               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 1.550.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 115.000,00   |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>             | 1.665.000,00 |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>          | 1.905.000,00 |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-216306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.                     |                  |                    |  |                     |  |
|--|------------------|--------------------|--|---------------------|--|
| 3 - Departamento de Urbanismo  |                  |                    |  |                     |  |
| 0015.0451.0105.1001 - Desapropriação de Imóveis                            |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 10.000,00           |  |
|  | 3459000000000000 | Aplicacoes diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 10.000,00           |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>20.000,00</b>    |  |
| 0015.0451.0105.1014 - Pontes, Viadutos e Passarelas                        |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 300.000,00          |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 300.000,00          |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>600.000,00</b>   |  |
| 0015.0451.0105.1069 - Programa de Mobilidade Urbana                        |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 80.000,00           |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>80.000,00</b>    |  |
| 0015.0451.0105.1103 - Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 50.000,00           |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 1.270.050,00        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 400.000,00          |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>1.720.050,00</b> |  |
| 0015.0451.0105.1123 - Obras de Prevenção e Recuperação Desastres           |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 5.000.000,00        |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>5.000.000,00</b> |  |
| 0015.0451.0105.1128 - Integrar   |                  |                    |  |                     |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 850.000,00          |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | <b>850.000,00</b>   |  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|  |                  |                    |  |                     |  |
|--|------------------|--------------------|--|---------------------|--|
| <b>5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>  |                  |                    |  |                     |  |
| <b>3 - Departamento de Urbanismo</b>   |                  |                    |  |                     |  |
| <b>0015.0451.0105.1136 - Recuperação de Pontes e Taludes</b>   |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 500.000,00          |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 500.000,00          |  |
| <b>0015.0451.0105.1426 - Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários</b>   |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 750.000,00          |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 750.000,00          |  |
| <b>0015.0451.0105.1435 - Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio</b>  |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 9.000.000,00        |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 9.000.000,00        |  |
| <b>0015.0451.0105.1441 - Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização</b>  |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345405 - Transferências de Convênios - União - Planejamento Urb. Meio Ambiente  | 1.345.700,00        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 250.000,00          |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 1.595.700,00        |  |
| <b>0015.0451.0110.1022 - Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos - Operação de Crédito</b> |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1830000 - Operações Creditos   | 2.800.000,00        |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 2.800.000,00        |  |
| <b>0015.0451.0110.1079 - Contrapartida Convênios</b>   |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1000000 - Recursos Ordinarios  | 3.768.075,10        |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1890000 - Alienação de Bens - Ordinarios   | 10.000,00           |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 3.778.075,10        |  |
| <b>0015.0451.0110.1120 - Pac 2 - Segunda Fase</b>  |                  |                    |  |                     |  |
| <b>Fonte de Financiamento</b>  | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1830000 - Operações Creditos   | 500.000,00          |  |
|  |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | 500.000,00          |  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|  |                  |   |  |                      |  |
|--|------------------|---|--|----------------------|--|
| <b>5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>                            |                  |   |  |                      |  |
| <b>3 - Departamento de Urbanismo</b>   |                  |   |  |                      |  |
| <b>0015.0451.0110.1415 - Projetos Fundam</b>   |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas  | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 1.723.000,00         |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |   |  | <b>1.723.000,00</b>  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |   |  | <b>28.916.825,10</b> |  |
| <b>5 - Departamento de Projetos</b>  |                  |   |  |                      |  |
| <b>0015.0451.0105.1414 - Manutenção e Recuperação da Malha Viária</b>                    |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 50.000,00            |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1645505 - Transferências de Convênios - Estado - Planejamento Urb. Meio Ambiente | 450.000,00           |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |   |  | <b>500.000,00</b>    |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |   |  | <b>500.000,00</b>    |  |
| <b>6 - Departamento de Meio Ambiente</b>   |                  |   |  |                      |  |
| <b>0018.0541.0109.2060 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos</b>                     |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 4.500.000,00         |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |   |  | <b>4.500.000,00</b>  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |   |  | <b>4.500.000,00</b>  |  |
| <b>Total Órgão</b>   |                  |   |  | <b>35.821.825,10</b> |  |
| <b>6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>   |                  |   |  |                      |  |
| <b>1 - Gabinete do Secretário de Administração</b>                                       |                  |   |  |                      |  |
| <b>0004.0122.0101.2016 - Manutenção do Gab. do Sec. de Administração</b>                 |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.700.000,00         |  |
|  | 3339100000000000 | Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos     | 1000000 - Recursos Ordinários  | 900.000,00           |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |   |  | <b>2.600.000,00</b>  |  |
| <b>0004.0122.0101.2071 - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga</b> |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3339300000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos | 1000000 - Recursos Ordinários  | 35.000,00            |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |   |  | <b>35.000,00</b>     |  |
| <b>0004.0122.0101.2145 - Pessoal e Encargos Sociais - Administração</b>                  |                  |   |  |                      |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado         |  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 2.900.000,00         |  |
|  | 3319100000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1000000 - Recursos Ordinários  | 2.650.000,00         |  |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-216306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|  |                  |                    |                               |                      |              |
|--|------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------|--------------|
| <b>6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>                                       |                  |                    |                               |                      |              |
| <b>1 - Gabinete do Secretário de Administração</b>                                     |                  |                    |                               |                      |              |
| <b>0004.0122.0101.2145 - Pessoal e Encargos Sociais - Administração</b>                |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 245.000,00           |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 5.795.000,00 |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Unidade</b> | 8.430.000,00 |
| <b>3 - Departamento de Recursos Humanos</b>  |                  |                    |                               |                      |              |
| <b>0004.0128.0101.2113 - Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais</b> |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 30.000,00            |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 30.000,00    |
| <b>0004.0128.0101.2147 - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho</b>                 |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 50.000,00            |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 50.000,00    |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Unidade</b> | 80.000,00    |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Órgão</b>   | 8.510.000,00 |
| <b>7 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>   |                  |                    |                               |                      |              |
| <b>1 - Gabinete do Secretário da Fazenda</b>   |                  |                    |                               |                      |              |
| <b>0004.0123.0101.2021 - Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda</b>           |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 2.500.000,00         |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 100.000,00           |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 2.600.000,00 |
| <b>0004.0123.0101.2148 - Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda</b>                      |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 3.050.000,00         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 208.000,00           |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 3.258.000,00 |
| <b>0006.0244.0101.2051 - Manutenção do Funrebot</b>                                    |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1802200 - FUNREBOM            | 200.000,00           |              |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1802200 - FUNREBOM            | 200.000,00           |              |
|  |                  |                    |                               | <b>Total Ação</b>    | 400.000,00   |
| <b>0028.0843.0101.0001 - Pagamento da Dívida Fundada Interna</b>                       |                  |                    |                               |                      |              |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                         | Valor Orçado         |              |
|  | 3329000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários | 700.000,00           |              |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-2-16306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  |                  |                    |   |               |
|--|------------------|--------------------|---|---------------|
| 1 - Gabinete do Secretário da Fazenda  |                  |                    |   |               |
| 0028.0843.0101.0001 - Pagamento da Dívida Fundada Interna                        |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3469000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários             | 6.365.876,36  |
| Total Ação   |                  |                    |   | 7.065.876,36  |
| Total Unidade  |                  |                    |   | 13.323.876,36 |
| Total Órgão  |                  |                    |   | 13.323.876,36 |
| 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO   |                  |                    |   |               |
| 1 - Gabinete do Secretário de Educação   |                  |                    |   |               |
| 0012.0122.0107.2028 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação           |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários             | 187.000,00    |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários             | 250.000,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 417.000,00    |
| Total Unidade  |                  |                    |   | 417.000,00    |
| 2 - Departamento Pedagógico de Ensino  |                  |                    |   |               |
| 0012.0306.0107.2032 - Programa de Alimentação do Ensino Infantil                 |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários             | 735.000,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 735.000,00    |
| 0012.0306.0107.2033 - Programa de Alimentação do Ensino Fundamental              |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários             | 770.000,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 770.000,00    |
| 0012.0306.0107.2052 - Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-pnae  |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar | 248.880,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 248.880,00    |
| 0012.0306.0107.2053 - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-pnac |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar | 438.400,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 438.400,00    |
| 0012.0306.0107.2123 - Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnape        |                  |                    |   |               |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte                                     | Valor Orçado  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar | 309.500,00    |
| Total Ação   |                  |                    |   | 309.500,00    |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016

Pág 9 / 15

| 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  |                  |   |  |              |
|---|------------------|---|--|--------------|
| 2 - Departamento Pedagógico de Ensino   |                  |   |  |              |
| 0012.0306.0107.2126 - Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental Mais Educação |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar                          | 19.560,00    |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 19.560,00    |
| 0012.0306.0107.2128 - Programa Alimentação Escolar Especial                               |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370200 - Programa de Alimentação Escolar                          | 8.600,00     |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 8.600,00     |
| 0012.0361.0107.1113 - Construção e Ampliação de Centros de Educação                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 100.000,00   |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1320000 - Transferências de Convênios - União/Educação             | 6.097.000,00 |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 260.000,00   |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 6.457.000,00 |
| 0012.0361.0107.1115 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes                   |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 40.000,00    |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 40.000,00    |
| 0012.0361.0107.2029 - Manutenção do Ensino Fundamental                                    |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1010000 - Recursos Educação  | 715.000,00   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 600.000,00   |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 1.315.000,00 |
| 0012.0361.0107.2034 - Transporte Escolar Educação Básica - Próprios                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1010000 - Recursos Educação  | 2.200.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1360000 - Salário-Educação   | 500.000,00   |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 2.700.000,00 |
| 0012.0361.0107.2058 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado                      |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação            | 800.000,00   |
|   |                  |   | <b>Total Ação</b>  | 800.000,00   |
| 0012.0361.0107.2059 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate                       |                  |   |  |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição   | Fonte  | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  | 1370100 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE | 30.150,00    |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-2-16306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                                |                  |   |   |   |              |
|---|------------------|---|---|---|--------------|
| 2 - Departamento Pedagógico de Ensino                               |                  |   |   |   |              |
| 0012.0361.0107.2059 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   |                  |   | Total Ação  |   | 30.150,00    |
| 0012.0361.0107.2067 - Manutenção do Ensino Fundamental              |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1010000 - Recursos Educação   | 5.214.431,00 |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 4.950.000,00 |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  | 3.358.000,00 |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas  |   | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 3.575.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1010000 - Recursos Educação   | 1.210.000,00 |
|   |                  |   | Total Ação  | 18.307.431,00   |              |
| 0012.0361.0107.2068 - Manutenção das Atividades Pedagógicas         |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1010000 - Recursos Educação   | 10.000,00    |
|   |                  |   | Total Ação  | 10.000,00   |              |
| 0012.0365.0107.2030 - Manutenção do Ensino Infantil                 |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  | 1010000 - Recursos Educação   | 5.882.579,00 |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1180000 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) | 7.065.000,00 |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  | 5.027.000,00 |
|   | 3319100000000000 | Aplicações diretas  |   | 1010000 - Recursos Educação   | 3.575.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1010000 - Recursos Educação   | 1.715.000,00 |
|   |                  |   | Total Ação  | 23.264.579,00   |              |
| 0012.0365.0107.2066 - Manutenção do Ensino Infantil                 |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 1010000 - Recursos Educação   | 1.050.000,00 |
|   | 3335000000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |   | 1190000 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica)  | 2.010.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1360000 - Salário-Educação  | 735.000,00   |
|   |                  |   | Total Ação  | 3.795.000,00  |              |
| 0012.0365.0107.2127 - Programa Brasil Carinhoso                     |                  |   |   |   |              |
| Fonte de Financiamento  |                  | Elemento  | Descrição   | Fonte   | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas  |   | 1379900 - Brasil Carinhoso  | 41.000,00    |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-216306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|  |                  |                    |  |               |  |
|--|------------------|--------------------|--|---------------|--|
| <b>8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>  |                  |                    |  |               |  |
| <b>2 - Departamento Pedagógico de Ensino</b>   |                  |                    |  |               |  |
| <b>0012.0365.0107.2127 - Programa Brasil Carinhoso</b>                                 |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1379900 - Brasil Carinhoso   | 10.000,00     |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 51.000,00     |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 59.300.100,00 |  |
| <b>3 - Departamento de Apoio Administrativo</b>  |                  |                    |  |               |  |
| <b>0012.0361.0107.2031 - Manutenção do Departamento Administrativo</b>                 |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1010000 - Recursos Educação  | 2.251.000,00  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1010000 - Recursos Educação  | 145.000,00    |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 2.396.000,00  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 2.396.000,00  |  |
| <b>Total Órgão</b>   |                  |                    |  | 62.113.100,00 |  |
| <b>9 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>                            |                  |                    |  |               |  |
| <b>1 - Gab. do Sec. de Desenv. Econ. e Empreendedorismo</b>                            |                  |                    |  |               |  |
| <b>0023.0691.0108.2043 - Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreendedorismo</b> |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 82.000,00     |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 82.000,00     |  |
| <b>0023.0691.0108.2146 - Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico</b>    |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 470.000,00    |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 38.000,00     |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 508.000,00    |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 590.000,00    |  |
| <b>4 - Departamento de Turismo</b>   |                  |                    |  |               |  |
| <b>0023.0695.0104.1434 - Construção de Quilosques Centro de Eventos</b>                |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1345409 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico  | 243.750,00    |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 243.750,00    |  |
| <b>0023.0695.0108.1435 - Reforma do Centro de Eventos</b>                              |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 7.000,00      |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico | 585.000,00    |  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|   |                  |                    |  |               |              |
|---|------------------|--------------------|--|---------------|--------------|
| <b>9 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>                    |                  |                    |  |               |              |
| <b>4 - Departamento de Turismo</b>  |                  |                    |  |               |              |
| <b>0023.0695.0108.1435 - Reforma do Centro de Eventos</b>                     |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Total Ação    | Valor Orçado |
|   |                  |                    |  |               | 592.000,00   |
| <b>0023.0695.0108.1443 - Qualificação de Serviços Turísticos</b>              |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico |               | 142.000,00   |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 142.000,00   |
| <b>0023.0695.0108.2045 - Manutenção de Departamento de Turismo</b>            |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  |               | 200.000,00   |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 200.000,00   |
| <b>0023.0695.0108.2046 - Promoção e Realização de Eventos</b>                 |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  |               | 100.000,00   |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 100.000,00   |
| <b>0023.0695.0108.2063 - Promoção e Realização de Eventos - Estados</b>       |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645509 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico |               | 50.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 50.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Unidade | 1.327.750,00 |
|   |                  |                    |  | Total Órgão   | 1.917.750,00 |
| <b>10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>                  |                  |                    |  |               |              |
| <b>1 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos</b>                     |                  |                    |  |               |              |
| <b>0004.0122.0105.2036 - Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos</b> |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  |               | 65.000,00    |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 65.000,00    |
| <b>0004.0122.0105.2138 - Pessoal e Encargos Sociais - Obras</b>               |                  |                    |  |               |              |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição          | Fonte  |               | Valor Orçado |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  |               | 4.000.000,00 |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  |               | 525.000,00   |
|   |                  |                    |  | Total Ação    | 4.525.000,00 |
|   |                  |                    |  | Total Unidade | 4.590.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|  |                  |                    |  |               |  |
|--|------------------|--------------------|--|---------------|--|
| <b>10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>                     |                  |                    |  |               |  |
| <b>2 - Departamento de Apoio Administrativo e Manut.frota</b>                    |                  |                    |  |               |  |
| <b>0015.0451.0110.2037 - Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas</b> |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.400.000,00  |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 1.400.000,00  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 1.400.000,00  |  |
| <b>3 - Departamento de Obras e Melhorias Viárias</b>                             |                  |                    |  |               |  |
| <b>0015.0451.0110.2038 - Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias</b>   |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 875.000,00    |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645510 - Transferências de Convênios - Estado - Obras e Serviços Urbanos        | 100.000,00    |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 975.000,00    |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 975.000,00    |  |
| <b>4 - Departamento de Serviços Urbanos</b>                                      |                  |                    |  |               |  |
| <b>0025.0752.0110.2040 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública</b>       |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | 3.500.000,00  |  |
|  | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | 1.100.000,00  |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 4.600.000,00  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 4.600.000,00  |  |
| <b>Total Órgão</b>   |                  |                    |  | 11.565.000,00 |  |
| <b>11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>                                  |                  |                    |  |               |  |
| <b>1 - Gabinete do Secretário Mun. de Agricultura</b>                            |                  |                    |  |               |  |
| <b>0020.0606.0108.2041 - Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura</b>   |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 100.000,00    |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 100.000,00    |  |
| <b>0020.0606.0108.2141 - Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura</b>            |                  |                    |  |               |  |
| Fonte de Financiamento   | Elemento         | Descrição          | Fonte  | Valor Orçado  |  |
|  | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 1.185.000,00  |  |
|  | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários  | 56.000,00     |  |
| <b>Total Ação</b>  |                  |                    |  | 1.241.000,00  |  |
| <b>Total Unidade</b>   |                  |                    |  | 1.341.000,00  |  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



|   |                  |                    |  |                     |
|---|------------------|--------------------|--|---------------------|
| <b>11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>                               |                  |                    |  |                     |
| <b>2 - Departamento de Agricultura</b>  |                  |                    |  |                     |
| <b>0020.0606.0108.1126 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos</b>   |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 3.000,00            |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1345411 - Transferências de Convênios - União - Agricultura      | 67.000,00           |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>70.000,00</b>    |
| <b>0020.0606.0108.1429 - Promoção Feira e Festa do Agricultor</b>             |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 15.000,00           |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1645511 - Transferências de Convênios - Estado - Agricultura     | 50.000,00           |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>65.000,00</b>    |
| <b>0020.0606.0108.2042 - Manutenção do Departamento de Agricultura</b>        |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 300.000,00          |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>300.000,00</b>   |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | <b>435.000,00</b>   |
| <b>3 - Departamento de Pecuária</b>   |                  |                    |  |                     |
| <b>0020.0606.0108.2110 - Manutenção do Departamento de Pecuária</b>           |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 30.000,00           |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>30.000,00</b>    |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | <b>30.000,00</b>    |
| <b>12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>                |                  |                    |  |                     |
| <b>1 - Gabinete do Secretário de Assit. Social e Habit.</b>                   |                  |                    |  |                     |
| <b>0008.0243.0103.2057 - Conselho Tutelar</b>                                 |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 221.000,00          |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 47.600,00           |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>268.600,00</b>   |
|   |                  |                    | <b>Total Unidade</b>   | <b>268.600,00</b>   |
| <b>2 - Depto de Assistência Social</b>  |                  |                    |  |                     |
| <b>0008.0244.0103.1132 - Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi</b> |                  |                    |  |                     |
| <b>Fonte de Financiamento</b>   | <b>Elemento</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Fonte</b>   | <b>Valor Orçado</b> |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 117.000,00          |
|   | 3449000000000000 | Aplicações diretas | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 250.000,00          |
|   |                  |                    | <b>Total Ação</b>  | <b>367.000,00</b>   |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL231101-2532-HUGYX-216306406 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 13:03

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Ano LOA: 2017 Atualizado Até: 08/11/2016



| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT                       |                  |                         |  |                |
|---|------------------|-------------------------|--|----------------|
| 2 - Depto de Assistencia Social   |                  |                         |  |                |
| 0008.0244.0103.1442 - Aquisição de Veiculos                                   |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3449000000000000 | Aplicacoes diretas      | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 132.000,00     |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 132.000,00     |
| 0008.0244.0103.2105 - Manutenção do Gabinete do Secretário Assistencia Social |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas      | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 134.000,00     |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 134.000,00     |
| 0008.0244.0103.2144 - Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3319000000000000 | Aplicações diretas      | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 3.685.000,00   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas      | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 387.000,00     |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 4.072.000,00   |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>   | 4.705.000,00   |
| 3 - Depto de Habitação  |                  |                         |  |                |
| 0008.0244.0103.1418 - PMCMV - Execução Trabalho Social                        |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas      | 1310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social | 90.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 90.000,00      |
| 0008.0244.0103.2065 - Manutenção do Fundo de Habitação                        |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3339000000000000 | Aplicações diretas      | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 80.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 80.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>   | 170.000,00     |
|   |                  |                         | <b>Total Órgão</b>   | 5.143.600,00   |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA  |                  |                         |  |                |
| 1 - Reserva de Contingencia - Prefeitura                                      |                  |                         |  |                |
| 0099.0999.0101.9001 - Reserva de Contingência - Prefeitura                    |                  |                         |  |                |
| Fonte de Financiamento  | Elemento         | Descrição               | Fonte  | Valor Orçado   |
|   | 3999000000000000 | Reserva de contingência | 1000000 - Recursos Ordinários                                    | 10.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Ação</b>  | 10.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Unidade</b>   | 10.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Órgão</b>   | 10.000,00      |
|   |                  |                         | <b>Total Geral</b>   | 153.459.421,92 |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento      | Cat. Econômica        |
|----------------|---|---------------|---------------|-----------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes  |               |               | 105.205.200,00        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais  |               |               | 64.541.010,00         |
| 31900000000000 | Aplicações diretas  |               | 54.741.010,00 |                       |
| 31910000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos              |               | 9.800.000,00  |                       |
| 32000000000000 | Juros e encargos da dívida  |               |               | 700.000,00            |
| 32900000000000 | Aplicações diretas  |               | 700.000,00    |                       |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes   |               |               | 39.964.190,00         |
| 33500000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos             |               | 4.475.000,00  |                       |
| 33900000000000 | Aplicações diretas  |               | 34.554.190,00 |                       |
| 33910000000000 | Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos                 |               | 900.000,00    |                       |
| 33930000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades |               | 35.000,00     |                       |
| 40000000000000 | Despesas de capital   |               |               | 48.244.221,92         |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |               | 41.868.345,56         |
| 44900000000000 | Aplicações diretas  |               | 41.868.345,56 |                       |
| 45000000000000 | Inversões financeiras   |               |               | 10.000,00             |
| 45900000000000 | Aplicações diretas  |               | 10.000,00     |                       |
| 46000000000000 | Amortização da dívida   |               |               | 6.365.876,36          |
| 46900000000000 | Aplicações diretas  |               | 6.365.876,36  |                       |
| 90000000000000 | Reserva de contingência   |               |               | 10.000,00             |
| 99000000000000 | Reserva de contingência   |               |               | 10.000,00             |
| 99900000000000 | Reserva de contingência   |               | 10.000,00     |                       |
| <b>Total</b>   |   |               |               | <b>153.459.421,92</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação  | Desdobramento | Fonte           | Cat. Econômica        |
|----------------|--|---------------|-----------------|-----------------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes   |               |                 | 170.385.951,54        |
| 11000000000000 | Receita tributária   |               | 45.537.000,00   |                       |
| 11100000000000 | Impostos   |               | 35.618.000,00   |                       |
| 11200000000000 | Taxas  |               | 6.919.000,00    |                       |
| 11300000000000 | Contribuição de melhoria                                     |               | 3.000.000,00    |                       |
| 12000000000000 | Receitas de contribuições                                    |               | 4.600.000,00    |                       |
| 12300000000000 | Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública |               | 4.600.000,00    |                       |
| 13000000000000 | Receita patrimonial  |               | 1.308.650,00    |                       |
| 13100000000000 | Receitas imobiliárias  |               | 150.000,00      |                       |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários                              |               | 1.158.650,00    |                       |
| 14000000000000 | Receita agropecuária   |               | 5.000,00        |                       |
| 14900000000000 | Outras receitas agropecuárias                                | 5.000,00      |                 |                       |
| 17000000000000 | Transferências correntes                                     |               | 100.766.940,00  |                       |
| 17200000000000 | Transferências intergovernamentais                           |               | 100.666.940,00  |                       |
| 17600000000000 | Transferências de convênios                                  |               | 100.000,00      |                       |
| 19000000000000 | Outras receitas correntes                                    |               | 18.168.361,54   |                       |
| 19100000000000 | Multas e juros de mora                                       |               | 1.337.000,00    |                       |
| 19200000000000 | Indenizações e restituições                                  |               | 57.000,00       |                       |
| 19300000000000 | Receita da dívida ativa                                      |               | 9.021.000,00    |                       |
| 19900000000000 | Receitas diversas  |               | 7.753.361,54    |                       |
| 20000000000000 | Receitas de capital  |               |                 | 36.935.270,46         |
| 21000000000000 | Operações de crédito   |               | 6.400.000,00    |                       |
| 21100000000000 | Operações de crédito internas                                |               | 6.400.000,00    |                       |
| 22000000000000 | Alienação de bens  |               | 10.000,00       |                       |
| 22100000000000 | Alienação de bens móveis                                     |               | 10.000,00       |                       |
| 24000000000000 | Transferências de capital                                    |               | 30.525.270,46   |                       |
| 24700000000000 | Transferências de convênios                                  |               | 30.525.270,46   |                       |
| 91000000000000 | (r) Deduções da receita corrente                             |               |                 | (13.785.000,00)       |
| 91700000000000 | (r) Dedução da receita de transferências correntes           |               | (13.785.000,00) |                       |
| 91720000000000 | (r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais |               | (13.785.000,00) |                       |
| <b>Total</b>   |  |               |                 | <b>193.536.222,00</b> |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 6

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

| <b>02 - GABINETE DO PREFEITO</b>                |   |                      |                     |                     |                      |
|---|---|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| <b>001 - Gabinete do Prefeito</b>               |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 04  | Administração   | 0,00                 | 3.600.000,00        | 5.073.000,00        | 8.673.000,00         |
| 04.122  | Administracao Geral                                     | 0,00                 | 0,00                | 5.073.000,00        | 5.073.000,00         |
| 04.122.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 5.073.000,00        | 5.073.000,00         |
| 04.122.0101.2002                                | Manutenção do Gabinete do Prefeito                      | 0,00                 | 0,00                | 2.400.000,00        | 2.400.000,00         |
| 04.122.0101.2137                                | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito       | 0,00                 | 0,00                | 2.673.000,00        | 2.673.000,00         |
| 04.123  | Administração Financeira                                | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.123.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.123.0101.1130                                | Devolução de Convênios                                  | 0,00                 | 500.000,00          | 0,00                | 500.000,00           |
| 04.126  | Tecnologia da Informação                                | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 04.126.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 04.126.0101.1122                                | Cidade Digital - PMAT                                   | 0,00                 | 3.100.000,00        | 0,00                | 3.100.000,00         |
| 06  | Segurança Pública                                       | 0,00                 | 0,00                | 199.500,00          | 199.500,00           |
| 06.181  | Policimento   | 0,00                 | 0,00                | 199.500,00          | 199.500,00           |
| 06.181.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 59.500,00           | 59.500,00            |
| 06.181.0101.2049                                | Manutenção Transito - Policia Civil                     | 0,00                 | 0,00                | 1.500,00            | 1.500,00             |
| 06.181.0101.2050                                | Manutenção Transito - Policia Militar                   | 0,00                 | 0,00                | 58.000,00           | 58.000,00            |
| 06.181.0112                                     | Do local para o global                                  | 0,00                 | 0,00                | 140.000,00          | 140.000,00           |
| 06.181.0112.2064                                | Manutenção do Departamento da Guarda Municipal          | 0,00                 | 0,00                | 140.000,00          | 140.000,00           |
| 10  | Saúde   | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301  | Atenção Básica  | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 714.770,46          | 0,00                | 714.770,46           |
| 10.301.0101.1436                                | Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UPA     | 0,00                 | 514.770,46          | 0,00                | 514.770,46           |
| 10.301.0101.1439                                | Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS | 0,00                 | 200.000,00          | 0,00                | 200.000,00           |
| 15  | Urbanismo   | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451  | Infra-Estrutura Urbana                                  | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| 15.451.0101.2012                                | Manutenção do Departamento de Trânsito                  | 0,00                 | 0,00                | 860.000,00          | 860.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>4.314.770,46</b> | <b>6.132.500,00</b> | <b>10.447.270,46</b> |
| <b>002 - Departamento da Defesa Civil</b>       |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 06  | Segurança Pública                                       | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182  | Defesa Civil  | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182.0112                                     | Do local para o global                                  | 0,00                 | 0,00                | 350.000,00          | 350.000,00           |
| 06.182.0112.2003                                | Manutencao do Departamento de Defesa Civil              | 0,00                 | 0,00                | 50.000,00           | 50.000,00            |
| 06.182.0112.2131                                | Manutenção do Fundo de Defesa Civil                     | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>350.000,00</b>   | <b>350.000,00</b>    |
| <b>004 - Departamento de Comunicação Social</b> |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 04  | Administração   | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131  | Comunicação Social                                      | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| 04.131.0101.2004                                | Manutenção do Departamento de Comunicação Social        | 0,00                 | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>300.000,00</b>   | <b>300.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>                              |   | <b>0,00</b>          | <b>4.314.770,46</b> | <b>6.782.500,00</b> | <b>11.097.270,46</b> |
| <b>03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>           |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>001 - Gabinete do Vice-prefeito</b>          |   |                      |                     |                     |                      |
| <b>Código</b>                                   | <b>Especificação</b>                                    | <b>Op. Especiais</b> | <b>Projetos</b>     | <b>Atividades</b>   | <b>Total</b>         |
| 04  | Administração   | 0,00                 | 0,00                | 271.000,00          | 271.000,00           |
| 04.122  | Administracao Geral                                     | 0,00                 | 0,00                | 271.000,00          | 271.000,00           |
| 04.122.0101                                     | Governança - Gestão Eficiente perto de Você             | 0,00                 | 0,00                | 271.000,00          | 271.000,00           |
| 04.122.0101.2139                                | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito  | 0,00                 | 0,00                | 271.000,00          | 271.000,00           |
| <b>Total Unidade</b>                            |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>271.000,00</b>   | <b>271.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>                              |   | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>         | <b>271.000,00</b>   | <b>271.000,00</b>    |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Ano LOA: 2017

Pág 2 / 6

**04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO****001 - Procuradoria Jurídica**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais     | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|-------------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 500.000,00        | 0,00        | 1.380.000,00        | 1.880.000,00        |
| 04.062               | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário       | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.062.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você              | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.062.0101.2008     | Manutenção da Procuradoria Jurídica                      | 0,00              | 0,00        | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 04.122               | Administracao Geral                                      | 500.000,00        | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.580.000,00        |
| 04.122.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você              | 500.000,00        | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.580.000,00        |
| 04.122.0101.0003     | Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Senter | 500.000,00        | 0,00        | 0,00                | 500.000,00          |
| 04.122.0101.2140     | Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Jurídica       | 0,00              | 0,00        | 1.080.000,00        | 1.080.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>1.380.000,00</b> | <b>1.880.000,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>1.380.000,00</b> | <b>1.880.000,00</b> |

**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.****001 - Gabinete do Secretario de Plan.urb.meio Ambiente**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122               | Administracao Geral                                      | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122.0104          | Gestão local para a sustentabilidade                     | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 04.122.0104.2009     | Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio A    | 0,00          | 0,00        | 240.000,00          | 240.000,00          |
| 15                   | Urbanismo  | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                                   | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano                            | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| 15.451.0105.2143     | Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e m | 0,00          | 0,00        | 1.665.000,00        | 1.665.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.905.000,00</b> | <b>1.905.000,00</b> |

**003 - Departamento de Urbanismo**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos             | Atividades  | Total                |
|----------------------|---|---------------|----------------------|-------------|----------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 28.916.825,10        | 0,00        | 28.916.825,10        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                                  | 0,00          | 28.916.825,10        | 0,00        | 28.916.825,10        |
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano                           | 0,00          | 20.115.750,00        | 0,00        | 20.115.750,00        |
| 15.451.0105.1001     | Desapropriação de Imóveis                               | 0,00          | 20.000,00            | 0,00        | 20.000,00            |
| 15.451.0105.1014     | Pontes, Viadutos e Passarelas                           | 0,00          | 600.000,00           | 0,00        | 600.000,00           |
| 15.451.0105.1069     | Programa de Mobilidade Urbana                           | 0,00          | 80.000,00            | 0,00        | 80.000,00            |
| 15.451.0105.1103     | Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques    | 0,00          | 1.720.050,00         | 0,00        | 1.720.050,00         |
| 15.451.0105.1123     | Obras de Prevenção e Recuperação Desastres              | 0,00          | 5.000.000,00         | 0,00        | 5.000.000,00         |
| 15.451.0105.1128     | Integrar  | 0,00          | 850.000,00           | 0,00        | 850.000,00           |
| 15.451.0105.1136     | Recuperação de Pontes e Taludes                         | 0,00          | 500.000,00           | 0,00        | 500.000,00           |
| 15.451.0105.1426     | Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários       | 0,00          | 750.000,00           | 0,00        | 750.000,00           |
| 15.451.0105.1435     | Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio    | 0,00          | 9.000.000,00         | 0,00        | 9.000.000,00         |
| 15.451.0105.1441     | Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização          | 0,00          | 1.595.700,00         | 0,00        | 1.595.700,00         |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                        | 0,00          | 8.801.075,10         | 0,00        | 8.801.075,10         |
| 15.451.0110.1022     | Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição d | 0,00          | 2.800.000,00         | 0,00        | 2.800.000,00         |
| 15.451.0110.1079     | Contrapartida Convênios                                 | 0,00          | 3.778.075,10         | 0,00        | 3.778.075,10         |
| 15.451.0110.1120     | Pac 2 - Segunda Fase                                    | 0,00          | 500.000,00           | 0,00        | 500.000,00           |
| 15.451.0110.1415     | Projetos Fundam   | 0,00          | 1.723.000,00         | 0,00        | 1.723.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>28.916.825,10</b> | <b>0,00</b> | <b>28.916.825,10</b> |

**005 - Departamento de Projetos**

| Código               | Especificação                            | Op. Especiais | Projetos          | Atividades  | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------------|-------------|-------------------|
| 15                   | Urbanismo                                | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                   | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| 15.451.0105          | Planejamento e desenho urbano            | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| 15.451.0105.1414     | Manutenção e Recuperação da Malha Viária | 0,00          | 500.000,00        | 0,00        | 500.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>500.000,00</b> | <b>0,00</b> | <b>500.000,00</b> |

**006 - Departamento de Meio Ambiente**

| Código           | Especificação                                  | Op. Especiais | Projetos | Atividades   | Total        |
|------------------|--|---------------|----------|--------------|--------------|
| 18               | Gestão Ambiental                               | 0,00          | 0,00     | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 |
| 18.541           | Preservação e Conservação Ambiental            | 0,00          | 0,00     | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 |
| 18.541.0109      | Consumo responsável e opções de estilo de vida | 0,00          | 0,00     | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 |
| 18.541.0109.2060 | Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos        | 0,00          | 0,00     | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 3 / 6

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2017

**05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.****006 - Departamento de Meio Ambiente**

| Código               | Especificação | Op. Especiais | Projetos             | Atividades          | Total                |
|----------------------|---------------|---------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Total Unidade</b> |               | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>          | <b>4.500.000,00</b> | <b>4.500.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |               | <b>0,00</b>   | <b>29.416.825,10</b> | <b>6.405.000,00</b> | <b>35.821.825,10</b> |

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****001 - Gabinete do Secretario de Administração**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração  | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122               | Administracao Geral  | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                | 0,00          | 0,00        | 8.430.000,00        | 8.430.000,00        |
| 04.122.0101.2016     | Manutenção do Gab. do Sec. de Administração                | 0,00          | 0,00        | 2.600.000,00        | 2.600.000,00        |
| 04.122.0101.2071     | Consórcio de Informatica na Gestao Publica Municipal - Cig | 0,00          | 0,00        | 35.000,00           | 35.000,00           |
| 04.122.0101.2145     | Pessoal e Encargos Sociais - Administração                 | 0,00          | 0,00        | 5.795.000,00        | 5.795.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>8.430.000,00</b> | <b>8.430.000,00</b> |

**003 - Departamento de Recursos Humanos**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04                   | Administração   | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128               | Formação de Recursos Humanos                              | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você               | 0,00          | 0,00        | 80.000,00           | 80.000,00           |
| 04.128.0101.2113     | Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais | 0,00          | 0,00        | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 04.128.0101.2147     | Programa de Qualidade de Vida no Trabalho                 | 0,00          | 0,00        | 50.000,00           | 50.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>80.000,00</b>    | <b>80.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>8.510.000,00</b> | <b>8.510.000,00</b> |

**07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****001 - Gabinte do Secretario da Fazenda**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais       | Projetos    | Atividades          | Total                |
|----------------------|---|---------------------|-------------|---------------------|----------------------|
| 04                   | Administração                                   | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123               | Administração Financeira                        | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00                | 0,00        | 5.858.000,00        | 5.858.000,00         |
| 04.123.0101.2021     | Manutenção do Gabinete do Secretario da Fazenda | 0,00                | 0,00        | 2.600.000,00        | 2.600.000,00         |
| 04.123.0101.2148     | Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda            | 0,00                | 0,00        | 3.258.000,00        | 3.258.000,00         |
| 06                   | Segurança Pública                               | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244               | Assistência Comunitária                         | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 06.244.0101.2051     | Manutenção do Funrebom                          | 0,00                | 0,00        | 400.000,00          | 400.000,00           |
| 28                   | Encargos Especiais                              | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843               | Serviço da Dívida Interna                       | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você     | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| 28.843.0101.0001     | Pagamento da Dívida Fundada Interna             | 7.065.876,36        | 0,00        | 0,00                | 7.065.876,36         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b> | <b>6.258.000,00</b> | <b>13.323.876,36</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>7.065.876,36</b> | <b>0,00</b> | <b>6.258.000,00</b> | <b>13.323.876,36</b> |

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****001 - Gabinte do Secretario de Educação**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 12                   | Educação   | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122               | Administracao Geral                                  | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| 12.122.0107.2028     | Manutenção do Gabinete do Secretario de Educação     | 0,00          | 0,00        | 417.000,00        | 417.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>417.000,00</b> | <b>417.000,00</b> |

**002 - Departamento Pedagogico de Ensino**

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 12               | Educação  | 0,00          | 6.497.000,00 | 52.803.100,00 | 59.300.100,00 |
| 12.306           | Alimentação e Nutrição                                  | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 0,00         | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107.2032 | Programa de Alimentação do Ensino Infantil              | 0,00          | 0,00         | 735.000,00    | 735.000,00    |
| 12.306.0107.2033 | Programa de Alimentação do Ensino Fundamental           | 0,00          | 0,00         | 770.000,00    | 770.000,00    |
| 12.306.0107.2052 | Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-p  | 0,00          | 0,00         | 248.880,00    | 248.880,00    |
| 12.306.0107.2053 | Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-p | 0,00          | 0,00         | 438.400,00    | 438.400,00    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 4 / 6

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2017

**08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****002 - Departamento Pedagógico de Ensino**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos            | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|---------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| 12.306.0107.2123     | Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnape     | 0,00          | 0,00                | 309.500,00           | 309.500,00           |
| 12.306.0107.2126     | Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental M | 0,00          | 0,00                | 19.560,00            | 19.560,00            |
| 12.306.0107.2128     | Programa Alimentação Escolar Especial                   | 0,00          | 0,00                | 8.600,00             | 8.600,00             |
| 12.361               | Ensino Fundamental                                      | 0,00          | 6.497.000,00        | 23.162.581,00        | 29.659.581,00        |
| 12.361.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 6.497.000,00        | 23.162.581,00        | 29.659.581,00        |
| 12.361.0107.1113     | Construção e Ampliação de Centros de Educação           | 0,00          | 6.457.000,00        | 0,00                 | 6.457.000,00         |
| 12.361.0107.1115     | Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes       | 0,00          | 40.000,00           | 0,00                 | 40.000,00            |
| 12.361.0107.2029     | Manutenção do Ensino Fundamental                        | 0,00          | 0,00                | 1.315.000,00         | 1.315.000,00         |
| 12.361.0107.2034     | Transporte Escolar Educação Básica - Próprios           | 0,00          | 0,00                | 2.700.000,00         | 2.700.000,00         |
| 12.361.0107.2058     | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado          | 0,00          | 0,00                | 800.000,00           | 800.000,00           |
| 12.361.0107.2059     | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate           | 0,00          | 0,00                | 30.150,00            | 30.150,00            |
| 12.361.0107.2067     | Manutenção do Ensino Fundamental                        | 0,00          | 0,00                | 18.307.431,00        | 18.307.431,00        |
| 12.361.0107.2068     | Manutenção das Atividades Pedagógicas                   | 0,00          | 0,00                | 10.000,00            | 10.000,00            |
| 12.365               | Educação Infantil                                       | 0,00          | 0,00                | 27.110.579,00        | 27.110.579,00        |
| 12.365.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida    | 0,00          | 0,00                | 27.110.579,00        | 27.110.579,00        |
| 12.365.0107.2030     | Manutenção do Ensino Infantil                           | 0,00          | 0,00                | 23.264.579,00        | 23.264.579,00        |
| 12.365.0107.2066     | Manutenção do Ensino Infantil                           | 0,00          | 0,00                | 3.795.000,00         | 3.795.000,00         |
| 12.365.0107.2127     | Programa Brasil Carinhoso                               | 0,00          | 0,00                | 51.000,00            | 51.000,00            |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>6.497.000,00</b> | <b>52.803.100,00</b> | <b>59.300.100,00</b> |

**003 - Departamento de Apoio Administrativo**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos            | Atividades           | Total                |
|----------------------|--|---------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| 12                   | Educação   | 0,00          | 0,00                | 2.396.000,00         | 2.396.000,00         |
| 12.361               | Ensino Fundamental                                   | 0,00          | 0,00                | 2.396.000,00         | 2.396.000,00         |
| 12.361.0107          | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida | 0,00          | 0,00                | 2.396.000,00         | 2.396.000,00         |
| 12.361.0107.2031     | Manutenção do Departamento Administrativo            | 0,00          | 0,00                | 2.396.000,00         | 2.396.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>         | <b>2.396.000,00</b>  | <b>2.396.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |  | <b>0,00</b>   | <b>6.497.000,00</b> | <b>55.616.100,00</b> | <b>62.113.100,00</b> |

**09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO****001 - Gab. do Sec. de Desenv. Econ. e Empreendedorismo**

| Código               | Especificação  | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|--|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 23                   | Comércio e Serviços                                    | 0,00          | 0,00        | 590.000,00        | 590.000,00        |
| 23.691               | Promoção Comercial                                     | 0,00          | 0,00        | 590.000,00        | 590.000,00        |
| 23.691.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável        | 0,00          | 0,00        | 590.000,00        | 590.000,00        |
| 23.691.0108.2043     | Manutenção Gab. Sec. Desenv. Economico e Empreended    | 0,00          | 0,00        | 82.000,00         | 82.000,00         |
| 23.691.0108.2146     | Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico | 0,00          | 0,00        | 508.000,00        | 508.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>590.000,00</b> | <b>590.000,00</b> |

**004 - Departamento de Turismo**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades        | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 23                   | Comércio e Serviços                             | 0,00          | 977.750,00        | 350.000,00        | 1.327.750,00        |
| 23.695               | Turismo   | 0,00          | 977.750,00        | 350.000,00        | 1.327.750,00        |
| 23.695.0104          | Gestão local para a sustentabilidade            | 0,00          | 243.750,00        | 0,00              | 243.750,00          |
| 23.695.0104.1434     | Construção de Quiosques Centro de Eventos       | 0,00          | 243.750,00        | 0,00              | 243.750,00          |
| 23.695.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 734.000,00        | 350.000,00        | 1.084.000,00        |
| 23.695.0108.1435     | Reforma do Centro de Eventos                    | 0,00          | 592.000,00        | 0,00              | 592.000,00          |
| 23.695.0108.1443     | Qualificação de Serviços Turísticos             | 0,00          | 142.000,00        | 0,00              | 142.000,00          |
| 23.695.0108.2045     | Manutenção de Departamento de Turismo           | 0,00          | 0,00              | 200.000,00        | 200.000,00          |
| 23.695.0108.2046     | Promoção e Realização de Eventos                | 0,00          | 0,00              | 100.000,00        | 100.000,00          |
| 23.695.0108.2063     | Promoção e Realização de Eventos - Estados      | 0,00          | 0,00              | 50.000,00         | 50.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>977.750,00</b> | <b>350.000,00</b> | <b>1.327.750,00</b> |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>977.750,00</b> | <b>940.000,00</b> | <b>1.917.750,00</b> |

**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****001 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos**

| Código      | Especificação                 | Op. Especiais | Projetos | Atividades   | Total        |
|-------------|-------------------------------|---------------|----------|--------------|--------------|
| 04          | Administração                 | 0,00          | 0,00     | 4.590.000,00 | 4.590.000,00 |
| 04.122      | Administracao Geral           | 0,00          | 0,00     | 4.590.000,00 | 4.590.000,00 |
| 04.122.0105 | Planejamento e desenho urbano | 0,00          | 0,00     | 4.590.000,00 | 4.590.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 5 / 6

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2017

**10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****001 - Gabinete do Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos**

| Código               | Especificação                                    | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|--|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 04.122.0105.2036     | Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos | 0,00          | 0,00        | 65.000,00           | 65.000,00           |
| 04.122.0105.2138     | Pessoal e Encargos Sociais - Obras               | 0,00          | 0,00        | 4.525.000,00        | 4.525.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |  | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>4.590.000,00</b> | <b>4.590.000,00</b> |

**002 - Departamento de Apoio Administrativo e Manut.frota**

| Código               | Especificação                                       | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                              | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                    | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| 15.451.0110.2037     | Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas | 0,00          | 0,00        | 1.400.000,00        | 1.400.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.400.000,00</b> | <b>1.400.000,00</b> |

**003 - Departamento de Obras e Melhorias Viárias**

| Código               | Especificação                                     | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|---|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 15                   | Urbanismo   | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451               | Infra-Estrutura Urbana                            | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego                  | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| 15.451.0110.2038     | Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias | 0,00          | 0,00        | 975.000,00        | 975.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>975.000,00</b> | <b>975.000,00</b> |

**004 - Departamento de Serviços Urbanos**

| Código               | Especificação                                 | Op. Especiais | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|---|---------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 25                   | Energia                                       | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752               | Energia Elétrica                              | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752.0110          | Melhor mobilidade, menos tráfego              | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| 25.752.0110.2040     | Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública | 0,00          | 0,00        | 4.600.000,00         | 4.600.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>4.600.000,00</b>  | <b>4.600.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>11.565.000,00</b> | <b>11.565.000,00</b> |

**11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA****001 - Gabinete do Secretário Mun. de Agricultura**

| Código               | Especificação                                     | Op. Especiais | Projetos    | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------|---------------------|---------------------|
| 20                   | Agricultura                                       | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606               | Extensão Rural                                    | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 0,00        | 1.341.000,00        | 1.341.000,00        |
| 20.606.0108.2041     | Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura | 0,00          | 0,00        | 100.000,00          | 100.000,00          |
| 20.606.0108.2141     | Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura          | 0,00          | 0,00        | 1.241.000,00        | 1.241.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>1.341.000,00</b> | <b>1.341.000,00</b> |

**002 - Departamento de Agricultura**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades        | Total             |
|----------------------|---|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 20                   | Agricultura                                     | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606               | Extensão Rural                                  | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 135.000,00        | 300.000,00        | 435.000,00        |
| 20.606.0108.1126     | Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos  | 0,00          | 70.000,00         | 0,00              | 70.000,00         |
| 20.606.0108.1429     | Promoção Feira e Festa do Agricultor            | 0,00          | 65.000,00         | 0,00              | 65.000,00         |
| 20.606.0108.2042     | Manutenção do Departamento de Agricultura       | 0,00          | 0,00              | 300.000,00        | 300.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>135.000,00</b> | <b>300.000,00</b> | <b>435.000,00</b> |

**003 - Departamento de Pecuária**

| Código               | Especificação                                   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 20                   | Agricultura                                     | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606               | Extensão Rural                                  | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606.0108          | Economia local dinâmica, criativa e sustentável | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| 20.606.0108.2110     | Manutenção do Departamento de Pecuária          | 0,00          | 0,00              | 30.000,00           | 30.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>       | <b>30.000,00</b>    | <b>30.000,00</b>    |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>135.000,00</b> | <b>1.671.000,00</b> | <b>1.806.000,00</b> |

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT****001 - Gabinete do Secretário de Assit. Social e Habit.**

| Código | Especificação                          | Op. Especiais | Projetos | Atividades | Total      |
|--------|--|---------------|----------|------------|------------|
| 08     | Assistência Social                     | 0,00          | 0,00     | 268.600,00 | 268.600,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 0,00          | 0,00     | 268.600,00 | 268.600,00 |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL281101-2532-WHORW-216305285 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 12:45

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 6 / 6

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2017

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT****001 - Gabinete do Secretario de Assit. Social e Habit.**

| Código               | Especificação                             | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|---|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 08.243.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz | 0,00          | 0,00        | 268.600,00        | 268.600,00        |
| 08.243.0103.2057     | Conselho Tutelar                          | 0,00          | 0,00        | 268.600,00        | 268.600,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>268.600,00</b> | <b>268.600,00</b> |

**002 - Depto de Assistencia Social**

| Código               | Especificação   | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 08                   | Assistência Social                                      | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244               | Assistência Comunitária                                 | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz               | 0,00          | 499.000,00        | 4.206.000,00        | 4.705.000,00        |
| 08.244.0103.1132     | Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi        | 0,00          | 367.000,00        | 0,00                | 367.000,00          |
| 08.244.0103.1442     | Aquisição de Veiculos                                   | 0,00          | 132.000,00        | 0,00                | 132.000,00          |
| 08.244.0103.2105     | Manutenção do Gabinete do Secretario Assistencia Social | 0,00          | 0,00              | 134.000,00          | 134.000,00          |
| 08.244.0103.2144     | Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                | 0,00          | 0,00              | 4.072.000,00        | 4.072.000,00        |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>499.000,00</b> | <b>4.206.000,00</b> | <b>4.705.000,00</b> |

**003 - Depto de Habitação**

| Código               | Especificação                             | Op. Especiais | Projetos          | Atividades          | Total               |
|----------------------|---|---------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 08                   | Assistência Social                        | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244               | Assistência Comunitária                   | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244.0103          | Equidade, justiça social e cultura da paz | 0,00          | 90.000,00         | 80.000,00           | 170.000,00          |
| 08.244.0103.1418     | PMCMV - Execução Trabalho Social          | 0,00          | 90.000,00         | 0,00                | 90.000,00           |
| 08.244.0103.2065     | Manutenção do Fundo de Habitação          | 0,00          | 0,00              | 80.000,00           | 80.000,00           |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>90.000,00</b>  | <b>80.000,00</b>    | <b>170.000,00</b>   |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>0,00</b>   | <b>589.000,00</b> | <b>4.554.600,00</b> | <b>5.143.600,00</b> |

**99 - RESERVA DE CONTINGENCIA****001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura**

| Código               | Especificação                               | Op. Especiais       | Projetos             | Atividades            | Total                 |
|----------------------|---|---------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 99                   | Reserva de Contingência                     | 10.000,00           | 0,00                 | 0,00                  | 10.000,00             |
| 99.999               | Reserva de contingência                     | 10.000,00           | 0,00                 | 0,00                  | 10.000,00             |
| 99.999.0101          | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000,00           | 0,00                 | 0,00                  | 10.000,00             |
| 99.999.0101.9001     | Reserva de Contingência - Prefeitura        | 10.000,00           | 0,00                 | 0,00                  | 10.000,00             |
| <b>Total Unidade</b> |   | <b>10.000,00</b>    | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>           | <b>10.000,00</b>      |
| <b>Total Órgão</b>   |   | <b>10.000,00</b>    | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>           | <b>10.000,00</b>      |
| <b>Total Geral</b>   |   | <b>7.575.876,36</b> | <b>41.930.345,56</b> | <b>103.953.200,00</b> | <b>153.459.421,92</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 4

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 04               | Administração   | 500.000,00    | 3.600.000,00 | 26.222.000,00 | 30.322.000,00 |
| 04.062           | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário                    | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.062.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.062.0101.2008 | Manutenção da Procuradoria Jurídica                                   | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.122           | Administração Geral   | 500.000,00    | 0,00         | 19.684.000,00 | 20.184.000,00 |
| 04.122.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 500.000,00    | 0,00         | 14.854.000,00 | 15.354.000,00 |
| 04.122.0101.0003 | Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais | 500.000,00    | 0,00         | 0,00          | 500.000,00    |
| 04.122.0101.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito                                    | 0,00          | 0,00         | 2.400.000,00  | 2.400.000,00  |
| 04.122.0101.2016 | Manutenção do Gab. do Sec. de Administração                           | 0,00          | 0,00         | 2.600.000,00  | 2.600.000,00  |
| 04.122.0101.2071 | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga           | 0,00          | 0,00         | 35.000,00     | 35.000,00     |
| 04.122.0101.2137 | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Prefeito                     | 0,00          | 0,00         | 2.673.000,00  | 2.673.000,00  |
| 04.122.0101.2139 | Pessoal e Encargos Sociais - Gabinete do Vice-Prefeito                | 0,00          | 0,00         | 271.000,00    | 271.000,00    |
| 04.122.0101.2140 | Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Jurídica                    | 0,00          | 0,00         | 1.080.000,00  | 1.080.000,00  |
| 04.122.0101.2145 | Pessoal e Encargos Sociais - Administração                            | 0,00          | 0,00         | 5.795.000,00  | 5.795.000,00  |
| 04.122.0104      | Gestão local para a sustentabilidade                                  | 0,00          | 0,00         | 240.000,00    | 240.000,00    |
| 04.122.0104.2009 | Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente          | 0,00          | 0,00         | 240.000,00    | 240.000,00    |
| 04.122.0105      | Planejamento e desenho urbano   | 0,00          | 0,00         | 4.590.000,00  | 4.590.000,00  |
| 04.122.0105.2036 | Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos                      | 0,00          | 0,00         | 65.000,00     | 65.000,00     |
| 04.122.0105.2138 | Pessoal e Encargos Sociais - Obras                                    | 0,00          | 0,00         | 4.525.000,00  | 4.525.000,00  |
| 04.123           | Administração Financeira  | 0,00          | 500.000,00   | 5.858.000,00  | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 500.000,00   | 5.858.000,00  | 6.358.000,00  |
| 04.123.0101.1130 | Devolução de Convênios  | 0,00          | 500.000,00   | 0,00          | 500.000,00    |
| 04.123.0101.2021 | Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda                       | 0,00          | 0,00         | 2.600.000,00  | 2.600.000,00  |
| 04.123.0101.2148 | Pessoal e Encargos Sociais - Fazenda                                  | 0,00          | 0,00         | 3.258.000,00  | 3.258.000,00  |
| 04.126           | Tecnologia da Informação  | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.126.0101.1122 | Cidade Digital - PMAT   | 0,00          | 3.100.000,00 | 0,00          | 3.100.000,00  |
| 04.128           | Formação de Recursos Humanos  | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 04.128.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 04.128.0101.2113 | Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais             | 0,00          | 0,00         | 30.000,00     | 30.000,00     |
| 04.128.0101.2147 | Programa de Qualidade de Vida no Trabalho                             | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 04.131           | Comunicação Social  | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.131.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 04.131.0101.2004 | Manutenção do Departamento de Comunicação Social                      | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 06               | Segurança Pública   | 0,00          | 0,00         | 949.500,00    | 949.500,00    |
| 06.181           | Policamento   | 0,00          | 0,00         | 199.500,00    | 199.500,00    |
| 06.181.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 59.500,00     | 59.500,00     |
| 06.181.0101.2049 | Manutenção Transito - Polícia Civil                                   | 0,00          | 0,00         | 1.500,00      | 1.500,00      |
| 06.181.0101.2050 | Manutenção Transito - Polícia Militar                                 | 0,00          | 0,00         | 58.000,00     | 58.000,00     |
| 06.181.0112      | Do local para o global  | 0,00          | 0,00         | 140.000,00    | 140.000,00    |
| 06.181.0112.2064 | Manutenção do Departamento da Guarda Municipal                        | 0,00          | 0,00         | 140.000,00    | 140.000,00    |
| 06.182           | Defesa Civil  | 0,00          | 0,00         | 350.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112      | Do local para o global  | 0,00          | 0,00         | 350.000,00    | 350.000,00    |
| 06.182.0112.2003 | Manutenção do Departamento de Defesa Civil                            | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 06.182.0112.2131 | Manutenção do Fundo de Defesa Civil                                   | 0,00          | 0,00         | 300.000,00    | 300.000,00    |
| 06.244           | Assistência Comunitária   | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                           | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 06.244.0101.2051 | Manutenção do FunreboM  | 0,00          | 0,00         | 400.000,00    | 400.000,00    |
| 08               | Assistência Social  | 0,00          | 589.000,00   | 4.554.600,00  | 5.143.600,00  |
| 08.243           | Assistência à Criança e ao Adolescente                                | 0,00          | 268.600,00   | 268.600,00    | 268.600,00    |
| 08.243.0103      | Equidade, justiça social e cultura da paz                             | 0,00          | 0,00         | 268.600,00    | 268.600,00    |
| 08.243.0103.2057 | Conselho Tutelar  | 0,00          | 0,00         | 268.600,00    | 268.600,00    |
| 08.244           | Assistência Comunitária   | 0,00          | 589.000,00   | 4.286.000,00  | 4.875.000,00  |
| 08.244.0103      | Equidade, justiça social e cultura da paz                             | 0,00          | 589.000,00   | 4.286.000,00  | 4.875.000,00  |
| 08.244.0103.1132 | Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi                      | 0,00          | 367.000,00   | 0,00          | 367.000,00    |
| 08.244.0103.1418 | PMCMV - Execução Trabalho Social                                      | 0,00          | 90.000,00    | 0,00          | 90.000,00     |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL291101-2532-QQKKV-216305321 - Emitido por: ANDRESSA SOERGER

08/11/2016 12:45





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 4

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos      | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 08.244.0103.1442 | Aquisição de Veículos   | 0,00          | 132.000,00    | 0,00          | 132.000,00    |
| 08.244.0103.2065 | Manutenção do Fundo de Habitação                                    | 0,00          | 0,00          | 80.000,00     | 80.000,00     |
| 08.244.0103.2105 | Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social             | 0,00          | 0,00          | 134.000,00    | 134.000,00    |
| 08.244.0103.2144 | Pessoal e Encargos Sociais - Ass. Social                            | 0,00          | 0,00          | 4.072.000,00  | 4.072.000,00  |
| 10               | Saúde   | 0,00          | 714.770,46    | 0,00          | 714.770,46    |
| 10.301           | Atenção Básica  | 0,00          | 714.770,46    | 0,00          | 714.770,46    |
| 10.301.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                         | 0,00          | 714.770,46    | 0,00          | 714.770,46    |
| 10.301.0101.1436 | Aquisição de Equipamentos e Material Permanente UPA                 | 0,00          | 514.770,46    | 0,00          | 514.770,46    |
| 10.301.0101.1439 | Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para o CAM e UBS             | 0,00          | 200.000,00    | 0,00          | 200.000,00    |
| 12               | Educação  | 0,00          | 6.497.000,00  | 55.616.100,00 | 62.113.100,00 |
| 12.122           | Administração Geral   | 0,00          | 0,00          | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.122.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                | 0,00          | 0,00          | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.122.0107.2028 | Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação                    | 0,00          | 0,00          | 417.000,00    | 417.000,00    |
| 12.306           | Alimentação e Nutrição  | 0,00          | 0,00          | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                | 0,00          | 0,00          | 2.529.940,00  | 2.529.940,00  |
| 12.306.0107.2032 | Programa de Alimentação do Ensino Infantil                          | 0,00          | 0,00          | 735.000,00    | 735.000,00    |
| 12.306.0107.2033 | Programa de Alimentação do Ensino Fundamental                       | 0,00          | 0,00          | 770.000,00    | 770.000,00    |
| 12.306.0107.2052 | Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental-pnae           | 0,00          | 0,00          | 248.880,00    | 248.880,00    |
| 12.306.0107.2053 | Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches-pnac          | 0,00          | 0,00          | 438.400,00    | 438.400,00    |
| 12.306.0107.2123 | Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnae                  | 0,00          | 0,00          | 309.500,00    | 309.500,00    |
| 12.306.0107.2126 | Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental Mais Educação | 0,00          | 0,00          | 19.560,00     | 19.560,00     |
| 12.306.0107.2128 | Programa Alimentação Escolar Especial                               | 0,00          | 0,00          | 8.600,00      | 8.600,00      |
| 12.361           | Ensino Fundamental  | 0,00          | 6.497.000,00  | 25.558.581,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                | 0,00          | 6.497.000,00  | 25.558.581,00 | 32.055.581,00 |
| 12.361.0107.1113 | Construção e Ampliação de Centros de Educação                       | 0,00          | 6.457.000,00  | 0,00          | 6.457.000,00  |
| 12.361.0107.1115 | Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes                   | 0,00          | 40.000,00     | 0,00          | 40.000,00     |
| 12.361.0107.2029 | Manutenção do Ensino Fundamental                                    | 0,00          | 0,00          | 1.315.000,00  | 1.315.000,00  |
| 12.361.0107.2031 | Manutenção do Departamento Administrativo                           | 0,00          | 0,00          | 2.396.000,00  | 2.396.000,00  |
| 12.361.0107.2034 | Transporte Escolar Educação Básica - Próprios                       | 0,00          | 0,00          | 2.700.000,00  | 2.700.000,00  |
| 12.361.0107.2058 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado                      | 0,00          | 0,00          | 800.000,00    | 800.000,00    |
| 12.361.0107.2059 | Transporte Escolar Ensino Fundamental - Pnate                       | 0,00          | 0,00          | 30.150,00     | 30.150,00     |
| 12.361.0107.2067 | Manutenção do Ensino Fundamental                                    | 0,00          | 0,00          | 18.307.431,00 | 18.307.431,00 |
| 12.361.0107.2068 | Manutenção das Atividades Pedagógicas                               | 0,00          | 0,00          | 10.000,00     | 10.000,00     |
| 12.365           | Educação Infantil   | 0,00          | 0,00          | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107      | Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida                | 0,00          | 0,00          | 27.110.579,00 | 27.110.579,00 |
| 12.365.0107.2030 | Manutenção do Ensino Infantil                                       | 0,00          | 0,00          | 23.264.579,00 | 23.264.579,00 |
| 12.365.0107.2066 | Manutenção do Ensino Infantil                                       | 0,00          | 0,00          | 3.795.000,00  | 3.795.000,00  |
| 12.365.0107.2127 | Programa Brasil Carinhoso   | 0,00          | 0,00          | 51.000,00     | 51.000,00     |
| 15               | Urbanismo   | 0,00          | 29.416.825,10 | 4.900.000,00  | 34.316.825,10 |
| 15.451           | Infra-Estrutura Urbana  | 0,00          | 29.416.825,10 | 4.900.000,00  | 34.316.825,10 |
| 15.451.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você                         | 0,00          | 0,00          | 860.000,00    | 860.000,00    |
| 15.451.0101.2012 | Manutenção do Departamento de Trânsito                              | 0,00          | 0,00          | 860.000,00    | 860.000,00    |
| 15.451.0105      | Planejamento e desenho urbano                                       | 0,00          | 20.615.750,00 | 1.665.000,00  | 22.280.750,00 |
| 15.451.0105.1001 | Desapropriação de Imóveis   | 0,00          | 20.000,00     | 0,00          | 20.000,00     |
| 15.451.0105.1014 | Pontes, Viadutos e Passarelas                                       | 0,00          | 600.000,00    | 0,00          | 600.000,00    |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 4

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades   | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|--------------|---------------|
| 15.451.0105.1069 | Programa de Mobilidade Urbana   | 0,00          | 80.000,00    | 0,00         | 80.000,00     |
| 15.451.0105.1103 | Construção e Revitalização Praças Públicas e Parques  | 0,00          | 1.720.050,00 | 0,00         | 1.720.050,00  |
| 15.451.0105.1123 | Obras de Prevenção e Recuperação Desastres  | 0,00          | 5.000.000,00 | 0,00         | 5.000.000,00  |
| 15.451.0105.1128 | Integrar  | 0,00          | 850.000,00   | 0,00         | 850.000,00    |
| 15.451.0105.1136 | Recuperação de Pontes e Taludes   | 0,00          | 500.000,00   | 0,00         | 500.000,00    |
| 15.451.0105.1414 | Manutenção e Recuperação da Malha Viária  | 0,00          | 500.000,00   | 0,00         | 500.000,00    |
| 15.451.0105.1426 | Construção de Rede Coletora de Esgotos Sanitários   | 0,00          | 750.000,00   | 0,00         | 750.000,00    |
| 15.451.0105.1435 | Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio  | 0,00          | 9.000.000,00 | 0,00         | 9.000.000,00  |
| 15.451.0105.1441 | Pavimentação, Drenagem, Calçadas e Sinalização  | 0,00          | 1.595.700,00 | 0,00         | 1.595.700,00  |
| 15.451.0105.2143 | Pessoal e Encargos Sociais - Planejamento, urbanismo e meio Ambiente                        | 0,00          | 0,00         | 1.665.000,00 | 1.665.000,00  |
| 15.451.0110      | Melhor mobilidade, menos tráfego  | 0,00          | 8.801.075,10 | 2.375.000,00 | 11.176.075,10 |
| 15.451.0110.1022 | Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos - Operação de Crédito | 0,00          | 2.800.000,00 | 0,00         | 2.800.000,00  |
| 15.451.0110.1079 | Contrapartida Convênios   | 0,00          | 3.778.075,10 | 0,00         | 3.778.075,10  |
| 15.451.0110.1120 | Pac 2 - Segunda Fase  | 0,00          | 500.000,00   | 0,00         | 500.000,00    |
| 15.451.0110.1415 | Projetos Fundam   | 0,00          | 1.723.000,00 | 0,00         | 1.723.000,00  |
| 15.451.0110.2037 | Manutenção Depto. Apoio Adm. e Manutenção de Frotas   | 0,00          | 0,00         | 1.400.000,00 | 1.400.000,00  |
| 15.451.0110.2038 | Manutenção do Depto. de Obras e Melhorias Viárias   | 0,00          | 0,00         | 975.000,00   | 975.000,00    |
| 18               | Gestão Ambiental  | 0,00          | 0,00         | 4.500.000,00 | 4.500.000,00  |
| 18.541           | Preservação e Conservação Ambiental   | 0,00          | 0,00         | 4.500.000,00 | 4.500.000,00  |
| 18.541.0109      | Consumo responsável e opções de estilo de vida  | 0,00          | 0,00         | 4.500.000,00 | 4.500.000,00  |
| 18.541.0109.2060 | Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos   | 0,00          | 0,00         | 4.500.000,00 | 4.500.000,00  |
| 20               | Agricultura   | 0,00          | 135.000,00   | 1.671.000,00 | 1.806.000,00  |
| 20.606           | Extensão Rural  | 0,00          | 135.000,00   | 1.671.000,00 | 1.806.000,00  |
| 20.606.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 135.000,00   | 1.671.000,00 | 1.806.000,00  |
| 20.606.0108.1126 | Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos  | 0,00          | 70.000,00    | 0,00         | 70.000,00     |
| 20.606.0108.1429 | Promoção Feira e Festa do Agricultor  | 0,00          | 65.000,00    | 0,00         | 65.000,00     |
| 20.606.0108.2041 | Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura   | 0,00          | 0,00         | 100.000,00   | 100.000,00    |
| 20.606.0108.2042 | Manutenção do Departamento de Agricultura   | 0,00          | 0,00         | 300.000,00   | 300.000,00    |
| 20.606.0108.2110 | Manutenção do Departamento de Pecuária  | 0,00          | 0,00         | 30.000,00    | 30.000,00     |
| 20.606.0108.2141 | Pessoal e Encargos Sociais - Agricultura  | 0,00          | 0,00         | 1.241.000,00 | 1.241.000,00  |
| 23               | Comércio e Serviços   | 0,00          | 977.750,00   | 940.000,00   | 1.917.750,00  |
| 23.691           | Promoção Comercial  | 0,00          | 0,00         | 590.000,00   | 590.000,00    |
| 23.691.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 0,00         | 590.000,00   | 590.000,00    |
| 23.691.0108.2043 | Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo                                   | 0,00          | 0,00         | 82.000,00    | 82.000,00     |
| 23.691.0108.2146 | Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico                                      | 0,00          | 0,00         | 508.000,00   | 508.000,00    |
| 23.695           | Turismo   | 0,00          | 977.750,00   | 350.000,00   | 1.327.750,00  |
| 23.695.0104      | Gestão local para a sustentabilidade  | 0,00          | 243.750,00   | 0,00         | 243.750,00    |
| 23.695.0104.1434 | Construção de Quiosques Centro de Eventos   | 0,00          | 243.750,00   | 0,00         | 243.750,00    |
| 23.695.0108      | Economia local dinâmica, criativa e sustentável   | 0,00          | 734.000,00   | 350.000,00   | 1.084.000,00  |
| 23.695.0108.1435 | Reforma do Centro de Eventos  | 0,00          | 592.000,00   | 0,00         | 592.000,00    |
| 23.695.0108.1443 | Qualificação de Serviços Turísticos   | 0,00          | 142.000,00   | 0,00         | 142.000,00    |
| 23.695.0108.2045 | Manutenção de Departamento de Turismo   | 0,00          | 0,00         | 200.000,00   | 200.000,00    |
| 23.695.0108.2046 | Promoção e Realização de Eventos  | 0,00          | 0,00         | 100.000,00   | 100.000,00    |
| 23.695.0108.2063 | Promoção e Realização de Eventos - Estados  | 0,00          | 0,00         | 50.000,00    | 50.000,00     |
| 25               | Energia   | 0,00          | 0,00         | 4.600.000,00 | 4.600.000,00  |
| 25.752           | Energia Elétrica  | 0,00          | 0,00         | 4.600.000,00 | 4.600.000,00  |
| 25.752.0110      | Melhor mobilidade, menos tráfego  | 0,00          | 0,00         | 4.600.000,00 | 4.600.000,00  |
| 25.752.0110.2040 | Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública   | 0,00          | 0,00         | 4.600.000,00 | 4.600.000,00  |
| 28               | Encargos Especiais  | 7.065.876,36  | 0,00         | 0,00         | 7.065.876,36  |
| 28.843           | Serviço da Dívida Interna   | 7.065.876,36  | 0,00         | 0,00         | 7.065.876,36  |
| 28.843.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você   | 7.065.876,36  | 0,00         | 0,00         | 7.065.876,36  |
| 28.843.0101.0001 | Pagamento da Dívida Fundada Interna   | 7.065.876,36  | 0,00         | 0,00         | 7.065.876,36  |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 4 / 4

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2017

| Código           | Especificação                               | Op. Especiais | Projetos      | Atividades     | Total          |
|------------------|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 99               | Reserva de Contingência                     | 10.000,00     | 0,00          | 0,00           | 10.000,00      |
| 99.999           | Reserva de contingência                     | 10.000,00     | 0,00          | 0,00           | 10.000,00      |
| 99.999.0101      | Governança - Gestão Eficiente perto de Você | 10.000,00     | 0,00          | 0,00           | 10.000,00      |
| 99.999.0101.9001 | Reserva de Contigência - Prefeitura         | 10.000,00     | 0,00          | 0,00           | 10.000,00      |
| Total Geral      |   | 7.575.876,36  | 41.930.345,56 | 103.953.200,00 | 153.459.421,92 |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

## LEI 5.789 - ANEXO 08

Pág 1 / 5



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPL2017012585-HUGYX-216306405 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 13:03

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde                | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|----------------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 91.392.198,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00               | 0,00               | 0,00                 | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>        | <b>91.392.198,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |



Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total                |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|----------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 91.392.198,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                 |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>91.392.198,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2585-HUGYX-216306405 - Emitido por: RODRIGO DOIZAN

08/11/2016 13:03



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$           | Despesas                             | R\$           |
|---|---------------|--------------------------------------|---------------|
| <b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>                         |               | <b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>          |               |
| Receitas correntes                                  | 58.152.500,00 | Despesas correntes                   | 83.904.198,00 |
| Receita tributária                                  | 0,00          | Pessoal e encargos sociais           | 16.471.298,00 |
| Receitas de contribuições                           | 0,00          | Juros e encargos da dívida           | 3.000,00      |
| Receita patrimonial                                 | 0,00          | Outras despesas correntes            | 67.429.900,00 |
| Receita agropecuária                                | 0,00          |                                      |               |
| Receita industrial                                  | 0,00          |                                      |               |
| Receita de serviços                                 | 0,00          |                                      |               |
| Transferências correntes                            | 58.152.500,00 |                                      |               |
| Outras receitas correntes                           | 0,00          |                                      |               |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00          |                                      |               |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00          |                                      |               |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00          |                                      |               |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00          |                                      |               |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00          |                                      |               |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00          |                                      |               |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00          |                                      |               |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00          |                                      |               |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita tributária                              | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita industrial                              | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00          |                                      |               |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00          |                                      |               |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00          |                                      |               |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00          |                                      |               |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00          |                                      |               |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00          |                                      |               |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 58.152.500,00 | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 83.904.198,00 |
| <b>Déficit</b>                                      | 25.751.698,00 | <b>Superávit</b>                     | 0,00          |
| <b>Soma</b>   | 83.904.198,00 | <b>Soma</b>                          | 83.904.198,00 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 0,00          | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 25.751.698,00 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

|   |                      |  |                      |
|---|----------------------|--|----------------------|
| Receitas de capital                               | 6.439.000,00         | Despesas de capital                          | 7.488.000,00         |
| Operações de crédito                              | 0,00                 | Investimentos                                | 6.788.000,00         |
| Alienação de bens                                 | 10.000,00            | Inversões financeiras                        | 0,00                 |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                 | Amortização da dívida                        | 700.000,00           |
| Transferências de capital                         | 6.429.000,00         |  |                      |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                 |  |                      |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                 |  |                      |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                 |  |                      |
| Alienação de bens                                 | 0,00                 |  |                      |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                 |  |                      |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                 |  |                      |
| Outras receitas capital                           | 0,00                 |  |                      |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                 |  |                      |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                 |  |                      |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                 |  |                      |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                 |  |                      |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                 |  |                      |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                 |  |                      |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                 |  |                      |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                 |  |                      |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                 |  |                      |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                 |  |                      |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                 |  |                      |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                 |  |                      |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>6.439.000,00</b>  | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>7.488.000,00</b>  |
|   |                      | -(Reserva de contingência                    | 0,00                 |
|   |                      | +Reserva do RPPS)                            | 0,00                 |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>1.049.000,00</b>  | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>          |
| <b>Resumo</b>                                     |                      |  |                      |
| Receitas Correntes                                | 58.152.500,00        | Despesas Correntes                           | 83.904.198,00        |
| Receitas de Capital                               | 6.439.000,00         | Despesas de Capital                          | 7.488.000,00         |
|   |                      | Reserva de Contingência                      | 0,00                 |
|   |                      | Reserva do RPPS                              | 0,00                 |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>64.591.500,00</b> | <b>Subtotal</b>                              | <b>91.392.198,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                      | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                      |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>          | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>          |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>26.800.698,00</b> | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>          |
| <b>Total</b>                                      | <b>91.392.198,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>91.392.198,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2017

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção                |
|-------------|---------------------|----------------|---------------------------------------|
| 0010        | Saúde               | 0128           | Formação de Recursos Humanos          |
|             |                     | 0301           | Atenção Básica                        |
|             |                     | 0302           | Assistência Hospitalar e Ambulatorial |
|             |                     | 0304           | Vigilância Sanitária                  |
|             |                     | 0305           | Vigilância Epidemiológica             |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento      | Cat. Econômica       |
|----------------|---|---------------|---------------|----------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes  |               |               | 83.904.198,00        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais  |               |               | 16.471.298,00        |
| 31710000000000 | Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio      |               | 5.600,00      |                      |
| 31900000000000 | Aplicações diretas  |               | 13.613.698,00 |                      |
| 31910000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos              |               | 2.852.000,00  |                      |
| 32000000000000 | Juros e encargos da dívida  |               |               | 3.000,00             |
| 32900000000000 | Aplicações diretas  |               | 3.000,00      |                      |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes   |               |               | 67.429.900,00        |
| 33500000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos             |               | 27.390.000,00 |                      |
| 33710000000000 | Transferências a consórcios públicos                                  |               | 1.400,00      |                      |
| 33900000000000 | Aplicações diretas  |               | 40.036.500,00 |                      |
| 33930000000000 | Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades |               | 2.000,00      |                      |
| 40000000000000 | Despesas de capital   |               |               | 7.488.000,00         |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |               | 6.788.000,00         |
| 44900000000000 | Aplicacoes diretas  |               | 6.788.000,00  |                      |
| 46000000000000 | Amortização da dívida   |               |               | 700.000,00           |
| 46900000000000 | Aplicações diretas  |               | 700.000,00    |                      |
| <b>Total</b>   |   |               |               | <b>91.392.198,00</b> |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação                      | Desdobramento | Fonte         | Cat. Econômica |
|----------------|------------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes                 |               |               | 58.152.500,00  |
| 17000000000000 | Transferências correntes           |               | 58.152.500,00 |                |
| 17200000000000 | Transferências intergovernamentais |               | 58.152.500,00 |                |
| 20000000000000 | Receitas de capital                |               |               | 6.439.000,00   |
| 22000000000000 | Alienação de bens                  |               | 10.000,00     |                |
| 22100000000000 | Alienação de bens móveis           |               | 10.000,00     |                |
| 24000000000000 | Transferências de capital          |               | 6.429.000,00  |                |
| 24200000000000 | Transferências intergovernamentais |               | 4.189.000,00  |                |
| 24700000000000 | Transferências de convênios        |               | 2.240.000,00  |                |
|                |                                    |               | <b>Total</b>  | 64.591.500,00  |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

#### 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

##### 001 - Fundo Municipal de Saude

| Código           | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|---|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde   | 703.000,00    | 6.459.000,00 | 13.152.698,00 | 20.314.698,00 |
| 10.128           | Formação de Recursos Humanos                              | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111      | Ação local para a saúde                                   | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111.1117 | Fms Alto Vale Cir   | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.301           | Atenção Básica  | 703.000,00    | 6.419.000,00 | 13.152.698,00 | 20.274.698,00 |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde                                   | 703.000,00    | 6.419.000,00 | 13.152.698,00 | 20.274.698,00 |
| 10.301.0111.0004 | Pagamento Divida Fundada Interna                          | 703.000,00    | 0,00         | 0,00          | 703.000,00    |
| 10.301.0111.1033 | Construção de Unidades de Psf                             | 0,00          | 947.000,00   | 0,00          | 947.000,00    |
| 10.301.0111.1035 | Construção e e Equipamentos Policlínica de Referencia - V | 0,00          | 4.010.000,00 | 0,00          | 4.010.000,00  |
| 10.301.0111.1037 | Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento | 0,00          | 310.000,00   | 0,00          | 310.000,00    |
| 10.301.0111.1039 | Aquisição de Veiculos - Vinculados                        | 0,00          | 150.000,00   | 0,00          | 150.000,00    |
| 10.301.0111.1041 | Equipagem Unidades de Saúde - Vinculados                  | 0,00          | 370.000,00   | 0,00          | 370.000,00    |
| 10.301.0111.1082 | Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço           | 0,00          | 50.000,00    | 0,00          | 50.000,00     |
| 10.301.0111.1110 | Programa Requalificação de Ubs                            | 0,00          | 92.000,00    | 0,00          | 92.000,00     |
| 10.301.0111.1118 | Construção de Academia de Saúde Navegantes                | 0,00          | 140.000,00   | 0,00          | 140.000,00    |
| 10.301.0111.1424 | Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para    | 0,00          | 100.000,00   | 0,00          | 100.000,00    |
| 10.301.0111.1430 | Emenda Parlamentar para Aquisição Material Enfermagem     | 0,00          | 250.000,00   | 0,00          | 250.000,00    |
| 10.301.0111.2078 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                    | 0,00          | 0,00         | 2.100.000,00  | 2.100.000,00  |
| 10.301.0111.2097 | Ações de Saude com Recursos do Estado                     | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.301.0111.2098 | Consortio Intermunicipal de Saude                         | 0,00          | 0,00         | 9.000,00      | 9.000,00      |
| 10.301.0111.2149 | Pessoal e Encargos Sociais - Saúde                        | 0,00          | 0,00         | 10.663.698,00 | 10.663.698,00 |
| Total Unidade    |   | 703.000,00    | 6.459.000,00 | 13.152.698,00 | 20.314.698,00 |

##### 002 - Atenção Básica

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos  | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|-----------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301           | Atenção Básica   | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde                                  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |
| 10.301.0111.1080 | Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária          | 0,00          | 55.000,00 | 0,00          | 55.000,00     |
| 10.301.0111.2092 | Blatb - Pab Saude Bucal                                  | 0,00          | 0,00      | 27.000,00     | 27.000,00     |
| 10.301.0111.2093 | Blatb - Ações Agente com de Saude                        | 0,00          | 0,00      | 2.330.000,00  | 2.330.000,00  |
| 10.301.0111.2094 | Blatb - Ações Saude da Familia                           | 0,00          | 0,00      | 8.645.000,00  | 8.645.000,00  |
| 10.301.0111.2095 | Blatb - Pab Fixo - Ações Basicas                         | 0,00          | 0,00      | 1.940.000,00  | 1.940.000,00  |
| 10.301.0111.2096 | Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia               | 0,00          | 0,00      | 848.500,00    | 848.500,00    |
| 10.301.0111.2135 | Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UI | 0,00          | 0,00      | 5.170.000,00  | 5.170.000,00  |
| Total Unidade    |  | 0,00          | 55.000,00 | 18.960.500,00 | 19.015.500,00 |

##### 003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar

| Código           | Especificação                            | Op. Especiais | Projetos | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|----------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde                                    | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302           | Assistência Hospitalar e Ambulatorial    | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111      | Ação local para a saúde                  | 0,00          | 0,00     | 49.707.000,00 | 49.707.000,00 |
| 10.302.0111.2080 | Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac | 0,00          | 0,00     | 40.800.000,00 | 40.800.000,00 |
| 10.302.0111.2088 | Blmac - Caps                             | 0,00          | 0,00     | 795.000,00    | 795.000,00    |
| 10.302.0111.2089 | Blmac - Samu                             | 0,00          | 0,00     | 452.000,00    | 452.000,00    |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

**40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****003 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar**

| Código               | Especificação           | Op. Especiais | Projetos    | Atividades           | Total                |
|----------------------|-------------------------|---------------|-------------|----------------------|----------------------|
| 10.302.0111.2090     | Blmac - Ceo             | 0,00          | 0,00        | 340.000,00           | 340.000,00           |
| 10.302.0111.2091     | Blmac - Faec Extra Teto | 0,00          | 0,00        | 3.700.000,00         | 3.700.000,00         |
| 10.302.0111.2136     | BLMAC - Oncologia       | 0,00          | 0,00        | 3.620.000,00         | 3.620.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |                         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>49.707.000,00</b> | <b>49.707.000,00</b> |

**004 - Vigilância em Saúde**

| Código               | Especificação                     | Op. Especiais | Projetos    | Atividades        | Total             |
|----------------------|-----------------------------------|---------------|-------------|-------------------|-------------------|
| 10                   | Saúde                             | 0,00          | 0,00        | 765.000,00        | 765.000,00        |
| 10.304               | Vigilância Sanitária              | 0,00          | 0,00        | 380.000,00        | 380.000,00        |
| 10.304.0111          | Ação local para a saude           | 0,00          | 0,00        | 380.000,00        | 380.000,00        |
| 10.304.0111.2079     | Blvgs - Vigilância Sanitária      | 0,00          | 0,00        | 380.000,00        | 380.000,00        |
| 10.305               | Vigilância Epidemiológica         | 0,00          | 0,00        | 385.000,00        | 385.000,00        |
| 10.305.0111          | Ação local para a saude           | 0,00          | 0,00        | 385.000,00        | 385.000,00        |
| 10.305.0111.2085     | Blvgs - Vigilancia Epidemiologica | 0,00          | 0,00        | 305.000,00        | 305.000,00        |
| 10.305.0111.2086     | Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids        | 0,00          | 0,00        | 80.000,00         | 80.000,00         |
| <b>Total Unidade</b> |                                   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> | <b>765.000,00</b> | <b>765.000,00</b> |

**005 - Assistência Farmacêutica**

| Código               | Especificação                  | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
|----------------------|--------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| 10                   | Saúde                          | 0,00              | 0,00                | 1.590.000,00         | 1.590.000,00         |
| 10.301               | Atenção Básica                 | 0,00              | 0,00                | 1.590.000,00         | 1.590.000,00         |
| 10.301.0111          | Ação local para a saude        | 0,00              | 0,00                | 1.590.000,00         | 1.590.000,00         |
| 10.301.0111.2082     | Manutencao da Farmacia Popular | 0,00              | 0,00                | 200.000,00           | 200.000,00           |
| 10.301.0111.2087     | Blfab - Farmacia Basica        | 0,00              | 0,00                | 1.310.000,00         | 1.310.000,00         |
| 10.301.0111.2124     | Tiras Reagentes - Diabetes     | 0,00              | 0,00                | 30.000,00            | 30.000,00            |
| 10.301.0111.2125     | Oxigenoterapia                 | 0,00              | 0,00                | 50.000,00            | 50.000,00            |
| <b>Total Unidade</b> |                                | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>         | <b>1.590.000,00</b>  | <b>1.590.000,00</b>  |
| <b>Total Órgão</b>   |                                | <b>703.000,00</b> | <b>6.514.000,00</b> | <b>84.175.198,00</b> | <b>91.392.198,00</b> |
| <b>Total Geral</b>   |                                | <b>703.000,00</b> | <b>6.514.000,00</b> | <b>84.175.198,00</b> | <b>91.392.198,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código           | Especificação  | Op. Especiais | Projetos     | Atividades    | Total         |
|------------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| 10               | Saúde  | 703.000,00    | 6.514.000,00 | 84.175.198,00 | 91.392.198,00 |
| 10.128           | Formação de Recursos Humanos   | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111      | Ação local para a saúde  | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.128.0111.1117 | Fms Alto Vale Cir  | 0,00          | 40.000,00    | 0,00          | 40.000,00     |
| 10.301           | Atenção Básica   | 703.000,00    | 6.474.000,00 | 33.703.198,00 | 40.880.198,00 |
| 10.301.0111      | Ação local para a saúde  | 703.000,00    | 6.474.000,00 | 33.703.198,00 | 40.880.198,00 |
| 10.301.0111.0004 | Pagamento Dívida Fundada Interna   | 703.000,00    | 0,00         | 0,00          | 703.000,00    |
| 10.301.0111.1033 | Construção de Unidades de Psf  | 0,00          | 947.000,00   | 0,00          | 947.000,00    |
| 10.301.0111.1035 | Construção e e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados       | 0,00          | 4.010.000,00 | 0,00          | 4.010.000,00  |
| 10.301.0111.1037 | Construção e Equipamento da Unidade de Pronto Atendimento (upa)          | 0,00          | 310.000,00   | 0,00          | 310.000,00    |
| 10.301.0111.1039 | Aquisição de Veículos - Vinculados                                       | 0,00          | 150.000,00   | 0,00          | 150.000,00    |
| 10.301.0111.1041 | Equipagem Unidades de Saúde - Vinculados                                 | 0,00          | 370.000,00   | 0,00          | 370.000,00    |
| 10.301.0111.1080 | Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária                          | 0,00          | 55.000,00    | 0,00          | 55.000,00     |
| 10.301.0111.1082 | Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço                          | 0,00          | 50.000,00    | 0,00          | 50.000,00     |
| 10.301.0111.1110 | Programa Recuperação de Ubs  | 0,00          | 92.000,00    | 0,00          | 92.000,00     |
| 10.301.0111.1118 | Construção de Academia de Saúde Navegantes                               | 0,00          | 140.000,00   | 0,00          | 140.000,00    |
| 10.301.0111.1424 | Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde | 0,00          | 100.000,00   | 0,00          | 100.000,00    |
| 10.301.0111.1430 | Emenda Parlamentar para Aquisição Material Enfermagem                    | 0,00          | 250.000,00   | 0,00          | 250.000,00    |
| 10.301.0111.2078 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                                   | 0,00          | 0,00         | 2.100.000,00  | 2.100.000,00  |
| 10.301.0111.2082 | Manutenção da Farmácia Popular   | 0,00          | 0,00         | 200.000,00    | 200.000,00    |
| 10.301.0111.2087 | Blfab - Farmácia Básica  | 0,00          | 0,00         | 1.310.000,00  | 1.310.000,00  |
| 10.301.0111.2092 | Blatb - Pab Saúde Bucal  | 0,00          | 0,00         | 27.000,00     | 27.000,00     |
| 10.301.0111.2093 | Blatb - Ações Agente com de Saúde  | 0,00          | 0,00         | 2.330.000,00  | 2.330.000,00  |
| 10.301.0111.2094 | Blatb - Ações Saúde da Família   | 0,00          | 0,00         | 8.645.000,00  | 8.645.000,00  |
| 10.301.0111.2095 | Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas   | 0,00          | 0,00         | 1.940.000,00  | 1.940.000,00  |
| 10.301.0111.2096 | Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família                               | 0,00          | 0,00         | 848.500,00    | 848.500,00    |
| 10.301.0111.2097 | Ações de Saúde com Recursos do Estado                                    | 0,00          | 0,00         | 380.000,00    | 380.000,00    |
| 10.301.0111.2098 | Consórcio Intermunicipal de Saúde  | 0,00          | 0,00         | 9.000,00      | 9.000,00      |
| 10.301.0111.2124 | Tiras Reagentes - Diabetes   | 0,00          | 0,00         | 30.000,00     | 30.000,00     |
| 10.301.0111.2125 | Oxigenoterapia   | 0,00          | 0,00         | 50.000,00     | 50.000,00     |
| 10.301.0111.2135 | Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA                | 0,00          | 0,00         | 5.170.000,00  | 5.170.000,00  |
| 10.301.0111.2149 | Pessoal e Encargos Sociais - Saúde                                       | 0,00          | 0,00         | 10.663.698,00 | 10.663.698,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

| Código             | Especificação                            | Op. Especiais     | Projetos            | Atividades           | Total                |
|--------------------|--|-------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| 10.302             | Assistência Hospitalar e Ambulatorial    | 0,00              | 0,00                | 49.707.000,00        | 49.707.000,00        |
| 10.302.0111        | Ação local para a saúde                  | 0,00              | 0,00                | 49.707.000,00        | 49.707.000,00        |
| 10.302.0111.2080   | Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac | 0,00              | 0,00                | 40.800.000,00        | 40.800.000,00        |
| 10.302.0111.2088   | Blmac - Caps                             | 0,00              | 0,00                | 795.000,00           | 795.000,00           |
| 10.302.0111.2089   | Blmac - Samu                             | 0,00              | 0,00                | 452.000,00           | 452.000,00           |
| 10.302.0111.2090   | Blmac - Ceo                              | 0,00              | 0,00                | 340.000,00           | 340.000,00           |
| 10.302.0111.2091   | Blmac - Faec Extra Teto                  | 0,00              | 0,00                | 3.700.000,00         | 3.700.000,00         |
| 10.302.0111.2136   | BLMAC - Oncologia                        | 0,00              | 0,00                | 3.620.000,00         | 3.620.000,00         |
| 10.304             | Vigilância Sanitária                     | 0,00              | 0,00                | 380.000,00           | 380.000,00           |
| 10.304.0111        | Ação local para a saúde                  | 0,00              | 0,00                | 380.000,00           | 380.000,00           |
| 10.304.0111.2079   | Blvgs - Vigilância Sanitária             | 0,00              | 0,00                | 380.000,00           | 380.000,00           |
| 10.305             | Vigilância Epidemiológica                | 0,00              | 0,00                | 385.000,00           | 385.000,00           |
| 10.305.0111        | Ação local para a saúde                  | 0,00              | 0,00                | 385.000,00           | 385.000,00           |
| 10.305.0111.2085   | Blvgs - Vigilância Epidemiológica        | 0,00              | 0,00                | 305.000,00           | 305.000,00           |
| 10.305.0111.2086   | Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids               | 0,00              | 0,00                | 80.000,00            | 80.000,00            |
| <b>Total Geral</b> |  | <b>703.000,00</b> | <b>6.514.000,00</b> | <b>84.175.198,00</b> | <b>91.392.198,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**LEI 5.789 - ANEXO 09****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

| Código             | Especificação   | Op. Especiais | Projetos            | Atividades          | Total               |
|--------------------|---|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 08                 | Assistência Social  | 0,00          | 3.085.458,00        | 1.496.000,00        | 4.581.458,00        |
| 08.244             | Assistência Comunitária   | 0,00          | 3.085.458,00        | 1.496.000,00        | 4.581.458,00        |
| 08.244.0103        | Equidade, justiça social e cultura da paz                                   | 0,00          | 3.085.458,00        | 1.496.000,00        | 4.581.458,00        |
| 08.244.0103.1062   | Construção, Ampliação e Reformas  | 0,00          | 550.000,00          | 0,00                | 550.000,00          |
| 08.244.0103.1071   | Piso Básico Fixo - Pbf  | 0,00          | 313.000,00          | 0,00                | 313.000,00          |
| 08.244.0103.1072   | Piso Básico Variável - Pbv  | 0,00          | 108.000,00          | 0,00                | 108.000,00          |
| 08.244.0103.1073   | Piso de Alta Complexidade   | 0,00          | 160.800,00          | 0,00                | 160.800,00          |
| 08.244.0103.1074   | Igdbf - Bolsa Família   | 0,00          | 55.000,00           | 0,00                | 55.000,00           |
| 08.244.0103.1075   | Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmnc                                     | 0,00          | 176.400,00          | 0,00                | 176.400,00          |
| 08.244.0103.1076   | Piso de Transição de Média Complexidade - Ptmc                              | 0,00          | 54.258,00           | 0,00                | 54.258,00           |
| 08.244.0103.1108   | Igdsuas - Índice de Gestao Descentralizada                                  | 0,00          | 15.000,00           | 0,00                | 15.000,00           |
| 08.244.0103.1111   | Acessuas - Trabalho   | 0,00          | 117.000,00          | 0,00                | 117.000,00          |
| 08.244.0103.1112   | Benefícios Eventuais Estado   | 0,00          | 12.000,00           | 0,00                | 12.000,00           |
| 08.244.0103.1420   | Construção, Ampliação e Reformas - Construção de CREAS - Estado             | 0,00          | 550.000,00          | 0,00                | 550.000,00          |
| 08.244.0103.1430   | BPC na Escola   | 0,00          | 1.000,00            | 0,00                | 1.000,00            |
| 08.244.0103.1437   | Programa Aprimora Rede  | 0,00          | 1.000,00            | 0,00                | 1.000,00            |
| 08.244.0103.1438   | AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil | 0,00          | 72.000,00           | 0,00                | 72.000,00           |
| 08.244.0103.1440   | Construção e Aquisição de Mobiliário de CRAS                                | 0,00          | 900.000,00          | 0,00                | 900.000,00          |
| 08.244.0103.2099   | Manutenção Fundo Municipal de Assistencia Social                            | 0,00          | 0,00                | 608.000,00          | 608.000,00          |
| 08.244.0103.2100   | Proteção Social Basica Municipal  | 0,00          | 0,00                | 21.000,00           | 21.000,00           |
| 08.244.0103.2101   | Proteção Especial de Media Complexidade Municipal                           | 0,00          | 0,00                | 21.000,00           | 21.000,00           |
| 08.244.0103.2103   | Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual                             | 0,00          | 0,00                | 265.000,00          | 265.000,00          |
| 08.244.0103.2116   | Proteção Especial de Média Complexidade Estadual                            | 0,00          | 0,00                | 300.000,00          | 300.000,00          |
| 08.244.0103.2132   | Proteção Social Básica Estadual   | 0,00          | 0,00                | 280.000,00          | 280.000,00          |
| 08.244.0103.2150   | Acessuas - Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiência - BPC            | 0,00          | 0,00                | 1.000,00            | 1.000,00            |
| <b>Total Geral</b> |   | <b>0,00</b>   | <b>3.085.458,00</b> | <b>1.496.000,00</b> | <b>4.581.458,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

| Órgão   | Legislativa | Judiciária  | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00                | 0,00          | 0,00            | 0,00              |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>       |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Relações Exteriores | Assistência Social  | Previdência Social | Saúde       | Trabalho    | Educação    |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                | 4.581.458,00        | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                | 0,00                | 0,00               | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>         | <b>4.581.458,00</b> | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

Pág 3 / 5

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Cultura     | Direitos da Cidadania | Urbanismo   | Habitação   | Saneamento  | Gestão Ambiental |
|---|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 09 - SECRETARIA MUNIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00                  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00             |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      |

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2585-ICTRA-216306888 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 13:11



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Ciências e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria   | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|-----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00                  | 0,00        | 0,00                | 0,00        | 0,00                | 0,00         |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |

Pág 5 / 5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017



| Órgão   | Energia     | Transporte  | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva do RPPS | Reserva de Contingência | Total               |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL                     | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO                               | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO                          | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB. | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 09 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS   | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA                | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 20 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 30 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS                    | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 40 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE                           | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL              | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 4.581.458,00        |
| 60 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 70 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES                  | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 91 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 0,00        | 0,00        | 0,00             | 0,00               | 0,00            | 0,00                    | 0,00                |
| <b>Total</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>      | <b>0,00</b>        | <b>0,00</b>     | <b>0,00</b>             | <b>4.581.458,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPL201101-2585-ICTRA-216306888 - Emitido por: RODRIGO DOLZAN

08/11/2016 13:11



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

| Receitas  | R\$          | Despesas                             | R\$          |
|---|--------------|--------------------------------------|--------------|
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA                                |              | DESPESA ORÇAMENTÁRIA                 |              |
| Receitas correntes                                  | 1.951.458,00 | Despesas correntes                   | 2.285.458,00 |
| Receita tributária                                  | 0,00         | Pessoal e encargos sociais           | 317.300,00   |
| Receitas de contribuições                           | 0,00         | Juros e encargos da dívida           | 0,00         |
| Receita patrimonial                                 | 59.000,00    | Outras despesas correntes            | 1.968.158,00 |
| Receita agropecuária                                | 0,00         |                                      |              |
| Receita industrial                                  | 0,00         |                                      |              |
| Receita de serviços                                 | 0,00         |                                      |              |
| Transferências correntes                            | 1.891.458,00 |                                      |              |
| Outras receitas correntes                           | 1.000,00     |                                      |              |
| Receitas correntes intra-orçamentárias              | 0,00         |                                      |              |
| Receita tributária - intra-orçamentária             | 0,00         |                                      |              |
| Receita de contribuições - intra-orçamentárias      | 0,00         |                                      |              |
| Receita patrimonial - intra-orçamentária            | 0,00         |                                      |              |
| Receita agropecuária - operações intraorç           | 0,00         |                                      |              |
| Receita industrial - intra-orçamentária             | 0,00         |                                      |              |
| Receita de serviços - intra-orçamentárias           | 0,00         |                                      |              |
| Transferência corrente - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| Outras receitas correntes - intra-orçamentárias     | 0,00         |                                      |              |
| (r) Deduções da receita                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Deduções da receita corrente                    | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita tributária                              | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições                        | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária                            | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita industrial                              | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de serviços                             | 0,00         |                                      |              |
| (r) Dedução da receita de transferências correntes  | 0,00         |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes                       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receitas correntes intra-orçamentárias          | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita tributária - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias  | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita patrimonial - intra-orçamentária        | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita agropecuária - operações intraorç       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita industrial - intra-orçamentária         | 0,00         |                                      |              |
| (r) Receita de serviços - intra-orçamentárias       | 0,00         |                                      |              |
| (r) Transferência corrente - intra-orçamentária     | 0,00         |                                      |              |
| (r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias | 0,00         |                                      |              |
| <b>Total das Receitas Correntes</b>                 | 1.951.458,00 | <b>Total das Despesas Correntes</b>  | 2.285.458,00 |
| <b>Déficit</b>                                      | 334.000,00   | <b>Superávit</b>                     | 0,00         |
| <b>Soma</b>   | 2.285.458,00 | <b>Soma</b>                          | 2.285.458,00 |
| <b>Superávit do Orçamento Corrente</b>              | 0,00         | <b>Déficit do Orçamento Corrente</b> | 334.000,00   |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

|   |                     |  |                     |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Receitas de capital                               | 2.000.000,00        | Despesas de capital                          | 2.296.000,00        |
| Operações de crédito                              | 0,00                | Investimentos                                | 2.296.000,00        |
| Alienação de bens                                 | 0,00                | Inversões financeiras                        | 0,00                |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                | Amortização da dívida                        | 0,00                |
| Transferências de capital                         | 2.000.000,00        |  |                     |
| Outras receitas de capital                        | 0,00                |  |                     |
| Receitas de capital intra-orçamentárias           | 0,00                |  |                     |
| Operações de crédito - intra-orçamentária         | 0,00                |  |                     |
| Alienação de bens                                 | 0,00                |  |                     |
| Amortização de empréstimos                        | 0,00                |  |                     |
| Transferência de capital - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| Outras receitas capital                           | 0,00                |  |                     |
| (r) Deduções da receita de capital                | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito                          | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortizações de empréstimos                   | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferências de capital                     | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas de capital                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Receitas de capital intra-orçamentárias       | 0,00                |  |                     |
| (r) Operações de crédito - intra-orçamentária     | 0,00                |  |                     |
| (r) Alienação de bens                             | 0,00                |  |                     |
| (r) Amortização de empréstimos                    | 0,00                |  |                     |
| (r) Transferência de capital - intra-orçamentária | 0,00                |  |                     |
| (r) Outras receitas capital                       | 0,00                |  |                     |
| <b>Total das Receitas de Capital</b>              | <b>2.000.000,00</b> | <b>Total das Despesas de Capital</b>         | <b>2.296.000,00</b> |
|   |                     | -(Reserva de contingência                    | 0,00                |
|   |                     | +Reserva do RPPS)                            | 0,00                |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>296.000,00</b>   | <b>Superávit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Resumo</b>                                     |                     |  |                     |
| Receitas Correntes                                | 1.951.458,00        | Despesas Correntes                           | 2.285.458,00        |
| Receitas de Capital                               | 2.000.000,00        | Despesas de Capital                          | 2.296.000,00        |
|   |                     | Reserva de Contingência                      | 0,00                |
|   |                     | Reserva do RPPS                              | 0,00                |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>3.951.458,00</b> | <b>Subtotal</b>                              | <b>4.581.458,00</b> |
| <b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>       |                     | <b>Transferências Financeiras Concedidas</b> |                     |
| <b>Transfêrencias Recebidas</b>                   | <b>0,00</b>         | <b>Transferências Concedidas</b>             | <b>0,00</b>         |
| <b>Déficit</b>                                    | <b>630.000,00</b>   | <b>Superavit</b>                             | <b>0,00</b>         |
| <b>Total</b>                                      | <b>4.581.458,00</b> | <b>Total</b>                                 | <b>4.581.458,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2017

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

| Cód. Função | Descrição da Função | Cód. Subfunção | Descrição da Subfunção  |
|-------------|---------------------|----------------|-------------------------|
| 0008        | Assistência Social  | 0244           | Assistência Comunitária |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

| Código         | Especificação   | Desdobramento | Elemento     | Cat. Econômica      |
|----------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| 30000000000000 | Despesas correntes  |               |              | 2.285.458,00        |
| 31000000000000 | Pessoal e encargos sociais                                |               |              | 317.300,00          |
| 31900000000000 | Aplicações diretas  |               | 246.380,00   |                     |
| 31910000000000 | Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  |               | 70.920,00    |                     |
| 33000000000000 | Outras despesas correntes                                 |               |              | 1.968.158,00        |
| 33500000000000 | Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos |               | 530.058,00   |                     |
| 33900000000000 | Aplicações diretas  |               | 1.438.100,00 |                     |
| 40000000000000 | Despesas de capital                                       |               |              | 2.296.000,00        |
| 44000000000000 | Investimentos   |               |              | 2.296.000,00        |
| 44900000000000 | Aplicacoes diretas  |               | 2.296.000,00 |                     |
| <b>Total</b>   |   |               |              | <b>4.581.458,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do SulRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

**Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica**

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

| Código         | Especificação                      | Desdobramento | Fonte        | Cat. Econômica      |
|----------------|------------------------------------|---------------|--------------|---------------------|
| 10000000000000 | Receitas correntes                 |               |              | 1.951.458,00        |
| 13000000000000 | Receita patrimonial                |               | 59.000,00    |                     |
| 13200000000000 | Receitas de valores mobiliários    |               | 59.000,00    |                     |
| 17000000000000 | Transferências correntes           |               | 1.891.458,00 |                     |
| 17200000000000 | Transferências intergovernamentais |               | 1.891.458,00 |                     |
| 19000000000000 | Outras receitas correntes          |               | 1.000,00     |                     |
| 19200000000000 | Indenizações e restituições        |               | 1.000,00     |                     |
| 20000000000000 | Receitas de capital                |               |              | 2.000.000,00        |
| 24000000000000 | Transferências de capital          |               | 2.000.000,00 |                     |
| 24700000000000 | Transferências de convênios        |               | 2.000.000,00 |                     |
| <b>Total</b>   |                                    |               |              | <b>3.951.458,00</b> |

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

| 50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL            |   |               |              |            |              |
|---|---|---------------|--------------|------------|--------------|
| 001 - Fundo Municipal de Assistencia Social           |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 0,00         | 650.000,00 | 650.000,00   |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 0,00         | 650.000,00 | 650.000,00   |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 0,00         | 650.000,00 | 650.000,00   |
| 08.244.0103.2099                                      | Manutenção Fundo Municipal de Assistencia Social          | 0,00          | 0,00         | 608.000,00 | 608.000,00   |
| 08.244.0103.2100                                      | Proteção Social Basica Municipal                          | 0,00          | 0,00         | 21.000,00  | 21.000,00    |
| 08.244.0103.2101                                      | Proteção Especial de Media Complexidade Municipal         | 0,00          | 0,00         | 21.000,00  | 21.000,00    |
| Total Unidade   |   | 0,00          | 0,00         | 650.000,00 | 650.000,00   |
| 002 - Proteção Social Básica Federal                  |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 609.000,00   | 1.000,00   | 610.000,00   |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 609.000,00   | 1.000,00   | 610.000,00   |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 609.000,00   | 1.000,00   | 610.000,00   |
| 08.244.0103.1071                                      | Piso Básico Fixo - Pbf                                    | 0,00          | 313.000,00   | 0,00       | 313.000,00   |
| 08.244.0103.1072                                      | Piso Básico Variável - Pbv                                | 0,00          | 108.000,00   | 0,00       | 108.000,00   |
| 08.244.0103.1074                                      | Igdbf - Bolsa Família                                     | 0,00          | 55.000,00    | 0,00       | 55.000,00    |
| 08.244.0103.1108                                      | Igdsuas - Índice de Gestao Descentralizada                | 0,00          | 15.000,00    | 0,00       | 15.000,00    |
| 08.244.0103.1111                                      | Acessuas - Trabalho                                       | 0,00          | 117.000,00   | 0,00       | 117.000,00   |
| 08.244.0103.1430                                      | BPC na Escola   | 0,00          | 1.000,00     | 0,00       | 1.000,00     |
| 08.244.0103.2150                                      | Acessuas - Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiênci | 0,00          | 0,00         | 1.000,00   | 1.000,00     |
| Total Unidade   |   | 0,00          | 609.000,00   | 1.000,00   | 610.000,00   |
| 003 - Proteção Especial de Média Complexidade Federal |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 780.658,00   | 0,00       | 780.658,00   |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 780.658,00   | 0,00       | 780.658,00   |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 780.658,00   | 0,00       | 780.658,00   |
| 08.244.0103.1062                                      | Construção, Ampliação e Reformas                          | 0,00          | 550.000,00   | 0,00       | 550.000,00   |
| 08.244.0103.1075                                      | Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmcc                   | 0,00          | 176.400,00   | 0,00       | 176.400,00   |
| 08.244.0103.1076                                      | Piso de Transição de Média Complexidade - Ptmc            | 0,00          | 54.258,00    | 0,00       | 54.258,00    |
| Total Unidade   |   | 0,00          | 780.658,00   | 0,00       | 780.658,00   |
| 004 - Proteção Especial de Alta Complexidade Federal  |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 160.800,00   | 0,00       | 160.800,00   |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 160.800,00   | 0,00       | 160.800,00   |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 160.800,00   | 0,00       | 160.800,00   |
| 08.244.0103.1073                                      | Piso de Alta Complexidade                                 | 0,00          | 160.800,00   | 0,00       | 160.800,00   |
| Total Unidade   |   | 0,00          | 160.800,00   | 0,00       | 160.800,00   |
| 005 - Benefícios Eventuais Estado                     |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 1.462.000,00 | 845.000,00 | 2.307.000,00 |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 1.462.000,00 | 845.000,00 | 2.307.000,00 |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 1.462.000,00 | 845.000,00 | 2.307.000,00 |
| 08.244.0103.1112                                      | Benefícios Eventuais Estado                               | 0,00          | 12.000,00    | 0,00       | 12.000,00    |
| 08.244.0103.1420                                      | Construção, Ampliação e Reformas - Construção de CREA     | 0,00          | 550.000,00   | 0,00       | 550.000,00   |
| 08.244.0103.1440                                      | Construção e Aquisição de Mobiliário de CRAS              | 0,00          | 900.000,00   | 0,00       | 900.000,00   |
| 08.244.0103.2103                                      | Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual           | 0,00          | 0,00         | 265.000,00 | 265.000,00   |
| 08.244.0103.2116                                      | Proteção Especial de Média Complexidade Estadual          | 0,00          | 0,00         | 300.000,00 | 300.000,00   |
| 08.244.0103.2132                                      | Proteção Social Básica Estadual                           | 0,00          | 0,00         | 280.000,00 | 280.000,00   |
| Total Unidade   |   | 0,00          | 1.462.000,00 | 845.000,00 | 2.307.000,00 |
| 006 - Programas Federais                              |   |               |              |            |              |
| Código  | Especificação   | Op. Especiais | Projetos     | Atividades | Total        |
| 08  | Assistência Social  | 0,00          | 73.000,00    | 0,00       | 73.000,00    |
| 08.244  | Assistência Comunitária                                   | 0,00          | 73.000,00    | 0,00       | 73.000,00    |
| 08.244.0103   | Equidade, justiça social e cultura da paz                 | 0,00          | 73.000,00    | 0,00       | 73.000,00    |
| 08.244.0103.1437                                      | Programa Aprimora Rede                                    | 0,00          | 1.000,00     | 0,00       | 1.000,00     |
| 08.244.0103.1438                                      | AEPETI - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação    | 0,00          | 72.000,00    | 0,00       | 72.000,00    |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Entidade: 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Ano LOA: 2017

**50 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****006 - Programas Federais**

| Código | Especificação        | Op. Especiais | Projetos            | Atividades          | Total               |
|--------|----------------------|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|        | <b>Total Unidade</b> | <b>0,00</b>   | <b>73.000,00</b>    | <b>0,00</b>         | <b>73.000,00</b>    |
|        | <b>Total Órgão</b>   | <b>0,00</b>   | <b>3.085.458,00</b> | <b>1.496.000,00</b> | <b>4.581.458,00</b> |
|        | <b>Total Geral</b>   | <b>0,00</b>   | <b>3.085.458,00</b> | <b>1.496.000,00</b> | <b>4.581.458,00</b> |

\_\_\_\_\_  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4

**LEI 5.789 - ANEXO 10****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Prestação de Contas

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Entidade: 3,113

Atualizado: Não Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017

| RECEITAS   | Orçado         |
|--|----------------|
| <b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b> | 113.097.000,00 |
| Impostos   | 35.618.000,00  |
| Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos                                | 8.554.000,00   |
| Receitas de Transferências Constitucionais e Legais                              | 68.925.000,00  |
| Da União   | 26.170.000,00  |
| Do Estado  | 42.755.000,00  |
| <b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>              | 64.581.500,00  |
| Da União para o Município  | 59.732.000,00  |
| Do Estado para o Município   | 4.849.500,00   |
| Demais Municípios para o Município   | 0,00           |
| Outras Receitas do SUS   | 0,00           |
| <b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>                 | 0,00           |
| <b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>   | 96.474.222,00  |
| <b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>   | 13.785.000,00  |
| <b>TOTAL</b>   | 260.367.722,00 |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)                            | Orçado         |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  | 83.904.198,00  |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 16.471.298,00  |
| Juros e Encargos da Dívida   | 3.000,00       |
| Outras Despesas Correntes  | 67.429.900,00  |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   | 8.202.770,46   |
| Investimentos  | 7.502.770,46   |
| Inversões Financeiras  | 0,00           |
| Amortização da Dívida  | 700.000,00     |
| <b>TOTAL (IV)</b>  | 92.106.968,46  |
| DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE                         | Orçado         |
| <b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>   | 92.106.968,46  |
| <b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>                                  | 0,00           |
| <b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>             | 65.306.270,46  |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS                       | 65.296.270,46  |
| Recursos de Operações de Crédito   | 0,00           |
| Outros Recursos  | 10.000,00      |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>   | 26.800.698,00  |
| <b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>                                | 23,40          |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)   | Orçado         |
| Atenção Básica   | 41.594.968,46  |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial  | 49.707.000,00  |
| Suporte Profilático e Terapêutico  | 0,00           |
| Vigilância Sanitária   | 380.000,00     |
| Vigilância Epidemiológica  | 385.000,00     |
| Alimentação e Nutrição   | 0,00           |
| Outras Subfunções  | 40.000,00      |
| <b>TOTAL</b>   | 92.106.968,46  |

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI COMPLEMENTAR Nº 342, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 342, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário do município de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Municipal, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o inciso I, do art. 290, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 290. [...]

I – Mensalmente, até o dia 25 (vinte e cinco) ou o primeiro dia útil subsequente, do mês seguinte àquele em que ocorrer o fato gerador ou for efetuada a retenção na fonte pagadora, para contribuintes com tributação variável". (NR)

Art. 2º Acrescenta o parágrafo único e altera o inciso I, do art. 419-A, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 419-A. [...]

I – Serão isentos do Preço Público, previsto no código 24, do art. 419, os contribuintes que emitirem seu carnê de IPTU pela Internet, no prazo e forma definidos no Decreto regulamentador; Parágrafo único. O contribuinte que emitir o carnê de IPTU através da Internet, nos termos do inciso I, ficará vinculado automaticamente a esta modalidade, sendo que para tornar a receber o carnê impresso pela gráfica, o contribuinte deverá protocolar o pedido através do sistema próprio na Internet". (NR)

Art. 3º Fica alterado o art. 322 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o código tributário no município de Rio do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 322. Não efetuar a entrega de informações previstas no Decreto nº 184/2007, no prazo legal:

MULTA de 20 (vinte) UFM's por informação, conforme o regulamento." (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

MARIO MIGUEL

**RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013**

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 11/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Contratante: Câmara de Vereadores de Rio do Sul

Contratada: Empresa Telefônica Brasil S/A - VIVO

Objeto: Fornecimento em comodato de 10 (dez) smartphones, conforme especificações do Item 01 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 04 (quatro) smartphones, conforme especificações do Item 02 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 12 (doze) aparelhos de telefonia móvel, conforme especificações do Item 03 do Anexo I – Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 26 (vinte e seis) chips para telefone celular, com tecnologia GSM; 01 pacote compartilhado de 5.000 (cinco mil) SMS mensal; 01 pacote de voz compartilhada de 5.000 (cinco mil) minutos mensal, incluindo ligações VC-1, VC-2 e VC-3, podendo estes dois últimos ser subcontratados e portabilidade dos números já utilizados pela Câmara Municipal de Rio do Sul; 11 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 3 Gb cada com micro-chips incluso, para uso dos tablets já existentes na Câmara; 14 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 600 Mb cada, para uso nos 14 smartphones.

Valor: Fica Alterado o item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato nº 11/2013, passando-se a vigor com a seguinte redação: para a execução do presente contrato será pago à Contratada o valor total estimado em R\$ 52.001,64. O índice acumulado de setembro de 2015 a agosto de 2016 utilizado para reajustar os valores é o índice de Serviço de Telecomunicações (IST) no percentual de 8,11262%. Vigência: Fica alterada a Cláusula Segunda – VIGÊNCIA do contrato nº 11/2013, passando-se a vigência do contrato a partir de 20 de outubro de 2016 a 19 de outubro de 2017.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

ALEX SANDRO MARTINS DE LIMA

LUIS AUGUSTO SANDER

Empresa Telefônica Brasil S/A

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**EXTRATO CT Nº. 195/2016 DATA: 22/11/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016 - EDITAL**  
**DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS**  
**DE ENGENHARIA CONTRATO: TERRABASE**  
**TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA OBJETO:**  
**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RCD 080 – TRECHO**  
**III-B, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS,**  
**CRONOGRAMAS, DESCRITIV**

CT nº. 195/2016

DATA: 22/11/2016

Processo Licitatório Nº 85/2016 - Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

CONTRATO: TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA  
OBJETO: Pavimentação Asfáltica da RCD 080 – trecho III-B, conforme projetos, memoriais, cronogramas, descritivos e planilhas.

INÍCIO: 22/11/2016

TÉRMINO: 22/05/2017

VALOR: Total de R\$ R\$198.635,29 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos)

**EXTRATO CT Nº. 196/2016 DATA: 24/11/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

CT nº. 196/2016

DATA: 24/11/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: SUPERAR LTDA ME,  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO

INÍCIO: 24/11/2016

TÉRMINO: 24/11/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 94/2016.

**EXTRATO CT Nº. 197/2016 DATA: 06/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**ABC & MÃO-DE-OBRAS COMÉRCIO DE VIDROS,**  
**CALHAS E ACESSÓRIOS PARA VIDROS TEMPERADOS**  
**E COMERCIO DE AR CONDICIONADO**

CT nº. 197/2016

DATA: 06/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: ABC & MÃO-DE-OBRAS COMÉRCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESSÓRIOS PARA VIDROS TEMPERADOS E COMERCIO DE AR CONDICIONADO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VIDROS

INÍCIO: 06/12/2016

TÉRMINO: 06/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2016.

**EXTRATO CT Nº. 198/2016 DATA: 07/12/2016**  
**ACORDO ADMINISTRATIVO INSTRUMENTO**  
**CONTRATUAL DE TRANSAÇÃO AMIGÁVEL PARA FINS**  
**DE INDENIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DE BEM**  
**IMÓVEL.**

CT nº. 198/2016

DATA: 07/12/2016

ACORDO ADMINISTRATIVO INSTRUMENTO CONTRATUAL DE TRANSAÇÃO AMIGÁVEL PARA FINS DE INDENIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DE BEM IMÓVEL.

CONTRATO: RONIDES DADAM

OBJETO: TRANSIÇÃO AMIGAVEL AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

INÍCIO: 07/12/2016

TÉRMINO: 07/12/2017

VALOR: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

**EXTRATO CT Nº. 199/2016 DATA: 09/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: 3A**  
**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP OBJETO:**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BASE**  
**PARA ASFALTO**

CT nº. 199/2016

DATA: 09/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BASE PARA ASFALTO

INÍCIO: 09/12/2016

TÉRMINO: 09/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 97/2016.

**EXTRATO CT Nº. 200/2016 DATA: 09/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES**  
**LTDA, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA**  
**AQUISIÇÃO DE BASE PARA ASFALTO**

CT nº. 200/2016

DATA: 09/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BASE PARA ASFALTO

INÍCIO: 09/12/2016

TÉRMINO: 09/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 97/2016.

**EXTRATO CT Nº. 201/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**ADL COMERCIAL EIRELI EPP OBJETO: AQUISIÇÃO**  
**DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)**

CT nº. 201/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: ADL COMERCIAL EIRELI EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 202/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME OBJETO: AQUISIÇÃO**  
**DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)**

CT nº. 202/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 203/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM**  
**JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GILMAR**  
**SANI ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS**  
**DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)**

CT nº. 203/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: GILMAR SANI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 204/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME**  
**OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**  
**(EDUCAÇÃO)**

CT nº. 204/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 205/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME**  
**OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**  
**(EDUCAÇÃO)**

CT nº. 205/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 206/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR**  
**ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO:**  
**RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA OBJETO:**  
**AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**  
**(EDUCAÇÃO)**

CT nº. 206/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.

**EXTRATO CT Nº. 207/2016 DATA: 12/12/2016**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE:**  
**PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM**  
**JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TECNOLAR**  
**REFRIGERAÇÃO LTDA ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE**  
**UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)**

CT nº. 207/2016

DATA: 12/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2016. MODALIDADE: PREGÃO  
PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor  
Preço

CONTRATO: TECNOLAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (EDUCAÇÃO)

INÍCIO: 12/12/2016

TÉRMINO: 12/12/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 98/2016.



# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.780/2016

DECRETO Nº 3.780/2016

NOMEIA O TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Senhor MILTON AIMI, ocupante do cargo de Agente Financeiro, para desempenhar as atribuições de TESOUREIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA – SC E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROMELÂNDIA – SC no período de 16 de dezembro de 2016 a 15 de janeiro de 2017, em que a titular, senhora NEIDE MARTA GIOTTO KUHN, encontra-se em gozo de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 16 de dezembro de 2016.  
VALDOCI SAUL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

DARIZ GENZ  
Auxiliar Movimento Econômico

### LEI MUNICIPAL 2.219/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.219/2016

CRIA PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA PARA REALIZAÇÃO DE SILAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo a Agricultura no Município de Romelândia para o exercício de 2017, exclusivamente na forma de subsídio, nos termos da presente Lei.

Art. 2º - O Programa tem por objetivo incentivar o desenvolvimento da atividade agropecuária, através da concessão de subsídio, aos agricultores, das despesas provenientes da contratação de máquinas e equipamentos para realização de SILAGEM.

Art. 3º - Para efeitos do benefício de que trata a presente Lei o agricultor interessado deverá inscrever-se junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo também que os agricultores poderão escolher o prestador de serviço observando que o mesmo seja do Município e se caso não haver disponibilidade poderá contratar o prestador de outros municípios.

Art. 4º - A concessão do incentivo será de R\$ 200,00 (duzentos reais) por hectare de milho destinado a silagem, limitada ao valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais), equivalente a 5 (cinco)

hectares destinados à silagem.

Art. 5º - O incentivo será proporcional as notas de venda emitidas no ano, tendo como base o ano de 2016, cabendo ao agricultor direito a 10% do valor de direito para cada nota fiscal de venda emitida, limitado a 100%, sendo o pagamento efetuado conforme artigo quarto.

§ 1º - Cada agricultor no ato da solicitação de vistoria da área de silagem deverá passar no setor de exatonia (blocos) e solicitar o relatório de movimentação.

§ 2º - Para agricultores que trabalham com bovinocultura de corte, fica estabelecido o direito de 10% do valor de direito para cada 3 bovinos comercializados (vendidos) com nota fiscal.

Art. 6º - Não terá direito ao benefício, nem poderá ser contratado para realizar serviços de máquinas quem estiver inadimplente com o Tesouro Municipal ou não tenha se inscrito previamente junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - A realização de serviços através deste Programa deverá receber previa autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em documento especialmente criado para este fim.

Art. 8º - O ressarcimento de despesas a título de incentivo será feito mediante prévio laudo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de que os serviços foram executados devidamente acompanhados com laudo técnico e da Nota Fiscal do prestador de serviços para fins de tributação dos serviços prestados.

Art. 9º - Para fins de realização do Programa de Incentivo de que trata a presente Lei serão aplicados no exercício de 2017, até o valor de R\$ 345.972,00 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais) correspondente a 1.572,60 (um mil, quinhentos e setenta e dois reais, sessenta centavos) hectares destinados para silagem.

Art. 10º - As despesas provenientes da aplicação da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC, em 09 de Dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
16 de dezembro de 2016.  
VALDOCI SAUL  
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz  
Auxiliar de Movimento Econômico



**LEI MUNICIPAL 2.220/2016**

|   |  |
|---|--|
| LEI MUNICIPAL Nº. 2.220/2016  |  |
| AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR MEDIANTE DOAÇÃO AO LEGISLATIVO MUNICIPAL, IMÓVEL URBANO NECESSÁRIO À CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO DE ROMELÂNDIA.                            |  |
| VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei |  |

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar ao Poder Legislativo Municipal, em sua totalidade, para fins de construção da sede da Câmara de Vereadores de Romelândia, o seguinte imóvel urbano: Parte do Lote Urbano nº 421, com 635,00m, localizado na Rua Sargento Tizziani, objeto da Matrícula nº. 5.630, da Serventia Registral Imobiliária de São Miguel do Oeste - SC, confrontando ao NORTE: por duas linhas, uma com os Lotes Urbanos nº. (419 e 420), na extensão de 28,00 metros, e outra com Parte restante do mesmo Lote Urbano nº. (421), na extensão de 5,00 metros, ambos da Prefeitura Municipal de Romelândia, Matrícula nº. 5.630; ao SUL: com os Lotes Urbanos nº (422 e 423), na extensão de 33,00 metros, de Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A, Matrícula nº. 4.346; ao OESTE: por duas linhas, com a Parte restante do mesmo Lote Urbano nº (421), nas extensões de 15,00 e 5,00 metros, da Prefeitura Municipal de Romelândia, Matrícula nº. 5.630; ao LESTE: COM A Rua Sargento Tizziani, na extensão de 20,00 metros.

Art. 2º O prazo para construção da sede da Câmara de Vereadores é de 08 (oito) anos.

Parágrafo único. A não utilização da área pelo prazo acima, reverterá o patrimônio doado ao Município de Romelândia.

Art. 3º É vedado ao Poder Legislativo vender, doar, trocar, locar ou por qualquer fora de alienação transferir a terceiro à área doada.

Parágrafo único. Em caso de desvio de finalidade a área doada deverá retornar ao domínio do Município.

Art. 4º A doação a que se refere esta lei tem caráter de irretratabilidade e de irrevogabilidade.

Art. 5º Após efetivada a doação fica a Donatária autorizada realizar a divisão do imóvel em conformidade com as descrições contidas nesta lei e seus anexos, tudo conforme a Escritura Pública de Doação.

Art. 6º As despesas com a lavratura e registro da Escritura Pública de doação, bem como os encargos dela inerentes serão suportadas pelo Donatário.

Art. 7º O laudo de avaliação integrará a escritura pública de doação e esta lei para todos os fins.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,

16 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

**LEI MUNICIPAL 2.221/2016**

|                              |  |
|------------------------------|--|
| LEI MUNICIPAL Nº. 2.221/2016 |  |
|                              |  |
|                              |  |
|                              |  |

INCLUI AÇÕES DE GOVERNO NO PLANO PLURIANUAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, lei municipal nº 2.071/2013, de 12 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão das Ações de Governo, assim discriminadas:

| Programa | Nº. Ação | Descrição | Valor |
|----------|----------|-----------|-------|
|----------|----------|-----------|-------|

|                           |       |  |            |
|---------------------------|-------|--|------------|
| 01 – Processo Legislativo | 1.049 | Construção da Sede Própria da Câmara Municipal de Vereadores | 100.000,00 |
|---------------------------|-------|--|------------|

Art. 2º. Os anexos PPA 2014/2017 - Demonstrativo de Programas e Ações, são parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
16 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

## LEI MUNICIPAL 2.222/2016

|                              |  |  |
|------------------------------|--|--|
| LEI MUNICIPAL Nº. 2.222/2016 |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              | DISPÕE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  |  |
|                              | VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei: |  |

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º - Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2.º, Lei n.º 4.320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ Único - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2.º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

- I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- III - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;
- IV - assistência à criança e ao adolescente;
- V - melhoria da infra-estrutura urbana;

### CAPÍTULO II

#### METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3.º - As metas-fim da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 especificadas nos Anexos V e VI, que integram esta Lei, também estarão estabelecidas por programas constantes do plano Plurianual relativo ao período 2014/2017.

### Capítulo III

#### DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

Art. 4.º - As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2017 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrados em:

Tabela I – Metas Anuais;

Tabela II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

§ Único - As tabelas I, e III de que trata o ☐caput☐ são expressas em valores correntes e constantes, caso ocorra mudanças no cenário macro-econômico do país seus valores poderão ser alterados, conforme Decreto do Executivo.

Art. 5.º - Integra esta lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e as subfunções às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria STN nº 42, de 14 de abril de 1999.

Art. 7º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos Municipais, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), dobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Demonstrativos:

I – Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/64);

II - Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64);

III - Natureza da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64);

IV - Funções e Sub funções de Governo (Anexo 5, da Lei 4.320/64);

V – Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6, da Lei 4.320/64);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de funções, subfunções e programas, por projetos, atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000;

X - Demonstrativo da Evolução das despesas, conforme art. 22, inciso III, da lei nº 4.320/64;

Art. 9º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá os anexos citados no artigo 8º desta Lei.

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, ☐a☐, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 11 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Art. 12 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 13 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 14 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,15% (zero vírgula quinze por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO VI, (Art. 5º, III, ☐ da LRF).

Art. 15 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 17 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, ☐ e 26 da LRF)

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo Único da CF).

Art. 19 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93,

devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 20 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Art. 21 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 22 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 23 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 24 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 25 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, ☐e☐ da LRF)

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, ☐e☐ da LRF).

Art. 26 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, ☐e☐ e 9º, § 4º da LRF)

Art. 27 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 29 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 30 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 33 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;



- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Romelândia, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o □34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização□.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 - O Executivo Municipal autorizado em lei poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 36 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 37 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal que a apreciará e a devolverá para sanção no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 40 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
16 de dezembro de 2016.  
VALDOCI SAUL  
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz  
Auxiliar de Movimento Econômico

**LEI MUNICIPAL 2.223/2016**

|                              |  |  |
|------------------------------|--|--|
| LEI MUNICIPAL Nº. 2.223/2016 |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              |  |  |
|                              | ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  |  |
|                              | VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos: |  |

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O orçamento geral do Município de Romelândia, para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.178.475,56 (Quinze milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), e compreende a administração direta (Prefeitura Municipal), a administração indireta (Fundo Municipal de Saúde) e a Câmara Municipal.

**DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 14.061.777,60 (Quatorze milhões, sessenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 10.728.597,60 (Dez milhões, setecentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), proporcionando um superávit orçamentário de R\$ 3.333.180,00 (Três milhões, trezentos e trinta e três mil e cento e oitenta reais).

§ 1º - A Receita da Unidade Gestora Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros a seguir, com o seguinte desdobramento:

| ESPECIFICAÇÕES                      | VALOR (R\$)    |
|-------------------------------------|----------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES               | 14.590.827,60  |
| 1.1. Receita Tributária             | 907.000,00     |
| 1.2. Receita de Contribuições       | 149.750,00     |
| 1.3. Receita Patrimonial            | 55.800,00      |
| 1.6. Receita de Serviços            | 50.000,00      |
| 1.7. Transferências Correntes       | 13.270.777,60  |
| 1.9. Outras Receitas Correntes      | 157.500,00     |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL              | 1.675.750,00   |
| 2.2. Alienação de Bens              | 70.000,00      |
| 2.4. Transferências de Capital      | 1.605.750,00   |
| 9.1. Dedução da Receita Corrente    | (2.204.800,00) |
| (-) Dedução desconto Concedido IPTU | (11.500,00)    |
| (-) Retenção FUNDEB                 | (2.193.300,00) |
| TOTAL                               | 14.061.777,60  |

§ 2º - As Despesas da Prefeitura Municipal serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

| ESPECIFICAÇÃO  | VALOR         |
|--|---------------|
| Gabinete do Prefeito                                   | 330.000,00    |
| Secretaria de Administração e Fazenda                  | 2.398.340,00  |
| Secretaria de Assistência Social e Habitação           | 648.377,60    |
| Secretaria de Educação, Cultura e Esporte              | 3.263.180,00  |
| Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente              | 2.160.000,00  |
| Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos    | 1.908.700,00  |
| Reserva de Contingência                                | 20.000,00     |
| SOMA   | 10.728.597,60 |
| Transferências Financeiras a CÂMARA MUNICIPAL          | 780.000,00    |
| Transferências Financeiras ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.553.180,00  |



|       |               |
|-------|---------------|
| TOTAL | 14.061.777,60 |
|-------|---------------|

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| ESPECIFICAÇÃO  | VALOR         |
|--|---------------|
| DESPESAS CORRENTES                                     | 8.650.280,96  |
| Pessoal e Encargos Sociais                             | 4.941.500,00  |
| Transf. A Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos    | 186.000,00    |
| Outras Despesas Correntes                              | 3.522.780,96  |
| DESPESAS DE CAPITAL                                    | 2.058.316,64  |
| Investimentos  | 1.761.350,00  |
| Amortização Financiamento                              | 296.966,64    |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA                                | 20.000,00     |
| SOMA   | 10.728.597,60 |
| Transferências Financeiras a CÂMARA MUNICIPAL          | 780.000,00    |
| Transferências Financeiras ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.553.180,00  |
| TOTAL  | 14.061.777,60 |

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Câmara Municipal de Romelândia, para o exercício de 2017, fixa a Despesa em R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais), proporcionando um DÉFICIT de R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais),

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| Transferências Financeiras Recebidas | 780.000,00 |
| TOTAL                                | 780.000,00 |

§ 1º - As despesas da Câmara Municipal serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação Funcional-Programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| ESPECIFICAÇÃO                                       | VALOR      |
|---|------------|
| Câmara Municipal                                    | 780.000,00 |
| TOTAL   | 780.000,00 |
| IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA               |            |
| DESPESAS CORRENTES                                  | 665.000,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais                          | 546.000,00 |
| Transf. A Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos | 6.500,00   |
| Outras Despesas Correntes                           | 112.500,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL                                 | 115.000,00 |
| Investimentos                                       | 115.000,00 |
| TOTAL   | 780.000,00 |

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Romelândia, para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.116.697,96 (Um milhão, cento e dezesseis mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 3.669.877,96 (Três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos), proporcionando um DÉFICIT de R\$ 2.553.180,00 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, cento e oitenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas e transferências da União Federal e do Estado, discriminadas nos anexos, com o seguinte desdobramento:

|                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES         | 1.116.697,96 |
| 1.1 Receita Tributaria        | 14.000,00    |
| 1.3. Receita Patrimonial      | 12.300,00    |
| 1.7. Transferências Correntes | 1.090.397,96 |

|                                      |              |
|--------------------------------------|--------------|
| TOTAL                                | 1.116.697,96 |
| Transferências financeiras Recebidas | 2.553.180,00 |
| TOTAL                                | 3.669.877,96 |

§ 2º - As despesas do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação Funcional-Programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

|                          |              |
|--------------------------|--------------|
| ESPECIFICAÇÃO            | VALOR        |
| Fundo Municipal de Saúde | 3.669.877,96 |
| TOTAL                    | 3.669.877,96 |

|                                       |              |
|---------------------------------------|--------------|
| IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA |              |
| DESPESAS CORRENTES                    | 3.647.212,96 |
| Pessoal e Encargos Sociais            | 2.184.539,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos  | 65.000,00    |
| Outras Despesas Correntes             | 1.397.673,96 |
| DESPESAS DE CAPITAL                   | 22.665,00    |
| Investimentos                         | 22.665,00    |
| TOTAL                                 | 3.669.877,96 |

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis, constantes no anexo VI, da Lei de Diretrizes orçamentárias 2017.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado por ato próprio a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais, por ato próprio, até o limite de 2% da receita líquida estimada para o exercício de 2017, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – superávit financeiro do exercício anterior; e,

III – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

Parágrafo único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º – Os projetos, atividades ou operações especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do estado, Operações de Crédito, alienação de ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF e Portaria Conjunta 02/2007.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria Conjunta 02/2007.

Art. 9º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 – Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante autorização Legislativa.

Art. 11 – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, desde que homologados pelo Poder Legislativo.

Art. 12 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal e Estadual, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13 - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei.

Art. 14 – A presente Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 15 – Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
16 de dezembro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### DECRETO 1086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

DECRETO Nº 1086, DE 15 DEZEMBRO DE 2016.

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO E AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 104, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no Artigo 8º e Artigo 13º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, (LRF),

### DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação pertinentes a execução orçamentária do Município de Santa Cecília para o exercício financeiro de 2017, de acordo com os quadros demonstrativos constantes dos Anexos I e II deste decreto, em cumprimento as normas fixadas pelo Artigo 8º e Artigo 13º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - (LRF).

Art. 2º. Ficam aprovados a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais constantes dos Anexos I e II, III, IV e V deste Decreto, os quais fazem parte integrante e inseparável do mesmo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Santa Cecília, 15 dezembro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

Este decreto foi publicado no átrio  
Da Prefeitura Municipal na data de..  
2016

**1086/2016**

Exercício de 2016

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: SANTA CECILIA

| Código                 | Especificação                         | Bimestre 1          | Bimestre 2          | Bimestre 3          | Bimestre 4          | Bimestre 5          | Bimestre 6          | Total                |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| 4.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS                              | 8.361.955,34        | 7.301.461,49        | 8.635.491,68        | 6.657.615,80        | 6.385.780,94        | 7.268.194,75        | 44.610.500,00        |
| 4.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES                    | 6.236.325,13        | 5.628.410,79        | 5.839.654,92        | 5.330.958,14        | 5.652.094,42        | 6.963.056,60        | 35.650.500,00        |
| 4.1.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA                    | 988.032,14          | 725.578,66          | 754.856,40          | 515.326,99          | 594.702,38          | 1.156.503,43        | 4.735.000,00         |
| 9.1.1.0.00.00.00.00.00 | DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.       | -65.256,70          | -7.760,52           | -5.083,51           | -191,38             | -2.544,25           | -313,64             | -81.150,00           |
| 4.1.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES             | 91.859,68           | 180.119,54          | 93.717,17           | 172.363,56          | 86.969,34           | 274.970,71          | 900.000,00           |
| 4.1.3.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL                   | 12.313,71           | 24.489,97           | 26.071,52           | 25.617,15           | 28.796,86           | 34.760,79           | 152.050,00           |
| 9.1.3.0.00.00.00.00.00 | dedução de rec aluguéis               | -16,66              | -16,66              | -16,66              | -16,66              | -16,66              | -16,70              | -100,00              |
| 4.1.6.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS                   | 2.166,66            | 166,66              | 166,66              | 166,66              | 166,66              | 2.166,70            | 5.000,00             |
| 9.1.7.0.00.00.00.00.00 | DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE          | -830.211,88         | -683.938,58         | -782.388,95         | -669.362,98         | -749.855,59         | -804.242,02         | -4.520.000,00        |
| 4.1.7.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES              | 5.897.617,37        | 5.310.325,08        | 5.685.684,87        | 5.149.126,09        | 5.561.152,80        | 6.209.093,79        | 33.813.000,00        |
| 9.1.9.0.00.00.00.00.00 | Deduções de outras receitas correntes | -2.578,12           | -9.810,03           | -6.408,60           | -4.063,89           | -3.599,10           | -1.840,26           | -28.300,00           |
| 4.1.9.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES             | 142.398,93          | 89.256,67           | 73.056,02           | 141.992,60          | 136.321,98          | 91.973,80           | 675.000,00           |
| 4.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL                   | 2.125.630,21        | 1.673.050,70        | 2.795.836,76        | 1.326.657,66        | 733.686,52          | 305.138,15          | 8.960.000,00         |
| 4.2.1.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO                  | 2.088.349,24        | 83.333,34           | 2.033.817,30        | 83.333,34           | 83.333,34           | 127.833,44          | 4.500.000,00         |
| 4.2.2.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS                     | 26.666,66           | 147.684,06          | 69.933,06           | 44.497,99           | 44.551,53           | 26.666,70           | 360.000,00           |
| 4.2.4.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL             | 10.614,31           | 1.442.033,30        | 692.086,40          | 1.196.826,33        | 605.801,65          | 150.638,01          | 4.100.000,00         |
| <b>TOTAL GERAL:</b>    |                                       | <b>8.361.955,34</b> | <b>7.301.461,49</b> | <b>8.635.491,68</b> | <b>6.657.615,80</b> | <b>6.385.780,94</b> | <b>7.268.194,75</b> | <b>44.610.500,00</b> |

SANTA CECILIA , 16/12/2016

EDSON LUIZ MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

1086/2016

Página: 1/4  
Data: 16/12/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por Empenho

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**

| Código                | Especificação                                      | 1º Bimestre         | 2º Bimestre         | 3º Bimestre         | 4º Bimestre         | 5º Bimestre         | 6º Bimestre         | Total                |
|-----------------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES                                 | 3.309.919,33        | 3.596.231,00        | 3.520.624,28        | 3.417.331,39        | 3.307.761,00        | 3.851.011,50        | 21.002.878,50        |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                         | 1.481.439,38        | 1.536.439,38        | 1.569.772,73        | 1.590.106,04        | 1.580.106,04        | 2.322.014,93        | 10.079.878,50        |
| 3.1.1.00.00.00.00.00  | Transf. a Consórcios Públicos                      | 10.833,32           | 10.833,32           | 10.833,32           | 10.833,32           | 10.833,32           | 10.833,40           | 65.000,00            |
| 3.1.1.90.00.00.00.00  | Aplicações Diretas                                 | 1.470.606,06        | 1.525.606,06        | 1.558.939,41        | 1.579.272,72        | 1.569.272,72        | 2.311.181,53        | 10.014.878,50        |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA                         | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 105.000,00           |
| 3.2.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                                 | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 17.500,00           | 105.000,00           |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                          | 1.810.979,95        | 2.042.291,62        | 1.933.351,55        | 1.809.725,35        | 1.710.154,96        | 1.511.496,57        | 10.818.000,00        |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu | 43.333,34           | 43.333,34           | 43.333,34           | 43.333,34           | 43.333,34           | 43.333,30           | 260.000,00           |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos               | 52.333,32           | 52.333,32           | 52.333,32           | 52.333,32           | 52.333,32           | 52.333,40           | 314.000,00           |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                                 | 1.715.313,29        | 1.946.624,96        | 1.837.684,89        | 1.714.058,69        | 1.614.488,30        | 1.415.829,87        | 10.244.000,00        |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                                | 1.531.333,31        | 3.336.345,64        | 3.779.571,01        | 3.058.383,28        | 1.225.033,29        | 1.048.204,97        | 13.978.871,50        |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS                                      | 1.304.666,65        | 3.099.678,98        | 3.477.904,35        | 2.686.716,62        | 853.366,63          | 676.538,27          | 12.098.871,50        |
| 4.4.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos               | 833,34              | 10.833,34           | 20.833,34           | 10.833,34           | 10.833,34           | 833,30              | 55.000,00            |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                                 | 1.303.833,31        | 3.088.845,64        | 3.457.071,01        | 2.675.883,28        | 842.533,29          | 675.704,97          | 12.043.871,50        |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA                              | 226.666,66          | 236.666,66          | 301.666,66          | 371.666,66          | 371.666,66          | 371.666,70          | 1.890.000,00         |
| 4.6.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas                                 | 226.666,66          | 236.666,66          | 301.666,66          | 371.666,66          | 371.666,66          | 371.666,70          | 1.890.000,00         |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,70           | 280.000,00           |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,70           | 280.000,00           |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA                            | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,66           | 46.666,70           | 280.000,00           |
| <b>Totais:</b>        |  | <b>4.887.919,30</b> | <b>6.979.243,30</b> | <b>7.346.861,95</b> | <b>6.522.381,33</b> | <b>4.579.460,95</b> | <b>4.945.883,17</b> | <b>35.261.750,00</b> |

Página: 2/4  
Data: 16/12/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por Empenho

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA**

| Código                | Especificação                                      | 1º Bimestre         | 2º Bimestre         | 3º Bimestre         | 4º Bimestre         | 5º Bimestre         | 6º Bimestre         | Total               |
|-----------------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES                                 | 1.117.825,05        | 1.160.733,37        | 1.094.400,06        | 1.129.400,06        | 1.125.041,69        | 1.086.249,77        | 6.713.650,00        |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                         | 680.325,01          | 719.566,68          | 719.566,68          | 719.566,68          | 717.291,65          | 761.083,30          | 4.317.400,00        |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas                                 | 680.325,01          | 719.566,68          | 719.566,68          | 719.566,68          | 717.291,65          | 761.083,30          | 4.317.400,00        |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                          | 437.500,04          | 441.166,69          | 374.833,38          | 409.833,38          | 407.750,04          | 325.166,47          | 2.396.250,00        |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 40.000,00           | 40.000,00           | 40.000,00           | 40.000,00           | 40.000,00           | 40.000,00           | 240.000,00          |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos               | 19.166,68           | 19.166,68           | 19.166,68           | 19.166,68           | 19.166,68           | 19.166,60           | 115.000,00          |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas                                 | 378.333,36          | 382.000,01          | 315.666,70          | 350.666,70          | 348.583,36          | 265.999,87          | 2.041.250,00        |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL                                | 324.666,66          | 680.166,66          | 412.500,01          | 300.583,32          | 113.333,32          | 90.000,03           | 1.921.250,00        |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS                                      | 324.666,66          | 680.166,66          | 412.500,01          | 300.583,32          | 113.333,32          | 90.000,03           | 1.921.250,00        |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas                                 | 324.666,66          | 680.166,66          | 412.500,01          | 300.583,32          | 113.333,32          | 90.000,03           | 1.921.250,00        |
| <b>Totais:</b>        |  | <b>1.442.491,71</b> | <b>1.840.900,03</b> | <b>1.506.900,07</b> | <b>1.429.983,38</b> | <b>1.238.375,01</b> | <b>1.176.249,80</b> | <b>8.634.900,00</b> |



Página: 3/4  
Data: 16/12/2016

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017**  
Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

| Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA |  | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total        |
|---|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Código  | Especificação                                      |             |             |             |             |             |             |              |
| 3.0.00.00.00.00.00.00                           | DESPESAS CORRENTES                                 | 184.833,34  | 219.333,34  | 219.333,34  | 219.333,34  | 219.333,34  | 227.833,30  | 1.290.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00                           | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                         | 159.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 197.000,00  | 1.068.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                                 | 159.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 178.000,00  | 197.000,00  | 1.068.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00                           | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                          | 25.833,34   | 41.333,34   | 41.333,34   | 41.333,34   | 41.333,34   | 30.833,30   | 222.000,00   |
| 3.3.50.00.00.00.00.00                           | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 333,34      | 333,34      | 333,34      | 333,34      | 333,34      | 333,30      | 2.000,00     |
| 3.3.90.00.00.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                                 | 25.500,00   | 41.000,00   | 41.000,00   | 41.000,00   | 41.000,00   | 30.500,00   | 220.000,00   |
| 4.0.00.00.00.00.00.00                           | DESPESAS DE CAPITAL                                | 45.000,00   | 67.000,00   | 68.000,00   | 5.000,00    | 10.000,00   | 5.000,00    | 200.000,00   |
| 4.4.00.00.00.00.00.00                           | INVESTIMENTOS                                      | 45.000,00   | 67.000,00   | 68.000,00   | 5.000,00    | 10.000,00   | 5.000,00    | 200.000,00   |
| 4.4.90.00.00.00.00.00                           | Aplicacoes Diretas                                 | 45.000,00   | 67.000,00   | 68.000,00   | 5.000,00    | 10.000,00   | 5.000,00    | 200.000,00   |
| Totais:   |  | 229.833,34  | 286.333,34  | 287.333,34  | 224.333,34  | 229.333,34  | 232.833,30  | 1.490.000,00 |

Página: 4/4

Data: 16/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

| Entidade: 7 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES SANTA CECILIA |                            |              |              |              |              |              |              |               |  |  |  |
|--|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--|--|--|
| Código   | Especificação              | 1º Bimestre  | 2º Bimestre  | 3º Bimestre  | 4º Bimestre  | 5º Bimestre  | 6º Bimestre  | Total         |  |  |  |
| 3.0.00.00.00.00.00.00                                      | DESPESAS CORRENTES         | 25.333,33    | 26.666,66    | 26.666,66    | 26.666,66    | 26.666,66    | 28.000,03    | 160.000,00    |  |  |  |
| 3.1.00.00.00.00.00.00                                      | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 5.333,33     | 6.666,66     | 6.666,66     | 6.666,66     | 6.666,66     | 8.000,03     | 40.000,00     |  |  |  |
| 3.1.90.00.00.00.00.00                                      | Aplicacoes Diretas         | 5.333,33     | 6.666,66     | 6.666,66     | 6.666,66     | 6.666,66     | 8.000,03     | 40.000,00     |  |  |  |
| 3.3.00.00.00.00.00.00                                      | OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 120.000,00    |  |  |  |
| 3.3.90.00.00.00.00.00                                      | Aplicacoes Diretas         | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 20.000,00    | 120.000,00    |  |  |  |
| 4.0.00.00.00.00.00.00                                      | DESPESAS DE CAPITAL        | 20.000,00    | 45.000,00    | 74.000,00    | 79.000,00    | 21.000,00    | 16.000,00    | 255.000,00    |  |  |  |
| 4.4.00.00.00.00.00.00                                      | INVESTIMENTOS              | 20.000,00    | 45.000,00    | 74.000,00    | 79.000,00    | 21.000,00    | 16.000,00    | 255.000,00    |  |  |  |
| 4.4.90.00.00.00.00.00                                      | Aplicacoes Diretas         | 20.000,00    | 45.000,00    | 74.000,00    | 79.000,00    | 21.000,00    | 16.000,00    | 255.000,00    |  |  |  |
| Totais:  |                            | 45.333,33    | 71.666,66    | 100.666,66   | 105.666,66   | 47.666,66    | 44.000,03    | 415.000,00    |  |  |  |
| Total Geral:   |                            | 6.605.577,68 | 9.178.143,33 | 9.241.762,02 | 8.282.364,71 | 6.094.835,96 | 6.398.966,30 | 45.801.650,00 |  |  |  |

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

JOAO ERNESTO STEDILE

Contador CRC/SC 028049/O-2

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 078, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Decreto nº 078, de 14 de dezembro de 2016.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área de terra urbana, com extensão de 330,00m<sup>2</sup> (trezentos e trinta metros quadrados), localizada na Av. Manoel Porfírio de Melo, Quadra 104, Lote Urbano nº 10 – Vila Albina, nesta cidade, de propriedade de NADIR DE SOUZA PEREIRA, conforme matrícula nº 1.616, do CRI desta Comarca.

Art. 2º Os imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à ampliação do espaço em volta da Quadra Coberta da Escola Municipal Gov. Pedro Ivo Campos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário da Administração e Finanças

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 087/2016 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 087/2016 – CV Nº 087/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução de 01 (um) pavilhão em estrutura metálica com cobertura aluzinco, com área de 170,92 m<sup>2</sup> no CEI(Centro de Educação Infantil) do Jaguarari, e para execução de 01 (um) pavilhão em estrutura metálica com cobertura aluzinco, com área de 378,00 m<sup>2</sup> na Escola Wilson V. Pereira (Parque Rosita), onde tudo será executado conforme projetos, plantas, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos e cronograma físico financeiro. Com entrega dos envelopes até às 16h15min do dia 26 de Dezembro de 2016, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 16h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

e-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br).

Santa Rosa do Sul, 16 de Dezembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2016 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 088/2016- PR 088/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa ou pessoa física para aquisição de um ônibus urbano usado, ano 1998 a 2008, capacidade mínima para 43 passageiros, motor dianteiro a diesel, potência mínima 150 cv, e um micro-ônibus urbano usado, motor dianteiro a diesel, capacidade mínima para 25 passageiros, ano 1998 a 2006, potencia mínima 80 cv, e um micro-ônibus urbano usado, ano 2005 a 2010, motor dianteiro a diesel, capacidade mínima de 27 lugares, potencia mínima 80 cv. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h15min do dia 29 de Dezembro de 2016. Com credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul, 16 de Dezembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 089/2016 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 089/2016- PR 089/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços em locação de licença de uso de software de gestão pública para atender a Secretaria de Saúde do Município. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 16h30min do dia 29 de Dezembro de 2016. Com credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 16h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul, 16 de Dezembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 166A/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166A/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2016 - Processo Licitatório nº 035/2016 – TP

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude de ter havido muitos dias impraticáveis em função das chuvas, o que não permitiu o andamento normal dos trabalhos. Fica prorrogado a execução dos serviços por mais 60(sessenta) dias, em conformidade com o instrumento original do contrato e nos termos da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 03/10/2016.

**EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 169 AO 173/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2016

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2014 - Processo Licitatório nº 62/2014 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude do atraso dos tramites legais do término da obra, ocorrendo atraso. Fica prorrogado a execução dos serviços por mais 60(sessenta) dias, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 28/10/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2016

DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014 - Processo Licitatório nº 61/2014 – TP.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude do atraso dos tramites legais do término da obra, ocorrendo atraso. Fica prorrogado a execução dos serviços por mais 60(sessenta) dias, em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Nona, parágrafo único, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 28/10/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2016

Processo de Licitação nº 080/2016- Pregão Presencial nº 080/2016

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BONSUCESSO

OBJETO: Prestação de serviços de arbitragem no campeonato municipal de futebol de campo, edição 2016.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 27.005,00 (vinte e sete mil, e cinco reais).

Vigência: 01/11/2016 a 31/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2014 - Processo Licitatório nº 84/2014 – CP

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude do atraso dos repasses financeiros, ocasionando atraso na execução, prorrogando por mais 180 (cento e oitenta) dias, conforme solicitação e em conformidade com o disposto na Cláusula Sétima, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 09/11/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2016- Processo Licitatório nº 064/2016-TP

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa, em virtude do excesso de chuvas ocorridas, ocasionando atraso na execução, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, conforme solicitação e em conformidade com instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Assinatura: 11/11/2016.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 379/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 379/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO, Aprovado em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº01/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, o Servidor MAIKON TIAGO LUNEDO, para ocupar o cargo efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, Grupo 04 (Técnico Profissional – TEP), Nível 49, Código 04.01, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Atividade 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº 380/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 380/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal JULIANA DE QUADROS, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município

de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº002/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 28 de dezembro de 2016, a Servidora JULIANA DE QUADROS, para ocupar o cargo efetivo de PSICÓLOGA, Grupo 05 (Técnico Científico - TEC), Nível 55, Código 05.17, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 02/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social .

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Unidade Sanitária - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº 381/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 381/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº01/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 26 de dezembro de 2016, a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, para ocupar o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Grupo 03 (Serviços Auxiliares - SAU), Nível 38, Código 03.01, da Lei Municipal



Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Atividade 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### **DECRETO Nº 378/2016 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 378/2016 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 2.803,68 (Dois mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 – Transporte  
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 – PRÓ VIAS  
Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.803,68

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de dezembro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 382/2016 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 382/2016 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 38.779,42 (Trinta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Projeto: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas  
..... R\$ 38.779,42

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização do recurso decorrente do Superávit Financeiro - Fonte de Recurso: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União, referente ao recurso do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, disponível na conta BB 25.807-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de Dezembro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 383/2016 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 383/2016 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeia equipe responsável para conferência dos Almoxarifados nas Secretarias Municipais, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município

de Santiago do Sul, e conforme Decreto nº 321/2016, de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a equipe responsável para conferência dos Almoxxarifados nas Secretarias Municipais, a qual fica composta pelos seguintes membros:

- I- Respresentação do candidato eleito para o cargo de Prefeito
- a) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes: Servidor Juliano João Somavilla;
  - b) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Servidor Sidnei Valcarengi ;
  - c) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social: Servidor Ede-milso Menegat;
  - d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Servidor Odair José Prati;
  - e) Centro de Referência de Assistência Social: Servidora Lilian Blanger.

II- Representação do Prefeito

- a) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes: Servidora Carine Piva;
- b) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos: Servidor Jaime Campanholo;
- c) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social: Servidor Ta-deu Toazza;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Servidor Claudedir Trevisol;
- e) Centro de Referência de Assistência Social: Servidora Silvia Ma-ria Nnievinski Tibola.

Art. 2º Por tratar-se de serviço público relevante, os trabalhos da Equipe de Transição não serão remunerados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

**DECRETO Nº 384/2016 – DE 13 DE DEZEMBRO 2016**

DECRETO Nº 384/2016 – DE 13 DE DEZEMBRO 2016.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orça-mento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 10.640,00 (Dez mil e seiscentos e quarenta reais), conforme

discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Es-portes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 0007 – TODA A CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB  
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.19–Aplicações Dire-tas....R\$ 10.640,00  
Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.18-Aplicações Di-retas..R\$ 10.640,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de dezembro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 385/2016 – DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orça-mento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado na Lei Municipal N.844/2016, de 15 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orça-mento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezem-bro de 2015, no valor de R\$ 127.600,00 (Cento e vinte e sete mil e seiscentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 – Transporte  
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 – PRÓ VIAS  
Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais  
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 - Aplicações Di-retas ..... R\$ 10.000,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito  
Função: 4 – Administração  
Sub-Função: 121 – Planejamento e Orçamento  
Programa: 0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR  
Ação: 2.002 – Manut. Atividades do Gabinete do Prefeito  
Atividade: 2.002 – Manut. Atividades do Gabinete do Prefeito  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 85.000,00

Órgão: 02.00 – Prefeitura – Santiago do Sul  
Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito



Função: 04 – Administração  
Sub-Função: 124 – Controle Interno  
Programa: 0003 – CONTROLADORIA  
Ação: 2.003 – Manut. do Controle Interno  
Atividade: 2.003 – Manut. do Controle Interno  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00–Aplicações Diretas  
..... R\$ 13.600,00

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito  
Função: 04 – Administração  
Sub-Função: 121 – Planejamento e Orçamento  
Programa: 0018 – ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
Ação: 2.044 – Manut. Atividades do Conselho Tutelar  
Atividade: 2.044 – Manut. Atividades do Conselho Tutelar  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes  
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.02 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 11.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Munic. Habitação de Interesse Social  
Função: 16 – Habitação  
Sub-Função: 482 – Habitação Urbana  
Programa: 0019 – HABITAÇÕES URBANAS  
Ação: 1.021 – Constr. Ampliação e Reforma de Habitações Urbanas  
Projeto: 1.021 – Constr. Ampliação e Reforma de Habitações Urbanas  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Munic. Habitação de Interesse Social  
Função: 16 – Habitação  
Sub-Função: 482 – Habitação Urbana  
Programa: 0019 – HABITAÇÕES URBANAS  
Ação: 1.022 – Aquisição de Imóveis  
Projeto: 1.022 – Aquisição de Imóveis  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 17 – Saneamento  
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.026 – Const. e Ampliação de Rede de Água Potável  
Projeto: 1.026 – Const. e Ampliação de Rede de Água Potável  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 3.600,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços

Públicos  
Função: 15 – Urbanismo  
Sub-Função: 451 – Infra-estrutura Urbana  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas  
Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 – Urbanismo  
Sub-Função: 451 – Infra-estrutura Urbana  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Projeto: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 – Urbanismo  
Sub-Função: 451 – Infra-estrutura Urbana  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/ Rua Jacob Corso  
Projeto: 1.030 – Ponte Lajeado Barra Grande/ Rua Jacob Corso  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 03.00 – Secr. Municipal de Adm. e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secr. Municipal de Adm. e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Sub-Função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Ação: 2.004 – Manut. Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manut. Atividades da Administração Geral  
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 19.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 17 – Saneamento  
Sub-Função: 511 – Saneamento Básico Rural  
Programa: 0024 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
Ação: 2.055 – Manut. Sistema de Distribuição de Água - Rural  
Atividade: 2.055 – Manut. Sistema de Distribuição de Água - Rural  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

Órgão: 06.00 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 – Agricultura  
Sub-Função: 606 – Extensão Rural  
Programa: 0024 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
Ação: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura  
Atividade: 2.056 – Manut. das Atividades da Agricultura  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 85.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

Natureza da Despesa: 3.3.93.00 – D.R. 0.1.00 – Apl. Dir. Oper. Entre Órgãos....R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 15 de dezembro de 2016.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 386/2016 – DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado na Lei Municipal N.841/2016, de 12 de dezembro de 2016,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 23.500,00 (Vinte e três mil e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – SECR. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secr. Munic. de Administração e Finanças  
Função: 28 – Encargos Especiais  
Sub-Função: 846 – Outros Encargos Especiais  
Programa: 0000 – ENCARGOS ESPECIAIS  
Ação: 0.004 – Precatórios  
Atividade: 0.004 – Precatórios  
Natureza da Despesa: 3.2.90.00 – D.R. 0.1.00 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.500,00  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 03.00 – SECR. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secr. Munic. de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Sub-Função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Ação: 2.074 – Precatórios  
Atividade: 2.074 – Precatórios  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 21.000,00  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 03.00 – SECR. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secr. Munic. de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Sub-Função: 121 – Planejamento e Orçamento  
Programa: 0005 – MUNICIPALISMO FORTALECIDO  
Ação: 2.005 – Contribuição a Entidades Municipalistas  
Atividade: 2.005 – Contribuição a Entidades Municipalistas

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4974/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 4974/2016  
RECORRENTE – C. L. N. K.

Decisão em Recurso Administrativo

R.H.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto em face de decisão de (fls.156) e Relatório Final (fls. 134/154), que, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar, determinou a aplicação da penalidade de demissão.

ACOLHO o Parecer nº 337/2016, da Procuradoria do Município de São Bento do Sul, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir este recurso, cujos termos passam a integrar a fundamentação desta decisão independentemente de transcrição.

Recebo o recurso, com efeito suspensivo, conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 187 da Lei Municipal nº 228/2001.

Ademais, não foi trazido nenhum fato novo, circunstâncias relevantes ou qualquer prova que refute o contido no Relatório da Comissão Processante e na Decisão anteriormente proferida, estando devidamente comprovada a autoria da servidora em ter praticado as infrações disciplinares a ela imputadas através da decisão vergastada.

Diante do exposto, DECIDO:

I. Mantenho a aplicação à servidora C. L. N. K. a pena de DEMISSÃO, por ofensa física e moral ao agredir aluno nas dependências da sala de aula do Maternal II G no CEIM Nosso Mundo no dia 24/06/2016, face aos relatos das testemunhas, documentos acostados aos autos que comprovam as condutas irregulares praticadas pela servidora acusada, configura infração ao dever funcional previsto na Lei Municipal nº 228/2001, em seus artigos: 131 incisos V - urbanidade, VI - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e XIII - manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e cidadão, e 143 inciso VII - ofensa física ou moral, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem, cuja penalidade aplicável seria a demissão.

II. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

III. Expeça-se o ato de demissão;

É A DECISÃO.

São Bento do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 686/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 686/2016  
RECORRENTE – L. A. M. M.

Decisão em Recurso Administrativo

R.H.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto em face de decisão de (fls.99) e Relatório Final (fls. 85/97), que, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar, determinou a aplicação da penalidade de

demissão.

ACOLHO o Parecer nº 333/2016, da Procuradoria do Município de São Bento do Sul, em especial na parte onde é citado que a servidora permaneceu descumprindo a ordem de seu superior hierárquico desde dezembro de 2015 até abril de 2016.

Recebo o recurso, com efeito suspensivo, conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 187 da Lei Municipal nº 228/2001.

Ademais, não foi trazido nenhum fato novo, circunstâncias relevantes ou qualquer prova que refute o contido no Relatório da Comissão Processante e na Decisão anteriormente proferida, estando devidamente comprovada a autoria da servidora em ter praticado as infrações disciplinares a ela imputadas através da decisão vergastada.

Diante do exposto, DECIDO:

I. Mantenho a aplicação à servidora L. A. M. M. a pena de DEMISSÃO, por agir com insubordinação ao recusar-se a trabalhar na Secretaria de Municipal de Educação, para a qual foi legalmente removida, ato que infringe o Artigo 131, Inciso IX – obediência as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais, e se enquadra na conduta descrita no Artigo 143, Inciso VI – insubordinação grave em serviço, todos da Lei Municipal nº 228/2001, cuja penalidade aplicável seria a demissão;

II. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

III. Expeça-se o ato de demissão;

É A DECISÃO.

São Bento do Sul (SC), 14 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1541/2016

DECRETO Nº 1541, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ATRIBUIU COMPETÊNCIA PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA JUNTO AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, DOS RECURSOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 51 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido que são atribuições do Diretor Presidente, do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, do Chefe de Divisão Contábil e Financeira, e do Contador, sempre em conjunto e 2 (duas) assinaturas: efetuar pagamento e transferências bancárias, inclusive por meio eletrônico; efetuar resgates e aplicações financeiras; requisitar talonário de cheques; emitir cheque; retirar cheques devolvidos; cancelar cheques; baixar cheques; sustar/contraordenar cheques; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; autorizar débito em conta relativo a operações; liberar arquivos de pagamento; emitir comprovantes; abrir, movimentar e encerrar contas de depósito; e individualmente: solicitar comprovantes; saldos e extratos, inclusive de investimentos e operações de crédito e cadastrar; alterar e desbloquear senhas.

Art.2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1542/2016**

DECRETO Nº 1542, DE 16 DE DEZEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade: 01 – Secretaria de Educação  
Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil  
(178) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade: 01 – Secretaria de Educação  
Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil  
(191) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**ERRATA LISTAGEM Nº12/2016****ERRATA:**

No final da publicação da Listagem de Portarias nº 12/2016, no DOM nº 2146, de 16 de dezembro de 2016, pág. 870, no local que se lê "São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016" leia-se "São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016".

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2016**

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 248/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Empresa FSB Serviços Póstumos Ltda - ME - CNPJ 80.105.679/0001-12 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 16 de novembro de 2016 até 14 de maio de 2017, conforme Dispensa de Licitação nº 212/2016.

DO VALOR: A PERMISSONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/11/2016. São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.  
FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME, como Permissionária.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2016**

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 249/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda - CNPJ 82.931.767/0001-07 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 16 de novembro de 2016 até 14 de maio de 2017, conforme Dispensa de Licitação nº 213/2016.

DO VALOR: A PERMISSONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/11/2016. São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, como Permissionária.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e Decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 16 de novembro de 2016 à 14 de maio de 2017, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 215/2016 de 11 de novembro de 2016.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, sendo o valor unitário para o Item 1 (6 unid. auxílio ataúde para óbito de crianças) de R\$ 308,00 (trezentos e oito reais), totalizando R\$ 1.848,00 (hum mil, oitocentos e quarenta e oito reais) e para o Item 2 (12 unid. auxílio ataúde para óbito de adultos) o valor unitário de R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais), totalizando R\$ 7.392,00 (sete mil, trezentos e noventa e dois reais), totalizando o contrato em R\$ 9.240,00 (nove mil, duzentos e quarenta reais).

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16 de novembro de 2016.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME, como Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da



Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e Decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 16 de novembro de 2016 à 14 de maio de 2017, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 216/2016 de 11 de novembro de 2016.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, sendo o valor unitário para o Item 1 (2 unid. auxílio ataúde para óbito de crianças) de R\$ 308,00 (trezentos e oito reais), totalizando R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais) e para o Item 2 (4 unid. auxílio ataúde para óbito de adultos) o valor unitário de R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais), totalizando R\$ 2.464,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), totalizando o contrato em R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais).

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16 de novembro de 2016.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME, como Contratada.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 253/2016

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME (FUNERÁRIA TREML).

DO OBJETO: Contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e Decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 16 de novembro de 2016 à 14 de maio de 2017, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 217/2016 de 11 de novembro de 2016.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, sendo o valor unitário para o Item 1 (3 unid. auxílio ataúde para óbito de crianças) de R\$ 308,00 (trezentos e oito reais), totalizando R\$ 924,00 (novecentos e vinte e quatro reais) e para o Item 2 (6 unid. auxílio ataúde para óbito de adultos) o valor unitário de R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais), totalizando R\$ 3.696,00 (três mil, seiscentos e noventa e seis reais), totalizando o contrato em R\$ 4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais).

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16 de novembro de 2016.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME (FUNERÁRIA TREML), como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 269/2016

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 269/2016

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos com Prestação de Serviços para Fornecimento de Materiais de nº 200/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA – ME, em 24 de junho de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 147/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 200/2013, que consiste na locação de impressoras laser, multifuncionais (impressoras, scanner, copiadora) com placa de rede para as unidades educacionais; Considerando a necessidade de manter a locação das 50 máquinas copiadoras, objeto do referido contrato e também das 12 máquinas copiadoras para as novas unidades educacionais não incluídas no Contrato, porém aditivadas conforme Termo Aditivo nº 197/2015, aumentando assim o número de cópias de 85.000 para 105.000 cópias/mês, faz-se necessário aditar e prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 65 §1º e Art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 30 de junho de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 5.891,51 (cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos) por mês conforme último Termo Aditivo de reajuste, totalizando o valor do Contrato em R\$ 35.349,06 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos) para o período prorrogado.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de junho de 2013, Termo Aditivo nº 393/2013 de 20 de dezembro de 2013, Termo Aditivo nº 215/2014 de 30 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 366/2014 de 19 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 197/2015 de 29 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 338/2015 de 15 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 143/2016 de 30 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 156/2016 de 25 de julho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA – ME, como Contratada.

### PORTARIA Nº 13065/2016

PORTARIA Nº 13065, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Prorroga Licença Maternidade

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 213, § 5º, II, da Lei nº 228/2001 e,

Considerando a decisão judicial proferida nos autos nº 0304410-49.2016.8.24.0058,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VANESSA REGINA BRANDEMBURG, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social, prorrogação da licença maternidade, conforme Processo nº 8488/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 07/12/2016 a 06/03/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 46/2013

Contrato Nº: 66/2016 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: LASKE &amp; FEYH S/S DE ADVOCACIA

Vigência: Início: 02/12/2016 - Término: 02/12/2017

Recursos: Dotação:

(106) – 3.3.90.35.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRESPONDENTE APROVADA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA EM JUÍZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Valores: R\$ 5.047,73 (Cinco Mil e Quarenta e Sete Reais e Setenta e Três Centavos) por Mês.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 140/2016 II

No dia 16 de dezembro, às 14:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 140/2016, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 004/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO PARA GARAGEM MUNICIPAL COM OFICINA, OBJETO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N. 2015032001 FIRMADO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A. - BADESC, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. A empresa Construtora Oliveira LTDA., CNPJ n. 80.095.466/0001-57, restou representada pelo Sr. Jardel Luiz Bringhenti, CPF n. 067.899.429-39 e; Moldasa Indústria e Comércio de Pré-Fabricados Sul Americana LTDA. ME., CNPJ n. 15.987.122/0001-90, restou representada por Rodrigo Boesing, CPF n. 728.608.711-87. A empresa Global Edificações LTDA. ME., apesar de devidamente cientificada, não enviou representante para acompanhar a abertura das propostas. As proponentes apresentaram os seguintes valores globais: Global Edificações LTDA. ME., o valor de R\$ 780.747,21 (setecentos e oitenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos); Construtora Oliveira LTDA., o valor de R\$ 783.040,69 (setecentos e oitenta e três mil, quarenta reais e sessenta e nove centavos) e; Moldasa Indústria e Comércio de Pré-Fabricados Sul Americana LTDA. ME., o valor de R\$ 784.982,16 (setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos). A proposta da licitante Global Edificações LTDA., restou desclassificada pois o valor constante na etapa n. 06, encontra-se acima do estabelecido como máximo pelo Edital, nos termos do artigo 13, inciso I do Decreto 7983/2013. Assim, o menor preço foi da licitante Construtora Oliveira LTDA. Todavia, tendo em vista que a licitante Moldasa Indústria e Comércio de Pré-Fabricados Sul Americana LTDA. ME., comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, item 5.9 do Edital e que o valor por ela apresentado é de até 10% superior àquela apresentada pela licitante Construtora Oliveira LTDA., fica assegurado o direito da licitante Moldasa Indústria e Comércio de Pré-Fabricados Sul Americana LTDA. ME., apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, nova proposta com valor inferior àquela apresentado pela empresa Construtora Oliveira LTDA (Art. 44, §1º LC 123/06). Após apresentação da proposta fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93.



# São João do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2016

TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 21/2016

OBJETO: Primeiro termo aditivo de supressão de valor do contrato de rateio nº 021/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento da Região do Vale do Rio Mampituba.

VALOR: O valor previsto na cláusula quarta do contrato de origem fica suprimido em R\$ 18.320,00 (Dezoito mil e trezentos e vinte reais).

FUNDAMENTO LEGAL: presente supressão possui amparo legal previsto no art. 65 II, alínea "d" § 2º II da lei 8.666/93.

São João do Sul, 08 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

# São Joaquim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 25/11/16 À 16/12/16

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM E FUNDOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOMADA DE PREÇO Nº 5/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/16

CONTRATADO: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATO: 68/2016

VIGÊNCIA: 25/11/16 à 24/11/16

OBJETO: Contratação de empresa para realizar serviços de Construção de salas de aula da Escola Básica Municipal Octávio Antunes de Souza, localidade do Bentinho e Serviços de Construção de Muros em Concreto sobre viga de Baldrame em Concreto Armado para fechamento de terreno da E.E.B.M Jurema Hugen Palma.

VALOR DA DESPESA: R\$ 137.415,52 (cento e trinta e sete mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos)

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 9/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/16

CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

CONTRATO: 108/2016

VIGÊNCIA: 28/11/16 à 27/11/17

OBJETO: Contratação de empresa para Construção de Capela, Queimador de Velas e Cerca em Tela no Cemitério Municipal São João Batista

VALOR DA DESPESA: R\$ 113.361,50 (cento e treze mil trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/16

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 15/2016

VIGÊNCIA: 25/11/16 à 24/11/2017

OBJETO: Aquisição de veículo para transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/16

HOMOLOGAÇÃO: 29/11/16

CONTRATADO: S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSORES E COPIADORAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 41/2016

VIGÊNCIA: 29/11/16 à 28/11/17

OBJETO: Locação de fotocópias em comodato, com assistência técnica para a Secretaria Municipal de Planejamento.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/16  
HOMOLOGAÇÃO: 30/11/16  
CONTRATADO: ADRIANO DE SOUZA 00932472907  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO: 71/2016  
VIGÊNCIA: 30/11/16 à 31/12/16  
OBJETO: Contratação da empresa ADRIANO DE SOUZA para prestação de serviço emergencial de Transporte Escolar no interior do Município de São Joaquim  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.794,00 (seis mil setecentos e noventa e quatro reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/16  
HOMOLOGAÇÃO: 30/11/16  
CONTRATADO: JOSE VALDECI PADILHA 22151060934  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO: 72/2016  
VIGÊNCIA: 30/11/16 à 31/12/16  
OBJETO: Contratação da empresa JOSÉ VALDECI PADILHA para prestação de serviço emergencial de Transporte Escolar no interior do Município de São Joaquim  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.712,53 (seis mil setecentos e doze reais e cinquenta e três centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/16  
HOMOLOGAÇÃO: 30/11/16  
CONTRATADO: MARCELO BATISTA 80302556915 - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO: 73/2016  
VIGÊNCIA: 30/11/16 à 31/12/16  
OBJETO: Contratação da empresa MARCELO BATISTA para prestação de serviço emergencial de Transporte Escolar no interior do Município de São Joaquim  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.668,48 (um mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/16  
HOMOLOGAÇÃO: 02/12/16  
CONTRATADO: ANTONIO BORGES MARTINS 30002087987  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATO: 74/2016  
VIGÊNCIA: 02/12/16 à 31/12/16  
OBJETO: Contratação da empresa ANTONIO BORGES MARTINS para prestação de serviço emergencial de Transporte Escolar no interior do Município de São Joaquim  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.956,80 (quatorze mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/16  
HOMOLOGAÇÃO: 14/12/16  
CONTRATADO: ECOLIBRA ENGENHARIA, PROJETOS E SUSTENTABILIDADE L  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM  
CONTRATO: 109/2016  
VIGÊNCIA: 14/12/16 à 13/12/17  
OBJETO: Contratação de serviços de Consultoria técnica para elaboração de Estudo Ambiental Complementar com vistas à obtenção de Licença Ambiental para ampliação do Aeroporto Municipal de São Joaquim/SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais)  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/16  
HOMOLOGAÇÃO: 15/12/16  
CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 11/2016  
VIGÊNCIA: 15/12/16 à 14/12/16  
OBJETO: Aquisição de materiais didáticos pedagógicos para os CEIS e as Escolas Isoladas da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de São Joaquim.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais)  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/16  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/16  
HOMOLOGAÇÃO: 15/12/16  
CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 11/2016  
VIGÊNCIA: 15/12/16 à 14/12/16  
OBJETO: Aquisição de materiais didáticos pedagógicos para os CEIS e as Escolas Isoladas da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de São Joaquim.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.597,50 (sete mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)  
HUMBERTO LUIZ - Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 44/2016

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6571/2016

RECORRENTE: ROMEU J VIEIRA NETO E ELAINE VIEIRA

OBJETO: CANCELAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO

CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ MATEUS HOFFMANN

ACÓRDÃO Nº 44/2016

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 6571/2016

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 254ª Sessão, por 3(três) votos a 2(dois) em ANULAR A DECISÃO DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITA POR VÍCIO DE COMPETÊNCIA, DEVOLVENDO-SE A MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Sr. Rodrigo João Machado, e dele participaram os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sra. Nadir Terezinha Koerich, e a Sra. Lanea Aparecida Madeira.

Esteve presente ao julgamento como representante da Fazenda Pública, o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos.

São José, 08 de dezembro de 2016.

Rodrigo João Machado

Presidente

|                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| José Mateus Hoffmann | Rozana Maria Kuster |
| Conselheiro Relator  | Secretária-Geral    |

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos

Procurador Adjunto do Município

Representante da Fazenda

### DECRETO Nº 7314/2016

DECRETO Nº 7314/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 026002/2016 datado de 17/11/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

| NOME             | CARGO       | DATA       |
|------------------|-------------|------------|
| MARCELO SPITZNER | Professor-H | 09/12/2016 |

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/12/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 7315/2016

DECRETO Nº 7315/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 026021/2016 datado de 17/11/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

| NOME                    | CARGO              | DATA       |
|-------------------------|--------------------|------------|
| JESSICA LISBOA DE SOUZA | Auxiliar de Ensino | 09/12/2016 |

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/12/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

### EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA

Comissão de Processos Disciplinares

Membro - Relator

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 296/2016/SF

DECRETO Nº. 296/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

#### 11 SECRETARIA DOS ESPORTES

##### 01 DEPTO. DOS ESPORTES

##### 2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"285"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

#### 11 SECRETARIA DOS ESPORTES

##### 01 DEPTO. DOS ESPORTES

##### 2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"287"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil ..... R\$5.000,00

"288"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 297/2016/SF

DECRETO Nº. 297/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.565 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

#### 06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

##### 2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"120"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$45.500,00

##### 02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

##### 2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"150"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$18.300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica transferido o valor de R\$63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), conforme Art. 9º, inciso II da Lei nº 4.440/2015/LOA, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, para Recursos dos 25% de impostos da educação, Fonte nº 1.0001 das verbas a seguir discriminadas:

#### 08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

##### 01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"193"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$20.266,66

"194"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$4.258,92

"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$39.274,42

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 298/2016/SF

DECRETO Nº. 298/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.566 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

#### 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

##### 01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

##### 2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

"2"3.1.90.11.00.00.1.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$67.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais), Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS – União, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:



14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA  
"52"3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo .....  
..... R\$27.000,00  
"53"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 299/2016/SF

DECRETO Nº. 299/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.567 de 13 de dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:  
14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF  
"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$50.000,00  
"4"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais .....  
..... R\$37.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"33"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$36.000,00  
"34"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais .....  
..... R\$18.000,00  
"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica transferido o valor de R\$181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), conforme Art. 9º, inciso II da Lei nº 4.440/2015/LOA, de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, para Recursos 15% de impostos da saúde, Fonte nº 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$40.000,00  
"198"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$15.000,00

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL  
"200"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00  
"203"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....

..... R\$5.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
"217"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$20.000,00  
"219"4.4.90.93.00.00.1.0000 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$6.000,00

2.042 CONSERVAÇÃO E REFORMA DE PRAÇA, JARDINS, ACESSOS E CEMITÉRIOS

"224"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente .....  
..... R\$20.000,00

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR  
"253"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$25.000,00  
"255"3.3.90.46.00.00.1.0000 Auxílio – Alimentação .....  
..... R\$8.824,00  
"256"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente .....  
..... R\$6.176,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES  
01 DEPTO DOS ESPORTES  
1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE  
"280"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$10.000,00  
"281"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente .....  
..... R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 301/2016/SF

DECRETO Nº. 301/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.570 de 13 de dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM de São José do Cedro, no valor de R\$11.463,72 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:  
15 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM  
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
1.066 EDIFICAR NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS  
"492"4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$11.463,72

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte 3.0000, no valor



de R\$11.463,72 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), das seguintes dotações:

15 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.055 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

"506"4.4.90.52.00.00.3.0000 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$11.463,72

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5913/2016**

DECRETO Nº 5.913, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado LUTO OFICIAL por três (03) dias, em decorrência do acidente com o avião que transportava a delegação da Associação Chapecoense de Futebol para a Colômbia, ocorrido em 29 de novembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de novembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5914/2016**

DECRETO Nº 5.914, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

"DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art. 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado para atuar como pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São

José do Cedro, o servidor Jucinei Bonato, matrícula nº 1.692 e na ausência deste, o membro da equipe de apoio, Daiany Fernanda Trevisol, matrícula nº 3.261.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da equipe de apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, os seguintes servidores: Daiany Fernanda Trevisol, Matrícula nº 3.261; Lorinda Silvestre de Vargas, Matrícula nº 31; Elandir João Zanardi, Matrícula nº 3.184.

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da equipe de apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 5.897, de 27 de setembro de 2016, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 30 de novembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5915/2016**

DECRETO Nº 5.915, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal OSMAR LUIZ CUNHA, ocupante do cargo de Motorista, Matrícula nº 1715, no período de 01 a 11 de dezembro de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 5916/2016**

DECRETO Nº 5.916, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do LOTE URBANO Nº 07, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 1.495,68m² (um mil quatrocentos e noventa e cinco metros e sessenta e oito decímetros quadrados), situado na esquina formada pelas Ruas Ipiranga e Galícia, inscrito sob a matrícula nº 12.535, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, de propriedade de ALDO ANTONIO RIGO CPF 008.327.580-00, conforme características a seguir:

**CONFRONTAÇÕES ATUAIS:**

PARTE DO LOTE URBANO Nº 07, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 1.495,68 m² (Um mil, quatrocentos e noventa e cinco metros e sessenta e oito decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.535, de propriedade de ALDO ANTÔNIO RIGO. O lote urbano nº 07, da Quadra nº 20, dista 26,01 metros da esquina formada pela Rua Ipiranga com a Rua Galícia, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com o lote urbano nº 06, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Sudeste: Com o lote urbano nº 02 e parte do lote urbano nº 03, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 08, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 48,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Galícia, medindo 48,00 metros;

**CONFRONTAÇÕES APÓS O DESMEMBRAMENTO:**

IMÓVEL "A" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 07-A, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 373,92 m² (trezentos e setenta e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.535, de propriedade de ALDO ANTÔNIO RIGO. A parte do lote urbano nº 07-A, da Quadra nº 20, dista 26,01 metros da esquina formada pela Rua Luiz Bizotto com a Rua Galícia, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte dos lotes urbanos nºs 6-A, 6-B e 6-C, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Sudeste: Com parte do lote urbano nº 07-B, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 08(ÁREA VERDE), da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Galícia, medindo 12,00 metros;

IMÓVEL "B" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 07-B, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 373,92 m² (trezentos e setenta e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.535, de propriedade de ALDO ANTÔNIO RIGO. A parte do lote urbano nº 07-B, da Quadra nº 20, dista 38,01 metros da esquina formada pela Rua Luiz Bizotto com a Rua Galícia, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte do lote urbano nº 7-A, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Sudeste: Com parte do lote urbano nº 07-C, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 08(ÁREA VERDE), da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Galícia, medindo 12,00 metros;

IMÓVEL "C" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 07-C, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 373,92 m² (trezentos e setenta e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.535, de propriedade de ALDO ANTÔNIO RIGO. A parte do lote urbano nº 07-C, da Quadra nº 20, dista 50,01 metros da esquina formada pela Rua Luiz Bizotto com a Rua Galícia, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte do lote urbano nº 7-B, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Sudeste: Com parte do lote urbano nº 07-D, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 08(ÁREA VERDE), da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Galícia, medindo 12,00 metros;

IMÓVEL "D" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 07-D, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, com área de 373,92 m² (trezentos e setenta e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.535, de propriedade de ALDO ANTÔNIO RIGO. A parte do lote urbano nº 07-D, da Quadra nº 20, dista 62,01 metros da esquina formada pela Rua Luiz Bizotto com a Rua Galícia, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte do lote urbano nº 7-C, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Sudeste: Com parte do lote urbano nº 02-A e parte do lote urbano nº 03, da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 31,16 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 08(ÁREA VERDE), da Quadra nº 20, do Loteamento Alta Colina, medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Galícia, medindo 12,00 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 08 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5917/2016**

DECRETO Nº 5.917, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Cria Comissão Especial para realizar a avaliação e identificação da valorização dos imóveis situados nas Ruas Nereu Ramos, Cruz e Souza, Alcides Volkweis e João Buzatto, relativos ao Processo Licitatório nº 111/2016, do Município de São José do Cedro, que receberão obras de pavimentação asfáltica e passeio público.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

MARIEL PERIN – Engenheiro Civil;  
ELIZANDRA SIMONE SANTIN CANTON – Fiscal de Obras;  
CAMILA DAIANE CANCELIER – Engenheira Civil;  
DIOGO LOCATELLI – Corretor de Imóveis;  
JOSÉ TARCI SCHOLL – Corretor de Imóveis;

Art. 3º - A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para apresentar o parecer, devendo fazer a avaliação do imóvel antes e depois da obra, identificando a valorização efetiva de cada imóvel.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5918/2016**

DECRETO Nº 5.918, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X do art. 69 da Lei Orgânica do Município; tendo presentes os termos constantes no item 9.6, do Edital do Concurso Público nº. 001/2014, de 19 de setembro de 2014, combinado com o princípio constante no inciso III do art. 37 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, correspondente ao Edital nº. 001/2014, de 19 de setembro de 2014, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.504, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 5919/2016**

DECRETO Nº 5.919, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

“PRORROGA O PERÍODO DE TURNO ÚNICO DE HORÁRIO DE TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE, esta é uma das medidas de contenção de gastos que visam o reequilíbrio das contas públicas, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como por razões de interesse público e economicidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até 31 de janeiro de 2017, o período de turno único com horário reduzido, instituído pelo Decreto nº 5.899, de 06 de outubro de 2016.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Tutelar permanecerão com horário normal de suas atividades.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 15 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº295/2016/SF**

DECRETO Nº. 295/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 372,20 (trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“460”3.3.90.30.00.00.1.0062 Material de Consumo ..... R\$372,20

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FNDE – Brasil Carinhoso, Fonte nº10062, no valor de R\$ 372,20 (trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº300/2016/SF**

DECRETO Nº. 300/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.568 de 13 de dezembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.665,57 (três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.023 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO INFANTIL

"141"3.3.90.30.00.00.10060 Material de Consumo ..... R\$3.665,57

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$3.665,57 (três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), Recursos do PNAE - FNDE, Fonte 1.0060, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.083 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE EJA

"105"3.3.90.30.00.00.1.0060 Material de Consumo ..... R\$3.665,57

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**EXTRATO DISPENSA 127-16**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 127/2016

PROCESSO Nº 127/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA INTERMEDIACÃO DE ESTAGIÁRIOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: CIEE – CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. SC

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

"Art. 24 – É dispensável de licitação:

XIII. na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

§ 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Dos Serviços Técnicos Profissionais Especializados:

Art. 13. Para os fins desta lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

**LEI COMPLEMENTAR Nº056/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

“ALTERA A LEI 668 DE 15 DE OUTUBRO DE 1982 - CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 164 da Lei Municipal nº 668 de 15 de outubro de 1982 passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

“§3º. Sempre que o passeio for executado pelo município decorrente de obra conveniada ou com recursos próprios, em locais onde não há passeio ou mesmo para substituição ou melhoria daquele já existente, deverá ser cobrada contribuição de melhoria, respeitando-se, sempre as regras e limitações impostas para sua cobrança.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a lei Complementar nº 14, de 28 de setembro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI COMPLEMENTAR Nº057/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

“ACRESCE DISPOSITIVO E ALTERA ANEXO DA LEI Nº 670, DE 15 DE OUTUBRO DE 1982, ALTERADA PELA LEI Nº 2.094, DE 18 DE OUTUBRO DE 1.993, QUE DISPÕE SOBRE URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

Art. 1º. Fica acrescida a Zona Residencial 3, localizada no Lote Rural nº 13, perímetro urbano do Município, conforme mapa 1 anexo, com



seus usos e ocupações demonstrados conforme Tabela 1 da presente Lei.

Art. 2º. A Tabela de Uso do Solo que trata da Taxa de Ocupação e Índice de Aproveitamento, Lei Municipal Nº. 2.094, de 18/10/93, Tabela 2 – INDICES DE USOS DO SOLO, passa a vigorar de acordo com a Tabela III da presente Lei.

Art. 3º. Sempre que necessário oportuno e conveniente, o Prefeito Municipal baixará regulamento disciplinando a boa e correta aplicação desta Lei.

Parágrafo único. Em decorrência da aplicação do objeto deste Artigo, o Prefeito poderá constituir comissões técnicas para opinar, consultivamente, sobre casos específicos que se enquadram nas disposições desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### ANEXO I TABELA I - ZONA RESIDENCIAL – 3 - USOS PERMITIDOS

|  |  |
|--|--|
| 1-Residências unifamiliares - A  | 17-Garagens e estacionamentos                                  |
| 2-Residência multi-familiares e pensões  | 18-Oficinas mecânicas leves, chapeações, elétricas e similares |
| 3-Comércio vicinal   | 20-Indústrias leves - B  |
| 4-Supermercado, mercados, açougues, padarias e similares                       | 23-Serviços de montagens e instalações em geral                |
| 5-Comércio varejista em geral  | 25-Jogos em geral e diversão - C                               |
| 6-Escritórios em geral, agências de crédito, prestação de serviços e similares | 26-Estacionamento e guarda de veículos                         |
| 7-Escritórios em geral, Atividades autônomas                                   | 27-Agropecuárias e similares                                   |
| 8-Hotéis, restaurantes, bares e similares                                      | 28-Consultórios médicos, odontológicos e similares             |
| 9-Recreação, culto e similares   | 29-Transportes -D  |
| 10-Órgãos públicos   | 30-Serviços de escavação e terraplenagem - D                   |
| 11-Estabelecimentos de ensino, creches e similares                             |  |
| 13-Postos de saúde, centros comunitários e similares                           |  |

\*PROIBIDO TODOS OS DEMAIS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

#### ANEXO II



## TABELA II – LEGENDAS

## Letra Significado

|   |  |
|---|--|
| A | Recuo de 4 metros do passeio na frente da edificação. Se esquina, lateral 1,50 metros            |
| B | Permitido apenas as empresas existentes e em atividade   |
| C | Distante no mínimo 150 metros de hospitais, asilos, escolas, creches e estabelecimentos públicos |
| D | Possuir pátio de estacionamento para caminhões e ou máquinas adequado                            |
| E | Desde que distante 500 metros no mínimo de zonas de uso residencial                              |

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## ANEXO III

## TABELA III – TABELA DE USOS DO SOLO

| ZONA | TAXA DE OCUPAÇÃO | ÍNDICE DE APRO-VEITAMENTO | AFASTAMENTO FRONTAL | AFASTAMENTO LATERAL | AFASTAMENTOS FUNDOS               | ÁREA DOS LOTES | TESTADAS E LARGURAS DOS LOTES |
|------|------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|-------------------------------|
| ZC-1 | 0,85             | 6,0                       | LIVRE               | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZC-2 | 0,85             | 6,0                       | LIVRE               | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZM-1 | 0,85             | 6,0                       | LIVRE               | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZM-2 | 0,85             | 6,0                       | LIVRE               | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZM-3 | 0,85             | 6,0                       | LIVRE               | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZR-1 | 0,85             | 6,0                       | 4 METROS            | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZR-2 | 0,85             | 6,0                       | 4 METROS            | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |
| ZR-3 | 0,85             | 6,0                       | 4 METROS            | LIVRES(II)          | 1/10 DA PROFUNDIDADE DO LOTE(III) | 300M2          | 12 METROS                     |

(II) – Observados os prismas de iluminação e ventilação.

(III) No térreo e subsolo o afastamento do fundo é livre, desde que sejam observados os prismas de iluminação e ventilação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**LEI COMPLEMENTAR Nº058/2016**

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

“ALTERA O ARTIGO 05 DA LEI 669, DE 15 DE OUTUBRO DE 1982 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 05 da Lei 669, de 15 de outubro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Toda a subdivisão de gleba em áreas inferiores a 10.000 m2(dez mil metros), mesmo para constituição de condomínio ou propriedade, será considerada loteamento e sujeito às exigências legais correspondentes.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4563/2016

LEI Nº 4.563, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“INCLUI E ALTERA METAS NO PPA, NA LDO E NA LOA/2017 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º. Fica alterada a Ação de Nº 2.008 na relação de despesas planejadas das Leis Municipais Nº4.498/2016 de 17/05/2016 – PPA/2017, Nº4.499/2016 de 17/05/2016 – LDO/2017 e Nº4.519/2016 de 05/07/2016 – LOA/2017 com as seguintes adições e reduções:  
2.008 – DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS.

| Ação                                 | Elemento           | Despesa                      | Valor original | Aumento ou Diminuição | Valor atualizado | Fonte    |
|--------------------------------------|--------------------|------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|----------|
| DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS | 3.1.90.91.00.00.00 | Sentenças Judiciais          | 26.626,80      | (+) 273.373,20        | 300.000,00       | 0.1.0000 |
|                                      | 3.3.90.30.00.00.00 | Material de Consumo          | 195.650,00     | (-) 73.373,20         | 122.276,80       | 0.1.0000 |
|                                      | 3.3.90.39.00.00.00 | Outros Serv.3º - P. Jurídica | 596.969,91     | (-) 200.000,00        | 396.969,91       | 0.1.0000 |

Art. 2º. Fica alterada a Ação de Nº 0.004 na Relação de Despesas Planejadas das Leis Municipais Nº4.498/2016 de 17/05/2016 – PPA/2017, Nº4.499/2016 de 17/05/2016 – LDO/2017 e Nº4.519/2016 de 05/07/2016 – LOA/2017, com a seguinte discriminação:  
0.004 – APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

| Ação                       | Elemento Atual     | Despesa                   | Elemento Novo      | Aumento ou Diminuição | Valor atualizado | Fonte    |
|----------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|----------|
| APOSENTADOS E PENSIONISTAS | 3.1.90.01.00.00.00 | Aposentadorias e Reformas | 3.1.90.54.00.00.00 | 0,00                  | 134.375,00       | 0.1.0000 |

Art. 3º. Ficam alteradas as Ações de Nº 2.021 e 2.041 na relação de despesas planejadas das Leis Municipais Nº4.498/2016 de 17/05/2016 – PPA/2017, Nº4.499/2016 de 17/05/2016 – LDO/2017 e Nº4.519/2016 de 05/07/2016 – LOA/2017 com as seguintes adições e reduções:  
2.021 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.

| Ação                                     | Elemento           | Despesa                     | Valor original | Aumento ou Diminuição | Valor atualizado | Fonte    |
|--|--------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------|------------------|----------|
| ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL | 3.3.90.93.00.00.00 | Indenizações e Restituições | 0,00           | (+) 75.000,00         | 75.000,00        | 0.1.0000 |

2.041 – DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR.

| Ação                                       | Elemento           | Despesa                      | Valor original | Aumento ou Diminuição | Valor atualizado | Fonte    |
|--|--------------------|------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|----------|
| DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR | 3.3.90.39.00.00.00 | Outros Serv.3º - P. Jurídica | 768.141,25     | (-) 75.000,00         | 693.141,25       | 0.1.0000 |

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4568/2016

LEI Nº 4.568, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.665,57 (três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.023 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO INFANTIL

“141”3.3.90.30.00.00.10060 Material de Consumo ..... R\$3.665,57

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$3.665,57 (três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), Recursos do PNAE - FNDE, Fonte 1.0060, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.083 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE EJA

“105”3.3.90.30.00.00.1.0060 Material de Consumo ..... R\$3.665,57

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4574/2016**

LEI Nº 4.574, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em pela realização de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada e conforme trecho descrito no anexo II.

§1º. RUA NEREU RAMOS;

§2º. O custo total conforme orçamento estimado no anexo I, considerando a extensão da via, no que se refere à execução das obras públicas definidas neste artigo, possuem como fonte orçamentária de recursos aqueles oriundos do Ministério das Cidades, Processo Licitatório nº 111/2016 – Tomada de preços, correspondendo à quantia de R\$96.353,91 (noventa e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos);

Art. 2º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria pela construção de passeios públicos, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada e conforme trecho constante no anexo II,

§1º. RUA CRUZ E SOUZA, ALCIDES VOLKWEIS, NEREU RAMOS E JOÃO BUSATO;

§2º. O custo total conforme orçamento estimado no anexo I, considerando a extensão da via, no que se refere à execução das obras públicas definidas neste artigo, possuem como fonte orçamentária de recursos aqueles oriundos do Ministério das Cidades, Processo Licitatório nº 111/2016 – Tomada de preços, correspondendo à quantia de R\$155.969,84 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos);

Art. 3º. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída e cobrada para fazer face ao custo destas obras e das quais decorram valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 4º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por essas obras públicas.

Art. 5º. A base de cálculo da contribuição de melhoria a ser exigida pelo município, será cobrada adotando-se como critério o benefício

resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas zonas de influência e em função dos respectivos fatores relativos e individuais de valorização.

§1º. A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§2º. A determinação da base de cálculo da contribuição de melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

§3º. A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis privados, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§4º. Para a apuração do número total de imóveis beneficiados, situados na zona de influência e dos respectivos fatores de valorização, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a zona de Influência da obra;

II – dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefícios de imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

V – testada do imóvel.

Art. 6º. A base de cálculo da contribuição de melhoria terá como limite o custo das obras, nela computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º. A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante contribuição de melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

§3º. A valorização imobiliária dar-se-á conforme parecer da Comissão Especial nomeada através do Decreto nº 5.917/2016, de 09 de dezembro de 2016.

Art. 7º. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§1º. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§2º. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 8º. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da contribuição de melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da contribuição de melhoria:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§1º. Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§2º. O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 9º. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterá os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II - custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III - delimitação, em planta, da zona de influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;

IV – a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefícios de imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

V - número total de imóveis beneficiados, situados na zona de influência da obra;

VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição de melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 10. O contribuinte definido na presente lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 11. A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida na Lei Complementar Nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 12. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Art. 13. Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.



§ 1º. O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 69 da Lei Complementar nº 009/2005.

§ 2º. A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 301 da Lei Complementar nº 009/2005.

§3º. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da contribuição de melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir a melhoria decorrente de obra executada em parte na forma prevista no caput deste artigo nem impede a Administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 14. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria fosse regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 16. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública

IV - do prazo para a impugnação do lançamento;

V - o local do pagamento da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 17. Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º. No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º. Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá à emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM- Unidade Fiscal de Referência Municipal, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

Art.18. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.19. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 009/2005(Código Tributário Municipal).

Art. 20. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

Art. 21. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP), em caso de Contribuinte Pessoa Física, e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 22. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 23. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 24. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 25. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 26. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 27. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser a vista em parcela única, ou parcelado conforme a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, não havendo a incidência de qualquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

II - independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado que o valor mínimo de cada parcela não será inferior a 0,50 UFRM (zero vírgula cinquenta) da Unidade Fiscal de Referência Municipal.

III - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o último dia útil do mês do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do mesmo.

Art. 28. As parcelas não pagas até a data de vencimento serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005).

§ 1º. Quando for efetuado o parcelamento e ocorrer o não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 29. Ficam isentas e excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

§1º. Ficam isentas do pagamento de contribuição de melhoria, as entidades de saúde beneficentes e de assistência sociais, assim declaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, proprietárias de imóvel beneficiadas com obra pública. A isenção será solicitada por parte das interessadas, mediante requerimento ao Chefe do Poder Executivo acompanhado de Certidão ou Certificado expedido pelo CNAS, vigente à época do respectivo edital.

§2º. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 30. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 31. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação anual do IGPM, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 32. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

§1º. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§2º. As multas serão aplicadas e calculadas em 2% (dois por cento), calculadas sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo de juros de mora.

Art. 33. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de São José do Cedro é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2º. Serão consideradas inválidas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação

Art. 34. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 35. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 36. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou atuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 37. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 38. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 39. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) e na legislação complementar no que couber.

§1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 40. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 41. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 42. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) serão



contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 43. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,

Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,

Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,

Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

#### ANEXO I

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

#### ANEXO II

### **LEI Nº4564/2016**

LEI Nº 4.564, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$4.506,60 (quatro mil quinhentos e seis reais e sessenta centavos) com o transporte de crianças usuárias do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertado pelo CRAS de nosso Município, para uma viagem socioeducativa referente ao meio ambiente no Centro de Divulgação Ambiental localizado na cidade de Itá/SC.

Art. 2º. Para realização dos serviços serão utilizados aqueles contratados em processo licitatório já realizado pelo município para viagens diversas àquelas de transportes escolar.

Art. 3º Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de dezembro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº4565/2016**

LEI Nº 4.565, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"120"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$45.500,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"150"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$18.300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica transferido o valor de R\$63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), conforme Art. 9º, inciso II da Lei nº 4.440/2015/LOA, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, para Recursos dos 25% de impostos da educação, Fonte nº 1.0001 das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"193"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$20.266,66

"194"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$4.258,92

"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$39.274,42

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **LEI Nº4566/2016**

LEI Nº 4.566, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

"2"3.1.90.11.00.00.1.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$67.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais), Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS - União, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"52"3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo ..... R\$27.000,00

"53"3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº4567/2016**

LEI Nº 4.567, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$50.000,00

"4"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$37.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"33"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$36.000,00

"34"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$18.000,00

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica transferido o valor de R\$181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), conforme Art. 9º, inciso II da Lei nº 4.440/2015/LOA, de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, para Recursos 15% de impostos da saúde, Fonte nº 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$40.000,00

"198"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$15.000,00

**2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL**

"200"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00

"203"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$5.000,00

**10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS****02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS****2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS**

"217"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$20.000,00

"219"4.4.90.93.00.00.1.0000 Indenizações e Restituições ..... R\$6.000,00

**2.042 CONSERVAÇÃO E REFORMA DE PRAÇA, JARDINS, ACESSOS E CEMITÉRIOS**

"224"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$20.000,00

**03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR****2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR**

"253"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$25.000,00

"255"3.3.90.46.00.00.1.0000 Auxílio – Alimentação ..... R\$8.824,00

"256"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$6.176,00

**11 SECRETARIA DOS ESPORTES****01 DEPTO DOS ESPORTES****1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE**

"280"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$10.000,00

"281"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,

Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,

Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,

Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**LEI Nº4569/2016**

LEI Nº 4.569, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

**“DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, DO VEÍCULO FIAT PALIO WK ADVENTURE, FLEX, COR VERMELHA, PLACA MKE-9972.”**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica doado para ser utilizado pela Secretaria Municipal da Administração do Município de São José do Cedro - SC, o veículo Fiat Palio WK Adventure, Flex, Cor Vermelha, Chassi 9bd17309pc4374037, Placa MKE-9972, Fabricação 2012, modelo 2012 ora utilizado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º A entrega do veículo será realizada através de Termo de Doação a ser assinado pelo Presidente da Câmara de Vereadores e pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º O Veículo doado para o município deverá ser entregue a Secretaria Municipal da Administração, a qual deverá fazer uso de forma justa e correta, que atenda aos anseios da sociedade e das pessoas que serão beneficiadas.

Art. 4º A Administração Municipal receberá o veículo em perfeito estado de uso e responderá por todos os atos e encargos à partir da assinatura do Termo de Doação.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá requisitar através do Presidente da Câmara de Vereadores, com 48 horas de antecedência, a disponibilidade do veículo para uso dos Vereadores ou Funcionários.

Art. 5º Segue anexa a esta Lei o Termo de Doação e entrega de veículo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e ObrasPublicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.**ANEXO**  
**TERMO DE DOAÇÃO E ENTREGA DE VEÍCULO**

Celebram entre si, de um lado a Câmara Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Jorge Lacerda, 1168, inscrita no CPNJ 78.503.695/0001-11, legalmente representada pelo seu Presidente, o Sr. Claudiomiro Francisco Ongaratto, doravante denominado DOADOR, e, de outro lado, o Município de São José do Cedro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83.026.781/0001-10, com sede localizada na Rua Jorge Lacerda, nº. 1049, Bairro: Centro, legalmente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Antônio Plínio De Castro Silva, adiante denominado DONATÁRIO, celebram o presente Termo de doação e entrega de veículo, que reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Termo de Doação a entrega para o Município a entrega em doação do Veículo Fiat Palio WK Adventure, Flex, Cor Vermelha, CHASSI 9BD17309PC4374037, Placa MKE-9972, Fabricação 2012, modelo 2012, autorizado pela Lei ( ..... )

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:****DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO:**

- entregar o veículo ao Município de São José do Cedro/SC;
- repassar ao Município o recibo de transferência devidamente preenchido.
- Quando a Câmara de Vereadores requisitar o veículo para uso intermunicipal, as despesas como combustível, estacionamento, e outras decorrentes do uso, serão custeadas pelo Poder Legislativo.
- Baixar o veículo do Patrimônio da Câmara de Vereadores.

**DO MUNICÍPIO:**

- receber o Veículo Fiat Palio WK Adventure, Flex, Cor Vermelha, Chassi 9bd17309pc4374037, Placa MKE-9972, Fabricação 2012, modelo 2012, comprometendo-se a cuidar e zelar do mesmo, onde deverá ser entregue à Secretaria Municipal da Fazenda, a qual deverá fazer uso do veículo de forma justa e correta, que atenda aos anseios da sociedade e das pessoas que serão beneficiadas com o uso;
- Responsabilizar-se pelo ônus e encargos decorrentes da transferência.
- cuidar e manter o veículo sempre em perfeitas condições.
- Ceder o uso do veículo à Câmara de Vereadores, quando solicitado.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA CLÁUSULA RESOLUTIVA**

As partes aceitam e acordam expressa e irrevogavelmente que o não cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de doação e entrega de veículo ensejará a Resolução deste Termo de doação e entrega de veículo a responsabilidade do Prefeito Municipal de São José do Cedro - SC.

**CLÁUSULA QUARTA** – A partir da assinatura deste termo de doação pelas partes interessadas o veículo ora citado passara a ser de responsabilidade do Poder Executivo, devendo o mesmo proceder com o lançamento do Veículo no patrimônio da Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC.

**CLÁUSULA QUINTA** – Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais questões oriundas deste termo.

Por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de legal teor e forma, na presença de duas testemunhas, abaixo assinadas.

São José do Cedro/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Claudiomiro Francisco Ongaratto  
Presidente da Câmara de Vereadores

Antônio Plínio De Castro Silva  
Prefeito Municipal

**LEI Nº4570/2016**

LEI Nº 4.570, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM de São José do Cedro, no valor de R\$11.463,72 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.066 EDIFICAR NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS

“492”4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações ..... R\$11.463,72

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte 3.0000, no valor de R\$11.463,72 (onze mil quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), das seguintes dotações:

15 FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.055 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

“506”4.4.90.52.00.00.3.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$11.463,72

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.



JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº4571/2016**

LEI Nº 4.571, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA – CMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Agricultura – CMA, cuja composição será formada por representantes da sociedade civil de São José do Cedro e do Executivo Municipal, todos nomeados pelo Prefeito para um mandato de 02 (dois) anos, sendo que seus membros não serão remunerados.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Agricultura terá caráter consultivo e fiscalizador, das atividades decorrentes da execução dos programas, projetos e ações da Secretaria Municipal de Agricultura do município e caráter deliberativo nas ações que lhe competem decorrentes da edição da presente lei.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Agricultura:

- I – Representar a sociedade civil de São José do Cedro, junto ao Poder Público Municipal, nos assuntos relacionados agricultura;
- II – Formular e aprovar uma proposta de política agrícola para o Município, que inclua políticas setoriais nas áreas rurais, visando aprimorar as atividades do setor;
- III – Definir prioridades na execução da política municipal de agricultura e na aplicação dos recursos públicos destinados ao setor;
- IV – Fiscalizar as atividades relacionadas promovidas pela Prefeitura Municipal, bem como pelas entidades conveniadas.
- V – Elaborar normas e diretrizes para o financiamento de projetos agrícolas que contenham recursos públicos;
- VI – Aprovar normas e diretrizes para celebração de convênios relacionados ao setor agrícola;
- VII – Colaborar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual Anual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (PPA), relativos à área de Agricultura;
- VIII – Avaliar a execução das diretrizes e metas anuais da área de agricultura, bem como suas relações com a sociedade civil;
- IX – Elaborar e alterar seu Regimento Interno;
- X – Colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação concernente à agricultura em âmbito municipal;
- XI – Pronunciar-se, emitir pareceres, elaborar propostas e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à agricultura, quando solicitado pelo Poder Público, pela sociedade civil ou por iniciativa própria ou mesmo privada;
- XII – Atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância dos investimentos na área agrícola e produtiva;
- XIII – Defender o patrimônio público e incentivar sua difusão e proteção;
- XIV – Criar mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade para que possa cumprir seu papel mediador entre a sociedade civil e o poder público municipal;
- XV – Opinar na definição de valores e taxas para prestação dos serviços relacionados e dos programas desenvolvidos pelo município na área rural;

Art. 3º. O Conselho Municipal de Agricultura será composto por 10(dez) membros e igual número de suplentes.

§1º. O Chefe do Poder Executivo indicará os seguintes representantes e seus respectivos suplentes:

I – Secretaria Municipal de Agricultura;  
II – Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura;  
III – Secretaria Municipal da Fazenda;  
IV – Secretaria Municipal de Transportes e Obras;  
V – Secretaria Municipal de Administração;  
§2º. Indicarão os representantes e seus respectivos suplentes as seguintes entidades:  
I – Um representante da entidade CIDASC ou EPAGRI;  
II – Um representante de associação de criadores de animais;  
III – Um representante de instituição financeira que fornece crédito agrícola;  
IV – Um representante de Cooperativa atuante no município;  
V – Um representante de sindicato atuante no município.

Art. 4º. Farão ainda parte do conselho indicando representantes e seus respectivos suplentes, que possuirão função consultiva, as seguintes comunidades:

I.

|                                   |
|-----------------------------------|
| II. Distrito de Mariflor;         |
| III. Distrito de Padre Réus;      |
| IV. Linha Aurora;                 |
| V. Linha Novo Sarandi;            |
| VI. Linha Peperi;                 |
| VII. Linha Derrubada Alta;        |
| VIII. Linha Santa Terezinha;      |
| IX. Linha Nossa Senhora da Saúde; |
| X. Linha Alvorada;                |
| XI. Linha Jataí;                  |
| XII. Linha Esquina Mariflor;      |
| XIII. Linha Santo Isidoro;        |
| XIV. Linha Santo Antônio;         |
| XV. Linha São Domingos;           |
| XVI. Linha São Roque;             |
| XVII. Linha Chaleira;             |
| XVIII. Linha Monte Castelo;       |
| XIX. Linha Rosangeles;            |
| XX. Linha Seis Barras;            |
| XXI. Linha Esperança;             |
| XXII. Linha São Vendelino;        |
| XXIII. Linha São Mateus;          |
| XXIV. Linha São Germano;          |
| XXV. Linha Imperatriz;            |
| XXVI. Linha 21 de Novembro;       |
| XXVII. Linha São Luís;            |
| XXVIII. Linha Pardo;              |
| XXIX. Linha Santo Inácio;         |
| XXX. Linha São Pedro;             |
| XXXI. Linha Independência;        |
| XXXII. Linha Miola.               |

Art. 5º. A eleição da diretoria do conselho seguirá as determinações de seu Regimento Interno, devendo a Presidência do Conselho Municipal de Agricultura ser conduzida por representante da área governamental.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Agricultura entrará em efetivo funcionamento na data da publicação da presente lei.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Agricultura definirá seu Regimento Interno num prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do decreto nomeando seus membros.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as 1.718/91, 1.789/91, 2.450/97, 2.828/01 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **LEI Nº4572/2016**

LEI Nº 4.572, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CRIA O PROGRAMA + AGRICULTURA, QUE VISA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIO FINANCEIRO AO SETOR PRODUTIVO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 40, VI, artigo 69, IV, bem como em atendimento ao disposto nos artigos 153 e 154, todos da Lei Orgânica do Município, estabelece:

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de São José do Cedro, o Programa de Concessão de Subsídio Financeiro ao Setor Produtivo, com vistas ao desenvolvimento geral e com condicionalidades.

Art. 2º. O programa de Concessão de Subsídio Financeiro ao Setor Produtivo abrange a realização e criação dos seguintes programas municipais:

I – Programa de Silagem;

II – Programa de Melhoramento Genético;

III – Programa de Ajudagem;

IV – Programa Terra Boa;

V – Programa de Coleta de Lixo no perímetro rural;

VI – Programa de Cascalhamento;

VII – Programa de Melhorias Gerais nas Propriedades;

Art. 3º. Constituem incentivos à realização dos seguintes serviços relacionados ao programa:

### **CAPÍTULO I**

#### **PROGRAMA DE SILAGEM**

Art. 4º. A concessão de incentivos para execução do programa de silagem será concedido mediante a participação financeira do município, denominada subsídio, no pagamento dos serviços e objetiva ao desenvolvimento, à melhoria e a qualificação da produção nas propriedades rurais, visando ainda a incrementação e incentivo à emissão de nota fiscal do produtor rural.

Art. 5º. Todos os produtores cadastrados no município e autorizados a emitir nota fiscal de produtor rural, ficam automaticamente autorizados a acessarem os benefícios deste programa de incentivo.

Art. 6º. Os incentivos concedidos por este programa poderão abranger serviços executados com máquinas e equipamentos do Município e, sempre que a demanda não puder ser suprida, poderão ser contratados serviços de terceiros, por meio de processo licitatório competente.

§1º. A terceirização dos serviços pode ocorrer para máquinas e equipamentos idênticos aos de propriedade do município e também para máquinas ou equipamentos diversos e necessários ao atendimento deste programa.

§2º. A quantificação dos serviços será efetuada em horas.

I – o valor da hora de serviço com máquinas do município será fixada, respeitando sempre o tipo de equipamento e os valores praticados no mercado, por meio de Decreto e o reajuste será feito anualmente com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM.

II – o valor da hora de serviço com máquinas terceirizadas será apurado por meio do processo licitatório.

Art. 7º. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, o produtor rural deverá comprovar a emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural, além de estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

Art. 8º. O subsídio de que trata esta Lei será concedido na seguinte proporção:

I – Até 10 (dez) horas: subsídio de 45% (quarenta e cinco por cento);

II – Acima de 10 (dez) até 20 (vinte) horas: subsídio de 40% (quarenta por cento);

III – Acima de 20(vinte) até 30 (trinta) horas: subsídio de 35% (trinta e cinco por cento);

IV – Acima de 30 (trinta) horas: sem subsídio.

Parágrafo único. Fica limitado ao montante de horas estabelecido no parágrafo anterior a cada ano agrícola, entendendo-se este do dia 1º de julho de um ano até 30 de junho do ano seguinte, para cada unidade familiar participante do programa, sendo que caso haja mais de uma solicitação no período mencionado, ou prorrogação de horas inicialmente solicitadas, a quantidade de horas máquina para concessão de subsídio será calculada de forma progressiva, respeitando-se o limite máximo de horas estabelecido no inciso IV do parágrafo anterior.

Art. 9º. Para ter direito ao subsídio estabelecido no Artigo 8º, o produtor deverá comprovar a emissão de notas fiscais de produtor, referente ao produto leite in natura, sendo a data base para início da contagem da emissão o mês de novembro de 2016, devendo ser no mínimo de: I – 12 (doze) Notas para receber 100% (cem por cento) do subsídio;

II – De 8 (oito) a 11 (onze) Notas para receber 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio;

III – Até 7 (sete) Notas para receber 50% (cinquenta por cento) do subsídio;

Parágrafo único. O valor do subsídio será calculado com base no preço da hora máquina e/ou equipamento vigente no momento da solicitação.

Art. 10. Os serviços serão executados mediante solicitação prévia de 10 (dez) dias, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, devendo o requerente efetuar o pagamento, através de boleto bancário, antes da execução dos serviços.

I – Em caso de execução dos serviços com máquinas do município o pagamento da parcela não subsidiada deverá ser recolhido aos cofres do município.

II – Em caso de execução dos serviços com máquinas terceirizadas a parcela não subsidiada, deverá ser recolhida aos cofres públicos, devendo o município efetuar o pagamento ao terceiro executor do serviço, do valor integral, mediante emissão de notas fiscal correspondente.

III – Em caso de execução de serviços terceirizados acima do limite de horas estabelecido neste programa, o pagamento será feito diretamente ao terceiro, sem interferência do município.

Parágrafo único: Fica vedado ao terceiro a realização da cobrança de quaisquer valores diretamente do requerente, relativamente aos serviços e limites subsidiados.

Art. 11. Sempre que o serviço for prestado por terceiro, e houver mais de um habilitado, o requerente poderá escolher aquele que lhe prestará o serviço dentre aqueles constantes da listagem de fornecedores habilitados e apurados em processo licitatório pertinente.

Art. 12. A execução dos serviços deverá seguir ordem cronológica de solicitação, respeitando-se ainda o ponto de colheita do produto.

Art. 13. Para os agricultores/pecuaristas, que não vendem o produto leite, será concedido o subsídio nas mesmas condições previstas no art. 8º desta lei.

§1º. Considerando a safra agrícola de silagem, os últimos doze meses para apresentação das notas fiscais, compreender-se-á do mês de novembro até outubro do ano subsequente.

§2º. Os produtores rurais que comercializam sua produção de leite em grupo, com emissão de apenas uma Nota Fiscal de Produtor, em nome de um dos membros do grupo, terão acesso aos benefícios instituídos por esta Lei, desde que comprovada a existência do grupo e de seus integrantes mediante acompanhamento e vistoria realizados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 14. Será permitida a execução de horas de serviço além dos limites estabelecidos neste programa, devendo, neste caso, ser efetuado o pagamento integral e sem subsídio do valor da hora correspondente.

Parágrafo único. Se durante a realização do serviço, verificada a necessidade da contratação de um número de horas superior ao solicitado inicialmente, sendo este acréscimo considerado prorrogação, a diferença deverá ser recolhida aos cofres públicos municipais dentro dos 30 (trinta) dias seguintes aos da prestação do serviço, respeitando-se as regras acima estabelecidas, caso em que o seu não recolhimento caracterizará débito com a Fazenda Municipal.

## CAPÍTULO II

### PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO

Art. 15. A concessão de incentivos para execução do Programa de Melhoramento Genético do Rebanho Bovino do Município, será concedido mediante a participação financeira do município, denominado subsídio, na aquisição do sêmen bovino, do nitrogênio e botijões, objetivando uma significativa melhora na qualidade genética dos bovinos no município, aumentando a produção e a qualidade do produto no setor produtivo agrícola.

Art. 16. Para efeitos desta lei, entende-se por:

I – Botijão: reservatório para acondicionamento do sêmen;

II – Nitrogênio: gás/líquido conservante do sêmen;

III – Inseminação Artificial: introdução artificial de sêmen na cavidade uterina do animal;

IV – Sêmen: esperma;

V – Inseminador: profissional que aplica o esperma com cadastro no município.

Art. 17. Todos os produtores cadastrados no município e autorizados a emitir nota fiscal de produtor rural, ficam automaticamente autorizados a acessarem os benefícios deste programa de incentivo.

Art. 18. O subsídio será concedido no percentual de 50% do custo do sêmen e 100% do custo do nitrogênio, adquiridos pelo município através de competente processo licitatório, devendo ser observado o seguinte:

§1º. A quantificação do sêmen será efetuada em doses e do nitrogênio em litros.

§2º. O subsídio será concedido ao inseminador, que ao retirar o sêmen junto à Secretaria Municipal de Agricultura deverá efetuar previamente o pagamento do valor correspondente a 50% do custo e na quantidade solicitada;

I – O inseminador poderá cobrar, proporcionalmente, a parte que pagou ao município do agricultor ou pecuarista que contratar os seus serviços, como forma de ressarcimento.

§3º. O botijão, de propriedade do município, será fornecido ao inseminador como empréstimo, devendo ser devolvido quando da conclusão dos serviços, aplicação de todas as doses de sêmen solicitadas, quando não mais prestar o serviço ou a pedido do município.

I – Para os agricultores que possuem botijões particulares e que se disponibilizam a prestar os serviços de inseminação animal de forma voluntária para os vizinhos também serão contemplados com os benefícios e nas mesmas condições descritas no presente artigo.

II - Eventuais agricultores, proprietários de botijões que queiram adquirir sêmen e nitrogênio para sua utilização exclusiva, poderão fazê-lo desde que haja disponibilidade no estoque, porém sem direito a subsídio no item nitrogênio. Ao sêmen será igualmente concedido subsídio de 50%, devendo, em cada caso, o pagamento ser efetuado antecipadamente.

Art. 19. O valor da dose e o tipo de sêmen serão apurados através de processo licitatório.

Art. 20. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, o produtor rural ou inseminador deverá realizar cadastro prévio além de

estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

### CAPÍTULO III

#### PROGRAMA DE AÇUDAGEM

Art. 21. A concessão de incentivos para execução do Programa de Açudagem consiste na realização do desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura familiar, bem como utilização de recursos para promover ações de apoio e incentivo à atividade visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais.

Art. 22. O programa objetiva a construção de tanques e reservatórios de água para uso nas propriedades rurais, mediante fornecimento de máquinas de forma subsidiada.

Art. 23. Todos os produtores cadastrados no município e autorizados a emitir nota fiscal de produtor rural, ficam automaticamente autorizados a acessarem os benefícios deste programa de incentivo, desde que a execução dos serviços sirva para o desenvolvimento das atividades da propriedade.

Art. 24. Os incentivos concedidos por este programa poderão abranger serviços executados com máquinas e equipamentos do Município, e também, sempre que a demanda não puder ser suprida, poderão ser utilizados serviços contratados de terceiros, por meio de processo licitatório competente.

Parágrafo único. A terceirização dos serviços pode ocorrer para máquinas e equipamentos idênticos aos de propriedade do município e também para máquinas ou equipamentos diversos e necessários ao atendimento deste programa.

I – o valor da hora de serviço prestado com máquinas e equipamentos do município será fixada, respeitando sempre o tipo de equipamento e os valores praticados no mercado, por meio de Decreto e o reajuste será feito anualmente com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM.

II – o valor da hora de serviço com máquinas terceirizadas será apurado por meio de processo licitatório.

Art. 25. O subsídio será no percentual de 50% (cinquenta por cento), do valor da hora, até o limite de 20(vinte) horas, devendo o requerente fazer uma previsão da quantidade de horas necessárias para realização do serviço no momento da solicitação.

§1º. Os serviços serão executados mediante solicitação prévia de 10 (dez) dias junto a Secretaria Municipal de Agricultura, devendo o requerente efetuar o pagamento da parte não subsidiada, através de boleto bancário, antes da execução dos serviços.

I – Em caso de execução dos serviços com máquinas do município o pagamento da parcela não subsidiada deverá ser recolhido aos cofres do município.

II – Em caso de execução dos serviços com máquinas terceirizadas a parcela não subsidiada, deverá ser recolhida aos cofres públicos, devendo o município efetuar o pagamento ao terceiro executor do serviço, do valor integral, mediante emissão de nota fiscal correspondente.

III – Em caso de execução de serviços terceirizados acima do limite de horas estabelecido neste programa, o pagamento será feito diretamente ao terceiro, sem interferência do município.

§2º. Se durante a realização do serviço, verificada a necessidade da contratação de um número de horas superior ao solicitado inicialmente, sendo este acréscimo considerado prorrogação, a diferença deverá ser recolhida aos cofres públicos municipais dentro dos 30 (trinta) dias seguintes aos da prestação do serviço, caso em que o seu não recolhimento caracterizará débito com a Fazenda Pública.

§3º. Se a realização dos serviços exceder ao limite de 20 horas, seja inicial ou como prorrogação, deverá ser efetuado o recolhimento do valor integral das horas que excederem.

§4º. Fica limitada a utilização dos serviços subsidiados por este programa apenas uma vez ao ano e por propriedade.

Art. 26. Fica vedado ao terceiro a realização da cobrança de quaisquer valores diretamente do requerente, relativamente aos serviços e limites subsidiados por este programa.

Art. 27. Sempre que o serviço for prestado por terceiro, e houver mais de um habilitado, o requerente poderá escolher aquele que lhe prestará o serviço dentre aqueles constantes da listagem de fornecedores habilitados e apurados em processo licitatório pertinente.

Art. 28. O requerente deverá, obrigatoriamente, apresentar, no momento da solicitação, um projeto técnico para construção e ou adequação do açude, devidamente aprovado pelos órgãos ambientais, com Anotação de Responsabilidade Técnica, prevendo a localização e o sistema de secagem, respeitando em todos os casos a legislação ambiental pertinente.

Art. 29. A execução dos serviços seguirá ordem cronológica de solicitação e por região do município.

Art. 30. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, o requerente deverá realizar cadastro prévio além de estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

### CAPÍTULO IV

#### PROGRAMA TERRA BOA

Art. 31. A concessão de incentivos para execução do Programa Terra Boa consiste no auxílio do município para distribuição de calcário dolomítico e calcítico àqueles que estejam investindo no melhoramento de pastagens ou de alguma forma pretendam melhorar a qualidade do solo de suas propriedades rurais.

Art. 32. O subsídio consiste na disponibilização de um veículo do município para realizar o transporte do calcário da sede do município até a propriedade dos agricultores e de uma máquina para realizar o carregamento.

Parágrafo único. Não será beneficiado com os incentivos concedidos por este programa aquele que adquirir o calcário diretamente da mineradora.

Art. 33. Este programa é desenvolvido em parceria com Cooperativa Regional Alfa e EPAGRI, que disponibilizam o calcário e organizam a distribuição entre os agricultores interessados, que deverão estar cadastrados para receber o calcário.

Art. 34. A solicitação deve ser feita diretamente pelo agricultor junto a secretaria municipal de agricultura, devendo apresentar autorização por escrito da EPAGRI, com antecedência mínima de 10(dez) dias.

Art. 35. A entrega seguirá ordem cronológica de solicitação, respeitando sempre a disponibilidade de equipamentos do município.

Art. 36. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, o requerente deverá realizar cadastro prévio além de estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

### CAPÍTULO V

#### PROGRAMA DE COLETA DE LIXO NO PERÍMETRO RURAL

Art. 37. A concessão de incentivos para execução do Programa de Coleta de Lixo no Perímetro Rural que visa efetuar a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos com características domiciliares e de lixo reciclável, com finalidade de incentivar e conscientizar sobre a



importância da preservação e conservação do ambiente.

Art. 38. O Programa de Coleta de Lixo no Perímetro Rural será executado em parceria com catadores municipais, associações, ONG's que prestarão serviços para triagem e destinação final do lixo.

Art. 39. Em cada comunidade serão definidos pontos e datas para coleta do material, a ser regulamentado por decreto.

Art. 40. O subsídio do município será concedido na realização de campanha para ampla divulgação do programa e fornecimento de veículo para transporte do material de cada ponto de coleta até o local da triagem.

Art. 41. Para ter acesso ao programa, o interessado deverá seguir as seguintes orientações:

§1º. Levar o material reciclável até o ponto de coleta, bem acondicionado, em caixas de papel ou em sacos de polietileno, devendo o acondicionamento ser feito de forma adequada e segura para quem coleta.

§2º. Efetuar sua própria triagem, em casa, de forma que nenhum objeto cortante, explosivo, corrosivo ou perigoso permaneça entre o material a ser reciclado.

§3º. Não serão coletados materiais que possuam em sua embalagem a inscrição de "perigo, químico", devendo para estes casos respeitar a norma específica e devolver-los ao ponto de venda, mediante a legalidade da política reversa de embalagens de produtos químicos.

Art. 42. As entidades parceiras deste programa que realizarem a triagem e destinação do lixo poderão realizar sua venda e utilizar seu produto como forma de incentivo e valorização de seu trabalho.

## CAPÍTULO VI

### PROGRAMA DE CASCALHAMENTO

Art. 43. A concessão de incentivos financeiros para a execução do programa de cascalhamento será concedido mediante a participação financeira do município em forma de subsídio na prestação de serviços de máquinas e equipamentos e objetiva melhorar a qualidade do acesso dos animais aos locais de manejo, gerando maior qualidade e higiene no produto final, além de proporcionar um aspecto mais salubre ao desenvolvimento das atividades na propriedade.

Art. 44. Através deste programa será feito o cascalhamento no entorno de galpões, estábulos, pocilgas, salas de ordenha, bem como demais edificações ou instalações que recebam os animais da propriedade.

Art. 45. Todos os produtores cadastrados no município e autorizados a emitir nota fiscal de produtor ficam automaticamente autorizados a acessarem os benefícios deste programa de incentivo.

Art. 46. O serviço de cascalhamento será executado com máquinas e equipamentos do município, porém sempre que estes não forem suficientes para suprir a demanda de serviço, serão contratados serviços de terceiros mediante realização de processo licitatório competente.

§1º. A terceirização dos serviços pode ocorrer para máquinas e equipamentos idênticos aos de propriedade do município e também para máquinas ou equipamentos diversos e necessários ao atendimento deste programa.

§2º. A quantificação dos serviços será efetuada em horas.

I – o valor da hora de serviço prestado com máquinas e equipamentos do município será fixada, respeitando sempre o tipo de equipamento e os valores praticados no mercado, por meio de Decreto e o reajuste será feito anualmente com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM.

II – o valor da hora de serviço com máquinas terceirizadas será apurado por meio de processo licitatório.

Art. 47. O subsídio concedido será no percentual de 50% (cinquenta por cento), do valor da hora, devendo o requerente fazer uma previsão da quantidade de horas necessárias para realização do serviço no momento da solicitação.

§1º. A solicitação para execução dos serviços necessários deverá ser feita com antecedência mínima de 10(dez) dias, devendo efetuar o pagamento do valor não subsidiado antes da execução do serviço.

§2º. O limite de horas subsidiadas será fixado anualmente por decreto do poder executivo e de acordo com disponibilidade financeira do orçamento municipal.

§3º. A execução dos serviços deverá seguir ordem cronológica para sua execução, respeitando ainda a realização dos serviços de forma regionalizada.

Art. 48. Será permitida a execução de horas de serviço além dos limites fixados anualmente, devendo, neste caso, ser efetuado o pagamento integral e sem subsídio do valor da hora correspondente.

§1º. Se durante a realização do serviço, verificada a necessidade da contratação de um número de horas superior ao solicitado inicialmente, sendo este acréscimo considerado prorrogação, a diferença deverá ser recolhida aos cofres públicos municipais dentro dos 30 (trinta) dias seguintes aos da prestação do serviço, respeitando-se as regras acima estabelecidas, caso em que o seu não recolhimento caracterizará débito com a Fazenda Municipal.

I – Em caso de execução dos serviços com máquinas do município o pagamento da parcela não subsidiada deverá ser recolhido aos cofres do município.

II – Em caso de execução dos serviços com máquinas terceirizadas a parcela não subsidiada, deverá ser recolhida aos cofres públicos, devendo o município efetuar o pagamento ao terceiro executor do serviço, do valor integral, mediante emissão de notas fiscal correspondente.

III – Em caso de execução de serviços terceirizados acima do limite de horas estabelecido neste programa, o pagamento será feito diretamente ao terceiro, sem interferência do município.

§2º. Fica vedado ao terceiro a realização da cobrança de quaisquer valores diretamente do requerente, relativamente aos serviços e limites subsidiados.

§3º. Fica limitada a utilização dos serviços subsidiados por este programa apenas uma vez ao ano e por propriedade.

Art. 49. Sempre que o serviço for prestado por terceiro, e houver mais de um habilitado, o requerente poderá escolher aquele que lhe prestará o serviço dentre aqueles constantes da listagem de fornecedores habilitados e apurados em processo licitatório pertinente.

Art. 50. A concessão de incentivos financeiros na forma deste programa será concedido para todas as máquinas e equipamentos necessários a realização do serviço.

Art. 51. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, o produtor rural ou inseminador deverá realizar cadastro prévio além de estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

## CAPÍTULO VII

### PROGRAMA DE MELHORIAS GERAIS NAS PROPRIEDADES

Art. 52. A concessão de incentivos financeiros para a execução do Programa de Melhorias Gerais nas propriedades será concedido mediante a participação financeira do município em forma de subsídio na prestação de serviços de máquinas e equipamentos e objetiva melhorar o

aspecto geral da propriedade com vistas a facilitar o escoamento da produção agrícola e melhorar a condição de vida dos agricultores do município.

Art. 53. Através deste programa será feito a abertura de valas, abertura de sarjetas, cascalhamento de estradas de roça, colocação de tubos, pequenas terraplenagens, dentre outros pequenos serviços.

Art. 54. Todos os produtores cadastrados no município e autorizados a emitir nota fiscal de produtor ficam automaticamente autorizados a acessarem os benefícios deste programa de incentivo.

Art. 55. O serviço de melhorias gerais nas propriedades será executado com máquinas e equipamentos do município, porém sempre que estes não forem suficientes para suprir a demanda de serviço, serão contratados serviços de terceiros mediante realização de processo licitatório competente.

§1º. A terceirização dos serviços pode ocorrer para máquinas e equipamentos idênticos aos de propriedade do município e também para máquinas ou equipamentos diversos e necessários ao atendimento deste programa.

§2º. A quantificação dos serviços será efetuada em horas.

I – o valor da hora de serviço prestado com máquinas e equipamentos do município será fixada, respeitando sempre o tipo de equipamento e os valores praticados no mercado, por meio de Decreto e o reajuste será feito anualmente com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM.

II – o valor da hora de serviço com máquinas terceirizadas será apurado por meio de processo licitatório.

Art. 56. O subsídio concedido será no percentual de 50% (cinquenta por cento), do valor da hora, devendo o requerente fazer uma previsão da quantidade de horas necessárias para realização do serviço no momento da solicitação.

§1º. A solicitação para execução dos serviços necessários deverá ser feita com antecedência mínima de 10(dez) dias, devendo efetuar o pagamento do valor não subsidiado antes da execução do serviço.

§2º. O limite de horas subsidiadas será fixado anualmente por decreto do poder executivo e de acordo com disponibilidade financeira do orçamento municipal.

§3º. A execução dos serviços deverá seguir ordem cronológica para sua execução, respeitando ainda a realização dos serviços de forma regionalizada e a disponibilidade de equipamentos quando solicitados para execução dos serviços os de propriedade do município.

Art. 57. Será permitida a execução de horas de serviço além dos limites fixados anualmente, devendo, neste caso, ser efetuado o pagamento integral e sem subsídio do valor da hora correspondente.

§1º. Se durante a realização do serviço, verificada a necessidade da contratação de um número de horas superior ao solicitado inicialmente, sendo este acréscimo considerado prorrogação, a diferença deverá ser recolhida aos cofres públicos municipais dentro dos 30 (trinta) dias seguintes aos da prestação do serviço, respeitando-se as regras acima estabelecidas, caso em que o seu não recolhimento caracterizará débito com a Fazenda Municipal.

I – Em caso de execução dos serviços com máquinas do município o pagamento da parcela não subsidiada deverá ser recolhido aos cofres do município.

II – Em caso de execução dos serviços com máquinas terceirizadas a parcela não subsidiada, deverá ser recolhida aos cofres públicos, devendo o município efetuar o pagamento ao terceiro executor do serviço, do valor integral, mediante emissão de nota fiscal correspondente.

III – Em caso de execução de serviços terceirizados acima do limite de horas estabelecido neste programa, o pagamento será feito diretamente ao terceiro, sem interferência do município.

§2º. Fica vedado ao terceiro a realização da cobrança de quaisquer valores diretamente do requerente, relativamente aos serviços e limites subsidiados.

§3º. Fica limitada a utilização dos serviços subsidiados por este programa apenas uma vez ao ano e por propriedade.

Art. 58. Sempre que o serviço for prestado por terceiro, e houver mais de um habilitado, o requerente poderá escolher aquele que lhe prestará o serviço dentre aqueles constantes da listagem de fornecedores habilitados e apurados em processo licitatório pertinente.

Art. 59. A concessão de incentivos financeiros na forma deste programa será concedido para todas as máquinas e equipamentos necessários a realização do serviço.

Art. 60. Para acessar os incentivos concedidos por este programa, deverá realizar cadastro prévio além de estar em situação regular perante a Fazenda Municipal, mediante a emissão de Certidão Negativa de Débitos – CND.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. O Poder Público Municipal fica autorizado a regulamentar mediante Decreto as demais normas necessárias ao bom cumprimento desta Lei.

Art. 62. As despesas decorrentes dos programas instituídos por esta Lei terão sua execução condicionada aos limites financeiros previstos no Orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura em cada exercício financeiro.

Art. 63. A qualquer tempo a administração, tendo em vista a indisponibilidade financeira, poderá suspender a qualquer tempo a execução dos incentivos concedidos por esta lei.

Art. 64. Fica autorizado, com vistas à divulgação e transparência e para atendimento aos princípios da moralidade administrativa e para tornar público a qualquer interessado, a colocação de placa de identificação, em cada propriedade beneficiada com os programas de incentivos concedidos por esta lei.

Art. 65. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contidas nas leis 1.502/89, 2.867/01, 3.388/07, 3.701/10, 3.828/11, 4.048/13, 4.072/13 e 4.182/13.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.



CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº4573/2016**

LEI Nº 4.573, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em pela realização de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada e conforme trecho descrito no anexo II.

§1º. RUA SALETE ULIANA;

§2º. O custo total conforme orçamento estimado no anexo I, considerando a extensão da via, no que se refere à execução das obras públicas definidas neste artigo, possuem como fonte orçamentária de recursos aqueles oriundos do Ministério das Cidades, Processo Licitatório nº 93/2016 – Tomada de preços, correspondendo à quantia de R\$147.674,49 (cento e quarenta e sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos);

Art. 2º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria pela construção de passeios públicos, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada e conforme trecho constante no anexo II,

§1º. RUA SALETE ULIANA, RUA ARNILDO SCHNOR, RUA JOÃO BUSATO E RUA VISCONDE DE MAUÁ;

§2º. O custo total conforme orçamento estimado no anexo I, considerando a extensão da via, no que se refere à execução das obras públicas definidas neste artigo, possuem como fonte orçamentária de recursos aqueles oriundos do Ministério das Cidades, Processo Licitatório nº 93/2016 – Tomada de preços, correspondendo à quantia de R\$103.382,40 (cento e três mil trezentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos);

Art. 3º. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída e cobrada para fazer face ao custo destas obras e das quais decorram valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 4º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por essas obras públicas.

Art. 5º. A base de cálculo da contribuição de melhoria a ser exigida pelo município, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas zonas de influência e em função dos respectivos fatores relativos e individuais de valorização.

§1o. A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§2º. A determinação da base de cálculo da contribuição de melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

§3º. A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis privados, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§4º. Para a apuração do número total de imóveis beneficiados, situados na zona de influência e dos respectivos fatores de valorização, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a zona de Influência da obra;

II – dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefícios de imóveis, em ordem

decrecente, se for o caso;

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

V – testada do imóvel.

Art. 6º. A base de cálculo da contribuição de melhoria terá como limite o custo das obras, nela computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º. A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante contribuição de melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

§3º. A valorização imobiliária dar-se-á conforme parecer da Comissão Especial nomeada através do Decreto nº 5.910/2016, de 16 de novembro de 2016.

Art. 7º. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§1º. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§2º. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 8º. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da contribuição de melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da contribuição de melhoria:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§1o. Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§2o. O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 9º. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterá os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II - custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III - delimitação, em planta, da zona de influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;

IV – a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefícios de imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

V - número total de imóveis beneficiados, situados na zona de influência da obra;

VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição de melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 10. O contribuinte definido na presente lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 11. A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida na Lei Complementar Nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 12. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Art. 13. Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1º. O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 69 da Lei Complementar nº 009/2005.

§ 2º. A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 301 da Lei Complementar nº 009/2005.

§3º. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da contribuição de melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir a melhoria decorrente de obra executada em parte na forma prevista no caput deste artigo nem impede a Administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 14. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria fosse regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 16. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

- II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;
- III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública
- IV - do prazo para a impugnação do lançamento;
- V - o local do pagamento da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 17. Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º. No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º. Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá à emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM- Unidade Fiscal de Referência Municipal, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

Art.18. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.19. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 009/2005(Código Tributário Municipal).

Art. 20. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

Art. 21. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP), em caso de Contribuinte Pessoa Física, e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 22. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 23. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 24. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 25. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 26. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 27. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser a vista em parcela única, ou parcelado conforme a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, não havendo a incidência de qualquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

II - independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado que o valor mínimo de cada parcela não será inferior a 0,50 UFRM (zero vírgula cinquenta) da Unidade Fiscal de Referência Municipal.

III - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o último dia útil do mês do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do mesmo.

Art. 28. As parcelas não pagas até a data de vencimento serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005).

§ 1º. Quando for efetuado o parcelamento e ocorrer o não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 29. Ficam isentas e excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

§1º. Ficam isentas do pagamento de contribuição de melhoria, as entidades de saúde beneficentes e de assistência sociais, assim declaradas pelo Conselho nacional de Assistência Social – CNAS, proprietárias de imóvel beneficiadas com obra pública. A isenção será solicitada por parte das interessadas, mediante requerimento ao Chefe do Poder Executivo acompanhado de Certidão ou Certificado expedido pelo CNAS, vigente à época do respectivo edital.

§2º. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005, sem

prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 30. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros demora.

Art. 31. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação anual do IGPM, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 32. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

§1º. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§2º. As multas serão aplicadas e calculadas em 2% (dois por cento), calculadas sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo de juros de mora.

Art. 33. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de São José do Cedro é de até 30(trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2º. Serão consideradas inválidas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação

Art. 34. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90(noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 35. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 36. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou atuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 37. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 38. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 39. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) e na legislação complementar no que couber.

§1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 40. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 41. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 42. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 43. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.



FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### ANEXO I

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

#### ANEXO II

### **LEI Nº4575/2016**

LEI Nº 4.575, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

#### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A política municipal de saneamento básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e da execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - saneamento básico: ações técnicas e socioeconômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e

disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - salubridade ambiental: estado de qualidade ambiental capaz de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

III - gestão associada: associação voluntária de Entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

IV - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

V - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IX - destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

X - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XI - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XII - manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XIII - limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

XIV - tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, diminuição ou eliminação de resíduos ou poluentes, propiciando à redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a diminuição ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XV - tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo Único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

§ 1º O Município poderá adotar a logística reversa em relação aos seus resíduos sólidos a partir dos acordos setoriais estabelecidos pelos órgãos públicos competentes em conjunto com os respectivos fabricantes;

§ 2º Observado o disposto no parágrafo anterior, os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração; e

b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos constantes dos acordos setoriais entre fabricantes e poder público responsável;

II - ao Município, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos urbanos recicláveis e apoiar a política de logística reversa definida pelo poder público responsável em conjunto com seus fabricantes;

b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de manejo e limpeza urbana; e

c) fiscalizar os estabelecimentos comerciais de produtos que demandem a reversão dos seus resíduos para a disponibilização de postos de coleta para a destinação e disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;

b) desenvolver e implementar tecnologias que absorvam ou eliminem de sua produção os resíduos sólidos reversos;

c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação e disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos;

d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e

e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

- a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;
- b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e
- c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

§ 3º A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;

IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

§ 4º Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos, em conformidade com o disposto no artigo 6º desta Lei, deverão ser disponibilizados pelo Município e revendedores, no que couber, em conjunto com seus fabricantes, em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno adequado.

§ 5º O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos, quando for contratado para esse fim.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 7º A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento e acordadas pelo Ministério do Meio Ambiente e os setores geradores de produtos definidos em Lei.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei;

III - de varrição de praças, áreas e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades.

## SEÇÃO II

### DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico e os seus serviços dela decorrentes serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

## SEÇÃO III

### DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento Básico visará:

I - contribuir para o avanço no acesso aos serviços de saneamento básico com universalidade e integralidade;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental as populações tradicionais, rurais e de pequenos núcleos urbanos com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação e nos serviços associados;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos,



contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

#### SEÇÃO IV

##### DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º São diretrizes da política municipal de saneamento básico:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública da população residente urbana e rural mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VI - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

VII - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

VIII - estímulo à implementação de infraestruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre Entes federados;

IX - desenvolvimento de programas de educação ambiental.

#### SEÇÃO V

##### DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 10 - O Município poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. O município de São José do Cedro aderiu ao Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no dia 03 de setembro de 2013, tal fato foi autorizado pela Lei nº 4.128/2013 delegando as atribuições de regulação e fiscalização das atividades do saneamento básico.

Art. 11 - O Município executará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar o plano de saneamento básico, nos termos desta Lei;

II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o órgão ou entidade responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso V do "caput" do art. 2º desta Lei;

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento estabelecidos na Política Federal vigente;

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Parágrafo único: Fica condicionada a execução das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, aos recursos recebidos das esferas estaduais e federais. O município poderá executar algumas das metas apontadas com dotação própria, desde que não comprometa seu sistema orçamentário.

Art. 12 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do município depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo:

I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação, nos termos de lei, o poder público autorizar a entes organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

Art. 13 - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatibilizados com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do "caput" e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 14 – Quando os serviços públicos de saneamento básico forem executados por mais de um prestador, a relação entre eles deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1º A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

§ 2º O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

§ 3º Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2º deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

§ 4º No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o "caput" deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

§ 5º A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico estão delegados ao Consórcio Público Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) autorizado pela Lei Municipal nº 4.128/2013.

## SEÇÃO VI

### DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA

Art. 15 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, caso seja adotada na totalidade ou em parte dela, deve ser caracterizada por:

I - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

Art. 16 - Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade, de atuação limitada ao Ente da Federação, a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre Entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público de direito público integrado pelos Municípios titulares dos serviços.

Parágrafo Único. No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o Município poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 17 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços.

Art. 18 - O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

Art. 19 - Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos.

Parágrafo Único. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

## SEÇÃO VII

### DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 20 - O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

- I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;
- II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 21 - São objetivos da regulação:

- I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 22 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangem, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- V - medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VI - monitoramento dos custos;
- VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- IX - subsídios tarifários e não tarifários;
- X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º As normas a que se refere o "caput" deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 23 - Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 24 - Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os Municípios poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 25 - Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o "caput" deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26 - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 27 - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

- I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;
- II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
- III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;
- IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

## SEÇÃO VIII

### DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 28 - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do "caput" deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 29 - Observado o disposto no art. 28 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e,
- VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 30 - Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos, serão:

- I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;
- II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;
- III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 31 - As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;
- III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32 - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, quando aplicada, deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33 - Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34 - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

- I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;
- II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pela respectiva entidade reguladora, ouvidos o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos

originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35 - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões a serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo Único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36 - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do "caput" deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 37 - Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

#### SEÇÃO IX

##### DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 38 - A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 39 - O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o "caput" deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 40 - Ressalvadas as disposições em contrário das normas do Município, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à(s) rede(s) pública(s) de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, quando disponível(is) e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de rede(s) pública(s) de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes de abastecimento.

Art. 41 - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

#### CAPÍTULO II

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CONTROLE SOCIAL

#### SEÇÃO I



## DA COMPOSIÇÃO E DOS INSTRUMENTOS

Art. 42 - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 43 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no Município, fica assim estruturado:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social: órgão colegiado deliberativo, consultivo e de fiscalização das diretrizes e políticas governamentais para o saneamento básico, e, execução e promoção de Controle Social do Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Órgão Gestor: órgão municipal formado por uma secretaria ou mais, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e assessorar o Chefe do Poder Executivo na política e diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico e, execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - Órgão de Regulação: órgão municipal ou intermunicipal, com a finalidade de promover a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV - Órgãos Executores de serviços: permissionário/contratado (s) responsável (is) pela execução dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário e/ou limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e/ou manejo de águas pluviais), fixados nos Programas, Projetos e Ações e definidos do Plano de Execução constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico e demais obras e serviços de interesse do Titular.

Art. 44 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;

III - Fórum Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;

IV - Plano Municipal de Saneamento Básico;

V - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CONTROLE SOCIAL

Art. 45 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, órgão de composição paritária, com representação do Poder Público Municipal (40%), Entidades não governamentais ligadas ao setor de saneamento básico (40%) e usuários dos serviços de saneamento básico (20%), constituído pelos seguintes membros:

I - Representantes governamentais, das seguintes Unidades Administrativas:

a) Secretaria de Planejamento;

b) Secretaria da Saúde;

c) Secretaria da Educação;

d) Secretaria de Obras;

II - Representantes de entidades não governamentais, contemplando:

a) Representante das empresas prestadoras de serviço, via contratos, convênios ou concessão;

b) Representante da sociedade civil organizada e/ou de classe profissional ligada ao setor;

c) Representante de entidades empresariais;

d) Representante dos Clubes de Serviço;

III - Representantes dos usuários dos serviços de saneamento básico:

a) Representante dos agricultores;

b) Representante dos moradores urbanos;

§ 1º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º Os membros representantes da Administração Municipal e o Secretário Executivo serão nomeados pelo Prefeito Municipal por portaria e seus mandatos serão por tempo indeterminado.

§ 3º O mandato dos conselheiros não governamentais e dos usuários será de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato.

§ 4º O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social terá mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato.

Art. 46 - A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

### SEÇÃO III

#### DA CONFERÊNCIA E DO FÓRUM MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E CONTROLE SOCIAL

Art. 47 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar e aprovar as revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico e outras demandas correlatas a serem definidas em regimento próprio pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social.

§ 1º A Conferência Municipal de Saneamento Básico será bianual.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas no regimento do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 48 - O Fórum Municipal de Saneamento Básico e Controle Social visa a avaliação integrada do Saneamento Básico a fim de propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º O primeiro Fórum será convocado pelo Chefe do Poder Executivo em até um ano (trezentos e sessenta e cinco dias) após a publicação desta Lei, e os demais terá calendário próprio definido do regimento do Sistema Municipal de Saneamento Básico e Controle Social, por convocação do seu Presidente.

### SEÇÃO IV

#### DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 49 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano municipal, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de prazos imediato, curto, médio e longo visando a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

§ 1º O plano municipal de saneamento básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos, quando existentes;

§ 2º O plano municipal de saneamento básico deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, conjuntamente à elaboração ou revisão do Plano Plurianual;

§ 3º Será assegurada ampla divulgação das propostas do plano de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas;

§ 4º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação;

§ 5º O plano municipal de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do Município;

§ 6º Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 15 desta Lei;

§ 7º O plano de saneamento de que trata o "caput" deste artigo, em sua primeira versão, deverá ser aprovado pelo Comitê de Coordenação da Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por Portaria, e enviado por Ofício ao Chefe do Poder Executivo para ser homologado por decreto;

§ 8º As versões posteriores do Plano Municipal de Saneamento Básico, resultantes de futuras revisões devem ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social e enviadas por Ofício ao Chefe do Poder Executivo para sua homologação por decreto;

### SEÇÃO V

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 50 - Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, destinado a financiar parcialmente as ações visando à universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os programas do Plano



Municipal de Saneamento Básico previsto nesta Lei e outras obras de interesse do Titular.

§ 1º Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da política e do plano municipal de saneamento básico;

III - recursos provenientes de doações, convênios, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V - recursos resultantes da aplicação de penalidades pertinentes ao saneamento básico, administrativas e judiciais;

VI - receitas dos serviços de saneamento básico, exceto aquelas auferidas por autarquia municipal ou consórcio público, ou da remuneração de concessões, permissões ou delegações efetivadas pelo titular;

VII - outros recursos de qualquer natureza;

§ 2º As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão ordenadas pelo Secretário Municipal da Fazenda, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social;

§ 3º A supervisão do Fundo Municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Controle Social na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira;

§ 4º O produto dos recolhimentos financeiros será depositado em conta especial e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, em agência de banco oficial, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas deste Fundo Municipal;

§ 5º O Orçamento e a Contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico obedecerão às normas e princípios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

§ 6º A escrituração do Fundo Municipal de Saneamento Básico será executada pela Contabilidade Geral do Município e o plano de contas manterá consonância com a contabilidade pública;

#### SEÇÃO VI

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO

Art. 51 - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo Único. As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

#### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até cento e oitenta (180) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 53 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 54 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.565, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.565, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 01 Aplicação Direta R\$ 4.600,00

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01.02.062.4513.2.004.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 05 Aplicação Direta R\$ 13.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01.04.124.4512.2.005.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 08 Aplicação Direta R\$ 3.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01.04.122.4514.2.010.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 11 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 14 Aplicação Direta R\$ 9.200,00

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AUICULTURA - SAA

10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AUICULTURA - SAA

10.01.20.606.4507.2.025.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 112 Aplicação Direta R\$ 13.700,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

02.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

02.01.04.122.4502.2.002.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 04 Aplicação Direta R\$ 4.600,00

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

03.01.02.062.4513.2.004.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 06 Aplicação Direta R\$ 13.000,00

04.00 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

04.01.04.124.4512.2.005.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 10 Aplicação Direta R\$ 3.000,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01.04.122.4514.2.010.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 12 Aplicação Direta R\$ 2.500,00

05.00 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

05.01.04.122.4514.2.010.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 13 Aplicação Direta R\$ 3.500,00

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 17 Aplicação Direta R\$ 9.200,00

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AUICULTURA - SAA

10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E AUICULTURA - SAA

10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 114 Aplicação Direta R\$ 13.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.307, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

LEI Nº 2.307, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral Consolidado do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 63.500.000,00 (sessenta e três milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º As Transferências Financeiras totalizam R\$ 13.174.305,00 (treze milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e cinco reais), as quais serão repassadas para o Fundo Municipal de Saúde, Instituto Cultural de São Lourenço, Comitê Desportivo Municipal e Câmara Municipal de Vereadores.

§ 2º Integram a consolidação do Orçamento Geral do Município as entidades: Prefeitura Municipal, Comitê Desportivo Municipal, Instituto Cultural de São Lourenço, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Vereadores, e na forma de Unidades Orçamentárias, também integram o Orçamento Geral do Município, os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, de Habitação e de Saneamento.

§ 3º A receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 4º A despesa do Município de São Lourenço do Oeste será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

### **CAPÍTULO II**

#### **DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA**

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a receita em 58.873.100,00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e três mil e cem reais), e fixa a despesa em R\$ 45.698.795,00 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e cinco reais) e de Transferências Financeiras para as demais entidades, no valor de R\$ 13.174.305,00 (treze milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e cinco reais).

§ 1º A receita do Município de São Lourenço do Oeste será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 4.554.900,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e novecentos reais) e de transferências financeiras recebidas do Município em R\$ 9.930.000,00 (nove milhões, novecentos e trinta mil reais); e fixa a despesa em R\$ 14.484.900,00 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais).

§ 1º A receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO**

Art. 4º O orçamento do Instituto Cultural de São Lourenço para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), transferências financeiras recebidas da Prefeitura em R\$ 682.000,00 (seiscentos e oitenta e dois mil reais) e fixa a despesa em R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. A despesa do Instituto Cultural de São Lourenço será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

| I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL       |     |            |
|---------------------------------------|-----|------------|
| a) Instituto Cultural de São Lourenço | R\$ | 750.000,00 |
| TOTAL GERAL                           | R\$ | 750.000,00 |

## CAPÍTULO V

### DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA - COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Art. 5º O orçamento do Comitê Desportivo Municipal para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), transferências financeiras recebidas da Prefeitura em R\$ 746.000,00 (setecentos e quarenta e seis mil reais), e fixa a despesa em R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. A despesa do Comitê Desportivo Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

| I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL |     |            |
|---------------------------------|-----|------------|
| a) Comitê Desportivo Municipal  | R\$ | 750.000,00 |
| TOTAL GERAL                     | R\$ | 750.000,00 |

## CAPÍTULO VI

### DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 6º O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2017 fixa a despesa e transferências financeiras da Prefeitura em R\$ 1.816.305,00 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil, trezentos e cinco reais).

Parágrafo único. A despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza de despesa, distribuídas da seguinte forma:

| I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL   |     |              |
|-----------------------------------|-----|--------------|
| a) Câmara Municipal de Vereadores | R\$ | 1.816.305,00 |
| TOTAL GERAL                       | R\$ | 1.816.305,00 |

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "outros riscos e eventos fiscais imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçada ou orçada à menor.

Art. 8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, nos termos da legislação aplicável, mediante autorização legislativa através de lei específica.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas correntes decorrentes de convênios, acordos ou ajustes e as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. O excesso de arrecadação será apurado em cada fonte de recurso, observada a tendência do exercício.

Art. 15. Os anexos da despesa que integram a presente Lei foram elaborados até o nível de Modalidade de Aplicação, sendo que a execução orçamentária será realizada em nível de Elemento de Despesa.

Art. 16. O Executivo Municipal está autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, nos termos do art. 29, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 2.301 de 14 de outubro de 2016 - Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2017.

Parágrafo único. Exclui-se deste limite as autorizações realizadas mediante leis específicas.

Art. 17. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 64/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de combustível para Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 29/12/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 19 de dezembro de 2016. VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.791/2016 -FICA AUTORIZADO O CORTE DE UMA (01) ÁRVORE DA ESPÉCIE UVA-JAPONESA E UMA(01) ÁRVORE DA ESPÉCIE CITRUS, LOCALIZADAS NA RUA MARCÍLIO DIAS, CENTRO ( EM FRENTE AO FÓRUM), NESTE MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC**

DECRETO Nº 8.791/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de UMA (01) árvore da espécie Uva-Japonesa e UMA(01) árvore da espécie Citrus, localizadas na Rua Marcílio Dias, Centro ( em frente ao Fórum), neste Município, Devido a movimentação de terra no local, e por estarem no barranco, visto que há necessidade de remoção de terra nesse local, para obras de infraestrutura e futuro passeio público.

Art. 2º Como medida compensatória, deverá ser realizado o plantio de duas (02) outras árvores de espécies nativas, sem ônus a municipalidade, não podendo ser arbusto, com altura mínima da muda de 0,60 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.792/2016 DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA UPM – UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL E DA UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL, INSTITUIDAS PELA LEI 4.200, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.792/2016

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA UPM – UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL E DA UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL, INSTITUIDAS PELA LEI 4.200, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, XL, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado na ordem de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento) a UPM – UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL e a UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL, instituída pela Lei Municipal nº 4.200,

de 10 de dezembro de 1997, conforme índice inflacionário acumulado no período de 1º de dezembro de 2015 à 30 de novembro de 2016, auferido pelo IGPM/FGV, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS MERCADO – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

Art. 2º Para fins de aplicação, a UPM – UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL passará a ser de R\$ 3.625,76 (três mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) e a UFM – UNIDADE FISCAL MUNICIPAL passará a ser de R\$ 2.331,94 (dois mil trezentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 16 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **EDITAL Nº 024/2016 DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDITAL Nº 024/2016

DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que ficam notificados do lançamento e intimados a recolher os tributos municipais a seguir relacionados, referentes ao exercício financeiro de 2017, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.200 de 10/12/1997 e Lei Complementar nº 033/2013.

#### 1 - DO LANÇAMENTO

Ficam lançados os seguintes tributos para o exercício financeiro de 2017, a seguir:

I - IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;

II -TCL – Taxa de Coleta de Lixo;

III -COSIP – Contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública dos terrenos baldios.

IV - TLP – Taxa de Licença para Permanência.

V - ISS – Imposto Sobre Serviços por homologação, por estimativa e fixo.

VI – TVS – Taxa de Vigilância Sanitária.

#### 2 – DAS MODALIDADES DE PAGAMENTO E PARCELAMENTO

##### 2.1 - DA COTA ÚNICA

Os Contribuintes que optarem pelo recolhimento em cota única

dos tributos constantes nas alíneas I, II e III do inciso 1, até o dia 10/03/2017, terão direito ao desconto de 5%(cinco por cento), incidentes sobre o valor atribuído ao Imposto Predial e Territorial.

## 2.2 - DO PARCELAMENTO

Fica fixado para os tributos constantes nos incisos I, II e III, pagamento em até 06(seis) parcelas, assim dispostas:

|     |                  |            |
|-----|------------------|------------|
| I   | Primeira parcela | 10/03/2017 |
| II  | Segunda parcela  | 10/04/2017 |
| III | Terceira parcela | 10/05/2017 |
| IV  | Quarta parcela   | 12/06/2017 |
| V   | Quinta parcela   | 10/07/2017 |
| VI  | Sexta parcela    | 10/08/2017 |

## 2.3 – DA TLP

A TLP - Taxa de Licença para Permanência, é devida por todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município a partir do exercício seguinte ao início da atividade, quando da renovação do alvará municipal, incidente sobre a revalidação da licença municipal do exercício financeiro de 2017, fica fixada a data para pagamento em cota única, sem desconto até o dia 10/03/2017.

## 2.4 - DO ISSQN

### 2.4.1 - DO ISS – fixo

#### 2.4.1.1 - DA COTA ÚNICA

Os contribuintes de Imposto Sobre Serviços dos Profissionais Liberais e Autônomos por regime de estimativa fixa que optarem pelo recolhimento em cota única até o dia 31.01.2017, terá direito ao desconto de 10% (dez por cento).

#### 2.4.1.2 - DO PARCELAMENTO

Os contribuintes poderão optar pelo pagamento em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sem desconto, assim dispostas:

| Nº   | Parcela          | Vencimento |
|------|------------------|------------|
| I    | Primeira parcela | 31/01/2017 |
| II   | Segunda parcela  | 28/02/2017 |
| III  | Terceira parcela | 31/03/2017 |
| IV   | Quarta parcela   | 28/04/2017 |
| V    | Quinta parcela   | 31/05/2017 |
| VI   | Sexta parcela    | 30/06/2017 |
| VII  | Sétima parcela   | 31/07/2017 |
| VIII | Oitava parcela   | 31/08/2017 |
| IX   | Nona parcela     | 29/09/2017 |
| X    | Décima parcela   | 31/10/2017 |
| XI   | Décima Primeira  | 30/11/2017 |
| XII  | Décima Segunda   | 29/12/2017 |

#### 2.4.2 – DO ISS POR HOMOLOGAÇÃO

O ISS por homologação será lançado mensalmente nas declarações mensais obrigatórias através do Livro Eletrônico com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente à sua competência.

## 3 – DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Esgotados os prazos fixados na lei para pagamento dos Tributos constantes do presente ato, os débitos fiscais existentes serão inscritos em DÍVIDA ATIVA.

## 4 - DA DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS

Os carnês para pagamento do IPTU serão entregues pelos correios até o dia 01 de março de 2017.

Os Carnes para pagamento do ISS fixo e a TLP deverão ser retirados pelos contribuintes através do link: <https://e-gov.betha.com.br/cidadaoweb3/03015-010/main.faces>, ou procurar o setor de atendimento do Centro Administrativo Municipal para a retirada até o vencimento da primeira parcela ou cota única.

Os contribuintes com débitos parcelados ou não parcelados e inscritos em Dívida Ativa, deverão retirar as guias para pagamento, no setor de DÍVIDA ATIVA, localizado Centro Administrativo Municipal em horário de expediente.

## 5 - DA CONTESTAÇÃO

O contribuinte terá o prazo de 30(trinta) dias, contados da data de publicação do presente Edital para contestar, por escrito, os lançamentos efetuados pela Municipalidade constantes do presente Ato na forma da Lei.

Este Edital entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 16 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda

Este Edital foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 0215/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000  
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 0215/2016

DESVINCULA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam desvinculados os seguintes integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

III - Representante da Secretaria Municipal de Administração/Finanças:

- Viviane Junkes Lopes – Titular
- Michela Maia da Silva – Suplente

§ 1º - No prazo de 90 dias, a contar da publicação deste, o Prefeito deverá nomear o Titular e o Suplente do segmento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrario.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

### PORTARIA N.º 398/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 398/2016

Exonera ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 032/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 399/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 399/2016

Exonera BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 021/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 400/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 400/2016

Exonera DAIANA REGINA DE SOUZA do cargo de Professora I.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DAIANA REGINA DE SOUZA do cargo de

Professora I, contrato de trabalho nº. 039/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **PORTARIA N.º 401/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 401/2016

Exonera DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 031/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **PORTARIA N.º 402/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 402/2016

Exonera DEIZE REGINA NASCIMENTO do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DEIZE REGINA NASCIMENTO do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 034/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **PORTARIA N.º 403/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 403/2016

Exonera EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 022/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **PORTARIA N.º 404/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 404/2016

Exonera GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 033/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 405/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 405/2016

Exonera JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 030/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 406/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2016

Exonera JULIANO DA CUNHA do cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JULIANO DA CUNHA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 053/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 407/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2016

Exonera MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 046/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 408/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2016

Exonera VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO do cargo de Professor II Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 065/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 409/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 409/2016

Concede férias a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN.



EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, ocupante do cargo de Odontólogo - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 19/12/2016 a 17/01/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 410/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 410/2016

Concede férias a servidora NEIVA MARIA HAAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NEIVA MARIA HAAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias por 30 dias que gozará a partir de 19/12/2016 a 17/01/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 411/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2016

Exonera EMANUELY VENTURA DE SOUZA do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade

com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar EMANUELY VENTURA DE SOUZA do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, contrato de trabalho nº. 061/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo nº 008/2016

Objeto: Decisão em Processo Administrativo iniciado por meio da Portaria 6.793/2016, designado para apurar fatos referentes à ausência de pagamento de notas fiscais da fornecedora PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA.

### DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 27/29) pela Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 6.793/2016 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório, e no Parecer Jurídico 163/2016 – PROJUR, no sentido de RECONHECER a legitimidade da obrigação com a fornecedora PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA, determinando o imediato PAGAMENTO dos valores mencionados pela Comissão de Processo Administrativo.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016 – SECEL/PMS – GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016 – SECEL/PMS

GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS

#### Cargos de Nível Médio

| Cargo  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Auxiliar de Sala                               | E | B | D | C | A | D | E | D | B | D  | A  | C  | E  | D  | A  | B  | A  | B  | A  | C  | E  | D  | A  | D  | B  | E  | C  | A  | C  | E  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | B | B | B | D | C | A | D | C | E | A  | A  | A  | D  | E  | C  | E  | A  | B  | C  | C  | E  | B  | C  | E  | D  | A  | B  | D  | B  | B  |

#### Cargos de Nível Superior

| Cargo   | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | A | C | A | C | D | B | E | A | E | A  | B  | E  | A  | B  | B  | C  | C  | D  | C  | D  | E  | B  | E  | B  | A  | D  | C  | D  | B  | C  |
| Professor B – Arte Anos Iniciais e Finais           | D | E | A | C | A | C | C | E | A | E  | A  | B  | B  | B  | A  | A  | C  | E  | C  | D  | D  | E  | C  | A  | C  | E  | A  | B  | A  | B  |
| Professor C – Arte Anos Iniciais e Finais           | D | E | A | C | A | C | C | E | A | E  | A  | B  | B  | B  | A  | A  | C  | E  | C  | D  | D  | E  | C  | A  | C  | E  | A  | B  | A  | B  |
| Professor A – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | E | D | E | A | A | B | C | C | A | E  | A  | A  | B  | C  | E  | A  | A  | B  | E  | C  | C  | D  | D  | A  | B  | D  | B  | D  | A  | C  |
| Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | E | D | E | A | A | B | C | C | A | E  | A  | A  | B  | C  | E  | A  | A  | B  | E  | C  | C  | D  | D  | A  | B  | D  | B  | D  | A  | C  |
| Professor C – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | E | D | E | A | A | B | C | C | A | E  | A  | A  | B  | C  | E  | A  | A  | B  | E  | C  | C  | D  | D  | A  | B  | D  | B  | D  | A  | C  |
| Professor B – L. Estr. Inglês Anos Finais           | B | B | E | C | E | B | A | B | E | A  | A  | A  | B  | E  | C  | E  | A  | B  | C  | D  | E  | D  | C  | B  | C  | A  | E  | C  | C  | D  |
| Professor C – L. Estr. Inglês Anos Finais           | B | B | E | C | E | B | A | B | E | A  | A  | A  | B  | E  | C  | E  | A  | B  | C  | D  | E  | D  | C  | B  | C  | A  | E  | C  | C  | D  |

Schroeder (SC), 12 de dezembro de 2016. Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado Município de Schroeder



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016 – SECEL/PMS – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Processo Seletivo nº. 002/2016 - SECEL/PMS

Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

**TORNAR PÚBLICO**

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2016 SECEL/PMS para os cargos de Professores e Auxiliares de Sala. Conforme lista de classificação abaixo:

| Cargo            | Nome                                 | Nota Final | Classificação |
|------------------|--------------------------------------|------------|---------------|
| Auxiliar de Sala | Kethlin Jung                         | 9,40       | 1º            |
| Auxiliar de Sala | Evani Salete Chaves Klodzinski       | 9,10       | 2º            |
| Auxiliar de Sala | Ligia Camila Danielak                | 9,10       | 3º            |
| Auxiliar de Sala | Maria Karolina Cavalheiro Heguedichi | 9,00       | 4º            |
| Auxiliar de Sala | Greice Meri Ferreira dos Santos      | 9,00       | 5º            |
| Auxiliar de Sala | Tainara Terra                        | 8,90       | 6º            |
| Auxiliar de Sala | Daniela Strapazon                    | 8,80       | 7º            |
| Auxiliar de Sala | Noenice Maske Mundel                 | 8,80       | 8º            |
| Auxiliar de Sala | Carla Stricker de Abreu              | 8,60       | 9º            |
| Auxiliar de Sala | Agatha Winter Rodrigues              | 8,40       | 10º           |
| Auxiliar de Sala | Andréa Ramos Faust Vieira            | 8,40       | 11º           |
| Auxiliar de Sala | Gilcione Veiber de Almeida Lima      | 8,30       | 12º           |
| Auxiliar de Sala | Gabriele Aparecida Ferreira          | 8,20       | 13º           |
| Auxiliar de Sala | Tairine Leila Walz                   | 8,20       | 14º           |
| Auxiliar de Sala | Diane Evani Wendpap Delfino          | 8,10       | 15º           |
| Auxiliar de Sala | Semiramis Baier Puttendorf Mundel    | 8,00       | 16º           |
| Auxiliar de Sala | Isolde Ferreira Stuy                 | 7,90       | 17º           |
| Auxiliar de Sala | Bruna Carla Neumann Wulf             | 7,90       | 18º           |
| Auxiliar de Sala | Bianca Eggert                        | 7,90       | 19º           |
| Auxiliar de Sala | Pricila Lourenço                     | 7,90       | 20º           |
| Auxiliar de Sala | Bruna Rabuske                        | 7,80       | 21º           |
| Auxiliar de Sala | Rosecler de Rodettes de Mera         | 7,80       | 22º           |
| Auxiliar de Sala | Leia Gerva da Rosa                   | 7,80       | 23º           |
| Auxiliar de Sala | Clarinice Ullmann                    | 7,80       | 24º           |
| Auxiliar de Sala | Greice Vieira Probst                 | 7,70       | 25º           |
| Auxiliar de Sala | Suely da Silva Vieira                | 7,60       | 26º           |
| Auxiliar de Sala | Aline Knuth                          | 7,40       | 27º           |
| Auxiliar de Sala | Daiana Lilian de Oliveira            | 7,40       | 28º           |
| Auxiliar de Sala | Pâmela Driéli Bolduan                | 7,30       | 29º           |
| Auxiliar de Sala | Katiane Stocksneider                 | 7,30       | 30º           |
| Auxiliar de Sala | Priscila Nair de Santana             | 7,20       | 31º           |
| Auxiliar de Sala | Márcia Nogueira                      | 6,70       | 32º           |
| Auxiliar de Sala | Sara da Silva                        | 6,70       | 33º           |
| Auxiliar de Sala | Luciane Rosa de França               | 6,70       | 34º           |
| Auxiliar de Sala | Talita Luzia Moreira dos Santos      | 6,50       | 35º           |
| Auxiliar de Sala | Neli da Rocha                        | 6,40       | 36º           |
| Auxiliar de Sala | Jenifer Reinki                       | 6,30       | 37º           |
| Auxiliar de Sala | Juliana Rother Heidemann             | 6,20       | 38º           |
| Auxiliar de Sala | Sandra Mara Becker da Silva          | 6,20       | 39º           |

|  |  |      |     |
|--|--|------|-----|
| Auxiliar de Sala                               | Francisnara Cardoso Portella Vieira        | 6,00 | 40º |
| Auxiliar de Sala                               | Karen Michaelsen                           | 5,80 | 41º |
| Auxiliar de Sala                               | Alecsandra Andresa Walz                    | 5,80 | 42º |
| Auxiliar de Sala                               | Zenilda Mariano Ferreira                   | 5,40 | 43º |
| Auxiliar de Sala                               | Valdy Rodrigues Cavalcante                 | 5,10 | 44º |
| Auxiliar de Sala                               | Ivone Florencio de Borba                   | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Ivete Simões                               | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Marisa Aparecida dos Santos Viana          | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Tania Mara Mohr                            | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Caroline de Toledo                         | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Siomara Lucia Fugel de Toledo              | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Elonita da Rocha                           | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Lucineide Ramos da Silva                   | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Jessica Taiane Peschke                     | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Débora Kurzawski                           | -    |     |
| Auxiliar de Sala                               | Patrícia de Souza Luz                      | -    |     |
|  |  |      |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Marciana Andreia Marchioro                 | 7,80 | 1º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Francisleine Lopes Maas                    | 7,00 | 2º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Clarice Tomaselli Borchardt                | 7,00 | 3º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Carla Adriana de Juli Cristaldo            | 6,60 | 4º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Ana Maria Alexandre                        | 6,40 | 5º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Gisele Soares dos Santos                   | 6,30 | 6º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Giselia Aparecida Pereira                  | 6,30 | 7º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Scheila Gilvana Gnewuch Pereira            | 6,20 | 8º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Valdenira Maciel Duarte                    | 6,10 | 9º  |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Fernanda Magali Moretti                    | 6,10 | 10º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Thalissa Leite                             | 6,10 | 11º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Ivane Leu                                  | 6,10 | 12º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Beatriz Marlene Cogrossi Weber             | 5,90 | 13º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Shállly Katleem Piske                      | 5,77 | 14º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Vanessa Paiano Machado Harmel              | 5,70 | 15º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Karoline Odwazny Rocha                     | 5,60 | 16º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Gabbi Cristina Jahn                        | 5,60 | 17º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Maria Angelica F. Vieira                   | 5,50 | 18º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Tamaila Aparecida da Silva                 | 5,50 | 19º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Claudia Regina da Silva                    | 5,40 | 20º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Claudia Ines Ortiz Fernandes               | 5,30 | 21º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Viviane Bolduan da Silva                   | 5,30 | 22º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Mara Luciana Kamchen Silva                 | 5,30 | 23º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Francieli de Fátima da Silva Lima Carvalho | 5,10 | 24º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Noemi Silvana Riedel                       | 5,00 | 25º |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Vilma da Aparecida Bueno                   | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Claudete Duarte                            | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Maria Angela de Toledo                     | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Marcia Luzia Moreira da Rocha              | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Simone Aparecida Tonello Cavalheiro        | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Ivanice Cervelin                           | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Joceneia Rodrigues                         | -    |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Letícia de Oliveira                        | -    |     |

|  |   |       |     |
|--|---|-------|-----|
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Joelma Maia Brandão                         | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Sheila de Carvalho Entholzer                | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Adriana Peixoto Bezerra Silva               | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Rosangela Almeida Paz                       | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Maria Dominique Gadotti                     | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Josiane Greski Schiochet                    | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Eliane Czervinski                           | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Nelci Rejane Nunes Bergmann                 | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Rita de Cassia Benthien Pereira             | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Gislaine Vital dos Santos Ludtke            | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Nilson Feliciano                            | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Angela Siqueira Prates                      | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Mayara Cristina Diel                        | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Mariele Teixeira                            | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Caroline Gaedtker                           | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Lucilene Pereira                            | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Elisangela Maris Pires Dallagnolo           | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Cristiane Decker Steinbach                  | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Sherlyne Aparecida Schons Moreira           | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Graciele de Miranda Flores                  | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Rosa Leontina Svinka                        | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Valcenira dos Santos Maciel                 | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Diana Ilaine Gnewuch de Abreu               | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Larissa Mendes de Almeida                   | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Lineia Fernanda Cora                        | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Maria Aparecida da Silva Pereira            | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Simoni Mundstock Nunes                      | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Solange Laueremann                          | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Tadeu Arbogast                              | -     |     |
| Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais | Tais Correa                                 | -     |     |
|  |   |       |     |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Patricia Hasse Onofre                       | 10,00 | 1º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Josiani Maioli de Anevão                    | 9,60  | 2º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Alessandra Fischborn                        | 9,40  | 3º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Cátia Cristina Stingham                     | 9,40  | 4º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Patricia de Lima                            | 9,30  | 5º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Danmiles da Silva Santos                    | 9,30  | 6º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Mirian Ramos                                | 9,10  | 7º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Lidia Fernanda Cora                         | 9,10  | 8º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Evelin Cristian Weigle da Silva             | 9,10  | 9º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Rosane Armindo Vieira Borges                | 9,00  | 10º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Debora Michelly Oliveira da Silva Bortolini | 9,00  | 11º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Vanessa Stack do Amaral                     | 8,90  | 12º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Maria Eliane Pereira de Souza               | 8,80  | 13º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Solange Ines Fenerich Astolfi               | 8,70  | 14º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Juliana Bertotti Miranda Medeiros           | 8,70  | 15º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Lia Mara Thomsen Maas                       | 8,70  | 16º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Maria Aparecida Pruss Petry                 | 8,50  | 17º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Patricia dos Santos                         | 8,50  | 18º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil      | Jaqueline Aparecida da Silva                | 8,50  | 19º |

|   |  |      |     |
|---|--|------|-----|
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Mirian de Oliveira Rosa                | 8,50 | 20º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Clevia Bittencurt Ersching             | 8,40 | 21º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Carmen Luzia Kucarz                    | 8,40 | 22º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Mariana Soares                         | 8,40 | 23º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Claudia Viviane de Freitas da Silveira | 8,30 | 24º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Juliane Svarcz Storki                  | 8,30 | 25º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Teresinha Pereira Pacheco              | 8,30 | 26º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Veridiana Michelle Metzner             | 8,20 | 27º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Susiane Patrícia dos Santos Blasius    | 8,20 | 28º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Francielle Padilha                     | 8,18 | 29º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Roseli Lopes Fritzen                   | 8,10 | 30º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rosangela Poteriko de Lima             | 8,10 | 31º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Gabriella Tavares Silva Schiochet      | 8,10 | 32º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Sirlei Lombardi                        | 8,10 | 33º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Helaine Herrmann                       | 8,10 | 34º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Anelice Weller de França               | 8,10 | 35º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rozangela Berger Franzagua             | 8,10 | 36º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Simone Justen                          | 8,00 | 37º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Fernanda Odorizzi                      | 8,00 | 38º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Jaqueline Mendes de Souza              | 8,00 | 39º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Jaqueline Junckes Stefanini            | 7,92 | 40º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Marinalva Aparecida de Oliveira Arent  | 7,90 | 41º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Dhyessica Santos da Costa              | 7,90 | 42º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Vanessa Hillesheim Will                | 7,90 | 43º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Sonia Terezinha Momm Oldoni            | 7,90 | 44º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Marines Maas                           | 7,90 | 45º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Edvando Santos Cordeiro                | 7,90 | 46º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Claudineia B. Fernandes                | 7,90 | 47º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Deise Mara Klitzke                     | 7,90 | 48º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Sirlene Pavarin Maciel                 | 7,80 | 49º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Olivia Aparecida Specht                | 7,80 | 50º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Celene Voos Amorim                     | 7,80 | 51º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Elsinira Porath Borgmann               | 7,80 | 52º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Laurecir da Silva Frogel               | 7,80 | 53º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Jaqueline Fernandes da Silva           | 7,70 | 54º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Adriana Taborda Ribas                  | 7,70 | 55º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Meriane Gabriel de Oliveira Machado    | 7,70 | 56º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Carine Graciela da Silveira            | 7,60 | 57º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Marcia Ronchi de Araujo                | 7,60 | 58º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Tania Viebrantz Hansen                 | 7,60 | 59º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rosemary dos Santos                    | 7,60 | 60º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Marcelo Gomes de Souza                 | 7,50 | 61º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Andreia C. de Oliveira                 | 7,50 | 62º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Sonia Mara Gomes Fereira Kuffel        | 7,50 | 63º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rosemeri K. de Bonfim                  | 7,40 | 64º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Iracema Zoz Konrad                     | 7,40 | 65º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Carina Piecharski                      | 7,40 | 66º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Charlene Roberta Mielke Miranda        | 7,40 | 67º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Edina Aparecida da Silva Godoi         | 7,40 | 68º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Deise Ketlin Stiegler Balena           | 7,36 | 69º |

|   |  |      |      |
|---|--|------|------|
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Clair Beliski                            | 7,30 | 70º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Alessandra Coelho Camargo                | 7,30 | 71º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Narielly Elis da Silva                   | 7,20 | 72º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Greice Antunes Briesemeister             | 7,20 | 73º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Romi Klebber da Silva                    | 7,20 | 74º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Karolyne Evans Gaspar                    | 7,10 | 75º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Eliane Pereira de Almeida Cavalheiro     | 7,10 | 76º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Joseane Correa Furtado                   | 7,10 | 77º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Kelly Luisa Mundt Guckert                | 7,10 | 78º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Aline Chilanti                           | 7,00 | 79º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Luciane Stuy                             | 7,00 | 80º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Cintia Temira Trinoski                   | 6,90 | 81º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Tatiane Olczyk                           | 6,90 | 82º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Daniele de Souza                         | 6,90 | 83º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Abigail Regina Blaka                     | 6,90 | 84º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Marina Tromm                             | 6,90 | 85º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Silvane Guimarães Pelechate              | 6,80 | 86º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Caroline Maria Wodzinski                 | 6,80 | 87º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Janete de Castilhos Soares               | 6,80 | 88º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Nadieli Priscila Avance                  | 6,80 | 89º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Camila Robera de Souza Thilles           | 6,80 | 90º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Daniele Esther Dalcanalle                | 6,80 | 91º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Ritiele Silva da Rosa Kronbauer          | 6,80 | 92º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Mara Lúcia Creado de Aro Santos          | 6,80 | 93º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Viviane Fiedler                          | 6,70 | 94º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Viviane Carla Braga Tavares              | 6,70 | 95º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rita de Cássia da Silva Hildebrando Pohl | 6,70 | 96º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Roseli Aparecida Paes                    | 6,60 | 97º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Graciella Strelow                        | 6,50 | 98º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Vanessa Gottemms                         | 6,40 | 99º  |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Berenice Kucarz                          | 6,40 | 100º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Cristiane Vieira Voigt                   | 6,39 | 101º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Erica Rabelo Domingues                   | 6,30 | 102º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Antonio Cezar N. dos Santos Cristofolini | 6,10 | 103º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Mirian Maria da Silva                    | 6,00 | 104º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Elaine Cristina Ferreira                 | 6,00 | 105º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Elisabeth Teresinha Fagundes Rosa        | 5,90 | 106º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Fabiana Gnewuch de Souza                 | 5,80 | 107º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Olga Teles de Souza Viero                | 5,80 | 108º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Stephanie Costa Santos Honorato          | 5,80 | 109º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Tassiane Aparecida Hellstron             | 5,70 | 110º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Luciane Zamboni Moreira                  | 5,70 | 111º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Flavia Aparecida Koslowski Machado       | 5,64 | 112º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Sandra Elisa Marquart Bublitz            | 5,60 | 113º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Luciana de Oliveira                      | 5,46 | 114º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Elma de Oliveira Silva da Costa          | 5,40 | 115º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Debora Eluiza Weber Szurmiak             | 5,20 | 116º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Ilete Riedel Junckes                     | 5,10 | 117º |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Rosemeire Costa Kuhnen                   | -    |      |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil | Loreni Alves Padilha                     | -    |      |

|   |  |      |    |
|---|--|------|----|
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Renata Devigili                          | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Meri Terezinha Pinzeger                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Samyra Vilela Entholzer                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Aryane Bley Gomes                        | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Ilce Cristina Vieira Probst              | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Paulo Roberto Balbino                    | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Leni Fauro Ortiz                         | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Gladis Ines Ulsenheimer                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Silmara de Fátima Cordeiro Neuburger     | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Jaqueline Aparecida Taborda Ribas        | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Ivonete Ciquelero Pereira                | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Sidineia Maria Aparecida Schwalbe        | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Maria de Lourdes da Silveira             | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Daiane Titz Darem                        | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Elianeda Silva Shiratu                   | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Maria Alice da Luz Jahn                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Thaize Albrecht                          | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Jussara Cavalcante dos Santos            | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Alana Gomes                              | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Natieli Aparecida da Silva               | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Flaviana de Lima                         | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Mariane Fernanda Mendes                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Thayná Carolina Tonon                    | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Crislei Scheuer Bollauf                  | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Tatiane Schutz                           | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Maria Soloi Antunes Borba Klossoski      | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Vanessa Amabile de Carvalho              | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Juceli Aparecida Miada                   | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Caroline Lang                            | -    |    |
| Professor B – Ensino de Educação Infantil           | Jaqueline Andressa Morineli              | -    |    |
|   |  |      |    |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Nayara Laporte Pereira de Almeida        | 8,65 | 1º |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Cristiane Aparecida da Silva de Oliveira | 6,20 | 2º |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Flavio Augusto Santoro Bachion           | 6,10 | 3º |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Leticia Regina Paul Paciello             | 5,40 | 4º |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Angelica Carolina Freiburger             | -    | -  |
| Professor B – Arte Anos Inicias e Finais            | Marilza Cordeiro                         | -    | -  |
|   |  |      |    |
| Professor C – Arte Anos Inicias e Finais            | Patrícia Rosa                            | -    | -  |
| Professor C – Arte Anos Inicias e Finais            | Rafael Rodrigo Soares                    | -    | -  |
|   |  |      |    |
| Professor B – Língua Estr. Inglês Anos Finais       | Rejane de Cássia Cordeiro                | 6,90 | 1º |
| Professor B – Língua Estr. Inglês Anos Finais       | Juliana Aparecida Bizo                   | 6,50 | 2º |
|   |  |      |    |
| Professor C – Língua Estr. Inglês Anos Finais       | Morgana Bresolin Bogoni Lorenço          | 7,20 | 1º |
|   |  |      |    |
| Professor A – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | Fernanda Karina Pellim                   | 8,30 | 1º |
|   |  |      |    |
| Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | Cristina Holzinger                       | 8,60 | 1º |
| Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | Morgana Patricia Gebhardt Ponath         | 6,60 | 2º |

|   |                           |      |    |
|---|---------------------------|------|----|
| Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | Patricia de Almeida Pauli | 6,00 | 3º |
| Professor C – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais | Marcelo Elias Ackermann   | 8,10 | 1º |

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 16 de dezembro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN  
Presidente  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

**PORTARIA Nº 6.795/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.795/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Anelise Bonaldi Klöppel, do cargo comissionado de Assessora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.796/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.796/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Cleiton Moreira, do cargo comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 6.797/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.797/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Dari Lucas, do cargo comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 6.798/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.798/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Fabiane Heller, do cargo comissionado de Supervisora Escolar, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº 6.799/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.799/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Jaqueline Junckes Stefanini, do cargo comissionado de Assessora de Educação, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.800/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.800/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Rosania Hackbarth, do cargo comissionado de Coordenadora Administrativa, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.801/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.801/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Roseli de Araujo Salomon, do cargo comissionado de Orientadora Escolar, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.802/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.802/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Tayná Larissa Eggert, do cargo comissionado de Orientadora Escolar, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.803/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.803/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Wolnei Charles Engelmann, do cargo comissionado de Assessor de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.804/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.804/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Jorge de Souza Neves Junior, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.805/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.805/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Natascha Luize Kopper Strelow, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.806/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.806/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Samuel Corrêa, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.807/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.807/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Nivea Maske Holderried, do cargo comissionado de Assessora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.808/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.808/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Aneli Arlete de Souza, do cargo comissionado de Assessora de Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.809/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.809/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Diogenes Rech, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

RUDIBERT TANK  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.810/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.810/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Otoniel da Silva, do cargo comissionado de Diretor de Planejamento Urbano, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

|                    |  |
|--------------------|--|
| OSVALDO JURCK      | RUDIBERT TANK                          |
| Prefeito Municipal | Secretário de Obras e Serviços Urbanos |

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.811/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.811/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Valdecir Adams, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

|                    |  |
|--------------------|--|
| OSVALDO JURCK      | RUDIBERT TANK                          |
| Prefeito Municipal | Secretário de Obras e Serviços Urbanos |

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.812/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.812/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Wilmar Nicocelli, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

RUDIBERT TANK  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 6.813/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.813/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Ivanio Dalton Laube, do cargo comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 6.814/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.814/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Valério de Oliveira Onofre, do cargo comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 6.815/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.815/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Kerling Fabiane Hornburg Baesso, do cargo comissionado de Diretora de Gestão Ambiental, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.816/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.816/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Nadiete Albino Marcilio, do cargo comissionado de Diretora do Procon, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.817/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.817/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Alexandra Scheuer, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo o nível salarial B-2-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.818/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.818/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Amanda Risso dos Santos, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo o nível salarial C-4-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.819/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.819/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Carlos Roberto Eggert Junior, do cargo comissionado de Assessor de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Músico Regente II, percebendo o nível salarial 33 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.820/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.820/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Cheila Adriane Klitzke, do cargo comissionado de Assessora de Educação, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Nutricionista, percebendo o nível salarial 52 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.821/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.821/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Dayana Fogolari Goncalves, da função gratificada de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.822/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.822/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Dionata dos Santos Ramos, do cargo comissionado de Diretor de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Professor C, percebendo o nível salarial C-2-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.823/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.823/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Eberton Vargas Trentin, do cargo comissionado de Diretor de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Professor C, percebendo o nível salarial C-3-II, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.824/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.824/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Edite Helena Hang, do cargo comissionado de Diretora de Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo o nível salarial C-13-IV, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.825/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.825/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Geziane Machado, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo o nível salarial B-3-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.826/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.826/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Hildo Artur Hatschbach, do cargo comissionado de Diretor de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Professor C, percebendo o nível salarial C-7-V, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.827/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.827/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Josceane Maria Zanella Ramalho, do cargo comissionado de Assessora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca, percebendo o nível salarial 44 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.828/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.828/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Silvia dos Santos Batista, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo o nível salarial B-3, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.829/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.829/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Tereza Stefan, do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo o nível salarial C-2-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.830/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.830/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Tiago Roque Grzybowski, do cargo comissionado de Assessor de Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Professor C, percebendo o nível salarial C-3-II, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.831/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.831/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Daniela Samulescki, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial 29 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças



Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.832/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.832/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Evandro José Pasquali, do cargo comissionado de Diretor de Informática, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial 32 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.833/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.833/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Ivandra de Souza, do cargo comissionado de Diretora de Recursos Materiais, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial 29 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.834/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.834/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Marilene Busch, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.835/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.835/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Marlene Neumann, do cargo comissionado de Secretária de Gabinete, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo o nível salarial B-17, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.836/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.836/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Michele Vanessa Alves Urnau, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças,

a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.837/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.837/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Rafaela Susan Kienen, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial 29 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.838/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.838/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Rubian Behling, do cargo comissionado de Diretora de Recursos Humanos, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Analista de Recursos Humanos, percebendo o nível salarial 51 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.839/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.839/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Jeise Cristina Capelari Demathe, da função gratificada de Coordenadora Geral da Atenção Básica nos Programas Estratégia Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Enfermeira - ESF, percebendo o nível salarial nº 002 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.840/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.840/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Lilian Tietz, do cargo comissionado de Assessora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora Iniciante, percebendo o nível salarial 8 (Magistério), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 059/2008, de 11/11/2008 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.841/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.841/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Maria Aparecida Schmidt Miodutzki, do cargo comissionado de Assessora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Telefonista, percebendo o nível salarial 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.842/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.842/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Nadia Cristiane Hefter Tambosi, do cargo comissionado de Diretora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Recepcionista, percebendo o nível salarial 29 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.843/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.843/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Suzana Pereira Lopes, da função gratificada de Assessora de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Recepcionista, percebendo o nível salarial 24 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.844/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.844/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Débora Patricia Grando Borges, do cargo comissionado de Coordenadora de CREAS, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Psicóloga, percebendo o nível salarial 53 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.845/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.845/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Sylvania Ferreira, do cargo comissionado de Coordenadora de CRAS, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Assistente Social, percebendo o nível salarial 64 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Diretora de Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.846/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.846/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Edlvan Kempka Santiago, da função gratificada de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, percebendo o nível salarial 8 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.847/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.847/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Edson Dubiela, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Motorista de Caminhão, percebendo o nível salarial 35 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK                      RUDIBERT TANK  
Prefeito Municipal                      Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 6.848/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.848/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Eloir José Wendt, do cargo comissionado de Diretor Administrativo, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial 26 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

RUDIBERT TANK

Prefeito Municipal

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.849/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.849/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Erno Lauri Radetzki, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, percebendo o nível salarial 17 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

RUDIBERT TANK

Prefeito Municipal

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.850/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.850/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Franciele Salete Mella, do cargo comissionado de Assessora de Saneamento e Gestão Ambiental, a partir

desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| OSVALDO JURCK      | VALDEMAR DOS SANTOS   |
| Prefeito Municipal | Diretor de Saneamento |

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.851/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.851/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Daiane Regina Azevedo Wolf, do cargo comissionado de Diretora de Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.852/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.852/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Valdemar dos Santos, do cargo comissionado de Diretor de Saneamento, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.853/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.853/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o Sr. Maykel Roberto Laube, do cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.854/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.854/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o Sr. Rudibert Tank, do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.855/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.855/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Tiago Rafael Muchalski Petry, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial 23 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Auxiliar de Expediente

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS – GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS

GABARITO PRELIMINAR PROVAS OBJETIVAS

| CARGO NÍVEL MÉDIO         | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|---------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF | E  | A  | E  | C  | D  | A  | B  | E  | C  | A  | C  | A  | B  | D  | E  | A  | C  | E  | B  | E  |
| CARGO SUPERIOR            | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| ENFERMEIRO ESF            | D  | C  | E  | E  | E  | B  | B  | E  | C  | A  | C  | D  | A  | A  | D  | D  | D  | B  | A  | D  |
| MÉDICO ESF                | D  | C  | E  | E  | E  | B  | B  | E  | C  | A  | A  | B  | A  | C  | C  | C  | B  | D  | E  | D  |

Schroeder (SC), 19 de dezembro de 2016.

Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado  
Município de Schroeder

## TERMO ADITIVO Nº. A12/2016 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A12/2016 – FMS

3º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2016– FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 26/2016-FMS, celebrado em 25 de maio de 2016, proveniente do Processo de licitação nº. 14/2016–FMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2016–FMS, para contratação de empresa especializada para execução de edificação de Unidade Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 253,06m² de área, na Rua Marechal Castelo Branco s/n, Bairro Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, de acordo com Programa de Transferência 20160004947 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, b da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde, frente ao pedido de aditivo no valor de R\$ 26.852,37 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor R\$ 26.852,37 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 367.742,64 (trezentos e sessenta e sete mil setecentos e quarente e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 26/2016-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de dezembro de 2016.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 106/2016-PMS (SEQUÊNCIA 05)**

|  |  |
|--|--|
| <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br><b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>   | <b>PREGÃO PRESENCIAL</b><br><b>Nr.: 106/2016 - PR</b>  |
| <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b><br><b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b><br><b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b> | <b>Processo Administrativo:</b><br><b>Processo de Licitação: 187/2016</b><br><b>Data do Processo: 17/10/2016</b> |
|  | <b>Folha: 1/18</b>   |

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 192/2016 (Sequência: 5)**

Ao(s) 16 de Dezembro de 2016, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6631/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 187/2016, Licitação nº 106/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do Laudo Técnico de Análise das Amostras e Ficha Técnica, no qual traz que a empresa L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP tem a amostra e ficha técnica aprovada para o item 84 e que a empresa L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. - EPP tem as fichas técnicas aprovadas para os itens 27, 36, 38, 86 e 87. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca      | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|------------|----------|----------------|-------------|
| 3    | AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 500,00      | SABOR DOCE | 0,0000   | 14,74          | 7.370,00    |
| 5    | AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 320,00      | MAIS CERTA | 0,0000   | 3,15           | 1.008,00    |
| 6    | ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                                  | UN      | 100,00      | KIKA       | 0,0000   | 15,70          | 1.570,00    |
| 7    | ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 350,00      | FUMACENSE  | 0,0000   | 4,68           | 1.638,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 2/18

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 14   | BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.       | UN      | 1.000,00    | ORQUIDEA    | 0,0000   | 3,85           | 3.850,00    |
| 18   | BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 1.000,00    | ORQUIDEA    | 0,0000   | 5,03           | 5.030,00    |
| 20   | CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 250,00      | APTI        | 0,0000   | 9,79           | 2.447,50    |
| 21   | CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 280,00      | ODEBRECHT   | 0,0000   | 8,99           | 2.517,20    |
| 27   | CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 120,00      | NUTRIMENTAL | 0,0000   | 6,75           | 810,00      |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 3/18

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 30   | CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 350,00      | GOLD FLAKES | 0,0000   | 11,99          | 4.196,50    |
| 33   | CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 350,00      | REAL        | 0,0000   | 1,80           | 630,00      |
| 34   | CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 300,00      | REAL        | 0,0000   | 3,79           | 1.137,00    |
| 36   | CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 200,00      | REAL        | 0,0000   | 3,85           | 770,00      |
| 38   | CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 200,00      | REAL        | 0,0000   | 3,54           | 708,00      |
| 43   | CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 150,00      | BECEL       | 0,0000   | 8,64           | 1.296,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação: 187/2016**
**Data do Processo: 17/10/2016**

Folha: 4/18

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 46   | EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MINIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 950,00      | PREDILECTA  | 0,0000   | 3,79           | 3.600,50    |
| 50   | FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                | UN      | 230,00      | AURIVERDE   | 0,0000   | 2,61           | 600,30      |
| 51   | FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                | UN      | 150,00      | AURIVERDE   | 0,0000   | 13,09          | 1.963,50    |
| 55   | FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).   | UN      | 400,00      | REI DA MESA | 0,0000   | 9,75           | 3.900,00    |
| 56   | FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).   | UN      | 800,00      | REI DA MESA | 0,0000   | 5,89           | 4.712,00    |
| 57   | FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).  | UN      | 400,00      | JARAGUA     | 0,0000   | 8,35           | 3.340,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 5/18

Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 68   | GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 200,00      | APTI        | 0,0000   | 1,69           | 338,00      |
| 74   | LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).   | UN      | 2.400,00    | ITAMBE      | 0,0000   | 10,72          | 25.728,00   |
| 84   | MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. | UN      | 600,00      | COAMO       | 0,0000   | 5,15           | 3.090,00    |
| 86   | MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 700,00      | GOIAS VERDE | 0,0000   | 1,69           | 1.183,00    |
| 87   | ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 1.000,00    | SINHA       | 0,0000   | 6,89           | 6.890,00    |
| 91   | PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 250,00      | NEILAR      | 0,0000   | 8,75           | 2.187,50    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 187/2016  
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 6/18

**Participante: 12756 - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca  | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|--------|----------|----------------|-------------|
| 98   | VINAGRE DE ALCÓOL - EMBALAGEM COM 900 ML.<br>Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. | UN      | 350,00      | CHEMIM | 0,0000   | 1,14           | 399,00      |

**Total do Participante —→ 92.910,00**
**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 1    | AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 1 KG.<br>Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 500,00      | PUXA DA BOA | 0,0000   | 9,85           | 4.925,00    |
| 2    | AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 150,00      | ALTO ALEGRE | 0,0000   | 2,90           | 435,00      |
| 8    | ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 100,00      | BELCHIOR    | 0,0000   | 2,90           | 290,00      |
| 9    | ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 550,00      | CATARINÃO   | 0,0000   | 14,58          | 8.019,00    |
| 10   | AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 320,00      | APTI        | 0,0000   | 2,90           | 928,00      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 7/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca   | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|---------|----------|----------------|-------------|
| 11   | BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 50,00       | PURITY  | 0,0000   | 5,90           | 295,00      |
| 12   | BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de fruta, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 250,00      | PURITY  | 0,0000   | 5,65           | 1.412,50    |
| 13   | BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 400,00      | TATI    | 0,0000   | 6,30           | 2.520,00    |
| 15   | BISCOITO DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 500,00      | NINFA   | 0,0000   | 3,95           | 1.975,00    |
| 16   | BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. PRODUTO SEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 100,00      | JASMINE | 0,0000   | 5,90           | 590,00      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 8/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca   | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|---------|----------|----------------|-------------|
| 17   | BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente  | UN      | 1.000,00    | PRODASA | 0,0000   | 3,85           | 3.850,00    |
| 19   | BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente | UN      | 650,00      | NINFA   | 0,0000   | 3,95           | 2.567,50    |
| 22   | CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente   | UN      | 300,00      | ARISCO  | 0,0000   | 1,35           | 405,00      |
| 23   | CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente  | UN      | 370,00      | ARISCO  | 0,0000   | 1,35           | 499,50      |
| 24   | CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, aipo, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente  | UN      | 350,00      | KNORR   | 0,0000   | 1,35           | 472,50      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 9/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca         | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|---------------|----------|----------------|-------------|
| 25   | CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 120,00      | MAKRI         | 0,0000   | 2,35           | 282,00      |
| 26   | CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 220,00      | HORTA E SABOR | 0,0000   | 2,40           | 528,00      |
| 28   | CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 120,00      | NUTRILON      | 0,0000   | 6,70           | 804,00      |
| 29   | CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                  | UN      | 350,00      | GRANOMEL      | 0,0000   | 12,60          | 4.410,00    |
| 31   | CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                                   | UN      | 350,00      | LEÃO          | 0,0000   | 2,00           | 700,00      |
| 32   | CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                             | UN      | 300,00      | LEÃO          | 0,0000   | 1,52           | 456,00      |
| 35   | CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                                | UN      | 250,00      | LEÃO          | 0,0000   | 4,72           | 1.180,00    |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 10/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca   | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|---------|----------|----------------|-------------|
| 37   | CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 250,00      | LEÃO    | 0,0000   | 3,60           | 900,00      |
| 39   | CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 600,00      | BRETZKE | 0,0000   | 12,85          | 7.710,00    |
| 40   | COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 250,00      | APTI    | 0,0000   | 4,75           | 1.187,50    |
| 41   | COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 120,00      | SINHA   | 0,0000   | 4,60           | 552,00      |
| 44   | DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 300,00      | NECTAR  | 0,0000   | 3,85           | 1.155,00    |
| 45   | DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 300,00      | NECTAR  | 0,0000   | 3,75           | 1.125,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 187/2016  
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 11/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 47   | FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 90,00       | URBANO      | 0,0000   | 4,45           | 400,50      |
| 48   | FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 360,00      | JARAGUA     | 0,0000   | 4,40           | 1.584,00    |
| 49   | FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 1.450,00    | SINHA       | 0,0000   | 1,39           | 2.015,50    |
| 52   | FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 150,00      | NORDESTE    | 0,0000   | 3,29           | 493,50      |
| 53   | FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 30,00       | ZAELI       | 0,0000   | 3,10           | 93,00       |
| 54   | FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 150,00      | NUTRIMENTAL | 0,0000   | 6,65           | 997,50      |
| 58   | FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 60,00       | APTI        | 0,0000   | 5,00           | 300,00      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 187/2016  
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 12/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca      | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|------------|----------|----------------|-------------|
| 59   | FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 500,00      | APTI       | 0,0000   | 2,25           | 1.125,00    |
| 61   | FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 80,00       | NUTRIMENTA | 0,0000   | 4,80           | 384,00      |
| 62   | FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                             | UN      | 144,00      | MILUPA     | 0,0000   | 18,20          | 2.620,80    |
| 63   | FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                            | UN      | 144,00      | MILUPA 2   | 0,0000   | 16,55          | 2.383,20    |
| 64   | FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.          | UN      | 48,00       | APTAMIL AR | 0,0000   | 30,00          | 1.440,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 13/18

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca          | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|----------------|----------|----------------|-------------|
| 65   | FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodeto de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTEM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN      | 120,00      | APTAMIL SL     | 0,0000   | 48,90          | 5.868,00    |
| 66   | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLÚTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.             | UN      | 12,00       | APTAMIL SOJA 1 | 0,0000   | 38,50          | 462,00      |
| 67   | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLÚTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.            | UN      | 12,00       | APTAMIL SOJA 2 | 0,0000   | 36,00          | 432,00      |
| 69   | GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 150,00      | APTI           | 0,0000   | 10,75          | 1.612,50    |
| 70   | GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 150,00      | APTI           | 0,0000   | 10,75          | 1.612,50    |
| 71   | GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 150,00      | APTI           | 0,0000   | 10,60          | 1.590,00    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 14/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca    | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|----------|----------|----------------|-------------|
| 72   | GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 150,00      | APTI     | 0,0000   | 10,60          | 1.590,00    |
| 73   | GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 20,00       | BRETZKE  | 0,0000   | 2,30           | 46,00       |
| 75   | LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).  | UN      | 3.100,00    | LANGUIRU | 0,0000   | 2,82           | 8.742,00    |
| 76   | LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, SEMIDESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura). | UN      | 600,00      | LANGUIRU | 0,0000   | 4,62           | 2.772,00    |
| 77   | LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.  | UN      | 650,00      | JARAGUA  | 0,0000   | 9,45           | 6.142,50    |
| 78   | MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                  | UN      | 300,00      | URBANO   | 0,0000   | 2,50           | 750,00      |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 15/18

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca    | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|----------|----------|----------------|-------------|
| 79   | MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 450,00      | ORQUIDEA | 0,0000   | 4,05           | 1.822,50    |
| 80   | MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 600,00      | ORQUIDEA | 0,0000   | 2,90           | 1.740,00    |
| 81   | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN      | 300,00      | DIANA    | 0,0000   | 2,55           | 765,00      |
| 82   | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 1.000,00    | ORQUIDEA | 0,0000   | 3,90           | 3.900,00    |
| 83   | MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN      | 400,00      | DIANA    | 0,0000   | 2,60           | 1.040,00    |
| 85   | MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 450,00      | KALBUNDE | 0,0000   | 3,85           | 1.732,50    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 106/2016 - PR

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 187/2016  
Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 16/18

Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca    | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|----------|----------|----------------|-------------|
| 88   | PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 450,00      | KRONE    | 0,0000   | 4,85           | 2.182,50    |
| 89   | PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN      | 350,00      | BRETZKE  | 0,0000   | 1,80           | 630,00      |
| 90   | PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 150,00      | APTI     | 0,0000   | 8,75           | 1.312,50    |
| 92   | PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 100,00      | APTI     | 0,0000   | 8,75           | 875,00      |
| 93   | POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN      | 400,00      | CORUJA   | 0,0000   | 3,98           | 1.592,00    |
| 94   | PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.  | UN      | 80,00       | GRANOMEL | 0,0000   | 5,85           | 468,00      |
| 95   | ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.   | UN      | 800,00      | BISSONI  | 0,0000   | 4,80           | 3.840,00    |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 187/2016  
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 17/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação   | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca       | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 96   | SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 250,00      | NEVE        | 0,0000   | 3,90           | 975,00      |
| 97   | SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.  | UN      | 600,00      | CRUZEIRO    | 0,0000   | 1,40           | 840,00      |
| 99   | BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, DIET, DE AMEIXA E COCO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (palma, milho ou soja), milho integral em pó, maltodextrina, fibra solúvel, amido, ameixa desidratada, fibra solúvel, coco desidratado, sal, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), estabilizante natural lecitina de soja, aromas e corante natural caramelo. SEM AROMATIZANTES ARTIFICIAIS E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. Contém glúten. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN      | 30,00       | JASMINE     | 0,0000   | 7,80           | 234,00      |
| 100  | BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, SEM GLÚTEN, SABOR LARANJA E MEL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz integral, melado de cana, amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, extrato de soja, óleos vegetais (algodão e/ou girassol e/ou milho), mel, maltodextrina, flocos de laranja, canela em pó, estabilizante natural lecitina de soja, agentes de crescimento (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico) e aromas. SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE LEITE E DERIVADOS. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN      | 30,00       | JASMINE     | 0,0000   | 8,35           | 250,50      |
| 101  | CEREAL MULTICEREAIS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, farinhas de arroz, milho, aveia e cevada, extrato de malte, sais minerais e vitaminas. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 216,00      | NUTRIMENTAL | 0,0000   | 5,35           | 1.155,60    |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 106/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 187/2016  
 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 18/18

**Participante: 13249 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP**

| Item | Especificação  | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca         | Desconto | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|---------|-------------|---------------|----------|----------------|-------------|
| 102  | FARINHA DE MILHO (FUBÁ) FINA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha fina de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN      | 300,00      | ZAELI         | 0,0000   | 2,75           | 825,00      |
| 103  | COMPOSTO LÁCTEO, INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 5 ANOS DE IDADE - LATA COM 800 G. COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS. Fonte de vitaminas e minerais. Contém soro de leite. Não contém glúten. Sem adição de açúcar. Não é leite em pó. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.            | UN      | 300,00      | MILNUTRI      | 0,0000   | 38,00          | 11.400,00   |
| 104  | FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, QUE APRESENTAM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV) E/OU SOJA - LATA COM 400G. Destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Com DHA, ARA e Prebióticos. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN      | 36,00       | APTAMIL PEPTI | 0,0000   | 71,00          | 2.556,00    |

**Total do Participante —————>** 135.766,10

**Total Geral —————>** 228.676,10

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2016

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Andreia Nass Friedemann - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Eloir José Wendt - ..... - Equipe de Apoio

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 106/2016-PMS

Página: 1/34

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descdo. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 1  | AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | PUXA DA BOA | 0                      | 9,8500         | 1        |
| 2  | ACÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ALTO ALEGRE | 0                      | 2,9000         | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | DA COLONIA  | 0                      | 9,8700         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | da barra    | 0                      | 2,9500         | 2        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | SABOR DOCE  | 0                      | 2,9600         | 3        |
| 3  | ACÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | SABOR DOCE  | 0                      | 14,7400        | 1        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ALTO ALEGRE | 0                      | 14,7600        | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | da barra    | 0                      | 14,9000        | 3        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

Página: 2/34

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 5  | AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | MAIS CERTA  | 0                      | 3,1500         | 1        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | MAIS CERTA  | 0                      | 3,1700         | 2        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI        | 0                      | 3,1800         | 3        |
| 6  | ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos integros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                                  | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | KIKA        | 0                      | 15,7000        | 1        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | COOPERBUR   | 0                      | 15,7500        | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KIKA        | 0                      | 15,7700        | 3        |
| 7  | ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | FUMACENSE   | 0                      | 4,6800         | 1        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | URBANO      | 0                      | 4,7000         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | URBANO      | 0                      | 4,7500         | 3        |

Página: 3/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       |  | Data do Registro: 16/12/2016 |             | Válido até: 16/12/2017 |          |
|--|--|-------|--|------------------------------|-------------|------------------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |                              |             |                        |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer.                  | Descto. (%) | Preço Unitário         | Classif. |
| 8  | ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | BELCHIOR                     | 0           | 2,9000                 | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | DAVO                         | 0           | 2,9400                 | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KIKA                         | 0           | 2,9600                 | 3        |
| 9  | ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | CATARINÃO                    | 0           | 14,5800                | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | DAVO                         | 0           | 14,5900                | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KIKA                         | 0           | 14,6500                | 3        |
| 10   | AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI                         | 0           | 2,9000                 | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | APTI                         | 0           | 2,9400                 | 2        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |   |    |   |          |   |        |   |
|----|---|----|---|----------|---|--------|---|
|    |   |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | QUAKER   | 0 | 2,9500 | 3 |
| 11 | BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTEM LACTOSE E NÃO CONTEM GLUTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | PURITY   | 0 | 5,9000 | 1 |
| 12 | BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de fruta, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, adulante ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTEM LACTOSE E NÃO CONTEM GLUTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | PURITY   | 0 | 5,6500 | 1 |
| 13 | BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | TATI     | 0 | 6,3000 | 1 |
| 14 | BISCOITO DOCE SABOR LEITE. EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | ORQUIDEA | 0 | 3,8500 | 1 |
|    |   |    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | PRODASA  | 0 | 3,8600 | 2 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|                                       |               |  |            |                        |             |                |          |
|---------------------------------------|---------------|--|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016 |               | Data do Registro: 16/12/2016   |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra:                     |               | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |            |                        |             |                |          |
| Item                                  | Especificação | Unid.  | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |  |    |   |         |   |        |   |
|----|--|----|---|---------|---|--------|---|
| 15 | BISCOITO DOCE SAVOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de malseena. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | NINFA   | 0 | 3,9500 | 1 |
| 16 | BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. PRODUTO SEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | JASMINE | 0 | 5,9000 | 1 |
| 17 | BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente   | UN | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756) | JASMINE | 0 | 5,9400 | 2 |
|    |  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | PRODASA | 0 | 3,8500 | 1 |
|    |  |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756) | JASMINE | 0 | 5,9400 | 2 |
|    |  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | PRODASA | 0 | 3,8500 | 1 |
|    |  |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756) | DIANA   | 0 | 3,8900 | 2 |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 6/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016

|   |               |                              |            |                        |             |                |          |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016   |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| <b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item  | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |  |    |  |          |   |        |   |
|----|--|----|--|----------|---|--------|---|
| 18 | BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G.<br>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ORQUIDEA | 0 | 5,0300 | 1 |
| 19 | BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G.<br>Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de adjuvante ácido láctico e emulsificante esterol-1,2-lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ORQUIDEA | 0 | 5,0500 | 2 |
|    |  |    | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | ISABELA  | 0 | 5,1500 | 3 |
| 20 | CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | APT1     | 0 | 9,7900 | 1 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 7/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 21   | CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada a vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | FLEISCHMANN | 0                      | 9,8000         | 2        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ODEBRECHT   | 0                      | 8,9900         | 1        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | OURO        | 0                      | 9,0000         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | CABOCLO     | 0                      | 9,1200         | 3        |
| 22   | CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ARISCO      | 0                      | 1,3500         | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ARISCO      | 0                      | 1,3800         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KNOR        | 0                      | 1,4500         | 3        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ARISCO      | 0                      | 1,3500         | 1        |
| 23   | CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.  | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ARISCO      | 0                      | 1,4100         | 2        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (12756)                 | ARISCO      | 0                      | 1,4100         | 2        |

Página: 8/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |   |    |   |             |   |        |   |
|----|---|----|---|-------------|---|--------|---|
|    |   |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KNOR        | 0 | 1,4500 | 3 |
| 24 | CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, curcuma, alho poro, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, alho, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | KNORR       | 0 | 1,3500 | 1 |
|    |   |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | ARISCO      | 0 | 1,4100 | 2 |
|    |   |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | KNOR        | 0 | 1,4500 | 3 |
| 25 | CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | MAKRI       | 0 | 2,3500 | 1 |
|    |   |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | JP          | 0 | 2,3900 | 2 |
|    |   |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | JP          | 0 | 2,4700 | 3 |
| 26 | CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | HORTA E SAB | 0 | 2,4000 | 1 |
|    |   |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | JP          | 0 | 2,4500 | 2 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 9/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |  | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra:  |          |
|---------------------------------------|--|------------------------------|--|------------------------|-------------|--|----------|
|                                       |  |                              |  |                        |             | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |
| Item                                  | Especificação  | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |
|                                       |  |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | JP                     | 0           | 2,4700   | 3        |
| 27                                    | CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de leite, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NUTRIMENTA             | 0           | 6,7500   | 1        |
| 28                                    | CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.        | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | NUTRILON               | 0           | 6,7000   | 1        |
|                                       |  |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | GOLD FLAKE             | 0           | 6,7300   | 2        |
|                                       |  |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NUTRIMENTA             | 0           | 6,7500   | 3        |
| 29                                    | CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de leite, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                         | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | GRANOMEL               | 0           | 12,6000  | 1        |
|                                       |  |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | GOLD FLAKE             | 0           | 12,6400  | 2        |
|                                       |  |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | GOLD FLAKE             | 0           | 12,6800  | 3        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 10/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       |  | Data do Registro: 16/12/2016 |             | Válido até: 16/12/2017 |          |
|--|--|-------|--|------------------------------|-------------|------------------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |                              |             |                        |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer.                  | Descto. (%) | Preço Unitário         | Classif. |
| 30   | CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | GOLD FLAKES                  | 0           | 11,9900                | 1        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | GRANOMEL                     | 0           | 12,0000                | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | GOLD FLAKES                  | 0           | 12,0900                | 3        |
| 31   | CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                                | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                         | 0           | 2,0000                 | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                         | 0           | 2,0500                 | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                        | 0           | 2,0800                 | 3        |
| 32   | CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                          | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                         | 0           | 1,5200                 | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                         | 0           | 1,5500                 | 2        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 11/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |   | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra: Constituição da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |
|---------------------------------------|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|--|----------|
| Item                                  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |
| 33                                    | CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 1,5800   | 3        |
|                                       |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 1,8000   | 1        |
|                                       |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                   | 0           | 1,8300   | 2        |
|                                       |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 1,8300   | 3        |
| 34                                    | CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.          | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 3,7900   | 1        |
|                                       |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                   | 0           | 3,8200   | 2        |
|                                       |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 3,9000   | 3        |
| 35                                    | CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.      | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                   | 0           | 4,7200   | 1        |

Página: 12/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |   | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra:  |          |
|---------------------------------------|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|--|----------|
|                                       |   |                              |  |                        |             | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |
| Item                                  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |
| 36                                    | CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.        | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 4,7500   | 2        |
|                                       |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 4,7500   | 3        |
|                                       |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 3,8500   | 1        |
|                                       |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 3,8700   | 2        |
| 37                                    | CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LEÃO                   | 0           | 3,6000   | 1        |
|                                       |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 3,6500   | 2        |
| 38                                    | CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | BARAO                  | 0           | 3,6600   | 3        |
|                                       |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REAL                   | 0           | 3,5400   | 1        |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 13/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                              |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|---|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |   |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor  | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 39   | CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adoçado); NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | BRETZKE     | 0                      | 12,8500        | 1        |
| 40   | COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | APTI        | 0                      | 4,7500         | 1        |
| 41   | COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Corante contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | SINHA       | 0                      | 4,6000         | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | UNICOCO     | 0                      | 4,7800         | 2        |
|  |  |       | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | SO COCO     | 0                      | 4,8500         | 3        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | JP          | 0                      | 4,6500         | 2        |
|  |  |       | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI        | 0                      | 4,6700         | 3        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 14/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |               | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|---|-------|--|---------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |       |  |               |                        |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer.   | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 43   | CREME VEGETAL SEM LEMTE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEMTE E DERIVADOS (Leiteiro, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, adulsantes, corantes naturais (irucum e curcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | BECEL         | 0                      | 8,6400         | 1        |
| 44   | DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e laque de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | NECTAR        | 0                      | 3,8500         | 1        |
| 45   | DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e laque de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | LUIZALVENSE   | 0                      | 3,8900         | 2        |
|  |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | LUIS ALVENSEI | 0                      | 3,9500         | 3        |
|  |   |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | NECTAR        | 0                      | 3,7500         | 1        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | LUIZALVENSE   | 0                      | 3,7900         | 2        |
|  |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | LUIS ALVENSEI | 0                      | 3,9500         | 3        |

Página: 15/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |   | Data do Registro: 16/12/2016 |   | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |  |  |
|---------------------------------------|---|------------------------------|---|------------------------|-------------|--|----------|--|--|
| Item                                  | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor  | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |  |  |
| 46                                    | EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPA ABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos entulhados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                 | PREDILECTA             | 0           | 3,7900   | 1        |  |  |
|                                       |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                  | ELEFANTE               | 0           | 3,8000   | 2        |  |  |
|                                       |   |                              | NEWVIVAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | QUERO                  | 0           | 3,8600   | 3        |  |  |
| 47                                    | FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da triuração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                  | URBANO                 | 0           | 4,4500   | 1        |  |  |
| 48                                    | FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seco, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                  | JARAGUA                | 0           | 4,4000   | 1        |  |  |
|                                       |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                 | FARIFORTE              | 0           | 4,4400   | 2        |  |  |
|                                       |   |                              | NEWVIVAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | SUPER 10               | 0           | 4,4600   | 3        |  |  |

Página: 16/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

**Número do Registro de Preços: 96/2016 Data do Registro: 16/12/2016 Válido até: 16/12/2017**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação

| Item | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 49   | FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENITA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | SINHA       | 0           | 1,3900         | 1        |
|      |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | SINHA       | 0           | 1,4100         | 2        |
|      |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | SINHA       | 0           | 1,4200         | 3        |
| 50   | FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurada. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | AURVERDE    | 0           | 2,6100         | 1        |
|      |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | SUDOESTE    | 0           | 2,6400         | 2        |
|      |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | NORDESTE    | 0           | 2,6700         | 3        |
| 51   | FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurada. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | AURVERDE    | 0           | 13,0900        | 1        |
|      |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | NORDESTE    | 0           | 13,1000        | 2        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 17/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |   |    |  |            |   |         |   |
|----|---|----|--|------------|---|---------|---|
| 52 | FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Opção pela moagem dos grãos interiores do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | SUDOESTE   | 0 | 13,1800 | 3 |
| 53 | FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | NORDESTE   | 0 | 3,2500  | 1 |
| 54 | FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | NUTRIMENTA | 0 | 6,6500  | 1 |
| 55 | FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).                           | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | NUTRIMENTA | 0 | 9,7500  | 1 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 18/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 56   | FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).    | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | JARAGUA     | 0                      | 9,7900         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | CALDAO      | 0                      | 9,8000         | 3        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REIDAMESA   | 0                      | 5,8900         | 1        |
| 57   | FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura). | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | JARAGUA     | 0                      | 5,9200         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | CALDAO      | 0                      | 5,9300         | 3        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | JARAGUA     | 0                      | 8,3500         | 1        |
| 58   | FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem a vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | JARAGUA     | 0                      | 8,3900         | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | CALDAO      | 0                      | 8,4100         | 3        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI        | 0                      | 5,0000         | 1        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 19/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
|--|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |                              |  |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 59   | FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumarico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enterrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.   | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | PACKWAYA               | 0           | 5,0500         | 2        |
|  |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | FLEISCHAWAI            | 0           | 5,0500         | 3        |
|  |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI                   | 0           | 2,2500         | 1        |
| 61   | FLOCOS DE CEREJAS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | TRISANTI               | 0           | 2,2900         | 2        |
|  |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | FLEISCHAWAI            | 0           | 2,3800         | 3        |
|  |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | NUTRIMENTA             | 0           | 4,8000         | 1        |
|  |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NUTRIMENTA             | 0           | 4,8500         | 2        |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 20/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |  | Data do Registro: 16/12/2016 |                                    | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |  |  |  |
|---------------------------------------|--|------------------------------|------------------------------------|------------------------|-------------|--|----------|--|--|--|
| Item                                  | Especificação  | Unid.                        | Fornecedor                         | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |  |  |  |
| 62                                    | FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                        | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP | MILUPA                 | 0           | 18.2000  | 1        |  |  |  |
| 63                                    | FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                       | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP | MILUPA 2               | 0           | 16.5500  | 1        |  |  |  |
| 64                                    | FÓRMULA INFANTIL ANTIREGURGITAÇÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.      | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP | APTAMIL AR             | 0           | 30.0000  | 1        |  |  |  |
| 65                                    | FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles dorato de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodeto de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTEM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP | APTAMIL SL             | 0           | 48.9000  | 1        |  |  |  |

Página: 21/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |  | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |  |  |
|---------------------------------------|--|------------------------------|--|------------------------|-------------|--|----------|--|--|
| Item                                  | Especificação  | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |  |  |
| 66                                    | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLUTEN, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enterrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTAMIL SOJ            | 0           | 38,5000  | 1        |  |  |
| 67                                    | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLUTEN, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enterrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTAMIL SOJ            | 0           | 36,0000  | 1        |  |  |
| 68                                    | GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | APTI                   | 0           | 1,6900   | 1        |  |  |
|                                       |  |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | BRETZKE                | 0           | 1,7200   | 2        |  |  |
|                                       |  |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI                   | 0           | 1,7700   | 3        |  |  |
| 69                                    | GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI                   | 0           | 10,7500  | 1        |  |  |

Página: 22/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|--|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 70   | GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN    | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI        | 0                      | 10,8000        | 2        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR      | 0                      | 10,8500        | 3        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI        | 0                      | 10,7500        | 1        |
| 71   | GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.   | UN    | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI        | 0                      | 10,8000        | 2        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR      | 0                      | 10,8500        | 3        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI        | 0                      | 10,6000        | 1        |
| 72   | GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.     | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR      | 0                      | 10,6400        | 2        |
|  |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI        | 0                      | 10,8000        | 3        |
|  |  |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI        | 0                      | 10,6000        | 1        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 23/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |             | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|---|-------|--|-------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |       |  |             |                        |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 73   | GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER ACÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PESSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                                | UN    | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI        | 0                      | 10,8000        | 2        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEIAR       | 0                      | 10,8500        | 3        |
|  |   |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | BRETZKE     | 0                      | 2,3000         | 1        |
| 74   | LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).   | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ITAMBE      | 0                      | 10,7200        | 1        |
|  |   |       | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | AURORA      | 0                      | 10,7500        | 2        |
|  |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | ITAMBE      | 0                      | 10,8500        | 3        |
| 75   | LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura). | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | LANGUIRU    | 0                      | 2,8200         | 1        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | REALTA      | 0                      | 2,8300         | 2        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 24/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

|    |  |    |   |          |   |        |   |
|----|--|----|---|----------|---|--------|---|
| 76 | LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE; SEMIDESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura). | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | LANGUIRU | 0 | 2,9200 | 3 |
|    |  |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | LANGUIRU |   |        |   |
|    |  |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | TIROL    | 0 | 4,6600 | 2 |
|    |  |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | AURORA   | 0 | 4,7200 | 3 |
| 77 | LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | JARAGUA  | 0 | 9,4500 | 1 |
|    |  |    | NEWWAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | YOKI     | 0 | 9,5000 | 2 |
|    |  |    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | YOKI     | 0 | 9,5500 | 3 |
| 78 | MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (curcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLUTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.                  | UN | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | URBANO   | 0 | 2,5000 | 1 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

Página: 25/34

**Número do Registro de Preços: 96/2016 Data do Registro: 16/12/2016 Válido até: 16/12/2017**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação

| Item | Especificação  | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 79   | MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ORQUIDEA    | 0           | 4,0500         | 1        |
| 80   | MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.   | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ORQUIDEA    | 0           | 4,0900         | 2        |
|      |  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ORQUIDEA    | 0           | 2,9000         | 1        |
| 81   | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente. | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | RENATA      | 0           | 2,9500         | 2        |
|      |  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | DIANA       | 0           | 2,5500         | 1        |
|      |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | QDELICIA    | 0           | 2,5900         | 2        |
|      |  |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12688) | ORQUIDEA    | 0           | 2,6700         | 3        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 26/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |  | Data do Registro: 16/12/2016 |   | Válido até: 16/12/2017 |             | Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |          |  |  |  |
|---------------------------------------|--|------------------------------|---|------------------------|-------------|--|----------|--|--|--|
| Item                                  | Especificação  | Unid.                        | Fornecedor  | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário   | Classif. |  |  |  |
| 82                                    | MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo duro integral e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | ORQUIDEA               | 0           | 3,9000   | 1        |  |  |  |
| 83                                    | MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | GALO                   | 0           | 3,9400   | 2        |  |  |  |
|                                       |  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | DIANA                  | 0           | 2,6000   | 1        |  |  |  |
|                                       |  |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | QDELICIA               | 0           | 2,6500   | 2        |  |  |  |
|                                       |  |                              | NEWVAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | ORQUIDEA               | 0           | 3,9500   | 3        |  |  |  |
| 84                                    | MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, adulsante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada, isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)               | COAMO                  | 0           | 5,1500   | 1        |  |  |  |
| 85                                    | MELADO DE CANA-DE-ACÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bsnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                | KALBUNDE               | 0           | 3,8500   | 1        |  |  |  |



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 27/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016 |   |       | Data do Registro: 16/12/2016   |              | Válido até: 16/12/2017 |                |          |  |
|---------------------------------------|---|-------|--|--------------|------------------------|----------------|----------|--|
| Objeto da Compra:                     |   |       | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |              |                        |                |          |  |
| Item                                  | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer.  | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |  |
| 86                                    | MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enrugados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.                               | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)  | LUIZ ALVENSE | 0                      | 3,8900         | 2        |  |
|                                       |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)   | LUIS ALVENSE | 0                      | 5,1000         | 3        |  |
|                                       |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)  | GOIAS VERDE  | 0                      | 1,6900         | 1        |  |
|                                       |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686)   | LAR          | 0                      | 3,9000         | 2        |  |
| 87                                    | ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN    | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)  | SINHA        | 0                      | 6,8900         | 1        |  |
| 88                                    | PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; açúcar; amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)   | KRONE        | 0                      | 4,8500         | 1        |  |
| 89                                    | PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)   | BRETZKE      | 0                      | 1,8000         | 1        |  |

Página: 28/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
|--|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |                              |  |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 90   | PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN                           | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR                 | 0           | 1,8500         | 2        |
|  |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI                   | 0           | 1,8500         | 3        |
|  |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI                   | 0           | 8,7500         | 1        |
|  |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR                 | 0           | 8,7900         | 2        |
| 91   | PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI                   | 0           | 8,8500         | 3        |
|  |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR                 | 0           | 8,7500         | 1        |
|  |   |                              | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI                   | 0           | 8,8000         | 2        |
|  |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI                   | 0           | 8,8500         | 3        |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 29/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   |       | Data do Registro: 16/12/2016                               |              | Válido até: 16/12/2017 |                |          |
|--|---|-------|--|--------------|------------------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |       |  |              |                        |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid. | Fornecedor   | Marca Ofer.  | Descto. (%)            | Preço Unitário | Classif. |
| 92   | PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | APTI         | 0                      | 8,7500         | 1        |
|  |   |       | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | APTI         | 0                      | 8,8500         | 2        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEILAR       | 0                      | 8,8500         | 3        |
| 93   | POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | CORUJA       | 0                      | 3,9800         | 1        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | LORENZ       | 0                      | 3,9900         | 2        |
| 94   | PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Propria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | GRANOMEL     | 0                      | 5,8500         | 1        |
| 95   | ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.               | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | BISSONI      | 0                      | 4,8000         | 1        |
|  |   |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | CIA DOS CASI | 0                      | 4,8500         | 2        |

Página: 30/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

96 SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.

|  |  |      |        |        |   |
|--|--|------|--------|--------|---|
| UN   | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | NEVE | 0      | 3,9000 | 1 |
| L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | NEVE                                       | 0    | 3,9200 | 2      |   |
| NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | NEILAR                                     | 0    | 3,9500 | 3      |   |

97 SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.

|  |  |          |        |        |   |
|--|--|----------|--------|--------|---|
| UN   | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | CRUZEIRO | 0      | 1,4000 | 1 |
| L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | ZIZO                                       | 0        | 1,4500 | 2      |   |
| NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | ZIZO                                       | 0        | 1,4700 | 3      |   |

98 VINAGRE DE ALCÓOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.

|  |   |        |        |        |   |
|--|---|--------|--------|--------|---|
| UN   | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756) | CHEMIM | 0      | 1,1400 | 1 |
| FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | CHEMIM                                      | 0      | 1,1500 | 2      |   |
| NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | HENING                                      | 0      | 1,2700 | 3      |   |

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 31/34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016**

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |  |       |   | Data do Registro: 16/12/2016 |             | Válido até: 16/12/2017 |          |
|--|--|-------|---|------------------------------|-------------|------------------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |  |       |   |                              |             |                        |          |
| Item   | Especificação  | Unid. | Fornecedor                                  | Marca Ofer.                  | Descto. (%) | Preço Unitário         | Classif. |
| 99   | BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, DIET, DE AMEIXA E COCO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Ingredientes: Farinha de trigo integral, farinha de trigo refinada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (palma, milho ou soja), milho integral em pó, maltodextrina, fibra solúvel, amido, ameixa desidratada, fibra solúvel, coco desidratado, sal, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), estabilizante natural lecitina de soja, aromas e corante natural caramelo. SEM AROMATIZANTES ARTIFICIAIS E SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. Contém glúten. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | JASMINE                      | 0           | 7,8000                 | 1        |
| 100  | BISCOITO DOCE, TIPO COOKIES, SEM GLÚTEN, SABOR LARANJA E MEL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. NÃO CONTEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz integral, melado de cana, amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, extrato de soja, óleos vegetais (algodão e/ou girassol e/ou milho), mel, maltodextrina, flocos de laranja, canela em pó, estabilizante natural lecitina de soja, agentes de crescimento (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e fosfato monocalcico) e aromas. SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE LEITE E DERIVADOS. Deve apresentar consistência crocante. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | JASMINE                      | 0           | 8,3500                 | 1        |
| 101  | CEREAL MULTICEREAIS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, farinhas de arroz, milho, aveia e cevada, extrato de malte, sais minerais e vitaminas. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)  | NUTRIMENTA                   | 0           | 5,3500                 | 1        |
|  |  |       | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756) | JASMINE                      | 0           | 8,3800                 | 2        |
|  |  |       |   | NUTRIMENTA                   | 0           | 5,3900                 | 2        |

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016

| Número do Registro de Preços: 96/2016  |   | Data do Registro: 16/12/2016 |  | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
|--|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |   |                              |  |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação   | Unid.                        | Fornecedor   | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 102  | FARINHA DE MILHO (FUBÁ) FINA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha fina de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.  | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | ZAELI                  | 0           | 2,7500         | 1        |
|  |   |                              | L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP (12756)                | SINHA                  | 0           | 2,7900         | 2        |
|  |   |                              | NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (12686) | SINHA                  | 0           | 2,8500         | 3        |
| 103  | COMPOSTO LÁCTEO, INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 5 ANOS DE IDADE - LATA COM 800 G. COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS. Fonte de vitaminas e minerais. Contém soro de leite. Não contém glúten. Sem adição de açúcar. Não é leite em pó. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enterrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN                           | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249)                 | MILNUTRI               | 0           | 38,0000        | 1        |

Página: 33/34

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016****Número do Registro de Preços: 96/2016      Data do Registro: 16/12/2016      Válido até: 16/12/2017****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação

| Item | Especificação  | Unid. | Fornecedor                                 | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 104  | FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, QUE APRESENTAM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV) E/OU SOJA - LATA COM 400G. Destinada a necessidades dietéticas específicas. Com DHA, ARA e Prebióticos. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. | UN    | FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP (13249) | APTAMIL PEP | 0           | 71.0000        | 1        |



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2016

Página: 34/34

|  |               |                              |            |                        |             |                |          |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 96/2016  |               | Data do Registro: 16/12/2016 |            | Válido até: 16/12/2017 |             |                |          |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição produtos alimentícios, dentre eles, gêneros alimentícios secos, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação |               |                              |            |                        |             |                |          |
| Item   | Especificação | Unid.                        | Fornecedor | Marca Ofer.            | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016

PROCESSO Nº 187/2016

- (12686) - NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME
- (12756) - L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA - EPP
- (13249) - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP

Schroeder, 16 de Dezembro de 2016.

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1163

DECRETO n.º 1163, de 16 de dezembro de 2016

Decreta Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, art. 108 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no turno vespertino dos dias 23 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Os serviços emergenciais de saúde funcionarão junto ao plantão municipal no Hospital São Roque.

Art. 3º. A bem do serviço público, na semana de 26 a 30 de dezembro de 2016, haverá somente expediente interno no prédio administrativo municipal.

Art. 4º O expediente dos demais órgãos públicos municipais permanece normal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC., aos 16 dias do mês de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

### PORTARIAS 607/2016 A 609/2016

Portaria nº. 607/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Luana Tonello, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo V da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 16 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 608/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Géssica Vanderléia Kochem, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo V da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 16 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 609/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 44/2016, resolve,

Contratar, Antônio Luiz Furlanetto, em caráter temporário, para exercer a função de Médico, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 330, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara – SC., Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de dezembro de 2016 a 15 de dezembro de 2017, para atender serviços essenciais do município, em vaga não preenchida por concurso.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 16 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 149/2016

DECRETO N.º 149 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |  |
|-------------------|-----------|--|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                             |
| UNIDADE           | 05        | Secretaria de Educação e Esporte                 |
| FUNÇÃO            | 12        | Educação   |
| PROGRAMA          | 05        | Gestão da Educação com Qualidade                 |
| SUBFUNÇÃO         | 361       | Ensino Fundamental                               |
| RECURSO           | 5.001     | Receitas e Transferências de Impostos – Educação |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.007     | Manutenção do Ensino Fundamental                 |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                               |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 42        |  |

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

|                   |           |  |
|-------------------|-----------|--|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                               |
| UNIDADE           | 03        | Secretaria de Administração                        |
| FUNÇÃO            | 04        | Administração                                      |
| PROGRAMA          | 02        | Gestão Financeira e Administrativa                 |
| SUBFUNÇÃO         | 122       | Administração Geral                                |
| RECURSO           | 5.010     | Convênio de Trânsito – Militar                     |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.005     | Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                                 |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 11        |  |

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Ordinários, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e provável excesso e arrecadação de Recursos de Convênio de Trânsito – Militar, no valor de 5.000,00 (cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

**DECRETO Nº 150/2016**

DECRETO N.º 150 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.016 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HELIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 16 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 04        | Fundo Municipal de Saúde                      |
| UNIDADE           | 05        | Secretaria Municipal de Saúde                 |
| FUNÇÃO            | 12        | Saúde   |
| PROGRAMA          | 07        | Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde   |
| SUBFUNÇÃO         | 301       | Atenção Básica                                |
| RECURSO           | 5.002     | Receitas e Transferências de Impostos – Saúde |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.024     | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde        |
| ELEMENTO          | 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos          |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 07        |   |

Valor: 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 04        | Fundo Municipal de Saúde                      |
| UNIDADE           | 01        | Secretaria Municipal de Saúde                 |
| FUNÇÃO            | 10        | Saúde   |
| PROGRAMA          | 07        | Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde   |
| SUBFUNÇÃO         | 301       | Atenção Básica                                |
| RECURSO           | 5.002     | Receitas e Transferências de Impostos – Saúde |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.024     | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde        |
| ELEMENTO          | 4.4.90.00 | Aplicações Diretas                            |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 10        |   |

Valor: 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº 2.121 de 13 de novembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2015 - Lei nº. 2.173, de 16 de dezembro de 2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração  
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de novembro de 2016.

**DECRETO Nº 151/2016**

DECRETO N.º 151 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |                                  |
|-------------------|-----------|----------------------------------|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal             |
| UNIDADE           | 05        | Secretaria de Educação e Esporte |
| FUNÇÃO            | 12        | Educação                         |
| PROGRAMA          | 05        | Gestão da Educação com Qualidade |
| SUBFUNÇÃO         | 361       | Ensino Fundamental               |
| RECURSO           | 5.036     | Salário – Educação               |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.009     | Manutenção do Transporte Escolar |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas               |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 50        |                                  |

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos do Salário Educação, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

**DECRETO Nº 152/2016**

DECRETO N.º 152, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DEISY BONASSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, DEISY BONASSA, brasileira, CPF/MF sob nº 907.151.109-00, do cargo de Chefe de Setor II, C4, na Secretaria de Administração, a partir de 25/11/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de novembro de 2016.

**DECRETO Nº 153/2016**

DECRETO N.º 153 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 03        | Fundação Municipal da Cultura                             |
| UNIDADE           | 01        | Fundação Municipal da Cultura                             |
| FUNÇÃO            | 13        | Cultura   |
| PROGRAMA          | 04        | Gestão de Apoio a Cultura                                 |
| SUBFUNÇÃO         | 392       | Difusão Cultural  |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                                       |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.022     | Organização de Eventos e Festas Tradicionais do Município |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas  |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 09        |   |

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

**DECRETO Nº 154/2016**

DECRETO N.º 154 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 03        | Fundação Municipal da Cultura                             |
| UNIDADE           | 01        | Fundação Municipal da Cultura                             |
| FUNÇÃO            | 13        | Cultura   |
| PROGRAMA          | 04        | Gestão de Apoio a Cultura                                 |
| SUBFUNÇÃO         | 392       | Difusão Cultural  |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                                       |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.022     | Organização de Eventos e Festas Tradicionais do Município |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas  |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 09        |   |

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

## DECRETO Nº 155/2016

DECRETO N.º 155 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |                                     |
|-------------------|-----------|-------------------------------------|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                |
| UNIDADE           | 04        | Secretaria de Finanças              |
| FUNÇÃO            | 28        | Encargos Especiais                  |
| PROGRAMA          | 00        | Encargos Especiais e Dívida Pública |
| SUBFUNÇÃO         | 846       | Outros Encargos Especiais           |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                 |
| PROJETO/ATIVIDADE | 0.003     | Contribuição do Município ao Pasp   |
| ELEMENTO          | 3.3.90.00 | Aplicações Diretas                  |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 21        |                                     |

VALOR: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

|          |    |                                  |
|----------|----|----------------------------------|
| ÓRGÃO    | 02 | Prefeitura Municipal             |
| UNIDADE  | 05 | Secretaria de Educação e Esporte |
| FUNÇÃO   | 12 | Educação                         |
| PROGRAMA | 05 | Gestão da educação com Qualidade |



|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| SUBFUNÇÃO         | 361       | Ensino Fundamental  |
| RECURSO           | 5.001     | Receitas e Transferências de Impostos-Educação                            |
| PROJETO/ATIVIDADE | 1.001     | Aquisição de Área, Construção e Reforma de Unidades de Ensino Fundamental |
| ELEMENTO          | 4.4.90.00 | Aplicações Diretas  |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 29        |   |

VALOR: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

## DECRETO Nº 156/2016

DECRETO N.º 156 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, HÉLIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.700,00 (quatrocentos mil e setecentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

|                   |           |                                  |
|-------------------|-----------|----------------------------------|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal             |
| UNIDADE           | 05        | Secretaria de Educação e Esporte |
| FUNÇÃO            | 12        | Educação                         |
| PROGRAMA          | 05        | Gestão da Educação com Qualidade |
| SUBFUNÇÃO         | 361       | Ensino Fundamental               |
| RECURSO           | 5.018     | Transferências do Fundeb – 60%   |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.007     | Manutenção do Ensino Fundamental |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas               |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 40        |                                  |

VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

|                   |           |  |
|-------------------|-----------|--|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                           |
| UNIDADE           | 05        | Secretaria de Educação e Esporte               |
| FUNÇÃO            | 12        | Educação                                       |
| PROGRAMA          | 05        | Gestão da educação com Qualidade               |
| SUBFUNÇÃO         | 361       | Ensino Fundamental                             |
| RECURSO           | 5.001     | Receitas e Transferências de Impostos-Educação |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.007     | Manutenção do Ensino Fundamental               |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                             |

|                 |    |  |
|-----------------|----|--|
| CÓDIGO REDUZIDO | 39 |  |
|-----------------|----|--|

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

|                   |           |  |
|-------------------|-----------|--|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal   |
| UNIDADE           | 06        | Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação               |
| FUNÇÃO            | 15        | Urbanismo  |
| PROGRAMA          | 10        | Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico                   |
| SUBFUNÇÃO         | 452       | Serviços Urbanos   |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários  |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.020     | Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas   |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 70        |  |

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                      |
| UNIDADE           | 07        | Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente |
| FUNÇÃO            | 20        | Agricultura                               |
| PROGRAMA          | 12        | Gestão de Apoio a Agricultura             |
| SUBFUNÇÃO         | 606       | Extensão Rural                            |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                       |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.017     | Manutenção do Departamento de Agricultura |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                        |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 73        |   |

VALOR: R\$ 28.000,00 (vinte oito mil reais)

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                      |
| UNIDADE           | 03        | Secretaria de Administração               |
| FUNÇÃO            | 04        | Administração                             |
| PROGRAMA          | 02        | Gestão Financeira e Administrativa        |
| SUBFUNÇÃO         | 122       | Administração Geral                       |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                       |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.004     | Manutenção da Secretaria de Administração |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                        |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 07        |   |

VALOR: R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais)

|                   |           |   |
|-------------------|-----------|---|
| ÓRGÃO             | 02        | Prefeitura Municipal                      |
| UNIDADE           | 01        | Gabinete do Prefeito                      |
| FUNÇÃO            | 04        | Administração                             |
| PROGRAMA          | 02        | Gestão Financeira e Administrativa        |
| SUBFUNÇÃO         | 122       | Administração Geral                       |
| RECURSO           | 5.000     | Recursos Ordinários                       |
| PROJETO/ATIVIDADE | 2.002     | Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice |
| ELEMENTO          | 3.1.90.00 | Aplicações Diretas                        |
| CÓDIGO REDUZIDO   | 01        |   |

VALOR: R\$ 28.200,00 (vinte oito mil e duzentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 200.700,00 (duzentos mil e setecentos reais), e provável arrecadação de Recursos de Transferências do Fundeb – 60%, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Novembro de 2016.

### **DECRETO Nº 157/2016**

DECRETO N.º 157, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016  
DECRETA RECESSO DE FINAL DE ANO

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município,  
Considerando a Tradição Natalina e os festejos de final de ano.

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido como RECESSO DE FINAL DE ANO o período de 27/12/2016 a 30/12/2016 nas Secretarias e Repartições Públicas Municipais.

Parágrafo Primeiro - Excetuam-se neste decreto o Pronto Atendimento 24h – na Unidade São Lucas, os serviços de limpeza urbana e a coleta de lixo, bem como guarda de patrimônio, por se tratarem de serviços de excepcional interesse público.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 13 de Dezembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 13 de Dezembro 2016.

### **LEI Nº 2.208/2016**

LEI Nº 2.208 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE OS ADVOGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Nas ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Siderópolis, em que haja o pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, contados a partir da publicação da presente lei, estes serão repassados aos advogados do Município, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Parágrafo Único - Entende-se por advogado público o advogado integrante do quadro efetivo da Procuradoria Geral e o Procurador Geral do Município no momento do repasse dos valores.

Artigo 2º - Os honorários advocatícios de que trata o artigo anterior, serão depositados, na sua totalidade, em uma conta designada Fundo para Reparelhamento, Aperfeiçoamento e Incentivo da Procuradoria Geral do Município (conta I), e serão aplicados da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) do montante apurado serão destinados a uma segunda conta (conta II) para posterior rateio entre os titulares do direito descritos no art. 1º desta Lei;

II - 15% (quinze por cento) do montante serão depositados em uma terceira conta (conta III) e serão destinados para o reparelhamento da Procuradoria e aperfeiçoamento dos servidores lotados no setor, da seguinte forma:

- a) considera-se reparelhamento a aquisição de equipamentos de uso interno da Procuradoria, tais como livros, computadores, móveis, utensílios, software de programas e congêneres;
- b) o aperfeiçoamento será observado no auxílio na participação de cursos, seminários, congressos, treinamentos e eventos de interesse do órgão de classe.

§ 1º As contas mencionadas neste artigo serão movimentadas, exclusivamente, através de depósitos, transferências e através de emissão de cheques;

§ 2º Os valores de que trata o inciso I deste artigo serão repassados aos titulares do direito de que trata o art. 1º desta Lei, em partes

iguais, até o último dia útil de cada mês.

§ 3º A remuneração de cada advogado, considerado o seu vencimento padrão acrescido de honorários de sucumbência, não poderá, mensalmente, ser superior a remuneração do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 4º Na eventualidade de saldo na conta II, ao final de cada mês, em decorrência da observância ao § 3º acima, os valores permanecerão naquela conta para o exercício subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação.

Artigo 3º O Fundo para Reaparelhamento, Aperfeiçoamento e Incentivo da Procuradoria Geral do Município de que trata o art. 2º será administrado por um dos Advogados efetivos do município.

§ 1º Será designado pelo prefeito um advogado para, juntamente com o Procurador Geral do Município:

I - controlar a conta bancária destinada aos depósitos;

II - ter acesso à planilha on line e extratos bancários das contas bancárias referidas destinadas aos depósitos e

III - fiscalizar o rateio dos valores.

§ 2º Caberá ao Advogado efetivo deliberar sobre as despesas realizadas com os 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao reaparelhamento e aperfeiçoamento da Procuradoria Geral do Município.

§ 3º Será mantida devidamente arquivada ata da reunião mensal, cópia do relatório de rateios de honorários, do extrato mensal da conta do rateio e da posição do saldo da conta.

Artigo 4º Será suspensa a distribuição de honorários ao titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral;

III - em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades.

§ 1º Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

§ 2º O advogado que pedir exoneração não terá direito aos valores porventura existentes na conta para rateio dos advogados, seja decorrente de saldo do mês anterior, seja porque o rateio ainda não foi realizado.

Artigo 5º Os valores recebidos a título de honorários advocatícios não integrarão a remuneração, para nenhum efeito.

Artigo 6º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários advocatícios de que trata essa Lei.

Artigo 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 29 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 29 de novembro de 2016.

## LEI Nº 2.209/2016

LEI Nº 2.209 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a parcelar os créditos tributários inscritos em dívida ativa, conceder descontos sobre juros e multas e dá outras providências.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado parcelar os créditos tributários inscritos em dívida ativa, bem como, a conceder descontos sobre juros e multas na seguinte forma:

I - de 100% (Cem por cento) de desconto quando pagos em cota única; até 30 de junho de 2017;

II - 90% em até 5 parcelas mensais vencíveis até 31/12/2017;

III - de 80%(Oitenta por cento) de desconto quando pagos em parcelas mensais e sucessivas vencíveis até 31/12/2017.

Parágrafo Único: Na hipótese de adesão ao pagamento parcelado, será firmado termo próprio de confissão do débito, definindo os prazos e condições estabelecidos no artigo 2º., não podendo o valor da parcela ser inferior a R\$ 50,00(Cinquenta Reais).

Art.2º - Para fins de adesão ao parcelamento ficam definidos o numero máximo de 10 (dez) parcelas, respeitando o limite até o período de 31/12/2017:

Art. 3º - Os contribuintes com vários débitos poderão ter seus débitos agrupados em um único termo de adesão.

Art. 4º - No caso de atraso no pagamento das parcelas serão cobrados juros de mora de 1%( um por cento) ao mês ou fração.

Art. 5º. A exclusão do optante pela adesão ao parcelamento se dará na inadimplência de duas parcelas consecutivas ou alternadas, sendo permitida apenas uma nova adesão durante a vigência desta lei, dentro dos prazos estabelecidos no art. 2º.

Art. 6º. Os executivos fiscais em processo de execução judicial poderão ser objeto do benefício instituído por esta lei.

Art. 7º Débitos já parcelados e constantes em parcelamento anteriores que tenham sido concedidos descontos em multas e juros não poderão ser reparcelados.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 29 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 29 de novembro de 2016.

## LEI Nº 2.210/2016

LEI Nº 2.210 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Siderópolis, abrangendo a administração direta e indireta para o exercício financeiro de 2017 em R\$ 47.248.000,00 (quarenta e sete milhões e duzentos e quarenta e oito mil reais), discriminados nos anexos integrantes desta lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Da estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

|       |                           |               |
|-------|---------------------------|---------------|
| 1.    | Receitas Correntes        | 38.727.100,00 |
| 1.1   | Receita Tributária        | 3.803.000,00  |
| 1.2   | Receitas de Contribuições | 875.000,00    |
| 1.3   | Receita Patrimonial       | 211.600,00    |
| 1.6   | Receita de Serviços       | 61.000,00     |
| 1.7   | Transferências Correntes  | 32.556.000,00 |
| 1.9   | Outras Receitas Correntes | 1.220.500,00  |
| 2.    | Receitas de Capital       | 8.520.900,00  |
| 2.1   | Operações de Crédito      | 2.000,00      |
| 2.4   | Transferências de Capital | 8.518.900,00  |
| TOTAL |                           | 47.248.000,00 |

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

|       |  |               |
|-------|--|---------------|
| 01.01 | Câmara Municipal de Vereadores                   | 1.365.000,00  |
| 02.01 | Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito             | 554.000,00    |
| 02.02 | Procuradoria Geral do Município                  | 220.000,00    |
| 02.03 | Secretaria de Administração                      | 2.931.000,00  |
| 02.04 | Secretaria de Finanças                           | 2.875.000,00  |
| 02.05 | Secretaria de Educação e Esportes                | 10.560.000,00 |
| 02.06 | Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação | 385.000,00    |
| 02.07 | Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente        | 1.473.000,00  |
| 02.08 | Secretaria de Obras e Serviços Urbanos           | 14.148.000,00 |
| 02.09 | Fundo de Habitação e Interesse Social            | 6.000,00      |
| 03.01 | Fundação Municipal de Cultura                    | 256.500,00    |
| 04.01 | Fundo Municipal de Saúde                         | 10.716.500,00 |

|       |                                       |               |
|-------|---------------------------------------|---------------|
| 05.01 | Fundo Municipal de Assistência Social | 1.618.000,00  |
| 06.01 | Fundação do Meio Ambiente             | 140.000,00    |
|       | TOTAL                                 | 47.248.000,00 |

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|    |                         |               |
|----|-------------------------|---------------|
| 01 | Legislativa             | 1.365.000,00  |
| 02 | Judiciária              | 220.000,00    |
| 04 | Administração           | 4.204.000,00  |
| 06 | Segurança Pública       | 70.000,00     |
| 08 | Assistência Social      | 1.749.000,00  |
| 10 | Saúde                   | 11.403.500,00 |
| 12 | Educação                | 8.888.000,00  |
| 13 | Cultura                 | 256.500,00    |
| 15 | Urbanismo               | 11.530.000,00 |
| 16 | Habitação               | 6.000,00      |
| 17 | Saneamento              | 3.001.000,00  |
| 18 | Gestão Ambiental        | 893.000,00    |
| 20 | Agricultura             | 720.000,00    |
| 23 | Comércio e Serviços     | 2.000,00      |
| 27 | Desporto e Lazer        | 985.000,00    |
| 28 | Encargos Especiais      | 1.925.000,00  |
| 99 | Reserva de Contingência | 30.000,00     |
|    | TOTAL                   | 47.248.000,00 |

## III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

|     |  |               |
|-----|--|---------------|
| 31  | Ação Legislativa                                   | 1.365.000,00  |
| 62  | Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | 220.000,00    |
| 122 | Administração Geral                                | 3.284.000,00  |
| 123 | Administração Financeira                           | 920.000,00    |
| 182 | Defesa Civil                                       | 70.000,00     |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente             | 171.000,00    |
| 244 | Assistência Comunitária                            | 1.578.000,00  |
| 301 | Atenção Básica                                     | 10.055.500,00 |
| 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial              | 571.000,00    |
| 304 | Vigilância Sanitária                               | 90.000,00     |
| 306 | Alimentação e Nutrição                             | 687.000,00    |
| 361 | Ensino Fundamental                                 | 7.050.500,00  |
| 364 | Ensino Superior                                    | 51.000,00     |
| 365 | Educação Infantil                                  | 1.734.500,00  |
| 366 | Educação de Jovens e Adultos                       | 2.000,00      |
| 367 | Educação Especial                                  | 50.000,00     |
| 392 | Difusão Cultural                                   | 256.500,00    |
| 451 | Infra-Estrutura Urbana                             | 11.147.000,00 |
| 452 | Serviços Urbanos                                   | 383.000,00    |
| 482 | Habitação Urbana                                   | 6.000,00      |
| 512 | Saneamento Básico Urbano                           | 3.001.000,00  |
| 541 | Preservação e Conservação Ambiental                | 140.000,00    |
| 542 | Controle Ambiental                                 | 753.000,00    |
| 606 | Extensão Rural                                     | 720.000,00    |

|     |                           |               |
|-----|---------------------------|---------------|
| 695 | Turismo                   | 2.000,00      |
| 812 | Desporto Comunitário      | 985.000,00    |
| 843 | Serviço da Dívida Interna | 1.400.000,00  |
| 846 | Outros Encargos Especiais | 525.000,00    |
| 999 | Reserva de Contingência   | 30.000,00     |
|     | TOTAL                     | 47.248.000,00 |

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

|      |   |               |
|------|---|---------------|
| 0000 | Encargos Especiais e Dívida Pública                   | 1.925.000,00  |
| 0001 | Gestão do Poder Legislativo                           | 1.365.000,00  |
| 0002 | Gestão Financeira e Administrativa                    | 4.524.000,00  |
| 0003 | Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana         | 14.148.000,00 |
| 0004 | Gestão de Apoio a Cultura                             | 256.500,00    |
| 0005 | Gestão da Educação com Qualidade                      | 9.575.000,00  |
| 0006 | Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social | 1.749.000,00  |
| 0007 | Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde           | 10.716.500,00 |
| 0008 | Gestão e Apoio a Habitação de Interesse Social        | 6.000,00      |
| 0009 | Gestão de Incentivo aos Esportes                      | 985.000,00    |
| 0010 | Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico          | 385.000,00    |
| 0011 | Gestão da Proteção Ambiental                          | 893.000,00    |
| 0012 | Gestão de Apoio a Agricultura                         | 720.000,00    |
|      | TOTAL   | 47.248.000,00 |

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |               |
|--|---------------|
| Despesas Correntes                                 | 35.712.740,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 21.951.240,00 |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida | 200.000,00    |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 13.561.500,00 |
| Despesas de Capital                                | 11.505.260,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos              | 10.305.260,00 |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida      | 1.200.000,00  |
| Reserva de Contingência                            | 30.000,00     |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência    | 30.000,00     |
| TOTAL  | 47.248.000,00 |

## DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE

## Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis

Art. 4º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Siderópolis para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 43.300.500,00 (quarenta e três milhões e trezentos mil e quinhentos reais), e fixa as Despesas em R\$ 33.292.000,00 (trinta e três milhões e duzentos e noventa e dois mil reais) e Transferências Financeiras R\$ 10.008.500,00 (dez milhões oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:



|       |                           |               |
|-------|---------------------------|---------------|
| 1.    | Receitas Correntes        | 34.932.500,00 |
| 1.1   | Receita Tributária        | 3.794.000,00  |
| 1.2   | Receitas de Contribuições | 875.000,00    |
| 1.3   | Receita Patrimonial       | 176.000,00    |
| 1.6   | Receita de Serviços       | 61.000,00     |
| 1.7   | Transferências Correntes  | 28.839.000,00 |
| 1.9   | Outras Receitas Correntes | 1.187.500,00  |
| 2.    | Receitas de Capital       | 8.368.000,00  |
| 2.1   | Operações de Crédito      | 2.000,00      |
| 2.4   | Transferências de Capital | 8.366.000,00  |
| TOTAL |                           | 43.300.500,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Siderópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|       |                         |               |
|-------|-------------------------|---------------|
| 02    | Judiciária              | 220.000,00    |
| 04    | Administração           | 4.204.000,00  |
| 06    | Segurança Pública       | 70.000,00     |
| 08    | Assistência Social      | 131.000,00    |
| 10    | Saúde                   | 687.000,00    |
| 12    | Educação                | 8.888.000,00  |
| 15    | Urbanismo               | 11.530.000,00 |
| 16    | Habitação               | 6.000,00      |
| 17    | Saneamento              | 3.001.000,00  |
| 18    | Gestão Ambiental        | 893.000,00    |
| 20    | Agricultura             | 720.000,00    |
| 23    | Comércio e Serviços     | 2.000,00      |
| 27    | Desporto e Lazer        | 985.000,00    |
| 28    | Encargos Especiais      | 1.925.000,00  |
| 99    | Reserva de Contingência | 30.000,00     |
| TOTAL |                         | 33.292.000,00 |

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |               |
|--|---------------|
| Despesas Correntes                                 | 22.356.500,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 12.980.000,00 |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida | 200.000,00    |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 9.176.500,00  |
| Despesas de Capital                                | 10.905.500,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos              | 9.705.500,00  |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida      | 1.200.000,00  |
| Reserva de Contingência                            | 30.000,00     |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência    | 30.000,00     |
| TOTAL  | 33.292.000,00 |
| Transferências Financeiras Concedidas              | 10.008.500,00 |
| TOTAL GERAL  | 43.300.500,00 |

#### Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 3.562.000,00 (três milhões quinhentos e sessenta e dois mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.154.500,00 (sete milhões cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 10.716.500,00 (dez milhões setecentos e dezesseis mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|     |                    |              |
|-----|--------------------|--------------|
| 1.  | Receitas Correntes | 3.512.000,00 |
| 1.1 | Receita Tributária | 9.000,00     |

|                                      |                           |               |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------|
| 1.3                                  | Receita Patrimonial       | 28.000,00     |
| 1.7                                  | Transferências Correntes  | 3.467.000,00  |
| 1.9                                  | Outras Receitas Correntes | 8.000,00      |
| 2.                                   | Receitas de Capital       | 50.000,00     |
| 2.4                                  | Transferências de Capital | 50.000,00     |
| TOTAL                                |                           | 3.562.000,00  |
| Transferências Financeiras Recebidas |                           | 7.154.500,00  |
| TOTAL GERAL                          |                           | 10.716.500,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|    |       |               |
|----|-------|---------------|
| 10 | Saúde | 10.716.500,00 |
|    | TOTAL | 10.716.500,00 |

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |               |
|--|---------------|
| Despesas Correntes                                 | 10.342.240,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 7.523.240,00  |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 2.819.000,00  |
| Despesas de Capital                                | 374.260,00    |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos              | 374.260,00    |
| TOTAL  | 10.716.500,00 |

#### Do Orçamento do Fundação Municipal de Cultura de Siderópolis

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Cultura de Siderópolis, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 256.500,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                                      |                           |            |
|--------------------------------------|---------------------------|------------|
| 1.                                   | Receitas Correntes        | 56.500,00  |
| 1.3                                  | Receita Patrimonial       | 1.500,00   |
| 1.7                                  | Transferências Correntes  | 50.000,00  |
| 1.9                                  | Outras Receitas Correntes | 5.000,00   |
| 2.                                   | Receitas de Capital       | 2.000,00   |
| 2.4                                  | Transferências de Capital | 2.000,00   |
| TOTAL                                |                           | 58.500,00  |
| Transferências Financeiras Recebidas |                           | 198.000,00 |
| TOTAL GERAL                          |                           | 256.500,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Cultura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|    |         |            |
|----|---------|------------|
| 13 | Cultura | 256.500,00 |
|    | TOTAL   | 256.500,00 |

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |            |
|--|------------|
| Despesas Correntes                                 | 252.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 70.000,00  |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 182.000,00 |
| Despesas de Capital                                | 4.500,00   |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos              | 4.500,00   |
| TOTAL  | 256.500,00 |

## Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Siderópolis

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Siderópolis, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 327.000,00 (trezentos e vinte e sete mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.291.000,00 (um milhão duzentos e noventa e um mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.618.000,00 (um milhão seiscentos e dezoito mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                                      |                           |              |
|--------------------------------------|---------------------------|--------------|
| 1.                                   | Receitas Correntes        | 226.100,00   |
| 1.3                                  | Receita Patrimonial       | 6.100,00     |
| 1.7                                  | Transferências Correntes  | 200.000,00   |
| 1.9                                  | Outras Receitas Correntes | 20.000,00    |
| 2.                                   | Receitas de Capital       | 100.900,00   |
| 2.4                                  | Transferências de Capital | 100.900,00   |
| TOTAL                                |                           | 327.000,00   |
| Transferências Financeiras Recebidas |                           | 1.291.000,00 |
| TOTAL GERAL                          |                           | 1.618.000,00 |

2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|    |                    |              |
|----|--------------------|--------------|
| 08 | Assistência Social | 1.618.000,00 |
|    | TOTAL              | 1.618.000,00 |

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |              |
|--|--------------|
| Despesas Correntes                                 | 1.417.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 303.000,00   |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 1.114.000,00 |
| Despesas de Capital                                | 201.000,00   |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos              | 201.000,00   |
| TOTAL  | 1.618.000,00 |

## Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Siderópolis

Art. 7º O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Siderópolis para o exercício de 2017 fixa as Despesas em R\$ 1.365.000,00 (um milhão e trezentos e sessenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.365.000,00 (um milhão e trezentos e sessenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

|                                      |              |
|--------------------------------------|--------------|
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.365.000,00 |
| TOTAL GERAL                          | 1.365.000,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Siderópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

|    |             |              |
|----|-------------|--------------|
| 01 | Legislativa | 1.365.000,00 |
|    | TOTAL       | 1.365.000,00 |

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

|  |              |
|--|--------------|
| Despesas Correntes                                 | 1.345.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais | 1.075.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes  | 270.000,00   |
| Despesas de Capital                                | 20.000,00    |

|                                       |              |
|---------------------------------------|--------------|
| 4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos | 20.000,00    |
| TOTAL                                 | 1.365.000,00 |

#### Da Reserva de Contingência

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### Das Disposições Gerais

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto nos Incisos I, II, III e IV do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no exercício anterior.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11 Durante o exercício de 2017 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 12 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

#### Das Disposições Finais

Art. 13 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através da Administração direta ou indireta.

Art. 15 Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II – Receitas por Categorias Econômicas;

III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV – Funções e Sub funções de Governo;

V – Programa de Trabalho de Governo;

VI – Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vinculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

VIII – Demonstrativo da Evolução da Receita;

IX – Demonstrativo da Evolução da Despesa;

X – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais;

Art. 16 Ficam autorizados os ajustes de modalidades e valores necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 em função dos Anexos da presente Lei.

Art. 17 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017 a partir de 1º de janeiro.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 16 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 16 de dezembro de 2016.

**LEI Nº 2.211/2016**

LEI Nº 2.211 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

CORRIGE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA LANÇAMENTO DE IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecida uma correção de 15% nos valores constantes na planta genérica de valores estabelecida através da Lei nº 1.666/2006.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 16 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 16 de dezembro de 2016.

**LEI Nº 2.212/2016**

LEI Nº 2.212 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA LEI Nº 1.255/1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os valores constantes no Inciso I, do art.253, da Lei 1.255/1998, que passa a ter a seguinte redação:

I – No caso de terreno sem construção: 1,3% (um vírgula três por cento);

Art. 2º - Ficam alterados os valores constantes nos Itens 1,2,3 e 4, do art.373, da Lei 1.255/1998, que passa a ter a seguinte redação:

| ATIVIDADE        | QUANTIDADE DE UFM POR PASSADA |
|------------------|-------------------------------|
| 01 - Residencial | 0,25                          |
| 02 - Comercial   | 0,50                          |
| 03 - Industrial  | 0,65                          |
| 04 - Outros      | 0,10                          |

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 16 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 16 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 265/2016**

PORTARIA Nº 265 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

Cessa os efeitos da portaria nº 250/2016

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº250/2016, considerando o retorno ao trabalho da servidora MARIA NAZARETH MORAIS, CPF/MF nº 838.651.019-68, Conselheira Tutelar, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de novembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de novembro de 2016.

### **PORTARIA Nº 266/2016**

PORTARIA Nº 266, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO À SERVIDORA JANY URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação à servidora JANY URBANO, CPF nº. 030.506.939-08, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a contar de 01/11/2016.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de novembro de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de novembro de 2016.

### **PORTARIA Nº 267/2016**

PORTARIA Nº 267, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ELIZABETE MAREIRA DIAS DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ELIZABETE MAREIRA DIAS DOS SANTOS, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 044.663.519-70, Professor MAG LP, a contar de 22/11/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de novembro de 2016.

### **PORTARIA Nº 268/2016**

PORTARIA Nº 268, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidorA MARIANA SERAFIM CESA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora MARIANA SERAFIM CESA, CPF/MF 008.955.329-21, Odontólogo, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de novembro de 2016.

#### **PORTARIA Nº 269/2016**

PORTARIA Nº 269, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016  
EXONERA JÚLIA BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, JÚLIA BETTIOL, brasileiro (a), CPF sob nº038.920.309-28, ocupante do cargo de membro do Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente de Siderópolis, do Quadro Permanente do Município, em razão do retorno da titular do cargo, a contar de 21/11/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de novembro de 2016.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de novembro de 2016.

#### **PORTARIA Nº 270/2016**

PORTARIA Nº 270, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016  
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR ANDRÉ DE MENECH PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor ANDRÉ DE MENECH, CPF/MF nº 067.093.849-18, Motorista, a partir de 24/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 23 de novembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de novembro de 2016.

#### **PORTARIA Nº 271/2016**

PORTARIA Nº 271, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016  
Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidora VITONILDA BROGNI VIEIRA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora VITONILDA BROGNI VIEIRA, CPF/MF 341.442.269-72, Telefonista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 02 (dois) anos, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 02 de dezembro de 2016.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal



JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 272/2016**

PORTARIA Nº 272, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA VIVIAN BERTO BECKAUSER DELFINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária VIVIAN BERTO BECKAUSER DELFINO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 052.832.989-81, Professor MAG LP, 20 horas semanais, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 273/2016**

PORTARIA Nº 273, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA andréia anselmo E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária andréia anselmo, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 715.647.569-04, Professor MAG LP, 20 horas semanais, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 274/2016**

PORTARIA Nº 274, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA andréia anselmo E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária andréia anselmo, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 715.647.569-04, Professor MAG LP, 20 horas semanais, a partir de 16/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 275/2016**

PORTARIA Nº 275, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária VIVIANE DA SILVA VIEIRA CARMINATTI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 015.203.159-61, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 276/2016**

PORTARIA Nº 276, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ROSEMERI ANSELMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ROSEMERI ANSELMO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 660.917.729-53, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 277/2016**

PORTARIA Nº 277, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 015.203.169-33, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 278/2016**

PORTARIA Nº 278, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CAROLINI CESA ALÉSSIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CAROLINI CESA ALÉSSIO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 061.989.589-65, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 279/2016**

PORTARIA Nº 279, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ROSITA AGASSI SARTOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ROSITA AGASSI SARTOR, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 022.278.099-14, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 280/2016**

PORTARIA Nº 280, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA TAIANE COSTA NOBRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária TAIANE COSTA NOBRE, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 061.623.259-46, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 281/2016**

PORTARIA Nº 281, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA SUELLEN NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária SUELLEN NASCIMENTO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 070.172.509-58, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 282/2016**

PORTARIA Nº 282, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ZULENIR mAGALI Périco E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ZULENIR mAGALI Périco, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 998.679.909-00, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 283/2016**

PORTARIA Nº 283, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA KARINA DE MATTIA DAMIAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária KARINA DE MATTIA DAMIAN, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 046.937.639-26, Auxiliar de Ensino, a partir de 16/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 284/2016**

PORTARIA Nº 284, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ERLAINE CRISTINA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ERLAINE CRISTINA PEREIRA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 016.507.819-70, Auxiliar de Ensino, a partir de 16/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 285/2016**

PORTARIA Nº 285, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA danieli CARMINATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária danieli CARMINATTI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 068.352.179-95, Auxiliar de Ensino, a partir de 16/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 286/2016**

PORTARIA Nº 286, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CLEONICE tRAMONTIN nAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CLEONICE tRAMONTIN nAVA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 025.267.669-66, Auxiliar de Ensino, a partir de 16/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 287/2016**

PORTARIA Nº 287, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 692.306.760-04, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 288/2016**

PORTARIA Nº 288, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA PAULA PÉRICO ELIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária PAULA PÉRICO ELIAS, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 097.076.579-79, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 289/2016**

PORTARIA Nº 289, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA NORMA FONTANELLA DE NEZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária NORMA FONTANELLA DE NEZ, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 415.506.419-72, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 290/2016**

PORTARIA Nº 290, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARIANI COMIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARIANI COMIM, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 085.411.569-23, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 291/2016**

PORTARIA Nº 291, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARÍLIA TAVARES DÁVILA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARÍLIA TAVARES DÁVILA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 010.252.130-17, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 292/2016**

PORTARIA Nº 292, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARIA GORETE BOTINI GREGÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARIA GORETE BOTINI GREGÓRIO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 800.546.509-25, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.



**PORTARIA Nº 293/2016**

PORTARIA Nº 293, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARIONE MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARIONE MACIEL, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 025.279.729-93, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 294/2016**

PORTARIA Nº 294, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARLEN ROMANCINI DE BONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARLEN ROMANCINI DE BONA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 065.694.859-03, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 295/2016**

PORTARIA Nº 295, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARIANE ALÉSSIO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARIANE ALÉSSIO DA SILVA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 054.593.719-10, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 296/2016**

PORTARIA Nº 296, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA LUCIANA SIPRIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária LUCIANA SIPRIANO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 018.063.119-50, Professor MAG LP, a partir de 15/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 297/2016**

PORTARIA Nº 297, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA KAMILA AMBRÓSIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária KAMILA AMBRÓSIO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 048.429.549-73, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 298/2016**

PORTARIA Nº 298, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA LIANA MAGAGNIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária LIANA MAGAGNIN, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 432.484.899-87, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 299/2016**

PORTARIA Nº 299, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária JULIANA BITTENCOURT CLEMENTE, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 042.294.559-50, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 300/2016**

PORTARIA Nº 300, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA JUSSARA DE SOUZA MARTINELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária JUSSARA DE SOUZA MARTINELLI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 614.024.439-00, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 301/2016**

PORTARIA Nº 301, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA GESIANE DE SOUZA FERNANDES BITTENCOURT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária GESIANE DE SOUZA FERNANDES BITTENCOURT, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 046.432.019-70, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 302/2016**

PORTARIA Nº 302, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA JOICI ELEN MACCARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária JOICI ELEN MACCARI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 059.526.639-82, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 303/2016**

PORTARIA Nº 303, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA DAYANE POSSOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária DAYANE POSSOLI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 049.986.719-02, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 304/2016**

PORTARIA Nº 304, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CARINA MANIQUE FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CARINA MANIQUE FERNANDES, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 038.363.259-50, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 305/2016**

PORTARIA Nº 305, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ANA PAULA ALVES PIACENTINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ANA PAULA ALVES PIACENTINI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 030.517.939-06, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 306/2016**

PORTARIA Nº 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ANA PAULA AMOROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ANA PAULA AMOROSO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 058.372.539-20, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 307/2016**

PORTARIA Nº 307, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CLEUZA TRAMONTIN FLOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CLEUZA TRAMONTIN FLOR, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 753.499.229-04, Professor MAG LP, a contar de 02/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 308/2016**

PORTARIA Nº 308, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ADRIANA ROSSI ILADI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ADRIANA ROSSI ILADI, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 056.895.919-12, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 309/2016**

PORTARIA Nº 309, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO FABRÍCIO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário FABRÍCIO DE SOUZA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 854.917.999-04, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 310/2016**

PORTARIA Nº 310, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA CARGO DA SERVIDORA DINAMAR FLAUSINO

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora DINAMAR FLAUSINO, CPF nº 037.572.889-98, do cargo de Enfermeira Plantonista Pronto Atendimento, para Enfermeira ESF, a contar de 01/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 311/2016**

PORTARIA Nº 311, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MAINARA ROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MAINARA ROSSO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 085.012.859-51, Professor MAG LP, a contar de 05/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 312/2016**

PORTARIA Nº 312, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ALINE THAIS VELHO DUTRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à funcionária ALINE THAIS VELHO DUTRA, CPF/MF nº 823.160.310.72, Enfermeira-ESF, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 12 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 12 de dezembro de 2016.



# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 416/2016

DECRETO Nº 416, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 315.389,00 (Trezentos e quinze mil, trezentos e oitenta e nove reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA

1.007 - Aquisição de Veículos para à Educação

4.4.90.00.00.00.00.00.0086(53) Aplicações Diretas ..... R\$ 278.000,00

2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0084 ( 72) Aplicações Diretas ..... R\$ 26.807,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 ( 73) Aplicações Diretas ..... R\$ 10.582,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 86 (recursos próprios em educação), 84 e 85 (transporte escolar).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 01 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### PORTARIA 236/16

PORTARIA Nº 236 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

| CÓD. | NOME                             | PERIODO AQUISITIVO |   |            | PERIODO DE GOZO |   |            |
|------|----------------------------------|--------------------|---|------------|-----------------|---|------------|
| 2122 | Aldoni Coelho Junior             | 19/04/2015         | à | 18/04/2016 | 20/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 1093 | Artur Eduardo de A. Zingano      | 15/04/2014         | à | 14/04/2015 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 799  | Adagilson Coelho Pereira         | 11/03/2015         | à | 10/03/2016 | 09/01/2017      | à | 07/02/2017 |
| 5283 | Chesman Pereira Emerim           | 12/11/2015         | à | 11/11/2016 | 05/12/2016      | à | 04/01/2017 |
| 4352 | Debora Rocha Pereira Santos      | 13/11/2015         | à | 12/11/2016 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 970  | Dilton Paulo Garcia              | 07/01/2015         | à | 06/01/2016 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 5504 | Everson Calirio Freitas da Silva | 01/03/2014         | à | 28/02/2015 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 5583 | Francini Pereira                 | 09/05/2015         | à | 08/05/2016 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 1232 | Francisco da Silva Correa        | 01/02/2015         | à | 31/01/2016 | 05/12/2016      | à | 04/01/2017 |
| 4662 | Iraci Feliciano Borba            | 17/02/2015         | à | 16/02/2015 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 4454 | Joelcio Minatto                  | 02/05/2016         | à | 01/05/2016 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 2856 | João Batista da Silveira         | 07/02/2014         | à | 06/02/2015 | 10/02/2016      | à | 30/12/2016 |
| 4463 | Louise Vargas Rosso              | 02/06/2014         | à | 01/06/2015 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |
| 863  | Marli da Silva                   | 01/04/2015         | à | 31/03/2016 | 03/12/2016      | à | 02/01/2017 |
| 1079 | Simone Juchem                    | 01/07/2011         | à | 30/06/2012 | 01/12/2016      | à | 30/12/2016 |
| 3824 | Vanessa Isoppo da Silva          | 27/11/2015         | à | 26/11/2016 | 01/12/2016      | à | 31/12/2016 |

|      |                   |            |   |            |            |   |            |
|------|-------------------|------------|---|------------|------------|---|------------|
| 2560 | Vilmar de Andrade | 01/03/2015 | à | 29/02/2016 | 05/12/2016 | à | 04/01/2017 |
|------|-------------------|------------|---|------------|------------|---|------------|

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 13 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **PORTARIA 237/16**

PORTARIA Nº 237 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. Sônia Maria Bratti, Técnico de Enfermagem, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

2578 2002 à 2007 01/12/2016 a 31/12/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/12/2016.

Município de Sombrio - SC, 13 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### PORTARIA 057/2016

PORTARIA Nº 057, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE MANN REOLON, ocupante do cargo de Coordenadora das Atividades da Saúde com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22.05.2015 a 21.05.2016 e 22.05.2016 a 21.05.2017 a serem gozadas no período de 19.12.2016 a 17.01.2017.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação  
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
19 de dezembro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### PREGÃO Nº.037/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo 057/2016.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº.037/2016

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO

CIVIL, com carga horária de 20 horas semanais.

Entrega dos Envelopes : 08:00 horas do dia 30/12/2016.

Abertura dos Envelopes : 08:15 horas do dia 30/12/2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49

367 0030 ou [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL, 19 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

### PREGÃO Nº.038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 058/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO.

Entrega dos envelopes: 08:15 horas do dia 03 de janeiro de 2017

Abertura dos envelopes: 08:30 horas do dia 03 de janeiro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 19 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL 858/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 858/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme preceitua o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

§ 1º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos de que dispõe a administração pública, especialmente nas seguintes hipóteses:

I - assistência às situações de necessidade pública emergencial ou de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

III - implantação de programas decorrentes de convênios ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;

IV - substituição de servidor ocupante de cargo efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;

V - suprimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de férias, licença para tratamento de saúde, gestação e outros;

VI - atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de 01 (um) ano;

VII - suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos;

VIII - especificamente ao magistério público:

a) em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

b) em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos;

c) em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante;

d) para atender demanda de matrículas em quantidade superior à previstas na rede pública municipal de ensino;

e) para o provimento de vagas de professor na execução de convênio de municipalização da educação firmado com outros entes federativos.

§ 2º O prazo de contratação das situações dispostas no parágrafo anterior não será superior:

a) ao período necessário para reestabelecimento das condições de normalidade nos casos dos incisos I, II, VII e da alínea "d" do inciso VIII;

b) ao período que perdurar o convênio ou acordo bilateral, no caso do inciso III e da alínea "e" do inciso VIII;

c) ao período do afastamento do servidor, nos casos dos incisos IV, V e da alínea "a" do inciso VIII;

d) até a realização de concurso público, no caso do inciso VI e das alíneas "b" e "c" do inciso VIII;

Art. 2º Os processos seletivos públicos serão de provas ou provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, sujeitos

à ampla divulgação em órgão oficial ou em jornal de ampla circulação local e estadual, além de publicação nas páginas da internet do Município.

Parágrafo único. Prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado:

a) a contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública, devendo ser justificada expressamente;

b) a admissão por tempo determinado quando da inexistência de processo seletivo para a respectiva função ou quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção.

Art. 3º A contratação por prazo determinado de que trata esta Lei se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência direta ou subsidiária das disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º O vencimento do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntico ao vencimento inicial atribuído ao cargo efetivo em início de carreira da mesma categoria ou, inexistindo, de categoria equivalente.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos substituídos ou tomados como paradigma.

Art. 5º A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração, observada a conveniência da administração.

Art. 6º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições estabelecidas no Estatuto dos Servidores;

IV - imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;

V - por interesse público do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público pelo período de 05 (cinco) anos, contados da data de encerramento do contrato.

Art. 7º Quando da rescisão do contrato, o contratado receberá férias proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço), saldo dos vencimentos com as respectivas vantagens e gratificação natalina proporcional.

§ 1º Nos casos de rescisão de contrato por infração aos deveres e proibições estabelecidas no Estatuto dos Servidores, o servidor terá direito apenas ao saldo dos vencimentos e férias vencidas, não possuindo direito a férias proporcionais e gratificação natalina proporcional.

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do prazo contratual, não enseja o direito à qualquer indenização, com exceção das vantagens previstas no caput deste artigo.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Tigrinhos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL 859/2016

LEI MUNICIPAL Nº 859/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.  
AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais), destinados a REFORÇAR as dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (1) R\$ 45.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (5) R\$ 40.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

UNIDADE: 01 – DPTO. DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Proj./Ativ.: 04.123.1003.2.111 – Manutenção da Secretaria de Finanças

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (22) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.0001 – Aplicações Diretas (41) R\$ 111.000,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo 27%

Modalidade: 3.1.90.0018 – Aplicações Diretas (42) R\$ 28.000,00

Fonte de Recurso: 0018 – Transferências do FUNDEB (Remuneração Prof. Magistério)

Proj./Ativ.: 12.364.1005.2.128 – Auxílio Financeiro a Acadêmicos do Município

Modalidade: 3.3.50.0000 – Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos (53) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (65) R\$ 18.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de

Cultura

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (63) R\$ 8.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (72) R\$ 30.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (83) R\$ 35.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.543.1017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (110) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 342.000,00

Art. 2.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (4) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 17%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.118 – Saúde Bucal

Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (14) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 17%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.120 – Agentes de Saúde

Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (19) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 17%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Programa Saúde da Família

Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (22) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 17%

TOTAL R\$ 38.000,00

Art. 3.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais) previsto no artigo 1º da presente Lei, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (2) R\$ 2.778,56

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres



**ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.005 – Manutenção e Conservação dos Prédios Públicos Municipais

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (4) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA****UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Proj./Ativ.: 04.123.1003.2.011 – Manutenção da Secretaria de Finanças

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (23) R\$ 2.625,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

Proj./Ativ.: 12.361.1004.2.024 – Capacitação para Docentes

Modalidade: 3.3.90.0001 – Aplicações Diretas (36) R\$ 7.509,20

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo de 27%

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.3.90.0001 – Aplicações Diretas (43) R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo de 27%

Modalidade: 3.3.90.0019 – Aplicações Diretas (44) R\$ 28.000,00

Fonte de Recurso: 0019 – Transferências do FUNDEB (Aplicação Outros Programas)

Modalidade: 4.4.90.0001 – Aplicações Diretas (46) R\$ 10.087,24

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo de 27%

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.127 – Auxílio Financeiro a Estudantes Ensino Técnico Profissional

Modalidade: 3.3.50.0000 – Aplicações Diretas (52) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 3.1.90.0001 – Aplicações Diretas (54) R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo de 27%

**UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA**

Proj./Ativ.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (66) R\$ 6.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR****UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM**

Proj./Ativ.: 26.782.1015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (104) R\$ 47.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

**UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA**

Proj./Ativ.: 20.543.1017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (111) R\$ 30.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 342.000,00

Art. 4º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 2º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), através da REDUÇÃO de dotação orçamentária constante do

orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

**ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR****UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM**

Proj./Ativ.: 26.782.1015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (104) R\$ 38.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 38.000,00

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**PORTARIA 235/2016**

PORTARIA Nº 235/2016 CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. SIMONE TABORDA GÄLZER POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal Sra. SIMONE TABORDA GÄLZER, cadastrada sob matrícula nº 403/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a partir de 07 de Dezembro de 2016, nos termos dos art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 (Estatuto dos Servidores Municipais de Tigrinhos - SC), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

§ 2º. A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I – por até 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II – por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º. O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de dezembro de dois mil e dezesseis.



Caroline Farinon  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

**PORTARIA 236/2016**

PORTARIA Nº. 236/2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. JOSE ODAIR SOARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. JOSE ODAIR SOARES, Mecânico, cadastrada sob matrícula nº 81/01, a partir de 10 de Dezembro de 2016 à 08 de Fevereiro de 2017, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

**PORTARIA 237/2016**

PORTARIA Nº. 237/2016. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, Auxiliar de Serviços Gerais, cadastrada sob matrícula nº 369/01, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 13 à 22 Dezembro de 2016, retornando em 23 de Dezembro de 2016, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Timbó do Sul

## PREFEITURA

### ERRATA; DECRETO Nº. 210 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

#### ERRATA

DECRETO Nº. 210 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

LÊ-SE:

| NOME                                | MATRÍCULA | CARGO                                |
|-------------------------------------|-----------|--------------------------------------|
| ADAO JOSE DE ARAUJO                 | 3081      | MOTORISTA                            |
| ALINE ZANIN                         | 3086      | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| ANALICE PIZZOLO STECANELLA          | 3105      | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO            |
| BEATRIZ ZANELATO ALESSIO            | 2986      | AUX SERV GERAIS I                    |
| CLAUDIONIR ROCHA                    | 2884      | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II       |
| CRISTIANE PIZZOLO JACINTO           | 3099      | AUX SERV GERAIS I                    |
| DALTRO SERGIO BIAVA                 | 2939      | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II       |
| DANIELE DE CAMPOS ANELLI            | 3155      | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| DEONILDA DOS SANTOS                 | 3087      | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| DIONI BITENCOURT                    | 3144      | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| ENADIR TEIXEIRA MAIA                | 3012      | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II       |
| FERNANDA REGINA MAFFIOLETTI PIZZONI | 3097      | MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR 30HS |
| JARDILENE POLLI FEGHERA             | 3043      | PROFESSOR MAG                        |
| JOSIEL TONETTO                      | 3106      | MONITOR PETI                         |
| JOZIANE MACHADO                     | 3103      | ASSISTENTE SOCIAL                    |
| LAURO MAFIOLETTI                    | 2556      | AUX SERV GERAIS II                   |
| LESLEY KAREN AGUIAR                 | 3132      | MONITOR PETI                         |
| LUANA BIAVA                         | 3091      | MONITOR PETI                         |
| LUCIANA BOEIRA DAL PONT             | 3125      | AUX SERV GERAIS I                    |
| LUIS BORDIGNON                      | 2545      | OPERADOR DE EQUIPAMENTO I            |
| MAIARA PASINI MENEGARO              | 3107      | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HS   |

|                                    |      |                                      |
|------------------------------------|------|--------------------------------------|
| MANOEL VITOR GALDINO DA ROCHA      | 3080 | MOTORISTA                            |
| MANUELA SACHETTI DAL PONT          | 3090 | AUX SERV GERAIS I TSA                |
| MARIANA BIAVA                      | 3088 | MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR 30HS |
| MARILDA TUROSSI                    | 3110 | AUX SERV GERAIS I                    |
| MAURICIO CREPALDI                  | 3146 | MOTORISTA                            |
| ROSELEI GOULART BIAVA              | 3096 | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| ROMEU MALGARISI                    | 3083 | MOTORISTA                            |
| SANDRA ARCARO DA ROSA SACHETTI     | 3093 | AUX SERVIÇOS GERAIS I                |
| SALETE VENSON D'AGOSTIN MAFIOLETTI | 3149 | AUX SERV GERAIS I                    |
| SARA FEIJÓ MARIA                   | 3108 | MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR 30HS |
| SILVANA DA ROSA                    | 2853 | AUX SERV GERAIS I                    |
| SILVINO TONETTO NETO               | 3137 | MOTORISTA TSA                        |
| SUSANA DOS SANTOS                  | 3085 | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| SUZANA FELIPE BONFANTE MANFIOLETTI | 3130 | PROFESSOR MAG                        |
| VALDEMAR MOREIRA DOS SANTOS        | 2610 | AUX SERVIÇOS GERAIS II               |
| VANESSA ALESSIO                    | 3042 | PROFESSOR SUPLETIVO 20/40 HS         |
| VALMIR DE SOUZA                    | 2521 | OPERADOR EQUIPAMENTO II              |

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE 02 2016 - FUNREPOM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FUNREPOM

Às onze horas, do décimo sexto dia, do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016 – FUNREPOM.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela ELEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA:

|   |  |
|---|--|
| Orçamento detalhado/proposta de preços  | Lei 8.666/93 Art. 38, IV   |
| Cartão CNPJ   | Lei 8.666/93 Art. 29, I  |
| Contrato de Constituição de Sociedade LTDA  | Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28   |
| Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)   | Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"  |
| Certidão Negativa de Débitos do Município de Tremembé/SP  |  |
| Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó  | Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98 |
| Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União  | Lei 8.666/93 Art. 29 III   |
| Certidão Negativa de Débitos Estaduais  | Lei 8.666/93 Art. 29 III   |
| Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)  | Lei 8.666/93 Art. 29 V   |
| Atestado nº 0626/A/16, de que a empresa é exclusiva no País, na fabricação, fornecimento de partes e peças originais e prestação de serviços de manutenção e calibração de produtos (conforme especificado no atestado) |  |
| Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres.   | CF art. 7º XXXIII Lei 8666/93 art. 27 V.   |
| Declaração de inexistência e superveniência de fato impeditivo da sua habilitação   | Lei 8666/93, art.32, §2º   |

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação encontra-se regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE 11.2016 - FUMTRAN

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2016 - FUMTRAN

Às dez horas, do décimo sexto dia, do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 11/2016 – FUMTRAN.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela ELEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA:

|   |  |
|---|--|
| Orçamento detalhado/proposta de preços  | Lei 8.666/93 Art. 38, IV   |
| Cartão CNPJ   | Lei 8.666/93 Art. 29, I  |
| Contrato de Constituição de Sociedade LTDA  | Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28   |
| Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)   | Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"  |
| Certidão Negativa de Débitos do Município de Tremembé/SP  |  |
| Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó  | Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98 |
| Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União  | Lei 8.666/93 Art. 29 III   |
| Certidão Negativa de Débitos Estaduais  | Lei 8.666/93 Art. 29 III   |
| Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)  | Lei 8.666/93 Art. 29 V   |
| Atestado nº 0626/A/16, de que a empresa é exclusiva no País, na fabricação, fornecimento de partes e peças originais e prestação de serviços de manutenção e calibração de produtos (conforme especificado no atestado) |  |
| Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres.   | CF art. 7º XXXIII Lei 8666/93 art. 27 V.   |
| Declaração de inexistência e superveniência de fato impeditivo da sua habilitação   | Lei 8666/93, art.32, §2º   |

Da análise destes documentos, observa-se que a documentação encontra-se regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

**AVISO CONCORRÊNCIA N.º 103 2016 PMT - PONTE ANEL VIÁRIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 103/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de ponte sobre o Rio Benedito, trecho: ligação entre Rodovia SC-416 e SC -477, compreendendo os serviços previstos no item 1 do memorial descritivo, cronograma físico financeiro, quantitativo e orçamento estimativo e projetos, constantes dos Anexos do Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 23 de janeiro de 2017. ABERTURA: dia 23 de janeiro de 2017 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 16 de dezembro de 2016  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 110 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 110  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "IDELFONSO BERTOLDI", situado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, distando pelo lado direito do imóvel, 39,30 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 470,58m2 (Quatrocentos e setenta metros e cinquenta e oito décimos quadrados), processo D-022/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente IDELFONSO BERTOLDI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.794, datado de 04 de setembro de 2015 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056.589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 26.549, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.009.0427.001, constituído de 01 (um) lote e mais 01 (uma) área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 15 de dezembro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.  
Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A41829-3

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 88.2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, AUTO POSTO DAS NAÇÕES LTDA, CNPJ nº. 05.088.335/0002-08, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo a ata do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 13/01/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 16 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016.49**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2016/49

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES - COOMAPEIXE, CNPJ nº. 06.059.358/0001-76, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 23/12/2016.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 16 de dezembro de 2016.

DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014.096 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014/096

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ nº. 07.258.181/0001-08, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro,

Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 13/01/2017  
HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 16 de dezembro de 2016.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016.102 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº. 2016/102  
TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2016

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 13/01/2017  
HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 16 de dezembro de 2016.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **DECRETO Nº 4398, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016**

DECRETO Nº 4398, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016  
Homologa a Resolução n. 02/2016 do Conselho de Administração do Timboprev

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e  
Considerando que em 8 de dezembro de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó – TIMBOPREV a Resolução n. 02/2016 que dispõe sobre a forma e os procedimentos para o Recadastramento Anual, na modalidade de Atestado de Vida, dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Timbó para fins de manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologada a Resolução n.º 02, de 08 de dezembro de 2016, do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó – TIMBOPREV, que dispõe sobre a forma e os procedimentos para o Recadastramento Anual, na modalidade de Atestado de Vida, dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Timbó, para fins de manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão, em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ – TIMBOPREV

RESOLUÇÃO TIMBOPREV Nº 02 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.  
Dispõe sobre a forma e os procedimentos para o Recadastramento Anual, na modalidade de Atestado de Vida, dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Timbó – TIMBOPREV, para fins de manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão.

O Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó – TIMBOPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 65 e 70 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, em consonância com o art. 2º do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº 2924 de 05/11/2012 e,

Considerando que a comprovação de vida é um procedimento administrativo, de caráter obrigatório, que deverá ser feito anualmente com o objetivo de evitar pagamentos indevidos dos benefícios relativos aos dependentes do regime próprio de previdência;  
Considerando que o art. 86 da Lei Complementar Municipal nº 411/2011 estabelece que deverá ser realizada anualmente a atualização cadastral dos servidores inativos e pensionistas do TIMBOPREV;

Considerando a necessidade de regulamentar a forma e os procedimentos para o referido recadastramento anual, na modalidade de "Atestado de Vida", dos aposentados e pensionistas do TIMBOPREV para fins de manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º O Recadastramento anual dos aposentados e pensionistas beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Timbó – TIMBOPREV, será realizado através do "ATESTADO DE VIDA", de acordo com os procedimentos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. Na hipótese de recadastramento para fins de atualização dos dados cadastrais dos beneficiários do TIMBOPREV, a declaração do Atestado de Vida anual dos aposentados e pensionistas poderá ser realizada na mesma oportunidade.

Art. 2º – O Formulário para a entrega da declaração do "Atestado de Vida" será expedido, em modelo próprio, pelo Instituto e exigências legais sobre o ato declaratório, bem como a descrição dos dados cadastrais a serem preenchidos pelo beneficiário.

Parágrafo único: o formulário deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Nome Completo do Beneficiário;
- b) Nome do Responsável (tutor, curador e/ou procurador);
- c) Estado Civil;
- d) Nº do CPF e RG;
- e) Endereço completo;
- f) Telefone para Contato;
- g) E-mail (quando possuir).

Art. 3º Os beneficiários aposentados e pensionistas do TIMBOPREV, deverão realizar anualmente a comprovação de vida, sob pena de suspensão do pagamento do benefício.

§ 1º Para a comprovação de vida, os aposentados e pensionistas deverão comparecer pessoalmente ao TIMBOPREV durante o mês do seu aniversário e apresentar os seguintes documentos originais: Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Motorista (CNH) ou Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido expedido pela Polícia Federal.

§ 2º O documento de identidade deverá estar em bom estado de conservação (legível) e ter sido expedido em prazo suficiente para que o beneficiário possa ser identificado pela fotografia.

§ 3º Não será realizada a comprovação de vida de aposentados e pensionistas que comparecerem ao TIMBOPREV sem a documentação ou de forma diferente da estabelecida nesta resolução.



Art. 4º O Atestado De Vida deverá ser realizado pessoalmente pelo aposentado ou pensionista, mediante assinatura da declaração, observadas as demais condições estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º No caso de beneficiário curatelado ou de pensionista menor de 18 anos o Atestado de Vida será feito por meio de seu Representante Legal, devidamente identificado, mediante a apresentação do respectivo documento de Curatela, Guarda ou Tutela e do documento de identidade do curatelado ou do menor, ou da Certidão de Nascimento, atualizada, expedida em prazo não superior a 30 dias.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior o Representante Legal deverá assinar o Termo de Responsabilidade (modelo ANEXO II), ocasião em que se comprometerá, sob as penas da lei, em comunicar ao TIMBOPREV o óbito do beneficiário ou qualquer evento que cesse sua condição de Representante, no período de até 30 dias contados do fato.

§ 3º Na impossibilidade de comparecimento ao TIMBOPREV, o Atestado de Vida poderá ser efetuado por Declaração Pública em cartório, que conste o comparecimento do Curatelado e/ou do menor no tabelionato, juntamente com seu Representante Legal, para fins de comprovação de vida junto ao TIMBOPREV.

a) A Declaração Pública, o Termo de Responsabilidade preenchidos e assinados, juntamente com a cópia (frente e verso) autenticada do documento de identidade do pensionista (curatelado e/ou do menor) e do Representante Legal, deverão ser enviadas ao TIMBOPREV.

Art. 5º Quando, comprovadamente, o beneficiário estiver em situação de enfermidade e impossibilitado de comparecer pessoalmente para realizar a comprovação de vida, poderá solicitar expressamente e mediante apresentação de atestado médico, visita domiciliar, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do mês determinado para a entrega do Atestado de Vida, cuja data de realização será agenda-da pelo TIMBOPREV.

§ 1º O beneficiário somente poderá solicitar a visita domiciliar quando estiver com problemas graves de saúde, situação que deverá ser comprovada através de atestado médico atualizado, expedido para este fim, com identificação legível do médico e residir no Município de Timbó ou cidades vizinhas.

§ 2º A solicitação expressa deverá conter o local para realização da visita domiciliar e telefones para contato.

Art. 6º O aposentado ou pensionista com residência em outra Região, Estado ou País, poderá apresentar o Atestado de Vida, por declaração com firma reconhecida por autenticidade em cartório (modelo ANEXO I) e remete-lo ao TIMBOPREV, juntamente com cópia (frente e verso) autenticada do documento de identidade.

Art. 7º O beneficiário aposentado ou pensionista que, até o final do mês de seu aniversário não realizar a comprovação de vida, terá o pagamento dos benefícios suspenso, a partir do mês subsequente ao previsto para a entrega.

Parágrafo único. Após a suspensão do pagamento, os benefícios somente serão liberados mediante a realização do Atestado de Vida, na forma prevista nesta Resolução, ou serão cessados, observadas as condições estabelecidas na Lei 411/2011.

Art. 8º O TIMBOPREV poderá requisitar informações complementares e/ou realizar diligências necessária, bem como visita domiciliar para verificação e constatação das informações apresentadas na declaração do Atestado de Vida.

Parágrafo único - Os formulários que apresentarem erros de preenchimento, omissão de informações ou registros que não conferem com o cadastro atualizado do beneficiário, deverão ser regularizados em até 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação feita pelo TIMBOPREV, sob pena de o titular ter seu benefício suspenso.

Art. 9º - O TIMBOPREV efetuará o controle e a gestão de todo o procedimento do Atestado de Vida, dirimindo dúvidas e analisando os casos omissos.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS DESTA RESOLUÇÃO:

ANEXO I – Modelo de Declaração Atestado de Vida

ANEXO II - Modelo do Termo de Responsabilidade

Timbó, 08 de dezembro de 2016.

Osmair de Castilho

Ruben Parno

Carla T. R. Geisler

Eduardo Espindola

Renato Carlos Brandes ANEXO I – Modelo de Declaração Atestado de Vida

#### DECLARAÇÃO DO ATESTADO DE VIDA

Declaro que tenho conhecimento da obrigatoriedade de fazer a declaração do ATESTADO DE VIDA anualmente junto ao TIMBOPREV como requisito para a continuidade do recebimento do benefício de \_\_\_\_\_ pago pela Autarquia

Previdenciária Municipal.

Informo ainda que não tenho condições de comparecer pessoalmente ao TIMBOPREV no período estabelecido, e para tanto apresento ATESTADO DE VIDA conforme informações abaixo:

Nome completo do beneficiário: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Endereço do beneficiário: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Nome do Responsável Legal: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

E-mail (se possuir) \_\_\_\_\_

Local, data: \_\_\_\_\_

Assinatura do beneficiário

PARA CARTÓRIO: reconhecimento de firma somente POR AUTENTICIDADE.

Lembrete: enviar juntamente com esta declaração a cópia autenticada do documento de identidade.

ANEXO II – Modelo do Termo de Responsabilidade

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

\_\_\_\_\_ na qualidade de ( ) Representante Legal ( ) Procurador do(a) aposentado(a) ou pensionista (nome do beneficiário)

\_\_\_\_\_, conforme instrumento legal incluso, pelo presente Termo de Responsabilidade comprometo-me a comunicar ao TIMBOPREV o óbito do aposentado/pensionista, no prazo de 30 (trinta) dias contados do fato, mediante a apresentação da respectiva certidão.

Se procurador, comprometo-me, ainda, a comunicar ao TIMBOPREV, no mesmo prazo, qualquer outro evento que possa anular a procuração apresentada nesta data.

Estou ciente que o descumprimento do compromisso ora assumido,

além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á à responsabilização penal.

Local, data: \_\_\_\_\_

Representante Legal ou Procurador

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 15 2016  
SAMAE - AQUISIÇÃO DE COPOS PLÁSTICOS, LACRES  
E CAIXAS**

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto  
- SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de copos plásticos, lacres e caixas para acondicionamento de água tratada do SAMAE destinados à distribuição gratuita em eventos públicos.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ADL Comercial Eireli Epp; Danna Comercial Eireli Me e Ricarl Distribuidora Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 30.811,00 (trinta mil oitocentos e onze reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2017

Timbó, 16/12/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 97 2016  
PMT - AQUISIÇÃO DE OMBRELONES, CADEIRAS E  
MESAS PLÁSTICAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de ombrelones, cadeiras plásticas e mesas plásticas destinadas à utilização/manutenção e revitalização da área externa do Pavilhão de Eventos Henry Paul.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Coml. Vitoria Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.455,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2017

Timbó, 16/12/2016

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE  
REGISTRO - 88.2016 AUTO POSTO DAS NAÇÕES**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 88/2016  
PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Auto Posto das Nações Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 01 (gasolina comum - para abastecimento/manutenção de máquinas e equipamentos), que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser R\$ 3,518.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração



**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 37/2016**

Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização

Projeto de Lei nº 37/16 – Altera a Lei nº 1375/92 e cria o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e dá outras providências.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Waldemar Gebauer

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei nº 1375/92 e criar o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e dá outras providências. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 16 de dezembro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia, a presente Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

O respectivo Projeto tem como objeto criar o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Município de Timbó, que atenderá aos municípios de nossa microrregião. Ao se analisar a proposição em questão, constata-se que a mesma visa à reestruturação da administração pública municipal o que, a princípio, não irá gerar impacto financeiro ao município que já não esteja sendo suportado nas demais adequações propostas. Deste modo, a tramitação da matéria no plenário, dispensa o atendimento aos requisitos previstos da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, inciso II do art. 16, art. 19, alínea "b" do inciso III do art. 20 e §2º do art. 17 do mesmo diploma legal. Cabe ressaltar que, eventuais alterações nas leis orçamentárias que digam respeito aos órgãos e fundos ora mencionados deverão ser objeto de projeto de lei específico para tanto. Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, esta Comissão em análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para sua tramitação.

**III - CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 37/2016.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Marcelo Luiz Ferrari  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2016  
Marcelo Luiz Ferrari  
Presidente

Waldemar Gebauer

Relator

John Adriano Schwartz  
Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 39/2016**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei n.º 39/2016 – Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Waldemar Gebauer

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objetivo alterar a Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013 - que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017, com o intuito de adequar a legislação orçamentária à realidade. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 15 de dezembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 16 de dezembro em Sessão Extraordinária. No mesmo dia essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria ora em comento está de acordo com as Leis n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e n.º 101/2000, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, vislumbrando-se, desta feita, que a proposição se apresenta corretamente proposta.

**III) CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Marcelo Luiz Ferrari  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2016.  
Marcelo Luiz Ferrari  
Presidente

Waldemar Gebauer  
Relator

John Adriano Schwartz  
Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 40/2016**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 40/2016 – Altera a nº 2798, de 22 de outubro de 2015, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2016.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.  
Relator: Vereador Waldemar Gebauer

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2016.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 15 de dezembro tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 16 de dezembro em sessão extraordinária. No mesmo dia a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

Verifica-se que o presente projeto atende aos preceitos legais da Lei Federal n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atende o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal, sendo pertinente, portanto sua aprovação.

**III) CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.  
Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Marcelo Luiz Ferrari  
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2016.  
Marcelo Luiz Ferrari  
Presidente

Waldemar Gebauer  
Relator

John Adriano Schwartz  
Membro

**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI N.º 37/2016**

COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei n.º 37/16 – Altera a Lei nº 1375/92 e cria o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e dá outras providências.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Rubens Borchardt.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei nº 1375/92 e criar o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e dá outras providências. Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 12 de dezembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 16 de dezembro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No mesmo dia, a presente Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

O respectivo Projeto tem como objeto criar o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Município de Timbó, que atenderá aos municípios de nossa microrregião. Pelo que se retira da exposição de motivos, se faz necessário a implantação de uma casa para acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes em situação de risco no Município de Timbó em atendimento em pareceria com os demais municípios que fazem parte da Comarca de Timbó, uma vez que este assunto já debatido e acordado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para viabilizar a aplicação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, visando atender a uma solicitação do Ministério Público, perfeitamente possível o pretendido pelo autor da proposição.

Sendo assim, em respeito às atribuições técnicas do Poder Executivo e em atendimento à atribuição de fiscalização do Poder Legislativo, este Relator ante a análise do acima exposto, verifica a legitimidade do presente para a sua aprovação.

**III- CONCLUSÃO  
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 37/2016.  
Este é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Jorge Augusto Krüger  
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2016  
Jorge Augusto Krüger  
Presidente

Rubens Borchardt  
Relator

Fabricio Dalcastagné  
Membro

# Três Barras

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 716 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 716 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, MARCOS ANTONIO VEIGA, matrícula 10715.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 717 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 717 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, MAURICIO DE PAULA, matrícula 158771.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 718 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 718 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, PEDRO ABEL

DOS SANTOS VEIGA, matrícula 141879.03, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 719 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 719 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, PEDRO GILSON DE MELO, matrícula 100013.06, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 720 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 720 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, ROBERTO REZENDE, matrícula 82953.12, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de

2016.  
ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 721 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 721 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SANDRA REGINA DOS SANTOS CAVALHEIRO, matrícula 83003.06, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 722 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 722 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VERONICA WENGRZYNOVSKI ADRIANO, matrícula 77577.07, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 723 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 723 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, VIVIANE STREIT, matrícula 666378.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE ESCOLA- PC 08. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 724 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 724 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor RAFAEL VEIGA, matrícula 168130.05, para exercer suas funções no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Assistência Social deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de novembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 725 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 725 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor ALECSANDRO DE OLIVEIRA, matrícula 670634.01, para exercer suas funções no cargo de ASSESSOR – PC 08, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.



WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 726 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 726 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

AUTORIZA o pagamento ao servidor inativo IRINEU JASCUF, Assistente Administrativo, 40hrs – lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$2.702,50 (dois mil, setecentos e dois reais e cinquenta centavos), a título de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 984 de novembro de 2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 727 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 727 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR, o senhor SANDRO MARCOS CORREA, matrícula 121150.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIA DE CMEI – PC 08. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 728 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 728 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

INTERROMPER o gozo de férias da servidora ISABEL MASSANEIRO

LOURENÇO, matrícula 1147.00, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de pessoal efetivo desta prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias que se trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 18/11/2013 a 17/11/2014, cujo gozo teve início 01/12/2016.

O saldo de férias devido ao servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da Lei Complementar nº 138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 729 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 729 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR [a pedido], o senhor CENIR DE LIMA IRIAS, matrícula 665568.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de INTENDENTE ADJUNTO– PC 05. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 730 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 730 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, VILMAR MUNHOES, matrícula 174262.01, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 731 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 731 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], a senhora GEGLIOLA APARECIDA TRISNOSKI MARTINS, matrícula 662100.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO-PC 05. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 05 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 733 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 733 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], a senhora ROSELI PIRES DE CAMPOS, matrícula 128589-04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR-PC 08. Lotada na Secretaria de Urbanismo e Limpeza deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 734 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 734 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias da servidora SIOMARA MUHLMANN CORREA, matrícula 6327.00, cargo de GESTOR, do quadro de pessoal efetivo desta prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput

do art. 72 da Lei Complementar nº 138 de 08 de outubro de 2010. O gozo de férias que se trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 05/04/2011 a 04/04/2012, cujo gozo teve início 05/12/2016.

O saldo de férias devido ao servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da Lei Complementar nº 138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 736 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 736 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor IRINEU JASCUF, matrícula 4103.02, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO ADJUNTO - PC 05, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Agricultura deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 737 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 737 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, JESICA SUZANA MARCONDES RODECZ SCHIESSL, matrícula 128082.02, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de dezembro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 738 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 738 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido], a senhora MARIZETE APARECIDA GAULOSKI MAZAROVICZ, matrícula 3107.19, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR DE CMEI- PC 07. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 739 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 739 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor SALVADOR DE MAIO NETO, matrícula 4146.11, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ADVOGADO – PC 02. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 740 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 740 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor RODRIGO SUITCK ZALEUSKI, matrícula 181285.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ADVOGADO – PC 02. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 741 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 741 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor SILVANO SILVERO DA SILVA, matrícula 166340.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR GABINETE – PC 07. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 742 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 742 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor CLAUDIO ROBERTO HOPPE, matrícula 138193.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO – PC 03. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 743 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 743 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:



EXONERAR, o senhor DANIEL DA CRUZ JUNIOR, matrícula 168769.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL- PC 03. Lotado no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 744 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 744 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS WEINFURTER, matrícula 110027.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ADVOGADO- PC 02. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 745 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 745 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor VALDIR VALDEMIRO VOGEL, matrícula 10570.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Urbanismo e Limpeza deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 746 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 746 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor DANIEL DA CRUZ, matrícula 8966.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETÁRIO – PC 01, e retornando ao seu cargo efetivo de Conductor de Veículos e Máquinas. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 747 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 747 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor DOLIZETE CELESTINO CARLOS DE MARIA, matrícula 5282.06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 748 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 748 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor GERSON DA SILVA OLCHA, matrícula 4065.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 749 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 749 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora LUCIANE TOMCZYK, matrícula 178187.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 750 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 750 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor NILSON JOSÉ DE SOUSA, matrícula 669970.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de COORDENADOR EXECUTIVO PROCON – PC 06. Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 751 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 751 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor MARCIO ALVES, matrícula 113794.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de

SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 752 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 752 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor SILVIO ZANA, matrícula 173493.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 753 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 753 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor LUIZ CEZAR PACHECO, matrícula 154326.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Finanças deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 754 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 754 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor CELSO DA CRUZ, matrícula 176389.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotado na Secretaria de Finanças deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 755 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 755 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARTA DE LOURDES ANDRADE VIEIRA, matrícula 113913.13, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Finanças deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 756 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 756 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ANA JESSICA RIBEIRO BAIK, matrícula 134066.06, cargo de Professor, 100:00 horas mensais, quadro de funcionários em estágio probatório desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade. A contar o atestado de 05/12/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 757 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 757 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor PAULO ROBERTO SCHERER, matrícula 86827.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01, e retornando ao seu cargo efetivo de Motorista. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 758 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 758 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor RILDO VOIGT, matrícula 43362.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de INTENDENTE DISTRITAL – PC 01. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 759 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 759 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora LEONY MIZVA PEREIRA, matrícula 81116.03, cargo de Agente comunitário de Saúde, 200:00 horas

mensais, quadro de funcionários do Emprego Público desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Saúde, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 05/12/2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 760 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 760 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor OSMAR PEDRO BARBOZA, matrícula 123692.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 761 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 761 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor NORBERTO MARROS JUNIOR, matrícula 7382.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 762 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 762 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor LUIZ SERGIO BECKER DOS SANTOS JUNIOR, matrícula 667994.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Intendência Distrital deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 763 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 763 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora JOELMA PAZDA, matrícula 113255.07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 764 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 764 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor WILLIAM GERSON NAYZER, matrícula 4030.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE



Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 766 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 766 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA, matrícula 10057.16, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 767 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 767 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor JAIR CESAR DE FREITAS PADILHA, matrícula 73725.03, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 768 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 768 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora SONIA CORREA, matrícula 189472.02, do

quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 769 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 769 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora MARIA MASSANEIRO NOVITZKI, matrícula 83585.12, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 770 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 770 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor MARCELO ALVES DOS ANJOS, matrícula 177865.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

**PORTARIA Nº. 771 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 771 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor RUIREI RENE WENGRZYNOVSKI, matrícula 669776.01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 772 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 772 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIRO, matrícula 3646.25, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 773 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 773 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora DILA DO ROCIO BENJAMIM, matrícula 92533.05, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR – PC 08. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 774 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 774 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, o senhor MARCIO ADELIO EBLE, matrícula 7515.17, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO – PC 01. Lotado na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 775 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 775 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, a senhora ROSILENE DOS PASSOS IURKIV, matrícula 103926.04, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO ADJUNTO – PC 05. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

**PORTARIA Nº. 776 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 776 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR, o senhor ODAIR JOSE KRSYSCYK, matrícula 667790.02, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### Decreto 123/2016

DECRETO 123/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

"RETIFICA O DECRETO 121/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL 07/2016 PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS DE CATEGORIAS FUNCIONAIS CONSTANTES NOS QUADROS DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E PARA A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO ANO LETIVO DE 2017."

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

#### DECRETA:

Art. 1º - Retifica o Decreto 121/2016 de 15 de dezembro de 2016, Anexo Único, tabelas de Professores de Anos Iniciais, Professores de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil (Período de Férias) e Professores de Educação Física, que homologa a classificação final ao Processo Seletivo 07/2016 para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2017, conforme nominata em anexo descrito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária Municipal de Educação e Esporte

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Praça Arthur Siewerdt, 01 - CEP 89176-000

CNPJ 83.102.731/0001-75

Fone/Fax (47) 3544-0271

#### ANEXO ÚNICO

##### AUXILIAR DE SALA

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                            | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT    | TS   | NF   |
|---------|-----------|--------------------------------------|--------------|------|------|------|------|-------|------|------|
| 1       | 479000    | Silvana Jordina Goedert De Souza     | 21/12/1987   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 10,00 | 0,00 | 6,76 |
| 2       | 480887    | Nilza Luzia Lemos Da Cruz Gazaniga   | 19/07/1982   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 8,85  | 0,50 | 6,58 |
| 3       | 475316    | Maria Rosilde Ramos Da Cunha Silva   | 01/09/1971   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 5,85  | 0,00 | 6,49 |
| 4       | 488507    | Jucelia Dos Santos Da Silva          | 29/06/1971   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 10,00 | 0,00 | 6,48 |
| 5       | 478979    | Janelize Oliveira Pereira Da Silva   | 26/05/1993   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 | 8,00  | 0,00 | 6,08 |
| 6       | 491055    | Andresa Da Silva Prada               | 09/09/1980   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 | 3,00  | 0,00 | 5,92 |
| 7       | 486757    | Silvana Aparecida Uessler            | 31/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 3,60 | 5,60 | 10,00 | 0,00 | 5,92 |
| 8       | 491991    | Marcondes Silveira De Souza Carvalho | 05/01/1977   | 0,80 | 1,20 | 4,40 | 6,40 | 6,00  | 1,50 | 5,83 |
| 9       | 491784    | Rosangela Dias De Quadra             | 16/02/1977   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 5,60  | 1,50 | 5,75 |
| 10      | 490937    | Lais Hübner                          | 17/07/1995   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 3,00  | 0,00 | 5,64 |
| 11      | 483064    | Gessi De Fatima Triunlina Toassi     | 27/03/1972   | 0,80 | 1,20 | 3,20 | 5,20 | 10,00 | 0,00 | 5,64 |
| 12      | 482576    | Cristiane Mariano Schulz Dimas       | 09/05/1988   | 1,20 | 1,20 | 5,20 | 7,60 | 1,30  | 0,00 | 5,58 |
| 13      | 479589    | Gessi Luana Koglin                   | 05/08/1992   | 1,20 | 1,20 | 5,20 | 7,60 | 1,00  | 0,50 | 5,57 |
| 14      | 482655    | Gislaine Schwambach Navarro Lins     | 07/02/1983   | 0,80 | 0,80 | 3,20 | 4,80 | 10,00 | 0,00 | 5,36 |
| 15      | 476124    | Bruna Moraes Bilk                    | 03/05/1997   | 0,80 | 1,60 | 4,80 | 7,20 | 1,00  | 0,00 | 5,24 |
| 16      | 476817    | Jessica Patricia Alves               | 15/06/1998   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 0,50  | 0,00 | 5,14 |
| 17      | 476024    | Lucimara Vieira                      | 29/01/1981   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 3,00  | 0,00 | 5,08 |

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                             | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT    | TS   | NF   |
|---------|-----------|---------------------------------------|--------------|------|------|------|------|-------|------|------|
| 18      | 487090    | Elida Glauciane Andrade               | 27/11/1989   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 1,00  | 0,00 | 4,96 |
| 19      | 475955    | Patricia Marcirio                     | 24/08/1991   | 0,40 | 0,80 | 4,00 | 5,20 | 6,00  | 0,50 | 4,89 |
| 20      | 481768    | Francieli Aparecida Lorencini Pereira | 03/01/1985   | 1,20 | 0,80 | 3,60 | 5,60 | 4,00  | 1,00 | 4,82 |
| 21      | 481270    | Marcio De Souza                       | 12/04/1989   | 0,40 | 1,60 | 3,20 | 5,20 | 4,00  | 2,50 | 4,69 |
| 22      | 475949    | Jaqueline Büchling                    | 16/04/1987   | 0,80 | 1,20 | 3,60 | 5,60 | 2,90  | 0,50 | 4,55 |
| 23      | 488503    | Sueli Dos Santos                      | 28/07/1958   | 0,40 | 0,80 | 2,40 | 3,60 | 10,00 | 0,00 | 4,52 |
| 24      | 478325    | Cleusa Schmueller                     | 10/02/1974   | 1,20 | 0,40 | 4,40 | 6,00 | 1,00  | 0,00 | 4,40 |
| 25      | 475512    | Greice Caroline Nunes                 | 09/12/1997   | 1,60 | 0,40 | 4,00 | 6,00 | 1,00  | 0,00 | 4,40 |
| 26      | 481646    | Regiane Dalmolin Waltrick             | 27/01/1995   | 0,80 | 1,60 | 3,20 | 5,60 | 2,00  | 0,00 | 4,32 |
| 27      | 478010    | Deize Dal Pra May                     | 18/03/1995   | 1,20 | 0,80 | 3,20 | 5,20 | 3,00  | 0,00 | 4,24 |
| 28      | 476761    | Patricia Renata Bez                   | 01/06/1995   | 0,80 | 0,80 | 4,00 | 5,60 | 1,00  | 0,00 | 4,12 |
| 29      | 484619    | Nadia Skoula                          | 09/10/1992   | 0,80 | 0,40 | 3,60 | 4,80 | 1,00  | 0,00 | 3,56 |
| 30      | 492590    | Victor Da Silva Da Luz                | 13/12/1985   | 1,20 | 0,80 | 2,80 | 4,80 | 1,00  | 0,00 | 3,56 |
| 31      | 475925    | Marina Guckert                        | 03/05/1990   | 1,20 | 0,40 | 2,80 | 4,40 | 1,56  | 0,00 | 3,39 |
| 32      | 496107    | Dilma Correa                          | 07/02/1954   | 0,40 | 1,20 | 2,00 | 3,60 | 4,00  | 0,00 | 3,32 |
| 33      | 481655    | Karieli Rahn                          | 01/12/1996   | 0,80 | 0,40 | 2,80 | 4,00 | 1,00  | 0,00 | 3,00 |
| 34      | 478730    | Daiani Da Veiga                       | 19/12/1990   | 0,40 | 0,40 | 2,80 | 3,60 | 1,00  | 0,50 | 2,77 |
| 35      | 485920    | Patricia Mulher Kalbusch              | 01/10/1975   | 1,20 | 0,00 | 2,00 | 3,20 | 1,00  | 0,00 | 2,44 |

## AUXILIAR DE SALA SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                          | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|------------------------------------|--------------|------|------|------|------|
| 479021    | Marina Pesenti                     | 17/09/1993   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 |
| 492455    | Ida Carolina Rothbarth Decker      | 22/01/1982   | 1,60 | 1,60 | 4,00 | 7,20 |
| 491642    | Daiane Ribeiro Bueno               | 02/10/1989   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 |
| 496385    | Josiane Bernarda Guerra            | 28/12/1986   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 |
| 476813    | Karen Reuss                        | 26/08/1998   | 0,80 | 1,60 | 3,20 | 5,60 |
| 495173    | Rosane Rusch                       | 12/07/1973   | 0,40 | 1,20 | 4,00 | 5,60 |
| 487882    | Ane Ketlin De Castilhos Apolinario | 05/10/1998   | 0,80 | 1,20 | 2,80 | 4,80 |
| 486889    | Flavia Roberta Dias                | 05/09/1984   | 1,20 | 1,20 | 2,00 | 4,40 |
| 485340    | Jerusa Dos Santos                  | 25/12/1999   | 0,80 | 0,40 | 3,20 | 4,40 |
| 494714    | Andrea Pilar                       | 05/01/1992   | 0,80 | 0,00 | 2,00 | 2,80 |

## AUXILIAR DE SALA / AUSENTES

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                  | DATA DE NASC |
|-----------|----------------------------|--------------|
| 478758    | Alionir Zoboli Samagaia    | 23/09/1962   |
| 493363    | Cleide Martins             | 23/08/1987   |
| 494568    | Diandra Momm Schmidt       | 22/01/1991   |
| 481942    | Guilherme Justino Da Silva | 23/12/1998   |
| 492699    | Jucilaine Oliveira Scotti  | 02/10/1995   |
| 491329    | Thaiane Da Silva           | 08/05/1997   |
| 478833    | Viviane Regina Eidt        | 06/03/1989   |

## MERENDEIRA/FAXINEIRA

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | TS   | NF   |
|---------|-----------|--------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 481404    | Eliane Ella Kruger       | 07/11/1974   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 3,00 | 6,04 |
| 2       | 478692    | Elfi Eliane Voigt Koglin | 03/04/1967   | 1,20 | 1,60 | 4,40 | 7,20 | 0,00 | 5,76 |
| 3       | 481345    | Cristiani Gomes          | 02/02/1990   | 0,40 | 0,40 | 5,20 | 6,00 | 0,00 | 4,80 |
| 4       | 477229    | Camila Velho Dos Santos  | 27/09/1989   | 1,20 | 0,80 | 3,60 | 5,60 | 0,00 | 4,48 |
| 5       | 475460    | Chalana Santiago         | 24/03/1986   | 0,40 | 1,20 | 3,60 | 5,20 | 1,50 | 4,46 |
| 6       | 478750    | Simone Da Silveira       | 29/08/1980   | 0,80 | 0,40 | 4,00 | 5,20 | 0,00 | 4,16 |

|   |        |                               |            |      |      |      |      |      |      |
|---|--------|-------------------------------|------------|------|------|------|------|------|------|
| 7 | 488239 | Andreia Regina May Dos Santos | 29/01/1977 | 1,20 | 0,80 | 2,40 | 4,40 | 0,00 | 3,52 |
|---|--------|-------------------------------|------------|------|------|------|------|------|------|

## MERENDEIRA/FAXINEIRA SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO            | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|----------------------|--------------|------|------|------|------|
| 478664    | Maria Cristina Stein | 10/09/1981   | 1,60 | 1,20 | 4,80 | 7,60 |
|           |                      |              |      |      |      |      |

## MERENDEIRA/FAXINEIRA / AUSENTES

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                | DATA DE NASC |
|-----------|--------------------------|--------------|
| 476261    | Daiane Dias              | 21/01/1983   |
| 483478    | Helena Bastos Pereira    | 28/04/1967   |
| 480609    | Lucimara Bilk Kroenke    | 20/07/1985   |
| 492230    | Mara Tais Correia Moraes | 21/09/1992   |
| 481006    | Nilza Ribeiro Gomes      | 26/07/1969   |
| 492512    | Sandra Angela Henz       | 24/11/1964   |
| 475412    | Zilda Maria Da Luz       | 28/08/1965   |

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                               | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 493915    | Carla Rosane HennTholl                  | 03/08/1973   | 2,00 | 1,20 | 5,60 | 8,80 | 8,00 | 1,50 | 7,91 |
| 2       | 493319    | Schirley Marileia Bell                  | 24/11/1961   | 2,00 | 2,00 | 4,80 | 8,80 | 6,50 | 3,50 | 7,81 |
| 3       | 495149    | Luciane Gambeta Passig                  | 26/03/1978   | 2,00 | 0,80 | 5,60 | 8,40 | 8,00 | 2,00 | 7,68 |
| 4       | 485900    | Roberta Joelma Lofhagen                 | 14/06/1983   | 1,60 | 2,00 | 4,80 | 8,40 | 6,00 | 1,50 | 7,23 |
| 5       | 493683    | Josiane Venancio                        | 10/02/1988   | 1,60 | 1,20 | 4,80 | 7,60 | 8,00 | 2,00 | 7,12 |
| 6       | 476754    | Sabrina Iolanda Jeremias Kolm           | 07/08/1993   | 1,20 | 1,20 | 5,20 | 7,60 | 8,00 | 1,50 | 7,07 |
| 7       | 488650    | Marines Steuck                          | 11/02/1974   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 8,00 | 1,00 | 7,02 |
| 8       | 479002    | Silvana Jordina Goedert De Souza        | 21/12/1987   | 1,20 | 1,60 | 4,80 | 7,60 | 6,00 | 3,50 | 6,87 |
| 9       | 475714    | Taina Küster                            | 27/01/1993   | 0,80 | 0,80 | 6,00 | 7,60 | 6,00 | 1,50 | 6,67 |
| 10      | 486954    | Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos | 08/11/1987   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 8,00 | 3,00 | 6,66 |
| 11      | 494027    | Juliete Noihaus                         | 23/05/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 6,00 | 1,00 | 6,34 |
| 12      | 490949    | Aline Da Silva                          | 02/10/1990   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 5,96 | 2,00 | 6,15 |
| 13      | 495283    | Tatiana Da Silva Zwicker                | 12/06/1984   | 0,80 | 0,00 | 5,20 | 6,00 | 8,00 | 3,00 | 6,10 |
| 14      | 491824    | Elqui Grahl                             | 18/10/1985   | 1,60 | 1,20 | 4,00 | 6,80 | 6,00 | 1,00 | 6,06 |
| 15      | 493746    | Rosiani De Lourenzi                     | 28/11/1989   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 5,18 | 2,00 | 6,00 |
| 16      | 492653    | Regiane Neumannn                        | 25/10/1982   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 6,00 | 0,00 | 5,96 |
| 17      | 491755    | Soeli Pires                             | 01/08/1970   | 1,60 | 1,60 | 3,20 | 6,40 | 6,00 | 1,50 | 5,83 |
| 18      | 477332    | Sueli Schvambach                        | 24/06/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,00 | 6,40 | 6,00 | 1,00 | 5,78 |
| 19      | 475664    | Daiane De Souza Machado                 | 03/09/1985   | 0,40 | 1,20 | 4,80 | 6,40 | 4,00 | 1,00 | 5,38 |
| 20      | 480309    | Rosemery Eger Cachoeira                 | 29/08/1967   | 1,20 | 0,40 | 2,40 | 4,00 | 6,00 | 1,50 | 4,15 |

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                       | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 475323    | Juliana Pintarelli Avi          | 25/03/1987   | 1,60 | 2,00 | 5,60 | 9,20 | 2,20 | 0,00 | 6,88 |
| 2       | 475348    | CarlaneGoede                    | 21/02/1979   | 1,60 | 2,00 | 4,80 | 8,40 | 3,40 | 0,00 | 6,56 |
| 3       | 482295    | Cristiane Valente Fuck          | 06/07/1986   | 1,20 | 1,60 | 5,60 | 8,40 | 3,00 | 0,50 | 6,53 |
| 4       | 494330    | Crislaini Carla Valente Fuck    | 03/07/1989   | 1,60 | 1,20 | 5,20 | 8,00 | 3,60 | 0,00 | 6,32 |
| 5       | 494220    | Diuvana Dilmara Boll            | 13/09/1982   | 0,80 | 0,40 | 4,80 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | 5,60 |
| 6       | 491032    | Ana Paula Bini                  | 22/12/1993   | 0,40 | 0,80 | 5,20 | 6,40 | 3,40 | 0,50 | 5,21 |
| 7       | 475335    | Patricia Francisconi Walzburger | 06/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 3,60 | 0,00 | 5,20 |
| 8       | 477614    | Karina Rodrigues                | 21/03/1987   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 2,00 | 0,00 | 5,16 |
| 9       | 480002    | Alexandre De Souza              | 01/05/1991   | 1,20 | 1,20 | 4,40 | 6,80 | 0,20 | 3,00 | 5,10 |
| 10      | 475956    | Patricia Marcirio               | 24/08/1991   | 0,40 | 0,80 | 4,40 | 5,60 | 4,00 | 0,50 | 4,77 |
| 11      | 495664    | Luana Cristina Polini Andrade   | 16/09/1997   | 0,80 | 0,00 | 4,40 | 5,20 | 2,20 | 0,00 | 4,08 |
| 12      | 491056    | Andresa Da Silva Prada          | 09/09/1980   | 1,60 | 0,00 | 2,00 | 3,60 | 2,20 | 0,00 | 2,96 |
|         |           |                                 |              |      |      |      |      |      |      |      |

## PROFESSOR ANOS INICIAIS / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|--|--------------|------|------|------|------|
| 496386    | Josiane Bernarda Guerra                | 28/12/1986   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 |
| 478086    | Franciele Tabata Cristina Farias Silva | 28/05/1988   | 1,60 | 1,20 | 4,80 | 7,60 |
| 481529    | Scheila Hoisdaleck                     | 10/07/1983   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 |
| 493768    | Debora De Souza Klaumann               | 25/06/1982   | 0,80 | 0,40 | 4,00 | 5,20 |
| 495174    | Rosane Rusch                           | 12/07/1973   | 0,40 | 1,20 | 3,60 | 5,20 |
| 475517    | Patricia Alves                         | 10/06/1996   | 0,80 | 1,20 | 2,80 | 4,80 |
|           |  |              |      |      |      |      |

## PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                    | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 494953    | Bianca Schultz Kantovick     | 03/06/1980   | 1,60 | 1,60 | 4,40 | 7,60 | 3,00 | 5,50 | 6,47 |
| 2       | 476097    | Maria Marlete Bini Marcelino | 21/03/1963   | 1,60 | 1,20 | 5,20 | 8,00 | 2,04 | 0,00 | 6,01 |
|         |           |                              |              |      |      |      |      |      |      |      |

## PROFESSOR ARTES / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO            | DATA DE NASC |
|-----------|----------------------|--------------|
| 494569    | Diandra Momm Schmidt | 22/01/1991   |

## PROFESSOR CIÊNCIAS / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO     | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 493370    | Daiane Becker | 07/08/1982   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 | 4,16 | 1,50 | 5,46 |
|         |           |               |              |      |      |      |      |      |      |      |

## PROFESSOR CIÊNCIAS / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 477177    | Marcelo Goulart Souza  | 15/04/1987   | 1,20 | 2,00 | 5,60 | 8,80 | 0,44 | 0,00 | 6,25 |
| 2       | 478970    | Diogo De Oliveira Brod | 18/12/1977   | 1,20 | 2,00 | 3,20 | 6,40 | 2,20 | 1,00 | 5,02 |
| 3       | 477615    | Karina Rodrigues       | 21/03/1987   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 | 2,40 | 0,00 | 4,96 |
|         |           |                        |              |      |      |      |      |      |      |      |

## PROFESSOR CIÊNCIAS / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                   | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|-----------------------------|--------------|------|------|------|------|
| 491835    | Monique Brandes Da Silveira | 06/01/1986   | 1,20 | 2,00 | 4,80 | 8,00 |
| 486899    | Flavia Roberta Dias         | 05/09/1984   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 |
|           |                             |              |      |      |      |      |

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / HABILITADO**

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                       | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 486788    | Alexsandro Junior Venturi       | 01/06/1992   | 0,80 | 2,00 | 3,60 | 6,40 | 7,00 | 0,50 | 5,93 |
| 2       | 477139    | Nilvo Da Silva                  | 03/05/1974   | 0,80 | 0,40 | 4,40 | 5,60 | 8,00 | 3,50 | 5,87 |
| 3       | 493368    | Regiane Carolina Valente De Liz | 27/04/1995   | 1,60 | 0,40 | 5,20 | 7,20 | 4,00 | 0,00 | 5,84 |
| 4       | 493315    | Juliana Sebold                  | 18/08/1984   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 4,00 | 0,00 | 5,84 |

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / NÃO HABILITADO**

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 487521    | Kelvin Felaco          | 28/12/1992   | 1,20 | 0,40 | 4,80 | 6,40 | 0,80 | 2,00 | 4,84 |
| 2       | 492591    | Victor Da Silva Da Luz | 13/12/1985   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 0,20 | 0,00 | 4,80 |
| 3       | 494644    | Debora Heinz           | 26/10/1996   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 0,00 | 0,00 | 4,48 |
| 4       | 478822    | Vitor Henrique Kniess  | 06/04/1993   | 0,80 | 0,80 | 4,40 | 6,00 | 0,00 | 1,50 | 4,35 |
|         |           |                        |              |      |      |      |      |      |      |      |

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                 | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|---------------------------|--------------|------|------|------|------|
| 486798    | Rodrigo Cordeiro De Assis | 16/10/1990   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 |
|           |                           |              |      |      |      |      |

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / AUSENTES**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                  | DATA DE NASC |
|-----------|----------------------------|--------------|
| 491796    | Charles Stuepp             | 27/11/1985   |
| 479410    | Guilherme Justino Da Silva | 23/12/1998   |
|           |                            |              |

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO**

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                               | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 493684    | Josiane Venancio                        | 10/02/1988   | 1,60 | 1,20 | 5,20 | 8,00 | 8,00 | 2,00 | 7,40 |
| 2       | 485901    | Roberta Joelma Lofhagen                 | 14/06/1983   | 1,60 | 2,00 | 4,80 | 8,40 | 6,00 | 1,50 | 7,23 |
| 3       | 486955    | Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos | 08/11/1987   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 | 8,00 | 3,00 | 7,22 |
| 4       | 495150    | Luciane Gambeta Passig                  | 26/03/1978   | 2,00 | 0,80 | 4,80 | 7,60 | 8,00 | 2,00 | 7,12 |
| 5       | 492720    | Katia Regina Jeremias Krambeck          | 03/07/1972   | 1,20 | 1,60 | 4,80 | 7,60 | 8,00 | 1,50 | 7,07 |
| 6       | 492876    | Marlene Da Silva                        | 18/04/1980   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 | 8,00 | 0,00 | 6,92 |
| 7       | 476755    | Sabrina Iolanda Jeremias Kolm           | 07/08/1993   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 8,00 | 1,50 | 6,79 |
| 8       | 478946    | Katiani De Brito                        | 21/02/1986   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 6,00 | 2,00 | 6,72 |
| 9       | 491756    | Soeli Pires                             | 01/08/1970   | 1,60 | 1,60 | 4,40 | 7,60 | 6,00 | 1,50 | 6,67 |
| 10      | 494221    | Diuvana Dilmara Boll                    | 13/09/1982   | 0,80 | 0,40 | 5,60 | 6,80 | 6,00 | 6,00 | 6,56 |
| 11      | 487095    | Marines Steuck                          | 11/02/1974   | 0,80 | 1,60 | 4,40 | 6,80 | 8,00 | 1,00 | 6,46 |
| 12      | 495284    | Tatiana Da Silva Zwicker                | 12/06/1984   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 8,00 | 3,00 | 6,38 |
| 13      | 477333    | Sueli Schvambach                        | 24/06/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 6,00 | 1,00 | 6,34 |
| 14      | 485955    | Janete Rodrigues Cardoso Chirulli       | 04/02/1972   | 0,40 | 0,80 | 5,20 | 6,40 | 8,00 | 2,50 | 6,33 |
| 15      | 478129    | Rosemeri Dos Santos Fernandes           | 21/10/1981   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 4,20 | 1,50 | 6,31 |
| 16      | 493747    | Rosiani De Lourenzi                     | 28/11/1989   | 0,80 | 1,20 | 5,20 | 7,20 | 5,18 | 2,00 | 6,28 |
| 17      | 493522    | Leticia De Farias                       | 26/07/1993   | 0,80 | 1,20 | 5,20 | 7,20 | 6,00 | 0,00 | 6,24 |
| 18      | 493228    | Ariana Floriano                         | 07/11/1983   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 6,00 | 2,50 | 6,21 |
| 19      | 496005    | Inara Maria Cugnier                     | 12/01/1987   | 1,20 | 1,20 | 5,20 | 7,60 | 4,30 | 0,00 | 6,18 |
| 20      | 476783    | Eliane Dos Santos Souza                 | 22/02/1989   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 6,00 | 1,50 | 6,11 |
| 21      | 493281    | Taise Regina Barbosa                    | 26/08/1991   | 0,80 | 0,40 | 5,60 | 6,80 | 6,00 | 1,00 | 6,06 |

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                          | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 22      | 480888    | Nilza Luzia Lemos Da Cruz Gazaniga | 19/07/1982   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 4,85 | 0,50 | 6,06 |
| 23      | 494028    | Juliete Noihaus                    | 23/05/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,40 | 6,80 | 6,00 | 1,00 | 6,06 |
| 24      | 482656    | Gislaine Schwambach Navarro Lins   | 07/02/1983   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 6,00 | 3,00 | 5,98 |
| 25      | 493328    | Sandra Mara Matteussi              | 10/04/1975   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 6,00 | 2,00 | 5,88 |
| 26      | 490950    | Aline Da Silva                     | 02/10/1990   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 5,56 | 2,00 | 5,79 |
| 27      | 491825    | Elqui Grahl                        | 18/10/1985   | 1,60 | 1,20 | 3,60 | 6,40 | 6,00 | 1,00 | 5,78 |
| 28      | 494305    | Kelin Pereira                      | 20/02/1989   | 0,40 | 0,40 | 4,80 | 5,60 | 8,00 | 2,50 | 5,77 |
| 29      | 478980    | Janelize Oliveira Pereira Da Silva | 26/05/1993   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 | 6,00 | 0,00 | 5,68 |
| 30      | 491108    | Diuvana Correa                     | 05/12/1980   | 0,80 | 0,80 | 4,00 | 5,60 | 6,00 | 4,50 | 5,57 |
| 31      | 475715    | Taina Küster                       | 27/01/1993   | 0,40 | 0,80 | 4,80 | 6,00 | 6,00 | 1,50 | 5,55 |
| 32      | 478727    | Ana Paula Matteussi                | 02/03/1985   | 0,80 | 0,40 | 4,80 | 6,00 | 6,00 | 0,50 | 5,45 |
| 33      | 483042    | Gessi De Fatima TriunlinaToassi    | 27/03/1972   | 0,80 | 1,20 | 4,00 | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 5,40 |
| 34      | 491618    | Cristiane Niedrhaus Mugge          | 04/11/1984   | 0,40 | 0,80 | 4,40 | 5,60 | 6,00 | 1,00 | 5,22 |
| 35      | 481803    | Roseneide Aparecida De Moura       | 10/07/1978   | 1,20 | 1,20 | 3,20 | 5,60 | 6,00 | 0,50 | 5,17 |
| 36      | 475665    | Daiane De Souza Machado            | 03/09/1985   | 0,40 | 1,20 | 4,40 | 6,00 | 4,00 | 1,00 | 5,10 |
| 37      | 486758    | Silvana Aparecida Uessler          | 31/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 3,20 | 5,20 | 6,00 | 0,00 | 4,84 |
| 38      | 480310    | Rosemery Eger Cachoeira            | 29/08/1967   | 1,20 | 0,40 | 2,00 | 3,60 | 6,00 | 1,50 | 3,87 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                            | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|--------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 490938    | Lais Hübner                          | 17/07/1995   | 1,20 | 1,20 | 6,00 | 8,40 | 3,60 | 0,00 | 6,60 |
| 2       | 482296    | Cristiane Valente Fuck               | 06/07/1986   | 1,20 | 1,60 | 5,60 | 8,40 | 3,00 | 0,50 | 6,53 |
| 3       | 475349    | Carlane Goede                        | 21/02/1979   | 1,60 | 2,00 | 4,40 | 8,00 | 3,40 | 0,00 | 6,28 |
| 4       | 481615    | Catia Aline Sebold                   | 04/07/1990   | 0,80 | 2,00 | 5,20 | 8,00 | 3,00 | 0,00 | 6,20 |
| 5       | 475324    | Juliana Pintarelli Avi               | 25/03/1987   | 1,60 | 2,00 | 4,40 | 8,00 | 2,20 | 0,00 | 6,04 |
| 6       | 478011    | Deize Dal Pra May                    | 18/03/1995   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 3,60 | 0,50 | 5,81 |
| 7       | 475336    | Patricia Francisconi Walzburger      | 06/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 3,60 | 0,00 | 5,76 |
| 8       | 494331    | Crislaini Carla Valente Fuck         | 03/07/1989   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 3,60 | 0,00 | 5,76 |
| 9       | 477911    | Janete Alves                         | 22/05/1976   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 3,00 | 0,00 | 5,64 |
| 10      | 495512    | Gislaine Draprinchinski Rech         | 14/08/1991   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 3,20 | 1,50 | 5,55 |
| 11      | 488425    | Fabiana Hillmann Trentini            | 20/12/1988   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 3,00 | 1,50 | 5,51 |
| 12      | 476025    | Lucimara Vieira                      | 29/01/1981   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 2,20 | 0,00 | 5,48 |
| 13      | 493073    | Fabiana Da Silva Do Carmo            | 24/04/1995   | 0,80 | 1,20 | 4,40 | 6,40 | 3,40 | 1,50 | 5,31 |
| 14      | 495105    | Edelita Cardoso Barg                 | 25/02/1973   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 2,20 | 1,00 | 5,30 |
| 15      | 491785    | Rosangela Dias De Quadra             | 16/02/1977   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 2,60 | 0,00 | 5,28 |
| 16      | 484739    | Karine Regis Da Silva                | 11/06/1997   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 0,80 | 0,00 | 5,20 |
| 17      | 481271    | Marcio De Souza                      | 12/04/1989   | 0,40 | 1,60 | 4,80 | 6,80 | 1,00 | 0,00 | 4,96 |
| 18      | 475950    | Jaqueline Büchling                   | 16/04/1987   | 0,80 | 1,20 | 4,40 | 6,40 | 2,10 | 0,50 | 4,95 |
| 19      | 491033    | Ana Paula Bini                       | 22/12/1993   | 0,40 | 0,80 | 4,80 | 6,00 | 3,40 | 0,50 | 4,93 |
| 20      | 482529    | Luana Marcellos                      | 23/03/1997   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,80 | 0,00 | 4,92 |
| 21      | 492965    | Adriana Da Silva                     | 04/03/1988   | 1,60 | 0,80 | 4,00 | 6,40 | 2,20 | 0,00 | 4,92 |
| 22      | 476818    | Jessica Patricia Alves               | 15/06/1998   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,50 | 0,00 | 4,86 |
| 23      | 482577    | Cristiane Mariano Schulz Dimas       | 09/05/1988   | 1,20 | 1,20 | 4,40 | 6,80 | 0,50 | 0,00 | 4,86 |
| 24      | 475421    | Eliana Stahnke                       | 22/06/1984   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,20 | 0,00 | 4,80 |
| 25      | 491992    | Marcondes Silveira De Souza Carvalho | 05/01/1977   | 1,20 | 0,80 | 4,00 | 6,00 | 3,00 | 0,00 | 4,80 |



| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO               | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|-------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 26      | 494433    | Juliana Andiarra Maciel | 10/12/1996   | 1,20 | 0,40 | 4,40 | 6,00 | 2,20 | 0,50 | 4,69 |
| 27      | 494470    | Estefani Passing        | 17/06/1991   | 1,20 | 1,20 | 3,60 | 6,00 | 0,20 | 0,00 | 4,24 |
| 28      | 482429    | Giane Tillmann          | 14/12/1985   | 0,80 | 0,80 | 3,60 | 5,20 | 0,20 | 0,00 | 3,68 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|--|--------------|------|------|------|------|
| 478087    | Franciele Tabata Cristina Farias Silva | 28/05/1988   | 1,60 | 1,20 | 4,40 | 7,20 |
| 478518    | Crislaine Hamm                         | 23/03/1992   | 1,20 | 1,20 | 4,40 | 6,80 |
| 493769    | Debora De Souza Klaumann               | 25/06/1982   | 0,80 | 0,80 | 4,40 | 6,00 |
| 477140    | Nilvo Da Silva                         | 03/05/1974   | 0,80 | 0,40 | 4,80 | 6,00 |
| 494654    | Karina Brito                           | 08/09/1986   | 0,80 | 0,00 | 4,40 | 5,20 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                         | DATA DE NASC |
|-----------|-----------------------------------|--------------|
| 482530    | Magrid Nagel Martins              | 08/11/1969   |
| 488084    | Vanderleia Luzia Pinceger Batista | 22/05/1991   |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO (PERÍODO DE FÉRIAS)

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                               | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 493684    | Josiane Venancio                        | 10/02/1988   | 1,60 | 1,20 | 5,20 | 8,00 | 8,00 | 2,00 | 7,40 |
| 2       | 485901    | Roberta Joelma Lofhagen                 | 14/06/1983   | 1,60 | 2,00 | 4,80 | 8,40 | 6,00 | 1,50 | 7,23 |
| 3       | 486955    | Crisneide Policarpo Da Cunha Dos Santos | 08/11/1987   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 | 8,00 | 3,00 | 7,22 |
| 4       | 495150    | Luciane Gambeta Passig                  | 26/03/1978   | 2,00 | 0,80 | 4,80 | 7,60 | 8,00 | 2,00 | 7,12 |
| 5       | 492720    | Katia Regina Jeremias Krambeck          | 03/07/1972   | 1,20 | 1,60 | 4,80 | 7,60 | 8,00 | 1,50 | 7,07 |
| 6       | 492876    | Marlene Da Silva                        | 18/04/1980   | 0,80 | 1,20 | 5,60 | 7,60 | 8,00 | 0,00 | 6,92 |
| 7       | 476755    | Sabrina Iolanda Jeremias Kolm           | 07/08/1993   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 8,00 | 1,50 | 6,79 |
| 8       | 478946    | Katiani De Brito                        | 21/02/1986   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 6,00 | 2,00 | 6,72 |
| 9       | 491756    | Soeli Pires                             | 01/08/1970   | 1,60 | 1,60 | 4,40 | 7,60 | 6,00 | 1,50 | 6,67 |
| 10      | 494221    | Diuvana Dilmara Boll                    | 13/09/1982   | 0,80 | 0,40 | 5,60 | 6,80 | 6,00 | 6,00 | 6,56 |
| 11      | 487095    | Marines Steuck                          | 11/02/1974   | 0,80 | 1,60 | 4,40 | 6,80 | 8,00 | 1,00 | 6,46 |
| 12      | 495284    | Tatiana Da Silva Zwicker                | 12/06/1984   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 8,00 | 3,00 | 6,38 |
| 13      | 477333    | Sueli Schwambach                        | 24/06/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 6,00 | 1,00 | 6,34 |
| 14      | 485955    | Janete Rodrigues Cardoso Chirulli       | 04/02/1972   | 0,40 | 0,80 | 5,20 | 6,40 | 8,00 | 2,50 | 6,33 |
| 15      | 478129    | Rosemeri Dos Santos Fernandes           | 21/10/1981   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 4,20 | 1,50 | 6,31 |
| 16      | 493747    | Rosiani De Lourenzi                     | 28/11/1989   | 0,80 | 1,20 | 5,20 | 7,20 | 5,18 | 2,00 | 6,28 |
| 17      | 493522    | Leticia De Farias                       | 26/07/1993   | 0,80 | 1,20 | 5,20 | 7,20 | 6,00 | 0,00 | 6,24 |
| 18      | 493228    | Ariana Floriano                         | 07/11/1983   | 0,80 | 1,20 | 4,80 | 6,80 | 6,00 | 2,50 | 6,21 |
| 19      | 496005    | Inara Maria Cugnier                     | 12/01/1987   | 1,20 | 1,20 | 5,20 | 7,60 | 4,30 | 0,00 | 6,18 |
| 20      | 476783    | Eliane Dos Santos Souza                 | 22/02/1989   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 6,00 | 1,50 | 6,11 |
| 21      | 493281    | Taise Regina Barbosa                    | 26/08/1991   | 0,80 | 0,40 | 5,60 | 6,80 | 6,00 | 1,00 | 6,06 |
| 22      | 480888    | Nilza Luzia Lemos Da Cruz Gazaniga      | 19/07/1982   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 4,85 | 0,50 | 6,06 |
| 23      | 494028    | Juliete Noihaus                         | 23/05/1989   | 1,60 | 0,80 | 4,40 | 6,80 | 6,00 | 1,00 | 6,06 |
| 24      | 482656    | Gislaine Schwambach Navarro Lins        | 07/02/1983   | 1,20 | 0,80 | 4,40 | 6,40 | 6,00 | 3,00 | 5,98 |
| 25      | 493328    | Sandra Mara Matteussi                   | 10/04/1975   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 6,00 | 2,00 | 5,88 |
| 26      | 490950    | Aline Da Silva                          | 02/10/1990   | 0,80 | 0,80 | 4,80 | 6,40 | 5,56 | 2,00 | 5,79 |
| 27      | 491825    | Elqui Grahl                             | 18/10/1985   | 1,60 | 1,20 | 3,60 | 6,40 | 6,00 | 1,00 | 5,78 |
| 28      | 494305    | Kelin Pereira                           | 20/02/1989   | 0,40 | 0,40 | 4,80 | 5,60 | 8,00 | 2,50 | 5,77 |



| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                          | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 29      | 478980    | Janelize Oliveira Pereira Da Silva | 26/05/1993   | 1,20 | 1,20 | 4,00 | 6,40 | 6,00 | 0,00 | 5,68 |
| 30      | 491108    | Diuvana Correa                     | 05/12/1980   | 0,80 | 0,80 | 4,00 | 5,60 | 6,00 | 4,50 | 5,57 |
| 31      | 475715    | Taina Küster                       | 27/01/1993   | 0,40 | 0,80 | 4,80 | 6,00 | 6,00 | 1,50 | 5,55 |
| 32      | 478727    | Ana Paula Matteussi                | 02/03/1985   | 0,80 | 0,40 | 4,80 | 6,00 | 6,00 | 0,50 | 5,45 |
| 33      | 483042    | Gessi De Fatima TriunlinaToassi    | 27/03/1972   | 0,80 | 1,20 | 4,00 | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 5,40 |
| 34      | 491618    | Cristiane Niedrhaus Mugge          | 04/11/1984   | 0,40 | 0,80 | 4,40 | 5,60 | 6,00 | 1,00 | 5,22 |
| 35      | 481803    | Roseneide Aparecida De Moura       | 10/07/1978   | 1,20 | 1,20 | 3,20 | 5,60 | 6,00 | 0,50 | 5,17 |
| 36      | 475665    | Daiane De Souza Machado            | 03/09/1985   | 0,40 | 1,20 | 4,40 | 6,00 | 4,00 | 1,00 | 5,10 |
| 37      | 486758    | Silvana Aparecida Uessler          | 31/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 3,20 | 5,20 | 6,00 | 0,00 | 4,84 |
| 38      | 480310    | Rosemery Eger Cachoeira            | 29/08/1967   | 1,20 | 0,40 | 2,00 | 3,60 | 6,00 | 1,50 | 3,87 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / NÃO HABILITADO (PERÍODO DE FÉRIAS)

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                            | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|--------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 490938    | Lais Hübner                          | 17/07/1995   | 1,20 | 1,20 | 6,00 | 8,40 | 3,60 | 0,00 | 6,60 |
| 2       | 482296    | Cristiane Valente Fuck               | 06/07/1986   | 1,20 | 1,60 | 5,60 | 8,40 | 3,00 | 0,50 | 6,53 |
| 3       | 475349    | Carlane Goede                        | 21/02/1979   | 1,60 | 2,00 | 4,40 | 8,00 | 3,40 | 0,00 | 6,28 |
| 4       | 481615    | Catia Aline Sebold                   | 04/07/1990   | 0,80 | 2,00 | 5,20 | 8,00 | 3,00 | 0,00 | 6,20 |
| 5       | 475324    | Juliana Pintarelli Avi               | 25/03/1987   | 1,60 | 2,00 | 4,40 | 8,00 | 2,20 | 0,00 | 6,04 |
| 6       | 478011    | Deize Dal Pra May                    | 18/03/1995   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 3,60 | 0,50 | 5,81 |
| 7       | 475336    | Patricia Francisconi Walzburger      | 06/03/1985   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 3,60 | 0,00 | 5,76 |
| 8       | 494331    | Crislaini Carla Valente Fuck         | 03/07/1989   | 1,20 | 1,20 | 4,80 | 7,20 | 3,60 | 0,00 | 5,76 |
| 9       | 477911    | Janete Alves                         | 22/05/1976   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 3,00 | 0,00 | 5,64 |
| 10      | 495512    | Gislaine Draprinchinski Rech         | 14/08/1991   | 1,20 | 1,60 | 4,00 | 6,80 | 3,20 | 1,50 | 5,55 |
| 11      | 488425    | Fabiana Hillmann Trentini            | 20/12/1988   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 3,00 | 1,50 | 5,51 |
| 12      | 476025    | Lucimara Vieira                      | 29/01/1981   | 1,20 | 0,80 | 5,20 | 7,20 | 2,20 | 0,00 | 5,48 |
| 13      | 493073    | Fabiana Da Silva Do Carmo            | 24/04/1995   | 0,80 | 1,20 | 4,40 | 6,40 | 3,40 | 1,50 | 5,31 |
| 14      | 495105    | Edelita Cardoso Barg                 | 25/02/1973   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 2,20 | 1,00 | 5,30 |
| 15      | 491785    | Rosangela Dias De Quadra             | 16/02/1977   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 2,60 | 0,00 | 5,28 |
| 16      | 484739    | Karine Regis Da Silva                | 11/06/1997   | 1,60 | 0,80 | 4,80 | 7,20 | 0,80 | 0,00 | 5,20 |
| 17      | 481271    | Marcio De Souza                      | 12/04/1989   | 0,40 | 1,60 | 4,80 | 6,80 | 1,00 | 0,00 | 4,96 |
| 18      | 475950    | Jaqueline Büchling                   | 16/04/1987   | 0,80 | 1,20 | 4,40 | 6,40 | 2,10 | 0,50 | 4,95 |
| 19      | 491033    | Ana Paula Bini                       | 22/12/1993   | 0,40 | 0,80 | 4,80 | 6,00 | 3,40 | 0,50 | 4,93 |
| 20      | 482529    | Luana Marcellos                      | 23/03/1997   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,80 | 0,00 | 4,92 |
| 21      | 492965    | Adriana Da Silva                     | 04/03/1988   | 1,60 | 0,80 | 4,00 | 6,40 | 2,20 | 0,00 | 4,92 |
| 22      | 476818    | Jessica Patricia Alves               | 15/06/1998   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,50 | 0,00 | 4,86 |
| 23      | 482577    | Cristiane Mariano Schulz Dimas       | 09/05/1988   | 1,20 | 1,20 | 4,40 | 6,80 | 0,50 | 0,00 | 4,86 |
| 24      | 475421    | Eliana Stahnke                       | 22/06/1984   | 1,20 | 0,80 | 4,80 | 6,80 | 0,20 | 0,00 | 4,80 |
| 25      | 491992    | Marcondes Silveira De Souza Carvalho | 05/01/1977   | 1,20 | 0,80 | 4,00 | 6,00 | 3,00 | 0,00 | 4,80 |
| 26      | 494433    | Juliana Andiar Maciel                | 10/12/1996   | 1,20 | 0,40 | 4,40 | 6,00 | 2,20 | 0,50 | 4,69 |
| 27      | 494470    | Estefani Passing                     | 17/06/1991   | 1,20 | 1,20 | 3,60 | 6,00 | 0,20 | 0,00 | 4,24 |
| 28      | 482429    | Giane Tillmann                       | 14/12/1985   | 0,80 | 0,80 | 3,60 | 5,20 | 0,20 | 0,00 | 3,68 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA (PERÍODO DE FÉRIAS)

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|--|--------------|------|------|------|------|
| 478087    | Franciele Tabata Cristina Farias Silva | 28/05/1988   | 1,60 | 1,20 | 4,40 | 7,20 |
| 478518    | Crislaine Hamm                         | 23/03/1992   | 1,20 | 1,20 | 4,40 | 6,80 |

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|--------------------------|--------------|------|------|------|------|
| 493769    | Debora De Souza Klaumann | 25/06/1982   | 0,80 | 0,80 | 4,40 | 6,00 |
| 477140    | Nilvo Da Silva           | 03/05/1974   | 0,80 | 0,40 | 4,80 | 6,00 |
| 494654    | Karina Brito             | 08/09/1986   | 0,80 | 0,00 | 4,40 | 5,20 |

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTE (PERÍODO DE FÉRIAS)

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                         | DATA DE NASC |
|-----------|-----------------------------------|--------------|
| 482530    | Magrid Nagel Martins              | 08/11/1969   |
| 488084    | Vanderleia Luzia Pinceger Batista | 22/05/1991   |

## PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO         | DATA DE NASC |
|-----------|-------------------|--------------|
| 478793    | Francine Hoffmann | 17/11/1985   |

## PROFESSOR GEOGRAFIA / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 493973    | Camila Ritiele Doering | 19/05/1995   | 0,80 | 0,80 | 5,20 | 6,80 | 4,00 | 0,00 | 5,56 |

## PROFESSOR HISTÓRIA / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                    | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 494954    | Bianca Schultz Kantovick     | 03/06/1980   | 1,60 | 1,60 | 4,40 | 7,60 | 6,00 | 5,50 | 7,07 |
| 2       | 475298    | Tamara Camargo               | 04/11/1995   | 0,80 | 2,00 | 5,20 | 8,00 | 4,00 | 0,00 | 6,40 |
| 3       | 495513    | Gislaine Draprinchinski Rech | 14/08/1991   | 1,20 | 1,60 | 2,80 | 5,60 | 6,00 | 1,50 | 5,27 |

## PROFESSOR HISTÓRIA / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO             | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|-----------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 475513    | Greice Caroline Nunes | 09/12/1997   | 1,60 | 1,20 | 4,40 | 7,20 | 0,20 | 0,00 | 5,08 |
| 2       | 475518    | Patricia Alves        | 10/06/1996   | 0,80 | 1,20 | 3,60 | 5,60 | 2,00 | 0,00 | 4,32 |

## PROFESSOR HISTÓRIA / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO          | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|--------------------|--------------|------|------|------|------|
| 489521    | Mauricio Simonetti | 16/11/1991   | 1,60 | 1,20 | 4,40 | 7,20 |
| 476403    | Thiago Gois        | 16/12/1990   | 0,80 | 0,40 | 3,60 | 4,80 |

## PROFESSOR LÍNGUA INGLESA / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 486713    | Maguio Jeceler Correia | 16/05/1975   | 2,00 | 1,20 | 5,60 | 8,80 | 2,00 | 5,00 | 7,06 |

## PROFESSOR LÍNGUA INGLESA/ SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA COMPROVADA

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO      | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   |
|-----------|----------------|--------------|------|------|------|------|
| 485174    | Marina Pesenti | 17/09/1993   | 0,80 | 1,20 | 2,00 | 4,00 |

## PROFESSOR LÍNGUA INGLESA / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                        | DATA DE NASC |
|-----------|----------------------------------|--------------|
| 481065    | Michelle Kiane Amarante Bechtold | 24/09/1994   |

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO                          | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 475317    | Maria Rosilde Ramos Da Cunha Silva | 01/09/1971   | 0,80 | 1,60 | 5,20 | 7,60 | 5,85 | 0,50 | 6,54 |

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / NÃO HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO              | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|------------------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 486714    | Maguio Jeceler Correia | 16/05/1975   | 2,00 | 1,20 | 5,60 | 8,80 | 2,60 | 5,00 | 7,18 |
| 2       | 480003    | Alexandre De Souza     | 01/05/1991   | 1,20 | 1,20 | 3,20 | 5,60 | 0,20 | 3,00 | 4,26 |

## PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO      | DATA DE NASC |
|-----------|----------------|--------------|
| 493249    | Cleide Martins | 23/08/1987   |

## PROFESSOR MATEMÁTICA / HABILITADO

| POSIÇÃO | INSCRIÇÃO | CANDIDATO     | DATA DE NASC | LP   | MAT  | ESP  | PE   | PT   | TS   | NF   |
|---------|-----------|---------------|--------------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1       | 475326    | Aline Finardi | 09/01/1995   | 1,60 | 2,00 | 4,80 | 8,40 | 4,90 | 0,00 | 6,86 |

## PROFESSOR MATEMÁTICA / AUSENTE

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO                  | DATA DE NASC |
|-----------|----------------------------|--------------|
| 487329    | Fernando Robinson Selhorst | 29/04/1989   |
| 475354    | Larica Frena               | 10/01/1998   |

- \*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;  
\*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;  
\*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;  
\*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;  
\*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;  
\*PT = Nota da Prova de Títulos;  
\*TS = Nota do Tempo de Serviço;  
\*NF = Nota Final.

**Decreto 124/2016**

DECRETO 124/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

RETIFICA O DECRETO 120/2016 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016 - DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

## DECRETA:

Artigo 1º- Retifica o Decreto 120/2016 de 13 de dezembro de 2016, Art. 1º que DECLARA ponto facultativo nas repartições Públicas Municipais entre os dias 21 a 30 de dezembro de 2016, que passará a ter a seguinte redação:

- A Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos e a Secretária de Agricultura será Ponto Facultativo á partir do dia 21 de dezembro á 30 de dezembro de 2016;
- A Secretaria de Administração e Finanças e a Secretaria de Planejamento Urbano será Ponto Facultativo á partir do dia 23 de dezembro á 30 de dezembro de 2016;
- A Secretaria de Saúde devido serviços essenciais já agendados será Ponto Facultativo á partir do dia 23 de dezembro á 30 de dezembro de 2016;
- A Secretaria de Assistência Social será Ponto Facultativo á partir do dia 23 de dezembro á 30 de dezembro de 2016;
- A Secretaria da Educação, Esporte, Cultura e do Turismo seguirá calendário próprio.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**CÂMARA MUNICIPAL****RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016**

CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL - SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Pregoeira da Câmara de Vereadores de Trombudo Central torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 01/2016, que tinha por objeto a Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública, na qual foram vencedoras as empresas:

LOTE 1 - BETHA SISTEMAS LTDA. - valor de R\$ 40.985,00 (quarenta mil novecentos oitenta e cinco reais).

LOTE 2 - INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME - valor de R\$ 11.856,00 (onze mil oitocentos cinquenta seis reais)

Trombudo Central, 16 de dezembro de 2016.

Mariane Fernandes da Rosa Boni

PREGOEIRA

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 162/2016**

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 162/2016

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 16/12/2016, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE.

onde se lê : "Entrega das propostas até às 9h do dia 29 de dezembro.

leia –se: Entrega das propostas até às 9h do dia 29 de dezembro de 2016.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 16 de dezembro de 2016.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2016**

Dispensa de Licitação nº 15/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 152/2016

Objeto: Contratação para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício financeiro de 2017.

Fundamento: artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 925, de 11/02/2009

Valor: R\$ 9.180,00(nove mil cento e oitenta reais)

Empresa: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Tunápolis, SC, aos 13 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Empresa: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD

Tunápolis, SC, aos 13 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

### **PROCESSO DE COMPRA Nº.: 163/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 129/2016**

Processo de Compra Nº.: 163/2016

Pregão Presencial nº: 129/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de PEÇAS ORIGINAIS COM RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONSERTO GRAND SIENA 1.6 FIAT DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de Microempresa –ME ou Empresa de Pequeno Porte –EPP na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014.

Entrega das propostas e Credenciamento até 7h45min do dia 30 de dezembro de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 16/12/2016

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 153/2016**

Dispensa de Licitação nº 16/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 153/2016

Objeto: Essa dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

Fundamento: Artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 21.835,20(vinte um mil oitocentos e trinta e cinco reais ne vinte centavos)

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 28/2016, que registrou os preços da empresa CELSO LUIZ JANESKO E CIA LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 31/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 28/2016, para o dia 24 de Maio de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 16 de Dezembro de 2016.  
EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

CELSO LUIZ JANESKO E CIA LTDA ME CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF:057.672.509-95

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

### 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 37/2016, que registrou os preços da empresa E.M INFORMÁTICA LTDA EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 42/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 37/2016, para o dia 05 de Julho de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 12 de Dezembro de 2016.  
EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

E.M INFORMÁTICA LTDA EPP CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF:057.672.509-95

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

**1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

**1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016**

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 38/2016, que registrou os preços da empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 42/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 38/2016, para o dia 05 de Julho de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 12 de Dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: Marília Miorelli

CPF:057.672.509-95

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

**1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

**1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016**

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 39/2016, que registrou os preços da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados no pregão presencial para registro de preços nº 42/2016, com fundamento no item 2 da respectiva ata, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Nº 39/2016, para o dia 05 de Julho de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 12 de Dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

JP EQUIPAMENTOS LTDA ME CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome: Marília Miorelli

CPF:057.672.509-95



Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

02. \_\_\_\_\_

Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

## **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

### **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 02/2016**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 02/2016, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa E.M INFORMÁTICA LTDA EPP, estabelecida sito a Avenida Brasília, Pinhalzinho - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 00.710.029/0001-67, neste ato representada por sua representante legal Senhor DARCI ANTONIO SCHNEIDER, portador do CPF n.º 586.054.529-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2017.

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00  
Valor R\$ 43.080,00 ( Quarenta e três mil e oitenta reais).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 02/2016, permanecem inalteradas e válidas.

|   |                          |
|---|--------------------------|
| UNIÃO DO OESTE, 15 de dezembro de 2016. |                          |
| EVERALDO LUIS CASONATTO                 | E.M INFORMÁTICA LTDA EPP |
| PREFEITO MUNICIPAL                      | DARCI ANTONIO SCHNEIDER  |
| P/CONTRATANTE                           | P/ CONTRATADA            |

Testemunhas:

|                        |                     |
|------------------------|---------------------|
| 01.                    | 02                  |
| Nome: Marília Miorelli | Nome: José Tessaro  |
| CPF: 057.672.509-95    | CPF: 460.292.909-59 |

## **6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

### **6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2014**

Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 19/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA, estabelecida sito a Avenida Santa Catarina, Coronel Freitas - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.684.498/0001-86, neste ato representada por sua representante legal Senhor RODRIGO NARDINO, portador do CPF n.º 007.993.559-17, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º, 2º, e 3º Termo Aditivo, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2017.

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00  
Valor R\$ 15.993,96 (Quinze mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 19/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 14 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
PREFEITO MUNICIPAL  
P/CONTRATANTE

SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA  
RODRIGO NARDINO  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02

Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

## 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

### 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 21/2014

Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 21/2014, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa RADIO 102 DE PINHALZINHO LTDA, estabelecida sito a Rua São Luiz, Pinhalzinho - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.802.438/0001-81, neste ato representada por sua representante legal Senhor LADIR CASSOL, portador da CI nº 710.406-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º, 2º e 3º Termo Aditivo por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Valor R\$ 20.673,36 (Vinte mil seiscentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 21/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 14 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA  
PREFEITO MUNICIPAL LADIR CASSOL P/CONTRATANTE P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02

Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

## DECRETO N. 3268/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 3268/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1033/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 24.775,23 (vinte e quatro mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e tres centavos) oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinada a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

FUNÇÃO: 27 Desporto e Lazer - SUBFUNÇÃO: 812 Desporto Comunitário

Projeto Atividade: 2.046 – Manutenção das Atividades Esportivas

143 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.134 ..... 24.775,23

Saldo Total a Suplementar ..... 24.775,23

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte Recurso: 00.01.0134 Transferências de Convênios - União/Outros 24.775,23

Origem: Governo Federal - Contrato de Repasse nº. 0388490-23/2012.

Total de Recursos Suplementados ..... 24.775,23

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

**DECRETO N. 3269/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 3269/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1033/2015;

DECRETA;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 1.604,00 (um mil, seiscentos e quatro reais ) oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

#### ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

FUNÇÃO: 6 Segurança Pública - SUBFUNÇÃO: 181 Policiamento

Projeto Atividade: 2.022 – Manutenção do Convênio Com a Secretária de Segurança Pública

|   |          |
|---|----------|
| 109 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.110 ..... | 1.604,00 |
|---|----------|

|                                 |          |
|---------------------------------|----------|
| Saldo Total a Suplementar ..... | 1.604,00 |
|---------------------------------|----------|

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

#### ORIGEM DOS RECURSOS

|  |          |
|--|----------|
| Fonte Recurso: 00.01.0110 - Convênio de Trânsito - Militar | 1.604,00 |
|--|----------|

Origem: Arrecadação de Multas da Policia Militar

|                                       |          |
|---------------------------------------|----------|
| Total de Recursos Suplementados ..... | 1.604,00 |
|---------------------------------------|----------|

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

### DECRETO N. 3270/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3270/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1033/2015;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 1.961,00 (um mil, novecentos e sessenta e um reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

|   |  |  |  |  |  |          |
|---|--|--|--|--|--|----------|
|   |  |  |  |  |  |          |
| ADICIONAR DOTAÇÕES  |  |  |  |  |  |          |
| ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE                                     |  |  |  |  |  |          |
|   |  |  |  |  |  |          |
| Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS                         |  |  |  |  |  |          |
| Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos                          |  |  |  |  |  |          |
| FUNÇÃO: 6 Segurança Pública - SUBFUNÇÃO: 181 Policiamento                               |  |  |  |  |  |          |
| Projeto Atividade: 2.022 – Manutenção do Convênio Com a Secretária de Segurança Pública |  |  |  |  |  |          |
| 109 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0110 .....                          |  |  |  |  |  | 1.961,00 |
|   |  |  |  |  |  |          |
|   |  |  |  |  |  |          |
| TOTAL SUPLEMENTADO  |  |  |  |  |  | 1.961,00 |

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

|   |  |  |  |  |  |          |
|---|--|--|--|--|--|----------|
|   |  |  |  |  |  |          |
| SUBTRAIR DOTAÇÕES   |  |  |  |  |  |          |
| ENTIDADE 01: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE                                     |  |  |  |  |  |          |
|   |  |  |  |  |  |          |
| Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS                         |  |  |  |  |  |          |
| Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Serviços Urbanos                          |  |  |  |  |  |          |
| FUNÇÃO: 6 Segurança Pública - SUBFUNÇÃO: 181 Policiamento                               |  |  |  |  |  |          |
| Projeto Atividade: 2.022 – Manutenção do Convênio Com a Secretária de Segurança Pública |  |  |  |  |  |          |
| 112 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0110 .....                          |  |  |  |  |  | 1.961,00 |
|   |  |  |  |  |  |          |
| TOTAL ANULADO   |  |  |  |  |  | 1.961,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

## DECRETO N. 3271/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.271, De 15 de Dezembro de 2016.

“DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 73. da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado os Laudos de Avaliação dos Imóveis, realizados pela Comissão Municipal de Avaliação, nomeada através do Decreto Municipal N.º 3.242/2016, conforme cópias em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 15 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### **DECRETO N. 3273/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.273, De 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre demissão de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Art. 107, V, da Lei Complementar N.º 093/2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando a decisão e julgamento decorrente do processo Administrativo nº 01/2016, originário da Portaria N. 034/2016, que faz parte integrante deste Decreto, que resultou em aplicação de pena de demissão para o Servidor ORDILEI LUCCHETTA,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido o Servidor ORDILEI LUCCHETTA, do cargo de Monitor Escolar, nomeado pelo Decreto Nº 991 de 01 de março de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal N.º 991/2012 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

### **DECRETO N. 3274/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.274, De 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, de ofício, o servidor IVAN CARLOS GIROTTO, do cargo em comissão de Coordenador de Atividades Culturais, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.203 de 08 de abril 2013, a partir de 26 de dezembro 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.203/2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de dezembro 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3275/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.275, De 16 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, de ofício, o servidor JOSÉ TESSARO, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.813 de 02 de fevereiro 2015, a partir de 26 de dezembro 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.813/2015 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 16 de dezembro 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 39/2016**

|   |  |
|---|--|
| Estado de Santa Catarina                |  |
| PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE     |  |
| EXTRATO CONTRATUAL                      |  |
| Contrato Nº.:                           | 39/2016  |
| Contratante.:                           | MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  |
| Contratada.:                            | MINERAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME  |
| Objeto ..... :                          | AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - TESTE DE VAZÃO - PARA OS POÇOS ARTESIANOS PERFURADOS NAS LINHAS: BARRA DA EUROPA, SANTA TEREZINHA, ALTO SÃO LUIZ, BONITA E CENTRO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA PROPOÇOS-CIDEMA. |
| Valor ..... :                           | R\$ 13.999,99(Treze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).   |
| Vigência ..... :                        | Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2016.  |
|   |  |
|   |  |
| UNIÃO DO OESTE, 16 de Dezembro de 2016. |  |
|   |  |
| EVERALDO LUIS CASONATTO                 |  |
| PREFEITO MUNICIPAL                      |  |
|   |  |



# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 102/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato: 102/2013  
Data de assinatura: 15/12/2016  
Processo de Licitação: 07/201/FMS  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA - EPP  
CNPJ/CPF: 05.869.279/0001-68  
Objeto: Serviço de coleta e transporte de resíduos de saúde das unidades do município de Urussanga/SC  
Vigência prorrogada até 30/06/2017.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 94/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato: 94/2016/FMS  
Data de assinatura: 16/12/2016  
Processo de Licitação: 09/2016/FMS  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA  
CNPJ/CPF: 03.392.348/0001-60  
Objeto: Serviço de tratamento e destinação final dos resíduos, do município de Urussanga/SC  
Vigência prorrogada até 30/06/2017.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 134/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato: 134/2013  
Data de assinatura: 16/12/2016  
Processo de Licitação: 14/2013  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: VERA LUCIA MARIOTTI  
CNPJ/CPF: 443.476.939-15  
Objeto: Contrato de locação do imóvel, na Rua Cesar Mariot, 15, Centro, Urussanga/SC; para o funcionamento da farmácia do SUS.  
Vigência prorrogada até 30/06/2017.

### PRORROGAÇÃO DATA ENTREGA E ABERTURA PL 74 2016 PMU PR 42 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE PRORROGAÇÃO PR nº 42 2016 PMU

Objeto: Aquisição PARCELADA DE COMBUSTÍVEL para o exercício do ano de 2017. Nova data de entrega dos envelopes: até as 09h dia 27/12/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Nova data de abertura dos envelopes: as 09h dia 27/12/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, nº 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO Nº 41, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; e art. 38, incisos II e VIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 41, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECLARA FACULTATIVO O PONTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA NOS DIAS 23 E 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 1º Fica declarado facultativo o ponto dos servidores da Câmara Municipal de Urussanga nos dias 23 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 16 de dezembro de 2016.  
Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori  
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos  
Vice-Presidente

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon  
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira  
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site [www.camaraaurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraaurussanga.sc.gov.br), em 16 de dezembro de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon  
Primeira Secretária

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015**

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

Data da Assinatura: 15/12/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Vigilância Triângulo Ltda

CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, ativação, configuração, locação e treinamento de equipamentos de circuito fechado de televisão (CFTV)

Valor Global: R\$4.944,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais)

Término do Contrato: 14/12/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2015**

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2015

Data da Assinatura: 15/12/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Vigilância Triângulo Ltda

CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança patrimonial privada, por meio de monitoramento à distância de alarme microprocessado

Valor Global: R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)

Término do Contrato: 14/12/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REANA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 007/2015 por mais um período, até 31/12/2017.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 007/2015.

Vargeão SC, 15 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 116/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 116/2015 por mais um período de 90 (noventa) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 116/2015.

Vargeão, SC, 05 de dezembro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1085/16**

PORTARIA nº 1085/16

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores ARNALDO POSANSKE, FÁBIO NUNES LIMA, VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, VOLNEI GRANETTO, RAQUEL BRUSCHI, NADIR BIZZOTTO e MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia contratados pela Administração Municipal.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0293/2015.

Videira, 15 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 1086/16**

PORTARIA nº 1086/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 16.330/2016, nomeada pela Portaria nº 0755/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 21 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº

16.330/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 15 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 1087/16**

PORTARIA nº 1087/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 16.440/2016, nomeada pela Portaria nº 0753/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 21 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 16.440/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 15 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 1088/16**

PORTARIA nº 1088/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21564/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei

Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21564/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1089/16**

PORTARIA nº 1089/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.081/2016, nomeada pela Portaria nº 0680/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 08 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.081/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2016.

Videira, 15 de dezembro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1090/16**

PORTARIA nº 1090/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 14.625/2016, nomeada pela Portaria nº 0682/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 08 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 14.625/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2016.

Videira, 15 de dezembro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1092/16**

PORTARIA nº 1092/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 20.022/2016, nomeada pela Portaria nº 0992/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 20 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 20.022/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de dezembro de 2016.

Videira, 15 de dezembro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**TERMO ADITIVO Nº 193/2016 - PMV**

Termo Aditivo nº 193/2016

Contrato/Ata nº: Ata nº 156/2016

Processo: PR nº 102/2016-PMV

Contratado: CONSTRUTORA FETZ LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 156/2016 por até 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 05/09/2017.

Data: 16/12/2016.

**EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED057/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); considerando o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993, e o disposto no Edital prévio 005/2016.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Vereador Dino Marafon, Rua Marculino Brunetta, Rua Ivo Rostirola e Rua Maria Ines Zílio no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 21521/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é parte integrante do Processo Administrativo Licitatório TP nº 08/2016, cópias extraídas formando o Anexo I, páginas 01 a 12, deste Edital.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na:

- Rua Ivo Rostirola no valor total de R\$ 69.300,27 (sessenta e nove mil, trezentos reais e vinte e sete centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12 deste Edital.
- Rua Marculino Brunetta no valor total de R\$ 84.372,72 (oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12 deste Edital.
- Rua Vereador Dino Marafon no valor total de R\$ 100.369,94 (cem mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12 deste Edital.
- Rua Maria Ines Zílio no valor total de R\$ 59.848,85 (cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na Rua Ivo Rostirola irão custear o valor de R\$ 25.621,80 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e um reais e oitenta centavos).

Os proprietários de imóveis situados na Rua Marculino Brunetta, abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 40.904,80. (quarenta mil novecentos e quatro reais e oitenta centavos).

Os proprietários de imóveis situados na Rua Vereador Dino Marafon abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 40.335,20. (quarenta mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

E os proprietários de imóveis situados na Rua Maria Ines Zílio abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 17.965,28. (dezessete mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Valores estes correspondentes a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.



**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Vereador Dino Marafon, Rua Marculino Brunetta, Rua Ivo Rostirola e Rua Maria Ines Zilio conforme demonstrado no Anexo II, pág 01 a 04 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA****RUA IVO ROSTIROLA**

|                                      |               |
|--------------------------------------|---------------|
| TOTAL GERAL DA OBRA -                | R\$ 69.300,27 |
| PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS     | R\$ 25.621,80 |
| PARTIC IMÓVEIS/ÁREAS PÚBLICAS        | R\$ 11.020,00 |
| VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA | R\$ 36.641,80 |

| Rua Ivo Rostirola<br>proprietários<br>inscrição imobiliária    | Área do<br>Terreno | Valor<br>terreno<br>antes da<br>obra | valor<br>terreno<br>após obra | valorização<br>resultante<br>da obra | valor<br>contribuição<br>melhoria | rateio<br>individual<br>conf valoriz.<br>Partic. Prop. |
|--|--------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--|
| JUCELEN ANA WEBER PAGNO<br>01.01.010.0122.001.01.01            | 414,50 m2          | 45.740,00                            | 47.112,20                     | 1.372,20                             | <b>1.372,20</b>                   | 5,36%  |
| MICHELE CRISTINA MOCCELINI CATTANI<br>01.01.010.0080.001.01.01 | 364,00 m2          | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 6,82%  |
| ADÃO PEDRO VAIS<br>01.01.010.0067.001.01.01                    | 364,00 m2          | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 6,82%  |
| ALMIRO ALFONSO HENTZ<br>01.01.010.0054.001.01.02               | 364,00 m2          | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 6,82%  |
| ADRIANA LASKOSKI TEDESCO<br>01.01.010.041.001.01.02            | 364,00 m2          | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 6,82%  |
| ANDRE FRANCISCO PUGAS<br>01.01.010.0028.001.01.01              | 364,00 m2          | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 6,82%  |
| SANDRA BASTOS LESNIESKY<br>01.01.010.0015.001.01.01            | 448,00 m2          | 44.760,00                            | 46.550,40                     | 1.790,40                             | <b>1.790,40</b>                   | 6,99%  |
| CLAUDIO JOSÉ HEINEMANN<br>01.01.011.0406.001.01.01             | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |
| ERICA MARIA HEINEMANN<br>01.01.011.0419.001.01.02              | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |
| CLEUZA APARECIDA HEINEMANN<br>01.01.011.0432.001.01.01         | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |
| CLAUDECIR SARTOR<br>01.01.011.0445.001.01.02                   | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |
| ADRIANE MEZZOMO<br>01.01.011.0458.001.01.01                    | 117,00 m2          | 14.800,00                            | 15.392,00                     | 592,00                               | <b>592,00</b>                     | 2,31%  |
| REGINALDO COGORNI<br>01.01.011.0458.002.01.01                  | 117,00 m2          | 14.800,00                            | 15.392,00                     | 592,00                               | <b>592,00</b>                     | 2,31%  |
| ISMAEL SILVEIRA<br>01.01.011.0458.003.01.01                    | 117,00 m2          | 14.800,00                            | 15.392,00                     | 592,00                               | <b>592,00</b>                     | 2,31%  |
| JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA<br>01.01.011.0471.001.01.01     | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |
| ADRIANO BETTEGA<br>01.01.011.0484.001.01.02                    | 351,00 m2          | 43.120,00                            | 44.844,80                     | 1.724,80                             | <b>1.724,80</b>                   | 6,73%  |

|   |           |            |            |           |                 |       |
|---|-----------|------------|------------|-----------|-----------------|-------|
| JEFERSON DA SILVA<br>01.01.011.0496.001.01.01 | 333,00 m2 | 39.960,00  | 41.558,40  | 1.598,40  | <b>1.598,40</b> | 6,24% |
| PODER PUBLICO<br>01.01.039.0300.001.01.01     |           | 220.400,00 | 231.420,00 | 11.020,00 | -               | -     |

## PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

## DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

## RUA MARCULINO BRUNETTA

TOTAL GERAL DA OBRA -  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 84.372,72  
R\$ 40.904,80  
R\$ 40.904,80

| Rua Marculino Brunetta<br>proprietários<br>inscrição imobiliária    | Área do<br>Terreno |    | Valor<br>terreno<br>antes da<br>obra | valor<br>terreno<br>após obra | valorização<br>resultante<br>da obra | valor<br>contribuição<br>melhoria | rateio<br>individual<br>conf valoriz.<br>Partic. Prop. |
|---|--------------------|----|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--|
| DOMINGOS JOACIR DE OLIVEIRA<br>01.01.012.0668.001.01.01             | 394,00             | m2 | 46.800,00                            | 48.672,00                     | 1.872,00                             | <b>1.872,00</b>                   | 4,58%  |
| SAUL DOMINGOS CARELLI<br>01.01.012.0682.001.01.01                   | 427,00             | m2 | 45.320,00                            | 47.132,80                     | 1.812,80                             | <b>1.812,80</b>                   | 4,43%  |
| SUELLIN CRISTIANI DE OLIVEIRA E OUTROS<br>01.01.012.0695.001.01.01  | 390,00             | m2 | 44.200,00                            | 45.968,00                     | 1.768,00                             | <b>1.768,00</b>                   | 4,32%  |
| UILIAN CAMILO<br>01.01.012.0707.001.01.01                           | 390,00             | m2 | 44.200,00                            | 45.968,00                     | 1.768,00                             | <b>1.768,00</b>                   | 4,32%  |
| CLAUDEMI BEILNER<br>01.01.012.0719.001.01.02                        | 390,00             | m2 | 44.200,00                            | 45.968,00                     | 1.768,00                             | <b>1.768,00</b>                   | 4,32%  |
| DARALICIA TERESINHA RODRIGUES BARONCELO<br>01.01.012.0732.001.01.01 | 390,00             | m2 | 44.200,00                            | 45.968,00                     | 1.768,00                             | <b>1.768,00</b>                   | 4,32%  |
| NADIR ARESTIDES BARONCELO<br>01.01.012.0744.001.01.01               | 390,00             | m2 | 44.200,00                            | 45.968,00                     | 1.768,00                             | <b>1.768,00</b>                   | 4,32%  |
| JUCELIA TEREZINHA LINS<br>01.01.012.0757.001.01.03                  | 384,00             | m2 | 44.080,00                            | 45.843,20                     | 1.763,20                             | <b>1.763,20</b>                   | 4,31%  |
| RAIMUNDO BARBOSA DOS SANTOS<br>01.01.012.0770.001.01.01             | 906,00             | m2 | 44.780,00                            | 46.571,20                     | 1.791,20                             | <b>1.791,20</b>                   | 4,38%  |
| ALISSON JOSE GROBE<br>01.01.012.0784.001.01.01                      | 1.098,00           | m2 | 44.080,00                            | 45.843,20                     | 1.763,20                             | <b>1.763,20</b>                   | 4,31%  |
| GETULIO THIBES DE CAMPOS<br>01.01.012.0800.001.01.01                | 543,00             | m2 | 26.100,00                            | 27.144,00                     | 1.044,00                             | <b>1.044,00</b>                   | 2,55%  |
| MARIA GENIR PADILHA DOS SANTOS<br>01.01.012.0800.002.01.02          | 543,00             | m2 | 26.100,00                            | 27.144,00                     | 1.044,00                             | <b>1.044,00</b>                   | 2,55%  |
| SAUL DOMINGOS CARELLI<br>01.01.011.0158.001.01.02                   | 364,00             | m2 | 43.280,00                            | 45.011,20                     | 1.731,20                             | <b>1.731,20</b>                   | 4,23%  |
| ABDEL MAJID CHARIF<br>01.01.011.0145.001.01.01                      | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| PAULO ROBERTO MAIA JUNIOR<br>01.01.011.0132.001.01.01               | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| IRINEU ROSINEK<br>01.01.011.0119.001.01.01                          | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| JAQUELIR HUBER<br>01.01.011.0106.001.01.01                          | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| WILSON SOUZA<br>01.01.011.0093.001.01.02                            | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| OLDIR FENILI<br>01.01.011.0080.001.01.01                            | 364,00             | m2 | 43.280,00                            | 45.011,20                     | 1.731,20                             | <b>1.731,20</b>                   | 4,23%  |
| ITACIR PERAZZOLI<br>01.01.011.0067.001.01.01                        | 364,00             | m2 | 43.680,00                            | 45.427,20                     | 1.747,20                             | <b>1.747,20</b>                   | 4,27%  |
| DOUGLAS ALEXANDRE GAIO<br>01.01.011.0054.001.01.01                  | 182,00             | m2 | 21.840,00                            | 22.713,60                     | 873,60                               | <b>873,60</b>                     | 2,14%  |
| ERICO LOURENÇO DA SILVA DUTRA                                       | 182,00             | m2 | 21.840,00                            | 22.713,60                     | 873,60                               | <b>873,60</b>                     | 2,14%  |

01.01.011.0054.001.01.01

|                          |        |    |           |           |          |                 |       |
|--------------------------|--------|----|-----------|-----------|----------|-----------------|-------|
| ITACIR PERAZZOLI         | 364,00 | m2 | 43.680,00 | 45.427,20 | 1.747,20 | <b>1.747,20</b> | 4,27% |
| 01.01.011.0041.001.01.01 |        |    |           |           |          |                 |       |

|                            |        |    |           |           |          |                 |       |
|----------------------------|--------|----|-----------|-----------|----------|-----------------|-------|
| MARIA LUIZA THIBES TURMINA | 364,00 | m2 | 43.680,00 | 45.427,20 | 1.747,20 | <b>1.747,20</b> | 4,27% |
| 01.01.011.0028.001.01.01   |        |    |           |           |          |                 |       |

|                          |        |    |           |           |          |                 |       |
|--------------------------|--------|----|-----------|-----------|----------|-----------------|-------|
| GILMAR DA SILVA DUTRA    | 436,00 | m2 | 44.680,00 | 46.467,20 | 1.787,20 | <b>1.787,20</b> | 4,37% |
| 01.01.011.0015.001.01.01 |        |    |           |           |          |                 |       |

## PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

## DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

## RUA VEREADOR DINO MARAFON

TOTAL GERAL DA OBRA -  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 100.369,94  
R\$ 40.335,20  
R\$ 40.335,20

| Rua Ver. Dino Marafon<br>proprietários<br>inscrição imobiliária | Área do<br>Terreno |    | Valor<br>terreno<br>antes da<br>obra | valor<br>terreno<br>após obra | valorização<br>resultante<br>da obra | valor<br>contribuição<br>melhoria | rateio<br>individual<br>conf valoriz.<br>Partic. Prop. |
|---|--------------------|----|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--|
| ALDINO DA COSTA<br>01.01.012.0314.001.01.01                     | 561,00             | m2 | 67.320,00                            | 70.012,80                     | 2.692,80                             | <b>2.692,80</b>                   | 6,68%  |
| TARCIZO SEITENFUS<br>01.01.012.0217.001.01.01                   | 360,00             | m2 | 43.200,00                            | 44.928,00                     | 1.728,00                             | <b>1.728,00</b>                   | 4,28%  |
| JULIANO DE SOUZA<br>01.01.012.0204.001.01.01                    | 420,00             | m2 | 43.400,00                            | 45.136,00                     | 1.736,00                             | <b>1.736,00</b>                   | 4,30%  |
| CLAUDETE E MARLETE BARICHELO<br>01.01.012.0363.001.01.01        | 483,00             | m2 | 44.960,00                            | 46.758,40                     | 1.798,40                             | <b>1.798,40</b>                   | 4,46%  |
| VALTER DE JESUS PADILHA<br>01.01.012.0376.001.01.01             | 331,00             | m2 | 41.720,00                            | 43.388,80                     | 1.668,80                             | <b>1.668,80</b>                   | 4,14%  |
| UTIL FRANCISCO RODRIGUES<br>01.01.012.0388.001.01.01            | 370,00             | m2 | 44.400,00                            | 46.176,00                     | 1.776,00                             | <b>1.776,00</b>                   | 4,40%  |
| OLIVAR ANTONIO CARDOSO DA SILVA<br>01.01.012.0401.001.01.01     | 409,00             | m2 | 42.080,00                            | 43.763,20                     | 1.683,20                             | <b>1.683,20</b>                   | 4,17%  |
| SALETE FERREIRA VIEIRA<br>01.01.012.0413.001.01.01              | 447,00             | m2 | 43.640,00                            | 45.385,60                     | 1.745,60                             | <b>1.745,60</b>                   | 4,33%  |
| SALETE FERREIRA VIEIRA<br>01.01.012.0428.001.01.01              | 469,00             | m2 | 46.280,00                            | 48.131,20                     | 1.851,20                             | <b>1.851,20</b>                   | 4,59%  |
| OSMAR ALBERTO CRESTANI<br>01.01.012.0094.001.01.01              | 6.090,70           | m2 | 56.280,00                            | 58.531,20                     | 2.251,20                             | <b>2.251,20</b>                   | 5,58%  |
| IGNES DOS SANTOS RIBEIRO<br>01.01.007.0109.001.01               | 408,00             | m2 | 46.960,00                            | 48.838,40                     | 1.878,40                             | <b>1.878,40</b>                   | 4,66%  |
| NATALINO LUIZ MANENTI<br>01.01.007.0095.001.01.01               | 384,00             | m2 | 45.080,00                            | 46.883,20                     | 1.803,20                             | <b>1.803,20</b>                   | 4,47%  |
| WILMAR CARELLI<br>01.01.007.0084.001.01.01                      | 373,00             | m2 | 44.760,00                            | 46.550,40                     | 1.790,40                             | <b>1.790,40</b>                   | 4,44%  |
| NATALINO LUIZ MANENTI<br>01.01.007.0071.001.01.01               | 313,00             | m2 | 41.560,00                            | 43.222,40                     | 1.662,40                             | <b>1.662,40</b>                   | 4,12%  |
| NATALINO LUIZ MANENTI<br>01.01.007.0058.001.01.01               | 329,00             | m2 | 41.480,00                            | 43.139,20                     | 1.659,20                             | <b>1.659,20</b>                   | 4,11%  |
| AGOSTINHO MANENTI<br>01.01.007.0040.001.01.01                   | 550,00             | m2 | 56.000,00                            | 58.240,00                     | 2.240,00                             | <b>2.240,00</b>                   | 5,55%  |
| NATALINO LUIZ MANENTI<br>01.01.012.0539.001.01.01               | 344,00             | m2 | 41.280,00                            | 42.931,20                     | 1.651,20                             | <b>1.651,20</b>                   | 4,09%  |
| OLIMAR CIVIDINI<br>01.01.012.0524.001.01.01                     | 425,00             | m2 | 44.000,00                            | 45.760,00                     | 1.760,00                             | <b>1.760,00</b>                   | 4,36%  |
| ISAIAS DIAS DO AMARAL<br>01.01.012.0512.001.01.01               | 445,00             | m2 | 43.400,00                            | 45.136,00                     | 1.736,00                             | <b>1.736,00</b>                   | 4,30%  |
| RAMALINO DE SOUZA MACHADO<br>01.01.012.0500.001.01.02           | 458,50             | m2 | 44.020,00                            | 45.780,80                     | 1.760,80                             | <b>1.760,80</b>                   | 4,37%  |
| LOURDES BORGIA<br>01.01.012.0469.001.01.01                      | 660,00             | m2 | 43.200,00                            | 44.928,00                     | 1.728,00                             | <b>1.728,00</b>                   | 4,28%  |

JOÃO PADILHA DOS SANTOS 553,00 m2 43.360,00 45.094,40 1.734,40 **1.734,40** 4,30%  
01.01.012.0457.001.01.01

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

**DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**

**RUA MARIA INEZ ZILIO**

TOTAL GERAL DA OBRA - R\$ 59.848,85  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS R\$ 17.965,28  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA R\$ 17.965,28

| Rua Maria Inez Zilio<br>proprietários<br>inscrição imobiliária | Área do<br>Terreno | Valor<br>terreno<br>antes da<br>obra | valor<br>terreno<br>após obra | valorização<br>resultante<br>da obra | valor<br>contribuição<br>melhoria | rateio<br>individual<br>conf valoriz.<br>Partic. Prop. |
|--|--------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--|
| CLAUDIR PERAZZOLI<br>01.04.138.0211.001.01.01                  | 945,94 m2          | 112.594,00                           | 114.845,88                    | 2.251,88                             | <b>2.251,88</b>                   | 12,53%   |
| IMOBILIARIA PERDIZES LTDA<br>01.04.138.0271.001.01.01          | 388,00 m2          | 58.560,00                            | 60.316,80                     | 1.756,80                             | <b>1.756,80</b>                   | 9,78%  |
| IMOBILIARIA PERDIZES LTDA<br>01.04.138.0287.001.01.01          | 449,00 m2          | 58.880,00                            | 60.646,40                     | 1.766,40                             | <b>1.766,40</b>                   | 9,83%  |
| IMOBILIARIA PERDIZES LTDA<br>01.04.138.0344.001.01.01          | 682,00 m2          | 91.840,00                            | 93.676,80                     | 1.836,80                             | <b>1.836,80</b>                   | 10,22%   |
| INEZ SERAFINI<br>01.04.126.0297.001.01.01                      | 534,00 m2          | 64.080,00                            | 66.002,40                     | 1.922,40                             | <b>1.922,40</b>                   | 10,70%   |
| IMOBILIARIA PERDIZES LTDA<br>01.04.126.0246.001.01.01          | 476,00 m2          | 56.120,00                            | 57.803,60                     | 1.683,60                             | <b>1.683,60</b>                   | 9,37%  |
| IMOBILIARIA PERDIZES LTDA<br>01.04.126.0233.001.01.01          | 556,00 m2          | 55.720,00                            | 57.391,60                     | 1.671,60                             | <b>1.671,60</b>                   | 9,30%  |
| JULIANO RENATO PADILHA<br>01.04.126.0221.001.01.01             | 524,13 m2          | 55.895,60                            | 57.572,47                     | 1.676,87                             | <b>1.676,87</b>                   | 9,33%  |
| METILDE VERONA<br>01.04.126.0208.001.01.01                     | 492,00 m2          | 56.040,00                            | 57.721,20                     | 1.681,20                             | <b>1.681,20</b>                   | 9,36%  |
| DIRLEI SURDI<br>01.04.126.0195.001.01.01                       | 460,48 m2          | 57.257,60                            | 58.975,33                     | 1.717,73                             | <b>1.717,73</b>                   | 9,56%  |

**6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de fevereiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e três (23) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de fevereiro de 2017.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

**7 - PAGAMENTO COM ATRASO:**

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

**8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa,

devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I –Memorial Descritivo, Contrato de Prestação de Serviços 121/2016, Planilha Quantitativa, páginas 01 a 12.

Anexo II –Delimitação da zona beneficiada. páginas 01 a 04.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 14 de dezembro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**INPREVID****ADITIVO CONTRATO 001/2016**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016

Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica

Contratado: INVIOLEVEL MONITORAMENTO VIDEIRA EIRELI - ME

Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 01/01/2017 e término em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanece em vigor.

Videira/SC, 12 de dezembro de 2016.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

**ADITIVO CONTRATO 002/2012**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2012

Objeto: locação de imóvel para sede do INPREVID

Locador: INPREVID

Locatário: JACIR JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica prorrogado pelo período de 01/01/2017 à 08/05/2017.

CLAUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 002/2012 – Locação de Imóvel continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira/SC, 12 de Dezembro de 2016.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

**ADITIVO CONTRATO 002/2016**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016

Objeto: CONTRAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO-PERITO

Contratado: PERICIAL SUL – PERICIA MEDICAS, SAUDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA

Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 01/01/2017 e término em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanece em vigor.

Videira, 12 de Dezembro de 2016.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2015

TERMO ADITIVO N.º 1/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 0051/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, 2266 - Centro, CEP 89148-000, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor Lourival Lunelli, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 538.792.609-15, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 658, de 20/03/2009.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 0051/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Integrador Municipal (REDESIM) - R\$ 1.980,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.860,00 (sete mil e oitocentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5438-0, Conta Corrente n.º 730-7, de titularidade da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 0051/2015.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.



Vitor Meireles – SC, 31 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito de Vitor Meireles  
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCIAL  
Assistente Administrativa do CIGA

### DECRETO Nº 073/2016

DECRETO N. 073, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO PARA O ANO DE 2017.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologado o Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI para o exercício de 2017 (em anexo), de acordo com a Lei Complementar 089/2015, Artº 4, §6º.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 14 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA  
VITOR MEIRELES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

PAACI 2017  
Plano Anual de Atividades do Controle Interno  
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles  
2017

Vitor Meireles, 14 de dezembro de 2016.

### SUMÁRIO

#### INTRODUÇÃO

A Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles apresenta o Plano Anual de Atividades do Controle Interno - PAACI, em conformidade com a Lei Complementar 089/2015, Art. 5º, §6º, no qual são planejadas as ações de auditoria que serão executadas no exercício de 2017. A elaboração do PAACI/2017 seguiu as normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União, previstas nas Instruções Normativas nº 7, de 29 de dezembro de 2006, e nº 1, de 3 de janeiro de 2007, com suas posteriores alterações.

O PAACI 2017 aborda as ações que a Controladoria considera relevantes para o fortalecimento e o aprimoramento da gestão das Secretarias e Divisões da administração municipal. Para atingir esse objetivo, o plano prevê a realização de auditorias, e ou, verificações, nas áreas concernentes à Lei Complementar nº 89/2015 em seu Art. 5º, § 5º: Pessoal, Receita, Dívida Ativa, Despesa, Licitações e Contratos, Obras, Análise Patrimonial, e Relatórios Especiais. Bem como, as disposições previstas na Constituição Federal.

Procura-se, a partir de atividades planejadas, prever a realização de exames que verifiquem se os processos e sistemas administrativos e operacionais destas áreas estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia e dos demais princípios administrativos. Pretende-se que a execução das ações identifique se os controles internos são suficientes para garantir a confiabilidade e a efetividade dos procedimentos das diversas ações realizadas pelas Divisões. Estas análises permitirão à Controladoria formular recomendações que indiquem a melhoria contínua na gestão dos recursos públicos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades e aplicação dos programas e ações previstas nas Leis Orçamentárias (PPA e LDO), bem como o atendimento do objetivo final, que é servir bem a população.

O planejamento contempla, também, as atividades administrativas e de gestão da própria unidade da Controladoria Interna, e a perspectiva

de participação de seu servidor em eventos educacionais de capacitação, que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pelo Controle Interno no município.

Outro destaque do plano são as ações provocadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, do Ministério Público de Santa Catarina, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União. Estas ações compreendem o acompanhamento dos diligenciamentos e o monitoramento da implementação das recomendações e determinações oriundas destes órgãos de controle.

Nos tópicos seguintes, será apresentado a estrutura administrativa e os dados da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, as ações de desenvolvimento institucional e de capacitação, as Atividades de Gestão e de Acompanhamento e as ações de auditoria/verificações previstas para serem realizadas no exercício de 2017.

#### 1 ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Dentre os objetivos principais da administração pública, uma delas é atender às necessidades dos cidadãos do município, tais como educação, saúde, infraestrutura, assistência social, etc. Aqueles que trabalham na administração pública são chamados de funcionários públicos ou servidores públicos e são, por definição, funcionários do coletivo.

De acordo com a Lei Complementar 68, aprovada em 29 de dezembro de 2011, a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles está assim distribuída (ANEXO I da Lei):

##### I - Órgãos de Assessoramento Superior:

###### a) Gabinete do Prefeito Municipal:

1. Chefe de Gabinete;
- b) Assessoria Jurídica;
- c) Controladoria Municipal.

##### II - Unidades Administrativas de Atividades - Meio:

###### a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

1. Divisão de Recursos Humanos;
2. Divisão de Patrimônio e Materiais;
3. Divisão de Fiscalização Tributária;
4. Divisão de Compras:
  - 4.1. Subdivisão de Licitações;
  - 4.2. Subdivisão de Compras Diretas;
5. Divisão de Tesouraria;
6. Divisão de Contabilidade.

##### III - Unidades Administrativas de Atividades-Fim:

###### a) Secretaria Municipal de Educação:

1. Departamento Municipal de Educação:
  - 1.1. Divisão de Educação Infantil;
  - 1.2. Divisão de Ensino Fundamental;
  - 1.3. Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
  - 1.4. Divisão da Merenda Escolar;
  - 1.5. Divisão do Transporte Escolar.

###### b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Departamento Municipal de Saúde:
  - 1.1. Divisão de Saúde Pública;
  - 1.2. Divisão de Farmácia;
  - 1.3. Divisão de Vigilância Sanitária;
  - 1.4. Divisão de Epidemiologia.

###### c) Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente:

1. Divisão de Agricultura e Pecuária;
2. Divisão de Meio Ambiente e Silvicultura;
3. Divisão do Sistema de Inspeção Municipal.

###### d) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

1. Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos:
  - 1.1. Divisão de Obras;
  - 1.2. Divisão de Serviços Públicos;
  - 1.3. Divisão de Almoxarifado.

###### e) Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico:

1. Divisão de Planejamento;
2. Divisão de Cidade;
3. Divisão de Desenvolvimento Econômico;

## 4. Divisão de Fiscalização de Obras e Plano Diretor.

## f) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Divisão de Assistência Social;
2. Divisão do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

## g) Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo:

1. Divisão de Esporte;
2. Divisão de Cultura;
3. Divisão de Turismo.

## h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata:

1. Divisão de Desenvolvimento do Distrito da Barra da Prata.

## IV – Órgãos Colegiados de Aconselhamento (ANEXO II da Lei):

## a) Vinculados à Secretaria Municipal de Educação:

1. Conselho de Educação;
2. Conselho de Alimentação Escolar;
3. Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

## b) Vinculados à Secretaria Municipal de Saúde:

1. Conselho de Saúde.

## c) Vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente:

1. Conselho de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

## d) Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico:

1. Conselho da Defesa Civil – COMDEC;
2. Conselho do Trabalho e Emprego;
3. Núcleo Gestor de Planejamento Territorial, Habitacional e de Saneamento Básico.

## e) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Conselho de Assistência Social;
2. Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
3. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:
  - 3.1. Conselho Tutelar;
4. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional;
5. Conselho dos Direitos do Idoso – CMDI.

## f) Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo:

4. Conselho de Cultura e Turismo;
5. Comissão Municipal de Esporte - CME.

A estrutura orçamentária do Município contempla as seguintes Unidades Gestoras:

- Prefeitura Municipal de Vitor Meireles: unidade gestora, tendo como seu gestor o Prefeito Municipal.
- Fundo Municipal de Saúde – FMS: unidade gestora da Secretaria Municipal de Saúde, tendo como seu gestor o Secretário de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS: unidade gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como gestor o Prefeito Municipal;
- Câmara Municipal de Vereadores: unidade gestora, tendo como gestor o Presidente da Câmara de Vereadores.

Tem como Unidade Orçamentária:

- Fundo Municipal de Infância e Adolescência;
- Fundo Municipal de Habitação e Interação Social.

As Secretarias são compostas pelos cargos de Secretários, em particular, 4 Cargos em Comissão, sendo distribuídos no Gabinete do Prefeito, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras e Serviços Públicos, respectivamente. Podendo ainda, haver no máximo 03 (três) servidores efetivos nomeados para “Funções de Confiança” – FC, por secretaria. Totalizando 10 (dez) funções de confiança do quadro de pessoal no município de acordo com a Lei Complementar 069/2011.

Atualmente o quadro de Cargos ocupados na estrutura administrativa do Município estava assim distribuída em 2016:

Quadro 1: PAACI 2017 - Composição dos cargos ocupados em 2016

| Categoria | Total |
|-----------|-------|
|-----------|-------|

|  |     |
|--|-----|
| Servidores Efetivos                              | 122 |
| Servidores Efetivos com Função de Confiança – FC | 8   |
| Servidores Admitidos em Caráter Temporário – ACT | 14  |
| Secretários Nomeados                             | 8   |
| Cargos em Comissão Nomeados                      | 2   |
| Total  | 155 |

Fonte: DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Para o ano de 2017, está vigente o Concurso Público nº 01/2016, onde podem ser ocupados alguns cargos, conforme a necessidade da administração e vacância de cargos já ocupados.

Com relação à matriz orçamentária, dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) preveem para 2017 o montante de R\$ 17.300.000,00, sendo este valor consolidado. Segue abaixo o quadro demonstrando as transferências financeiras previstas os valores distribuídos nos seguintes grupos de despesa:

Quadro 2: PAACI 2017 - Dados do Lei Orçamentária Anual – LOA – Lei nº 965/2016

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| GRUPO DE DESPESAS          | 17.300.000,00 |
| Despesas Correntes         | 15.462.262,32 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 8.678.000,00  |
| Juros e Encargos da Dívida | 16.762,32     |
| Outras Despesas Correntes  | 6.767.500,00  |
| Despesas de Capital        | 1.817.737,68  |
| Investimentos              | 1.546.500,00  |
| Amortização da Dívida      | 271.237,68    |
| Reversa de Contingência    | 20.000,00     |

Fonte: Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa - Sistema de Contabilidade  
Acesso: 08/12/2016

Para podermos demonstrar melhor a distribuição dos recursos orçamentários e financeiro do orçamento municipal, apresentaremos o quadro 3, onde evidencia o orçamento por Órgãos da unidade administrativa:

Quadro 3: PAACI 2017 – Demonstrativo da Despesas por Órgão – 2017

| Código | Órgão  | Orçamento    |
|--------|--|--------------|
| 01     | CÂMARA DE VEREADORES   | 606.000,00   |
| 02     | GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL                                 | 502.000,00   |
| 03     | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS                         | 1.882.500,00 |
| 04     | SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV, PEC E MEIO AMBIENTE           | 819.000,00   |
| 05     | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 222.000,00   |
| 06     | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO   | 4.761.750,50 |
| 07     | SECRETARIA DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS                           | 2.811.621,50 |
| 08     | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE                                       | 4.318.128,00 |
| 09     | FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA                     | 90.000,00    |
| 10     | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                          | 873.000,00   |
| 11     | SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO                       | 239.000,00   |
| 12     | FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL               | 38.000,00    |
| 13     | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA    | 117.000,00   |
| 90     | RESERVA DE CONTIGÊNCIA   | 20.000,00    |

Fonte: AN 02 da Lei 4.320/64 – Adendo III Portaria SOF nr 8, - Setor de Contabilidade  
Acesso em: 08/12/2016

Estes valores podem ser incrementados por suplementações, ou alterações orçamentárias, ou pelo recebimento de convênios no decorrer do exercício, que não podem ser previstos neste momento. Os órgãos 09 e 12 estão vinculados diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Importante salientar que explanamos aqui a estrutura administrativa do município e os recursos previstos, com o intuito de justificar a importância e relevância das Secretarias, ou Divisões escolhidas para as auditorias, tendo em vista o volume de recursos dispensados em relação aos demais.

## 2 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO

A Controladoria Interna do Município de Vitor Meireles é composta por um (01) servidor efetivo no cargo de Controlador Interno, responsável por todas as funções pertinentes à controladoria do município, ou seja, do Poder Executivo e Legislativo.

Com o intuito de monitorar com mais precisão as recomendações e determinações dos órgãos de controle e das auditorias internas, utilizamos um “Sistema de Informações de Auditoria”, que possibilita a geração de informações para subsidiar as atividades de auditoria interna e atender as demandas dos órgãos de controle interno e externo. O sistema deverá permitir a participação do Controlador Interno e manter

atualizada uma biblioteca com informações que permitam a geração de relatórios e a criação de formulários necessários à execução das atividades de auditoria, além de gerar uma agenda de atendimento dos planos de providências.

Em atendimento à necessidade de atualização constante do Controlador Interno, está prevista para 2017 a participação desse servidor em eventos e atividades de treinamento ou capacitação profissional, como os cursos promovidos pela Escola de Gestão Municipal - EGEM da FECAM, Cursos/Orientações dos Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou de outras entidades que possam surgir.

Haverá incentivo, também, para a participação do servidor nos Congressos e Seminários promovidos pela Federação Catarinense dos Municípios – FECAM.

E, participação nas reuniões mensais realizadas pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, através do Colegiado de Controladores Interno – CONCONTROLE.

O quadro a seguir demonstra as capacitações, congressos, e reuniões que a CONTROLADORIA INTERNA pretende participar no decorrer do ano:

Quadro 4: PAACI 2017- Ações de Capacitação e participação em eventos previstas para a Controladoria Interna

| Ação  | Justificativas   | Servidor | Horas      | Cronograma |
|---|--|----------|------------|------------|
| Cursos ou Orientações que podem ocorrer durante o ano   | Proporcionar estudo novas normas e legislações oferecidas através de cursos e treinamentos dos órgão de controle externo.  | 1        | 24         | A definir  |
| Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais - FECAM | Proporciona refletir e se preparar para as novas tendências legais e administrativas apresentadas nos painéis temáticos do evento  | 1        | 22         | Abril      |
| Reuniões do Colegiado de Controladores Internos da AMAVI - CONCONTROLE  | Proporciona a interação com os demais colegas controladores da região da AMAVI, contribuindo no entendimento conjunto das aplicações das normas vigentes.  | 1        | 60         | Mensal     |
| Demais Eventos/Reuniões que podem surgir no decorrer do ano   | Além dos eventos previstos, podem ocorrer alguns eventos atípicos, ou reuniões que se faz necessário a participação. Até mesmo algum curso que não seja específico ao CI, mas que tenha importância relevante. | 1        | 30<br>=136 | A definir  |

A reserva de horas para capacitação é importante na construção do planejamento, pois no decorrer do exercício de 2017, poderemos participar de outros eventos e programas de capacitação na área de controladoria governamental ou que versem sobre temas relacionados aos objetos a serem auditados, impossíveis de se prever no momento da elaboração do plano, com o objetivo de construir ou aperfeiçoar as habilidades necessárias para a realização das ações previstas no PAACI 2017.

#### 4 PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTERNA – PAACI 2017

O planejamento dos trabalhos de auditoria e as atividades da controladoria para o exercício de 2017 considerou as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, da Controladoria Geral da União e as normas internas da Lei Municipal que institui o Controle Interno, e foi construído considerando os seguintes fatores:

- A capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna;
- As necessidades do Município de Vitor Meireles;
- A materialidade e a relevância dos programas a serem auditados;
- O grau de eficiência ou fragilidade dos controles internos;
- A prática de outros órgãos de controle ou outras instituições governamentais.

As ações de auditoria planejadas objetivam o aprimoramento dos controles internos, com a verificação do desempenho e da conformidade das atividades das unidades gestoras, comparando-as com os objetivos e metas previstas nos orçamentos, com os preceitos legais e regulamentares vigentes.

Para a elaboração dos trabalhos, serão utilizados os sistemas IPM, FAEE, GEDOC, E-SFINGE, DIAGNOSTICO MUNICIPAL – AMAVI e consultas aos portais eletrônicos da Prefeitura, e demais órgãos governamentais de todas as esferas. Utilizaremos as legislações vigentes para cada caso a ser abordado especificamente.

#### 4.1 Metodologia de cálculo das horas de atividades

Para apuração do tempo necessário na realização das atividades da auditoria interna, foram considerados os dias úteis do calendário de 2017, a quantidade de servidores a disposição com sua respectiva jornadas diárias de trabalho, a possibilidade de afastamentos para capacitação, férias e licença saúde, e a distribuição das funções de acordo com o cargo ocupado pelo mesmo.

No quadro a seguir, demonstra-se o total de dias úteis de cada mês em 2017:

Quadro 5: PAACI 2017 - Identificação da quantidade de dias úteis

| Mês       | Total Dias/Mês | Sábados/Domingos | Feriados | Dias Úteis |
|-----------|----------------|------------------|----------|------------|
| Janeiro   | 31             | 9                | 0        | 22         |
| Fevereiro | 28             | 8                | 2        | 20         |
| Março     | 31             | 8                | 0        | 23         |
| Abril     | 30             | 10               | 3        | 17         |
| Maio      | 31             | 8                | 1        | 22         |
| Junho     | 30             | 8                | 2        | 20         |
| Julho     | 31             | 10               | 0        | 21         |
| Agosto    | 31             | 8                | 0        | 23         |
| Setembro  | 30             | 9                | 2        | 19         |
| Outubro   | 31             | 9                | 2        | 20         |
| Novembro  | 30             | 8                | 3        | 19         |
| Dezembro  | 31             | 10               | 5        | 16         |
| Total     | 365            | 105              | 20       | 242        |

Para quantificar as horas de atividades, foi considerada a possibilidade de ocorrência, em média, de 5 dias úteis de afastamento ou licenças e 136 horas de capacitação para o servidor e o restante em participação nas reuniões do Colegiado, conforme disposto no quadro a seguir:

Quadro 6: PAACI 2017 - Identificação das horas de atividades para o servidor

| Servidor          | Jornada | Dias Úteis | Horas Ano | Horas Férias | Afastamentos | Capacitação Reuniões | Total |
|-------------------|---------|------------|-----------|--------------|--------------|----------------------|-------|
| Controlador AUDIN | 7,0     | 237        | 1.659     | 210          | 35,0         | 136                  | 1.278 |
| Total Hrs         | 7,0     | 237        | 1.659     | 210          | 35,0         | 136                  | 1.278 |
| Dias              |         |            | 237       | 30           | 5            | 19                   | 183   |

O total de horas disponível para o servidor foi distribuído nas diversas atividades da Controladoria, na seguinte proporção, por atividade:

- a) Gestão, assessoramento na Controladoria - 50%
- b) Acompanhamento e verificação das ações implementadas e dos controles - 15%
- c) Auditorias Internas planejadas para o exercício – 35%

Quadro 7: PAACI 2017 - Distribuição das horas dedicadas às atividades por servidor

| Servidor            | Gestão CI | Acompanhamento | Auditoria Interna | Total    |
|---------------------|-----------|----------------|-------------------|----------|
| Controlador Interno | 639       | 192            | 447               | 1.278    |
| Total               | 677       | 192            | 447               | 1.278    |
| Dias 91 27          |           |                | 64                | 183      |
| Participação (%)    | 50 %      | 15 %           | 35 %              | 100,00 % |

#### 4.2 Detalhamento das atividades de Gestão da Controladoria e de Acompanhamento

As atividades de Gestão da Controladoria são executadas pelo Controlador. Essas atividades estão relacionadas ao funcionamento da unidade, através de ações, elaboração de expedientes, a elaboração de Instruções Normativas, a elaboração de relatórios de atividades, elaboração de Pareceres relacionados à Recursos Humanos, antecipação de recursos e convênios, acompanhamento dos índices de gestão fiscal e execução orçamentária, controles de gestão implantados nas divisões, Auditorias e verificações.

Para auxílio e registro das atividades diárias exercidas pela Controladoria, bem como planejamento das será utilizado o sistema disponibilizado pela AMAVI, estruturado em planejamento com atividades mensais.

Por sua vez, as Atividades de Acompanhamento consistem em dar suporte técnico e operacional às demandas dos órgãos de controle (TCE e CGU) e aos servidores e agentes políticos da própria municipalidade. Neste conjunto de atividades, estão a elaboração de relatórios e informações a serem prestadas ao Controle Interno, com o objetivo de suprirem a demanda dos Relatórios exigidos na Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.



#### 4.3 Detalhamento das ações selecionadas para a execução de Auditoria Interna

Com a execução do PAACI/2017, pretende-se atuar nas diversas áreas que compõem a estrutura administrativa. Como não possuímos uma matriz de risco sistematizada, para que se possa comparar e definir o grau de risco das diversas atividades que compõem a todos as Secretarias, Departamentos e Divisões, a seleção das ações levou em consideração, principalmente, os seguintes fatores:

- a) Secretarias que compreendem o maior volume de recursos na prestação dos serviços realizados a população;
- b) Departamentos que ainda não tenham tipo de verificações no passado e que demandam algum acompanhamento;
- c) Demandas externas, como recomendações do Ministério Público e Tribunal de Contas, para atuar nos Setores específicos;
- d) Capacidade operacional da Controladoria Interna e formação profissional do técnico envolvido que executará as ações de auditoria;

Desta forma, as áreas escolhidas para Auditoria no ano de 2017 são:

**Ação nº 001 – Auditoria na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, Controles Diversos, Horas de Máquinas e Conselho.**

**Avaliação sumária quanto ao risco/relevância:** Esta ação se faz necessária devido ao montante de recursos dispendidos para execução de dos serviços realizados nas propriedades particulares, e demais serviços prestados pela secretaria.

**Origem da demanda:** Ministério Público de Santa Catarina, com destaque ao recomendado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Presidente Getúlio.

**Objetivo da auditoria:** Verificar in loco, e emitir relatório das formas de controles realizadas na secretaria na prestação de diversos serviços à população, dando maior ênfase aos serviços de máquinas nas propriedades particulares,

**Escopo do trabalho:** Verificar se o Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas está sendo efetivamente colocado em prática, e os prazos ali contidos estão sendo atendidos conforme pactuado. Demais pontos que venham a ser encontrados, não concernentes ao objeto da auditoria proposta, serão encaminhados aos responsáveis as recomendações para que seja tomada as devidas providências.

**Período de execução:** Abril de 2017.

**Local de realização:** Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente e demais setores que e serviços que envolvem esta Secretaria.

**Recursos humanos:** 1 Controlador.

**Horas/Homem:** 223,5 horas

**Ação nº 002 – Auditoria na Secretaria de Saúde - Medicamentos, ESF e Conselho.**

**Avaliação sumária quanto ao risco/relevância:** Esta ação está incluída no planejamento devido ao fato de ter sido auditado pelo Ministério da Saúde em 2010. Mesmo tendo como objeto principal os programas executados através de recursos Federais.

**Origem da demanda:** Auditoria Interna.

**Objetivo da auditoria:** Verificar in loco como vem sendo realizado as ações implementadas após a auditoria realizada pelo Ministério da Saúde, e demais controles que existem na secretaria nas diversas divisões.

**Escopo do trabalho:** Avaliar os procedimentos e controles internos relacionados ao armazenamento, estoque e dispensa dos medicamentos.

**Analisar as ações e funcionalidade do Conselho Municipal de Saúde. Verificar o cumprimento das normas e apontamentos na auditoria do Ministério da Saúde quanto a Estratégia da Saúde Familiar - ESF e Agentes Comunitários de Saúde, quanto aos resultados alcançados e sua efetividade. Verificar demais controles que são adotados na Secretaria em suas Divisões distintas. Demais pontos que venham a ser encontrados, não concernentes ao objeto da auditoria proposta, serão encaminhados aos responsáveis as recomendações para que seja tomada as devidas providências.**

**Período de execução:** Agosto de 2017.

**Local de realização:** Secretaria Municipal de Saúde, Postos de Saúde e demais divisões que possam envolver as atividades relacionadas a Secretaria de Saúde (Contabilidade, Licitações, Compras, Recursos Humanos) .

**Recursos humanos:** 1 Controlador.

**Horas/Homem:** 223,5 horas

Ao longo do exercício, o cronograma execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como treinamentos (cursos, congressos e reuniões), trabalhos especiais, atendimento a demandas Tribunal de Contas do Estado – TCE, do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC e da Câmara de Vereadores.

Vitor Meireles/SC, 14 de dezembro de 2016.

André Luís Rinaldi  
Controlador Interno  
CRA/SC 10.430



**DECRETO Nº 074/2016**

DECRETO N. 074/2016

DENOMINA DE ALFREDO FOSSA, A PONTE SOBRE O RIBEIRÃO PALMITOS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, em seu art. 79, VI; e

CONSIDERANDO, o art. 2º da Constituição Federal, que estabelece que "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;

CONSIDERANDO, que compete a Prefeito a administração dos bens municipais, conforme Art. 79, XXV da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada a ponte sobre o Ribeirão Palmitos, situada na Rua Serafino Vendrami, neste Município como "PONTE ALFREDO FOSSA".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**LEI Nº 0968**

LEI N. 0968, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

CRIA A GALERIA DE FOTOS DOS PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criada a Galeria dos Presidentes, com a finalidade de homenagear os Presidentes das Legislaturas anteriores da Câmara Municipal de Vitor Meireles-SC, a ser instalada em local de destaque, preferencialmente, no Plenário da Câmara Municipal.

§ 1º. Fará jus a homenagem mencionada no caput deste artigo, o vereador que tenha presidido, interruptamente, a Câmara pelo prazo de 6 (seis) meses.

§2º. No caso de reeleição do Presidente, se aguardará o término do segundo mandato, e na moldura constará os dois períodos que o homenageado presidiu a Casa Legislativa.

Art. 2º. A Galeria será acondicionada em molduras padronizadas, no tamanho 30x40 centímetros com exposição da foto, identificação do nome e do período em que o homenageado comandou a Casa Legislativa.

Parágrafo único. Denominar-se-á Galeria Eduardo Decarli, em homenagem ao vereador Eduardo Decarli.

Art. 3º. Ao término de cada mandato, o novo Presidente empossado deverá providenciar a inclusão da imagem do Presidente anterior na Galeria dos Presidentes.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão suportadas pela dotação orçamentária 4.4.90.00.00 – Investimento/ Aplicações Diretas, prevista no orçamento da Câmara Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles (SC), 15 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 240/2016**

PORTARIANº 240/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANE VELHO ALVES DOS SANTOS

Cargo: MÉDICO DA ESF

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias,

pelo período de 28/11/2016 a 12/12/2016, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## **PORTARIA Nº 241/2016**

PORTARIANº 241/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROBERTA SCHMITT

Cargo: TURISMÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 12/12/2016 a 26/12/2016, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## **PORTARIA Nº 242/2016**

PORTARIANº 242/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o inciso III, artigo 32, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: HELENA DE SOUZA

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a requerimento, Licença para Casamento, pelo período de 12/12/2016 a 16/12/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de dezembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**RESOLUÇÃO Nº 008/2016**

|  |  |                     |
|--|--|---------------------|
| Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. |  | VITOR MEIRELES - SC |
|--|--|---------------------|

RESOLUÇÃO N. 008/2016, de 15 de dezembro de 2016

Dispõe Sobre a aprovação e composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA, do acordo com a Lei 0880 de 05 de maio de 2014

A Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em sua trigésima oitava Assembleia Ordinária realizada em 15 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

Art. 2º Publicar a composição e seus dignos representantes no anexo 01 da resolução 008/2016

Art. Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Elvira Kammer  
Presidente do CMDCA  
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 15 de dezembro de 2016.

**ANEXO 01 DA RESOLUÇÃO Nº 008/2016 DE 15/12/2016**

Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-CMDCA de Vitor Meireles.

Secretaria Municipal de Educação: Edenir Brange França - Titular  
Zenita Ignaczuk – Suplente;  
Secretaria Municipal de Saúde: Elizabeth Zoura –Titular  
Telmo Luiz koerich – Suplente;  
Secretaria Municipal de Assistência Social: Rosane Vieira – Titular  
Marcelo André Agostini – Suplente;  
Secretaria Municipal de Administração e Finança: Joice Batista da Silva Watras - Titular;  
Caroline Mazzoti Walscholz – Suplente  
Secretaria Municipal se Esporte, Cultura e Lazer: Roberta Schmitt – Titular Salésio Boing – Suplente;  
Sindicato: Faustino Cardoso – Titular  
Cleiton Júnior Machado – Suplente;  
Clube dos Idosos: Valentina Ignati Iunceck – Titular  
Nilva Boing – Suplente;  
Clube de Mães: Laurita Possamai Meneghelli – Titular  
Salete Macarine – Suplente;  
APP's: Morgana de Sena André – Titular  
Mafalda Barcelos – Suplente;  
Igrejas: Iara Darolt – Titular  
Rosemeri Schultz Maiberg – Suplente.

A Diretoria:

Presidente: Rosane Vieira;  
Vice Presidente: Morgana de Sena André;  
Primeira Secretária: Iara Darolt;  
Segunda Secretária: Joice Batista da Silva Watras.

Vitor Meireles, 15 de dezembro de 2016.

Elvira Kammer  
Presidente do CMDCA

# Xanxerê

## PREFEITURA

### **EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO 0059/2016**

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0059/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Alan Marcus Blanc & Cia Ltda.

Objeto: Reforma e Ampliação das Mangueiras do Parque de Arremates e Leilão do Gado no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário para até 30 de Junho de 2017, contados a partir de 01 de Janeiro de 2017, Conforme Art. 57, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 404

DECRETO Nº. 404/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 39.999,98 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

| Código       | Unidade                      | Projeto atividade                       |  |
|--------------|------------------------------|---|--|
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA | 2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário. |  |
| Modalidade   | Fonte                        | Valor R\$                               |  |
| 3.3.90.00.00 | 10.64                        | 39.999,98                               |  |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.64, oriundos do Convênio 2016TR001232 do Governo do Estado através da Agência de Desenvolvimento de Xanxerê – ADR.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 01 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### Decreto 414

DECRETO Nº. 414/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4239/2016 de 07 de Dezembro de 2016. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 633.000,00 (Seiscentos e trinta e três mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

| Código       | Unidade                          | Projeto atividade  |  |
|--------------|----------------------------------|--|--|
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | 2.022 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental. |  |
| Modalidade   | Fonte                            | Valor R\$  |  |
| 3.1.90.00.00 | 01.01                            | 633.000,00   |  |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

| Código       | Unidade                               | Projeto atividade                                  |  |
|--------------|---------------------------------------|--|--|
| 15.01        | FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.037 – Manutenção do Fundo de Assistência Social. |  |
| Modalidade   | Fonte                                 | Valor R\$  |  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                 | 600.000,00   |  |

|              |                          |   |
|--------------|--------------------------|---|
| Código       | Unidade                  | Projeto atividade                           |
| 16.01        | FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde. |
| Modalidade   | Fonte                    | Valor R\$                                   |
| 3.3.50.00.00 | 01.02                    | 33.000,00                                   |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 07 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## Decreto 415

DECRETO Nº. 415/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4239/2016 de 07 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.466.000,00 (Hum milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

|              |                             |  |
|--------------|-----------------------------|--|
| Código       | Unidade                     | Projeto atividade                                  |
| 04.01        | SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO | 2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas. |
| Modalidade   | Fonte                       | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                       | 208.000,00   |

|              |                       |  |
|--------------|-----------------------|--|
| Código       | Unidade               | Projeto atividade                              |
| 05.01        | SECRETARIA DA FAZENDA | 2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras. |
| Modalidade   | Fonte                 | Valor R\$                                      |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                 | 84.000,00                                      |

|              |                                  |  |
|--------------|----------------------------------|--|
| Código       | Unidade                          | Projeto atividade  |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | 2.022 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental. |
| Modalidade   | Fonte                            | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.18                            | 395.000,00   |
| 3.1.90.00.00 | 01.01                            | 667.000,00   |

|              |                              |   |
|--------------|------------------------------|---|
| Código       | Unidade                      | Projeto atividade                       |
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA | 2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário. |
| Modalidade   | Fonte                        | Valor R\$                               |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                        | 112.000,00                              |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

|              |                             |  |
|--------------|-----------------------------|--|
| Código       | Unidade                     | Projeto atividade                            |
| 04.01        | SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO | 2.049 – Manutenção do Fundo de Defesa Civil. |
| Modalidade   | Fonte                       | Valor R\$                                    |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                       | 24.154,00                                    |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                       | 3.000,00                                     |

|              |                                  |   |
|--------------|----------------------------------|---|
| Código       | Unidade                          | Projeto atividade                                 |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | 1.005 – Ampliação da Rede Física do Ensino Médio. |
| Modalidade   | Fonte                            | Valor R\$   |
| 4.4.90.00.00 | 01.01                            | 135.719,75  |

|              |   |  |
|--------------|---|--|
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA          | 1.006 – Aquisição de Veículos.                               |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.01                                     | 5.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA          | 1.007 – Ampliação da Rede Física de Educação Infantil.       |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.01                                     | 30.085,43  |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA          | 2.026 – Educação de Jovens e Adultos.                        |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 27.710,71  |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 06.02        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA          | 2.027 – Manutenção das Festividades e Atividades Culturais.  |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 12.690,11  |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA              | 1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana.                      |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 50.000,00  |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA              | 1.011 – Saneamento Geral.                                    |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 2.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA              | 1.014 – Ampliação da Frota Rodoviária.                       |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 3.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 07.01        | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA              | 2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário.                      |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 200.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 08.01        | SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | 1.004 – Ampliação do Abastecimento de Água Potável.          |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 5.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 08.01        | SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | 2.050 – Manutenção de Atividades Ambientais.                 |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 4.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 08.02        | FUNDO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO     | 1.012 – Ampliação da Patrulha Agrícola.                      |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 3.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 08.02        | FUNDO DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO     | 2.065 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário. |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                     | 5.000,00   |
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade  |
| 09.01        | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO   | 2.051 – Promoção do Turismo Local.                           |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 4.000,00   |



|              |                          |                                       |
|--------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Código       | Unidade                  | Projeto atividade                     |
| 10.03        | FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO | 2.064 – Manutenção do Fundo do Idoso. |
| Modalidade   | Fonte                    | Valor R\$                             |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                    | 45.950,00                             |

|              |                                  |   |
|--------------|----------------------------------|---|
| Código       | Unidade                          | Projeto atividade                                     |
| 06.01        | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | 2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil. |
| Modalidade   | Fonte                            | Valor R\$   |
| 3.1.90.00.00 | 01.18                            | 283.000,00  |
| 3.1.90.00.00 | 01.19                            | 112.000,00  |

|              |                      |   |
|--------------|----------------------|---|
| Código       | Unidade              | Projeto atividade                           |
| 02.01        | GABINETE DO PREFEITO | 2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito. |
| Modalidade   | Fonte                | Valor R\$                                   |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                | 47.000,00                                   |

|              |                           |  |
|--------------|---------------------------|--|
| Código       | Unidade                   | Projeto atividade                                |
| 02.01        | GABINETE DO VICE-PREFEITO | 2.021 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito. |
| Modalidade   | Fonte                     | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                     | 19.000,00  |

|              |   |  |
|--------------|---|--|
| Código       | Unidade                                   | Projeto atividade                            |
| 08.02        | SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | 2.030 – Manutenção Funcional da Agricultura. |
| Modalidade   | Fonte                                     | Valor R\$                                    |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                                     | 140.000,00                                   |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                     | 10.000,00                                    |

|              |   |  |
|--------------|---|--|
| Código       | Unidade                                 | Projeto atividade  |
| 09.01        | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. |
| Modalidade   | Fonte                                   | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                                   | 76.000,00  |
| 3.3.90.00.00 | 01.00                                   | 12.690,00  |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                                   | 5.000,00   |

|              |  |  |
|--------------|--|--|
| Código       | Unidade                                      | Projeto atividade  |
| 10.01        | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO | 2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais. |
| Modalidade   | Fonte  | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.00  | 120.000,00   |

|              |                               |   |
|--------------|-------------------------------|---|
| Código       | Unidade                       | Projeto atividade                             |
| 11.01        | SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER | 2.033 – Manutenção das Atividades Esportivas. |
| Modalidade   | Fonte                         | Valor R\$                                     |
| 3.1.90.00.00 | 01.00                         | 25.000,00                                     |
| 3.3.50.00.00 | 01.00                         | 19.000,00                                     |
| 4.4.90.00.00 | 01.00                         | 1.000,00                                      |

|              |  |  |
|--------------|--|--|
| Código       | Unidade  | Projeto atividade  |
| 12.01        | SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE | 2.034 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade. |
| Modalidade   | Fonte  | Valor R\$  |
| 3.1.90.00.00 | 01.00  | 36.000,00  |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 07 de Dezembro de 2016.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra  
Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

**Decreto 423**

DECRETO Nº. 423/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a servidora municipal NATANY BETINELLE BERNARDON, ocupante do cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, portadora da matrícula 7381, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 424**

DECRETO Nº. 424/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a servidora municipal IVANIA INES ZANETTI, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA DE PROGRAMAS SOCIAIS, portadora da matrícula 6223, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 425**

DECRETO Nº. 425/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a servidora municipal CATIANE BRUNETTO, ocupante do cargo comissionado de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO, portadora da matrícula 6397, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 426**

DECRETO Nº. 426/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, o servidor municipal ODILEI DA SILVA, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO, portador da matrícula 6278, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 427**

DECRETO Nº. 427/2016.

Exonera Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de da presente data, o Sr. CLAUDIR MINSKI, ocupante do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

**Decreto 428**

DECRETO Nº. 428/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 19 de dezembro de 2016, a servidora municipal MARINILSE DE FREITAS FIN, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA DE LICITAÇÕES, portadora da matrícula 6010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

**Decreto 429**

DECRETO Nº. 429/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 19 de dezembro de 2016, o servidor municipal GILBERTO JOSE ADOLFO, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DA FAMILIA, portador da matrícula 6240, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

**Decreto 430**

DECRETO Nº. 430/2016.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 19 de dezembro de 2016, a servidora municipal CARINE CASSISE CECHIN, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE DO VICE PREFEITO, portadora da matrícula 7618, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA 006/2016 - SMEC**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Portaria Nº 006 de 01 de dezembro de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Concede afastamento remunerado integral na categoria de PAGAMENTO DO SUBSTITUTO EFETUADO COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria 003 de 30 de março de 2016 e posterior regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e da outras providências.

Art. 1º- O Prefeito Municipal de Xaxim- Estado de Santa Catarina Sr. Idacir Antonio Orso e o Sr. Gildomar Michelin atualmente investido na função de Secretário Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições e em observância a Legislação Municipal, especialmente as leis 36/2007, 4087/2015, portaria de Nº 003 de 30 de março de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a sua regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e em consequência de classificação baseada no edital de Nº 10/2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resolvem:

Conceder afastamento remunerado integral, inclusive com o adicional por regência de classe, reajustes, reposições e progressões ao servidor/a Municipal, Professor Luiz Paulo Monteiro, para que o/a mesmo/a frequente o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Geografia pela UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo período máximo de 02 (dois) anos, sendo prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, a partir do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2017( dois mil e dezessete), a 31 (trinta e um) de janeiro de 2019 (dois mil e dezenove).

Art. 2º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal e do Secretário Municipal de Educação e Cultura, em 01 de dezembro de 2016.

Registra-se, comunica-se e publica-se de acordo com os critérios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Idacir Antonio Orso Gildomar Michelin  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Educação e Cultura

**PORTARIA 007/2016 - SMEC**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Portaria Nº 007 de 01 de dezembro de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Concede afastamento remunerado integral na categoria de PAGAMENTO DO SUBSTITUTO EFETUADO COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria 003 de 30 de março de 2016 e posterior regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e da outras providências.

Art. 1º- O Prefeito Municipal de Xaxim- Estado de Santa Catarina Sr. Idacir Antonio Orso e o Sr. Gildomar Michelin atualmente investido na função de Secretário Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições e em observância a Legislação Municipal, especialmente as leis 36/2007, 4087/2015, portaria de Nº 003 de 30 de março de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a sua regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e em consequência de classificação baseada no edital de Nº 10/2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resolvem:

Conceder afastamento remunerado integral, inclusive com o

adicional por regência de classe, reajustes, reposições e progressões ao servidor/a Municipal, Professora LORIENE CARLA RAMON VENAZZI, para que o/a mesmo/a frequente o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação pela UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo período máximo de 02 (dois) anos, sendo prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, a partir do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2017( dois mil e dezessete), a 31 (trinta e um) de janeiro de 2019 (dois mil e dezenove).

Art. 2º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal e do Secretário Municipal de Educação e Cultura, em 01 de dezembro de 2016.

Registra-se, comunica-se e publica-se de acordo com os critérios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Idacir Antonio Orso Gildomar Michelin  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Educação e Cultura

**PORTARIA 008/2016 - SMEC**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Portaria Nº 008 de 01 de dezembro de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Concede afastamento remunerado integral na categoria de PAGAMENTO DO SUBSTITUTO EFETUADO COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria 003 de 30 de março de 2016 e posterior regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e da outras providências.

Art. 1º- O Prefeito Municipal de Xaxim- Estado de Santa Catarina Sr. Idacir Antonio Orso e o Sr. Gildomar Michelin atualmente investido na função de Secretário Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições e em observância a Legislação Municipal, especialmente as leis 36/2007, 4087/2015, portaria de Nº 003 de 30 de março de 2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a sua regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação e em consequência de classificação baseada no edital de Nº 10/2016 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resolvem:

Conceder afastamento remunerado integral, inclusive com o adicional por regência de classe, reajustes, reposições e progressões ao servidor/a Municipal, Professor VALDIR SKRZYPCZAK, para que o/a mesmo/a frequente o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (DOUTORADO) em Geografia pela UFSM-Universidade Federal de Santa Maria, pelo período máximo de 04 (quatro) anos, sendo prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, a partir do dia 01 (primeiro) de fevereiro de 2017( dois mil e dezessete), a 31 (trinta e um) de janeiro de 2021(dois mil e vinte um).

Art. 2º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal e do Secretário Municipal de Educação e Cultura, em 01 de dezembro de 2016.

Registra-se, comunica-se e publica-se de acordo com os critérios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Idacir Antonio Orso Gildomar Michelin  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Educação e Cultura

# Associações

## GRANFpolis

**RESOLUÇÃO Nº 10/2016**

RESOLUÇÃO Nº 010/2016

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Fica estabelecido Ponto Facultativo nos dias 23 de dezembro de 2016 e 30 de dezembro de 2016.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

PRESIDENTE



# Consórcios

## AGIR

### ATA Nº 040 DE 06.12.2016 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

ATA Nº 040/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2.130, página 656, de 25.11.2016, às 14 horas, reuniu-se o Comitê de Regulação da AGIR, na sala de reuniões Vale Europeu da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: senhor Luiz Alberto de Souza, senhor Richard Buchinski, senhora Sandra A. A. de Oliveira, senhor José Carlos Spengler, senhor José Vilson Brassiani, senhor Guilherme Schmidt Pimentel, e senhor Ricardo Alexandre da Silva; e dos Conselheiros Suplentes: senhora Lucia R. V. Zermiani, senhor Artur Uliano, senhora Noemia Bohn, senhor Gabriel Cristofolini, e senhora Janaina Silva Cunha; da senhora Maria de Fátima Martins – Assessora Jurídica da AGIR, senhora Giovana Peron – Estagiária da AGIR, senhor Caio Barbosa de Carulice – Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhor Ricardo Hübner – Diretor Técnico da AGIR, senhor Heinrich Luiz Pasold – Diretor Geral da AGIR, senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativa da AGIR, senhor Vitor Zanella Junior – Ouvidor da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning – Assessor Jurídico da AGIR, e senhora Ana Luisa Reinke – Administradora Contratual da Odebrecht Ambiental. Os trabalhos desta Reunião Extraordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pelo Presidente do Comitê de Regulação, senhor Ricardo Alexandre da Silva, que cumprimentou a todos os presentes, e designou a senhora Giovana Peron para secretariar os trabalhos. Em seguida, foi apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Discussão contribuições resoluções Consulta Pública nº 002/2016; 3 – Posse Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR; 4 – Assuntos Gerais. Referente à leitura e aprovação da ata da reunião anterior (item 1), ficou dispensada a leitura devido ao envio da ata por e-mail aos Conselheiros no dia primeiro (01) de dezembro do corrente ano, e em razão de não ter havido manifestações acerca do relatado, considerou-se a mesma aprovada. Na sequência, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, senhor Ricardo Alexandre da Silva, antecipou o item 3 da pauta (Posse Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR), passando a palavra à senhora Ana Claudia Hafemann, que deu as boas-vindas e apresentou os Conselheiros eleitos presentes, sendo o senhor Luiz Alberto de Souza e o senhor José Vilson Brassiani eleitos como Conselheiros Titulares; e o senhor Artur Uliano, a senhora Noemia Bohn, o senhor Gabriel Cristofolini, e a senhora Janaina Silva Cunha, eleitos como Conselheiros Suplentes. Em seguida, os termos de posse foram entregues e assinados pelos Conselheiros. Tomando a palavra, o senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR, saudou e agradeceu os novos Conselheiros, e também explicou a eles acerca da formação do Comitê de Regulação e do funcionamento do Consórcio Público AGIR. Apresentou ainda o Presidente do Comitê de Regulação, senhor Ricardo Alexandre da Silva, e os membros da Equipe Técnica da AGIR. Dando sequência aos trabalhos, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR passou ao segundo item da pauta (Discussão contribuições resoluções Consulta Pública nº 002/2016), comentando acerca das Resoluções Normativas enviadas à Consulta Pública nº 002/2016, quais sejam: 006/2016 – Procedimentos para coleta, sistematização de dados e cálculo de indicadores, para avaliação da evolução de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios regulados pela AGIR; 007/2016 – Procedimentos e metodologia de cálculo de reajuste das tarifas e preços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando do reajuste das tarifas e preços públicos de água e esgoto; 008/2016 – Procedimentos e metodologia de revisão tarifária a serem observados pelos prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dos municípios consorciados à AGIR, quando da revisão das tarifas de água e esgoto; e 009/2016 – Procedimentos de ouvidoria para instituição do relatório trimestral de atendimento das ouvidorias e dos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) dos prestadores de serviços de saneamento básico. Na sequência, o senhor Ricardo Alexandre da Silva passou a palavra à senhora Maria de Fátima Martins, Assessora Jurídica da AGIR, que informou acerca do período em que a Consulta Pública nº 002/2016 ficou aberta, e também comentou que as contribuições recebidas seriam abordadas separadamente em cada Resolução. Em seguida, passou a palavra ao senhor Ricardo Hübner, Diretor Técnico da AGIR, que apresentou as contribuições recebidas na Resolução Normativa nº 006/2016, sendo a primeira contribuição feita pela Odebrecht Ambiental e pelo SAMAE de Blumenau, no que tange o Parágrafo único do Artigo 6, que trata de envio de dados à AGIR, e questionou-se qual será o meio digital utilizado para fornecimento de dados, que poderia gerar custos adicionais. A senhora Lúcia R. V. Zermiani ainda questionou acerca da validação destes dados e da criteriosidade de controle de valores, e o senhor Heinrich Luiz Pasold informou que a AGIR fará esta validação, e informou ainda que esta medida não deverá gerar aumento do custo. Já no Artigo 7 da Resolução, que trata do envio de dados dos indicadores à AGIR, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que o envio seja semestral, com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio após fechamento do semestre. Após discussão entre os Conselheiros, acordou-se que o prazo seria reduzido para 30 (trinta) dias. Já tratando do Artigo 9, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que além dos indicadores, também se leve em consideração o estabelecido nos Planos Municipais de Saneamento Básico, Contratos de Concessão, Planos Diretores, entre outros instrumentos, para avaliação de desempenho dos prestadores de serviço, e o senhor Ricardo Hübner informou que os indicadores devem estar alinhados com os Planos Municipais de Saneamento Básico. A senhora Noemia Bohn também comentou acerca da participação dos municípios neste processo. Dando continuidade, no Artigo 11, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que o Relatório Anual de Indicadores da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário seja enviado primeiramente aos prestadores de serviço para avaliação, e posteriormente seja disponibilizado no site da AGIR. Já no Artigo 12, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que o primeiro envio de dados seja relativo ao período anual consolidado, e o SAMAE de Brusque sugeriu que os dados a serem enviados sejam relativos ao período de jan/2017 a dez/2017, e não de 2015 como traz a Resolução. Passando ao Anexo I da Resolução Normativa nº 006/2016, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que fosse realizada uma redefinição de parâmetros na classificação dos indicadores, e o senhor Heinrich Luiz Pasold informou que será feita verificação junto à Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR. Passando à Descrição dos Indicadores, no Indicador 023, índice de atendimento urbano de água, o SAMAE de Brusque sugeriu que haja uma definição mais clara do critério para a determinação da população urbana, e que seja feita uma aplicação semestral e não mensal. Já no Indicador 024, índice de atendimento

urbano de esgoto em relação ao atendimento com abastecimento de água, o SAMAE de Brusque sugeriu que as porcentagens sejam alteradas, baseando os valores na meta do Plano Nacional de Saneamento Básico para o estado de Santa Catarina. A senhora Sandra A. A. de Oliveira ainda comentou sobre não utilizar porcentagem, e colocar o Plano Municipal de Saneamento Básico ou Contrato de Concessão como base, ou graduar em outros níveis para mostrar o que já foi executado. Tratando do Indicador 016, índice de tratamento de esgoto, o SAMAE de Brusque sugeriu que deveria ser fixado o percentual do volume de água consumido a ser considerado, e a Odebrecht Ambiental e o SAMAE de Blumenau sugeriram que além do código do Indicador, o anexo também deveria apresentar o título da informação definida no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Comentou-se ainda acerca dos locais onde o esgoto é coletado, mas não é tratado, e que para estes casos poderia ser feita uma Instrução Normativa. Passando ao Indicador 049, índice de perdas na distribuição, o SAMAE de Brusque sugeriu mudança no nível da porcentagem, pois os valores atuais estão muito distintos da realidade catarinense. Referente ao Indicador 102, índice de produtividade de pessoal total, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau questionaram a avaliação dos dados de água e esgoto, porque em alguns casos haverá mais de um prestador de serviço, é necessário verificar como seria feita a importação de dados. Passando ao Indicador 060, índice de despesa por consumo de energia elétrica nos sistemas de água e esgoto, o SAMAE de Brusque, a Odebrecht Ambiental e o SAMAE de Blumenau alegam que o Indicador não é o mais apropriado para medir eficiência, pois só apresenta custo, e não especifica uma matriz energética, portanto, seria melhor incluir um índice que tratasse também da eficiência. Tratando do Indicador 008, despesa média anual por empregado, a Odebrecht Ambiental e o SAMAE de Blumenau sugeriram que os intervalos de referência deste Indicador sejam estabelecidos a partir da avaliação de um banco de dados anual sugerido, fornecido pelos prestadores, visto que com os números atuais, subentendesse que o prestador não pode pagar um salário alto aos colaboradores. Passando ao item 4, nos critérios de avaliação, a Odebrecht Ambiental e o SAMAE de Blumenau sugeriram a criação de uma planilha dos indicadores para preenchimento padronizado. Em sequência, referente ao Quadro 1, resumo da avaliação de desempenho, a Odebrecht Ambiental e o SAMAE de Blumenau sugeriram que sejam incluídas metas determinadas em Planos Municipais de Saneamento Básico, Contratos de Concessão e/ou outros, visando acompanhar a evolução dos prestadores. Também comentou-se acerca do ranking de qualidade, onde Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram aumento no escalonamento dos resultados. Encerraram-se, então, as discussões acerca da Resolução Normativa nº 006/2016, e ficou estabelecido que a equipe técnica da AGIR fará anotações e retificações, e posteriormente encaminhará o novo texto aos Conselheiros para conhecimento. Em seguida, o senhor Ricardo Alexandre da Silva passou a palavra ao senhor Vitor Zanella Junior, Ouvidor da AGIR, para apresentação das contribuições recebidas na Resolução Normativa nº 009/2016. O SAMAE de Brusque sugeriu que a Resolução entrasse em vigor a partir de 2018, visto que muitos prestadores e municípios ainda não possuem o setor de ouvidoria, ficando para o ano de 2017 a implantação deste setor. No Artigo 2, que trata do envio do Relatório das Ouvidorias/SAC à AGIR, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau questionaram qual será o meio digital utilizado para fornecimento de dados, pois poderiam ser gerados custos adicionais, e o senhor Vitor Zanella Junior informou que haverá um modelo padrão no site da AGIR. No Artigo 4, que trata da periodicidade de envio do Relatório das Ouvidorias/SAC, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que o envio seja trimestral, com prazo de 45 dias após fechamento do trimestre. Após discussão entre os presentes, acordou-se num prazo de 30 dias para envio do referido Relatório. No Artigo 5, que trata das demonstrações estatísticas, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram concessão de 180 dias para adaptação dos sistemas para recolhimento de todas as informações solicitadas no Relatório das Ouvidorias/SAC. No Artigo 7, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que especifique-se no texto quem será o responsável pela elaboração do Relatório das Ouvidorias/SAC. No Artigo 10, que trata dos destinatários, e no artigo 11, que abrange os prazos, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que a obrigatoriedade do envio seja apenas à AGIR. No Artigo 14, que trata das fiscalizações in loco, a CASAN sugeriu alteração redacional, incluindo no texto registro por meio de relatório e prazo para manifestação dos prestadores. Passando ao Artigo 17, que trata do envio do Relatório das Ouvidorias/SAC após vigência da Resolução, Odebrecht Ambiental e SAMAE de Blumenau sugeriram que o prazo seja de 180 (cento e oitenta) dias, pois é necessário realizar adaptação do sistema interno. Finalizando-se as discussões acerca da Resolução Normativa nº 009/2016, as alterações serão processadas pelo setor de Ouvidoria e o texto modificado será encaminhado aos Conselheiros para conhecimento e análise. Ficou acordado ainda que as Resoluções Normativas nº 007 e 008/2016 serão discutidas na próxima reunião. Dando sequência aos trabalhos, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, senhor Ricardo Alexandre da Silva, passou ao item 4 da pauta (Assuntos Gerais), apresentando uma solicitação feita pela CASAN para implementação de multa pecuniária pela ausência de consulta de viabilidade técnica para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto sanitário e aprovação do projeto hidrosanitário pela CASAN. Após breve discussão entre os Conselheiros, o senhor José Vilson Brassiani se dispôs a verificar sobre a questão com o Chefe de Gabinete da CASAN, e o assunto será tratado em outra reunião. O senhor Ricardo Alexandre da Silva ainda informou que a próxima reunião será realizada no dia 14 (catorze) de dezembro do corrente ano, e abriu a palavra aos demais Conselheiros, porém não houve manifestações. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Ricardo Alexandre da Silva, Presidente do Comitê de Regulação, deu por encerrados os trabalhos desta reunião extraordinária, determinando que eu, Giovana Peron, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

Ricardo Alexandre da Silva  
Presidente do Comitê de Regulação

Giovana Peron  
Estagiária da AGIR e Secretária "ad hoc"



**CIDEMA****RESOLUÇÃO Nº 10 /2016**

RESOLUÇÃO Nº 10 /2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 17 Estatuto Social:

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 ..... : CIDEMA  
Unidade 01 ..... : PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS AGUAS  
Projeto/Atividade 2.001...: PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS AGUAS  
Elemento da Despesa ..... : 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Valor ..... : R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Órgão 02 ..... : CIDEMA  
Unidade 01 ..... : PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS AGUAS  
Projeto/Atividade 2.001...: PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS AGUAS  
Elemento da Despesa ..... : 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Valor ..... : R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapecó, SC, em 16 de dezembro de 2016.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho Presidente do CIDEMA

**RESOLUÇÃO Nº 11 /2016**

RESOLUÇÃO Nº 11 /2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 17 Estatuto Social:

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 ..... : CIDEMA  
Unidade 03 ..... : PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL  
Projeto/Atividade 2.003...: PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL  
Elemento da Despesa ..... : 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Valor ..... : R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta da anulação de dotação, conforme abaixo descrito:

Órgão 02 ..... : CIDEMA  
Unidade 03 ..... : PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL  
Projeto/Atividade 2.003...: PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL  
Elemento da Despesa ..... : 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
Valor ..... : R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapecó, SC, em 16 de dezembro de 2016.  
FABIANO DA LUZ  
Prefeito de Pinhalzinho Presidente do CIDEMA

## CIGA

### **Extrato de Contrato n. 352 - AMUNES - Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 352/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AMUNES - Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo

CONTRATANTE: AMUNES - Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo

CNPJ: 31.699.119/0001-28

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de outubro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 353 - Prefeitura Municipal de Leoberto Leal**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 353/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Leoberto Leal

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Leoberto Leal

CNPJ: 82.924.390/0001-50

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

## CIS/AMAUC

### RESOLUÇÃO Nº03/2016

RESOLUÇÃO 003/2016, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LACI GRIGOLO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária, no dia 27 de outubro de 2016, registrada em ata, tendo em vista o que dispõem os termos do Protocolo de Intenções de 26/03/2009 ratificado pelas leis municipais, as disposições estatutárias, o contrato de programa e os contratos de rateio celebrado entre os consorciados,

#### RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução estima a receita e fixa a despesa do CIS AMAUC para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal do consórcio.

Parágrafo Único: Constituem os anexos e fazem parte desta resolução:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

V – QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa.

Art. 2º O Orçamento do Consórcio, em obediência ao princípio de equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º §1º, estimada para o exercício de 2017 em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) e a despesa fixada em igual valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

Art. 3º A receita orçamentária, que decorrerá da arrecadação das contribuições dos entes consorciados, nos respectivos contratos de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas que o consórcio possa arrecadar conforme a legislação vigente é estimada em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

|                          |                                      |                           |            |            |
|--------------------------|--------------------------------------|---------------------------|------------|------------|
| 4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS                             | Recurso                   |            | 680.000,00 |
| 4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES                   |                           |            | 680.000,00 |
| 4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS PATRIMONIAIS                |                           | 9.770,44   |            |
| 4.1.3.2.5.99.00.00.00.00 | Rendimento de Aplicações Financeiras | 0.1.02 - Saúde            | 9.770,44   |            |
| 4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS                  |                           | 568.000,00 |            |
| 4.1.6.0.0.05.00.00.00.00 | Serviços de Saúde                    |                           |            |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.00 | Outros Serviços de Saúde             | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 568.000,00 |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.01 | Alto Bela Vista                      | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 75.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.02 | Arabutã                              | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 10.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.03 | Concórdia                            | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 5.000,00   |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.04 | Ipira                                | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 55.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.05 | Ipumirim                             | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 45.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.06 | Irani                                | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 75.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.07 | Itá                                  | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 20.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.08 | Jaborá                               | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 20.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.09 | Lindoia do Sul                       | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 20.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.10 | Paial                                | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 85.000,00  |            |

|                          |   |                           |            |            |
|--------------------------|---|---------------------------|------------|------------|
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.11 | Peritiba  | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 45.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.12 | Piratuba  | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 25.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.13 | Pres. Castello Branco                                     | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 33.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.14 | Seara   | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 20.000,00  |            |
| 4.1.6.0.0.05.99.00.00.15 | Xavantina   | 0.1.03 - Rec. Serv. Saude | 35.000,00  |            |
| 4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                                  |                           | 102.229,56 |            |
| 4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS                        |                           |            |            |
| 4.1.7.2.3.00.00.00.00.00 | Transferências De Municípios Consorciados                 |                           | 102.229,56 |            |
| 4.1.7.2.3.37.01.00.00.00 | Alto Bela Vista   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.02.00.00.00 | Arabutã   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.03.00.00.00 | Concórdia   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.04.00.00.00 | Ipira   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.05.00.00.00 | Ipumirim  | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.06.00.00.00 | Irani   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.07.00.00.00 | Itá   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.08.00.00.00 | Jaborá  | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.09.00.00.00 | Lindoia do Sul  | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.10.00.00.00 | Paial   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.11.00.00.00 | Peritiba  | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.12.00.00.00 | Piratuba  | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.13.00.00.00 | Pres. Castello Branco                                     | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.14.00.00.00 | Seara   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.15.00.00.00 | Xavantina   | 0.1.02 - Saúde            | 2.000,00   |            |
| 4.1.7.2.3.37.16.00.00.00 | Peritiba (Nutricionista)                                  | 0.1.04 - Nutricionista    | 24.480,00  |            |
| 4.1.7.2.3.37.17.00.00.00 | Piratuba (Nutricionista)                                  | 0.1.04 - Nutricionista    | 47.749,56  |            |
|                          | TOTAL GERAL DAS RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS |                           |            | 680.000,00 |

Art. 4º A Receita será realizada com base na sua efetiva arrecadação, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento dos anexos que são partes integrantes desta resolução e com base nos seguintes repasses pactuados em contrato de rateio que desta resolução se originará:

I - Repasse pela contratação de Nutricionistas:

|          |           |
|----------|-----------|
| Peritiba | 24.480,00 |
| Piratuba | 47.749,56 |

II – Repasse pela contratação de exames e consultas especializadas, cujo valor será repassado somente mediante prestação de serviços:

|                 |           |
|-----------------|-----------|
| Alto Bela Vista | 75.000,00 |
| Arabutã         | 10.000,00 |
| Concórdia       | 5.000,00  |
| Ipira           | 55.000,00 |
| Ipumirim        | 45.000,00 |
| Irani           | 75.000,00 |
| Itá             | 20.000,00 |
| Jaborá          | 20.000,00 |
| Lindoia do Sul  | 20.000,00 |
| Paial           | 85.000,00 |
| Peritiba        | 45.000,00 |
| Piratuba        | 25.000,00 |

|                       |           |
|-----------------------|-----------|
| Pres. Castello Branco | 33.000,00 |
| Seara                 | 20.000,00 |
| Xavantina             | 35.000,00 |

## III – Repasse para manutenção das despesas do consórcio:

|                       |          |
|-----------------------|----------|
| Alto Bela Vista       | 2.000,00 |
| Arabutã               | 2.000,00 |
| Concórdia             | 2.000,00 |
| Ipira                 | 2.000,00 |
| Ipumirim              | 2.000,00 |
| Irani                 | 2.000,00 |
| Itá                   | 2.000,00 |
| Jaborá                | 2.000,00 |
| Lindóia do Sul        | 2.000,00 |
| Paial                 | 2.000,00 |
| Peritiba              | 2.000,00 |
| Piratuba              | 2.000,00 |
| Pres. Castello Branco | 2.000,00 |
| Seara                 | 2.000,00 |
| Xavantina             | 2.000,00 |

Art. 5º A despesa orçamentária total está fixada em R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil reais) conforme abaixo discriminada:

|                        |         |   |            |            |
|------------------------|---------|---|------------|------------|
| Órgão                  | 1       | CIS AMAUC                                     |            |            |
| Unidade                | 1       | CIS AMAUC                                     |            |            |
| Funcional Programática |         |   |            |            |
| 01.01.10               | Saúde   |   |            |            |
| 01.01.10.301           |         | Atenção Básica                                |            |            |
| 01.01.10.301.0001      |         | Desenvolvimento Regional                      |            |            |
| 10.301.0001.2.001      |         | Manutenção das Atividades Gerais do CIS AMAUC |            |            |
| Elemento               | Recurso | Descrição                                     | Valor      | Total      |
| 3.0.00.00.0            |         | DESPESAS CORRENTES                            |            | 39.770,44  |
| 3.3.90.00.0            | 0.1.02  | Outras Despesas Correntes                     | 39.770,44  |            |
|                        |         | TOTAL   |            | 39.770,44  |
| 10.301.0001.2.002      |         | Realização de Exames Especializados           |            |            |
| Elemento               | Recurso | Descrição                                     | Valor      | Total      |
| 3.0.00.00.0            |         | DESPESAS CORRENTES                            |            | 568.000,00 |
| 3.3.90.00.0            | 0.1.03  | Outras Despesas Correntes                     | 568.000,00 |            |
|                        |         | TOTAL   |            | 568.000,00 |
| 12.361.0001.2.003      |         | Manutenção dos Serviços de Nutricionistas     |            |            |
| Elemento               | Recurso | Descrição                                     | Valor      | Total      |
| 3.0.00.00.0            |         | DESPESAS CORRENTES                            |            | 72.229,56  |
| 3.1.90.00.0            |         | Pessoal e Encargos Sociais                    | 67.758,36  |            |
| 3.3.90.00.0            |         | Outras Despesas Correntes                     | 4.471,20   |            |
|                        |         | TOTAL   |            | 72.229,56  |
|                        |         | TOTAL GERAL                                   |            | 680.000,00 |

A classificação econômica da despesa, de acordo com a Lei Federal 4.320 é a seguinte:

|                            |               |
|----------------------------|---------------|
| DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS   | VALORES – R\$ |
| DESPESAS CORRENTES         | 680.000,00    |
| Pessoal e Encargos sociais | 67.758,36     |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00          |
| Outras Despesas Correntes  | 612.241,64    |
| DESPESAS DE CAPITAL        | 0,00          |
| Investimentos              | 0,00          |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA    | 0,00          |
| Reserva de Contingência    | 0,00          |

|             |            |
|-------------|------------|
| TOTAL GERAL | 680.000,00 |
|-------------|------------|

Art. 6º A despesa autorizada, apresentada de acordo com as normas da Lei 4.320/1964 e demais portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até a modalidade de aplicação.

Art. 7º O Orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite efetivo da arrecadação.

Art. 8º Fica o Presidente do CIS AMAUC autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/1964, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, excluindo-se deste limite os créditos adicionais abertos tendo como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação e o eventual superávit financeiro;

II – Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de convênios;

III – Abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 9º Fica o Presidente do CIS AMAUC autorizado a celebrar convênios/acordos com o Governo Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2017.

Art. 10 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia (SC), 28 de outubro de 2016.

LACI GRIGOLO

Presidente do CIS AMAUC

Publicado no mural do CIS AMAUC e no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 19 de dezembro/2016.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene

Diretora Administrativa

## CIS/AMMVI

### 091-2016 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 091/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, pessoa jurídica, com sede na rua Profº Leônidas Ferreira da Costa, nº 487, no bairro Parolin, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ nº 81.706.251/0001-98, neste ato representado pela Sra. Sirlei Terezinha Zambrin, inscrita no CPF nº 457.063.879-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados “Secretarias Municipais de Saúde”, conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá



vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas



neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as “Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos”.

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 499.912,40 (Quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e doze reais e quarenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

| Código Dotação         | Descrição  |
|------------------------|--|
| 02                     | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI |
| 02.003                 | MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS                          |
| 004.122.0003.2006      | MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00. | DESPESAS CORRENTES                               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                        |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | APLICAÇÕES DIRETAS                               |

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 16 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
Sirlei Terezinha Zambrin

## **092-2016 ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rodovia Antonio Heil KM4 parte 1H, S/Nº, no bairro Itaipava, na cidade de Itajaí/SC, inscrita no CNPJ nº 05.439.635/0004-56, neste ato representado pelo Sr. Athos Barbosa Sambaqui, inscrito no CPF nº 388.187.790-87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão

ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.



3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 671.632,50 (Seiscentos e setenta e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

| Código Dotação | Descrição  |
|----------------|--|
| 02             | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI |
| 02.003         | MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS                          |



|                        |                                    |
|------------------------|------------------------------------|
| 004.122.0003.2006      | MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS |
| 3.0.00.00.00.00.00.00. | DESPESAS CORRENTES                 |
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES          |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | APLICAÇÕES DIRETAS                 |

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais**

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 16 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA

Athos Barbosa Sambaqui

**093-2016 PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica, com sede na Av. Maringa nº 1102, no bairro Emiliano Pernet, na cidade de Pinhais/PR, inscrita no CNPJ nº 04.559.759/0001-60, neste ato representado pelo Sr. Gustavo Ricardo, inscrito no CPF nº 092.152.499-40, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês,

conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA

obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 425.681,10 (Quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta e um reais e dez centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

| Código Dotação         | Descrição  |
|------------------------|--|
| 02                     | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI |
| 02.003                 | MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS                          |
| 004.122.0003.2006      | MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00. | DESPESAS CORRENTES                               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                        |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | APLICAÇÕES DIRETAS                               |

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por



outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 16 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO

PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Gustavo Ricardo

### **094-2016 INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 094/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica, com sede na rua Rubens Derks, nº 105, bairro Industrial, na cidade de Erechim/RS, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, neste ato representado pelo Sr. Sedinei R. Stievens, inscrito no CPF nº 004.421.050-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição

de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital de Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena



da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico- químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 432.569,40 (Quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, serão-lhe aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;
- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir

unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

| Código Dotação         | Descrição  |
|------------------------|--|
| 02                     | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI |
| 02.003                 | MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS                          |
| 004.122.0003.2006      | MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00. | DESPESAS CORRENTES                               |
| 3.0.00.00.00.00.00.00  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                        |
| 3.3.90.00.00.00.00.00  | APLICAÇÕES DIRETAS                               |

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 16 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Sedinei R. Stievens

**CIS/AMURES****OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2016 ASSEMBLÉIA PREFEITOS CIS/AMURES**

Of. Circ. Nº 39/2016.

Lages, 16 de Dezembro de 2016.

Senhor (a) Prefeito (a),

Cumprimentando-o (a) cordialmente, e conforme prevê o estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, em seu artigo 11, § 1º, no primeiro ano de mandato dos prefeitos, a eleição do conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CIS/AMURES, serão em janeiro e convocados pela direção executiva.

Assim sendo estamos convocando assembleia geral ordinária para o próximo dia 06 (seis) de janeiro de 2017, às 14:00h, nas dependências da amures em Lages.

Pauta: 1) Apresentação de Prestação de Contas, exercício 2016;  
2) Relatório

consolidado de Serviços prestados em 2016;

3) eleição do Conselho Fiscal do CIS/AMURES e posse dos mesmos em seguida.

Certos em contarmos com as vossas valiosas presenças, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO  
Diretora Executiva CIS/AMURES

Ilmo (a) Sr. (a)  
MD. Prefeito (a) do Município de:

**CIAPS****PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/006**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/006

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 para esta finalidade e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Terceira e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro ALINE GOMES OLIVEIRA, micro empresária individual (MEI), inscrita no CNPJ: 18.239.118/0001-32, neste ato representado pela sua única sócia Sra. ALINE GOMES OLIVEIRA, com CPF: 039.877.829-94, e-mail: alinegossorcho@gmail.com, estabelecida na Rua Anfilóquio Nunes Pires, nº 523, Centro, Município de Gaspar/SC, CEP. 89.110-000, telefone: (47) 8446-5772, denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato Administrativo nº 2016/006, firmado em 10/10/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

1.1 – O prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 2016/006, firmado em 10/10/2016, para o serviço de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site [www.ciaps.sc.gov.br](http://www.ciaps.sc.gov.br), fica prorrogada por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de janeiro de 2017, sem prejuízo de novas prorrogações, na forma da Lei.

1.2 – O valor mensal pela execução dos serviços de manutenção e hospedagem do site, previsto no item 1.5 da Clausula Primeira do Contrato Administrativo nº 2016/006, permanece em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor global da despesa para o exercício de 2017 em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

2.1 - Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Apiúna - SC, 14 de Dezembro de 2016.

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| CONTRATANTE<br>Presidente do CIAPS | CONTRATADA<br>ALINE GOMES OLIVEIRA (MEI) |
|------------------------------------|--|

### **PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 2016//001**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 2016//001

Considerando-se a necessidade de manutenção da locação de imóvel para funcionamento dos serviços do CIAPS no próximo exercício, a disponibilidade de renovação pelo atual LOCADOR, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2017 para esta finalidade e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Segunda e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado LOCATÁRIO, e de outro MARINO RECH, pessoa física, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, 542, Município de Apiúna/SC, CEP. 89.135-000, inscrito no CPF sob nº 031.475.929-87, denominado simplesmente LOCADOR, resolvem, de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Locação nº 001/2016, firmado em 01/01/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

1.1 – O prazo de vigência do Contrato de Locação nº 001/2016, firmado em 01/01/2016, bem como a locação tratada em seu objeto, fica prorrogada por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de janeiro de 2017, sem prejuízo de novas prorrogações, na forma da Lei.

1.2 – O valor mensal da locação, previsto no item 3.1 da Clausula Terceira do Contrato de Locação nº 001/2016, passa a ser de R\$ 1.333,33 (um mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), totalizando o valor global da despesa para o exercício de 2017 em R\$ 15.999,96 (quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

2.1 - Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Apiúna - SC, 14 de Dezembro de 2016.  
Nicanor Morro Marino Rech  
Presidente do CIAPS CPF nº 031.475.929-87  
Locatário Locador

Fredy Richard Eichstaedt  
Coordenador Executivo do CIAPS  
Locatário

